



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 128ª SESSÃO À 132ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 29 Nº 34
8 AGO. A 11 AGO.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2005

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESARENKO (PT-MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	P-SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	PT	Tião Viana
	GOIÁS	P-SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
S/ Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
S/ Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ARTIGO DE IMPRENSA			
Registro do artigo intitulado “Lula é o responsável”, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 18 de julho de 2005. Senador Leonel Pavan.	100	revista <i>Veja</i> , edição de 06 de julho de 2005; e “O ‘case’ da Globalprev”, publicado no jornal Folha de S.Paulo . Senador Teotônio Vilela Filho.....	234
Registro do artigo intitulado “‘Erros’, fatos e palavras”, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 29 de julho de 2005. Senador Almeida Lima.	101	Registra artigo de autoria de Diogo Mainardi, publicado na revista Veja , de 27 de julho, intitulado “O ibope mostra: Lula morreu”. Senador Sérgio Guerra.....	238
Registro da matéria intitulada “Presidente da Casa da Moeda levou R\$ 2,6 milhões, revela lista de Valério”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 3 de agosto de 2005. Senador Flexa Ribeiro.	102	Comenta matéria veiculada no jornal O Estado de S.Paulo , de 03 de agosto, intitulada “Lista da SMPB derruba assessor de Ciro”. Senador Luiz Soares.	239
Registro da matéria intitulada “Os desfechos da crise”, publicada na revista IstoÉ , edição de 13 de julho de 2005. Senador Luiz Soares.	103	Registra o artigo intitulado “Agora é Lula”, de autoria de Fernando Rodrigues, publicado no jornal Folha de São Paulo , em sua edição de 25 de julho de 2005. Senador Alvaro Dias.	239
Registro do artigo intitulado “O Nobel da distração”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 3 de agosto de 2005. Senador Arthur Virgílio.	106	Análise de matéria intitulada “Empresa que reforma Alvorada é investigada”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , de 28 de julho de 2005. Senador Almeida Lima.	240
Registro do artigo intitulado “A agenda mínima do PSDB”, de autoria do jornalista Ribamar Oliveira, publicado no <i>jornal O Estado de S.Paulo</i> , edição de primeiro de agosto de 2005. Senador Teotônio Vilela Filho.	107	Registro do artigo “Rouba, mas lhe dá um bocadinho”, de autoria do jornalista e escritor José Nêumanne, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , na edição de 27 de julho de 2005. Senador Leonel Pavan.....	241
Registro do artigo intitulado “De crenças e credences”, de autoria do jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 26 de julho de 2005. Senador Sérgio Guerra. ..	109	Registra protesto com relação à matéria publicada na primeira página do jornal O Globo , intitulada “Obra do Rio deixa de ser prioritária para Lula”. Senador Sérgio Cabral.	282
Transcrição nos anais do documento “Cidadania e Solidariedade” que se refere o Sr. Senador Eduardo Suplicy em seu pronunciamento. Senador Eduardo Suplicy.....	206	Comentários ao artigo de autoria da escritora Lya Luft, publicado na revista Veja , intitulado “A República do Rabo Preso”. Senador Jefferson Peres.	285
Transcrição nos anais de documentos publicados no Estado de São Paulo no dia 8 de Agosto de 2005. Senador Arthur Virgílio.....	230	Comentários ao artigo intitulado “Lula agüenta?”, de autoria de Rogério Gentile, publicado no jornal Folha de S.Paulo em sua edição de 25 de julho de 2005. Senador Álvaro Dias.	386
Comentário sobre dois artigos veiculados pela imprensa: “Ação entre velhos amigos”, publicado na		Registro do artigo intitulado “Quero Derrubar Lula”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista Veja em sua edição de 3 de agosto de 2005. Senador Teotônio Vilela Filho.	388

Pág.	Pág.		
<p>Considerações sobre a matéria publicada no jornal Folha de S.Paulo, em 3 de agosto de 2005, sob o título “Agência de Duda sacou em ano não eleitoral”. Senador Almeida Lima.</p> <p>Registro do artigo intitulado “Crise Política e desconfiança das instituições”, publicado no jornal Folha de S.Paulo do dia 5 de agosto de 2005. Senador Flexa Ribeiro.</p> <p>Transcrição nos anais de documentos que se referem às denúncias de corrupção contra o Governo. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Registro do artigo publicado no jornal O Estado de S.Paulo, de 3 de julho de 2005, intitulado “A primeira renúncia”. Senador Luiz Soares.</p> <p>Comentários ao artigo intitulado “Sem cerimônia”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal Folha de S.Paulo em sua edição de 5 de agosto de 2005. Senador Reginaldo Duarte.</p> <p>Comentários ao artigo intitulado “Caracas é lá”, de autoria da articulista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal Folha de S.Paulo do último dia 7 de agosto. Senador Leonel Pavan.</p> <p>Registro do editorial da Folha de S.Paulo, do dia 9 de agosto, intitulado “Caos e complacência”. Senador Leonel Pavan.</p> <p>Comentários ao artigo intitulado “Decisão e franqueza”, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal Correio Braziliense, na edição do dia 7 de agosto de 2005. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Transcrição de documento intitulado “Caos e Complacência”, de autoria de Miriam Leitão, publicado na Folha de São Paulo nos Anais da casa. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Observações acerca do artigo “Brincadeira de mau gosto”, de autoria de Carlos Heitor Cony, publicado no jornal Folha de S.Paulo, em 7 de agosto de 2005. Senador Flexa Ribeiro.</p> <p>Análise do artigo “Não é inimputável”, do jornalista Clóvis Rossi, veiculado na edição do dia 5 de agosto de 2005 da Folha de S.Paulo. Senador Reginaldo Duarte.</p> <p>Atitude do ex-ministro José Dirceu em continuar “dando as cartas” no Partido dos Trabalhadores, neste contexto requer que o documento “Pizza no diretório do PT” seja incluído nos Anais do Senado Federal. Senador Sérgio Guerra.</p> <p>Registro do artigo “Por quem chora José Dirceu?”, de autoria do jornalista e escritor José Nêumanne, publicado no jornal O Estado de S.Paulo, de 10 de agosto de 2005. Senador Almeida Lima.</p>	<p>389</p> <p>390</p> <p>391</p> <p>401</p> <p>402</p> <p>403</p> <p>489</p> <p>491</p> <p>492</p> <p>493</p> <p>494</p> <p>495</p> <p>498</p>	<p>Registro do editorial da Folha de S.Paulo, intitulado “A blindagem de Lula”, publicado no dia 7 de agosto de 2005. Senador Luiz Soares.</p> <p>BIOTECNOLOGIA</p> <p>Preocupação com a morosidade do procedimento de consulta pública para a formulação do decreto da biossegurança. Senador Ney Suassuna.</p> <p>CARTÃO DE CRÉDITO</p> <p>Apela à Mesa para que vote os requerimentos de informações a fim de desvendar os segredos dos cartões de créditos. Aparte ao Senador José Agripino. Senador José Jorge.</p> <p>CONCESSÃO HONORÍFICA</p> <p>Agradecimento pelo recebimento da Medalha Tiradentes, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Senador João Capiberibe.</p> <p>CORRUPÇÃO</p> <p>Considerações sobre os empréstimos obtidos pelo empresário Marcos Valério. Senador Papaléo Paes.</p> <p>Comenta acerca das investigações em processo na Comissão de Ética. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Siba Machado.</p> <p>Relato sobre as declarações do Sr. César Benjamin a respeito do Partido dos Trabalhadores. Senador Efraim Morais.</p> <p>Análise sobre as denúncias do Deputado Roberto Jefferson, que agora vêm sendo confirmadas. Senador Pedro Simon.</p> <p>Avanços nas atividades das comissões parlamentares de inquérito e expectativa de que os trabalhos resultem na punição dos operadores do esquema de corrupção. Senador Álvaro Dias.</p> <p>Considerações a respeito do envolvimento de Marcos Valério com o Governo de Portugal. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Siba Machado.</p> <p>Comenta a respeito das investigações que denigrem a imagem do PT. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Siba Machado.</p> <p>Críticas à última reunião do PT, oportunidade em que a Executiva não expulsou Delúbio Soares e Sílvio Pereira. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Apreciação dos fatos que vêm ocorrendo no âmbito das CPMI's, que vêm encontrando dificulda-</p>	<p>500</p> <p>262</p> <p>15</p> <p>175</p> <p>2</p> <p>12</p> <p>56</p> <p>58</p> <p>115</p> <p>116</p> <p>117</p> <p>162</p>

Pág.	Pág.		
des em encaminhar punições, e as ações empreen- didas pelo presidente da Câmara dos Deputados, que não deu andamento a processo envolvendo o Deputado José Dirceu. Senador Arthur Virgílio. ...	162	Considerações sobre o empréstimo concedido ao Presidente Lula pelo PT. Senador José Agripino.	298
Sugestão de medidas que objetivam combater, em médio prazo, a corrupção na administração pública do país. Senador Fernando Bezerra.	165	Resposta ao pronunciamento do Senador José Agripino. Senador Aloizio Mercadante.	299
Critica o Sr. Marcos Valério pelos escândalos de roubos do dinheiro público. Senador Antonio Carlos Magalhães.	204	Refere-se às palavras do Senador Aloizio Mercadante e anseia que sejam levadas as inves- tigações até o fim. Senador Tasso Jereissati.	300
Comentários acerca da influência que o Depu- tado José Dirceu ainda exerce no PT. Senador Ar- thur Virgílio.	230	Repudia o incidente provocado pelo Vice- Presidente da CPI do Mensalão, que recebeu das mãos do empresário Marcos Valério, na garagem do Senado, lista de nomes que não havia sido en- tregue à Comissão. Senador Tasso Jereissati.	300
Procedimentos adotados pelo PT em relação aos Srs. Delúbio Soares e Sérgio Pereira, em con- traponto com o que foi feito com a Senadora Heloísa Helena e outros integrantes do PT. Senador Arthur Virgílio.	248	Esclarece a respeito de mal-entendido refe- rente ao Sr. Márcio Lacerda e um suposto saque de dinheiro no Banco Rural. Senador Arthur Virgílio.	321
Registra revolta contra a camada corrupta do Governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senadora Heloísa Helena.	248	Comentários a matérias veiculadas na impren- sa sobre denúncias de corrupção. Senador Arthur Virgílio.	340
Denuncia a “farsa de Minas Gerais”, a respeito das acusações contra o Senador Eduardo Azeredo. Senador Arthur Virgílio.	286	Leitura de Nota do PSDB repudiando a atitude do vice-Presidente da CPI do Mensalão, Deputado Paulo Pimenta, que recebeu uma lista apócrifa de deputados que diz terem recebido mensalão. Sen- ador Leonel Pavan.	378
Registra acusação ao Sr. Marcos Valério. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Antonio Carlos Magalhães.	288	Repúdio ao deputado Paulo Pimenta, vice- presidente da Comissão Parlamentar Mista de In- quérito do Mensalão, que disse ter recebido uma nova lista de Marcos Valério, acusado de operar o esquema do mensalão. Senador Arthur Virgílio. ..	378
Acusações aos mensaleiros, que compromete- m o PT e a oposição, e ainda discute o episódio de Minas Gerais. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Sérgio Guerra.	288	Defesa do Senador Eduardo Azeredo. Sena- dor Arthur Virgílio.	378
Contradições das declarações do Ministro Ja- cques Wagner negando a obtenção de empréstimo pelo Presidente Lula. Senador José Agripino.	289	Condena a atitude do deputado Paulo Pimen- ta, Vice-Presidente da CPMI do Mensalão, pela di- vulgação de lista apócrifa com nome de deputados que teriam recebido o mensalão incluindo a tentativa de incriminar o Senador Eduardo Azeredo. Senador Heráclito Fortes.	381
Requer verificação da origem fiscal dos re- cursos públicos. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Jorge Bornhausen.....	289	Registra que tem a fita que condena Marcos Valério. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Sena- dor Romeu Tuma.	382
Cobrança de explicações do Partido dos Tra- balhadores sobre fatos atribuídos ao Presidente da República: o empréstimo pessoal que teria recebido do PT e se o Presidente sabia ou não do Mensalão. Senador Antonio Carlos Magalhães.	291	Registra acusações à base governamental pela falta de empenho na aprovação da medida do salário mínimo e pela corrupção que está envolvido. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Leonel Pavan.	464
Presta esclarecimentos sobre os questio- namentos feitos pelo Senador Antonio Carlos Ma- galhães em seu pronunciamento. Senador Aloizio Mercadante.....	292	(CPI)	
Réplica ao pronunciamento do Senador Aloiz- io Mercadante. Senador Arthur Virgílio.	296	Considerações sobre os trabalhos das CPIs em funcionamento no Congresso Nacional. Sena- dor Jorge Bornhausen.	13
Registra preocupação com o caso de Minas Gerais e salienta a corrupção no país. Senador Ar- thur Virgílio.	296	Desacordo com a anunciada decisão das CPMIs no sentido de elaborar lista com nomes	

	Pág.		Pág.
de parlamentares solicitando a cassação de seus mandatos. Senador Aloizio Mercadante.	63	Estupefação ante os depoimentos de Duda Mendonça e Zilmar Fernandes da Silveira na CPMI dos Correios. Senador César Borges.	453
Necessidade de se garantir o direito de defesa aos parlamentares acusados por Comissões Parlamentares de Inquérito. Senador Aloizio Mercadante.	168	A lama de indignidade que tomou as ruas do Brasil ante as denúncias das CPMIs. Senador Magno Malta.	462
Reivindica direito de defesa no processo dos inquéritos das CPIs. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Ney Suassuna.	170	Comenta acerca do crime organizado e da apuração das CPIs quanto a isto. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Mão Santa.	463
Solidariza com o Senador Ney Suassuna quanto à preocupação de defesa de acusações. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Cristovam Buarque.	170	Análise do desenrolar dos acontecimentos após o depoimento do publicitário Duda Mendonça e de sua sócia, D. Zilmar. Senador Heráclito Fortes.	483
Registra preocupação a respeito de mais esclarecimentos nos depoimentos nas CPIs. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador José Agripino.	170	CRISE POLÍTICA	
Comentários a diversos pontos da atuação do Senador Delcídio Amaral, na Presidência da CPMI dos Correios. Senador Arthur Virgílio.	286	Críticas aos comentários do Presidente da República sobre a atual crise política. Senador Efraim Moraes.	56
Registra que a CPI dos Bingos estava funcionando enquanto havia votação de matéria no Plenário. Senador Leonel Pavan.....	334	Críticas dos Senadores Mão Santa e Heloísa Helena a procedimentos adotados pelo Governo Federal, agora confirmados pela crise vivida pelo Brasil. Senador Pedro Simon.	58
Análise dos acontecimentos nas CPIs dos Correios e Mensalão. Senador Sibá Machado.	384	Registro de matérias publicadas na imprensa a respeito da crise política. Senador Reginaldo Duarte.	70
Esclarece a respeito do caso do Deputado Rodrigo Maia. Senador Heráclito Fortes.	384	Considera o cumprimento das leis uma saída para a crise. Senador Ramez Tebet.	138
Considerações a respeito do caso do Deputado Rodrigo Maia. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Sibá Machado.	385	Importância de uma reforma política para sanar os problemas da crise atual. Senador Ramez Tebet.	138
Leitura de trechos do depoimento de Duda Mendonça na CPMI dos Correios. Senador Álvaro Dias.	434	Considerações a respeito da conduta ética e moral dos políticos no poder referente ao pronunciamento do Senador Jefferson Peres. Aparte ao Senador Jefferson Peres. Senador Mão Santa. ...	286
Comentários sobre a oitiva de Duda Mendonça na CPMI dos Correios e a situação do Governo Lula da Silva: sonegação fiscal, evasão de divisas e abertura ilegal de contas no exterior. Arthur Virgílio.	436	Papel do Congresso Nacional para superar a crise política. Senador Mão Santa.	385
Comentários sobre a decisão do STF que não acatou pedido da Procuradoria-Geral da República no sentido de abrir o sigilo bancário do Presidente do Banco Central, Sr. Francisco Meireles. Senador Pedro Simon.	443	O limiar da crise política sem precedentes e a inevitabilidade de ser discutida a palavra “impeachment”. Senador Álvaro Dias.	434
Reflexões sobre o depoimento do publicitário Duda Mendonça na reunião de hoje da CPMI dos Correios. Senador Pedro Simon.	443	Considerações a respeito da crise política enfrentada pelo Governo Lula. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Eduardo Suplicy.....	448
Comentários sobre a CPMI dos Correios. Senador Valdir Raupp.	444	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
As verdades surgidas no depoimento de Duda Mendonça à CPMI dos Correios. Senador Osmar Dias.	446	Responsabilidade dos Senadores diante das desigualdades regionais. Senador Leomar Quintanilha.	136
		Elevada importância do Complexo Industrial e Portuário de Suape, que, no entanto, não vem recebendo o devido apoio do Governo Federal. Senador José Jorge.	140

	Pág.		Pág.
Bons resultados econômicos alcançados pelo Estado do Pará na atual administração, apesar de estar precisando da contrapartida da União, pois sofre com os efeitos da “Lei Kandir”. Senador Flexa Ribeiro.	163	Rompimento com o Governador de Tocantins, Sr. Marcelo Miranda, por conta das ações governamentais que implicaram problemas para o Estado do Tocantins. Senador Eduardo Siqueira Campos.	66
Registra denúncia acerca da violência no Estado do Pará. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	165	Registra encontro com governadores de diversos estados do país. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Sérgio Cabral.	453
EDUCAÇÃO		Considerações a respeito do combate da pobreza nos Estados do país a exemplo de grandes nomes. Aparte à Senadora Maria do Carmo Alves. Senador Mão Santa.	461
Elogios ao programa de residência médica do Ministério da Educação. Senador Papaléo Paes. .	132	Parabeniza o povo de Foz do Iguaçu e de Salvador quando se refere à Marcha para Jesus. Senador Magno Malta.	464
ELEIÇÃO		Crimes ocorridos no Pará: necessidade de apuração e punição dos culpados. Senadora Ana Júlia Carepa.	476
Considerações sobre a burocracia no processo eleitoral. Senador Ney Suassuna.....	3	Impunidade dos envolvidos no assassinato da Irmã Dorothy. Senadora Ana Júlia Carepa.	476
Considerações sobre o processo eleitoral. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Mão Santa.	3	Questão ambiental e fundiária do Estado do Pará. Senadora Ana Júlia Carepa.	476
Registra preocupação no processo de disputa eleitoral. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Papaléo Paes.	4	ESPORTE	
Considerações sobre a campanha eleitoral. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Siba Machado.	5	Negativa dos EUA de visto para a atleta de canoagem Maíra Marques Cotrim, integrante da equipe brasileira que participará dos Jogos Pan-Americanos. Senador Eduardo Suplicy.	478
Ações realizadas por S.Exa. quando ocupou o Governo do Estado do Piauí. Senador Mão Santa.	5	FORÇAS ARMADAS	
Defesa de um fundo público para campanhas políticas. Senador Pedro Simon.....	58	Esclarecimentos à reportagem do programa “Fantástico”, da TV Globo, sobre atividades militares na Serra do Cachimbo/PA. Senador Luiz Otávio. ..	17
Comenta a respeito das propagandas eleitorais. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador Leomar Quintanilha.	135	GOVERNO FEDERAL	
Trata de projeto de lei que debate a reforma eleitoral. Senador Eduardo Suplicy.	478	Comentários aos itens da agenda mínima para o desenvolvimento econômico do país. Senador José Jorge.	11
ENSINO SUPERIOR		Comentários a declarações do Presidente Lula. Senador Álvaro Dias.	24
Alerta ao Governo e ao Ministério da Educação sobre a necessidade de investimentos em universidades públicas. Senador Leonel Pavan. ..	465	Críticas à política econômica do Governo, assim como à sua administração. Senador Álvaro Dias.	24
Assunto que vem afligindo a população do Estado de Santa Catarina: a luta pela federalização da Universidade Regional de Blumenau, um dos principais pólos de turismo do Estado. Senador Leonel Pavan.	465	Crítica a atuação na área da economia do Governo Lula. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Mão Santa.	25
ESTADO		Considerações sobre os gastos do Governo Federal. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Mão Santa.	27
Considerações sobre os problemas do Estado do Piauí. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Mão Santa.	12		

	Pág.		Pág.
Comenta sobre os desvios de verbas por parte do Governo acerca da questão do saneamento básico. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Cristovam Buarque.	29	Comemoração dos oitenta anos do jornal O Globo . Senador Antonio Carlos Magalhães.....	121
Análise sobre os motivos e erros do Partido dos Trabalhadores e do Governo, que desencadearam a crise política atualmente vivida no País. Senador Cristovam Buarque.	53	Comemoração dos oitenta anos do jornal O Globo . Senador Fernando Bezerra.	123
Recusa do Presidente Lula em aceitar que o Governo e o seu Partido são os geradores dos problemas desencadeadores da atual crise. Senador Heráclito Fortes.	61	Comemoração dos oitenta anos do jornal O Globo . Senador Aloizio Mercadante.	124
Resposta ao Senador Heráclito Fortes a respeito de pronunciamentos do Presidente Lula. Senador Aloizio Mercadante.	63	Comemoração dos oitenta anos do jornal O Globo . Senador Paulo Octávio.	125
Registra indignação pelo marketing que o Governo do PT utiliza do povo nordestino. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Mão Santa.	69	Comemoração dos oitenta anos do jornal O Globo . Senador Maguito Vilela.	125
Apóia o Governo e faz citações para justificar seus erros. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Mão Santa.	171	Voto de solidariedade ao jornalista Anselmo Góis, que está sendo processado por reportagem que veiculou. Senador Arthur Virgílio.	144
Resposta ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante. Senador Arthur Virgílio.	172	Voto ao aplauso ao jornalista Luís Gonzaga Beluzo. Senador Marcelo Crivella.	145
Apoio ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante. Senador Paulo Paim.	174	Comentários ao currículo do primeiro suplente de S.Exa., Gilberto Flávio Goellner. Senador Jonas Pinheiro.	175
Considerações a respeito da legitimidade da administração do Governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Mão Santa.	247	Votos de congratulações aos funcionários dos Correios pelos serviços de qualidade que executam, na ocasião do Dia Nacional do Selo. Senador Valmir Amaral.	234
Critica a falta de sensibilidade do Governo Lula pela falta de experiência do presidente. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador César Borges. .	260	Comemoração dos 50 anos de criação do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio. Senador Leonel Pavan.	263
Considerações sobre o empréstimo concedido ao Presidente Lula pelo PT. Senador José Agripino.	290	Saudações ao governador de Mato Grosso Blairo Maggi presente no Plenário do Senado Federal. Senador Maguito Vilela.	266
Defesa da investigação de denúncias de supostas malfeitorias na gestão petista dos Fundos de Pensão ligados a empresas estatais. Senador Álvaro Dias.	386	Elogios ao projeto do Senador Jorge Bornhausen, que estabelece normas para as eleições. Senador Tião Viana.	272
Registra indignação com o Governo do PT. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Mão Santa.	435	Encaminha à Mesa Requerimento de congratulações a Luiz Gonzaga Belluzo. Senador Aloizio Mercadante.....	292
HOMENAGEM		Homenagem ao Professor Roberto que presenciava sessão no Plenário. Senador Eduardo Suplicy.	336
Elogia o Senador Cristovam Buarque quanto à exposição da questão da crise política do Governo do PT. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Rodolpho Tourinho.	55	Manifesta homenagem a Luiz Gonzaga e à cultura musical nordestina. Senador Tião Viana. ..	360
Comemoração dos oitenta anos do jornal O Globo . Senador Sérgio Cabral.	119	Elogios à trajetória de vida do Senador Eduardo Azeredo. Senador Flávio Arns.	383
Comemoração dos oitenta anos do jornal O Globo . Senador Tasso Jereissati.....	120	Elogia o estudante no Dia do Estudante. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Mão Santa.	441
		Elogia o Senador Pedro Simon e lembra a falta de firmeza e segurança do Governo Lula. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Leonel Pavan.	444
		As comemorações pela passagem do “Dia do Estudante” e do “Dia do Advogado”. Senador Mão Santa.	452
		Homenagem pelo Dia do Advogado. Senador Mão Santa.	452

	Pág.		Pág.
Justificação à moção de congratulações que apresentou à OAB pelo transcurso do Dia do Advogado. Senador Antonio Carlos Magalhães.	471	de dotações constantes da lei Orçamentária vigente”.....	311
Parabeniza o advogado num elogio ao Senador Antonio Carlos Magalhães, no Dia do Advogado. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Tasso Jereissati.....	472	Mensagem Nº 207, de 2005, da Presidência da República, que restitui autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2004 (nº 7.351/2002, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Assistência Social, sancionado e transformado na Lei nº 11.162, de 5 de agosto de 2005.	411
Manifestação sobre as palavras dos Senadores Mão Santa e Antonio Carlos Magalhães. Senador Ribamar Fiquene.	475	MICROEMPRESA	
O transcurso do “Dia do Estudante” e do “Dia do Advogado. Senador Ribamar Fiquene.....	475	A mobilização em defesa das micro e pequenas empresas, segmento da indústria nacional responsável pelo progresso do setor produtivo no país. Senador Flexa Ribeiro.....	439
Homenageia a Senadora Ana Júlia Carepa ao comentar o caso da irmã Dorothy Stang. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Eduardo Suplicy.	477	A necessidade de se reunir forças para a aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, elaborada pelo SEBRAE. Senador Flexa Ribeiro.	439
HOMENAGEM PÓSTUMA		Registra preocupação com as micro e pequenas empresas em conseqüência do descuido do Governo. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Leonel Pavan.	440
Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. José Aprígio Vilela, irmão do Senador Teotônio Vilela. Senador Luiz Otávio.	20	O uso do microcrédito como instrumento para o desenvolvimento e o desestímulo à sua “banca- lização”. Senadora Maria do Carmo Alves.	460
Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. José Aprígio Vilela. Senador Heráclito Fortes.	21	OFÍCIO	
Fala associativa à homenagem prestada pelo falecimento do empresário alagoano José Aprígio Vilela, filho de Teotônio Vilela. Senador Arthur Virgílio.	247	Ofício do Ministros de Estado, Nº 86/2005, do Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, comunicando não ser de competência daquele Órgão a resposta ao Requerimento nº 445, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....	128
IMPrensa		Ofício de Ministros de Estado, Nº 120/2005, de 2 de julho de 2005, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que encaminha resposta ao Requerimento nº 495, de 2005, do Senador Pedro Simon.	128
Repúdio aos comentários que vêm sendo feitos pela imprensa a respeito do Partido dos Trabalhadores. Senadora Fátima Cleide.	261	Ofício de Ministros de Estado, Nº 632/2005, do dia 2 de agosto de 2005, do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, que encaminha resposta ao Requerimento nº 116, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....	128
MENSAGEM		Ofício de Ministro de Estado da Defesa, Nº 7.034/2005, do dia 3 de agosto de 2005, que encaminha resposta aos Requerimentos nºs 358 a 392, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....	252
Mensagem Nº 521, de 2005, da Presidência da República, que submete, nos termos do art. 61 da Constituição, à elevada deliberação dos Senadores o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$ 26.867.385,00, para os fins que especifica”.	307	PARECER	
Mensagem Nº 522, de 2005, da Presidência da República, que submete, nos termos do art. 61 da Constituição, à elevada deliberação dos Senadores o texto do projeto de lei que “Abre o Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$ 600.300.000,00, para reforço		Parecer Nº 1.342, de 2005, de Plenário, à Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre	

VIII

	Pág.		Pág.
o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador Ney Suassuna. .	184	voto de solidariedade ao povo britânico, diante do atentado terrorista em Londres, vitimando população ordeira e pacífica. Senador Pedro Simon.	255
Parecer Nº 1.343, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 146, de 2005 (nº 325/2005, na origem), que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de US\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro - AGROFUTURO, cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Senador Jonas Pinheiro.	216	Parecer Nº 1.348, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento no 757, de 2005, do Senador José Jorge, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao povo inglês, pelo atentado ocorrido em 7 de julho de 2005. Senador Arthur Virgílio.	256
Parecer Nº 1.344, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 181, de 2005 (nº 510/2005, na origem), que encaminha ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até EUR 8.691.961,98 (oito milhões seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal, entre o Estado do Ceará e a agência oficial alemã KfW, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico – Ceará II. Senador Flexa Ribeiro.	220	Parecer Nº 1.349, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 758, de 2005, do Senador Aloizio Mercadante, que requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura e veemente repúdio contra os bárbaros atentados cometidos contra a população civil de Londres, capital do Reino Unido da Grã-Bretanha. Senador João Batista Motta.....	257
Parecer Nº 1.345, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem (nº 199, de 2005 - Nº 515 2005, na origem), encaminhando ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor total equivalente a até US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar parcialmente o Programa Desenvolvimento de – Micro, Pequenas e Médias Empresas -MULTISSETORIAL IV. Senador Osmar Dias.	224	Parecer Nº 1.350, de 2005, que dá redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2005 (Medida Provisória nº 248, de 2005). Senador Eduardo Siqueira Campos.	343
Parecer Nº 1.346, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 170, de 2005, (nº 16/2005, na origem), que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2005. Senador Delcídio Amaral.	228	Parecer Nº 1.351, de 2005, de Plenário do Senado Federal, sobre a Medida Provisória nº 250, de 19 de maio de 2005, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no Valor de R\$ 30.000.000,00, para os fins que especifica.” Senadora Ana Júlia Carepa.....	344
Parecer Nº 1.347, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 756, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro que requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal,		Parecer Nº 1.352, de 2005, que dá redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2005. Senador Eduardo Siqueira Campos.	349
		Parecer Nº 1.353, de 2005, que dá redação final do Projeto de Resolução nº 71, de 2005. Senador Eduardo Siqueira Campos.	353
		Parecer Nº 1.354, de 2005, que dá redação final do Projeto de Resolução nº 72, de 2005. Senador Eduardo Siqueira Campos.	356
		Parecer Nº 1.355, de 2005, que dá redação final do Projeto de Resolução nº 73, de 2005. Senador Eduardo Siqueira Campos.	359
		Parecer Nº 1.356, de 2005, de Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o PDS nº 346, de 2005 (PDC nº 1.394, de 2004, na origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004. Senador Tião Viana.	361
		Parecer Nº 1.357, de 2005, de Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores	

Pág.	Pág.
e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo no 347, de 2005 (nº 1.559, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004. Senador Tião Viana.	364
Parecer Nº 1.358, de 2005, de Plenário, ao Projeto de Lei da Câmara Nº 58, de 2005, de iniciativa do presidente da República, que transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, e dá outras providências. Senador Eduardo Azeredo.	366
Parecer Nº 1.359, de 2005, da Comissão de Educação sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo. Senador João Capiberibe...	412
Parecer Nº 1.360, de 2005, da Comissão de Educação sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo. Senador Gerson Camata. ..	412
PODER EXECUTIVO	
Cobra resposta dos Ministros de Estado aos requerimentos de informações encaminhados. Senador Arthur Virgílio.	182
POLÍTICA AGRÍCOLA	
Cumprimentos ao Governo Federal por concordar com a prorrogação da dívida dos produtores de arroz do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.	174
Crise no setor agropecuário brasileiro. Senador Maguito Vilela.	265
Defesa do Setor Agropecuário de Mato Grosso. Senador Gilberto Goellner.	284
POLÍTICA ENERGÉTICA	
Perspectivas para a produção de biodiesel no Acre. Senador Siba Machado.	9
Comentários à resposta a requerimento de informações de autoria de S.Exa., sobre o uso de um avião e de uma lancha da União por amigos do filho do Presidente da República. Senador José Agripino.....	14
Críticas à desatenção do Presidente Lula com o Nordeste, em particular, com a ameaça de interrupção no fornecimento de gás à região, e com o atraso da apreciação do projeto de recriação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Senador César Borges.	144
As usinas do Madeira: Jirau e Santo Antônio, cujo retardo nas obras poderá gerar grande “apagão” na região. Senador Valdir Raupp.	444
A obra mais esperada: o Gasoduto Urutu-Porto Velho, que ainda não obteve a licença ambiental do Ibama. Senador Valdir Raupp.	444
Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Valdir Raupp. Senador Rodolpho Tourinho.	448
Comentários a respeito do projeto de sua autoria sobre a distribuição do gás canalizado. Senador Rodolpho Tourinho.	448
Apoio dado pelo Rio Grande do Norte à instalação de uma refinaria de petróleo no Estado, expondo todas as condições favoráveis para que esse pleito se concretize, prevalecendo a questão técnica na decisão. Senador Garibaldi Alves Filho.	480
POLÍTICA INDIGENISTA	
Demarcação da área indígena Raposa/Serra do Sol, defendida por alguns, mas da qual discordam os índios e colonos que vivem naquela região. Senador Augusto Botelho.	51
POLÍTICA INDUSTRIAL	
Defesa da instalação de uma refinaria de petróleo no Rio Grande do Norte. Senador José Agripino.	15
Discute Requerimento Nº 855, de 2005, que dá preferência para apreciação de matéria antes de outras da Ordem do Dia, a respeito do pólo industrial de Manaus. Senador Arthur Virgílio.	369
Considerações a respeito do aspecto social e industrial do pólo amazônico. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Romeu Tuma.....	370
Considerações a respeito do desprestígio da Zona Franca de Manaus. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Sibá Machado.	371
Incentiva o desenvolvimento da Zona Franca de Manaus. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Azeredo.	372

	Pág.		Pág.
Liderança do Amazonas na produção industrial brasileira. Senador Arthur Virgílio.	491	seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004. Senador Tião Viana.	363
POLÍTICA EXTERNA		Considerações a respeito do Parecer Nº 1.357, de 2005, de Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo no 347, de 2005 (nº 1.559, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004. Senador Sibá Machado.	365
Discordância da política externa adotada pelo Presidente Lula, que tem resultado em gastos e em derrotas nos foros internacionais. Senador Antonio Carlos Magalhães.	68	Restrições à forma como o Ministério das Relações Exteriores trata os cidadãos brasileiros no exterior. Senador Gerson Camata.	437
Esclarece que o embaixador do Brasil em Washington era Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur. Senador Eduardo Suplicy.	204	O recente assassinato do jovem Jean Charles de Menezes em Londres e a falta de empenho da diplomacia brasileira. Senador Gerson Camata. ..	437
Ressalva que o embaixador Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur é um homem íntegro. Senador Antonio Carlos Magalhães.	205	POLÍTICA SALARIAL	
Atentado sofrido pelo ex-presidente da Câmara Municipal de Manicoré, no Amazonas. Senador Arthur Virgílio.	230	Profere Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador Ney Suassuna.	184
Intenção do governo de Macau de ampliar relações econômico-comerciais com o Brasil e o Amazonas. Senador Arthur Virgílio.	230	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador José Jorge.	185
Pede para apressar a votação de matérias sobre o processo de integração sul-americana. Senador Tião Viana.	348	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador José Agripino..	185
Profere Parecer Nº 1.356, de 2005, de Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o PDS nº 346, de 2005 (PDC nº 1.394, de 2004, na origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004. Senador Tião Viana.	361	Comenta Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador Antonio Carlos Magalhães.	187
Discute Parecer Nº 1.356, de 2005, de Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o PDS nº 346, de 2005 (PDC nº 1.394, de 2004, na origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004. Senador Eduardo Suplicy.	362	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	188
Profere Parecer Nº 1.357, de 2005, de Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo no 347, de 2005 (nº 1.559, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso de seus Nacionais em		Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador Garibaldi Alves Filho.	190
		Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e	

Pág.		Pág.
	dá outras providências. Senador Eduardo Siqueira Campos.	
191	Considerações a respeito de Parecer de Plenário acerca da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador Paulo Paim.....	206
192	Salienta a necessidade de reajustar, também, a base do salário mínimo. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	208
193	Debata o valor do salário mínimo para todas as classes. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Antonio Carlos Magalhães.	209
194	Debata a importância de fixar um valor satisfatório do salário mínimo para as classes necessitadas. Senador Paulo Paim.	210
194	Critica o Governo Lula por prometer o reajuste do salário mínimo e não cumprir sua promessa de imediato. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Leonel Pavan.....	212
194	Considerações a respeito da necessidade da queda do dólar atrelada ao aumento do salário mínimo. Senador Paulo Paim.	219
195	Critica a posição do Governo Lula de prometer o reajuste do salário mínimo e não cumprir. Senador Arthur Virgílio.	259
195	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador Rodolpho Tourinho.	319
197	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador Mão Santa.	320
198	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senadora Heloísa Helena. ...	324
199	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador Eduardo Suplicy.	324
201	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador César Borges.	324
202	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador Demóstenes Torres.	325
205	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador Antonio Carlos Valadares.	325
205	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador Mão Santa.	325
205	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador Marcelo Crivella.	325
206	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador Sérgio Cabral.	325
208	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador Flávio Arns.	325
209	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador Pedro Simon... ..	325
210	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências. Senador Marcelo Crivella.	325
212	Considerações sobre a Medida Provisória que trata do salário mínimo. Senador Mão Santa.	325
259	Apresenta Requerimento Nº 845, de 2005, que requer, nos termos do art. 311 do Regimento Interno do Senado Federal, preferência para a votação do Projeto de Lei de Conversão, apresentado no Parecer Oral do Deputado André de Paula, sobre a Medida Provisória nº 248, de 2005. Senador Eduardo Siqueira Campos.....	325
319	Encaminha à votação o Requerimento Nº 845, de 2005, que requer, nos termos do art. 311 do Regimento Interno do Senado Federal, preferência para a votação do Projeto de Lei de Conversão, apresentado no Parecer Oral do Deputado André de Paula, sobre a Medida Provisória nº 248, de 2005. Senador José Agripino.	325
320	Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senador Eduardo Suplicy.	325
324	Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senador Heráclito Fortes.	325
324	Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senador Demóstenes Torres.	325
325	Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senador Mão Santa.	325
325	Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senador Mão Santa.	325

	Pág.		Pág.
em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senador Sérgio Cabral.	327	Pede atenção ao sertão Nordestino quanto à questão do salário mínimo. Senador Tasso Jereis- sati.	341
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senador Cristovam Buarque.	329	Lamento pela rejeição de requerimento de sua autoria que pedia a abertura do sigilo bancário e fiscal de todos os parlamentares. Senador João Batista Motta.....	441
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senador Juvêncio da Fonseca.	330	Justificação de seu voto para a Medida Pro- visória 248/05, que dispõe sobre o valor do salário mínimo. Senador João Batista Motta.....	441
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senador Luiz Otávio.	331	Comenta a respeito do reajuste salarial. Se- nador Magno Malta.	464
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senadora Heloísa Helena.	332	Considerações a respeito do reajuste salarial. Senador Leonel Pavan.	467
Considerações sobre o período da votação da emenda em questão. Senador José Jorge.	333	Considerações sobre a votação, no plenário do Senado Federal, do novo valor do salário míni- mo. Senador Marcelo Crivella.....	482
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senador Paulo Paim.....	334	POLÍTICA DE SANEAMENTO	
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senador Osmar Dias.....	335	Considerações sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico, matéria enviada ao Congres- so Nacional e que aguarda votação. Senador Tião Viana.	26
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senador Antonio Carlos Valadares.	336	Comenta acerca do saneamento básico e da saúde pública. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Augusto Botelho.	28
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senador Antonio Carlos Magalhães.	337	Análise do problema do lixo dos navios. Se- nador Papaléo Paes.	404
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senador Ney Suassuna.	338	POLÍTICA SOCIAL	
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senador Aloizio Mercadante.	339	Relato sobre os brasileiros repatriados dos Estados Unidos. Senador Marcelo Crivella.	145
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senador Marcelo Crivella.	340	Crise social brasileira que obriga cidadãos a saírem do País porque não conseguem trabalho. Senador Marcelo Crivella.	145
Considerações a respeito do seu voto a favor do Requerimento Nº 846, de 2005, que requer des- taque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senadora Heloísa Helena. .	340	A questão social e as garantias legais das pessoas portadoras de necessidades especiais. As comemorações da “Semana do Excepcional”. Senador Eduardo Azeredo.	450
		Defesa da necessidade de adaptação do transporte escolar para os excepcionais. Senador Eduardo Azeredo.....	450
		A eliminação das barreiras que criam as desi- gualdades sociais e estimulam a pobreza. Senadora Maria do Carmo Alves.....	460
		POLÍTICA DE TRANSPORTES	
		Decisão inaceitável do Governo, de retirar a prioridade, através do Ministério do Planejamento,	

Pág.	Pág.		
para a obra do Arco Rodoviário que interliga todas as rodovias federais do Rio de Janeiro ao porto de Sepetiba. Senador Roberto Saturnino.	432	suplementar no valor global de R\$ 600.300.00,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.	307
Indignação do povo paraense com o corte, pelo Ministério do Planejamento, dos recursos para a conclusão das eclusas do Tucuruí. Senador Flexa Ribeiro.	439	PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	
Reivindicações de Rondônia para a recuperação das rodovias estaduais, especialmente a BR-364. Senador Valdir Raupp.	444	Projeto de Decreto Legislativo Nº 388, de 2005, que autoriza o Poder Executivo Federal a implantar o Gasoduto Urucu-Porto Velho, no Estado de Rondônia.	158
A criação da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC – que, através do Projeto de Lei do Senado 62/2004, já deu o seu primeiro passo. Senador Paulo Octávio.	473	Projeto de Decreto Legislativo Nº 389, de 2005, que autoriza o Poder Executivo Federal a implantar o Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, inclusive as usinas hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio e a hidrovía do rio Madeira.	159
Elogios ao Senador Delcídio Amaral. Senador Paulo Octávio.....	473	Projeto de Decreto Legislativo Nº 390, de 2005, que aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2005.....	229
Recursos garantidos no Orçamento para a duplicação da BR-101, trecho sul. Senador Marcelo Crivella.	481	PROJETO DE LEI DA CÂMARA	
POLÍTICA PARTIDÁRIA		Projeto de Lei da Câmara Nº 74, de 2005, (Nº 4.042/2004, na casa de origem) de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a doar 6 (seis) aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e 6 (seis) à Força Aérea Paraguaia.	128
A definição da Liderança do PMDB na Câmara, com a indicação do Deputado Wilson Santiago. Senador Ney Suassuna.	472	PROJETO DE LEI DO SENADO	
PRESIDENTE		Projeto de Lei do Senado Nº 274, de 2005 (Complementar), que altera a Lei Complementar nº 64, de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar. Senador Tião Viana.	21
Comentários à fala do Presidente Lula no programa “Café com o Presidente”. Senadora Ideli Salvatti.	7	Projeto de Lei do Senado Nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições. Senador Jorge Bornhausen.	146
Críticas sobre o teor da carta enviada pelo presidente da República ao Cardeal Geraldo Majella Agnelo, presidente da CNBB. Senador Álvaro Dias.....	488	Projeto de Lei do Senado Nº 276, de 2005, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para suprimir a exigência de curso de direção defensiva e de primeiros socorros por ocasião da renovação da Carteira Nacional de Habilitação. Senador Rodolpho Tourinho.	153
Dia 11 de agosto, data para cobrança de penduras de um mau governo. Senador Arthur Virgílio.	491	Projeto de Lei do Senado Nº 277, de 2005, que altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, que determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação dos recursos federais para os respectivos Municípios e dá outras providências. Senador Rodolpho Tourinho.	154
PROJETO DE LEI			
Projeto de Lei Nº 33, de 2005, do Congresso Nacional, de Mensagem Nº 92, de 2005, do Congresso Nacional (Nº 521/2005, na origem), que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$ 26.867.385,00, para fins que especifica.	301		
Projeto de Lei Nº 34, de 2005, do Congresso Nacional, de Mensagem Nº 93, de 2005, do Congresso Nacional (Nº 522/2005, na origem), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa e da Reserva de Contigência, crédito			

	Pág.		Pág.
Projeto de Lei do Senado Nº 278, de 2005, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições. Senador Pedro Simon.	154	Projeto de Resolução Nº 72, de 2005, que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), no valor de até EUR 8.691.961,98 (oito milhões seiscentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal. Senador Flexa Ribeiro.	222
Projeto de Lei do Senado Nº 279, de 2005, que insere artigo na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “Estabelece normas para as eleições”. Senador Pedro Simon.....	156	Projeto de Resolução Nº 73, de 2005, que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total equivalente a até US\$1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Senador Álvaro Dias.	226
Projeto de Lei do Senado Nº 280, de 2005, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o crime de fraude em concurso público. Senador Osmar Dias.....	311	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	
Projeto de Lei do Senado Nº 281, de 2005, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. Senadora Patrícia Saboya Gomes.	312	Alerta a respeito da corrupção e as possibilidades de desvios no orçamento público do País. Aparte ao Senador Fernando Bezerra. Senador João Capiberibe.	167
Projeto de Lei do Senado Nº 282, de 2005, que dispõe sobre as ações de publicidade da administração pública. Senador Marco Maciel.	426	Profere Parecer de Plenário do Senado Federal, sobre a Medida Provisória nº 250, de 19 de maio de 2005, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$30.000.000,00, para os fins que especifica”. Senadora Ana Júlia Carepa.	344
Projeto de Lei do Senado Nº 283, de 2005, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir a prestação de contas em tempo real, pelos partidos durante a campanha eleitoral. Senador Eduardo Suplicy.	430	Pede para adiar votação de matéria referente a créditos para a sessão do dia seguinte. Senador Antonio Carlos Magalhães.	348
Projeto de Lei do Senado Nº 284, de 2005, que altera as Leis nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995, nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, nº 1.079, de 10 de abril de 1950 e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para disciplinar o financiamento das eleições. Senador Cristovam Buarque.	485	REFORMA POLÍTICA	
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO		Proposta de criação de uma comissão mista para tratar emergencialmente da reforma política. Senador Aloizio Mercadante.	63
Proposta de Emenda à Constituição Nº 38, de 2005, que dá nova redação ao § 1º do art. 37 da Constituição Federal. Senador Efraim Morais. .	315	Réplica ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante. Senador Heráclito Fortes.	65
PROJETO DE RESOLUÇÃO		Tréplica ao discurso do Senador Heráclito Fortes. Senador Aloizio Mercadante.	66
Projeto de Resolução Nº 71, de 2005, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$ 33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro (Agrofuturo), cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Senador Jonas Pinheiro.	218	Defesa do reajuste dos soldos dos militares, tendo em vista a situação crítica em que vivem. Senador Antonio Carlos Magalhães.	68
		Comentários sobre projeto de lei versando sobre normas que deverão reger as próximas eleições. Senador Jorge Bornhausen.	133
		Reclama melhoria da ética no campo político-eleitoral. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador Marco Maciel.....	135

Pág.	Pág.
Receio de que a reforma política não atenda todas as cláusulas desejáveis. Aparte ao Senador Fernando Bezerra. Senador José Agripino.	167
Apoio a uma proposta de reforma política a ser apreciada pelo Congresso Nacional. Senador Arthur Virgílio.	247
Designação, pelo Presidente Lula, do Ministro Humberto Costa para coordenar um grupo trabalho com o objetivo de estudar formas para controlar o uso do álcool no Brasil. Senador Tião Viana.	272
Defesa da aprovação do projeto de lei de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que versa sobre legislação eleitoral. Senador Osmar Dias....	446
Elogia a contribuição do Senador Osmar Dias quanto ao projeto apresentado pelo Senador Jorge Bornhausen. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Sibá Machado.	447
 REQUERIMENTO	
Requerimento Nº 819, de 2005, que requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento de José Aprígio Vilela, ocorrido dia 07 de agosto de 2005, em São Paulo. Senadora Heloísa Helena.	20
Requerimento Nº 820, de 2005, que requer, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 93, de 2005. Senador Jefferson Péres. .	20
Requerimento Nº 821, de 2005, que requer, com fulcro no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores pedido de informações sobre possíveis acordos entre países sulamericanos, principalmente com a República do Paraguai, prevendo o estacionamento de tropas norte-americanas, de forma permanente, na fronteira. Senador Efraim Morais.	20
Requerimento Nº 822, de 2005, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso <i>in memoriam</i> ao ex-Ministro do Tribunal de Contas da União e ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados, Dr. Paulo Affonso Martins de Oliveira, pelo lançamento de seu livro, concluído pouco antes de falecer, intitulado "O Congresso em Meio Século", e que seja levado ao conhecimento da viúva Dona Ana Vitória, aos filhos do homenageado e ao Jornalista Tarcísio Holanda, a quem Paulo Affonso prestou o	
depoimento que resultou na edição do livro. Senador Arthur Virgílio.	160
Requerimento Nº 823, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de consternação pela tragédia, ocorrida há 60 anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas. Senador Arthur Virgílio.	160
Requerimento Nº 824, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Monsenhor Ivo Calliari, Pároco Emérito da Catedral de São Sebastião, do Rio de Janeiro, ocorrido no dia 02 de agosto de 2005, e que seja levado ao conhecimento da Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio.	161
Requerimento Nº 825, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Francisco Medeiros, ocorrido no Rio de Janeiro no dia 02 de agosto de 2005, e que seja levado ao conhecimento da viúva Sra. Iracema e aos seus filhos. Senador Arthur Virgílio....	161
Requerimento Nº 826, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de solidariedade ao Jornalista Anselmo Gois, que está sendo processado por haver publicado, em sua coluna, no jornal <i>O Globo</i> , notícia sobre disputa judicial entre dois magistrados. Senador Arthur Virgílio.	161
Requerimento Nº 827, de 2005, que requer nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, a necessária autorização para tratamento de saúde no período de 10-8-2005 a 8-12-2005. Senador Jonas Pinheiro.	176
Requerimento Nº 828, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de regozijo ao Governo da Federação da Rússia, por intermédio do seu Embaixador acreditado junto ao Governo brasileiro, Sr. Vladimir Lvovich Tyurdenev, pelo sucesso da operação de resgate dos sete tripulantes do minissubmarino russo AS-28, encalhado desde a noite do dia 4 de agosto de 2005, no Oceano Pacífico, e pelo seu retorno, sãos e salvos, ao convívio familiar, para alívio dos povos do mundo inteiro. Senador Osmar Dias.....	177
Requerimento Nº 829, de 2005, que requer nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do requere-	

	Pág.		Pág.
rimento nº 642, de 2005. Senadora Heloísa Helena.....	177	Senado Federal, seja consignado voto de aplauso à Marubeni Brasil S/A, pelo transcurso de seus 50 anos no Brasil e igualmente, pela importante decisão de expandir-se no território nacional instalando-se em Santa Catarina. Senador Leonel Pavan.	181
Requerimento Nº 830, de 2005, que requer, com fulcro no art. 50 § 2º da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Saúde informações sobre os trabalhos da comissão destinada a analisar a dimensão de saúde pública, tributária e de comunicação social das bebidas alcoólicas. Senadora Heloísa Helena.....	177	Requerimento Nº 838, de 2005, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que o presente requerimento seja encaminhado ao Ministro de Estado do Banco Central, para que este providencie, no estrito termo do prazo constitucional e de suas responsabilidades, informações, com os documentos comprobatórios sobre o número de processo que Banco Rural responde administrativamente naquela instituição, a data de início do processo e a sua atual situação. Senador Álvaro Dias.	252
Requerimento Nº 831, de 2005, que solicita que o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. Senador Romeu Tuma.....	178	Requerimento Nº 839, de 2005, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que o presente requerimento seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie no estrito termo do prazo constitucional e de suas responsabilidades, informações sobre as negociações que a Caixa Econômica Federal tenha realizado com o BMG, desde janeiro de 2003. Senador Álvaro Dias.	252
Requerimento Nº 832, de 2005, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, “a”, e 216, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, e os arts. 1º e 6º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, também do Senado Federal, seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda pedido de informações sobre a arrecadação e repasses das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal, incluindo os destinados ao prêmio e à Caixa a título de custeio e administração, por loteria. Senador Romeu Tuma.	178	Requerimento Nº 840, de 2005, que requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Relações Exteriores informações sobre o atual estágio do pretendido Acordo Trilateral entre o Brasil, a Índia e a África do Sul, aventado no Fórum de Diálogo “G-3/IBAS”, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro. Senador Marcelo Crivella.	253
Requerimento Nº 833, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento, no dia 08 de agosto de 2005, do Sr. José Aprígio Brandão Vilela, irmão do Senador Teotônio Vilela Filho. Senador Arthur Virgílio.	178	Requerimento Nº 841, de 2005, que requer, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 768, de 2004. Senador Marcelo Crivella. ...	253
Requerimento Nº 834, de 2005, que requer, com fundamento no disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, um voto de homenagem à médica e psiquiatra Dra. Nise da Silveira, por ocasião do centenário de seu nascimento. Senador Pedro Simon.....	178	Requerimento Nº 842, de 2005, que requer, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Previdência Social, Nelson Machado, informações sobre procedimentos adotados pela Secretaria de Previdência Complementar em relação a processos e procedimentos investigativos, em andamento no Ministério Público Federal (MPF), no Tribunal de Contas da União (TCU), na Justiça Federal da 1ª Região (J.FED) e sobre possíveis irregularidades praticadas pela administração da Fundação Banco Central de Previdência Privada (CENTRUS). Senadora Heloísa Helena.....	253
Requerimento Nº 835, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Advogado e ex-Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, Dr. Hélvio Jobim. Senador Pedro Simon.	180		
Requerimento Nº 836, de 2005, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas congratulações à Confederação Nacional do Comércio pelos 50 anos de criação do Conselho Consultivo de Turismo, como órgão de sua estrutura. Senador Leonel Pavan.	181		
Requerimento Nº 837, de 2005, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do			

Pág.		Pág.
255	Requerimento Nº 843, de 2005, que requer, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Previdência Social, Nelson Machado, informações sobre procedimentos adotados pela Secretaria de Previdência Complementar em relação à fiscalização realizada por aquela Secretaria no ano de 2004, na Fundação Banco Central de Previdência Privada (CENTRUS). Senadora Heloísa Helena. .	
255	Requerimento Nº 844, de 2005, que solicita que o Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. Senadora Fátima Cleide.	
319	Requerimento Nº 845, de 2005, que requer, nos termos do art. 311 do Regimento Interno do Senado Federal, preferência para a votação do Projeto de Lei de Conversão, apresentado no Parecer Oral do Deputado André de Paula, sobre a Medida Provisória nº 248, de 2005. Senador José Agripino.	
323	Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005. Senador Antonio Carlos Magalhães.	
349	Requerimento Nº 847, de 2005, que requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, tenha tramitação em conjunto os seguintes projetos: Projetos de Lei da Câmara nº 89, de 2003 e Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2000 – Delitos de Informática. Senador Renan Calheiros.....	
350	Requerimento Nº 848, de 2005, que requer, nos termos do art. 352, inciso II, do Regimento Interno, a extinção da urgência concedida para o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84/1999, na casa de origem), que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. Senador José Jorge.	
352	Requerimento Nº 849, de 2005, que requer, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Risf, urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 146, de 2005, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de US\$33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro – AGROFUTURO, cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA”. Senador Jonas Pinheiro.	
	Requerimento Nº 850, de 2005, que requer, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, urgência para o PRS Nº 72, de 2005, advindo da MSF nº 181, de 2005, que “Propõe ao Senado Federal seja autorizado a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 8.691.961,98 (oito milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal, entre o Estado do Ceará e a Agência oficial alemã KfW, destinado a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico – Ceará II”. Senador Flexa Ribeiro.	354
	Requerimento Nº 851, de 2005, que, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, no Risf, requer urgência para o PRS nº 73, de 2005, advindo da MSF nº 199, de 2005, que “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US\$1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Multissetorial IV, inserido no Convênio de Linha de Crédito Condicional – CCLIP”. Senador Álvaro Dias.	357
	Requerimento Nº 852, de 2005, que requer urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2005 (nº 1.394/2004, na Câmara dos Deputados), que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004”. Senador José Agripino.	360
	Requerimento Nº 853, de 2005, que requer urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2005 (nº 1.559/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004. Senador José Agripino.	363
	Requerimento Nº 854, de 2005, que requer nos termos do inciso II do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2005. Senador Eduardo Azeredo.	365

	Pág.		Pág.
Requerimento Nº 855, de 2005, que dá preferência para apreciação de matéria antes de outras da Ordem do Dia. Senador Arthur Virgílio.	368	do Brasil, voto de congratulação pelo Transcurso, em 11 de agosto, do Dia do Advogado. Senador Antonio Carlos Magalhães.	455
Requerimento Nº 856, de 2005, que requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, congratulações ao professor e economista Luiz Gonzaga Belluzzo, pelo recebimento do prêmio Juca Pato "Intelectual do Ano", promovido pela União Brasileira de Escritores (UBE). Senador Aloizio Mercadante.	376	Requerimento Nº 863, de 2005, que requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar da Décima Conferência Mundial de Presidentes de Paramentos, que se realizará em Nova Iorque, Estados Unidos da América, de 07 a 09 de setembro de 2005, comunica ainda que estará ausente do País no período de 6 a 11 de setembro de 2005. Senador Renan Calheiros.	456
Requerimento Nº 857, de 2005, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao economista Luiz Gonzaga Belluzzo, vencedor do Prêmio Intelectual do Ano de 2004, com o Troféu Juca Pato, promovido pelo jornal Folha de S. Paulo . Senador Arthur Virgílio.	425	Requerimento Nº 864, de 2005, que solicita sobre o Projeto de Lei do Senado nº 310, de 1995, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. Senador Gérson Camata.	456
Requerimento Nº 858, de 2005, que requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam requeridas ao Ministro da Previdência e Assistência Social, informações sobre apuração de irregularidades nos fundos de pensão de empresas estatais. Senador Heráclito Fortes.	425	Requerimento Nº 865, de 2005, que requer, nos termos regimentais, seja consignado Voto de Aplauso ao presidente da Ordem dos advogados do Brasil, Roberto Antonio Busato, pelo transcurso do Dia do Advogado, que se comemora nesta data em todo o País. Senador Romeu Tuma.	456
Requerimento Nº 859, de 2005, que requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, informações, se foi recebido por aquele Ministério, ofício do Ministério da Previdência Social, enviado através da Secretária de Previdência Complementar, solicitando auditoria nos fundos de pensão de empresas estatais. Senador Heráclito Fortes.	426	SAÚDE	
Requerimento Nº 860, de 2005, que requer, nos termos do art. 70 e do art. 71, IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no SEBRAE, no período de 2003 até a presente data. Senador Álvaro Dias. ..	455	Considerações a respeito do atendimento em hospitais públicos referentes à questão da precária condição da saúde no País. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Leomar Quintanilha.	132
Requerimento Nº 861, de 2005, que requer, nos termos do art. 70 e do art. 71, IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Casa da Moeda do Brasil, no período de 2003 até a presente data. Senador Álvaro Dias.	455	SEGURANÇA PÚBLICA	
Requerimento Nº 862, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja enviado à Ordem dos Advogados		Registro dos 10 anos do massacre de Curumbiara. Senadora Fátima Cleide.	261
		Registra homenagem à Senadora Ana Júlia Carepa na luta por justiça contra o crime no Estado do Pará. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Romeu Tuma.	478
		SENADO FEDERAL	
		Considerações a respeito das solenidades dos pronunciamentos no Plenário. Senador Ney Suassuna.	119
		Dificuldades para o desenvolvimento dos trabalhos de algumas Comissões da Casa em virtude do funcionamento das CPMLs. Senador Leomar Quintanilha.	136
		Justificativa a licença de S.Exa. que se afastará dos trabalhos do Senado Federal. Senador Jonas Pinheiro.	175

	Pág.		Pág.
Considerações a respeito do dia a ser votada a matéria em discussão. Senador Aloizio Mercadante.	204		
Questiona se os encaminhamentos de votação da matéria discutida ficam preservados. Senadora Heloísa Helena.	204		
SERVIÇO PÚBLICO			
Defesa de uma agenda mínima para o Congresso Nacional. Senador Tião Viana.	26		
		TECNOLOGIA	
		Presta considerações a respeito do Requerimento 848, de 2005, que se refere à questão dos avanços tecnológicos. Senador Eduardo Azeredo. ..	351
		Reclama esclarecimentos para a retirada da urgência no encaminhamento do Requerimento. Senadora Heloísa Helena.....	351
		Presta considerações quanto à aprovação do projeto que uniformizaria a questão a respeito do Requerimento em votação. Senador Romeu Tuma.	351

Ata da 128ª Sessão Não Deliberativa em 8 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Efraim Moraes, da Sra. Serys Shhessarenko
e dos Srs. Mão Santa e Rodolpho Tourinho

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2005** (nº 1.370/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Santo André a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo André, Estado da Paraíba;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2005** (nº 1.407/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Pedregense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Régis, Estado da Paraíba;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2005** (nº 1.408/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária José Gouveia da Silva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amaraji, Estado de Pernambuco;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2005** (nº 1.412/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicações da Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Areia, Estado da Paraíba;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2005** (nº 1.529/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Educativa de Nova Olinda – Acreno a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado da Paraíba;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2005** (nº 1.487/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM de Águas Belas – PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Belas, Estado de Pernambuco;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2005** (nº 1.493/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Pirangiense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirangi, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2005** (nº 1.495/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Estereosom de Limeira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Limeira, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2005** (nº 132/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Diário de Petrópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro; e*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2005** (nº 1.083/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal do Brasil Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, por permuta com o Senador Mão Santa. S. Exª dispõe de até 15 minutos.

A seguir terá a palavra o Senador Ney Suassuna, pela Liderança do PMDB, como orador regularmente inscrito.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é comum, por parte dos membros que compõem o Congresso Nacional, trazer à Casa e à sociedade reflexões que possam contribuir para mudanças, transformações ou acertos, de conformidade com a conjuntura. Nesta tribuna já tive oportunidade de falar das questões que envolvem o trabalho das CPMIs em atividade. Muitos dias já se passaram, muitos fatos vieram ao conhecimento da Casa e da sociedade. Já tivemos momentos em que a tônica foi de perplexidade, decepção e, por que não dizer, de sofrimento.

Sr. Presidente, não é difícil chegar a uma conclusão ante os fatos já devidamente levados ao conhecimento público. Corrupção há, corruptos estão identificados, e corruptores tentam camuflar a realidade, como se fosse possível. Sendo assim, devo dizer o seguinte: é do conhecimento de todos nós brasileiros que, para se obter empréstimo bancário, faz-se necessário ter suporte de garantia, condição indispensável. O espantoso, nos fatos levados ao conhecimento nos últimos dias, é que Marcos Valério, figura até então desconhecida, conseguiu obter de forma inexplicável mais de R\$ 55 milhões, os quais foram distribuídos conforme o planejamento indicado pelo então tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Sr. Delúbio Soares. Portanto, não há dúvida de que estamos diante de fatos claramente dolosos. Não aceitamos, sob hipótese alguma, a simplória justificativa de que esses vultosos valores possam ser chamados de não contabilizados, como se isso fosse legal.

Não se pode, sob nenhuma justificativa, beneficiar este ou aquele envolvido, mesmo que a biografia do envolvido possa até ser notória, sob pena de comprometermos a credibilidade do Poder Legislativo, que hoje se encontra questionada pela população e observada pela comunidade internacional. Sendo assim, é inadmissível qualquer tipo de acordo, como foi especulado por alguns, conforme divulgado nos meios de comunicação, por ser ato de total imoralidade.

A CPI é um instrumento, e sua atuação não se compara com os trabalhos que as Delegacias de Polícia realizam, ou mesmo com os procedimentos praticados pelo Ministério Público, uma vez que os trabalhos da CPI são sempre levados ao conhecimento público, como forma de democratizar as investigações. Todos nós esperamos que as conclusões das atuais Comissões de Inquérito sejam ultimadas, a fim de que os

envolvidos sejam responsabilizados pelos seus atos. É o que toda a sociedade espera.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, neste momento, me dirigir ao eminente Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, a quem desde logo apresento meus respeitos. Digo a Sua Excelência que o momento exige ação e não omissão. E aproveitando uma frase de famosa letra de música proibida do cantor e compositor Geraldo Vandré no período do regime militar, digo “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. A hora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é de fazer com que o Congresso Nacional, o Senado Federal funcione de maneira regular.

A competência para compor a pauta para os trabalhos da Casa e transformar as sessões em deliberativas é do Presidente da Casa. Não se pode ficar à mercê do chamamento do Chefe do Poder Executivo para propor o andamento das matérias importantes que se encontram esperando encaminhamento. É triste saber que para a Casa trabalhar é preciso se fazerem acordos que recebem até nome como se fosse constitucionais, como, por exemplo, agenda positiva. Isso deve ser combatido para o bem do Poder.

O Congresso tem o dever, perante a sociedade brasileira, de deliberar as matérias de interesse do País. Nada justifica, neste momento, a inércia ora presenciada.

Sou autor da proposta de emenda à Constituição nº 47, que apresentei em 2004, a qual retira da Constituição o instituto das medidas provisórias, as responsáveis pela paralisia nefasta dos trabalhos do Congresso Nacional. Temos de corrigir essa anomalia. A responsabilidade de emendar a Constituição foi outorgada pelo Poder Constituinte originário ao Congresso Nacional e somente este pode agora fazer com que a normalidade volte a ser constância dos trabalhos em ambas as Casas.

Não é aceitável, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que os noticiários, ao iniciar o dia, informem à população que a pauta das Casas do Congresso Nacional se encontram trancadas por força de medidas provisórias e que nada é feito pelo Poder Legislativo a fim de que isso possa ser resolvido.

Sr. Presidente, para encerrar o meu pronunciamento, quero dizer, como membro do Poder Legislativo, que o Brasil precisa do trabalho do seu Congresso Nacional. O Poder Executivo não pode usurpar a competência precípua do Poder Legislativo, que é o de legislar; e os membros do Congresso Nacional não podem ficar inertes, como se nada pudesse ser feito.

Sr. Presidente, vamos mudar! Isso nós podemos fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, sem prejuízo da lista de oradores. A seguir, falará o Senador Mão Santa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos dias, ocupei esta tribuna para falar de burocracia, do quanto ela custa aos cofres públicos, o quanto ela emperra os processos neste País, aumentando o custo Brasil.

Hoje, vou falar especificamente de um tema que tem a ver com o que o Senador Papaléo acabou de falar e que vai interessar ao Senador Mão Santa e a todos os políticos que enfrentam eleições no próximo ano. Vou falar da burocracia no processo eleitoral. Estamos vendo um escândalo gigantesco, estamos vendo o que está acontecendo no País com caixa dois de campanha e uma série de situações que têm, com toda a certeza, um único motivo: as campanhas eleitorais.

Não vai adiantar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se não desburocratizarmos o processo eleitoral do próximo ano. Que me diga um candidato, digamos o Senador Mão Santa, que vai ser candidato a Governador no Piauí.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ou Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ou Presidente, segundo ele.

Ele terá que ter caixa para fazer os seus materiais gráficos, que custam uma fortuna – santinhos, retratos, publicações –, mas talvez não tenha dinheiro para colocar os seus *outdoors*; e se for um luminoso será muito mais caro. Talvez não tenha milhares e milhares de camisetas. No meu Estado, uma campanha majoritária não pode ser pensada se não se tiver pelo menos quinhentas mil camisetas – a R\$4,00 cada, estamos falando de R\$2 milhões somente em camisetas. Que não se pense no marqueteiro; os marqueteiros cobram caro. Cada programa de televisão é gratuito – gratuito, vírgula. Tem de se contratar estúdio, tem de se fazer filmagem permanente para ter material para se fazer um programa vibrante. Tudo isso precisa de dinheiro.

Estamos vivendo o escândalo do caixa dois, da ficção dos custos das campanhas. Está se aproximando uma e vamos precisar modificar tudo isso.

Talvez vamos precisar – eu aqui vou dar sugestões num **brainstorm**, numa tempestade cerebral, como fazem os americanos – fazer retrato padrão para todo mundo e que os programas de televisão sejam ao vivo, para não ter estúdio, para não ter marqueteiro, para não ter coisa alguma. Talvez tenhamos de proibir *outdoors* ou que tenhamos um número limitado de *outdoors*. Tal-

vez tenhamos de proibir camisetas e bonés. Tudo isso tem de ser pensado rapidamente porque setembro já é a data em que não se pode trocar de Partido. Em outubro, tem de se decidir em que Partido se fica para poder ser candidato no próximo ano.

Mas, Sr. Presidente, se não cuidarmos de todos esses itens...

E os cabos eleitorais? Quem olha na rua vê que as mocinhas estão lá agitando bandeiras...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me dá um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com muita satisfação, mas me deixe só concluir este pensamento para lhe dar o aparte.

As mocinhas estão lá agitando as bandeiras, mas é preciso o transporte para levar essas mocinhas, tem de se dar o dinheiro do lanche, tem de se pagar alguma coisa. Dependendo do Estado, são milhões e milhões. Tudo custa muito caro. Temos que padronizar, que simplificar se quisermos que seja de outra forma.

Pois não, Senador Mão Santa, V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Ney Suassuna, a democracia é feita dos três Poderes. Aten-tai bem, primeiro, nós temos de seguir aquilo que o seu Líder, o nosso Líder disse neste Congresso sintetizando a ética e a moral na política: não roubar, não deixar roubar e prender quem roubou. Segundo – atenta-tai bem! –, há o Poder Judiciário, de que eu fui vítima e apresento o diploma aqui. Esse negócio de gastar o que não deve... Eu entrei aqui com a despesa que apresentei; mínima. Além de exercer minha profissão, médico – a medicina é a mais humana das ciências – fui benfeitor de uma Santa Casa, e o povo me fez prefeito, Deputado, Governador. E fui vítima da Justiça, que está aí. Atentai bem! Eu tenho um atestado de prova. Um dos políticos mais honrados foi Leonel Brizola. Estão de acordo? Ele ocupou todos estes cargos: prefeito, Deputado federal, Governador, duas vezes. Não foi Presidente da República, porque, talvez, também o nosso Rui Barbosa não o foi. Era o destino! Mas ele deixou escrito, antes de morrer: “A fraude de Nelson Jobim”. Eu fui vítima. Cassou. Senador Leonel Pavan disse que dei luz aos pobres. Dei e dei pouca. Pobre não pagava, não. Disse que dei água aos pobres. Dei. Não deixei cortar água de pobre, porque o rico parcela as suas dívidas, e eu parcelei. Disse que dei comida e que tinham sopa na mão no Piauí. Dei, porque estava obedecendo a Deus: “Dai de comer a quem tem fome e de beber a quem tem sede”. E que dei remédio. Eu, vítima. Está aí ainda, sonhando em dar um golpe. Mas está aqui o diploma do PMDB, meu Partido. Ele para sonhar... Está na **Veja** essa jogada. Vai ter de disputar

a convenção comigo, com Mão Santa. Dei remédio? Dei. Se eu dava remédio como médico na minha Santa Casa, eu não iria dar como Governador do Estado do Piauí? Devemos desmascarar não só este Poder, mas também o Poder Judiciário. Está aqui. Esse é o atestado que chegou oportunamente: “A fraude de Nelson Jobim”, texto escrito pelo santo, pelo intocável, pelo honrado, pelo gaúcho Leonel Brizola. Então, essa reforma tem tudo. A única salvação da democracia é Partido forte. O meu PMDB precisa lançar candidato. Em 1974, Sobral Pinto. Esse, sim, homem de justiça, de vergonha, esteve ladeado por nosso Ulysses Guimarães. Em 1974, o PMDB participou do renascer da democracia. Então, V. Ex^a, como líder, deve incentivar o nosso Partido e dar uma opção ao povo brasileiro, uma opção de nova escolha. O povo é soberano e é quem decide. Essas são as nossas palavras. O PMDB vai ter candidato, candidato forjado na luta e acreditado pelo povo – e não obtido por meio dessas negociatas imorais, que abrangem também o Poder Judiciário. Está aqui o diploma dado pelo comportamento de Nelson Jobim pelo santo Leonel Brizola.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Mão Santa. V. Ex^a faz as suas afirmações, mas minha preocupação está sendo mais direta e pontual.

Ao falar hoje neste plenário, estou querendo que a Mesa determine que, suprapartidariamente, os Líderes dos Partido se reúnam e façam uma agenda do que deve ser apresentado – mas em 20 dias, porque, em pouco mais de 50 dias, essas normas precisam estar determinadas.

Temos de estudar como fazer para que, na campanha do próximo ano, haja homogeneização a fim de que não predominem aqueles que têm mais dinheiro ou o cargo político por meio de nomeações e de contratos.

Essa é a minha ponderação a esta Mesa.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a e congratulo-me com o Senador Mão Santa pelas considerações feitas ainda há pouco. Quero fazer uma referência justamente ao seu discurso, que é muito importante, visto que as disparidades são evidentes no processo de disputa eleitoral. Sinto muito é que tudo isso esteja ocorrendo exatamente agora, dando a sensação de que nós estamos tentando jogar para debaixo do tapete todas as denúncias que estão ocorrendo, principalmente sobre fraudes eleitorais, e, mais propriamente dito, sobre as fraudes de compra de votos na Câmara, a que se referem as CPIs.

Então, tudo isso me deixa uma grande preocupação. Sempre, nós, brasileiros, vemos o seguinte: os preços estão altos? Baixa-se um decreto para abaixar os preços. Quer dizer, paliativos, e sempre tentamos copiar países que não têm cultura semelhante à nossa para instalar aqui, para tentar abafar outro caso que é tão evidente, que a opinião pública está acompanhando. Então, temo que haja algum tipo de mudança de normas nas campanhas políticas, de maneira açodada, sendo isso feito até o dia 30 de setembro, e que isso venha a manter aberto esse jogo que todo mundo vê, que todo mundo enxerga, e contra o qual a Justiça Eleitoral não toma providências. Nós podemos avaliar quem tem dinheiro, quem não tem, quem declarou corretamente, quem não declarou. Eu já dei, no meu último pronunciamento, exemplo. A minha campanha foi paupérrima, não tinha um *outdoor*, não tinha nada na rua. Preocupava-me até se o povo sabia o meu número, para votar em mim, porque o meu nome todos conhecem. E, de repente, eu declarei R\$39 mil e tanto, e um candidato que fez uma campanha riquíssima aos olhos de todos, declarou R\$27 mil e tantos reais. Isso é uma vergonha! Isso é uma vergonha! E não é essa vergonha que vai ser jogada para baixo do tapete, fazendo-se normas para serem burladas também, e o povo ser desrespeitado, mais uma vez, sem saber da realidade em que vivemos. A outra, Senador Ney Suassuna, é a respeito da agenda, sobre o que, ainda há pouco, fiz um pronunciamento. As nossas Casas, Câmara e Senado, não podem ficar à mercê do Poder Executivo para fazer as tais agendas positivas. Temos que tomar providências. Se estamos sendo desmoralizados, a culpa é nossa, porque não estamos sabendo nos impor como um poder, que é independente. Então fica aqui o meu registro e o meu chamado de atenção para essa tal reforma política, que é temerária.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a o aparte que me dá.

Concordo com o Senador Mão Santa em número, gênero e grau. O PMDB tem que ter candidato, e por mim e pelo Diretório da Paraíba o terá! Segundo turno são outros quinhentos, mas, no primeiro turno, temos que ter candidato, sim, senhor, e essa é uma determinação do meu diretório da Paraíba, para mim, para o Senador José Maranhão, para todos nós! Agora, só na hipótese de não ter candidato algum que tenha condições, aí, nessas condições, temos que debater com todo o Partido.

Em relação ao problema da Justiça, V. Ex^a como o Papaléo estão cobertos de razão. A Justiça tem de ser mais efetiva, mais imparcial. Tenho visto alguns Estados onde a Justiça é muito parcial, lamentavelmente, porque entra no jogo da nomeação dos juízes eleitorais

o próprio poder político. Então, o que me deixa nervoso neste momento é o tempo. O tempo urge. Temos que baixar essas regras voando, para saber como tornar mais simples e mais justas as campanhas.

Peço ao Presidente para dar a oportunidade da palavra ao Senador Sibá Machado, e, em seguida, concluo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Ney Suassuna, eu também não podia deixar de participar do discurso de V. Ex^a, principalmente nesta parte em que V. Ex^a lembra o custo de uma campanha na televisão. Lembrei-me de 1985, quando eu estive pela primeira vez na minha vida diante de uma câmera de TV. Naquele momento, era permitido um não-candidato participar do programa de um candidato, e eu fui lá ajudar um colega. Comparando aquela época aos tempos de hoje era muito esquisito, pois o candidato chegava, sentava na cadeira diante da câmera ligada sem ter controle do tempo. Então, se ele corresse havia o risco de terminar o discurso antes do término do seu tempo, e a câmera continuava focada nele que ficava ali, parado, feito uma estátua; ou se o discurso fosse além do tempo permitido era cortado. Isso era um verdadeiro terror para o candidato. Hoje saímos dessa situação, que era motivo de muita piada, muita pilhéria na rua, dizia-se que candidato “a” ou “b” não sabia falar, ou coisa parecida. Lembro ainda a V. Ex^a um ponto que me chamou a atenção. O financiamento público de campanha, no meu entendimento, só terá qualquer viabilidade social se vier acompanhado dessas preocupações que V. Ex^a está lembrando aqui: uma campanha padronizada, o mesmo tipo de cartaz, o mesmo tipo de *outdoor* – se houver **outdoor** – ou seja, as mesmas características, sob pena de, novamente, alguém ser tentado a burlar a lei. Neste caso, solidarizo-me com V. Ex^a. Se esta Casa – e até quero dizer mais tarde no meu pronunciamento – está preocupada com a velocidade do tempo para que possamos fazer a reforma política para valer ainda em 2006, tem que ir à luta, tem que procurar a Câmara dos Deputados, tem que fazer o que for necessário para convencer a Câmara a votar aquilo que o Senado votou em tempo hábil. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado.

Concluindo, Sr. Presidente, alerta para o seguinte: vamos imaginar o Senador Mão Santa sendo candidato a governador – não estou nem pensando em campanha a Presidente. S. Ex^a enfrentará um Governo que nomeará pessoas, ex-prefeitos, inflacionará a folha do Estado para conquistar votos de modo indireto para campanha e terá, como Senador, que gastar dinheiro

para colocar *outdoor*. Mas, com certeza, o Governador terá pessoas interessadas em pagar o seu *outdoor*.

Essa fiscalização e essa diminuição de gastos têm que ser pensados por nós. Como vamos agir? Os Partidos políticos precisam se reunir rapidamente. E esta é a razão da minha vinda à tribuna: pedir que a Mesa promova uma reunião de Líderes ou de presidentes de partidos no Senado e na Câmara. Primeiramente faremos no Senado e, simultaneamente, solicitamos que seja feita coisa semelhante na Câmara, uma vez que não temos ingerência. Eu vi o PFL já se movimentando. Mas não apenas um Partido tem que fazer, mas, sim, todos. E juntos temos de encontrar a solução para tirar do nosso caminho esse problema sério que é o gasto excessivo nas campanhas, que leva à distorção de se ter caixa dois e que leva a toda essa possível corrupção que estamos vivendo no momento em que precisamos sair disso.

Quanto a punir quem errou, temos que fazê-lo. Passado, temos que limpar toda a agenda. Punir quem é culpado, tudo muito bem, mas temos que nos preparar para o futuro e temos que ter tempo determinado. Creio que nós deveríamos, depois, conversar com o Presidente Renan para ver se isso ocorre num curto espaço de tempo, porque o tempo urge. Nós temos menos de 50 dias para soltar a legislação que vai vigor na próxima eleição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa. S. Ex^a dispõe de até 15 minutos, sem prejuízo da lista de oradores.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Senadoras e Senadores aqui presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes ou que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, está no livro de Deus, Senador Tião Viana, que depois da tempestade vem a bonança. Outros dizem, Suassuna: depois do dilúvio. Aqui, é do Delúvio. Mas estamos nós com essa fé e essa crença, Senador José Jorge, e entendemos que nunca dantes, jamais, o Brasil passou por tantas dificuldades.

Senador Tião Viana, gosto de conhecer a História universal, a do Brasil, a do Piauí. E fazendo uma reflexão daquilo que estudamos – todos nós, brasileiros –, vemos que esta é a mais vergonhosa página de nossa história.

Atentai bem, auscultem as crianças. Todos, desde as crianças, estão envergonhados com a imagem do político. Vim para cá, para a política, Senador Tião Viana, não como um desesperado, mas como um vi-

torioso da minha profissão, porque, Senador José Jorge, que, no tempo em que eu trabalhava numa sala de cirurgia de uma Santa Casa, essas mãos guiadas por Deus conseguiam salvar um aqui e acolá com um bisturi. Mas entendi que essas mesmas mãos, com outro instrumento, uma caneta, poderiam fazer muito mais bem. E é só isso. Foi isso que me atraiu. Foi isso que me fez estar aqui. E como é difícil!

Falo aqui tendo enfrentado a ditadura militar. A minha cidade foi a primeira do Piauí, Parnaíba, a vencer os candidatos da ditadura pelo MDB.

Mil novecentos e setenta e dois. Senador Augusto Botelho, Senador Papaléo Paes, antes de Ulysses e Sobral Pinto aqui serem candidatos, nós lá enfrentávamos e já vencíamos os candidatos da ditadura. Essa é a história aberta.

Então, com a gratidão do povo pela decência com que exerci a Medicina, fizeram-me político. E esse mesmo povo me trouxe para cá. E não foi fácil, não. Tombamos na mais vergonhosa página de injustiça. Eleito, contas aprovadas no Estado, seis a um, e de repente, na calada da madrugada, me botaram para fora. E disseram, Papaléo – olhem a falta de vergonha! – que eu tinha dado luz para os pobres. Eles não pagavam não. Quem tinha conta de menos de trinta quilowatts, um, dois, três, quatro – aprenda, Lula –, o serviço social pagava.

Água? Eu nunca deixei cortar água de um pobre. Se eu via esses malandros ricos parcelarem suas contas nos bancos em até dez anos, por que eu não faria isso com as contas dos pobres? Fiz.

E que eu dei comida para os pobres. Quem criou esse negócio de restaurante popular fui eu, Lula: Sopa na Mão. Disseram que era propaganda falar em “mão”. Então, “contramão” e “mão” também não se podia falar.

E que eu dei remédio. Ah, Justiça! Eles me tiraram. E essa vergonha que está aí ninguém fala. Imagina-se até sair candidato desse mar de corrupção.

O PMDB é esse partido de luta que eu represento. Papaléo, a **Veja** diz aqui: “Um Juiz para Presidente”.

Brasileiros, José Jorge, V. Ex^a é engenheiro. Leonel Brizola também foi engenheiro, brasileiro, Deputado, Prefeito, duas vezes Governador, vibrante, honrado, honesto, mas não chegou à Presidência – Rui Barbosa também não chegou. E eu sei que ele criou esse Partido, o PDT, grandioso partido. Atentai bem: Brizola escrevia uns “tijolaços”, e eu os li, admirador dele que era. O último “tijolaço”, lá no jornal do Rio de Janeiro, o **Jornal do Brasil**, era a fraude de Nelson Jobim. É! É!

Eu só quero dizer: o Poder Executivo está comprometido? Está. O Poder Legislativo está. O Poder

Judiciário está condenado por Leonel Brizola. Entendeu, Tião Viana? Essa é a verdade.

Eu fui vítima, mas o povo, o povo soberano, o povo forte, o povo corajoso, bravo, o povo do Piauí nos fez Senador da República. Em nosso hino, Senador Tião Viana atentai bem, temos: “Piauí, terra querida, filha do sol do Equador, na luta o teu filho é o primeiro que chega”.

E eles me mandam para cá, para esta luta, para esta transparência. Eu fui o primeiro aqui, e para fazer Oposição.

Sibá, que também nasceu no Piauí, e nós o emprestamos para o Acre – e o Acre tem um grande Governador, e eu ouvi o conselho que ele deu ao Presidente da República: para pedir desculpas, para enfrentar a verdade, para fazer uma agenda mínima para entregar este País na paz.

Mas estamos aqui nesta ciência para dizer, Tião Viana, José Jorge, que, como os piauienses deram a vida lá, em 13 de março, para expulsarmos os portugueses e garantirmos a unidade, nós estamos aqui com a mesma coragem, neste momento de maior dificuldade da política do País.

Entendo, e entendo bem, que essa democracia repousa... Não chamo de Poder, mas instrumentos, porque entendo que poder é Deus, poder é o povo de Deus! Somos instrumentos da democracia: o instrumento Executivo, o instrumento Judiciário e o instrumento – aqui nós – Legislativo. Todos nós precisamos aproveitar essa tempestade, esse dilúvio, esses delúbios para limparmos esses três instrumentos, conscientes, Papaléo, de que o poder é o povo, de que o povo é soberano, de que é o povo quem decide. E que saiam disso Partidos limpos, puros e fortes!

Não quero o PT acabado não. Acho que ele deve vir limpo e forte. Não admito ele cooptar, trocar a nossa luta e a nossa história de Partido que redemocratizou este País. Venham os mortos lembrar: Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Juscelino Kubitschek, que foi cassado, como eu. Venham à esta luta para, então, salvar uma democracia que nos dá o instrumento e a tranquilidade, compreendendo, Senador Papaléo Paes, como Winston Churchill o maior Líder político da nossa geração, que venceu a guerra contra os ditadores, que a democracia não é boa, mas é complicada e difícil. Entretanto, afirmou Churchill que não conhecia, Senador Tião Viana, nenhum regime melhor.

Então, vamos preservá-la! Vamos defendê-la! Vamos aperfeiçoá-la! Vamos protegê-la, porque ela nos oferece a alternância do Poder. Mas que a alternância venha da força do povo, da independência do povo e de todos nós, todos os instrumentos desta democra-

cia – porque eu não chamo Poder; o poder é o povo, o Poder é Deus!

Então, conscientes, façamos leis boas e justas, regras claras, limpas e puras, que não permitam a injustiça do passado. Senador Tião Viana, Senador Papaléo, para este posicionamento que eu manifestei aqui, é necessário ter coragem – que eu tenho, por ser um homem do Piauí – e vida limpa. E cadê? Eles souberam separar o joio do trigo, transformar o trigo em joio? O povo não. O povo identifica, o povo respeita, o povo qualifica. Eles têm o entendimento. Vamos respeitar esse povo.

Seu irmão, Tião Viana, bem novo, dentro do Partido, mas tem umas reflexões que buscam a verdade. Por que isso? Eu acho que nasceu como nasci eu, de gratidão ao povo. E estamos aqui pelo povo, e não por dinheiro. Não é dinheiro não! As nossas contas são verdadeiras. Esse negócio de dizer que todo mundo faz? Não faz, não. Eu nunca fiz! José Jorge, atentai bem! Ó José Jorge não deveriam ter expulsado Nassau, que tinha uma formação européia. José Jorge, atentai bem: esse negócio de dizer que todo mundo... Não! Eu já perdi eleições, Papaléo Paes, Tião Viana, já ganhei eleições, mas nunca perdi vergonha e a dignidade! Aí é que está! Rui Barbosa perdeu eleições. Abraham Lincoln perdeu eleições, mas ele deixou escrito “governo do povo, pelo povo e para o povo.” O que estamos fazendo pelo povo? Nós estamos aqui é carimbando um regime de corrupção, de malandragem, de desigualdade, de injustiça! Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. Nós todos, brasileiros, é que somos. Justiça não é um privilégio dos que estão no instrumento judiciário. Justiça somos nós. Como Montaigne disse, é o pão de que mais a humanidade precisa.

Sr. Presidente Tião Viana, olha a falta de vergonha. Guariba – Senador José Jorge, V. Ex^a, que é engenheiro –, aqui declarado: dois milhões. Vamos colocar os malandros, os traquinas do PT traquina, porque tem o PT bom. Eu acreditei nele e respeito. Tenho admiração pelo Líder Delcídio, por V. Ex^a, pelo Senador Sibá. Se o Senador Sibá quiser, eu até o levo para o Piauí e ele se elege lá. É possível obter mais votos do que...Então, há admiração. Mas os malandros, os picaretas foram lá em Guariba. Eu disse que não dava certo. Foram lá para levar água, uma adutora. Na ânsia de ganhar dinheiro, levaram os canos, implantaram tudo. Mas lá é uma zona de cristalino e não descobriram água suficiente para abastecer. Receberam logo o caminho da malandragem de ganhar dinheiro fácil. Então, é isso que estamos a combater.

Quis Deus chegar e adentrar neste plenário, porque Deus escreve certo por linhas tortas, o Senador Ramez Tebet, homem que representa Abraham Lin-

coln, Rui Barbosa, do Direito: “Caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no direito”, assim falou Abraham Lincoln.

Sr. Presidente, faltam 13 segundos, tempo suficiente para eu dizer aqui – nasci no dia 13 – que não abriremos mão, o PMDB, nosso, autêntico, simbolizado por Ramez Tebet – o Teotônio Vilela deste novo século –, o Papaléo, que nós não vamos deixar voar, ele já quer voar com asas de tucano, para oferecermos ao País a possibilidade de uma alternância do poder e juntos, abençoados por Deus, construímos uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna, acabando com aquela de que a esperança venceu o medo, a corrupção afo-gou a esperança. Que sejam as próximas eleições a esperança de um melhor governo para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Marco Maciel, Senador Eduardo Suplicy, Senador Alvaro Dias...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a palavra para uma comunicação em nome da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra, pela Liderança do Governo, por até sete minutos. A seguir, o Senador Sibá Machado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, hoje, eu analisei com vários órgãos de imprensa a entrevista dada pelo Presidente da República, naquela que tem sido uma das suas formas de contato e de comunicação com a população brasileira, que é o “Café com o Presidente”.

No “Café com o Presidente” de hoje, o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um chamado, que, tenho certeza absoluta, é o que toda a população brasileira deseja de forma ardorosa, que é o andar das investigações acelerado, eficiente e com profundidade, para que tanto o Poder Executivo, por meio das suas responsabilidades, seja Ministério da Justiça, seja Polícia Federal, seja Controladoria-Geral da União, continue dando andamento às investigações, que têm sido, de forma pública, reconhecida pela população como ações de combate à corrupção, como muito pouco foi feito em termos de comparação a esses níveis, em termos de operações, das prisões e das ações de combate ao crime organizado, desmontando quadrilhas que vigo-

ram e locupletam-se da máquina pública há décadas neste nosso País.

Além desse andar das investigações no Executivo, como também no Legislativo, por meio das três CPIs em destaque, que estão em funcionamento nesta Casa, a CPMI do Mensalão ou da Compra de Votos, a CPMI dos Correios, a CPI dos Bingos, e, além delas, a Comissão de Ética e a Corregedoria da Câmara, ou seja, essas cinco instâncias que estão investigando dêem andamento a essas investigações de forma que tenhamos efetivamente a obtenção das provas, para que, provados aqueles que tiverem qualquer tipo de ação interligada a essas denúncias, a essa corrupção que está agora no centro da crise política que vivenciamos, sejam efetivamente punidos.

Na fala do Presidente, Sua Excelência colocou de forma muito clara que, no andar dessas investigações, tanto Executivo quanto Legislativo precisam dar andamento às demais ações, tanto de governo, no sentido de implementar os programas, de fazer as obras, as inaugurações, andarem. E o Presidente tem se dedicado a isso, tem colocado a máquina para funcionar e tem praticado vários atos.

Senador Sibá Machado, quero registrar pelo menos três dos atos do Presidente Lula que considero de importância estratégica nas últimas semanas. O primeiro foi a retomada da expansão do ensino público de terceiro grau em nosso País. O início das obras de várias universidades federais em alguns Estados brasileiros é algo que, há mais de duas décadas, não existia. Há mais de duas décadas, o ensino público de terceiro grau no País estava parado, contingenciado, estagnado, permitindo que apenas o ensino público privado se desenvolvesse da forma tão ostensiva como aconteceu.

Portanto, esses atos de governo, ampliando a oferta de ensino público gratuito de terceiro grau à nossa juventude e aliando-a ao ProUni, são fundamentais, pois têm uma importância estratégica para o nosso País.

Outro ato de governo estratégico é programa do biodiesel. Já se detectou que, nesses recordes que estamos ultrapassando seguidamente na nossa balança comercial, Senador Cristovam Buarque, nas nossas exportações, há um ingrediente novo, que é a crescente exportação do petróleo, porque o Brasil não tem mais necessidade daquele volume de petróleo, principalmente aquele vinculado ao óleo mais pesado, pois não consumimos o tanto que produzimos. Essa exportação tem servido para ampliar o nosso superávit comercial, a nossa balança comercial. Portanto, o programa de biodiesel é altamente estratégico, porque significa ter programas de geração de energia, utilizando mão-de-obra e, inclusive, produtos que, se não forem destina-

dos ao biodiesel – como no caso da mamona –, não têm qualquer utilidade. Haverá também geração de empregos em regiões, como a do semi-árido nordestino, de fundamental importância para dar condições de vida digna a grandes contingentes populacionais brasileiros. Além de dar o emprego, ainda propiciará a consolidação da nossa balança comercial, por meio das crescentes exportações do petróleo.

O terceiro ato estratégico de governo nos últimos dias – e que passou despercebido – é a questão do Pronaf: R\$9 bilhões foram destinados ao custeio e ao investimento da agricultura familiar brasileira. Se lembrarmos do último Pronaf – safra do Governo que nos antecedeu –, verificaremos que mal passou de R\$2,4 bilhões. Estamos com R\$9 bilhões, quase quadruplicando a oferta de crédito para esse setor que, volto a dizer, é estratégico também por ser um dos que mais gera empregos. Além disso, fixa o homem no campo e elimina o êxodo rural, tão assustador para todos nós que entendemos as mazelas dos grandes centros urbanos.

Por isso, esses atos do Governo precisam, a cada dia, ampliar-se mais. Quando o Presidente diz que o Governo tem que andar, assim como o Poder Legislativo, no paralelo das investigações, aparece uma lista de propostas e de projetos que estão aqui no Congresso Nacional e que precisaremos ter a responsabilidade de votar, sim.

Não se trata de paralisar nem se arrefecer as investigações, mas é de fundamental importância que possamos aprovar o projeto da pré-empresa; a lei das micro e pequena empresas; o Fundeb; a regulamentação das agências; terminar de aprovar a reforma tributária; aprovar a legislação complementar da reforma do Judiciário. Todas essas matérias estão aqui, juntamente com a reforma política, que nós temos que fazer ainda este ano, para que algo entre em vigor na eleição do ano que vem.

Por isso, quero dizer que a fala do Presidente hoje, no Café com o Presidente, foi um chamamento à responsabilidade de todos para com o momento que vivemos; à responsabilidade de dar andamento aos atos do Governo, aos programas, às ações, como também ao ato de legislar desta Casa, que é de fundamental importância, junto com as investigações.

Por isso, Sr. Presidente, ao terminar, quero apenas deixar um apelo: não sei qual o encaminhamento que os Presidentes das duas Casas darão para que possamos cumprir a agenda legislativa, mas é de fundamental importância que tenhamos horários de deliberação legislativa, ou dias de deliberação legislativa, nos quais as CPIs não funcionem, para que possamos fazer os dois trabalhos, o de legislar e o de investigar.

Essa a sugestão que deixo ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, por até 15 minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, aproveitando aqui a deixa da nobre Senadora Ideli Salvatti, ocorreu-me de imediato a simbologia do 7 de setembro, dia em que se comemora a Independência do Brasil.

Quero fazer um quadro comparativo de que, desde a Proclamação da República até o presente momento, a grande luta brasileira tem sido para que se possa firmar a independência política e também a independência econômica. E, olhando para todos os números da economia do Brasil, o que me chama mais atenção tem sido o do ramo da energia elétrica, da matriz de energia elétrica do Brasil, da produção de combustíveis fósseis e dos ganhos em tecnologia, em que o nosso País tem sido nota 10 nestes últimos tempos.

Devo dizer que um dos grandes chamamentos da Nação no atual governo, o Governo Lula, tem sido este de aprimorar a comemoração do verdadeiro 7 de setembro do Brasil, a verdadeira independência nacional, a partir da independência econômica.

Os últimos resultados, que foi a disputa do País na OMC, no Banco Interamericano, no Conselho de Segurança da ONU e em tantos outros cenários que, *a priori*, parecem estar apenas no campo das novas relações sociais e políticas dos países do mundo, apontam, claro, para a independência econômica do País.

Então, faço um paralelo do que foi a conquista desse empreendimento chamado biodiesel. E tenho visitado cada um desses empreendimentos pelo Brasil. Fui ao Estado do Piauí, onde fiz questão de ficar uns dois dias, e agradeço, inclusive, a receptividade que tive da empresa Brasil Ecodiesel, visitamos a plantação de mamona, visitamos a Universidade do Piauí com seus laboratórios de pesquisa, visitamos a usina, que na época ainda estava em fase de construção e que agora o Presidente Lula foi inaugurar. Estou aceitando o convite do Senador Flexa Ribeiro para que visitemos a empresa Agropalma, no Estado do Pará, que utiliza também uma importante oleaginosa daquela região. E tenho provocado as pessoas no nosso Estado, o Acre, para que o coloquemos também nessa rota. Aproveito para agradecer aqui à Universidade Federal, à Fundação de Tecnologia do Estado, à Embrapa do Acre, por estarmos vencendo as últimas barreiras para pesquisar se o cultivo da mamona e do dendê no Estado do ACRE é viável.

Visitei as plantações, fiquei muito emocionado em saber que vai ser uma realidade de sucesso no nosso Estado o empreendimento do biodiesel, do qual já queremos iniciar uma primeira mini-usina no interior, numa comunidade rural, para que o produtor, muito mais do que um comprador de energia, passe a ser também um vendedor, um fornecedor dessa importante matéria-prima para a economia.

Sr. Presidente, quero ainda lembrar a reforma política. Senti que este é um tema que nas últimas duas semanas tem se associado bastante aos debates que têm sido realizados nesta Casa, por conta da crise que está estabelecida sobre compra de votos, “mensalão” ou coisa parecida. Na reforma política, tenho escutado de muitas pessoas que é preciso mudar o regime de governo para que se possa também fortalecer a figura dos partidos políticos e, com isso, varrer, de uma vez por todas, esse fantasma chamado prática da corrupção.

Digo que qualquer instituição é formada por pessoas, e não é mudando o regime que se resolverá, de uma hora para outra, no meu entendimento, o problema da prática de ilícitudes.

Se trocarmos o presidencialismo por parlamentarismo, alguns podem dizer que presidencialismo é sinônimo de organização da democracia, outros apostam no parlamentarismo. Num e noutro, será a figura dos partidos mais consolidados que fará com que a democracia interna seja levada a cabo.

O Senador Ney Suassuana levantou esta questão aqui, e sobre ela digo que, se o Senado Federal quer ver implementadas mudanças importantes quanto a matérias da reforma política já nas eleições do ano que vem, é preciso que tome as suas responsabilidades. E por que ficar aguardando que apenas a Câmara dos Deputados faça isso. A forma de se eleger um Deputado para a Câmara dos Deputados é bem diferente da de um Senador, que tem oito anos de mandato, que tem uma votação majoritária. Portanto, o tempo do Senado Federal é um tempo bem diverso do da Câmara dos Deputados.

Assim, estou convencido da necessidade de fazermos um esforço. Se quisermos mudar algo significativo na lei eleitoral para o próximo ano, deve-se fazer agora, no momento da crise. Isso já foi dito, na semana passada, pelo Senador Pedro Simon, com o qual concordo plenamente.

Se não aproveitarmos da crise, em que estão todos expostos à sociedade, em que se pode travar um bom debate e construir, de fato e de direito, Sr. Presidente, o enriquecimento muito forte na melhoria do papel do Legislativo brasileiro, das convicções de cada um, da forma da constituição dos partidos polí-

ticos e principalmente da forma das disputas que esses partidos farão entre si, nós perderemos a grande oportunidade. Por isso, tem que ser agora.

Quero lembrar que apresentamos uma matéria nessa direção e que o Senador Paulo Octávio já tem proposta elaborada, desde quando era Deputado Federal, acerca da coincidência de mandatos. Começo a acreditar que, se aprovarmos a coincidência de mandatos, inevitavelmente as alianças já vão tomar uma nova configuração, e as pessoas serão obrigadas a assinar cartas e projetos sociais que durem, no mínimo, o prazo de seus mandatos.

Outra preocupação – já anunciada aqui pelo Senador Ney Suassuna – que chama a atenção de todas as pessoas que acompanham esse debate refere-se a como será feito o financiamento público das campanhas. Este só terá viabilidade, segundo meu convencimento, se for diminuída ao máximo a forma de se fazer campanha eleitoral e, portanto, se houver uma certa igualdade dessas campanhas, nos mesmos perfis.

É claro que será chato demais uma pessoa estar na sua casa, ligar uma televisão e assistir a uma pessoa falando de maneira bruta, de matéria bruta – quem faz televisão deve saber muito bem do que estou tentando aqui explicar. Falei ainda há pouco, em aparte ao Senador Ney Suassuna, que, em 1985, tive a primeira experiência com televisão na minha vida, e eu estava lá para ajudar um candidato. Foi entrar na sala, a câmara ligou, e disseram: “Agora é a tua vez”. Tive que falar de improviso, pensando no que ia dizer. Tinha cinco minutos para falar. Quando terminou, eu estava suando frio, estava – como se diz no meu Estado – suando em bicas, derramando água de suor por ter passado por essa primeira experiência.

Quero fazer uma comparação dessa situação com o vestibular. Imagine-se uma sucessão de jovens que farão vestibular. Considero que vestibular não é sinônimo de conhecimento, porque uma pessoa muito bem preparada de conhecimentos pode estar psicologicamente abalada no momento e fazer uma péssima prova, e corremos o risco de perder uma boa inteligência para a academia. Por outro lado, pode haver uma pessoa de idéias brilhantes, uma importante pessoa que pode adentrar a carreira política, mas que, por não saber falar bem em público, terá o dissabor de ser levado a fazer um péssimo pronunciamento. Mas são as circunstâncias do momento.

Portanto, insisto que, se não houver uma igualdade na forma da campanha, se não houver uma redução brutal da forma de se fazer campanha hoje, o financiamento público será inócuo e não conseguirá coibir aquilo a que assistimos hoje, que é a promiscuidade dos chamados recursos não-contabilizados.

Sr. Presidente, outro tema que trago aqui refere-se a Marcos Valério e ao papel das duas CPIs que tratam da compra de votos e da apuração de corrupção no atual momento. Vejam o que acontece: a CPMI dos Correios, instalada já há algum tempo, avançou bastante em investigações e já tem, no meu entendimento, uma série de material para ser apresentado, sendo que o relator já pode, se quiser, apresentar um sub-relatório para ser apreciado pelas instâncias que, de fato, poderão fazer a denúncia; e existe a outra CPMI, que vai tratar da compra de votos. Senti uma certa indisposição entre os membros das duas Comissões e até uma certa preocupação no que se refere à competência, quando se tratar de Parlamentares que poderão vir a ser julgados e a perder os seus mandatos.

Sr. Presidente, a CPMI dos Correios já está apresentando material suficiente para pedir a cassação de 18 Parlamentares, segundo o próprio relator anunciou em entrevista coletiva na semana passada. Assim, penso que, neste momento, não cabe mais aqui avaliarmos qual a competência dessas duas Comissões, onde começa e onde termina a competência de cada uma das duas para investigar sobre origem e destino de dinheiro ilícito. Neste momento, defendo que quem já tenha avançado na investigação que a apresente. Não é possível perder tempo. Está na hora de apresentarmos ao Brasil soluções imediatas nesse campo.

Portanto, quero defender aqui o Relator da CPMI dos Correios e o Presidente da CPMI dos Correios, Senador Delcídio Amaral, para que façam a apresentação desse sub-relatório de imediato. E caberá à Câmara, então, em seus fóruns internos, julgar quanto aos Parlamentares envolvidos.

Para encerrar, Sr. Presidente, anuncio que recebi com muita felicidade a lembrança do Deputado Moisés Diniz, da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, Casa que me agracia com Voto de Aplauso pela emenda parlamentar que aqui apresentamos, enquanto Bancada, para interiorização da nossa universidade.

Insisto nessa tese porque, no final de junho, início de julho, votamos aqui a criação de várias novas universidades ou a transformação de alguns institutos de pesquisa da área federal em universidades. Para o nosso Estado do Acre, não precisamos disso, mas precisamos de bons recursos. Então, somando-se as emendas individuais dos Parlamentares às de Bancada, voltadas para a nossa universidade, temos R\$6,5 milhões.

Sempre que puder manifestarei minha vontade da tribuna desta Casa, Sr. Presidente, no sentido de convencer a área fim do Governo, o Ministério da Educação, o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda, a canalizarem esses recursos. Isso é vital

para que coloquemos a nossa universidade no rumo dos investimentos que estão sendo feitos no campo do conhecimento atual.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador José Jorge, por até 15 minutos, e em seguida ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as Confederações Nacionais da Indústria, da Agricultura, dos Transportes e das Instituições Financeiras reuniram-se com o Presidente Lula para sugerirem uma agenda mínima que viabilize o desenvolvimento econômico do País.

Entre os principais pontos da agenda mínima destacam-se:

- aumento do superávit primário, diminuindo os gastos de custeios;
- aperfeiçoar e votar o projeto de lei que regulamenta as agências reguladoras, para dar mais segurança aos investidores, já que o atual projeto compromete a independência das agências;
- definir o gestor do fundo garantidor das PPPs, para que o programa possa ser aplicado;
- rever o projeto que regulamenta a área de saneamento básico;
- acelerar o processo de licitação das obras na área de transporte;
- criar um marco regulatório para investimento no setor de gás natural;
- reduzir a carga de impostos no projeto de reforma tributária;
- ampliar a chamada MP do Bem;
- ampliar os prazos de recolhimento de tributos federais;
- aprovar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas;
- encaminhar uma proposta de marco regulatório para o licenciamento ambiental;
- submeter ao Congresso Nacional projeto de lei de defesa da concorrência, eliminando superposições e aperfeiçoando procedimentos operacionais;
- permitir o parcelamento de débitos previdenciários e tributários para os que estejam em processo de recuperação judicial.

Sr. Presidente, infelizmente, na verdade, a maior parte desses itens da agenda mínima ou se encontra na Câmara dos Deputados ou depende do Executivo.

Não temos aqui no Senado, Senadora Heloísa Helena, nenhum desses pontos sob nossa responsabilidade para aprovação: o aumento do superávit primário é responsabilidade do próprio Governo; o projeto de lei das agências que deve ser aperfeiçoado está na Câmara; para se definir o gestor do Fundo Garantidor das PPPs depende da decisão do Executivo; o projeto que regulamenta a área de saneamento básico, cuja revisão deve ser feita, também foi enviado e está na Câmara – é um projeto muito mal feito, enviado pelo Ministério das Cidades, que realmente deve melhorar; para acelerar o processo de licitação na área de transporte, ou seja, realmente recuperar as estradas, depende só do Executivo; para criar-se um marco regulatório para investimento no setor de gás natural vai depender de o Executivo enviar projeto sobre gás natural. Há um projeto no Senado, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que será discutido, mas, na verdade, esse é o tipo de projeto em que o Governo tem que ter iniciativa;

- reduzir a carga de impostos – o projeto da reforma tributária está na Câmara;
- apreciar a MP do bem – a matéria está na Câmara;
- ampliar os prazos de recolhimento dos tributos federais – depende do Executivo;
- aprovar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas – depende da Câmara;
- encaminhar proposta de marco regulatório para licença e treinamento ambiental – depende do Executivo;
- submeter ao Congresso Nacional projeto de lei de defesa da concorrência – depende do Executivo;
- permitir o parcelamento de débito previdenciário e tributário – também depende de proposta do Executivo.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos, de certa forma, com a nossa obrigação cumprida. Estamos trabalhando nas três CPMLs em funcionamento no Senado, praticamente todos os Senadores estão mobilizados. Essa sensação que a sociedade às vezes tem de que o País está parado existe mais pela falta de iniciativa do Executivo do que efetivamente pelo trabalho que se realiza no Senado.

Por exemplo, a imobilidade do Governo é flagrante. Já estamos em agosto, e o Executivo só conseguiu executar míseros 4% do Orçamento de investimento aprovado pelo Congresso Nacional. Dos R\$21,2 bilhões autorizados para 2005, só foram pagos, até julho, R\$853 milhões. Mesmo comparando com o ano de 2004, de administração petista, o valor efetivamente gasto equi-

vale apenas à metade. Ano passado, os valores pagos foram de 7,4%, o que já era muito pouco.

Este Governo, que diz que, em toda a história do Brasil, nenhum Governo gastou tanto em projetos sociais, não usou um centavo sequer da dotação prevista para saneamento ambiental urbano, para habitação de interesse social e para rede solidária de restaurantes populares.

O Sistema Único de Segurança Pública, que é um programa prioritário, teve liberação de apenas 0,8%. Igual percentual foi para a segurança pública nas rodovias federais. Para o combate à criminalidade, foram despendidos apenas 3,7%. A manutenção da malha rodoviária federal, que teve previsão de R\$2 milhões no Orçamento, recebeu apenas 7,9%. O investimento em infra-estrutura de transporte, que deveria ser de R\$206 milhões, foi de 4,6% desse total.

A única dotação que ultrapassou o segundo dígito de execução, ou seja, 19,5%, foi o reaparelhamento e a adequação da Força Aérea Brasileira. Esse valor deve ter sido usado para pagar parcelas do “aerolula” ou dos caças usados na França.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo, na realidade, não está governando, não está usando nem o parco orçamento que tem disponível.

Enquanto isso, nós, no Congresso, estamos em plena atividade. No Senado, há todas essas CPLs. Inclusive, não tivemos o recesso em julho. Semana passada, por exemplo, funcionaram todas as três Comissões de que sou titular. Aprovamos projetos.

É preciso que o Governo tenha iniciativa. Mas o que o Presidente faz? Hoje, no seu programa radiofônico diário, não sei se é “Bom dia, Presidente” ou “À mesa com o Presidente” – não sei bem o nome –, Lula disse que vai continuar viajando pelo País e que a Oposição não quer que Sua Excelência viaje, porque vai fazer inaugurações. Infelizmente, isso não é verdade. O Presidente Lula não está viajando para fazer inaugurações; o Presidente Lula está viajando para fazer comício.

Semana passada, Sua Excelência esteve no nosso Estado de Pernambuco, particularmente na cidade de Guaranhuns; depois, esteve no Piauí, do Senador Mão Santa. Na verdade, ele fez um grande comício, com a claque organizada, provavelmente paga para que estivesse ali para aplaudir o Presidente.

Só para se ter idéia do clima de comício, Senador Mão Santa, o Governador Jarbas Vasconcelos, que é um Governador popular, eleito e reeleito, que tem um dos maiores índices de popularidade entre governadores no Brasil, nessa tal “inauguração”, foi vaiado oito vezes. Sempre que se citava o nome do Governador,

ele levava uma vaia da claque organizada. Ora, isso não é inauguração.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo o aparte ao Senador José Jorge.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) — Eu não sei o nome que vamos colocar, mas estão dizendo que, quando ele chega nos lugares, como no Piauí —estão lá os grandes problemas do Piauí, o Piauí está progredindo porque o povo está trabalhando, está plantando soja e tal –, há uma claque que recebe uma mesadinha para levar a bandeirinha e aplaudir. Não sei se é mensalão ou se é diária o que se paga para aplaudir o Presidente. Os problemas do Piauí estão lá: faltam 10% do porto – ele não falou nada sobre isso; sonha com dois aeroportos internacionais, mas não há nem avião nacional. Na minha cidade, não há mais; tiraram. Como é que vão construir aeroporto internacional? A ferrovia está destruída, assim como o metrô; aquele hospital universitário só teve aberto o ambulatório e ainda está lá. Os grandes problemas continuam lá. De fonte fidedigna, soube que cada um da claque ganha uma diária – não é mensalão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Senador Mão Santa, na realidade, a preocupação é esta: a reação à crise. Todo país tem crise política. Na verdade, a democracia é formada de crise em crise. Mas é preciso que o Governo enfrente a crise, e o Governo do Presidente Lula não está enfrentando essa crise. Em vez de tomar as providências necessárias para que as coisas se encaminhem, o Presidente agora faz campanha, passa a semana inteira viajando pelo Brasil, para fazer campanha eleitoral fora do prazo.

Semana passada, sexta-feira, nós do PFL – eu pessoalmente o fiz – entregamos uma representação ao Procurador-Geral da República para que tome uma providência contra esse abuso eleitoral.

Por outro lado, o Partido do Presidente, que é o PT, que deveria também tomar as providências, também não o faz. Eles se reuniram esse final de semana, em São Paulo, e infelizmente o resultado para o País foi frustrante, porque até o Sr. Delúbio Soares, que é réu confesso, que já confessou o uso de todo esse esquema do Marcos Valério, teve de pedir licença, porque, se fosse depender de votação, não seria afastado.

É preciso que não só o Presidente Lula, como o PT, tome as providências efetivas para que essas crises possam ser enfrentadas.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, compreendo-o perfeitamente, pois V. Ex^a está no papel de opositor e o está cumprindo muito

bem. V. Ex^a tem o nosso mais profundo respeito. O Presidente Lula viaja pelo País e está fora da crise porque está fora da crise mesmo. Se ele interferir numa coisa como essa, que está centralizada no PT, estará fora da sua competência. É importante que haja essa agenda que cobrávamos há muito tempo, pois as pessoas de gabinete estavam fechando demais o Presidente, que, por sua própria origem, é um mobilizador social e precisa fazer isso para que o País rompa, cada vez mais, as suas dificuldades. Quanto às decisões internas do PT, desde quando surgiram as denúncias, imaginávamos que as pessoas citadas deviam pedir o afastamento. Hoje é importante que o Delúbio se mantenha nos quadros do PT – por isso ninguém propôs a sua expulsão –, para que ele vá aos fóruns internos do PT fazer a sua defesa e dar as explicações necessárias. Portanto, alguns estavam imaginando que seria hora de expulsá-lo, mas prevaleceu o entendimento de que é importante que ele fique licenciado para que preste esclarecimentos na Comissão de Ética. Nesse sentido, a reunião do Diretório Nacional cumpriu a sua missão, e a nossa Comissão de Ética, em tempo hábil, apresentará o relatório referente à investigação feita. Agradeço a V. Ex^a o aparte.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Infelizmente, não dá para concordar com V. Ex^a. Essa crise ocorre há dois meses, o Sr. Delúbio é um dos principais personagens, e hoje estão querendo fazer crer que ele comandava todo esse esquema. Não dá para acreditar. Esse era um esquema em que o Presidente Lula tinha integrado todos os seus principais assessores – Delúbio, Dirceu, Genoio, Gushiken.

Enfim, estava o Palácio todo em torno dele, e ele tem, sim, como Presidente da República, que enfrentar a crise do seu Partido e do seu Governo.

Sr. Presidente, para encerrar, apelo ao Presidente Lula que volte a governar ou que pelo menos comece a governar. Ficar somente percorrendo o País, fazendo comício, está fora de época e não vai resolver os problemas do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen, por permuta com o Senador José Agripino, que, por sua vez, havia permutado com o Senador João Batista Motta.

V. Ex^a dispõe de até 15 minutos, Senador.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a crise moral que se abateu sobre o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva data de fevereiro de 2004, quando

o Subchefe da Casa Civil da Presidência da República que agia nos corredores do Congresso Nacional, o Sr. Waldomiro Diniz, foi flagrado em vídeo em que eram mostradas as ilegalidades e os crimes que praticava.

O Governo, em vez de procurar lancetar o tumor, preferiu abafá-lo e impediu, com a compreensão e a colaboração da Base aliada, a instalação da CPI dos Bingos que, somente neste ano, alcançou resultado prático, com o julgamento, garantindo o direito das Minorias, por meio do Supremo Tribunal Federal. Fechou-se a lata do lixo, mas os odores continuaram a exalar.

Em 14 de maio deste ano, eis que surge novo vídeo, com novo personagem, o Sr. Maurício Marinho, detalhando falcatruas nos Correios e embolsando, de forma deslavada, a quantia de R\$ 3 mil. Rebentava, aí sim, uma guerra de quadrilhas que circulavam em todos os setores do Governo. As Oposições procuraram assinaturas para instalação de CPIs. Houve nova tentativa de abafamento – retirada de assinaturas, não-participação das Oposições na composição da CPMI dos Correios –, mas, com apoio da sociedade brasileira e da imprensa, as apurações foram em frente.

Sabíamos muito pouco. Tristemente, constatamos a existência de uma corrupção institucionalizada, atingindo todo o Governo e ingressando no Congresso Nacional, por meio da figura imoral do mensalão.

Hoje é dia 8 de agosto. Muito foi investigado, três CPIs foram instaladas, mas ainda há muito a investigar e muitos a punir. Figuras desconhecidas do grande público, da sociedade brasileira, surgiram. Nefastas figuras ligadas à corrupção: Marcos Valério, Delúbio Soares, Sílvio Pereira e outros personagens que desfilam diariamente nos noticiários nacionais e internacionais. As investigações nos Correios não terminaram, mas já trouxeram graves e grandes revelações que trazem perplexidade a toda Nação brasileira.

As investigações sobre órgãos citados como objetos de corrupção não começaram: investigações na Secom sobre as contas de publicidade, no IRB, em Furnas, na Eletronorte, nos fundos de pensões, que não vão e nem podem ficar de fora. Ainda é preciso caminhar e caminhar muito para desvendar os meandros de tudo aquilo que foi feito pelo Governo incompetente e permissivo como o do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os pagadores e recebedores das empresas do Sr. Marcos Valério têm que ser investigados. É preciso que tudo seja bem esclarecido para que as punições ocorram com direito de defesa, mas com todo o vigor. Mentiras devem ser desvendadas, depoentes necessitam ser reinquiridos e assessores de Partidos têm que ser ouvidos. Há receptores de recursos ilegais abriga-

dos no guarda-chuva de Líderes, dirigentes partidários e assessores – todos agentes de corrupção.

O PFL reafirma que não aceita acordos, acordinhos, acordões, arregos nem conchavos. Mas, a esta altura das investigações, quer explicações do Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, e do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O Sr. José Alencar tem obrigação de manifestar a sua posição em relação à denúncia feita pelo Presidente do seu Partido, o PL, ex-Deputado Valdemar Costa Neto, que, ao renunciar, declarou, inclusive por escrito, que todos os recursos ilegais eram da sua responsabilidade, mas que foram endereçados ao pagamento de dívidas do seu Partido – o mesmo do Vice-Presidente da República –, no tocante às eleições de 2002, nas quais S. Ex^a foi candidato e vencedor. A omissão não é possível. Nós, do PFL, queremos saber qual é a posição do Vice-Presidente José Alencar.

O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tem obrigação de explicar ao Congresso Nacional e à Nação brasileira, e o PFL exige que as explicações se dêem sobre três fatos que estão confundindo e deixando dúvidas em toda a sociedade brasileira.

Primeiro, o Presidente da República tem que esclarecer por que pediu dinheiro emprestado ao seu partido, o PT, que não é instituição financeira e, portanto, não pode fazer esse tipo de operação.

Segundo, o PT tem que explicar, juntamente com o Presidente da República, se esses recursos vieram do fundo partidário, já que se a operação é ilegal, mais ilegal ainda se se tratarem de recursos advindos do orçamento público.

E terceiro, cabe ao Senhor Presidente da República explicar de forma clara, evidente, como pagou os empréstimos que recebeu do PT, uma vez que deve uma explicação sobre a origem dos recursos que utilizou para a quitação.

O Presidente da República está devendo à Nação brasileira e o PFL reclama e exige uma explicação por que não impediu a transação de uma empresa de seu filho junto a uma concessionária de serviços públicos, conforme publicado no jornal **O Globo** e não desmentido pelo Sr. Presidente, e por que permitiu que a mesma empresa fosse vendida a outra concessionária de serviço público. O Presidente não pode e não tem o direito de ficar omissos!

Ainda, o Presidente da República tem que responder ao fato de que, em 2003, segundo investigações na CPI dos Correios, uma sócia do Sr. Duda Mendonça recebeu vultosa quantia, que certamente não foi para pagamento de eleições em 2004, mas, sim, para quitação de débitos não-contabilizados da eleição de 2002, cujo candidato principal dessa agên-

cia foi o atual Presidente da República, o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

Não queremos incriminar, não queremos partir de indícios, fazemos oposição responsável e fiscalizadora, mas queremos explicações claras, contundentes de quem deve respostas ao País: o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Vice-Presidente José Alencar.

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Era só um aceno, que considero um aplauso.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Jorge Bornhausen, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL PB) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

Antes de o Senador José Agripino subir à tribuna, quero registrar a presença, na tribuna de honra desta Casa, da comissão vinda do oeste do Pará, do movimento pelo plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós, que se originou nesta Casa sob nº 19/99, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e relatoria do Senador Romeu Tuma. Estão acompanhados do Deputado Zequinha Marinho senhores prefeitos, vereadores e lideranças. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Concedo a palavra ao Líder José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, hoje é segunda-feira, segunda-feira de ressaca de tantas notícias ruins, que há muito tempo vêm aparecendo; abrimos os jornais e as revistas, e é só crise, só corrupção, só o País andando para trás, nada positivo. Mas, a par de algumas considerações, quero fazer um pronunciamento de agenda positiva, do meu Estado especificamente.

Antes, queria manifestar uma preocupação com relação às respostas que obtemos, sempre com muito atraso, aos requerimentos que fazemos.

Sr. Presidente, no dia 10 de janeiro de 2005, cumprindo a minha obrigação de Senador pelo PFL, Partido de Oposição, que tem a obrigação de zelar pelo bom uso do patrimônio público, fiz um requerimento de informação em que solicitava ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República as informações que a sociedade queria – e por meu intermédio eram solicitadas – no sentido de que se esclarecesse a origem do avião e da lancha utilizados por um grupo de jovens em Brasília. Isso foi objeto de matéria na Internet, colocada por pessoas que se sentiram incomodadas com as fotografias de jovens

ao pé de um avião e a bordo de uma lancha, todos em Brasília, como amigos do filho do Presidente Lula.

Eu solicitei as seguintes informações: se aqueles jovens tinham vindo de São Paulo para Brasília em avião da FAB e se a lancha que usavam era patrimônio da União, do Ministério da Marinha ou não.

No dia 10 de janeiro, fiz esse requerimento. A resposta veio, Senador Mão Santa, no dia 8 de abril. Três meses depois. Infelizmente, a resposta foi positiva. A resposta do Ministro Jorge Armando Félix com relação ao primeiro ponto, sobre o avião que transportou os jovens, foi que era, sim, da FAB; utilizaram-se, segundo S. Ex^a, vagas disponíveis. Suponho que fossem todas, porque os jovens estavam todos ao pé do avião com ar de férias, fotografando para a posteridade uma visita que fizeram, alegre visita, a Brasília. E, sim, em avião da FAB.

Quanto à segunda questão, Senador Pedro Simon, eu perguntava se a lancha do passeio no lago era de propriedade do Ministério da Marinha ou do Comando da Marinha. A resposta foi negativa – já fiquei feliz, Senador Jorge Bornhausen; pelo menos a lancha não era da Marinha. Mas a resposta é: “Não, a embarcação pertence ao patrimônio da Presidência da República”. Não é do Comando da Marinha, mas é da Presidência da República.

Demoraram quatro meses para enviar a resposta. Em janeiro, essas eram as denúncias que faziam. Não se falava, como o Senador Jorge Bornhausen acabou de mencionar, sobre o empréstimo tomado pelo Presidente Lula ao erário do PT...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um pequeno aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com o maior prazer, daqui a pouquinho, daqui a um minuto.

Não se falava sobre os R\$5 milhões empregados pela Telemar na compra de uma empresa do filho do Presidente, não se falava dessas coisas que inquietam o País inteiro, mas eu já me preocupava em esclarecer esses assuntos – e esclarecia –, só que as respostas vinham com muito atraso.

Agora, recentemente, fiz outro requerimento pedindo informações sobre um fato que me atinge profundamente, como potiguar, como norte-rio-grandense, porque é o fim de um sonho se for verdade acalentado durante quinze ou vinte anos pelo meu Estado: o de sediar uma refinaria de petróleo. Apresentei um requerimento de informações e, infelizmente – já vou ouvir o Senador José Jorge –, já sei qual é a resposta, já sei o que vai acontecer e aqui venho falar sobre o que o meu Estado vai propor e do que o meu Estado não vai abrir mão. Mas, antes de entrar nessa questão, registrando o atraso com que vêm as respostas

aos requerimentos dos Senadores, ouço, com muito prazer, o Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador José Agripino, queria exatamente concordar com V. Ex^a sobre os pedidos de informação. Há alguns requerimentos que, para nós, são muito emblemáticos, como é exatamente o pedido de informações sobre os cartões de crédito. Desde o ano passado, tento conseguir dados sobre os cartões de crédito corporativos da Presidência da República e outros órgãos. Primeiro, apresentei o requerimento, que foi rejeitado, uma coisa inédita. Houve um parecer contrário inclusive do Senador Aloizio Mercadante, e foi rejeitado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e depois pelo Plenário. Veio o Senador Arthur Virgílio e apresentou os requerimentos. Dessa vez, conseguimos, com grande luta, aprovar o requerimento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Esses requerimentos vieram para a Mesa já faz mais de dois meses, e até agora a Mesa não votou os requerimentos que pedem informações aos Ministérios. Então, faço um apelo ao Presidente, o Senador Efraim Morais, para que a Mesa vote esses requerimentos de informação ainda nesta semana, a fim de que possamos encaminhá-los aos Ministérios e sabermos por que o Governo não quer abrir os segredos dos cartões de crédito. Entendo que há muita coisa errada nisso. Já começam os boatos dizendo que tem família do Presidente. E a maneira de acabar com esses boatos é votar os requerimentos para que as informações cheguem ao Senado. Era só isso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador José Jorge, o meu requerimento de informação sobre o uso do avião e da lancha do patrimônio da União demorou três meses para ter resposta, imagine o dos cartões de crédito de V. Ex^a...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Quero comunicar à Presidência que estou falando como inscrito, não é como Líder, então acho que tenho um pouquinho mais de tempo.

Eu quero fazer coro à preocupação de V. Ex^a, Senador José Jorge. Os requerimentos que nós apresentamos aqui são objeto de uma demora infundável, e o requerimento que V. Ex^a apresenta é da maior importância porque ele está no olho do furacão. A resposta sobre o volume de recursos gastos com os cartões de crédito ditos institucionais ou corporativos vão dar explicação para muita preocupação que hoje existe na cabeça dos brasileiros.

Eu quero voltar à agenda positiva e voltar a falar sobre a refinaria de petróleo do Nordeste, assunto acalentado pelo meu Estado, o Rio Grande do Norte,

há seguramente vinte anos, desde quando a Petrobras descobriu lá o primeiro poço de petróleo. O Rio Grande do Norte hoje produz mais de 100 mil barris de petróleo de muito boa qualidade, produz grande quantidade de gás. Em Guamaré há uma central de fracionamento de gás, e lá já foram investidos mais de US\$1,5 bilhão. A Petrobras tem uma presença muito forte no meu Estado.

A Petrobras produz petróleo no Brasil, em primeiro lugar, no Estado do Rio de Janeiro, em segundo lugar, no Estado do Rio Grande do Norte, em terceiro lugar, no Estado da Bahia. O Rio de Janeiro e a Bahia têm refinarias, o Rio Grande do Norte não tem refinaria de petróleo. Por essa razão, evidentemente, a refinaria do Rio Grande do Norte é um anseio. Para um Estado pequeno como é o nosso, uma refinaria significa muito mais do que a mesma refinaria significaria para o Estado do Rio de Janeiro ou para o Estado de São Paulo.

Por isso, a luta da classe política e dos governos que vêm se sucedendo tem sido permanente pela instalação da refinaria. O requerimento que fiz, endereçado ao Ministro das Minas e Energia, prende-se ao fato de ter sido comunicado, há cerca de dez dias, pelo próprio Presidente da República, que estava decidida a localização da refinaria: ela seria instalada em Pernambuco.

Senador Mão Santa, V. Ex^a é do Piauí, Estado que pleiteia essa refinaria. O Maranhão, o Ceará, o Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro também pleiteiam. Uns pleiteiam com mais ardor e outros com menos, mas ninguém com tanto ardor quanto o Rio Grande do Norte, porque o Maranhão, ou o Ceará ou Pernambuco pleiteiam pelo fato de ser consumidores ou pelo fato de terem um porto apropriado, como é o caso do Maranhão; pelo fato de serem um grande centro consumidor, como é o caso de Pernambuco. O Ceará ainda produz um pouquinho de petróleo e também consome, mas nenhum deles tem uma produção de 110 mil barris de petróleo por dia. Nenhum deles tem núcleos da Petrobras, em que moram milhares de família, como ocorre em Natal, em Mossoró, ou em Guamaré, consumindo serviços públicos oferecidos pelo Governo do Estado. Ninguém tem, como o Rio Grande do Norte, a presença da Petrobras há tantos anos no Estado. Ninguém se sente com tanto direito a uma refinaria pelo fato de abrigar a Petrobras. A Petrobras faz parte da cultura do Rio Grande do Norte, pois ali está há muito tempo. Então é um vício de raciocínio. A refinaria para o Rio Grande do Norte é um desejo inexpugnável.

Não se vai conseguir convencer ninguém, nenhum potiguar, de que Pernambuco – e foi o Presidente Lula

quem anunciou que será em Pernambuco – tem mais trunfos do que o Rio Grande do Norte, tem mais justificativas do que o Rio Grande do Norte. Eu não me conformo, não há hipótese.

Eu estive em várias reuniões com Ministros de Estados e com alguns presidentes da República. Estive há poucos dias com a Governadora do Estado e todos os Deputados e Senadores do meu Estado, com entidades de classe do meu Estado, com a Ministra, e a Ministra foi claríssima em dizer que os critérios para a definição da refinaria seriam técnicos. Claro que o componente político ia existir, mas os componentes seriam fundamentalmente técnicos.

E sem nenhuma resposta, sem nenhuma explicação, sem nenhuma palavra de compensação a um Estado que há 20 anos hospeda a Petrobras, que há 20 anos oferece o seu território para a perfuração de poços, que hoje têm uma produção perto de 4 milhões de metros cúbicos de gás e 110 mil barris de petróleo por dia, chega a notícia, nua e crua, de que porque o Presidente Chávez quer a refinaria vai para Pernambuco, porque lá existe Abreu e Lima, que foi companheiro de Bolívar, nas lutas libertárias.

Então, por isso, e pouco mais do que por isso, com todo o respeito ao povo de Pernambuco, que está de parabéns evidentemente, decidem sem explicação nenhuma de caráter técnico. Nada! Não há explicação nenhuma. Ao Rio Grande do Norte não é dado o direito sequer de receber uma explicação. O Rio Grande do Norte tem a obrigação de permitir a perfuração de poços e a extração de petróleo, o uso de suas estradas, e de oferecer educação, saúde, lazer, boa convivência para aqueles que trabalham na Petrobras. É só a obrigação que o povo e o Estado do Rio Grande do Norte têm, mais nada.

Sr. Presidente, não me conformo, não aceito. Nesse final de semana dei várias entrevistas e conversei hoje com o Secretário de Desenvolvimento do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Dr. João Maia, explicando o plano de compensação que apresentei pela imprensa.

Senadora Heloísa Helena, já que foi anunciado pelo Presidente, tenho certeza de que o requerimento que apresentei terá, daqui a dois, três, quatro, cinco meses – sei lá daqui a quanto tempo –, a resposta de que, sim, a refinaria vai para Pernambuco. O Rio Grande do Norte que se aquiete. Não vou me aquietar. Eu não vou me aquietar. V. Ex^a sabe quanto a Petrobras investiu – não porque nós tenhamos pedido, mas porque ela achou que era bom negócio – em Guamaré, onde se extrai hoje perto de quatro milhões de metros cúbicos de gás? Já investiu mais de US\$ 1,5 bilhão porque é

bom negócio para a Petrobras investir no território do Rio Grande do Norte para fazer bons negócios.

Pois muito bem. Sou engenheiro, sou tinoso, não aceito injustiças com o meu Estado. Fui com o ferrinho de dentista atrás de alternativas de boa qualidade e vou continuar com o meu ferrinho de dentista azucrinando a vida deste Governo, porque foi ele que decidiu, porque o Presidente Chávez quer, que a refinaria vai para Pernambuco, sem explicação nenhuma ao Rio Grande do Norte. Pois bem, fique então a PDVSA, os venezuelanos, com a refinaria em Pernambuco. Não posso fazer nada. Não tenho metralhadora, mas, ainda que tivesse, não a usaria nesse sentido.

Tenho a convicção absoluta de que a Petrobras, empresa que objetiva lucro, será sensível aos argumentos que estou apresentando. Vou usar toda a força política que o meu Estado tiver, associando-me à Governadora Vilma, aos Senadores Fernando Bezerra e Garibaldi Alves Filho, aos oito deputados federais, a todos aqueles que puderem, visando abrir a cabeça do Governo para um grande negócio que pode ser implantado no meu Estado. Qual é o grande negócio? Senadora Heloísa Helena, a Petrobras descobriu que eteno não se tira apenas de petróleo, mas também de gás liquefeito, GLP. Eteno é matéria-prima para produção de resina de PVC, que é o próprio plástico, que importamos. Ele existe em Camaçari e em outros poucos lugares. Importamos grande parte do que o Brasil precisa. No Rio Grande do Norte, uma planta de PVC, uma planta de eteno se viabiliza a partir de 3,5 milhões de metros cúbicos de gás por dia. Já estamos perto de 4 milhões e, dentro de três meses, vamos para 6 milhões de metros cúbicos. Já existe escala para a obtenção, em planta industrial viável, de eteno.

Obtido o eteno, ficaríamos com a matéria-prima, Sr. Presidente, para a obtenção de PVC. Mas PVC é eteno mais cloro. Onde vamos buscar cloro? Sr. Presidente, V. Ex^a, que é da Paraíba, Estado vizinho ao meu, já ouviu falar da Termoçu e evidentemente conhece as salinas do Rio Grande do Norte. A Termoçu, Senadora Heloísa Helena, está quase pronta. São 340 megawatts de energia elétrica produzidos no território potiguar. Fica vizinho a Guamaré, em cima de Guamaré, onde está o gás, o que pode ensejar a produção do gás eteno, que somado com cloro produz PVC. PVC que se obtém como? Com a energia da Termoçu, que está em Alto Rodrigues, e mais o sal de Macau, que está próximo, a cinqüenta quilômetros, em Areia Branca, obtém-se cloro e soda cáustica. Num círculo de cinqüenta quilômetros quadrados tem-se cloro, soda cáustica, eteno. Junta-se o eteno com o cloro e se produz o PVC que o Brasil deixa de importar.

Eu não vou, Senador Mão Santa, em hipótese alguma, largar este osso, porque a Petrobras gosta de bons negócios. Nós vamos oferecer um bom negócio. Se a Petrobras não quiser, é porque tem má vontade com o Rio Grande do Norte, ou o Presidente da República não quer bem ao Rio Grande do Norte. Porque está perfeito. Decidiu, por conta de Abreu Lima, a refinaria para o Estado de Pernambuco, mas vamos oferecer agora uma alternativa que não implica tanto dinheiro. Com US\$600 milhões, ao longo de quatro anos, a Petrobrás juntamente com um parceiro privado, viabilizarão a fábrica de eteno, a fábrica de cloro, a fábrica de soda cáustica. O Rio Grande do Norte se transformará naquilo que tem direito de ser; aquilo que a Bahia já o foi com o pólo petroquímico de Camaçari; aquilo que ele tem direito de ser porque produz o petróleo e obriga muito bem as famílias da Petrobras que moram lá e que vivem muito bem, obrigado, lá no Rio Grande do Norte.

Eu quero, portanto, com essas palavras, colocar essa idéia que, na verdade, é agenda positiva pura.

Se o Presidente quiser dar uma boa notícia ao Nordeste, dê, junto com a refinaria de petróleo para Pernambuco, a informação de que está atento aos bons negócios, de que a iniciativa privada pode se juntar a uma estatal capitalizada como a Petrobras e fazer a felicidade não apenas de um Estado. Na hora em que a fábrica de PVC ficar pronta, outras poderão se espalhar pela Paraíba e Ceará, aproveitando matéria-prima que – se Deus quiser, pela pertinácia da classe política do Rio Grande do Norte – será produzida no território de Guamaré.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio.

V. Ex^a dispõe de até 15 minutos, nobre Senador.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Sr^s e Srs. Senadores, primeiro, neste momento, quero fazer uma reflexão e uma afirmação com relação ao programa ontem editado pela Rede Globo, no Fantástico, que trouxe uma notícia para o Brasil inteiro. Trata-se de um programa especial que agora fala dos Presidentes da República do Brasil.

Ontem, enfocou a administração do Presidente José Sarney, nosso Colega de Partido e nosso Colega aqui nesta Casa do Congresso Nacional, pessoa do maior respeito e consideração, um líder incontestado do Estado do Maranhão.

Na declaração do Presidente José Sarney, foi anunciado para o Brasil a questão da possível detonação ou da pesquisa mais apurada da bomba atômica

no Brasil. Foi no Governo do Presidente José Sarney, e, por acaso, isso aconteceu. O plano, o projeto, a idéia era fazer esse teste atômico no Estado do Pará, na serra do Cachimbo, onde está a base da Força Aérea Brasileira, localizada próximo ao Município de Jacareacanga, quase que no limite do Pará com o Mato Grosso.

Com certeza, essa notícia, que ontem foi espalhada pelo Brasil todo, precisa de alguns esclarecimentos, que faço nesta tarde, no Congresso Nacional, especialmente no Senado Federal.

À época, o Governador Hélio Gueiros rechaçou essa idéia. Inicialmente, era uma idéia de conseguir que um buraco atômico para uso de resíduos atômicos fosse colocado como lixo nessa região próxima à base da Serra do Cachimbo. O Governador Hélio Gueiros, reunido com a sua Bancada na Assembléia Legislativa, os Deputados, os empresários, os trabalhadores, a classe política, a comunidade paraense como um todo, apoiaram o Governador à época quando ele rechaçou, de maneira firme e determinada, que isso acontecesse no Pará, quando foi lacrado o buraco para testes atômicos e, principalmente, para guardar os resíduos do lixo atômico no nosso Estado.

Então, eu faço essa referência, até porque conheço não somente Jacareacanga como também a Serra do Cachimbo. Estive lá em companhia do Governador à época, Almir Gabriel, a convite do Comandante-General do Ar, à época o Ministro da Aeronáutica. Pernoitamos na base aérea, vimos que é uma instalação militar muito bem preparada, comandada por Brasília. A tropa de elite da Força Aérea é substituída de quinze em quinze dias. Na base aérea da Serra do Cachimbo não existem familiares de militares, mas apenas os militares da Aeronáutica.

Eu queria dar esse esclarecimento e essa notícia importante para o Brasil, já que tivemos oportunidade de assistir ontem a um programa como o Fantástico, que deu ênfase muito grande para esse episódio da vida pública brasileira.

Hoje, temos a informação oficial – conhecida no Pará – de que o governo americano oferece US\$1 milhão por dia para fazer testes, ensaios e exercícios militares na região, principalmente da força aérea americana, haja vista a grande dificuldade que tem em conseguir um local como a Serra do Cachimbo, uma base preparada para pouso e decolagem de todos os tipos de aeronaves e que se encontra numa região bastante isolada e com a segurança permanente das Forças Armadas brasileiras.

Com certeza, essa é uma notícia que acrescenta à matéria que foi feita ontem e faz justiça a um homem público que foi Senador da República, Depu-

tado Federal, Deputado Estadual, Prefeito de Belém, que é o Dr. Hélio Gueiros. Encerra esse episódio com essa – não diria homenagem – justa afirmação do povo paraense.

Sr. Presidente, ainda com relação ao meu Estado, tenho a satisfação, como V. Ex^a anunciou há pouco, de receber hoje em Brasília uma delegação de parlamentares, políticos e lideranças da comunidade do oeste do Pará. Vieram para uma audiência pública com o Presidente da Câmara Federal, o Deputado Severino Cavalcanti, hoje à tarde; e amanhã, pela manhã, terão uma audiência com o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional. São liderados pela Câmara dos Vereadores. Está aí a nossa Presidente da Câmara Municipal de Santarém, a Vereadora Elizabeth Lima, que dá a sua permanente condição de dirigente, de pessoa que tem condições de representar o povo do Pará, em especial, de Santarém, da nossa região do baixo Amazonas, do oeste do Pará.

Têm a necessidade, também, de reivindicar ainda um projeto de emenda constitucional, que foi apresentado por mim e que está na pauta do Congresso Nacional, com relação ao Município de Mojuí dos Campos, vizinho à nossa querida Santarém.

Teremos oportunidade, durante esses dois dias, de estarmos com o Deputado Federal Zequinha Marinho e com toda a Bancada Federal do Pará, incluindo o Senador Flexa Ribeiro e a Senadora Ana Júlia Carepa, porque, acima das questões partidárias e ideológicas, estão os interesses do Estado. No momento eleitoral, cada um tem seu candidato, sua coligação, e disputa as eleições de forma altiva, coerente, firme. Mas o momento do trabalho é o momento de união e nós temos tido a capacidade, ao longo dos últimos anos, de deixar nossas diferenças políticas de lado.

A Bancada Federal do Pará tem tido uma condição excepcional no Congresso Nacional e tem trabalhado permanentemente, apesar de todas as dificuldades que enfrentamos, assim como todas as Bancadas de outros Estados da Federação, pois trabalhamos unidos pelo interesse do Estado e da região amazônica, principalmente pelo Estado do Pará.

Tenho também, Sr. Presidente, nesta tarde, a oportunidade ímpar de manifestar o nosso apoio ao plebiscito, enfrentado com tanta dificuldade ao longo dos últimos anos: trata-se de ouvir a população paraense no que se refere à criação do Estado do Tapajós, à divisão, na verdade, do Estado do Pará. Com certeza, o plebiscito é a arma mais competente e mais justa. Essa matéria foi aprovada no Senado Federal, com apoio unânime desta Casa, a fim de ouvirmos o povo e decidirmos juntos com a população

do Estado do Pará, assim como faremos agora com relação às armas.

O desarmamento é da maior importância para o Brasil e é também relevante para a região amazônica e para o meu Estado do Pará. Mas, por um dever de justiça, temos necessidade de ouvir a população. O plebiscito dará autenticidade, legalidade e credibilidade para que se possa tomar uma decisão que será objeto nada mais, nada menos de uma eleição na qual os que aprovam aquela sugestão, aquela idéia, aquele projeto, trabalham e fazem campanha, nesse caso, em prol do desarmamento. Essa medida também é tomada quando da criação de outros Estados da Federação. Trata-se da mesma situação.

O plebiscito proporciona a capacidade de articulação, de discussão e de exposição de pontos de vista, que, normalmente, são diferentes em cada região, em cada Estado e, de modo geral, em todo o País. Porém, a partir do momento em que se instala a campanha, em que se abrem os debates e se mostra a posição de cada lado, somente o resultado da votação no plebiscito pode afirmar que a maioria venceu.

Quem realmente puder levar à disputa o seu projeto deve reconhecer como vencedor aquele que conseguiu mostrar as melhores condições e teses. A maioria da população é quem decide.

Portanto, Sr. Presidente, também é uma semana de trabalho, é uma semana em que saímos do imobilismo. Ainda na semana passada eu questionava esse imobilismo que temos vivido nos últimos meses, e aí estão os números. Hoje a imprensa brasileira mostra claramente o montante dos recursos do Orçamento Geral da União aplicados. Nós liberamos apenas 4% de todos os recursos orçamentários constantes no Orçamento da União.

O Governo Federal, principalmente na questão da infra-estrutura, precisa ser mais firme, mais determinado. E assim os Ministros, especialmente o Ministro da coordenação econômica, que chefia a equipe econômica do Governo do Presidente Lula, o Sr. Antonio Palocci Filho, que é o carro-chefe, o controlador das finanças e da economia do País.

Recebemos, agora mesmo, a visita do Secretário do Tesouro norte-americano, que falou da importância da sua visita ao Brasil, mostrou que o Brasil cumpre as metas econômicas, o superávit fiscal, e que citou as exportações.

Mas precisamos pensar também na situação interna. Precisamos liberar recursos para as eclusas de Tucuruí, onde foi assinado um pacto, desde a construção da barragem que fechou o rio Tocantins para proporcionar capacidade de geração de energia elétrica para o Brasil inteiro. É que a questão das

eclusas ainda não foi decidida, ou seja, a liberação dos recursos para a sua conclusão. Continuamos a insistir, todos os dias, toda semana, porque sabemos da importância que as eclusas de Tucuruí têm para o Pará, principalmente para aquela região do Araguaia-Tocantins e para o Brasil, para gerar mais emprego, renda e para poder escoar a produção agrícola do Centro-Oeste brasileiro para os mercados americano e europeu.

Com certeza, as eclusas de Tucuruí são uma obra da maior importância para o Estado do Pará e para o Brasil. Da mesma forma que a pavimentação da Santarém-Cuiabá, a BR-163, para a qual se formou um consórcio entre o Governo do Pará, o Governo do Mato Grosso, o Governador Simão Jatene, o Governador Blairo Maggi, os exportadores e plantadores de soja, bem como os exportadores do pólo industrial de Manaus, da Zona Franca do Estado do Amazonas. Esse sistema de Parceria Público-Privada retoma sua capacidade de concretizar esses 1.100 km de pavimentação para escoar essa produção enorme, que hoje ainda é exportada pelos Portos de Paranaguá e de Santos, o que causa dificuldade para os navios que aportam nesses portos, e também por meio da rodovia, o que encarece demasiadamente o preço dos grãos nos Estados Unidos. São importantes para o Pará a Hidrovia Araguaia-Tocantins e a pavimentação da Santarém-Cuiabá, a BR-163. A propósito, no Porto de Santarém, já está instalada a Cargill – uma das maiores exportadoras e produtoras de soja do Brasil e do mundo está lá pronta, instalada, aguardando a decisão que o Ministro Alfredo Nascimento e o Presidente Lula anunciaram lá no Estado do Pará e aqui nas audiências públicas concedidas a nós Parlamentares, às Lideranças, aos trabalhadores.

Com certeza essa é uma obra da maior importância para o Brasil.

(Interrupção do som.)

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Vamos baratear o custo da soja nos Estados Unidos em quase US\$50,00 por tonelada. Mesmo agora, com a baixa do real frente ao dólar, temos ainda uma grande diferença que podemos estabelecer na nossa comercialização, nas exportações e, por necessidade, no caso, com o aumento de rentabilidade para a balança comercial, como o Pará já faz isso há mais de 12 anos, exportando mais de US\$3 bilhões/ano e importando cerca de US\$300 milhões somente. Ou seja, damos um superávit de mais de US\$3 bilhões/ano ao Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 819, DE 2005

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições das Casas, as seguintes homenagens pelo falecimento de José Aprígio Vilela, ocorrido no dia 7 de agosto de 2005, em São Paulo:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2005. – **Heráclito Fortes – Mão Santa – Eduardo Siqueira Campos – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – Pedro Simon – Alvaro Dias – José Agripino – Tião Viana – Efraim Morais – José Jorge – Antonio Carlos Magalhães.**

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– A Mesa encaminhará voto de pesar.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, registro aqui o voto de pesar, já que o requerimento foi proposto inicialmente pela Senadora Heloísa Helena, que não se encontra no plenário neste momento, em nome não só do Estado do Pará, dos Senadores do Estado do Pará, como também em nome desta Casa, até mesmo por solicitação do Senador Renan Calheiros, que há pouco me telefonou pedindo que fizesse o registro em seu nome. Sua chegada aqui a Brasília sofre um atraso. Viria para cá pela manhã, mas retornará a partir das 18 horas, pois ficou em Maceió para acompanhar o sepultamento do seu amigo Aprígio Vilela, irmão do Senador Teotônio Vilela.

Faço também os votos em meu nome, em nome da Bancada do PMDB, em nome da Liderança do PMDB, na condição de membro do PMDB e Líder na ausência do Senador Ney Suassuna. Então, na qualidade de vice-Líder posso fazer esse registro do sentimento sincero de todos nós pelo falecimento de ilustre figura humana.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 820, DE 2005

Retirada de requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 93, de 2005.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2005. – Senador **Jefferson Peres.**

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– A Presidência defere a retirada do Requerimento nº 93, de 2005, que será definitivamente arquivado.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 821, DE 2005

Com fulcro no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores pedido de informações a respeito dos assuntos que seguem:

1. Qual é a procedência das notícias veiculada da mídia que a República do Paraguai e os Estados Unidos da América teriam firmado acordo bilateral no qual se prevê o estacionamento, de forma permanente, de tropas norte-americanas no território paraguaio? Qual o título oficial do suposto acordo e onde se pode obter seu texto original?
2. Há estimativa de quanto os Estados Unidos gastarão para manter essas tropas?
3. Em quais localidades seriam posicionadas?
4. Quais seriam os direitos assegurados pelo acordo aos soldados americanos em território paraguaio?
5. Que tipo de equipamento bélico seria usado?
6. Caso as notícias sejam procedentes, qual o motivo alegado pelos Estados Unidos para a medida?
7. Qual o posicionamento oficial do Brasil a respeito? A República Federativa do Brasil encaminhou ao Departamento de Estado alguma nota cientificando esse posicionamento?
8. Os Estados Unidos da América já firmou ou está em vias de firmar acordos assemelhados com outros países sul-americanos?
9. Há algum tipo de concertação no Mercosul contra esse tipo de prática? Seria acon-

selhável fazer constar esse tema na agenda do Grupo Mercado Comum?

10. Existe alguma oferta por parte do Brasil ou do Mercosul aos Estados Unidos para o estabelecimento de cooperação multilateral mais assertiva contra o terrorismo internacional em substituição ao pretendo acordo firmado entre a República do Paraguai e os Estados Unidos?

Justificação

As informações a respeito de acordo bilateral paraguaio-norte-americano para o estacionamento de tropas, em caráter permanente, na fronteira paraguaia com o Brasil são desconhecidas, assumem tom oficioso e não encontram respaldo oficial pelo governo Paraguai. Em razão da potencial mudança das torças geopolíticas no Cone Sul que essa decisão causaria, é fundamental que o Parlamento e a sociedade civil obtenham informações mais fidedignas, as quais melhor abalarão suas opiniões e posturas a respeito do acordo.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2005. – Senador **Efraim Morais**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, associo-me ao requerimento feito nesta Casa de pesar pelo falecimento do Sr. José Aprígio Vilela, de tradicional família alagoana. Tivemos oportunidade e o Senador Pedro Simon também de conviver com o falecido quando, no governo da Nova República, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, hoje já extinto, irmão do Senador Teotônio Vilela. É, portanto, uma figura que merece de todos o nosso respeito. Aproveito aqui não só para enviar os meus sentimentos de pesar ao Senador Teotônio como também a todos os seus familiares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 64, de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, passa a vigor acrescido da seguinte alínea **c**, renumerando-se as demais:

“Art. 1º
I –
.....

c) os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais que renunciarem para impedir a instauração de processo que vise ou possa levar à perda de mandato por infringência do disposto no art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura;

..... ” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A temática da renúncia de parlamentar que objetiva se esquivar do processo político que vise ou possa levar à perda do mandato retorna, com força, à agenda política nacional motivada pelas investigações que vêm sendo realizadas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios e pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

Essas investigações causaram a renúncia do Líder do Partido Liberal na Câmara dos Deputados e a suspeita de que outros parlamentares investigados também renunciariam para preservar a possibilidade de concorrerem nas próximas eleições de 2006 e, sendo eleitos, exercerem mandatos parlamentares.

Uma rápida incursão pelo Direito comparado permite observar que a renúncia não é tratada pela legislação de países de tradição romano-germânica como o é pela legislação brasileira.

O Estatuto dos Deputados portugueses – Lei nº 7/93, de 1º de março com as alterações introduzidas pelas Leis nº 24/95, de 18 de agosto, nº 55/98 de 18 de agosto, nº 8/99 de 10 de fevereiro, nº 45/99 de 16 de junho e nº 3/2001 de 23 de fevereiro – não trata a renúncia como ardil para impedir a perda do mandato. Seu art. 7º, item 1, prevê a renúncia desde que obedecidos requisitos formais como a assinatura reconhecida notarialmente.

O Regulamento do Congresso dos Deputados da Espanha, de 10 de fevereiro de 1982, modificado pela reforma de 23-9-1993, de 16-6-1994, de 26-9-1996, de 11-5-2000, de 27-6-2001 e de 28-4-2004, prevê em seu art. 22, item 4, a perda do mandato por renúncia apresentada à Mesa do Congresso.

As Constituições brasileiras – a imperial e as republicanas –, à exceção da Constituição de 1934 e da Constituição de 1988, silenciaram sobre a renúncia do parlamentar.

A Constituição de 1934, em seu art. 34, estabelecia que importaria renúncia do mandato a ausência do Deputado às sessões durante seis meses consecutivos. Tratava-se, então, de presunção, objetivamente dimensionada, de desinteresse pelo exercício da nobre função parlamentar. Não cuidava o texto constitucional de então – diferentemente da Constituição de 1988 – da renúncia como ardil que objetivava impedir a perda do mandato.

A Emenda Constitucional de Revisão nº 6, de junho de 1994 introduziu § 4º ao art. 55 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a suspensão dos efeitos da renúncia do parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, até as deliberações finais da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

A adoção do método teleológico de interpretação constitucional permite constatar que o objetivo do legislador constituinte derivado de 1994 era impedir a utilização da renúncia – manifestação de vontade personalíssima do parlamentar – como subterfúgio a impedir a perda do mandato e a conseqüente inelegibilidade para qualquer cargo eletivo, nas eleições que ocorressem no período restante do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subseqüentes ao término da legislatura, consoante a alínea “b” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, com a redação conferida pela Lei Complementar nº 81, de 13-4-1994.

Perceba-se que o Congresso Nacional, tanto no exercício de seu papel de legislador complementar ao texto constitucional, como no papel de constituinte

derivado, preocupou-se, no ano de 1994 com a possibilidade de parlamentar que, investigado por atos que pudessem levar à perda do mandato, renunciasse para impedir a conclusão do processo investigatório. Preservaria, de certa forma, sua imagem e poderia concorrer nas eleições imediatas. Sendo eleito, exerceria novo mandato eletivo.

A contextualização histórica dessas mudanças no ordenamento jurídico-constitucional possibilita uma rápida compreensão sobre a motivação dos legisladores.

É que a Comissão Parlamentar de Inquérito conhecida como “CPI dos Anões”, que apurou ilícitos na elaboração do processo orçamentário e encerrou seus trabalhos em 1994, trouxe, em suas conclusões, fortes indícios de envolvimento de parlamentares que, objetivando escapar da perda de seus mandatos, passaram a utilizar a renúncia como mecanismo de preservação política.

Assim, objetivando eliminar a brecha no ordenamento legal, o legislador promoveu, inicialmente, alterações na Lei Complementar das Inelegibilidades, Lei Complementar nº 64, de 1990. Posteriormente, alterou o próprio texto constitucional, conforme visto anteriormente.

Ocorre que, mesmo com o esforço do Poder Legislativo, a renúncia – ato-extremo que conspurca a confiança e o voto da população – continua a ser utilizada indevidamente. Exemplo disso foi a renúncia do Líder do Partido Liberal na Câmara dos Deputados e a perspectiva de outras renúncias em série.

Urge, então, que o Parlamento, atento às anomalias do sistema representativo, busque alternativas legislativas que assegurem o respeito ao voto popular e à moralidade pública.

Pretende, então, o projeto de lei complementar, que ora é oferecido à deliberação desta Casa Legislativa, criar graves conseqüências à renúncia que objetive, indevidamente, impedir a instalação de processo que vise ou possa levar à perda de mandato.

Atribui-se à renúncia, com esses objetivos espúrios, os mesmos efeitos da perda de mandato, vale dizer, a inelegibilidade para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subseqüentes ao término da legislatura.

Ainda que insuficiente **per se**, a presente iniciativa pode significar uma importante contribuição para o aperfeiçoamento da representação e para o respeito à soberania popular.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2005. – **Tião Viana**.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA*

LEI COMPLEMENTAR Nº 64,
DE 18 DE MAIO DE 1990

Estabelece, de acordo com o artigo 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São inelegíveis:

I – para qualquer cargo:

a) os inalistáveis e os analfabetos;

b) os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto no artigo 55, I e II, da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 3 (três) anos subseqüentes ao término da legislatura;

c) o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 3 (três) anos subseqüentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;

d) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 3 (três) anos seguintes;

e) os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, pelo tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais, pelo prazo de 3 (três) anos, após o cumprimento da pena;

f) os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão

competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida a apreciação do Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 5 (cinco) anos seguintes, contados a partir da data da decisão;

h) os detentores de cargo na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político apurado em processo, com sentença transitada em julgado, para as eleições que se realizarem nos 3 (três) anos seguintes ao término do seu mandato ou do período de sua permanência no cargo;

i) os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade,

II – para Presidente e Vice-Presidente da República:

a) até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções:

1 – os Ministros de Estado;

2 – os Chefes dos órgãos de assessoramento direto, civil e militar, da Presidência da República;

3 – o Chefe do órgão de assessoramento de informações da Presidência da República;

4 – o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas;

5 – o Advogado-Geral da União e o Consultor-Geral da República;

6 – os Chefes do Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

7 – os Comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica;

8 – os Magistrados;

9 – os Presidentes, Diretores e Superintendentes de Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas e as mantidas pelo Poder Público;

10 – os Governadores de Estado, do Distrito Federal e de Territórios;

11 – os Interventores Federais;

12 – os Secretários de Estado;

13 – os Prefeitos Municipais;

14 – os membros do Tribunal de Contas da União, rios Estados e do Distrito Federal;

15 – o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal;

16 – os Secretários-Gerais, os Secretários-Executivos, os Secretários Nacionais, os Secretários Federais dos Ministérios e as pessoas que ocupem cargos equivalentes.

b) os que tenham exercido, nos 6 (seis) meses anteriores à eleição, nos Estados, no Distrito Federal, Territórios e em qualquer dos Poderes da União, cargo ou função, de nomeação pelo Presidente da República, sujeito à aprovação prévia do Senado Federal;

c) (vetado);

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF GLPMDB Nº 273/2005

Brasília, 8 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Romero Jucá, como membro suplente, na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE – em vaga existente.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência votos de estima e consideração. Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Designo o Senador Romero Jucá membro da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do Ofício GLPMDB nº 273/2005 que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF GLPMDB Nº 274/2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Romero Jucá, como membro titular, em vaga existente, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, bem como o remanejamento do Senador Ney Suassuna para a primeira suplência, em substituição ao Senador Wirlande da Luz. A nova composição dos membros suplentes da referida Comissão obedecerá a seguinte ordem:

Senador Ney Suassuna – Senador José Maranhão – Senador Leomar Quintanilha – Senador João Batista Motta – Senador Antônio Leite.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência votos de estima e consideração. Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por permuta com o Senador Tião Viana, que será o próximo orador, e, em seguida, o Senador Augusto Botelho. V. Ex^a dispõe de quinze minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, a manifestação do mais profundo pesar pelo falecimento do irmão do Senador Teotônio Vilela, a manifestação da nossa solidariedade ao Senador Teotônio Vilela, essa grande figura, grande companheiro, grande Líder, Parlamentar brilhante desta Casa, a nossa solidariedade a ele e a toda a sua família neste momento de dor que todos certamente estão vivendo, a nossa solidariedade à população de Alagoas, que perde nesse infausto acontecimento um dos seus mais ilustres filhos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula tem sido colecionador de bravatas, de mentiras, revelando um viés autoritário surpreendente e inusitado, sobretudo em momentos críticos como este que o País atravessa em que a crise moral se abate sobre as instituições públicas brasileiras.

Nos arroubos oratórios, o Presidente busca estabelecer comparações com seus antecessores, desafia-os a que se comparem os feitos ao final da sua gestão, renega feitos passados, procura desmerecer a ação administrativa daqueles que o antecederam. Não se sabe se em função da sua assessoria ou por iniciativa própria, busca destacar feitos que não ocorreram durante a sua gestão. Encontra alguns seguidores e faz de alguns porta-vozes a repetição dos seus enunciados, como ocorreu hoje no plenário do Senado Federal, relativamente à palavra do Presidente no rádio hoje pela manhã, destacando que, em Governos anteriores ou no Governo anterior, a educação estava paralisada e que o atual Governo vem promovendo avanços inquestionáveis.

É por essa razão, Sr. Presidente, que trazemos, para esclarecimento da opinião pública, algumas informações importantes. Em 2003, primeiro ano da gestão Lula, o Governo aplicou R\$16.718.203.393,90 em educação; em 2004, R\$15.613.573.294,67; em 2002, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, último ano da sua gestão, R\$19.082.263.787,53. Portanto, valor significativamente superior àquele investido pelo Governo Lula. Em 2001, mais R\$19.062.263.787,00. Em 2000, R\$19.193.196.127,71. E em 1999, reunindo educação e cultura, o Governo investiu R\$33.033.254.663,66.

Portanto, são valores significativamente maiores do que aqueles investidos pelo atual Governo. Estamos trazendo essas informações apenas com o propósito

de repor a verdade. Mas vamos além, Sr. Presidente. O Governo Lula tem investido muito pouco. Aliás, a ausência de investimentos públicos tem sido uma das causas de comprometimento do processo de crescimento econômico no Brasil. Inexplicavelmente, o Governo comemora índices de crescimento, a nosso ver, insatisfatórios.

Não sei como um Governo pode se conformar com o crescimento que vem alcançando a economia do nosso País em contraste com o crescimento que se verifica em outras Nações emergentes do mundo.

Aliás, há uma previsão de que o crescimento do nosso País neste ano será o menor em todo o mundo, inclusive inferior ao que se verificará nos países da África.

Já nos primeiros três meses, portanto, com precedência à crise política que se abateu posteriormente, o crescimento da economia do Brasil chegou a 0,3%. Portanto, um crescimento, a meu ver, risível, que dispensaria qualquer tipo de comemoração, muito mais dispensaria, é claro, arroubos oratórios im procedentes como vem-se verificando.

Portanto, imagino que alguns debitarão à crise moral que se abate sobre o País os índices de crescimento econômico aquém das potencialidades do nosso País que, certamente, ao final do ano, verificaremos.

Mas não há relação entre causa e efeito. Ao contrário, o que contamina a economia não é a investigação da corrupção; o que contamina a economia é a corrupção. Os especialistas indicam que no ano passado o Brasil deixou de movimentar R\$328 bilhões em razão da corrupção. E a Transparência Internacional, ONG que tem conceito mundial, que elabora o *ranking* mundial da corrupção todos os anos, indica que nós perdemos bilhões de dólares anualmente de investimentos. Portanto, deixamos de gerar milhares de empregos porque os grandes conglomerados econômicos do mundo buscam investir exatamente pelo *ranking* da corrupção.

O nosso País, pelo lamentável lugar que ocupa nesse *ranking*, como um dos países mais corruptos do mundo, desperdiça oportunidades preciosas de crescimento econômico.

Vai além a Transparência, afirmando que percentual importante, ao redor de um terço da dívida pública brasileira, devemos debitar na conta da corrupção. E mais: se nós tivéssemos os mesmos índices de crescimento econômico da Dinamarca, teríamos uma renda **per capita** 70% superior àquela que temos hoje. Portanto, o ganho do brasileiro seria, **per capita**, em média, US\$2 mil a mais do que é hoje, lamentavelmente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Atentamente o estou ouvindo e também o País. Por isso que V. Ex^a, Senador Álvaro Dias, desponta nas pesquisas do Paraná em primeiro lugar para todos os cargos majoritários. E o seu Partido comete um engano em não colocar o seu nome para candidato à Presidência da República. Eu queria dar uma colaboração em relação à Educação. Não é do meu Partido o ex-Ministro da Educação do Governo passado, Paulo Renato Souza. Aliás, acho que foi um erro ele não ter sido candidato a Presidente, pois, com certeza, teria vencido o Lula. Olha, o Presidente Lula está equivocando. O Fundef foi um instrumento excepcional para a nossa educação porque foi a verba direta que Paulo Renato deu para as diretorias das escolas, incorporando milhares de diretorias na administração pública educacional. A expansão das universidades privadas deveu-se a ele. E mais, fez uma exigência fundamental: muitos professores ensinavam o que não sabiam, e ele exigiu que todas as normalistas fizessem licenciaturas de curta ou de plena duração. Além disso, o Provão também é um mérito do Governo passado. Quanto à economia, o Brasil ganhou apenas, para ser claro, do Haiti e de El Salvador, nessas situações. Esse é o quadro real. No mais, os nossos parabéns. Já aprendemos muito, mas o País precisa ouvir a sua palavra e a sua mensagem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa. A generosidade de V. Ex^a é um estímulo constante a todos nós, nesta Casa. Evidentemente, descontamos o exagero das manifestações elogiosas de V. Ex^a, mas as recolhemos sempre com o propósito de nos motivar a continuar o trabalho. E sabemos que isso ocorre com todos os colegas no Senado Federal.

Eu dizia que a crise moral que se abate sobre o Brasil não contamina a economia no que diz respeito à investigação procedida, mas que a corrupção, sim, contamina a economia. De outro lado, verifica-se a ausência de investimentos públicos. Em sete meses, apenas 4% dos investimentos aprovados pelo Congresso Nacional foram executados. Um dos instrumentos para a alavancagem do crescimento econômico é o investimento público. E o Governo Lula, desde o início, vem pecando de forma capital, ao investir insuficientemente, preparando inclusive um eventual apagão de infra-estrutura no futuro do nosso País, em face da ausência desses investimentos. Dos R\$21 bilhões aprovados em 2005 pelo Congresso Nacional, apenas R\$853 milhões foram pagos até julho. Portanto, apenas 4% dos investimentos aprovados em sete meses do ano.

A crise política leva a equipe econômica – parece-me – a assumir uma postura ainda mais conservadora, acumulando um superávit primário muito acima do previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Até junho, o superávit primário acumulado estava em R\$60 bilhões, o equivalente a 6,4% do PIB. E nós discutíamos aqui já há algum tempo o exagero do superávit primário de 4% como imposição do Fundo Monetário Internacional. O FMD, fundo monetário doméstico, tem se apresentado com rigor muito maior do que o Fundo Monetário Internacional. Programas como a manutenção da malha rodoviária federal, que tem R\$2 bilhões no Orçamento livres do contingenciamento, estão com a execução muito baixa. Até julho, foram executados 7,8% do total, ou R\$159,3 milhões. Programas prioritários na segurança tiveram execução próxima de zero nos primeiros sete meses. É o caso do Sistema Único de Segurança Pública, que teve até agora apenas 0,8% dos recursos executados. De R\$225 milhões aprovados, gastou-se apenas R\$1,9 milhão.

Portanto, Sr. Presidente, até mesmo em área crucial como da Segurança Pública o investimento aproxima-se de zero. É lamentável que isto venha a ocorrer porque revela incompetência administrativa no ato de executar programas e na tarefa de estabelecer prioridades indispensáveis para atender às expectativas da Nação. Programas como o saneamento ambiental urbano e o programa habitacional de interesse popular não investiram nenhum real em sete meses.

Sr. Presidente, em saneamento ambiental, zero de investimento; em política habitacional, zero de investimento? O que mais deseja o povo trabalhador do País? Evidentemente, o que mais deseja o cidadão trabalhador é emprego e moradia.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador, por favor, conclua.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Encerro com essas palavras, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a e dizendo que alimentamos expectativas em relação ao futuro deste País, mas desgraçadamente não alimentamos expectativas administrativas em relação ao próximo um ano e meio, por estar o Governo Lula totalmente perdido em meio a essa tempestade de escândalos que lamentavelmente açoita o mundo político do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana. V. Ex^a dispõe de até 15 minutos, Senador.

Em seguida ao pronunciamento do Senador Tião Viana, teremos a palavra dos Senadores Augusto Bortolho e Cristovam Buarque.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meio a esta crise que está aos olhos de todos, que traz as devidas preocupações e impõe as responsabilidades, estou tentando me reportar àquilo que está tramitando no Congresso Nacional. Há poucas semanas, foi enviado ao Parlamento pelo então Ministro de Estado Olívio Dutra o Plano Nacional de Saneamento Básico, que temos agora a responsabilidade de discutir e aprovar. Trata-se de uma matéria que, inequivocamente, é da maior relevância, prioritária na agenda do Congresso Nacional.

Espero que, diante dos holofotes da crise, diante da responsabilidade que todos os partidos têm em relação à crise, diante do encaminhamento para que ocorra a punição dos culpados, possamos construir, como partidos políticos, como lideranças, a agenda mínima de que o Congresso necessita. O Congresso não pode abrir mão disso, e não podemos contar o ano de 2005 como um ano perdido dentro do processo legislativo. Temos muita responsabilidade por essa matéria. Todos discutem hoje a necessidade da reforma política, que tem menos de 40 dias para ser aprovada, sob pena de não vigorar para o próximo ano, mas uma matéria como a de saneamento básico encontra-se no mesmo patamar, ou em maior, de relevância.

Quando procuramos refletir sobre a grande causa de mortalidade no Planeta, ainda encontramos como foco central a crise de saneamento básico, as doenças de transmissão hídrica. Hoje ou se morre de fome, nos países pobres, ou se morre em razão das doenças de contaminação pela água, no que tange às crianças – quanto aos adultos, já há algumas doenças degenerativas que incrementam essas estatísticas e o espelho de morbimortalidade no Planeta. A África, por exemplo, padece. Naquele continente, 35 mil crianças morrem diariamente pela fome ou pelas doenças evitáveis, em que se concentram as doenças relacionadas à falta de saneamento básico.

O Ministério das Cidades, por intermédio do então Ministro Olívio Dutra, apresentou, com absoluta responsabilidade e propriedade, o Plano Nacional de Saneamento Básico. É uma matéria legislativa que veio do Poder Executivo e que já encontra, na memória do Parlamento brasileiro, a sua luta, a sua dinâmica e, até agora, a não-aprovação efetiva.

Vale ressaltar que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu como norma a participação do Sistema Único de Saúde dentro de uma política nacional de saneamento básico, o acompanhamento.

Logo tivemos a década de 90, que estabeleceu, como grande fator de influência da política nacional de saneamento básico, o poder concedente, a redução

do tamanho do Estado e uma trilha que devesse seguir a chamada cartilha do neoliberalismo. Os danos foram irreparáveis. Tivemos, de 1989 a 1999 – quando o IBGE fez o último estudo –, a constatação de que, em relação ao esgotamento sanitário, o Brasil cresceu menos de 5% em cobertura.

No que se refere à cobertura de água, houve um avanço da ordem de mais de 40% na distribuição. Entretanto, em relação às regiões do Brasil, observamos a região Sul atendendo em 70% a sua população com distribuição de água; a região Nordeste atendendo em 52%; e a região Norte, que é a minha, a do Senador Augusto Botelho e a de outros, com cobertura de água para os domicílios na ordem de 42%.

Isso demonstra a grande dívida que temos com a qualidade de vida. Se, no século XX, fomos capazes de avançar a expectativa de vida do brasileiro em 29 anos – foi esse o aumento no século passado –, devemos muito ao pouco que se fez em saneamento básico e muito ao custo tão elevado e tão irracional da política de assistência médica apenas. O modelo mais caro para prevenir, para controlar e para reduzir a morbimortalidade de um povo é adotar a assistência como grande referencial de um país.

Por outro lado, quanto ao saneamento básico, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência está cansada de dizer que, se assegurarmos apenas água tratada em boas condições para a população, reduziremos em quatro anos a mortalidade infantil. Então, se atualmente oscila entre 26% a pouco mais de 30% o índice de mortes em crianças até completarem um ano de vida – em um país que já avançou, porque tínhamos, nas décadas passadas, em torno de 60 crianças falecendo antes de completarem um ano de vida, em razão de doenças evitáveis –, poderemos obter um avanço muito maior se, de fato, aprovarmos esse Plano Nacional de Saneamento Básico.

Em 1994, o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 199, da Deputada Irma Passoni, estabelecia critérios para a criação do Sistema Nacional de Saneamento Básico. A matéria foi devidamente aprovada na Câmara dos Deputados, veio para o Senado Federal, foi aprovada, mas, lamentavelmente, foi vetada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, no entendimento de que a responsabilidade da União deveria ser muito mais de fomentar e de fiscalizar a execução das políticas de saneamento básico no Brasil. Tivemos um verdadeiro naufrágio na evolução dos indicadores sociais do Brasil a partir dessa realidade estabelecida.

Em 1996, o então Ministro José Serra, no Senado Federal, apresenta o chamado Projeto de Lei nº 266, que estabelece o poder concedente para o saneamento básico no Brasil, criando regras de concessão, de

acompanhamento e de execução, dividindo as responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios e da iniciativa privada. Lamentavelmente, essa matéria encontrou diversos entraves e barreiras de aprovação no Parlamento brasileiro.

Em 2002, o Deputado Sérgio Novaes e a Deputada Maria do Carmo Lara apresentaram uma reedição do Projeto de Lei da Deputada Irma Passoni, de 1994, que dispunha sobre a Política Nacional de Saneamento, seus instrumentos e dava outras providências. Portanto, houve uma verdadeira década perdida.

Reconhecido esse naufrágio da política de saneamento básico implantada na década de 90, tivemos de encontrar um caminho. Qual é a responsabilidade do Governo do Presidente Lula? O que fazer diante de um País que oferece 70% de água aos domicílios da Região Sul, 42% aos domicílios da Região Norte e menos de 55% aos domicílios da Região Nordeste? No Brasil, das 125 mil toneladas de lixo recolhidas, 70% são deixadas a céu aberto; e, dos 145 milhões de metros cúbicos de resíduos de esgoto, a mesma proporção ainda é colocada a céu aberto.

A problemática é grave, mas podemos, e muito, melhorar os indicadores de vida e a redução das doenças no Brasil. Infelizmente, o Congresso Nacional brasileiro está diante de um impasse: vive uma crise política, não a coloca em seu devido lugar, por todas as razões justificadas – é uma crise que envolve a responsabilidade e a participação de todos os políticos –, e não consegue conciliar a agenda mínima da governabilidade e do processo legislativo.

O que existe para todo o Parlamento é a responsabilidade da solução, que requer a discussão e a aprovação de uma matéria de tal relevância.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a usou a palavra “infelizmente”. Infelizmente, V. Ex^a não foi escolhido, desde o início do Governo do Presidente Lula, para ser o Ministro da Saúde. V. Ex^a está mostrando essa visão médica e, nesse livro da Universidade de Brasília, publicou um artigo sobre saúde que eu já havia lido para aprender. Queria até que V. Ex^a fosse ouvido, porque essa é a visão. Quando governei o Estado do Piauí, consegui... Quem tem bastante luz não precisa diminuir ou apagar as luzes dos outros para brilhar. Então, não adianta o Presidente Lula dizer que foi no seu Governo. Na época em que logrei êxito, o Presidente da República era do PSDB – aliás, o Senador Heráclito Fortes, que está aqui do lado, facilitou muito. Eu consegui, embora fosse de outro Partido, implantar

o Projeto Sanear. Foram mais de US\$30 milhões na época, e hoje, em Teresina, há quase 400 km de esgoto. É isso. Não podemos voltar àquilo que dizia Afrânio Peixoto, no primeiro livro de higiene: “A saúde pública no Brasil é feita com sol, chuva e os urubus”. É preciso haver esse investimento em saneamento, como V. Ex^a está descrevendo e dissertando. Lamento o fato de o Partido ter uma estrela da saúde como V. Ex^a e não dar os rumos. Faço uma advertência. É lamentável! Presidente Efraim, paguei hoje, no aeroporto de Teresina, para engraxar meus sapatos, R\$5,00. A consulta médica do SUS está custando R\$2,00. Lá os ortopedistas se queixaram, Senador Tião Viana, de que, para fazer redução, não há mais anestesista, que custa R\$6,00. Eles fazem redução com dor mesmo, com o sofrimento dos pobres. Qual é o anestesista que vai aceitar ganhar R\$6,00? Só para chegar no hospital ele gasta mais. Só se for de mototáxi. Aí gasta os R\$6,00 que ganhou, na garupa. V. Ex^a tem que ser ouvido. Esse negócio só dá certo se houver sensibilidade política – e V. Ex^a a tem – e responsabilidade administrativa. V. Ex^a está sendo pouco usado pelo Governo do PT.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Mão Santa a contribuição que traz ao meu pronunciamento.

Pelo Sistema Único de Saúde, são 880 mil internações por ano, em decorrência da água de péssima qualidade a que a população tem acesso e das doenças causadas pela crise do saneamento básico. Estamos falando em algo volumoso: 880 mil internações em decorrência da crise do saneamento básico.

Se estamos diante de uma crise política, o paredão da cassação já está a postos. Já há os citados, que vão para a punição, para o caminho da cassação. Os holofotes já foram colocados diante de todos. Será que não seria hora de conciliarmos? O zé-povinho lá do canto do Brasil está esperando de nós decisões relevantes, que imponham mudanças na sua qualidade de vida.

É isso que trago para dividir com o Plenário do Senado Federal. Será que não temos capacidade de preservar o debate sobre a crise política e a busca das soluções, com a responsabilidade que deve nortear a trajetória de cada partido, e, ao mesmo tempo, conciliar com uma agenda mínima, uma agenda da responsabilidade política vinculada à responsabilidade social?

Essa matéria, muito bem detalhada pelo Ministro Olívio Dutra, foi elaborada por técnicos de profundo conhecimento, por sanitaristas verdadeiros, e remonta a um desafio do Governo brasileiro na década de 70, que resultou no chamado Plano Nacional de Saneamento Básico e na criação do Sistema Nacional de Saúde em 1975. Até hoje não cumprimos essa dívida, mas o Parlamento pode tomar uma decisão à altura.

A minha expectativa, já concedendo um aparte ao Senador Augusto Botelho e encaminhando para o encerramento do meu pronunciamento, é que possamos conciliar o debate, o foco da crise, com a responsabilidade social que uma matéria dessa natureza nos impõe. Refiro-me à educação sanitária, ao manejo de resíduos sólidos, à distribuição e ao atendimento de água para a população, à drenagem pluvial, ao trabalho de distribuição efetiva por parte do Poder Público associado às entidades que possam partilhar.

Estamos discutindo, Senador Augusto Botelho, até a inadimplência do cidadão nesse Plano Nacional. Aquele cidadão pobre que não pode pagar sua água terá uma cota mínima garantida, para que não haja privação.

É uma matéria, de fato, relevante, digna de uma bela discussão no Parlamento, mas está colocada em segundo plano, infelizmente em razão da crise. Não quero tirar a crise do foco, mas colocá-la ao lado.

Concedo o aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Tião Viana, V. Ex^a está trazendo um assunto de extrema importância. Nós, que somos da área médica – V. Ex^a é Doutor em hepatite, defendeu tese sobre hepatite, que é uma doença transmitida pela deficiência de tratamento dos dejetos humanos e pela água contaminada –, talvez devêssemos dar um enfoque ao saneamento, porque as pessoas só vêem o saneamento como uma despesa. Realmente precisamos de quase R\$180 bilhões para fazer o saneamento básico em todo o Brasil. Mas só em internações médicas, se essas quase 900 mil internações caírem pela metade, praticamente vamos ter retorno do investimento que está sendo feito em saneamento básico. Temos que trabalhar também na regulamentação da agência de saneamento, para podermos dar mais ênfase a isso. Tenho orgulho de dizer que Boa Vista é uma cidade onde 98% das residências recebem água encanada, tratada, de boa qualidade. Tenho certeza de que, como diz sempre o Senador Mão Santa, se V. Ex^a fosse Ministro da Saúde, estaríamos em outro patamar de saúde no Brasil. Mas V. Ex^a vai ser um lutador por este projeto que está chegando agora, por este Plano, e pode contar com nosso apoio para diminuirmos a mortalidade infantil, as doenças e para melhorarmos a vida das pessoas, dos pequenos. A falta de saneamento atinge principalmente os pobres. V. Ex^a, como eu, está aqui para defender principalmente os pequenos. Vim para esta Casa eleito pelos pobres do meu Estado, e vamos defendê-los, fazendo saneamento, com V. Ex^a na ponta da trincheira.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, que tanto nos orgulha no exercício do mandato pelo Estado de Roraima.

Concedo o aparte, já encerrando, ao Senador Cristovam Buarque, e faço das palavras de S. Ex^a o encerramento do meu pronunciamento.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Prefiro que o Senador tenha alguns segundos depois para concluir, para que eu fique livre para falar. Senador Tião Viana, em primeiro lugar, é uma satisfação ouvir seu discurso. Estou cansado de concentrarmos todo o debate desta Casa nos assuntos conjunturais vergonhosos que vivemos, na ética do comportamento dos políticos, esquecendo a ética nas prioridades das políticas. Nós, esta aristocracia republicana de que fazemos parte, nos indignamos quando alguém desta aristocracia tira dinheiro do Estado e põe no seu bolso, como corrupto. Mas toleramos com a maior tranqüilidade quando o dinheiro que deveria ir para os pobres vai legalmente para a parcela privilegiada. Fico muito feliz com o fato de V. Ex^a trazer o assunto, apenas lamento e discordo – e talvez não tenha havido tempo de sua parte para explicar – de que a crise seja a única causa de não se estar investindo em saneamento. Se analisarmos os dados antes desta crise, veremos que os desembolsos dirigidos ao saneamento pelo nosso Governo foram muito restritos e pequenos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, um patrimônio da inteligência brasileira, um homem que conhece a fundo as desigualdades brutais em que vive o povo brasileiro e que aponta para que tenhamos a causa brasileira como norteadora de nossas atividades e não estejamos presos a questões pontuais, conjunturais que, às vezes, são menores do que os desafios que temos a enfrentar no Brasil.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a tolerância.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PROJETO DE LEI

Institui as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Básico – PNS.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares

CAPÍTULO I

Do Objeto e do Âmbito de Aplicação

Art. 1º Esta lei institui as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Básico – PNS.

§ 1º Estão sujeitos às diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico os agentes públicos ou privados que desenvolvam ações que, direta ou indiretamente, interessem aos serviços públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de manejo de águas pluviais e de manejo de resíduos sólidos.

§ 2º Os dispositivos da PNS aplicam-se:

I – à administração direta e indireta da União e às entidades ou fundos direta ou indiretamente sob o seu controle, gestão ou operação;

II – à entidade, órgão ou fundo que utilize, receba, guarde ou gerencie recursos federais ou os que estejam sob gestão ou operação de fundo, órgão ou entidade da União; e

III – mediante adesão, às entidades privadas e aos órgãos e entidades de outros entes da Federação.

**CAPÍTULO II
Das Definições**

Art. 2º Para os efeitos desta lei, consideram-se:

I – saneamento básico: o conjunto de serviços e ações com o objetivo de alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, nas condições que maximizem a promoção e a melhoria das condições de vida nos meios urbano e rural, compreendendo o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos e o manejo de águas pluviais;

II – salubridade ambiental: qualidade das condições em que vivem populações urbanas e rurais no que diz respeito à sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de doenças relacionadas com o meio ambiente, bem como de favorecer o pleno gozo da saúde e o bem-estar;

III – plano de saneamento ambiental: no que se refere a determinado âmbito territorial, o conjunto de estudos, diretrizes, programas, prioridades, metas, atos normativos e procedimentos que, com fundamento em avaliação do estado de salubridade ambiental, inclusive da prestação dos serviços públicos a ela referentes, define a programação das ações e dos investimentos necessários para a prestação universal, integral e atualizada dos serviços públicos de saneamento básico, bem como, quando relevantes, das demais soluções para a concretização de níveis crescentemente melhores de salubridade ambiental;

IV – serviços públicos de saneamento básico: os serviços públicos cuja natureza sejam o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos e o manejo de águas pluviais;

V – serviços públicos de abastecimento de água: a captação, a adução de água bruta, o tratamento, a adução de água tratada, a reservação e a distribuição de água;

VI – serviços públicos de esgotamento sanitário: a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final de esgotos sanitários, incluindo os efluentes industriais compatíveis, bem como de lodos e de outros resíduos do processo de tratamento;

VII – serviços públicos de manejo de resíduos sólidos:

a) a coleta, o transbordo e transporte, a triagem para fins de reuso ou reciclagem, o tratamento, inclusive por compostagem, e a disposição final de resíduos sólidos domiciliares, assemelhados e provenientes da limpeza pública;

b) a varrição, a capina e a poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública;

VIII – serviços públicos de manejo de águas pluviais: a coleta, o transporte, a detenção ou retenção para amortecimento de vazões de cheias, o tratamento e o lançamento das águas pluviais;

IX – serviços públicos de saneamento básico de interesse local:

a) o sistema de manejo de águas pluviais, ou a parcela dele que receba contribuições exclusivamente de um município;

b) quando destinado a atender exclusivamente um município, qualquer dos seguintes serviços:

1. a captação, a adução de água bruta ou tratada, o tratamento de água e a reservação para abastecimento público;

2. a interceptação e o transporte, o tratamento e a destinação final de esgotos sanitários; e

3. o transbordo e transporte, o tratamento e a disposição final de resíduos sólidos urbanos;

c) em qualquer caso: a distribuição de água, a coleta de esgotos sanitários, a varrição, a capina, a limpeza e a poda de árvores em vias e logradouros públicos, a coleta e a triagem, para fins de reaproveitamento, reuso ou reciclagem, de resíduos sólidos urbanos e a microdrenagem;

X – serviços públicos de saneamento básico integrados: os serviços públicos de saneamento básico não qualificados como de interesse local;

XI – planejamento: as atividades de identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das

quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição para o alcance, em período determinado, das metas e resultados pretendidos;

XII – regulação: todo e qualquer ato, normativo ou não, que discipline ou organize determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impactos sócioambientais, os direitos e obrigações dos cidadãos, dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação, a política e sistema de cobrança, inclusive a fixação, reajuste e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos;

XIII – fiscalização: as atividades de acompanhamento, monitoramento, controle, avaliação e de aplicação de penalidades exercidas pelo titular do serviço público, inclusive por entidades de sua administração indireta ou por entidades conveniadas, e pelos cidadãos e usuários, no sentido de garantir a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público;

XIV – prestação de serviço público: a execução de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir o acesso a um serviço público em estrita conformidade com o estabelecido no planejamento e na regulação;

XV – prestador de serviço público, o órgão ou entidade:

a) do titular, a quem se tenha atribuído por lei a competência de prestar o serviço público;

b) de consórcio público ou de ente da Federação com quem o titular celebrou convênio de cooperação, desde que delegada a prestação por meio de contrato de programa;

c) a quem se tenha delegado a prestação dos serviços por meio de concessão;

XVI – titular do serviço público: o ente da Federação detentor da competência para prover o serviço público, especialmente por meio do planejamento, regulação, fiscalização e prestação direta ou indireta;

XVII – norma local: a estabelecida por lei do titular dos serviços ou por ato de sua administração direta ou indireta, inclusive consórcio público do qual participe;

XVIII – projetos associados aos serviços públicos de saneamento básico: os desenvolvidos em caráter acessório ou correlato a prestação dos serviços, capazes de gerar benefícios sociais, ambientais ou econômicos adicionais, dentre eles:

a) o fornecimento de água bruta para outros usos, comprovado o não-prejuízo aos serviços públicos de abastecimento de água;

b) o aproveitamento de água de reuso;

c) o aproveitamento do lodo resultante de tratamento de água ou de esgoto sanitário;

d) o aproveitamento dos materiais integrantes dos resíduos sólidos por meio de reuso ou reciclagem;

e) o aproveitamento de energia de qualquer fonte potencial vinculada aos serviços, inclusive do biogás resultante de tratamento de esgoto sanitário ou de tratamento ou disposição final de resíduos sólidos;

XIX – subsídios simples: aqueles que se processam mediante receitas que não se originam de remuneração pela prestação de serviços públicos de saneamento básico;

XX – subsídios cruzados: aqueles que se processam mediante receitas que se originam de remuneração pela prestação de serviços públicos de saneamento básico;

XXI – subsídios cruzados internos: aqueles que se processam internamente à estrutura de cobrança pela prestação de serviços no território de um só município, do Distrito Federal ou na área de atuação de entidade ou órgão responsável pela:

a) gestão associada desses serviços;

b) integração da organização, do planejamento e da execução desses serviços, quando caracterizados como funções públicas de interesse comum;

XXII – subsídios cruzados externos: aqueles que se processam mediante transferências ou compensações de recursos originados de área ou território diverso dos referidos no inciso XXI;

XXIII – subsídios diretos: aqueles que se destinam a usuários determinados;

XXIV – delegação onerosa de serviço público de saneamento básico, a que inclui:

a) qualquer modalidade de pagamento ao titular pela outorga da concessão de serviço público de saneamento básico, direito de uso ou pela transferência de bens e instalações reversíveis, exceto no caso de ressarcimento de eventuais obrigações que, contraídas em função do serviço, permaneçam na responsabilidade do titular; ou

b) subscrição de participação societária e integralização, pelo titular, de capital da

empresa delegatária, lastreada na conferência de qualquer dos bens ou direitos mencionados na alínea “a” deste inciso, salvo quando a participação societária estiver gravada por vínculo de inalienabilidade pelo prazo mínimo de vinte anos; e

XXV – controle social: mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informação, representação técnica e participação nos processos de decisão do serviço.

§ 1º Os corpos d’água não integram os serviços públicos de saneamento básico, exceto os lagos artificiais cuja finalidade principal seja a captação de água para abastecimento público ou o tratamento de efluentes ou a retenção ou detenção para amortecimento de vazões de cheias.

§ 2º Não constitui serviço público a ação de saneamento implementada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento ambiental de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

TÍTULO II

Das Diretrizes para os Serviços Públicos de Saneamento Básico

CAPÍTULO I

Do Direito à Salubridade Ambiental

Art. 3º Todos têm direito à vida em ambiente salubre, cuja promoção e preservação é dever do Poder Público e da coletividade.

Parágrafo único. E obrigação do Poder Público promover a salubridade ambiental, especialmente mediante políticas, ações e a provisão universal e equânime dos serviços públicos necessários.

Art. 4º É garantido a todos o direito a níveis adequados e crescentes de salubridade ambiental e de exigir dos responsáveis medidas preventivas, mitigadoras, compensatórias ou reparadoras em face de atividades prejudiciais ou potencialmente prejudiciais à salubridade ambiental,

CAPÍTULO II

Das Diretrizes

SEÇÃO I

Da Disposição Preliminar

Art. 5º Os serviços públicos de saneamento básico possuem caráter essencial.

SEÇÃO II

Das Diretrizes Básicas

Art. 6º São diretrizes básicas dos serviços públicos de saneamento básico:

I – a universalização, consistente na garantia a todos de acesso aos serviços, indistintamente e em menor prazo, observado o gradualismo planejado da eficácia das soluções, sem prejuízo da adequação às características locais, da saúde pública e de outros interesses coletivos;

II – a integralidade, compreendida como a provisão dos serviços de saneamento básico de todas as naturezas, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e a maximização da eficácia das ações e resultados;

III – a equidade, entendida como a garantia de fruição em igual nível de qualidade dos benefícios pretendidos ou ofertados, sem qualquer tipo de discriminação ou restrição de caráter social ou econômico, salvo os que visem priorizar o atendimento da população de menor renda;

IV – a regularidade, concretizada pela prestação dos serviços, sempre de acordo com a respectiva regulamentação e com as outras normas aplicáveis;

V – a continuidade, consistente na obrigação de prestar os serviços públicos sem interrupções, salvo nas hipóteses previstas em lei;

VI – a eficiência, por meio da prestação dos serviços de forma a satisfazer as necessidades dos usuários com a imposição do menor encargo sócio-ambiental e econômico possível;

VII – a segurança, implicando que os serviços sejam prestados com o menor risco possível para os usuários, os trabalhadores que os prestam e à população;

VIII – a atualidade, que compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria contínua dos serviços;

IX – a cortesia, traduzida no bom atendimento ao público, inclusive para realizar atendimento em tempo adequado e de fornecer as informações referentes aos serviços que sejam de interesse dos usuários e da coletividade;

X – a modicidade dos preços públicos, inclusive das tarifas, e das taxas;

XI – a sustentabilidade, pela garantia do caráter duradouro dos benefícios das ações, considerados os aspectos jurídico-institucionais, sociais, ambientais, energéticos e econômicos relevantes a elas associados;

XII – a intersetorialidade, compreendendo a integração das ações de saneamento entre si e com

as demais políticas públicas, em especial com as de saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação e desenvolvimento regional;

XIII – a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na melhoria das condições de salubridade ambiental;

XIV – a participação da sociedade na formulação e implementação das políticas e no planejamento, regulamentação, fiscalização, avaliação e prestação dos serviços por meio de instâncias de controle social;

XV – a promoção da educação sanitária e ambiental, fomentando os hábitos higiênicos, o uso sustentável dos recursos naturais, a redução de desperdícios e a correta utilização dos serviços, observado o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999;

XVI – a promoção e a proteção da saúde, mediante ações preventivas de doenças relacionadas à falta ou à inadequação dos serviços públicos de saneamento básico, observadas as normas do Sistema Único de Saúde (SUS);

XVII – a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações orientadas para a utilização dos recursos naturais de forma sustentável e a reversão da degradação ambiental, observadas as normas ambientais e de recursos hídricos e as disposições do plano de recursos hídricos;

XVIII – a promoção do direito à cidade;

XIX – a conformidade do planejamento e da implementação dos serviços com as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor;

XX – o respeito às identidades culturais das comunidades, às diversidades locais e regionais e a flexibilidade na implementação e na execução das ações de saneamento básico;

XXI – a promoção e a defesa da saúde e segurança do trabalhador nas atividades relacionadas aos serviços;

XXII – o respeito e a promoção dos direitos básicos dos consumidores; e

XXIII – o fomento da pesquisa científica e tecnológica e a difusão dos conhecimentos de interesse para o saneamento básico, com ênfase no desenvolvimento de tecnologias apropriadas.

Parágrafo único. O serviço público de saneamento básico é considerado universalizado em um território quando assegura o atendimento, no mínimo, das necessidades básicas vitais, sanitárias e higiênicas, de todas as pessoas, independentemente de sua condição sócio-econômica, em todos os domicílios e locais de trabalho e de convivência social, de modo

ambientalmente aceitável e de forma adequada às condições locais.

SEÇÃO III

Das Diretrizes para o Abastecimento de Água

Art. 7º São diretrizes para os serviços públicos de abastecimento de água:

I – a destinação da água fornecida pelos serviços prioritariamente para o consumo humano, a higiene doméstica, dos locais de trabalho e de convivência social e, secundariamente, como insumo ou matéria prima para atividades econômicas e para o desenvolvimento de atividades recreativas ou de lazer;

II – a garantia do abastecimento em quantidade suficiente para promover a saúde pública e com qualidade compatível com as normas, critérios e padrões de potabilidade estabelecidos conforme o previsto no inciso V do art. 16 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

III – a promoção e o incentivo à preservação, à proteção e à recuperação dos mananciais e ao uso racional da água, à redução das perdas e à minimização dos desperdícios; e

IV – a promoção das ações de educação sanitária e ambiental, especialmente o uso sustentável da água e a correta utilização das instalações prediais de água.

§ 1º Admite-se a restrição de acesso aos serviços nos casos e condições previstos em norma local, exigida a prévia notificação ao usuário quando motivada por inadimplência.

§ 2º A inadimplência do usuário residencial de baixa renda e dos estabelecimentos de saúde, educacionais e de internação coletiva não prejudica a garantia de abastecimento mencionada no inciso II do **caput**, devendo a restrição de acesso aos serviços assegurar o mínimo necessário ao atendimento das exigências de saúde pública definido em instrução expedida pelo Ministro de Estado da Saúde.

§ 3º É dever do prestador dos serviços avisar aos usuários, com antecedência razoável, das interrupções motivadas por manutenção programada ou por racionamento.

§ 4º A adoção de regime de racionamento depende de prévia autorização do órgão ou entidade que exerça a função de regulação, que lhe fixará prazo e condições.

§ 5º Excetuados os casos previstos na norma local:

I – é compulsória a ligação da edificação que utilize a água para consumo humano à rede pública de abastecimento existente; e

II – a rede pública de abastecimento de água não poderá ser ligada à instalação hidráulica predial também alimentada por outras fontes.

SEÇÃO IV

Das Diretrizes para o Esgotamento Sanitário

Art. 8º São diretrizes para os serviços públicos de esgotamento sanitário:

I – a garantia de solução adequada para a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos esgotos sanitários, como forma de promover a saúde pública e de prevenir a poluição das águas superficiais e subterrâneas, do solo e do ar;

II – a promoção do desenvolvimento e da adoção de tecnologias apropriadas, seguras e ambientalmente adequadas de esgotamento sanitário, em especial para o atendimento em situações que apresentem dificuldades de implantação, notadamente nas áreas de urbanização precária e de ocupação dispersa;

III – o incentivo ao reuso da água, à reciclagem dos demais constituintes dos esgotos e à eficiência energética, condicionado ao atendimento dos requisitos de saúde pública e de proteção ambiental;

IV – a promoção das ações de educação sanitária e ambiental sobre a correta utilização das instalações prediais de esgoto, dos serviços de esgotamento e do adequado manejo dos esgotos sanitários, bem como sobre os procedimentos para evitar a contaminação dos solos, das águas e das lavours.

§ 1º É vedada a restrição de acesso aos serviços públicos de esgotamento sanitário em decorrência de inadimplência do usuário.

§ 2º Excetuados os casos previstos na norma local, é compulsória a ligação à rede pública de coleta de esgotos sanitários existente de edificação que disponha de instalações prediais de esgotos.

SEÇÃO V

Das Diretrizes para o Manejo de Resíduos Sólidos

Art. 9º São diretrizes para os serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos:

I – a garantia do manejo dos resíduos sólidos de forma sanitária e ambientalmente adequada, a fim de promover a saúde pública e prevenir a poluição das águas superficiais e subterrâneas, do solo e do ar;

II – o incentivo e a promoção:

a) da não-geração, redução, minimização da geração, coleta seletiva, reutilização, reciclagem, inclusive por compostagem, e aproveitamento energético do biogás, objetivando a utilização adequada dos recursos naturais e

a sustentabilidade ambiental dos respectivos sistemas de gestão;

b) da inserção social dos catadores de materiais recicláveis, mediante apoio à sua organização em associações ou em cooperativas de trabalho, as quais se deverá prioritariamente contratar a prestação dos serviços de coleta, do processamento e da comercialização desses materiais;

c) da recuperação de áreas degradadas ou contaminadas devido à disposição inadequada dos resíduos sólidos;

d) do manejo planejado, integrado e diferenciado dos resíduos sólidos urbanos, com ênfase na utilização de tecnologias limpas;

e) da gestão do manejo de resíduos sólidos mediante cobrança pela disponibilização ou efetiva prestação dos serviços;

f) do desenvolvimento e adoção de mecanismos de cobrança que se vinculem à quantificação da geração de resíduos sólidos urbanos;

g) das ações de criação e fortalecimento de mercados locais de comercialização ou consumo de materiais recicláveis ou reciclados;

III – a promoção das ações de educação sanitária e ambiental, especialmente dirigidas para:

a) a difusão das informações necessárias à correta utilização dos serviços, especialmente horários de coleta e regras para apresentação dos resíduos a serem coletados;

b) a adoção de hábitos higiênicos relacionados ao manejo adequado dos resíduos sólidos

c) a orientação para o consumo preferencial de produtos originados total ou parcialmente de material reutilizado ou reciclado; e

d) a disseminação de informações sobre as questões ambientais relacionadas ao manejo dos resíduos sólidos e sobre os procedimentos para evitar desperdícios.

Parágrafo único. É vedada a interrupção de serviço de coleta em decorrência de inadimplência do usuário residencial, exigindo-se a comunicação prévia quando alteradas as condições de sua prestação.

SEÇÃO VI

Das Diretrizes para o Manejo das Águas Pluviais

Art. 10. São diretrizes para os serviços públicos de manejo das águas pluviais:

I – a garantia a toda população urbana do atendimento adequado por serviço e por ações de manejo das águas pluviais, com vistas a promover a saúde, a segurança da vida e do patrimônio e a reduzir os prejuízos econômicos decorrentes das enchentes:

II – a promoção da concepção integrada e planejada, articulando instrumentos de prevenção, minimização e gerenciamento das enchentes, apoiada na adequada gestão do uso e da ocupação do solo e na observância das diretrizes estabelecidas no âmbito do plano de recursos hídricos, de modo a minimizar e mitigar os impactos dos lançamentos na quantidade e qualidade da água à jusante da bacia hidrográfica urbana;

III – o incentivo à valorização, à preservação, à recuperação e ao uso adequado do sistema natural de drenagem do sítio urbano, em particular dos seus corpos d'água, com ações que priorizem:

a) o equacionamento de situações que envolvam riscos à vida, à saúde pública ou perdas materiais;

b) as alternativas de tratamento de fundos de vale de menor impacto no meio ambiente e que assegurem as áreas de preservação permanente e o tratamento urbanístico e paisagístico nas áreas remanescentes;

c) a minimização da expansão de áreas impermeáveis;

d) o equacionamento dos impactos negativos na qualidade das águas dos corpos receptores em decorrência de lançamentos de esgotos sanitários e de outros efluentes líquidos assemelhados no sistema público de manejo de águas pluviais;

e) a vedação de lançamentos de resíduos sólidos de qualquer natureza no sistema público de manejo de águas pluviais;

IV – o incentivo ao aproveitamento das águas pluviais, condicionado ao atendimento dos requisitos de saúde pública e de proteção ambiental pertinentes;

V – a inibição do encaminhamento para o sistema público de drenagem urbana do acréscimo de escoamento superficial gerado pela ocupação urbana do solo, inclusive mediante sistema de incentivos e ônus vinculado ao uso adequado do serviço; e

VI – a promoção das ações de educação sanitária e ambiental como instrumento de conscientização da população sobre a importância da preservação das áreas permeáveis e o correto manejo das águas pluviais.

SEÇÃO VII

Das Diretrizes de Complementaridade dos Serviços

Art. 11. As relações de complementaridade entre os serviços públicos de saneamento básico locais e os serviços públicos de saneamento básico integrados serão estabelecidas pelos entes da Federação mediante contrato de consórcio público ou de fornecimento de serviços públicos, observadas a regulação dos serviços e as disposições de plano regional aprovado pelos contratantes.

Art. 12. São cláusulas necessárias do contrato de fornecimento de serviços públicos as que estabelecem:

- I – os serviços integrados objeto de fornecimento;
- II – as condições e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso aos serviços integrados;
- III – o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;
- IV – procedimentos para articulação da implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional dos serviços;
- V – regras para fixação, reajuste e revisão da remuneração do prestador dos serviços integrados;
- VI – condições e garantias de pagamento ao fornecedor dos serviços;
- VII – os direitos e os deveres sub-rogados, ou os que se autoriza a sub-rogação;
- VIII – as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais; e
- IX – as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento.

Parágrafo único. Nos casos de relação de complementaridade entre serviços integrados e serviços locais remunerados por tarifa, inclui-se dentre as garantias previstas no inciso VI do **caput** a obrigação do prestador local de destacar nos documentos de cobrança o valor da remuneração dos serviços integrados, bem como a de realizar a respectiva arrecadação e entrega dos valores arrecadados.

Art. 13. O regulamento desta lei, ou instrução a ele complementar, disporá sobre modelos de contratos de fornecimento de serviços públicos, cujas cláusulas disciplinarão as relações de complementaridade no que não dispuser em contrário o contrato de fornecimento de serviço público celebrado pelos interessados.

SEÇÃO VIII

Das Diretrizes de Planejamento

Art. 14. É direito de todos receber serviços públicos de saneamento básico que tenham sido adequadamente planejados.

§ 1º É direito do usuário, cabendo-lhe o ônus da prova, não ser onerado por investimento que não tenha sido previamente planejado, salvo quando decorrente de fato imprevisível, desde que justificado conforme previsto na regulação.

§ 2º Os planos de saneamento ambiental devem ser elaborados e revisados com a participação da comunidade, sendo obrigatória a realização de audiência e consulta públicas.

§ 3º O regulamento desta lei instituirá normas para as audiências e consultas públicas mencionadas no § 2º, que serão observadas no que não contrariem a normal local.

Art. 15. É dever do titular dos serviços elaborar e implementar plano de saneamento ambiental, bem como participar da elaboração dos planos regionais de seu interesse.

§ 1º Os planos de saneamento ambiental devem ser elaborados tendo horizonte mínimo de vinte anos.

§ 2º Os planos de saneamento ambiental deverão ser compatíveis com:

- I – os planos nacional e regional de ordenação do território;
- II – os objetivos e as diretrizes do plano plurianual;
- III – os planos de recursos hídricos;
- IV – a legislação ambiental; e
- V – o disposto em lei complementar que institua região metropolitana, aglomeração urbana, microrregião ou região integrada de desenvolvimento.

§ 3º As metas de universalização serão fixadas pelo plano de saneamento ambiental e possuem caráter indicativo para os planos plurianuais, os orçamentos anuais, a concessão de créditos, bem como para a capitalização de fundo de universalização.

§ 4º Exceto quando regional, o plano de saneamento ambiental deve englobar integralmente o território do ente da Federação que o elabora.

§ 5º É vedado o investimento em serviços públicos de saneamento básico integrados sem previsão em plano regional aprovado pelos entes da Federação que suportem ônus deles decorrentes ou por consórcio público de que participem.

Art. 16. As disposições dos planos de saneamento ambiental são vinculantes para:

I – a regulação, a prestação direta ou delegada, a fiscalização, a avaliação dos serviços públicos de saneamento básico exercidas pelo ente federativo que o elaborou; e

II – as ações públicas e privadas que, disciplinadas ou vinculadas às demais políticas públicas do ente da

Federação que elaborou o plano, venham a interferir nas condições ambientais e de saúde.

§ 1º As disposições de plano de saneamento ambiental vinculam os projetos básicos e as contratações de obras e serviços relativos às ações de saneamento ambiental.

§ 2º No caso de serviço delegado, as disposições de plano de saneamento ambiental ou de suas revisões terão a sua eficácia condicionada à formalização de alteração contratual.

SEÇÃO IX

Das Diretrizes para a Regulação e a Fiscalização dos Serviços

Art. 17. A prestação de serviço público de saneamento básico deve ser objeto de regulação e de fiscalização permanente por órgão ou entidade de direito público do titular dos serviços ou de consórcio público de que participe.

§ 1º O prestador do serviço não poderá exercer as funções de regulação e de fiscalização.

§ 2º Quando o serviço for prestado diretamente ou por consórcio público, considera-se atendido o disposto no § 1º mediante a atribuição das competências a órgãos ou entidades diferentes, de forma que o prestador esteja subordinado à regulação e à fiscalização exercidas por outro órgão ou entidade do próprio titular ou consórcio.

§ 3º No caso de a prestação do serviço ser objeto de delegação por meio de concessão, devem ser asseguradas a autonomia administrativa e a adequada capacidade técnica ao órgão ou entidade mencionado no **caput**.

§ 4º Faculta-se ao titular, por meio de convênio de cooperação com entidade pública, transferir o exercício de funções de fiscalização ou receber apoio técnico para as suas atividades de regulação.

§ 5º As informações produzidas por terceiros contratados poderão ser utilizadas pela regulação e fiscalização dos serviços.

§ 6º Incluem-se na regulação dos serviços as atividades de interpretar e fixar critérios para a fiel execução dos instrumentos de delegação dos serviços, bem como para a correta administração de subsídios.

Art. 18. Os entes da Federação interessados regularão e fiscalizarão em conjunto os serviços integrados.

§ 1º Atendido o estabelecido no **caput**, a regulação dos serviços em região metropolitana, aglomeração urbana, microrregião ou região integrada de desenvolvimento observará o disposto na lei complementar que as instituir.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, a regulação e a fiscalização dos serviços poderão ser exercidas por meio de consórcio público.

Art. 19. Os órgãos ou entidades de regulação e de fiscalização estão obrigados a motivar todas as decisões que interfiram nos direitos ou deveres referentes aos serviços, bem como, quando solicitados, a prestar esclarecimentos complementares em prazo adequado.

§ 1º Aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, deverá ser assegurada publicidade, deles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente de demonstração de interesse, salvo os por prazo certo declarados como sigilosos por decisão fundamentada em interesse público relevante.

§ 2º A publicidade a que se refere o § 1º preferencialmente deverá se efetivar por meio de sítio mantido na rede mundial de computadores – internet.

§ 3º Os órgãos ou entidades de regulação e de fiscalização não poderão se recusar a informar ao cidadão e ao usuário de seus direitos e deveres.

Art. 20. Atendidas as diretrizes fixadas nesta lei, a legislação do titular dos serviços estabelecerá as normas de regulação e fiscalização, que deverão evidenciar os direitos e deveres do titular, dos cidadãos e dos demais usuários, dos prestadores e, no que couber, dos entes reguladores ou fiscalizadores dos serviços, bem como compreender pelo menos:

I – indicadores de qualidade dos serviços e de sua adequada e eficiente prestação;

II – metas de expansão e qualidade dos serviços e respectivos prazos quando adotadas metas parciais ou graduais;

III – sistemas de medição, faturamento e cobrança dos serviços;

IV – método de monitoramento dos custos e de reajustamento e revisão das taxas ou preços públicos;

V – mecanismos de acompanhamento e avaliação dos serviços e procedimentos para recepção, apuração e solução de queixas e reclamações dos cidadãos e dos demais usuários;

VI – planos de contingência e de segurança;

VII – penalidades a que, nos termos da lei ou do contrato, estarão sujeitos os usuários e os prestadores.

Parágrafo único. O regulamento desta lei disporá sobre instrumentos de regulação de referência, diferenciados em razão da natureza, da escala e da complexidade dos serviços, que serão observados no

que não contrariem instrumento de regulação instituído por norma local.

Art. 21. É direito do cidadão e dos demais usuários dos serviços públicos de saneamento básico fiscalizar os serviços e receber ou ter acesso a serviços permanentemente fiscalizados.

§ 1º A fiscalização terá por objeto verificar se a prestação de serviço público de saneamento básico atende às exigências legais, regulamentares, administrativas e contratuais.

§ 2º Os prestadores dos serviços deverão receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos cidadãos e dos demais usuários que deverão ser notificados das providências adotadas em até trinta dias.

§ 3º Os órgãos ou entidades fiscalizadores deverão receber e se manifestar conclusivamente nas reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores.

Art. 22. No exercício de seu direito de fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, assegurar-se aos usuários:

I – ter amplo acesso, inclusive por meio da rede mundial de computadores – internet, às informações sobre a prestação do serviço na forma e com a periodicidade definidas pela regulação dos serviços, especialmente as relativas à qualidade, receitas, custos, ocorrências operacionais relevantes e investimentos realizados;

II – ter prévio conhecimento:

- a) das penalidades a que estão sujeitos os cidadãos, os demais usuários e os prestadores dos serviços;
- b) das interrupções programadas ou das alterações de qualidade nos serviços;

III – receber o manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pelo órgão ou entidade de regulação;

IV – receber anualmente do prestador do serviço de distribuição de água relatório individualizado com informações relativas ao controle da qualidade da água a ele fornecida no ano anterior, que deverá também ser publicado na rede mundial de computadores – internet e atender ao disposto em instrução expedida pelo Ministro de Estado da Saúde.

Parágrafo único. O não-cumprimento do disposto no **caput** implica violação dos direitos do consumidor pelo prestador dos serviços, ensejando responsabilização nos termos previstos na legislação, especialmente as previstas no § 1º do art. 59 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

SEÇÃO X

Das Diretrizes para os Serviços Contratados

Art. 23. A prestação de serviços públicos de saneamento básico por meio de delegação depende da celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 1º Não são considerados como delegados os serviços prestados por pessoa jurídica que, integrando a administração indireta do titular, tenha recebido a outorga desta atribuição mediante lei.

§ 2º Excetuam-se do disposto no **caput** os serviços públicos de saneamento básico de interesse local cuja prestação o Poder Público, nos termos da lei, autorizar para os usuários organizados em cooperativa ou associação, desde que os serviços se limitem a:

I – determinado condomínio;

II – localidade de pequeno porte, predominantemente ocupada por população de baixa renda, onde outras formas de prestação apresentem custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de os usuários pagarem pelos serviços.

§ 3º A autorização do Poder Público prevista no § 2º deverá prever a obrigação de transferir os bens vinculados aos serviços ao Município ou ao Distrito Federal, por meio de termo específico, bem como a de entregar os respectivos cadastros técnicos.

Art. 24. São condições para a validade dos contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico:

I – plano de saneamento ambiental válido por ocasião da contratação;

II – estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira da delegação com vistas à prestação universal e integral dos serviços nos termos do plano de saneamento ambiental;

III – legislação que preveja os meios para o cumprimento das diretrizes desta lei, inclusive o órgão ou entidade de regulação e fiscalização;

IV – realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, ou seu termo de dispensa ou inexigibilidade, e a minuta do contrato.

§ 1º Os planos de investimentos e os projetos relativos à delegação de serviço público de saneamento básico serão válidos no que forem compatíveis com as disposições do plano de saneamento ambiental.

§ 2º Os instrumentos de delegação dos serviços não poderão conter dispositivo que prejudique o amplo exercício dos poderes de regulação e de fiscalização, especialmente o acesso direto e imediato a

todas as informações que sobre os serviços detenha o prestador.

§ 3º As exigências previstas nos incisos II a IV do **caput** não se aplicam aos contratos de prestação de serviço de manejo de resíduos sólidos urbanos celebrados com associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas reconhecidas pelo Poder Público como catadores de materiais recicláveis.

§ 4º A legislação prevista no inciso III do **caput** será exigida somente nos contratos que tenham por objeto a delegação dos serviços, e deverá prever o seguinte:

I – a autorização para a delegação dos serviços, indicando respectivos prazo e área;

II – a inclusão no contrato de delegação das metas de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e dos recursos naturais, de conformidade com os tipos de serviços prestados, e, no que couber, as que se referem:

- a) à regularidade dos serviços;
- b) à qualidade da água de abastecimento;
- c) aos níveis de perdas e uso racional da água;
- d) à qualidade das águas brutas e proteção de mananciais superficiais e subterrâneos;
- e) ao controle de lançamentos irregulares de esgotos sanitários no sistema de águas pluviais e nos corpos d'água;
- f) aos índices de reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos;
- g) aos níveis de proteção da água, solo e ar em razão do tratamento, lançamento ou disposição de esgotos sanitários e de resíduos sólidos urbanos, inclusive dos níveis de remoção de carga orgânica e dos demais poluentes no tratamento de esgotos sanitários e de chorume; e
- h) aos níveis de risco de enchentes;

III – as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV – as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro na sua prestação, em regime de eficiência, incluindo:

- a) o sistema de cobrança e a respectiva estrutura de composição dos valores a serem cobrados pelos serviços;
- b) a sistemática de reajustes e de revisões das tarifas cujas periodicidades, respec-

tivamente, não poderão ser inferiores a um e a quatro anos;

c) a política e o sistema de subsídios;

V – a regulação dos direitos e deveres dos cidadãos e dos usuários, bem como dos mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação, fiscalização e prestação dos serviços;

VI – a possibilidade de intervenção e retomada do serviço;

VII – o órgão ou entidade responsável pela regulação do serviço; e

VIII – as formas de fiscalização dos serviços e o órgão ou entidade responsável.

§ 5º O regulamento desta lei, ou instrução a ele complementar, poderá instituir modelos de normas para o cumprimento do previsto no § 4º, que poderão ser diferenciados em razão das características e da natureza dos serviços, e que serão aplicados no que não forem contrariadas pela norma local.

SEÇÃO XI

Das Diretrizes para a Avaliação Periódica da Qualidade dos Serviços

Art. 25. Os serviços de saneamento básico receberão avaliação de qualidade interna e externa anual.

Art. 26. A avaliação interna será efetuada pelos próprios prestadores dos serviços, por meio de Relatório Anual de Qualidade dos Serviços – RAQS que caracterizará a situação dos serviços e suas infra-estruturas, relacionando-as com as condições socioeconômicas e de salubridade ambiental em áreas homogêneas, de forma a verificar a efetividade das ações de saneamento na redução de riscos à saúde, na melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente para os diferentes estratos socioeconômicos.

Parágrafo único. O RAQS será elaborado na conformidade dos critérios, índices, parâmetros e prazos fixados em instrução expedida pelo Ministro de Estado das Cidades.

Art. 27. A avaliação externa será efetuada pelo Conselho da Cidade ou órgão equivalente e, na falta destes, pelo Conselho Municipal de Saúde – COMUS, após manifestação de órgão ou entidade fiscalizadora dos serviços.

Parágrafo único. As atividades de avaliação externa compreendem também as de apreciar e aprovar o RAQS.

Art. 28. Os resultados da avaliação interna e externa da qualidade dos serviços devem ser encaminhados pelos prestadores dos serviços para integração ao Sistema Nacional de Informações e Avaliação em Saneamento – SINISA e publicação na rede mundial de computadores – Internet.

SEÇÃO XII
Das Diretrizes Relativas aos
Aspectos Econômicos e Financeiros

Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico deverão ter a sustentabilidade econômico-financeira assegurada mediante, tanto quanto possível, receitas provenientes de preços públicos ou de taxas, nos termos da norma local.

§ 1º Os entes federados, isoladamente ou reunidos em consórcio público, poderão instituir fundo especial constituído com recursos provenientes de preços públicos, de taxas e de subsídios, simples ou cruzados externos, com a finalidade de custear, na conformidade do disposto em plano de saneamento ambiental, a universalização dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 2º Os recursos do fundo especial referido no § 1º poderão ser utilizados como fonte ou garantia em operações de crédito para financiamento dos investimentos necessários à universalização dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 3º Os recursos de outorga onerosa do direito de construir, de cobrança pelo uso de recursos hídricos e os recursos transferidos como incentivos ambientais poderão integrar o fundo especial mencionado no § 1º.

Art. 30. Os preços públicos ou as taxas dos serviços de saneamento básico devem:

I – proporcionar o acesso universal ao serviço, mediante adoção de subsídios aos usuários que não tenham capacidade econômica de pagá-los integralmente;

II – visar à recuperação dos custos e gastos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência e eficácia, incluindo provisões para a sua manutenção, melhoria, atualização, reposição e expansão;

III – proporcionar remuneração adequada do capital investido pelas empresas prestadoras dos serviços;

IV – inibir o consumo supérfluo e o desperdício dos recursos;

V – induzir a maximização da eficiência dos prestadores dos serviços;

VI – privilegiar o consumo de água e o uso dos serviços destinados à subsistência humana, assegurando o atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde individual e coletiva;

VII – ser compatíveis com o desenvolvimento e o exercício de atividades econômicas;

VIII – facilitar a consecução das diretrizes de integralidade e equidade;

IX – adotar estrutura estratificada por categorias de usuários e tipos de uso, e progressividade dos va-

lores com o aumento das quantidades fruídas, como instrumento de:

a) acesso dos cidadãos de baixa renda aos serviços;

b) gestão da demanda em situações de escassez dos recursos hídricos; e

c) medida compensatória ou de contenção de agravos ambientais.

§ 1º Os preços públicos ou as taxas dos serviços poderão incorporar os custos relativos aos recursos destinados a integrar o fundo especial previsto no § 1º do art. 29, bem como estabelecer por meio de subsídios cruzados internos a estrutura estratificada prevista no inciso IX do **caput**.

§ 2º Os preços públicos ou as taxas dos serviços não poderão incorporar parcelas de custos ou despesas:

I – de investimentos que não estejam em conformidade com o respectivo plano de saneamento ambiental, salvo quando decorrentes de fato imprevisível justificado nos termos da regulação;

II – relativas ao ônus suportado pelo prestador para receber a delegação ou para celebrar contrato de prestação dos serviços;

III – com multas legais ou contratuais e com doações realizadas pelo prestador do serviço;

IV – dos encargos sobre financiamentos de investimentos e de capital de giro do prestador que excederem a taxa de retorno ou de remuneração do capital investido fixada no contrato, salvo se este expressamente estabelecer de outra forma;

V – relativas à participação nos lucros e resultados, pagas aos empregados ou aos dirigentes da entidade prestadora dos serviços;

VI – com publicidade, exceto a de caráter oficial e a institucional de interesse público, autorizada pela regulação;

VII – decorrentes da prestação dos serviços em condição que não atenda aos níveis de eficiência e eficácia estabelecidos na regulação;

VIII – relativas à amortização e remuneração dos investimentos realizados:

a) diretamente pelo titular do serviço, qualquer que seja a fonte dos recursos;

b) por particulares, pessoas físicas ou jurídicas, que resultem em bens doados ou transferidos em decorrência de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários;

c) pelo prestador do serviço, diretamente ou sob sua responsabilidade:

1. com recursos provenientes de subsídios simples ou cruzados externos; e
2. com recursos pagos pelos usuários por meio de preço público não-tarifário, ainda que antecipados pelo prestador.

§ 3º Para cumprimento da diretriz prevista no inciso IX do **caput**, o sistema de remuneração dos serviços poderá prever:

I – valores unitários estabelecidos de forma progressiva para cada uma das categorias de usuários de determinado serviço, distribuída por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo, tendo como referência o valor médio que possibilite o equilíbrio econômico-financeiro;

II – valores unitários diferenciados, para uma mesma categoria ou entre distintas categorias de usuários, estabelecidos em razão das características de complementaridade dos serviços, da finalidade da utilização, dos padrões de qualidade, ou dos danos ou impactos negativos evitados ao meio ambiente;

III – alternativamente:

- a) valor mínimo, fundamentado no custo fixo mínimo necessário para a disposição do serviço em quantidade e qualidade adequadas;
- b) valor básico, baseado no custo do fornecimento de quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, fundamentados em razões de saúde pública;

IV – valores sazonais, para as localidades sujeitas a ciclos significativos de variação da demanda dos serviços, em períodos distintos do ano, fixados mediante critérios e regras que protejam os usuários permanentes dos impactos dos custos adicionais.

§ 4º Os parâmetros de quantidade e de qualidade para a fixação do valor mínimo e do valor básico mencionados no inciso III do § 3º serão fixadas em instrução expedida pelo Ministro de Estado da Saúde.

§ 5º Para grandes usuários comerciais, industriais e condomínios residenciais, bem como para os usuários temporários de qualquer categoria, poderão ser firmados contratos de prestação de serviços com preços e condições especiais, que objetivem maior racionalidade na gestão e preservem o equilíbrio econômico-financeiro, respeitando os usos essenciais.

§ 6º Em situação crítica de escassez de recurso hídrico que obrigue o racionamento temporário do fornecimento de água, o sistema de remuneração poderá prever mecanismos de contingência, com o objetivo de implementar a gestão da demanda e garantir o equilíbrio financeiro da prestação do serviço.

Art. 31. Os bens vinculados à prestação dos serviços integram automaticamente o patrimônio do titular e, no caso de delegação, estarão onerados por direitos de exploração no prazo fixado no contrato.

§ 1º No caso de reversão, será devida ao prestador dos serviços a indenização relativa à parcela não amortizada pela tarifa ou por outras receitas emergentes da delegação.

§ 2º Não será devida a indenização em razão da reversão dos bens mencionados no inciso VIII do § 2º do art. 30.

§ 3º Os registros contábeis do prestador dos serviços deverão evidenciar de forma precisa os valores da parcela não amortizada dos bens reversíveis, os quais serão anualmente auditados e homologados pelo órgão ou entidade que exerça a regulação.

§ 4º O descumprimento do disposto no § 3º tornará exigível a indenização somente após procedimento de prestação de contas.

Art. 32. É direito do usuário pagar preços públicos ou taxas de serviços públicos de saneamento básico cujos critérios de fixação e de cálculo de valores tenham sido prévia e adequadamente estabelecidos por norma local.

§ 1º O titular deverá dar publicidade aos valores das taxas ou dos preços públicos dos serviços pelo menos trinta dias antes de sua entrada em vigor.

§ 2º Considera-se adequado o estabelecimento de critérios de fixação e de cálculo dos valores de preços públicos ou de taxas, quando evidenciadas suas estrutura e composição de forma clara, objetiva e acessível ao entendimento comum.

§ 3º Os documentos de cobrança pela prestação dos serviços devem discriminar a categoria do usuário, os valores e quantidades correspondentes ao uso do serviço prestado e, pelo menos, os valores relativos a eventuais:

- I – tributos incidentes diretamente sobre o valor faturado do serviço;
- II – encargos de regulação e de fiscalização;
- III – valores de remuneração de prestadores de serviços integrados com os quais tenham relações de complementaridade;
- IV – ônus pelo uso de recursos hídricos; e
- V – subsídios diretos concedidos ao usuário.

Art. 33. Os critérios de fixação e de cálculo de valores dos preços públicos ou de taxas de serviços públicos de saneamento básico deverão:

- I – considerar as condições de eficiência e eficácia estabelecidas para a prestação dos serviços;
- II – descrever de forma detalhada os conceitos e a metodologia adotados na formulação da equação

econômico-financeira, inclusive para os reajustes e revisões;

III – observar as definições conceituais e os critérios técnicos estabelecidos nesta Lei;

IV – ser fundamentados em regimes contábeis e em sistemas de registro e apuração de custos reconhecidos e adotados pelos órgãos e entidades públicas e privadas;

V – explicitar as parcelas dos custos dos serviços cobertas por subsídios simples e por subsídios cruzados externos recebidos, bem como o custo de subsídios cruzados transferidos;

VI – identificar os aspectos fiscais e tributários e os respectivos regimes a que estão sujeitos; e

VII – permitir a sua aplicação de forma estável ao longo do tempo, em especial nos casos de serviços delegados.

Parágrafo único. Nos casos de serviços delegados, os resultados financeiros de projetos associados à prestação de serviço público de saneamento básico devem ser contabilizados separadamente, e somente poderão ser considerados na equação econômico-financeira adotada para o cálculo dos preços públicos do serviço delegado se excederem à respectiva taxa de retorno ou de remuneração.

Art. 34. O órgão ou entidade que exerça a regulação promoverá reajustes e revisões periódicos dos preços públicos.

§ 1º Não se admitirá reajuste antes que decorrido um ano da data-base do preço ajustado ou da data do último reajuste ou revisão ordinária, salvo nos casos de aplicação de reajustes parcelados autorizados pelo titular ou em razão de disposição diversa estabelecida em lei federal.

§ 2º As revisões dos preços públicos serão promovidas pelo menos a cada quatro anos.

§ 3º A norma local estabelecerá os indicadores de preços, simples ou compostos, que melhor reflitam os custos dos serviços e que deverão ser utilizados como referência para os reajustes.

§ 4º As revisões, mediante reavaliação da estrutura e composição dos custos dos serviços, visam recompor as condições econômico-financeiras inicialmente estabelecidas e garantir aos usuários a participação nos ganhos de eficiência, de produtividade ou de externalidades relacionadas à prestação.

§ 5º O órgão ou a entidade que exerça a regulação instaurará os processos ordinários de reajuste e de revisão de preços públicos na periodicidade prevista na norma local.

§ 6º O órgão ou a entidade que exerça a regulação deliberará no prazo máximo de trinta dias sobre o conhecimento de solicitação de revisão extraordinária

apresentada pelo titular ou pelo prestador do serviço, fundamentada na ocorrência de fatos relevantes e imprevistos.

§ 7º Os processos de revisão de tarifas devem ser submetidos, antes da deliberação de mérito do órgão ou entidade que exerça a regulação, à manifestação do Conselho da Cidade ou de órgão colegiado equivalente ou, na sua ausência, do COMUS, que deverá se pronunciar no prazo fixado na legislação do titular e, caso seja esta omissa, no prazo máximo de trinta dias.

Art. 35. Os prestadores de serviços públicos de saneamento básico que atuem em mais de um Município, ou que prestem serviços de diversas naturezas em um mesmo Município, manterão sistema contábil que permita:

I – registrar e demonstrar, separadamente, os custos e resultados econômicos e financeiros de cada serviço em cada um dos Municípios atendidos e, se for o caso, no Distrito Federal; e

II – identificar e registrar as origens e aplicações dos recursos provenientes de subsídios simples ou cruzados externos.

Parágrafo único. O órgão ou entidade que exerça a regulação deverá instituir, ouvido o prestador dos serviços, regras e critérios de estruturação de sistema contábil e do respectivo plano de contas, de modo a garantir que a apropriação e a distribuição de custos indiretos dos serviços de que trata o **caput** estejam conforme os parâmetros estabelecidos nesta lei e em sua regulamentação.

Art. 36. Os critérios técnicos para a execução das diretrizes relativas aos aspectos econômico-financeiros serão disciplinados por regulamento e instruções a ele complementares, que também instituirão modelos de sistemas de composição e estruturação dos preços públicos, diferenciados em função da natureza do serviço, da escala de sua prestação e de outros critérios, que serão observados no que não contrariem a norma local.

TÍTULO III

Da Política Nacional de Saneamento Básico

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 37. A Política Nacional de Saneamento Básico – PNS é o conjunto de ações e normas a serem executadas e observadas por todos os órgãos e entidades que integram o Sistema Nacional de Saneamento – SISNASA, com os objetivos de cumprir com as diretrizes desta lei e de:

I – contribuir para o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II – priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por população de baixa renda;

III – atender às populações indígenas, os povos da floresta, os quilombolas e outras minorias, com soluções compatíveis com suas características sócio-culturais;

IV – fomentar o atendimento da população rural e a de núcleos urbanos isolados;

V – assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo Poder Público se dê segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

VI – incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços;

VII – promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, especialmente a cooperação federativa;

VIII – promover o desenvolvimento institucional do saneamento ambiental, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais;

IX – fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento ambiental;

X – minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam implementadas de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

Parágrafo único. A execução da PNS far-se-á em articulação com a Política de Desenvolvimento Urbano e com as demais políticas setoriais com interface com o saneamento básico.

CAPÍTULO II

Da Organização do Sisnasa

Art. 38. Integram o Sisnasa:

I – os órgãos e as entidades da União referidos no § 2º do art. 1º;

II – os entes federados que aderirem a PNS;

III – os usuários, os prestadores e os órgãos ou entidades de regulação ou de fiscalização dos entes federados que aderirem a PNS;

IV – os órgãos e entidades do Sistema de Financiamento do Saneamento Básico – SFSB;

V – os órgãos colegiados mencionados nesta lei;

VI – os instrumentos de implementação da PNS.

§ 1º Todos os integrantes do Sisnasa estão sujeitos às normas expedidas no âmbito da PNS, sendo sua observância condição de validade para os atos e negócios jurídicos de interesse para o saneamento básico.

§ 2º A adesão a PNS é condição para que o ente federado ou o prestador do serviço possa:

I – receber transferências voluntárias da União destinadas a ações de saneamento básico;

II – celebrar contrato, convênio ou outro instrumento congênere vinculado a ações de saneamento básico, com a administração direta ou indireta da União, entidades ou fundos direta ou indiretamente sob o seu controle, gestão ou operação, ou com entidades de crédito que se utilizem de recursos da União ou de fundos geridos ou operados por órgão ou entidade da União.

§ 3º A retirada de integrante do Sisnasa demandará ato expresso e a integral quitação das obrigações exigíveis ao tempo da retirada.

§ 4º Regulamento disporá sobre as formas de adesão a PNS e de retirada do Sisnasa.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos e Entidades da União

Art. 39. O Ministério das Cidades é o órgão central do Sisnasa, competindo-lhe:

I – avaliar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico e a situação de salubridade ambiental do País;

II – formular e acompanhar a implementação da PNS e do Plano Nacional de Saneamento Ambiental – PNSA e propor suas revisões;

III – exercer, na qualidade de gestor da aplicação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, as atribuições definidas no art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

IV – prestar apoio técnico aos entes federados e incentivar o planejamento, a regulação, a fiscalização da prestação de serviços de saneamento básico;

V – adotar indicadores de desempenho da prestação dos serviços, de salubridade ambiental, epidemiológicos, e índices de referência para investimentos para fins de planejamento, implementação e avaliação;

VI – implementar, normatizar e gerenciar os Sistemas Nacionais de:

- a) Informação e Avaliação em Saneamento Ambiental – SINISA;
- b) Desenvolvimento Institucional e de Capacitação de Recursos Humanos em Saneamento Ambiental – SINDISA;

VII – avaliar e, subsidiariamente, fiscalizar a aplicação de recursos da União em saneamento básico;

VIII – disciplinar os aspectos técnicos e operacionais para o cumprimento das obrigações dos integrantes do Sisnasa, podendo estabelecer critérios e prazos diferenciados em vista das diversidades socioeconômicas e institucionais dos entes federados, especialmente os municípios de pequeno porte.

IX – editar normas técnicas complementares ao Regulamento desta lei, diretamente ou por meio de órgão técnico que integre sua estrutura regimental;

CAPÍTULO IV

Dos Entes Federados

Art. 40. A adesão de entes federados ao Sisnasa implica as obrigações de cumprir fielmente as diretrizes previstas nesta lei e:

- I – assegurar adequada regulação, fiscalização e avaliação dos serviços de que é titular
- II – criação ou existência de órgãos colegiados;
- III – adequado planejamento;
- IV – fornecer dados e informações sobre os serviços e da situação de salubridade ambiental;
- V – instituir e manter o fundo especial de universalização previsto no § 1º do art. 29.

Parágrafo único. O ente federado integrante do Sisnasa que não cumprir as obrigações previstas no **caput** não poderá receber recursos pelos meios previstos nos incisos do § 2º do art. 38.

CAPÍTULO V

Dos Usuários e dos Prestadores

Art. 41. Os prestadores e os usuários dos serviços públicos de saneamento básico, cujo ente federado tenha aderido a PNS, terão todos os seus direitos e deveres relativos aos serviços disciplinados pelas normas e pelos atos administrativos adotados no âmbito do Sisnasa.

Parágrafo único. Consideram-se adotadas no âmbito do Sisnasa as normas locais, seus regulamentos e normas técnicas complementares, no que não contrariem esta lei.

CAPÍTULO VI

Do Sistema de Financiamento do Saneamento Básico – SFSB

Art. 42. O Sistema de Financiamento do Saneamento Básico – SFSB é constituído pelos agentes e findos financeiros, públicos e privados, que realizem operações de crédito para ações de saneamento básico.

§ 1º Os gestores e operadores do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no âmbito de suas atividades, desenvolverão programas de incentivo, fomento ou financiamento das empresas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico e, nos termos do regulamento, das empresas produtoras de materiais e equipamentos para esses serviços, com garantia de disponibilidade continuada dos recursos destinados a essas finalidades.

§ 2º O processo de enquadramento, hierarquização e seleção dos empreendimentos de saneamento básico a financiar com recursos do FGTS ou dos fundos mencionados no § 1º, será realizado, em cada exercício, pelo Ministério das Cidades.

Art. 43. A alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgão ou entidade da União devem estar conformes às prioridades definidas no PNSA e nos planos municipais, regionais e estaduais de saneamento ambiental, e condicionados:

- I – ao atendimento das obrigações instituídas por esta lei, especialmente em seu art. 40;
- II – a que o empreendimento beneficiário não integre serviços delegados de saneamento básico mediante outorga onerosa celebrada após a vigência desta lei;

III – ao alcance de níveis mínimos de:

- a) desempenho do prestador, que assegurem a sustentabilidade dos serviços;
- b) de eficiência e eficácia do empreendimento durante a sua vida útil; e

IV – à adequada operação e manutenção dos empreendimentos anteriormente financiados com recursos mencionados no **caput**.

§ 1º A aplicação de recursos não onerosos da União priorizará ações que visem o atendimento de usuários que não tenham capacidade de pagamento compatível com a auto-sustentação dos serviços.

§ 2º A União poderá instituir e orientar a execução de programas de incentivo à implementação de projetos de interesse social na área de saneamento básico com participação de investidores privados, mediante operações estruturadas de financiamentos realizados com recursos de fundos privados de investimento, de

capitalização ou de previdência complementar, em condições compatíveis com a natureza essencial dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 3º É vedada à aplicação de recursos federais no custeio de serviços não administrados por órgão ou entidade da União, salvo nas situações previstas em regulamento.

§ 4º Os recursos não onerosos da União, para subvenção de ações de saneamento básico promovidas por entes federados, serão sempre transferidos para o titular dos serviços.

§ 5º No fomento a melhoria de operadores públicos de serviço de saneamento básico, a União poderá conceder benefícios ou incentivos orçamentários, fiscais ou creditícios como contrapartida pelo alcance de metas de desempenho operacional previamente estabelecidas.

§ 6º A exigência prevista na alínea **a** do inciso III do **caput** não se aplica à destinação de recursos para programas de desenvolvimento institucional do operador de serviços públicos de saneamento básico.

§ 7º Regulamento disporá sobre o previsto neste artigo, podendo estabelecer critérios diferenciados em vista das diversidades socioeconômicas e institucionais dos entes federados, especialmente para os Municípios de pequeno porte e para aqueles que, por avaliação do órgão técnico do Sisnasa, necessitem de maior prazo para adequação às disposições desta Lei.

CAPÍTULO VII

Dos Órgãos Colegiados do Sisnasa

Art. 44. São órgãos colegiados do Sisnasa:

I – no nível federal:

a) a Conferência Nacional das Cidades;

b) o Conselho das Cidades e seu Comitê Técnico de Saneamento Ambiental; e

II – nos níveis estadual, distrital, regional ou municipal, os órgãos colegiados similares aos previstos no nível federal.

Art. 45. Em relação ao Sisnasa, são competências da Conferência Nacional das Cidades:

I – propor medidas para implementação e aperfeiçoamento da PNS;

II – indicar prioridades de atuação do Governo Federal;

III – avaliar a execução da PNS e do PNSA e o funcionamento do Sisnasa.

Art. 46. Ao Conselho das Cidades compete a proposição de estratégias e o acompanhamento da execução da PNS, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, bem como:

I – opinar sobre:

a) as propostas de regulamento, de instrução e de outros atos normativos para a execução do disposto nesta Lei;

b) o PNSA e suas revisões;

II – acompanhar e avaliar a implementação da PNS e do PNSA e dos projetos e ações que os integram;

III – propor prioridades para a alocação de recursos sob gestão da União em ações de saneamento ambiental;

IV – recomendar critérios para:

a) organização, composição e funcionamento dos conselhos com competência para o saneamento ambiental de âmbitos estadual, regional e municipal, inclusive nos casos de gestão associada;

b) elaboração dos planos de saneamento ambiental de âmbitos estadual, regional e municipal;

V – articular-se com os demais conselhos setoriais.

Parágrafo único. Na forma de seu regimento interno, o Conselho das Cidades contará com Comitê Técnico de Saneamento Ambiental.

Art. 47. No âmbito dos Estados, a obrigação prevista no inciso II do art. 40, será considerada atendida com o funcionamento, garantido o acesso aos necessários recursos técnicos e administrativos, de Conferência Estadual das Cidades e de Conselho Estadual das Cidades, ou de instâncias colegiadas equivalentes, com as seguintes competências:

I – no caso da Conferência Estadual das Cidades ou instância colegiada equivalente, as mesmas previstas no art. 45, observadas as características estaduais;

II – no caso do Conselho da Estadual das Cidades ou órgão colegiado equivalente:

a) formular e manifestar-se sobre estratégias e prioridades para implementação e alteração da política estadual de saneamento básico;

b) acompanhar e avaliar a política estadual de saneamento básico e o plano estadual de saneamento ambiental, bem como as respectivas ações e projetos;

c) propor diretrizes e prioridades para a alocação em ações de saneamento básico, inclusive sob a forma de subsídios, de recursos estaduais ou geridos por órgão ou entidade estadual;

d) articular-se com outras instâncias colegiadas para a integração de ações;

e) manifestar-se previamente, no que se refere a serviço público de saneamento básico, dentro dos prazos estabelecidos na legislação, sobre anteprojetos de lei e minutas de decretos, de regulamentos, de editais, de convênios, de contratos e de propostas referentes à:

1. gestão associada de serviços ou integração de funções públicas de interesse comum;

2. organização e prestação de serviço integrado;

3. entidade estadual prestadora, reguladora ou fiscalizadora dos serviços; e

4. revisão de preços públicos ou de taxas.

Parágrafo único. A composição dos órgãos colegiados de que trata o **caput** deve contemplar ao menos representações das instituições públicas com atuação relevante no saneamento básico no Estado, dos Municípios, dos prestadores de serviço de saneamento básico, dos cidadãos e demais usuários e dos trabalhadores dos serviços.

Art. 48. No âmbito dos Municípios, a obrigação prevista no inciso II do art. 40 será considerada atendida com o funcionamento, garantido o acesso aos necessários recursos técnicos e administrativos, de Conferência da Cidade e de Conselho da Cidade, ou de instâncias colegiadas equivalentes, desde que instituídos por lei que lhe confira as seguintes competências:

I – no caso da Conferência da Cidade ou instância colegiada equivalente, as mesmas previstas no art. 45, observadas as características municipais;

II – no caso do Conselho da Cidade ou órgão colegiado equivalente:

a) formular e manifestar-se sobre estratégias e prioridades para implementação e alteração da política municipal de saneamento básico;

b) acompanhar e avaliar a política municipal de saneamento básico e o plano municipal de saneamento ambiental, bem como as respectivas ações e projetos;

c) propor diretrizes e prioridades para a alocação de recursos sob gestão municipal em ações de saneamento básico, inclusive sob a forma de subsídios;

d) articular-se com outros conselhos para a integração de ações;

e) manifestar-se previamente, no que se refere a serviço público de saneamento básico,

dentro dos prazos estabelecidos na legislação, sobre anteprojetos de lei e minutas de decretos, de regulamentos, de editais, de convênios, de contratos e de propostas referentes à:

1. gestão associada do serviço;

2. organização e prestação de serviço integrado;

3. delegação de serviços; e

4. revisão de preços públicos ou de taxas.

§ 1º A composição dos órgãos colegiados de que trata o **caput** deve contemplar ao menos representações das instituições públicas com atuação relevante no saneamento básico no Município, dos prestadores, dos trabalhadores e dos usuários de serviço público de saneamento básico.

§ 2º Aplicam-se ao Distrito Federal as disposições deste artigo.

CAPÍTULO VIII

Dos Instrumentos de Implementação da PNS

Art. 49. São instrumentos de implementação da PNS:

I – a legislação e os regulamentos editados com base em suas normas;

II – os contratos, os convênios e instrumentos congêneres, celebrados pelos entes federados integrantes do Sisnasa, que tenham por objeto os serviços públicos de saneamento básico;

III – os planos de saneamento ambiental;

IV – os Relatórios Anuais de Salubridade Ambiental – RASA;

V – o Sinisa e o Sindisa; e

VI – os fundos de universalização do saneamento básico.

Art. 50. A elaboração e a revisão dos planos de saneamento ambiental obedecerão ao seguinte procedimento:

I – divulgação e debate da proposta de plano de saneamento ambiental e dos estudos que o fundamentam;

II – apreciação da proposta de plano pelo Conselho das Cidades ou por órgão colegiado equivalente; e

III – homologação pela autoridade competente.

§ 1º A divulgação da proposta de plano e dos estudos que a fundamentam dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu teor aos interessados e por audiência pública.

§ 2º O debate efetivar-se-á por meio de consulta pública, com o prazo mínimo de trinta dias para o recebimento de críticas e sugestões, garantido a qualquer do povo o acesso às respostas.

§ 3º Alterada a proposta de plano de saneamento ambiental deverá a sua nova versão ser submetida a novo e definitivo processo de divulgação e debate, a ser concluído no prazo máximo de sessenta dias.

§ 4º É condição de validade para os dispositivos da proposta de plano de saneamento ambiental a sua explícita fundamentação em estudo submetido à divulgação e debate.

Art. 51. A União elaborará:

I – o PNSA que compreenderá:

a) relatório de salubridade ambiental, caracterizando e avaliando a situação de salubridade ambiental no território nacional, por regiões e por unidade da Federação, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sócio-econômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

b) objetivos e metas nacionais e regionalizadas, de curto, médio e longo prazos, para a universalização dos serviços e o alcance de níveis adequados de salubridade ambiental no território nacional, observando a compatibilidade com os demais planos e políticas públicas da União;

c) diretrizes e orientações para o equacionamento dos condicionantes de natureza político institucional, legal e jurídica, econômico-financeiro, administrativa, cultural e tecnológica com impacto na consecução das metas e objetivos estabelecidos;

d) proposição de programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas da PNS, com identificação das respectivas fontes de financiamento;

e) diretrizes para o planejamento das ações de saneamento ambiental em áreas de especial interesse turístico;

f) procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

g) proposta de revisão de competências dos órgãos e entidades da administração pública federal visando racionalizar a atuação governamental no saneamento ambiental; e

II – planos regionais de saneamento ambiental para as regiões integradas de desenvolvimento econômico que tenham serviço público de saneamento básico como função pública de interesse comum, bem como nos casos em que a União promover ações vinculadas a serviços públicos de saneamento básico integrados.

§ 1º O PNSA deve:

1 – abranger o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos e o manejo de águas pluviais e outras ações de saneamento ambiental de interesse para a melhoria da salubridade ambiental, incluindo a provisão de banheiros ou unidades hidrosanitárias para população de baixa renda; e

II – tratar especificamente das ações da União relativas ao saneamento básico nas áreas indígenas, nas reservas extrativistas da União e nas comunidades quilombolas.

§ 2º Os planos de que trata o **caput** devem ser elaborados com horizonte de vinte anos, avaliados anualmente e revisados a cada quatro anos, preferencialmente em períodos coincidentes com os de vigência dos planos plurianuais.

Art. 52. No âmbito dos Estados, considera-se atendida a obrigação prevista no inciso III do art. 40 quando em vigor:

I – plano estadual de saneamento ambiental que:

a) contemple as matérias constantes do inciso 1 do art. 52, observadas as características estaduais;

b) seja compatível com os objetivos e as diretrizes do PNSA;

c) identifique os âmbitos territoriais ótimos de estruturação dos serviços e preveja instrumentos de fomento para a gestão ou a prestação conjunta de serviços com vistas ao aumento da eficiência;

d) estabeleça avaliação anual de sua execução pelo Conselho Estadual das Cidades, ou órgão colegiado equivalente, e revisão quadrienal;

II – planos regionais de saneamento ambiental para as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas ou microrregiões, que tenham serviço público de saneamento básico como Função pública de interesse comum, bem como nos casos em que o Estado promover ações vinculadas a serviços públicos de saneamento básico integrados.

Art. 53. No âmbito dos Municípios, considera-se atendida a obrigação prevista no inciso III do art. 40 quando em vigor:

I – plano municipal de saneamento ambiental que:

a) abranja todos os serviços públicos de saneamento básico e as demais ações de saneamento ambiental necessárias;

b) observadas as características locais, contemple os seguintes elementos de referência:

1. o relatório de salubridade ambiental no âmbito local com a identificação das demandas atuais e futuras, incluindo outros aspectos relevantes da prestação dos serviços;

2. as prioridades e as metas temporais;

3. a identificação e a seleção de alternativas para a ampliação, a melhoria e a atualização da oferta dos serviços públicos de saneamento básico e seus respectivos custos;

4. os planos de investimentos com a previsão e identificação das fontes de financiamento;

5. a definição dos elementos necessários à sustentabilidade econômica e financeira dos serviços, incluindo as políticas de sua remuneração e de subsídios para a garantia do acesso universal, integral e equânime;

6. os critérios para a organização ou melhoria da prestação dos serviços, especialmente com a previsão ou identificação dos instrumentos de regulação, de fiscalização e de avaliação;

7. as ações de educação sanitária e ambiental, de combate ao desperdício e de mobilização social;

c) seja compatível com o plano diretor e com o plano regional de saneamento ambiental;

d) estabeleça avaliação anual pelo Conselho da Cidade, ou órgão colegiado equivalente, e revisão com periodicidade igual à do PNSA;

II – planos regionais de saneamento ambiental, no âmbito de gestão associada de serviços públicos de saneamento básico integrados, observado o disposto no art. 54.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se ao Distrito Federal

Art. 54. O plano regional de saneamento ambiental deve:

I – articular os interesses dos entes federados;

II – guardar similaridade com a estrutura do plano municipal e, observando as características regionais, buscar compatibilidade com os objetivos e metas dos planos municipais e estaduais;

III – instituir avaliação periódica por instância colegiada;

IV – prever sua revisão com periodicidade penal à do PNSA.

Art. 55. Fica criado o Sistema Nacional de Informação e de Avaliação em Saneamento Ambiental – SINISA, com os objetivos de:

I – coletar e sistematizar dados relativos às condições de salubridade ambiental e à prestação de serviços públicos de saneamento básico;

II – disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta dos serviços;

III – monitorar e avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade da implementação da PNS e do PNSA, e, particularmente, dos programas e ações realizados com recursos controlados pela União.

§ 1º As informações do SINISA são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da rede mundial de computadores – Internet.

§ 2º A União incentivará os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a, por si ou por meio de consórcio público, organizar sistemas de informação em saneamento ambiental com estruturas e bases equivalentes ao SINISA, com vistas a sua gradual integração.

§ 3º Integrarão o SINISA os RAQS e os RASA produzidos pela União e pelos entes federados que aderiram à PNS.

§ 4º Os órgãos e entidades da administração federal produzirão, disponibilizarão e integrarão dados e informações ao SINISA na conformidade do regulamento desta Lei.

Art. 56. A União e os entes federados que integram o SISNASA devem, no primeiro semestre de cada ano, elaborar e encaminhar ao órgão gestor do SINISA os RASA.

§ 1º O RASA caracterizará a situação dos serviços públicos de saneamento básico, das ações e políticas de interesse do saneamento ambiental e das infra-estruturas existentes, relacionando-as com as condições socioeconômicas e de salubridade ambiental em áreas homogêneas, de forma a avaliar a efetividade das ações na redução de riscos à saúde, na proteção ambiental e na melhoria da qualidade de vida para os diferentes estratos socioeconômicos.

§ 2º Instrução expedida pelos Ministros de Estado da Saúde e das Cidades disporá sobre o RASA, estabelecendo normas técnicas para o seu conteúdo e apresentação.

Art. 57. Fica instituído o Sistema Nacional de Desenvolvimento Institucional e de Capacitação de Recursos Humanos – SINDISA, por meio do qual a União prestará assistência técnica e cooperação financeira

aos entes federados integrantes do SISNASA, com vistas ao cumprimento das normas desta Lei.

§ 1º A assistência técnica terá por objetivo a capacitação de recursos humanos e o desenvolvimento institucional e tecnológico das entidades responsáveis pelo planejamento, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 2º A cooperação financeira compreenderá o financiamento e a doação de bens e valores.

Art. 58. A obrigação mencionada no inciso V do art. 40 desta lei considera-se atendida quando os recursos de subsídios cruzados externos forem geridos e operados por meio do fundo especial de universalização previsto no § 1º do art. 29.

CAPÍTULO IX Do Saneamento Ambiental em Áreas Indígenas

Art. 59. Incumbe à União executar ações de saneamento básico nas áreas indígenas, observadas as especificidades étnicas e culturais e os direitos sociais e territoriais dos povos indígenas.

§ 1º As ações de saneamento básico, executadas de forma integrada à Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, devem ser compatíveis com o PNSA.

§ 2º O disposto neste artigo, bem como os aspectos operacionais e técnicos do saneamento ambiental em áreas indígenas, será disciplinado por regulamento e instruções a ele complementares.

CAPÍTULO X Da Política Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica para o Saneamento Ambiental

Art. 60. São prioridades da Política Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica para o saneamento ambiental:

I – a otimização de custos, a sustentabilidade e a eficiência dos serviços de saneamento básico;

II – a inter-relação entre a saúde pública, a salubridade ambiental e os serviços;

III – a preservação e a recuperação do meio ambiente e a mitigação dos impactos ambientais dos serviços;

IV – a adequação das soluções de saneamento básico às realidades locais e regionais;

V – a inter-relação entre a gestão do uso e ocupação do solo e os serviços;

VI – a conservação e uso racional sustentável da energia, da água e dos recursos naturais;

VII – a não-geração, a minimização da geração, o reuso e a reciclagem de resíduos sólidos;

VIII – a minimização da geração de esgotos, o reuso e a reciclagem das águas residuárias e das águas pluviais;

IX – o tratamento e a disposição final adequada de subprodutos do saneamento; e

X – a melhoria das condições de salubridade e de segurança do trabalho nos serviços.

Parágrafo único. As ações da União em pesquisa científica e tecnológica em saneamento ambiental serão orientadas para o desenvolvimento, a formação e a capacitação de recursos humanos, o desenvolvimento de instituições emergentes e a desconcentração geográfica da produção de ciência e tecnologia, e executadas em articulação com universidades, institutos de pesquisa, prestadores de serviços e empresas do setor de saneamento ambiental.

Art. 61. Fica instituído o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Saneamento Ambiental, mediante ações de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre as universidades, os centros de pesquisa e o setor produtivo, custeado pelas seguintes fontes:

I – dotações do Orçamento Geral da União; e

II – doações de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo único. Os recursos para pesquisa e desenvolvimento do setor de saneamento ambiental de que tratam este artigo serão destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991.

TÍTULO IV Das Disposições Gerais

Art. 62. O art. 15 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“XXII – elaboração de relatórios anuais de salubridade ambiental.”(NR)

Art. 63. O art. 42 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 4º Os instrumentos e a legislação de ordenamento territorial, de controle do uso e ocupação e de parcelamento do solo deverão demonstrar compatibilidade com as necessidades atuais e futuras dos serviços públicos de saneamento básico.”(NR)

Art. 64. O art. 7º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

II – o traçado básico do sistema viário principal, que deverá permitir a coleta motorizada de resíduos sólidos;

VI – as obras necessárias para os serviços públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de manejo das águas pluviais, com as suas características técnicas e condições para o acompanhamento de sua execução.”(NR)

Art. 65. Os arts. 6º, 8º e 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Ao Ministério das Cidades, na qualidade de gestor da aplicação do FGTS, compete:

..... “(NR)

“Art. 8º O Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal e o Conselho Curador do FGTS serão responsáveis pelo fiel cumprimento e observância dos critérios estabelecidos nesta lei.”(NR)

“Art. 9º

§ 4º Os projetos de saneamento básico ou de infra-estrutura urbana financiados com recursos do FGTS poderão incluir a construção de instalações hidráulico-sanitárias para população de baixa renda, sempre que necessário para assegurar os benefícios de saúde associados aos empreendimentos.

..... “(NR)

Art. 66. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24.

XXVII – na contratação de serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo Poder Público como catadores de materiais recicláveis.

..... “(NR)

“Art. 89-A. Outorgar concessão, permissão ou outra forma de delegação de serviços

públicos essenciais, sem prévia autorização de lei que disponha sobre a regulação dos serviços, inclusive suas tarifas e outros preços públicos, e os instrumentos de fiscalização permanente dos serviços:

Pena – detenção de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre aquele que autorizou, homologou ou aprovou a contratação ou outorga ou quem, em nome próprio ou como representante legal da pessoa jurídica contratada, vier a subscrever o instrumento de contrato ou outorga ou suas alterações.”(NR)

Art. 67. O art. 39 da Lei nº 8.666, de 1993, fica acrescido do seguinte parágrafo, passando o seu parágrafo único a vigorar como § 1º:

“§ 2º Independentemente de seu valor, as audiências públicas mencionadas no **caput** serão realizadas nas licitações que tenham por objeto a concessão de serviços públicos essenciais.”(NR)

Art. 68. O art. 42 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42.

§ 1º Vencido o prazo mencionado no **caput**, o serviço retornará ao poder concedente, que, atendido o disposto nos §§ 2º a 4º, poderá contratar, mediante licitação, nova concessão.

§ 2º As concessões em caráter precário, mesmo as que não possuem instrumento que as formalizem, bem como as com prazo vencido, ou em vigor por prazo indeterminado, inclusive por força de legislação anterior, continuarão válidas até o dia 31 de dezembro de 2007, desde que até o dia 30 de junho de 2006 tenham cumprido, cumulativamente, as seguintes condições:

I – levantamento mais amplo e retroativo possível dos elementos físicos constituintes da infra-estrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a realização do cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão, observadas as disposições legais e contratuais que regulavam a prestação do serviço, ou a ela aplicáveis nos vinte anos anteriores ao da publicação desta lei;

II – celebração de acordo, entre o poder concedente e o concessionário, sobre os critérios e a forma de indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, apurados a partir dos levantamentos referidos no inciso I e auditados por instituição especializada escolhida de comum acordo pelas partes; e

III – a publicação na imprensa oficial de ato formal de autoridade do poder concedente, autorizando a prestação precária dos serviços por prazo de até seis meses, renovável até 31 de dezembro de 2007, mediante comprovação do cumprimento do disposto nos incisos I e II.

§ 3º Não ocorrendo os entendimentos previstos no inciso II do § 2º, o cálculo da indenização de investimentos será fixado com base nos critérios previstos no instrumento de concessão antes celebrado ou, na sua omissão, nos prazos mínimos de depreciação de ativos imobilizados definidos pela legislação fiscal.

§ 4º No caso do § 3º, o pagamento de eventual indenização será realizado na forma prevista no art. 45 ou por meio de pagamentos anuais, em número de parcelas equivalentes ao prazo remanescente de amortização ou de depreciação dos bens indenizados, previsto no instrumento de concessão antes celebrado ou, caso este seja omissivo, aos prazos mínimos de depreciação fixados pela legislação fiscal.” (NR)

Art. 69. O **caput** do art. 2º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º É vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios executarem obras e serviços públicos por meio de concessão e permissão sem lei que lhes autorize e fixe os termos, dispensada a lei autorizativa nos casos já referidos na Constituição Federal, nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos municípios, observado, em qualquer caso, os termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.” (NR)

Art. 70. Os arts. 1º e 4º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Regem-se pelas disposições desta lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos causados:

I – ao meio-ambiente;

II – ao consumidor;

III – à ordem urbanística;

IV – (vetado)

V – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

VI – por infração da ordem econômica e da economia popular; e

VII – à salubridade ambiental.

Parágrafo único. Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.” (NR)

“Art. 4º Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta lei, objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística, à salubridade ambiental ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.” (NR)

Art. 71. O art. 10 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

“XVI – contratar prestação de serviços de saneamento básico, ou outorgar concessão, permissão ou outra forma de delegação dos mesmos serviços, sem suficiente previsão em plano de saneamento ambiental;

XVII – outorgar concessão, permissão ou outra forma de delegação de serviços públicos essenciais, sem prévia autorização de lei que disponha sobre a regulação dos serviços, inclusive suas tarifas e outros preços públicos, e os instrumentos de fiscalização permanente.” (NR)

Art. 72. Os arts. 3º e 4º da Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Os recursos destinados ao FNDCT serão alocados em categoria de programação específica e reservados para o financiamento de programas e projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do setor de recursos hídricos e saneamento ambiental, devendo ser administrados conforme o disposto em regulamento.

.....”(NR)

“Art. 4º

VII – dois representantes da comunidade científica, sendo um do setor de recursos hídricos e outro do setor de saneamento ambiental;

IX – um representante do Ministério das Cidades;

X – um representante de entidade civil vinculada à engenharia sanitária e ambiental.” (NR)

TÍTULO V

Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 73. A partir do quinto exercício financeiro, contado do que se seguir à publicação desta lei, os serviços públicos de saneamento básico não poderão admitir subsídios cruzados externos que não estejam disciplinados conforme as suas diretrizes.

Art. 74. O disposto nos arts. 20, 24 a 28, 52, 53, 56 e 58 produzirão efeitos em:

I – três anos, no que se refere à União, Estados, Distrito Federal e Municípios com população maior que cem mil habitantes ou que integrem região metropolitana, aglomeração urbana, área de especial interesse turístico ou região integrada de desenvolvimento econômico ou que sejam atendidos por serviço público de saneamento básico integrado;

II – em cinco anos em relação aos demais Municípios.

§ 1º Mediante previsão em lei municipal, o prazo de cinco anos previsto no inciso II poderá ser prorrogado no que se refere à elaboração de plano de saneamento ambiental, para Município com população urbana inferior a vinte mil habitantes.

§ 2º Para os fins deste artigo, considerar-se-á a população contada pelo censo de 2000.

Art. 75. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com exceção do disposto nos §§ 1º a 5º do art. 7º, § 2º do art. 8º, parágrafo único do art. 9º, § 1º do art. 14, § 5º do art. 15, art. 30, arts. 32 e 33, art. 35, § 2º do art. 38, parágrafo único do art. 40, arts. 47 e 48, que entrarão em vigor no exercício financeiro que se seguiu ao de sua publicação.

Art. 76. Ficam revogados a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978, o art. 53 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, na parte referente às alterações procedidas no art. 1º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Brasília,

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Exª será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra, por 15 minutos, ao nobre Senador Augusto Botelho e, em seguida, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente Efraim Moraes, Srªs e Srs. Senadores, o Senado brasileiro, semana passada, recebeu visita do Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado italiano, S. Exª o Senador Enrico Pianeta.

Na oportunidade, o ilustre representante do Senado italiano elogiou o Brasil por suas ações tomadas em prol dos direitos humanos e, em documento entregue a S. Exª o Presidente do Senado, Renan Calheiros, manifestou agradecimento pela decisão do Governo Lula de homologar a demarcação da área indígena Raposa/Serra do Sol, no Estado de Roraima.

O Senador Juvêncio da Fonseca, ilustre representante do Estado de Mato Grosso, recebeu também do senador italiano cópia de uma carta assinada por cinquenta mil cidadãos italianos e destinada ao Presidente Lula em apoio à demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol.

Sr. Presidente, acredito que toda manifestação no sentido de ampliar o rol dos direitos e garantias fundamentais, bem como no sentido de sua concretização prática, revela-se de grande valor.

Portanto, acredito que os elogios tecidos pelo ilustre representante do Parlamento italiano estão eivados de equívoco, pois partem de premissa rigorosamente equivocada, qual seja, a de que a homologação da área Raposa/Serra do Sol representa um avanço, um progresso do País na seara dos direitos humanos.

A nosso sentir, a malsinada homologação representa, na verdade, um retrocesso, porque, a pretexto de proteger os direitos humanos dos indígenas que habitam a reserva Raposa/Serra do Sol, o Governo perpetrou afrontoso ato contra diversos princípios e direitos humanos constantes de nossa Constituição de 1988, que tutelam direitos tão importantes quanto os garantidos aos nossos irmãos índios.

Isso para não falar que a homologação contraria os próprios interesses da maioria dos índios que habitam a região. Índios totalmente integrados à sociedade envolvente, que se ocupam da agricultura, da política e que não querem, sob qualquer pretexto, ser lançados no isolamento forçado, consequência lógica da homologação contínua da área. Os índios habitantes da Raposa Serra do Sol não querem ser privados dos confortos que a vida moderna proporciona aos não-índios, como energia elétrica, boas escolas, água gelada, geladeira e tantos outros. De fato, a folclórica

visão do índio que anda nu pela floresta em busca de alimentação, munido de arco e flecha, ou do índio que cultiva sem visar à geração de excedentes para o comércio, deve ser totalmente repelida quando se fala dos indígenas que habitam a Raposa Serra do Sol. Ela vale para os ianomâmis, mas não vale para a Raposa Serra do Sol.

Por isso, ao contrário do que se quer fazer crer, os direitos humanos dos índios habitantes da Raposa Serra do Sol estão sendo vigorosamente diminuídos, amesquinçados, sobretudo se se tiver em vista que a política indigenista brasileira é formatada de cima para baixo, sem a participação dos principais atores interessados: os próprios índios. É, não resta dúvida, uma política construída em gabinetes, com amplo respaldo da Funai e de múltiplas ONGs internacionais com inconfessáveis interesses econômicos nas ricas terras demarcadas.

Em momento algum, os índios contrários à demarcação – e que representam a grande maioria – foram verdadeiramente consultados.

Realmente, a atual política indigenista brasileira parte do pressuposto de que o índio é desprovido de vontade própria, e, por isso mesmo, sua vontade deve ser suprida por burocratas governamentais, ou mesmo por ONGs, que estão cada vez mais ocupando os vazios deixados pela falta de atuação estatal.

No Estado de Roraima, especialmente na Raposa Serra do Sol, os índios revelam plena capacidade de zelar pelos seus interesses, de dizer como querem viver. Portanto, uma política indigenista democrática e respeitosa aos valores indígenas nessa área deveria ser pautada pelo respeito à vontade dos índios que lá vivem. Não foi por outro motivo que propus, por diversas vezes, fosse realizada uma consulta plebiscitária entre os índios que habitam a Raposa Serra do Sol para, aí, sim, ser definida a forma de demarcação, com exclusão de algumas áreas, inclusive de arroz irrigado, e manutenção das vilas de Surumu, Mutum, Socó e Água Fria, como queria a maioria dos indígenas, ou como queria o Governo e o fez de forma contínua.

O direito fundamental de matriz constitucional, fundado no princípio democrático, foi reduzido a mero adorno normativo no episódio da homologação da Raposa Serra do Sol.

Sr. Presidente Efraim Morais, se não bastasse, os não-índios que, há duas ou mais gerações, ocupam Raposa Serra do Sol serão simplesmente expulsos de suas terras, de suas casas. Muitos pequenos e grandes produtores com título de domínio de terra situado nessa área perderão o direito à propriedade. Sem qualquer amparo estatal, restará a eles a miséria que assola a periferia de Boa Vista.

Fala-se que vão indenizá-los, repô-los, reassentá-los, mas, nesses 30 anos que venho acompanhando essa causa, nunca vi um produtor rural retirado de área transformada em área indígena ser reassentado.

Meu Estado tem mais de 50% de área em reservas indígenas. Nós, em Roraima, somos favoráveis às reservas indígenas, mas queremos que as pessoas prejudicadas sejam também protegidas, que recebam indenização justa. Falam que vão dar indenização, e existem milhares de processos de indenização, mas até hoje nunca houve justa compensação. Os que recebem se contentam com um pouquinho de dinheiro que não dá nem para comprar uma casa bem pobrezinha na periferia de Boa Vista.

O direito humano à propriedade e o princípio da dignidade da pessoa humana, direitos constitucionais de grande importância irão, assim como o direito à participação no rumo das políticas estatais, ser torpedeados.

Ademais – é bom ressaltar – o procedimento administrativo de demarcação da Raposa do Serra do Sol está eivado de toda sorte de vícios. Por conseguinte, a homologação da reserva está sendo questionada judicialmente em várias instâncias do Poder Judiciário brasileiro. Pendem de julgamento no Supremo Tribunal Federal diversas ações demonstrando várias falhas procedimentais que macularam a demarcação. Contrariando a tendência jurisprudencial que convergia para a razoabilidade de uma demarcação, com a exclusão de áreas, o Governo demarcou a terra de forma contínua. Tamanha a afoiteza com que o Governo homologou a reserva sem ao menos esperar o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre o mérito da questão.

Senhoras e Senhores Senadores, esta Casa inclusive teve a oportunidade de, por meio de duas Comissões Externas, desvendar as diversas e perniciosas conseqüências da demarcação da Raposa Serra do Sol.

De fato, com o objetivo de analisar com profundidade as questões políticas, jurídicas e econômicas que envolvem os conflitos nas áreas indígenas, notadamente em Mato Grosso e em Roraima, o Senado Federal, por meio do Requerimento nº 592, de 2002, criou uma Comissão Temporária Externa. Essa Comissão, formada por cinco Senadores, confeccionou, após exame multifários de aspectos que envolvem a demarcação da Raposa Serra do Sol, um relatório conclusivo no sentido de que a demarcação deveria ser feita respeitando-se a áreas das vilas, deixando-se de fora uma área de 15 Km entre a Guiana, a Venezuela e o Brasil.

O Governo, desprezando essa vontade da Casa, marcou a área de forma contínua. Eu poderia lançar mão de muitos fatos que tiveram o condão de atingir o direito dos índios e dos não-índios no Estado de Roraima, perpetrados pela homologação da reserva Raposa Serra do Sol.

Portanto, acredito que, como legítimo representante do meu Estado, já falei o suficiente para demonstrar o equívoco dessa afirmação do ilustre Senador Italiano. Talvez por desconhecimento da situação, acredita-se que o Brasil está dando um exemplo de respeito aos direitos humanos.

Ledo engano. O Governo brasileiro, com a demarcação da Raposa Serra do Sol, deu um exemplo histórico e acintoso de desrespeito aos direitos humanos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, dispõe de até 15 minutos.

Em seguida, fará uso da palavra a Senadora Heloisa Helena.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Embaixador Manuel Estuardo Barillas, da nobre República da Guatemala, que nos visita, nas últimas semanas evitei subir a esta tribuna. Evitei aqui vir falar porque não via como defender o Governo do meu Partido. Também não queria vir aqui para repetir as acusações sistemáticas que começam a irritar a população brasileira. Entretanto, depois que assisti ao depoimento do Deputado José Dirceu, na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, senti que precisava falar.

É preciso lembrar que, mesmo antes desse fato, fui nesta tribuna um crítico ao comportamento político do então Ministro José Dirceu. Mas devo dizer que, assistindo ao seu comportamento na Comissão de Ética, senti como se minha geração, toda minha geração, estivesse sentada àquela mesa, à qual ele compareceu como testemunha, mas que foi visto pela opinião pública como se fosse o réu. E eu senti como se eu, que fui jovem como ele em 68 lutando nas ruas pela democracia, também estivesse ali. Achei que tinha a obrigação de vir aqui falar aos meus colegas Senadores, às colegas Senadoras, aos brasileiros e, sobretudo, aos jovens falar, tentando responder por que isto está acontecendo, por que essa geração que, naquela época, nem de longe sonhava chegar ao poder porque parecia impossível, conseguiu chegar lá e, depois de poucos meses, colocou o Brasil na situação em que estamos.

Depois de tentar refletir sobre como foi possível que a história nos reservasse ainda em nossas vidas duas surpresas tão inesperadas – chegar ao poder e perder-se no poder –, vim compartilhar meus sentimentos não apenas com as Sr^{as} e os Srs. Senadores, mas especialmente com os jovens da União Nacional dos Estudantes, dos centros acadêmicos, dos grêmios estudantis, dos sindicatos e do campo que sonham com um Brasil diferente e se preparam para envidar esforços na luta para mudar o nosso País, como o Deputado José Dirceu e eu fizemos 30, 40 anos atrás.

Creio que os primeiros erros foram de comportamento, Senador Mão Santa: em primeiro lugar, a arrogância com que se comportaram no Governo, arrogância que denunciei desta tribuna num discurso chamado “Liberte a esperança, companheiro Presidente Lula!”, arrogância que isolou essa equipe no poder, sem diálogo, sem conversa e, portanto, sem perceber seus erros.

Outro problema de comportamento é o irmão siamês da arrogância, ou seja, o deslumbramento no cargo. Grande parte desses companheiros se deslumbraram com o poder em vez de lutarem para realizar projetos. A arrogância junto ao deslumbramento são dois comportamentos que provocaram essa situação.

Quando eu e minha equipe, em um discurso feito no Ministério da Educação, alertamos para os três riscos daqueles que queriam mudar o País, que era o deslumbramento, o burocratismo e a perda da capacidade de indignação, recebi, no Palácio do Planalto, um puxão de orelha do próprio Ministro José Dirceu, que na época me ligou achando que eu estava querendo criticar o Planalto, quando eu estava querendo alertar os meus colaboradores para que não caíssemos na indiferença diante dos acontecimentos nem nas malhas da burocracia.

O terceiro problema de comportamento foi essa perda da capacidade de indignar-se. Quando chegamos ao Governo, e eu fui Governador, eu fui Reitor, eu fui Ministro, encontramos tanta dificuldade para empreender mudanças que pensamos que não vamos conseguir; e nos acostumamos a ver meninos de rua, a ver a escola não funcionar direito como se aquilo não tivesse a ver conosco; é tão difícil mudar que nos acostumamos e perdemos a capacidade de indignação. E isso nos leva a nos acostumar com a miséria da ética, já que nos acostumamos com a miséria social. Fatos que teriam gravidade passam a ser tolerados, como parte do jogo, como pedaço da realidade, a realidade que prometemos mudar; nós nos acostumamos com ela e perdemos a capacidade de nos indignar com ela.

Estes foram os três erros de comportamento: a arrogância, o deslumbramento e a perda da capacidade de indignar-se.

Mas nós tivemos também três erros políticos. O primeiro erro político foi a reeleição. Pode-se dizer que a reeleição não é um erro político porque é uma marca constitucional. Mas nós esquecemos que a lei permite a reeleição, e nós nos comportamos como se fosse uma obrigação ir para a reeleição. E o que acontece? É que a reeleição transforma o Presidente em candidato. No primeiro dia de nosso Governo, o Presidente Lula já não era mais Presidente, já era outra vez candidato. E quando isso acontece, perde-se a perspectiva porque se imagina que ao invés de quatro são oito anos de mandato e não é preciso ter pressa.

Lembro que eu próprio fui um dia criticado profundamente pelo Presidente, que de público disse que quem come apressado come cru. Sua Excelência queria dizer que eu estava muito apressado em querer abolir o analfabetismo em quatro anos. E Sua Excelência tinha oito. Esse é um marco de que a reeleição degenera o exercício do poder. Podem dizer que nos Estados Unidos funciona. Aqui, a reeleição não está funcionando. O Presidente Fernando Henrique teve a sorte de a reeleição ser aprovada somente no terceiro ano. Durante dois anos, ele foi Presidente.

Além do que, ao ser candidato, o Presidente diminui o seu tamanho e iguala-se aos outros candidatos. A reeleição e a maneira como nos comportamos foi um grave equívoco. Eu fui Governador crítico da reeleição. Eu disse ao Presidente Fernando Henrique que a reeleição, que era para permitir, parecia obrigar. E, de fato, aconteceu. Eu como Governador terminei sendo obrigado a ser candidato à reeleição, porque criou-se um vazio ao redor. Exigi que houvesse um plebiscito no PT do Distrito Federal para saber se aceitava ou não a reeleição, porque havíamos sido contra e não é bom ser contra e depois utilizar. Só aceitei ser candidato com uma prévia interna dentro do PT, à qual me submeti, disputando com o saudoso Senador Lauro Campos. Dizia ao Presidente Fernando Henrique que isso não daria certo e não deu para ele; o seu segundo mandato não foi igual ao primeiro. E não está dando certo, sobretudo no nosso caso.

Sr. Presidente, outro erro político grave foi tratar os partidos aliados como se fossem tendências de um partido só, que era o partido do Governo. O Presidente Lula e o companheiro José Dirceu não souberam entender que uma coisa são as tendências do PT, disputas dentro do meu Partido, e outra coisa são alianças com partidos diferentes. Nós quebramos a espinha dorsal das idéias do PT ao fazer do PT uma tendência do Governo, em vez de ter cada partido com

a sua personalidade, disputando inclusive, e o Lula, como eixo central, tentando fazer com que os partidos fossem tendências do Governo; descaracterizamos o PT e tivemos que usar instrumentos – pelo menos é o que está se tentando apurar – negativos para trazer outros partidos para dentro do Governo quando eles podiam, sem ser partido do Governo, fazer parte de uma aliança. Esse foi um erro em que, precisamos reconhecer, os Líderes do Governo, especialmente o Presidente Lula e o Ministro José Dirceu, tiveram responsabilidade direta.

Sr. Presidente, a principal causa desse fracasso não foi o comportamento nem a política; foi a ideologia, foi o marco conceitual do Governo. A principal causa desta crise que vivemos foi a falta de uma bandeira transformadora, responsabilmente revolucionária, que não tínhamos.

O PT foi criado em 1980 e baseado em sindicatos. Em 2003, quando chegamos ao poder, o mundo havia se transformado completamente. Pouco de 2003 tinha a ver com a realidade de 1980, no plano da economia. Lula, José Dirceu e o PT quase inteiro tiveram a grandeza de entender isso e de se adaptar à nova realidade econômica, mas não tiveram a capacidade de formular uma diferença que nos identificasse. Eles não tiveram medo de se parecer com o Governo anterior naquilo que era preciso, mas não souberam apresentar uma diferença. Era preciso maturidade para se adaptar, mas era preciso também criatividade para manter acesa a diferença porque o Brasil continuava com todos os problemas que nos propusemos corrigir.

Fomos criados ainda na polarização da Guerra Fria, no tempo da economia fechada, com estatização controladora, com a visão de uma dialética que opunha capital e trabalho. Chegamos ao poder num mundo novo, de uma potência única, sem Guerra Fria, com economias abertas e privatizadas, em que a dialética, a polarização social opõe muito menos capital e trabalho do que incluídos e excluídos; um mundo no qual a contradição fundamental não é mais entre capital e trabalho, mas entre quem tem e quem não tem acesso ao conhecimento. Isso é o que faz a desigualdade. Entendemos que não havia outra economia possível, mas não entendemos que havia outra sociedade a ser construída usando a economia possível.

O PT chegou ao poder sem o marco conceitual, sem uma ideologia ao mesmo tempo adaptada aos novos tempos da economia, mas ainda indignada com a velha estrutura arcaica de uma sociedade vergonhosamente desigual e cuja desigualdade a cada dia se transforma em apartação social. Nosso papel era usar os recursos da economia para abolir essa apartação. E Lula não entendeu, nem seus auxiliares, nem o con-

junto do PT – e todos nós somos responsável por isso –, o papel fundamental da educação como instrumento libertário. Não perceberam que a verdadeira causa da desigualdade e da injustiça social está na desigualdade do acesso ao conhecimento e não na desigualdade entre Capital e Trabalho. Não entenderam que o berço da desigualdade está na desigualdade do berço e que é possível mudar isso.

Lula não viu, por exemplo, que Mandela que fez uma revolução sem precisar mexer na política econômica, ao garantir que brancos e negros pudessem andar na mesma calçada. Lula não entendeu que seu papel seria fazer no Brasil a revolução que garantisse que pobres e brancos pudessem freqüentar escola com a mesma qualidade. É claro que isso na África do Sul era simples, bastava um conjunto de leis; no Brasil, era preciso muito mais. Era preciso um conjunto de políticas sociais que assegurassem a todos aquilo que faz com que os excluídos saltem para o lado dos incluídos. Lula não entendeu. Por isso deixou de ser Mandela para ser Lech Walessa.

Esta para mim é a verdadeira causa do fracasso de minha geração, de esquerda, que chegou ao poder com o mais importante líder de nossa juventude, José Dirceu, e três anos depois o vê explicando-se na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, com o Governo paralisado.

Sr. Presidente, a causa é a falta de uma causa para o Governo. Tivéssemos uma causa maior, não teriam ocorrido os desvios éticos. Quando a ética faz parte dos objetivos do poder, o poder não pode ser exercido sem ética. Quando os meios fazem parte dos fins, os fins não justificam os meios. No entanto, ficamos sem os fins e apenas com os meios. Nesse caso, foi muito fácil, juntamente com o erro de comportamento de política, nós nos perdemos.

Sr. Presidente, já estou concluindo.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Cristovam Buarque, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, como há Senadores pedindo aparte, V. Ex^a fique tranqüilo, porque prorroguei por cinco minutos o tempo de V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com o maior prazer, concedo um aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Cristovam Buarque, eu não queria interromper a sua brilhante exposição, mas diria que foi a melhor reflexão a que assisti nesta Casa sobre a crise terrível que se abate sobre o País e também a mais completa e a mais lúcida sobre tudo isso. Essa questão da arrogância, do

deslumbramento, da capacidade ou incapacidade de se indignar estende-se a outras áreas, e não apenas às áreas sociais. Se V. Ex^a verificar, são necessários investimentos em infra-estrutura em todas as áreas. Há muitos problemas, como os da área de energia. Esses acontecimentos estão presentes em tudo. Não quero alongar-me neste aparte. Apenas cumprimento V. Ex^a, salientando que entendo perfeitamente a sua frustração, porque a minha – de eleitor apenas –, nessa eleição, foi muito grande, Senador. Imagino a de V. Ex^a, que envolve uma vida inteira de lutas e de dedicação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Obrigado, Senador.

Concluindo, Sr. Presidente, todos lembram aqui que fui um crítico do Ministro José Dirceu. Tive embates com ele quando eu era Ministro e, depois, como Senador. Mas quero dizer que, ao vê-lo passando por essa situação, sinto como se minha geração estivesse – toda ela – sendo julgada. Vejo ainda nele o maior líder jovem da minha geração.

Mantenho, porém, Sr. Presidente, o meu otimismo. Um país que faz jovens como aqueles fará outros jovens igualmente líderes, que, certamente, aprenderão a lição de que, ao chegar ao poder, não podemos perder a capacidade de indignação com o que antes havia de errado; que ao chegar ao poder, os meios não justifiquem os fins; que ao chegar ao poder, devemos ver-nos como servidores e não como deslumbrados; ao chegar ao poder, devemos entender que, na democracia, é fundamental a aliança, sem a qual – eu mesmo dizia – corremos o risco de um regime autoritário do meu Partido. Eu dizia: temo que um dia o PT chegue ao poder sozinho, porque a tentação autoritária é muito grande dos que têm a maioria forte. Quero aliança, mas aliança não significa cooptação, não significa incorporação. Espero que os próximos jovens entendam que não podem sentar um dia na cadeira de Presidente como se já fossem, outra vez, candidatos à eleição seguinte.

Sr. Presidente, eu só temo hoje que nós não estejamos dando aos jovens o incentivo que eles deveriam ter. Muitos deles estão perdidos na desilusão, ou no corporativismo, para não falar no oportunismo e até mesmo no cinismo, e sobretudo no egoísmo. Mesmo assim nossa esperança está na juventude. É para ela que eu passo estas reflexões sobre as causas de nossos erros, para que ela não os repita quando chegar a vez dela.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Efraim Morais, do PFL do Estado da Paraíba.

S. Ex^a terá 15 minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confesso que é com pesar que acompanhamos a sucessão de declarações desconectadas e desconjuntadas do Presidente da República a respeito da presente crise.

Sua Excelência alterna comportamentos despropositados. Ora fala em elites golpista, ora invoca para si o monopólio da virtude, virtude que não transparece nos atos do seu Governo, e ora garante que não sabe nem nunca soube de nada. Por fim, tenta descolar-se de sua principal criatura: o PT.

Nenhum desses atos favorece a posição do Presidente da República, nem do ponto de vista logístico nem do ponto de vista ético. Quando fala em golpistas imaginários, mostra má-fé ou desconexão com a realidade, ou ambas. Quando se diz o mais virtuoso cidadão brasileiro, mostra ter perdido o senso do ridículo. Quando diz que não sabia de nada, ou mente ou se confessa inepto para o exercício do poder.

Por fim, quando busca desvincular-se do PT, mostra-se desleal para com os seus companheiros, companheiros de longa jornada, como Delúbio Soares, que o acompanhou em viagens internacionais e desfrutava da sua proximidade!

Independentemente das coreografias escapistas do Presidente da República, sabemos – e cada vez menos gente duvida – que sempre soube de tudo.

A configuração do PT, que seu ex-presidente, José Genoíno, classifica como um projeto coletivo de poder, não permitiria que atos como os empréstimos milionários em nome de Marcos Valério se dessem sem o consentimento e a supervisão de sua cúpula política comandada pelo Presidente Lula e pelo triunvirato palaciano, apelidado por V. Ex^a, Senador Mão Santa, de “Núcleo duro”: José Dirceu, Luiz Gushiken e Luiz Dulci.

Desentendimentos nessa cúpula palaciana, sobretudo entre José Dirceu e Luiz Gushiken, deram origem a desarranjos na base parlamentar que desembocaram nas denúncias do Deputado Roberto Jefferson.

Bendita desavença! Bendita desavença! Sem ela, não estaríamos desmontando essa engrenagem perversa que vinha sangrando os cofres públicos, numa hemorragia de intensidade nunca vista antes.

Mas o instinto predatório do PT não se formou agora, vem de bem antes. Não exagero se disser que o PT exercitou essa rapina sistêmica nas experiências municipais que precederam sua vitória federal. Sirvo-

me, para afirmá-lo, de uma fonte insuspeita: um dos fundadores do PT, César Benjamin. Em artigo para a **Folha de S. Paulo** deste último domingo, ele afirma com todas as letras:

Os malfeitos que têm vindo à luz não começaram agora, nem decorrem de um equívoco individual. Representam apenas a transferência para a esfera do Governo Federal de práticas iniciadas com certeza nos primeiros anos da década de 1990, talvez antes, e nunca descontinuadas.

E prossegue César Benjamin, um dos fundadores do PT:

As impressões digitais do mesmo grupo [e ele se refere a Lula, José Dirceu, José Genoíno, Luiz Gushiken, entre outros] aparecem no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), na organização das finanças da campanha presidencial de 1994, na gestão de algumas prefeituras, como a de Santo André, na busca de controle de fundos de pensão, para citar apenas as situações mais notórias.

Esclareço mais uma vez, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não se trata de afirmações de um pefelista ou de um tucano, mas de um petista de primeira hora, o Sr. César Benjamin, que estava presente quando do nascimento do partido e o acompanhou por anos a fio, conhecendo-lhes as entranhas.

Ele fala, portanto, com autoridade e isenção – em especial quando diz: “Lula sempre compartilhou da intimidade de grupo e foi o principal beneficiário de suas ações. Garante, porém, que nada sabia”.

E ironiza: “Respeito quem acredita nisso, assim como respeito quem acredita em duendes”.

Eu também, Sr. Presidente. Eu também.

E prossigo com o Sr. César Benjamin, fundador do PT. Ele define assim o Governo Lula:

Uma rede sistêmica, planejada, coletivamente organizada. Dos Correios à Petrobras, das empreiteiras com créditos a receber às verbas de publicidade, do Banco do Brasil aos fundos de pensão, nada estava, em princípio, fora de seu raio de ação. Um esquema desse tipo sempre precisa de forte apoio em altos escalões do governo, que ordenam os pagamentos e fazem as nomeações. Sílvio Pereira, Delúbio Soares, Waldomiro Diniz e outros “operadores” nunca tiveram cargos que lhes permitissem agir sozinhos de forma eficaz.

Considero esse depoimento, publicado no Caderno Mais da **Folha de S. Paulo** deste último domingo, sob o título sugestivo de “O Mito do Paraíso Perdido”, como uma eloqüente e autorizada denúncia, já que

formulada por alguém que acompanhou de perto a gênese desse processo – e dele se apartou quando percebeu indomável.

Está aqui, Sr. Presidente, o artigo publicado na **Folha de S.Paulo**, sob o título “O Mito do Paraíso Perdido”. E, mais na frente, num formato interessante – caindo as letras do Partido –, diz: “Era uma vez um PT”, que não sei se já morreu até agora, mas se encontra muito doente, com uma doença sem cura.

Sr. Presidente, o projeto petista, tenho insistido sempre em dizer, era um projeto de poder, não um projeto de governo. O poder pelo poder é uma perversão. Era um projeto de poder, sim. O poder pelo poder – repito – é uma perversão, de essência aética, que não dá margem a esquemas criminosos como os que estão hoje sob investigação de nada menos três CPIs, além do Conselho de Ética da Câmara.

Creiam que não alegra a nós, da Oposição, ver o naufrágio petista. Torcemos pelo sucesso do Presidente Lula, pelas esperanças e expectativas que gerou na sociedade brasileira. Dissemos, desde sua posse, que faríamos oposição responsável, oposição patriótica, que fiscaliza o Governo, mas não conspira contra o País.

Por isso, votamos as reformas – reformas que o PT não nos deixara votar no Governo passado e que, neste, decidiu patrocinar. Relevamos a incoerência e votamos as propostas em nome do interesse nacional.

Fomos sensíveis ao entusiasmo que a eleição de Lula provocou em amplos setores da população. Foi um sonho vendido à sociedade brasileira – mais um sonho que termina em pesadelo. Para a maioria da sociedade, o sonho termina agora.

Para quem viveu do lado de dentro a epopéia petista, como César Benjamin, o sonho acabou há muito tempo. Acompanhem, mais uma vez, as palavras dele à **Folha de S.Paulo**. Disse um dos fundadores do PT:

Há mais de dez anos o PT está morrendo, mas esse processo não podia completar-se antes de o “Lula-lá” se realizar. A agonia se prolongou e o Partido apodreceu. Tornou-se uma experiência efêmera e fundamentalmente equivocada na vida brasileira. Pretendendo ser o novo absoluto, rompeu a memória das lutas populares. Recusou a teoria. Fechou os olhos para a diversidade do Brasil. Afrouxou os princípios, exacerbou a arrogância. Aceitou a disseminação de um enorme conjunto de antivalores, formando a mais desqualificada geração de quadros e líderes de toda a nossa história.

Sr. Presidente, dispense-me de alinhavar mais argumentos para constatar o triste ocaso deste Governo. Iniciamos mais uma semana de crise, em que o Congresso Nacional, em ritmo de CPI, corta na própria carne, em busca de depurar-se e de depurar a política brasileira.

Precisamos devolver credibilidade às instituições republicanas. Sem credibilidade, nenhum regime se sustenta, sobretudo o democrático, fundado na transparência e na prestação de contas à sociedade.

Cabe-me, neste doloroso e necessário processo, presidir uma das CPIs em pauta, a dos Bingos, que nesta semana, na próxima quinta-feira, ouve, enfim, o depoimento de Waldomiro Diniz, de cujos atos lesivos o ex-Ministro José Dirceu busca, sem êxito, desvincular-se.

Sem dúvida, Sr. Presidente, será um momento de grande importância na elucidação das denúncias em pauta. A CPI dos Bingos, a propósito, tem apurado, estarrecida, conexões escabrosas entre a jogatina e todo um mundo subterrâneo, fronteiro ao do crime organizado, com campanhas eleitorais do Partido do Governo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quero informar que concedi a V. Ex^a mais cinco minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu agradeço a tolerância de V. Ex^a, mas serei breve, Sr. Presidente, na conclusão do meu pronunciamento.

Encerro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, voltando ao ponto inicial da minha fala: ao comportamento desequilibrado e insensato do Presidente da República, que resolveu enfrentar a crise com bravatas e atos eleitoreiros. O que lhe posso dizer é simples: desça do palanque, Senhor Presidente! A eleição está longe. Caia na real, ou corre o risco de comprometer o seu mandato. A paciência do povo brasileiro está se esgotando.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Efraim Moraes, a bandeira do grandioso Estado da Paraíba tem a palavra “nego”. A intenção era a de negar o comunismo. Agora V. Ex^a nega a corrupção, e eu não lhe poderia negar o tempo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao extraordinário homem público deste País, Senador do PMDB do Estado do Rio Grande do Sul, Pedro Simon.

V. Ex^a tem, pelo Regimento, 15 minutos, mas jamais negarei tempo à sua voz e à sua sabedoria. Em seguida, ouviremos o Senador Heráclito Fortes, do Piauí; Eduardo Siqueira Campos, do Tocantins; Antonio Carlos Magalhães, da Bahia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a é uma figura muito respeitada no Rio Grande do Sul. É impressionante a audiência que a TV Senado tem no Rio Grande do Sul. E quem a assiste, digamos assim, é a elite política de qualquer Município, por menor que ele seja. São os presidentes de partido, são os vereadores, é o padre, é o homem das outras igrejas, é o dono do boteco, do mercadinho – pontos essenciais das pessoas que fazem a opinião pública no Município. Agora, com a CPI, a TV Senado chega a concorrer em audiência com as principais televisões do País.

Há muito tempo, eles se referem a V. Ex^a, perguntando: “quem é aquele Mão Santa, que está todo dia...?” E eu respondo que é um homem muito sério.

– Por que Mão Santa?

– Porque ele era um médico muito humanitário e um cirurgião de muita competência, e o povão começou a chamá-lo de Mão Santa, pelas vidas que ele salvou.

Mas aí eles diziam:

– Ele é muito exagerado. Ele é muito contra esse Governo. Ele bate no Governo e, naquele início, ainda havia uma expectativa com relação ao Lula, com relação ao Governo, e o PT do Rio Grande do Sul era um Partido muito forte, com muita credibilidade, com muitas Lideranças.

E eles diziam:

– É, mas ele exagera um pouco. Não sei o que é. Ele tem algum motivo?

– Não, não tem motivo. Até ao contrário, ele foi eleito Senador e ele elegeu o Governador do Piauí, um homem do PT que não tinha nenhum prestígio, nenhuma credibilidade. E ele foi quem elegeu esse Governador.

Agora, mudou. Agora eles afirmam: “Mas aquele Senador Mão Santa tinha razão. É. Ele tinha razão. E a coisa é pior do que ele falava”.

Faço questão de salientar isso, porque fico impressionado. Ontem estive em São Paulo com o Senador Jefferson, e eram a Senadora Heloísa Helena e V. Ex^a as figuras sobre as quais mais me perguntavam. E queriam saber como V. Ex^a já sabia dessas coisas:

– Mas ele devia saber alguma coisa.

– Sabia tanto quanto eu.

– E por que ele foi, e o senhor não foi?

– Porque ele é mais realista do que eu. Eu sou mais um sonhador. Enquanto pude pensar que o Governo desse certo, sonhei. Não sei se foi porque eu queria, eu rezava, e fui levando esse sonho até o último momento. Ele, não. Quando viu que a coisa estava dando errado, começou a mudar o discurso, até porque, falando com a gente, dizia que, denunciando, estava dando uma oportunidade para que a coisa mudasse.

Durante muito tempo, o discurso de V. Ex^a foi assim: “Ainda é tempo, Presidente Lula! Mude, altere, modifique!” Lamentavelmente, V. Ex^a tinha razão.

Outro comentário que geralmente tecem lá no Rio Grande do Sul e ontem o fizeram em São Paulo foi: “Tudo o que esse Deputado Roberto Jefferson diz acontece”.

Eu tive que falar sobre isso lá no Rio Grande, porque, na primeira vez em que o Deputado Roberto Jefferson falou, numa entrevista na **Folha de S. Paulo**, eu resolvi esperar pelo seu depoimento na Comissão de Ética. Eu imaginava que o Deputado viria com gravações e mais gravações. Como ele era Presidente do Partido e convivia na intimidade do Governo, imaginei uma gravação aqui, outra gravação ali, manifesto, nota, recibo... Pensei que ele apresentaria um dossiê do tamanho de um bonde.

Apareceu na CPI de mãos vazias, dizendo: “Eu não sou polícia, eu não gravei coisa nenhuma, eu não tenho prova nenhuma.”

E começou a falar. Eu imaginei que, no dia seguinte, as provas seriam desmoralizadas, que o Governo viria demolir com as provas dele. Qual não foi a minha surpresa com o fato de que o que ele falou tenha criado aquele impacto! E, à medida que os dias foram passando, tudo o que ele dizia era verdade. Tudo aconteceu, e quem confirmava que era verdade era o próprio Governo Federal. Ele falou de Furnas, e foram demitidos os diretores de Furnas. Ele falou dos Correios, e foi demitida toda a diretoria dos Correios. Vários setores que ele tocou... Ele falou no tesoureiro do PT, e foi demitido o tesoureiro do PT. Ele falou no secretário-geral do PT, e foi demitido o secretário-geral do PT. Ele falou no Chefe da Casa Civil, caiu o Chefe da Casa Civil.

E, no debate que ele teve com o Chefe da Casa Civil, falou sobre a empresa portuguesa de telefonia e falou que o tesoureiro do PT, e alguém não do PT e não do PMDB teriam ido lá pedir não sei quantos milhões. E eu achei que a reação do Chefe da Casa

Civil foi dura ali, na Comissão de Ética, ao dizer: Não é verdade, V. Ex^a está mentindo, não aconteceu isso. Imagine, o Sr. Jefferson agora está dizendo que eu peguei o pessoal de Portugal e o levei ao Presidente da República. E fazer uma imoralidade dessa, de ir a Portugal e pedir dinheiro para o PT e para o PTB.

No dia seguinte, a Chefe da Casa Civil manda para a Comissão a agenda do ex-ministro. E lá estava o encontro dos homens de Portugal e do Sr. Valério com o Chefe da Casa Civil. Dois dias depois, vem o ex-ministro de Portugal e dá uma declaração de que realmente ele recebeu o Sr. Valério em nome do Presidente da República. Não estou entendendo mais nada!

Então, as coisas estão com uma gravidade de sintonia que nos angustia. E eu, que não sou como V. Ex^a, que está nesta briga desde o início; eu, que estava sustentando e lutando para buscar fórmulas para que chegássemos a um entendimento, vejo que, lamentavelmente, temos de agir para não irmos todos, de embrulhão, para o fundo do precipício.

Esta Casa passa a ter uma responsabilidade muito grande; felizmente, acho que está tendo. Eu vinha de uma experiência muito ruim na Comissão de Inquérito do Banestado. Ali houve uma briga entre o PSDB e o PT. O PSDB, com a Presidência, e o PT, com o Relator. O PSDB queria ir para cima do Banco Central e da atual administração e o PT queria levar tudo para o governo passado e para a administração do governo passado. Entraram numa briga e fizeram dois relatórios e nenhum foi aprovado. Receberam um dossiê da maior importância da justiça americana dando o nome dos homens da CC-5 e de quem havia enviado dólares para o exterior. Os nomes estão aí até agora e acredito que uma das atuais CPIs deve buscar nos cofres do Senado esses nomes, mas o Relator, o Sr. Mentor, não deixava o negócio andar. Quando vinha uma pessoa depor, ele demolia essa pessoa e não a deixava falar. Cheguei a dizer que não entendia o esquema do Sr. Relator, que tinha a testemunha aqui para ouvi-la sobre o Banestado, sobre essa conta, e ele demolia a testemunha, impedindo-a de falar. Agora está provado. No relatório final dele, não aparece o Banco Rural, ele esquece o Banco Rural. É que o Banco Rural, onde ele tem as contas do dinheiro que ele recebeu também, ele tinha que esquecer.

No início da CPI, o ambiente não era bom. O PT, numa posição apaixonada de defesa do Governo – que respeito –, agredindo, de certa forma, as testemunhas, impedindo-as de falar, despreocupado com o que elas poderiam ajudar e preocupado em desmontar moralmente a testemunha, e o PSDB e o PFL batendo de todos os jeitos e de todos os lados.

Hoje, mudou. Quero fazer justiça ao PT, porque, quando senti o que está acontecendo e nas comissões de inquérito, está adotando uma posição de alta responsabilidade, buscando a verdade e não fazendo a defesa vazia, mas buscando ajudar, para chegar ao entendimento. De certa forma, quando se foi buscar em Minas Gerais que o PSDB mineiro teria algo já anteriormente com o Sr. Valério também nessas questões, também o PSDB está numa situação mais contida e busca encontrar uma verdade.

Por isso acho que algumas coisas devem ser feitas logo. É correta a decisão do Presidente e do Relator da CPMI dos Correios de não esperar o final dos trabalhos, mas de antecipar o nome e os casos sobre os quais já se têm certeza absoluta. É o caso que não tem o que discutir, em que não tem testemunha verbal, não tem testemunha que possa dizer o contrário, quando lá está o nome do fulano, quando ele já reconheceu que pegou dinheiro, sacou dinheiro. Não tem mais o que discutir.

No início, o Governo imaginou, e todo o Governo se atirou na tese – dizem que foi o Ministro da Justiça que a criou – de que era dinheiro para campanha, dinheiro que foi gasto em campanha. Aí, o Presidente Lula, lá de Paris, deu aquela entrevista estranha para uma jornalista dizendo que, lamentavelmente, é dinheiro para campanha, caixa 2. Isso é muito triste, dizia ele, mas, lamentavelmente, no Brasil, sempre aconteceu isso. Então, o Deputado do PFL, que foi apanhado na caixa 2 disse: “Eu peguei dinheiro. Atire a primeira pedra quem não pegou dinheiro em caixa 2.” É que o Governo queria ir para isso. É dinheiro para a campanha, um dinheiro extra, que não participou das contas legais; vamos reconhecer. Ponto. O crime eleitoral já estava prescrito e terminava por aí. Mas, na verdade, a mentira tem pernas curtas. E a mentira tem pernas curtas porque, mesmo nessa tese de fundo de campanha, o crime está na origem. Está certo que o PT arrumou dinheiro aqui, arrumou dinheiro lá, pegou e gastou na campanha e não disse nada à justiça eleitoral. Mas o cidadão, o deputado, o presidente do diretório do lugar vinha a Brasília e, no sexto andar de um apartamento de hotel, encontra uma senhora vestida com uma blusa verde. E ele entra na portaria e diz: “Vim receber a encomenda no quarto tal”. Sobe, pega a mala de dinheiro, não o conta e vai embora. Isso é um absurdo! E vai dizer que é dinheiro de campanha? Não dá para dizer que foi o PT que ajudou, o PTB não sei o quê. Isso mata a questão. E essas pessoas não têm defesa. Está certa a CPI em decidir esses casos que estão nessas condições e mandar imediatamente à Câmara dos Deputados e para o Senado, se aparecer alguém. O que não está certo é o Presidente da Câmara achar

que deve julgar um a um, quando o caso é o mesmo, a questão é a mesma. Evidentemente, cada um apresentará a sua defesa, as suas testemunhas. Entretanto, não se pode esperar quatro meses para ouvir um, depois quatro meses para inquirir outro e mais quatro meses para interrogar outro. Estaremos aqui até 2010 discutindo essa matéria. Isso não tem nenhuma lógica. O Presidente da Câmara pode até discutir quando um parlamentar entra com um caso diretamente na Comissão de Ética, mas ele não pode discutir os casos que a CPI concluir, votar e enviar. Ele tem que mandá-los, imediatamente, à Comissão de Ética.

Por outro lado, ficamos a nos indagar sobre o que fazer. Pretendo me candidatar, se o Partido quiser e deixar, ao Senado no próximo ano, mas fico a me perguntar: como vou fazer a campanha? Como vamos fazer a campanha no próximo ano? Como alguém vai colocar *outdoor*, aparecer na televisão? De onde virá o dinheiro? É uma interrogação cruel e brutal. Não sei, mas as lideranças e o Presidente do Senado – falo mais no Presidente do Senado, porque, com todo o respeito, é muito difícil imaginar que o Presidente da Câmara tenha a profundidade que tem o Presidente do Senado de fazer esse trabalho. Devíamos nos reunir e analisar alguns pontos independentemente de a CPI continuar. Não é “acórdão”, mas devíamos nos entender a respeito de medidas necessárias já para a eleição do ano que vem.

Defendo o fundo público de campanha. Chegamos ao fundo do poço; e há hoje, como resultado do que aconteceu, uma unanimidade no sentido de que isso é preciso. Quando apresentei o projeto pela primeira vez, foi uma guerra e recebi inúmeras manifestações, dizendo-me horrores: “Vocês roubam, não fazem nada e ainda querem, agora, o dinheiro do orçamento, do leite das crianças, para fazer campanha?”

Realmente, é compreensível e justa essa afirmativa. Mas hoje já está provado que toda corrupção na vida pública começa na campanha eleitoral. Venho dizendo isso há muito tempo. Ou encontramos, agora, uma fórmula que limite a campanha – ela não pode ter mais do que 90 dias –, uma fórmula que limite o dinheiro da campanha – tem que ser só dinheiro público, igual para todos –, uma fórmula que crie, de uma vez por todas, a fidelidade partidária. Aliás, a maioria delas nós já aprovamos aqui no Senado, está na Câmara.

A cláusula de barreira: nós não podemos ter 30 partidos que se vendem a cada eleição. Temos que ter a determinação do número de candidatos a cada campanha. É claro que está nos deixando muito mal uma proposta que teria sido aprovada na Câmara dos Deputados, na Comissão de Constituição, de Justiça e de Redação, e que vai para o plenário, que fala na lista fechada. Mas a lista fechada daria garantia aos atuais

parlamentares, que seriam os primeiros da lista. Isso é grosseiro, não tem como passar, é um absurdo. Não sei se lista fechada o Brasil tem condição de aprovar. Não sei se o voto distrital, mas alguma coisa deve ser feita.

Campanha de televisão ao vivo sem as fortunas que estão aí para o Sr. Duda receber, sem a montanha de dinheiro que se gasta num programa para esconder o candidato, para que o povo não fique sabendo quem ele é. Metade, ou mais do que metade, 60% do que se gasta numa campanha é no programa de televisão, é para montar o programa de televisão, que é de graça. Mas se faz uma montagem espetacular, como se fosse um filme para concorrer ao Oscar.

Programa de televisão ao vivo, em que não se gasta um centavo, em que o candidato fala e a sociedade está vendo quem é ele.

A fidelidade partidária. É uma vergonha. E quem diria que mais de 100 parlamentares entraram para o PTB, para o PP, para o PL, patrocinados pelo PT! Alguns desta legislatura já estiveram em quatro partidos diferentes. A fidelidade partidária é fundamental, como é fundamental que se tenha cuidado para que as pessoas realmente sejam processadas e, se saírem antes, se renunciarem antes, que o Procurador-Geral da República faça denúncia para que não se diga que a CPI terminou em pizza. Já encerro, Sr. Presidente.

São três CPIs. Nunca tinha visto três CPIs funcionando ao mesmo tempo, com tanta coisa grave ao mesmo tempo. Não precisava ter sido assim, se a nossa primeira, a dos bingos, tivesse sido criada há dois anos. Mas o governo e o seu Líder nesta Casa jogaram, de corpo e alma, para evitar que fosse criada, como as outras duas também não teriam sido criadas, se o Supremo Tribunal Federal não tivesse tomado a decisão de que a CPI tem obrigação de ser instalada e de que, se os líderes não indicarem os nomes, o Presidente tem obrigação de fazê-lo. E essa decisão do Supremo por nove a um chegou aqui quando o governo já estava preparado com as lideranças para não deixar criar também as outras CPIs, obrigando-os a criar as três CPIs.

Por fim, Sr. Presidente, não pode haver o “acórdão” no sentido de não se investigar fundos de pensão e outras instituições para sabermos de onde vem o dinheiro. Essa história de Deputado, Senador, fulano, beltrano, partido, recebeu, foi lá e pegou a mala, isso já está esclarecido. Mas de onde veio o dinheiro? De que instituição veio o dinheiro? Isso é o fundamental, chegar ao corruptor, naquele que foi o responsável, que iniciou todo esse processo, que enlameou o PT, o Governo, o Congresso Nacional. Não podemos nos dar ao luxo de atingir alguns Parlamentares, como já aconteceu na CPI dos anões do orçamento. Fizemos o que tínhamos que fazer com relação ao Congresso

Nacional, mas não chegamos, como deveríamos ter chegado, aos corruptores.

Era isso, Sr. Presidente. Creio que, quando se fala que devemos ter uma agenda positiva, a agenda positiva é exatamente fazermos as reformas necessárias, para que possamos, com tranqüilidade, ir para o pleito do ano que vem. Porque, se ficar como hoje, sinceramente não tenho a mínima idéia de como será o pleito do ano que vem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, prorrogamos por 8 minutos o seu tempo. Mas a nota para o pronunciamento de V. Ex^a não é 8, e, sim, 10.

Concedemos a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Estado do Piauí.

S. Ex^a tem, pelo Regimento, 15 minutos. E jamais, na condição de piauiense, vou cortar sua palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o compositor e poeta Chico Buarque de Holanda, há cerca de dois anos, preveniu o Presidente Lula de que ou ele criava o “Ministério do vai dar M” ou então tudo estava perdido.

No entender de Chico Buarque, a criação daquele ministério era exatamente para que o ministro escolhido prevenisse o Governo toda vez que alguém de sua equipe praticasse ou tentasse praticar descaminhos.

Chico Buarque, que foi muito importante nas caminhadas anteriores do Presidente Lula, nas eleições em foi derrotado, não foi ouvido nem pelo Presidente da República nem por sua equipe. Aliás, nessa última campanha, Chico Buarque deu lugar às duplas sertanejas, às grandes bandas, aos conjuntos caríssimos, que hoje estão dando dor de cabeça à direção do PT porque cantaram no show do Presidente e não receberam o devido pagamento.

Mas o PT tem essa característica: para tentar se livrar da crise, coloca sempre a culpa no quintal do vizinho. Procura sempre dizer que foram as más companhias, e não assume os erros próprios, como se isso resolvesse de alguma maneira esta grave crise que abate definitivamente a credibilidade de um partido que, durante vinte anos, tentou fazer da esperança a bandeira de redenção do povo brasileiro e que, ao assumir o poder, mostrou que tudo aquilo que pregava em praça pública nada mais era que a intenção deliberada de enganar o crédulo povo brasileiro.

Abri o jornal **O Globo** de hoje e li a seguinte matéria: “Xerife’ dos fundos de pensão diz que governo deve reforçar a sua fiscalização”. O Sr. Adacir Reis – que teve como predicado de sua escolha para essa importante função o fato de ter sido chefe de gabinete do ex-Ministro

Gushiken, quando Deputado Federal, e de posteriormente ter participado da sociedade do ex-Ministro na Gushiken & Associados – faz algumas críticas e algumas queixas com relação à secretaria que dirige e joga a culpa no Congresso Nacional, especificamente no Senado da República, pelo fato de a proposta vinda do Governo, por meio da MP nº 233, ter sido derrotada nesta Casa. Culpa a Oposição, que se organizou para derrotar o que, segundo ele, seria a redenção da fiscalização da sua secretaria frente aos fundos de pensão.

O Sr. Adacir falta com a verdade algumas vezes. Em primeiro lugar, não foi a Oposição que derrotou a medida provisória. Senador Mão Santa, a medida provisória foi derrotada por falta de quórum. O Governo, que tem uma base de quarenta e tantos Senadores, não conseguiu, naquela noite, colocar em plenário mais que 29 dos Srs. Senadores. Logo, caiu a medida provisória por falta de quórum porque não acreditaram nela sequer os Parlamentares que dão sustentação à Base do Governo. S. Ex^{as} não acreditaram por vários motivos e com justa razão.

Primeiro, essa emenda veio a esta Casa enxertada com a criação de mais de 600 cargos, Senador Ramez Tebet, muitos deles não tendo nada a ver com a criação da tal Superintendência de Previdência Complementar (Previc). Em segundo lugar, dava-se uma estrutura de superpoderes ao seu diretor, ao seu dirigente, que nem fazia dela superintendência nem, tampouco, uma agência reguladora. Dava-se o poder da agência reguladora, mas o escolhido era de livre arbítrio do Ministro da Previdência.

Querem saber o terceiro e último agravante? Diferentemente das agências reguladoras, que hoje vivem se debatendo contra o contingenciamento orçamentário, por força de lei os recursos dessa superintendência não eram contingenciados, eram automaticamente remetidos à entidade.

É até bom que chegue ao plenário o Líder Aloizio Mercadante, que acompanhou de perto essa discussão e assistiu à derrota da medida provisória por falta de quórum, e não por articulação com responsabilidade da Oposição.

O Sr. Adacir deveria ter feito uma articulação com a Base do Governo e ter trazido aqui os argumentos necessários para a aprovação dessa matéria que julgava tão importante. Pelo contrário, confiado na medida provisória, estruturou a sua Previc, passou a dirigir uma Previc provisória e, com a derrota da MP nº 233 no plenário do Senado Federal, em virtude de falta de quórum, teve que voltar atrás, cancelar alguns atos e, acima de tudo, frustrar o seu grande sonho de ser o todo-poderoso gestor dos fundos de pensão no Brasil.

Aliás, venho alertando há mais de seis meses que o Governo precisa examinar com mais cuidado e mais atenção essa questão dos fundos de pensão. Já que não ouviu Chico Buarque na criação daquele ministério que ele tanto pediu ao Presidente da República, deve pelo menos ter os olhos voltados para o que vem acontecendo: os contratos com opção PUT assinados pela Previc com entidades financeiras estrangeiras sem passar por conselho; as medidas tomadas em contratos de escritório de advocacia por mais de quinze milhões sem também passar pelo conselho; e, acima de tudo, o que é mais preocupante, Senador Mão Santa, os investimentos feitos de maneira predatória, colocando em risco e comprometendo a tranquilidade dos aposentados, que serão os grandes beneficiados, se bem administrados forem todos esses fundos de pensão que hoje estão sendo vistos com desconfiança pelo povo brasileiro.

A questão de a CPI dos Correios analisar ou não os fundos de pensão depende de uma decisão interna dessa Comissão e não, segundo se anuncia, de um “acordão”. Esse “acordão” não existe, não foi proposto e não tem por que ser proposto. Essa é uma questão que tem de ser analisada sob outra ótica, não por meio de conchavos ou de acertos na calada da noite.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço essa advertência e esse alerta tendo em vista a inoportunidade da interferência do Sr. Adacir nas questões do Senado da República. Esta Casa é soberana e toma as suas decisões em nome do povo e do Estado brasileiro. Não lhe é dado o direito de, como funcionário de segundo ou de terceiro escalão, querer jogar às costas da decisão desta Casa a sua incompetência e incapacidade de gerir a coisa pública.

Em uma demonstração de fraqueza, diz o secretário que está recorrendo ou que recorreu à CGU, já que a SPC não tem autoridade – reconhece, Senador Ramez Tebet – sobre as empresas patrocinadoras dos planos de benefício. Diz a matéria:

(...) reclama que teve de recorrer à Controladoria-Geral da União (CGU) para exigir que estatais, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobras e Furnas façam auditorias em seus fundos. Embora a contribuição seja hoje paritária, o patrocinador responde por 50% dos ativos de suas entidades.

– Precisamos apelar para a CGU. Temos exigido que o patrocinador estatal também assuma a fiscalização, no mínimo, por um interesse fiscal e financeiro. Isso não tem acontecido e precisamos apelar para a CGU – lamenta.

Encaminharei pedido de informação à CGU, Senador Antonio Carlos Magalhães, para saber quantos fundos o Sr. Adacir encaminhou àquela entidade tão ativa, tão rápida e tão ágil nas suas investigações, para que a CGU informe quais os fundos já tiveram as suas gestões auditadas, segundo solicitação do Sr. Adacir Reis e qual o resultado; se já tiveram coragem de auditar o todo-poderoso Previ, do Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira, que não ouve ninguém, que não atende ninguém e que tenta ser superior, inclusive, ao Ministro da Fazenda.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Oposição continua frustrada por não conseguir criar uma crise para o Governo. As crises são todas criadas pelo próprio Governo. A briga, o fogo amigo existente nos andares de poder no Palácio já começa a tomar um ar de suportabilidade: é grupo querendo desestabilizar o Ministro Palocci; é grupo tentando desestabilizar os que lhe são contrários no que diz respeito ao pensamento; é o fundamentalismo de um lado, os interesses financeiros do outro e o Presidente Lula isolado.

Fiquei impressionado, Senador Mercadante, com a ida do Presidente da República ao Nordeste, primeiro a Garanhuns e, depois, ao Piauí. Fiquei contente e feliz em ver o meu Estado receber o Presidente de maneira carinhosa e percebi que merecia, naquele momento, carinho.

Senador Jonas Pinheiro, é impressionante ver como Sua Excelência sai da euforia e da arrogância para a crise de choro. Chorou diversas vezes no Piauí. Segundo o próprio Governador relatou a seus amigos, chorou copiosamente no avião que o trouxe de volta à capital do Estado.

Quando se sai da euforia para o choro com rapidez, o equilíbrio emocional não está tão bom.

Portanto, Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a – que, pelo menos para o bem do PT, ainda está do lado bom, está imune a qualquer tipo de acusação, graças a Deus – pode e deve ficar ao lado do Presidente o maior espaço de tempo possível, porque Sua Excelência está só e, quando não o está, está mal acompanhado, e as más companhias estão fazendo mal ao Presidente da República.

Tenho certeza de que V. Ex^a poderá ainda dar ao mandatário maior desta República conselhos para que se separe das más companhias e possa governar este País, cumprindo aquilo que prometeu ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, como Líder, por 7 minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero inicialmente responder ao nobre Senador Heráclito Fortes – fomos Deputados na mesma época na Câmara – sobre os pronunciamentos do Presidente Lula.

Gostaria que as pessoas entendessem um pouco a natureza do Presidente e o que imagino tenha ocorrido. Em duas oportunidades os discursos do Presidente foram mais enfáticos, mais emocionados. É evidente que a pressão política conta para isso. Mais do que a pressão, ele estava na porta da diretoria do sindicato dos metalúrgicos do ABC. Ali foi o lugar em que ele surgiu como liderança sindical, como liderança nacional; ali estão seus amigos, seus companheiros de todas as horas. Acho que isso pesou.

O que mais pesou foi a visita a Garanhuns. O Presidente nasceu em Garanhuns. Saiu de lá num paude-arara com treze anos sem nunca ter visto sequer um carro na vida. Estava lá inaugurando um conjunto de casas, com água e luz, o que ele nunca pode ter enquanto viveu em Garanhuns. Estava inaugurando uma universidade em que ele nunca teve a chance de estudar. Esses sentimentos calam fundo no Presidente e explicam parte da emoção que expressou nesse pronunciamento.

Mas não há atitude alguma deste Governo que não seja de respeito às instituições democráticas, à liberdade de imprensa, à liberdade e à independência do Poder Legislativo. Assim será. O Presidente vem tomando não apenas as providências para afastar todo e qualquer colaborador do Governo que tenha suspeição, indícios de envolvimento em práticas ilícitas, como tem apoiado todas as investigações em todas as instâncias.

A Polícia Federal, às vezes, tem sido criticada pelos seus excessos, mas tem sido uma Polícia republicana no sentido de tratar com rigor quem quer que seja, em qualquer cenário, independentemente de Partido, de origem social ou da natureza do ilícito esteja investigando.

O Ministério Público, a Corregedoria, as CPIs, o que não ocorria no passado recente, hoje trabalham com toda a intensidade e liberdade, e toda a opinião pública pode acompanhar. Essa é a contribuição.

Junto com isso, se essas investigações forem feitas com responsabilidade, maturidade e equilíbrio, o Brasil dará mais um passo importante na constru-

ção da cidadania, da transparência, da reforma das instituições.

Disso eu queria tratar neste momento. Ouvi membros da CPI dos Correios dizendo que estão encaminhando uma lista de dezoito Parlamentares para cassação. Creio que, de fato, existem indícios muito graves e algumas provas documentais bastante comprometedoras para o mandato de alguns Parlamentares. Mas não concordo com esse procedimento.

Sei que nos transformarmos num tribunal de exceção é muito mais fácil para entrar em sintonia com os eleitores. Mas não contem comigo para essa atitude. Gosto de expressar com muita franqueza o que penso. Não há Estado de Direito e justiça sem o contraditório. Não há como condenar um Parlamentar à pena máxima sem sequer ele ter o direito de defesa. Esses Parlamentares não podem ir para uma lista de um pretexto processo de cassação sem terem sido ouvidos.

Trabalhei em duas CPIs, inclusive na CPI do Orçamento, quando tratamos, sim, do encaminhamento da cassação de Parlamentares. Todos que foram mencionados tiveram a chance de se defender. Alguns que entraram com uma expectativa de cassação continuaram com os seus mandatos, depois do depoimento que fizeram.

Portanto, sem direito de defesa não há justiça. Não há processo sem que o réu possa se defender. Se as pessoas acham que o silêncio é a melhor forma de pactuar com essa situação, que fiquem caladas. Eu não fico. A CPI não é um tribunal de exceção. A CPI deve investigar as provas documentais e testemunhais, deve ter rigor na investigação. Isso não vai acabar sem cassação de mandato – tenho certeza – ao final do processo, mas não podemos formar uma convicção e não podemos tomar uma atitude, como Comissão Parlamentar, sem ouvir as partes.

A reivindicação que faço é para que as duas CPIs, em vez de concorrerem, possam trabalhar com complementaridade. A CPI da Compra de Votos veio exatamente para fazer esta investigação: se houve ou não o chamado mensalão; em que medida e de que forma; quem foi beneficiado; se ocorreu e de que forma. Todos aqueles pagamentos que sugerem envolvimento de parlamentares devem ser investigados, e cada um tem que se explicar, tendo o direito de se defender.

Se não há defesa que justifique o fato, sim, encaminha-se o pedido de cassação, inclusive porque o Conselho de Ética não pode quebrar sigilo bancário e fiscal, tem menos eficácia para investigar do que a própria CPI. Então, a CPI precisa ouvir, assim como o Partido político.

Quero falar do meu Partido. Ontem, na reunião do Diretório Nacional, o Sr. Delúbio Soares, um dos

grandes responsáveis por toda essa situação lastimável em que o Partido se encontra. Eu, particularmente, como membro da Direção Nacional do Partido, lastimo duplamente esses episódios, porque não conheço esse Marcos Valério, nunca fui apresentado a ele, nunca participei de uma reunião e nunca tinha ouvido falar nessas empresas. Mas vejo a intimidade que ele tinha com o núcleo dirigente do Partido, o que foi um episódio muito grave.

Havia uma Comissão de Ética instalada para investigar o Sr. Delúbio Soares. Ele encaminhou uma carta pedindo afastamento por tempo indeterminado do Partido. Ele está fora do PT. Acho providente essa iniciativa, que ajuda inclusive a preservar o nosso Partido. Ele pediu direito de defesa, e esse pedido o Partido não pode negar. Ele tem que ter o direito de depor na Comissão de Ética e, depois do depoimento e de o processo ser encaminhado como regem o Estatuto e o Regimento do Partido, o Partido julgará, tomará a decisão final, que provavelmente será a expulsão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Peço permissão a V. Ex^a para prorrogar por mais 30 minutos a sessão.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Então, também o Partido não pode se transformar num tribunal de exceção.

Para qualquer militante que queira representar contra um filiado do Partido, que pode ser um Deputado ou um dirigente, basta encaminhar uma carta fundamentada e circunstanciada, que a Executiva vai avaliar a necessidade de criação de uma comissão de ética. Ela será também criada para os demais envolvidos. Tenho certeza de que o Partido vai apurar tudo, mas, primeiramente, a Executiva Nacional está ouvindo os Parlamentares, para verificar a explicação oferecida por eles, para, então, iniciar um processo de investigação, que tem de ser feito junto com as CPIs e essas outras instituições com poderes de investigação de que o Partido não dispõe, como a quebra de sigilo bancário, provas documentais e tudo mais, que ajudará decisivamente nesse processo.

Considero indispensável que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, nesta semana, constituam uma comissão mista especial para tratar de uma reforma política emergencial, que terá um mês e meio para ser votada.

A reforma elaborada antes desta crise que está para ser votada na Câmara dos Deputados não resolve. Se aprovarmos lista fechada, com financiamento público exclusivo, tenho dúvidas se, de fato, é o melhor caminho para um país como o Brasil, dado que a Alemanha, que adota esse mecanismo, tem apresentado problemas tanto com Helmut Kohl, que acabou perdendo o Governo, como agora com Schröder. Não está resolvida essa questão em uma cultura e em uma instituição muito mais sólida, onde os Partidos como o SPD tem mais de 100 anos e história. Tenho dúvidas se essa é a solução.

Mas mais grave ainda é a lista fechada, com os Deputados que estão na Câmara encabeçando-a, que significa uma decisão que vai contra a expectativa do povo de poder renovar na política, se julgar necessário. Por isso, temos que criar uma comissão mista. Não basta o Senado fazer uma reforma política. Seguramente, nós nos entenderemos quanto à reforma política.

Qual é o eixo fundamental dessa reforma? Baratear o custo de campanha. Programa de televisão tem que ser ao vivo, o que reduzirá drasticamente o período e o tempo de televisão. Vamos acabar com **showmício**; vamos acabar com churrasco e outros gastos inaceitáveis em campanha eleitoral. Vamos acabar com camiseta e brindes; vamos padronizar o material de campanha. Vamos limpar a cidade de pichações em muros e regular, definitivamente, uma campanha barata, clara, objetiva, que vai libertar os Partidos e a democracia brasileira dessa situação em que nos encontramos, com custos exorbitantes, endividamentos indispensáveis, com práticas ilícitas à sombra do Estado e que vão se reproduzindo em todas as instâncias desta República.

Temos que baratear radicalmente as campanhas, criar o mecanismo da fidelidade partidária. Se fizermos isso, daremos um grande salto na democracia brasileira. Temos que fazer uma reforma política emergencial, e chamo a atenção desta Casa porque temos apenas um mês e meio. Deveríamos fazer como no Estatuto do Desarmamento: criar uma comissão mista, Câmara e Senado, para construirmos juntos essa solução. Se tal ocorrer, seguramente poderemos dar uma grande contribuição. Isso não significa deixar de investigar. Não significa deixar de punir. Serão ouvidos todos, ficando-lhes assegurado o direito de defesa. Serão punidos todos os envolvidos em todas as instâncias, desde aqueles que estiveram no Governo aos que têm mandato parlamentar.

Entretanto, se não reformarmos as instituições e voltarmos às urnas daqui a um ano e meio, com as

mesmas regras já existentes, não sei em quanto tempo, mas, seguramente, os problemas que hoje...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ... estamos discutindo voltarão a existir na democracia brasileira.

Senador Ramez Tebet, Senador Heráclito Fortes e Senadora Ana Júlia Carepa, como estou falando como Líder, não é permitido aparte, mas se a Presidência conceder-me essa possibilidade, gostaria muito de ouvir V. Ex^{as}, nobres Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Aloizio Mercadante, vamos cumprir o Regimento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sendo assim, não concederei aparte aos Senadores.

Termino o meu pronunciamento, fazendo um apelo a esta Casa, que tem conseguido, sobre todas as matérias complexas, um grande entendimento. Há, no Senado, dezenas de ex-Governadores, ex-Ministros, homens com uma vivência política larga, uma visão ampla, plural, suprapartidária. Devemos, no prazo de dez dias, trabalhar nesta Comissão para apresentar um projeto ao Senado e à Câmara, a fim de ser votado ao longo do mês de setembro. Até o dia 3 de outubro, se essa reforma não estiver promulgada, voltaremos às urnas com as regras já existentes.

De que vale todo esse trabalho de investigação se a origem, a raiz, a natureza desta crise não for extirpada com uma profunda reforma política corajosa, que reduza drasticamente os gastos de campanha e reconstitua princípios como a fidelidade partidária?

Que seja uma reforma consensuada, pactuada entre os Partidos, que têm uma imensa importância na vida da sociedade e que estão, evidentemente, devendo uma resposta definitiva. Creio que essa será uma das grandes contribuições que esta crise poderá dar ao nosso País.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra com base no art. 14, uma vez que fui citado pelo Senador Aloizio Mercadante.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, também vou pedir a palavra se esse é o motivo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a foi citado com elogios, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente. Serei bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Heráclito Fortes, concederei a palavra a V. Ex^a após o pronunciamento do orador, porque prorrogamos a sessão. Mas foi uma citação normal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas, para mim, Sr. Presidente, será benéfico inclusive para o Senador Aloizio Mercadante, para a biografia de S. Ex^a. Tenho certeza da compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes pelo prazo de dois minutos para uma explicação pessoal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do Orador.) – Senador Aloizio Mercadante, prestarei um esclarecimento. Primeiramente, não questioneei o estado emocional do Presidente da República – apenas fiz a citação. Tenho um respeito hierárquico pela figura do Presidente e pela liturgia do poder. No entanto, entendo que Sua Excelência está tendo um comportamento que, emocionalmente, merece cuidados e preocupação dos seus correligionários e amigos.

Concordo com V. Ex^a com relação à necessidade de discutir uma reforma política. Mas vou dar-lhe um conselho: nunca mais fale em lista – não é bom para a sua biografia. V. Ex^a é um homem respeitado nacional e internacionalmente. Imagine candidato a Presidente da República e, se nada disso tivesse acontecido, V. Ex^a ser escolhido para um cargo proporcional pela cúpula do seu Partido: José Genoíno, Silvío Pereira, Delúbio Soares e outros mais. Não ficaria bem para a biografia de V. Ex^a.

Sou contra lista e cito, como maior exemplo, o Senador Antonio Carlos Magalhães, que, hoje, nacionalmente, teria condições de fazer a lista mais tranqüila para beneficiá-lo e à sua liderança política – e S. Ex^a é contrário a esse procedimento. Se o referido Senador é contra apesar de toda a sua experiência, há qualquer coisa por trás.

Desse modo, penso que a lista é uma questão para o Brasil que nós vivemos hoje: um risco e uma imprudência.

Como eu sei que o Senador Mercadante é um homem de muito futuro neste País, eu quero fazer um apelo a S. Ex^a: abandone essa idéia de lista; ela não é boa para ninguém.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, por ter sido citado, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a tem os mesmos dois minutos para concordar ou não, para o entendimento entre V. Ex^a e o Senador Heráclito. Não há entendimento partidário, mas, pessoalmente, pode-se avançar.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, eu queria registrar, mais uma vez, a forma respeitosa, amadurecida como o Senador Heráclito Fortes está se portando em todo esse processo, como S. Ex^a tem se posicionado de forma bastante respeitosa e equilibrada na investigação e no desejo de apurar todos esses fatos com rigor, sem qualquer prejulgamento. E tenho certeza de que estará ao lado daqueles que assegurarão a todos os Parlamentares o direito de defesa.

Que investiguem tudo, provem, mas que dêem o direito de defesa. Sem isso, estaremos nos transformando em tribunal de exceção, o que não é correto, não pode ocorrer. E o Senado, com a vivência que tem, tem obrigação de se manifestar, para contribuir com aqueles parceiros da CPI, para que continuem investigando, mas dêem a cada Parlamentar o direito de defesa, especialmente porque a outra CPI foi constituída para isso.

Sou contrário ao projeto que está na Câmara exatamente porque, além da lista, ela é encabeçada pelos atuais Parlamentares. Após esta crise, é insustentável essa proposta. Espero que ela não seja votada.

Desejo reabrir a discussão da reforma política. Reabrir e repensar. E o eixo da reforma política emergencial que temos que fazer hoje é, sobretudo, a redução dos custos de campanha, a mudança no padrão de financiamento e a exigência de fidelidade partidária.

Esse, sim, é o caminho do salto de qualidade na representação política, para que o Parlamento não vire esse espelho partido que nem sempre consegue projetar uma imagem de Nação. Com a reforma política, vamos catar esses cacos e dar um caminho para a próxima eleição. E faço o alerta: só temos um mês e meio para concluir o projeto de uma comissão mista pactuada com a Câmara – pois não faz sentido o Senado fazer, e a Câmara não participar; e aí apresentáramos o projeto em duas semanas, dez dias, para ser votado nas duas Casas. Esse é o alerta que faço. Tenho certeza de que, no Senado, temos ambiente para isso. Temos que envolver também os nossos parceiros na Câmara para construir essa solução.

Quero registrar também que o Senador Ramez Tebet, com a longa vivência, também se tem posicionado na mesma direção.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Eduardo Siqueira Campos.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, meus caros telespectadores da TV Senado, particularmente do meu querido Tocantins, quero dizer algo desta tribuna que já é do conhecimento da opinião pública nacional: o nosso rompimento com o atual Governador do Estado do Tocantins, Sr. Marcelo Miranda.

Sr. Presidente, desentendimento em política pode até ser normal. Poderia dizer desta tribuna, entre os motivos, que fica mal para o meu Tocantins ver um Governador de Estado colocar o pai como Secretário de Obras, a irmã do pai como Secretária da Ação Social, a esposa como Secretária Extraordinária de Políticas Públicas, o tio, irmão da mãe, como Chefe da Casa Civil, o primo como secretário particular e mais uma infinidade de cargos de primeiro escalão. São muitos, Sr. Presidente. Isso, por si só, já seria um motivo. É um escândalo nacional, apontado pela **Veja** como campeão nacional do nepotismo!

Mas isso, nem de longe, Sr. Presidente, é o maior prejuízo que o Governador está dando ao meu Estado. Ele perdeu o controle daquilo que era mais sagrado para o Tocantins: a folha de pagamento, os tradicionais 40% que mantivemos durante tantos anos. Perdeu o controle sobre o custeio do Estado, diminuindo nossa capacidade de investimento. Perdeu a classificação “a” do Tesouro Nacional, que fez do Tocantins um exemplo de modelo de gestão fiscal. Demitiu mais de quatro mil funcionários, sem o menor critério. Faz um concurso, não chama os que são aprovados e contrata, para cargos de livre nomeação, pessoas que estão classificadas lá atrás no mesmo concurso, para as quais ele não dá provimento.

Pior do que isso, Sr. Presidente: o Governador do meu Estado está chegando da cidade de Paris, para onde foi com 86 pessoas, Sr^a Presidente Sr^a Presidente Serys, eu não havia percebido a troca na Presidência; a Presidência estava sendo exercida pelo Senador Efraim Morais; portanto, é uma alegria para mim vê-la presidir esta sessão.

Mas o Governador do meu Estado, Sr^a Presidente, acaba de vir de Paris, para onde foi apenas comemorar o Ano Brasil/França, com 86 pessoas. Pode parecer que R\$1,2 milhão para o Tocantins não é muito. Mas ele lembra a figura de Odorico Paraguaçu quando resolveu ir a ONU, deixando Sucupira de ônibus, para levar os interesses da sua cidade. O Governador, antes de viajar usando dinheiro público e propalando

“as obras do Governo Marcelo Miranda”, como se ele fosse o provedor dos recursos, pecando pelo caráter da impessoalidade, que é previsto na Constituição, gastando em publicidade, fazendo um Governo apenas pela televisão, teve coragem de dizer, num primeiro momento, que pagou um bilhão em dívidas deixadas pelo Governo anterior; depois retificou, dizendo que eram 600 milhões; depois fez outra retificação, dizendo que havia dívidas no valor de um bilhão.

O Governador ficou mal. Recebeu um repto do ex-Governador José Wilson Siqueira Campos para que ele viesse a público discutir e debater o que foram os financiamentos adquiridos pelo Tocantins, o que são essencialmente dívidas deixadas por outros governos. O Governador, antes de embarcar para Paris, diante das câmaras de televisão, disse: “quando eu voltar da viagem, eu respondo”.

Não pode e não tem condições de responder, Sr^a Presidente, porque ficou do conhecimento público no Estado que até mesmo no dia em que foi proceder ao ato de sua filiação ao PMDB, Senador Mão Santa, não teve condições de fazer um discurso de improviso, ou seja, um discurso com as suas próprias palavras. E estampou o **Jornal do Tocantins**, em nota na coluna “Antena Ligada”, que o Governador recebeu publicitários pagos, publicitários da cidade de Goiânia, que foram ao Tocantins especialmente para escrever o discurso que S. Ex^a faria num ato de filiação partidária. O Governador demonstra que é incompetente, é fraco e que foge ao debate quando tentou entregar aos publicitários a resposta do repto que lhe fez o cidadão José Wilson Siqueira Campos para que viesse a público debater a questão do que seriam “dívidas do Estado de Tocantins”.

Mais triste ainda, Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, foi que, para fugir à responsabilidade de responder ao repto, ele mandou que dois secretários pelos quais tenho muito respeito convocassem uma coletiva, e, nessa coletiva, os secretários, se forem traduzidas as suas palavras ao pé da letra, disseram: o Governador pecou por desconhecimento, falou do que não sabia, misturou alho com bugalhos e acabou mentindo para a opinião pública do Estado do Tocantins.

Essa é a verdade, porque, se nos referirmos aos compromissos do nosso Estado, que tem ainda uma capacidade de investimento ou de endividamento talvez a menor do nosso País, podemos dizer que conseguimos, Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ter todas as cidades do nosso Estado com sistema de água tratada, ter todas as cidades do nosso Estado com energia elétrica – nenhuma delas queima óleo diesel mais para prover energia para seus habitantes –, conseguimos um Estado totalmente integrado por

uma malha viária extraordinária, conseguimos vários feitos, que são do conhecimento da opinião pública nacional; conseguimos pagar rigorosamente os nossos compromissos. E há um documento assinado pelo próprio Governador ao receber o Governo. E, no primeiro ano, ao enviar uma mensagem para a Assembléia e um documento para o Banco Central, para a Secretaria do Tesouro Nacional, para o Tribunal de Contas do Estado, atestava a qualidade da gestão financeira exercida no nosso Estado.

Portanto, Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Governador ficou um pouco desesperado quando viu a imprensa, inclusive a imprensa nacional, destacar essa sua viagem com 86 pessoas para Paris e buscou apoio da Embaixada do Brasil, de última hora, para tentar marcar algum compromisso que pudesse ser confundido com um contato com investidores. Ficou mal com a opinião pública nacional e com a do nosso Estado e ficou devendo para os tocantinenses uma resposta mais clara.

Sr^a Presidente, fui obrigado a ingressar no Ministério Público Federal para solicitar, uma vez que o Ministério Público Federal tem o seu representante perante o TRE – e anexe as fitas –, que o Governador seja intimado a cumprir a Constituição, que diz que a propaganda pública deve ter o caráter da impessoalidade.

Meu pai, quando governava, acostumou os tocantinenses a assistirem às propagandas de interesse público com o brasão do Estado, os anúncios de obras e realizações do Governo do Estado do Tocantins sem imagem e sem nome de quem, eventualmente, está no Governo.

O Governador imagina que pode governar o Estado por meio da publicidade oficial. Ele fala que as máquinas estão roncando. Digo eu que o que está roncando é a barriga do povo, de fome, por ausência de obras, de investimento e de uma administração que conseguiu fazer da saúde um exemplo para o País.

A saúde no Tocantins, infelizmente, Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, na cidade de Araguaína, que já foi referência, em Palmas, em Gurupi, nos grandes centros, é um descalabro. Perdemos os médicos cubanos. Tivemos 186 profissionais servindo nas cidades pequenas e médias. Por omissão do Governo, esses médicos foram embora. Se perdemos nas pequenas cidades, perdemos também nas grandes cidades. Na educação, há um descontentamento generalizado; na saúde, o descalabro; nas obras de investimento em infra-estrutura, ele só consegue tocar, Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, porque colocamos no Orçamento da União e conseguimos a

liberação para a BR-010, e ainda no nosso governo conseguimos a delegação para que o Estado viesse a construir aquela BR. Só no final do ano, empenhamos mais de 23 milhões. Para os programas de irrigação, mais de 19 milhões.

Acabamos de ver empenhados, dia 5 próximo passado, 90 milhões da dívida que o Presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu a título de investimentos, tendo em vista que o Tocantins jamais teve um funcionário pago pela União e que a Lei nº 77, que criou o Estado do Mato Grosso, preconizava programas de investimento. Nós optamos, Sr^a Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, por não ter com a União nenhum vínculo de dependência para o custeio, como tem até hoje o Distrito Federal, com todos os seus funcionários pagos pela União. O Tocantins não tem nenhum, e é por isso que nós temos, da Assembléia aos Tribunais, os mais baixos perfis de custeio desses órgãos com relação à nossa folha de pagamento.

É uma pena que o Executivo tenha perdido as rédeas e que as nomeações diárias de ex-prefeitos, de cabos eleitorais, para tentar sustentar um governo que não tem sustentação no meio do povo, tenham se tornado uma prática do Governo do Estado nos dias de hoje.

Por isso repito desta tribuna, Sr^a Presidente: novo, tinha um grande futuro pela frente. Ao se cercar de mais de sete parentes só como secretários extraordinários do primeiro escalão, ao abandonar o Master Plan produzido pela Jica – Agência Japonesa de Cooperação Internacional, ao abandonar os programas que fomos buscar no Japão, o governador foi se distanciando de uma administração eficaz. Fraco, incompetente e, acima de tudo, perseguidor.

Não há, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nenhum prefeito que consiga uma resposta concreta do governador. Tudo ele remete ao seu pai, Secretário de Obras, dizendo: Vá discutir isso com o meu pai. Ou, como a Secretária de Ação Social é irmã de seu pai, portanto sua tia: Vá discutir isso com a minha tia. E assim, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o governador transformou a reunião do secretariado do meu Estado em uma reunião familiar.

A justificativa para levar a sua esposa à França é que ela ocupa o honroso cargo de Secretária Extraordinária para Políticas Públicas. E lá foi a primeira dama do Estado para Paris, com 86 pessoas, todas às custas do sofrimento do contribuinte tocantinense. Foi um absurdo total e completo.

E agora o governador se utiliza da mídia, convoca uma cadeia de emissoras de rádio e televisão, e quando todos esperavam que fosse algum anúncio de interesse público, como preconiza a lei, percebemos que aquilo foi mídia paga, em que o governador

aparece contrariando frontalmente a Constituição, o que nos levou, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a impetrar algumas petições junto ao Ministério Público Federal, Estadual, ao TRE, entre outros órgãos do Judiciário e do próprio Ministério Público, para que a Constituição seja cumprida.

É lamentável, Sr^a Presidente. Nós conseguimos, ao longo desses anos, fazer com que o Tocantins tivesse um crescimento sempre acima da média dos demais Estados. Fizemos com que o Tocantins – e quem dá a última palavra sobre isso é a Secretaria do Tesouro Nacional, que nos manteve com a classificação “A” durante muitos anos. Os relatórios do Banco Mundial e os demais relatórios das entidades que fizeram financiamentos para o Estado do Tocantins sempre foram unânimes em dizer que no Tocantins a Lei de Responsabilidade Fiscal já existia antes mesmo de ter sido criada.

Perdemos tudo isso, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Mas um governador que tem de contratar publicitários vindos de Goiânia para, no dia de sua filiação ao PMDB, fazer um discurso lido – e lê muito mal, é ruim inclusive para ler –, deixou o Estado estarecido com uma festa com gastos extraordinários, talvez maiores do que com a própria ida à França. Eles deixaram muito claro que a sua fraqueza não é apenas verbal, mas tem sido naquilo que deveria manter como princípio: a moralidade e a competência para administrar o Tocantins, que criamos com muita dificuldade e de que muito nos orgulhamos, o nosso Tocantins.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Silhessarenko, 1ª Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães por 15 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a. Presidente, alguma coisa há entre nós, porque, sempre que estou falando, V. Ex^a é quem está presidindo.

Srs. Senadores, desejo tratar de dois assuntos. Amanhã tratarei de uma série de outros, mas hoje quero tratar de dois assuntos que considero importantes. O primeiro diz respeito, Sr^a Presidente, à situação dos militares que foram e estão sendo humilhados pelo Presidente da República. O Presidente da República vai dar um aumento aos militares de 13% em outubro – ainda

há pouco, deu ao Judiciário 21%, retroagindo – e vai dar 10% em agosto de 2006. Ele tinha um compromisso, tanto ele quanto o Ministro da Defesa, seu Vice-Presidente, de dar um aumento de 23% desde maio. É uma humilhação para os militares do País. Evidentemente, às vezes, há o propósito de humilhar os militares para que fiquem enfraquecidos cada vez mais e o MST possa trabalhar mais à vontade para as desordens no campo e para ser linha auxiliar dos sem-teto na cidade. Quero fazer um protesto veemente em relação a isso.

Em segundo lugar – é pena que o Senador Aloizio Mercadante não esteja no plenário –, ouvi aqui tantos discursos de elogio à política externa do País, mas nunca dei uma palavra de apoio, porque a política externa do Brasil é a pior que existe. Mas a imprensa dava esse apoio.

Gastam-se fortunas, enquanto o povo passa fome, para dar empréstimos do BNDES ou perdoar dívidas de países africanos e sul-americanos. Tudo isso visando a algo que aparentemente pode ser muito importante, mas na realidade não o é: a presença do País no Conselho de Segurança da ONU, como membro efetivo.

Fez-se uma viagem à China, que foi cantada em prosa e verso. Acredito até que, por causa dessa viagem, se comprou o aerolula, o qual andou por toda a parte a distribuir recursos de um país pobre, paupérrimo como o nosso, que não pode cumprir o programa da fome, mas que pode dar recursos para os países estrangeiros. Tudo isso visando o Conselho de Segurança. Hoje, está já estabelecido que o Brasil não entrará como membro efetivo do Conselho de Segurança. Por quê? Porque se fez uma política anti-Estados Unidos para agradar a Hugo Chávez. Eu quero ver agora o Hugo Chávez carregar o Presidente Lula e colocá-lo como membro efetivo do Conselho de Segurança!

Afinal de contas, a cegueira tem um limite, mas a do Presidente, nesse caso, é ilimitada. Ele não sabe o que é política internacional e, por isso, o País passa agora por essas humilhações.

Nós tínhamos para o BID um homem de valor, João Sayad, derrotado no BID pela Colômbia. É inacreditável, mas é verdade. Como é que não se sabe que 26 votariam de um lado e só nós tivemos nove e, ainda, três abstenções?

Essa é política cantada em prosa e verso pelos nossos companheiros do PT. Essa é a política, Sr. Presidente, que, infelizmente, prejudicou o País internacionalmente. E agora, com a falta de credibilidade interna, o Brasil praticamente não existe, a não ser nos noticiários dos jornais importantes da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos, falando na corrupção existente em relação ao Governo.

O Senador Mercadante disse que o Lula ficou emocionado, porque não tinha estudado em Garanhuns. Mas ele veio tão cedo para São Paulo! Se não pôde estudar por pobreza, tudo bem. Mas, se tivesse gosto pelo estudo, ele não se candidataria tantas vezes a Presidente da República sem preparar um lastro de conhecimento. Não preparou. Duvido que o Presidente Lula tenha lido até o fim um livro qualquer. O Senador Mão Santa, que gosta da leitura, deve ter visto. O Presidente não faz uma citação de um autor. Não faz. Mesmo nas viagens internacionais, aqueles que redigem o seu discurso não têm esse cuidado.

De modo que o Brasil cai internamente e, pior ainda, externamente. Enquanto isso, o Presidente, arrogante, fica a desafiar gregos e troianos, com a sua linguagem inadequada para o Presidente da República, em uma hora que não tem sequer o apoio do seu Partido, porque ele próprio desprezou os seus correligionários, aqueles que ele colocou no Governo para trabalhar juntos. E o exemplo maior é Delúbio Soares, pessoa de sua confiança total, tesoureiro do Partido, secretário de Marcos Valério nos “mensalões”.

Essa é a situação do Brasil de hoje. Amanhã, virei a esta tribuna com casos mais graves, para que o Senhor Presidente da República responda a esta Casa. Nós queremos as respostas sobre os problemas que lhe dizem pessoalmente respeito.

Portanto, nesta hora, antes de dar o aparte ao Sr. Senador Mão Santa, que é realmente um homem sempre presente nesta Casa, com seus belos discursos e o apoio da sua terra, quero dizer que o Presidente Lula não vai ter nenhum acordo aqui. Se o Líder Mercadante quer realmente uma comissão do Presidente da Casa e Líderes para se fazer uma minirreforma política – minimíssima, porque o momento não é para reforma política e, sim, para moralizar o País –, diminuir custos de campanha, acabar com listas etc, evidentemente ele encontrará, até da minha parte, apoio – não sei se do meu Partido.

Ouçó V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, nós votamos no Presidente Lula pela esperança que deve existir. Não foi por medo, não, porque nós dois representamos o Nordeste. Nós nordestinos somos, antes de tudo, um bravo, esse Nordeste verdadeiro. Mas o Presidente Lula – tenho de lamentar, como V. Ex^a – mesmo disse que não gosta de ler, que não se dá bem. Não sei se é alergia – sou médico – aos livros. Mas eu ouvi o povo, a sabedoria popular, os provérbios, os ditados. Nas ruas da Bahia, aprendemos: pau que nasce torto morre torto. Este Governo nasceu torto. V. Ex^a fez da Bahia um país, que faz com que nós, nordestinos, tenhamos crença – não é esperança, não, é crença, é

certeza de que tem soluções. Guariba, Guariba. Por isso, eu fiquei contra, que eu contestei. Guariba, na serra das confusões. Quiseram utilizar o povo bravo e honrado do Piauí para fazer **marketing**, para enganar, para mentir. V. Ex^a sabe que eles perderam lá. Eu os derrotei, o PMDB, o Prefeitinho. Mas, Senador Antonio Carlos Magalhães, a quadrilha era tão avançada que eles cantaram aí, a Líder do PT mentiu ali da tribuna. Água? Que nada! Eles levaram dois milhões para um projeto de colocar água. Fizeram, primeiro, a adutora, os canos, lá na serra confusões, no semi-árido cristalino e não encontraram a água. Espalharam os canos, roubaram e não tem água.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Entraram pelo cano.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quer dizer, na Guariba, perderam, e esse foi o desastre do Governo. Faltou ao Presidente Lula, que fala, fala, fala e não tem tempo nem para ouvir o povo, a sabedoria do povo, que dizia: governo que nasce torto morre torto. Pau que nasce torto morre torto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É, e nesses comícios que faz, usa realmente de artifícios. Entra pelo fundo dos palanques, quando ele sabe que será vaiado. Evidentemente que na televisão não aparecem as vaias que ele recebe. Aparecem, às vezes, aplausos dos seus apaniguados. Mas os Delúbios não estão mais aí para sustentar essa gente toda e, conseqüentemente, o Presidente.

Tome juízo, Presidente – eu não creio que ele vá tomar mais, já não é tempo, mas devia tomar juízo e governar –, mas não pense em fazer acordo aqui não, porque acordo, acordinho, acordão, se existir no Parlamento, seremos todos sepultados pela vontade da opinião pública, que não deseja o Parlamento submisso e, muito menos, cheio de imorais.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, a Sra. Serys Shessarenko, 1^o Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio pelo prazo de dez minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 08 DE AGOSTO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2^o e 3^o, do Regimento Interno.)

O SR PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – A Presidência lembra ao Plenário que o Senado Federal está convocado para uma Sessão Especial, a realizar-se amanhã, às 12 horas, destinada a comemorar os 80 anos do jornal **O Globo**, de acordo com o Requerimento nº 807, de 2005, do Senador Renan Calheiros e outros Srs. Senadores.

Lembra ainda que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme aviso feito na sessão de 3 de agosto do corrente, só usarão da palavra os Líderes ou quem S. Ex^{as} indicarem.

O SR PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – A Presidência comunica que está recebendo, até o dia 1^o de novembro próximo, as indicações ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, de acordo com o que dispõe o art. 3^o da Resolução do Senado Federal nº 2, de 2001. As indicações deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa por meio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Os Srs. Senadores Reginaldo Duarte, Leonel Pavan, Almeida Lima, Flexa Ribeiro, Luiz Soares, Arthur Virgílio, Teotônio Vilela Filho e Sérgio Guerra enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2^o do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para tratar da atual crise política que o País enfrenta, que teve como origem as denúncias de corrupção nos Correios e culminou com as acusações do Presidente Nacional do PTB, Roberto Jefferson, de que o tesoureiro do PT, Delúbio soares, pagava “mesadas” de R\$30 mil a diversos parlamentares em troca de apoio político ao governo no congresso Nacional.

Os jornais dessas duas últimas semanas vêm mostrando que a tensão no ambiente político está aumentando a cada dia e que, com isso, aumenta também o imobilismo do governo, abalando a credibilidade do governo petista.

Assim, Sr. Presidente, é em função da atual crise que requeiro que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2^o, do Regimento Interno.)

“ Não há mensalão. O PT não compra votos. Não chamamos (os empréstimos) de caixa dois. Chamamos de dinheiro não-contabilizado.”

Dinheiro sujo abasteceu PT

Esquema Marcos Valério-Delúbio recebia propinas pagas por empresas e ajudava a pagar salário de funcionários do PT

THOMAS TRAUMANN, ANDRÉ MEIRELES E RICARDO MENDONÇA

Na semana passada, ÉPOCA teve uma longa e reveladora conversa com o executivo de uma grande empreiteira, daquelas especializadas em gordos contratos com a administração pública. A história contada por ele serve como um bom roteiro para a CPI que investiga a corrupção no governo e o pagamento de mesada a parlamentares. A narrativa começa quando a empreiteira disputava a concorrência de um grande contrato no setor elétrico. Coisa acima de R\$ 1 bilhão. O executivo pediu apoio ao tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Dias depois, recebeu a notícia esperada: sua empresa seria a vencedora da licitação. Na mesma conversa, ficou acertada uma “doação” de R\$ 12 milhões. As condições de pagamento seriam esclarecidas depois de abertos os envelopes da concorrência.

Na hora do acerto, o empresário teve uma surpresa. Em vez de malas de dinheiro ou depósitos no exterior, como manda a tradição criminosa desse tipo de negócio, recebeu a recomendação de fechar um contrato de publicidade com uma das empresas de Marcos Valério. A empreiteira fez o acordo com a agência de publicidade no valor acertado, sabendo que nem sequer um mísero anúncio seria produzido ou veiculado. Em nenhum momento das negociações se falou que o dinheiro seria para pagar contas de campanha. Era só um novo sistema de pagar a velha caixinha contou o executivo. Segundo ele, vários outros empresários que, por motivos variados, queriam dar dinheiro ao PT participavam do

esquema. “Para nós, era bom porque o dinheiro saía limpo, perfeito na contabilidade. Agora, nunca imaginei que eles fossem tão amadores na hora de distribuir os recursos”, diz.

A narrativa do empresário bate com as suspeitas da CPI dos Correios. Enquanto a maioria dos parlamentares concentrou os esforços nos últimos dias em descobrir a quem Marcos Valério

Empreiteira fez “doação” por agência de publicidade

deu dinheiro, os técnicos da Polícia Federal, da Receita e do Tribunal de Contas da União querem passar um penfino na lista de quem fez pagamentos às empresas do publicitário. A investigação corre em duas frentes. Na primeira, os peritos analisam os dados de movimentação entre as empresas oficialmente pelos bancos nos quais Valério e suas empresas eram correntistas. No outro, analisam as notas fiscais encontradas em uma ação da polícia de Minas Gerais na casa de um ex-policial, irmão do contador de Valério. Quando a polícia chegou, o investigador tentava queimar as notas. A CPI está na pista de duas contabilidades, uma fria e outra oficial.

Alguns depositantes já foram identificados. Entre eles, duas empresas de telefonia controladas pelo empresário Daniel Dantas, a Telemig e a TeleAmazônia. Até a sexta-feira, esses depósitos superavam R\$ 20 milhões feitos nos últimos dois anos. Dantas nega qualquer irregularidade e diz que as duas empresas já eram clientes das agências de Valério antes de ser privatizadas. Em seus depoimentos ao Ministério Públi-

co e à Polícia Federal, Marcos Valério admitiu que agiu como lobista de Dantas na disputa que ele mantinha com diretores da Previ, o fundo de previdência do Banco do Brasil, pelo controle das teses. Nessa briga, Dantas teve como aliado o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil e conselheiro da Previ Henrique Pizzolato. O mesmo Pizzolato que foi o destinatário de um envelope com R\$ 326 mil sacados da conta de uma das empresas de Valério.

Pela investigação da CPI, 80% dos depósitos nas contas do Banco Rural vinham do Banco do Brasil, do Bradesco e do Itaú. A conta dessas transferências bate em R\$ 250 milhões nos últimos dois anos. Além das empresas de Dantas, há depósitos da siderúrgica Cosipa e do Banco Ford. “Vamos investigar todos os grandes pagamentos recebidos pelas empresas de Marcos Valério”, diz o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS). “Existe uma forte suspeita de que

as empresas de publicidade tenham servido como canal para pagamentos irregulares ou doações não-declaradas para campanhas eleitorais.”

Ironicamente, o primeiro sinal claro de que as empresas de Valério serviram de biombo para doações irregulares de campanha ou pagamento de propina veio de um parlamentar da oposição. A quebra

de sigilo das empresas de Valério no Banco Rural em Brasília revelou um saque de R\$ 102.812,76 feito em 27 de agosto de 2004 na conta da empresa SMP&B por Nestor Francisco de Oliveira. Ele foi o arrecadador de campanha do deputado Roberto Brant (PFL-MG) à prefeitura de Belo Horizonte. Segundo Brant, o dinheiro seria uma doação de campanha feita pela siderúrgica Usiminas. O valor original da doação, não declarada por ele à Justiça Eleitoral, seria de R\$ 150 mil, mas a SMP&B teria

retirado uma parte para "pagamento de despesas e comissão". O dinheiro teria vindo por intermédio da agência por ela ser prestadora de serviços para a Usiminas. A SMP&B confirmou a doação ilegal, mas jura ser a verdadeira dona do dinheiro.

As investigações e os depoimentos na CPI transformaram em pó a versão cuidadosamente apresentada por Delúbio e Marcos Valério de que o empresário teria feito empréstimos na rede bancária e repassado o dinheiro ao PT exclusivamente para pagar dívidas e despesas de campanha. Em primeiro lugar, fica claro que parte do dinheiro, seja dos bancos, seja dos clientes de Valério, tem muito a ver com negócios do governo.

Além disso, não é verdade que o dinheiro fosse apenas para campanhas eleitorais. Um bom naco da máquina administrativa do PT era bandada pelos envelopes que saíam do Banco Rural. Parte do salário de funcionários, dirigentes e despesas com prestadores de serviço eram pagas pelo caixa dois. Convidado por Delúbio, um funcionário recebeu a opção de receber o pagamento por fora mensalmente ou de obter um "adiantamento" semestral. Na conversa, o tesoureiro avisou que em alguns meses o fluxo do caixa dois poderia ser interrompido.

Militantes que conviveram com a antiga direção do PT dizem que, invariavelmente quando a conversa chegava perto do caixa dois, o ex-presidente José Genoíno dava um jeito de sair da sala. Por isso, Delúbio pode dizer hoje que era o único dirigente partidário a saber do esquema com Valério. Genoíno preferia ignorar. A nova direção petista ainda está tateando para descobrir como funcionavam os pagamentos do caixa dois. Uma primeira olhada na lista de salários dos funcionários provocou desconfiança por valores considerados abaixo do mercado. Para descobrir os pagamentos "por fora", os dirigentes criaram uma estratégia. "No fim do mês, vamos pagar apenas o que está registrado na carteira de trabalho", conta um deles. "Quem recebia por fora vai ter de reclamar."

Em seu depoimento à CPI, Delúbio repetiu dezenas de vezes que o dinheiro não se destinava a comprar o apoio

“A movimentação financeira de Marcos Valério deixa claro que há muito o que investigar. Não sei se é mensalão. Mas seja o que for a CPI vai descobrir”

de parlamentares ao governo. "Não existe mensalão", jurou. "O PT não compra votos." A lista de saques do Banco Rural coloca em dúvida essas afirmativas. É difícil explicar que dívidas de campanha justificariam a entrega de R\$ 1,35 milhão ao tesoureiro do PL, Jacinto Lamas, entre setembro de 2003 e janeiro de 2004. Ou por que João Cláudio Genu, chefe de gabinete do deputado José Janene, líder do PP e acusado de ser um dos gran-

10 PERGUNTAS SINGELAS EM BUSCA DE RESPOSTA

1 Que serviços publicitários prestados pelas agências de Marcos Valério valiam tanto dinheiro?

2 Como o PT, tarimbado em denunciar escândalos, não notou tudo o que Delúbio estava fazendo sozinho?

3 Nem mesmo os xeretas da Abin conseguiram informar o governo sobre o que vinha acontecendo há dois anos e meio?

4 Como bancos que lucraram tanto emprestaram tão mal?

5 Como bancos que emprestaram tão mal conseguiram lucrar tanto?

6 Por que um sujeito prefere transportar dinheiro vivo em malas ou cuecas em vez de fazer uma simples transferência eletrônica?

7 Em dois anos e meio, o que a base parlamentar produziu de bom para os brasileiros para merecer esses mimos todos?

8 Os partidos têm condições de divulgar a lista de credores de campanha pagos pelos empréstimos de Marcos Valério e do PT?

9 A exemplo de Delúbio e Silvio Pereira, qualquer cidadão em risco de ser preso pode descolar uma audiência para seu advogado no Ministério da Justiça?

10 O vice-presidente José Alencar parou de achar que os juros estão muito altos?

des operadores do mensalão no Congresso, sacou R\$ 1,15 milhão exatamente no mesmo período.

O caso do PP é exemplar. Genu recebeu o dinheiro um ano depois da campanha de 2002, quando aliás o PP não era aliado de Lula. O último repasse registrado é janeiro de 2004, oito meses antes da campanha municipal. Dessa vez, o PT até apoiou candidatos do partido de Janene, mas nenhum em grandes cidades capaz de justificar tamanho investimento. Ou alguém acha que seria necessário mais de R\$ 1 milhão para fazer a "pré-campanha" de candidatos em cidades como Pindorama do Tocantins (Tocantins), Tartarugalzinho (Amapá), Guajeru (Bahia), Camo da Mata (Mato Grosso) e Massaranduba (Paraíba)?

Menos de uma semana depois de apresentar a versão dos empréstimos, Valério já se mostrava disposto a trocar outra vez de discurso. Prometeu à CPI "contar tudo" se os parlamentares desistissem de convocar sua mulher, Renilda, sócia das empresas. Desconfiados, os integrantes da comissão rejeitaram o acordo. Na quarta-feira, uma conta de Renilda no BankBoston foi bloqueada pelo Supremo Tribunal Federal quando a empresária tentou sacar R\$ 1,9 milhão.

As versões oficiais duram cada vez menos, especialmente no PT. Para

constrangimento do partido, seus líderes foram flagrados em mentiras sucessivas. O pior caso foi o do ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha. Quando a CPI descobriu que a mulher dele, Marcia Regina Milanesio Cunha, estivera na agência do Banco Rural, em Brasília, onde seria pago o mensalão, João Paulo negou. Enviou à CPI uma nota oficial dizendo que ela fora resolver problemas com a conta da TV a cabo. Dias depois, a CPI mostrou que ela sacou R\$ 50 mil. João Paulo retirou a nota da CPI e sumiu de Brasília, depois de ser convencido pelo colega José Dirceu a não renunciar ao mandato. Ninguém no Congresso acha que ele escapará da cassação.

O ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira não se saiu melhor. Acusado pelo deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) de ter recebido um jipe Land Rover de presente da empreiteira GDK, Silvio recusou-se a falar sobre seu patrimônio no depoimento à CPI. Mas jurou ter mantido apenas "conversas institucionais" com os donos da GDK, dona de generosos contratos da Petrobrás. Ele ainda estava depondo quando uma reportagem do *Jornal Nacional* derrubou a his-

tória, mostrando que o carro fora mesmo comprado pela empresa. "Foi um mimo que ele recebeu", atacou ACM Neto. Silvio se calou. Na sexta-feira, vencido, admitiu o presente e pediu desfiliação do PT. Antecipou-se à expulsão certa.

O líder do PT na Câmara, Paulo Rocha, foi obrigado a renunciar depois de pego na mentira. Ele havia dito que sua assessora, Anita Leocádia, estivera no prédio onde funciona a agência do Rural apenas "para visitar uma clínica neurológica". Quando a CPI abriu os sigilos, viu que ela sacou R\$ 470 mil. Rocha usou o onipresente argumento das dívidas de campanha, mas deixou a liderança.

A lista de saques no Banco Rural confirmou uma revelação feita por *ÉPOCA* na edição passada. A rede de influências e patrocínios de Marcos Valério vai muito além do PT e seus aliados. Antes do governo Lula, o publicitário já era um grande patrocinador de campanhas eleitorais, especialmente no caixa dois. *ÉPOCA* trouxe a público documentos da campanha eleitoral de 1998, incluindo comprovantes de depósitos bancários diretamente na conta de parlamentares, do PSDB, PP e PL. Planilhas internas de suas empresas revela-

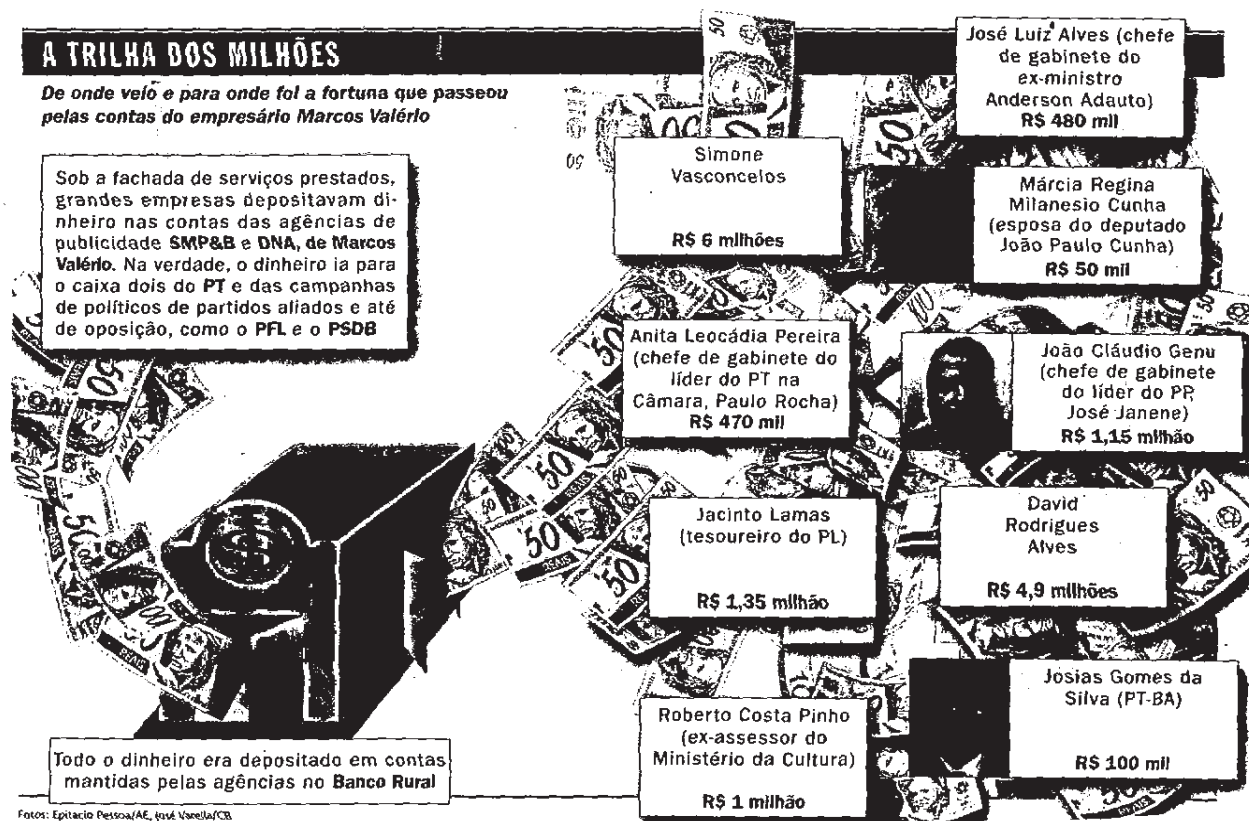
A TRILHA DOS MILHÕES

De onde veio e para onde foi a fortuna que passou pelas contas do empresário Marcos Valério

Sob a fachada de serviços prestados, grandes empresas depositavam dinheiro nas contas das agências de publicidade SMP&B e DNA, de Marcos Valério. Na verdade, o dinheiro ia para o caixa dois do PT e das campanhas de políticos de partidos aliados e até de oposição, como o PFL e o PSDB

Todo o dinheiro era depositado em contas mantidas pelas agências no Banco Rural

Fotos: Epitácio Pessoa/AE, Ivã Varella/CR



ram mais de R\$ 10 milhões em doações não-contabilizadas.

O mais impressionante, porém, é a similaridade entre os documentos do caixa dois de 1998 com as descobertas da CPI dos Correios. ÉPOCA teve acesso a documentos da contabilidade da DNA e da SMP&B nos meses que coincidiram com aquela campanha eleitoral. As duas empresas faturaram quase R\$ 54 milhões entre agosto e outubro de 1998. Parte do dinheiro veio de um empréstimo no Banco Rural, garantido por contratos com o governo de Minas Gerais. O gover-

nador era o tucano Eduardo Azeredo, candidato à reeleição. No dia 20 de agosto, a contabilidade da empresa registrou a entrada de R\$ 8,5 milhões, com a rubrica Rural/Secom, numa referência à Secretaria de Comunicação do Estado. Outra coincidência marca o ingresso, na reta final, de um volume significativo de recursos vindos de empreiteiras. São R\$ 4 milhões da construtora ARG, mais R\$ 1 milhão da Queiroz Galvão e outros aportes em menor valor.

A CPI dos Correios vive hoje uma grande interrogação. As con-

tas secretas de Valério em 1998 foram reveladas pela reportagem de ÉPOCA. Na campanha de 2004, o destino do dinheiro do publicitário está sendo esclarecido pelos documentos do Banco Rural. No entanto, contrariando o pedido da CPI, que requisitou todas as transações bancárias dos últimos cinco anos, o Rural não mandou os dados de 2002. Assim, uma campanha eleitoral continua nas trevas. Justamente a que elegeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os atuais parlamentares. ■

Até tu, Abi-Ackel?

Relator da CPI do Mensalão recebeu doação de Valério na campanha de 1998. E não declarou

Na semana passada, o deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG) foi indicado relator da CPI do Mensalão, que vai investigar a denúncia de que o PT pagava uma mesada a deputados da base governista por intermédio do empresário Marcos Valério. Retrocedendo ainda mais, vai apurar a suposta compra de votos para aprovar a emenda da reeleição, no governo Fernando Henrique Cardoso. Caberá a Abi-Ackel, em seu relatório, apontar quais deputados deverão ser cassados e os que merecem ser poupados. Sua escolha para essa função-chave foi patrocinada pelo governo. Mas o próprio Abi-Ackel pode ter de dar explicações.

ÉPOCA teve acesso à papelada que detalha a contabilidade das empresas de Marcos Valério nas eleições de 1998, em Minas Gerais. Ali aparece no orçamento de campanha a doação de R\$ 100 mil a Abi-Ackel. Consta também o documento de transferência bancária número 355579, de 28 de setembro de 1998, que atesta uma movimentação de R\$ 50 mil de uma conta da SMP&B no Banco Rural para uma conta de Paulo Abi-Ackel, filho

do deputado, no Citibank. Nenhuma das doações da empresa de Marcos Valério consta da prestação de contas de Abi-Ackel entregue à Justiça Eleitoral.

Na sexta-feira, ÉPOCA entrevistou Abi-Ackel. Primeiro, o relator negou categoricamente que tivesse recebido doações de Marcos Valério. "Não tem, não. Contesto veementemente." Confrontado com a documentação, reagiu diferente. "Eu sei lá que conta é

Documento mostra depósito de R\$ 50 mil na conta do filho de Ackel

essa, já são sete anos, não tenho como lembrar. Olha, eu vou lhe dizer com toda franqueza, é muito fácil em lhe dizer que esqueci, mas é um fato remoto, né?" Indagado sobre o porquê dessa doação não ter sido registrada na Justiça Eleitoral, Abi-Ackel respondeu: "Não tenho nenhuma explicação a dar. Se deu, deu. Você é que está com o documento, você é quem sabe".

O deputado Abi-Ackel avalia que o fato de ter recebido dinheiro não-con-

tabilizado de uma empresa de Marcos Valério não prejudica seu trabalho como relator do mensalão que seria operado pelo empresário sob orientação do tesoureiro licenciado do PT Delúbio Soares. "Não há absolutamente conflito algum. Eu estou apurando o mensalão, que pressupõe uma contribuição periódica para voltar com o governo. Em 1998, era outra situação."

O deputado Abi-Ackel se considera isento para fazer a apuração e promete adotar uma postura de imparcialidade, um papel de juiz, mesmo sendo filiado ao PP, um dos partidos acusados de receber a mesada petista. "A partir do momento em que estou investido dessa função, não pertencem mais a partido do governo, não sou da oposição. De maneira que não me sinto constrangido com nenhuma situação."

Na contabilidade de Marcos Valério, candidatos do PP à Câmara dos Deputados receberam R\$ 720 mil. Na semana passada, ÉPOCA revelou a doação feita no mesmo dia 28 de setembro a outro deputado federal do PP mineiro, Romel Anízio. A exemplo de Abi-Ackel e outros parlamentares, Romel Anízio também não registrou o recebimento do dinheiro na prestação de contas à Justiça Eleitoral. ■

ANDREI MEIRELES

BANCO RURAL S.A. 453 DOCUMENTO DE CRÉDITO DOC "E"		RECIBO Nº 355579	
CÓDIGOS DO BANCO REMETENTE COMP. BANCO ADICIONA		CÓDIGOS DO BANCO DESTINATÁRIO COMP. BANCO ADICIONA	
Nº CONTA REMETENTE: 1531 009 06.2287-9		Nº CONTA DESTINATÁRIO: 477 009 97263699	
NOME DO REMETENTE: SMP&B Comunicação		NOME DO DESTINATÁRIO: Paulo Abi Ackel	
VALOR POR EXTENSO: (Cinquenta mil reais)		VALOR: 50.000,00	
<input type="checkbox"/> D - CRÉDITO EM CONTA CORRENTE <input type="checkbox"/> B - PAGTO. DE ALUGUELO/CONDOMÍNIOS <input type="checkbox"/> C - PAGTO. DE DUPLICATAS/TÍTULOS <input type="checkbox"/> D - PAGTO. DE DIVIDENDOS <input type="checkbox"/> E - PAGTO. DE MENSAIDADES ESCOLARES		<input type="checkbox"/> G - PAGTO. DE SALÁRIO <input type="checkbox"/> H - PAGTO. DE FORNECEDORES/HONORÁRIOS <input type="checkbox"/> I - OPERAÇÕES DE CÂMBIO/FUNDOOS VALORES <input type="checkbox"/> J - RESSA DE APROVAÇÃO/PROFITOS LÍQUIDOS <input type="checkbox"/> K - OUTROS	
<input type="checkbox"/> ATRIBUIÇÃO DE FINALIDADE		<input type="checkbox"/> ATRIBUIÇÃO DE FINALIDADE	
<small>A interpretação do crédito através do DOC só se realiza no mesmo prazo de entre 9h30m e 16h30m de funcionamento do sistema de Comércio Local do Regional. O Banco não será responsável pelo descumprimento de obrigações decorrentes de operações realizadas fora do horário de funcionamento.</small>			
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA			

Os bancos do PT

Depois de dar empréstimos generosos ao partido e a Marcos Valério, o BMG virou bancão. O Rural se livrou de uma encrenca

Via Valério

BMG

Fevereiro 2003

R\$ 12 milhões a SMP&B

Janeiro 2004

R\$ 15,7 milhões a Grafitti

Janeiro 2004

R\$ 3,4 milhões a SMP&B

Abril 2004

R\$ 10 milhões

ao advogado Rogério Tolantino

Rural

Maio 2003

R\$ 18,3 milhões a SMP&B

Setembro 2003

R\$ 9,9 milhões

Direto dos bancos

Banco do Brasil

R\$ 19,29 milhões

Rural

R\$ 6,3 milhões

BMG

R\$ 2,74 milhões

Fonte: relatório do Banco Central

RICARDO GRINBAUM, MARCELO AGUIAR
e MURILO RAMOS

Agora já dá para entender por que BMG e Rural foram tão generosos com o partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não se trata de uma relação usual de banco com cliente. Surgiram fortes suspeitas na CPI de que os mais de R\$ 50 milhões que emprestaram ao PT nem eram empréstimos. Seria dinheiro dado, pelos próprios bancos e por outras empresas como recompensa por boas vantagens. "Os empréstimos concedidos pelo BMG ao PT foram acertados para não ser pagos", afirma o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), integrante da CPI dos Correios. Os petistas teriam retribuído os empréstimos com benefícios políticos e de órgãos do governo, além de muito dinheiro dos fundos de pensão para os momentos de aperto. Apenas os fundos de pensão Postalis (dos funcionários dos Correios), Petros (Petrobrás) e Real Grandeza (Furnas) tinham R\$ 530 milhões investidos no BMG e no Rural em dezembro passado. Os dois bancos negam ter recebido vantagens.

Cada banco tinha um interesse diferente. O BMG, instituição de pouca expressão até o governo Lula, virou um cisne mais rentável até que potências como Itaú e Bradesco. No primeiro trimestre de 2005 lucrou cerca de R\$ 180 milhões, que é o dobro de todo o ano de 2003. Alcançou tamanho feito por ter entrado, antes de qualquer outra instituição privada, no lucrativo ramo dos empréstimos com desconto em folha para aposentados do INSS, a jóia da coroa do crédito, cobiçada há anos pelo setor. É um mercado potencial de R\$ 20 bilhões, com risco baixíssimo, pois as prestações são descontadas no pagamento mensal dos aposentados. Esse filé ficou quase exclusivamente nas mãos do BMG por meses e a instituição cobrou o que quis nessa fase, enquanto os concorrentes se arrebentavam na tentativa de conseguir a mesma autorização.

O funil que beneficiou o BMG começou com uma mudança de legislação. Executivos do banco estiveram em Brasília para discutir o projeto na Casa Civil, ciceroneados pelo publicitário Marcos Valério. O advogado do banco, Sérgio Bermudes, diz que a conversa foi sobre outro tema. "O senhor Marcos Valério levou o presidente do banco, Flávio Pentagna Guimarães, para convidar o ministro José Dirceu a participar da inauguração de uma fábrica de conservas do grupo", diz.

No início, só podiam fazer empréstimo aos aposentados bancos que fossem pagadores de benefícios do INSS. Não era o caso do BMG, que funciona quase como uma financeira, com vendedores na rua e um potente sistema de informática na matriz. A obrigação de ser pagador de benefícios caiu com um decreto

presidencial, em 13 de agosto de 2004. Treze dias depois do decreto, o BMG assinou o convênio e entrou na festa, com tudo. Colocou vendedores na fila do INSS e telefone 0800 para atender a clientela. Era tanto movimento que foi preciso dar senha para os velhinhos interessados em pegar empréstimo.

O próprio BMG deu palpite na mudança das regras que o beneficiaram

Enquanto o BMG nadava de braçada, outros bancos enfrentavam uma barreira, da qual pouco se sabia até agora. Antes de operar com os aposentados

CLIENTE PREFERENCIAL

Em 2003 e 2004, os bancos BMG, Rural e Banco do Brasil emprestaram R\$ 96,6 milhões ao PT (R\$ 132,8 milhões em valores atualizados). Pequena parte foi obtida diretamente pelo PT nos bancos, mas a maior parte teve a intermediação de empresas de Marcos Valério

é preciso ter um convênio com o INSS para que o dinheiro possa ser descontado da conta do cliente. A Caixa Econômica Federal foi a primeira a entrar, mas investiu pouco. Depois que o BMG fez o seu, ninguém mais conseguiu assinar convênio por um bom tempo.

Os funcionários do INSS pediam sempre um papel a mais, alegavam que não tinham capacidade de processamento de dados, demoravam tanto que a validade de alguns documentos caducava e era preciso voltar ao cartório para pedir outros. Na condição de não ter o nome revelado, executivos de três bancos contaram a *ÉPOCA* que foram abordados por empregados do INSS.

pedindo propina para acelerar seus processos. O tamanho da propina dependia do porte da instituição bancária: os pedidos iam de R\$ 2,5 milhões a R\$ 4 milhões. Com pressão política, os convênios foram sendo assinados a contagotas. Meses depois, do BMG saíram acordos com instituições pequenas como Bonsucesso (de parentes dos donos do BMG), Cruzeiro do Sul, Cacique, BGN, Paraná Banco e Pine. Os grandes, como Unibanco, Santander, HSBC e até o estatal Banco do Brasil, estacionaram quase um ano na fila.

Irritado com a enrolação, um banqueiro foi a Brasília e se queixou ao líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante. Dias depois, o presidente do INSS, Carlos Bezerra (ex-senador do PMDB), caiu. Bezerra nega qualquer irregularidade. Afirma que o BMG saiu na frente porque se antecipou à concorrência. O ex-presidente do INSS disse não saber se os executivos do BMG ajudaram a formular a Medida Provisória 130, que regulamenta o crédito consignado. "Esse assunto, se tratado, ficava na Casa Civil. Eu não tinha conhecimento disso." Quanto a problemas de bancos em assinar convênios com o INSS, Bezerra disse que nunca ouviu falar do assunto: "Não tenho conhecimento. Quem estava mais por dentro disso era o ministro Amir Lando". A assessoria do ex-ministro da Previdência, ao contrário, disse que o assunto era de responsabilidade de Bezerra.

O nome do Rural vem sendo martelado por ter sido a fonte dos saques de Marcos Valério e de políticos denunciados por corrupção. Também brilhou com empréstimos generosos ao PT e às empresas de Valério. Na semana passada, surgiram mais indícios das relações incestuosas entre o Rural, Marcos Valério e o Partido dos Trabalhadores. Apareceu um pagamento de R\$ 60 mil ao deputado federal José Mentor (PT-SP) feito pelo publicitário. Mentor foi o relator da CPI do Banestado, que investigou a remessa ilegal de dinheiro ao exterior. Em seu relatório final à comissão, o deputado não citou o nome do

"Nunca ouvi falar de problemas com

bancos para assinar convênio de

empréstimos com o INSS. O BMG saiu na

frente porque se antecipou à concorrência"

CARLOS BEZERRA,
ex-presidente do INSS

Rural, que havia sido uma das instituições mais investigadas. Era uma suspeita corrente entre muitos políticos que o relator teria protegido o banco. Mentor nega. Sua explicação para o saque do dinheiro foi um suposto pagamento de serviços prestados por seu escritório de advocacia a outro advogado, Rogério Tolentino, que é um dos sócios de Marcos Valério. O Banco Rural também se diz inocente. "Quem tem de explicar os depósitos é o deputado. Nós não fomos citados no relatório da CPI porque não havia nada contra nós. O então presidente da CPI, o senador Antero Paes de Barros, também não nos citou", diz José Roberto Salgado, vice-presidente do Rural.

Além de se livrar de encrencas na CPI, o Rural também tentou ganhar di-

aproveitar o que sobrou do Mercantil de Pernambuco (o Rural é dono de 22% do banco quebrado). A negociação não deu certo e foi parar no colo do BMG. Mas nem ali se conseguiu viabilizar o Banco do Trabalhador.

Houve um momento em que os donos do Rural espiaram o olho também para o espólio do banco Econômico, que está na mesma situação do Mercantil de Pernambuco. O alvo era a carteira de títulos em dólar que esses bancos receberam ao entrar no Proer, programa de socorro aos bancos quebrados criado pelo governo FHC. Os títulos em dólar, que pareciam um mico quando foram empurrados à massa falida do Econômico e do Mercantil, acabaram se valorizando mais tarde e deram um lucro imprevisto que hoje os banqueiros falidos cobram do BC. Apostando que no final dessa queda-de-braço haveria uma decisão favorável ao Econômico e ao Mercantil, a turma do Rural planejava adquirir os papéis para fazer negócio mais tarde. O plano morreu depois de uma trombada contra o muro do BC. O Rural admite que pretendia criar o Banco do Trabalhador, mas argumenta que isso não tem nada a ver com o Mercantil de Pernambuco.

Os fundos de pensão de empresas estatais também foram muito companheiros do Rural e do BMG. Mais da metade do caixa do BMG vem de fundações. Os fundos federais são só 5% do total, argumenta Bermudes. E, graças ao caixa cheio, o banco teve condições de emprestar muito dinheiro aos aposentados do INSS. Os fundos foram especialmente camaradas no fim do ano passado, quando o Banco Santos quebrou. Houve um princípio de desconfiança contra instituições de menor porte – algo que sempre ocorre nessa hora –, e as fundações fizeram grandes aplicações financeiras no Rural. "Temos menos dinheiro de fundo de pensão hoje do que tínhamos no governo Fernando Henrique", alega Salgado, do Rural. Na semana passada, a CPI estudava devassar a vida dos dois bancos. ■

"Todos os empréstimos

que concedemos estavam

dentro das boas práticas

bancárias e não

recebemos nenhum

benefício do governo"

JOSÉ ROBERTO SALGADO,
vice-presidente do Banco Rural

nhheiro com a ajuda de Marcos Valério e seus contatos no governo federal. O Rural queria montar uma operação para criar um banco, usar recursos públicos e ainda resgatar o capital que investiu no Banco Mercantil de Pernambuco, que está sob liquidação pelo Banco Central. O nome da grande idéia seria Banco do Trabalhador, uma instituição em parceria com a CUT. Para criar o Banco do Trabalhador, o Rural queria a ajuda de recursos de instituições públicas, como o BNDES, e

O Super-Anderson

Superando-se no número de citações, Adauto figura em quase todos os escândalos do governo

WALTER NUNES

Basta surgir um caso escabroso no governo Lula para aparecer no meio o nome do ex-ministro Anderson Adauto. Agendas, listagens de boca de caixa, fitas suspeitas, ele não falha: está sempre presente e pronto para dar explicações. No pouco mais de um ano em que foi ministro dos Transportes, Anderson Adauto teve de gastar boa parte de seu tempo defendendo-se. Em maio do ano passado, trocou Brasília pela mais discreta Uberaba, Minas Gerais, onde é prefeito, mas as denúncias envolvendo seu nome não refrescaram.

No episódio mais recente, Adauto enroscou-se com a empresa SMP&B, do publicitário Marcos Valério de Souza. Um de seus secretários na prefeitura mineira, José Luís Alves, foi indicado por Valério como uma das 11 pessoas autorizadas a sacar dinheiro das contas da SMP&B no Banco Rural. A explicação de Adauto: Alves, na época chefe de gabinete do ministério, sacou, a seu pedido, R\$ 150 mil da conta da SMP&B no Banco Rural apenas para

pagar antigas contas da campanha. O dinheiro não foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral, como manda a lei.

Antes da denúncia da semana passada, a secretária Fernanda Karina Somaggio já havia contado que Edson Pereira, irmão do ex-ministro, teria ido ao escritório de Valério buscar uma mala com R\$ 100 mil. Adauto refugou a mala. E explicou: o irmão passou por lá para pegar o planejamento de sua campanha para a prefeitura de Uberaba.

Muito antes de se ouvir falar em

Seu secretário sacou R\$ 150 mil das contas da SMP&B

mensalão, Adauto já havia passado pela berlinda. No início do governo destacou-se como exemplo das relações incestuosas da máquina petista com a administração Lula. Em sua agenda estavam marcadas várias audiências com o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. A explicação de Adauto: "É natural que eu me reunisse com Delúbio. Mantive relações com ele desde a épo-

ca das eleições". Detalhe: uma dessas reuniões teria ocorrido com a participação de um representante de empreiteiras. Adauto negou.

No mês passado, lá estava Adauto de novo a bordo de um escândalo. Na Operação Cevada da Polícia Federal, que prendeu pessoas ligadas à Schincariol por sonegação fiscal, ele foi flagrado em conversas com o empresário Otacílio Costa, apontado como um dos cabeças do esquema da cervejaria. O ex-ministro intermediava uma transação entre Costa e o deputado federal Gilmar Machado (PT-MG) para a solução de um problema na Petrobrás. O serviço renderia um suposto pagamento de propina ao deputado. Adauto se explicou mais uma vez: disse que apenas pediu ao empresário um apoio para a campanha do petista. Mas admitiu ter indicado o deputado como figura capaz de resolver pendências

na Petrobrás. "Mas isso nada tem a ver com propina", assegurou.

O ex-ministro registra ainda no currículo a façanha de ter inaugurado a temporada de denúncias contra o governo. Logo no primeiro mês, Adauto foi investigado por uma sociedade com donos de uma consultoria suspeita de desviar verbas da prefeitura de Iturama, Minas Gerais. Mas está tranqüilo: "Ninguém nunca provou nada contra mim". ■

COM FLÁVIO MACHADO

De supermáquina a partido falido

Sem o caixa dois, o PT reconhece dívida de R\$ 20,4 milhões e deve cortar pessoal e fechar escritório

LEANDRO LOYOIA E GUSTAVO KRIEGER

Nos últimos dois anos, o prédio da sede do PT, em São Paulo, foi a fachada da maior máquina partidária do país. Sob o comando de José Genoino e da equipe do então ministro José Dirceu, formada por Sílvio Pereira Delúbio Soares e Marcelo Sereeno, o partido posava de rico e de dono de uma estrutura de fazer inveja. Agora, duas semanas depois da troca dessa turma pela nova direção, a situação financeira que surge das entranhas é bem diferente. Os resultados das primeiras avaliações feitas pelo presidente interno, Tarso

Genro, e pelo secretário-geral, Ricardo Berzoini, mostram que o PT está falido e sua máquina apresenta abusos e falcatruas parecidos com os que são revelados pela CPI dos Correios.

Na semana passada, Genro e Berzoini anunciaram uma série de medidas amargas. O partido suspendeu pagamentos de fornecedores e avisou que só vai saldar os R\$ 20,4 milhões da dívida oficial - portanto, quem fez negó-

ócios com o PT na base do caixa dois do Delúbio deve tomar calote. Vai haver também corte entre os 160 funcionários, com o provável fechamento da sede de Brasília, que consome R\$ 15 mil mensais só com o aluguel. Os primeiros números mostram desequilíbrios impressionantes, consequência de gastos sempre maiores do que as receitas.

Apesar de endividado, o partido gastou descontroladamente em 2003 e 2004. Foram R\$ 450 mil para renovar a frota de carros e R\$ 313 mil em móveis. Para um encontro entre funcionários em um bar, foram destinados R\$ 4 mil. Havia também privilégios. Apesar de, em tese, serem subalternos do então presidente José Genoino, o te-

soureiro Delúbio e o secretário Sílvio ganhavam R\$ 12 mil mensais, quase o dobro dos R\$ 7 mil que eram pagos a Genoino. "A falta de controle permitiu a gestão temerária das finanças", diz Tarso Genro, referindo-se ao caixa oficial do partido.

Do outro caixa, aquele controlado apenas por Delúbio Soares, os novos dirigentes não têm nenhum controle. Delúbio não deixou no PT registro de como teria sido gasto o dinheiro repassado pelo publicitário Marcos Valério. Desde que deixou a cúpula do partido, ele se isolou. Não houve nenhuma conversa entre o ex-tesoureiro e a nova direção. Na última reunião da qual participou, Delúbio limitou-se a dizer que iria "resolver tudo sozinho".

Tarso e o novo tesoureiro do PT, José Pimentel, já receberam relatos de diretórios regionais sobre o caixa dois. Além do Maranhão, onde chegou uma mala de dinheiro, como revelado por ÉPOCA, há casos como o do Rio Grande do Sul. Na reta final da disputa para a prefeitura de Porto Alegre, em 2004, o PT ficou sem dinheiro. Delúbio disse à direção regional para continuar gastando, mas que não registrasse as despesas na contabilidade oficial.

A nova direção não esconde que está fazendo mais do que uma auditoria nas finanças para desvendar esses mistérios. É uma espécie de desmon-

**"A falta de controle
permitiu a gestão
temerária das finanças.
Se fôssemos uma
empresa, isso nos
levaria a uma situação
de insolvência"**

TARSO GENRO,
*ministro da Educação e
presidente interino do PT*

te da estrutura criada por José Dirceu e seus colaboradores. A desconfiança do que fizeram especialmente Delúbio e Sílvio é total. O ex-presidente José Genoino é considerado omissos, pois não poderia ter deixado de ver tudo o que acontecia sem tomar providências. Por isso, o clima é pesado. Muitos funcionários chegaram a suas posições com a antiga cúpula e se mantêm fiéis a ela. Sabe-se, por exemplo, que tinha gente recebendo um salário no contracheque e outra parte por fora. Para contornar a situação e evitar sabotagens no trabalho de apuração do passado, a nova turma tem tomado algumas medidas discretas. Em vez de usar o departamento jurídico do partido, por exemplo, Genro e Berzoini fazem consultas a advogados de fora. Estuda-se usar funcionários de gabinetes, que nada têm a ver com o partido, para ajudar no trabalho interno de organizar documentos e entender exatamente

te como as coisas aconteciam.

As declarações dos novos dirigentes têm incomodado o ex-ministro José Dirceu. Dono do controle do partido desde 1995, ele tenta a todo custo preservar o que construiu. Na semana passada, apesar do tiroteio, Dirceu e Delúbio tentaram até uma articulação contra Genro. O presidente interino, que tem mandato até setembro e poderia concorrer ao cargo nas eleições diretas, passou a semana dizendo a dirigentes do PT e do governo que preferiria não ser candidato para comandar a transição com maior isenção. É o que Dirceu gostaria. O ex-ministro não quer que o período Genro se estenda e pretenda retomar o controle. Apesar de todos os problemas que enfrentam, Dirceu e Delúbio encontraram tempo na semana passada para tentar cooptar Berzoini. Queriam que o ex-ministro e hoje secretário-geral do partido aceitasse ser o candidato. A manobra falhou porque Berzoini já tinha combinado apoiar a decisão de Genro. "Se eles estão indo nessa linha, chegaram atrasados", disse Berzoini.

Dirceu está incomodado porque o trabalho da nova direção estaria colocando sua turma como uma espécie de banda podre dentro do PT. Além disso, tenta de todo jeito o que parece irreversível: impedir que Delúbio Soares e Sílvio Pereira sejam expulsos pelos erros que cometeram na condução do partido. Por enquanto, ele parece estar em desvantagem. No fim da semana passada, os novos dirigentes avisaram que o partido não está bancando e nem pretende bancar os honorários do advogado da dupla, Amalado Malheiros Filho, um dos criminalistas mais competentes e caros do país. Sem a ajuda do partido, não se sabe de onde sairá o dinheiro. ■

Manda-chuva de Furnas

Empresa de Bauru conquista crescimento espetacular ao ganhar, no governo Lula, contratos milionários de Furnas por serviços terceirizados

ISABEL CLEMENTE e WALTER NUNES

Em dois anos de governo Lula, uma desconhecida empresa de Bauru, no interior de São Paulo, amealhou contratos de quase R\$ 400 milhões com Furnas, a sexta maior estatal do país. No ano passado, a Bauruense ficou com 90% dos contratos da mão-de-obra terceirizada por Furnas, em valores, o triplo do serviço prestado em 2003. Nos próximos dias, os contratos sofrerão uma devassa do Tribunal de Contas da União (TCU). A investigação faz parte da força-tarefa que apura a conexão de corrupção em empresas públicas e o pagamento de propinas no Congresso Nacional.

Nas eleições de 2004, o dono da Bauruense, o empresário Ayrton Daré, emprestou seu jatinho Citation 2 à então candidata do PT à prefeitura de Bauru, Estela Almagro. A gentileza não entrou na prestação de contas da petista, o que é ilegal. "Foi uma carona como tantas outras durante a campanha", justifica Estela, derrotada nas urnas.

Vencedora de cinco concorrências para gestão de terceirizados em 2004, a Bauruense também ganhou cinco contratos sem licitação com Furnas e pelo menos um aditamento no mesmo período. *Faturar: 11 contratos com prazos de até 24 meses, numa conta que chega a R\$ 323.672.277 - salto de 340% em relação a 2003. Iguais aos dela, só há mais dois contratos em vigor: da Enesa (R\$ 53,8 milhões) e da Plansul (R\$ 29,5 milhões).*

O sucesso no trato com o setor público, afirma Ayrton Daré, deve-se a preços mais baratos. "Nosso lucro é muito pequeno, não passa de 5%. Tem caso em que até tomamos prejuízo", afirma. Com 5%, o ganho do empresário num contrato de R\$ 47,58 milhões - para citar um dos 11 firmados em 2004 - seria de R\$ 2,38 milhões em dois anos. Nada mal.

"Não sou político, nem gosto de política", diz Daré, que tem como braço direito em suas empresas o ex-deputado estadual Carlos Braga (PP), ex-maquieta com discreta passagem pela Assembleia de São Paulo. Braga comanda uma rádio e o departamento jurídico da Bauruense. De fato, a Bauruense é uma empresa oficialmente pouco preocupada com eleições. A única doação registrada pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 2004, tem um valor irrisório: R\$ 47 mil a campanha de Carlos Alberto Frascarelli, candidato derrotado do PSDB à prefeitura de Pederneras, São Paulo. O que é difícil de acredi-

“Não sou político, nem gosto de política. Nós vencemos as licitações porque temos lucros muito baixos e até prejuízo”

AYRTON DARÉ, empresário

tar, porém, é que o dono da Bauruense seja assim tão avesso à política. Há pouco mais de um ano, ele conheceu um importante correligionário de seu ex-gênero em Brasília. "Estive no gabinete do deputado federal José Janene (PP) falando sobre assuntos relacionados ao setor de energia, que me interessa", diz Daré. O paranaense Janene, acusado de ser um dos operadores do mensalão,

era o presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara.

Vem do Paraná também a mais nova dor de cabeça de Daré. Há menos de dois meses, ele viu seu nome envolvido com o escândalo do Banestado. O presidente do banco, Manoel Campinha Garcia Cid, foi condenado à prisão e a uma multa de mais de R\$ 1 milhão porque, entre outras irregularidades, pagou uma indenização milionária indevida

Objeto: Prestação de serviços de apoio técnico e administrativo nas dependências do Escritório Central de FURNAS

Nome da Empresa: Bauruense Tecnologia e Serviços Ltda

Valor da Contratação: R\$ 23.800.000,00

TERCEIRIZAÇÃO Na gestão Lula, a Bauruense amealhou R\$ 400 milhões em contral

Objeto: Prestação de serviços de apoio técnico e administrativo à Superintendência de Empreendimentos de Geração - SGT e a outros órgãos a ela subordinados

Nome da Empresa: Bauruense Tecnologia e Serviços Ltda

Valor da Contratação: R\$ 35.640.000,00

OPÇÃO Dos 11 contratos de 2004, cinco tiveram dispensa de licitação, como este

“Foi uma carona como tantas outras durante a campanha”

ESTELA ALMAGRO, petista derrotada na disputa pela prefeitura de Bauru, sobre usar jato da Bauruense para voar atrás de votos

a Daré. O empresário pediu uma compensação pelo que deixou de ganhar ao aplicar no banco. Levou R\$ 1,9 milhão.

A firma de Bauru especializou-se em um negócio constantemente ameaçado pela Justiça: uso de pessoal não-concurado no setor público. Hoje, sua principal cliente é Furnas, onde emprega gente nas mais variadas funções, inclusive nas essenciais, algo proibido pela Constituição. Na prática, a Bauruense age como um mero intermediário do pessoal sem concurso que já trabalha na estatal, de acordo com o Ministério Público do Trabalho, autor de uma ação contra a contratação ilegal na empresa. A *intrincada disputa judicial*, iniciada em 2004, envolveu até ameaça de morte contra a procuradora responsável pelo processo, Guadalupe Turos Couto. Um telefonema anônimo sugeriu que ela de-

sistísse do assunto. O caso é tocado por um grupo de procuradores e já chegou ao Ministério Público Federal, por causa dos indícios de improbidade administrativa. O procurador Edson Abson convocou toda a diretoria – inclusive Dimas Toledo, Roberto Botelho e José Roberto Cury, destituídos depois de o deputado Roberto Jefferson denunciar um suposto esquema de corrupção na estatal – a depor, na próxima semana.

Furnas informa ter assinado contratos sem licitação com a Bauruense por causa da liminar que a impediu, em 2004, de continuar as concorrências para contratação de pessoal. Diante da expiração dos contratos existentes e sob pena de prejudicar os serviços – já que até o ano passado não tinha autorização do governo para aumentar o quadro de pessoal –, a estatal argumenta que optou por re-

nová-los com a Bauruense porque eram dela os contratos em vigor. A procuradora Guadalupe Couto estranha a explicação, porque a liminar vigorou de abril a maio. Alguns dos contratos foram fechados em fevereiro e junho.

Furnas diz que os contratos sem licitação foram substituídos pelos licitados. Em pelo menos um caso a empresa garante só ter pago 60% do previsto. A estatal tem 4.455 funcionários efetivos e 2.076 terceirizados. O TCU deu prazo até 2006 para a substituição dos terceirizados por concursados. Entre os contratações pela Bauruense para atuar em Furnas já esteve um dos pivôs do atual escândalo, Arlindo Molina. Ex-assessor de relações institucionais da estatal, Molina foi preso no mês passado sob a acusação de ter participado do grampo que flagrou o pedido de propina nos Correios. ■

OPT VAI ACABAR?

No meio da lama, o Partido dos Trabalhadores perde a pureza, tenta reagir, mas se recusa a punir responsáveis pela crise

FLORÊNCIA COSTA
E LUIZ CLÁUDIO CUNHA

O PT, estrela maior do firmamento político brasileiro e astro de primeira grandeza da esquerda internacional, entrou em colapso com apenas 25 anos de vida – e ameaça ser sugado pelo buraco negro da corrupção. Na terça-feira 19, o senador César Borges (PFL-BA) pediu ao TSE o cancelamento do registro civil e do estatuto do PT, com base na confissão do ex-tesoureiro Delúbio Soares sobre o caixa 2 na campanha de 2004, que

tornaria falsa a prestação de contas exigida pela Lei Eleitoral. Dois dias depois, os líderes da oposição no Senado – Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino Maia (PFL-RN) – protocolaram no TSE um pedido de suspensão da verba do fundo partidário que cabe ao PT, estimada este ano em R\$ 35 milhões. Calculado sobre o tamanho da bancada na Câmara, o fundo não pode ter origem em cofres públicos – e este foi o motivo da representação do PSDB e do PFL, com base na denúncia de que verbas oficiais de estatais, como os Correios, irrigaram as contas do PT graças à generosidade

QUE FAZER?
Marta Suplicy –
que não quis punir
Delúbio Soares –, Tarso
Genro e Ricardo
Berzoini: perplexidade

do publicitário Marcos Valério, o primeiro-amigo de Delúbio

Fechou-se, assim, o cerco que hoje aflige a sigla do sucesso mais meteórico da República. Investigado em três CPIs simultâneas no Congresso, denunciado na Justiça Eleitoral, acusado politicamente e exposto à perplexidade dos militantes por seu envolvimento com malas de dinheiro, cuecas de dólares e cenas de corrupção explícita, o partido da ética levanta uma questão até então impensável na política brasileira: o PT vai acabar? Ninguém ainda acha isso, mas todos concordam que aquele PT velho de guerra, de estrela no peito e sangue nas veias, não existe mais. "O PT morreu", decretava a senadora fiéisista Helena (PSOL-AL). "É um momento muito difícil para os 840 mil filiados e para os 53 milhões de brasileiros que votaram em Lula", reconhecia o deputado Maurício Rands (PT-PE).

Em São Paulo, a nova direção do partido parecia ainda mais estarrecida diante do quadro financeiro da sigla, acusando uma dívida de quase R\$ 40 milhões. Somados aos papagaios levantados por Marcos Valério, a dívida rondava os R\$ 90 milhões. Extracoficialmente, chegou ao Palácio do Planalto a informação de que a dívida total do PT poderia passar dos R\$ 200 milhões, chegando talvez a R\$ 250 milhões. "Ainda bem que o Pimentel é careca. Senão, ia ficar de cabelo em pé", brincava o presidente Tarso Genro, na semana passada, diante do sucessor de Delúbio, o deputado José Pimentel (PT-CE). "Se o PT fosse uma empresa, o partido hoje estaria insolvente", confessou Tarso.

Uma economia de guerra foi decretada pela nova ordem petista: os salários foram nivelados em R\$ 7 mil, depois que se soube que a dupla Delúbio-Silvio Pereira tinha uma remuneração (R\$ 12 mil) maior do que a do ex-presidente José Genoino (R\$ 7 mil). Decidiram reduzir a frota de carros, inclusive blindados, que o PT possuía em São Paulo e acertaram o fechamento da luxuosa sede do partido em Brasília, no 7º andar do Centro Empresarial Varig. Num plano inspirado na prática mais ortodoxa do ministro Palocci, o tesoureiro Pimentel anunciou o uso rigoroso da tesoura, durante os próximos 13 meses, para produzir um superávit primário mensal de R\$ 1 milhão.

Mas do que no bolso, a crise atual machuca o coração do PT: um terrível por um lado que etico, causado pela derrama de um lado espírito em suas

veias. "O PT está envolvido com coisas que jamais sonhei. O partido está agredido. Por seu crescimento e pela forma indiscriminada de filiação, o PT acabou tendo más companhias no seu interior", cutucou o fundador e ex-ministro das Cidades, Olívio Dutra. No fim de semana passado, o deputado Henrique Fontana (PT-RS) percorreu sete cidades de sua base, no interior gaúcho, perseguido pela mesma indagação: "Deputado, qual é a verdade nisso tudo?" Agora, ele está convencido de que o maior erro do partido foi não ter feito, no primeiro mês de governo, a reforma política. "O sistema é corruptor. Sucumbimos à arrogância e à nossa ingenuidade com as regras

per este posado terrível". acusa o deputado Chico Alencar (PT-RJ), ex-poente da esquerda mais crítica e hostilizada dentro do partido. "O PT corre risco de morte, se não renovar seu comando e não retomar suas bandeiras históricas", diz, desanimado com a primeira decisão polêmica da nova executiva petista, na semana passada, ao votar por 11 votos a 7 a suspensão de Delúbio e Silvinho: "Foi um mau começo", condena Chico. Na hora de indicar seus membros para a CPI do Mensalão, a esquerda não foi sequer consultada pelo Campo Majoritário, o grupo de Lula. José Dirceu, Genoino e Delúbio, que controla o partido.

QUEM ASSINOU PAGA

Na terça-feira 19, a nova direção do PT decidiu não reconhecer os empréstimos de Marcos Valério a Delúbio Soares. A dívida considerada é de R\$ 38.996.761,91. Mesmo se os pagamentos não forem feitos, a Lei dos Partidos Políticos (9.096/95) garante que eles não tenham a falência decretada. "Há responsabilidades individuais para uma dívida não paga. O presidente do partido, o secretário e o tesoureiro e o comitê respondem civil e criminalmente e podem ter que pagar com os seus bens", replica Everson Tobaruela, presidente da Comissão de Direito Político e Eleitoral da seção paulista da OAB. O pagamento também não pode ser efetuado com recursos do fundo partidário. Este dinheiro público serve para garantir o pluripartidarismo e para que o partido se desenvolva politicamente, faça estudos e realize congressos", afirma Tobaruela.

Fausto Gil

do capitalismo real." E lembra que um dos primeiros sinais de alarme foi o volume de shows (dívida atual de R\$ 7 milhões) que se abateu sobre os candidatos e comícios petistas: "Isso nunca foi uma marca do PT. A gente devia ter desconfiado."

Defenestrado na primeira trombada com a direção, o ex-petista Fernando Gabeira (PV-RJ) constata que o drama do PT acabou com a ideia de que ele seria um partido diferente dos outros, a partir do plano ético. "Ele terá, agora, uma agenda diferente, correndo dos credores", ironiza. "O que mais afeta o futuro do PT é sua alma, profundamente abatida

Abstenção — O calendário

marca outra prova de fogo para o partido, em setembro. No dia 11, 840 mil filiados votarão em eleição direta para a nova executiva. Só vota quem estiver com a mensalidade em dia. "E quem vai pagar, agora, para votar num clima desses?", pergunta-se o deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), candidato à direção estadual. "A abstenção será terrível. De cada dez filiados seis não vão comparecer às urnas. Se aparecerem 100 mil dos 840 mil filiados, será uma surpresa", aposta, lembrando que ele é um dos 12 parlamentares da



**A história secreta
de como Marcos Valério
emparedou o governo
ao ameaçar contar tudo**

A CHANTAGEM
200 MILHÕES PARA FICAR CALADO

TEMPOS

SOMBRIOS

NEGAR-SE A ENXERGAR A ESPESSURA DO PROBLEMA QUE ENVOLVEU O GOVERNO NÃO É UMA SAÍDA PARA O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. COMO AS DÍVIDAS NÃO PODEM SER PAGAS CONTRAINDO-SE OUTROS DÉBITOS, TAMBÉM AS CRISES NÃO PODEM SER DILUÍDAS COM A produção de mais sobressaltos. Lula, infelizmente, fez isso na semana passada. Ele teve o que se poderia chamar de um “momento Chávez”, uma recaída populista em um presidente que é popular mas nunca teve um ato público de namoro com o abismo. Durante a cerimônia de posse do novo presidente da Petrobras, Lula deixou-se enlevar pela imagem de grandeza impoluta que cultiva de si mesmo e lançou aos brasileiros um estranho desafio: “Entre os 180 milhões de brasileiros, não há homem ou mulher que tenha moral para me dar lições de ética”. Mais adiante acrescentou outro repto, dessa vez dirigido apenas à parcela da população brasileira a que ele julga não pertencer: “Sou filho de pai e mãe analfabetos. O único legado que me deixaram é andar de cabeça erguida. Não vai ser a elite brasileira que vai me fazer baixar a cabeça”.

A verdade é que parte da elite brasileira está mesmo querendo obrigar Lula a baixar a cabeça. Essa parte da elite é formada por pessoas que ganham peruas Land Rover, presentes de grandes empresas com negócios com o governo (caso de Silvio Pereira, ex-secretário do PT); por pessoas que obtêm empréstimos milionários em transações subterrâneas com empresários suspeitos (caso de Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT); e por pessoas que saem para ir a uma clínica neurológica mas no caminho passam em um banco e saem de lá com centenas de milhares de reais (caso da assessora de Paulo Rocha, ex-líder do PT na Câmara dos Deputados). Bem, foi-se o tempo da elite que acendia charutos com notas de 100 dólares e que, caprichosamente, fazia e desfazia governos. Para tristeza de Lula, a parte da elite brasileira que está tirando o brilho da sua biografia e a força do seu governo é formada por pessoas que forram a cueca com 100 000 dólares — um troféu de vergonha pública do PT que talvez nunca mais seja superado em grafismo e escárnio.

As reportagens que se seguem dão conta deste momento sombrio no Planalto. A primeira delas é um espantoso retrato da fragilidade do governo, que deu ao notório empresário Marcos Valério espaço para fazer uma chantagem. Ele exigiu 200 milhões de reais em troca do seu silêncio sobre desmandos que, como mostra a reportagem, ele acredita serem suficientemente fortes pa-

**A ESPANTOSA
HISTÓRIA DE
COMO VALÉRIO
TENTOU
CHANTAGEAR
O GOVERNO**

**A IDÉIA DE
SALVAÇÃO QUE
FOI ABATIDA EM
VÔO: COLOCAR
TODA A CULPA EM
DELÚBIO SOARES**

**UMA AULA SOBRE
OS SUBTERRÂNEOS
DOS CAIXAS DOIS
E DA LAVAGEM
DE DINHEIRO**

➤ **LULA NÃO PODE
NEM DEVE SOFRER
IMPEACHMENT:
ATÉ AGORA NÃO
EXISTE DESLIZE
LEGAL DO
PRESIDENTE
E ELE MANTÉM
RAZOÁVEL
APOIO POLÍTICO
E POPULAR**

➤ **O BRASIL ESTÁ
MADURO. A CRISE
SE DESENROLA
SEM IMPACTO
NEGATIVO NAS
INSTITUIÇÕES**

ra derrubar o que resta do governo Lula. Outra reportagem explica de modo didático como funcionava a máquina de lavagem e esquentamento de dinheiro comandada por Valério e colocada à disposição da ávida cúpula do PT. Uma outra desmonta a tentativa de circunscrever o lamaçal petista a um único delito, o crime eleitoral — que prescreve em três anos e pelo qual ninguém cumpre pena atualmente no Brasil. Finalmente, há uma reportagem leve sobre os parlamentares que estão tocando as CPIs no Congresso. Destaque para a deputada Denise Frossard (PPS-RJ), autora do melhor resumo do drama político que se desenrola em Brasília: “O problema é que o PT é o partido que quis calar a imprensa, amarrar as mãos do Ministério Público e controlar o Judiciário”. Dá calafrios pensar que poderia ter conseguido.

ACHAN TAGEM

**VALÉRIO DEIXA O GOVERNO EM PÂNICO E SAI COM
A INTENÇÃO DE GANHAR 200 MILHÕES DE REAIS**

Nesta e nas páginas seguintes, dramáticos detalhes (ameaça, pânico, choro) da crise que subiu a rampa do Planalto

Otávio Cabral

Na manhã do dia 9 de julho, um sábado, Marcos Valério, o publicitário-lobista-laranja do mensalão, estava uma pilha de nervos. Em Belo Horizonte, sentia-se pressionado por todos os lados e, desesperado, telefonou para o ex-presidente da Câmara, o petista João Paulo Cunha, que estava em Osasco. Falaram se por celular. "Eu vou estourar tudo" ameaçou Valério, descontrolado. Disse que não agüentava mais a situação e con-

toou que faria a delação premiada — mecanismo pelo qual um réu diz o que sabe em troca de um alívio na pena. "Vocês vão se ferrar. Avisa ao barbudo que tenho bala contra ele", disse Valério, numa chantagista referência ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. João Paulo, que àquela altura se preparava para ir à reunião da cúpula do PT que acabaria cancelando o afastamento de José Genoino da presidência do partido, entrou em estado de pânico.

Até aquele sábado, Valério tinha garantias de que nem a quebra de seu sigilo no Banco Rural revelaria suas opera-

ções. Tudo o que viria a público seriam os altos saques feitos numa agência do Rural em Belo Horizonte, e não se ficaria sabendo que o dinheiro fora efetivamente entregue na agência do Rural em Brasília. A identidade dos verdadeiros favorecidos pelo dinheiro, portanto, ficaria eternamente sob o manto do anonimato. Ele sabia, no entanto, que tudo ia aparecer e ficou desesperado com a ideia de que poderia ser preso. Na ligação para João Paulo, fez exigências abertas para poupar o governo. Queria duas coisas: a garantia de que não seria enjaulado e archivo de obturam dinheiro

graúdo, e lícito, para assegurar seu futuro e o da família. Uma maneira de ganhar esse dinheiro seria intermediando o fim da interminável liquidação do Banco Econômico, instituição que fechou as portas há dez anos. Como corretor da operação junto ao ainda dono do banco, o baiano Angelo Calmon de Sá, Valério calcula que poderia amealhar uns 200 milhões de reais — soma equivalente à comissão de 20% sobre uma operação que, dependendo da forma como for encaminhada, poderá totalizar até 1 bilhão de reais. Nesse ambiente em que se fala de milhões como se dinheiro caísse do céu, é bom parar e pensar no que significam 200 milhões de reais. Dariam, por exemplo, para comprar, via mensalão, o apoio de uma centena de deputados por quase seis anos.

Apavorado, o ex-presidente da Câmara avisou o ex-ministro José Dirceu e o ex-tesoureiro Delúbio Soares das ameaças de Valério, ainda na manhã de sábado: "O cara ficou louco, vai explodir tudo", disse. Em seu rol de chantagens, Valério ameaçou, inclusive, citar o nome de empresas que segundo ele teriam doado dinheiro não contabilizado, para ficarmos no jargão oficial, ao PT (veja reportagem na pág. 66). Como prova de sua disposição em contar tudo caso não fosse ateuído em seus pleitos, Valério ainda disse que tinha munição contra dois ministros recém-empossados: Saraiva Felipe, da Saúde, e Hélio Costa, das Comunicações, ambos do PMDB mineiro. Segundo Valério, os dois teriam usado sua lavanderia de dinheiro em campanhas eleitorais. Consultados por VEJA, os dois ministros negam veementemente a irregularidade.

O empresário Marcos Valério tinha motivos de sobra para seu desespero. A semana que se encerrava naquele sábado tinha sido particularmente difícil.

No fim de semana anterior, a reportagem de capa de VEJA revelou que Valério avalizara e até pagara uma parcela de um empréstimo de 2,4 milhões de reais feito pelo PT no BMG. Pela primeira vez, aparecia uma prova material de sua ligação umbilical com o partido, derrubando sua versão de que era apenas amigo de Delúbio Soares. Em Brasília, o presidente Lula passou a defender o afastamento de toda a cúpula do PT. Silvío Pereira, o secretário-geral, foi o primeiro a cair. No dia seguinte, caiu Delúbio. Valério começou a se preocupar com sua falta de interlocução dentro do PT. Para piorar, o deputado José Borba, então líder do PMDB na Câmara, afirmou que negociava cargos no governo com ele, Valério. O publicitário passou a temer que houvesse um movimento para jogar toda a responsabilidade sobre seus ombros.

Seu mundo estava desabando. Na quarta-feira, depois de depor na CPI, sua imagem tão característica, com sua calva absoluta, aparecia em todos os cantos do país. A CPI quebrara seu sigilo bancário e o de dez de suas empresas, levando seus sócios a culpá-lo fortemente pela falência iminente de seus negócios. Na sexta-feira, os acontecimentos se precipitam ainda mais, o homem da cueca é flagrado com 100.000 dólares, fica patente que José Genoino deixará a presidência do PT no dia seguinte e que a disposição da nova cúpula do partido seria fazer uma devassa nas contas. Com os nervos à flor da pele, Valério fica atônito. Sua vida pessoal também estava despedaçada. Sua mulher, Renilda, fora duplamente surpreendida — com a profundidade da corrupção e as insinuações de um romance dele com uma ex-secretária. Sua filha adolescente se recusava a vê-lo. Em desespero, Valério procura João Paulo — e a reação do governo à chantagem está na reportagem que se segue.

A REAÇÃO

DE COMO O MINISTRO DA JUSTIÇA VOLTA A SER ADVOGADO CRIMINALISTA

“O cara ficou louco, vai explodir tudo”, disse o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha, ao alertar o ex-ministro José Dirceu e o ex-tesoureiro Delúbio Soares sobre a chantagem de Marcos Valério. José Dirceu, que desde sua demissão tem tido contatos esporádicos com o presidente Lula, fez a notícia chegar ao Palácio do Planalto. E ainda era manhã do sábado 9 de julho. A dupla que virou o centro de gravidade do poder no governo tomou então conhecimento da história: os ministros Márcio Thomaz Bastos, da Pusaça, que se encontrava em São Paulo, e Antonio Palocci da Fazenda, que permanecia em Brasília. Naquele momento era preciso ter calma e, sobretudo, acalmar Marcos Valério. Seu advogado, Marcelo Leonardo, sócio de um dos grandes escritórios de advocacia de Minas, recebe sinais da disposição do governo em atender aos pleitos de seu cliente e consegue, enfim, dar-lhe um pouco de tranquilidade.

Consolida-se então um quadro dramático: o de um governo que, para manter-se de pé, precisa socorrer-se permanentemente de um criminalista. Já desde o início da crise, o ministro vinha exercendo seus conhecimentos penais. Logo depois da primeira entrevista de Roberto Jefferson no jornal *Folha de S. Paulo*, o governo ficou atônito com uma acusação. Jefferson dissera ter avisado o presidente Lula do mensalão “em duas conversas” — uma em janeiro, outra em março. Lula fez uma reunião com quatro ministros: Antonio Palocci e Thomaz Bastos, além de Aldo Rebelo e Luiz Gushiken, que já deixaram de ser ministros. Nessa reunião, Thomaz Bastos sutilmente elaborou o raciocínio de que seria prudente assumir apenas uma das conversas, caso ambas tivessem ocorrido. E, sutilmente, advertiu que o mais seguro era assumir a conversa com mais testemunhas. Na conversa de janeiro, além de Lula e Jefferson, havia uma testemunha. Na de março, além dos dois, havia mais seis pessoas. Lula admitiu a conversa de março.

Com sua sólida carreira de 47 anos como criminalista, Thomaz Bastos passou a exercer um papel fundamental na crise particularmente depois da chantagem de Marcos Valério. Amigo há décadas de Arnaldo Malheiros, o advogado contratado para orientar e defender Delúbio Soares, o ministro ganhou uma interlocução direta com os personagens centrais da crise. Na semana que se seguiu ao dia 9 de julho, o ministro conversou duas vezes com Arnaldo Malheiros — uma vez por telefone e a outra pessoalmente. Só os dois sabem o que tanto conversam, e eles dizem que apenas jogavam conversa fora como dois velhos amigos, mas o certo é que logo surgiu uma tese jurídica para a defesa de Valério e Delúbio — uma tese imediatamente classificada de farsa, como se lê na reportagem que começa na página seguinte.

A FARSA

DE COMO DELÚBIO E VALÉRIO CAEM NA TESE DO CRIME ELEITORAL E O MARQUETEIRO-MOR ENSAIA O DISCURSO DO PRESIDENTE LULA

A tese do crime eleitoral surgiu logo depois do telefonema em que Marcos Valério começou a chantagear o governo. O telefonema aconteceu na manhã do dia 9 de julho, um sábado. Já na segunda-feira seguinte, o advogado Arnaldo Malheiros, contratado para defender o ex-tesoureiro Delúbio Soares, conversou por telefone com o ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. No mesmo dia, Malheiros e seu cliente embarcaram para Belo Horizonte. Ali encontraram-se com a outra dupla — Marcos Valério e seu advogado Marcelo Leonardo. A conversa girou em torno da tal tese do crime eleitoral. A idéia é simples: Delúbio pediu que Valério contrasse empréstimos junto aos bancos BMG e Rural e destinasse o

dinheiro a amigos do PT às voltas com dívidas de campanha. Valério, generoso e prestativo com o amigo, atendeu ao pedido e, pela versão combinada, tomou emprestados 39 milhões de reais — e repassou o dinheiro, a conta-gotas, aos nomes que Delúbio lhe apresentava.

É uma linha de defesa ideal, pois, em sua estrutura, não há corrupção, suborno, propina ou mensalaço — só um crime eleitoral, dado o fato de que Delúbio, ao confessar que não contabilizara os 39 milhões de reais nas contas do PT, revelou que seu partido tinha um caixa dois. A punição, prevista no artigo 350 do Código Eleitoral, é de no máximo três anos de prisão, mas nem advogados com longa militância na área do direito eleitoral têm notícia de que alguém tenha ido para a cadeia por isso.

Em geral, o crime prescreve antes do julgamento e, além disso, como os réus são primários, a prisão é substituída pela prestação de um serviço qualquer.

Enquanto se acertava uma versão em Belo Horizonte, a mesmíssima versão era apresentada em Brasília: numa longa reunião no gabinete presidencial no Planalto. Na reunião com Lula, quem mais falou foi Thomaz Bastos. Os outros dois ministros presentes, Antonio Palocci e o novo coordenador político Jaquês Wagner, ouviram mais do que se pronunciaram. A nomeação de Bastos contou que, em sua visão a situação estava dedicada para o PT, ponderou sobre os perigos de que a crise chegue ao governo e, sutilmente, falou sobre o crime eleitoral, que tinha a tremenda vantagem de circunscrever o

problema ao Congresso e ao PT, deixando o governo de fora. Lula não foi orientado a endossar a tese do crime eleitoral. Sem foi incentivado a dar entrevista sobre o assunto.

Mas, ainda na segunda-feira, estava em cena o marqueteiro Duda Mendonça, publicitário oficial do petismo. Naquele dia, Duda Mendonça, chamado a Brasília por Lula, submeteu o presidente à última de duas sessões de treinamento sobre como tratar do assunto diante dos jornalistas. Nessas sessões, Duda aconselhou Lula a falar dirigindo-se sempre às classes mais baixas, C, D e E, que ainda lhe depositam alta confiança, desprezando os segmentos A e B, que, segundo o publicitário, já estavam decepcionados com o presidente. Os ecos dessa orientação de Duda seriam ouvidos, dias depois, na espantosa entrevista de Lula em Paris.

Encerrada a reunião em Belo Horizonte na segunda-feira, os advogados e a dupla Valério e Delúbio trataram de evitar que se descobrisse a combinação. Para despistar a imprensa, vazaram até que o encontro fora muito tenso e que Delúbio e Valério por um triz não se atracaram fisicamente. Tudo lorota. A cronologia do que se passou depois disso é eloquente por si só. Três dias depois, na quinta-feira, Valério desembarcou em Brasília e prestou depoimento ao procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, que durou oito horas. Contou a história do crime eleitoral.

Na mesma quinta-feira, Malheiros encontrou-se com Thomaz Bastos em São Paulo. Falaram-se pessoalmente. Malheiros disse que Delúbio Soares queria prestar um novo depoimento. O ministro sugeriu que, para agilizar as investigações, o depoimento fosse prestado diretamente ao procurador Antonio

Fernando de Souza, a quem chegou a telefonar pedindo que recebesse o cliente de Malheiros. No dia seguinte, sexta-feira, Delúbio prestou um depoimento de três horas. Contou a mesma história do crime eleitoral. Na noite de sexta-feira, Valério apareceu numa entrevista ao *Jornal Nacional* "confessando" o crime eleitoral. No dia seguinte, a confissão em entrevista foi feita por Delúbio. Em seguida, foi a vez do presidente. Em entrevista concedida em Paris dois dias antes, e reproduzida no *Fantástico* no domingo, Lula admitiu candidamente que "o que o PT fez do ponto de vista eleitoral é o que é feito no Brasil sistematicamente". Com isso, num de seus movimentos mais desastrosos desde o início da crise, Lula endossou a tese do crime eleitoral que, como se lerá na reportagem da página seguinte, não ficou de pé mais do que dois dias.

O RESULTADO

DE COMO A FARSA DO CRIME ELEITORAL É DESMONTADA E A PERPLEXIDADE COM A ENTREVISTA DE LULA EM PARIS

Na terça-feira passada, chegaram à CPI dos Correios caixas de documentos sobre a movimentação bancária de Marcos Valério no Banco Rural, a instituição que esteve no centro do esquema financeiro do PT. No momento em que as caixas foram abertas e os documentos passaram a ser analisados, a tese do crime eleitoral começou a desabar e a suspeita de que havia mensalão começou a se comprovar. Até a sexta-feira, a CPI já descobrira que pelo menos sessenta pessoas, todas ligadas a políticos, haviam sacado cerca de 60 milhões de reais na agência do Rural e nas agências do Banco do Brasil. O número, por si só, derruba a tese de crime eleitoral. Delúbio diz que Valério tomou 39 milhões de reais emprestados para dar à petistas e aliados, mas a conta já chegou a 60 mi-

lhões. Entre os casos descobertos está justamente o do ex-presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha. Sua mulher, Márcia, esteve no Rural em Brasília em setembro de 2003 e sacou 50 000 reais. Antes, o deputado dissera que ela fora ali tratar da conta de sua TV a cabo.

A revelação foi tão devastadora que até petistas se renderam às evidências. "O mensalão existiu", afirmou o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral, do PT de Mato Grosso do Sul. "Houve remuneração a deputados", concordou Ricardo Berzoini, que deixou o Ministério do Trabalho para assumir a secretaria-geral do PT. A prova do mensalão veio associar-se a outros dois dados incômodos para o governo. Um foi a reportagem de capa da edição passada de VEJA, na qual se mostrava que Lula foi alertado cinco vezes sobre o mensalão, entre fevereiro do ano passado e março deste ano. O outro fator foi a entrevista do presidente em Paris, que causou perplexidade entre os políticos. De início, suspeitou-se que Lula estivesse participando diretamente da divulgação de uma versão previamente combinada, colocando-se, nesse caso, no mesmo patamar de um Delúbio Soares ou um Marcos Valério. O Planalto apressou-se em desmentir qualquer combinação.

O desmentido, porém, não resolve. Se Lula não embarcou na combinação, como descobriu que o PT tem caixa dois e faz o que se faz sistematicamente no país? Isso significa que o presidente, sem ser avisado nem orientado por ninguém, revelou um quadro criminoso que conhecia havia tempo? Juntando os três fatores a prova do mensalão, as cinco vezes em que Lula foi alertado e sua entrevista em Paris —, criou-se em Brasília uma atmosfera francamente desfavorável ao próprio presidente, cuja figura vinha sendo cuidadosamente preservada até pela maior parte da oposição. Na terça-feira, depois de uma reunião com os senadores tucanos Tasso Jereissati e Arthur Virgílio, além do petelista José Agripino, o senador Jorge Bornhausen, do PFL de Santa Catarina, assim resumiu o clima entre petelistas e tucanos: "Está encurtando o limite legal da presunção de inocência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva".

No dia seguinte, Bornhausen recebeu o deputado Roberto Jefferson em sua casa. Os dois tomaram vinho, beliscaram cubos de queijo e conversaram por pouco mais de uma hora. Na conversa, Jefferson, pela primeira vez desde que apresentou suas denúncias, mostrou inclinação em não mais preservar o presidente Lula. Para

Bornhausen, Jefferson reafirmou que avisara Lula duas vezes sobre o mensalão. Com receio de que a crise evolua para seu pior desfecho, com um eventual impedimento do presidente, a oposição iniciou conversas com o empresariado. No primeiro compromisso dessa natureza, Bornhausen almoçou com João Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, no Rio de Janeiro. A idéia é evitar que a crise, aconteça o que for, provoque um impasse de caráter institucional e acabe por contaminar o bom momento da economia do país.

Apesar da notável piora da situação geral na semana passada, a oposição não parece motivada para promover o impeachment de Lula. Na última semana, o sena-

dor peista Delcídio Amaral sondou colegas da oposição, como os tucanos Tasso Jereissati e o governador Aécio Neves, de Minas Gerais, e não encontrou disposição para tirar Lula do cargo. Nos bastidores, há um movimento explícito para tentar finalizar o alcance da crise, evitando que chegue ao presidente e, também, que se espalhe excessivamente dentro do próprio Congresso. A crise, na semana passada, subiu definitivamente a rampa do Planalto, mas há muito já abalou o espírito do presidente. Lula está tenso, nervoso e irritado, principalmente com o PT. Por duas vezes, ele chorou durante um desabafo com aliados. Uma vez, ao receber um velho aliado no gabinete presidencial, começou a falar do

assunto e acabou em lágrimas. Em outra, durante o voo que fez na última semana para Recife, também não conseguiu se conter. VEJA ouviu seis personagens centrais do enredo contado da página 58 até aqui (João Paulo Cunha, Marcos Valério, Márcio Thomaz Bastos, Antonio Palocci, Marcelo Leonardo e Arnaldo Malheiros). Uns não deram resposta à revista. Os outros preferiram negar que tenham sabido ou participado da chantagem ou da farsa. Pela qualidade de suas fontes e pela proximidade delas com os fatos, VEJA decidiu narrar o que se fez aqui. ■

Com reportagem de Antonio Ribeiro, em Paris, e Leandra Peres e Julia Dorilibi, em Brasília

Brasil

FABRICA DE FRAUDES

Em meio a saques, malas e carros-fortes, tudo parece casual. Mas nada é por acaso no laboratório do PT.

ENTRADA
RECEITAS DA SMPB E DA DNA COM CONTRATOS PRIVADOS

260
milhões de reais

RECEITAS DA SMPB E DA DNA COM CONTRATOS PÚBLICOS

150
milhões de reais

42
milhões de reais
RECEITAS DE OUTRAS EMPRESAS DE VALÉRIO

A ALQUIMIA DE VALÉRIO PARA FAZER O MENSALÃO E O MESADÃO DO PT

O laboratório de Valério tem três etapas. A ENTRADA de dinheiro, o PROCESSAMENTO e a SAÍDA. A entrada de recursos combina pagamento de empresas públicas (em geral no caixa dois), privadas (caixa um e caixa dois) e uma misteriosa e milionária injeção de dinheiro de fontes ainda não desvendadas pela investigação — e que seria formada por empresas iaranjas

PROCESSAMENTO

A hipótese dos investigadores é que nessa fase PT e Valério usaram bancos para tentar dar uma cara menos tenebrosa às transações

EMPRÉSTIMOS BANCARIOS CONTRAÍDOS PELAS EMPRESAS DE VALÉRIO

BMG
41,1 milhões de reais
(quatro empréstimos entre fevereiro de 2003 e julho de 2004)

+

Banco Rural
28,3 milhões de reais
(dois empréstimos entre maio e setembro de 2003)

= **69,4**
milhões de reais
em 2003 e 2004

Alexandre Ultramar

A máquina de fazer dinheiro do doutor Valério pode parecer uma geringonça montada com peças coletadas ao acaso: pega-se um empréstimo no BMG, descobre-se uma agência discreta do Rural e junta-se um projeto de poder ambicioso como o do PT e um tesoureiro amador como Delúbio Soares — e estamos conversados. Nada, no entanto, é casual no esquema. Está cada vez mais evidente que Marcos Valério não foi uma invenção do PT de Delúbio. Com suas agências de publicidade, que fazem publicidade e outras coisas muito menos públicas, Valério passou a operar para os petistas depois de já ter se testado no ramo trabalhando para políticos de outros partidos, como o PSDB e o PFL. Mas foi com o PT que Valério ocupou posição de destaque na montagem de um esquema que começava com os negócios em

estatais como os Correios ou a Eletro-norte, desembocava em suas agências de publicidade, passava pelo Rural e pelo BMG e terminava no mensalão, para os aliados, e no mesadão, para os próprios petistas. Tudo clandestinamente.

A escolha do BMG e do Rural para servirem de escala e biombo foi uma decisão meticulosa. No início de 2003, quando começaram a repassar dinheiro ao PT por meio das empresas de Marcos Valério, os dois bancos tinham interesses milionários no governo. O BMG era um banco pequeno, que nem sequer aparecia na lista das cinquenta maiores instituições bancárias do país. Controlado pelo clã Pentagna Guimarães, uma das mais tradicionais famílias mineiras, o BMG pretendia decolar emprestando dinheiro a aposentados e pensionistas do INSS com desconto direto na folha de pagamento, o chamado crédito consignado. Seu projeto, porém, esbarrava na lei brasileira, que não permitia esse

tipo de operação. Já o Rural era um banco acuado. Alvo de uma CPI comandada pelo PT, a CPI do Banestado, o Rural caminhava no fio da navalha. A CPI detectará operações ilegais do Rural de 700 milhões de dólares feitas por meio de uma offshore, o Trade Link Bank (veja reportagem na pág. 74). Além da CPI, o banco também era investigado pela Polícia Federal, pelo Banco Central e pela Receita Federal.

Com o Rural acuado e o BMG de olho no dinheiro dos velinhos do INSS, o PT vislumbrou a possibilidade de arrancar dinheiro fácil em Minas Gerais. Estava certíssimo. Contabilizando os dois empréstimos ao PT e os outros seis concedidos às empresas de Valério, Rural e BMG entregaram ao PT exatamente 74,7 milhões de reais entre 2003 e 2004. Entregaram.

Das contas das agências de Valério, políticos, seus assessores e parentes sacaram cerca de 80 milhões de reais em dinheiro. Esses saques financiaram o...

MENSALÃO

O QUE É

Parlamentares recebiam 30 000 reais por mês para votar a favor do governo ou para trocar de partido e aderir à base aliada

MESADÃO

Dinheiro público e privado de caixa dois desviado para parlamentares do próprio PT. Até agora foram rastreados quase 30 milhões de reais em dinheiro entre 2003 e 2004

BENEFICIADOS MAIS NOTÓRIOS (em reais)

Jacinto Lamas, ex-tesoureiro do PL	1,35 milhão
Bispo Rodrigues (PL-RJ)	150 000
José Janene, líder do PP	1,15 milhão
Paulo Rocha, ex-líder do PT na Câmara	470 000
João Paulo Cunha (PT-SP)	50 000
Josias Gomes da Silva, deputado federal (PT-BA)	100 000

OS VÁRIOS CAIXAS DE VALÉRIO

No mundo da contabilidade empresarial não há caixa dois sem a existência do "caixa um" — normalmente ofuscado em tempos de escândalo. Ainda que um empresário queira ocultar ou desviar receitas, ele precisa manter parte do negócio bem limpinha para prestar contas à Receita Federal e escapar as irregularidades. Os negócios de Marcos Valério, o pagador do mensalão, não são exceção. O empresário mineiro desviou para políticos a maior parcela do dinheiro que arrecadou das empresas públicas para as quais, em tese, deveria prestar serviços publicitários. O que manteve suas atividades ilícitas fora do alvo das autoridades foram os serviços que realmente executou.

É, por exemplo, o caso do trabalho feito por Valério para o Bradesco. Em 2002, o Bradesco venceu a licitação para montar um banco dentro das agências dos Correios — o Banco Postal, negócio até hoje invejado pela concorrência. Segundo as regras da licitação, quem ganhase o direito de explorar o Postal seria obrigado a pagar metade da conta de publicidade e usar apenas a agência escolhida pelos Correios — sem licit-

tação para esse serviço específico, diga-se de passagem. Não passa sem chamar atenção o fato de o governo ter imposto ao Bradesco justamente uma das agências de Valério, a SMPB. Nos últimos três anos, o Bradesco depositou 10 milhões de reais em uma das contas dessa agência. "Não temos escolha. Somos obrigados a aceitar a SMPB", disse a VEJA um porta-voz do Bradesco. O banco garante ter conferido uma a uma as notas fiscais referentes aos serviços prestados antes de autorizar os pagamentos.

Do mesmo cuidado se cercou a Ford, que neste ano contratou em três ocasiões a empresa especializada em eventos MultiAction, também de Valério, para montar estandes em feiras agropecuárias nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo. A montadora Fiat também costuma contratar a MultiAction para organizar o lançamento de alguns de seus automóveis. O último evento aconteceu em março deste ano em Curitiba, onde a montadora lançou seu novo motor 1.4 Flex. Como se vê, não será fácil para as autoridades separar o joio do trigo nas contas de Marcos Valério.

porque esse valor nunca foi pago — ninguém jamais se mexeu para cobrar a postura raríssima em instituições bancárias. No caso do BMG, que entregou Valério 41,1 milhões de reais, chamou atenção a fragilidade das garantias. O banco chegou a aceitar, como garantia, o contrato de uma das empresas de Valério com os Correios. O contrato era vistoso de 29 milhões de reais, mas o BMG nem se preocupou com o fato de que a menor parte desse contrato, apenas 3,6 milhões de reais, pertencia à empresa de Valério. O grosso do dinheiro era destinado a outras empresas e fornecedores. Onde se viu um banco aceitar tamanha ficção como se fosse "garantia real"?

Há muitos indícios de que os contratos eram apenas simulações para justificar as transferências de dinheiro ao PT. Dos oito empréstimos que Delúbio e Valério arrancaram dos dois bancos, apenas um foi pago. É um empréstimo de 12 milhões de reais, tomado pela agência SMPB junto ao BMG em 25 de fevereiro de 2003. A dívida foi quitada um ano depois de contraída, por quase 15 milhões de reais. Mas mesmo esse pagamento soa como farsa. A quitação só foi possível porque a Graffiti, outra empresa de Valério, recebeu, no mesmo dia, outro empréstimo do

AS CONDIÇÕES PARA UM IMPEACHMENT

Nas democracias representativas mais avançadas, a destituição de um presidente é um processo que resulta da combinação de uma causa jurídica com a perda de apoio político. Exemplo disso foi o episódio que levou o presidente americano Richard Nixon à renúncia. Em alguns casos, como o do ex-presidente Fernando Collor, a pressão popular também colaborou para que ele deixasse o cargo

MOTIVAÇÃO JURÍDICA

PERDA DE APOIO POLÍTICO

PRESSÃO POPULAR

RICHARD NIXON

(1972-1974, segundo mandato)



O presidente americano Richard Nixon enfrentou por mais de dois anos denúncias envolvendo o seu partido, o Republicano, em um esquema de espionagem contra o Partido Democrata. O desgaste político fez com que ele renunciasse ao cargo antes da votação do pedido de impeachment. Em seu discurso de despedida, disse: "Deixaria a Presidência antes do fim do meu mandato vai contra meus instintos. Mas, como presidente, devo colocar os interesses da América em primeiro lugar".

O SILÊNCIO DE MENTOR
José Mentor, cujo relatório da CPI
do Banestado não trouxe uma linha
sobre o Rural. Por que será?

BMG, no valor de quase 16 milhões de reais. Eis como funciona a ciranda financeira, trocando em miúdos: Valério pega dinheiro no BMG, fica um tempo sem pagar, o BMG libera mais dinheiro, e ele paga a conta inicial cravando já uma nova conta. Ou seja: dos oito empréstimos feitos pela dupla Valério e Delúbio, a única dívida que chegou a ser saldada teve como lastro o dinheiro do próprio banco credor...

O Banco Rural, que concedeu três empréstimos num total de 31,2 milhões de reais, não chegou a receber nada. Nem o principal nem os juros. A dívida original, se fossem levados em conta os mecanismos de mercado das operações verdadeiras, estaria hoje cotada em 58,8 milhões de reais. "É muito dinheiro para não cobrar na Justiça, especialmente para um banco de médio porte, como o Rural. Tudo indica que houve um acordo", diz Miguel de Oliveira, presidente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac). Por que o Rural e o BMG, então, toparam entrar num esquema em que dão empréstimos e nunca recebem um tostão de pagamento? Examinando-se o caso de cada um, descobre-

se que pode ter havido vantagens extraordinárias — maiores até do que a quitação de uma dívida.

NO INÍCIO DE 2003, bem no começo do governo Lula, aconteceu uma reunião discretíssima em Brasília, na qual Valério e Delúbio apresentaram José Dirceu, então ministro da Casa Civil, ao presidente do BMG, Ricardo Pentagna Guimarães. Ali, acertou-se que o governo editaria uma medida provisória permitindo o tal "crédito consignado" pelo qual aposentados e pensionistas do INSS poderiam tomar empréstimo com desconto em folha. Em setembro de 2003, o governo cumpriu a promessa. Editou a MP 130, e o BMG foi o primeiro banco autorizado a operar a nova modalidade de empréstimo. Durante três preciosos meses, o BMG reinou sozinho no mercado. Só depois de três meses é que outros bancos conseguiram credenciar-se no INSS para fazer o mesmo. Já era tarde demais. O BMG já era líder disparado no mercado. Graças ao crédito consignado aos velhinhos do INSS, que hoje representa 90% de seus negócios, o BMG virou fenômeno. Seu lucro líquido, que em 2002 foi de 85 milhões de reais, saltou para 275 milhões de reais em 2004 — um espantoso crescimento de 223%.

A relação com o PT também teve dividendos inestimáveis para o Rural. O deputado José Mentor, do PT paulista, que trabalhava como relator da CPI do Banestado, preparou um documento

final em que simplesmente não há menção ao Rural. Mentor excluiu o banco da lista de indiciados. Mentor, que chegou a viajar a Belo Horizonte para tomar os depoimentos dos executivos do Rural, apresentou duas versões de suas conclusões. A primeira, concluída em dezembro de 2004, tinha oito capítulos apenas no índice. No corpo do documento, havia capítulos a menos. Um assessor legislativo que trabalhou na CPI disse a VEJA que Mentor mandou retirar 100 páginas do relatório, justamente as que incriminavam o Rural. "O relatório é meu. Só entra o que eu quero", diz Mentor. Na segunda versão de seu relatório, apresentada em fevereiro deste ano, o indiscreto descompasso entre o índice e o corpo do documento foi corrigido — e o Rural safou-se de qualquer problema na CPI.

De acordo com Fernanda Karina Somaggio, a ex-secretária de Valério, Mentor e Valério se encontraram várias vezes. A agenda de Fernando registra cinco encontros. Num deles, está anotado: "J. Mentor — transferir a reunião de amanhã para segunda e ver quando é o assunto Rural". Valério já admitiu ser lobista do Rural junto ao governo federal. Na semana passada, descobriu-se que Valério, o lobista, pagou 120 000 reais ao escritório de advocacia do deputado, o mentor do fiasco que salvou a pele do Rural na CPI. "Prestei um serviço a um advogado de Minas Gerais. Não sabia que o cheque era do Marcos Valério", diz.

<p>FERNANDO COLLOR (1990-1992)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/></p> <p><input checked="" type="checkbox"/></p> <p><input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003)</p> <p><input type="checkbox"/></p> <p><input type="checkbox"/></p> <p><input type="checkbox"/></p>	<p>MAS ESSE QUADRO PODE MUDAR SE</p>
<p>A descoberta de que PC Farias havia comprado um Fiat Elba para Fernando Collor foi a principal evidência de que o presidente se beneficiara pessoalmente do esquema de desvio de dinheiro público montado por seu ex-tesoureiro. A pressão popular pelo impeachment, iniciada pelas caras pintadas, cresceu a ponto de reunir mais de 800 000 pessoas nas principais capitais do país.</p>	<p>Até agora, a situação de Lula não se assemelha à vivida pelos ex-presidentes Richard Nixon e Fernando Collor. O petista não perdeu apoio político (aliados do governo e mesmo parte da oposição se esforçam para mantê-lo a margem dos escândalos); sua popularidade ainda é razoável; até o momento, inexistem elementos jurídicos que justifiquem um pedido de impeachment.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • comprovada a existência da mensalão, os parlamentares envolvidos nas investigações do Congresso concluírem que Lula foi conivente com a prática ou que tinha conhecimento dela e nada fez para impedi-la • comprovado que a rede montada pelo empresário Marcos Valério envolvia dinheiro público, surgirem indícios de que o presidente Lula se beneficiou pessoalmente do esquema

O OUTRO LADO DO MENSALÃO

Raquel Faria

«Como as anteriores, durou menos de uma semana a terceira versão apresentada pelo llobista Marcos Valério para explicar sua promiscua relação com o PT. A tabela publicada nesta página mostra que as empresas de Valério se dedicavam a intermediar dinheiro recebido de dezenas de fontes num sistema de lavagem nunca antes flagrado no país. Entre os contribuintes encontrados na primeira relação a vir à tona, a que VEJA teve acesso na semana passada, há entidades de governo, estatais, companhias com participação de fundos de pensão de empresas públicas entre seus investidores e também companhias privadas. Nessa relação confirmam-se os mais do que suspeitados repasses dos Correios, que deixaram 12 milhões de reais líquidos nos cofres da agência SMPB. Aparecem também novidades como a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, uma entidade que normalmente recebe apenas 2 milhões de reais.

A lista resultou da sonda de milhares de notas demonstrando o fluxo de uma empresa de Valério escurada por seu próprio contador. A relação de notas e faturas das companhias

e transmitida via internet mensalmente para órgãos públicos que acompanham a ligação entre faturamento e pagamento de impostos. Nessas conexões, são informados a data dos recebimentos, o nome das empresas pagadoras, o total recebido e quanto a agência reteve, como sua remuneração, de cada um dos valores. Para agências de publicidade, essa demonstração é importante porque costuma haver grandes diferenças entre o dinheiro que transita no seu caixa e o que elas efetivamente cobram por seus serviços. É rotina o cliente pagar todo o valor de uma campanha à agência, que se encarrega de repassar os pagamentos de fornecedores, produtores e empresas de comunicação que veiculam anúncios. Na hora de calcular os impostos, a agência precisa demonstrar que repassou parte do dinheiro. Dessa forma, fica claro que Marcos Valério emita notas que não são verdadeiras para que os doadores pudessem legalizar as saídas de dinheiro de seus caixas. Normalmente os impostos relativos a esses pagamentos. Assim, a doação feita pelas empresas ao político no nome de Valério, não deixava rastro.

Esse esquema aparece claramente no caso do deputado mineiro Roberto Brant, do PFL, que confirmou ter recebido uma doação da Usiminas intermediada pela SMPB durante sua campanha à prefeitura de Belo Horizonte no ano passado. O valor entregue a Brant foi de 102.000 reais. A doação era de 150.000, mas a agência ficou com uma parte, disse o deputado. Nas datas próximas à campanha eleitoral do ano passado, encontram-se na escrituração da SMPB sete lançamentos de valores superiores a 100.000 reais em nome da Usiminas, todos sem repasses.

A lista contida no disquete a que VEJA teve acesso tem 9.325 registros de pagamentos recebidos pela SMPB com uma soma de 104 milhões de reais. Desses totais, a agência declarou ter arrecadado, em 2004, 63 milhões. Há casos em que se nota

BRASIL TELECOM
Documento n° 21.680
Em 7/2004
11 milhões de reais
100% para a SMPB

Dinheiro de sobra

Para abastecer as contas do mensalão, a agência de publicidade de Marcos Valério recebeu por trabalhos que nunca fez. O quadro mostra como. Os quadrinhos dão exemplos das notas emitidas pela SMPB

O PADRÃO NORMAL

Empresa	Agência	Margem de lucro
Contrata a agência e estipula o valor total que vai gastar com uma campanha	Contrata serviços de empresas como produtoras de vídeo ou gráficas, gasta com material, elabora a campanha e negocia sua veiculação na mídia	20% é a média de lucro da agência sobre o valor bruto

O PADRÃO PT/VALÉRIO

Empresa	Agência	Sobra para o mensalão
Estipula um valor e repassa-o para a SMPB	Recebe o dinheiro mas não produz nada	100% é o percentual que a empresa de Valério lançou como lucro em vários casos. A SMPB emite uma nota de serviços prestados e o dinheiro foi parar nas contas do mensalão

USIMINAS
Documento n° 21.851
Em 8/2004
197.000 reais
100% para a SMPB

BANCO RURAL
Documento n° 18.441
Em 2/2004
200.000 reais
100% para a SMPB

um longo relacionamento normal entre cliente e agência, com vários pagamentos dos quais a SMPB faz deduções antes de declarar quanto efetivamente recebeu. Mas essa relação muda de padrão sobretudo nas datas próximas à campanha eleitoral de 2004, quando surgem depósitos de milhares de reais que não têm repasse algum. Muitos dos depósitos foram feitos por empre-

sas que obtiveram mesmo os serviços publicitários pelos quais pagaram. Outros pagamentos, como mostra a tabela abaixo, não geraram serviço algum. Estão nesse caso, por exemplo, o governo de Minas Gerais (21 lançamentos, entre 100.000 e 660.000 reais), a prefeitura de Contagem (dois registros acima de 100.000 reais) e o jornal Estado de Minas (com um total de 1 milhão de reais).

Apesar de guardar quantias tão elevadas, não houve obtido por VEJA provavelmente, a vela apenas uma parte do esquema de caixa de Marcos Valério. Segundo um auditor especializado na análise de jogadas feitas para maquiagem de contas para políticos e funcionários públicos, não se esperam muito mais do exame da contabilidade de outras empresas do grupo.

A mesma documentação que Mentor desprezou, por inútil, motivou a abertura de um inquérito pela Polícia Federal em 2002. O juiz federal Marcelo Cardozo da Silva, da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, enviou a movimentação da offshore do Rural à Receita Federal e ao Banco Central. O juiz exigia que se tomassem providências diante do que chamou de "fundados elementos que apontam para a prática de crimes de sonegação fiscal e de crimes contra o sistema financeiro". O inquérito da PF foi então aberto. Mas — esse Rural é danado de sortudo — nunca andou. Há um ano, diante da letargia policial, a procuradora da República Paula Conti Tha, de Curitiba, pediu à PF que interrogasse a cúpula do Rural sobre a movimentação não declarada de 700 milhões de dólares nos Estados Unidos. Até agora, porém, a PF não cumpriu o pedido. Também não se tem notícia de nenhuma atuação da Receita Federal contra o Rural. No Banco Central, dois processos administrativos, nos quais diretores do banco eram acusados de gestão fraudulenta, foram arquivados graças a pareceres do procurador da Fazenda Glênio Guedes — aquele mesmo procurador que recebeu 902.000 reais de Valério dias antes de assinar um documento inocentando os dirigentes do Rural.

Dos bancos mineiros, o esquema clandestino do PT tem sólidas ramificações na máquina pública, conexão que não pára de produzir vítimas fatais. Na semana passada, o ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira enviou uma carta à direção do partido pedindo sua desfiliação. Silvinho, como era chamado pelos agora ex-companheiros, é aquele que Dirceu disse que uma CPI "minimamente séria" pegaria. Pegou. Uma reportagem do *Jornal Nacional*, da Rede Globo, revelou que Pereira ganhou um jipão de mais de 70.000 reais de presente da empresa baiana GDK, que venceu cinco licitações para prestar serviço à Petrobras. Outra vítima

estrelada que também tombou por engordar o próprio patrimônio é o ex-diretor de marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato. Pizzolato contratou a agência DNA, de Marcos Valério, para prestar serviços de propaganda ao

BB em setembro de 2003. E embolsou 326.000 reais, em dinheiro vivo, sacados das contas de Valério no Rural. E assim, em meio a pacotes de dinheiro e carrões de luxo, o PT vai produzindo seu crepúsculo moral. ■

PARTIDOS MORREM NATURALMENTE

No início de 1992, o diretor de um hospital público de Milão, apadrinhado do Partido Socialista Italiano, foi flagrado recebendo uma propina equivalente a 5.000 dólares. Depois de sua prisão, sob os auspícios do juiz Antonio Di Pietro, começou uma investigação que revelaria que o corrupto, longe de ser um caso isolado de prevaricação, fazia parte de um gigantesco esquema ilegal de financiamento partidário no qual se enredavam não só expoentes socialistas como poderosos de outras agremiações, empresários, empreiteiros, ministros e até mafiosos. Entre 1992 e 1994, período áureo do processo que passaria à história sob o nome de Operação Mãos Limpas, foram interrogadas 12.000 pessoas e presas 5.000.

O terremoto político atingiu o ápice com a fuga para a Tunísia de Bettino Craxi, líder socialista que havia governado a Itália entre 1983 e 1987. Acusado formalmente de corrupção, ele foi processado, à revelia e condenado à prisão. Craxi morreu em 2000, em sua villa tunisiana à beira-mar, na condição de fugitivo da Justiça italiana.

A Operação Mãos Limpas teve como efeito principal baixar de níveis africanos a europeus a corrupção sistêmica na Itália. E, como colateral, dissolver partidos havia muito apodrecidos — a direita e a esquerda. A Democracia Cristã, hegemônica desde 1948, desmoronou em 1996. No mes-

mo ano, o Partido Socialista ruíu. A política italiana reorganizou-se em outras agremiações depois do trauma, em mais uma prova de uma verdade universal — a de que partidos são conjuntos que podem morrer, sem que isso signifique um comprometimento das instituições que são esteio da democracia, como o próprio Parlamento, os tribunais e o Poder Executivo. É o contrário do que vêm apregoando os mandachuvas petistas, em meio a crise que se afigura como a

Operação Mãos Limpas brasileira. A fim de conter as consequências do lamaçal, que avança sobre a agremiação, eles dizem que o PT precisa ser preservado para o bem da democracia nacional. Não, verdade: o PT merecera sobreviver se foi demonstrado, nas CPIs em andamento (e atestado nas eleições de ano que vem) que apenas uma parte de sua estrutura foi contaminada pela corrupção. Caso contrário, será o fim para a democracia brasileira que o partido enfrentou em um processo de extinção. Isso porque, também na política, as laranjas podres contam mais do que o limbo de um partido. Nessas condições, a parte da seleção natural do sistema democrático quanto aos petistas que não houverem na Itália, que organizem uma nova agremiação ou se resignem a entrar em outra já existente. Deu certo na Itália, dará certo no Brasil — e em qualquer país civilizado.

Maria Sabino

LEIANE S. MOURA RENECHA

Dores do crescimento

A crise de credibilidade que cerca o governo e o PT não é tão feia como a pintam. Basta que se passe a avaliá-la pela perspectiva dos cidadãos brasileiros — e não mais do ponto de vista dos figurões de Brasília que estão sendo por ela demolidos. Em pouco mais de um mês, o Brasil conseguiu fazer uma devassa nas entranhas do poder e, não gostando do que viu, deu início ao que parece ser uma limpeza ética como poucas a que já assistimos. Tudo parece ruir, mas o barulho terrível que se ouve é apenas o de cabeças rolando.

Para enfrentar essa crise, cujas implicações para o governo e para o PT são alarmantes, o Brasil não precisou passar por terremotos institucionais. As crises que levaram ao suicídio de Getúlio Vargas, à renúncia de Jânio Quadros e à derrubada de João Goulart e de Fernando Collor criaram momentos de enorme suspense institucional. Desta vez, não há alarme desse tipo. Ao menos até agora, o que não é pouco.

Uma coisa que ruiu no Brasil, neste mês de julho, foi a idéia de que o país só tinha problemas porque seu governo nunca havia sido entregue a um imaculado partido de pessoas puras como o PT, capaz de materializar a utopia da salvação nacional pela ação dos impolutos cavaleiros da vermelha figura. O fato de que o Brasil tenha acreditado nessa empulhação e, em consequência, colocado o PT à frente dos destinos do país, parece absurdo ao observador de hoje. Mas não parecia aos eleitores de 2002.

Houve um aprofundamento da autoconsciência nacional. A ilusão saiu esfrangalhada, mas nunca foi salutar viver de ilusões. Outra idéia que vem

ruindo desde o início do governo é a de que o PT tinha competência técnica, política e humana para governar o país. Com exceção da área econômica, em que emprega o bom senso convencional, mas contraria as convicções da maioria dos integrantes da sigla petista, o partido salvou-se em poucas frentes do naufrágio absoluto. No leme, estavam marujos perplexos com as complexidades do poder.

O Brasil ainda é um país jovem. Em

certos sentidos, como no aspecto político, somos uma nação adolescente vivendo as descobertas e as dores do crescimento. Não se sabe onde vai acabar o movimento de demolição do que há de pernicioso no governo do momento nem se pode vislumbrar o que vai sobrar do partido e da administração Lula. Como prova de amadurecimento, há o fato de que o país continua vivendo num ambiente de normalidade. As revelações de julho espantaram. Mas, ao contrário do que aconteceu em outros

momentos do passado, não deixaram aquela conhecida sensação de que “este país não tem jeito”. Tem jeito. E a prova é o funcionamento de seus mecanismos de autodepuração.

Com a nova experiência no terreno da desilusão, o Brasil já não estará tão frágil no futuro ao se defrontar novamente com lendas ou políticos salvadores da pátria. É de esperar que os moralistas e demagogos tenham mais dificuldade para convencer eleitores que, a cada crise, vão se tornando menos ingênuos e mais realistas. Que assim seja!

“Ruiu a idéia de que o Brasil só tinha problemas porque seu governo nunca havia sido entregue a um imaculado partido de pessoas puras como o PT, capaz de materializar a utopia da salvação nacional pela ação dos impolutos cavaleiros da vermelha figura”

ANDRÉ PETRY

Um escândalo, por favor

A ausência de escândalos não é garantia de ordem. Aliás, a ausência de escândalos, principalmente em países em construção como o Brasil, quase sempre é sinal de desordem — desordem silenciada, sufocada, amordaçada. Quando nada se sabia sobre o mensalão, não havia escândalo nem espanto, mas o mensalão estava lá; discretamente deslizado para o bolso dos parlamentares, numa perfeita desordem muda.

O escândalo, portanto, às vezes faz muito bem.

Agora mesmo, a pesquisadora Regina Soares Jurkewicz lançou um livro narrando casos de padres que abusaram sexualmente de mulheres entre 1994 e 2002. Jurkewicz examinou episódios divulgados pela imprensa nesses oito anos e consultou quase 100 organizações que trabalham com direitos humanos. Em seguida, selecionou 21 casos “envolvendo meninas, adolescentes e mulheres”. Na maioria das vezes, a vítima não tinha mais que 16 anos.

Por fim, a pesquisadora aprofundou sua análise em dois casos, os mais emblemáticos. O resultado é um livro de 124 páginas chamado *Desvelando a Política do Silêncio: Abuso Sexual de Mulheres por Padres no Brasil*.

Jurkewicz é professora, é católica e trabalhava havia oito anos no Instituto de Teologia de Santo André. Trabalhava. Não trabalha mais. Assim que sua pesquisa começou a vir a público, a direção do instituto resolveu demiti-la sob a alegação de que discordava de suas idéias.

Era para ser um escândalo, mas virou silêncio. Demitiram a professora porque não concordavam com ela. Dis-

cordar é livre, naturalmente, mas não deixa de ser espantoso que o pessoal do instituto tenha levado oito anos para descobrir as idéias da professora e perceber que delas discordava. O fato é que eles nada falaram das denúncias de Jurkewicz e ainda desprezaram o objetivo central de seu livro: o de pressionar a hierarquia católica a reconhecer a existência do problema e sobretudo demovê-

la da política de ocultar e silenciar e esconder e até proteger os padres agressores.

O problema todo é que não houve escândalo. O mensalão já acabou. É absolutamente certo que não existe deputado ou senador que esteja, neste momento, pensando em trocar de partido para ter direito ao mensalão do PT. O escândalo, a denúncia, a investigação, o barulho, a reação da sociedade — tudo isso é doloroso, mas foi também o primeiro passo, apenas o primeiro passo, para estancar o problema.

No caso da denúncia de Jurkewicz contra o abuso cometido por padres, lamentavelmente não se pode esperar nada de solução. Continuaremos vivendo a esquizofrenia segundo a qual a lei brasileira diz que abuso sexual é crime, mas o direito canônico nem sequer prevê punição para o agressor. Com a reação da hierarquia católica, com seu silêncio, sua apatia, sua covardia de enfrentar um problema grave, pode-se supor que, neste exato momento, no momento em que você, leitor, lê estas linhas, um padre esteja por aí molestado uma menina de 16 anos...

Quem há de negar se não há escândalo?

“Com a reação da hierarquia católica, com seu silêncio e sua covardia de enfrentar um problema grave, pode-se supor que, no momento em que você, leitor, lê estas linhas, um padre esteja por aí molestado uma menina de 16 anos...”

ESTÁ NA CARA

Não é preciso nem mais ouvir o que dizem; basta olhar para concluir: mentirosos seriais submetem o país a um festival de indignidades

Vilma Gryzinski

Qual o maior mentiroso de todos nesse aluvião de imposturas que estarrece o país? As desculpas esfarrapadas, as lorotas, as cascatas, as patranhas, as patacoadas, os engodos são tantos que o embusteiro de ontem é rapidamente eclipsado por novos e mais vigorosos concorrentes. Vale a pena lembrar, por exemplares, alguns temporariamente fora do ar. Não se fala muito, no momento, de José "Não me lembro que assinei" Genofino nem de seu irmão, José Nobre "Isso parece armação" Guimarães. Aliás, também ainda em baixa o suposto objeto da armação, José Adalberto Vieira da Silva, aquele dos 100 000 dólares escondidos todo mundo sabe onde — esse com tantas desculpas, cada uma mais patética que a outra, que não faz jus sequer a um apodo. E João Paulo "Minha mulher foi acertar uma conta da TV a cabo" Cunha (50 000 reais sacados pela patroa no mais movimentado ponto de Brasília, a notória agência do

Banco Rural)? E o deputado peelista Bispo Carlos "Discutimos alianças com Delúbio pelo país" Rodrigues (150 000 reais)? E José "Eu conheço Marcos Valério *en passant*" Borba (200 000 reais)? E o mais importante de todos os paroleiros desaparecidos, José "O governo do PT não rouba nem deixa roubar" Dirceu? Alguns estão condenados a voltar ao centro dos acontecimentos, outros serão sugados pelo buraco negro da crise sem deixar vestígios.

Pelo papel seminal que desempenharam no esquema geral da corrupção e pelo destaque que tiveram na última semana, os três mosqueteiros da dinheirama ilícita ocuparam o centro do grande teatro da mentira. Marcos Valério, Delúbio Soares, Silvio Pereira. Só de ouvir esses nomes, e se lembrar de seu desempenho diante das câmeras, em CPIs ou entrevistas, pessoas normais tendem a ter reações semelhantes: reviram os olhos, fazem uma expressão de repugnância, dão um risinho nervoso. São

respostas emitidas na mesma linguagem não-verbal que, inconscientemente, registram nos, digamos, depoentes. O vocabulário corporal dos mentirosos é amplamente conhecido pelos estudiosos do comportamento humano: são pálpebras que disparam a piscar, cenhos franzidos que se fixam num roteiro preestabelecido de embuste, mãos que cobrem a boca ou mexem no nariz, olhares enviesados, tronco rígido, membros contraídos.

Tome-se o exemplo de Marcos Valério da última vez que apareceu em público, na entrevista em que tentou vender o engodo batizado de Operação Paraguai: o dinheiro que irrigava contas de petistas e aliados vinha, alegou, de empréstimos bancários contraídos a pedido de Delúbio Soares para saldar dívidas de campanha. Não era preciso nem ouvir os detalhes da versão cambaia para uivar de incredulidade. Dotado de razoável autocontrole, Valério denunciou-se na testa reiteradamente franzida, na teimosa orla de suor sobre os lábios, nos

movimentos rígidos da mão. Ao dizer que não nomearia os beneficiários dos “empréstimos” devido a um acordo com a procuradoria, franziu a testa durante 33 segundos. Por que omitiu os supostos empréstimos no depoimento à CPI (os grandes saques em dinheiro, recorde-se, destinavam-se a “pagar fornecedores”, de acordo com a segunda e esfarrapada versão — na primeira, ele disse a VEJA: “Lido com ga-do. Há fazendeiros que não aceitam cheque”)? A resposta propiciou quarenta segundos de testa enrugada.

Já em matéria de piscadelas, o campeão é Delúbio Soares. Na segunda dose da Operação Paraguai ele bateu recordes. Em condições normais, uma pessoa pisca em média vinte vezes por minuto. Ao responder à primeira pergunta do repórter da Rede Globo — se confirmava a

versão de Marcos Valério —, piscou 52 vezes em cinquenta segundos. Achava crível que tudo isso fosse feito sem conhecimento da direção do PT? Foram 21 piscadas em oito segundos. E era apenas coincidência que estivesse falando um

dia depois de Marcos Valério? Vinte e três vezes em nove segundos. Quatro dias depois, no longo depoimento à CPI, a situação mudou: as pálpebras delubianas estavam quase estáticas, tomadas por tamanha morosidade que se cogitou, com a liberdade propiciada por crise dessas dimensões, sobre um efeito químico.

As manifestações não-verbais de mentirosos seriais evidentemente são apenas indícios. É possível que quem se põe a piscar aceleradamente, com o rosto contorcido e gestos crispados, esteja expressando sinais de nervosismo e tensão. É possível, por exemplo, que quan-

do Silvio Pereira leva repetidamente a mão ao rosto, cobrindo a boca e tocando o nariz, esteja apenas se protegendo do canhoneio da CPI (e pensando em coisas mais amenas, como uma casa na praia, quem sabe um passeio de Land Rover). Os desmentidos que valem são os que vêm na forma de provas documentadas — e não têm faltado. Os comentários sobre os sinais exteriores de mentira são uma reação ao festival de indignidades a que o país tem sido submetido. Identificá-los, e até rir deles, é uma forma de autopreservação num momento de forte stress emocional. Para combatê-los, o remédio ideal é conhecido. “A verdade é avassaladora”, avisou o deputado Roberto Jefferson quando pôs fogo na crise. Mesmo já superado pelo ritmo vertiginoso das revelações desencadeadas desde então, ele ocupa uma estranha posição: quase tudo o que falou até agora foi confirmado. ■

Com reportagem de Laura Ming

O PETRÓLEO É DELES

Como o lobista Fernando Moura, representante de José Dirceu e Silvio Pereira, intermediou negócios na Petrobras.

Felipe Patury e Francisco Mendes

A Petrobras é a maior fonte de negócios do governo. Investe por ano 22 bilhões de reais. Tanto dinheiro aticou o PT, que avançou sobre a estatal com a voracidade de quem descobre um campo de petróleo. Nos últimos anos, algumas das polpudas transações feitas em

presa passaram pelos amigos do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. No início de 2003, ele incumbiu o ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira de selecionar os candidatos a cargos de direção na estatal. Essa tarefa garantiu a Silvinho especial autoridade sobre o diretor de Serviços da Petrobras, Renato Duque, indicado para o posto por outro amigo e representante de

Dirceu, o lobista Fernando Moura. Dois parlamentares e quinze empresários contaram a VEJA como Silvinho e Moura intermediaram o trânsito de empresas privadas na Petrobras. Entre elas, a baiana GDK, que deu a Silvinho um Land Rover de 73 500 reais. Na semana passada, o caso veio a público e Silvinho acabou se desfilando do PT. Não sem

antes proclamar que continuará a ser “um lutador social, nessa hora em que as forças conservadoras se aproveitam para sitiá-lo o governo Lula”. A “luta” de Silvinho, na verdade, foi nas colunas sociais, que passou a frequentar quando o PT chegou ao poder.

A GDK começou a prestar serviços à Petrobras em 1994. Deslançou em 2002, quando seu dono, César Oliveira, conheceu Paulo Henrique Cardoso, filho do ex-presidente Fernando Henrique, e David Zylberstajn, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo. Naquele ano, os contratos da GDK com a estatal saltaram de 126 para 430 milhões de reais. A amizade com os tucanos se transformou em vantagem quando Lula assumiu. No primeiro ano do governo petista, os contratos da empresa com a Petrobras encolheram 34%. Para evitar maiores perdas, a GDK contratou em março de 2003 uma dupla de lobistas.

Eles entraram no jogo e a empresa conseguiu o apoio do atual ministro da Coordenação Política, Jaques Wagner — do qual Oliveira havia sido o principal financiador na campanha de 2002 para governador da Bahia. O ministro hoje tem uma filha empregada na GDK e Oliveira furou o bloqueio imposto à empresa por Moura e Silvinho. Marcou um encontro com Moura em abril de 2003 e, outro, três meses depois, com Silvinho.

Depois das conversas com os representantes de José Dirceu, a GDK recuperou seu espaço na Petrobras. E como! Seus contratos atingiram 512 milhões de reais em 2004. O principal deles, de 240 milhões de reais, foi a reforma da plataforma P-34. A GDK cometeu um erro formal em sua proposta, não tinha atestado ambiental e participou da licitação mesmo sem constar do cadastro de serviços de plataformas. Eram motivos suficientes para que fosse descartada. Não foi. Oliveira ficou grato a Silvinho e a Moura.

Ao primeiro deu, pelo menos, o tal Land Rover. Ao segundo, pelo menos, abrigo na hora do aperto. Moura mantinha um apartamento em Brasília até a erupção do escândalo Waldomiro Diniz. Depois disso, passou a despachar no escritório da GDK no Rio. De lá, Moura defendeu os interesses de outra empresa na Petrobras. Em 2000, no governo FHC, a Alpina firmou um contrato de segurança ambiental que lhe renderá 160 milhões de reais. Como o contrato vence em 2006, a empresa terá de participar de nova licitação. Moura luta para que ela concretize seus objetivos.

No início do governo Lula, o estaleiro Fels Setal também pediu ajuda a Moura e Silvinho. A empresa é uma associação entre o Fels, de Cingapura, e a Setal brasileira. Em 2002, ganhou a licitação para construir a plataforma P-51. A concorrência foi anulada pelo governo petista, que abriu nova licitação. A Setal estava, então, com um problema para ganhar a disputa: enfrenta-

va na Justiça pedidos de falência. Recorreu a Moura. Em maio de 2003, ele apresentou Roberto e Augusto Mendonça, sócios do estaleiro, a Silvinho. Num passe de mágica, ganharam não só a P-51 como também a P-52. As duas obras renderão 4 bilhões de reais. O estaleiro Mauá Jurong registrou em cartório uma proposta para fazer as obras por 600 milhões de reais a menos, mas foi desclassificado. Depois que ganharam as licitações, os irmãos Mendonça venderam a Setal para os sócios de Cingapura. A GDK, a Alpina e o Fels Setal estão na alçada da diretoria de Renato Duque, o indicado pela dupla dinâmica Moura/Silvinho. Por meio de sua assessora, ele diz que não é apadrinhado dos representantes de Dirceu e que nunca discutiu os casos dessas empresas nos seus muitos encontros com Silvinho. A Petrobras diz que a GDK também faturava alto no governo tucano e que a renovação do contrato com a Alpina não está decidida. Afirma ainda que não houve prejuízo no caso do Fels Setal. Desde que estourou o escândalo dos Correios, Moura desfruta o doce caviar do exílio. Pode ser encontrado em Paris. Petista chique é outra coisa. ■

24 HORAS DE OLHO NELES

O brasileiro vigia a CPI pela TV. A cobertura da crise é só um exemplo da força da democracia

Nunca uma crise política no Brasil foi tão exposta em suas minúcias. Os depoimentos prestados à CPI dos Correios são transmitidos pelos canais

de notícias 24 horas — que ainda não existiam, por exemplo, na época do processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo, em 1992. É como se a atividade da CPI estivesse sob permanente vigilância, em uma espécie de *Big Brother* da política — sujeito a momentos de tédio, mas também a formidáveis revelações. Essa programação tem obtido bons índices de audiência: nas duas ocasiões em que Roberto Jefferson depôs — na Comissão de Ética da Câmara e na CPI —, o canal de notícias *Globonews* foi sintonizado por mais de 1 mi-

lhão de pessoas, assumindo a liderança da audiência entre os canais pagos. O *Jornal Nacional*, o programa jornalístico mais visto do país, tem dedicado quase todos os seus blocos à cobertura do escândalo — e é acompanhado por cerca de 30 milhões de pessoas. Esses números revelam um interesse continuado do público brasileiro pelos desdobramentos do escândalo do mensalão. E mostram o vigor democrático da sociedade brasileira.

Apesar dos escândalos, muitos indicadores de saúde democrática vão bem. Ainda no âmbito da imprensa, hoje é inimagi-

nável que ocorram episódios como a invasão do prédio da *Folha de S. Paulo* pela Polícia Federal, em 1990 — uma tentativa de intimidar os meios de comunicação quando pipocavam denúncias contra o presidente Collor (o governo petista tentou criar um mecanismo de controle da imprensa, o malfadado Conselho Federal de Jornalismo, mas a idéia foi abatida no nascedouro). Mesmo no aparato estatal, há instituições sólidas e independentes. Desde que viu sua autonomia ampliada pela Constituição de 1988, o Ministério Público tornou-se um órgão importante de combate à corrupção. O mesmo se pode dizer da Polícia Federal. “A verdadeira democracia tem de ser testada. São as crises que permitem constatar o vigor das instituições”, diz o historiador Lincoln Penna.

Outras comparações com o período da falência do governo Collor tornam mais claro como o Brasil avançou. Quando Collor foi apeado da Presidência, a inflação batia em 1 000% ao ano. A crise econômica não nasceu com as denúncias contra o presidente, mas viu-se ampliada por elas: a inflação mensal atingiu seu pico no mês do impeachment, setembro de 1992, com 27%. No terremoto atual, a economia se mantém estável. Não se fala em explosão inflacionária, e a confiança do mercado internacional não dá mostras de arrefecer: na semana passada, o Brasil trocou boa parte de seus C-bonds

(títulos da dívida externa) por documentos com cláusulas mais favoráveis. Isso é possível porque o governo se mantém firme na rota do ajuste fiscal, mas também pela autonomia que instituições econômicas como o Banco Central têm demonstrado. Nas últimas semanas, por exemplo, o BC negou um empréstimo especial ao Banco Rural, instituição estreitamente ligada ao empresário Marcos Valério, operador do mensalão. Com seu nome associado a um escândalo de corrupção, o banco imaginou que seria possível blindar-se contra uma corrida de saques com um dinheirinho do governo. Se dependesse da cúpula petista, o desejo teria sido atendido. O BC, no entanto, manteve as portas do cofre trancadas.

Uma comparação com nações em estágio de desenvolvimento semelhante ao do Brasil é também eloquente. Na Argentina, quando a crise econômica levou o presidente Fernando de la Rúa à renúncia, em 2001, houve saques e confrontos de rua em Buenos Aires. Não se vê nada remotamente parecido por aqui. “A democracia brasileira já é capaz de absorver as crises e demandas dentro de um marco institucional”, diz o jurista e ex-ministro das Relações Exteriores Celso Lafer. Também é alentadora a comparação do Brasil com países como China e Rússia. A Rússia, assolada por um nível quase endêmico de corrupção, ainda não

se libertou da tradição autoritária herdada do comunismo: os canais de televisão, por exemplo, são controlados pelo governo. A China, embora desponte como um gigante econômico, não dá mostras de que

algum dia vá instituir um estado de direito.

As atividades da CPI, é claro, também são um índice de força da democracia — ainda mais quando vigiadas pelo eleitor. “Uma CPI bem conduzida ajudará a dissipar a idéia de que os políticos são um bando de gaiatos”, diz o cientista político Bolívar Lamounier. Na semana passada, o senador Jefferson Peres (PDT-AM), em artigo no jornal *Folha de S. Paulo*, citou o Chile como exemplo positivo para o Brasil. Ele lembrava que, no fim da ditadura do general Pinochet, os partidos chilenos firmaram um acordo sobre os pontos da política econômica que deveriam ser mantidos. Nenhum pacto formal do gênero foi firmado pelos partidos brasileiros. Mas a sociedade brasileira chegou, sim, a um pacto tácito sobre os valores básicos que nem a mais grave crise política pode vitimar: estabilidade econômica, instituições democráticas, liberdades civis. Por mais que as investigações da CPI abalem o governo, o Brasil tem todas as chances de sair desse processo ainda mais fortalecido. ■

GENÉRICO DE DELÚBIO

Ivan Guimarães ajudou seu mentor a navegar no caixa do Banco do Brasil

VEJA revelou na semana passada que Henrique Pizzolato, ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, mandou seu contínuo buscar uma sacola com 326 000 reais da conta da DNA propaganda, uma das agências de publicidade de Marcos Valério, o operador do mensalão. Influente no mundo financeiro, Pizzolato era peça vital, mas não a única, da fantástica fábrica de dinheiro do ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Em meio à inegotável lista de envolvidos no esquema de arrecadação petista, deve-se ressaltar o eco-

nomista Ivan Guimarães, subtesoureiro do PT durante a campanha presidencial de 2002. Na prática, Ivan era uma espécie de genérico de Delúbio. Terrível na arte de buscar dinheiro junto a banqueiros, cumpriu com dedicação a árdua tarefa de, sabe-se hoje, abarrotar o(s) caixa(s) do partido para financiar a campanha que elegeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Missão cumprida, ganhou em março de 2003 o cargo de assessor especial do ex-presidente do Banco do Brasil Cássio Casseb, mas não se contentou com

os limites estreitos da função. Passou a perseguir novos negócios, em sociedade com um amigo que lhe fora apresentado por Delúbio: o empresário mineiro Marcos Valério. Juntos, Ivan e Valério percorreram os corredores do Congresso e de ministérios em defesa de missões pouco ortodoxas. Numa delas tiveram a desfaçatez de pressionar funcionários do Banco Central a decidir em favor de bancos falidos com

pendências bilionárias no órgão. Fracassaram.

No segundo semestre de 2003, meteram-se, numa empreitada ainda mais ousada, talvez influenciados pelo dramaturgo alemão Bertolt Brecht, para quem crime não é assaltar um banco, mas fundar um, propuseram a criação de duas novas instituições financeiras, uma privada, outra pública. A pública nasceu em setembro de 2003, com a criação do Banco Popular do Brasil, braço do Banco

do Brasil cuja tunção é emprestar dinheiro à população de baixa renda. Ivan foi logo nomeado para a presidência da nova instituição, da qual foi escorraçado um ano e sete meses depois, deixando um legado cômico e triste. Sob sua administração, o Banco Popular do Brasil injetou mais dinheiro na agência de publicidade de Marcos Valério do que nas contas de seus pobres clientes. A DNA propaganda, de Valério, recebeu 24 milhões de reais para gastar com publicidade. Ao cerca de 1 milhão de clientes do Banco Popular do Brasil Ivan destinou 20 milhões.

Ivan, Delúbio, Pizzolato e Valério também sonhavam com

a criação de uma instituição financeira privada — o Banco do Trabalhador, que centralizaria a movimentação bancária de todos os sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores sob a supervisão e com o suporte do Banco Rural. A idéia foi abandonada quando José Dumont, ex-vice-presidente do Rural, morreu, em um acidente de automóvel, levando junto os sonhos de Delúbio e de seus genéricos. Ah, sim, Ivan dirige um Land Rover. ■

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Lula é o responsável”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 18 de julho do corrente.

O autor do artigo, Carlos Alberto Di Franco, comenta que é necessário “decretar o fim do acordo firmado entre as forças políticas para proteger a imagem do presidente da República. Afinal, quem merece uma blindagem contra a corrupção é o Brasil e seu povo ordeiro e sacrificado”. Afirma, ainda, que, com o apro-

fundamento das investigações, “a omissão presidencial ficará cada vez mais patente”.

Para que conste dos Anais do Senado, requer, Sr. Presidente, que o artigo passe a integrar este pronunciamento.

A matéria segue em anexo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

Lula é o responsável

Carlos Alberto Di Franco

O recrudescimento da crise brasileira, com cenas próprias da pior delinqüência – flagrantes policiais de situações constrangedoras, depoimentos clinicamente falsos e a sintomática submersão silenciosa dos envolvidos (José Dirceu, que anuncia sua defesa na Câmara dos Deputados, parece ter mudado de país) –, conduz, inevitavelmente, a algumas conclusões.

A primeira, caro leitor, é a urgente necessidade de se caminhar para a abertura de uma CPI da Corrupção. Como lembrou o jornalista Fernando Rodrigues, está em curso no Congresso uma operação destinada a embaralhar as apurações em andamento. Além da CPI dos Correios, começa a funcionar outras duas: a do Mensalão e a dos Bingos. O Palácio do Planalto, sublinha Rodrigues, opera ativamente para que essas novas investigações entrem logo em cena. Quem ouviu o recente discurso do presidente Lula a um grupo de sindicalistas em Brasília, notou, certamente, a contumácia com que o presidente, em nome de sua isenção no combate à corrupção, defendeu a multiplicação de CPIs. Dispensar a investigação e fragmentar os fatos fazem parte da estratégia do governo.

A juíza Denise Frossard, portadora de notável currículo no combate ao crime organizado, está convencida de que foi instalada uma rede criminoso

coração do Estado brasileiro. Concordo com ela. A CPI dos Correios está apenas arranhando um dos tentáculos. A cada dia, infelizmente, surgem novos indícios de corrupção. Aparentemente, só para citar um exemplo, cartões de crédito corporativos têm sido usados para despesas pessoais. Como salientou reportagem do jornal *O Globo*, se gastos com vinhos fazem parte das relações corporativas dos diretores da Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, difícil é entender o que faz o nome de uma empresa especializada em sites pornográficos no extrato de despesas do presidente do conselho deliberativo do fundo, Henrique Pizzolato. Localizado em Londres, onde participava de encontro sobre fundos de previdência, Pizzolato afirmou que nunca ouviu falar da empresa ou do site e que não tem idéia de como a conta foi debitada no cartão da Previ, que ele usava somente em serviço. Sem querer prejudicar ninguém, é muito estranho. Convém, por isso, aglutinar tudo numa única CPI da Corrupção, com subcomissões temáticas apurando cada acusação, mas centralizando o resultado num relatório final conjunto. É a proposta de Fernando Rodrigues. Assino em baixo. A dispersão investigativa acabará em impunidade.

Impõe-se, em segundo lugar, decretar o fim do acordo firmado entre as forças políticas para proteger a imagem do presidente da República. Afinal, quem merece uma blindagem contra a corrupção é o Brasil e seu povo ordeiro e sacrificado. Pesquisa da Ipsos-Opinion, publicada pela revista *Veja*, mostra que 55% dos brasileiros acreditam que Lula sabia da corrupção no governo. Ao mesmo tempo, a pesquisa CNT/Sênus, embora positiva para a imagem do presidente, apenas evidencia o sucesso da operação de blindagem. Com o aprofundamento das investigações, no entanto, a omissão presidencial ficará cada vez mais patente. Cairá a ficha daqueles que, esquizofrenicamente, imaginam que seja possível separar o presidente da República dos seus ministros e aliados.

O presidente, supostamente, teria tomado conhecimento do mensalão em mais de uma ocasião. O deputado Roberto Jefferson afirmou que contou tudo ao presidente, em janeiro. A versão foi confirmada pelo ex-ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo. O governador de Goiás, Marconi Perillo, declarou que relatou a Lula, no ano passado, o pagamento de mensalão a parlamentares da base aliada. Tais diálogos não foram desmentidos e são suficientes para configurar crime de prevaricação. Ademais, todos os envolvidos no suposto escândalo, ram algum aval, administrativo

ou de confiança, do presidente da República, José Dirceu foi nomeado "primeiro-ministro" por Lula. Desde o caso Waldemir, Dirceu ficou numa desconfortável berlinda. Mas Lula o manteve no cargo. Só saiu, como todos sabem quando o deputado Roberto Jefferson advertiu que Dirceu acabaria arrestando o presidente, Delúbio Soares, pivô do escândalo, e José Genoino não são estranhos ao presidente. São amigos e confidentes de longa data. O presidente da República, queiramos ou não, é o grande responsável pela crise que castigou o Brasil.

Por isso, não são razoáveis as negociações entre governo e oposição para uma eventual renúncia constitucional que elimine a reeleição do presidente. Não se pode mudar a Constituição ao sabor de interesses casuísticos. Além disso, seria uma bofetada numa sociedade crescentemente traumatizada com o triste espetáculo da corrupção presidencial da República brasileira, e tudo indica que sim, esta ética é legal-

SE PREVARICOU, ESTÁ IMPEDIDO DE DISPUTAR UM SEGUNDO MANDATO

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "Erros, fatos e palavras", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 29 de julho do corrente.

O economista Paulo de Tarso Venceslau, em 1995, denunciou para Lula o esquema de corrupção nas prefeituras petistas como a de São José dos Campos, na qual o Secretário das Finanças, Roberto Teixeira, era o advogado e compadre do então futuro Presidente Lula. Isso prova que a corrupção no partido é antiga e que Lula já era inerte nessa época. A

mente impedido de disputar um segundo mandato. A reforma política, todavia, bem disso. Há décadas. Agora, não é mais possível postergá-la. O atual modelo é a principal causa da corrupção. O voto distrital, que quebra o distanciamento entre eleitores e eleitores, é essencial. O financiamento público das eleições, ou o sistema norte-americano, que admite o financiamento privado, devem ser discutidos amplamente. O que importa é a transparência absoluta. Quando falta clareza, sobram sombras. É necessário, também, enfrentar a existência das legendas de aluguel. Para um partido subsistir, ético e legalmente, é necessário que alcance o mínimo de 5% da votação em quase todos os Estados da Federação.

O Brasil, caro leitor, pode emergir deste lodacal para um patamar civilizado. Mas para que isso aconteça, com a urgência que se impõe, é preciso que os culpados sejam punidos. Mesmo que se trate do presidente da República.

Carlos Alberto Di Franco, diretor do Master em Jornalismo, professor de Ética da Comunicação e representante da Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra no Brasil, é diretor da Di Franco Consultoria em Estratégia de Mídia Ltda.

única atitude tomada foi a expulsão de Paulo de Tarso Venceslau do PT.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NÓTAS E INFORMAÇÕES A3
O ESTADO DE S. PAULO * SEXTA-FEIRA, 29 DE JULHO DE 2005

Conselho de Administração:
PRESIDENTE
Roberto C. Mesquita
MEMBROS
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Júlio César Mesquita
Mário Cecília V. M. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875
Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1998)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Pírio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br

Publicação da S. A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

'Erros', fatos e palavras

Embora se declarasse "muito indignado" não propriamente com as evidências de corrupção que têm vindo à tona, mas com o "fal de diz-que-diz" a que reduziu a crise política por elas provocada, o presidente Lula, antontem em Bagé, tornou a se orgulhar de ter "vergonha na cara" e tornou a advertir que "todos que erraram, sejam do meu partido ou de outro, têm de pagar". Para seu presumível desconforto, no entanto, o mesmo Estado que noticia ontem, como a imprensa diária em geral, a sua mais nova manifestação sobre a amarga atualidade política brasileira publica também uma entrevista que revela a imensa distância entre as palavras do presidente sobre qual deve ser o destino dos que erraram e um fato a esta altura já histórico, do qual foi protagonista central, que aponta rigorosamente na direção oposta.

O entrevistado é o economista Paulo de Tarso Venceslau. Em 1995, ele denunciou a Lula o esquema de arrecadação ilícita de recursos operado em prefeituras petistas, como a de São José dos Campos, da qual era secretário das Finanças, pelo advogado Roberto Teixeira, compadre do então futuro presidente. Pas-

sados dois anos sem que nada acontecesse, Venceslau contou o que sabia ao *Jornal da Tarde*. Em 1998, foi expulso do PT. O caso tinha sido julgado por uma comissão de notáveis do partido, formada pelo economista Paul Singer, o ex-promotor Hélio Biotto e o professor de direito e atual deputado José Eduard do Cardozo. O relatório do trio concluiu que Teixeira havia cometido "grave falta ética" mas esse e outros trechos de igual teor foram expurgados da versão usada pela direção do PT para expulsar Venceslau.

A importância da sua entrevista está na analogia que ele estabelece, com inquestionável lucidez, entre a corrupção no PT que viu de perto e esta que acompanha pela mídia, como qualquer brasileiro. Em dado momento, Venceslau diz que "se tivessem feito a depuração (para a qual forneceu a oportunidade, há dez anos), não estaríamos vendo o filme de agora". O problema, pelo que ele mesmo relata da atuação de Lula e do seu controlador do partido, José Dirceu, que o elegeu presidente também em 1995, é que essa depuração não podia acontecer, a menos que o líder, perante

quem os companheiros se comportavam com temor reverencial, passasse por uma metamorfose que o fizesse praticar o que pregava – a separação absoluta entre o público e o privado, entre Estado e partido.

Mas, em vez disso, como mostra Venceslau, Lula "fez questão não só de acobertar (o poderoso compadre), mas de punir quem tinha des-coberto" (os seus erros, para usar a atual terminologia do presidente). Nesse episódio que esculpiria a verdadeira face da liderança do PT, "Lula se consolida como caudilho e o partido se ajoelha diante dele", analisa Venceslau. "Ungido de uma liderança incontestável", assinala o ex-petista, "todo mundo passou a fazer aquilo que mandava." Dirceu era o "executor" leal ao chefe. Alguém à direção

partidária, para serem seus paus-mandados, Sívio Pereira e Delúbio Soares, "que raciocinam muito pouco", na avaliação de Venceslau, confirmando o que se viu na CPI dos Correios.

A ascensão do PT ao Planalto deu dimensão federal aos meios e fins encarnados no ministro que dizia que só fazia o que Lula mandava. Prova de que nada mudou está no caso da

nomeação do novo presidente da Infraero. Contra o parecer da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, ele nomeou para Infraero Tércio Ivan de Barros. A Polícia Federal aponta irregularidades que teria cometido na superintendência do Aeroporto de Guarulhos, em 2002. Tércio é amigo de Antonio Celso Cipriani, ex-presidente da falida Transbrasil, da qual o "compadre" de Lula, Roberto Teixeira, é advogado, e tem (Cipriani) um grande projeto de casamento de Lula. Outro amigo do compadre de Lula é o relator da CPI do Banestado, o deputado petista José Mentor, cujo mentor é José Dirceu. Ele conseguiu evitar que Cipriani depusesse no inquérito. Diz Venceslau: "Teixeira está blinado. Mas na hora em que reabrirem o caso Banestado talvez a gente descubra por quê."

É eis que o presidente, na mesma fala de Bagé, acusa a imprensa de manchar inocentes. "Alguém" terá de pedir desculpas, cobrou. A imprensa não manchou ninguém – diga o que disser – o demitido ministro Dirceu. E o "alguém" que teria de pedir desculpas Lula sabe perfeitamente quem é.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria publicada no jornal **O Estado de São Paulo**, de 03 de agosto de 2005, intitulada “Presidente da Casa da Moeda levou R\$2,6 milhões, revela lista de Marcos Valério”.

Segundo a relação de nomes, que sacaram dinheiro das contas das agências publicitárias do Marcos Valério, apresentada pela diretora financeira Simone Vasconcelos no seu depoimento à Polícia Federal, Henrique Pizzolato, ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, recebeu R\$326,66 mil. Esse montante foi in-

cluído dentro do valor de R\$2,6 milhões destinados ao Presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Presidente da Casa da Moeda levou R\$ 2,6 milhões, revela lista de Valério

Desse total, R\$ 326 mil teriam sido repassados a Manoel Severino pelo ex-diretor de Marketing do BB Henrique Pizzolato

CRSE NO GOVERNO LULA

Shylla D'Amorim
Wilson Tosta
BRASILIA

O ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil (BB) Henrique Pizzolato recebeu R\$ 326,66 mil do empresário Marcos Valério segundo relação apresentada pela diretora financeira da SMPB, Simone Vasconcelos, durante depoimento à Polícia Federal esta semana. O dinheiro pago a Pizzolato foi incluído entre os R\$ 2,676 milhões destinados ao presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino, e entregue em 15 de janeiro de 2004, de acordo com as declarações da diretora. Severino teria recebido os três pagamentos restantes. O primeiro ocorreu em 19 de agosto de 2003 e somou R\$ 100 mil. Outros R\$ 750 mil foram repassados entre 26 e 30 de abril de 2004 e a maior quantia, R\$ 1,5 milhão, em 4 de julho do ano passado.

Pizzolato nega ter recebido os recursos e diz que não tem relações pessoais com Manoel Severino. “Só o conheço pela imprensa e nem sabia a função dele. Acho isso muito doído. Deve haver algum engano”, reagiu o ex-diretor do BB, que se aposentou no auge das denúncias de que ele estaria envolvido no esquema de distribuição de recur-

sos comandado pelo empresário mineiro Marcos Valério.

A saída de Pizzolato do BB fez parte de um processo de despartidarização da instituição e, hoje, por determinação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e do presidente do BB, Rossano Maranhão, todas as ações da diretoria de Marketing que era comandada por ele estão sendo auditadas. Até as secretarias que trabalhavam com Pizzolato foram trocadas.

Manoel Severino não quis se manifestar. Sua assessoria disse que não conseguiu encontrá-lo e ele não respondeu os recados deixados no seu celular. O dinheiro repassado ao presidente da Casa da Moeda seria destinado ao PT do Rio de Janeiro, Estado onde também vive o ex-diretor do BB. Segundo apurou o Estado, o dinheiro teria ido para vários candidatos, entre eles o deputado Jorge Bittar, que concorreu à prefeitura da capital e, hoje, participa das investigações da CPI dos Correios, que apura as relações do PT com Marcos Valério.

A agenda de Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária de publicitário, registra vários encontros de Marcos Valério com o presidente da Casa da Moeda, em 2003. O primeiro registro associa Manoel Severino ao então tesoureiro do PT, Delúbio Soares. A anotação, referente a 20

de novembro, diz: “Ligar Manoel Severino Delúbio”. Embaixo dos nomes a palavra “urgente”. Manoel Severino é antigo conhecido do PT do Rio, onde fica a sede da Casa da Moeda. Ele foi secretário estadual de Articulação Governamental no governo de Benedita da Silva, é ligado ao ex-secretário de Comunicação do PT Marcelo Serezo e amigo do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz.

O esquema de Severino com candidatos do PT no Rio teria ligação nacional e funcionou paralelamente ao diretório regional do PT que, oficialmente, ficou fora dos repasses. Na campanha de Bittar, o comando nacional do PT impôs o marqueteiro Nizan Guanães, com o compromisso de pagar-lhe os serviços, mas interrompeu o pagamento em agosto.

A escolha de Guanães foi do ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares. “Ninguém está fora da possibilidade de ter recebido dinheiro na campanha”, admitiu um ex-coordenador das campanhas petistas, sob anonimato. Na CPI dos Correios, Valério admitiu ter mantido encontros com Severino. Disse que os dois discutiram campanhas no Rio. O presidente da Casa da Moeda confirmou. Mas a única campanha petista que Valério assessorou oficialmente em 2004 foi a de Petrópolis. ■

O SR. LUIZ SOARES (S/Partido – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Os desfechos da crise”, publicada na revista **IstoÉ** do último dia 13 de julho do corrente.

A matéria traz os comentários de cinco intelectuais sobre a crise política provocada pelo escândalo de corrupção nos Correios. Os convidados “analisaram o terremoto provocado pela CPI dos Correios, propuseram reformas e ações políticas, e tentaram antecipar tendências do eleitorado”. No geral, uma conclusão foi

unânime: a de que os estragos à imagem do PT são irreversíveis; a bandeira do PT da ética e da correção na política foi literalmente destruída.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ SOARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

**“ Conheço
Lula bem
e acho que
ele não será
candidato
à reeleição ”**
César Benjamin

Cientistas políticos afirmam que estragos à imagem do PT são irreversíveis, mas Lula ainda pode sair inteiro

OS DESFECHOS

AZIZ FILHO E CELINA CÔRTEZ

A democracia está consolidada e não há risco de crise institucional. Mas os danos ao PT e ao presidente Lula são irreversíveis, abrindo espaço para uma diáspora petista, para a reorganização das forças políticas e para nomes até agora afastados das especulações sobre a sucessão, que dificilmente resultará na reeleição. São as impressões gerais de cinco intelectuais convidados por **IstoÉ** para um debate, na terça-feira 5, na sucursal do Rio de Janeiro. Durante duas horas, eles analisaram o terremoto provocado pela CPI dos Correios, propuseram reformas

e ações políticas, e tentaram antecipar tendências do eleitorado. O grupo foi composto pelo sociólogo Hélio Jaguaribe, do Instituto de Estudos Políticos e Sociais, pelos cientistas políticos Antônio Carlos Peixoto (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Eurico Figueiredo (Universidade Federal Fluminense) e Maria Celina D’Araújo (Fundação Getúlio Vargas) e pelo analista César Benjamin, da editora Contraponto.

O presidente concluirá o mandato? A primeira pergunta divide as opiniões, mas a maioria acha que Lula não tentará a reeleição. “É a mais séria crise política da República, porque a frustração matou a esperança da chegada de um líder operário ao poder”, diag-

nostica Hélio Jaguaribe. A ponderação vem de Eurico Figueiredo, que vê em Lula condições de vencer em 2006, desde que assuma o erro por não ter agido antes, afaste todos os suspeitos e passe a governar com total transparência para ganhar a dimensão de estadista. Figueiredo admite outros dois cenários: o pior, com renúncia ou impeachment, ou uma convivência desgastante com a crise, resultando na polarização das eleições de 2006 entre o PSDB e outro candidato, como o ex-governador Anthony Garotinho (PMDB), que dividiriam os votos dos petistas frustrados. Maria Celina prefere ressaltar a possibilidade de Lula não concluir o mandato, embora “ninguém queira este desfecho”. Para

“O sistema partidário atual é inviável. O regime tende ao parlamentarismo”
 Hélio Jaguaribe

“Não acredito que a crise chegue ao impeachment do presidente. Lula não é Collor”
 Eurico Figueiredo

DA CRISE

ela, o presidente se mostrou inapto para governar: “A renúncia é uma perspectiva mais plausível do que o impeachment. Ele ficou a pé.”

De fora – Antonio Carlos Peixoto concorda que Lula mostrou falta de talento para administrar e dá um conselho: uma declaração solene de que não disputará a reeleição. “Isso acalmaria os adversários e poderia conter a crise.” O PT lançaria em 2006 um nome das correntes menos atingidas pelas denúncias, como os senadores Eduardo Suplicy (SP) e Cristovam Buarque (PT). Peixoto lança um alerta, com a concordância dos demais: é preciso cuidado com o denuncismo exacerbado. “A tolerância com a

CENÁRIOS POSSÍVEIS

- 1. Lula e FHC costuram uma aliança e mudam a política brasileira
- 2. PSDB e PT se enfrentam em 2006 com Garotinho na disputa
- 3. Lula reduz a tensão política anunciando que não será candidato
- 4. O PT se dissolve e seus eleitores se dividem em 2006 entre o PSDB e um candidato com um discurso desenvolvimentista
- 5. Lula renuncia para evitar o impeachment

corrupção deve ser zero, mas as reformas não devem ser feitas só com a bandeira do honestismo. Isso pode desestruturar o quadro e abrir caminho para um aventureiro”, afirma, lembrando a eleição de Silvio Berlusconi na Itália como um dos frutos da operação Mãos Limpas. Os debatedores vão mais longe e recordam desastres que começaram sob o signo da moralidade, como nazismo, fascismo, franquismo, suicídio de Vargas, eleições de Jânio Quadros e de Fernando Collor, e golpe de 1964.

É neste momento que ingressa no debate Cesar Benjamin. Fundador do PT e um dos cérebros da campanha de 1989, Cesinha deixou o partido há dez anos em pé de guerra com a tendência Arti-

culação, que classifica como “ovo da serpente”. As práticas corruptas de hoje seriam “o desdobramento de uma ação sistêmica da qual Lula tinha amplo conhecimento, financiamentos heterodoxos em uma escala que o partido não conhecia”. A esquerda brasileira coleciona erros históricos, ressaltava Benjamin, mas nunca esse tipo de prática. “(Karl) Marx falava no ‘poder dissolvente’ do dinheiro. A esquerda não teve estrutura para resistir a esse poder. Lamento que tudo tenha chegado a público não pela esquerda, mas pelo Roberto Jefferson. Todos se acomodaram.”

Para o ex-petista, o vazio pós-PT pode abrir espaço para uma força que vocalize o anseio por uma “alternativa ao liberalismo” de Fernando Henrique e Lula. Cita nomes que poderiam liderar uma aliança da classe média com os po-

“A renúncia é uma perspectiva mais plausível do que o impeachment. Ele ficou a pé”

Maria Celina D'Araújo

bres: o vice José Alencar (PL), a senadora Heloisa Helena (PSol) ou Garotinho. Tem a concordância dos debatedores quando afirma que o crepúsculo do PT, após 25 anos de construção de sua hegemonia, pode ser o fim de mais um ciclo da esquerda brasileira. Ele identifica os pólos desta diáspora em três vertentes: a esquerda do PT, o PSol e o campo dos movimentos sociais.

A unanimidade mais visível entre os intelectuais é a necessidade da reforma política. Jaguaribe defende voto distrital, fidelidade e dispositivos para formar maiorias estáveis, inclusive o parlamentarismo. O sistema atual seria inviável e esquizofrênico. “O PSDB é centro-esquerda e se alia ao PFL, de centro-direita, e o PT, de esquerda, se junta a partidos malandros e fisiológicos, pagando com a respeitabilidade étic-

“Sou contra o parlamentarismo. É um sistema em que o povo se sente espoliado”

Antônio Carlos Peixoto

ca.” Sua defesa mais apaixonada é da aliança PSDB-PT. “Mas alguém precisa convencer Fernando Henrique de que ele fez uma gestão neoliberal e só pode entrar na História como desenvolvimentista se liderar esta frente com Lula, a grande solução do Brasil.”

Os planos da equipe econômica de comprimir ainda mais os gastos públicos com vistas ao déficit nominal zero, na avaliação de Benjamin, é um caminho oposto ao do desenvolvimento. “Seria o fim antecipado do governo.” Ele acha que Lula radicalizou nas medidas neoliberais, pró-elites, e ampliou as ações assistenciais para os pobres. “Mas não houve a aliança com a classe média nem projeto estratégico de nação que englobe as grandes massas dos centros urbanos.” Isso acontece, segundo Jaguaribe, porque os políticos só conseguem ver duas opções: liberalismo ou populismo. “É um suicídio o Brasil não enxergar um caminho diferente.”

Maria Celina frisa que não há crise institucional: “O problema é do PT e sua inabilidade, não do Brasil, e não devemos correr feito loucos para

fazer uma reforma movida a Roberto Jefferson.” Antônio Carlos Peixoto pondera que a crise prova a inviabilidade das regras atuais: “A forma pela qual o Executivo

compõe maioria é uma crise em si mesmo.” O inchaço artificial das legendas aliadas, estimulado pelo governo, e a compra de deputados para controlar o Legislativo, segundo ele, “atentam contra o princípio constitucional da independência dos Poderes”.

Os intelectuais acham que, paradoxalmente, a crise pode render bons frutos para a democracia, pois aumenta a consciência de que é hora de mudar as regras do jogo. Não para garantir a sobrevivência dos que protagonizam a cena política, mas para tirar a política do mundo dos mensalões. A indignação com as denúncias de corrupção mostrou a ojeriza do País às práticas “não republicanas” – termo popularizado justamente pela figura que tem atraído mais acusações sobre esse tipo de negociata, o deputado Roberto Jefferson. Eurico Queirodo ressaltava que “nenhum país deu, em tão pouco tempo, tantas respostas à demanda pelo combate à corrupção”. Ele diz que só se poderia falar em crise institucional se entrasse em ação um ator que está totalmente fora do jogo: as Forças Armadas. “É até anacrônico falar sobre isso porque os militares não têm projeto de poder nem autoridade para entrar no processo”, reforça Maria Celina. Ela também descarta a eleição de um aventureiro em 2006, fora dos partidos com capilaridade nacional. “Nossa fase de aventuras já acabou.” ■

“É POSSÍVEL REAGIR”

A bandeira da correção e da ética na política, que era do PT, foi literalmente destruída. Petistas de primeira hora, como a cientista social Maria Victória Benevides – filiada ao partido há 25 anos –, estão convictos disso. Professora da Faculdade de Educação da USP e integrante de uma Comissão de Ética Pública do Palácio da Planalto, Maria Victória não imagina, no entanto, um desfecho trágico para a crise política enfrentada pelo governo e o

PT. Descarta hipóteses como renúncia ou impeachment – “que não interessam nem à oposição” – e espera que o PT reveja a composição de sua direção, para a qual convoque quadros “com ampla credibilidade política, intelectual e ética”. Diz também temer “a exacerbação política” da oposição, que, em 1954, teria levado Getúlio Vargas ao suicídio.

ISTOÉ – Qual sua avaliação da crise?
Maria Victória Benevides – Há inte-

resse do PT em recuperar uma bandeira que foi sempre sua, que é a da correção e da ética na política e que, agora, foi literalmente destroçada. Mas é possível reagir a isso. O PT já passou por muitas outras crises, como na greve dos bóias-frias em Leme (SP), em 1986, quando morreram dois trabalhadores, e nos momentos de disputa eleitoral em que disseram que o partido ia confiscar a poupança e exigir a divisão de propriedades.

ISTOÉ – *E qual será o desfecho?*

Maria Victória – Arrastar o governo sob críticas, até a eleição, é o sonho dourado da oposição. Não acredito em renúncia do Lula nem que ele saia do PT. O Lula precisa do partido como o partido precisa do Lula. O impeachment também não interessa a ninguém. Nem a oposição. Ela quer sangrar Lula ao máximo para melhorar as chances de voltarem como salvadores da pátria. E é preciso distinguir o que é crise real no jogo político parlamentar partidário pesadíssimo da oposição. É claro que ela vai explorar os fatos ao máximo. Vamos lembrar 1954, quando a exacerbação política levou ao

“O impeachment não interessa a ninguém. Nem à oposição. Ela quer sangrar Lula ao máximo.”

Maria Victória Benevides, cientista social

suicídio de Getúlio, que era uma pessoa honrada e foi transformada em mandante de assassinato.

Hoje, a oposição não tem nenhum interesse em levar a uma situação de golpe, na qual seria beneficiada, mas ficaria comprometida. Os opositoristas farão tudo para comprometer Lula e o PT, mas não para desestabilizar o governo. Até porque a política econômica do governo interessa à oposição. Pelo menos ao PSDB e ao PFL.

ISTOÉ – *E qual será a resposta do PT? Seus militantes estão abatidos...*

Maria Victória – O governo e o parti-

do podem conseguir um apoio popular razoável. É difícil, mas não é impossível. Seria um apoio no sentido de retomar a credibilidade, principalmente nas suas bases, que sempre foram os movimentos populares e sociais, a Igreja progressista e os sindicalistas. E isso só será possível através de alguma mudança significativa na política macroeconômica. O Diretório Nacional do PT também deve rever sua composição e convocar pessoas que tenham uma ampla credibilidade política, intelectual e ética.

GILBERTO NASCIMENTO

O SR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “O Nobel da distração”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 3 de agosto do corrente.

Segundo o autor, O ex-ministro José Dirceu, em seu depoimento no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, no último dia 2 de agosto, “ficou do tamanho de um ‘chicaneiro’, esses advogados mambembes que usam os argumentos mais toscos e covardes para livrar seus clientes da cadeia ou de algum outro tipo de punição”.

Ainda segundo o autor, o ex-ministro foi falso e covarde, ao tentar dissociar-se do Partido dos Trabalhadores, do qual é militante desde a sua fundação e do qual foi presidente por sete anos e secretário-geral por outros cinco.

Concluindo, Sr., Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

CLÓVIS ROSSI

O Nobel da distração

SÃO PAULO - José Dirceu entrou para o depoimento ao Conselho de Ética arrotando sua história de herói revolucionário e saiu do tamanho de Roberto Jefferson, que se auto-intituiu certa vez, adequadamente, como "troglodita".

Dirceu ficou do tamanho de um "chicaneiro", esses advogados mambembes que usam os argumentos mais toscos e covardes para livrar seus clientes da cadeia ou de algum outro tipo de punição.

Foi covarde, por exemplo, ao dissociar-se do partido do qual se orgulha de ser militante desde a fundação, faz 25 anos. "Não assumo atos da direção executiva do PT", afirmou, como se esta fosse constituída de ETs, absolutamente estranhos para Dirceu.

Falso, como ele próprio admitiria ao falar das relações de "franqueza e lealdade com José Genoíno, Delúbio Soares e Sílvio Pereira" os três sobre os quais agora se tenta jogar toda a culpa pelos trambiques.

Que diabo de franqueza e lealdade é essa pela qual se omite de quem foi presidente do partido por sete anos e

seu secretário-geral por outros cinco os "atos" de que agora se envergonha Dirceu?

Que diabo de político mambembe é esse que, tendo participado do alto comando petista por 12 anos, não percebeu que os seus colegas eram capazes de praticar atos" capazes de gerar o que o próprio Dirceu chamou de "tragédia" do PT?

É, diga-se, o mesmo dirigente político que conviveu durante 13 anos com um certo Waldomiro Diniz e, ainda assim, foi incapaz de notar nele qualquer tendência delinqüencial, a ponto de levá-lo para o coração do governo, posição a partir da qual negociava com delinqüentes.

Mesmo que, num ato de insana ingenuidade, se aceite que Dirceu ignorava tudo o que se passava no seu partido e nas relações dele com o governo e com a base aliada, fica evidente que se trata de um tolinho profundamente distraído. O que é incompatível com o exercício de funções de responsabilidade.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "A agenda mínima do PSDB", de autoria do jornalista Ribamar Oliveira, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 1º de agosto do corrente.

O artigo trata do anúncio feito pelo Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, de que o partido irá propor uma agenda mínima para o País fazendo, assim, diminuir a temperatura política que ameaçava atingir um grau de combustão. O artigo mostra, ainda, que, para o PSDB, essa proposta não implica em qualquer tipo

de acordo para paralisar ou abafar as investigações da CPI dos Correios.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

RIBAMAR OLIVEIRA

A agenda mínima do PSDB

O anúncio feito na quarta-feira passada pelo líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), de que seu partido vai propor uma "agenda mínima" para o País, ajudou a reduzir a temperatura política que ameaçava atingir um grau de combustão. Enganam-se, no entanto, aqueles que acham que a construção dessa agenda será uma tarefa fácil.

Virgílio disse que os tucanos aceitarão, por exemplo, votar um projeto de lei que dê autonomia operacional ao Banco Central. Esta é uma proposta defendida há algum tempo pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que chegou a prometer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) o envio de um projeto nesse sentido ao Congresso Nacional. O líder do PSDB coloca, no entanto, uma condição: "Antes, o Meirelles precisa ser demitido do cargo", afirmou Virgílio, em conversa com este colunista, numa referência ao atual presidente do BC, Henrique Meirelles.

Como é sabido, o Supremo Tribunal Federal (STF) abriu inquérito, a pedido da Procuradoria Geral da República, para investigar suspeita de envolvimento de Meirelles com sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e crime eleitoral. Arthur Virgílio acha que o governo não pode manter Meirelles no cargo na situação em que se encontra.

O líder tucano chama a atenção também para o status de ministro que o governo concedeu ao presidente do BC que, na sua opinião, é incompatível com a noção de autonomia da instituição. Por definição, argumenta Virgílio, o ministro é subordinado ao presidente da República e deve fazer o que ele mandar.

A conclusão da reforma tributária na Câmara é outro item que deve constar da "agenda mínima" dos tucanos, segundo Virgílio. "É fundamental para a economia do País que essa reforma seja concluída e estamos dispostos a isso", anunciou. É bom lembrar que as negociações foram paralisadas por iniciativa do próprio governo, diante de dois obstáculos principais.

O primeiro deles foi a oposição dos governadores da Região Centro-Oeste, que não aceitam o fim dos incentivos fiscais. O entendimento dos governadores é que a chamada "guerra fiscal" é a única saída para a industrialização de seus Estados. Eles alegam também que terão perdas expressivas de receita com a nova tributação do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre gêneros de primeira necessidade, que são a base de suas economias.

Os governadores do Nordeste, por sua vez, querem mais dinheiro para o Fundo de Desenvolvimento Regional, que será

Líder tucano aceita projeto de autonomia do Banco Central, mas quer Meirelles fora do cargo

uma espécie de compensação pelo fim dos incentivos fiscais. Além disso, eles reivindicam que os recursos que vão constituir o novo Fundo não afetem a composição dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Como é a União que vai perder receita, as negociações não avançaram.

Essas dificuldades mostram que a aprovação da reforma tributária, que basicamente prevê a unificação do ICMS, não depende apenas do apoio dos tucanos. Ao contrário, as resistências maiores sempre partiram dos partidos da base aliada. Mas

é evidente que o apoio declarado do PSDB ajuda na busca de um entendimento.

Da "agenda mínima" dos tucanos não constará, segundo Arthur Virgílio, a proposta de reforma sindical que foi encaminhada ao Congresso pelo governo. "Aquilo é uma forma de arrumar mais dinheiro para a CUT e para as outras centrais sindicais", sentenciou o líder tucano. Em troca, Virgílio propõe a discussão de um projeto de reforma trabalhista para permitir que o negociado livremente entre patrões e empregados prevaleça sobre o legislado. "Essa é a mudança que vai facilitar a contratação de trabalhadores, o aumento do emprego e o crescimento da economia", observou.

Para o líder tucano, a realidade que surgiu da atual crise impõe uma reforma do sistema político-eleitoral, e ela deve constar da agenda mínima para o País. Virgílio avisou que o governo não deve contar com o PSDB se a intenção for apenas a de votar medidas provisórias e projetos que não são essenciais à retomada do crescimento econômico. "Se for para votar mesmices, não queremos." A agenda do PSDB, que será anunciada nos próximos dias, terá outros pontos que ainda estão sendo objeto de discussões internas.

As denúncias continuadas, algumas delas envolvendo personagens importantes da cena política, provocaram desgaste considerável nas relações dos líderes partidários. Por isso, a tarefa de construir uma agenda para o País neste momento de crise será ainda mais difícil. A oposição começou a questionar os interlocutores do governo. "Não pretendo perder mais um minuto do meu tempo com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos", disse Virgílio. Para o líder tucano, o ministro se desqualificou como interlocutor porque teria virado advogado de defesa dos petistas envolvidos com a CPI e abdicado de sua função de magistrado.

O senador tucano criticou duramente também o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Segundo Virgílio, a bancada do PSDB já não aceita negociar com Mercadante. "Ele sofreu um forte desgaste", diz Virgílio acusa Mercadante de ter participado da elaboração de um plano para caracterizar o presidente do PSDB, senador Eduardo Azeredo (MG), como responsável pela montagem do esquema ilícito de arrecadação de fundos para campanhas políticas do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. "Esse é um novo Plano Cohen", disse o líder tucano.

O Plano Cohen foi um documento que revelava um suposto plano elaborado pela Internacional Comunista para a tomada do poder pelos comunistas brasileiros. Comprou-se, mais tarde, que o documento foi forjado com a intenção de justificar a instauração da ditadura do Estado Novo.

Na avaliação de Virgílio, o ministro Antonio Palocci é o interlocutor possível do governo. "Com ele dá para conversar", afirmou, depois de elogiar as qualidades éticas do ministro. Mesmo disposto a um entendimento em torno de uma agenda mínima para o País, Virgílio avisou que o PSDB não aceitará qualquer tipo de acordo que implique paralisar ou abafar as investigações da CPI dos Correios. "As investigações terão que ir até o fim e não vamos passar a mão na cabeça de ninguém." Na opinião do líder do PSDB, o potencial da atual crise política não está esgotado. "Não sabemos ainda quando sairá a última denúncia", alertou. ♦

as maiores sempre partiram dos partidos da base aliada. Mas

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “De crenças e credences”, de autoria de Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 26 de julho do corrente.

Para o Presidente Lula não há Marcos Valério, não há cueca, não há Telemar, não há saques milionários, não há Land Rover. O que existe é apenas uma luta de classes onde a elite deseja a ruína do Presidente. Esse é o discurso populista que Lula usa para enganar

aqueles que não querem ver nem ouvir mas apenas acreditar, é uma fala para o coração e não à razão.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

ELIANE CANTANHÊDE

De crenças e credences

BRASÍLIA - *Lula continuou no mesmo lugar onde sempre esteve: no palanque. Foi líder sindical, enfrentou a ditadura, disputou eleição atrás de eleição, virou deputado e chegou a presidente como palanqueiro. É o melhor que sabe fazer na vida. Mas, agora, até nisso está derrapando.*

Nos discursos no Planalto, abusa do tom errado, na hora errada, para o público errado. Pois agora, salu como candidato, não como presidente atolado numa crise sem precedentes e devendo sérias explicações à nação.

Não há Marcos Valério, não há cueca, não há Telemar, não há saques milionários, não há Land Rover? É a cúpula do governo e do PT não caiu como um castelo de cartas? Na versão Lula, tudo se resume à luta de classes. O povoão, nadando em fartura (com o Fome Zero e o Primeiro Emprego?!), contra banqueiros, empresários, imprensa e a CIA, que pegam em armas contra a política econômica Robin Hood, revolucionária.

Lula está cercado de marqueteiros, de ministros que mal conhece e de um partido esfacelado, mas “confia no seu taco” —ou seja, no seu discurso populista. Fala para quem não quer ver nem ouvir, só acreditar. Fala ao coração, não à razão.

Com a credibilidade ladeira abaixo, o presidente dialoga com as classes “C”, “D” e “E”, reforçando um pronome: “nós”. A elite de um lado, “nós” de outro. Mesmo entre escolarizados, há quem acredite.

Tal como leitores da Universal defendem ardentemente o direito de seus bispos de comprar jatinhos de R\$ 57 milhões com o dízimo amealhado de miseráveis, petistas roxos crêem piamente que não há escândalos, só há uma guerra dos ricos e poderosos contra o pobrezinho do operário.

Políticos manipulam a boa-fé de milhões, especialmente num país desigual como o Brasil. Mas o pior cego é o que não quer ver.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 248, de 2005, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Ney Suassuna

Prazo final: 19.8.2005

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 250, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relatora revisora: Senadora Ana Júlia Carepa

Prazo final: 16.9.2005

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 599, de 2005 - art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84/1999, na Casa de origem), que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências.* (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial).

Parecer favorável, sob nº 1.059, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

Pendente de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

4
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31,
DE 2000**
(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

5
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2002**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 87, DE 2003****(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12,**DE 2004****(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 59, DE 2004**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001 (nº 3.786/97, na Casa de origem), que *dispõe sobre inscrições em Braille nos medicamentos*.

Parecer sob nº 1.080, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

11**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2001 (nº 2.646/2000, na Casa de origem), que *altera a redação do § 1º do art. 285 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (permite ao condutor ou proprietário de veículos coletivos interpor recurso com efeito suspensivo de multa aplicada por aparelho eletrônico)*.

Parecer sob nº 476, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Sibá Machado.

12**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (nº 3.464/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.*

Parecer favorável, sob nº 1.023, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho.

13**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986/2000, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 (dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos)*.

Parecer sob nº 94, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad*

hoc: Senadora Ideli Salvatti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta, com voto em separado do Senador Flávio Arns.

14**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

15**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante,
e

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

16**REQUERIMENTO Nº 579, DE 2005**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 579, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, de sua autoria.

17**REQUERIMENTO Nº 598, DE 2005**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 598, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 32 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 05 DE AGOSTO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na linha das preocupações do Senador Pedro Simon.

Nossa responsabilidade cresce num momento de grande indignação nacional em relação à palavra pronunciada. Há tanto descrédito, tanto inconformismo, desesperança, que não temos o direito de vender ilusões e de falsear, através das palavras, a realidade dos fatos.

É por isso que me lembro de provérbio indiano que diz: “quando falares, cuida para que as palavras sejam melhores do que o silêncio”. Esse é um projeto sábio do povo indiano. Com ele devemos aprender, sobretudo neste momento de crise moral que se abate sobre a classe política brasileira.

Em que pese as deficiências, as fragilidades naturais e conhecidas, a Comissão Parlamentar de Inquérito cumpriu bem o seu dever naquela que eu considero ser a primeira etapa. Ou seja, propôs transparência, colocou o mal à luz para que ele possa ser combatido, estabeleceu uma interação com a sociedade, que participa de forma essencial, contribuindo com sugestões, com críticas e com denúncias, através dos mais diversos instrumentos de comunicação com o Congresso Nacional, sobretudo aqueles disponibilizados pelo próprio Congresso Nacional: a TV Senado, a Rádio Senado, o **Jornal do Senado** e, principalmente, a Internet. A utilização de *e-mails* como forma de denunciar fatos tem sido da maior importância para o trabalho de investigação que a Comissão vem realizando.

Esta semana, sobretudo, avançamos muito. Não pelos depoimentos havidos, porque eles confirmam a tese da mentira como regra entre os depoentes que procuram, como linha de defesa, armar versões as mais estapafúrdias possíveis, na esperança de driblar a realidade. O que ocorreu nesta semana foi a apresentação de provas materiais. Faltou apenas

a prisão do Sr. Marcos Valério para que a pressão sobre ele se completasse e ele pudesse informar mais, apresentar mais documentos. Mas a pressão do Parlamento, da imprensa, da opinião pública já fez com que recuasse um pouco da versão fantasiosa que apresentou inicialmente e oferecesse documentos que comprovam, sim, a existência do pagamento de propinas a Parlamentares do Congresso Nacional. Ou seja, essas provas materiais apresentadas tanto por Marcos Valério como por Simone Vasconcelos, diretora financeira da agência SMP&B, são provas indiscutíveis, inquestionáveis, que desmontam, de forma definitiva, a tese espúria de que nós estaríamos investigando única e exclusivamente corrupção eleitoral. Há muito mais do que corrupção eleitoral nesse jogo espúrio que estabeleceu relação promíscua de Executivo, Legislativo, partidos políticos e alguns políticos filiados a várias agremiações partidárias.

Portanto, a tese fantasiosa de Marcos Valério e Delúbio Soares, corroborada pelo Presidente da República, em Paris, naquela triste entrevista, está, de forma cabal e definitiva, destruída pelas provas documentais, que nos autorizam, inclusive, se desejarmos... Confesso que, se fosse eu o Presidente dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – o Presidente Delcídio Amaral tem realizado, sim, um trabalho insuspeito, com muita competência e habilidade; respeito o seu posicionamento –, se fosse eu o Presidente, certamente, já estaria encaminhando à Mesa da Câmara dos Deputados um pedido formal de instalação do processo para a eventual cassação de mandatos parlamentares como decorrência das provas materiais já existentes e acumuladas pela CPMI dos Correios.

Estamos autorizados, também, exatamente em função dessas provas, no relatório final, a indiciar pessoas, encaminhando ao Ministério Público para responsabilização civil e criminal. Mas não é tudo, Senador Sibá Machado. O que temos de provas materiais diz respeito a uma parcela daqueles que se envolveram nesse esquema de corrupção. Não alcançamos a todos e, principalmente, não identificamos, de forma material, documentada, aqueles que são os corruptores maiores, os artífices deste plano que levou o País a viver o maior escândalo de corrupção de toda a sua história, com repercussões internacionais de conseqüências imprevisíveis ainda.

Mas quero, neste momento, diante destes fatos, dizer que essa tentativa de colocar sobre os ombros da CPMI a hipótese de um eventual “acordão” não me parece sincera. Não há indícios, nesta CPMI, de que esteja em curso qualquer discussão de acordo. Aliás, isso seria dramático para esta instituição. A condenação seria inevitável. Se podemos fazer história, emergindo dos escombros provocados pelos escândalos de corrupção para um tempo novo, de maior respeitabilidade popular, acontecerá o contrário, pois seremos condenados de forma implacável pela sociedade e pela História se admitirmos sequer a hipótese de discutir qualquer modalidade de acordo para proteger alguns, blindar outros e, sobretudo, salvar personalidades da República. O que devemos salvar mesmo é a imagem do Parlamento. O que devemos proteger mesmo é o processo democrático, que não pode ser afetado, sobretudo pela desesperança da população em relação a seus objetivos finais. Então, não há acordo, não há “acórdão”, não há discussão deste tema e nós queremos repudiar de forma veemente e frontal qualquer iniciativa da natureza.

É evidente que um fato da maior gravidade explodiu também nesta semana: a história da Portugal Telecom. Uma história muito mal contada, mas com ingredientes que nos permitem já concluir ter, lamentavelmente, ocorrido uma tentativa de negócio privado sob as asas do Poder Público nacional, configurando a confusão que se dá desde o início da gestão do Presidente Lula.

Vejam! Eu tenho o cuidado de não se injusto, de não ser incorreto, de evitar generalização. É evidente que há, no PT, pessoas fantásticas politicamente, de dignidade, decência e honradez indiscutíveis. Mas a confusão se fez desde a posse do Presidente Lula, não da parte daqueles que construíram a história maravilhosa do PT durante 25 anos, mas daqueles que assumiram o comando do País depois da vitória nas eleições. Já a solenidade de posse do Presidente Lula, que é uma solenidade oficial da maior importância da responsabilidade exclusiva do Poder Público, o PT atribuiu a si essa responsabilidade, e o Sr. Delúbio Soares declarou, recentemente, que as despesas desses festejos foram pagas, também, com recursos que tiveram origem nas agências do Sr. Marcos Valério.

Ou seja, a confusão entre o que é Partido e o que é Governo, o que é público e o que é privado, se

estabeleceu desde a posse do Presidente Lula. Com isso, escrúpulos para o ar, portas escancaradas para irregularidades e para a corrupção deplorável que estamos agora investigando.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é exatamente na esteira desse procedimento inadequado que ocorrem os entendimentos para esse negócio com a Portugal Telecom, a partir do Palácio do Planalto, no quarto andar, no Gabinete Civil, com a presença do Ministro José Dirceu, não só pelas anotações na sua agenda, mas pelo depoimento de quem participou, em nome do PTB, autorizando o acompanhamento de um dos seus membros, de um dos dirigentes. É evidente que houve esse entendimento em Portugal, conduzido pelo Sr. Marcos Valério.

Não vamos chegar a lugar algum. A CPMI aprovou a solicitação de informações da Embaixada em Portugal, da Casa Civil, do Ministério das Relações Exteriores. Obviamente, receberemos respostas diplomáticas e formais que não esclarecerão; ao contrário, desinformarão. Não teremos condições de investigar porque não houve materialidade, não houve conclusão do negócio, mas que houve armação espúria com associação indevida do que é público e do que é privado, na tentativa de se concretizar um negócio de valores financeiros significativos, não há dúvida alguma.

Isso é muito grave, isso não deveria ter acontecido, isso não poderia estar acontecendo, sobretudo sob a égide de um Governo que se dizia popular, que foi carregado pelas ondas da esperança do povo até o Palácio do Planalto para promover mudanças e não para implantar um sistema corrupto de relacionamento entre o Poder Público e o setor privado no País.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado, com prazer.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sobre este assunto, ainda ontem, o Ministro Celso Amorim fez divulgar a notícia de que a Embaixada do Brasil em Portugal, tomando conhecimento desses fatos e a pedido do próprio Ministro, fez a conversa com o Governo português, que desmentiu e desfez a notícia. Marcos Valério, se esteve em Portugal, tratou de assuntos pessoais. Nem o Governo português, em momento algum, nem essa empresa teriam tratado com Marcos Valério como representante do Gover-

no brasileiro, como assim está sendo dito. Considero muito importante solicitar do Ministro Celso Amorim um documento por escrito à CPMI, para que não pairasse dúvida sobre a notícia que veio da Embaixada do Brasil. Fui informado de que havia vontade na CPMI de se fazer uma diligência a Portugal, até mesmo para que se fizesse a conversa pessoalmente com o Ministro português, com a empresa Portugal Telecom ou com as pessoas que receberam Marcos Valério. Imaginei que a CPMI dos Correios tivesse aprovado isso. Não pude participar da reunião da CPMI dos Correios porque estava na CPMI do Mensalão, da Compra de Votos, ouvindo o Deputado Roberto Jefferson. Porém, acredito que seriam importantes uma nota oficial do Itamaraty ou mesmo uma visita, se necessária. Defendo isso porque não pode pairar essa dúvida. Se há qualquer tipo de indício dessa natureza, isso é muito forte; mas, se não há, gostaria que esse assunto fosse encerrado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Como V. Ex^a e outras pessoas estão preocupadas com o assunto, imaginei que a CPMI pudesse fazer a diligência. Se não puder, pelo menos o Ministro Celso Amorim poderia fazer chegar às mãos de todos os membros da Comissão, principalmente do Presidente, um esclarecimento sobre o fato. Outra coisa rápida sobre o que estamos assistindo, nessa história de debates sobre acordo. Mais do que ninguém – falo em meu nome e não em nome dos demais –, há um interesse muito forte de nossa parte, principalmente de membros do Partido dos Trabalhadores, na investigação, porque queremos mesmo separar esse problema da história do PT. Precisamos e devemos isso ao Brasil. Devemos isso aos nossos quase um milhão de filiados, para que a nossa história seja retomada, para que as pessoas voltem às ruas com tranquilidade e façam os embates que sempre fizeram. Portanto, da nossa parte, vou defender em qualquer momento, se essa história vier a aparecer, porque, até o presente momento, dela não tomei conhecimento nem pela Bancada nem pelos fóruns partidários. Mas, se por ventura alguma coisa nessa direção aparecer, pode ficar V. Ex^a sossegado que nós, mais do que ninguém, queremos o encerramento dessa investigação, com o resultado necessário, como já disse o Senador Pedro Simon. É preciso que alguém pa-

gue mais caro do que uma simples pena de perda de mandato, porque é muito fácil retornar depois, com o voto popular, e receber, digamos assim, um salvo-conduto para continuar fazendo esse tipo de prática. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado. V. Ex^a tem razão. Aqueles que são dignos no PT devem realmente desejar que se investiguem cabalmente os fatos e contribuir para isso. Os políticos corruptos ou não passam; o Partido fica, com seu programa, com seu ideário, com seus objetivos, com seus sonhos, com suas esperanças e com sua missão de promover transformações que permitam ao brasileiro viver num País próspero e mais justo. É o que todos nós, homens de bem, desejamos.

Quanto à Portugal Telecom, antecipei-me a V. Ex^a, já alertando para a versão que V. Ex^a destaca, a versão oficial de que o Sr. Marcos Valério não estava autorizado a falar em nome do Governo. Por isso, antecipei-me, afirmando que não chegaremos a lugar algum. Em que pesem os indícios fortíssimos, não houve materialização, e, portanto, não teremos como provar.

Queremos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, a partir de agora, depois das provas documentais já apresentadas, que alcançam uma parcela dos envolvidos nesse modelo de corrupção, aprofundemos nesse assunto, na tentativa de alcançar realmente os articuladores, os idealizadores e os operadores desse modelo de corrupção que nos está infelicitando.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Se não alcançarmos os responsáveis principais, mantendo aquele conceito de que a corda arrebenta sempre do lado mais fraco, ficaremos devendo muito em matéria de respostas à sociedade brasileira.

A sociedade exige respostas convincentes, e esta é a complexidade da nossa tarefa, sem dúvida alguma: evitar alcançar injustamente pessoas de bem, mas alcançar com a veemência, com a contundência indispensável, com o rigor exemplar, aqueles que promoveram esse deplorável espetáculo de corrupção, sem dúvida o maior da nossa história.

Ata da 129ª Sessão Especial, em 9 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 47 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a sessão especial do Senado Federal, que, em atendimento a Requerimento nº 807, de 2005, do nobre Senador Renan Calheiros e de outros Srs. Senadores, destina-se a comemorar os 80 anos do jornal **O Globo**.

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Dr. José Roberto Marinho, Vice-Presidente das Organizações Globo. (Pausa.)

Convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Ministro Edson Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça. (Pausa.)

Convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Ministro General de Exército Max Hoertel, Presidente do Superior Tribunal Militar.

Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados aqui presentes, a família do saudoso jornalista Roberto Marinho tem motivos de sobra para comemorar os 80 anos do jornal **O Globo**, completados no último dia 29.

A história desse diário é rica em conquistas de toda ordem: jornalísticas, técnicas e mercadológicas. Entretanto, como Presidente do Senado Federal, gostaria de iniciar esta homenagem falando dos motivos que o Brasil tem para comemorar a saga de **O Globo**. É que, ao longo desses 80 anos, o jornal acompanhou, refletiu e contribuiu enormemente para as transformações que o País sofreu em busca da modernidade e do desenvolvimento.

Tudo o que ocorreu de realmente importante para a formação do Brasil contemporâneo pode ser situado nesses 80 anos, a começar da Revolução de 30. E todos os passos e descompassos foram acompanhados pelo **O Globo**.

Não esqueçamos que **O Globo** foi sempre um órgão de imprensa inovador e sintonizado com a sociedade, desde a escolha do próprio nome, feita por meio de consulta popular.

Para os leitores de hoje, habituados aos jornais matutinos, às transmissões de TV e à Internet, pode parecer estranho que as duas primeiras edições do jornal carioca, do dia 29 de julho de 1925, tenham ido às bancas, às 18h e às 20h, com vendagem conjunta de 33.435 exemplares.

Eram tempos heróicos, em que o jornalista Irineu Marinho, pai de Roberto Marinho, empreendia o ousado gesto de começar um jornal vespertino, 14 anos depois da fundação de **A Noite**.

O Globo começou nas instalações improvisadas da esquina da Rua Bittencourt da Silva com o Largo da Carioca, sem maquinário próprio e com a atenção direcionada aos interesses do Brasil: “Voltam-se as vistas para a nossa borracha!”. Foi a primeira manchete do jornal, que tratava de discussões sobre o preço da borracha no mercado internacional.

Nem a morte repentina de Irineu Marinho, aos 49 anos, menos de um mês após o lançamento de **O Globo**, foi capaz de impedir o projeto de seguir em frente.

Demonstrando a sensatez que sempre lhe foi característica, Roberto Marinho, o filho mais velho, evitou um encargo para o qual ainda não se sentia preparado e passou a chefia de redação a um jornalista mais experiente, vindo a assumir o jornal, somente em 1931, aos 26 anos.

Era um período de vicissitudes não só para a família e para a empresa, mas também para o Brasil.

Em 11 de outubro de 1936, por exemplo, é registrado o célebre episódio da apreensão de exemplares do jornal pela polícia de Getúlio Vargas em razão de entrevista exclusiva com o General Agildo Barata, preso por tentar um levante comunista.

Em 80 anos, episódios como esses serviram para mostrar o compromisso do jornal e de Roberto Marinho com o País. Foi com o mesmo grau de apego à liberdade de imprensa que **O Globo** noticiou fatos cruciais, como a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, em 1942; a queda de Getúlio Vargas, em 1945; seu retorno ao poder, em 1950, assim como o suicídio de Getúlio, em 1954. Além destes, registro o movimento militar de março de 1964, a redemocratização, em 1985,

e as primeiras eleições diretas depois de 30 anos de regime militar, em 1989.

É do período dos governos militares um dos episódios mais notáveis da história de Roberto Marinho, e que contribuiu para elevá-lo ao pódio em que se situam grandes homens da nossa História.

Em 1965, ao instituir o Ato nº 2, o Governo pressionou os proprietários de jornal e televisão a demitirem profissionais supostamente adversários do novo regime. A pretensão foi imediatamente rechaçada por Roberto Marinho, o que lhe vale até hoje o respeito dos setores de esquerda da nossa política.

Ao morrer, com 98 anos, o presidente das Organizações Globo partiu com a consciência de ter contribuído decisivamente para colocar o País nos trilhos da modernidade, justificando-se plenamente os três dias de luto oficial decretados pela Presidência da República e as homenagens que lhe foram prestadas pelo Congresso Nacional.

No comando de **O Globo** e da Rede Globo de Televisão, Roberto Marinho criou um modelo de homem público da esfera privada, sempre atento à necessidade da informação e da disseminação da cultura e do conhecimento. Nesse sentido, atuou jornalisticamente ou patrocinando atividades e prêmios culturais e esportivos, inclusive por meio da fundação que leva o seu nome.

Apesar do poder de sua rede e de suas excelentes relações com todas as áreas, Roberto Marinho nunca se interessou por cargos públicos. Sua obstinação era o ofício de jornalista, que exerceu com enorme paixão e talento.

E, na sua paixão pelo jornalismo, abrigou, em **O Globo**, um elenco dos mais ricos em profissionais também comprometidos com a informação e apaixonados por seu ofício, como Mário Filho e Evandro de Andrade.

E foram produtos de **O Globo** algumas das mais importantes referências da imprensa nacional, como a coluna de Ibrahim Sued, considerada por todos como um divisor de águas no jornalismo brasileiro, ao alargar os limites do colunismo social e divulgar notas sobre a política e sobre a economia.

Foi também no jornal **O Globo** que escreveram, durante muitos anos, o dramaturgo Nelson Rodrigues e os escritores Otto Lara Rezende e Fernando Sabino, além do colunista Rubem Braga.

Como podemos ver, é uma longa história de luta e conquistas extraordinárias repartidas com o Brasil e que, em nome do Congresso Nacional, homenageio.

Faço, neste momento, os meus votos de que a família Marinho prossiga nessa trajetória de excelência e patriotismo, que marcaram os 80 anos de atividade de **O Globo**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB e da Maioria no Senado Federal.

O SR. NEY SUASSUNA (PDMB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr. José Roberto Marinho; Srs. Ministros; Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, o cerimonial, para esta solenidade, concedeu às Lideranças dos Partidos, tomando como base o tamanho da Bancada, a inscrição. Eu, como Líder do PMDB, me regozizei em poder assinar o requerimento para a realização desta solenidade. Ocorre que a metade da Bancada gostaria de falar nesta ocasião, mas apenas um Senador poderia fazê-lo. Então, escolhemos, como representante do PMDB, quem mora e representa o Rio de Janeiro. Em nome do PMDB, falará o Senador Sérgio Cabral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Sérgio Cabral, que falará pela Liderança do PMDB.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PDMB – RJ. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Segundo o critério utilizado, ou seja, morar ou mesmo passar um bom tempo no Rio de Janeiro, certamente o Senador Ney Suassuna, que é um querido amigo do Rio de Janeiro, sem deixar de dar a atenção necessária à sua querida Paraíba, poderia perfeitamente estar aqui.

Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores; Ministro Edson Vidigal; Sr. General; companheiro José Roberto Marinho, carioca, jornalista, que aqui representa a Família Marinho. Agradeço ao querido Líder Ney Suassuna e à nossa Bancada, composta por 23 Srs. Senadores, a maior Bancada, pela gentileza em me conceder a possibilidade de representar o PMDB e o Estado do Rio de Janeiro, que é tão grato aos 80 anos de serviços prestados pelo jornal **O Globo**.

Nesta Casa, tive a oportunidade, José Roberto, quando seu irmão João representava a família na comemoração dos 40 anos de TV Globo, de dizer da nossa satisfação, eu como representante do nosso Estado, em ter, no Rio de Janeiro, a sede das Organizações Globo.

O que dizer do jornal **O Globo**?

Com sua história intrinsecamente vinculada à cidade e ao Estado do Rio de Janeiro, trata-se de com o Estado do Rio de Janeiro, um dos maiores jornais do mundo pela sua qualidade, pela sua trajetória, pelos seus jornalistas, mas que, ao ser universal, nunca deixou de ser local.

Filho de quem sou, tenho a obrigação de conhecer alguma coisa da história das Escolas de Samba. Em 1932 nascia o desfile das Escolas de Samba. Em 1933, **O Globo** passava a promover os desfiles das Escolas de Samba. E toda a dimensão dos desfiles das Escolas de Samba tem a sua origem na divulgação, na promoção e na cobertura do jornal **O Globo**. Poderia voltar lá atrás, com o seu avô, no jornal **A Noite**, e o estímulo aos Oito Batutas, em Paris, em toda a história de Pixinguinha, João da Baiana, Dunga, que adoravam, inclusive, o seu pai, que tratavam intimamente de Roberto, com enorme carinho e afeição. De lá para cá, a história de **O Globo** foi totalmente vinculada à história do nosso Rio de Janeiro. **O Globo**, hoje, tem cadernos semanais voltados para os bairros do Rio de Janeiro, voltados para o grande Rio, voltados para o interior do Estado, mostrando, permanentemente, que, como disse, é universal e é local, com qualidade, com serviço, com a preocupação com a qualidade de vida comunitária do nosso Rio de Janeiro. Isso é fato e deve ser destacado.

O Presidente Renan fez uma lembrança importante da história de **O Globo**, citou grandes jornalistas que por lá passaram. Eu acrescentaria Augusto Frederico Schmidt, Fernando Sabino, Joelmir Beting e, modestamente, o meu pai, Sérgio Cabral, que, durante anos, escreveu sobre música brasileira e depois sobre futebol em uma coluna chamada “Papo de Esquina”. Pude, mais uma vez, verificar o quanto, José Roberto, seu pai – e vocês herdam essa tradição, pelo que sei, pelo que acompanho, durante a vida de meu pai como jornalista do jornal **O Globo** – preocupava-se com os seus funcionários, com os seus profissionais.

Lembro-me de uma ocasião em que o meu pai passou meses e meses afastado do jornal por conta de uma doença, da atenção de Evandro Carlos de Andrade, da atenção de seu pai em acompanhá-lo. Enfim, isso é fato. Não estou cometendo nenhum exagero em chamar a atenção, até porque um jornal não chega aos 80 anos com o sucesso de **O Globo** não fosse prestigiar o seu material humano, os seus trabalhadores, os seus funcionários.

Destaco que o jornal hoje é um jornal que se modernizou, em que nós, pelos nossos terminais, acom-

panhamos, sendo uma obrigação, **O Globo Online**, um dos melhores serviços de informação pela Internet no mundo. Compara-se com qualquer outro jornal, como o são **El País**, **The New York Times**. A qualidade que **O Globo** oferece pela Internet é similar ao jornal impresso e com a capacidade de dar a notícia em tempo real, *on time*.

O Globo tem, nestes 80 anos, acompanhado a trajetória do Rio de Janeiro e também do Brasil, prestando um grande serviço à democracia, à transparência, às instituições. Por isso, quero me regozijar com José Roberto, com sua família, com seus profissionais – Jorge Moreno, Toninho Drumond, Tereza Cruvinel, Cristiana Lobo, a plêiade de jornalistas fantásticos, de repórteres que trabalham aqui em Brasília, dando à editoria nacional de **O Globo** uma qualidade fundamental para o seu leitor, e parabenizar Rodolfo Fernandes, Agostinho Vieira e toda a equipe de redação do jornal **O Globo**. Como carioca, como Senador, como representante do Estado do Rio de Janeiro, quero agradecer e estimular mais e mais 80 anos, 160 anos do jornal **O Globo**. Que seus netos e bisnetos possam estar nesta Casa, comemorando mais aniversários do jornal **O Globo**.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati.

Em seguida, darei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães ou podemos inverter, sem problema.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. José Roberto Marinho, Edison Vidigal, General Presidente do Superior Tribunal Militar, antes, peço licença ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pois todos aqui têm medo de contrariar S. Ex^a. Deus me livre de contrariar o Senador Antonio Carlos Magalhães. Tenho certeza de que estou aqui apenas para fazer uma preparação para o grande discurso de S. Ex^a, que é de um dos homens que privou da maior amizade e intimidade do nosso saudoso e querido Dr. Roberto.

Quero saudar todos aqueles que fazem as Organizações Globo aqui presentes. Estou vendo aqui o jornalista Jorge Moreno, já parte dos móveis e utensílios do jornal **O Globo**, patrimônio do jornal **O Globo**, e dizer que, em rápidas palavras, as Organizações Globo, que tiveram no jornal **O Globo** o seu marco inicial, já se tornaram, sem dúvida alguma, uma referência da imprensa no Brasil, da liberdade de imprensa no Brasil

e, indubitavelmente, da própria história do Brasil dos últimos anos.

O jornalista Roberto Marinho, a meu ver, eu que tive também o privilégio de conviver com o Dr. Roberto, colocou, bem no início do jornal **O Globo**, quando seu pai havia acabado de falecer, as duas pedras fundamentais de uma organização que viria a passar pelos tempos. Quando foi instado por sua mãe a assumir a direção do recém-fundado jornal **O Globo**, logo após a morte de seu pai, ele se negou a fazê-lo. A meu ver, estabeleceu dois pilares, que se tornariam a marca do jornal **O Globo**: um, profissionalismo, ao dizer: eu não tenho competência nem preparo para assumir essa obra que acabou de ser implantada pelo meu pai. O segundo princípio foi o que o levou a deixar a vaidade natural de um jovem de assumir a presidência, o mando, a liderança de um jornal e colocar os princípios da independência, do profissionalismo, os princípios que foram a ele transferidos pelo seu pai como acima da sua vaidade e do seu desejo de ser presidente do jornal **O Globo** àquela época.

E esses dois fundamentos seguiram o jornal **O Globo** e fizeram com que ele não ficasse apenas para sempre, ultrapassasse uma série de momentos diferentes da nossa história: ditaduras, democracias, redemocratização, novas ditaduras, governos de direita populistas, governos de esquerda, passasse por isso tudo, sempre com a mesma firmeza, sempre com a mesma presença e sempre com a mesma personalidade. Mas fez também com que este jornal **O Globo** se tornasse a semente de uma organização que se tornaria o que é hoje, uma das maiores organizações de comunicação do mundo, uma das mais importantes da América Latina e, talvez, a maior da história do Brasil.

Dessa maneira, estamos aqui, hoje, ao comemorar, os 80 anos do jornal **O Globo**, não apenas rendendo uma homenagem a um jornal ou ao nosso sempre admirado e saudoso Dr. Roberto Marinho, mas fazendo uma homenagem àquilo que já uma instituição nossa, uma instituição dos brasileiros, uma instituição que é referência de liberdade, de profissionalismo, de informação, de transparência, de democracia e de honestidade.

Dentro desse quadro, hoje homenageamos o jornal **O Globo**. E sabemos que é apenas um ano a mais, porque as instituições que nascem sob essa marca do profissionalismo e dos princípios de caráter são organizações que ficam, independentemente de seus dirigentes. E parabênizo os sucessores do Dr. Roberto, porque estão conseguindo dar as

mesmas marcas que ele impôs ou implantou no nascimento do jornal **O Globo**. O profissionalismo e os princípios que foram a marca inicial continuam sendo a grande marca do jornal **O Globo** e das Organizações Globo.

É essa a palavra que levamos, em nome do PSDB, às Organizações Globo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Dr. José Roberto Marinho, Presidente Edson Vidigal, Presidente Max Hoertel, do Superior Tribunal Militar, caros colegas e amigos, os oitenta anos de **O Globo** são uma festa do Brasil e, conseqüentemente, do Senado. O Presidente Renan Calheiros, sempre atento a esses fatos, não poderia deixar de fazer uma homenagem especial ao jornal.

Se **O Globo** é, sem dúvida, um farol na imprensa brasileira, não há dúvida também de que é uma coisa absolutamente principal para a vida do Rio de Janeiro. De modo que o Rio está em festa, como disse o Senador Sérgio Cabral.

O profissionalismo de **O Globo**, salientado muito bem por essa figura brilhante que é Tasso Jereissati, tem sido a meta principal desse grande jornal, que é uma bússola para imprensa brasileira. Tudo o que se observar de mais moderno na imprensa brasileira **O Globo** foi quem iniciou: foi o primeiro jornal a publicar uma foto por rádio, o primeiro a utilizar tecnologia para transmissão internacional de radiofotos; por meio da seção de informática de sua redação, lançou, em 1991, o primeiro caderno de informática, algo que era extremamente difícil fazer no País; em 1995, por ocasião da comemoração de seus 70 anos, promoveu sua reforma gráfica, concebida por pessoas de renome internacional; inovou na organização de notícias de fotografias e, ao mesmo tempo, em 1999, inaugurou o maior parque gráfico da América latina – evento a que estivemos todos presentes –, um investimento de pelo menos US\$150 milhões.

Acompanhei, de perto, de certa época para cá, quando cheguei ao Rio de Janeiro, como Deputado Federal, em 1959, a vida de **O Globo**, graças à amizade que tive com um de seus colunistas, figura extremamente interessante e grande amigo de Roberto Marinho, Augusto Frederico Schmidt, a quem também rendo homenagem.

Schmidt era uma personalidade realmente notável na vida literária brasileira, um grande poeta e um homem de ambições enormes. Ele conseguia fazer tudo para os outros, mas não para ele, o que lhe dava certa frustração. Então, Schmidt era um homem que fazia ministros do exterior, mas ele próprio não conseguia ser ministro. Isso acontece muito com os homens competentes e sérios. E eu, como era freqüentador da roda de amigos de Schmidt desde que cheguei ao Rio de Janeiro, com menos de 30 anos, como Deputado Federal, tive uma entrada especial na vida de Roberto Marinho, até os seus últimos dias, e pude, realmente, ver nesse homem uma figura exemplar da vida jornalística brasileira.

O êxito notável da TV Globo, talvez a terceira ou a quarta melhor do mundo, era muito gratificante para Roberto Marinho, mas não tanto como pegar o jornal **O Globo** para ler, como se fosse o seu filho querido. E assim foi a sua vida. Depois da morte de seu pai, como já foi salientado aqui, não aceitou logo assumir a direção do jornal e colocou o baiano Eurycles de Mattos, para dirigir **O Globo**; posteriormente, aos 26 anos, Roberto iniciava sua vida de diretor do jornal, com êxito, como o jornalista que traçava os verdadeiros rumos do jornalismo brasileiro. Isso, com uma simplicidade muito grande e sempre cercado da sua família, que desde cedo o ajudara. E ele pôde formar filhos excepcionais, que hoje honram sua memória não só com a união dos três, mas sobretudo com a capacidade de realizarem o trabalho do pai. Isso é realmente comovente. Todos temiam e perguntavam: como será **O Globo** sem Roberto? Continua o mesmo, por meio de seus grandes filhos.

O Globo foi talvez o que melhor noticiou a Coluna Prestes, em janeiro e fevereiro de 1927; nessa ocasião, publicou onze reportagens, com todos os detalhes. Foi o jornal que melhor noticiou a queda de Washington Luís num período conturbado da vida pública nacional, o único que publicou a foto do Presidente deixando o Palácio da Guanabara, em 24 de outubro de 1930, destituído pela revolução que levou Getúlio ao poder. E quem armou o flagrante? Parece incrível, mas foi Roberto Marinho. Roberto Marinho colocou galhos de árvores na saída do Palácio, para obrigar o carro do Presidente a parar, a fim de que fosse fotografado. O próprio diretor de **O Globo** foi fazer isso, para que seu jornal desse, em primeira mão, essa foto.

À Revolução Constitucionalista de 32, a cobertura de **O Globo** foi completa e imparcial, com repórteres

abrindo não só o lado paulista como o outro lado, contra os constitucionalistas de São Paulo.

Na Intentona Comunista, já foi salientado por um dos oradores, deu a entrevista exclusiva de Agildo Barata, a quem conheci, que era o líder da revolução comunista na Praia Vermelha, uma revolução que não teria jamais êxito, mas que o idealismo de Agildo encontrou guarida também em **O Globo** para publicar e o povo brasileiro julgar. Foi assim também em 37, quando não aceitava o Estado Novo, mas divulgava o que era indispensável, para mostrar que a imprensa brasileira era imparcial.

A cobertura de **O Globo**, na Segunda Grande Guerra, fez com que mandasse correspondente para a Itália, **O Globo Expedicionário**, que publicava tudo dos pracinhas, informava o que acontecia no Brasil e como os soldados brasileiros viviam e tinham coragem de viver naquela época nas batalhas, principalmente de Monte Castelo.

O suicídio de Vargas foi antecipado não só pela Rádio Globo, mas também por uma série de reportagens de **O Globo**, desde o atentado da rua Tonelero, com a morte do Major Rubem Vaz, até o dia do suicídio de Getúlio. É claro que isso valeu também uma indisposição de certa parte da população getulista contra o jornal, que não se intimidou e conseguiu publicar tudo o que era indispensável para que os fatos ocorressem como ocorreram.

Na Revolução de 64, **O Globo** também foi órgão indispensável e sempre imparcial e nunca com a mancha do ódio em relação aos opositores do regime de 64. Ao contrário, abrigava em sua redação alguns dos mais extremistas daquela época, sem que isso viesse a perturbar a sua atuação.

A questão do AI-5 foi citada pelo Presidente Renan Calheiros, com muita propriedade, e eu presenciei esse fato. Assisti à ida do Ministro da Justiça ao Ministério da Justiça, no Rio, para uma reunião com todos os diretores de jornais. O Ministro da Justiça da época disse que, daquele momento em diante, ele queria que os jornais não dessem guarida aos seus redatores comunistas. Todos ouviam calados, quando a figura de Roberto Marinho se levanta e diz para o Ministro, forte na época: "Na Revolução, pode mandar o senhor, mas no meu jornal mando eu, e eu não demitirei ninguém que tenha, por isso ou aquilo, um credo político".

Essa coragem fez com que outros jornalistas, depois, pedissem a palavra e mostrassem um pouco do avanço do Ministro da Justiça em relação a esse assunto e à propriedade do mesmo.

Nas Diretas Já, estava **O Globo** na sua dianteira, como também na eleição de Tancredo. Foi parte importante, senão – direi – a mais importante para mostrar que Tancredo era o melhor, principalmente diante do seu opositor, aquele com quem ele tinha relações de amizade, mas não tinha nenhum desejo de ter relações políticas. Recebia o opositor de Tancredo – eu prefiro nunca citar esses nomes – com muita cordialidade até na sua residência, mas, no outro dia, o jornal estava totalmente indiferente à visita que lhe fora feita, fosse em Angra ou no Cosme Velho.

O **impeachment** de Collor foi uma coisa significativa e, graças à atuação do jornal **O Globo**, tivemos a saída do Presidente. Quando a Nação se dividia, acho que **O Globo** tomava aquela posição de independência de sempre, mostrando os fatos, e, por isso, sim, muitos caras pintadas foram à rua e outros tantos fizeram com que os órgãos e associações como a OAB participassem ativamente. Isso tudo se deve a um homem: Roberto Marinho.

Roberto Marinho viveu 98 anos, para a surpresa de todos, porque era um homem que dava a impressão de ser eterno. Roberto Marinho parecia que ia viver toda a sua vida e mais outra vida e todas as vidas sempre no mesmo caminho de retidão, enfrentando, com muita lucidez, e sobretudo com muito caráter, sempre com o apoio da sua família, qualquer vicissitude.

Juntei-me de certo modo a ele e, graças a isso, pude tomar em 1984 uma posição na Bahia, combinado com ele, de absoluta coragem em relação ao Presidente da República da época. E essa posição que ele praticamente colocava no ar, na sua televisão, de dez em dez minutos, fez com que a revolução engolisse a fala, e o Presidente não mais tivesse poder para pensar em continuidade ou em eleger sucessor. Isso se deve ao Dr. Roberto Marinho.

Globo e Roberto Marinho, Globo e os seus filhos representam hoje, no Brasil, uma família, que só cuidou dos sentimentos democráticos do povo, que sempre esteve ao lado do povo e que lutou pelo povo. Por isso, José Roberto, transmita aos seus irmãos e à própria dona Lili o aplauso do Senado da República a **O Globo**, que é, sem dúvida, como disse anteriormente, o farol e guia de todos nós que queremos praticar bem a democracia no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo no Congresso Nacional. Em seguida, darei a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Dr. José Roberto Marinho, Diretor das Organizações Globo; Sr. Ministro, Presidente do STJ, Dr. Edson Vidigal; Sr. Ministro, membro do Superior Tribunal Militar; Sr^{as} e Srs. Senadores, está inscrito no art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que:

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a verdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

Isso significa que todo cidadão residente em um país democrático, como é o caso do Brasil, deve ter assegurado pelos governantes e pela imprensa o acesso a notícias e a informações isentas que satisfaçam suas expectativas e atendam as suas necessidades.

Hoje, graças ao milagre da informática, é possível capturar quase toda a história dos 80 anos do jornal **O Globo**, que o Senado da República, em louvável iniciativa de V. Ex^a e de vários outros Senadores, resolveu homenagear. E o que vemos, Sr^{as} e Srs. Senadores? Constatamos, ao longo desse tempo, que o Dr. Roberto Marinho, seu grande comandante por quase todo esse período, fez desse princípio, mesmo antes de ele existir, a maior razão de ser do jornal ao qual dedicou toda uma vida. Ele tinha orgulho de um outro filho, a TV Globo, mas a paixão, todos os que tiveram a oportunidade de com ele conviver, como o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, reconhecem, sempre foi o jornal.

Em todos os momentos da vida nacional, desde 1925, data de sua fundação, **O Globo** jamais deixou de exercer um papel preponderante e essencial para a democracia, mesmo quando ela foi violentada em sucessivos períodos negros da nossa história. Num combate permanente entre a luz e a treva, entre a verdade e a mentira, entre a liberdade e a opressão, esse jornal jamais se curvou aos poderosos do dia, mesmo que isso significasse cortar na própria carne.

Neste momento em que vivemos, marcado por forte instabilidade política, mais uma vez **O Globo** tem dado sucessivos exemplos de independência, serenidade e responsabilidade ao cobrir fatos que estão tendo decisiva influência no destino político do nosso País. E não tenho dúvida nenhuma, Sr. Presidente, de que **O Globo**, de que as Organizações Globo nos ajudarão, tirando lições da atual crise, a construir um futuro em que possamos, todos juntos, evitar a repetição da grave crise a que hoje assistimos.

Gostaria de me estender um pouco mais. Desejava dar exemplos da forma de atuar de **O Globo**, inclusive de encontros que tive com o inesquecível jornalista Roberto Marinho que me marcaram para o resto da vida pelos exemplos de sabedoria que recebi, mas não seria justo que eu aqui me alongasse quando inúmeros outros Senadores desejam se associar, como eu, às justas homenagens que esta Casa faz ao jornal **O Globo** nos seus oitenta anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Srs. Ministros representantes do STJ e do Superior Tribunal Militar, Sr. José Roberto Marinho, representante das Organizações Globo, inicialmente gostaria de dizer que uma instituição que sobrevive oitenta anos produzindo informações, defendendo a liberdade de expressão e prestando serviços à sociedade num País marcado, ao longo desse período, por tantas crises, por processos tão difíceis do ponto de vista econômico, por longos períodos de exceção, seguramente é uma instituição que merece atenção muito especial da sociedade, em particular quando estamos tratando do jornal **O Globo**.

Em 1925, estávamos sob a Primeira República, época em que o Brasil era um país predominantemente agrícola e em que havia a exuberância da economia cafeeira. Durou pouco esse ambiente: a crise de 29 foi devastadora do ponto de vista da economia, exigiu respostas muito criativas e ousadas. Logo em seguida, houve a Revolução de 30, que representou também uma mudança do ponto de vista do Estado brasileiro, do regime político: o governo provisório e, depois, o governo constitucional. Em 1937, houve uma ditadura, o jornal sofreu sob a ditadura do Estado Novo – do ponto de vista da liberdade de expressão, foi uma ditadura.

É verdade que foi um período de grandes avanços econômicos, um período difícil, de guerra, mas uma ditadura. Nesse seu início, nessa sua primeira fase, o jornal resistiu a todas essas adversidades econômicas, sociais e políticas.

Se olharmos para a história do Brasil dos últimos 60 anos, veremos que apenas três Presidentes da República foram eleitos democraticamente, pelo voto popular, e terminaram os seus mandatos. Portanto, temos uma marca muito profunda de instabilidade política, de longos períodos de exceção, de violação dos direitos fundamentais e da liberdade de organização, de manifestação, de expressão. Nesse contexto, essa instituição teve um papel fundamental na construção dos valores democráticos, da cidadania e da liberdade de expressão no Brasil e, por isso, é depositária desse acúmulo e dessas conquistas da cidadania brasileira.

Neste momento, essa instituição é chamada, mais uma vez, a um grande desafio: o desafio de preservar a independência do Estado, o desafio do jornalismo investigativo, que cresceu muito na história do Brasil, mas também o desafio da responsabilidade, do equilíbrio, do direito à defesa dos princípios que são fundamentais na construção do Estado de direito.

Por tudo isso, estou aqui prestando esta homenagem, por meio do meu partido, o PT, e do Bloco do Governo. Esta homenagem é extensiva a Nelson Rodrigues, Otto Lara Resende, Fernando Sabino e Rubem Braga, grandes nomes que construíram esse jornal na literatura e no jornalismo brasileiro. Mas eu queria, em particular, destacar aqueles que estão todos os dias nesse nosso tapete azul do Senado Federal correndo atrás da notícia, entrevistando, ponderando, questionando, ajudando a produzir as notícias que levam ao País o trabalho do Senado Federal, do Congresso Nacional.

Queria destacar aqui o jornalista Jorge Moreno, hoje diretor do jornal, que tem uma convivência com esta Casa muito antiga e muito respeitada por todos; a diretora Helena Chagas, jornalista que também tem uma participação e uma vivência muito ricas, algo que vem de berço – nasceu na notícia e se dedicou a vida inteira a esse trabalho e o faz com muita competência –; as jornalistas Adriana Vasconcelos e Lídia Medeiros, que, sempre juntas, produzem matérias todos os dias nesta Casa; o jornalista Gerson Camarotti, que, apesar de sua juventude, hoje também faz parte da equipe de **O Globo** e já é um jornalista renomado; a jornalista Isabel Braga; os colunistas Ilmar Franco e

Tereza Cruvinel, que sempre nos brinda com sua coluna que, obrigatoriamente, é lida todos os dias neste nosso Senado Federal; e os fotógrafos também, que nem sempre aparecem, mas nos fazem aparecer ou não nas matérias – o Freitas, o Gustavo.

A homenagem que faço é extensiva a todos os integrantes dessa equipe que acompanha, quotidianamente, o trabalho desta Casa, enriquece a vida do Parlamento, critica-nos recorrentemente, elogia raramente, mas, seguramente, é indispensável à existência do Parlamento e à vida democrática e contribui decisivamente para a construção da identidade nacional, da razão de ser do povo brasileiro, da valorização das liberdades e da cidadania.

Por tudo isso, quero parabenizar o jornalista Roberto Marinho, que começou a dirigir o jornal a partir de 1931, com 26 anos de idade, José Roberto Marinho e toda a família Marinho, bem como todos os profissionais que deram essa contribuição inestimável à cultura, às tradições, aos valores da liberdade de expressão, à imprensa brasileira.

Parabéns ao jornal **O Globo!**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Registro que o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, não se encontra presente nesta sessão especial em virtude do falecimento do seu pai, Hélio Jobim, ontem, e S. Ex^a encontrar-se em Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Os Srs. Senadores Paulo Octávio e Maguito Vilela enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, associe-me, com muito prazer, às manifestações comemorativas deste Plenário, pelos 80 anos de fundação do jornal **O Globo**, cujo trabalho primoroso de bem informar confunde-se com a história recente do país. **O Globo**, Sr. Presidente, tem contribuído, de forma inequívoca, para a formação do Brasil contemporâneo, em plena sintonia com a sociedade brasileira, suas alegrias, tristezas, expectativas e mais acalentados anseios.

Desde 1925, diariamente, suas páginas revelam o que acontece no Brasil e no mundo. Trata-se de um jornal que, de fato, além de ter acompanhado e veiculado a transformação paulatina do país e do mundo, nas suas várias fases político-institucionais e sociais, evoluiu jornalisticamente, com inovações tecnológicas que mudaram a feição do jornalismo impresso – o que,

com justiça, rendeu-lhe os mais diversos prêmios, nos âmbitos nacional e internacional.

Suas edições, inicialmente, eram de 33 mil exemplares. Hoje montam a 260 mil exemplares nos dias úteis e 384 mil aos domingos. Seu acervo conta com mais de 5 milhões de imagens, ilustrações de matérias que têm levado ao público matérias primorosas de cunho cultural, econômico, esportivo e político, entre outros.

Pode-se dizer, sem receio de incursão pelo equívoco, que o jornal **O Globo** tem-se destacado pela sua grande contribuição para com a democratização da notícia, para com a democracia brasileira, para com o alcance popular da plena cidadania.

Parabenizo a família Marinho e os diretores das Organizações Globo pelo transcurso das oito décadas de circulação do jornal, lembrando aqui, especialmente, Irineu Marinho, jornalista idealizador de **O Globo** e, como não poderia deixar de ser, o saudoso Roberto Marinho, seu filho e jornalista de escol, grande responsável pelo êxito crescente do jornal, cujo perfil, competente e versátil, tem legado aos brasileiros um jornalismo ético, abrangente e inovador.

Meus cumprimentos, portanto, ao jornal **O Globo** e a todos aqueles que o integram e dele fazem o excepcional diário que é.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é para mim uma honra usar hoje esta importante tribuna para homenagear os 80 anos do jornal **O Globo**, um dos principais jornais do continente.

Não há como desempenhar essa função sem lembrar a histórica data de 29 de julho de 1925, quando a coragem e o pioneirismo do jornalista Irineu Marinho deu início a uma verdadeira saga no mundo da comunicação. Era um momento histórico difícil, com o Brasil vivendo sob intensa censura e o mundo passando por forte instabilidade, que culminaria com a crise econômica mundial de 1929.

Mas Irineu Marinho tinha um sonho que não podia esperar tempos melhores. Enfrentou as dificuldades e fundou **O Globo**. Não era sua primeira empreitada no jornalismo, mas foi a mais importante, porque marcou uma nova era na comunicação do país.

O jornalista Irineu Marinho começou a trabalhar aos 15 anos, como revisor do antigo **Diário da Noite**. Passou pelos jornais **A Tribuna** e **Gazeta de Notícias**, onde foi repórter e diretor, e chegou a fundar o jornal **A Noite**. Mas seu grande projeto tomou forma em 1925 com **O Globo**.

Irineu Marinho deveria estar antevendo o destino quando enfrentou tantas dificuldades para levar seu

projeto adiante. Seria naquele momento ou não seria jamais. No dia 21 de agosto, menos de um mês após a fundação do jornal, ele morreu, mas deixou iniciado o projeto que construía com entusiasmo.

O início da operação de **O Globo** foi como uma odisséia. O jornal começou a circular sem máquinas próprias e sem sede própria. Mas desde os primeiros números surgia um jornal preocupado com o desenvolvimento do país. A questão da borracha, de fundamental importância para o Brasil naquela época, dominou as primeiras semanas do noticiário econômico.

Ainda em seus primórdios, **O Globo** deu grande cobertura aos eventos relacionados à Coluna Prestes e à revolução de 1932. A primeira cobertura internacional foi na área esportiva: uma vitória do Brasil sobre a seleção do Uruguai na Copa Rio Branco.

Com a morte de Irineu Marinho, coube à sua família e aos amigos continuar seu projeto. Seu filho, o jornalista Roberto Marinho tinha apenas 21 anos quando o pai morreu. Delegou a missão de administrar o jornal a Eurycles de Matos enquanto ganhava experiência trabalhando na redação.

Eurycles de Matos era um baiano com larga experiência. Havia trabalhado em diversos jornais e revistas. Ele conheceu Irineu Marinho ainda na redação de "A Noite". Sua passagem pela direção de **O Globo** também não durou muito. Em maio de 1931, faleceu com apenas 45 anos.

Com a morte de Eurycles, Roberto Marinho assumiu o controle do jornal fundado pelo pai. Foi o início de uma gestão que resultaria no maior conglomerado de comunicação do Brasil e um dos maiores do mundo. A visão de Roberto Marinho até hoje nos surpreende. O negócio que começou com **O Globo** rapidamente se expandiu. Em 1944 veio Rádio Globo. Em 1965, a TV Globo, hoje uma das cinco maiores redes do mundo.

A expansão dos negócios, no entanto, nunca fez com que **O Globo** fosse esquecido ou ficasse em segundo plano. Pelo contrário. Era no jornal, com uma opinião sempre forte, que Roberto Marinho influenciava na história do Brasil. Sempre com muita coragem, com ousadia e, acima de tudo, colocando como prioridade os interesses do povo brasileiro.

Tecnicamente, o jornal também cresceu. **O Globo**, que começou a ser impresso em uma rotativa alugada, inaugurou em 1999 o maior parque gráfico da América Latina, com uma área de 175 mil metros quadrados em Duque de Caxias, no Rio. Sua construção consumiu 150 milhões de dólares e o trabalho de 16 mil pessoas durante 20 meses.

Há dois anos, em agosto de 2003, o jornalista Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo, morreu no Rio, aos 98 anos, em consequência de um edema pulmonar. Morreu como um dos maiores homens de seu tempo e um dos maiores empresários de comunicação de todo o mundo.

Roberto Marinho deixou não apenas um verdadeiro império de comunicação, que começou com o sonho de seu pai há 80 anos. Morreu deixando um legado de trabalho, de honestidade e de amor inquebrantável pelo seu país.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os 80 anos de **O Globo** são uma prova inequívoca da força das instituições e da democracia brasileira. Se fosse diferente, um jornal dessa magnitude não conseguiria atuar com tamanha independência, denunciando, cobrando, tomando posições firmes, muitas vezes contrárias aos interesses do poder, mas sempre em favor do povo brasileiro.

Eu nome dos goianos e do povo brasileiro, manifesto a homenagem sincera e o reconhecimento pelo trabalho que o jornal **O Globo** desenvolve em favor da imprensa, da liberdade de expressão, da democracia e do desenvolvimento do Brasil.

Ao presidente das Organizações Globo, Roberto Irineu Marinho; aos vice-presidentes, João Roberto Marinho e José Roberto Marinho, os nossos cumprimentos.

Que Deus possa iluminá-los diante do desafio de tamanha responsabilidade que possuem diante de si. O desafio de não apenas de levar adiante o legado de sua família, mas, sobretudo, de fazer com que as Organizações Globo continuem contribuindo com a construção de um futuro melhor e mais justo neste país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Cumprida a finalidade da sessão, agradeço aos convidados, às personalidades que nos honraram com o seu comparecimento, ao Ministro Falcão, aos jornalistas Jorge Bastos Moreno e Toninho Drummond e a todas as autoridades que compuseram a Mesa; ao Presidente do Superior Tribunal Militar, ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça e ao Dr. José Roberto Marinho, Vice-Presidente das Organizações Globo, que hoje o Senado Federal homenageia pelos 80 anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 42 minutos.)

Ata da 130ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 9 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Eduardo Siqueira Campos, da Sra. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Flexa Ribeiro, Jonas Pinheiro, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa e Marcelo Crivella

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 9/8/2005 07:43:25 até 9/8/2005 20:43:31

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X		PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X		PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X						
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
-	MT	LUIZ SOARES	X						
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	GO	MAGUITO VILÉLA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PMDB	MA	MAURO FECURY	X						
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X						
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALÊNCAR	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
-	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X						
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X						
PSDB	CE	RÉGINALDO DUARTE	X						

Compareceram: 75 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 75 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expedientes que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 193/2005, de 2 do corrente, do Ministro dos Transportes, encaminhando resposta ao Requerimento nº 48, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 113/2005, de 28 de julho último, do Ministro das Comunicações, encaminhando resposta ao Requerimento nº 352, de 2005, do Senador Osmar Dias.
- Nº 114/2005, de 28 de julho último, do Ministro das Comunicações, encaminhando resposta ao Requerimento nº 489, de 2005, do Senador Hélio Costa.
- Nº 194/2005, de 2 do corrente, do Ministro dos Transportes, encaminhando resposta ao Requerimento nº 76, de 2005, do Senador Leonel Pavan.

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 86/2005, de 1º do corrente, do Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, comunicando não ser de competência daquele Órgão a resposta ao Requerimento nº 445, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 120/2005, de 2 de julho último, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando resposta ao Requerimento nº 495, de 2005, do Senador Pedro Simon.
- Nº 632/2005, de 2 do corrente, do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, encaminhando resposta ao Requerimento nº 116, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

As informações recebidas em resposta ao Requerimento nº 489, de 2005 foram juntadas ao processado do Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2003, que volta à Comissão de Educação para continuar sua tramitação.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

AVISO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

- Nº 1.001/2005, de 20 de julho último, encaminhando resposta ao Requerimento nº 662, de 2001, da Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2005

(Nº 4.042/2004, na casa de origem)

(De Iniciativa do Presidente da República)

Autoriza o Poder Executivo a doar 6 (seis) Aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e 6 (seis) à Força Aérea Paraguaia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Defesa, autorizado a doar às Forças Aéreas Boliviana e Paraguaia 12 (doze) aeronaves de treinamento, 6 (seis) para cada Força, de fabricação brasileira, tipo T-25 A UNIVERSAL, acionadas por motor **Lycoming** IO-54OK1D5, do acervo da Força Aérea Brasileira.

Art. 2º As aeronaves serão doadas no estado em que se encontram, e as despesas com seu traslado correrão a expensas das Forças Aéreas Boliviana e Paraguaia.

Art. 3º A doação de que trata esta lei será feita mediante termo lavrado perante o Chefe do órgão competente do Comando da Aeronáutica.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 4.042, DE 2004 ORIGINAL

Autoriza o Poder Executivo a doar seis aeronaves T-25 à Força Boliviana e seis à Força Aérea Paraguaia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Defesa, autorizado a doar às Forças Aéreas Boliviana e Paraguaia doze aeronaves de treinamento, seis para cada Força, de fabricação brasileira, tipo T-25 A UNIVERSAL, acionadas por motor Lycoming IO-540K1D5, do acervo da Força Aérea Brasileira.

Art. 2º As aeronaves serão doadas no estado em que se encontram, e as despesas com seu traslado correrão às expensas das Forças Aéreas Boliviana e Paraguaia.

Art. 3º A doação de que trata esta lei será feita mediante termo lavrado perante o Chefe do órgão competente do Comando da Aeronáutica.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 471, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Autoriza o Poder Executivo a doar seis aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e seis à Força Aérea Paraguaia”.

Brasília, 9 de agosto de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 368/MD

Brasília, 15 de julho de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à superior deliberação de Vossa Excelência Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a doar seis aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e seis à Força Aérea Paraguaia.

A medida tem o propósito de doar aeronaves T-25 A UNIVERSAL, de elevado custo de recuperação e manutenção, que causam despesas de estocagem à União.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, no mês de abril do corrente ano, transcorreu a visita oficial dos Comandantes da Força Aérea Boliviana e da Força Aérea Paraguaia ao Comando da Aeronáutica (COMAER), ocasião em que manifestaram interesse em receber, por doação, aeronaves do tipo T-25 A UNIVERSAL, do acervo da Força Aérea Brasileira.

Após minucioso estudo, coordenado pelo Estado-Maior da Aeronáutica, com a participação do Comando-Geral de Apoio e do Comando-Geral da Força Aérea Boliviana e da Força Aérea Paraguaia,

foi oficializada, por meio da troca de correspondências entre os Estados-Maiors das três Forças, a intenção do COMAER e o interesse da Força Aérea Boliviana e da Força Aérea Paraguaia numa eventual doação de seis aeronaves T-25 para cada uma daquelas Forças.

Em razão da existência, no mercado, de outras aeronaves mais modernas, de baixo preço e reduzido custo operacional, uma avaliação prévia demonstrou que as aeronaves T-25 têm um valor residual que não compensa, economicamente, a sua alienação, por se tratar de material fabricado há mais de 30 anos e de uso exclusivo no treinamento primário de pilotos.

Por outro lado, a estocagem desse material acarreta a utilização de instalações e o dispêndio de recursos por parte do COMAER. Acrescenta-se que as aeronaves serão doadas no estado em que se encontram, e as despesas com seu traslado serão custeadas pela Força Aérea Boliviana e pela Força Aérea Paraguaia, instituições com as quais o COMAER vem mantendo estreitas relações desde longa data.

Os estudos elaborados no âmbito do Ministério da Defesa, por intermédio do COMAER, e do Ministério das Relações Exteriores levaram a recomendar a doação de seis aeronaves para cada uma daquelas Forças pelas razões que se seguem:

- a) a Força Aérea Brasileira conta com aeronaves mais modernas e econômicas, por essa razão, não há interesse do COMAER em manter aquelas aeronaves em seu acervo;
- b) a estocagem das aeronaves implica custos adicionais para o COMAER;
- c) o alto custo de recuperação e manutenção eleva o custo residual das aeronaves, não compensando economicamente a sua alienação; e
- d) a doação servirá de reforço ao bom relacionamento bilateral entre o Brasil, a Bolívia e o Paraguai no contexto sul-americano, estreitando os laços de cooperação militar, tão necessários na atual conjuntura internacional.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor a Vossa Excelência o presente Projeto de lei.

Respeitosamente, – **Jose Viegas Filho.**

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2005, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2005** (nº 1.436/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Educacional de Frei Miguelino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frei Miguelino, Estado de Pernambuco;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2005** (nº 1.497/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Vida Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2005** (nº 1.500/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Taiúva – ARCT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiúva, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2005** (nº 1.514/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Manari a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manari, Estado de Pernambuco;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2005** (nº 1.526/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pontal FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pontal, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2005** (nº 1.541/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio e Televisão Dom Bonifácio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2005** (nº 1.543/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Movimento Cultural Pró-Cidadão de Buíque a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buíque, Estado de Pernambuco;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 285, de 2005** (nº 1.482/2004, na Câmara dos Deputados),

que *aprova o ato que autoriza a Associação de Convivência Artística e Cultural de Janiópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Janiópolis, Estado do Paraná;*

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2005** (nº 1.496/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Movimento Jovem de Assistência Social de São Miguel Arcanjo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2005** (nº 1.417/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Querência do Norte – ACCQN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Querência do Norte, Estado do Paraná;* e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2005** (nº 1.447/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade AM de Votuporanga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OF. nº 95/05-GLPFL

Brasília, 9 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Jorge Bornhausen para ocupar, como suplente, a vaga do PFL na Comissão Mista Especial a que se refere o art. 7º da Emenda Constitucional nº 45.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência designa o Sr. Senador Jorge Bornhausen, como suplente, para compor a Comissão Especial Mista criada pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 79, de 2004, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OF/GAB/Nº 303-PDT

Brasília, 9 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Pompeo de Mattos assume a condição de Titular, em substituição ao Deputado Alvaro Dias, que passa à condição de Suplente. Ambos na CPMI dos Correios.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Deputado **Severiano Alves**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Brasília, 9 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado da Saúde por meio do Requerimento nº 89, de 2005.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

Brasília, 9 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado da Educação por meio do Requerimento nº 556, de 2004.

Cordialmente, – Senador **Alvaro Dias**.

Brasília, 9 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado do Turismo por meio do Requerimento nº 655, de 2004.

Cordialmente, – Senador **Rodolpho Tourinho**.

Brasília, 9 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado das Relações Exteriores por meio do Requerimento nº 801, de 2004.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Brasília, 9 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário por meio do Requerimento nº 1.378, de 2004.

Cordialmente, – Senador **Marcelo Crivella**.

Brasília, 9 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência por meio do Requerimento nº 1.511, de 2004.

Cordialmente, – Senador **Heráclito Fortes**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência reiterará as solicitações aos Srs. Ministros de Estado, nos termos dos ofícios que acabam de ser lidos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há oradores inscritos.

Tem a palavra os Senadores Paulo Paim, Jonas Pinheiro, João Capiberibe e Flexa Ribeiro, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que seja feita a minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento que V. Exª entender mais adequado.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma, eu gostaria de fazer uma comunicação inadiável.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também peço minha inscrição para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há três oradores inscritos – Senadores Paulo Paim, Jonas Pinheiro e João Capiberibe – que, nos termos do § 2º do art. 158 do Regimento Interno, na prorrogação da Hora do Expediente, terão a palavra para uma breve comunicação.

O Senador Flexa Ribeiro fica inscrito como primeiro suplente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes, por até 12 minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de todas as riquezas intocáveis de um povo, a diversidade cultural é a mais importante. O Brasil, País conhecido em todo mundo pela harmônica convivência de suas muitas etnias, deve empreender os seus melhores esforços para preservar o legado cultural dos povos que formam a Nação brasileira.

O fomento de políticas públicas de proteção a minorias é o meio seguro para manter viva a diversidade cultural em nosso País. Devemos, em uma palavra, garantir as tradições locais pelo bom tratamento reservado ao cidadão brasileiro, que porta, em si mesmo, todo o acervo cultural de nossa Pátria.

Por esse motivo, gostaria de elogiar a iniciativa governamental de criação de oportunidades de trabalho e de formação para os médicos recém-formados, mediante estágios remunerados em assentamentos, quilombos e regiões periféricas das cidades brasileiras.

O Brasil, por conta de sua dimensão territorial agigantada, apresenta uma distribuição populacional desigual. Paralelamente aos centros urbanos, densamente povoados, como as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, a população dos Estados das regiões Norte e Centro-Oeste é mais esparsa.

Por esse motivo, no interior dos Estados e nas regiões menos povoadas, o atendimento médico é geralmente, deficitário, insuficiente, ou de má-qualidade, com grandes carências de pessoal. Em todo o País, os médicos em início de carreira tendem a se estabelecer nas capitais, que contam com melhores condições de trabalho. Esse fenômeno é causa para um relativo esvaziamento dos serviços médicos nas regiões periféricas, pouco atraentes para a fixação dos jovens profissionais.

Esse desequilíbrio exige do Estado a resposta adequada, que incentive o médico a atuar em permanência no dito Brasil profundo. Por isso, o Ministério da Educação (MEC) decidiu favorecer a residência médica em assentamentos de reforma agrária, quilombos remanescentes e nas periferias urbanas.

Pela nova diretriz do MEC, a residência, antes oferecida apenas e tão-somente nos hospitais, pode agora ocorrer em lugares mais distantes, que apresentem maior dificuldade na fixação do médico, mediante o pagamento de uma bolsa-trabalho de R\$1,5 mil.

Atualmente, o Governo conta com cerca de três mil bolsas de residência na área de saúde e família, em todo o País, o que tem estimulado o trabalho de jovens médicos em locais menos atraentes e gerado benefícios tanto para as comunidades mais carentes quanto para a formação dos novos profissionais.

Paralelamente, o Governo estabeleceu o Projeto de Vivências e Estágio na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER –SUS), cujo sentido é o de oferecer aos estudantes uma maior experiência no interior do Sistema Único de Saúde. O SUS, embora atenda 80% dos trabalhadores brasileiros, ainda é pouco conhecido dos próprios médicos. Apenas em 2004, cerca de 1.200 acadêmicos de Medicina participaram do inovador programa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, muito embora o Brasil esteja enfrentando um grave momento, de crise política e também institucional, faz-se necessário reconhecer que o País também contabiliza alguns importantes acertos em suas políticas públicas.

Entre os casos de sucesso, devemos incluir o programa do MEC que ora discutimos por suas múltiplas qualidades. Em primeiro lugar, porque cuida do brasileiro pobre, que vive e trabalha longe dos centros urbanos e que também merece cuidado do Estado, que deve tratar desigualmente os desiguais, privilegiando os deserdados, os que sofrem, o que têm as mãos e a alma calejadas pelos maus-tratos de um sistema econômico ainda injusto.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Papaléo Paes, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Concedo o aparte, com muita honra, a V. Ex^a.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Estou acompanhando com muita atenção as afirmações que V. Ex^a faz sobre a estrutura de saúde deste País. V. Ex^a, como eu, tem uma responsabilidade grande de representar um Estado muito pobre, que corresponde exatamente à área apenada das desigualdades, das brutais desigualdades regionais ainda existentes no País. Sei que, apesar dos avanços, notadamente na área da Medicina, principalmente com a adoção, de um tempo para cá de forma mais acentuada, da Medicina preventiva, de custo mais barato e que maior benefício traz à população e à sociedade, ainda temos situações muito difíceis. Percebemos, em determinadas regiões, a população brasileira ainda carente de atendimento dessas demandas básicas de assistência à

saúde, haja vista a quantidade de gente que vem para Brasília, haja vista a quantidade de pessoas que se deslocam para os grandes centros, exatamente desanimadas, desencantadas com a condição que lhes falta de atendimento nas suas regiões de origem. O meu Estado experimenta isso. Apesar dos esforços enormes e de estarmos agora organizando e inaugurando um extraordinário, talvez o mais importante, centro de atendimento à saúde do Estado, o Hospital Geral de Palmas, na nossa capital, ainda temos distorções acentuadas nos diversos Municípios, nas demais regiões. Talvez por uma falta de orientação ainda maior, Senador Papaléo – V. Ex^a, que é médico –, as faculdades, por exemplo, continuam formando profissionais na área de Pediatria, quando a sociedade brasileira, por si mesma, escolheu reduzir a fecundidade feminina. No entanto, os idosos, que estão distribuídos em todos os Municípios, inclusive nos pequenos, não contam quase sempre com o atendimento dos geriatras, que são os profissionais com especialidade no atendimento às pessoas envelhecidas. Se buscarmos a geografia da distribuição dos geriatras, que são hoje cerca de 500 apenas no País, para cerca de 18 milhões de pessoas com mais de 60 anos, a par de uma desproporção numérica enorme para fins de atendimento, verificaremos que a localização geográfica dos geriatras ainda se dá nas capitais, nas grandes cidades, sem que possamos estender esse atendimento especializado às pequenas comunidades. Entendo que V. Ex^a faz uma observação adequada. A situação melhorou muito, mas precisamos continuar nos empenhando para que, no Brasil, não haja reclamação da população quanto ao atendimento de uma das mais importantes demandas da sua vida, que é a que se faz pela saúde. Meus cumprimentos a V. Ex^a pelas colocações que traz.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Agradeço a sua participação, Senador Leomar Quintanilha. Faço essa referência, neste momento, exatamente porque está havendo uma alternativa para atender a uma população carente, que, apesar dessa alternativa se concretizar de acordo com o planejado, não é o suficiente para as necessidades que o povo interiorano deste País necessita. Mesmo nós, que vivemos nas grandes cidades, temos muitas dificuldades, que são multiplicadas por mil para aqueles que vivem em Municípios distantes dos grandes centros.

Continuando o meu discurso, em segundo lugar, porque contribui para a manutenção da diversidade cultural brasileira, ao direcionar a ação do jovem médico a quilombolas e membros do movimento dos sem-terra, que guardam em si os saberes tradicionais do interior de nosso País.

Em terceiro, porque abre oportunidades para o estudante de Medicina e também para o jovem doutor, que passam a contar com uma nova possibilidade de inserção profissional.

O programa também merece nosso reconhecimento porque aproxima dois universos paralelos: o do jovem urbano, bem formado e de futuro promissor e o do cidadão de baixa renda, em tudo carente, nas nossas periferias e no interior do País.

Podemos esperar o previsível estranhamento inicial dessa aproximação, a tomada de consciência do discípulo de Hipócrates, o jovem médico, que deve aprofundar sua visão de cidadania pelo seu trabalho, diariamente, ao colaborar para a universalização do acesso à saúde, que é direito de cada cidadã e de cada cidadão de nosso sofrido Brasil.

Outro traço interessante dessa política é o favorecimento dos Estados federativos dotados de menos recursos, que passam a se beneficiar de uma distribuição mais eqüitativa e justa dos médicos recém-formados.

É de esperar, desse encontro entre o jovem doutor e a comunidade, o natural fomento ao exercício da Medicina como sacerdócio e como vocação. Em um País desigual e sequioso de justiça, é fundamental que o médico sanitário seja tão reconhecido e prestigiado quanto o cirurgião plástico e que o clínico geral mereça o máximo respeito, tanto dos especialistas quanto do conjunto da população.

Esperamos, em suma, que a prática da Medicina sob inspiração filosófica e cristã faça-nos ver que uma coletividade é tanto mais feliz quanto mais bem cuidados são os seus indivíduos.

Esse é o sentido do programa do Ministério da Educação, que propicia a residência de médicos e enfermeiros em assentamentos, quilombos e periferias e que merece, pelo seu sentido mais profundo, o nosso mais entusiasmado aplauso. Contudo, medidas mais necessárias e práticas devem ser adotadas no sentido de propiciar que profissionais menos aquinhoados e de menos influência tenham acesso ao programa.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao eminente Senador Jorge Bornhausen, por cessão do Senador José Jorge. S. Ex^a dispõe de até 12 minutos.

Em seguida, fará uso da palavra o Senador Ramez Tebet.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna hoje para tratar de um assunto da maior importância,

sobre um projeto de lei que apresentei, estabelecendo novas normas para as eleições, visando, sobretudo, diminuir os custos de campanha, à transparência nos financiamentos e ao aumento das penalidades.

Cabe aqui, primeiramente, fazer uma lembrança ao papel já desempenhado pelo Senado na questão da Reforma Política. Lembro especialmente porque, aqueles que aqui chegaram, em 2003, não participaram da discussão e da aprovação de projetos da maior importância, que se encontram até hoje na Câmara dos Deputados sem a devida apreciação.

Quero fazer referência a um trabalho efetivado por uma Comissão presidida pelo Senador Francelino Pereira, que teve como Relator o Senador Sérgio Machado. Trabalho alentado e que trouxe sugestões de naturezas constitucional e infraconstitucional para a reforma política.

Lembro-me que, sob o comando do então Vice-Presidente Marco Maciel, Líder de vanguarda no que concerne à reforma política, fizemos uma Comissão no PFL, estudamos os projetos infraconstitucionais e, aqui, juntamente com o PSDB, apresentamos, de forma separada, as matérias, para que pudessem ser apreciadas não só nesta Casa, mas na Câmara dos Deputados.

Quero lembrar que o projeto de fidelidade por filiação partidária, aquele que estabelece um prazo de quatro anos para a segunda filiação, foi aprovado no Senado no dia 25 de abril de 2001; o projeto que altera prazos da legislação eleitoral – no qual hoje faço uma alteração mais profunda – foi aprovado em 4 de setembro de 2001; o projeto de listas mistas, de autoria do então Senador Roberto Requião, foi aprovado em 7 de junho de 2000; o projeto de financiamento de campanha foi aprovado no dia 25 de abril de 2001 – vejam bem que o Senado cumpriu a sua parte de forma exemplar para que houvesse benefícios da reforma ainda em 2002.

O projeto que proíbe as coligações nas eleições proporcionais foi aprovado em 24 de agosto de 1999; e o projeto que cria a federação de partidos, do Senador Antonio Carlos Valadares, foi aprovado em 25 de abril de 2001.

Não houve apreciação, por parte da Câmara, dessas importantes modificações. Quando da disputa da Presidência da Câmara, entre o atual Governador, Aécio Neves, e o Deputado Inocêncio Oliveira, ambos candidatos se comprometeram a não dar curso à matéria. Passado, portanto, o Governo Fernando Henrique, sem que houvesse essa transformação, essa modificação, a reforma necessária, iniciou-se o Governo do Presidente Lula. Sua Excelência disse, no seu pronunciamento à Nação – no segundo turno, quando foi

vitorioso – que, entre as reformas necessárias, faria a reforma política. Todavia, o Governo optou por uma estratégia diferente: a de cooptação de partidos e de parlamentares e postergou a reforma política. Posteriormente, instalou uma comissão, que, em vez de aproveitar os projetos do Senado, resolveu transformá-los em um único projeto de lei; e, nesse projeto de lei, foi esquecida a fidelidade partidária, foi estabelecido um sistema de listas com reserva de mercado e foi alterada a cláusula de desempenho, que diminuiu de 5% para 2%, fator que vai trazer, se aprovado o projeto, em vez de progresso, retrocesso.

Daí por que apelamos à Câmara dos Deputados que continue a votação dos projetos do Senado que foram aqui discutidos. Houve tempo suficiente para que fossem examinados naquela Casa.

Hoje, trago o fato à consideração do Senado, para que esta Casa tome mais uma iniciativa, para que leve com rapidez este Projeto à Câmara: a modificação do sistema eleitoral. São três os pontos, como me referi no início: redução de custos, financiamento transparente e aumento das penas.

Em relação à redução de custos, quero destacar que estamos estabelecendo que as convenções partidárias, que hoje se realizam entre 10 e 30 de junho, passem a ser realizadas entre 1º e 10 de agosto, o que permitirá uma diminuição no custo, já que a campanha será reduzida, em tempo favorável, em cerca de 45 dias.

Estamos propondo que o tempo de rádio e televisão, nas campanhas nacional e estaduais, seja de 35 dias, e não de 45, como ocorre hoje; e que, nas eleições municipais, seja de 20 dias, porque, nessa instância, existem apenas candidatos a Prefeito e a Vereador, enquanto que, na campanha nacional, que se faz junto com a estadual, há candidatos a Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e ao mais importante cargo, que é o de Presidente da República.

O Projeto também estabelece a redução de custos quando da apresentação dos candidatos. Na televisão, só poderão aparecer os candidatos, o nome e o número do candidato, o logotipo do partido e os **jingles** ou hinos do partido. Cabe ao candidato, então, expor as suas idéias, e não aos marqueteiros, que vendem mercadorias eleitorais.

Quero dizer ainda que, nesse mesmo intuito de haver diminuição de custos, o Projeto prevê a proibição dos chamados **showmícios**, ou seja, a presença de artistas nos comícios, o que traz realmente um alto custo à campanha e nenhum benefício ao partido e aos candidatos.

Da mesma maneira, o projeto proíbe a boca de urna, que é hoje a chamada compra de votos, já que não existem militantes que fiquem o dia inteiro com bandeiras na mão, com camisetas de candidatos. Eles são remunerados de acordo com o Estado da Federação.

Evidentemente, esses são custos que podem ser coibidos, já que não trazem uma produção eleitoral, mas, sim, uma venda direta da consciência do eleitor, de quem se espera que vista aquelas camisetas, bo-nés e usem distintivos no dia da eleição.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Jorge Bornhausen, V. Ex^a me permite participar dessa discussão?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Eu preferiria terminar o meu pronunciamento sobre o financiamento e a penalidade para, com muito prazer, levar o assunto à discussão.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Perfeito!

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Em relação ao financiamento – e serei rápido –, o que desejamos são limites e transparência. Hoje, há um limite de 3% sobre o faturamento bruto das empresas e sobre o ganho bruto das pessoas físicas. Queremos limitar isso a 50 mil Ufirs por candidato ou partido, em se tratando de pessoa física, e a 150 mil Ufirs quando se tratar de pessoa jurídica ou do conglomerado jurídico.

Ao mesmo tempo, estamos propondo a vedação de doações de pessoas jurídicas sem fins lucrativos; proibindo a doação para a campanha de organizações não-governamentais, de sociedades beneficentes, de sociedades recreativas e estamos proibindo, definitivamente, doações para campanhas eleitorais de qualquer empresa que preste serviços ao Estado, à União ou aos Municípios nas administrações direta ou indireta. E, se isso ocorrer, os seus contratos passam a ser nulos, de pleno direito.

Estamos também propondo que, nas eleições federal e estaduais, os candidatos e os partidos registrem *on line* as entradas e saídas e, 72 horas depois, indiquem também todos os doadores da sua campanha e a quem foram pagos os recursos de campanha. As multas, as penalidades, as detenções também são dobradas, tal como previu como necessário o eminente Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Velloso.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Leomar Quintanilha e, depois, ouvirei o aparte do Senador Marco Maciel.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Desculpe-me por não ter atentado ao desenvolvimento da apresentação desse projeto, que traz novidades im-

portantes e interessantes que – concordo com V. Ex^a – precisam ser implementadas na política nacional. No entanto, não ouvi V. Ex^a tecer comentários a respeito da comunicação de massa, sobre a mídia. V. Ex^a comentou sobre os **showmícios**, que, realmente, encarecem sobremodo a campanha. Observo que, hoje, na apresentação das propostas e das idéias dos candidatos por intermédio dos meios de comunicação – o rádio e a televisão, principalmente –, são utilizados artifícios que rebuscam sobremodo a mensagem do candidato, e, às vezes, o candidato é o que menos aparece. São utilizados recursos tecnológicos, como imagens, sons, imagens de obras e de regiões, para justificar, talvez, uma proposta ou uma mensagem de um candidato, e isso tem um custo inestimável. A apresentação é gratuita, mas a produção dos programas tem destaque, inclusive, empresas de publicidade no País. Entendo que isso também contribuiria sobremodo para reduzir consideravelmente os gastos com a campanha. Então, o candidato deveria apresentar sua mensagem clara e limpa, sem os adornos e os adereços que essas criações têm trazido, às vezes até dificultando a compreensão por parte do próprio eleitor.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Esclareço ao Senador Leomar Quintanilha que está previsto – e aqui falei – que, no rádio e na televisão, nos programas dos Partidos e nos comerciais, só poderão aparecer os candidatos levando as suas mensagens, em estúdio, com o logotipo, o número e o nome do candidato, além do fundo musical partidário, o que certamente vai descontentar os grandes especialistas, chamados marqueteiros, mas vai atender a essa idéia de redução drástica nos custos de campanha.

Concedo o aparte ao eminente Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Caro Senador Jorge Bornhausen, Presidente do nosso Partido, o PFL, que faz uma notável obra à frente de nossa agremiação, eu gostaria de iniciar o meu aparte cumprimentando V. Ex^a por mais uma iniciativa extremamente oportuna, no sentido de melhorar a nossa legislação eleitoral e partidária. Espero que a proposição, pelos motivos que foram apresentados, venha não somente ser acolhida no Senado, mas também na Câmara dos Deputados, de forma tempestiva, já que são mudanças que vão contribuir, e muito, para melhorar o processo eleitoral. O ideal seria até que elas fossem aprovadas e devidamente sancionadas antes de 30 de setembro, para vigorarem já nas próximas eleições. Acredito, como V. Ex^a salientou, se aprovada a proposição, certamente teria impacto, não apenas na redução dos custos de campanha, reconhecidamente elevados no Brasil, mas também na transparência,

atendendo a um reclamo da sociedade, sobretudo, por melhoria da ética no campo político-eleitoral. Haveria simplificação do processo eleitoral brasileiro, já que as chamadas tecnologias da comunicação permitiram, conseqüentemente, campanhas mais curtas. Isso seria um grande avanço. Não devemos deixar de ter presente, como V. Ex^a tem defendido, que, uma vez concluído o trabalho das CPIs, de apurar fatos de conhecimento público, retomemos o debate sobre outras questões da reforma política, algumas inclusive que ultrapassam o universo do campo eleitoral e partidário, para discutirmos o próprio sistema de Governo e outras questões que venham melhorar a sorte das nossas instituições republicanas. Como V. Ex^a lembrou no início do seu pronunciamento, há, na Câmara, muitos projetos, inclusive projetos que independem de **quorum** qualificado, que podem melhorar, e muito... –

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) –...concluo, Sr. Presidente – o nosso sistema político, partidário e eleitoral, e que não convém, aqui, examinar num breve aparte. Ao final, quero cumprimentar V. Ex^a, e dizer que acredito que se tivermos êxito na proposição de V. Ex^a, certamente vamos contribuir para melhorar o País, criando condições, portanto, para a sociedade brasileira ver o pleito de 2006 realizado sob outras condições. Fico sempre pensando, se tivéssemos feito antes as reformas políticas, hoje não estaríamos nos defrontando com as questões que pervagam o Congresso Nacional com desdobramentos em toda a sociedade brasileira. Formulo votos de que a proposição seja devidamente acolhida nesta e na outra Casa do Congresso Nacional.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço ao eminente Senador Marco Maciel, que foi voz isolada em 1995, quando pediu que a primeira reforma fosse a política e não a econômica. Devo reconhecer que o Senador Marco Maciel tinha razão. Todos esses fatos que vivemos e essas angústias pelas quais passamos teriam sido realmente diminuídos, e muito, se tivéssemos seguido o seu sábio conselho, Senador Marco Maciel.

Desejo ainda dizer a V. Ex^a e aos Senadores e às Senadoras que procurei o Senador Renan Calheiros, Presidente da Casa, e envie a V. Ex^as cópias do projeto, para que pudéssemos fazer um esforço de votá-lo, com aprimoramentos, com recebimento de emendas que viessem a melhorar o seu texto, na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Com isso, poderemos, logo em seguida, encaminhá-lo à Câmara dos Deputados, já que sua

aprovação é suficiente com a votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Agradeço, portanto, às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores e espero que possamos dar essa contribuição e que a Câmara dos Deputados cumpra a sua parte. Quando fiz referências ao texto do projeto da Câmara, eu o fiz no intuito de fazê-lo melhor. Quero ressaltar aqui a figura do Relator, o Deputado Ronaldo Caiado, que fez um grande esforço. Mas nem sempre os consensos são os melhores resultados. Prefiro a votação democrática.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Jorge Bornhausen.

Comunico ao Plenário que, pela relevância da matéria apresentada pelo Senador Jorge Bornhausen, tomo a iniciativa de enviar o pronunciamento e o projeto a todos os Srs. Líderes, assim como ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

S. Ex^a dispõe de até 12 minutos. A seguir, eu a concederei ao Senador Ramez Tebet.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos sentindo uma dificuldade enorme na retomada do funcionamento normal desta Casa. O plenário sente-se abstraído da presença aqui de inúmeros eminentes Senadores, porque estão participando das múltiplas comissões parlamentares de inquérito que praticamente tomam conta do dia-a-dia desta Casa.

Não foi possível hoje funcionar a Comissão de Meio Ambiente, a da Defesa do Consumidor e a de Fiscalização e Controle, em sua reunião ordinária, exatamente em razão da concorrência de horário com essas comissões parlamentares de inquérito.

Mas é importante, Sr. Presidente, que essas comissões alcancem os objetivos a que se propõem e que determinaram as suas instalações. E o País inteiro espera por uma solução adequada para as investigações e avaliações que essas comissões parlamentares de inquérito estão realizando, para cortar na própria carne, onde seja necessário, inclusive nesta Casa, e para que a população saiba que há muito brasileiro nesta Casa cumprindo e querendo continuar cumprindo o seu dever.

Mas quero, Sr. Presidente, comentar, ainda que brevemente, sobre outras questões que também envolvem a responsabilidade dos Srs. Senadores. Eu começaria, inclusive, comentando sobre as desigualdades regionais, Senador Flexa Ribeiro. V. Ex^a tem o privilég-

gio de representar o Pará, um dos mais importantes Estados da Federação, integrante, como o Tocantins que eu represento, da Região Norte, que, juntamente com a região Nordeste, são as mais apenadas por essa brutal desigualdade regional que ainda existe no Brasil. E isso não decorreu de outra coisa senão do afunilamento dos recursos públicos ou privados que foram, ao longo da história do Brasil, investidos nas regiões mais desenvolvidas. Não há outra explicação. É por isso que ainda temos, em muitas regiões – na nossa, particularmente –, cidadãos que não têm as garantias mínimas que lhes confirmam dignidade: garantias de uma habitação adequada, atendimento às suas demandas de saúde e, sobretudo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, carga de conhecimento e de informação. É preciso principalmente que as novas gerações brasileiras estejam dela participando para que possamos fazer do Brasil um país competitivo não só dentro das suas fronteiras, mas nessa aldeia global de que estamos participando.

A globalização tem as suas vantagens e desvantagens, e o país que não se preocupar com a formação adequada e moderna das suas novas gerações estará fadado a ficar marginal, dependente e vendo a sua população sofrendo. Vejo esse exemplo próprio no meu próprio Estado, onde temos, apesar dos hercúleos esforços que já foram feitos pelas instituições públicas e privadas ali instaladas, pelo Governo do Estado, pelas Prefeituras Municipais e pelos colégios que trazem a sua participação na educação e na formação das nossas novas gerações, uma dificuldade muito grande e muito acentuada em relação às regiões mais desenvolvidas.

São Paulo, sem sombra de dúvida, é o Estado mais avançado, mais adiantado e mais rico deste País, mas é lá, também, que se encontra o volume maior de produção científica deste País. E não há como pensarmos em desenvolvimento de um povo ou de uma Nação se não nos preocuparmos com a formação, com a informação e com o grau de conhecimento que possamos infringir à população, principalmente às novas gerações.

Nós nos preocupamos com as desigualdades regionais, com o que há de mais importante que existe sobre a face da terra e com quem temos que nos preocupar como prioridade número um: o ser humano. É claro que temos que considerar também outros aspectos. Nós ainda cuidamos, no Estado do Tocantins e sei que no Estado de V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro, nos Estados mais pobres, das questões ligadas à infraestrutura, que ainda são gritantes. Temos que cuidar da implantação das obras de infra-estrutura nos nossos Estados. Particularmente, no meu Estado, está sendo

construída uma eclusa na hidrelétrica do Lajeado, a hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, cujas obras estão praticamente paralisadas. Isso faz com que cerca de 700 quilômetros de hidrovias não sejam utilizados, meio de que o povo mais pobre demanda. Esses estão tendo que recorrer à modal de transporte mais cara conhecida no mundo: a rodoviária, a única que nos sobra e que nos é permitida. Isso vai fazer com que continuemos ainda mais pobres em relação aos Estados mais ricos, que estão cada vez mais ricos. É preciso que quebrems, que estabeleçamos um federalismo na distribuição dessas condições, desses recursos.

O Tocantins é um Estado privilegiado, como o de V. Ex^a. O Tocantins tem um potencial energético extraordinário, do qual depende e precisa toda a Nação brasileira. O Estado mais rico a que me referi, a região mais rica do País, o Sudeste, está a carecer do potencial energético do Tocantins. E não é justo que a legislação que hoje prevalece contemple e continue beneficiando as regiões mais ricas em detrimento, em prejuízo das regiões mais pobres. Por exemplo, na geração de energia elétrica, hoje produzimos seis vezes mais que consumimos. Das cinco turbinas com que geramos energia elétrica no Tocantins, uma delas é usada no nosso território; as outras quatro produzem energia que é vendida às outras regiões mais desenvolvidas do País.

E o que acontece? O Tocantins recebe apenas os **royalties** que, comparadamente, são muito distantes do que recebem os Estados que estão utilizando essa energia elétrica, por intermédio principalmente do ICMS. Então, não é justo que os Estados que são mais ricos continuem mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, com reflexos muito grandes para a sociedade brasileira. É preciso que haja uma alteração nesse sentimento e nesse pensamento.

Da mesma forma que ocorre com a energia elétrica, Presidente Flexa Ribeiro, ocorre com o petróleo. Se não houver o refino no Estado que o gera, a grande receita da produção de petróleo vai para o Estado que tem o refino, e o reflexo se dá na população pobre.

Nós estamos com o atendimento deficiente das demandas de moradia da nossa população no Estado de Tocantins. Ainda há uma quantidade enorme de pessoas que não conseguem mitigar a fome de seus familiares. Não temos, repito, condição de dar atendimento às suas demandas de saúde de forma adequada. Não temos condição de dar, com qualificação, a carga de informação e de conhecimento de que o cidadão tocantinense necessita, mas, no entanto, estamos mandando 5/6 da nossa energia para os Estados mais ricos, onde há a maior geração de riqueza. Não é justo isso, não está correto isso. É preciso que pense-

mos, reflitamos e possamos trabalhar definitivamente na melhor distribuição de renda neste País.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria que pensássemos em retomar uma agenda positiva da discussão dos problemas, dos graves problemas que afligem a população, como é hoje, sem sombra de dúvida, o desemprego. O que estamos fazendo para combater o desemprego? Quantos pais de família estão de cara para cima, preocupados? O que vão fazer, onde vão arranjar uma forma de trabalhar, para levar o pão a seus filhos, em casa? Os jovens que estão chegando ao mercado, na idade de trabalhar, não encontram como produzir, como fazer alguma coisa.

É preciso que pensemos na segurança do cidadão, que está hoje cada dia pior, em situação mais difícil. É preciso que continuemos discutindo, nesta Casa, as questões que dizem respeito ao sentimento do povo brasileiro, principalmente o anônimo, aquele que mora nos pequenos Municípios, nos rincões deste País, que não tem voz, nem vez. É preciso que tenhamos o dever e a coragem cívica de discutir e enfrentar esses problemas, para dar a esse extrato social, a essa população do nosso País o mesmo tratamento que tem o cidadão que mora nas regiões mais ricas e desenvolvidas do Brasil.

Era o que eu gostaria de registrar nesta tarde, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Leomar Quintanilha, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Obrigado, Senador Leomar Quintanilha.

Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento. Pretendia apartear-lo, mas, regimentalmente, por ter assumido a Presidência, não pude fazê-lo. Solidarizo-me com V. Ex^a em suas palavras em benefício das regiões menos desenvolvidas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Pois não.

Em seguida ao Senador Ramez Tebet, concederei a palavra ao Senador José Jorge, pela Liderança.

Com a palavra o nobre Senador Ramez Tebet, por permuta com o Senador Fernando Bezerra.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um representante do Centro-Oeste brasileiro, quando está em Brasília – e sempre está – chega ao Senado por volta das 9 horas da manhã e trabalha, às vezes, noite adentro. Nos fins de semana, quando vai a seu Estado, por seu estilo de vida, tem a oportunidade de ouvir os cidadãos.

Quero fazer à Casa uma confissão que, por certo, não é inédita, porque penso que toda a sociedade brasileira sente a mesma inquietação. Estejamos no avião de ida ou de volta, no nosso Município ou pelo interior do Estado, em contato com a população, as perguntas invariavelmente são estas: Senador, para onde estamos indo, para onde estamos caminhando? Como vamos sair desta crise? Isso vai virar *pizza*? Vai haver punição? Nessas indagações, há sempre uma afirmação, ou seja, a de que a sociedade exige a rigorosa apuração dos fatos que vivemos.

Portanto, é inegável que estamos diante da mais grave crise moral da história republicana do Brasil. E essa crise é dinâmica, na medida em que os fatos se sucedem. A cada dia, há uma denúncia; a cada dia, a interrogação mais se acentua, principalmente quando vem acompanhada da notícia – em que não queremos acreditar, mas da qual a sociedade desconfia – de um possível “acórdão” que porá fim a esse conjunto de circunstâncias, sem que haja punição daqueles que, de uma forma ou de outra, são culpados pela crise – volto a repetir, a mais grave delas – que o País está a vivenciar.

Senador Paulo Paim – V. Ex^a é um grande defensor dos trabalhadores –, de todas as classes parte a mesma indagação. Há uma dúvida, um cheiro que não está mais agradando à sociedade, que se encontra mais indignada, a exigir uma apuração verdadeira e a punição daqueles que são os responsáveis pela crise. Esse é o mínimo que se pode exigir.

No entanto, Sr. Presidente, procuro mostrar àqueles que me procuram e que fazem essas indagações que o cidadão brasileiro está cada vez mais atuante, que este País evoluiu e é extraordinário, porque, verdadeiramente, apesar disso tudo – note-se que há três CPIs funcionando –, ao tempo em que ele vivencia uma crise moral dessa envergadura, constitui um Estado de direito. É incontestável que o Brasil é um Estado de direito, pois, diante desse quadro, ninguém ousa apontar outra saída, que não a da lei.

Creio que este é o sentimento da sociedade: a saída para a crise é o cumprimento rigoroso da lei. Lembro Montesquieu, na sua grande obra **O Espírito das Leis**, que dizia que, quando se vai a um país, não se deve indagar se há boas leis, mas há que indagar

se as leis existentes são aplicadas, efetivamente executadas. Torço, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que a lei esteja acima de tudo e de todos e seja cumprida, para que as Comissões Parlamentares de Inquérito atuem como estão atuando.

Sei que há alguns excessos e uma “espetacularização” em cada reunião das Comissões Parlamentares de Inquérito, mas reconheço que elas estão efetivamente trabalhando, porque têm um prazo certo para concluir seus trabalhos. Esperamos que os concluam dentro desse prazo e remetam o resultado às autoridades competentes. Se os responsáveis forem políticos, que respondam às respectivas Comissões de Ética, ao Plenário e, em última instância, à Justiça comum; se não forem Parlamentares, que respondam perante a Justiça Comum, que seja acionado o Ministério Público. Mas o povo espera o cumprimento da lei.

Portanto, devemos trabalhar para que o povo, que está à espera de uma solução, não fique imaginando que isso pode redundar numa grande *pizza* – essa é a expressão popular – e que possa haver um grande “acordão”, para absolver todos os responsáveis e tudo continuar como dantes no quartel de Abrantes. Não! Isso seria intolerável; isso seria a desmoralização total do Poder Legislativo, que já está muito desacreditado diante da opinião pública.

E vejam: as Comissões estão funcionando, estamos aqui a trabalhar. Eu mesmo participei de uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Estamos a debater essa crise. Há pouco, ouvi o Senador Leomar Quintanilha, com a propriedade de sempre, lutar pela igualdade entre as regiões brasileiras e, portanto, por uma menor desigualdade entre os cidadãos brasileiros. Ouvi, antes de S. Ex^a, o Senador Jorge Bornhausen, que preside o Partido da Frente Liberal, apresentar uma solução para a crise, que é fruto também de uma legislação que precisa ser reformada, não sei se com a amplitude que todos desejávamos fazer; não sei. Não sei se haverá tempo para isso diante do preceito constitucional que dispõe que qualquer mudança deve ser feita até 30 de setembro ou até 3 de outubro de 2006.

Algumas mudanças tópicas haveriam de ser feitas, sim, como salientou aqui o Senador Jorge Bornhausen. Quem tem coragem de negar que esse troca-troca de partidos também seja responsável pela corrupção que grassa em determinados setores da classe política?

Por que, então, não votar imediatamente o instituto da fidelidade partidária, já que 80% ou mais dos Parlamentares o desejam? Temos de evitar casuísmos, sei disso. Votar a fidelidade partidária é realmente fazer a vontade da sociedade, fazer aquilo que ela está a exigir: que o cidadão eleito por determinado partido

nele permaneça, salvo condições excepcionais; que ele fique impedido de barganhar, de trocar, de negociar o seu voto. Por que não votar a fidelidade partidária imediatamente?

Por que também não fazemos algo simples, que é evitar os exageros nos gastos de campanha? Por que esse carnaval na televisão? O eleitor está interessado nas idéias dos candidatos e dos partidos políticos. Todavia, sabemos, como já foi afirmado aqui, que o horário gratuito da televisão é gratuito entre aspas, porque o custo da produção é elevadíssimo, mascarando-se seu verdadeiro objetivo. Apresentam-se *shows* caríssimos na televisão, nas praças públicas e nos comícios, o que custa muito caro.

Há ainda pouco menos de sessenta dias, mas dá tempo de votar essas matérias. É importante que se vote isso. É importante que se eliminem essas causas, que contribuem fortemente para a formação do caixa dois, para a corrupção e para isso que está existindo no cenário político brasileiro, o que nós temos obrigação de combater.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – São partidos de aluguel.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – V. Ex^a disse bem, Senador Valdir Raupp: é preciso acabar com os partidos de aluguel e reduzir a cláusula de barreira de 5% para 2%, como quer o projeto que está na Câmara. Positivamente, é um absurdo! É estimular ainda mais a criação de partidos políticos; é dar vazão para o que acontece hoje.

O que está acontecendo, hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores? Todos os partidos têm direito a fazer a divulgação do seu programa, quer por meio de comerciais, quer por programas mais extensos. E os partidos vendem esse direito para outros partidos. Sr. Presidente, pelo amor de Deus, não dá para acreditar mais nisso!

Então, a par das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito, e uma vez que a reforma política é sempre cantada, mas nunca priorizada, creio que chegou a hora de mexermos em alguns pontos, pelo menos topicamente; alguns pontos, pelo menos, do brilhante discurso e do brilhante projeto do Senador Jorge Bornhausen. Vamos votar, ao menos, alguns tópicos importantes, para fazer com que o Congresso Nacional dê uma resposta à sociedade brasileira, mostrando-lhe que o Congresso Nacional é o pulmão da democracia, o oxigênio da vida democrática do País.

Não podemos mais ser uma instituição que esteja lá embaixo, quase em último lugar, nas pesquisas de opinião pública. Devemos fazer com que a sociedade entenda o nosso trabalho, entenda que uma verdadeira democracia pode prescindir de tudo, mas não

pode prescindir do princípio da independência e da harmonia dos Poderes.

Então, realmente, está na hora – apesar de faltarem menos de sessenta dias para o prazo constitucional de um ano antes das eleições – de se mexer na legislação político-eleitoral. Está na hora de fazermos isso.

(Interrupção do som.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, V. Ex^a souo a campainha, mas tenho apenas uma coisa mais a dizer. Tenho percorrido os Municípios do meu Estado. Como vamos renovar, se pesa uma verticalização sobre a cabeça daqueles que estão na política e daqueles que querem entrar? Quem sabe se a verticalização vai ou não vai cair? Então, eles querem entrar em algum partido político. É preciso decidir isso de uma vez por todas. No meio da sociedade, sentimos que essa verticalização não cola, não pega, porque ainda não temos partidos ideológicos fortes ou verdadeiramente programáticos no Brasil. Então, há um processo de verticalização, como a dizer que lá nos Municípios brasileiros teremos de obedecer ao que se faz em nível nacional, quando ainda não estamos à altura disso. O eleitor ainda vota mais em candidato do que em partido. Ele quer votar no deputado estadual de um partido e no presidente da República ou no senador de outro partido. Por que limitarmos essa vontade, se temos aí uma quantidade enorme de partidos políticos? Se neste País se faz política sem falar em ideologia?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está na hora de uma vacina ética. O momento é precioso para isso. O Brasil está precisando de uma vacina ética, de uma vacina de combate...

(Interrupção do som.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – ... à imoralidade, de uma vacina que possa injetar os bons costumes na política brasileira, eliminando tudo aquilo que é ruim e nefasto, que ninguém pode tolerar, admitir e muito menos suportar, Sr. Presidente.

Por isso, pela terceira ou quarta vez, ocupo a tribuna do Senado Federal para dizer que não podemos perder esta oportunidade de passarmos a limpo o Brasil e darmos nossa contribuição para um processo eleitoral mais eficiente, mais transparente e mais límpido, como requer uma verdadeira democracia.

Sr. Presidente, são essas as considerações que eu gostaria de fazer e agradeço a tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Ramez Tebet e concedo

a palavra ao nobre Senador José Jorge, como Líder da Minoria, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é a primeira vez que me sirvo desta tribuna com a finalidade de intervir em defesa de um projeto da mais elevada importância para o Estado de Pernambuco: o Complexo Industrial-Portuário de Suape.

Suape é uma das maiores ações estratégicas em curso na região Nordeste: sua posição geográfica assegura-lhe a condição de centro receptor e distribuidor de mercadorias, de abrangência nacional e internacional; sua base portuária credencia-o a acomodar o tráfego de navios nos 365 dias do ano, sem a restrição de horários de marés; o porto movimentava anualmente mais de 5 milhões de toneladas de cargas, e contabilizam-se mais de 70 empresas instaladas, significando investimentos da ordem de US\$1,7 bilhão e 5.500 empregos diretos. Há um número cada vez maior de grupos empresariais hoje interessados na utilização do Complexo como espaço de implantação ou expansão de negócios nos mais diversos campos da indústria.

Eu poderia citar a refinaria de petróleo que já foi decidida pelos governos venezuelano e brasileiro, que será implantada em Suape. Trata-se de uma refinaria de petróleo de 200 mil barris de petróleo/dia, que será a primeira refinaria da região central do Nordeste, além das que já existem na Bahia, e também um grande estaleiro que será construído exatamente para permitir a construção de grandes petroleiros, grandes navios, aproveitando o alto calado do de Suape. São investimentos que ascendem à cifra de R\$170 milhões e que possibilitarão a criação de trinta mil empregos, entre postos de ocupação diretos e indiretos.

Desde a concepção do Plano Diretor (em torno de 1975) até 1999, isto é, cerca de 25 anos, aproximadamente R\$345 milhões foram investidos no Complexo, correspondendo a 50% desse montante a parcela amparada com recursos do Tesouro estadual. Isso significa que esse porto vem sendo construído, há muito tempo e com muito sacrifício, com a colaboração do Governo Federal e com a participação do Governo de Pernambuco mais ou menos meio a meio.

No período que segue, de 2000 a 2002, a título de contrapartida, R\$6 milhões a mais foram despendidos, o que nos fornece uma dimensão aproximada do arrojo e do sacrifício a que se impôs o Governo de Pernambuco.

Observamos até 2002 uma administração federal solidária à causa de Suape. Para não ir muito longe, recordaria que, entre 1999 e 2002 por exemplo, no

segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, os recursos transferidos pela União chegaram perto de R\$89 milhões, contra R\$14 milhões alocados pelo Estado. Portanto, foi um período em que a União praticamente assumiu toda a expansão e o ritmo das obras que se faziam em Suape.

Para o ano de 2003, o Orçamento da União autorizava a transferência de R\$33 milhões – já no Governo Lula, Orçamento elaborado no Governo Fernando Henrique Cardoso; portanto, mais ou menos dentro da média do que vinha sendo liberado durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso –, os quais, acrescidos de R\$7 milhões, então inscritos em “restos a pagar” no encerramento do Governo Fernando Henrique Cardoso, sinalizavam na direção de um vultoso repasse de R\$40 milhões para que o Governo do Estado aplicasse em Suape.

Contudo, nada disso aconteceu. O primeiro ano da gestão do Presidente Lula, 2003, ficou gravado, isto sim, pela interrupção na trajetória de liberações para Suape. Durante o ano de 2003, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, praticamente não houve liberações daquilo que estava previsto no Orçamento.

Hoje, decorridos dois anos e meio, o que se tem de concreto não deixa de ser um balanço desalentador: as transferências efetuadas nesse período estancaram na cifra de tão-somente 23 milhões, quer dizer, uma soma de recursos muito aquém das necessidades apontadas na programação de investimentos do Complexo. Perdura a paralisia que neste instante acomete o Governo Lula em todos os segmentos.

Duas comparações merecem ser sublinhadas: R\$89 milhões foi o montante transferido para Suape no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso – em quatro anos, sem que esses valores fossem atualizados –, e R\$23 milhões, até esta altura, as liberações patrocinadas pelo Governo do Presidente Lula. Esses R\$23 milhões retratam um índice de 24% da soma das autorizações de recursos assentadas nos Orçamentos da União de 2003 a 2005. Portanto, apenas aproximadamente um quarto dos recursos orçados estão sendo liberados.

Em audiência mantida com o Presidente Lula, o Governador Jarbas Vasconcelos teve oportunidade de expor suas preocupações no que tange ao futuro de Suape. Da pauta dos assuntos ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Da pauta dos assuntos ventilados na conversa não participava apenas o advento do estaleiro, mas também as pressões por investimentos em melhoria

de infra-estrutura, equipamentos e instalações locais, decorrentes de outros empreendimentos de fôlego que estão prestes a se instalar no Complexo.

Eu, o Senador Marco Maciel, o Senador Sérgio Guerra e toda a bancada federal pernambucana estamos atentos aos desdobramentos dessa audiência. Por enquanto, só sabemos que o Governador compareceu à entrevista com uma pauta de reivindicações e dela saiu com duas – a outra, como sempre, repleta de promessas do Presidente Lula que até agora não foram cumpridas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, o Porto de Suape não está tendo o tratamento que sempre teve do Governo Federal desde o início de sua construção.

Em virtude da exigüidade do tempo, não terei como completar esse meu discurso, razão pela qual solicito ao Sr. Presidente que autorize a sua publicação na íntegra.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR JOSÉ JORGE.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é a primeira vez que me sirvo desta tribuna com a finalidade de intervir em defesa de um projeto de mais elevada importância para o Estado de Pernambuco: o Complexo Industrial – Portuário de Suape. Já o fiz em ocasiões passadas, quando então considerei minha palavra necessária, como agora, juntando-me aos esforços do governador Jarbas Vasconcelos, no sentido de garantir a esse empreendimento os recursos financeiros que se mostram indispensáveis à sua continuidade e consolidação econômica. Luta, por sinal, diuturna, cujos êxitos alcançados também se devem a sempre diligente atuação do senador Marco Maciel e ao apoio absoluto de ilustres deputados da bancada federal pernambucana.

Sabem V. Ex^{as} – e por isso prefiro não me alongar em detalhes – que Suape tem lugar e papel destacados no concerto das grandes ações estratégicas em curso na Região Nordeste: sua posição geográfica assegura-lhe a condição de centro receptor e distribuidor de mercadorias, de abrangência nacional e internacional; sua base portuária credencia-o a acomodar o tráfego de navios nos 365 dias do ano, sem a restrição de horários de marés; é porto que já movimentava, anualmente, mais de 5 milhões de toneladas de cargas, em que sobressaem os granéis líquidos, com parcela equivalente a 80% desse volume; em extensa área do seu distrito contabilizam-se mais de 70 empresas instaladas, significando investimentos da ordem de US\$1,7 bilhão e 5.500 empregos diretos; seu **status**

de pólo de desenvolvimento é incontestável, bastando aludir, para ilustrar esse aspecto, o número cada vez maior de grupos empresariais hoje interessados na utilização do Complexo como espaço de implantação ou expansão de negócios, nos mais diversos campos da indústria.

De fato, na esteira de uma conjuntura que lhe é amplamente favorável, novos e maciços investimentos afluem para Suape. Fluxos de capitais que na verdade coroam um árduo trabalho iniciado em janeiro de 1999, quando, sob firme determinação política e a inspiração de metas que à época pareciam demasiado ousadas, cuidou o governo estadual não só de devolver ao empreendimento a primazia condizente com o seu prestígio, mas, a um só tempo, também de fortalecer sua função de projeto estruturador no âmbito da economia pernambucana e nordestina. Os recursos anunciados para a construção do maior estaleiro do Hemisfério Sul, e um dos mais modernos do mundo, iniciativa do consórcio liderado pela Camargo Corrêa, inscrevem-se no quadro dessa realidade presente. São investimentos que ascendem à cifra de US\$170 milhões e que virão possibilitar a criação de 30 mil empregos, entre postos de ocupação diretos e indiretos, corporificando um ideário que, pelo seu alcance, julgo valer a pena passar em revista, para ligeira informação de V. Ex^{as}.

Estamos falando de uma área de 780.000 m², em cujo processo de escolha, à luz dos critérios adotados pelo consórcio investidor, pesaram tanto a infra-estrutura disponível, e o seu potencial de melhoria e crescimento, quanto a localização privilegiada do nosso Complexo Industrial – Portuário em relação às principais rotas marítimas de navegação do planeta. Convém lembrar que Suape situa-se a 40 km ao sul do Recife, perfazendo uma rede de conexão com mais de 160 portos em todos os continentes.

Estamos falando de fatores técnicos de produção que, uma vez estabelecidos, e em regime de pleno emprego, num só corpo organizacional privado, ensejarão um faturamento de no mínimo R\$ 1 bilhão por ano. Algo, diga-se a propósito, bastante raro no cenário empresarial brasileiro e, sem dúvida alguma, coisa muito mais incomum ao levarmos em conta efeitos adicionais e indiretos da própria organização. Refiro-me à perspectiva de formação de um denso *cluster* de indústria naval, dentro e no entorno do Complexo de SUAPE, principalmente, o que se dará a partir do florescimento de empresas especializadas nos setores de estruturas metálicas, pinturas e tratamento de superfícies, usinagem, caldeiraria, montagem, metalurgia, instrumentação e controle, entre outros, tudo em resposta às demandas nascidas da operação do estaleiro.

Diante da iminência desses impactos, cursos intensivos de capacitação nas áreas metal-mecânica e industrial estão sendo ministrados para um contingente de 1.312 cidadãos pernambucanos. Decerto uma acanhada amostra do avanço a atingir no terreno da inclusão social, pois que esse número só reflete percentagem de pouco mais de 4% dos 30 mil postos de trabalho que antes mencionei. Guiadas ao patamar de profissionais qualificados, essas 1.312 pessoas, no final deste exercício de 2005, resumirão a oferta de braços a ser liminarmente absorvida pelo consórcio.

A implantação de um ramal rodoviário e outro ferroviário – ambos fadados a vencer distâncias de 4,5 km, respectivamente –, a par da dragagem que viabilizará o canal de acesso e o dique seco do estaleiro, são obras complementares que se encontram autorizadas e em preliminar movimento. Importando num valor de R\$90 milhões, a execução dessas obras será financiada com recursos públicos, dentro de um cronograma que pressupõe o compartilhamento de despesas entre o governo estadual e a União.

A urgência que se atribui à conclusão desses dois ramais e ao arremate dos serviços de dragagem ajusta-se à pretensão da Camargo Corrêa de colocar o estaleiro em atividade a partir de 2007, estágio em que a unidade produtiva estará habilitada a proceder a construção de plataformas *offshore* e embarcações comerciais, reservando-as, de primeiro, ao suprimento da procura interna, seja da parte da Petrobrás, seja da Transpetro. Em etapa seguinte, como previsto no plano que o orienta, o consórcio habilitar-se-á para competir no mercado externo, dessa maneira, aliás, proporcionando duplo choque positivo na balança comercial do país: de um lado, pelo evidente e oportuno fomento às nossas exportações; de outro, mediante a contenção de gastos anuais estimados em cerca de US\$6 bilhões, correspondentes aos dispêndios com o afretamento de navios estrangeiros.

Único a atender todas as premissas fixadas pelo Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – Prominp, o estaleiro, enfim, representará um passo revolucionário para o desenvolvimento do parque naval brasileiro como um todo, para o progresso do Complexo Industrial-Portuário de Suape, o progresso de Pernambuco e do Nordeste. A meu ver, um passo irrefreável, donde maior as responsabilidades dos governos estadual e federal de preveni-lo contra embaraços que possam lhe afetar o ânimo e que, por esse caminho, consigam atrasar os benefícios econômicos e sociais que são esperados. Excesso de zelo, ou não, um ponto que me tem incomodado extraordinariamente, porquanto, encarando de frente a questão – e reporto-me a essas tais respon-

sabilidades –, verifico não ser igual nas duas instâncias de governo, neste momento, a boa disposição e o empenho bastantes para fazer dessa transição um processo minimamente sujeito a turbulências, em especial àquelas que derivem de eventuais perturbações na programação dos aportes financeiros públicos em favor do Complexo. Senão, vejamos.

A conservação de um razoável equilíbrio entre as exigências ditadas pelos capitais privados, como no caso dos investimentos do estaleiro, e o ambiente geral que encontramos em Suape, não tem sido uma tarefa fácil para o Estado de Pernambuco. Desde a concepção do seu Plano Diretor até 1999 – em 25 anos, grosso modo –, somando-se aos desembolsos nominais com obras as aquisições de equipamentos e instalações, e outros gastos de menor expressão, cerca de R\$345 milhões foram investidos no Complexo, correspondendo a 50% desse montante a parcela amparada por recursos do tesouro estadual. No período que segue de 2000 a 2002, a título de contrapartida, R\$ 6 milhões a mais foram despendidos, o que nos fornece uma dimensão aproximada do arrojo e do sacrifício a que se impôs o governo pernambucano.

Justiça seja feita, nesses 25 anos, não obstante os altos e baixos experimentados pelo país, observamos, como regra, uma administração federal solidária à causa de Suape. Para não ir muito longe, recordaríamos que entre 1999 e 2002, por exemplo, no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, os recursos transferidos pela União chegaram perto de R\$89 milhões, contra R\$14 milhões alocados pelo Estado. A afinidade entre as duas esferas de governo era visível, marcando, como já frisamos, a retomada expansionista do Complexo. Tanto é assim que, para o ano seguinte de 2003, no rescaldo de projeções otimistas, o Orçamento da União autorizava a transferência de R\$33 milhões, os quais, acrescidos de R\$7 milhões então inscritos em restos a pagar no encerramento do governo do presidente FHC, sinalizavam na direção de um vultoso repasse de R\$40 milhões para o Estado.

Contudo, nada disso veio de ocorrer. O primeiro ano da gestão do presidente Lula, 2003, ficou gravado, isto sim, por uma contundente inflexão na trajetória das liberações para Suape. Provam os números que nenhum repasse foi realizado naquele ano; e mais, que novos aportes só começaram a despontar em meados de 2004, na forma, infelizmente, de uma curta seqüência de contribuições modestas. Hoje, decorridos dois anos e meio, ou melhor, faltando exatos e minguidos 18 meses para o término da atual administração federal, o que se tem mesmo de concreto não deixa de ser um balanço desalentador: as transferências efetuadas nesse período estancaram na cifra de tão-somente R\$23

milhões, quer dizer, uma soma de recursos muito, muito aquém das necessidades apontadas na programação de investimentos do Complexo. E, a perdurar a paralisia que nesse instante acomete o governo do presidente Lula, tudo indica que não virão dias melhores.

Duas comparações merecem ser sublinhadas: R\$89 milhões foi o montante transferido para Suape no segundo mandato do presidente FHC, e R\$23 milhões, até esta adiantada altura, as liberações patrocinadas pelo governo do presidente Lula; esses R\$23 milhões retratam um índice de 24% da soma das autorizações de recursos assentadas nos orçamentos da União de 2003 a 2005. Através do ângulo dos repasses, portanto, depõe contra o governo Lula o escore parcial de um volume de contribuições quase quatro vezes inferior às transferências realizadas durante a gestão do presidente FHC. Em termos de execução orçamentária, por sua vez, como deixa entrever o índice de 24%, carrega a administração do presidente Lula o ônus de uma “performance” sofrível, que só por milagre haverá de ser corrigida. Daí porque considero procedente, e não mero fruto do excesso de zelo ou exacerbado pessimismo, a minha inquietação com respeito aos aportes de investimentos públicos de que necessita o Complexo. As obras e serviços para lá planejados estão a reclamar uma atitude de maior respeito aos compromissos assumidos, mais objetividade, transparência e profissionalismo das autoridades da atual administração federal, ao contrário do desapeço e do já cansado rosário de promessas desconexas que há dois anos e meio estamos a assistir.

Em recente audiência mantida com o Presidente Lula – para ser mais preciso, no dia 20 do mês de maio passado –, o governador Jarbas Vasconcelos teve a oportunidade de expor suas preocupações no que tange ao futuro de Suape. Da pauta dos assuntos ventilados na conversa não participava apenas o advento do estaleiro, mas também as pressões por investimentos em melhoria de infra-estrutura, equipamentos e instalações locais, decorrentes de outros empreendimentos de fôlego que estão prestes a se instalar no Complexo, tais como a siderúrgica de aços planos dos grupos russos TMK e Commetpron – este com inversões previstas de US\$2,8 bilhões – e o pólo de poliéster do grupo italiano Mossi & Ghisolfi. Fez bem o governador Jarbas Vasconcelos. Já enveredamos pelo mês de julho, e dos R\$42 milhões autorizados no Orçamento da União deste ano de 2005 apenas R\$13 milhões foram efetivamente repassados ao Estado. Colocamos em marcha as obras complementares do estaleiro, afiançando os seus custos de R\$90 milhões, e nenhum gesto do governo federal houve que patenteasse sua sensibilidade à importância

dessas ações. Estamos eu, o senador Marco Maciel e toda a bancada federal pernambucana atentos aos desdobramentos dessa audiência. Por enquanto, só sabemos que o governador compareceu à entrevista com uma pasta de reivindicações e dela saiu com duas – a outra, como sempre, repleta de promessas do presidente Lula.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Flexa Ribeiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jonas Pinheiro.

SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa, nos termos do Regimento Interno, voto de solidariedade ao jornalista Anselmo Góes, que está sendo processado por haver publicado, em sua coluna do jornal **O Globo**, notícia sobre disputa judicial entre dois magistrados. Entendo que a forma como se está dando esse processo significa um claro atentado à liberdade de imprensa, à liberdade de informar.

Encaminho à Mesa, portanto, o voto de solidariedade ao jornalista Anselmo Góes.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – A Mesa aguarda o requerimento de V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de usar o horário da Liderança do PFL antes da Ordem do Dia – há um ofício encaminhado pela Liderança nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Concedemos a palavra a V. Ex^a por cinco minutos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para falar pela Liderança do PL.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, consulto se ainda há vaga para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Não há mais vagas, mas V. Ex^a pode ficar na segunda suplência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a inscrição como Líder do PSDB para falar ainda antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – V. Ex^a está inscrito para falar após o Senador Marcelo Crivella.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, o Presidente Lula cumpriu mais uma etapa dessa sua peregrinação no afã de tentar mostrar ao Brasil que há governo, que há normalidade no Governo, uma tentativa totalmente infrutífera porque nós sabemos que há uma grande crise e que o Governo está imobilizado. E essa imobilização não se deve, de forma nenhuma, como desejam alguns membros do Governo, ao Congresso Nacional, seja a esta Casa ou à Câmara dos Deputados. A crise aí está porque homens públicos, que deveriam ter a maior responsabilidade com o País, não corresponderam às suas funções, não estiveram à altura de suas responsabilidades e dos desafios que eles deveriam estar assumindo com coragem, determinação e, acima de tudo, seriedade e honestidade. Por isso é que estamos vivenciando essa crise.

Mais uma vez vimos o Presidente agir de forma totalmente desassociada da realidade. E todos reconhecem isso, todos os articulistas deste País reconhecem que o Presidente tenta criar uma realidade só para ele, porque lhe é favorável esse modo de agir, porque assim ele consegue criar um mundo irreal, o mundo do Presidente Lula, desassociado da realidade de uma crise política profunda. O ponto de apoio forte, o esteio do Governo, é uma política macroeconômica ultraneoliberal. Os lucros estão aí, Sr. Presidente, astronômicos, os lucros são recordes para todas as atividades financeiras neste País; a especulação financeira grassa e hoje o Brasil é um paraíso, não diria paraíso fiscal, mas, com certeza, um paraíso financeiro para aqueles que detêm mercado e têm recursos financeiros.

O Presidente da República foi ao Nordeste, por onde fez uma peregrinação, e lá disse, por ocasião da inauguração de uma fábrica de biodiesel no Piauí, que naquele momento ele podia se comparar a Getúlio Vargas na luta pelo petróleo. Nada mais equivocado e irrealista por parte do Presidente Lula; ele se esqueceu de ouvir os próprios membros de seu Governo, como, no caso, o presidente do Banco do Nordeste, que aqui esteve e disse que o biodiesel a partir da mamona, que é a nossa matéria-prima do Nordeste, não tem viabilidade econômica ainda, Sr. Presidente; não se obteve ainda uma forma eficiente do ponto de vista econômico para processar a mamona industrialmente. O próprio Banco do Nordeste declara que biodiesel, obtido a partir

da mamona, não poderá ser financiado, não poderá ter uma linha de crédito por parte daquele banco, porque, efetivamente, não há segurança de que essa atividade seja rentável no Nordeste brasileiro.

Então, o que faz o Presidente é proselitismo. Disse que o Nordeste brasileiro nunca foi tão bem atendido, que precisou vir um filho de Pernambuco para poder atender o Nordeste. Nada mais falso, Sr. Presidente! O Presidente Lula, infelizmente, tem tido para o Nordeste uma desatenção que eu diria quase que criminosa. O Presidente Lula não tem olhado para o Nordeste.

Sr. Presidente, veja bem: prometeu recriar a Sudene, mandou o projeto para cá, mas retirou a urgência constitucional, e até hoje o projeto não foi aprovado. E sabe V. Ex^a que um projeto, se prioritário para o Governo, é rapidamente aprovado; as Lideranças do Governo, aqui e na Câmara dos Deputados, correm celeremente para aprovar esse projeto.

A Sudene, Senador José Agripino, não foi recriada. As nossas BRs estão destruídas. Importantes projetos de irrigação no Nordeste estão paralisados ao longo do São Francisco.

Hoje, na Bahia, acordamos com a notícia de que muitas indústrias podem ser paralisadas, podem ter suas atividades interrompidas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque entramos numa crise de gás. O Presidente prometeu que haveria o Gasene, para fazer a ligação do gás do Sudeste – que vem da Bolívia – com o gás do Nordeste, a partir do Rio de Janeiro. Para fazer a ligação com o resto do Nordeste, já existe o Nordestão, que liga a Bahia com todos os outros Estados do Nordeste brasileiro até o Estado do Ceará.

A Bahia, hoje, está sob a ameaça de um colapso no fornecimento de gás. O Gasene está postergado, e não sabemos exatamente para quando.

Essa é uma realidade que trago, hoje, aqui, Sr. Presidente, com extrema preocupação, denunciando a posição autista do Senhor Presidente, desassociado da realidade. É um Presidente que não tem realizado pelo Nordeste absolutamente nada, a não ser utilizar o Nordeste para fazer proselitismo, um proselitismo que não convence absolutamente a ninguém, levando claques preparada para as suas reuniões no Nordeste brasileiro.

Peço que o Presidente determine a Petrobras o início dessa obra, o Gasene, o gasoduto do Nordeste, para que, na Bahia, em que tem sido dado um impulso muito grande à indústria, não sejam paralisadas as atividades que dependem desse gasoduto. Deveria ser dada prioridade a essa obra por parte da Petrobras, mas, infelizmente, ela está paralisada, postergada não sei para que ano.

Era essa a posição que queríamos trazer aqui, nesta tarde, a fim de denunciar mais um descaso do Governo Federal com o Nordeste brasileiro, em especial com o Estado da Bahia: estradas que estão abandonadas, portos que não operam de forma satisfatória, corredores rodoviários que não são concluídos. E, agora, há a questão do gás, que é fundamental ao desenvolvimento da nossa base industrial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Tem a palavra o Líder do PL, Senador Marcelo Crivella, por cinco minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de verificar se já estão preenchidas as três vagas para falar para uma comunicação inadiável. Caso não estejam preenchidas, eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Estão preenchidas. Já há até dois suplentes.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, gostaria de me incluir como terceiro suplente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – V. Ex^a está inscrito como terceiro suplente.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, Líder do PL, por cinco minutos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jonas Pinheiro, agradeço a V. Ex^a.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. telespectadores da TV Senado, Srs. ouvintes da Rádio Senado, ocupo, hoje, esta tribuna para fazer um pequeno relatório sobre o vôo que repatriou 318 brasileiros, no qual estive, juntamente com os Deputados Geraldo Thadeu, do PPS de Minas Gerais, e Neucimar Fraga, do PL do Espírito Santo.

Sr. Presidente, é triste e doloroso vermos nossos conterrâneos, compatriotas, entrando nos Estados Unidos, atravessando um rio à noite, escondidos, debaixo da cerca, molhados, humilhados. São famílias inteiras em busca de trabalho. Essa gente só quer trabalhar, mas não encontra trabalho no Brasil e, assim, arrisca a vida para trabalhar nos Estados Unidos e são presos. Vinte e cinco mil brasileiros foram presos este ano, nos Estados Unidos, tentando transpor as fronteiras ilegalmente para simplesmente ter trabalho com salário digno.

Mas, ao tempo que pousávamos no aeroporto de Confins, recebíamos notícias de que este semestre foi

o melhor para os bancos, para o sistema financeiro, com juros a 19,75%. Neste ano, vamos pagar mais de R\$150 bilhões, a título de juros da dívida pública, para tão poucos brasileiros, enquanto que 170 milhões de brasileiros são excluídos do mercado de trabalho e muitos estão saindo deste País para buscar a sobrevivência no estrangeiro.

Esse fato se sucede à morte trágica de Jean Charles de Menezes, brasileiro, mineiro, da cidade de Gonzaga, que tentava sobreviver na Inglaterra. Já que não tinha o visto de trabalho, certamente ficou assustado quando foi abordado por três policiais à paisana e tentou se evadir do local onde estava. Disse um dos senhores que estava sentado no vagão do metrô que ele foi dominado, jogado no chão e, nesse instante, cruelmente assassinado com sete balas na cabeça e uma no ombro.

Será possível, Sr. Presidente, que não escutamos o barulho desses tiros? Será que não dá para perceber que as nossas capitais estão-se favelizando, que estamos atravessando a pior crise social da nossa história? E já são quase 30 milhões de brasileiros desempregados e subempregados. É triste uma Pátria que manda os seus filhos embora porque não pode sequer oferecer a eles trabalho.

Sr. Presidente, vou encaminhar um requerimento à Mesa para um voto de aplauso ao jornalista Luiz Gonzaga de Mello Belluzo, que ganhou ontem o Prêmio Juca Pato, com um trabalho primoroso: **Ensaio sobre o Capitalismo no Século XX**. Os artigos na revista **Carta Capital** e na **Folha de S. Paulo** mostram que estamos numa armadilha com essa política econômica, com a maior transferência de recursos de pobre para rico da história do capitalismo. Por quê? Porque estamos transferindo mais de R\$100 bilhões de juros todos os anos. E é bom que se diga que a dívida pública está chegando a R\$1 trilhão. Vendemos todas as nossas estatais, fizemos um programa de desestatização para diminuir a dívida pública, mas esta não diminuiu, está chegando a R\$1 trilhão. São R\$800 bilhões para sete mil brasileiros! Nunca vi um País tão desigual, nem na época medieval: sete mil brasileiros detêm hoje, nos bancos, R\$800 bilhões.

Segundo a Receita Federal, 10.522 brasileiros possuem nos bancos no exterior US\$82 bilhões. E o Banco Central – considero até inconstitucional – liberou hoje a remessa de recursos para o exterior. Agora isso é absolutamente livre, não se paga taxa nenhuma, a não ser no banco para troca da moeda em dólar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é este Brasil por quem o nosso coração chora, o Brasil que manda seus filhos embora por falta de trabalho – eu,

por exemplo, trouxe de volta 320 brasileiros –, por falta de vida digna. Talvez esteja aí a raiz da crise.

O pior é que para alguns a única coisa que funciona no Governo é a política econômica. Na verdade, creio que o Governo tem acertado em muitas coisas, mas tem errado profundamente numa política econômica de exclusão, que tem gerado os maiores níveis de desemprego da nossa história. E é bom que se diga: segundo o IBGE, 65% dos 30 milhões de desempregados ou subempregados, ganhando até um salário mínimo, são jovens de 14 a 26 anos.

Sr. Presidente, fica aqui essa denúncia de quem tem trabalhado com esse fenômeno da emigração ilegal no Brasil e o alerta, pedindo ao nosso Ministro da área Econômica, ao Secretário do Tesouro, ao Ministro do Planejamento e ao Ministro da Fazenda que aten-tem para isto: o castigo, o peso, o ônus que se impõe à sociedade brasileira, com uma política econômica indefensável e desastrosa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)
– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, DE 2005

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 8º A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 1º a 10 de agosto do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto e rubricado pela Justiça Eleitoral.

.....
Art. 11. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.

.....
Art. 16. Até trinta dias antes da data das eleições, os Tribunais Regionais Eleitorais enviarão ao Tribunal Superior Eleitoral, para fins de centralização e divulgação de dados, relação dos candidatos às eleições majoritárias e proporcionais, da qual constará obrigatoriamente referência ao sexo e ao cargo a que concorrem.

.....

Art. 19.

§ 3º Os comitês financeiros serão registrados, até cinco dias após a sua constituição, nos órgãos da Justiça Eleitoral aos quais compete fazer o registro dos candidatos, devendo obrigatoriamente indicar o responsável pela arrecadação, gestão e aplicação dos recursos destinados a cada campanha eleitoral.

§ 4º A pessoa indicada nos termos do parágrafo anterior e objetivamente responsável, inclusive judicialmente, por todos os eventos relativos à arrecadação, gestão e aplicação dos recursos relativos às campanhas eleitorais.

Art. 22. É obrigatório para o partido e para os candidatos abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha.

§ 3º São considerados ilegais todos e quaisquer recursos financeiros utilizados na campanha eleitoral que não tenham sido comprovadamente sacados da conta a que se refere este artigo, independentemente do valor, e conducentes à automática e necessária declaração de ilegalidade das contas do candidato a quem aproveitaram.

Art. 23. A partir do registro dos comitês financeiros, pessoas físicas e jurídicas poderão fazer doações em dinheiro para campanhas eleitorais, obedecido o disposto nesta lei.

§ 1º As doações e contribuições de que trata este artigo ficam limitadas:

I –

III – no caso de pessoa jurídica ou conglomerados, a 3% da receita bruta daquela ou destes, auferida no último exercício financeiro.

§ 3º A doação de quantia acima dos limites lixados neste artigo sujeita o doador infrator ao pagamento de multa no valor de cem vezes a quantia em excesso, e importará em imediata comunicação do fato, pela Justiça Eleitoral, à Receita Federal, para os procedimentos de investigação financeira e patrimonial do referido doador.

§ 5º A doação máxima para cada candidato ou partido, em cada eleição, é de:

I – 50.000 (cinquenta mil) UFIR, por pessoa física;

II – 150.000 (cento e cinquenta mil) UFIR, por pessoa jurídica ou conglomerado.

Art. 24. É vedado a partido e candidato receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

VII – pessoa jurídica sem fins lucrativos;

VIII – organizações não-governamentais;

IX – sociedades beneficentes;

X – sociedades esportivas;

XI – empresas que tiverem qualquer tipo de contrato com a Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, sob pena de nulidade imediata e absoluta de todos os contratos, sem direito a indenizações reparatórias por danos emergentes ou lucros cessantes.

Art. 25. O partido que descumprir as normas referentes à arrecadação e aplicação dos recursos fixadas nesta Lei perderá o direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário por três anos, sem prejuízo de responderem os candidatos beneficiados por abuso do poder econômico e demais sanções previstas nesta Lei.

Art. 26. São considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados nesta lei:

Parágrafo único. Os partidos políticos, coligados ou não, são obrigados a publicar na Internet:

I – diariamente, o relatório dos recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro que tenha recebido para financiamento da campanha eleitoral;

11 – em setenta e duas horas após o final do período de campanha eleitoral, a contabilização completa de seus gastos, discriminados por diretório e por candidato, com identificação clara dos valores e fontes dos recursos, considerando-se, para todos os fins legais e jurídicos, essa veiculação como declaração oficial e definitiva do partido, não sujeita a correções nem a aditamentos, ao qual se imputa a integral responsabilidade pela veracidade das informações, sob as penas da lei.

Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 16 de agosto do ano da eleição.

.....
Art. 39.

.....
§ 5º Constituem crimes, no dia da eleição, puníveis com detenção, de 1 a 2 anos, e multa no valor de 10 mil a 30 mil UFJR, além de cassação do registro do candidato beneficiado, observado o rito processual previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990:

I – a arregimentação ou a propaganda de boca de uma, mesmo que a título gratuito;

II – a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, mediante publicações, faixas, outdoors, adesivos, cartazes, camisas, bonés, buttons ou dísticos em vestuários;

III – a abertura de postos de distribuição ou entrega de material de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos.

.....
§ 6º Se, no caso do parágrafo anterior, ficar comprovado que as condutas nele descritas visavam a prejudicar o candidato em nome do qual falsamente foram veiculadas, os infratores serão punidos com detenção, de 2 a 4 anos, e multa no valor de 60 mil UFJR; comprovando-se o envolvimento de outro candidato, direta ou indiretamente, este terá o registro automaticamente cassado, além de sujeitar-se às demais penas cabíveis.

§ 7º É proibida a participação de artistas e músicos em comícios.

Art. 42.

.....
§ 4º A relação dos locais com a indicação dos grupos mencionados no parágrafo anterior deverá ser entregue pelas empresas de publicidade aos Juizes Eleitorais, nos Municípios, e ao Tribunal Regional Eleitoral, nas Capitais, até o dia 15 de agosto do ano da eleição.

§ 5º Os Tribunais Regionais Eleitorais encaminharão à publicação, na imprensa oficial, até o dia 20 de agosto, a relação dos partidos e coligações que requereram registro de candidatos, devendo o sorteio a que se refere o **caput** ser realizado até o dia 30 de agosto.

.....
Art. 45. A partir do dia 20 de agosto do ano da eleição, é vedado às emissoras de rá-

dio e televisão, em sua programação normal e noticiário:

.....
Art. 47. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, na forma estabelecida neste artigo, e conforme os incisos I e II, abaixo, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita:

I – os trinta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições federais, estaduais e distrital;

II – os vinte dias anteriores à antevéspera das eleições municipais.

.....
§ 3º Para efeito do disposto neste artigo, a representação de cada partido na Câmara dos Deputados será a do resultado eleitoral.

.....
Art. 52. A partir do dia 16 de agosto do ano da eleição, a Justiça Eleitoral convocará os partidos e a representação das emissoras de televisão para elaborarem plano de mídia, nos termos do artigo anterior, para o uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito, garantida a todos participação nos horários de maior e menor audiência.

Art. 54. Dos programas de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita de cada partido ou coligação, inclusive nas suas inserções comerciais, somente poderá participar o próprio candidato, admitido, nos horários, exclusivamente O uso de logotipo do partido, do nome e número do candidato e de músicas. Parágrafo único. A infração ao disposto no caput deste artigo será punida com a imediata exclusão do candidato infrator do restante do prazo da propaganda eleitoral gratuita a que se refere o art. 47.

Art. 2º Exceto as referidas nesta Lei, todas as demais penalidades previstas na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, ficam aumentadas em dobro, inclusive as privativas de direitos e a restritivas de liberdade.

Art. 3º Ficam revogados os incisos IX e XI do art. 26 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Não é recente a preocupação do Parlamento Nacional com a questão da disciplina normativa do sistema eleitoral brasileiro, cuja caducidade é evidente.

O Senado Federal aprovou, entre 1999 e 2000, projetos de lei estabelecendo novo prazo de filiação partidária (PLS nº 187/1999), o fim das coligações nas eleições proporcionais (PLS nº 178/1999), o sistema de listas eleitorais mistas (PLS nº 300/1999), o financiamento público de campanhas (PLS nº 353/1999) e a possibilidade de criação de federação de partidos (PLS nº 180/1999).

O sistema de financiamento público de campanhas, contudo, não prescinde da aprovação da nova regulamentação da fidelidade partidária e do sistema de listas eleitorais para que produza os seus desejáveis efeitos sobre o modelo brasileiro.

A pendência da deliberação na Câmara dos Deputados sobre tais proposições, e a prazo exíguo do qual dispõe hoje o Congresso Nacional para a adoção de providências no mínimo cautelares acerca do sistema atual nos leva, lamentavelmente a reboque dos fatos, a buscar uma solução que impeça a repetição nauseante de ilícitos graves no sistema de financiamento de campanhas.

Os eventos que ocupam este Parlamento, a mídia e o povo brasileiro nas últimas semanas, relativos ao financiamento de campanhas políticas, provam, à saciedade, o soar da hora extrema de se dar novo tratamento legislativo a essa tormentosa questão.

A presente proposição, que ora damos à apreciação e decisão dos membros do Congresso Nacional, é uma tentativa – a que concebemos conto possível dentro da moldura fálico-política que se desenha – de enfrentamento dos problemas gerados pela arrecadação, gerenciamento e aplicação dos recursos de campanha, através da redução dos seus custos, do aperfeiçoamento dos sistemas de controle e do agravamento das punições aos infratores.

A nova redação sugerida ao **caput** do art. 8º posterga a data da realização das convenções, estreitando, por conseguinte, o lapso reservado às campanhas. Essa providência vai impor, de forma correlata, as alterações dos arts. 11,42 e 45.

A alteração da disciplina dos comitês financeiros, no art. 19, busca primordialmente fixar a responsabilidade objetiva do gestor de recursos das campanhas, inclusive e especialmente na esfera judicial. O novo art. 22 centraliza em urna única conta bancária, por partido e por candidato, de todos os desembolsos relativos às campanhas, obrigando o trânsito, por essa conta, da integralidade dos recursos a serem utilizados

e impondo a presunção de ilegalidade aos gastos que não a tenham; como fonte.

A nova redação que endereçamos ao art. 23 restringe às doações em dinheiro os aportes de pessoas físicas e jurídicas às campanhas e incrementa a punição financeira dos infratores, inclusive com notícia formal do fato à Receita Federal, para os fins administrativos necessários.

O novo art. 24 aumenta as proibições às fontes de recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro.

Alteramos o art. 25 para vedar, por Ires anos, o acesso à quota do Fundo Partidário aos partidos que descumprirem as normas legais relativas ao financiamento de campanha.

Na redação sugerida ao novo art. 6º principiamos por eliminar outras formas de gastos eleitorais que não as expressamente previstas, e impomos a obrigação de divulgação, pela internet, diariamente, do fluxo de recebimento de recursos, e, ao final da campanha, da completa contabilização dos gastos de campanha, o que se constituirá em documento formal e oficial acerca desses gastos.

Quanto à propaganda eleitoral, reduzimos o seu período (art. 36) e proibimos, com aumento sensível da punição, a prática de “boca-de-urna” (art. 39), empregando definição legal mais clara e objetiva, vedando expressamente, também, a presença em palanque de artistas, músicos e assemelhados, prática que, a nosso ver, desnatura o comício, desvirtua a mensagem política e produz Confusão mental no eleitor.

No novo art. 47, finalmente, reduzimos o período de propaganda eleitoral gratuita em rádio e televisão, com reflexos nos arts. 52 e 54.

A revogação dos incisos IX e XI do art. 26 implica a eliminação da possibilidade de gastos eleitorais com produção ou patrocínio de espetáculos e eventos promocionais e com o pagamento de cachês a artistas ou animadores para os chamados **showmícios**.

Temos para nós que a democracia representativa brasileira não resistirá por muito mais tempo aos constantes e cada vez mais violentos açoitamentos das ilegalidades que brotam das práticas correntes do financiamento de campanhas.

Este Parlamento deve reagir a isso, e, enfaticamente, em tempo de aplicar o novo sistema já nas próximas eleições, o que erige esta proposição à posição de matéria de inelutável urgência nas pautas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – Senador **Jorge Bornhausen**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

Art. 8º A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas – no período de 10 a 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto e rubricado pela Justiça Eleitoral.

Art. 11. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 5 de julho do ano em que se realizarem as eleições.

Art. 16. Até quarenta e cinco dias antes da data das eleições, os Tribunais Regionais Eleitorais enviarão ao Tribunal Superior Eleitoral, para fins de centralização e divulgação de dados, relação dos candidatos às eleições majoritárias e proporcionais, da qual constará obrigatoriamente referência ao sexo e ao cargo a que concorrem.

Art. 19. Até dez dias úteis após a escolha de seus candidatos em convenção, o partido constituirá comitês financeiros, com a finalidade de arrecadar recursos e aplicá-los nas campanhas eleitorais.

§ 1º Os comitês devem ser constituídos para cada uma das eleições para as quais o partido apresente candidato próprio, podendo haver reunião, num único comitê, das atribuições relativas às eleições de urna dada circunscrição.

§ 2º Na eleição presidencial é obrigatória a criação de comitê nacional e facultativa a de comitês nos Estados e no Distrito Federal. § 3º Os comitês financeiros serão registrados, até cinco dias após sua constituição, nos órgãos da Justiça Eleitoral aos quais compete fazer o registro dos candidatos.

Art. 22. É obrigatório para o partido e para os candidatos abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha.

§ 1º Os bancos são obrigados a acatar o pedido de abertura de conta de qualquer partido ou candidato escolhido em convenção, destinada à movimentação financeira da campanha, sendo-lhes vedado condicioná-la a depósito mínimo.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos casos de candidatura para Prefeito e Vereador em Municípios onde não haja agência bancária, bem como

aos casos de candidatura para Vereador em Municípios com menos de vinte mil eleitores.

Art. 23. A partir do registro dos comitês financeiros, pessoas físicas poderão fazer doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais, obedecido o disposto nesta Lei.

§ 1º As doações e contribuições de que trata este artigo ficam limitadas:

I – no caso de pessoa física, a dez por cento dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição;

II – no caso em que o candidato utilize recursos próprios, ao valor máximo de gastos estabelecido pelo seu partido, na forma desta Lei. – § 2º Toda doação a candidato específico ou a partido deverá fazer-se mediante recibo, em formulário impresso, segundo modelo constante do Anexo.

§ 3º A doação de quantia acima dos limites fixados neste artigo sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia em excesso.

§ 4º Doações feitas diretamente nas contas de partidos e candidatos deverão ser efetuadas por meio de cheques cruzados e nominais.

Art. 24. É vedado, a partido e candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

I – entidade ou governo estrangeiro;

II – órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;

III – concessionário ou permissionário de serviço público;

IV – entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;

V – entidade de utilidade pública;

VI – entidade de classe ou sindical;

VII – pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior.

Art. 25. O partido que descumprir as normas referentes à arrecadação e aplicação de recursos fixadas nesta Lei perderá o direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário do ano seguinte, sem prejuízo de responderem os candidatos beneficiados por abuso do poder econômico.

Art. 26. São considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados nesta Lei, dentre outros:

I – confecção de material impresso de qualquer natureza e tamanho;

II – propaganda e publicidade direta ou indireta, por qualquer meio de divulgação, destinada a conquistar votos;

III – aluguel de locais para a promoção de atos de campanha eleitoral;

IV – despesas com transporte ou deslocamento de pessoal a serviço das candidaturas;

V – correspondência e despesas postais;

VI – despesas de instalação, organização e funcionamento de Comitês e serviços necessários às eleições;

VII – remuneração ou gratificação de qualquer espécie a pessoal que preste serviços às candidaturas ou aos comitês eleitorais;

VIII – montagem e operação de carros de som, de propaganda e assemelhados;

IX – produção ou patrocínio de espetáculos ou eventos promocionais de candidatura;

X – produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, inclusive os destinados à propaganda gratuita;

XI – pagamento de cachê de artistas ou animadores de eventos relacionados a campanha eleitoral;

XII – realização de pesquisa ou testes pré-eleitorais;

XIII – confecção, aquisição e distribuição de camisetas, chaveiros e outros brindes de campanha;

XIV – aluguel de bens particulares para veiculação, por qualquer meio, de propaganda eleitoral;

XV – custos com a criação e inclusão de sítios na Internet;

XVI – multas aplicadas aos partidos ou candidatos por infração do disposto na legislação eleitoral.

.....
 Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 de julho do ano da eleição.

.....
 Art. 39. A realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado, não depende de licença da polícia.

§ 1º O candidato, partido ou coligação promotora do ato fará a devida comunicação à autoridade policial em, no mínimo, vinte e quatro horas antes de sua realização, a fim de que esta lhe garanta, segundo a prioridade do aviso, o direito contra quem tencione usar o local no mesmo dia e horário.

§ 2º A autoridade policial tomará as providências necessárias à garantia da realização do ato e ao funcionamento do tráfego e dos serviços públicos que o evento possa afetar.

§ 3º O funcionamento de alto-falantes ou amplificadores de som, ressalvada a hipótese contemplada no parágrafo seguinte, somente é permitido entre as oito e as vinte e duas horas, sendo vedados a instalação e o uso daqueles equipamentos em distância inferior a duzentos metros:

I – das sedes dos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das sedes dos Tribunais Judiciais, e dos quartéis e outros estabelecimentos militares;

II – dos hospitais e casas de saúde;

III – das escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros, quando em funcionamento.

§ 4º A realização de comícios é permitida no horário compreendido entre as oito e as vinte e quatro horas.

§ 5º Constituem crimes, no dia da eleição, puníveis com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de cinco mil a quinze mil UFIR:

I – o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata;

II – a distribuição de material de propaganda política, inclusive volantes e outros impressos, ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor.

.....
 Art. 42. A propaganda por meio de **outdoors** somente é permitida após a realização de sorteio pela Justiça Eleitoral.

§ 1º As empresas de publicidade deverão relacionar os pontos disponíveis para a veiculação de propaganda eleitoral em quantidade não inferior à metade do total dos espaços existentes no território municipal.

§ 2º Os locais destinados à propaganda eleitoral deverão ser assim distribuídos:

I – trinta por cento, entre os partidos e coligações que tenham candidato a Presidente da República;

II – trinta por cento, entre os partidos e coligações que tenham candidato a Governador e a Senador;

III – quarenta por cento, entre os partidos e coligações que tenham candidatos a Deputado Federal, Estadual ou Distrital;

IV – nas eleições municipais, metade entre OS partidos e coligações que tenham candidato a Prefeito e metade entre os que tenham candidato a Vereador.

§ 3º Os locais a que se refere o parágrafo anterior deverão dividir-se em grupos eqüitativos de pontos com maior e menor impacto visual, tantos quantos forem os partidos e coligações concorrentes, para serem sorteados e usados durante a propaganda eleitoral.

§ 4º A relação dos locais com a indicação dos grupos mencionados no parágrafo anterior deverá ser entregue pelas empresas de publicidade aos Juizes Eleitorais, nos Municípios, e ao Tribunal Regional Eleitoral, nas Capitais, até o dia 25 de junho do ano da eleição.

§ 5º Os Tribunais Regionais Eleitorais encaminharão à publicação, na imprensa oficial, até o dia 8 de

julho, a relação de partidos e coligações que requereram registro de candidatos, devendo o sorteio a que se refere o **caput** ser realizado até o dia 10 de julho.

§ 6º Para efeito do sorteio, equipara-se a coligação a um partido, qualquer que seja o número de partidos que a integrem.

§ 7º Após o sorteio, os partidos e coligações deverão comunicar às empresas, por escrito, como usarão os outdoors de cada grupo dos mencionados no § 3º, com especificação de tempo e quantidade.

§ 8º Os outdoors não usados deverão ser redistribuídos entre os demais concorrentes interessados, fazendo-se novo sorteio, se necessário, a cada renovação.

§ 9º Os partidos e coligações distribuirão, entre seus candidatos, os espaços que lhes couberem.

§ 10. O preço para a veiculação da propaganda eleitoral de que trata este artigo não poderá ser superior ao cobrado normalmente para a publicidade comercial.

§ 11. A violação do disposto neste artigo sujeita a empresa responsável, os partidos, coligações ou candidatos, à imediata retirada da propaganda irregular e ao pagamento de multa no valor de cinco mil a quinze mil UFIR.

Art. 45. A partir de 1º de julho do ano da eleição, é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário:

Art. 47. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, nos quarenta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo.

§ 1º A propaganda será feita:

I – na eleição para Presidente da República, às terças e quintas-feiras e aos sábados:

a) das sete horas às sete horas e vinte e cinco minutos e das doze horas às doze horas e vinte e cinco minutos, no rádio;

b) das treze horas às treze horas e vinte e cinco minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e cinquenta e cinco minutos, na televisão;

II – nas eleições para Deputado Federal, às terças e quintas-feiras e aos sábados:

a) das sete horas e vinte e cinco minutos às sete horas e cinquenta minutos e das doze horas e vinte e cinco minutos às doze horas e cinquenta minutos, no rádio;

b) das treze horas e vinte e cinco minutos às treze horas e cinquenta minutos e das vinte horas e

cinquenta e cinco minutos às vinte e uma horas e vinte minutos, na televisão;

III – nas eleições para Governador de Estado e do Distrito Federal, às segundas, quartas e sextas-feiras;

a) das sete horas às sete horas e vinte minutos e das doze horas às doze horas e vinte minutos, no rádio;

PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL
Nº 178, DE 1999

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que “institui o Código Eleitoral”, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições”, afim de proibir coligações nas eleições proporcionais.

PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL
Nº 300, DE 1999

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para instituir o sistema de lista fechada na eleição proporcional.

PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL
Nº 353, DE 1999

Dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos.

PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL
Nº 180, DE 1999

Altera a redação dos arts. 41 e 48 da Lei 9.096, de 1995, e do Parágrafo 1º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 1997, revoga o art. 57 da Lei nº 9.096, de 1995, e dá outras providências, afim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão aos partidos que não tenham caráter nacional.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, DE 2005

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para suprimir a exigência de curso de direção defensiva e de primeiros socorros por ocasião da renovação da Carteira Nacional de Habilitação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 150 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 150. O condutor que tenha sido habilitado sem cursos de direção defensiva e de primeiros socorros será deles dispensado por ocasião da renovação da Carteira Nacional de Habilitação, desde que nunca tenha sofrido suspensão do direito de dirigir ou cassação da habilitação, nem esteja com o exame de aptidão física e mental vencido por período superior a cinco anos.

Parágrafo único. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Uma das grandes conquistas de nosso ordenamento legal, a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o novo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), vem paulatinamente elevando as condições de segurança em nossas vias urbanas e rodovias. Entre as mais importantes medidas adotadas nesse sentido encontram-se os requisitos impostos no processo de habilitação dos condutores, que passaram a incluir a participação em cursos de direção defensiva e de primeiros socorros, tornados obrigatórios em três situações:

- 1) nos procedimentos relativos à primeira habilitação;
- 2) nos casos de condutores contratados por empresas que operam frotas; e
- 3) por ocasião da renovação da Carteira Nacional de Habilitação, para aqueles que nunca tenham freqüentado tais cursos.

Conquanto seja justa, necessária e razoável quando se trata da primeira habilitação e de motoristas que conduzem pessoas e cargas em empresas frotistas, a exigência parece excessiva no caso de condutores que, tendo sido habilitados nos termos da legislação anterior, venham a postular a mera renovação de seu direito de dirigir. Na verdade, tal excesso, pendente de regulamentação do Conselho Nacional

de Trânsito (Contran) desde a vigência do novo CTB, somente veio à tona com a edição da Resolução nº 168, de 14 de dezembro de 2004, que passou a vigorar noventa dias depois.

Essa nova medida, conforme estimativas do próprio Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), obrigará nada menos que vinte e cinco milhões de condutores já habilitados a freqüentarem, até o ano de 2010, cursos promovidos em sua grande maioria por entidades privadas, credenciadas pelos órgãos de trânsito. Como o custo dos cursos para cada condutor será da ordem de R\$80, pode-se estimar em nada menos que R\$2 bilhões, no período de cinco anos, o volume de recursos envolvidos com o atendimento dessa exigência. Ainda que uma parte desses condutores opte por cursos não presenciais ou pelo aproveitamento de outros estudos, como faculta a mencionada Resolução, o montante financeiro a ser despendido continuará injustificadamente elevado. A presente proposição tem, assim, o objetivo de restaurar o princípio da razoabilidade das medidas administrativas. Se já estão habilitados há, pelo menos, dez anos, prazo em que a CNH deve ser renovada, e não cometeram falta capaz de ensejar a suspensão de seu direito de dirigir nem a cassação de sua habilitação, por que se haveria de submeter toda essa massa de condutores experientes a cursos de eficácia reconhecidamente limitada? Mantêm-se inalteradas as demais exigências, em boa hora trazidas pelo CTB, especialmente a que se refere aos mencionados cursos para aqueles que postulam a primeira habilitação. Esse processo, aliás, permitirá que a natural passagem do tempo leve a que as próximas gerações sejam constituídas exclusivamente, como pretende a Lei, por condutores formados nesses cursos, sem a necessidade de que todos acorram a eles em tempo escasso e a tão alto custo.

Em face do princípio de justiça em que se ancora e de seu largo alcance social, estamos certos de a presente proposição logrará o necessário apoio dos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

.....
Art. 150. Ao renovar os exames previstos no artigo anterior, o condutor que não tenha curso de dire-

ção defensiva e primeiros socorros deverá a eles ser submetido, conforme normatização do Contran.

Parágrafo único. A empresa que utiliza condutores contratados para operar a sua frota de veículos é obrigada a fornecer curso de direção defensiva, primeiros socorros e outros conforme normatização do Contran.

.....
RESOLUÇÃO Nº 168,
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2004

Estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2005

Altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, que determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação dos recursos federais para os respectivos Municípios e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º A Prefeitura do Município beneficiário da liberação de recursos, de que trata o art. 1º, notificará os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, da respectiva liberação, no prazo de até cinco dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos.(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, ao criar regras para a notificação da liberação de recursos federais para os Municípios, fixou dois prazos. O primeiro prazo se aplica a órgãos federais, que devem notificar as Câmaras Municipais da liberação de recursos federais em dois dias úteis. A

experiência demonstrou que esse prazo é razoável e vem sendo cumprido. O segundo prazo se aplica as Câmaras Municipais, que deverão retransmitir a informação da liberação dos recursos a grande número de instituições em dois dias úteis. Esse prazo revelou-se inexecutável, e este projeto propõe alterá-lo para dez dias úteis.

Entendemos que o prazo de dois dias úteis ocasiona um custo burocrático exagerado para a administração de municípios pequenos. A lei exige que as Câmaras Municipais notifiquem grande número de instituições: todos os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, com sede no município. A dilatação do prazo para até cinco dias úteis teria a vantagem de, em um comunicado, inserir a notícia de diversos créditos, o que reduziria substancialmente a burocracia municipal.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – Senador **Rodolpho Tourinho.**

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.452, DE 20 DE MARÇO DE 1997

Determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos e entidades da administração federal direta e as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista federais notificarão as respectivas Câmaras Municipais da liberação de recursos financeiros que tenham efetuado, a qualquer título, para os municípios, no prazo de dois dias úteis, contado da data da liberação.

Art. 2º A Prefeitura do Município beneficiário da liberação de recursos, de que trata o art. 1º desta Lei, notificará os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, da respectiva liberação, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos, – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2005

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. É obrigatório para os candidatos abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha.

§ 1º

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos casos de candidatura para Prefeito e Vereador em Municípios onde não haja agência bancária, bem como aos casos de candidatura para Vereador em Municípios com menos de cinco mil eleitores.

§ 3º A conta bancária estabelecida no **caput** não terá caráter sigiloso, podendo qualquer pessoa dela obter informações.

§ 4º Os candidatos ficam obrigados a publicar, semanalmente, nos meios de comunicação disponíveis, extrato da sua conta bancária, com demonstrativos inequívocos e identificados das entradas e saídas de recursos destinados à campanha.

Art. 2º Acrescente-se, ao art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, os seguintes dispositivos:

“Art. 24.

VIII – pessoa física ou jurídica, em desacordo com os limites estipulados por esta Lei.

Parágrafo único. É vedada a utilização, no financiamento de campanhas eleitorais, de recursos financeiros outros que não os previstos nesta lei.

Art. 3º Acrescente-se, ao art. 25 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, o seguinte parágrafo único:

“Art. 25.

Parágrafo único. O candidato que descumprir o preceituado no **caput** terá sua candidatura impugnada e, se já eleito, seu mandato cassado”.

Justificação

Em meio às inúmeras discussões sobre reforma política, o presente projeto de lei vem alterar a Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997, que é a norma básica a regular as eleições e o processo eleitoral em todo o País.

Estabelece o presente projeto que todos os candidatos deverão manter conta bancária individualizada, destinada à movimentação dos recursos destinados ao custeio da campanha eleitoral.

A legislação em vigor dá margem a uma interpretação ambígua, uma vez que, se o partido abrir conta bancária para a campanha eleitoral, esta também poderia englobar a do candidato.

Deste modo, a nova redação que propomos para o art. 22 da Lei Eleitoral estabelece uma maior transparência sobre todas as movimentações financeiras específicas de cada candidato.

As movimentações bancárias são sigilosas, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro de 2001. Assim, não é possível obter informações e, acima de tudo, uma fiscalização plena e eficaz sobre as contas bancárias dos candidatos.

Para contornar tal inconveniente, o presente projeto de lei estabelece que as contas bancárias especificamente destinadas às movimentações dos recursos eleitorais deverão ser públicas e sobre elas não incidirá o sigilo das operações bancárias estabelecido na legislação em vigor. Isto em virtude de ser essencial que se aperte a fiscalização sobre a origem e o destino do dinheiro utilizado pelo candidato. O intuito é coibir toda e qualquer possibilidade de fraude no pleito eleitoral.

O eleitor tem o direito de saber quem contribuiu para este ou aquele candidato e, principalmente, o montante de cada contribuição. A fiscalização do relacionamento financeiro entre o político e a iniciativa privada e a punição rigorosa de possíveis desvios de conduta são indispensáveis.

Em recente entrevista à revista **Época**, o Ministro Presidente do STJ, Edson Vidigal, preconiza “que as doações sejam depositadas em contas abertas dos candidatos, às quais qualquer um teria acesso...”. Vidigal encaminhou sua proposta, em junho de 1986, ao Conselho Político da Presidência e, também, nas eleições para a Constituinte. Em vão.

Objetiva a presente proposição, em conjunto com outras que proíbem o financiamento privado nas campanhas eleitorais, vedar a utilização de quaisquer outros recursos que não os previstos na lei que dispõe sobre essas campanhas.

Propõe, ainda, punição ao candidato que descumprir as normas referentes à arrecadação e aplicação desses recursos, o qual terá sua candidatura impugnada e, se já eleito, seu mandato cassado.

Apelo, deste modo, a meus ilustres pares, com a plena convicção de que o acatamento desta proposição propiciará amplo aprimoramento de nossa legislação eleitoral.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Art. 21. O candidato é o único responsável pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha, devendo assinar a respectiva prestação de contas sozinho ou, se for o caso, em conjunto com a pessoa que tenha designado para essa tarefa.

Art. 22. É obrigatório para o partido e para os candidatos abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha.

§ 1º Os bancos são obrigados a acatar o pedido de abertura de conta de qualquer partido ou candidato escolhido em convenção, destinada à movimentação financeira da campanha, sendo-lhes vedado condicioná-la a depósito mínimo. § 2º O disposto neste artigo não se aplica aos casos de candidatura para Prefeito e Vereador em Municípios onde não haja agência bancária, bem como aos casos de candidatura para Vereador em Municípios com menos de vinte mil eleitores.

Art. 23. A partir do registro dos comitês financeiros, pessoas físicas poderão fazer doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais, obedecido o disposto nesta Lei.

§ 1º As doações e contribuições de que trata este artigo ficam limitadas:

I – no caso de pessoa física, a dez por cento dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição;

II – no caso em que o candidato utilize recursos próprios, ao valor máximo de gastos estabelecido pelo seu partido, na forma desta Lei.

§ 2º Toda doação a candidato específico ou a partido deverá fazer-se mediante recibo, em formulário impresso, segundo modelo constante do Anexo.

§ 3º A doação de quantia acima dos limites fixados neste artigo sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia em excesso.

§ 4º Doações feitas diretamente nas contas de partidos e candidatos deverão ser efetuadas por meio de cheques cruzados e nominais.

Art. 24. É vedado, a partido e candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

I – entidade ou governo estrangeiro;

II – órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;

III – concessionário ou permissionário de serviço público;

IV – entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;

V – entidade de utilidade pública;

VI – entidade de classe ou sindical;

VII – pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior.

Art. 25. O partido que descumprir as normas referentes à arrecadação e aplicação de recursos fixadas nesta Lei perderá o direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário do ano seguinte, sem prejuízo de responderem os candidatos beneficiados por abuso do poder econômico.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, DE 2005

Insere artigo na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “Estabelece normas para as eleições”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 52-A. Os programas destinados à veiculação no horário gratuito pela televisão devem ser realizados em estúdio, seja para transmissão ao vivo ou pré-gravados, podendo utilizar música ou jingle do partido, criados para a campanha eleitoral.

§ 1º Nos programas a que se refere este artigo, é vedada a utilização de gravações externas, montagens ou trucagens.

§ 2º A violação do disposto no parágrafo anterior sujeita o candidato à suspensão por um programa, duplicando-se a penalidade a cada reincidência.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O processo eleitoral é o mais importante aprofundamento das relações democráticas em uma sociedade. Nele insere-se a essência da vontade popular, na forma da livre escolha de seus representantes, seja para o Executivo, seja para o Legislativo.

É neste momento que o cidadão faz sua opção, preferencialmente a mais lúdima possível, pela proposta de um partido ou de um candidato. Ao eleitor interessa o pleno conhecimento do que o seu futuro represen-

tante político propõe defender e do que pretende fazer por ele e sua classe ou segmento social.

Esse processo, cuja história associa legitimidade, deve ser o mais isento possível, ou seja: o candidato, a proposta e o eleitor. Os apelos a recursos que extrapolam o conteúdo programático de uma legenda ou indivíduo somente fazem incutir a confusão e a desinformação no processo eletivo, cuja memória não nos deixa esquecer o quanto pode ser trágica a escolha viciada exclusivamente pela propaganda.

O legislador agiu bem, ao vedar, na Lei nº 8.713, de 30 de setembro de 1993, a utilização de recursos extraordinários na confecção dos programas de televisão destinados à propaganda eleitoral. De forma que, ao contrário do que se apregoa, a ausência de tomadas externas, montagens ou trucagens não torna o programa enfadonho, mas sim honesto, coerente com a proposta de divulgação de informações de caráter político e de interesse público. Além disso, toma equânime e acessível a todos os candidatos as condições para a produção de seu material publicitário. Por estes motivos, apresentei sugestão que incorporava, ao texto da Lei que passou a regulamentar as eleições posteriores às eleições de 1998, dispositivo análogo ao contido na Lei nº 8.713, de 1993. Veio a Lei resultante daquela discussão – Lei nº 9.504/97 – e a minha proposta não foi acatada.

Dessa forma, por considerar ainda oportuno e meritório o teor daquela proposta, submeto-a aos meus pares, dos quais espero a devida análise e consideração.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

Da Propaganda Eleitoral no Rádio e na Televisão

Art. 44. A propaganda eleitoral no rádio e na televisão restringe-se ao horário gratuito definido nesta Lei, vedada a veiculação de propaganda paga. Art. 47. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, nos quarenta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo.

§ 1º A propaganda será feita:

I – na eleição para Presidente da República, às terças e quintas-feiras e aos sábados:

a) das sete horas às sete horas e vinte e cinco minutos e das doze horas às doze horas e vinte e cinco minutos, no rádio;

b) das treze horas às treze horas e vinte e cinco minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e cinquenta e cinco minutos, na televisão;

II – nas eleições para Deputado Federal, às terças e quintas-feiras e aos sábados:

a) das sete horas e vinte e cinco minutos às sete horas e cinquenta minutos e das doze horas e vinte e cinco minutos às doze horas e cinquenta minutos, no rádio;

b) das treze horas e vinte e cinco minutos às treze horas e cinquenta minutos e das vinte horas e cinquenta e cinco minutos às vinte e uma horas e vinte minutos, na televisão;

III – nas eleições para Governador de Estado e do Distrito Federal, às segundas, quartas e sextas-feiras:

a) das sete horas às sete horas e vinte minutos e das doze horas às doze horas e vinte minutos, no rádio;

b) das treze horas às treze horas e vinte minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e cinquenta minutos, na televisão;

IV – nas eleições para Deputado Estadual e Deputado Distrital, às segundas, quartas e sextas-feiras:

a) das sete horas e vinte minutos às sete horas e quarenta minutos e das doze horas e vinte minutos às doze horas e quarenta minutos, no rádio;

b) das treze horas e vinte minutos às treze horas e quarenta minutos e das vinte horas e cinquenta minutos às vinte e uma horas e dez minutos, na televisão;

V – na eleição para Senador, às segundas, quartas e sextas-feiras:

a) das sete horas e quarenta minutos às sete horas e cinquenta minutos e das doze horas e quarenta minutos às doze horas e cinquenta minutos, no rádio;

b) das treze horas e quarenta minutos às treze horas e cinquenta minutos e das vinte e uma horas e dez minutos às vinte e uma horas e vinte minutos, na televisão;

VI – nas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito, às segundas, quartas e sextas-feiras:

a) das sete horas às sete horas e trinta minutos e das doze horas às doze horas e trinta minutos, no rádio;

b) das treze horas às treze horas e trinta minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte e uma horas, na televisão;

VII – nas eleições para Vereador, às terças e quintas-feiras e aos sábados, nos mesmos horários previstos no inciso anterior.

§ 2º Os horários reservados à propaganda de cada eleição, nos termos do parágrafo anterior, serão distribuídos entre todos os partidos e coligações que tenham candidato e representação na Câmara dos Deputados, observados os seguintes critérios:

I – um terço, igualmente;

II – dois terços, proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integram.

§ 3º Para efeito do disposto neste artigo, a representação de cada partido na Câmara dos Deputados será a existente na data de início da legislatura que estiver em curso.

§ 4º O número de representantes de partido que tenha resultado de fusão ou a que se tenha incorporado outro corresponderá à soma dos representantes que os partidos de origem possuíam na data mencionada no parágrafo anterior. § 5º Se o candidato a Presidente ou a Governador deixar de concorrer, em qualquer etapa do pleito, e não havendo a substituição prevista no art. 13 desta Lei, far-se-á nova distribuição do tempo entre os candidatos remanescentes.

§ 6º Aos partidos e coligações que, após a aplicação dos critérios de distribuição referidos no **caput**, obtiverem direito a parcela do horário eleitoral inferior a trinta segundos, será assegurado o direito de acumulá-lo para uso em tempo equivalente.

.....
Art. 52. A partir do dia 8 de julho do ano na eleição, a Justiça Eleitoral convocará os partidos e a representação das emissoras de televisão para elaborarem plano de mídia, nos termos do artigo anterior, para o uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito, garantida a todos participação dos horários de maior e menor audiência.
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 388, DE 2005**

Autoriza o Poder Executivo Federal a implantar o Gasoduto Urucu-Porto Velho, no Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Federal autorizado a implantar o Gasoduto Urucu-Porto Velho, no

Estado de Rondônia, após a realização de estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e outros previstos em lei.

Art. 2º Os estudos referidos no art. 1º deste Decreto incluirão, entre outros, os seguintes:

I – Estudo de Impacto Ambiental (EIA);

II – Relatório de Impacto Ambiental (RIMA);

III – Avaliação Ambiental Integrada (AAI); e

IV – Estudo de natureza antropológica, atinente às comunidades indígenas localizadas na área de influência do empreendimento.

Parágrafo único. As comunidades afetadas pelo empreendimento serão ouvidas, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal.

Art. 4º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto “Gás Natural de Urucu para Geração Termoelétrica” visa garantir o fornecimento de energia elétrica aos estados do Amazonas, Rondônia e Acre, a partir da utilização do gás natural proveniente da bacia do rio Solimões, no Estado do Amazonas, em substituição ao óleo combustível.

Segundo a Petrobras, as reservas de gás existentes naquela região totalizam mais de 100 bilhões de metros cúbicos. O consumo para a termogeração permitirá queda no preço da energia elétrica praticado na região, do nível atual de aproximadamente R\$200,00 por megawatt/hora (MWh) para cerca de R\$80,00 por megawatt/hora (MWh).

O gasoduto, empreendimento a ser desenvolvido pela Petrobras, deverá levar o gás natural de Urucu, no Amazonas, para a capital rondoniense, permitindo substituir o óleo diesel na operação da usina termelétrica de Porto Velho.

De acordo com a Petrobras, o volume de gás a ser transportado permitirá a geração de, aproximadamente, 500 MW em Manaus, para complementação do suprimento atual. Em Porto Velho, serão produzidos 330 MW, complementando a geração atual de 100 MW e possibilitando a exportação de energia para a cidade de Rio Branco, no Estado do Acre.

Fica evidente, portanto, que o empreendimento reveste-se de vital importância para o desenvolvimento da Amazônia, razão pela qual esperamos o apoio dos nobres colegas senadores a esta proposição.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

.....
§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

.....
(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 389, DE 2005

Autoriza o Poder Executivo Federal a implantar o aproveitamento Hidrelétrico do rio Madeira, no Estado de Rondônia, inclusive as usinas hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio e a Hidrovia do rio Madeira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Federal autorizado a implantar o Aproveitamento Hidrelétrico rio Madeira, no Estado de Rondônia, inclusive a construção e a operação das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio e da hidrovia do rio Madeira, após a realização de estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e outros previstos em lei.

Art. 2º Os estudos de que trata o art. 1º incluirão, sem prejuízo de outros previstos em lei, os seguintes:

I – Estudo de Impacto Ambiental (EIA); II – Relatório de Impacto Ambiental (RIMA);

III – Avaliação Ambiental Integrada (AAI) da bacia do rio Madeira; e

III – Estudo de natureza antropológica, atinente às comunidades indígenas, ribeirinhas e tradicionais localizadas na área de influência do empreendimento.

Parágrafo único. As comunidades afetadas pelo empreendimento serão ouvidas, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal.

Art. 4º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A construção das usinas hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio é de vital importância para o País, para a região Norte e, de modo especial, para o abastecimento energético do Estado de Rondônia, constituindo, ainda, base essencial para o desenvolvimento sustentável da região.

Essas usinas, a serem conectadas ao sistema energético integrado brasileiro, contribuirão, de modo significativo, para o atendimento da demanda nacional por energia, requisito fundamental para o desenvolvimento econômico e social da Nação.

Além de garantir o provimento de energia necessária à região Norte e ao País, como um todo – caso, por exemplo, da região Nordeste, cuja capacidade de aproveitamento hidrelétrico está praticamente esgotada e dependerá de energia suprida pela região Norte – as usinas de Jirau e de Santo Antônio trarão, para a região abrangida pelo empreendimento, volume significativo de recursos, com melhoria da infraestrutura regional, além de tornar possível a instalação de novas atividades, dependentes de suprimento de energia.

O impacto ambiental decorrente do empreendimento deverá ser objeto das análises e dos estudos necessários, competindo aos órgãos ambientais conduzir o licenciamento, bem como avaliar o impacto do complexo sobre os povos indígenas que serão por ele afetados.

Da mesma forma, estudos especializados devem ser feitos sobre o impacto do projeto sobre a vida e a cultura da população local, de modo a constituir a base imprescindível para uma ampla discussão com os diversos segmentos da sociedade.

Ademais, as barragens devem adotar técnicas que minimizem os impactos locais.

Importa frisar que o decreto legislativo ora proposto autoriza a implantação do empreendimento, condicionando-a, todavia, à aprovação, pelos órgãos competentes, dos necessários estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira, impacto ambiental e de natureza antropológica e arqueológica.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – Senador **Valdir Raupp**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
 Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

.....
 § 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

.....
 (À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 822, DE 2005

Requer Voto de Aplauso in memoriam ao ex-Ministro do Tribunal de Contas da União e ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados, Dr. Paulo Affonso Martins de Oliveira, pelo lançamento de seu livro *O Congresso em Meio Século*.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso **in memoriam** ao Dr. Paulo Affonso Martins de Oliveira, que, em vida foi durante 42 anos servidor da Câmara dos Deputados, 23 deles na função de Secretário-Geral da Mesa, e ex-Ministro do Tribunal de Contas da União, pelo lançamento do seu livro, concluído pouco antes de falecer, intitulado **O Congresso em Meio Século**.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da viúva Dna. Ana Vitória e aos filhos do homenageado, bem como ao jornalista Tarcísio Holanda, a quem Paulo Affonso prestou o depoimento que resultou na edição do livro.

Justificação

O livro **O Congresso em Meio Século**, lançado pela Editora Plenarium, da Câmara dos Deputados, é uma obra de grande valor histórico sobre meio século da vida política brasileira, período em que seu autor, o então Secretário-Geral daquela Casa, Paulo Affonso Martins de Oliveira, conviveu com fatos e, como ele próprio registra, com o trauma de situações dramáticas do Brasil. Como principal assessor da Câmara dos Deputados, Paulo Affonso viu de perto – e sofreu com eles – os lances dramáticos de uma conturbada fase da História do Brasil, desde 1946, com a deposição de Getúlio Vargas, passando pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, pelas diretas-já e, por último, os episódios todos dos dois anos da Assembléia Nacional Constituinte que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988. O livro ora publicado é de grande utilidade para uma visão precisa dos fatos da nossa História, útil, pois, aos estudantes, políticos e pesquisadores.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 823, DE 2005

Requer Voto de Consternação pela tragédia de Hiroshima e de Nagasaki, ocorrida há 60 anos.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Consternação pela tragédia ocorrida há 60 anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.

Requeiro também que esse Voto de Consternação seja levado ao conhecimento do Governo do Japão, por intermédio da Embaixada em Brasília.

Justificação

A tragédia de Hiroshima e de Nagasaki, ocorrida há 60 anos, ainda hoje é uma triste lembrança na memória da Humanidade. O lançamento de bombas atômicas naquelas cidades, durante a segunda grande guerra mundial, ocasionou a morte de centenas de milhares de pessoas, incluindo crianças. As cenas de

horror e da destruição, mostradas pela televisão, sensibilizam todos os povos do mundo, pelo que requeiro ao Senado da República este Voto de Consternação.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

(À Comissão de Relações Exteriores e defesa nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Nos termos do art. 222, §1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 824, DE 2005

Requerem Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Ivo Calliari, pároco emérito da Catedral de São Sebastião, do Rio de Janeiro, ocorrido no dia 2 de agosto de 2005.

Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento do Monsenhor Ivo Calliari, pároco emérito da Catedral de São Sebastião, no Rio de Janeiro. Requeremos também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeremos justifica-se. Além de pároco emérito, Dom Ivo Calliari foi o grande responsável pela construção da Catedral do Rio de Janeiro, na Avenida Chile. Autor da idéia, foi também o coordenador das obras de edificação do templo, hoje um marco de fé religiosa e de arquitetura do Rio e do Brasil.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – Senador **Sérgio Cabral**.

REQUERIMENTO Nº 825, DE 2005

Requerem Voto de Pesar pelo falecimento de Francisco Medeiros, o conhecido Francisco das Flores, ocorrido no Rio de Janeiro no dia 2 de agosto de 2005.

Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto De Pesar, pelo falecimento de Francisco Medeiros, que ficou conhecido como o Francisco das Flores das noites cariocas do Leblon, Rio de Janeiro, área em que vendia flores

desde 1972. Requeremos, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da viúva, Sra. Iracema, e aos quatro filhos de Francisco das Flores.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeremos justifica-se pela dedicada vida de um cidadão que, no seu ofício, a todos encantava, vendendo flores nas noites cariocas. Francisco Medeiros – **o Francisco das Flores** – aprendeu a gostar de rosas quando ainda era criança no Ceará. Sua mãe plantava rosas no quintal da residência da família e ele, anos depois, já morando no Rio de Janeiro, foi barman numa boate do bairro da Barra, até que um dia teve a idéia de vender rosas em boates e restaurantes do Leblon, sempre de quarta-feira a domingo, das 20 até 4 horas. Por isso, ele se tornou um ícone, vindo a ter sua foto incorporada à página da Comunidade do Leblon na Internet.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – Senador **Sérgio Cabral**.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 826, DE 2005

Requer Voto de Solidariedade ao jornalista Ancelmo Gois, processado por notícia publicada em sua coluna de O Globo.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Solidariedade ao jornalista Ancelmo Gois, que está sendo processado por haver publicado, em sua Coluna, no jornal **O Globo**, notícia sobre disputa judicial entre dois magistrados. Requeiro, também, que o Voto de Solidariedade do Senado seja comunicado ao jornalista, à Direção do jornal **O Globo**, ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro e à Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo.

Justificação

Ancelmo Gois, conhecido e respeitado profissional de imprensa que mantém, há anos, uma das colunas de informação jornalística mais lidas no País, está sendo processado sob a acusação de haver publicado nota a respeito de disputa judicial entre dois magistrados. A alegação é de que o processo corria em “segredo de justiça”. Por aí o motivo talvez já pudesse ser questionado. Por que o “segredo de justiça”?

Mas, sem conhecer o caso, não me arisco a emitir, sobre isso, juízo de valor. Juízo faço, sim, a respeito da Liberdade de Imprensa, assegurada pela Constituição Federal e um dos pilares do regime democrático. Esse é o princípio que está em causa. Se um processo corre em segredo de justiça”, claro está que cabe à Vara ou órgão judiciário por onde tramita tomar as medidas adequadas para assegurá-lo e, se violado, punir os funcionários por esse fato responsáveis – e não o jornalista que publica a notícia.

O jornalista não está obrigado a saber se a notícia que chegou ao seu conhecimento está ou não sujeita a restrições. Ele não é o guardião de nenhum segredo. Muito ao contrário. Seu compromisso e com os leitores do jornal, com a opinião pública, com o País. Esse é o trabalho relevante que a imprensa presta ao regime democrático. Se diante de cada notícia o jornalista tivesse de ficar se indagando da conveniência ou não de publicá-la, a Liberdade de – Imprensa estaria comprometida. Devemos, todos nós, preservá-la, a qualquer custo, ainda que disso resulte um ou outro erro, um ou outro excesso. Essa e a razão pela qual proponho que o Senado Federal aprove este Voto de Solidariedade ao jornalista que exerceu um direito constitucional.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Nos termos do art. 222, §1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a reunião da Executiva do PT, a meu ver, foi algo lamentável. Lamentável, Senador José Agripino, porque diferentemente do episódio lastimável envolvendo a Senadora Heloísa Helena e três Deputados, desta vez, o PT não conseguiu forças nem sequer para mandar Delúbio Soares e Sílvio Pereira para a Comissão de Ética. Não os mandou. A impressão clara que passava era de medo de que eles abrissem a boca – com clareza e mais nada.

Do mesmo modo, a tentativa de se adiar o processo que o ex-Ministro José Dirceu diz não temer, por uma ação envolvendo o Presidente da Casa, Deputado Severino Cavalcanti.

Do mesmo modo, a tentativa de se barrar a intenção do Relator e do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios de mandar os nomes contra os quais já existam indícios significativos para o processamento na Casa Legislativa a que pertencem, para efeito de eventual cassação ou não dos seus mandatos, a depender do desenrolar dos fatos.

Por isso, Sr. Presidente, faço uma contribuição bem-humorada a toda essa mudança ocorrida no PT, que não consegue expulsar Delúbio Soares, que saiu a pedido, assim como Waldomiro, e o Sílvio Pereira, que saiu porque quis. Dizem eles que Delúbio e Sílvio Pereira, no esquema apenas de “caixa dois”, seriam os únicos culpados, mais ninguém. Ninguém é culpado! O Presidente não sabe de nada, os Ministros tampouco! Ninguém sabe de nada, é um bando de inocentes! Mas, apesar de os dois serem culpados por terem arruinado o patrimônio ético do Partido, destruído 25 anos de sua história, arruinado a posição política do Presidente Lula, eles não conseguem ficar com raiva do Delúbio e do Sílvio Pereira nem conseguem ser agressivos com o Roberto Jefferson. Não conseguem!

É por isso que, em homenagem a este momento histórico que não é grandioso, Senador João Capiberibe, mas não posso perder o humor, vou ler aqui o nome de 51 tipos de pizza que existem: pizza de Alcachofra, feita de molho de tomate, alcachofra, espinafre, mussarela e queijo de cabra; a outra, tipo b, que é com molho de tomate, alcachofra, tomate seco, champignon e mussarela de búfala. Não tenho tempo para ler todos os ingredientes de cada uma. Mas vamos lá: pizza de Alcaparra; pizza de Aliche; pizza de Aliche Time; Alho e Óleo; pizza de Atum; pizza de Bacon; pizza Baiana, com molho de tomate, calabresa moída, ovos, cebola e pimenta.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Não existe essa pizza!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Existe no cardápio do Restaurante Fratello, que é uma pizzaria do melhor nível.

Ouçõ o aparte do Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-Sol – AC) – Senador Arthur Virgílio, é só para acrescentar um item à sua lista. Há poucos instantes, estava depondo na CPI dos Bingos o Sr. Rogério Buratti, que já foi membro do PT. Por várias vezes, ele se auto-intituiu o bode, o “bodão”, chegou inclusive a mencionar que ele era um “bodão”. Veja V. Ex^a que ele estava sentado ao lado do Senador Efraim Moraes e eu o alertei: “Olha, o senhor está sentado ao lado do Senador Efraim, que costuma fazer buchada de bode. O senhor tome cuidado”. Então, ouvindo a relação de pizzas de V. Ex^a,

queria acrescentar a buchada de bode, que pode surgir a qualquer instante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quando alguns se intitulam bodes, a gente tem o direito de achar que outros são hienas, ficam rindo no meio dessa desgraça toda em que está envolvido o País.

Continuando: pizza de Berinjela; Brasileira; Brócolis; Brócolis Time; Búfala; Calabresa; Calábria Time; Califórnia; Camarão Time; Camarão; Canadense...

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Senador, não tem a portuguesa?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vamos chegar lá. Se não tiver, eu acrescento.

Pizza Cheddar; pizza Catupiry; pizza Catupiry Time; pizza Escarola; pizza Frango Caipira, com molho de tomate, peito de frango desfiado, milho e catupiry; pizza Frango Grelhado; pizza Francesa; pizza Gorgonzola; pizza Grega; pizza Hawaian; pizza Jardineira; pizza Light Time, essa é boa, com molho de tomate, peito de peru, palmito e ricota; pizza Lombinho; pizza Maçã; pizza Margherita; pizza Mineira; pizza Mussarela; pizza Napolitana; pizza Palmito; pizza Palmito Time; pizza Paulista; pizza Peperoni; pizza Portuguesa – está aí a portuguesa, Senador Geraldo Mesquita Júnior, com molho de tomate, presunto, ervilha, ovos, cebola e mussarela –; pizza Provolone; pizza Roma; pizza Rúcula; pizza Super Time; pizza Suprema; pizza Tomate Seco...

O Sr. Fernando Bezerra (Bloco/PTB – RN) – Senador Arthur Virgílio, permita-me um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Senador.

O Sr. Fernando Bezerra (Bloco/PTB – RN) – Senador, eu não almocei. V. Ex^a está aguçando o meu apetite. Eu queria saber onde posso encontrar tanta pizza.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a é um homem correto, como sabemos, pois tem gente, neste Governo, que já deve ter perdido o apetite há muito tempo. Nem falando em comida essa gente desperta.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Eu desaconselho essas, porque são indigestas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senado Arthur Virgílio?

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Sr. Senador Heráclito Fortes, não tem tempo para apartes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Será um aparte rápido, Sr. Presidente, meio minuto.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – V. Ex^a está avançando no tempo de outros Srs. Senadores.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sr. Pizzaiolo Arthur Virgílio, melhor dizendo, Sr. Senador, como nordestino, levanto aqui o meu protesto. V. Ex^a não incluiu a pizza de carne de sol e, agora, recentemente, uma lançada por uma pizzaiola baiana, incluindo rapadura. De forma que eu queria, como nordestino, exigir que a nossa região fosse prestigiada na pizzaria que V. Ex^a instala agora no Congresso Nacional.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, conluo e incorporo o aparte do Senador Heráclito Fortes, dizendo que pizzaiolo, na verdade, não sou eu; pizzaiolo é o Presidente Lula da Silva. Apenas estou relacionando os 51 tipos de pizza, agora, 52, com a do Senador Heráclito Fortes.

Já conluo: pizza Toscana; pizza Vegetariana, essa eu gosto, com molho de tomate, mussarela, brócolis, palmito, champignon, pimentão vermelho assado. E a pizza Tenha uma Boa Idéia – o número dela é 51 – tem molho de tomate, mussarela e dois recheios a escolher.

E eu vou colocar a 53^a – a 52^a o Senador Heráclito Fortes acrescentou –, que é o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com sua vontade de não apurar a não ser nos palanques. No palanque diz que apura; na prática, faz tudo para que não se chegue à verdade dos fatos e às verdadeiras culpas.

E a cena mais deprimente que eu vi, nos últimos dias, foi PT acuado e acovardado, com medo de expulsar o Sr. Delúbio Soares dos seus quadros. Não teve a coragem para expulsar. Isso fica na história, ou na anti-história ou no lixo da história política deste País.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro por cessão do Senador Luiz Otávio, por 12 minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Jonas Pinheiro, Sr^s e Srs. Senadores, o meu querido Estado do Pará, muito bem administrado pelo Governador Simão Jatene, continua cumprindo com nota 10 o seu dever de casa.

A balança comercial paraense fechou o primeiro semestre de 2005, com um superávit superior a US\$1.7 bilhões, 59% a mais do que nos seis primeiros meses de 2004. O Pará exportou US\$2 bilhões e importou US\$167 milhões, um crescimento de 10% em relação ao mesmo período do ano passado. As exportações do Pará ficaram bem acima da média nacional, que foi de 23,95%. Nesse período, o Brasil exportou US\$53 bilhões e importou US\$34 bilhões, ficando com o saldo de US\$19 bilhões, apenas no primeiro semestre.

E aí, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, vemos que o Estado do Pará, sempre superavitário ao longo

das últimas décadas, mantém os 10% no superávit da balança comercial brasileira.

Como vemos aqui, no primeiro semestre, o Brasil teve US\$19 bilhões de superávit, dos quais o Pará contribuiu com US\$1.7 bilhão nesse resultado da balança comercial.

É importante destacar aqui que os principais responsáveis pelo saldo positivo que o Estado do Pará teve na balança comercial foram os setores de minérios e madeira, que representam mais de 90% das exportações de meu Estado, segundo revela o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

As exportações paraenses têm se beneficiado da franca expansão dos mercados da China e Estados Unidos e nem mesmo a desvalorização do dólar frente ao real – ou a supervalorização do real – provocou efeitos devastadores nas exportações de meu Estado, embora atinja setores importantes como o da pesca, o da pimenta-do-reino e o da madeira. Empresas desses setores estão perdendo competitividade no mercado internacional e é possível que enfrentem maiores dificuldades neste segundo semestre.

Mostro esses resultados positivos de meu Estado, Sr. Presidente, Senador Jonas Pinheiro, Sr^{as} e Srs. Senadores, para pedir reciprocidade. O Pará precisa receber a contrapartida da União, para se desenvolver, distribuir riquezas entre a sua população.

O Pará tem sido duramente penalizado pela Lei Kandir, que desonerou as exportações do Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços (ICMS), fazendo com que a arrecadação dos Estados exportadores, como o Pará, caísse de forma acentuada.

Na semana passada, os Governadores Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul; Roberto Requião, do Paraná, e Luiz Henrique, de Santa Catarina, entraram com ação no Supremo Tribunal Federal pedindo que seus Estados sejam ressarcidos integralmente das perdas provocadas pela Lei Kandir, que foi constitucionalizada por este Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Como no caso dos Estados irmãos do Sul, o meu Pará também sofre perda de arrecadação por causa da Lei Kandir. Contribui sobremaneira para os sucessivos recordes da balança comercial brasileira, mas, paradoxalmente, é penalizado pela União.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as perdas, somente nos últimos 30 meses, chegam a mais de R\$1 bilhão, somente com a desoneração das exportações e, em contrapartida, não recebemos sequer as obras de infra-estrutura prometidas nos palanques paraenses pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

Sobre o assunto, Sr^{as} e Srs. Senadores, lembro que a reforma tributária está paralisada há um ano na

Câmara Federal, e trata-se de medida da maior importância para que seja feita justiça a esses Estados superavitários nas suas balanças comerciais com o exterior. Estamos ultimando um projeto de uma nova PEC para atender a essa justa compensação a esses Estados superavitários.

Hoje, em face do aumento das exportações brasileiras, caso seja aprovada a PEC – e aqui quero aproveitar a oportunidade para, desde já, pedir o apoio dos meus pares à PEC –, serão beneficiados 21 dos 26 Estados brasileiros, e mais o Distrito Federal.

Constatamos, com tristeza, que obras vitais para o meu Estado do Pará, como as eclusas do rio Tocantins... E ainda há pouco, o Senador Leomar Quintanilha falava também das desigualdades regionais e dizia que as eclusas da Barragem de Lajeado repetirão, lamentavelmente, no Estado de Tocantins, o mesmo problema que vivemos há vinte anos no Estado do Pará, em que se clama que o rio Tocantins volte a ser navegável como era antes da Barragem de Tucuruí.

O asfaltamento das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá e a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, não sairão do papel neste Governo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu Estado do Pará cumpre o seu dever, como eu disse no início do meu pronunciamento, respeita a Lei de Responsabilidade Fiscal, contribui para o engrandecimento do Brasil. Por isso, em nome dos mais de sete milhões de paraenses, exigimos o tratamento que o Pará merece como Estado gerador de divisas para a Federação.

Sr. Presidente, Senador Jonas Pinheiro, aproveitando o tempo que me resta, quero fazer um alerta sobre o problema que aflige angustiadamente o nosso Estado, qual seja, a não-aprovação pelo Ministério do Meio Ambiente – leia-se Ibama – dos projetos de manejo, no nosso Estado.

Tivemos, hoje pela manhã, uma reunião no Ministério do Meio Ambiente, em que compareceram o Secretário Executivo, o Secretário de Floresta, três Deputados Federais, dezesseis Prefeitos Municipais, inúmeros Vice-Prefeitos e Presidentes de Câmaras e inúmeros representantes do setor produtivo. Não podem mais suportar a situação de calamidade em que se encontram os Municípios da região da Transamazônica e Santarém-Cuiabá, penalizados que estão desde o início deste ano ou final do ano passado pelo não-atendimento de justiça da aprovação de seus projetos de manejo em áreas titularizadas. Não são áreas públicas, Sr. Presidente, são áreas titularizadas, reconhecidas pelo Incra e cujos projetos de manejo o Ibama se nega a aprovar.

Teremos, hoje, às 18h30, uma reunião no Gabinete Civil, com a presença dos representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Incra, do Ibama, do Ministério Público Federal e da própria Casa Civil e espero em Deus que encontremos uma solução que o setor produtivo paraense busca desde o início do ano, porque se encontra em situação de calamidade pública, com milhares de trabalhadores desempregados às portas das prefeituras clamando por apoio para que possam dar sustento com dignidade às suas famílias.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Senador Flexa Ribeiro, peço um aparte.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não, Senador.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Eu queria aproveitar o seu pronunciamento e trazer a este plenário uma grave denúncia, para a qual peço a solidariedade e a atuação de V. Ex^a junto às autoridades de segurança e policiais do Estado do Pará. O belo Estado do Pará ostenta, como V. Ex^a declinou há pouco, índices de desenvolvimento econômico que todo o País aplaude. Mas, de forma contrastante, o Estado do Pará, infelizmente, também ostenta índices de violência, inclusive assassinatos contra lideranças sindicais, fatos dos quais V. Ex^a é conhecedor. Trago ao conhecimento deste Plenário o que recentemente ocorreu com o companheiro Douglas Diniz, que é Presidente Regional do P-SOL no Estado do Pará. S. S^a recebeu um telefonema de alguém que se dizia preposto do Sr. Antônio Garrido, um alto empresário do ramo de transportes no Estado do Pará, ameaçando-o inclusive de morte, por duas razões: primeiro, porque o Douglas se envolveu – com sucesso – na campanha da Chapa 2 do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários em Ananindeua e em Marituba. Ele também é alguém que havia sido, anos atrás, demitido da empresa do Sr. Garrido e que tem tido sucesso, no âmbito da Justiça do Trabalho, em todas as instâncias. Trago esse fato, Senador Flexa Ribeiro, para o qual peço, inclusive, a sua interveniência junto às autoridades policiais do Estado do Pará, porque, no seu Estado, infelizmente – e isso não é exclusividade do Pará –, quando surgem ameaças de morte como essa, são cumpridas. Então, antes que um fato como esse...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Geraldo Mesquita (P-SOL – AC) – ...mais uma vez se repita no seu bonito Estado, creio que devemos acionar os mecanismos...

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a tem mais um minuto para encerrar.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – ...de segurança e policiais não só do seu Estado como os do Governo Federal também, para que mais uma vez não se repita a triste história do assassinato de uma Liderança sindical e política no seu Estado. Toda vez que ocorre um episódio como esse, ele empana o brilho da luta do povo paraense pelo seu desenvolvimento. Então, eu pediria a V. Ex^a que intercedesse junto às autoridades do seu Estado nesse sentido. Tenho certeza de que V. Ex^a não compactua com esse tipo de atitude, pela grandeza com que V. Ex^a representa aqui, no Senado Federal, o seu Estado. Eu gostaria muitíssimo de contar com a sua solidariedade para com a denúncia que faço nesta Casa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não, nobre Senador Geraldo Mesquita.

Lamentavelmente, eu não tinha conhecimento dessa grave denúncia que V. Ex^a acaba de fazer, mas quero lhe dizer que vou encaminhá-la às autoridades competentes.

Quero dizer a V. Ex^a...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...se o Presidente me permitir, que o Estado do Pará, diferentemente da visão demonstrada por V. Ex^a, é um Estado ordeiro, de população pacífica e trabalhadora, apenas envolvido, de quando em vez, nesses episódios de violência que V. Ex^a trouxe ao conhecimento público. Mas a ação do Governo do Estado, a ação das autoridades competentes e a do Poder Judiciário são imediatas. Houve casos lamentáveis no Estado do Pará que foram atendidos pela ação das autoridades de Polícia, do Governo e do Judiciário. Mas levarei o fato às autoridades competentes, para que V. Ex^a tenha a tranqüilidade de saber que o seu pedido foi acatado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Continuando com a lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, por permuta com o Senador Ney Suassuna.

Em seguida, passaremos para o período de comunicações inadiáveis.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, ocupei esta tribuna para externar a minha preocupação com o andamento da crise que se instalou em nosso País; preocupação de que essa crise não viesse – como, de fato, ainda não ocorreu, felizmente – a afetar a nossa economia. Mostrei, com dados contundentes, claros, quanto um processo de corrupção

é um impeditivo do desenvolvimento econômico; ele é impeditivo dos investimentos estrangeiros, cujos titulares começam a nos olhar com uma certa suspeita.

Portanto, Sr. Presidente, fiz, ao final do meu pronunciamento, um apelo para que iniciássemos a construção de uma agenda positiva sem nenhum prejuízo para a rigorosa apuração de todos os fatos, porque a sociedade não nos perdoaria se essas inúmeras CPIs que aí estão acabassem em *pizza*, como aqui se referiu o Senador Arthur Virgílio.

Precisamos apurar os fatos e punir os culpados, cassando os mandatos dos Parlamentares se as acusações que lhe são feitas forem comprovadas, colocando na cadeia aqueles que utilizaram recursos públicos.

Mas não é somente esse o objetivo dessas CPIs. Precisamos tirar uma lição de tudo isso que está acontecendo, para impedir que, no futuro, se repita, no nosso País, essa triste história de corrupção.

Por isso, está na hora de pensar no amanhã: o que será do Congresso Nacional? Como será o Governo? E, nesse caso, faço uma proposta despretensiosa: que possamos estabelecer regras que evitem as corrupções.

O nobre Senador João Capiberibe teve a iniciativa de fazer um projeto que já deveria ter sido votado na Câmara dos Deputados. Ele foi aprovado nesta Casa por unanimidade. Trata-se de um projeto que, em outras palavras, universaliza o acesso ao Siafi, evitando, dessa maneira, que se escamoteiem os gastos públicos e que a sociedade possa, por meio da universalização do acesso ao Siafi, em todos os níveis – municipal, estadual e federal –, acompanhar os gastos públicos.

Há mais: a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, que tantas vezes querem modificar, precisamos, ao contrário, aperfeiçoá-la e não permitir, em hipótese alguma, que a Lei de Responsabilidade Fiscal abra concessões ou espaços para processos de corrupção. Precisamos imediatamente reduzir os cargos comissionados não apenas no Governo Federal, mas em todos os níveis – nos Estados e nos Municípios –, porque essa é, sem dúvida alguma, uma das fontes de corrupção, conforme está sendo comprovado pelas diversas CPIs ou CPMLs instaladas. Precisamos imediatamente rever a estrutura orçamentária e a sua forma de tramitação.

Indicado pelo Presidente Renan Calheiros, tive a honra de presidir uma Comissão Parlamentar Mista, formada por Senadores e Deputados. Mas, infelizmente, pelas várias pressões exercidas sobre aquela comissão, não chegamos a nenhuma conclusão, e foi encaminhado apenas aquilo que, de consenso, se estabeleceu, sem que a Mesa do Senado, que iria apreciar a matéria, a encaminhasse ao Congresso Nacional.

Não podemos correr o risco de haver outra CPI dos Anões do Orçamento. Porém, a forma como é feito o Orçamento hoje, sem transparência, sem dúvida alguma, dará margem para que, no futuro, uma outra CPI, tristemente, seja instalada para apurar os desvios de recursos públicos por Parlamentares do Congresso Nacional.

Precisamos, urgentemente, retomar o caminho para que se instalem, nesta Casa, comissões que estabeleçam regras para a desburocratização do nosso País. Isso significa custo empresarial; isso significa também uma janela aberta à corrupção. Tratei com o Presidente desta Casa este assunto: é preciso que se instale uma Comissão, Mista ou não, para que, urgentemente, repito, revisemos todo o processo burocrático deste País, que eleva o custo dos nossos produtos e abre portas e janelas à corrupção. É preciso que descentralizemos os gastos públicos. É mais fácil cada comunidade examinar os gastos ali feitos do que centralizá-los em nível nacional, ensejando cada vez mais as oportunidades de corrupção. É necessário revermos, urgentemente, a Lei nº 8.666, de Licitações, e obrigarmos, sempre que possível, os pregões eletrônicos a procederem de uma forma mais cuidadosa a fim de evitar os vícios do processo licitatório, que tantas vezes tem escandalizado o nosso País em vários níveis de Governo. É preciso que estabeleçamos políticas para a informatização de toda a administração pública brasileira, quer nos Municípios, quer nos Estados e, sobretudo, na União. É necessário também que façamos, com urgência e em caráter emergencial, uma reforma política nos moldes que está sendo encaminhada pelo nobre Senador Jorge Bornhausen, que recebe o apoio da grande maioria dos Senadores. Não podemos correr o risco de chegarmos às eleições nacionais do próximo ano, cuja contagem eleitoral se inicia já em 1º de outubro, com as mesmas regras que ensejaram a maioria desses escândalos que aí estão, submetendo o Congresso Nacional à humilhação. Um Congresso que, na sua grande maioria, é limpo, é honesto e é correto e que, portanto, tem que se auto-depurar. É preciso que a Câmara dos Deputados aprove a reforma tributária, pois a atual estrutura tributária enseja e induz à corrupção. Precisamos ter uma estrutura tributária clara, em que todos paguem impostos conscientemente, o que possibilitará o desenvolvimento do nosso País.

O Senhor Presidente da República recebeu um grupo de líderes empresariais brasileiros que propuseram a Sua Excelência uma agenda mínima. Essa agenda mínima – repito – pode ser executada paralelamente às investigações que estamos fazendo, que são absolutamente necessárias. Temo que esses depoimentos mentirosos, falsos, muitas vezes motivo de

exibição de alguns Parlamentares, que posam para as TVs brasileiras sem nenhum objetivo, possam, num primeiro momento, parecer até um instante de glória para aqueles Parlamentares; mas, certamente, a sociedade brasileira não nos perdoará se não agirmos com agilidade e com firmeza na apuração desses fatos.

Concedo o aparte ao nobre Senador João Capiberibe. Em seguida, ao Senador José Agripino.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Fernando Bezerra, V. Ex^a declina um conjunto de medidas que – diria – poderiam “reefundar” a República. Até porque, em nosso País, a República foi proclamada, mas não instalada. Este é um País que, infelizmente, as decisões atingem poucos. O braço do Estado é curto para atender ao conjunto da sociedade brasileira. E V. Ex^a apresenta, com muita precisão, medidas necessárias, fundamentais nesse sentido. Como V. Ex^a, muitos aqui estão assustados com o nível de corrupção, que, inclusive, dificulta o crescimento da economia, desorganiza a concorrência, causando, enfim, todo tipo de problema, principalmente aos mais pobres em nosso País. Parabéns V. Ex^a pelo discurso e me associo a sua sugestão de se estabelecer uma agenda propositiva neste momento, enquanto a CPI se encarrega de ir fundo nas investigações. É perfeito. O raciocínio é esse. Vamos investigar, mas vamos avançar em proposições capazes de prevenir. V. Ex^a coloca a questão do Orçamento, que, por ser resultado da energia coletiva do povo brasileiro, requer um cuidado especial. E ninguém melhor do que V. Ex^a para nos alertar sobre as possibilidades de desvios no orçamento público do nosso País. Parabéns!

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Obrigado.

Ouçó o Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Fernando Bezerra, quero cumprimentar V. Ex^a, que, no meio desse cipoal, faz um discurso que precisa ser analisado e apreciado por se tratar de um discurso de projeção para o futuro. V. Ex^a faz uma série de proposições objetivando a moralização do País. A reforma política a que V. Ex^a se refere, todos nós a desejamos. Agora – humildade diante dos fatos –, no cipoal em que estamos metidos, dificilmente se poderá operar uma reforma política com a profundidade que se deseja: estabelecendo a fidelidade partidária por prazo de filiação, estabelecendo cláusula de desempenho, financiamento público de campanha, que, neste momento, é um tema que pode parecer nitroglicerina pura. No entanto, há coisas que podem ser, e o serão com certeza, efetivadas, tais como a diminuição do custo de campanha, pelo encurtamento da campanha, pela diminuição do prazo da propaganda no rádio e na te-

levisão, pela diminuição da sofisticação do programa de televisão. Essas, sim, são propostas emergenciais, já apresentadas pelo meu Partido, e que poderão e deverão ser, como V. Ex^a sugere, apreciadas a curto prazo. Um outro fato que tenho a certeza de que consta das conjecturas de V. Ex^a é a diminuição do número de cargos da burocracia estatal. Na medida em que se concentra poder em pessoas que não estão preparadas para exercê-lo, dá-se poder a pessoas que vão terminar praticando corrupção. E nada mais recomendável do que se fazer, não o que Governo anunciou – desculpe-me a discordância –, não é cortando os cargos mais baixos, mas sim boa parte dos cargos mais altos, mediante um estudo bem-feito por profissionais da área que proponham uma burocracia estatal estável, que não mude com a mudança de Governo e que tenha poder institucionalizado e vigiado por instrumento que a própria consultoria deveria estabelecer. Um Siafi aberto – acho que é proposta de V. Ex^a – nada mais razoável. Um pregão eletrônico para as concorrências públicas será a pedra de toque. Nós temos condições, tranqüilamente, de estabelecer isso e também de acabar com o Siafi fechado, e não só abri-lo para quem tenha a senha, mas abri-lo a todos os brasileiros, para que cada brasileiro, que tenha cabeça, possa vigiar as contas públicas.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Pedindo desculpas ao Presidente, quero cumprimentar V. Ex^a pela firmeza do pronunciamento e pelo acerto das propostas. Estou convencido de que o nosso País será outro depois desta CPI, porque a CPI está expondo as entranhas do que há de ruim na administração pública, na classe política. Ela vai mostrar que o Poder Legislativo, pelas suas lideranças limpas, vai purgar o Congresso: os ruins vão para a cassação, os bons serão os responsáveis pela purgação, pela condução do processo de purificação. E o País, ao final do processo, liderado pelo Poder Legislativo, será um País mais limpo e mais preparado para enfrentar os desafios do futuro no contexto internacional das nações. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, só para concluir, gostaria de agradecer o aparte do Senador José Agripino. Compreendo que a reforma política é emergencial, colocada nos termos em que V. Ex^a colocou. Não de maneira pretensiosa, porque não temos tempo para isso, as outras são sugestões. Não tenho a pretensão de que as sugestões que trago venham a se tornar a realidade que tanto precisamos. Ela vai depender de Líderes como V.

Ex^a, como o Senador Aloizio Mercadante, como o Senador Ney Suassuna, como o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, que, hoje, tem um papel importantíssimo na decisão do futuro do nosso País como Presidente desta instituição. Nós precisamos de um agrupamento de Líderes para pensar o amanhã. Tirar lições dessas CPIs que aí estão. Não basta punir, não basta prender. Precisamos construir o futuro. Esse o sentido do avanço que pretendemos fazer.

Muito obrigado a V. Ex^a

Durante o discurso do Sr. Fernando Bezerra, o Sr. Jonas Pinheiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a pede a palavra pela ordem, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Estou temeroso.

Há dois oradores me antecedendo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência gostaria de informar ao Plenário, até para o ordenamento dos trabalhos, que, segundo a mim informado pelo Presidente que me antecedeu, está inscrito para uma comunicação inadiável o nobre Senador Paulo Paim, que assumirá a tribuna neste momento. Em seguida, pediu a palavra o Senador Aloizio Mercadante, que falará por cessão da nobre Senadora Ideli Salvatti.

Senador Aloizio Mercadante, as palavras de V. Ex^a serão pronunciadas em seguida às do nobre Senador Paulo Paim, que fará uma comunicação inadiável, por cinco minutos. (Pausa.)

Então, o Senador Paulo Paim falará após V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante.

V. Ex^a tem a palavra. Em seguida, faremos a Ordem do Dia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos estamos assistindo, com sentimento profundo de indignação – alguns como eu, além da indignação, têm um sentimento de frustração e de mágoa –, depois de 25 anos de história, como é o caso do nosso Partido e da minha militância no PT, a um contexto em que alguns dirigentes traem os princípios fundamentais do Partido, tomam decisões sem consulta às instâncias partidárias, violam princípios indispensáveis à ética na política e a um partido que tem compromisso com o Estado de direito, com a legalidade, e a opinião pública cobra atitudes, com toda razão. Os nossos 820 mil filiados esperam respostas, e a mesma firmeza que

o PT teve no passado terá de ter nesse episódio com os dirigentes envolvidos.

Esse desafio não é apenas do PT, é um desafio dos demais partidos, porque praticamente todos os médios e grandes partidos do País estão envolvidos nesse episódio: alguns, lá atrás, em 1998; outros, agora, porque receberam recursos. Mas o PT tem uma responsabilidade maior, porque claramente alguns dirigentes partidários patrocinaram esse processo nesses últimos anos, induziram a esse procedimento. Essa responsabilidade está sendo apurada e será identificada, e o Partido tomará todas as providências.

Esse é um desafio não só para o PT, mas também para o Congresso Nacional. As CPIs são instrumentos importantes de investigação para o Parlamento, junto com a Polícia Federal, com o Ministério Público, com a Corregedoria. Em poucos momentos da história, houve tanto empenho em apurar e identificar. Estão aí os depoimentos, as provas documentais, os depósitos bancários, os sigilos fiscais. Toda essa identificação vai montando a rede de responsabilidades.

É muito grave a situação em que se encontram muitos Parlamentares. Não sei exatamente qual é o número, mas, provavelmente, mais de duas dezenas ou cerca de duas dezenas de Parlamentares estão envolvidos – há provas documentais e testemunhais –, receberam diretamente recursos. Eu diria que a ampla maioria deles não conseguiu explicar para a opinião pública o que foi feito.

O sentimento popular e o sentimento na Casa são de que o decoro parlamentar foi violado. Há outras informações que geram maior indignação ainda, como, por exemplo, o fato de que, provavelmente, houve, nesta cidade, festas patrocinadas pelo esquema do Sr. Marcos Valério, com Parlamentares e meninas de programa em hotéis. A vida pessoal é um problema da privacidade de cada um, mas, se esse é um ato coletivo patrocinado por esse esquema de corrupção, isso é muito grave. Não é um problema da privacidade, é problema do elo, do vínculo, da intimidade, da promiscuidade que envolve esse sentimento de impunidade que, seguramente, está presente nesse comportamento.

A CPI está apurando os fatos, que estão vindo a público. E eu, seguramente, estarei entre aqueles que vão exigir desta Casa e da Câmara dos Deputados as providências indispensáveis para que o Poder se preserve, que é a punição exemplar dos envolvidos. E a pena mais importante, nesta Casa, é cassar o mandato, o que, eu diria, é a agressão mais profunda que um homem público pode ter, porque o voto popular, que o consagrou, que o trouxe e que lhe deu mandato, é revogado.

Mas, ao mesmo tempo em que esse sentimento positivo de investigação, de apuração e de fim da impunidade no País prospera – e isso é parte da construção da cidadania –, há uma outra dimensão da Justiça e do Estado de direito de que sei, talvez, eu seja uma voz isolada. Mas não deixarei de dizer o que penso, mesmo sob o risco de ser mal entendido.

O Estado de direito, desde a Carta Magna de 1215, na Inglaterra, estabeleceu alguns princípios fundamentais, que é o amplo direito de defesa, o contraditório e o devido processo legal. Esses princípios é que fazem a justiça. Esses princípios foram reafirmados no Iluminismo e retornaram depois da experiência da Revolução Francesa, que foi fundamental na definição do que seria um Estado republicano, e a construção daquele processo foi feita à guilhotina. Os Robespierres que alavancavam os *sans-culotte* no processo da insurreição popular da Revolução Francesa foram decapitando as lideranças. E havia, naquele processo, figuras como Danton, que logo foi para a guilhotina. Mas a História tem muito mais de Danton do que de Robespierre, porque inclusive a experiência da Revolução Francesa recolocou os direitos humanos, as garantias e os direitos individuais como os princípios fundamentais da construção de uma sociedade democrática.

Depois de vinte anos de ditadura militar, dos tribunais de exceção, da revogação dos processos legais, do direito amplo de defesa, do Estado de exceção, a Constituição de 1988 recolocou, no art. 5º, o devido processo legal, o amplo direito de defesa e do contraditório e a vedação completa de tribunais de exceção. Tudo isso está constituído no art. 5º da Constituição.

Por que digo isso? Digo isso porque li na imprensa, em vários jornais, nesse final de semana, manchetes que chamam a atenção e porque há necessidade deste debate: “CPI vai sugerir à Câmara cassação de até 18 deputados”, “CPI tenta acelerar cassações”, “Relatório sobre 18 acusados será mandado em dez dias à Mesa da Câmara”. E isso foi publicado em todos os grandes jornais.

Eu diria o seguinte: há provas que possam induzir à cassação de mandatos? É inegável que há. Há indícios que colocam em cheque o decoro parlamentar? Seguramente, há. Mas há o devido processo que permite à CPI formalizar o pedido de cassação? Não, não há, não há. Por que não há?

Trabalhei num período da história muito semelhante a este, a CPI do Orçamento. As provas documentais eram abundantes: os cheques, as emendas e todo um esquema organizado de fraude e de corrupção no seio do processo orçamentário da República. Naquela ocasião, as provas eram irrefutáveis contra,

por exemplo, o Deputado João Alves, mas ele teve o direito de defesa, pôde sentar na CPI e se defender. Não conseguiu fazê-lo, mas teve a oportunidade, e o direito lhe foi assegurado. Todos tiveram a oportunidade de defender os seus mandatos. E foi no contraditório, no processo de arguição, que fizemos o relatório final. Alguns poucos conseguiram preservar o mandato em seu depoimento, em sua defesa. Lembro-me de poucos, que foram brilhantes na defesa, irrefutáveis na argumentação, nas provas que apresentaram, e a CPI retirou o pedido de cassação. É verdade que, com relação a alguns, as provas eram muito consistentes, e o Relator leu o pedido de cassação, que depois foi retirado no plenário, por um acordo político espúrio, que não deveria ter ocorrido. Mas uma parte da imprensa cobra, 12 anos depois, do Congresso Nacional que injustiças foram praticadas. Ou algumas revistas, livros e matérias não disseram que o Deputado Ibsen Pinheiro não deveria ter sido cassado? Ou não houve um debate público sobre existir um sentimento de injustiça ou sobre vários Parlamentares terem dito que Ibsen Pinheiro não deveria ter sido cassado? Mas o foi. Lembro novamente: naquela oportunidade, ele teve o direito de defesa, e, ainda assim, o Relator pediu a sua cassação, a Comissão a aprovou, e o Plenário votou favoravelmente a ela.

Essa experiência foi rica e suficiente, pelo menos na minha história de vida. Não tenho a convicção de que ele não deveria ter sido cassado. Não a tenho, mas não acredito que isso seja mais objeto de debate. O que me interessa neste momento é que erros não sejam cometidos; que cada Parlamentar trabalhe com a convicção de buscar a verdade, seja ela qual for, que “despartidarize” o processo, mas que nesse procedimento assegure o direito de defesa.

Elogio a CPI hoje – ontem a critiquei –, porque fui informado pela assessoria e pela imprensa de que o Relator e os outros Parlamentares disseram que esse princípio será assegurado. Se a preocupação é evitar a renúncia, que se encaminhe uma formalização, um requerimento, simplesmente para se abrir o processo, mas não se encaminhe o pedido de cassação, sem que o réu seja ouvido. Isso vai transformar essa CPI ou qualquer outra num tribunal de exceção. Como alguém pode ser condenado, sem ter o direito de se defender? E o que me impressiona é o silêncio; é a conveniência e a oportunidade política do silêncio nesses momentos.

Não há justiça sem o contraditório. Não há justiça sem processo. Não há justiça sem o direito de defesa. Se eu fosse votar hoje, seguramente optaria pela cassação da ampla maioria dos casos, mesmo porque não vi sequer uma defesa consistente. Mas

não posso admitir a possibilidade de concluir o relatório, um processo de votação, sem que as pessoas se tenham defendido.

Se abdicarmos do processo, se renunciarmos ao direito de defesa, estaremos violando o que Montesquieu apresentou como a razão mais sublime e importante do Parlamento, que é a defesa das prerrogativas dos direitos individuais.

Tocqueville, no iluminismo, disse que a sociedade não se faz pela virtude dos homens, mas pela solidez e pela consistência das instituições. É isso que estamos discutindo. Não se preservam as virtudes, se as instituições não têm procedimentos e não asseguram os direitos e garantias individuais.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mercadante, V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Eu pedi primeiro.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Primeiro, o Líder dos autênticos do PMDB.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Deixe-me passar a palavra ao Líder Ney Suassuna, que foi o primeiro a solicitá-la. Depois passarei a palavra aos outros.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PI) – Solidarizo-me com V. Ex^a, dizendo que o PMDB quer que tudo seja apurado com a maior transparência e rapidez possível, mas que não abre mão também do direito de defesa. Não se pode condenar, sem se dar o direito de defesa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Ouço o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Aloizio Mercadante, também quero que V. Ex^a me tenha como um dos que subscrevem sua preocupação. Nisso V. Ex^a absolutamente não está só. Penso que é uma obrigação que lutemos pelo direito de defesa; é por meio desse processo que poderemos vir a saber outros detalhes de tudo isso. Então, fique certo de que muitos de nós estão de acordo com sua defesa pelo direito que tem qualquer pessoa de se defender de qualquer acusação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Senador José Agripino, ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Aloizio Mercadante, aliviam-me muito as palavras de V. Ex^a, porque o tenho em altíssima conta, como um sujeito aguerrido. Nós temos notórias divergências, mas respeito V. Ex^a como um talento e como uma pessoa que guarda probidade. É o conceito que guardo de V. Ex^a, honesta e sinceramente. Digo isso num momento

difícil, com toda a franqueza. E vi com preocupação notícia na imprensa de que V. Ex^a se teria entendido com o ex-Ministro José Dirceu sobre um esquema de procrastinação de punição ou de esclarecimento de fatos de Deputados do seu Partido. Mas V. Ex^a deixa esse assunto claro aqui, na minha opinião. V. Ex^a considera, como eu, que aqueles que estão claramente identificados como passíveis de punição devem ser encaminhados – e, não sei se este é o pensamento de V. Ex^a, diretamente para a Comissão de Ética da Câmara, que é o foro próprio. A CPI do Mensalão vai acrescentar outros nomes que não estão ainda identificados. Os que estão identificados como passíveis de culpa têm de ir direto para a Comissão de Ética, que é o foro próprio, dada a eles a oportunidade de por escrito fazer uma defesa prévia. Mas que vão para o Conselho de Ética, onde terão, aí sim, a ampla oportunidade de se defenderem, estabelecerem o contraditório, apresentarem provas e contraprovas e colocarem seu mandato e vida pública em jogo definitivamente. Nós estamos inteiramente de acordo. Louvo V. Ex^a pelo esclarecimento, que faz com que eu volte a ter o conceito que tinha de V. Ex^a. Não posso imaginar que V. Ex^a queira, no seu Partido, o Partido dos Trabalhadores, estabelecer o processo confuso de esconder a culpa de pessoas, para fazer sobreviver o Partido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador José Agripino, são dois movimentos, mas eles estão de alguma forma associados. Quando o tesoureiro do Partido pede afastamento por prazo indeterminado, porque há um processo disciplinar em andamento numa comissão de ética, concluído esse relatório, o Partido vota. Eu votarei pela expulsão do tesoureiro Delúbio – disse isso no diretório e para a imprensa e o digo aqui –, mas uma vez concluído o processo e o direito de defesa dele, porque os Partidos também não podem transformar-se em tribunais de exceção.

Vi, por exemplo, o PFL expulsar o Deputado que estava num avião, transportando dinheiro da Igreja Universal. A igreja assumiu que aqueles recursos eram dela – não sei se essa é a melhor forma, se esse deve ser o procedimento; acho que há outros instrumentos para fazer o transporte de numerários. Em seguida, apareceu o Deputado Roberto Brant, por quem tenho um apreço muito grande; considero S. Ex^a um grande homem público. Claramente, era esta a configuração: S. Ex^a teria recebido recursos do Sr. Marcos Valério, e o PFL sustentou a posição do Deputado, deu apoio.

Esses dois exemplos demonstram, primeiro, que o Partido não pode ter um procedimento prévio e, muito menos, sem a devida apuração. Esse é o meu sentimento. Nenhum Partido, até o momento, tomou

qualquer medida disciplinar em relação àqueles que foram citados, por terem recebido recursos de Marcos Valério por qualquer razão, alguns em situações muito mais graves que outros. Penso que todos estão atentos, aguardando o processo de investigação. O nosso Partido exigiu que todos os Parlamentares prestassem contas à Executiva Nacional, dissessem por que receberam recursos, justificassem formalmente por que estão naquela lista. E essa justificativa dará no procedimento de instalação de uma comissão de ética.

Segundo o estatuto do PT, a comissão de ética se faz por escrito, por uma motivação pessoal contra o filiado, circunstanciada, com os indícios, provas e testemunhas. E esse procedimento diz respeito à discussão que estamos fazendo na CPI e à que se travou em algum momento da história, especialmente na II Guerra, quando o stalinismo...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ...o fascismo e o nazismo se transformaram em processos sumários de execução e de justiça. E, na história da Esquerda, o stalinismo é o que há de pior na cultura. Os processos de expurgo, os campos de concentração na Sibéria e tudo mais que a história demonstrou mais tarde destruíram os sonhos de transformação da sociedade e criaram – eu diria – um lado absolutamente intolerável de autoritarismo e de destruição das prerrogativas e garantias individuais. Não há nada mais triste na história do que a coerência militante de um Ramón Mercader, que pega uma picareta e enterra na cabeça de outro, em nome de uma ideologia. É a isso que levam as ideologias totalitárias e os processos de expurgo sem o devido processo legal, sem o contraditório e sem o direito de defesa. E isso vale para o Partido e para a CPI.

Antes de conceder um aparte ao Senador Mão Santa – e dialogo com a imprensa também –, quero citar um exemplo recente da imprensa brasileira que eu acho que vale como aprendizado para o que estamos discutindo – e nada disso significa não cassar, nada disso significa protelar, nada disso significa não investigar. Tenho certeza de que, com o acompanhamento da imprensa, a pressão da opinião pública e a exigência do pluralismo partidário que nos constitui, os Parlamentares serão cassados, todos os que não conseguirem responder pelo que fizeram. Mas eles não podem passar por isso sem ter o direito de defesa, e a CPI não pode concluir a sua investigação e não pode fazer uma lista de cassação sem que o direito de defesa esteja assegurado.

Vou lembrar um episódio recente da Escola Base. Seis pessoas foram acusadas de abuso sexual de crianças.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Havia fonte na Polícia, havia laudos médicos e havia até algumas testemunhas que diziam que as crianças eram abusadas numa escola da Aclimação em São Paulo. A vida desses profissionais e dessa instituição foi destruída e liquidada, sem qualquer oportunidade de recuperação. Mas a investigação provou posteriormente que as pessoas eram inocentes. O **Diário Popular** foi acusado, na época, de estar com o “rabo preso” porque queria ocultar informações do público. Em compensação, o “Aqui agora”, que era um programa televisivo, pediu a pena de morte para os envolvidos.

Então esse processo pedagógico de construção da democracia, da justiça, do Estado de Direito no Brasil, que é uma conquista recente da nossa história, exige o contraditório, exige o direito de defesa, exige o devido processo legal. Evidente que a responsabilidade desse episódio são as fontes precárias em que a imprensa se fundou. É evidente que é isso. Mas a presunção da inocência é um valor fundamental que deve acompanhar todo o processo. Só se conclui uma investigação quando o réu, em última instância, se defende. Ele tem o direito à última palavra. É aí que se conclui o processo de investigação. Ainda que ele não tenha nada a dizer e muito menos argumentos para se defender.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa, para concluir.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Aloizio Mercadante, **errare humanus est**. Eu queria dizer que o PT é um Partido de humanos, dentre eles, V. Ex^a, que tem muitas virtudes. Quero lembrar, já que sua presença sempre significa debate qualificado, que eu li um livro que fala dos segredos de liderança de Átila, o Rei dos Hunos. Ele dizia que é muito fácil administrar: premiar os bons e punir os maus. V. Ex^a poderia dizer que é história antiga, de antes de Cristo, e eu buscava Rui Barbosa, que disse: “Justiça tardia é injustiça qualificada”. Mas ficaria com o livro de Deus, as Sagradas Escrituras, que diz: Justiça nos leva à paz e a paz à alegria. E o povo brasileiro está precisando sair dessa tristeza e entrar na alegria.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu concluo com essa citação do Senador Mão Santa porque talvez o caso mais clássico de injustiça prati-

cado na relação entre Estado, sociedade e indivíduo seja exatamente a figura de Cristo, que foi crucificado, julgado e morto. E dois mil anos depois seus valores, tradição e procedimentos são absolutamente inquestionáveis. Essa experiência histórica construída ao longo dos séculos foi formando as instituições.

E aí eu reivindico, para concluir, Tocqueville, não construímos uma sociedade democrática na virtude dos homens apenas, mas na consistência das instituições. Então as instituições precisam preservar valores e procedimentos.

É possível acelerar as investigações? É. Basta, por exemplo, neste caso, começar imediatamente o depoimento dos Deputados. Eles imediatamente podem depor, defender-se ou não. Aqueles que não tiverem argumentos na defesa – e acho que a maioria não terá porque as provas são muito consistentes –, seguramente o sentimento da Casa e do povo – e esta Casa, como diria Ulysses Guimarães, sempre foi sensível ao sentimento do povo – caminhará para a cassação dos mandatos. Mas sem o devido processo, sem o contraditório, sem o direito de defesa, não há justiça. Não há...

(Interrupção do som.)

O SR ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ...para concluir, portanto, sem o contraditório, sem o direito de defesa, sem o devido processo legal, não há justiça, não há Estado de Direito e não há democracia.

O Parlamento veio para elaborar as leis, e a Casa que faz as leis deve cumpri-las. O Parlamento veio para preservar direitos e garantias individuais. Isso vale sobretudo para o cidadão comum, aquele mais pobre e despossuído, mas também vale para os que têm mandato.

São esses valores que temos de preservar nesta investigação que tem de ser rigorosa, profunda e que não pode postergar, abafar ou criar qualquer sentimento de que vai haver uma pizza no Congresso Nacional porque não vai ter, a opinião pública não vai permitir e nós estaremos aqui para fiscalizar. Mas isso tem que ser feito com responsabilidade, assegurando os procedimentos legais, que são inegociáveis e cláusulas pétreas da Constituição brasileira.

O SR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr Presidente.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr Presidente.

O SR PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio; em seguida, a Senadora Fátima Cleide.

O SR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Para replicar o Líder do Governo, Sr Presidente.

O SR PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Em seguida, Senador Arthur Virgílio. Ouvirei a Senadora Fátima Cleide, pela ordem, e responderei a V. Ex^a.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, de acordo com o requerimento que está na Mesa, peço a minha inscrição para falar pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a inscrita para após a Ordem do Dia.

Novamente, para ordenamento dos trabalhos.

Senador Arthur Virgílio, havia solicitado pela Liderança o nobre Senador Ney Suassuna. Vou conceder a V. Ex^a pela réplica.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a falará como primeiro orador inscrito, para uma comunicação inadiável; em seguida, faremos a Ordem do Dia.

A Presidência solicita ao Plenário a compreensão. Vamos ter Ordem do Dia e em seguida voltaremos aos debates. Esta Presidência, lógico e claro, assegurará a continuidade dos debates tão importantes para este Plenário.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem V. Ex^a, Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu estou inscrito para uma comunicação inadiável e quero fazê-la hoje. Não poderei fazê-la amanhã, porque estarei afastado do Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência vai assegurar aos três inscritos e a V. Ex^a inclusive, Senador João Capiberibe, pedindo a colaboração do Plenário para a Ordem do Dia.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi com muita atenção a palavra do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, e não deixa de ser uma grande alegria, Senador José Agripino, e até um grande conforto, nós percebermos agora este novo PT.

Veja como existe a Lei da Compensação! Se tem desabado sobre o Partido toda essa onda de desmoralização pública que não atinge a imensa maioria dos seus Parlamentares, pessoas dignas, nem a imensa maioria dos seus militantes, pessoas digníssimas, atin-

ge meia dúzia que arruinou vinte e cinco anos de história de um Partido. Isso é verdade! E atinge aqueles que parecem acumpliciados com essa meia dúzia, a ponto de não terem coragem de, por exemplo, expulsar o Sr. Delúbio Soares do Partido. Isso, para mim, é um marco. Imaginei que, aguerridos, agressivos e combativos como são, deveriam ter partido, com toda a santa ira do mundo, para extirpar dos quadros partidários alguém que eles próprios dizem que é o culpado principal, junto com o Sr. Sílvio Pereira, da desgraça do Partido. Então desgraçou o Partido, desgraçou o Governo Lula, mas não o expulsam. Não dá para entender isso. Dá a impressão daquela figura jurídica das culpas concorrentes: fulano não denuncia beltrano porque tem medo que beltrano na volta o denuncie. É um pouco o que me parece.

Todavia, fico feliz. Tudo na vida tem compensação. Se, de um lado, existe esse pólo negativo, por outro lado, hoje temos um PT doce, que fala em contraditório, em direito de defesa, em não se prejudicar. Outro dia, vi, estupefato e – confesso-lhe, Senador Ney Suassuna – enternecido, o ex-Ministro José Dirceu pedindo desculpas ao ex-Ministro Eduardo Jorge. Incrível! Eduardo Jorge não aceitou, alegando que eram desculpas pedidas em tom hipócrita e insincero, até porque o Deputado José Dirceu sabia, o tempo inteiro, que Eduardo Jorge era inocente, mas, mesmo assim, difamou-o, achincalhou-o e o enxovalhou durante todo aquele período que foi de verdadeira provação para o ex-Ministro do Governo passado.

Mas fico impressionado porque é sempre bom saber que, daqui para frente, não caberia mais um PT dono da verdade, um PT que não garantisse o direito de defesa. Contudo, antes da instalação desta CPI, Senador João Capiberibe, o argumento central do Governo era o de que bastava mandar para o Conselho de Ética e que não precisava CPI nenhuma para fazer justiça, inclusive punindo os Deputados puníveis e absolvendo os “absolvíveis”. Agora não, agora já acham que não devem ir ainda para o Conselho de Ética, querem passar por toda aquela fase de CPI, contrariando a idéia do Relator e do Presidente que eles próprios indicaram para a CPI de Correios, que é a de baseados nos elementos de convicção que já viram na CPI, pedir o processo do Conselho de Ética imediatamente até para não fazermos nenhum tipo de pizza neste País. Há uma diferença e uma distância muito grande entre o jargão de palanque do Governo, sobretudo o do Presidente Lula, e a prática de, na verdade, não querer a apuração dos fatos. Até quando o fazem, falam sempre...

Ainda agora, ouvi do Líder mais uma heresia: “todos os partidos estão envolvidos, alguns desde 1998”,

referindo-se ao caso do PSDB de Minas Gerais. E eu estou dizendo que não tem nada, e nunca teve, no País nada parecido com o que se vê hoje. Para mim, é uma quadrilha organizada, com todas as suas ramificações funcionando praticamente em todas as repartições públicas deste Governo, enxovalhando a honra desta Nação, e eles na tentativa de misturar para dar a impressão de que todos são iguais.

Um Deputado estadual do PSDB da Bahia disse uma frase que nos dá inveja de não a termos preferido antes. Ele disse que “o PT passou a vida toda dizendo que era diferente e agora ele quer pretender que é igual”. Não era diferente, as suas mazelas vêm de longe, e está se vendo agora que não é igual. Já concluo, Sr. Presidente. Está-se vendo agora que não é igual, porque o que aconteceu neste Governo exige uma frontal explicação do Presidente da República para o povo, existe o fim dos meios discursos e das meias medidas. Exige que o Presidente da República explique claramente qual é o seu papel, qual é a sua responsabilidade, que papel que lhe tocou, em todo esse processo, sob pena de Sua Excelência deixar deteriorar completamente a credibilidade que ainda possa lhe restar.

Portanto, Sr. Presidente, nós ficamos felizes só com uma coisa: com o fato de que o PT já fala em direito de defesa e em contraditório. Não era essa a linguagem, que era quase fascista. Não sei se era stalinista. Antes era totalitária a linguagem. Fico feliz de ter pelo menos esse conforto. Mas, quanto à pizza, não precisa ninguém do Governo garantir que não vai haver. Não vai haver porque a Oposição não vai deixar; não vai haver porque não vai haver acordo espúrio qualquer; não vai haver porque a sociedade não tolerará; não vai haver porque a imprensa não vai admitir; não vai haver porque este não é um país de pizza; não vai haver porque nós queremos os culpados todos punidos e queremos os inocentes todos absolvidos. Isso é basicamente fazer justiça. Fazer justiça é investigar de cabo a rabo e até o fim.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência esclarece a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, e também aos Líderes José Agripino e Aloizio Mercadante que o que faz soar esta campanha quando está restando apenas um minuto é o próprio dispositivo eletrônico. A Presidência não cometerá essa indelicadeza com os nobres Líderes. Na verdade, ela prorrogou, conforme o Regimento, o tempo de todos os Líderes que aqui fizeram uso da palavra. Era este o esclarecimento que desejava fazer.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem a palavra como primeiro inscrito para uma comunicação inadiável. Em

seguida, falarão os próximos dois inscritos e, depois, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pretendia, inclusive para não atrasar a apreciação da Ordem do Dia, encaminhar à Mesa o pronunciamento em que cumprimento o Governo por ter concordado com a prorrogação da dívida dos produtores de arroz do Rio Grande do Sul, a exemplo do que fez com os produtores do Centro-Oeste e da Bahia.

Sr. Presidente, encaminho o pronunciamento à Mesa para que seja publicado na íntegra.

Eu queria dizer ao meu Líder, Aloizio Mercadante, que assino embaixo do pronunciamento de S. Ex^a.

Sr. Presidente, não tenho procuração para defender o ex-deputado federal Ibsen Pinheiro, mas quero também dar um testemunho.

Quando Ibsen Pinheiro, no dia da cassação, foi submetido ao crivo da Câmara dos Deputados, Senador Arthur Virgílio, fui à tribuna e disse que votaria pela absolvição, ou seja, pela não-cassação de Ibsen Pinheiro – se não me engano, fui o único parlamentar, dito de esquerda, a fazer isso – porque não estava convencido de que ele era culpado. Assim votei e assumi perante a imprensa gaúcha o meu voto contra a cassação de Ibsen Pinheiro. Para alegria minha, no futuro, foi demonstrado em todas as instâncias que ele era inocente e foi absolvido. Eu não era amigo pessoal do Ibsen, mas, a partir desse gesto, por reconhecimento dele e de sua família, nós ficamos amigos. Dou esse depoimento porque Ibsen Pinheiro, recentemente, nas eleições municipais, foi o vereador mais votado da história de Porto Alegre. No dia do lançamento da campanha dele, eu lhe mandei o mesmo discurso que fiz à época de sua cassação.

Se contribuí ou não, não sei; o importante é que fiquei com a minha consciência tranqüila. Por isso, reporto-me ao Líder Aloizio Mercadante no sentido de que a maior preocupação que tenho, neste momento, é a de que não se faça injustiça. Quem for culpado vai ter que responder, mas cortar cabeça de inocente pode acontecer e é grave. Então, vamos investigar, vamos a fundo. Como todos aqui disseram, não vai haver *pizza*, mas o direito à legítima defesa tem efetivamente de ser dado a todos. Quem for culpado vai aparecer, mas dou esse depoimento: no caso de Ibsen Pinheiro, eu acompanhei o processo e foi provado que ele era inocente. Na época precisavam daquilo que chamavam de um homem de peso, de um capa preta e ele era ex-Presidente da Câmara dos Deputados. Felizmente está confirmado que o vereador mais votado da história de Porto Alegre era inocente naquele processo. Dou o depoimento com alegria, porque fiquei amigo,

Senador Ney Suassuna, de Ibsen Pinheiro e da esposa dele, que até hoje nutrem por mim muito carinho, o mesmo carinho que tenho por eles. Por isso dou esse depoimento. Ibsen Pinheiro foi injustiçado quando foi cassado pelo Câmara dos Deputados.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os agricultores gaúchos estão em situação pra lá de desesperadora! É preciso que haja uma ampla negociação e soluções rápidas para a crise ora enfrentada.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – está sendo obstruída na perspectiva de se construir um acordo para as questões voltadas à agricultura.

Por outro lado, tenho recebido em meu Gabinete inúmeras correspondências solicitando apoio das áreas econômica e agrícola do Governo Federal para que agilizem as medidas que prorrogam as parcelas vencidas e vincendas dos financiamentos de custeio, visto que os produtores estão sendo executados judicialmente e seus CPFs incluídos em cadastros restritivos de crédito.

Os problemas dos produtores gaúchos começaram no ano passado, quando o Brasil atingiu a auto-suficiência na produção de arroz, ultrapassando os 12 milhões de toneladas. Mesmo com excedente, o país continuou importando o grão de países como Uruguai e Argentina causando a baixa de preços no mercado interno, pelo excesso do produto.

Os arrozeiros brasileiros querem que seja limitada a entrada de arroz uruguaio e argentino no país. De 1º de março de 2004 a 28 de fevereiro deste ano, importamos 934 mil toneladas de arroz, que têm menores custos de produção que o produzido aqui.

A notícia de que a prorrogação dos vencimentos dos empréstimos de custeio atenderia apenas aos produtores da Região Centro-Oeste e da Bahia irritou e mobilizou os produtores gaúchos, que acabaram por serem incluídos na solicitação encaminhada ao Conselho Monetário Nacional.

Os orizicultores pedem além da prorrogação dos vencimentos dos financiamentos, a regulamentação das importações, por meio de cotas ou tributos, para que o grão seja menos competitivo, pois a Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul é zero para os países-membros.

Esperam, ainda, que o governo compre 1 milhão de toneladas de arroz no Rio Grande do Sul por meio

de mercado de opção público para escoar o “produto encaçado”.

Sabemos que para a próxima quinta-feira, dia 11 de agosto, conforme noticiado pela assessoria do Ministro Roberto Rodrigues, está prevista a realização de mais uma etapa do pregão de contrato público de opção de venda. O leilão irá ofertar 3.074 contratos no Rio Grande do Sul, de 27 toneladas cada.

Precisamos que as medidas pleiteadas pelos agricultores sejam atendidas com a máxima urgência. A situação no Estado é lamentável.

Nossos agricultores estão desesperados com a penúria financeira que se encontram, e aguardam do governo uma decisão definitiva para a crise política e agrícola que se instaurou.

Desde o início desta longa crise, por inúmeras vezes subi a esta Tribuna para reivindicar ações favoráveis aos agricultores. Muitas reivindicações já foram atendidas. Porém, a decisão mais urgente, neste momento, trata do pedido de prorrogação das dívidas que está nas mãos do Ministro da Fazenda.

Quero manifestar meu apoio à resolução imediata dessas pendências agrícolas. Temos que liberar a votação do orçamento! Não podemos colocar em risco a votação de uma lei tão importante e com projetos fundamentais para o desenvolvimento do nosso país!

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB TO) – V. Ex^a será atendido.

A Presidência convoca para fazer uso da palavra o nobre Senador Jonas Pinheiro, segundo orador inscrito para uma comunicação inadiável e, em seguida, o Senador João Capiberibe.

Antes que V. Ex^a inicie, Senador Jonas Pinheiro, a Presidência destaca, com alegria, a presença do sempre Deputado Vivaldo Barbosa em nosso meio.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parte da Casa já sabe, mas eu quero comunicar de forma generalizada, que amanhã estarei entrando de licença por 121 dias por recomendação de uma junta médica do Senado Federal, secundada pelo Dr. Campos da Paz, do Hospital Sarah Kubitschek.

No meu lugar, para me substituir durante esse período, tomará posse amanhã à tarde, o meu primeiro suplente, Senador Gilberto Goellner*, engenheiro agrônomo, gaúcho há muitos anos radicado em Mato Grosso, onde se tornou um dos mais bem conceituados produtores rurais e também um empresário moderno e bem-sucedido.

Além dessa larga experiência profissional, Dr. Gilberto Goellner é ainda um grande líder naquele Estado, onde participa ativamente de diversas entidades do ramo, tanto estaduais quanto nacionais, como a Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso; a Associação Brasileira dos Produtores de Sementes; a Associação Brasileira dos Produtores de Soja; a Fundação de Apoio à Pesquisa de Mato Grosso e a Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão, nas quais sempre ocupou os mais altos cargos de direção. Também tem sido um combativo e intransigente militante na defesa dos interesses do agronegócio brasileiro.

Politicamente, o Dr. Gilberto Goellner está filiado ao PFL e, portanto, alinhado com as posições políticas e orientações do Partido.

Desse modo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento, licencio-me do meu cargo com toda a tranqüilidade, porque conheço a capacidade do Dr. Gilberto Goellner, conheço a sua grande experiência profissional, sei de seu profundo conhecimento da realidade rural brasileira e sei da sua dedicação para bem representar o Estado de Mato Grosso nesta Casa, podendo enriquecê-la com seus vastos conhecimentos dos fatos da agropecuária.

Ele está, desse modo, Sr. Presidente, apto a assumir o cargo de Senador da República, pois dispõe de todas as condições para se juntar àqueles que, no Congresso Nacional, buscam o desenvolvimento harmônico e sustentado do País, com a valorização da agricultura e do homem rural brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência formula a V. Ex^a, Senador Jonas Pinheiro, os melhores votos de uma breve recuperação e de que sejam bastante eficazes os tratamentos aos quais V. Ex^a irá submeter-se.

Toda esta Casa nutre por V. Ex^a uma admiração muito grande e, certamente, o Estado estará bem representado pelo currículo de seu primeiro suplente, que V. Ex^a apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao nobre Senador João Capiberibe. Em seguida, será aberta a Ordem do Dia.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na oportunidade, agradeço a homenagem que recebi da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sexta-feira passada, dia 5 de agosto, quando fui agraciado, por decisão unânime dos Srs. Deputados e Deputadas, com a Medalha Tiradentes. Foi uma

iniciativa do Deputado Geraldo Moreira, Parlamentar atuante e combativo da Assembléia Legislativa do Estado do Rio, que muito honra o nosso Partido, o PSB, e o povo fluminense.

A solenidade foi realizada no Palácio Tiradentes, prédio que durante muitos anos abrigou a Câmara Federal, tendo sido presidida pelo nobre Deputado Geraldo Moreira. A solenidade contou com a presença do ilustre Senador Roberto Saturnino, a quem dedico uma grande consideração e respeito por sua dignidade e honestidade.

Estava presente também o ex-Ministro Roberto Amaral, Presidente em exercício do Partido Socialista Brasileiro, enquanto aguardamos com ansiedade o retorno do Deputado Miguel Arraes, ícone da vida política nacional, que se encontra internado no Hospital Esperança em Recife. Estamos confiantes na sua recuperação e que ele volte pronto ao nosso convívio.

Também estiveram presentes à solenidade os representantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, da Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro, além do cineasta Silvio Tendler, companheiro de exílio nos anos 70, entre outras personalidades.

Receber a Medalha Tiradentes teve, para mim, um duplo significado. Em primeiro lugar, trata-se da principal distinção outorgada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, legislativo de uma Unidade da Federação brasileira na qual os responsáveis políticos de ontem forjaram a unidade nacional. Mais do que qualquer outra região brasileira, o Rio de Janeiro e, particularmente, a ex-capital federal foi teatro das principais lutas travadas pelo povo brasileiro pela abolição e pela República, pela democracia, pela justiça e pela inserção do País na modernidade.

Seu segundo significado reporta-se a Tiradentes, que deu nome à medalha que recebi. E, nesse aspecto, gostaria de ressaltar a Inconfidência Mineira, a questão chamada derrama, que costuma receber menos atenção do que sua contribuição para a causa da Independência nacional. Apelidou-se de derrama o que hoje costumamos chamar, em linguagem mais precisa mas menos cáustica, de aumento de carga tributária. Tratava-se pura e simplesmente da alta na arrecadação de impostos, daquela vez exigida pelo colonizador.

Na época, as minas de ouro das Gerais estavam esgotadas. Não se conseguia retirar tanto ouro quanto antes. A Coroa Portuguesa, em vez de procurar soluções no campo da ciência e da técnica, visando melhorar as práticas de extração, enviava fiscais com a missão de aumentar os tributos. Foi assim instituída a derrama, criando-se adicional de imposto para cobrir despesas extraordinárias.

O Estado português determinou que a arrecadação deveria alcançar um montante mínimo em ouro. Caso os garimpos não atingissem aquele montante mínimo, com base na cobrança do quinto, que correspondia a 20% da produção, a diferença deveria ser completada com uma cobrança complementar, partilhada entre todos os contribuintes, até completar o montante determinado pelo fisco. Comparada com a carga tributária de hoje, já beirando 40% da produção, temo dizer que, nesse aspecto, o sacrifício de Tiradentes foi em vão.

A derrama aumentava os impostos que, por sua vez, não tinham contrapartida em um aumento dos serviços prestados pelo Estado colonial, tanto mais que, no caso da aplicação de recursos, a maior parte destinava-se à manutenção da MetrÓpole. Quanta semelhança com a situação econômica atual vivida pelo nosso País: substituímos a Coroa Portuguesa pelo sistema financeiro internacional. A carga tributária foi aumentada para poder pagar juros a especuladores de todos os quadrantes, em detrimento da saúde, educação, transportes, energia e outros investimentos públicos básicos em favor dos cidadãos.

Saindo do passado para chegar ao presente, a inexistência de controle social tanto da arrecadação quanto da aplicação dos recursos, por parte do Estado, permanece como uma forte fonte de conflitos entre os vários setores sociais.

Por isso, Sr. Presidente, é necessário atender à demanda do Senador Fernando Bezerra, que elencou aqui um conjunto de medidas, com também à do Senador do Tião Viana, que tem propostas concretas para que possamos modernizar o Estado brasileiro, para que não repitamos o Estado colonial que tenta se manter até o presente.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 827, DE 2005

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Requerimento nº 813/2005, requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, a

necessária autorização para tratamento de saúde no período de 10-8-2005 a 8-12-2005.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – Senador **Jonas Pinheiro**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 828, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, seja apresentado voto de regozijo ao Governo da Federação da Rússia, por intermédio do seu Embaixador acreditado junto ao Governo brasileiro, Sr. Vladimir Lvovitch Tyurdenev, pelo sucesso da operação de resgate dos sete tripulantes do minissubmarino russo AS-28, encalhado desde a noite do último dia 4, no Oceano Pacífico, e pelo seu retorno, são e salvos, ao convívio familiar, para alívio dos povos do mundo inteiro, que acompanharam, com apreensão, os desdobramentos do lamentável acidente.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – **Ney Suassuna – Aloizio Mercadante – Osmar Dias – Fernando Bezerra – Marcelo Crivella – José Jorge – João Alberto Capiberibe – Arthur Virgílio – José Agripino**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com aquiescência do Plenário, a Mesa encaminhará o voto sugerido.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 829, DE 2005

Retirada de requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 642, de 2005.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – Senadora **Heloísa Helena**.

(*) Apresentei novo Requerimento de Informações em função da decisão do Ministro Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência defere a retirada do Requerimento nº 642, de 2005, que será definitivamente arquivado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 830, DE 2005

Requer informações ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre os trabalhos da comissão destinada a analisar a dimensão de saúde pública, tributária e de comunicação social das bebidas alcoólicas.

Requeiro, com fulcro no art. 50 § 2º da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Saúde encaminhe o relatório final da comissão que em 90 (noventa) dias analisaria e proporia plano de governo referente às bebidas alcoólicas, abrangendo as seguintes dimensões:

a) de saúde pública, focalizando, inclusive, a necessidade de atenção e tratamento dos alcoólicos;

b) tributária, prevendo tratamento diferenciado à produção e à comercialização de bebidas alcoólicas;

c) de comunicação social, cuidando da propaganda anti-alcoolismo e da proibição da propaganda das bebidas alcoólicas.

Lembro, por oportuno que a instalação da mencionada comissão no âmbito do Poder Executivo foi assegurada pela Liderança do Governo no Senado Federal, por ocasião da votação do Projeto de Lei de Conversão nº 20/2003 (da Medida Provisória nº 118, de 2003, que “Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal”), no dia 24-6-2003, no Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005 – Senadora **Heloísa Helena** – PSOL/AL.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento de informações que acaba de ser lido, de autoria da nobre Senadora Heloísa Helena, vai ao exame da Mesa do Senado Federal.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 831, DE 2005

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2004, seja também apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 832, DE 2005

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal e os arts. 1º e 6º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, também do Senado Federal, Requeiro seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda solicitação das seguintes informações:

1. montantes, anuais, em reais, dos recursos arrecadados com todas as loterias administradas pela Caixa Econômica Federal, por loteria;

2. montantes, anuais, em reais, de todos os repasses das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal aos beneficiários legais, incluindo-se os destinados ao prêmio e à Caixa a título de custeio e administração, por loteria.

Justificação

Existem, em ambas as casas do Congresso Nacional, inúmeras proposições tratando de destinações dos recursos oriundos das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal. No Senado Federal, poderíamos citar, por exemplo, o PLS nº 110, de 2004, que altera a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as Associações da Cruz Vermelha Brasileira.

Algumas propostas implicam a redução dos recursos destinados aos atuais beneficiários, Fundo Nacional de Cultura, Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), Seguridade Social, Fundo de Financiamento ao Estudante do En-

sino Superior – FIES (crédito educativo), Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), Secretaria Nacional de Esportes e clubes de futebol.

Em todos os casos, é importante que esta Casa tenha conhecimento do volume de recursos envolvidos, motivo pelo qual apresentamos o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – Senador **Romeu Tuma**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 833, DE 2005

Requer Voto de Pesar ao Sr. José Aprígio Brandão Vilela, irmão do Senador Teotônio Vilela Filho.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento, no último dia 8 de agosto, do Sr. José Aprígio Brandão Vilela, irmão do Exmo. Senador Teotônio Vilela Filho e um dos mais importantes empreendedores no Estado de Alagoas, na área da agropecuária e da indústria sucro-alcooleira.

O presente Voto de Pesar deve ser comunicado à família do Sr. José Aprígio Brandão Vilela.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se pela notável vida de José Aprígio Brandão Vilela, como empresário de vulto no seu Estado.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 834, DE 2005

Requer um voto de homenagem à médica e psiquiatra Drª Nise da Silveira, por ocasião do centenário de seu nascimento.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa

Excelência seja submetida á Casa a apresentação de um Voto de homenagem ao centenário de nascimento da Dra. Nise da Silveira.

Justificação

O Brasil, neste ano de 2005 comemora – embora haja controvérsias sobre a exatidão da data – o nascimento de uma de suas mais ilustres cidadãs. A genial, revolucionária e competente médica e psiquiatra Dra. Nise da Silveira, mais uma brava guerreira alagoana, que lutou, sem ceder ou cessar, para humanizar e harmonizar o tratamento psiquiátrico no País.

Nise da Silveira nasceu em 1906 em Maceió, Alagoas. Foi a única mulher, entre os 156 alunos da Faculdade de Medicina da Bahia, que se graduaram em 1926.

Em 1927 seu pai morreu, a mãe mudou-se para a casa do pai, e Nise, decidida como sempre, pegou um navio para o Rio de Janeiro. Começou sua carreira em psiquiatria no hospital que na época era popularmente chamado de hospício da Praia Vermelha (hoje Hospital Pinel), em 1933. Dedicou-se à psiquiatria sem nunca aceitar as formas agressivas de tratamento da época, tais como a internação, os eletrochoques, a insulino-terapia e a Lobotomia.

Morava num quarto do hospital; uma enfermeira, ao fazer a limpeza do quarto, achou livros socialistas na sua estante e, durante o Levante Comunista de 1935, em plena ditadura Vargas, denunciou-a. Embora fosse apenas simpatizante do comunismo, e não soubesse nada sobre a organização do movimento liderado por Prestes, Nise foi presa; ficou na Casa de Detenção durante um ano e 4 meses. Lá, conheceu Olga Benário, Graciliano Ramos e outros participantes do movimento comunista, que se tornaram amigos seus. Diz ter tirado grandes lições deste período. (“Tudo vale a pena, se a alma não é pequena...”).

Presa como comunista, é afastada do Serviço Público de 1936 a 1944. Anistiada, cria, em 1944, a Seção de Terapêutica Ocupacional no Centro Psiquiátrico Nacional de Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, posteriormente conhecido como Centro Psiquiátrico Pedro II (CPPII).

Foi lá que, por recusar-se a usar os métodos usuais da psiquiatria clássica, como eletrochoques, choque de insulina e utilização indiscriminada de medicação (que deixava, e deixa até hoje os pacientes num estado terrível de torpor – a chamada impregnação), foi deslocada para um setor considerado “pouco nobre” do Centro Psiquiátrico, o lugar onde não havia médicos e que era cuidado por serventes: a Terapêutica Ocupacional, que de terapêutica não tinha nada:

os pacientes faziam apenas serviços de limpeza, uma boa economia para o hospital...

A partir de muito estudo, e principalmente a partir de sua veia rebelde e criativa, Nise inovou e criou um espaço em que os internos eram recebidos num ambiente de acolhimento e respeito. Abriu ateliês para vários tipos de atividades (encadernação, música, pintura, modelagem, teatro, etc.) e orientou os monitores que acompanhariam os pacientes no sentido de terem uma atitude de não interferência na sua produção.

Procurava apontar para a importância do contato afetivo para que aquelas pessoas, que passavam pelo grande sofrimento do rompimento com a realidade, do mergulho, sem proteção, nos abismos do inconsciente, pudessem tentar o caminho de volta para a superfície, para a possibilidade de recuperar a autonomia perdida. Além da dor provocada pela doença mental, os pacientes sofriam com a discriminação no meio social e no próprio hospital.

Novas ramificações foram criadas: em 1952, fundou o Museu de Imagens do Inconsciente, um acervo precioso das pinturas, desenhos e esculturas dos frequentadores da STOR e, em 1956, criou, junto com alguns colaboradores, a Casa das Palmeiras. Esta última foi criada com o objetivo de dar suporte aos pacientes egressos do hospital. Havia, na época, uma alta porcentagem de reinternações (cerca de 70%); Nise sabia que as recaídas eram provocadas pela dificuldade de reintegração dos ex-pacientes à vida na comunidade. Depois de surtos psicóticos, as pessoas ficam ainda muito fragilizadas, necessitando de apoio para a reestruturação do “eu”.

A Casa das Palmeiras, instituição independente de convênios, poderia ser o lugar em que este apoio poderia acontecer. Lá, Nise e seus amigos puderam criar um território livre em que os egressos do hospício podiam, aos poucos, recuperar a auto-estima e a independência, através de experiências cotidianas com várias formas de expressão criativa e de convívio com profissionais que se colocavam a seu lado numa postura de respeito, cuidado e não discriminação. As portas e janelas da Casa das Palmeiras são abertas, não há enfermeiros, a frequência é diária (cerca de 5 horas por dia). Os psiquiatras, psicólogos, artistas, monitores e estagiários não usam jaleco e se posicionam lado a lado ao paciente nas atividades, na hora do lanche, nas festas. Com a base de sólidos conhecimentos científicos, (principalmente da psicologia junguiana, da terapia ocupacional e da antipsiquiatria) e da sua experiência no Centro Psiquiátrico Pedro II, Nise orientou o trabalho desenvolvido na Casa das Pal-

meiras, sempre enfatizando a importância do contato afetivo e da expressão criativa para a recuperação das pessoas ali atendidas.

A Casa das Palmeiras ainda funciona (está em sua 3ª sede), e a maioria de seus pacientes não retornou ao Hospital Psiquiátrico. É responsável pela formação do Grupo de Estudos C. G. Jung, do qual foi presidente desde 1968. Suas pesquisas deram origem, ao longo dos anos, a exposições, filmes, documentários, audiovisuais, simpósios, publicações, conferências e cursos sobre terapêutica ocupacional, com destaque para a importância das imagens do esquizofrênico.

Foi também pioneira na pesquisa das relações afetivas entre pacientes e animais, aos quais chamava de co-terapeutas.

Como reconhecimento da importância de sua obra, Nise da Silveira recebeu condecorações, títulos e prêmios em diferentes áreas do conhecimento: saúde, educação, arte e literatura. Foi membro fundador da Sociedade Internacional de Psicopatologia da Expressão, com sede em Paris, França. Seu trabalho e seus princípios inspiraram a criação de Museus, Centros Culturais e Instituições Psiquiátricas no Brasil e no exterior.

Nise faleceu em 30 de outubro de 1999, na cidade do Rio de Janeiro.

No ano de 2000, o Centro Psiquiátrico Pedro II é municipalizado e, em homenagem à fundadora do Museu, passa a chamar-se Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira.

Encerro concordando com as sábias palavras do jornalista Bernardo Horta sobre a fabulosa médica, em seu artigo no **Jornal do Brasil** (9-8-2005): “Passados seis anos de sua morte, a memória de Nise afirma-se como referência valiosa, marcada por transparência e inquebrantável fé no futuro. Ela viveu e procedeu com firme coerência durante 94 anos de vida. Neste sentido, seu legado é patrimônio significativo para a construção da identidade brasileira.

O centenário de Nise da Silveira, em meio ao colapso de valores políticos e culturais, resgata o aspecto mais vigoroso de quem viveu de acordo com o que pensava e preconizava. Cem anos para serem comemorados com arte, ciência, alegria e, sobretudo, beleza – tal qual Nise: memória legítima que dá lugar ao futuro.”

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – Senador **Pedro Simon** – Senadora **Heloísa Helena**.

REQUERIMENTO Nº 835, DE 2005

Requer a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Advogado e ex-Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, Dr. Hέλvio Jobim.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto no artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento de Advogado e ex-Deputado Estadual do Rio Grande do Sul Dr. Hέλvio Jobim, ocorrido no dia 8 de agosto corrente, às 19:00 hs, em sua cidade natal, Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Justificação

Faleceu, ontem às 19:00 hs, em sua cidade natal, Santa Maria-RS, o Advogado e ex-Deputado Estadual do Rio Grande do Sul Dr. Hέλvio Jobim, aos 87 anos, de falência múltipla dos órgãos. De família ilustre, filho que era do ex-Governador do Estado Walter Jobim, Hέλvio Jobim deixa uma família de ilustres filhos. Casado com Namy Azevedo Jobim, Hέλvio Jobim teve como filhos Nelson de Azevedo Jobim, Walter Jobim Neto e Hέλvio Jobim Filho.

Este último se formou em engenharia. Já Nelson e Walter seguiram a carreira do pai. Nelson, além do Direito, adotou a política onde se distinguiu com Deputado Federal, Relator da Revisão Constitucional, Ministro da Justiça e Ministro do Supremo Tribunal Federal, onde hoje exerce a Presidência.

Hέλvio Jobim foi Deputado Estadual no período de 1958 a 1961, pelo PSD, tendo presidido o diretório municipal desse partido. Mas, sua paixão era mesmo o Direito, em que se formou em Porto Alegre e que exerceu com brilhantismo. Ainda na última quarta-feira (3), um dia antes de ser internado em hospital, atendeu um cliente em seu escritório da Avenida Presidente Vargas, onde sempre viveu.

Dr. Hέλvio Jobim possuía uma imensa biblioteca da qual se utilizava com sofreguidão, leitor apaixonado que era. Além disso, escutava rádio todas as manhãs. Conhecido como dono de memória excepcional, é de se calcular a cultura excepcional que o marcou.

Em janeiro, o Dr. Hέλvio se submeteu a uma cirurgia no baço, da qual resultaram complicações respiratórias e dificuldades para se alimentar. No dia 4, foi internado no Hospital de Caridade de Santa Maria, onde veio a falecer de falência múltipla dos órgãos.

Nesse último final de semana, o Presidente do STF foi a Santa Maria para a última visita ao pai. De lá retornou no Domingo à tarde e já hoje retorna à terra natal para participar da última homenagem ao pai.

O sepultamento será hoje, às 16:00 hs, no Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria. Ao ilustre e querido amigo, Dr. Hélivio, a nossa homenagem final, ainda que à distância.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 836, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, sejam apresentadas congratulações à Confederação Nacional do Comércio pelos 50 anos de criação do Conselho Consultivo de Turismo, como órgão de sua estrutura.

Justificação

A Confederação Nacional do Comércio representa os inúmeros segmentos do Comércio de Bens e Serviços, entre eles o Turismo. A CNC conta com órgãos consultivos de Diretoria e Presidência, destacando-se o Conselho de Turismo, motivo hoje, de nossa homenagem.

Criado em 10 de agosto de 1955, tem por objetivo a discussão e análise de diretrizes para o desenvolvimento do turismo no Brasil.

Ao longo de cinco décadas consolidou-se como um fórum permanente para se pensar e repensar o Turismo no Brasil, sendo, portanto, uma espécie de testemunha da evolução da atividade turística no País.

O exemplo que a CNC vem dando ao nosso país nos faz acreditar que é possível sentar-se a uma mesa, promover discussões profícuas e delas tirar conclusões visando o bem comum.

E hoje, 10 de agosto, essa importante Instituição representativa de classe, comemora 50 anos da criação do Conselho Consultivo de Turismo, que proporcionou um alavancamento dessa atividade em nosso País.

Queremos, ainda, enaltecer a figura do ilustre representante do empresariado, que hoje preside a Confederação Nacional do Comércio, Antonio Oliveira Santos e apresentar nossos votos de aplausos à CNC.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – Senador **Leonel Pavan**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

REQUERIMENTO Nº 837, DE 2005

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno requeiro seja consignado voto de aplauso à Marubeni Brasil S/A, pelo transcurso de seus 50 anos, no Brasil e igualmente, pela importante decisão de expandir-se no território nacional, instalando-se em Santa Catarina.

Justificação

Esse importante grupo empresarial da Marubeni Corporation, com sua origem no Japão e instalado no Brasil, desde agosto de 1955, quando iniciou como Importadora e Exportadora Bramarida Ltda., e em outubro de 1973, passou a receber a mesma denominação de sua originadora, Marubeni Brasil S.A.

Tem tido desde sua fundação, grande destaque na participação do desenvolvimento brasileiro, atuando em diversos setores, como exportação, importação, representações, novas tecnologias, geração de energia, financiamento de projetos nacionais em larga escala, investimentos e fornecimento de equipamentos em geral.

O Brasil foi escolhido para ter sua representação, imediatamente após, sua instalação em Nova York.

Atualmente, além da matriz em São Paulo, existem filiais no Rio de Janeiro, Salvador e agora, com a decisão que muito agradou nosso Estado, portanto merecedor de nosso aplauso, de instalar-se em Santa Catarina.

Assim, os catarinenses sentem-se orgulhosos e mais fortes com o crédito que a Marubeni lhes oferece. Além de investir com confiança no Brasil, passa a acreditar no estado de Santa Catarina, gerando mais emprego e renda para o Brasil, nesse momento em que postos de trabalho precisam ser abertos e a produção que gera riquezas se expandir, vemos um grupo empresarial tomar essa importante decisão.

Podemos ver com a atuação desse grupo, que a geração de riqueza e trabalho, sempre trará riqueza e frutificação, por isso esse empreendimento têm alcançado o topo, e com certeza, tendente a expandir cada vez mais.

Assim, prestamos essa homenagem, para registro nos anais dessa Casa, a esse grupo empresarial, pelos seus 50 anos no Brasil e por sua instalação em solo catarinense.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2005. – Senador **Leon Pavan**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, os requerimentos lidos serão despachados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. Antes, porém, eu gostaria de pedir aos Presidentes das Comissões Parlamentares de Inquérito que, por favor, suspendam os trabalhos das Comissões, pois estaremos iniciando a Ordem do Dia.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nos termos do art. 403 do Regimento Interno do Senado Federal, apresento questão de ordem nesta Sessão Deliberativa Ordinária da Casa com o propósito de cobrar dos Ministros de Estado respostas aos requerimentos de informações que protocolizei na Mesa, conforme estabelece a Constituição.

O § 2º do art. 50 da nossa Constituição estabelece que os requerimentos de informações têm que ser respondidos pelos Ministros de Estado em trinta dias, importando crime de responsabilidade a recusa ou não-atendimento, bem como a prestação de informações falsas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o quadro político brasileiro não é dos melhores. Basta olhar as manchetes diárias dos jornais e veremos que a crise em que o PT e o Presidente Lula “enfiaram” o Brasil não encontra precedente na nossa história. Nem remotamente.

O quadro que nos infelicita é absolutamente original. Lula, o Presidente em quem boa parte da população depositou infinita confiança, falhou. Falhou feio. Por atos, palavras ou omissão. Sim, por omissão!

Não quero colocar lenha na fogueira. Nem, muito menos, apagar o fogo usando um isqueiro como se fosse um extintor de incêndio.

Muito ao contrário daquilo que vem pregando o Presidente Lula, com seus improvisos indesejáveis, inoportunos e de mau gosto, quero apenas fazer uma cobrança à Mesa.

Por isso não vou propor, ainda hoje, uma representação contra os Ministros de Estado que não cum-

prem a Constituição; não vou propor ainda o enquadramento deles em crimes de responsabilidade, deixando sem resposta os meus requerimentos de informações – e eles têm feito sistematicamente assim –, atividade essa que constitui objeto de parte da minha ação fiscalizadora em relação ao Executivo, num mandato que me foi delegado pelos eleitores do grandioso Estado do Amazonas.

A título de ilustração relaciono a seguir os requerimentos de minha autoria que estão pendentes de respostas junto à Mesa do Senado Federal, bem como as datas limites para que os mesmos tivessem sido respondidos:

Requerimento nº 202/04. Secretaria Especial de Direitos Humanos; vencimento em 03/06/04. Desde três de junho do ano passado que está vencido o prazo de resposta.

Requerimento nº 287/04. Ministério do Meio Ambiente; desde 3 de junho de 2004.

Requerimento nº 566/04. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Desde agosto de 2004.

Requerimento nº 750/04. Desde agosto também, de novo, a Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Requerimento nº 866/04. Ministério das Relações Exteriores. Desde 29 de setembro deste ano de 2004.

Requerimento nº 1.148. Ministério do Meio Ambiente de novo. Desde 30 de setembro de 2004.

Requerimento nº 1.357. Ministério da Previdência Social, desde 8 de abril de 2005.

Requerimento nº 1437/04. Ministério de Controle e Transparência. Desde de 8 de abril de 2005.

Requerimento nº 594. Ministério de Ciência e Tecnologia. Desde 20 de abril de 2005.

Requerimento nº 26/05. Ministério da Previdência Social. Desde 20 de abril de 2005.

Portanto, Sr. Presidente, solicito o empenho de V. Ex^a no sentido de dar celeridade ao pleito que formulei, para que os Ministros respondam com a maior brevidade possível.

De minha parte, vou estabelecer um prazo para que o dispositivo constitucional seja cumprido. Caso contrário, também recorrerei à Constituição para representar contra os Ministros por crime de responsabilidade. E o prazo é precisamente até sexta-feira desta semana.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio. E gostaria de comunicar à Casa que esta Presidência reiterará o cumprimento dos pedidos de informações de V. Ex^a.

O não cumprimento, mais uma vez – nunca é demais lembrar –, importará em crime de responsabilidade pelos Srs. Ministros de Estado. E na forma do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, a Mesa, sem dúvida nenhuma, encaminhará essas providências.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 248, de 2005, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando teve sua apreciação transferida para hoje, por acordo de lideranças.

À medida provisória foram apresentadas 29 emendas perante a Comissão Mista.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado André de Paula (PFL – PE), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, parcialmente, às Emendas nºs 4 a 15, nos termos de Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2005, que oferece, e pela rejeição das demais emendas. A Câmara dos Deputados, ao apreciar a matéria, rejeitou o Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2005, aprovando a medida provisória.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- a medida provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 5 de maio, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 28 de junho;
- a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 6 de junho, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por mais sessenta dias pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 25, de 2005, e se esgotará no dia 19 de agosto.
- a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 12 de julho.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 1.342, DE 2005 – PLEN

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente, a Medida Provisória nº 248, de 20 de abril de 2005, fixa, a partir de 1º de maio de 2005, o salário mínimo de R\$300,00. Chegou-se a esse valor com a concessão de 6,355% a título de reajuste (que era a correção) e 8,049% a título de aumento real.

Conseqüentemente, o valor diário do salário mínimo corresponde a R\$10,00 e o valor horário a R\$1,36.

A matéria foi apreciada e aprovada na Câmara dos Deputados sem alterações.

II – Análise

II.1 Atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e adequação Financeira e Orçamentária.

A fixação do salário mínimo tem reflexo em toda a sociedade, seja pelo contingente de pessoas que serão beneficiadas (cerca de 47 milhões), seja pela repercussão nas finanças públicas e nos mercados.

(Para se ter idéia, isso injeta no mercado cerca de 13,3 bilhões e custa orçamentariamente 5 milhões e 260.)

Dessa maneira, estão caracterizados os pressupostos de relevância e urgência estabelecidos no art. 62 da Constituição Federal.

Com relação à adequação financeira e orçamentária da proposição, conforme análise feita pela Câmara dos Deputados, não há nada que prejudique a Medida Provisória nº 248/2005.

II.2 – Análise de aspectos jurídicos e de mérito.

A Medida Provisória nº 248/2005 atende a todos os requisitos constitucionais vinculados à matéria, sendo legítima a iniciativa do Presidente da República. Também não contraria as normas infraconstitucionais sobre o salário mínimo, além de empregar adequada técnica legislativa.

Com relação ao mérito, temos que considerar que o aumento concedido repõe ao salário mínimo a perda decorrente da inflação do período, conforme variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), e concede um aumento real, totalizando o incremento em 15,385% em relação ao valor anterior de R\$260,00.

(Do ponto de vista do dólar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, isso equivale hoje a US\$130,00.)

Entendemos a dificuldade de se conceder um aumento maior, pois a vinculação do salário mínimo ao piso dos benefícios sociais (e aí são 14,2 milhões de pessoas; em relação aos desempregados, 1 milhão e 100 recebem ajuda de desemprego), em especial daqueles vinculados à Previdência Social, associa o mínimo à política fiscal, limitando maiores incrementos.

Assim, a proposição altera o piso nacional da melhor maneira possível, considerando as várias restrições fiscais.

(Qualquer aumento a mais, Sr. Presidente, levaria cerca de 3.226 Prefeituras a não cumprirem a Lei de Responsabilidade Fiscal porque estouraria o teto dessas Prefeituras.)

III – Voto

Em vista das considerações apresentadas, o voto é pela aprovação da Medida Provisória nº 248, de 2005.

Sr. Presidente, é o voto favorável, seja quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, seja em relação ao aspecto jurídico e de mérito.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARCER Nº , DE 2005

De Plenário, à Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.

Relator–Revisor: Senador **Ney Suassuna**

I – Relatório

A Medida Provisória (MPV) nº 248, de 20 de abril de 2005, fixa, a partir de 1º de maio de 2005, o salário mínimo em R\$300,00 (trezentos reais). Chegou-se a esse valor com a concessão de 6,355% a título de reajuste e 8,049% a título de aumento real.

Conseqüentemente, o valor diário do salário mínimo correspondente a R\$10,00 (dez reais) e o valor horário a R\$1,36 (um real e trinta e seis centavos).

A matéria foi apreciada e aprovada na Câmara dos Deputados sem alterações.

II – Análise

II.1 – Atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e adequação Financeira e Orçamentária.

A fixação do salário mínimo tem reflexo em toda a sociedade, seja pelo contingente de pessoas que serão beneficiadas, seja pela repercussão nas finanças públicas e nos mercados. Dessa maneira, estão ca-

racterizados os pressupostos de relevância e urgência estabelecidos no art. 62 da Constituição Federal.

Com relação à adequação financeira e orçamentária da proposição, conforme análise feita na Câmara dos Deputados, não há nada que prejudique a MPV 248/2005.

II.2 – Análise dos aspectos jurídicos e de mérito

A MPV 248/05 atende todos os requisitos constitucionais vinculados à matéria, sendo legítima a iniciativa do Presidente da República. Também não contraria as normas infraconstitucionais sobre o salário mínimo, além de empregar adequada técnica legislativa.

Com relação ao mérito, temos que o aumento concedido repõe ao salário mínimo a perda decorrente da inflação do período, conforme variação do INPC, e concede um aumento real, totalizando um incremento de 15,385% em relação ao valor anterior de R\$ 260,00.

Entendemos a dificuldade de se conceder um aumento maior, pois a vinculação à previdência social, associa o mínimo à política fiscal, limitando maiores incrementos.

Assim, a proposição altera o piso nacional da melhor maneira possível, considerando as várias restrições fiscais.

III – Voto

Em vista das considerações apresentadas, o voto é pela aprovação da Medida Provisória nº 248, de 2005.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005. – Senador **Ney Suassuna**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do Relator é favorável. Portanto, é pela aprovação da Medida Provisória nº 248, de 2005.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária, que receberam parecer favorável do Relator Revisor, Senador Ney Suassuna.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para falar sobre o salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a está inscrito, na forma do Regimento, para discutir o mérito da matéria.

Passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador José Jorge.

Se V. Ex^a assim o desejar, poderá permutar com o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos novamente nesta Casa, como fazemos anualmente, votando o aumento do salário mínimo e desta vez, Sr. Presidente, num momento de grave crise política, num momento em que temos três CPIs funcionando na Casa, num momento de muita dificuldade para o Governo, que, diga-se de passagem, sempre reage mal às crises, nunca consegue ter uma reação correta em relação às crises.

O Presidente Lula, ao invés de governar, como seria natural, se dedica agora a percorrer o País para fazer comícios eleitorais, fora de época, utilizando recursos públicos.

Na verdade, Sr. Presidente, o salário mínimo foi uma das principais promessas feitas pelo Presidente Lula. Na sua campanha eleitoral, ele prometeu que dobraria durante o seu Governo o valor do salário mínimo, isso em termos reais. E não foi isso o que aconteceu. Esse já é o terceiro aumento do valor do salário mínimo aprovado por medida provisória, e estamos longe de dobrar o valor do salário mínimo.

Apresentei, como Senador, na época em que a medida provisória chegou ao Congresso, emenda aumentando o valor do salário mínimo para R\$340,00, valor que eu achava estar dentro do que o Presidente Lula prometeu.

Hoje, nós, do PFL, nos reunimos pela manhã e decidimos que iríamos defender aqui o valor do salário mínimo proposto pelo Relator, na Câmara, Deputado André de Paula. O Deputado André de Paula, que foi Relator da Medida Provisória do salário mínimo, a de nº 248, propôs um aumento de R\$300,00 para R\$310,00. S. Ex^a fez todos os estudos mostrando que esse aumento daria para ser concedido sem que o Governo tivesse as suas contas oneradas.

Todos nós sabemos que o Governo está fazendo, atualmente, uma economia de recursos bastante superior àquilo inclusive que se comprometeu com o FMI e que está dentro da política econômica que o Ministro Palocci vem conduzindo. Ele está economizando mesmo porque não consegue gastar.

Senador José Agripino, parte da economia é porque é um desejo do Governo de aumentar o superávit primário. E a outra parte é porque o Governo não consegue gastar; está paralisado – vamos dizer assim – exatamente por conta da crise política e das reformas ministeriais que não são feitas. Enfim, por isso tudo.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar, neste momento, a emenda do Deputado André de Paula, que aumenta o salário mínimo para R\$310,00. Tenho aqui todas as justificativas. O Senador José Agripino fez o destaque específico e espero contar com o apoio, inclusive, do Relator Senador Ney Suassuna para um aumento que parece pouco – de R\$10,00 – mas, na renda de alguém que ganha R\$300,00, esse valor pesa muito.

Portanto, peço o apoio de todos para a emenda que o Senador José Agripino, em nome do PFL, pedirá destaque: o aumento do salário mínimo de R\$300,00 para R\$310,00.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino.

V. Ex^a está inscrito, Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, disse bem o Senador José Jorge que a Bancada do PFL no Senado se reuniu hoje pela manhã para discutir a questão do encaminhamento do salário mínimo.

O Senador José Jorge normalmente tem posições vanguardistas em relação a todas as matérias e também quanto à questão do salário mínimo, bem como o Senador Antonio Carlos Magalhães, que foi, desde muito tempo, um dos arautos do Partido na concessão de aumentos diferenciados para o salário mínimo e o responsável por grandes conquistas.

E reunimo-nos hoje, Sr. Presidente, para, à luz do momento presente da crise política, discutirmos o encaminhamento de forma responsável. Repito: de forma responsável.

Sr. Presidente, o Presidente Lula ganhou a eleição, em grande medida, por uma das promessas que fez, qual fosse a de dobrar o salário mínimo durante o seu período de Governo.

Gostaria de, a título de ilustração, Senador Ney Suassuna, dizer a V. Ex^a: se o Presidente Lula, que prometeu aos brasileiros que votaram em Sua Excelência que, durante os quatro anos do seu Governo, dobraria o salário mínimo, quanto deveria ser o salário mínimo,

ano após ano, sem que cobrássemos nada que não fosse o cumprimento da palavra de Sua Excelência?

Em abril de 2003, o salário mínimo foi reajustado de R\$200,00 para R\$240,00, embora a inflação fosse de 9,3%. Se o Presidente tivesse disposto a cumprir sua palavra, ou seja, 100% em quatro anos, não teria aumentado o salário mínimo em 20%, mas de R\$200,00 para R\$281,94.

Em maio de 2005, o salário mínimo evoluiu de R\$240,00 para míseros R\$260,00, apesar de a inflação ter sido da ordem de 7%. Para o Presidente cumprir sua palavra, se Sua Excelência fosse o homem que falasse e cumprisse, porque tivesse determinação de só dizer o que quisesse cumprir, o salário mínimo deveria ter sido não de R\$260,00, mas de R\$358,96.

E, em maio de 2005, para apenas cumprir o compromisso dele de dobrar o salário, ou seja, crescer em 75%, cumprir a palavra dele, deveria ser não os R\$300,00, deveria ser de R\$455,09.

Vou repetir os números, em 2003, o salário saiu de R\$200,00 para R\$240,00, o que não deveria ter sido. Para o Presidente cumprir a palavra dele não deveria ter sido de R\$240,00, deveria ter sido R\$281,94; em 2004 foi para R\$260,00, não deveria ter sido; deveria ter sido R\$358,96, para o Presidente Lula cumprir a palavra, e em maio de 2005, para ele cumprir a palavra, não deveria ser R\$300,00, deveria ser R\$455,09, mas o que está se propondo é R\$300,00.

Senador Ney Suassuna, é V. Ex^a Relator da matéria. O PFL tem um tradição de defender desde quando apoiava o Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando fizemos pacto com a Oposição de então para darmos aumentos diferenciados no salário mínimo. O PFL tem uma tradição de defender sempre aumentos diferenciados de salário mínimo por entender que o salário mínimo é a grande forma, não paternalista, a grande forma de se promover redistribuição de renda. Não é dar esmola, bolsa-escola, vale-gás; é dar remuneração para que ele compre o que quiser e ele se sinta um cidadão valorizado pelo trabalho que presta e pela remuneração que aúfere. E cabe a nós, Parlamentares do Congresso Nacional, discutir essa questão, mas discutir com responsabilidade. E V. Ex^a sabe, Ney Suassuna, Presidente Renan Calheiros, estamos vivendo um momento político gravíssimo, raríssimo, decorrente de uma crise provocada pelo Governo e pelo seu Partido, e que estamos administrando para passar o País a limpo. E temos a consciência de que a crise é política. Mas, no campo econômico, ainda não há crise e espero que ela não se instale. Senador Ney Suassuna, qualquer provocação que possa ser entendida como provocação pode ser um componente na crise política que já é inominável. Não queremos

cometer nenhum ato que possa ser interpretado como contribuição à exacerbação da crise. Senador Geraldo Mesquita, mas não temos o direito de, em raciocinando com responsabilidade, não sermos justos, pelo menos justos, com argumentos.

Senador Ney Suassuna, eu me dei ao trabalho de fazer a correção, Senador Romeu Tuma, do salário mínimo pelo IGPD, por um índice que corrige a inflação. Se considerarmos o salário mínimo de 2002 e aplicarmos apenas a correção da inflação corrigida pelo IGPD, o salário mínimo hoje deveria ser de R\$307,68. Pela correção de quando Lula assumiu, somente com a IGPD, que corrige inclusive a inflação, baseada na cesta de alimentos.

A LDO do ano passado já determina que a correção do salário mínimo, daqui para a frente, será feita pela inflação, somada a um diferencial que vai traduzir aumento do produto interno bruto **per capita**, ou seja, quanto o País cresceu dividido pelo número de habitantes. Isso dá um pedacinho que se soma ao percentual de aumento do salário mínimo, para que o aumento da riqueza nacional se distribua com os brasileiros.

Pela correção da inflação, de 2002 ou de 2003 para cá, chegaremos a R\$307,68. Fiz as contas e, se somarmos aquilo que está na LDO, ou seja, a correção pela distribuição entre os brasileiros do que o Produto Interno Bruto cresceu, chegaríamos a R\$315,63. A proposta do Governo é de R\$300,00, mas pela palavra do Presidente deveria ser R\$455,09.

O Governo instalou uma crise – foi o Governo que instalou –, e temos responsabilidade, mas temos o dever de raciocinar pelos trabalhadores. O que estamos propondo? Uma coisa razoável, que não quebra ninguém mas significa um adjutório a mais. Não estamos propondo R\$307,00 nem R\$315,00. Vamos ficar no meio termo, na soma dos dois, dividido por dois, o que dá R\$311,00, que arredondamos para R\$310,00, em nome da crise.

Essa foi a proposta apresentada pelo Relator na Câmara, com todos esses argumentos e considerada a crise, para que não nos acusem de contribuir para o aquecimento dela, mas também não nos acusem de lutar contra o trabalhador.

Digo a V. Ex^a que estou constrangido de apresentar só esse valor. Gostaria de estar votando aqui R\$455,00, proposta decorrente da palavra do Presidente. Gostaria de estar votando R\$350,00 a R\$400,00, mas o momento, a crise determinada pelo Governo nos impede, nos inibe. Mas só R\$300,00 não! Pelo menos R\$310,00.

Neste sentido, apresentei um requerimento de destaque, que está entregue à Mesa, propondo o aumento do salário mínimo para R\$310,00, com argu-

mentação lógica, racional, ponderada e muito modesta, de R\$310,00, para a qual peço a compreensão de V. Ex^a, a quem concedo o aparte.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador José Agripino, V. Ex^a sabe que o admiro e sabe dos laços de amizade que temos entre nós. Eu gostaria muito de estar em sua posição e, com toda a certeza, estaria fazendo a mesma proposta. Mas, em economia, em administração, não há milagres. A Confederação Nacional dos Municípios fez uma declaração de que, se aumentássemos R\$1,00 apenas, entrariam em conflito com a Lei de Responsabilidade Fiscal 3.516 Municípios, ou seja, dois terços dos Municípios brasileiros. V. Ex^a argumenta muito bem quando diz que poderiam ser os R\$310,00. Como oposição, V. Ex^a tem todo o direito de fazê-lo e até de provocar mesmo, porque o Presidente o havia prometido, e espero que Sua Excelência cumpra isso até o final de seu governo. Mas a grande guerra nossa era passar dos US\$100,00, e estamos com US\$136,00 neste momento. Então, certamente o Governo gostaria de poder pagar mais. V. Ex^a tem todo o direito de fazer este apelo, mas, infelizmente, o furo junto à Previdência já é de R\$5,2 bilhões. Infelizmente, o Orçamento da República previsto não comportava mais. V. Ex^a pode dizer para tirarmos do superávit primário e desviarmos para outro setor. Tenho a ligeira impressão de que esse seria o interesse do Governo, mas não foi possível fazê-lo. Portanto, segundo essa tese de que em economia e em administração não existem milagres e de que as prefeituras e as instituições mais frágeis – até Estados – teriam problemas, fizemos um relato igual ao aprovado na Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço, Senador Ney Suassuna, Relator da matéria, as explicações dadas. Digo a V. Ex^a que espero em Deus que, no próximo ano, estejamos aqui para votar o salário mínimo projetado, cumprindo a promessa do Presidente, de R\$568,00. Espero em Deus. Não sei como estaremos no próximo ano. Espero em Deus que estejamos em condições políticas tranquilas e que possamos votar os R\$568,00.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Apenas para responder ao “espero em Deus” de V. Ex^a: amém! Que os anjos digam amém!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Os fatos determinarão essa situação. A solução não está no comando de V. Ex^a nem no meu comando; está no comando dos fatos que estão sendo apurados todo dia dos quais somos prisioneiros e reféns. Devemos ser devotos e fiéis obedientes para não agredir a opinião pública. Espero que possamos votar no próximo ano os R\$568,00.

Lembro a V. Ex^a que é verdade que o salário mínimo está hoje na ordem de US\$140,00. Porém, há um detalhe: o brasileiro não compra em dólar; compra em real. O salário mínimo está em US\$140,00, porque o dólar desabou em razão da economia nacional pujante, que produziu o superávit da balança comercial graças à malfadada taxa de juros, que atrai um volume monumental de capitais estrangeiros, que deprimem o valor do dólar, elevando o salário mínimo para US\$140,00 e com um detalhe: o brasileiro não compra em dólar, mas em real.

Pela correção e pela inflação em reais, o salário mínimo deveria ser R\$307,00 e, pela LDO, seria R\$315,00. Ficamos com R\$310,00. É o que quero. Entretanto, há divergências na Bancada. Há quem defenda um reajuste muito maior do que o que estou propondo à luz do momento, da crise e das circunstâncias.

Por isso, estou requerendo destaque para os R\$310,00, mas a questão é aberta no PFL. Espero que, com a ponderação que faço, possamos conquistar pelo menos o lenitivo de R\$10,00 a mais para o trabalhador do Brasil.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em princípio faço uma questão de ordem: ainda há possibilidade de emendas?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Apenas destaques às emendas existentes, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães. A Mesa fará chegar às suas mãos as emendas apresentadas se for caso de V. Ex^a querer destacar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço, porque quero ver a maior emenda para destacá-la.

Duas pessoas, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, não podem votar esse salário mínimo: o Senador Paim e eu. Temos compromisso de longa data. O meu vem de 1995. Tenho conseguido sempre aumentar o salário mínimo.

Aqui se corre para dar aumento ao Judiciário; dá-se uma esmola ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica, pois considero o aumento das Forças Armadas uma provocação do Governo aos militares, uma provocação sem razão de ser, porque não deram aumento nenhum

e vão dar uma pequena parte em outubro e outra em agosto do ano próximo.

O Senhor Presidente da República fez campanha dizendo que dobraria o salário mínimo, que seria diferente para o trabalhador brasileiro, e o que se vê são aumentos insignificantes.

Lutei, no meu Partido, e o Líder do meu Partido, democrata que é, compreensivo que é com a atitude dos seus colegas, abriu questão, daí por que farei um destaque para a emenda maior que haja em relação ao salário mínimo. Farei esse destaque consciente de que ninguém pode viver com R\$300,00 ou com R\$310,00, cem vezes menos do que ganham muitos funcionários públicos. E é o PT, que já vive esse problema terrível de Marcos Valério, que já vive essa situação dramática que assusta o País, que ainda vem punir os trabalhadores brasileiros com um salário, esse, sim, de fome. A fome zero não acaba, mas eles querem que a fome zero continue, porque a fome zero é um salário dessa ordem.

Tenho a consciência tranqüila, e não venham com sofismas – porque sempre lutei pelo mínimo de US\$100 dólares –, afirmando que, como o dólar hoje está a R\$2,30, o salário mínimo deveria ser de R\$230,00, mas que o Governo está bonzinho dando R\$300,00 e, com a emenda que vão votar, R\$310,00. Não com meu voto, Excelência!

Tenho a consciência de como vive o trabalhador brasileiro. Os Senadores deveriam ter também essa mesma consciência. Não é possível que sempre aceitemos as propostas indecorosas. Esse salário de R\$300,00 é indecoroso para qualquer pessoa, sobretudo para os Parlamentares, que não ganham muito, mas que, de qualquer maneira, ganham o suficiente para se manter e ainda têm uma série de outras vantagens.

Desse modo, apelo para as Sr^{as} e os Srs. Senadores: não vamos pensar em voto de Bancada, não vamos entrar nessa conversa fiada de que Prefeituras não podem pagar salário maior. Então, que essas Prefeituras não paguem, que se faça algo especial para determinadas Prefeituras que realmente não têm renda. Bancos, por exemplo, têm lucro de 120% em um semestre, o maior lucro do mundo – apresenta-se hoje na imprensa brasileira –, e vamos aqui votar R\$300,00 para os trabalhadores.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chegou o momento de uma reação. E não pode haver uma reação mais bendita do que reagir em favor dos mais pobres. É isto que queremos fazer hoje: pedir aos Senadores que apoiem a maior emenda. Não sei quem é o autor, sei que quero votar a maior emenda, porque tudo o que se der ao trabalhador brasileiro nesta

hora é pouco em relação ao que as classes dominantes percebem.

O PT sempre disse que ia fazer isso e aquilo, e não fez nada. Nada, nada! E querem deixar que o trabalhador brasileiro continue faminto, preso a bolsas, preso a salário-família. Dêem-lhe uma maneira de viver dignamente, sem precisar de esmola de quem quer que seja. Esse é o apelo que nesta hora faço. Não o faço por demagogia porque sempre tive essa posição no passado, como também teve o Senador Paulo Paim e, tenho certeza, outros Senadores desta Casa.

Apelo, então, para toda a Casa: votemos com correção! Não vamos votar, de jeito algum, nem os R\$300,00 nem os R\$310,00. Não vamos dar uma esmola de R\$10,00 a quem quer que seja. Isso se dá a guardador de carro – todos os Senadores têm carro e dão aos guardadores de automóvel em qualquer lugar. Não façamos isso com o trabalhador brasileiro, que tem família, tem filhos e tem de educá-los, que precisa comprar roupas para se vestir e, mais ainda, feijão e arroz para comer.

Quero, neste instante, Sr. Presidente, dizer que a minha posição é intransigente nesse aspecto do salário mínimo. Nunca prometi, em campanha alguma, falar sobre salário mínimo nesta Casa. Entretanto, sempre falei. Mas aqueles que o prometeram, como o Presidente da República, não podem se dar à desfaçatez de não dar um salário decente ao trabalhador do Brasil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o quesito salário mínimo ou aumento do salário mínimo foi o primeiro a despertar em mim uma enorme decepção com o Presidente da República e com o seu Governo.

O Presidente Lula assumiu o Governo calçado – essa era a impressão que eu tinha na época – na autoridade moral, na autoridade política de 53 milhões de votos, diria até que na autoridade ética de convocar trabalhadores, empresários, credores, internos e externos, para um grande concerto nacional. Naquela ocasião de sua posse e logo a seguir, eu enxergava o Presidente da República calçado com toda essa autoridade para chamar essas partes e dizer: “Alguns aqui vão ceder, para que posamos avançar”.

No entanto, a orientação que o Presidente da República imprimiu ao seu Governo, desde o início, ficou absolutamente clara: era favorecer e privilegiar as elites deste País; favorecer, privilegiar e se aliar ao que há de mais espúrio, interna e externamente nes-

te País, que é o grande capital, o capital financeiro, a “banqueirada”, como denomino.

O Presidente da República, antes de assumir, afirmava e não pedia segredo, alardeava alto e bom som que os seus antecessores não tratavam com seriedade a questão do aumento do salário mínimo, porque não queriam. E sempre se comprometeu. A história é testemunha disso. Todos nós somos testemunhas, Senador Agripino, do seu discurso, desde a sua primeira candidatura, de que, ao assumir a Presidência da República, daria um tratamento decente, justo à questão do salário mínimo. E o que se viu foi um Presidente atrelado àquilo que julgou ter obrigação de transferir, no primeiro ano de seu Governo – mais de R\$170 bilhões para o pagamento do famigerado serviço da dívida brasileira –, e inaugurar aquilo que se transformaria em um grande programa assistencialista no Brasil, posteriormente mudado até de denominação, que passou a se chamar Bolsa Família.

Fico impressionado. O Presidente da República hoje bate no peito se dizendo orgulhoso de conceder a mais de 30 milhões de brasileiros a chamada Bolsa Família. No lugar do Presidente, Senador Arthur Virgílio, eu teria era vergonha de me orgulhar disso. Eu teria vergonha! Os brasileiros não estão à procura de Bolsa Família, Senador Arthur Virgílio. O Presidente da República transformou um programa que deveria ser emergencial, circunstancial, no talvez principal programa do seu Governo, porque ninguém vê absolutamente mais nada a não ser a compulsão pela construção de um superávit cretino, indecente, perverso com a maioria do povo brasileiro, que faz com que a poupança, recurso suado do povo brasileiro, seja encaminhada para o pagamento dessa famigerada dívida.

O Presidente da República, ao assumir, deveria ter chamado essa “banqueirada” e dito, Senador Arthur Virgílio: “Olha, vamos parar com essa sangria”. Ele teria, pelo menos, dois argumentos para sustentar a sua decisão. O primeiro, que ele deveria cumprir uma promessa que assumira muitos anos atrás: promover uma auditoria no raio dessa dívida. “Vamos dar um tranco na transferência de valores para o pagamento dos serviços até promovermos uma auditoria interna no País acerca dessa dívida”. O outro argumento que alguns poderiam até oferecer ao Presidente seria: “Vamos estancar essa sangria; vamos aplicar grande parte desses recursos que se destinam ao pagamento dos serviços da dívida na infra-estrutura brasileira, na melhoria das nossas estradas, na melhoria do serviço de assistência médica e hospitalar para a grande maioria da população, ou seja, naquilo que é essencial”.

Mas o Presidente não ouviu o clamor do povo. O Presidente, de forma perversa, adotou a política de

humilhar, mais ainda, notadamente aqueles que vivem na faixa de salário mínimo. O Presidente vivia elogiando os percentuais indicados pelo próprio Dieese. Ele cansou de elogiar, cansou de adotar os valores indicados pelo Dieese como aqueles que deveriam ser praticados pelos governos que lhe antecederam. Assumiu o Governo e continua a tratar o trabalhador brasileiro, continua a tratar as pessoas que estão na faixa de salário mínimo, que são milhões, desconsiderando as suas necessidades básicas e vitais.

Senador José Agripino, esse aumento do salário mínimo não permite que o trabalhador pague sequer durante o mês sua passagem para ir ao trabalho. Há de convir V. Ex^a que isso não é tratamento de quem se colocava como grande defensor dos trabalhadores, daquele que, durante 16 anos, 20 anos, anunciou para todo este País que, ao assumir o Governo, adotaria política consistente e respeitosa com os trabalhadores brasileiros.

Aliás, este assunto foi o primeiro a me colocar em rota de colisão com a base de sustentação do Governo Lula no Senado Federal, porque na minha cabeça não entrava – como não entra até hoje – o fato de alguém que chegou ao poder como Presidente da República pudesse adotar posturas e atitudes tão contraditórias como ele adotou.

Hoje entendemos o porquê. Sabemos exatamente por que o Presidente da República imprimiu, principalmente nesse quesito, a política que ele adotou e teima em adotar até hoje com relação ao aumento do salário mínimo. Não resta dúvida hoje de que o Presidente da República, em vez de se aliar aos milhões de trabalhadores deste País, aliou-se à elite que hoje ele finge que deplora; aliou-se à “banqueirada” que ele acha que vai sustentá-lo até o final do seu Governo; aliou-se ao que há de pior neste País; aliou-se àqueles que não têm escrúpulos em judiar, em maltratar a maioria do povo brasileiro, os trabalhadores deste País.

O meu voto também é contrário a esta proposta e a favor da melhor proposta que pudermos apreciar nesta Casa. Faço um apelo ao Senado para que persistamos – temos o exemplo do Senador Paulo Paim – na linha de resgatar a dignidade do trabalhador brasileiro no quesito aumento de salário mínimo. Que façamos um esforço no sentido de fixar uma política que diga respeito ao interesse da grande maioria do povo brasileiro.

Tenho certeza de que, assim fazendo, estaremos promovendo a tão cantada e decantada justiça social neste País; estaremos fazendo com que milhões de pessoas possam almejar um dia colocar-se de forma melhor no mercado de trabalho, com que milhões de

peçoas possam almejar uma vida mais digna com os seus familiares.

Voto contra esta medida provisória. Votarei a favor de emendas que possam permitir o maior aumento possível nesta Casa.

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O importante é que tenhamos isso muito claro. O importante é que nos coloquemos à disposição dos trabalhadores brasileiros para buscar fixar uma política consentânea com os seus interesses, uma política responsável. Por que não? Responsável, sim.

Algumas pessoas dizem que o Presidente não poderia oferecer aumento maior porque quebraria a Previdência. Isso é uma falácia, todos sabemos disso. Não poderemos adotar isso como argumento para sustentar uma política perversa contra os trabalhadores brasileiros.

Fica, portanto, a minha decisão firme de votar mais uma vez contra esta proposta humilhante promovida por aquele que um dia foi aliado dos trabalhadores brasileiros. Votarei contra. Votarei a favor de qualquer emenda que conceda, nesta Casa, o maior reajuste possível ao salário mínimo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos novamente hoje discutindo o salário mínimo. Por meio de medida provisória, o Governo fixou o novo salário mínimo em R\$300,00, e é justamente esta medida provisória que está sendo colocada em discussão e votação nesta tarde.

Digo a todos os colegas Senadores que deveríamos estar, isto sim, discutindo aqui uma política permanente de reajuste do salário mínimo.

O Senador Paulo Paim sabe muito bem o que representou, até esta data, a trajetória pelo aumento digno do salário mínimo; sabe muito bem, como todos nós, que o salário vigente está muito aquém, muito aquém mesmo do que o trabalhador brasileiro deve ganhar, auferir, para fazer face às necessidades básicas de sua família.

Ora, justifica-se que um aumento maior do salário exerceria uma elevação acima do que é permitido nas contas públicas, tendo em vista o conseqüente acréscimo das despesas com a folha salarial dos Es-

tados e Municípios e do pagamento de benefícios da Previdência Social.

Outro aspecto importante que sempre se realça é o de que um aumento maior do salário mínimo causaria um impacto negativo sobre a inflação, visto que ele ainda é utilizado com freqüência como indexador desse vilão que já se constituiu, em passado não tão distante, no grande fator de diminuição do poder aquisitivo dos salários.

O que temos então para oferecer em contrapartida, Srs. Senadores? O reconhecimento de que o valor proposto é baixo e a vontade política de oferecer à opinião pública e principalmente a quem sobrevive desse salário um reajuste maior. Ressalte-se, todavia, que só isso não está se mostrando suficiente para criarmos uma política de reajuste do salário mínimo que contemple tanto o desejo de oferecer ao trabalhador um salário maior, quanto à necessária preocupação com a adequação orçamentária dos governos e com o controle inflacionário.

É imprescindível que se enfatize que não será um maior aumento pontual do salário mínimo que estabelecerá as condições que todos nesta Casa desejamos.

Sr. Presidente, é preciso buscar uma política efetiva e conseqüente de aumento real e gradual do salário mínimo. E eu, como Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005, tive a oportunidade de me debruçar sobre a matéria e constatar que essa lei anual constitui-se em um instrumento legal adequado para contemplar uma previsão, mínima que seja, do reajuste para o ano seguinte. O Congresso parece estar finalmente dando o devido valor a esse importante instrumento que é a LDO. E foi justamente na LDO que nós incorporamos um índice que se converta em um piso para o salário mínimo, baseado na inflação do período e no crescimento do PIB **per capita** para o período subsequente.

Entendo que a solução para recuperar o valor do salário mínimo deve ser portanto uma política de aumento gradual, de acordo com um planejamento adequado, vislumbrando uma política maior de redistribuição de renda, na qual se deve encontrar uma alternativa que contemple tanto as limitações no setor público, quanto no setor privado.

A meta mais adequada que nós encontramos foi o crescimento do Produto Interno Bruto **per capita**, visto que, dessa forma, o aumento real do salário mínimo almejado terá uma relação direta com o crescimento tanto das receitas da União, Estados e Municípios, quanto da iniciativa privada; e representará uma justa divisão do bolo do crescimento.

Sr. Presidente, não estamos aqui para dizer que essa é a melhor política. Nós estamos aqui para dizer

que é necessário uma política para o salário mínimo e que o Governo instituiu um grupo de trabalho – um grupo que deveria ser de trabalho, mas que, do trabalho, não temos notícia. O próprio Congresso Nacional que poderia estar representado nesse grupo de trabalho não foi convocado, não foi chamado. De modo que, só nos resta uma esperança: o projeto do Senador Paulo Paim, que estabelece uma política de reajuste para o salário mínimo, nascendo aqui, de sugestões do próprio Congresso Nacional.

Eram essas as palavras que trazemos a respeito do salário mínimo. Clamamos que, no meio desse problema que estamos enfrentando, dessa grave crise que temos pela frente, pelo menos para determinadas matérias, seja dado prioridade. E não há como deixar de se atribuir prioridade para o salário mínimo.

Por ocasião da discussão da LDO, o Senador Aloizio Mercadante encaminhou a questão de modo que o Governo aceitasse, anuísse, que deveríamos conceder o reajuste do salário mínimo, não apenas considerando-se o índice da inflação, mas também levando-se em conta o aumento do PIB **per capita**, que terminaria por dar um ganho real ao salário mínimo.

Seria interessante que assumíssemos um compromisso hoje, em um momento de frustração, que ainda é de olhar para o salário mínimo com tristeza, com melancolia, por saber que ele está sendo para o trabalhador muito pouco. Seria o momento de se abrir uma fresta, uma luz, uma esperança. E qual seria essa esperança? A de que pudéssemos estabelecer, de comum acordo com o Executivo, aqui nesta Casa, como quer o Senador Paulo Paim, uma política real e efetiva para o salário mínimo.

É imprescindível que se institua não apenas o piso, porque o piso está instituído ou sendo renovado pela LDO. Foi assim na LDO em 2005, será também na LDO de 2006. Mas que se estabeleça não apenas o piso, mas também, ou até mesmo, ou sobretudo, ou fundamentalmente, uma política para o salário mínimo.

Agradeço, Sr. Presidente, o tempo que me foi dado.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo ser bastante breve na minha intervenção sobre este assunto porque,

no ano passado, fechamos questão e mantivemos uma posição firme com relação ao salário mínimo.

Em entendimento com o meu Líder, Senador Arthur Virgílio, assinamos o destaque a uma emenda, destaque esse de autoria do Líder José Agripino. Portanto, juntamente com o meu Líder, tive a honra de assinar o destaque para fixar a nossa posição, já muito bem demonstrada pelo Líder José Agripino e por outros Srs. Senadores.

Sr. Presidente, aproveito a presença do Deputado Ronaldo Dimas, que presidiu a Federação das Indústrias do Estado do Tocantins; do Deputado Federal Eduardo Gomes; do Deputado Federal Maurício Rabelo; do Deputado Federal Homero Barreto, todos da Bancada do Tocantins, para refletirmos e fazermos ao ex-Presidente da Federação das Indústrias do meu Estado uma pergunta que fizemos a diversos outros segmentos que representam a economia do nosso Tocantins. Entendo que essa questão pode ser feita em qualquer outro foro – Federação das Indústrias de São Paulo, sindicatos – e, sem dúvida nenhuma, diz respeito à economia, ao trabalhador e, portanto, ao salário mínimo.

Fico me perguntando, Sr. Presidente, o que falta acontecer neste País para que possa haver uma política de juros mais baixos. O que falta ocorrer para as taxas de juros caírem? Se há, Sr. Presidente, seguidamente, em todas as principais capitais brasileiras o que podemos denominar deflação; se existe um cenário internacional sem nenhuma perspectiva de crise; se o dólar está no seu patamar mais baixo de todos os últimos anos; se as exportações brasileiras estão num ritmo bom; se não estamos mais atrelados ao FMI, estamos presos a quê, Sr. Presidente? À falta de coragem, de ousadia, de acreditar em nosso próprio País? Não creio que seja isso que esteja segurando a equipe econômica do Ministro Antônio Palocci, por quem tenho o mais profundo respeito.

Sr. Presidente, essa hora em que os jornais destacam que os níveis de investimento do Governo Federal nunca foram tão baixos, computados todos os outros índices que mencionei, seria, sem dúvida nenhuma, um momento, até para embalar, quem sabe, esse desejo que tem revelado o Presidente da República de se dirigir diretamente aos brasileiros, percorrendo o País. E Sua Excelência vai, pela primeira vez, desde o início do seu mandato, ao Tocantins. E não temos como deixar de comemorar esse fato porque, afinal de contas, eu mesmo já tive oportunidade de acompanhar Sua Excelência à China, ao Japão, viagens que considero efetivamente importantes. Mas, como tocantinense, estávamos preocupados em atingir o final do terceiro ano de mandato sem uma visita presidencial.

Tendo o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso delegado ao Governo do Estado do Tocantins a construção de algumas rodovias federais, posso dizer que, com a Bancada trabalhando para a liberação e a apresentação de emendas, as estradas estão efetivamente sendo construídas. E tendo o ex-Governador Siqueira Campos deixado praticamente pronto o Hospital Geral de Palmas, dois anos e meio depois vamos ter, na data de amanhã, finalmente, a sua inauguração. Portanto, quem sabe, Sr. Presidente, o Presidente da República não vá tomar de surpresa a Nação brasileira amanhã – quem sabe, para que o Tocantins possa entrar na História deste País como tendo sido o Estado escolhido – e anunciar à Nação que os juros vão baixar?

Pode ser, Sr. Presidente. Mas é mais provável que isso não aconteça. Por isso, para marcar a posição adotada pelo Líder Arthur Virgílio no destaque assinado pelo Líder José Agripino, vamos votar junto com esse destaque. Não é a maior; acreditamos que seja possível. Acima de tudo, Sr. Presidente, fazer e adotar esta posição para mostrar ao Ministro Palocci, ao Governo, a esses que levaram à opinião pública nacional de uma forma bastante enfática que o Brasil estava definitivamente desatrelado do FMI, que o risco Brasil havia despencado, que o dólar se manteve num patamar o melhor de toda a sua história recente, que as exportações estão indo bem.

Há um Brasil que dá certo, sim, Sr. Presidente, independentemente de Governo, quando o Governo não atrapalha muito, que é o Brasil da agroindústria, o Brasil de verdade, o Brasil que demonstra a sua capacidade, a sua vocação. E, apesar de todos os aspectos contrários, o setor do agronegócio continua sendo o principal responsável pelo sucesso deste País. Mas a indústria também, Sr. Presidente, em que pese à falta de infra-estrutura portuária, ferroviária e rodoviária; em que pese ao índice de investimento nessa infra-estrutura, ainda está muito aquém do que precisa o Brasil, para absorver, para dizer o mínimo, Senador Geraldo Mesquita, os 400 mil jovens que anualmente chegam ao mercado de trabalho. O Brasil precisaria estar crescendo a uma taxa de 7% a 8% ao ano, de 6%, no mínimo. Mas é bem verdade que, se crescesse nesse patamar, não teríamos a infra-estrutura necessária sequer para proceder às exportações por esses portos, por essas estradas, pela falta de ferrovias, para não dizer outros problemas dos quais padecem a Nação brasileira.

Nesta votação, Sr. Presidente, possivelmente não vai lograr êxito o destaque assinado pelo PSDB e pelo PFL, ou pelo PFL e pelo PSDB, e por outros Partidos que integram a Minoria nesta Casa. Mas que sirva

esta posição e que fique este questionamento deste Parlamentar ao Ministro Palocci. O que falta acontecer, Ministro, para que V. Ex^a determine ao Banco Central, ao Copom; para que V. Ex^a reúna a equipe econômica e explique à Nação? Estamos livres do FMI. Estamos atrelados a quais interesses agora? A quem é que não podemos desagradar: ao sistema financeiro nacional ou ao internacional? O que prende o País neste momento em que poderíamos, sim, adotar uma atitude corajosa de baixar a taxa de juros e quem sabe incentivar definitivamente o setor produtivo nacional? Se é que não estamos podendo ainda dar a este País a infra-estrutura necessária da qual ele precisa para efetivamente voltar a crescer e se liberar das amarras que o seguram.

Portanto, acho que é o mínimo, já que estamos tratando desse salário, é o mínimo que podemos fazer hoje: deixar marcada a nossa posição e pedir à equipe econômica do Governo, que seguramente não atravessa a sua melhor fase, que mais do que as palavras e a visita sempre importante do Presidente da República, onde quer que ele vá, principalmente se for no território nacional, principalmente se for sua primeira visita como a que faz ao nosso Estado, que possa dar uma notícia que traga um pouco de alegria aos brasileiros, como a queda da taxa de juros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr^s e Srs. Senadores, estamos aqui, eu diria, outra vez falando do mesmo assunto. No ano passado, estávamos discutindo o valor do salário mínimo, se seria R\$260,00 ou R\$270,00. Passou o valor de R\$270,00, foi para a Câmara e caiu.

A minha preocupação, Senador Garibaldi Alves Filho, que preside a sessão neste momento, é a de que cometemos o mesmo erro, o erro coletivo, de não termos um projeto, uma proposta aprovada, de política salarial não só para os milhões de trabalhadores, mas também para os aposentados e pensionistas.

O que acho mais grave neste debate não é se o salário mínimo será R\$300,00, R\$302,00, R\$305,00 ou R\$310,00; o mais grave é a situação dos aposentados e pensionistas. Eles estão recebendo, nos últimos seis anos, praticamente a metade do percentual de reajuste que se dá ao salário mínimo. A continuar de forma permanente essa política, os aposentados e pensionistas, que dedicaram sua vida a trabalhar, a produzir e justamente se aposentaram, vão, todos, receber somente um salário mínimo. Isso é que me

preocupa mais do que um real a menos ou um real a mais no salário mínimo.

A peça orçamentária, conforme publicado nos jornais, já disse que no ano que vem o salário mínimo, a partir de maio, será de R\$321,00. Como se chegou a R\$321,00? Como se chegou a R\$300,00? A peça orçamentária, sobre a qual V. Ex^a provocou o debate muito bem, Senador Garibaldi Alves, diz o seguinte: “O salário mínimo será a inflação mais o PIB **per capita**”.

Pois bem, se cumprissem a peça orçamentária de o reajuste ser a inflação mais o PIB **per capita**, daria bem menos que R\$300,00. E foi aprovado por unanimidade, pela Câmara e pelo Senado e, conseqüentemente, pelo Congresso Nacional.

Apresentei a proposta, que está em debate aqui no Congresso, de que o salário mínimo deveria ser reajustado anualmente conforme a inflação, mais o dobro do PIB, não o PIB, mas o dobro do PIB. Pois bem, tenho aqui os cálculos. Se pegarmos R\$260,00 e aplicarmos a inflação, que foi 5,5%, o salário mínimo vai, mais ou menos, para R\$274,00. Aplicando agora o dobro do PIB – não o PIB **per capita**, porque o **per capita** dá bem menos –, sobre R\$274,00, o salário mínimo vai para R\$302,00. Então vejam V. Ex^{as} o salário de R\$300,00 fica R\$2,90 a menos do que com uma política salarial permanente. Se já tivéssemos aprovado uma política salarial permanente, ou seja, uma política de reajuste do salário mínimo conforme a inflação mais o dobro do PIB, com certeza hoje o salário mínimo estaria em torno, de pelo menos, R\$350,00.

Por não termos aprovado um salário mínimo com essa política permanente, estamos discutindo o valor de R\$310,00. Ora, mas se aprovarmos a proposta que estou a defender, que no momento, por coincidência, chega a R\$ 302,00, sabem quanto será o salário mínimo no ano que vem? Numa projeção da mesma inflação e do mesmo PIB, o salário mínimo em 1º de maio do ano que vem não será de R\$321,00; será de R\$349,54, ou seja, R\$350, 00.

Ficamos debatendo se é R\$1,00 a mais ou R\$1,00 a menos. Isso me preocupa porque me dá a impressão de que para marcar posição é bom, mas o resultado concreto de uma política definitiva para o salário mínimo não garantimos.

Quero cumprimentar o Senado da República, porque encaminhei, numa sessão do Congresso Nacional, um projeto de lei para que se instalasse uma comissão permanente de Deputados e Senadores para discutir e apresentar á Casa uma política definitiva para o salário mínimo. O Senado cumpriu a sua parte. Todos os partidos, todos, indicaram os seus representantes nesta Comissão para debater uma política salarial permanente. A Câmara não indicou. Então, se não houver

uma política salarial permanente – e defendo que seja a inflação mais o dobro do PIB, conforme projeto que apresentei e está em debate há mais de dois anos –, estaremos sempre discutindo se são dois a mais ou dois a menos. Se aprovássemos a política salarial permanente, o salário mínimo hoje seria muito maior do que o que estamos propondo.

Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, sei da força que fez V. Ex^a, que não defendia o PIB **per capita** – digo isso como forma de elogio a V. Ex^a –, mas a inflação e, pelo menos, o PIB, que dá mais do que o PIB **per capita**. Infelizmente, na negociação, passou a questão do PIB **per capita**.

Agora, quero insistir com essa tese. Estaremos aqui novamente, no ano que vem, com o mesmo debate. Vai ser quanto? Prefiro que garantamos agora, no Orçamento, uma redação permanente de política salarial para o salário mínimo do ano que vem. Nem que fique R\$300,00 – repito isso, que fique R\$300,00. No ano que vem, ele vai para R\$350,00. É esse debate que gostaria de provocar nesta Casa nesta tarde, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Em seguida, passo a palavra a V. Ex^a. Temos de fazer o debate de uma política salarial permanente. Proponho o dobro do PIB. Pode ser que outros apresentem uma proposta, inclusive, mais ampla. Eu diria o dobro do PIB, mas sem esquecer os aposentados e pensionistas, de aumento real.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC)

– Eu queria só lembrar, Senado Paulo Paim: o Congresso sempre discute a política a ser adotada de reajuste do salário mínimo, mas nós sempre discutimos essa política em cima de uma base aviltada. A questão é essa, Senador Paulo Paim. Precisaríamos resgatar, historicamente, o valor do salário mínimo, reajustá-lo para tirá-lo dessa condição de valor aviltado para, então sim, discutirmos uma política a ser adotada, permanente, como V. Ex^a, inclusive, propôs nesta Casa, e eu tive o privilégio de ser Relator do projeto. Então veja: política sim, devemos adotar, mas devemos, antes disso, reajustar a base, que é aviltadíssima, do valor do salário mínimo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, não há nenhuma discordância com V. Ex^a, tanto é que eu insisto: por que não se instala a Comissão Mista de Reajuste do Salário Mínimo, conforme o projeto já aprovado pelo Congresso? Pois bem, essa Comissão vai estabelecer qual é a base, como V. Ex^a propõe e eu concordo, do novo salário mínimo e como será o reajuste dali para frente. Esse é o debate que nós temos de fazer, senão nós seremos pegos em momento como esse, em cima de uma medida provisória que já entrou em vigor a partir

de 1º de maio, amparada, inclusive, no Orçamento do ano passado.

Estamos em agosto, entrando em setembro, debatendo um tema sem saber qual será a política salarial a ser adotada, que terá de ter lastro no Orçamento, devido ao impacto – e veja bem a minha tranquilidade – nas contas da Previdência. E eu sou daqueles que dizem que a Previdência é superavitária, mas assim mesmo eu quero saber qual vai ser o impacto. Quanto vão receber os 22 milhões de aposentados e pensionistas? Continuarão os 22 milhões de aposentados e pensionistas, excluindo aqueles que ganham o mínimo, a receber somente a metade do percentual dado ao salário mínimo? Acho que não é isso que nós queremos.

Se nós efetivamente queremos que os aposentados e pensionistas, que são aqueles que mais precisam e que estão na expectativa deste debate do reajuste, recebam o mesmo percentual de reajuste, o que vai representar 15,7%. E os aposentados ganharam quanto?

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ganham 7,2%, praticamente a metade do reajuste que foi dado ao salário mínimo.

Sr. Presidente, sei que o meu tempo terminou. O Senador Antonio Carlos Magalhães citou o meu nome e eu me senti prestigiado por S. Ex^a, porque disse que, historicamente, sempre defendemos um salário mínimo maior. E continuo com a mesmíssima posição. É fundamental, de uma vez por todas, que o Congresso Nacional estabeleça uma política permanente de reajuste do salário mínimo, ou no ano que vem estaremos sujeitos a discutir aqui: não, não é R\$320,00, é R\$330,00.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E quando é que a política de salário mínimo, baseada nessa inflação, no dobro do PIB, poderia nos assegurar pelo menos algo acima de R\$350,00? É claro que cada um aqui votará com a sua consciência.

Apenas deixo claro que defendo aqui, Senador Geraldo Mesquita, a tese de que se instale a Comissão Mista, que se debata a base do salário mínimo e o seu reajuste permanente.

Casualmente, neste ano, se pegarmos os R\$260,00 – eu votei contra, e V. Ex^{as} se lembram, em maio do ano passado, como V. Ex^a também votou – e aplicarmos sobre ele a inflação e o dobro do PIB, chegaríamos a R\$312,00. Mas se fosse, já no ano passado, sobre os R\$240,00, a inflação e o dobro do PIB, nós teríamos hoje assegurado aqui, pela política

salarial, algo em torno de R\$320,00, e naturalmente, no ano que vem, estaríamos em R\$370,00, baseado nessa política salarial.

Essa é a tese, Senador Garibaldi Alves, que estou aqui a defender, muito espelhado em V. Ex^a.

(Interrupção do som.)

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com satisfação, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Vejamos como nós somos incoerentes, Senador Paulo Paim. Duvido que um servidor do Legislativo ou do Judiciário perceba o salário mínimo – V. Ex^a foi Secretário da Casa e sabe disso. Veja, então, como nós estamos sendo injustos com os que não estão aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se me permitir, Senador, os servidores do Executivo, do Judiciário e do Congresso Nacional, os servidores federais não ganham salário mínimo. Mas, com certeza, muitos e muitos companheiros lá nos municípios dependem do salário mínimo. Por isso defendemos a tese de que temos de elevar o salário mínimo, pensando nesse universo.

Eu sempre uso um número que, no passado, alguns contestavam, hoje não contestam mais. O salário mínimo traz um benefício direto a 100 milhões de brasileiros.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Cem milhões de brasileiros são beneficiados com o salário mínimo, via o seu reajuste.

Senador Leonel Pavan, se a Mesa permitir, eu gostaria de ouvir o seu aparte.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Nobre Senador Paim, todos nós sabemos aqui de sua luta, desde quando Deputado Federal, por um salário mais justo, mais digno para os trabalhadores brasileiros, com o qual eles possam sobreviver. Quando o PT estava na oposição, tinha inúmeros argumentos, sempre achava argumentos. O Diretório Nacional do PT, com a sua política de salário, sempre achava mecanismos para tornar possível dar um salário mais justo aos trabalhadores do Brasil. Não me refiro a sua pessoa, porque V. Ex^a tem tido o mesmo comportamento. Mas o próprio Presidente Lula teve o salário mínimo como bandeira de sua campanha, Senador Paim. Não existia um comício neste Brasil em que o Presidente Lula não falasse em gerar dez milhões de empregos e dobrar o salário mínimo. Sua Excelência usava argumentos, meios, gráficos e dados que realmente eram convincentes; mostrava, com muita clareza e sabedoria – nós achávamos que

ele a tinha –, que era possível, com o que o Brasil arrecadava, dobrar o salário mínimo. Hoje, estamos vendo ou um Governo despreparado, que prometia o que não se podia fazer, ou um Governo incompetente, ou falta de vontade política. É muito claro que, se for dado um salário justo, a oferta de emprego aumentará e o movimento econômico melhorará. Com certeza, nós vamos produzir mais no País. Era isso o que se dizia no passado e eu também dizia, é o que eu penso hoje. Portanto, cumprimento-o, porque V. Ex^a vem há muito tempo lutando, mas, lamentavelmente, o seu Partido e o Lula diziam uma coisa e estão fazendo outra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Leonel Pavan, V. Ex^a percebeu que continuo defendendo exatamente a mesma tese, e vou além: a Previdência tem condições de pagar o aumento real que estou propondo no reajuste do salário mínimo, que é a inflação e o dobro do PIB, que, no caso, daria em torno de 10,6% além da inflação.

Gostaria também de dizer a V. Ex^a que a minha conduta em relação ao salário mínimo continua exatamente a mesma. Não mudei uma vírgula.

Gostaria também de dar este gancho, neste minuto que me resta, se me permitir, para referir-me à questão dos dólares. Ora, todo mundo sabe que o dólar é uma referência usada pela OIT para comparar os salários mínimos no mundo, e a OIT continua, sim, comparando. Não é porque o dólar oscila para mais ou para menos que o salário mínimo no Brasil piorou ou melhorou.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Simplesmente é uma referência que a OIT usa. Como o dólar caiu em todo o mundo, o salário mínimo no Brasil continua sendo, sim, um dos piores do mundo. Isso é uma realidade, ninguém pode negar, baseado no próprio dólar. Mas, quando se fala em dólar, alguém se faz de louco e diz: “ah, mas tu não defendias cem dólares?” Eu quero saber se os senhores vão encontrar – não de minha parte – qualquer Parlamentar no Brasil que seja tão maluco a ponto de apresentar um projeto de salário mínimo em dólar. O dólar é uma referência. Todos são apresentados em reais, e este é um projeto de salário mínimo baseado no PIB, que eu não inventei agora, isso já vem sendo discutido há muito tempo. Casualmente, há mais de dois anos eu apresentei, baseado no dobro do PIB.

Então, que não queiram fazer confusão ou o povo de bobo. O dólar oscila. E para os que me dizem que eu defendia US\$100.00 eu respondo: eu defendia US\$100.00; quando chegar a esse valor, defenderei US\$150.00, depois US\$200.00, US\$300.00,

US\$350.00... E claro que eu sonho, Senador Eduardo Mesquita, como V. Ex^a assinalou, que um dia no Brasil se paguem US\$500.00, que seria praticamente aquilo que manda a Constituição.

Agora, todos nós sabemos que ninguém seria irresponsável de defender, de um minuto para o outro, um salário mínimo de US\$500.00, tanto que ninguém defendeu. Ninguém. Nem os que estávamos na oposição, nem na situação. Tanto que na oposição nós tínhamos uma referência, mas sempre em reais, e aí se faz a devida tradução.

Um dos piores salários mínimos do continente americano é o do Peru, praticamente idêntico ao brasileiro. Mas isso é uma realidade que não precisa ninguém aqui querer desvirtuar e mudar, mediante a queda do dólar, que caiu praticamente em todo o mundo.

Era isso, Sr. Presidente. Repito: o que estou defendendo aqui é uma política de salário mínimo, não é R\$1,00 a mais ou a menos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio por dez minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 248, editada em 2005, estabeleceu em R\$300,00 o valor do salário mínimo, que passou a vigorar a partir de 1º de maio. Foi um 1º de maio com gosto de 1º de abril. Parece até que o famoso Dia da Mentira mudou de data, passando a coincidir agora com o Dia do Trabalhador.

Na verdade, o reajuste do mínimo foi mais uma das lorotas de campanha do PT para ganhar as eleições de 2002. No programa exibido à sociedade na campanha eleitoral de 2002, o PT prometeu dobrar o poder de compra do salário mínimo ao longo dos quatro anos de mandato.

Aí eu abro parêntese, Senadora Heloísa Helena, para dizer algo simples, que tem de ser bem compreendido pela sociedade brasileira. O candidato derrotado em 2002, o Sr. José Serra, não prometeu isso; perdeu a eleição. O candidato vitorioso prometeu isso; venceu a eleição, para não cumprir. O outro não quis prometer o que ele imaginava que não poderia cumprir; e perdeu. O vencedor prometeu, certamente sabendo que não poderia cumprir; e venceu. O nome disso, para mim, é claramente estelionato eleitoral. É algo grave e tem de ser remarcado com muita atenção, com muito zelo por todos nós.

Acontece que, com o ritmo desses últimos reajustes de 2003 e 2004, – pasmem as Sr^{as} e os Srs. Senadores –, o poder de compra do mínimo levará pelo

menos cinqüenta anos para ser duplicado. Cinqüenta anos! Meio século!

Portanto, das duas, uma: ou o programa de Governo do PT era apenas mais uma bravata de campanha arquitetada pelo Sr. Duda Mendonça com a finalidade de enganar o eleitor e, assim, ganhar a eleição, ou não havia no PT cálculo algum que estimasse os custos que tal reajuste implicaria, procedimento que deveria ser próprio de partidos e políticos responsáveis. Não faz cálculo, é despreparado. Faz cálculo e sabe que não pode propor isso, aí pratica estelionato eleitoral.

Para exemplificar, vale lembrar que, em abril de 2002, quando entrou em vigor o último aumento do salário mínimo do Governo Fernando Henrique Cardoso, R\$200,00 compravam 1,57 cesta básica vendida em São Paulo. Em abril de 2003, o Governo Lula aumentou o salário mínimo para R\$240,00, o que comprava apenas 1,29 cesta básica. Em maio de 2004, o novo mínimo de R\$260,00 comprava – houve uma reação – 1,54 cesta básica. Agora, em maio de 2005, esse reajuste para R\$300,00 compra o equivalente a 1,59 cesta básica. Ou seja, volta-se agora, quando se compara com a cesta básica, Senador Geraldo Mesquita, aos valores de 2002, último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso. Não houve, portanto, reajuste real algum se levarmos em conta, por exemplo, o parâmetro da cesta básica.

A verdade, então, é que, diferentemente da propaganda oficial, não foi concedido aumento real ao salário mínimo – e é isso que procuro demonstrar. Praticamente está mantida a mesma proporção observada nos últimos anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, se considerarmos, para efeito de cálculo, o valor da cesta básica.

Vamos lembrar, mais uma vez, a campanha presidencial de dobrar o poder de compra do salário mínimo: se tomarmos como ponto de partida o último aumento concedido pelo Governo passado, quando o salário mínimo comprava 1,57 cesta básica, a promessa de campanha lulista deveria elevar o salário mínimo para o equivalente a 3,1 cestas básicas, o que corresponderia, em maio deste ano, a um salário mínimo aproximado de R\$584,75, considerando o valor da cesta básica daquele mês.

Portanto, vamos acabar de vez com essa história de que o Governo Lula cumpre o que promete. Vamos acabar com mais essa farsa. Dobrar o poder de compra do salário mínimo significou, na verdade, repito, mais um estelionato eleitoral, entre tantos.

Como disse o Relator da medida provisória na Câmara dos Deputados – aspas para o ilustre Relator, Deputado André de Paula: “Foi mais um **marketing** ilusionista de campanha que vendeu esperanças e

entregou frustrações ao povo brasileiro”. A irresponsabilidade daquele discurso demagógico me faz novamente abrir aspas para o Deputado André de Paula: “Não resistiu às limitações reais da economia e muito menos às limitações orçamentárias da União, Estados e Municípios”.

O Relator, na Câmara dos Deputados, dá mais um exemplo daquela peça publicitária: para cumprir a promessa de campanha, em vez dos R\$240,00 propostos em abril de 2003, seriam necessários R\$281,94; em vez dos R\$260,00 propostos em maio de 2004, seriam necessários R\$358,96; em vez dos ora propostos R\$300,00, seriam necessários R\$455,09. Para alcançar a meta de dobrar o poder de compra do salário mínimo em maio de 2006, o valor teria que atingir R\$568,25, ou seja, um acréscimo de 89,42% em relação ao valor deste ano.

Enfim, Sr. Presidente, a propalada recomposição do poder de compra da sociedade brasileira não passa, mais uma vez, de estratégia de *marketing* do governo petista.

Sr. Presidente, eu me bato muito por essa questão do entendimento ético com a população. Volto a dizer, Senador Geraldo Mesquita, um ponto que para mim é essencial. Tendo dirigido diretamente um Executivo, como foi o meu caso, e tendo participado como Ministro de Estado com função coordenadora, como participei, alguém me pergunta assim: “Será que seria assimilável um salário mínimo de R\$568,25?” A minha resposta seria que não. Não seria assimilável pela Previdência, não seria assimilável pelas pequenas prefeituras, não seria assimilável pelas pequenas e microempresas, que talvez teriam que caminhar para a informalidade. Há um ponto de equilíbrio que estaria largamente ultrapassado se levássemos em conta esses dados.

Portanto, não estou propondo R\$568,25. Não. Estou dizendo que foi isso o que o Presidente Lula prometeu na sua campanha. Estou dizendo que foi por isso também que ele venceu as eleições.

Ele prometeu que regeneraria, acima de suas possibilidades, o salário dos militares, e, hoje, estamos vendo os seguranças, os leões de chácara do Palácio do Planalto dando gravata em senhoras delicadas, esposas de oficiais.

Ele prometeu reajustar, de maneira significativa, os salários dos servidores civis; passou oito anos do Governo anterior criando músculos ou varizes nas pernas de tanto liderar passeata; mas não cumpriu; houve apenas um reajuste linear ou aumento – sei lá como chamo aquilo – de 0,1% para o servidor público.

Estou analisando agora outro forte tema: o salário mínimo, de valor simbólico grande, que beneficia ou

prejudica alguns milhões de brasileiros, mas que toca no coração de todas as pessoas.

Se estamos falando de apenas três pontos, vamos examiná-los e dissecá-los.

Lula prometeu mundos e fundos para o servidor público militar, mundos e fundos para o servidor público civil, e mundos e fundos para o brasileiro de salário mínimo, sensibilizando aqueles que, não sendo de salário mínimo, se sentem reconfortados quando percebem que há sensibilidade social na direção dos menos afortunados. Não cumpriu nada. Não cumpriu nem a primeira, nem a segunda, nem a terceira promessa. Nada.

Então, pergunto: Presidente Lula, Vossa Excelência estava tão despreparado para exercer o poder que imaginava que poderia cumprir essas promessas? Isso é gravíssimo. Ou Vossa Excelência, Presidente Lula, já sabia de antemão que não cumpriria as três promessas, mas queria os votos? E depois?

Depois, a realidade do poder faz com que as costas se virem para os que confiaram na sua proposta. Pergunto: isso não termina mesmo no meio desse mar de denúncias de corrupção que assola o seu Governo? Isso não termina criando um fosso a mais, fazendo com que a sua credibilidade, que já não é grande, fique ainda mais arranhada?

Em outras palavras, não estou, nem de leve, propondo o salário mínimo de R\$568,00. Estou dizendo apenas que o Presidente Lula e seus artífices de campanha foram completamente insinceros, oportunistas e demagógicos quando prometeram que dobrariam o valor real de compra do salário mínimo. Do jeito que está, precisariam mais do que cumprir o vaticínio do Ministro José Dirceu: mais do que 20 ou 15 anos de poder, precisariam ficar 50 anos no poder, nesse ritmo, para dobrar o valor de compra do salário mínimo que encontraram.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) Já concluirei, Sr. Presidente. E olhem que o último ano do Governo passado foi precisamente o ano que garantia, na comparação com o salário mínimo, 1,57 cesta básica. Hoje, temos que ser sinceros para dizer que, tanto tempo depois, estamos dando um salário mínimo que significa 1,59 cesta básica, ou seja, nenhum aumento real, se formos ao que interessa, que é o estômago do brasileiro de menor arrecadação.

Portanto, o estelionato eleitoral, para mim, termina sendo primo – ou irmão até – de tudo o mais do que se possa fazer em agressão à ética, porque agride, muito fortemente, pela demagogia, o sentimento do povo brasileiro, que se sente frustrado, se sente enganado.

Votou em alguém e tem vontade de ir ao Procon alegando que a mercadoria que lhe entregaram...

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência informa ao plenário que a sessão está prorrogada até a votação dos itens nºs 1, 2 e 3 da Ordem do Dia, nos termos do art. 179 do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi anunciada uma promessa do atual Governo de dobrar o salário mínimo em quatro anos. Peguei, por acaso, o “Bote fé e clique Lula”, do final de 2002, anunciando essa meta de dobrar o salário mínimo.

E hoje, com o aumento que se prevê, torna-se matematicamente impossível que a meta de dobrar seja atingida. E não será atingida jamais por uma simples razão: teríamos que estar, neste momento, discutindo um aumento de 15%, e, no ano que vem, esse aumento teria que ser o dobro. Ora, se não estamos conseguindo um pouco mais, como é que pretendemos dobrar o salário mínimo? Sei que isso seria absolutamente inatingível. Então, a meta não vai ser atingida. Esse é o primeiro aspecto.

Essa fórmula do Senador Paulo Paim é a melhor para se ter uma atualização real do salário mínimo. Não vale só ter um ganho real, porque esse ganho real da inflação vai buscar de volta aquilo que havia, de certa forma, sido perdido. Mas, quando se acrescenta essa variável, o dobro do PIB, o trabalhador brasileiro passa a ter um rendimento maior. Ele foi conquistar o seu lugar na sociedade, não só buscando o aumento real, que é uma compensação do passado, Senador Paim, mas uma fórmula que talvez fosse a única que, se aplicada, poderíamos permitir aquela meta dos R\$400,00. Dariam R\$350,00, e então seria preciso só de cerca de 15%, ano que vem, para se atingir essa meta.

Quero enfatizar essa fórmula matemática montada por V. Ex^a como, além de matematicamente correta, a mais justa em relação à questão do salário mínimo.

Entendo também e acompanho essa luta do salário mínimo, que é extremamente importante, não só pelo Senador Paim, mas antes mesmo de aqui chegar, com todo o esforço, com toda a persistência, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. Esse número é absolutamente inaceitável. Creio que aqueles obstáculos apresentados como principais para a questão de não haver um aumento de salário mínimo, na verdade,

podem ser trabalhados, contornados ou resolvidos. Em primeiro lugar, é a questão da Previdência. Quando se analisa, como tenho analisado essa questão da Previdência para uma discussão sobre déficit nominal zero, que vamos ter depois de amanhã, verifica-se um crescimento muito grande dos benefícios e um não acompanhamento por parte da arrecadação. Isso, do ponto de vista de gestão, indica, rapidamente num olhar, que ali é o lugar ideal para se fazer uma atuação direta de uma gerência do chamado hoje choque de gestão. Tenho certeza de que há um imenso número de empresas que estão fora do sistema pelo lado da arrecadação, da mesma forma que existem benefícios pagos indevidamente, sobretudo aqueles considerados por motivo de incapacidade, que determinados números deixam muito a desejar em termos do que seria uma coisa prática ou aceitável. Então, esse choque na Previdência é uma coisa absolutamente necessária.

Outro ponto seria em relação aos Estados. Depois da experiência de Secretário de Estado de Fazenda durante oito anos, de presidir o Confaz durante boa parte desse tempo, também chego à conclusão de que os Estados têm o mecanismo que precisam para se ajustar, para propiciar um salário mínimo maior. Restaria a parte dos Municípios. Da mesma forma, a despesa percentual de pessoal do Município, para que ele seja viável e bem gerido, tem que ser inferior àquelas despesas do Estado. E se olharmos agora, faço uma previsão de crescimento real do Fundo de Participação dos Municípios para este ano de 2005 de 10%. Então, os Municípios poderiam alocar parte desse ganho real alto que terão para estabelecer uma política mais realista, mais séria em relação ao salário mínimo.

Considero que a prioridade para o Estado e para o Município teria que necessariamente passar por um salário mínimo maior. Não se pode imaginar hoje que uma pessoa possa viver com R\$300,00 por mês. Mesmo elevando para R\$350,00, ainda seria muito pouco naquilo que é necessário para que tenha um mínimo de vida digna.

O trabalhador de baixa renda tem que ser a nossa prioridade, o nosso objetivo principal, ele tem que ter ganhos reais de salário, mas não ganho real que venha ocupar parte do que perdeu no passado, mas que venha a ganhar, que venha a avançar.

Outra vez trazendo a experiência de Secretário de Fazenda durante tanto tempo, a cada vez que concedíamos um aumento maior de salário – e isso quem me convenceu a fazer foi o Senador Antonio Carlos Magalhães –, tínhamos aumento depois do ICMS, por uma razão muito simples, porque tínhamos uma movimentação maior da economia.

Tenho absoluta convicção de que deveríamos dar um aumento maior de salário e também do acerto da fórmula do Senador Paulo Paim, do ponto de vista matemático e do ponto de vista social.

Desde já decretamos que o Governo Lula não vai cumprir seu objetivo de, em quatro anos, dobrar o salário mínimo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Garibaldi Alves Filho, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Antonio Carlos Magalhães, vamos começar pela Bahia e depois chegaremos ao Piauí. Primeiro, com Rui Barbosa – atentai bem – a primazia é do trabalho e do trabalhador. Ele vem antes, Professor Cristovam Buarque. Ele fez as riquezas.

Senador Pedro Simon, o PT do trabalhador, míope, cego, surdo, não ouviu as palavras. A primazia é do banco e do banqueiro. Está no Livro de Deus: ninguém pode servir a dois senhores. E este Governo do PT já se entregou. Ele serve, ele se ajoelha para os banqueiros, para os bancos.

Só se fala em FMI, em Banco Mundial, em BID, em BIRD. Fomos lá, Fernando Bezerra, ligeiramente. Esse é que é. E atentai bem! E o Fernando Bezerra – eles escolheram bem, porque ele entende de dinheiro – foi o líder dos empresários do Brasil e muito bem liderou as classes.

Está aqui: Bradesco lucra R\$2,6 bilhões. Atentai bem, Líder do Governo, são 110% a mais. Então o banco, o banqueiro, o patrão, o deus de Lula é justo receber 110% a mais. Por que, Senador Garibaldi? E que maravilha o trio de Rio Grande Norte aí! Vamos ser o norte, o rumo e a luz para o Presidente da República. Os banqueiros ganham 110%. O direito é igual para todos. Por que não se dá para o trabalhador 110%? Não eram R\$260,00? É uma saída. Dois pesos e duas medidas. Este Governo serve aos ricos, aos banqueiros.

E mais, atentai bem, não estamos fazendo grande coisa. Senador José Agripino, muito pouco o que estamos fazendo aqui. O clamor, a voz, o protesto. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. Senador José Agripino, aqui está a Lei nº 11.143, de 26 de julho de 2005, do Senador Leonel Pavan. A partir de 1º de janeiro de 2006 – é já, já, Senador Paulo Paim –, o subsídio mensal do Ministro do Supremo Tribunal Federal será de R\$24.500,00, Senador Antonio Carlos Magalhães. É uma vergonha, como diz Boris Casoy. Em qualquer sociedade civilizada, organizada, globalizada, o direito é como o sol: igual para todos.

É dez vezes a diferença do menor para o mínimo. Então, Senador Garibaldi Alves Filho, o salário mínimo seria R\$2.450,00.

Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, onde está o Zambiasi? Getúlio – que saudade do velhinho –, no 1º de Maio, falava “trabalhadores do Brasil” e anunciava um salário mínimo. Primeiro de maio. Aqui nós já estamos em 9 de agosto. Atentai bem, trabalhadores do Brasil, e o salário mínimo de Getúlio hoje, atualizado e reconhecido, seria R\$700. Então, Lula, você não está fazendo nada. Vamos entender as coisas de Getúlio.

Feliz do país, Senadora Patrícia, que não precisa buscar exemplo em outros países, lá mesmo na França, onde o Presidente foi. Aqui mesmo, com Juscelino Kubitschek, o salário mínimo dele era R\$800. Nós não estamos avançando. Este País está cada vez mais distanciando os ricos dos pobres. Essa é a verdade. Cada vez os ricos estão mais ricos e os pobres estão mais pobres.

Então eu queria aqui entender algo que é a vergonha maior. Atentai bem! Quem é mesmo o Líder do PT aqui? Onde está o Fernando Bezerra? Olha a vergonha, Senador Antonio Carlos Magalhães: lucro do Bradesco, R\$2,62 bilhões. O Lula remaneja obras e vai investir para todos os brasileiros R\$1,3 bilhão. Um bilhão e trezentos milhões, a metade do que um banco ganhou neste ano. Isso é uma vergonha!

Esse Governo, Senador José Agripino, já escolheu. Então vamos mudar o nome, já que esse PT está nesse emaranhado, para PB, Partido dos Banqueiros. Nós votaremos no maior. E que essas palavras sejam uma advertência, uma reflexão, para que este Parlamento tenha a coragem, a vergonha e a dignidade do Parlamento inglês, do Parlamento francês e do Parlamento americano, onde a diferença entre o menor e o maior é de dez vezes.

Professor Cristovam Buarque, sei que V. Ex^a é professor de História e de Economia, mas peço que divida R\$24.500 por esses R\$300. O resultado será uma diferença de quase cem vezes do salário menor para o maior.

Essas são as nossas palavras. Evidentemente, vamos votar pelo maior, porque para mim o maior seria R\$2.400,00. Mas, Heloísa Helena, como estamos com Deus, com Cristo, que diz que a verdade e a virtude estão no meio, eu deixaria por R\$1.200,00, que seria um salário digno para o trabalhador do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, apenas lembro que eu gostaria muito de debater o assunto, mas, devido ao adiantado da hora, abduco. Falarei amanhã como orador inscrito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o debate sobre o aumento do salário mínimo acabou entrando de certa forma minimizado por causa das denúncias graves de corrupção que assolam o País.

Infelizmente, um debate tão importante como esse mexe diretamente com a vida das pessoas, dos aposentados, das pensionistas; mexe com a vida dos trabalhadores do setor público e do setor privado, em razão das gravíssimas denúncias de corrupção, da lama, para usar um linguajar menos sofisticado e mais compreensível para a população. Esse debate acabou entrando de uma forma minimizada. Acabaram aqui não sendo feitas as audiências públicas que são necessárias, os debates que são necessários no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, na relação com a Comissão de Assuntos Sociais. Acabaram não acontecendo todas as audiências públicas, as plenárias que são necessárias para a aprovação de um projeto como esse.

Tenho total acordo com o projeto do Senador Paulo Paim, que significa uma política de recuperação do poder de compra do salário mínimo e de reajuste relacionado à produção de riqueza no País.

No ano passado e neste ano também nós apresentamos – a Deputada Luciana Genro, na Câmara, e eu aqui no Senado – um projeto simplório que objetivava recuperar o poder de compra do salário mínimo à luz da promessa de campanha do Presidente Lula, que era dobrar o poder de compra do salário mínimo. Assim, não seria uma relação com o dólar, até pela própria discussão e argumentação técnica aqui apresentada pelos Senadores Geraldo Mesquita, Paulo Paim, Mão Santa e vários outros Senadores que tiveram oportunidade de se pronunciar.

Entretanto, votarei com as emendas que foram destacadas. Votarei com os Senadores que apresentaram destaque às emendas apresentadas à medida provisória na Câmara por algo muito simples e objetivo. Ora, enquanto não aprovamos os projetos – o do Senador Paim, ou o de minha autoria, ou algum de outro Senador – que significam a recuperação do poder de compra do salário mínimo não circunscrito a uma medida provisória e a uma relação estabelecida conjuntamente, temos a obrigação de acatar a maior pro-

posta para o salário mínimo, porque R\$10,00, R\$20,00 ou R\$30,00 podem ser pouco, um valor insignificante na nossa vida, mas é muito na vida de milhões de trabalhadoras e trabalhadores ou de desempregados. É muito! O Senador Garibaldi sabe disso. Então, é nesse sentido que votaremos a proposição que significar o maior valor para o salário mínimo.

Evidentemente, não aceitaremos – até porque escaldados já estamos – a velha cantilena enfadonha e mentirosa de que não se pode pagar um salário mínimo maior. Desde o Governo passado há essa cantilena. O atual Governo reproduziu e aumentou essa cantilena, dizendo que quebra o setor empresarial, quebra o setor público, quebra tudo. Só não se chega a essa conclusão quanto a jogar mais da metade do orçamento público, da riqueza nacional para o capital financeiro. Isso não quebra ninguém! Fico impressionada.

Há uma nuvem financeira de capital volátil pairando sobre o Planeta Terra. O Governo reproduz, aliás, aprofunda o que o Governo Fernando Henrique Cardoso fazia, joga na lama da especulação mais da metade do orçamento público, compromete cada vez mais a riqueza e o Orçamento de Estados e Municípios. Os Estados e os Municípios brasileiros estão sufocados, não por causa do salário mínimo, mas porque são eles que acabam financiando essa política de agiotagem, essa política de servilismo aos gigolôs do capital financeiro, que não geram emprego nem renda, que não produzem absolutamente nada, que não dinamizam a economia local, e são os únicos que ganham. Não é à toa que estavam anteontem os grandes representantes do capital financeiro comemorando o lucro recorde que já haviam obtido nesse mesmo período do ano passado.

Então, acabemos com essa cantilena enfadonha e mentirosa de que quebra isso, quebra aquilo, porque quebrado está o País – só não vê quem não quer – pela política, pela opção de aprofundamento do projeto neoliberal que o Governo Lula fez. Fez tudo que Fernando Henrique não conseguiu fazer porque nós não deixávamos, Senador Mão Santa. E estávamos em uma política correta de não permitir o aprofundamento do projeto neoliberal. O Governo Lula cumpriu tudo, todos os memorandos técnicos, cartas compromissos, cartas de ajuste, política de juros. Aumenta os juros, aumenta o montante da dívida; e o aumento do montante da dívida significa mais comprometimento da receita líquida real dos Estados e Municípios para financiar essa agiotagem. Nunca chafurdaram com tanta desenvoltura e alegria na pocilga do capital como fazem agora.

E sobra para quem? Sobra para os pobres. São sempre os pobres, as mulheres e homens de bem e de

paz do Brasil que têm de pagar a conta. Afirmam que não há dinheiro para fazer saneamento básico, para fazer habitação popular, para fazer infra-estrutura; que não há dinheiro para saúde, para educação, para segurança pública, não há dinheiro para políticas públicas – que dinamizam a economia, geram empregos, geram renda –; e não há dinheiro para as políticas sociais, que significam a única alternativa para os pobres. O filho do Senador ou da Senadora tem seguro de saúde privado, tem um teto para ser acolhido, quando sente o cheiro da chuva se emociona porque é romântico. Para a grande maioria do povo brasileiro, o cheiro da chuva, da terra molhada, arrepia, porque eles ficam com medo de o barraco cair, da grota cair em cima do seu filho. É uma outra realidade.

Então, acabemos com essa lengalenga, essa cantilena enfadonha e mentirosa de que não existem alternativas concretas para aumentar o salário mínimo, aumentar o poder de compra do salário mínimo.

E muitos precisam pedir desculpa, porque ostentávamos a Constituição do País, o salário mínimo do Dieese, como uma alternativa concreta, ágil, eficaz, possível de ser viabilizada quando era o Governo passado. Então, ao menos eles têm de pedir desculpa. Se os R\$1.250,00 não servem mais, têm de explicar por que não serve, porque combatíamos com veemência.

Enquanto isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não se aprovam projetos que significam uma recuperação do poder de compra do salário mínimo permanente, como os do Senador Paim, da Heloísa, da Deputada Luciana, do Pedro Simon ou de qualquer outro que tenha apresentado essa proposta. E se o Governo quisesse já os teria aprovado. O Governo vem para a madrugada aqui, conspirando contra os interesses dos trabalhadores, votando projetos que significam retirar o direito dos trabalhadores. Saqueiam os cofres públicos e entregam a estrutura pública para gangues partidárias, que, por sua vez, fraudam licitações para os empresários apaniguados da estrutura de poder, que ganham licitações fraudadas, pagam em espécie, em carros-fortes passando por aí afora, sendo que o dinheiro público servia até para montar redes de exploração de garotas de programa, ou seja, o dinheiro público servia para tudo aqui em Brasília.

Então, considerando-se esse mesmo dinheiro público que era roubado, saqueado pelos delinquentes de luxo, pelos saqueadores dos cofres públicos para votar projetos, para conspirar contra os interesses dos trabalhadores, por que não se pode votar o aumento do salário mínimo? Por que não se pode votá-lo? Tem de haver uma explicação objetiva, técnica, lógica. É preciso buscar a racionalidade formal, a lógica formal, para dizer que não pode pagar. Nenhum argumento técnico

foi aqui apresentado para dizer que não é possível pagar um salário mínimo como os que estão aqui sendo destacados e apresentados por outros Senadores.

Assim sendo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, votaremos a maior emenda, o maior salário, embora possa ser pouco, não ser conclusivo e não resolver a situação das mulheres e homens de bem e de paz que precisam do salário mínimo ou que tenham a expectativa de tê-lo no desemprego, no trabalho terceirizado ou no trabalho do setor público ou privado. Mas, enquanto não se aprovam projetos melhores, que significam a recuperação do poder de compra, de forma permanente, eficaz, objetiva, votemos em algo que é absolutamente objetivo e que significa mais leite, mais pão, mais saúde, mais condições concretas e dignas para as mulheres e os homens pobres deste País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador César Borges, do PFL da Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como se pode ver, o Partido dos Trabalhadores não está aqui, com raras exceções, que são os Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque e Flávio Arns, para fazer a defesa do salário mínimo apresentado pelo Governo no valor de R\$300,00.

Quero iniciar dizendo que ouvi com atenção o discurso da Senadora Heloísa Helena. É claro que tenho um discurso diferente do dela, mas, no mérito, o raciocínio é idêntico. Neste Governo faltam recursos para os investimentos essenciais do nosso País. Praticamente não se investiu nada em saneamento, nada em habitação no País este ano. A execução orçamentária chega apenas a 4% do que está previsto de investimento neste ano. Apenas 4% foram efetivamente empenhados e liquidados – não mais do que isso. E já estamos no mês de agosto.

Enquanto se verifica que não há investimento em infra-estrutura, que o Governo não faz uma política de recuperação do salário mínimo conforme era o compromisso do Presidente Lula – recuperação que ele prometeu ser de 100% –, os números revelam que, nos três anos do Governo Lula, a recuperação em termos

reais, o ganho real do salário mínimo foi de 8,5%, o que dá uma média de 3,7% ao ano, menor do que o Governo passado, que teve uma média de 4,7%.

O atual Governo, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Governo do Partido dos Trabalhadores, arrotava que tinha compromisso com as classes menos favorecidas, com a classe trabalhadora, que tem no salário mínimo uma espécie de resistência. É o salário mínimo que regula a vida de milhões de brasileiros, disse o Senador Paulo Paim. Cem milhões de brasileiros aproximadamente têm sua vida afetada pelo salário mínimo. Nesse caso, deveria ser uma prioridade orçamentária do Governo. Mas, infelizmente, não é.

Por que não é, Sr. Presidente? Porque o compromisso efetivo deste Governo não é com a classe trabalhadora; não é com os menos favorecidos da nossa sociedade, uma sociedade injusta, cuja disparidade de renda é campeã no mundo. Somos campeões de juros e de desigualdade. Por quê? Qual é o compromisso efetivo deste Governo? O compromisso deste Governo é com a política macroeconômica, com a política ultraneoliberal que o Presidente tanto criticou no passado e que hoje adota.

Percebo que muitos próceres do PT chegam a esta tribuna, como o Senador Aloizio Mercadante, para fazer a defesa dessa política; da política da responsabilidade fiscal; da política para manter o mercado estável; da política para manter o risco Brasil baixo, assim como o dólar. Por quê? Por que produzimos mais? Por que o País aumentou a produtividade? Por que organizamos melhor a produção agrícola e industrial?

Absolutamente, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Isso ocorre porque se mantém um patamar de juros de 19,75%, num mundo abundante em capital e que vive uma época inigualável de estabilidade econômica, sem crise econômica em país algum, com uma produção crescente; ou seja, um mundo comprador.

Neste mundo, o Brasil passou a ser um parque de diversão, Senadora Heloísa Helena, um paraíso financeiro. Quem tem dinheiro em qualquer lugar do mundo vem investir no Brasil, vem comprar títulos do Governo. Não vem fazer uma fábrica nem gerar emprego ou renda. Mas vem comprar títulos do Governo, porque são garantidos. O risco Brasil está baixo, e são, líquidos, 19,75% de taxa Selic.

Temos que manter essa situação ao custo de zerrar o déficit do País, que significa cortar salários dos militares e não promover maior aumento do salário mínimo para pagar melhor os aposentados. Significa também reduzir no saneamento, na habitação, na infra-estrutura, na educação e na saúde, para fazer um superávit cada vez maior, que já está beirando 7% ao

ano. Há alguns que advogam até o déficit nominal zero. Essa é a realidade.

Este é o compromisso deste Governo, que está assentado numa única premissa: manter o mercado estável. Em vez de dar um aumento real ao trabalhador brasileiro, prefere bater recordes na lucratividade dos bancos. É um recorde atrás do outro, consecutivamente. A cada ano, os bancos estão lucrando mais – um mais do que o outro. O Banco Itaú havia batido o recorde; agora, publicou-se o balanço semestral do Bradesco, que superou o do Banco Itaú. É assim essa competição da lucratividade dos bancos.

Ora, é para isso que o Brasil está trabalhando e todos estamos nos sacrificando? Verificamos um País que não investe na sua infra-estrutura, não cria condições de geração de empregos prometidos pelo próprio Presidente, que procura traçar um cenário inexistente para o País, em que só ele acredita. Essa é uma triste realidade, Sr. Presidente.

Quando estamos apreciando o salário mínimo deste ano, é claro que não podemos aceitá-lo, como não o aceitamos no ano passado, quando fui Relator. Propus, naquela época, um salário de R\$275,00. Se tivéssemos a base de R\$275,00, poderíamos ter aplicado algum parâmetro para a regra salarial de reajuste do salário mínimo e poderíamos ter um aumento maior este ano.

Mas não. O Governo fez questão, àquela época, de fazer retornar o projeto à Câmara dos Deputados e, lá, com sua base, com aquela maioria feita agora sabemos como, com aquela maioria que não discutia, que recebia ordens da Casa Civil, aprovou o salário mínimo de R\$260,00, derrubando a nossa proposta, aprovada por esta Casa, de R\$275,00.

Essa é uma triste realidade. Considero estranho que o PT não assuma, não tenha a honestidade intelectual de assumir que o seu compromisso hoje é com o mercado financeiro deste País. Não. Vemos um sofisma adotado pelo Presidente e por alguns poucos que ainda estão nessa linha, aqueles que continuam dependurados em ministérios, porque detêm cargos poderosos nas estatais. Deus sabe agora e nós todos estamos começando a saber exatamente qual é a vantagem de se deter esse poder político na máquina pública federal.

Sr. Presidente, neste momento, queremos ver este Governo voltar a investir, e, essencialmente, investir naquilo que ele tinha compromisso: no social.

Sr. Presidente, que possamos votar as propostas de destaque para o aumento do salário mínimo para pelo menos R\$330,00, apoiando integralmente a proposta feita pelo Senador Paim de se criar uma

disciplina para o reajuste do salário mínimo. Que se discuta qual a política a ser adotada.

De acordo com a LDO, que está para ser aprovada por nós para o próximo ano, o reajuste é para R\$320,00, porque não existe uma política efetiva de recuperação. Se fôssemos exigir do Presidente o que prometeu, um aumento de 100%, teríamos que aprovar um salário de R\$565,00 no próximo ano. Sabemos que isso é impossível. Ninguém vai exigí-lo. Como o Presidente não vem cumprindo com os seus compromissos, com a população e com a massa trabalhadora do Brasil, ano a ano, estamos, agora, discutindo mais uma vez um salário irreal para as necessidades da classe trabalhadora brasileira.

Encerro, Sr. Presidente, e lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que a sessão solene do Congresso Nacional, convocada para amanhã, quarta-feira, dia 10 do corrente, às 11 horas, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 48, de 2005, será realizada no plenário do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, do PSDB do Estado de Santa Catarina.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos participado de inúmeras reuniões e discussões para buscarmos uma solução definitiva referente a aumento do salário mínimo – nem aumento, mas uma correção do salário mínimo. E, sempre que chega a esta Casa uma medida do Governo, tentamos fazer uma emenda mais justa, que traga um pouco mais de conforto, de tranquilidade, ou que propicie menos sofrimento à classe trabalhadora.

Na verdade, precisaríamos elaborar um projeto que pusesse fim à discussão sobre aumento de salário mínimo. Temos que achar uma política para o salário mínimo, um mecanismo de correção mensal, semestral ou anual do salário. Não sei de que forma. Mas que não fiquemos aqui sempre tentando encontrar um meio para atender os trabalhadores – aquela agonia toda dos trabalhadores, esperando uma resposta positiva dos Senadores e Deputados, e a nossa, por não apresentar um projeto concreto, condizente com as necessidades deles.

Quero falar aqui sobre um projeto de lei apresentado por um petista, o Senador Roberto Saturnino; projeto do qual sou Relator. Se esse projeto de lei fosse implantado, com certeza, estaríamos pelo menos fazendo um pouco mais de justiça à classe trabalhadora. Em vez de ficarmos discutindo, a cada novo orçamento, se o aumento será de R\$10,00 ou R\$20,00 – o que apenas prolonga a agonia do trabalhador –, para, ao final do processo, a escolha recair sempre sobre o

menor possível, que analisemos o projeto do Senador Roberto Saturnino, que implementa uma fórmula de cálculo clara e bem fundamentada, com horizonte de tempo definido.

O projeto é composto de três partes. A primeira delas se refere à devolução do que a inflação do período anterior retirou do salário, tomando-se como base o Índice Nacional de Preço ao Consumidor dos últimos doze meses. A outra parcela corresponderia aos ganhos de produtividade, ou seja, percentualmente correspondente ao crescimento do PIB. O percentual a ser aplicado no salário, no ano seguinte, será o mesmo do crescimento do PIB. Se não cresceu, não se altera o salário.

A última parcela seria referente à necessidade de redistribuição de renda. Talvez o maior de todos os problemas. Redistribuir a renda é fazer com que essa diferença diminua, preferencialmente elevando o valor mais baixo, de forma a que reflita apenas diferenças de qualificação de trabalhadores e não injustiças óbvias e condição precária de vida para tantos brasileiros.

Estou me referindo ao projeto do qual sou Relator e ao qual dou voto favorável – há também o do Senador Paulo Paim de teor semelhante. Proponho ao Governo Federal a criação de uma política salarial consistente para a população brasileira. Não é possível que, a cada vez em que se discute o salário mínimo aqui, surjam inúmeras emendas: uma dando um pouco mais, outra, um pouco menos, como se querendo fazer média com o trabalhador. Temos que parar com isso. O Governo não paga o que deve, enquanto que outros propõem valores verdadeiramente absurdos. A verdade é que tem que se achar uma política justa e concreta, para que possamos atender às necessidades dos trabalhadores do País.

Em reuniões, encontros, para os quais somos convidados, ouvimos sempre que os políticos prometem mas não cumprem; que, para se eleger, prometem um monte de coisas boas para os ouvidos mas depois não cumprem. Queria analisar exatamente esse aspecto. O PT, Partido dos Trabalhadores, há mais de 20 anos vem tentando ensinar como aplicar os recursos públicos, como recuperar o salário dos trabalhadores, como obter realmente uma tabela progressiva que traga justiça social. Ficaram mais de 20 anos falando isso.

Na campanha passada, um dos motes, uma das palavras de guerra de Lula era sobre a questão salarial. Lula falava da questão do Primeiro Emprego como se conhecesse todo o projeto para resolver essa situação e gerar milhares de empregos. Falava com tanto conhecimento que realmente chegava a nos convencer, pois dizia que tinha um projeto para acabar com a fome no Brasil.

Eu mesmo, do PSDB, votando no Serra, trabalhando para o Serra, ficava pensando: será que realmente esse homem não é a pessoa ideal? Será que não está realmente preparado para solucionar esses problemas? Porque Lula falava com conhecimento, convencia com suas palavras. E mostrava mais, com gráficos; parecia um professor, com dados, e palestrava: “Não é possível que este País, que arrecada tanto, não possa dar aos trabalhadores, já no início de um governo, o dobro do salário mínimo”.

E os números que ele nos mostrava realmente eram convincentes. Eu pensava: “Bom, o Lula vai ganhar as eleições, estão aí as pesquisas, e realmente vamos ter um Brasil diferente”. Ele ficou mais de 20 anos tentando ensinar os outros como administrar, “buzinando” nos ouvidos dos mais humildes que também era humilde e que tinha a saída social para o País. O Presidente Lula fazia isso quando candidato. Depois de eleito, morreu o Fome Zero e o Primeiro Emprego só teve um; os juros continuam altos; e, como dizia o Chico Anísio: “o salário continua assim ó, ó”.

Não é possível que essas pessoas que ficaram tantos anos estudando, sempre mostrando os caminhos que deveríamos seguir, agora no poder, envergonham a classe trabalhadora. Mas há pessoas que realmente têm objetivos nas suas propostas: os Senadores Paulo Paim, Tião Viana, Heloísa Helena, Mão Santa e tantas outras que há muitos anos vêm com o mesmo pensamento, seja na oposição, seja no Governo, mas com o mesmo pensamento, tentando trazer ou buscar resultados concretos e positivos...

(Interrupção do som.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Permita-me mais um minuto? Tentando realmente concretizar os compromissos assumidos em campanha eleitoral.

Querido amigo Mão Santa, na verdade, este Governo que tanto contestava e criticava os banqueiros e os juros altos e defendia tanto a classe pobre virou do avesso. Os pobres continuam pobres e os ricos cada vez mais ricos, os banqueiros mais ricos. Agora, o Presidente desce novamente e vai tentar buscar prestígio pessoal e amparo justamente naqueles para quem virou as costas: os aposentados, os trabalhadores, os funcionários públicos, o lutador do dia-a-dia, o agricultor, o que sofre diariamente. Sua Excelência desce do pedestal e vai tentar, por meio de sua lábia, da sua saliva, do bom papo, um pouco de demagogia, sustentar o seu prestígio pessoal. Nós precisamos realmente criar um mecanismo para que sejam punidos aqueles que se elegem prometendo e depois não cumprem.

Lamentavelmente, tenho que usar a tribuna para, mais uma vez, fazer crítica ao atual Governo Federal.

Perdoem-me os amigos petistas que são coerentes e continuam coerentes, mas nós somos obrigados a dizer que, durante a campanha eleitoral, era uma proposta, era um programa, um objetivo; agora, tentam se manter no poder apenas agradando aqueles que tanto foram condenados no passado, em cima do sofrimento daqueles que o elegeram, que é a classe trabalhadora.

Eu vou manter a minha posição. Trezentos e dez reais não seriam o suficiente, mas eu darei o voto para essa emenda.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nós tivemos aqui uma conversa com algumas Lideranças no plenário, alguns Senadores, e, como ainda há um número significativo de oradores, nós estamos propondo um acordo: hoje cumpriríamos todo o processo de discussão da matéria e amanhã faríamos a deliberação, porque nós vamos estender ainda, por um processo bastante longo, a sessão. Há entendimento com as Lideranças com quem conversamos, e estou fazendo, portanto, esta proposta: que encerremos hoje a fase de discussão e votemos na sessão de amanhã, por acordo de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa acolhe o entendimento das Lideranças.

Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Heleína Helena.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Em seguida, pela ordem, peço a palavra, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Encerra-se, conclui-se o processo de discussão, mas amanhã os encaminhamentos de votação ficam preservados? (Pausa.)

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa acolhe o entendimento das Lideranças. Encerrará hoje a discussão, ficando para amanhã a abertura para o encaminhamento de votações, com cinco minutos para cada orador e, posteriormente, a votação da matéria. Hoje seguiremos com a lista de oradores.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Uma breve comunicação, Sr. Presidente, por uma solicitação do Ministério das Relações Exteriores. Acabo de falar com o Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, uma vez que o Sr. Marcos Valério divulgou há pouco, na CPI, o nome de Roberto Árabe Abdanur como constante da lista dos sacadores. Surgiu a dúvida se essa pessoa seria o Embaixador Roberto Abdenur ou alguém com nome semelhante.

O Ministério de Relações Exteriores informa que o nome do Embaixador do Brasil em Washington é Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur. Eu fiz a comunicação na CPI, mas, como a TV Senado está transmitindo esta sessão e dada a relevância da informação, avaliei ser importante repeti-la aqui, Sr. Presidente. Portanto, está esclarecido.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não considero esclarecido, embora saiba que o Sr. Embaixador do Brasil em Washington é um homem de bem, um homem sério. Afinal, Roberto Abdenur não é um nome tão fácil de se encontrar. Conseqüentemente, acho que o assunto não deve ser encerrado; deve ser perquirido, até porque o Sr. Marcos Valério é um canalha, é um ladrão, um homem sem caráter, de maneira que não pode ser levado em conta.

É preciso esclarecer logo isso, para que fique tudo bem claro. Ninguém pode acreditar em Marcos Valério, que está a serviço de muita gente, porque ganhou muito dinheiro neste Governo, roubando.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Retornamos à discussão. Tem a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Mas permita-me, Sr. Presidente: acho que o Senador Antonio Carlos Magalhães não ouviu bem. Tratava-se de Roberto Árabe Abdanur o nome ali citado, que é muito diferente embora possa levar a confusão do nome do Embaixador do Brasil em Washington, que é Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, portanto, com outra grafia e completamente diferente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Abdenur?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Abdenur é diferente de Abdanur. É muito diferente Roberto Árabe Abdanur de Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur.

Meu prezado e querido Senador Antonio Carlos Magalhães, seria o mesmo caso de uma pessoa citada como Sr. Antonio Carlos Pinto Magalhães, que não seria o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.) Ressalvando que o Embaixador é um homem de bem, um homem decente, está acima de qualquer dúvida.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Claro. Esse é o ponto mais importante.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.) – Mas o meu medo é que esse Valério tenha posto propositadamente esse nome para criar essa confusão, porque se trata de um ladrão que quer se salvar de qualquer maneira.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT AC) – Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Valadares, para discutir a matéria, por até dez minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há cerca de 60 anos, o Brasil vem discutindo, nos mais diferentes governos e aqui no Congresso, a recomposição do salário mínimo. Se levarmos em conta que o salário mínimo foi instituído em 1936, são 69 anos de debate sobre o tema, apesar de a sua fixação somente se ter dado nos idos de 1940, nos vários Estados. Naquela época, eram vinte Estados e dois Territórios, que foram beneficiados com o salário mínimo.

Quando da sua instituição, o Presidente Getúlio Vargas determinou, por meio de decreto, que o salário mínimo seria revisto nos três anos seguintes após 1940. E, realmente, houve uma revisão do salário mínimo ano a ano, de tal forma que ocorreu uma recomposição, um crescimento e uma diferenciação menor entre Estados mais ricos e Estados mais pobres, pela adoção do salário mínimo.

Mas, de 1943 até 1951, não houve aumento algum do salário mínimo. Isso levou para baixo a classe trabalhadora; conseqüentemente, o salário mínimo passou a ser um referencial desprezível em relação aos trabalhadores.

Entretanto, entre 1951 e 1961, houve novos aumentos. E, com o Movimento Militar de 1964, aí, sim, o salário mínimo decresceu mais ainda, porque seu reajuste ficou subordinado a índices de produtividade que eram determinados, de forma subjetiva, pela equipe econômica do Governo da Revolução.

Em 1960, 70% dos trabalhadores – é índice do Dieese – recebiam salários menores do que o mínimo ou iguais a ele. Isso em 1960.

Quarenta anos depois, os trabalhadores que dependem exclusivamente do salário mínimo passaram a representar 13,9%, isto é, 13,9% dos trabalhadores recebem um salário mínimo igual ou menor do que esse salário estabelecido pelo Governo.

Contudo, Sr. Presidente, o salário mínimo em 1996, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, era de R\$112,00. Em maio agora de 2005, passou para R\$300,00. No ano passado, houve uma grande discussão, um grande debate tanto na Câmara como no Senado – aqui sob a coordenação do nosso Senador Paulo Paim. Defendemos, juntamente com S. Ex^a e o Senador Mão Santa, que o salário mínimo tivesse um aumento, em relação à proposta do Governo, de apenas R\$10,00. Votamos pelos R\$270,00. Contrariamos, sem dúvida alguma, Senador Paulo Paim nós, que fazemos parte da Base aliada, integrantes da equipe econômica do Governo, que passaram a ver naqueles que trabalhavam pela recomposição mais justa do salário mínimo um “quezinho” de oposição, certa autonomia, certa independência, quando todos nós devemos trabalhar no Congresso com independência, valorizando o trabalhador, respeitando os nossos aliados, mas sempre com o objetivo maior de servir ao nosso País e à causa do trabalhador.

Em julho deste ano, Sr. Presidente, segundo dados do Dieese, o salário mínimo representou 57,5% da cesta básica, aquela cesta básica prevista na Constituição. Isto é, enquanto o salário mínimo está fixado em R\$300,00, para uma família de quatro pessoas, marido mulher e dois filhos, o salário mínimo justo para sua manutenção de forma digna seria da ordem de R\$1.497,23. É o mínimo que o trabalhador deveria receber com o seu trabalho, fruto do seu esforço, numa empresa ou no próprio governo.

A cesta básica em Brasília, Sr. Presidente, hoje é da ordem R\$178,00, enquanto em Aracaju é da ordem de R\$139,00. O que resta para alguém que ganha um salário mínimo para passar o mês? Muito pouco.

Por isso, Sr. Presidente, ao encerrar as minhas palavras, a nossa proposta é que o Governo se dedique cada vez mais a fazer uma cobertura maior do salário mínimo para todos os trabalhadores e um salário mínimo maior, porque de nada adianta uma faixa cada vez maior de pessoas ganhando um salário mínimo, se o salário mínimo continua lá embaixo. Devemos trabalhar para fortalecer a economia do País de tal modo que tenhamos uma cobertura adequada, a maior possível, para os trabalhadores da indústria, do comércio, do campo, das cidades, e também um salário mínimo

mais justo, que seja representativo para a manutenção do trabalhador e de sua família.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

V. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste 9 de agosto de 2005, eu gostaria de lembrar a extraordinária batalha de Betinho, sociólogo, irmão do Henfil, que foi lembrado ontem por um bonito artigo do Ministro Patruz Ananias publicado no **Correio Braziliense**, que eu gostaria que fosse inserido na íntegra neste meu pronunciamento, uma vez que Patruz Ananias relembra como os valores de Betinho são muito próximos daqueles de Josué de Castro, de Celso Furtado, de Amartia Sen, de Joseph Stiglitz, de alguns dos maiores economistas, inclusive daqueles cujos valores deveriam estar sendo levados em conta por todos nós.

O Ministro Patruz Ananias, na semana passada, teve a oportunidade de travar um diálogo muito importante com o Prêmio Nobel de Economia da Universidade de Columbia, Joseph Stiglitz, diálogo que foi muito estimulante para o Governo do Presidente Lula. Embora estivesse lá apenas o Ministro Patruz Ananias, acredito que as suas recomendações chegarão ao Ministro Palocci, ao Ministro Henrique Meirelles, aos diretores do Banco Central.

Na hora em que estamos aqui decidindo votar o projeto de conversão em lei da Medida Provisória que define o valor do salário mínimo em R\$300,00, quero aqui prestar a minha homenagem ao Senador Paulo Paim, que tem sido um batalhador incansável para a recuperação devida e o acréscimo real no valor do salário mínimo, como meio de prover uma melhor condição de sobrevivência para todos aqueles que estão na base da pirâmide salarial brasileira e no mercado formal, pois sabemos que o salário mínimo não alcança aqueles que estão no mercado informal.

Em todas as ocasiões que tenho refletido sobre esta questão, tenho procurado lembrar que cada vez mais será importante para qualquer governo e para o Congresso Nacional considerar a definição de dois valores importantes, o valor do salário mínimo e o valor também da garantia de uma renda, o valor da renda básica de cidadania, uma vez que a renda básica de cidadania é um rendimento que independe de a pessoa estar ou não trabalhando. É um valor que será pago a todas as pessoas, não importando a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica, como um direito de partilhar da riqueza da Nação.

Prezado Senador que ora preside a sessão, Marcelo Crivella, hoje ouvi o seu pronunciamento, preocupado com a questão dos brasileiros, que, muitas vezes, não tendo oportunidade de sobrevivência em nosso País, acabam indo para o exterior em busca dessa oportunidade, se arriscando, vivendo ilegalmente, sem documentação. Há dois domingos, o programa Fantástico mostrou que nada menos do que 23 mil brasileiros estão detidos nas prisões da fronteira dos Estados Unidos com o México.

Registre aqui, na ausência de V. Ex^a, meus cumprimentos por ter ido, mais uma vez, àquela região e registro, novamente, a minha saudação por ter acompanhado cerca de 300 brasileiros que voltaram de avião para Belo Horizonte, assim como ocorreu no ano passado, quando V. Ex^a e o Senador Hélio Costa fizeram o mesmo trajeto nesse movimento muito importante.

Acredito que, mais e mais, precisamos mostrar ao governo dos Estados Unidos que já não faz sentido aquele muro, aquela objeção tão forte, mesmo que estejam preocupados com o terrorismo. Obviamente, fomos solidários aos norte-americanos diante da ameaça de terrorismo, mas um dos meios mais eficientes, mais eficazes, para diminuirmos a ameaça do terrorismo é a criação de condições para que todas as pessoas partilhem oportunidades de participar da riqueza das nações. Quem sabe, um dia, possa haver, do Alasca à Patagônia, do extremo norte da América do Norte ao extremo sul da América do Sul, a liberdade de as pessoas escolherem onde trabalhar, onde viver. Para que isso ocorra, é importante a homogeneização dos direitos à cidadania, inclusive dos direitos sociais e dos direitos dos trabalhadores.

Então, precisamos pensar na perspectiva de que um dia a renda básica de cidadania seja o valor de um salário mínimo mais homogêneo por toda a América do Sul e nas três Américas. Nessa ocasião, então, homens e mulheres poderão escolher onde estudar, trabalhar e viver com maior liberdade.

Votarei a favor do projeto de lei de conversão que o Presidente Lula avaliou importante, agora, definir. Sei que não é aquilo que o Presidente e nós Congressistas gostaríamos, mas é o que hoje se torna viável, sobretudo porque há mais de 31 milhões de trabalhadores vivendo atualmente com o salário mínimo, além de quase 15 milhões que recebem a remuneração como aposentados ou fazem jus a outros pagamentos por parte da Previdência. Somam-se, portanto, cerca de 46 milhões de brasileiros recebendo esse valor do salário mínimo. Trata-se de um ajuste que recupera o que foi perdido no que diz respeito à inflação, mais um ajuste real – não ainda o ideal.

O Senador Paulo Paim tem um projeto para a recuperação mais rápida, ao longo dos próximos anos, do valor do salário mínimo. Ele propôs que fosse um aumento, a cada ano, de pelo menos duas vezes o crescimento do PIB **per capita**, mais o aumento real. Sou o relator dessa matéria, procurei ouvir as palavras dos diversos ministérios, estou propondo algo na forma de um substitutivo que possa considerar pelo menos o aumento real, para que nunca haja diminuição, mais o PIB **per capita**, como base. Isso será objeto de consideração por parte dos Srs. Senadores.

Cumprimento-o mais uma vez, e quero dizer que sempre é uma satisfação dialogar com V. Ex^a, pelo interesse histórico que tem por esta matéria, sempre que ela aqui é apreciada, assim como todos os meus Colegas.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Cidadania e solidariedade

PATRUS ANANIAS

Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

A Semana Nacional de Mobilização pela Vida, que celebramos de hoje até o próximo dia 14 nós repõe, entre outros bons sentimentos e projetos, a presença inesquecível de Herbert de Souza, o nosso Betinho. Essa mobilização se une às valiosas contribuições coletivas com vistas às Metas do Milênio, fixadas pela ONU, e a data da celebração é também uma justa homenagem à memória desse notável brasileiro, que nos deixou em 9 de agosto de 1997. Se já não podemos mais sonhar com a volta do irmão do Henfil, podemos reafirmar os nossos compromissos e reafirmar as nossas ações no sentido de realizar os sonhos daquele que se tornou uma espécie de porta-voz da consciência cívica e humanitária do nosso país.

Betinho formou-se na geração da JUC (Juventude Universitária Católica), que recebeu a influência do pensamento e da prática dos sociais-cristãos, entre eles o notável padre Lebrez, inspirador da enciclica sobre o Desenvolvimento dos Povos, a *Populorum Progressio*, do papa Paulo VI. Lebrez era um incansável estudioso das questões econômicas à luz dos princípios éticos dos Evangelhos e articulou uma grande rede de pesquisadores, pessoas e entidades em torno desse compromisso. Betinho aprendeu com ele que a economia é um instrumento para o promover o bem maior, que é o desenvolvimento com justiça social. A primazia e o fim último é sempre a vida e a dignidade da pessoa humana. Teoricamente, as pessoas razoáveis concordam com isso. Economistas notáveis têm reafirmado essa compreensão hierárquica dos valores e da organização da sociedade: John Kenneth Galbraith, Gunnar Myrdal, Raul Prebisch, Celso Furtado e, mais recentemente, ganhadores do Prêmio Nobel de Economia, como Joseph Stiglitz e Amartya Sen. Mas promover uma maior equidade social, assegurar na prática os direitos que garantam e promovam a vida humana, implica distribuir riquezas e bens, eliminar privilégios, tributar de forma mais justa as grandes propriedades e lucros.

Se há uma concordância nos princípios, surgem as discórdias quanto aos métodos, porque os mais ricos sempre acham que precisam de um pouquinho mais. O dinheiro é de fato um substitutivo de Deus, o

bezerro de ouro. Vivemos uma era dominada pelo econômico, que me faz lembrar uma história que contava o saudoso professor Edgar da Mata-Machado sobre o poeta Murilo Mendes e suas manifestações muito próprias e singulares: diante de um prédio bancário, o autor de *Poesia Liberdade* tirava o chapéu com respeito, curvava a cabeça e fazia a devota reverência, como se estivesse diante do território sagrado que anuncia o mistério e a presença de Deus. Católico e com refinada ironia, afirmava que os bancos eram os novos templos do nosso tempo.

Além do mercado financeiro, cada dia mais personalizado ("o mercado reage, o mercado se agita e fica nervoso, o mercado se acalma") e com sentimentos imperscrutáveis; temos a explosão da propaganda consumista, quase sempre associada a um erotismo vulgar; com o dinheiro abrindo portas, comprando facilidades e uma felicidade falsa.

Nesse contexto histórico, marcado pela hegemonia incontestável do capital, Betinho vive a última quadra grandiosa de sua vida, mobilizando as consciências nos esforços e ações coletivas contra a fome e a miséria, abrindo novos horizontes sobre os direitos e deveres da cidadania, a democratização da terra e das oportunidades. Betinho resgata o legado moral e espiritual daqueles que trabalhavam para assegurar a todos os compatriotas o direito humano e fundamental à alimentação. Em nome de tantos, tanto maiores quanto mais anônimos, podemos resgatar as memórias de Josué de Castro e Dom Hélder Câmara.

O legado de Betinho e de seus companheiros de esperanças e lutas generosas está se consolidando. Milhares, milhões de pessoas de boa vontade estão se mobilizando em iniciativas individuais e coletivas e se integrando aos programas e ações do Fome Zero para que possamos juntos, governos e sociedade, cumprirmos as metas do milênio e erradicarmos a fome, a desnutrição e promovermos a mais ampla e transformadora inclusão social no Brasil.

Por sua vez, o governo nacional, sob a liderança do presidente Lula, está consolidando no país uma rede de proteção e promoção como jamais tivemos. O desafio do direito à alimentação com regularidade, qualidade e quantidade para todos tornou-se tema e procedimentos concretos de políticas públicas. Estamos avançando. Betinho foi o grande marco nessa semana que explicita os melhores sentimentos do grande povo brasileiro.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PL – RJ) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

A Presidência cumprimenta V. Ex^a pelo pronunciamento e agradece por ter observado o tempo.

Com a palavra o nobre Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.

V. Ex^a dispõe da palavra por 10 minutos.

Logo em seguida, falará o Senador Flávio Arns.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caro amigo Senador Marcelo Crivella, ao ler o texto da medida provisória, ao ouvir alguns discursos sobre essa matéria na Casa, fiquei, Senador Mão Santa, a lembrar o ano de 2003, quando aqui neste plenário discutíamos e votávamos o Projeto de Emenda Constitucional que taxava aposentados e pensionistas. Naquela ocasião, em 2003, eu me perguntava, Senador Paim, V. Ex^a e o Senador Pedro Simon, que tanto esforço fizeram para de alguma maneira salvar os nossos aposentados e pensionistas: Meu Deus! O Governo do PT taxando aposentados e pensionistas em nome da solvência do Estado, com um discurso absolutamente contraditório!

Mas era o início. O início de um processo de contradições que me vem chocando, sinceramente. Não quero nem me referir ao momento que ora vivemos, do ponto de vista ético e moral, com três CPIMs funcionando no Congresso Nacional a apurarem casos de desonestidade, de mal uso do dinheiro público, envolvendo parte do Legislativo e do Executivo. Isso, realmente, no meu roteiro de contradições, eu não poderia incluir. Mas, vir aqui discutir o salário mínimo de R\$300,00, francamente! Será que temos condições de justificar isso a esses milhões de brasileiros?

Vejo aqui na tela do nosso computador a justificativa de como serão beneficiados xis milhões de brasileiros, repetindo uma ladainha justificada no passado, dizendo que Previdência quebra se aumentar o salário mínimo. O que quebra a Previdência é a ladroagem. Quem quebra a Previdência são os empresários que não recolhem a contribuição; são as “Jorgetes” da vida, são os juízes corruptos; são os parlamentares que indicam cargos para o INSS para tomar o dinheiro público; é o desvio do dinheiro da Previdência. Não é o salário do aposentado, não é o salário do pensionista. Francamente!

Eu fico a me lembrar de quando o nosso velho PMDB de guerra, após sermos derrotados em 1984, na histórica luta pelas Diretas Já, operamos uma tran-

sição tão difícil, em que Pedro Simon, junto com outros grandes brasileiros, com o Dr. Ulysses, e eu menino, na juventude do meu Partido, do PMDB, apoiamos a candidatura de Tancredo Neves. E o Partido dos Trabalhadores expulsava os seus três integrantes que votavam, no Colégio Eleitoral, no grande brasileiro Tancredo Neves contra Paulo Maluf: a Deputada Beth Mendes, o Deputado Ailton Soares e o Deputado José Eudes.

Depois veio a Constituinte. E o PT se negou a assinar a Constituinte. Uma Constituinte cidadã, uma Constituinte que busca o equilíbrio social, forjada na busca do aprofundamento do processo democrático, e o PT se nega a assiná-la.

Depois veio o **impeachment** do Presidente Collor. O Vice-Presidente, fragilizado, Itamar Franco, assume a Presidência da República, e todos os partidos – todos – participam daquele momento histórico: PDT, PSDB, PMDB, todos os partidos contribuíram...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Cabral, permita-me um aparte?

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Com prazer, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Só um pequeno detalhe, Senador. Eu quero dizer que concordo na íntegra com o seu pronunciamento, inclusive com a questão do salário mínimo. Estamos votando aqui R\$300,00, e estamos com problema ainda. Digo que fui constituinte e tenho, inclusive, a foto com meu filho, que hoje tem quase trinta anos, no ato da assinatura. Todos nós assinamos. Onde foi a divergência? Tem razão o discurso de V. Ex^a, e o Senador Pedro Simon disse: “Não, mas é quase a mesma coisa.” E é verdade. Nós votamos contra, esse é o detalhe. Assinamos, mas votamos contra, inclusive eu estava lá na época.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Agradeço a retificação.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – É na linha do seu raciocínio, só para ficar a verdade clara. A crítica de V. Ex^a procede. Eu, por exemplo, sou um defensor dessa Constituição. Votei contra, mas assinei.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Obrigado, Senador Paulo Paim, um dos grandes nomes desta Casa, um grande gaúcho e brasileiro que honra o Senado Federal e que tanto luta com coerência pelos interesses do povo brasileiro.

Mas, veio, Senador Paulo Paim, aquele momento dramático do fim de 1992, em que Pedro Simon se dispôs a ser o Líder do Governo Itamar Franco. Roberto Freire... E a ex-Prefeita Luíza Erundina aceita o Ministério da Administração e é expulsa do Partido dos Trabalhadores por participar daquele Governo de coalizão.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fico aqui a me perguntar: estamos aqui votando um salário mínimo de R\$300,00 para o povo brasileiro? Lá no meu Estado, aprovamos, com o então Governador Anthony Garotinho, aproveitando uma Lei aprovada no Congresso Nacional, que permite aos Estados estabelecerem um salário mínimo diferente, um salário mínimo com maior poder aquisitivo. Não é o ideal, mas é superior a esses R\$300,00. Ah, mas não interfere no serviço público; não interfere nas prefeituras, na Previdência. Ora bolas!

Olha esse superávit primário, Senador Pedro Simon, que chega a quase 5% superior à meta do Ministério da Fazenda. Então, estamos aqui a votar um salário mínimo de R\$300,00 para confirmar e garantir um superávit primário para pagar bilhões e bilhões de reais de juros.

Hoje, há duas notícias importantes nas páginas econômicas dos jornais. Uma: "O maior banco privado brasileiro teve um lucro de 120% no semestre", superior ao ano passado, que já foi maravilhoso. E outra notícia: a maior cadeia de supermercados do Brasil teve uma queda nas vendas, no último trimestre, vertiginosa.

E nós estamos aqui a aprovar um salário mínimo de R\$300,00. Do outro lado do corredor, a CPI do Mensalão; do outro lado, a CPI dos Bingos; do outro lado, a CPI dos Correios. Quer dizer, eu não esperava, Presidente em exercício, Marcelo Crivella, chegar a agosto de 2005 – e desculpe-me o trocadilho infame – muito a contragosto a ver o Governo do PT nessas circunstâncias.

O Partido da Frente Liberal apresenta um destaque para um valor que não representa quase nada, mas que é muita coisa para o trabalhador: R\$10,00. O que vejo aqui no computador, a justificativa é R\$10,00 que passa a ser o valor diário do pagamento do salário mínimo. Então estamos acrescentando mais um dia. Está aqui no texto do Presidente Lula, da Medida Provisória. Serão R\$10,00 por dia.

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$10,00, o seu valor horário a R\$1,36.

É o valor real, é o valor por hora do salário mínimo.

Então a proposta do PFL acrescenta mais um dia à diária do trabalhador.

Acho que não é possível que o Tesouro Nacional não suporte isso. Vamos tratar de mudar a regra do raciocínio. Vamos combater os corruptos. Vamos combater a inadimplência no INSS, os empresários que não pagam. Vamos, enfim, operar e enfrentar aqueles

que, de fato, merecem a coragem do Estado brasileiro para serem enfrentados e tratar com mais dignidade o trabalhador brasileiro, o aposentado brasileiro, a pensionista brasileira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PL – RJ) – Com a palavra o nobre Senador Flávio Arns. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de externar a minha opinião sobre o projeto para aumento do salário mínimo, gostaria de abordar uma situação que vem sendo apresentada nas falas de vários Líderes partidários e também nos meios de comunicação em relação ao comportamento do Governo Federal, de Ministros ou de pessoas envolvidas na crise atual.

Compara-se esse comportamento com o comportamento de uma pessoa autista.

Quero lembrar, com muito destaque, que a criança, o jovem ou o adulto autista é portador de uma excepcionalidade, que se caracteriza por movimentos estereotipados – balançam as mãos, o corpo, a cabeça. O autismo normalmente afeta pessoas do sexo masculino. São normalmente meninos muito bonitos, mas que não têm nada a ver com o comportamento demonstrado nesses episódios, que, infelizmente, entristecem toda a sociedade brasileira.

A pessoa autista, em primeiro lugar, tem um problema talvez genético ou sensorial, ou das percepções – existe uma discussão no mundo científico bastante grande sobre a origem do autismo. Isso não tem nada a ver com o problema ético, moral da corrupção que enlameia a credibilidade de tantas pessoas pelo Brasil.

O autismo, aparentemente – assim pode pensar a pessoa que olha uma criança, um jovem ou um adulto autista –, não está se comunicando com o mundo. Porém, nós sabemos perfeitamente, por meio de metodologias que foram desenvolvidas, que a pessoa autista entende tudo que está acontecendo ao seu redor e inclusive dá respostas aos estímulos.

E não é isso que a gente vê nessa crise atual. O que assistimos são pessoas que esqueceram de ver o sentimento, a intenção, a vontade da sociedade.

E ainda há um terceiro aspecto: a criança, o jovem ou o adulto autista – e há tantos exemplos na literatura – aprende a ler, aprende a escrever até sozinho. Antigamente dizia-se que essas pessoas tinham talvez deficiência mental associada. Hoje em dia podemos dizer que muitas delas são pessoas com talentos especiais, talento para a luta, para a inclusão, para terem seus direitos fundamentais respeitados, o que é bem diferente dessa coisa que estamos vendo nesse momento em nosso País. Eu diria que não há nenhu-

ma comparação entre a pessoa autista e o que está acontecendo no Brasil.

Tenho do meu lado o Senador Eduardo Azeredo, que é Presidente da Subcomissão da Pessoa com Deficiência, aqui no Senado, na Comissão de Assuntos Sociais. Não só ele como a sua família batalham, há muitos anos, pela conquista de direitos e de cidadania para a pessoa com deficiência. A sugestão que faço é para que tomemos muito cuidado com o uso dessa expressão, em respeito aos brasileiros portadores de autismo e às suas famílias, que são cidadãos que lutam pelos seus direitos. Na verdade, não há nenhuma comparação com aquilo que está sendo dito, apesar de entendermos que a pessoa escreva sobre isso e que o jornal publique isso, não com má intenção, mas que este alerta sirva para pensarmos sobre o assunto também.

Com prazer dou um aparte ao Senador Eduardo Azeredo, grande brasileiro e grande lutador nessa área. Estamos juntos nessa caminhada.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Flávio Arns, quero apenas cumprimentá-lo pela oportunidade, porque realmente as pessoas às vezes usam esse termo autista para dizer que é uma pessoa “alienada”. Isso não é só politicamente incorreto. É totalmente incorreto utilizar essa palavra, essa expressão, da forma como as pessoas estão acostumadas a usar. Uma pessoa “alienada” é alguém que não se informa, não participa. Mas jamais se deve dizer isso de uma pessoa autista, no sentido que tem sido usado em nosso País. V. Ex^a está perfeitamente correto, é oportuno lembrar essa questão. As pessoas autistas merecem o nosso respeito, precisam de todo o nosso trabalho, da nossa preocupação. Aqui, no Senado, temos muito a fazer nessa luta por conquistas sociais importantes, como a melhoria do salário mínimo, como a questão das pessoas com deficiências. É a isso que temos de nos dedicar muito, Senador Flávio Arns. Orgulho-me de estar ao seu lado porque somos de partidos diferentes, mas estamos de um lado só: aquele que busca a dignidade humana.

O SR FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e compartilho integralmente do seu conteúdo, com muito respeito e amizade.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer que, francamente, parafraseando pessoas que já se manifestaram, é uma vergonha discutirmos um salário mínimo de R\$300. Às vezes, fico pensando por que o salário mínimo está só em R\$300. Eu diria que está nesse valor, porque nós que decidimos sobre essas questões, seja no Executivo, no Judiciário, como fiscais dos direitos do cidadão, ou no Legislativo, nós, não ganhamos o salário mínimo. Se ganhássemos, teríamos resolvido

isso há muito tempo. É uma vergonha! É um esforço que devemos fazer, no mínimo, por solidariedade, que significa tentarmos pelo menos nos colocar na pele da outra pessoa e ver que não viveríamos, absolutamente, com um salário mínimo, bem diferente dos quarenta e dois salários mínimos que recebemos aqui dentro do Congresso Nacional. E muitos de nós reclamamos que não conseguimos viver com os quarenta e dois salários mínimos. Isso é demonstração da falta de democracia, de cidadania e de empenho em nossa sociedade.

No ano passado, discutimos que deveríamos ter critérios para a correção do salário mínimo. E, neste ano, estamos discutindo novamente que precisamos ter critérios permanentes que valorizem o salário mínimo e pensem sobre ele.

É um absurdo dizer que não existem recursos para o salário mínimo. O Brasil é um País rico. Cento e cinquenta bilhões de juros da dívida pública são repassados, como alguns Parlamentares dizem, para a agiotagem internacional. O dinheiro, os credores, os 10, 12 credores do Brasil que vêm para cá e deixam o dinheiro de noite por pouco tempo, sem taxação, e as nossas riquezas, os nossos superávits – nunca suficientes, mas construídos com o esforço, com o sacrifício do povo – saem do País, embora digamos que a renda precisa ser distribuída, a riqueza precisa ser distribuída.

Sem dúvida alguma, eu preferiria, assim como certamente toda a sociedade, distribuir a renda para os brasileiros, e não para a agiotagem econômica, seja nacional ou internacional.

Devemos pensar, nesta hora, sobre esta questão tão fundamental, de referência de discussão, temos que saber que, neste sentido, nosso papel é fundamental. É como muitas pessoas dizem em relação à criança de rua. Por que ainda não tem solução, até o momento, a questão da criança e do jovem em situação de risco? Porque os nossos filhos não estão na rua. Então, vamos ter solidariedade em relação a todas as situações, a começar pelo salário mínimo, lutar para que esse valor possa ser um pouquinho maior e, no próximo ano, não repetir o fato de não termos discutido critérios.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PL – RJ) – Muito obrigado, Sr. Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao nobre Senador pela Rio Grande do Sul e pelo PMDB, Pedro Simon, que dispõe de dez minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Flávio Arns fez o velho discurso do PT, de que estávamos com saudade. V. Ex^a, o Senador Paulo Paim... Na realidade, parece

uma situação... O PT, do Dr. Lula, R\$300,00... E o PFL pedindo, por favor, para votar R\$310,00. E o Governo não só paga os 150 bilhões para os juros, mas antecipa os juros do ano que vem e paga este ano. Quer dizer, sobra dinheiro para pagar este ano os juros que vão vencer no ano que vem, mas que deveríamos estar votando aqui. Se o Lula tivesse cumprindo... Acho que, para Sua Excelência, que é um trabalhador, e para nós, que não somos trabalhadores, a promessa mais importante da sua campanha foi: "Eu vou dobrar o salário mínimo." Eu me lembro de que, quando Sua Excelência fez essa afirmativa, repetiu. "Eu sei o que isso significa, mas repito: vou dobrar o salário mínimo." Foi assim que Lula falou.

Deveríamos estar votando aqui, e o nosso mestre Senador Paim diz, seria R\$500,00 para agora e são R\$300,00. Tem razão o Senador Flávio Arns quando diz que somente estamos votando R\$300,00 – e é R\$310,00, que vamos votar – porque o nosso salário não está vinculado ao salário mínimo.

Apresentei um projeto, e ele está aí parado nas gavetas: não podemos ganhar mais do que dez vezes o salário mínimo. O que ouvi de desaforo, os apartes de Parlamentares que me disseram: "Mas V. Ex^a tem uma posição ridícula! É demagogia o que V. Ex^a está fazendo! Como é que um Senador vai viver com dez salários mínimos!?" Aí eu digo: "Mas não é essa a pergunta. A pergunta não é como um Senador vai viver com dez salários mínimos. A pergunta é: como um cidadão e uma família vive com um salário mínimo?!" Essa é a pergunta.

Quando Governador do Rio Grande, uma das coisas de que eu mais me orgulho é que consegui aprovar na Assembléia Legislativa uma lei que determinava que o maior salário não podia ser vinte vezes maior do que o menor salário. Hoje, a minha lei ainda está em vigor, só que, com os penduricalhos, ficou o seguinte: o fixo não pode ser maior do que 20 vezes o menor, agora, os penduricalhos podem dobrar ou triplicar.

Repito o que já disse mil vezes: na Alemanha, o maior salário numa empresa não é maior do que sete vezes o menor salário. O presidente da Volkswagen não ganha mais do que sete vezes o que ganha o lavador de banheiro da empresa. Mas é claro que, na Alemanha, o lavador de banheiro tem um salário que lhe dá condições de ter uma casa digna, que lhe dá condições de sua família comer e viver, de os filhos estudarem, porque a estrutura da sociedade permite isso. No Brasil, entendo que não queira um Senador ganhar dez salários mínimos, porque com um salário mínimo praticamente se vegeta.

O Governo do Lula encontrou para o Ministério da Fazenda a melhor pessoa que há para o mundo fi-

nanceiro do Brasil e para o mundo exterior. Olha que os empresários estão muito felizes com o nosso Ministro da Fazenda. Olha que os bancos estão felizes da vida com o nosso Ministro da Fazenda. O Fundo Monetário Internacional diz que esta é a melhor época que o Brasil está vivendo, com o nosso Ministro da Fazenda.

Eu dizia que, no Governo Fernando Henrique, o Banco Mundial tinha que fazer uma estátua da altura de um primeiro andar em homenagem ao Ministro da Fazenda, porque era o maior pagador, era o que tinha dado mais lucro a esse Banco. O atual Ministro deixa o outro parado no tempo, porque agora o Banco Mundial está ganhando muito mais e está muito mais satisfeito, tanto que não precisamos de acordo. Não é preciso, o Brasil está antecipando. O Brasil está fazendo, sem acordo, sem coisa nenhuma, aquilo que o Banco Mundial quer, e fazendo mais, superando, fazendo mais do que o Banco Mundial pede. Agora, estamos nesta situação.

Quero dizer a minha posição. O mínimo que posso fazer, com vergonha, com humilhação, é votar o salário mínimo com a emenda do PFL, com os R\$10,00 a menos. É ridículo? É. É bobagem? É. Mas é o mínimo que eu posso fazer. Não há outra chance!

E faço um apelo ao Senador Paulo Paim, que é o homem que representa a história da luta de milhões de brasileiros neste Congresso Nacional, que tem uma história, que tem uma biografia. Um homem que fez greve de fome na época da ditadura, que lutou, que resistiu, que teve coragem de enfrentar as horas mais amargas com a sua firmeza de pensamento. Perdoe-me, Senador Paulo Paim, mas V. Ex^a não pode votar contra os R\$10,00 do PFL. Como o Senador Flávio Arns não pode, como o Senador Cristovam Buarque não pode, como eu não posso. É o mínimo! Nós temos que votar os R\$10,00.

Eu não consigo entender algo. O Líder do PT, o Líder do Governo, justiça seja feita, é um herói no Senado. É a pessoa mais importante do Governo, porque defende o indefensável. O Senador Aloizio Mercadante tem levado este Governo, que não tem praticamente nada. Ele defende, debate, discute, analisa e consegue tirar água de pedra. Mas não entendo como o Senador Aloizio Mercadante não procura o Governo, bate na mesa e diz: "Perdoem-me. O PT está em baixa. Nós estamos mal. A nossa situação está horrível. É roubo, é falcatura, são mil coisas. Não me venham dizer agora que colocar R\$10,00 a mais quebrará a Previdência, quebrará o Governo brasileiro. Não temos autoridade para votar contra". Agora, dizer que o PFL bancará o herói, o bacana, ao colocar R\$10,00 a mais e que o PT votará contra... É até simbólica a votação. É até mais simbólica, embora digam bem os companheiros que, para quem ganha R\$300,00,

R\$10,00 é muito. Como disse o nobre Senador Heráclito, esses R\$10,00 representam um dia a mais de trabalho; é um dia a mais que ele ganhará.

Sr. Presidente, serei sincero. Não entra na minha cabeça o Líder do Governo, que tem história, que tem biografia, que quer ser candidato a Governador de São Paulo no próximo ano – ele deverá ir à tribuna, visitar bairros, vilas, e debater –, que está levando este Governo nas costas, dizer que não concordou com os R\$10,00. O Brasil não quebra com o ex-Chefe da Casa Civil, com o Tesoureiro do PT, o Sr. Delúbio, com esses escândalos todos, mas quebra com os R\$10,00 a mais no salário mínimo. Não dá para acreditar! E não dá para acreditar que o Líder do Governo, volto a repetir, a figura mais importante deste Governo que praticamente não tem o que dizer e não tem o que fazer, que o Sr. Mercadante não possa dizer para o seu Governo que não pode pedir aos Senadores do seu Partido, nesta hora, que não votem a favor dos R\$310,00. É nada? É nada. Mas é alguma coisa. É um gesto, meu querido Presidente Lula, simples, singelo, pequeno, mas é um gesto, para quem, como V. Ex^a, prometeu que o salário mínimo, hoje, seria R\$500,00.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estaríamos votando R\$500,00, pelas promessas do Presidente Lula!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PL – RJ) – O tempo de V. Ex^a fica prorrogado por mais cinco minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não são R\$500,00, mas, pelo menos, serão R\$310,00. Iniciativa do PFL? Sim. Mas não tem importância de quem é a iniciativa. Iniciativa com objetivo político? Sei lá! Mas o triste não é a iniciativa do PFL; o triste é o PT votar contra. O triste é este Congresso e este Senado rejeitarem. Isso que é negativo. Não temos argumento, não temos lógica alguma para isso. Há momentos na vida em que as coisas mais insignificantes têm um relevo especial. Hoje tem! Claro que o Ministro da Fazenda, acostumado a lidar com bilhões, não está mais preocupado. Não tem mais cheiro de povo! Tem o trabalho internacional, dos bancos mundiais, dos banqueiros, dos financeiros, dos grandes empresários. É claro que, para eles, não significa nada! Mas, aqui neste Congresso Nacional, há muita gente que ainda tem o sentimento de povo, o sentimento da alma popular e com uma atitude que representa uma tomada de posição.

Os R\$10,00 que vamos votar amanhã serão votados com humildade e com vergonha, como muito bem diz o Senador, porque, se fosse o nosso salário, não seria assim. Se estivéssemos votando, a esta altura, o nosso salário vinculado ao salário dos trabalhadores, tenho certeza de que eles estariam ganhando R\$600,00 por mês. Tenho certeza absoluta. Mas estão sozinhos, desamparados. E não estamos votando em causa própria, nem o Paim nem eu! Porque o piso do Rio Grande do Sul é de R\$410,00, ou seja, isso aqui não vai atingir o Rio Grande do Sul, não vai mudar nada lá. Então não é uma medida pessoal! Nem o Paim nem eu estamos votando uma coisa pessoal. E tenho certeza de que o Zambiasi também vai votar conosco. Assim, os três votaremos a favor dos R\$310,00. Repito: para nós do Rio Grande do Sul, isso não significa nada, porque lá o salário mínimo já é R\$410,00. Agora, como símbolo do Senado, nesta hora em que estão aí as CPIs – principalmente hoje, um dia tão triste, com denúncias de negócios de mulheres, de boemia, de farra e não sei mais o que –, um gesto afirmativo, um gesto positivo, principalmente, meus irmãos da Bancada do PT, é votarmos os R\$310,00.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Marcelo Crivella, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Silhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Tem a palavra o Senador Marcelo Crivella, por dez minutos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, três classes estão muito preocupadas com a votação de amanhã no Senado Federal. Em primeiro lugar, os trabalhadores do setor rural – são mais de 20 milhões que recebem salário mínimo. Depois, as empregadas domésticas. O setor do trabalho doméstico é o que mais emprega e o que mais cresce na economia brasileira, e está extremamente interessado na votação referente ao salário mínimo. E, finalmente, os jovens que iniciam a carreira profissional e recebem salário mínimo.

Fica muito difícil explicar a essas pessoas votarmos um salário mínimo menor, quando o nosso País adota uma política econômica que impõe um superávit, este ano, que vai passar dos R\$90 bilhões; quando pagamos mais de R\$150 bilhões a título de juros da dívida pública. E pior: dessa dívida pública, Senador Flávio Arns, 80% pertencem a 7 mil brasileiros, que estão com o consumo saturado, já não têm mais o

que ter no Brasil. Imagine V. Ex^a que 7 mil brasileiros detêm hoje 80% da dívida pública, que está chegando a R\$800 bilhões! Nunca se viu, na história da humanidade, tamanha concentração de renda, tamanha desigualdade social.

Ao mesmo tempo em que esse grupo se mostra nas suas festas, nas mansões, com os helicópteros, com os barcos, com as viagens internacionais, do outro lado desse oceano existe um mundo de barbárie, de violência, de narcotráfico, das capitais brasileiras sendo “favelizadas”, de um sistema penitenciário medieval, onde as pessoas são barbarizadas, vegetam e muitas vezes continuam presas, mesmo depois de cumprirem a pena. São duas realidades, miséria e opulência, irmãs siamesas, que não conseguem viver uma sem a outra, em uma sociedade que nos angustia.

Na semana passada, tive a tristeza de acompanhar os brasileiros que estão voltando dos Estados Unidos. Vinte e cinco mil irmãos brasileiros tentaram entrar naquele país, debaixo da cerca, atravessando o rio, molhados, humilhados, tristes, para tentar um emprego com um salário mais digno. Esses brasileiros voltaram em vôos fretados pelo Governo norte-americano, e muitos deles, ao desembarcarem em Belo Horizonte, no aeroporto de Confins, disseram-me que a única opção que tinham era tentar ir para São Paulo e novamente voltar para os Estados Unidos, pois estão endividados, não têm como sobreviver no Brasil e vão novamente cair no tráfico dos “coiotes”.

É muito triste sabermos que atualmente existem 30 milhões de brasileiros desempregados ou subempregados e que 65% deles são jovens entre 14 e 26 anos.

Sei que isso angustia o Presidente Lula, mas sei também que Sua Excelência se tornou refém de uma política econômica que, essa, sim, é benquista na mídia. Essa é capa de jornais, de revistas. E as pessoas muitas vezes acreditam nisso, como agora vemos pessoas na rua, dizendo: “Puxa, o Bradesco lucrou 120% a mais, R\$2,6 bilhões!” E celebram e festejam, quando esse dinheiro poderia ter sido lucro de nossas empresas, que empregam muito mais pessoas, que geram riquezas na nossa pauta de exportação, que fazem uma inserção internacional, muito mais do que o ganho obtido com o pagamento de juros, muitos deles de consumidores que estão no desespero e fazem financiamentos para pagar outros que tinham.

Essa realidade do povo brasileiro clama aos céus, mas clama também aos homens de boa vontade. E é por isso que amanhã o povo brasileiro estará atento à votação no Senado Federal. Foi nesta Casa que con-

seguimos aprovar a PEC paralela. Foi aqui também que, da vez anterior, o salário mínimo foi votado muito acima do valor fixado na Câmara, embora depois, voltando para a Câmara dos Deputados, tenha sido derrubado.

Acredito que amanhã também o salário mínimo será majorado aqui. Aliás, faço um apelo à Base do Governo para que possamos nos reunir, debater, discutir, antes de vir ao plenário, e para levarmos essa mensagem ao setor que traça a política econômica do Governo, ao Secretário do Tesouro, ao Ministro do Planejamento e ao Ministro da Fazenda. Será muito difícil aprovarmos aqui um salário mínimo que não seja o de maior valor. O povo brasileiro precisa de um sinal do Parlamento que esteja em consonância e na frequência das suas aspirações.

O salário mínimo pode não ser aquele que sonhamos, mas é uma votação simbólica. Como disse o Senador Pedro Simon, também sou de um Estado onde o salário mínimo passa de R\$400,00. O Estado do Rio de Janeiro tem um salário regional muito acima do fixado pelo Governo Federal, e não é de agora. Há vários governos, tem sido assim.

Porém, nós do Estado do Rio de Janeiro, que sempre fomos vanguarda nas conquistas políticas do Brasil e que assistimos à degradação social do nosso povo, caracterizada fundamentalmente pelo alto índice de desemprego, não podemos deixar de aproveitar a oportunidade para amanhã mandarmos uma mensagem clara aos setores econômicos do Governo de que não é possível mais manter a economia nessa recessão.

Alguns dirão que mesmo setores conservadores, analistas econômicos conservadores já apontam para um crescimento acima do que foi previsto no primeiro semestre, dando conta de que o Brasil cresce, este ano, acima dos 3%. Essa média, cujos índices são os mesmos da última década do século passado, é medíocre. Não podemos pensar que ela vá tocar sequer no estoque de desempregados que temos. E não vai atender a mais de um milhão e meio de jovens que chegam todos os anos ao mercado de trabalho, em busca de uma oportunidade. É preciso reverter isso.

Faço um apelo ao Senhor Presidente da República, que, tenho certeza, nas suas movimentações, nas suas andanças pelo País, tem sentido que a crise social ultrapassa a capacidade do povo brasileiro de agüentar sofrimento. É preciso, Senhor Presidente, fazermos uma política de pleno emprego. Não podemos apenas ter uma política de responsabilidade fiscal. É preciso ter uma política de pleno emprego. A sociedade brasileira não agüenta viver com altos

índices de desemprego e de subemprego. Nas comunidades carentes, as pessoas que hoje estão envolvidas com o narcotráfico, com a prostituição ou com a pirataria já têm a solidariedade dos parentes, dos amigos, dos vizinhos, porque se tornou uma estratégia de sobrevivência para as pessoas terem pelo menos o que comer.

É preciso que agora, na reta final do Governo do Presidente Lula, venhamos a retomar os compromissos históricos do Partido dos Trabalhadores, que é uma melhor distribuição de renda, o acesso à terra, um salário digno, duplicarmos esse salário.

Por isso, como Partido da Base e já fizemos uma reunião no Partido Liberal, amanhã estaremos votando pelo maior valor do salário mínimo.

Era isso, Sr^a Presidente, o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Continua a discussão. (Pausa.)

Está encerrada a discussão.

Tendo em vista que a votação do Item 1 da Ordem do Dia (MPV 248/2005), que também está sobrestando a pauta do Senado Federal, foi marcada para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 10, conforme manifestação, em plenário, das Lideranças partidárias, ficam sobrestados os demais itens constantes da pauta de hoje.

São os seguintes os itens sobrestados:

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 250, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relatora revisora: Senadora Ana Júlia Carepa

Prazo final: 16-9-2005

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 599, de 2005 – art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84/1999, na Casa de origem), que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Cód-*

go Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial).

Parecer favorável, sob nº 1.059, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

Pendente de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2004**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.*

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001 (nº 3.786/97, na Casa de origem), que *dispõe sobre inscrições em Braille nos medicamentos.*

Parecer sob nº 1.080, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2001 (nº 2.646/2000, na Casa de origem), que *altera a redação do § 1º do art. 285 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro* (permite ao condutor ou proprietário de veículos coletivos interpor recurso com efeito suspensivo de multa aplicada por aparelho eletrônico).

Parecer sob nº 476, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Sibá Machado.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (nº 3.464/2000,

na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.*

Parecer favorável, sob nº 1.023, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986/2000, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975* (dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos).

Parecer sob nº 94, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta, com voto em separado do Senador Flávio Arns.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, e
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

16

REQUERIMENTO Nº 579, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 579, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, de sua autoria.

17

REQUERIMENTO Nº 598, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 598, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paléo Paes.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.343, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 146, de 2005 (nº 325/2005, na origem), que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de US\$33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro -AGROFUTURO, cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

Relator: Senador **Jonas Pinheiro**

I – Relatório

O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 146, de 2005, submete a esta Casa pedido de

autorização para contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)).

Os recursos da operação destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro (AGROFUTURO), cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

A operação de crédito contém as seguintes características, conforme informações contidas às fls. 14 e 18 do processo:

- a) Devedor:** República Federativa do Brasil;
- b) Credor:** Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID);
- c) Executor:** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);
- d) Valor do Empréstimo:** US\$33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- e) Valor da contrapartida:** US\$27,000,000.00 (vinte e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- f) Modalidade:** Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros ajustável;
- g) Prazo de Desembolso:** cinco anos;
- h) Amortização:** parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira seis meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 20 anos após a assinatura do contrato, com datas de pagamento em 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano;
- i) Juros:** exigidos semestralmente, calculados com base no custo de captação do Banco para empréstimos unimonetários qualificados apurados durante os seis meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de uma margem razoável, expressa em termos de uma porcentagem anual, para cobertura de despesas administrativas;
- j) Comissão de crédito:** exigida semestralmente nas mesmas datas do pagamento dos juros e calculada com base na taxa de até 0,75% aa sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, sendo que o Mutuário, a princípio pagará uma Comissão de Crédito de 0,25% ao ano, podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo Banco, sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% ao ano.

I) Recursos para Inspeção e Supervisão Geral:

durante o período de desembolsos, não serão reservados recursos do Financiamento para atendimento de despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período, sendo que, em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Acompanham a mensagem do Presidente da República, os documentos exigidos para instrução processual, em conformidade com a Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, dentre os quais destacamos a exposição de motivos do Ministro da Fazenda, os Pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional, favoráveis à operação, bem como o credenciamento do empréstimo junto ao Banco Central do Brasil, as informações concernentes aos limites de endividamento da União e a minuta do contrato, às fls. 144 a 161 do processo.

II – Análise

O empréstimo sob exame atende às exigências e condições das operações de crédito da União, definidas pelo Senado Federal mediante a Resolução nº 96, de 1989. Ressalte-se que, conforme informações do Tesouro Nacional, a operação de crédito observa os limites de endividamento da União, e há previsões no Plano Plurianual da União – PP 2004-2007 -, no Orçamento Geral da União para o exercício de 2005, e no Orçamento da Embrapa para o aporte de contrapartida. (fls. 19 do processo).

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional constatou a observância, por parte da União, das condições estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 2000 – a Lei de Responsabilidade Fiscal. Afirmou, ademais, que as minutas contratuais contêm cláusulas admissíveis segundo a legislação brasileira, tendo sido observado o preceito contido no art. 5º da citada Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política, atentória à soberania e à ordem pública.

O Banco Central do Brasil, por meio do Ofício Decec/Diope/Sucre–2005/048, de 31 de março de 2005, credenciou a operação de crédito, atestando a sua compatibilidade com a política monetária e de captação de recursos externos.

Conforme o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: “o Agrofuturo, no valor de US\$60 milhões de dólares (55% do BID e 45% de Contrapartida), para aplicação em cinco anos, tem por objetivo

fortalecer a capacidade de resposta do sistema de P & D agroalimentar e agroindustrial brasileiro, em áreas estratégicas e críticas ao desenvolvimento do agronegócio brasileiro, enfatizando, ainda, o uso sustentável dos recursos naturais." O programa contribuirá, também para melhorar a competitividade e a eficiência do setor agroalimentar, seja em matéria de segurança alimentar, seja em matéria de apoio às exportações. (fls. 8 do processo).

Conforme cronograma, às fls. 17 do processo, do total de US\$ 60 milhões do custo total do Programa, o BID financiará US\$ 33 milhões – objeto da presente operação de crédito -, o Governo Federal US\$12 milhões e os US\$15 milhões restantes serão aportados pela Embrapa e beneficiários do programa.

Por fim, o custo efetivo da operação está estimado em 5,30% ao ano. Portanto, bem abaixo do custo de captação de 8,87% ao ano dos títulos soberanos do Tesouro Nacional no mercado internacional, com prazo equivalente.

III – Voto

Com base no acima exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização sob exame, nos termos do seguinte.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 71, DE 2005

Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$ 33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro (Agrofuturo), cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$ 33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Parágrafo único. Os recursos oriundos da operação a que se refere o **caput** destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro (Agrofuturo), cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º desta Resolução contém as seguintes características e condições básicas:

- I – **Devedor:** República Federativa do Brasil;
- II – **Credor:** Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID);
- III – **Executor:** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;
- IV – **Valor do Empréstimo:** US\$ 33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- V – **Valor da contrapartida:** US\$27,000,000.00 (vinte e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- VI – **Modalidade:** Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros ajustável;
- VII – **Prazo de Desembolso:** cinco anos;
- VIII – **Amortização:** parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira seis meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 20 anos após a assinatura do contrato, com datas de pagamento em 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano;
- IX – **Juros:** exigidos semestralmente, calculados com base no custo de captação do Banco para empréstimos unimonetários qualificados, apurados durante os seis meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de uma margem razoável, expressa em termos de uma porcentagem anual, para cobertura de despesas administrativas;
- X – **Comissão de crédito:** exigida semestralmente nas mesmas datas do pagamento dos juros e calculada com base na taxa de até 0,75% aa sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, sendo que o Mutuário, a princípio pagará uma Comissão de Crédito de 0,25% ao ano, podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo Banco, sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% ao ano.
- XI – **Recursos para Inspeção e Supervisão Geral:** durante o período de desembolsos, não serão reservados recursos do Financiamento para atendimento de despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período, sendo que, em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um Semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% do Financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de desembolsos, de pagamentos do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

Art. 3º A realização da contratação da operação de crédito a que se refere esta Resolução fica condicionada à prévia comprovação, mediante manifestação do BID, do cumprimento das condicionalidades

constantes da Cláusula 3.02 da minuta do Contrato de Empréstimo.

Art. 4º O prazo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 146, DE 2005
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/08/05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Paulo Lacerda VICE-PRESIDENTE DO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

RELATOR(A): Luiz Otávio

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) <u>César Borges</u>	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL) <u>Edison</u>	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) <u>Rodolpho</u>	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL) <u>Romeu</u>	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ALMEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) <u>Eduardo</u>	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) <u>Flexa</u>
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET <u>Ramez</u>	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO <u>Garibaldi</u>	3-ANTÔNIO LEITE
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP <u>Valdir</u>	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT) <u>Aloizio</u>	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) <u>Ana Júlia</u>	2-AELTON FREITAS (PL) <u>Aelton</u>
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) <u>Antônio</u>
EDUARDO SUPLICY (PT) <u>Eduardo</u>	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB) <u>João</u>	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS) <u>Patrícia</u>	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS <u>Osmar</u>	1- JEFFERSON PERES
-------------------------	--------------------

PARECER Nº 1.344, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 181, de 2005 (nº 510/2005, na origem), que encaminha ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até EUR 8.691.961,98 (oito milhões seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal, entre o Estado do Ceará e a agência oficial alemã KfW, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico – Ceará II.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

O Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 181, de 2005 (nº 510, de 1º de agosto de 2005, na origem), encaminha, para exame do Senado Federal, proposta para que seja autorizada contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até EUR 8.691.961,98 (oito milhões seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal, entre o Estado do Ceará e a Agência oficial alemã KfW.

A operação de crédito, cujos recursos destinam-se a financiar, parcialmente, a execução do Programa de Saneamento Básico – Ceará II, apresenta as seguintes características:

- a) Mutuário:** Estado do Ceará;
- b) Mutuante:** Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW);
- c) Garantidor:** República Federativa do Brasil;
- d) Valor:** EUR8.691.961,98, (oito milhões seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal;
- e) Prazo de Desembolso:** até 31 de dezembro de 2009;
- f) Amortização:** 30 (trinta) parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira até cinco anos e meio após a assinatura do contrato e a última, o mais tardar, 20 (vinte) anos após a assinatura do contrato;
- g) Juros:** 4,5% a.a. (quatro e meio por cento ao ano), exigidos semestralmente, vencíveis em 30 de ju-

nho e 30 de dezembro, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo;

- h) Juros de mora:** três por cento ao ano (3% a.a.);
- i) Comissão de Compromisso:** exigida semestralmente nas mesmas datas do pagamento dos juros e calculada com base na taxa de até 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor três meses após a assinatura do contrato.

Acompanham a Mensagem Presidencial os seguintes documentos: a Exposição de Motivos EM nº 95/2005 – MF, de 27 de julho de 2005; o Parecer PGFN/COF nº 1111, de 26 de julho de 2005, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; o Parecer nº 241/2005/STN/COREF/GERFI, de 8 de junho de 2005, a Nota nº 827/2005/COREM/STN, de 2 de junho de 2005, o Parecer nº 53 STN/COPEM, de 28 de fevereiro de 2005, o Parecer STN/GTREC nº 5/2002, de 8 de maio de 2002, e a Nota Técnica STN/COREM nº 1130, de 28 de novembro de 2001, todos da Secretaria do Tesouro Nacional; os Ofícios Decic/Diope/Suaut-2005/092, e 2005/091, ambos datados de 20 de julho de 2005, do Banco Central do Brasil; o Parecer 001/2004 – GAB/PGE, do Procurador do Estado do Ceará; o Parecer Técnico sobre o Pedido de Empréstimo, da Coordenadoria de Saneamento Ambiental, da Secretaria de Infra-estrutura do Estado do Ceará; documentos e certidões do Estado do Ceará; informações sobre os limites de endividamento da União; e cópias das minutas contratuais.

Para a realização do Programa de Saneamento Básico Ceará – II está prevista contrapartida do Estado do Ceará equivalente a EUR8,72 milhões de 2005 a 2008.

II – Análise

As operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios dependem de autorização expressa e privativa do Senado Federal, conforme determina o inciso V do art. 52 da Constituição Federal. O inciso VIII do mesmo artigo estabelece a competência privativa do Senado Federal para dispor sobre limites e condições para concessão de garantia da União em operações de crédito interno e externo. As condições para autorização dessas operações, pelo Senado Federal, estão regulamentadas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, 40 e 43, de 2001.

Portanto, no caso em análise, a autorização do Senado Federal faz-se necessária para a realização da operação, bem como para a concessão de garantia pela União, ao onerar seus limites de endividamento. Prévio ao encaminhamento ao Senado Federal, o pleito foi submetido ao Banco Central do Brasil, para credenciamento da operação, à Secretaria do Tesouro Nacional e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para exame e parecer quanto à obediência aos limites de endividamento, às condições da operação e ao cumprimento das exigências pelo Mutuário.

No Parecer nº 241/2005/GERFI/COREF/STN, exarado pela Gerência de Responsabilidades Financeiras (GERFI) da Coordenação-Geral de Controle de Responsabilidades Financeiras e Haveres do Setor Público (COREF), consta, à fl. 14 do processado, que, com base nos cálculos dos limites de endividamento realizados, há margem para concessão da garantia pleiteada, nos termos da Resolução 96/89 do Senado Federal.

Por sua vez, a Coordenação Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios, em seu Parecer STN/COPEM nº 53/2005, atestou que – o Governo do Estado do Ceará apresentou toda a documentação prevista para o exame do pleito, e que, ao examinar o cumprimento dos limites estabelecidos na Resolução 43/01 e na Resolução 40/01, ambas do Senado Federal, verificou, conforme demonstrado à fl. 24 do processado, que apenas foi extrapolado o limite relativo ao comprometimento da receita corrente líquida anual do Estado com amortizações, juros e demais encargos. No entanto, tal limite não se aplica neste caso, por tratar-se de operação de crédito prevista no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados, até 21 de dezembro de 2001 (Memorando nº 3945/2004-COREM/STN, à fl. 811), de acordo com o estabelecido pelo § 8º do art. 7º da Resolução 43/01, conforme ressaltado no item 8, à fl. 25, do referido Parecer.

Observe-se que embora o pleito tivesse sido analisado e aprovado anteriormente, nos termos do Parecer STN/GETREC nº 5/02, tendo em vista o tempo decorrido entre aquele exame e a efetivação da operação, de acordo com o Parecer STN/COPEM nº 230/03, a STN optou por reexaminar a proposta, mediante a apresentação pelo Mutuário de documentos e certidões atualizadas.

Sendo assim, a Secretaria do Tesouro Nacional, ao efetuar novo exame, exarou o referido Parecer nº 241/COREF/GERFI, de 2005, em que resume

as análises efetuadas pelas diversas instâncias da Secretaria, considera atendidas as exigências determinadas pela Lei Complementar nº 101/00, pela Resolução 96/89 do Senado Federal e pela Portaria MEFP nº 497/90, alterada pelas Podarias MEFP 650/92 e 150/97.

Observe-se que no item 17 desse Parecer consta que a capacidade de pagamento do Estado do Ceará foi classificada como suficiente, portanto, para o recebimento da garantia da União, nos termos da Portaria MF 89, de 25 de abril de 2001, e ainda que a operação está incluída no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Ceará, limitada ao valor de R\$ 30,86 milhões, a preços de dezembro de 2004, bem como que o Estado encontra-se adimplente em relação às metas e compromissos estabelecidos no referido Programa.

Ressalte-se, também, que os itens 25 e 26 do Parecer estabelecem que, preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais, o Ministério da Fazenda deverá verificar, mediante manifestação do KfW, o grau de cumprimento de condições prévias para o primeiro desembolso, estabelecidas no art. 8º da minuta de contrato. Tais condições destinam-se a evitar o pagamento desnecessário de comissão de compromisso, destacando-se, entre estas, a elaboração de convênio de repasse do empréstimo à entidade executora, conforme item 2.1 da referida minuta.

Merece destaque ainda a informação de que o cálculo estimativo do serviço da dívida resultou em custo efetivo da operação de 4,8% a.a., considerado patamar aceitável pela Secretaria, comparado ao custo de captação no mercado internacional, mediante a emissão de títulos do Tesouro, com prazo de vencimento semelhante, que se encontra em 8,7% a.a.

Desse modo, a Secretaria do Tesouro Nacional conclui seu Parecer, à fl. 17 do processado, afirmando que nada tem a opor à concessão da garantia da União ao pleito do Governo do Estado do Ceará, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado o cumprimento da condicionalidade mencionada no item 26, bem como seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) manifestou-se favoravelmente à concessão da garantia pleiteada, observando, também, que a minuta contratual da operação em apreço respeita o preceito do art. 5º da mencionada Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, ou seja, não contém cláusula atentatória à soberania nacional, contrária à

Constituição Federal, nem que implique compensação automática de débitos e créditos.

Por fim, a operação de crédito foi credenciada pelo Banco Central do Brasil, conforme ofício citado.

Com relação ao mérito da proposta, ressalte-se a importância do Projeto de Saneamento Básico – Ceará II, inserido no Plano Plurianual do Estado para o quadriênio 2004-2007, o qual propiciará o abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e ações concorrentes de educação sanitária em 55 distritos das regiões de Baixo Jaguaribe, Médio Jaguaribe, Banabuiú, Acaraú, Coreaú e Parnaíba. Segundo Parecer técnico sobre o projeto, exarado pela Coordenadoria de Saneamento Ambiental do Estado, a fase I do Programa foi concluída em 1997, verificando-se impacto positivo sobre a saúde, a modalidade infantil e a qualidade de vida das populações beneficiadas.

III – Voto

Diante do exposto, concluímos pela aprovação do pleito, nos termos do seguinte Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 72, DE 2005

Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), no valor de até EUR 8.691.961,98 (oito milhões seiscentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Ceará autorizado a contratar a operação de crédito externo, com garantia da União, com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), no valor de até EUR 8.691.961,98 (oito milhões seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Básico – Ceará II

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – **Mutuário:** Estado do Ceará;
- II – **Mutuante:** Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW);
- III – **Garantidor:** República Federativa do Brasil, tendo como contragarantias, como definido no texto da

Lei Estadual nº 13.136, de 12 de julho de 2001, que autoriza a contratação da operação de crédito pretendida, as cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, complementadas pelas receitas próprias do Estado;

IV – **Valor:** EUR 8.691.961,98 (oito milhões seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um – euros e noventa e oito centavos), de principal;

V – **Prazo de Desembolso:** até 31 de dezembro de 2009;

VI – **Amortização:** 30 (trinta) parcelas semestrais e consecutivas de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira até 5 (cinco) anos e meio após a assinatura do contrato e a última o mais tardar 20 (vinte) anos após a assinatura do contrato;

VII – **Juros:** 4,5% a.a. (quatro e meio por cento ao ano), exigidos semestralmente, vencíveis em 30 de junho e 30 de dezembro, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo;

VIII – **Juros de mora:** 3% a.a. (três por cento ao ano);

IX – **Comissão de Compromisso:** exigida semestralmente nas mesmas datas do pagamento dos juros e calculada com base na taxa de até 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor três meses após a assinatura do contrato.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Ceará na operação de crédito externo referida no art. 10 desta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput fica condicionada a que o Estado do Ceará vincule, como contragarantias à União, as transferências constitucionais de receitas tributárias a que faz jus, complementadas por suas receitas próprias, mediante formalização de contrato de contragarantia, podendo o Governo Federal reter importâncias necessárias diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

Art. 4º O prazo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, a contar da sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
 MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 181, DE 2005
 NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/08/05 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *[assinatura]* VICE-PRESIDENTE DO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: *[assinatura]*

RELATOR(A): *[assinatura]*

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

DESAR BORGES (PFL) <i>[assinatura]</i>	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
DISON LOBÃO (PFL) <i>[assinatura]</i>	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
ONAS PINHEIRO (PFL) <i>[assinatura]</i>	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
ORGE BORNHAUSEN (PFL) <i>[assinatura]</i>	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
DODOLPHO TOURINHO (PFL) <i>[assinatura]</i>	5-JOSÉ JORGE (PFL)
OMEU TUMA (PFL) <i>[assinatura]</i>	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
LMEIDA LIMA (PSDB) <i>[assinatura]</i>	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
DUARDO AZEREDO (PSDB) <i>[assinatura]</i>	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
ÚCIA VÂNIA (PSDB) <i>[assinatura]</i>	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
ÉRGIO GUERRA (PSDB) <i>[assinatura]</i>	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
ASSO JEREISSATI (PSDB) <i>[assinatura]</i>	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

AMEZ TEBET <i>[assinatura]</i>	1-NEY SUASSUNA
UIZ OTÁVIO <i>[assinatura]</i>	2-WELLINGTON SALGADO
ARIBALDI ALVES FILHO <i>[assinatura]</i>	3-ANTÔNIO LEITE
ÃO SANTA <i>[assinatura]</i>	4-PEDRO SIMON
ÉRGIO CABRAL <i>[assinatura]</i>	5- VAGO
SILBERTO MESTRINHO <i>[assinatura]</i>	6-GERSON CAMATA
ALDIR RAUPP <i>[assinatura]</i>	7-PAPALÉO PAES
OSÉ MARANHÃO <i>[assinatura]</i>	8-JOÃO BATISTA MOTTA

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

LOIZIO MERCADANTE (PT) <i>[assinatura]</i>	1-IDELI SALVATTI (PT)
INA JÚLIA CAREPA (PT) <i>[assinatura]</i>	2-AELTON FREITAS (PL) <i>[assinatura]</i>
ELCÍDIO AMARAL (PT) <i>[assinatura]</i>	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>[assinatura]</i>
DUARDO SUPPLY (PT) <i>[assinatura]</i>	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
ERNANDO BEZERRA (PTB) <i>[assinatura]</i>	5-FLÁVIO ARNS (PT)
ÃO CAPIBERIBE (PSB) <i>[assinatura]</i>	6-SIBÁ MACHADO (PT)
ATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS) <i>[assinatura]</i>	7-SERYS SLHESARENKO (PT)

PDT

SMAR DIAS <i>[assinatura]</i>	1- JEFFERSON PERES
-------------------------------	--------------------

PARECER Nº 1.345, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 199, de 2005 Nº 515 2005, na origem), encaminhando ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor total equivalente a até US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar parcialmente o Programa Desenvolvimento de – Micro, Pequenas e Médias Empresas -MULTISSETORIAL IV

Relator: Senador **Osmar Dias**

I – Relatório

O Presidente da República encaminha para apreciação do Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total equivalente a até US\$1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – (BID).

Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MULTISSETORIAL IV).

Essa operação de crédito está inserida no Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP), a ser celebrado entre o BID e o BNDES. Por meio desse Convênio, o BID indica a intenção de oferecer ao BNDES uma linha de crédito no valor total equivalente a até US\$3 bilhões. Cada operação de crédito firmada em decorrência do Convênio deverá assumir a forma de um Contrato de Empréstimo Individual, que observará as condições gerais definidas naquele Convênio.

A operação de crédito em análise trata do primeiro Contrato de Empréstimo Individual dentro da referida linha de crédito disponibilizada pelo Convênio. Como enfatizado no Parecer STN/COREF/GERFI nº 212, de 20 de maio do corrente ano, o objetivo geral do Programa é apoiar o fortalecimento progressivo da competitividade, bem como a criação de empregos no âmbito das micros, pequenas e médias empresas do setor produtivo brasileiro, mediante o financiamento de médio e longo prazo de projetos de investimento. Em

decorrência da implementação do Programa em apreço espera-se, de acordo com o Parecer Técnico (..), a instalação, modernização, expansão e diversificação do setor produtivo brasileiro e a maior utilização da capacidade produtiva instalada, aumentando o nível de emprego e as exportações no setor produtivo privado brasileiro.

Cabe destacar que os financiamentos do BNDES constituem, praticamente, a única fonte de empréstimos de longo prazo para investimentos no País e que, a despeito do substancial volume de recursos anualmente aplicado pelo Banco no financiamento de projetos de empresas dos mais variados setores da economia nacional, os recursos desse empréstimo pretendido devem contribuir para ampliação de sua atuação no financiamento de novas operações.

De acordo com informações da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas está estimado em um valor total equivalente a até US\$6 bilhões, sendo US\$3 bilhões aportados pelo BID e os restantes US\$3 bilhões provenientes do BNDES, podendo ser incluídas as contribuições dos submutuários e de outras instituições financeiras. Esse Programa deverá ser realizado em três etapas, cada uma com financiamento do BID no valor de até US\$1 bilhão, referente a um Programa Multissetorial.

O presente empréstimo externo apresentará as seguintes características financeiras:

- a) devedor:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- b) credor:** Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- c) valor total:** até US\$1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América);
- d) prazo:** 240 meses;
- e) carência:** 54 meses;
- f) juros:** exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela **(a)** taxa de juros Libor trimestral para o dólar dos EUA, **(b)** mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade Libor, **(c)** mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da Libor e **(d)** mais a margem para empréstimos do capital ordinário;
- g) comissão de crédito:** exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base nas taxa de 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entran-

do em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato; o Mutuário, a princípio, pagará Comissão de Crédito de 0,25% ao ano, podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo Banco sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% ao ano;

h) recursos para inspeção e supervisão gerais:

durante o período de desembolsos, não serão reservados recursos do financiamento para atendimento de despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo ser o Banco estabelecer o contrário durante tal período; em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos;

i) prazo para desembolso: até 4 anos;

j) amortização: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira seis meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 20 anos após a assinatura do contrato.

II – Análise

Nos termos dos arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a concessão de quaisquer garantias por parte da União corresponde a operação de crédito e onera os seus limites de endividamento. Dependem de prévia autorização do Senado Federal tão-somente as operações financeiras externas ou internas que extrapolem aqueles limites.

Essas operações financeiras estão, portanto, sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas na referida resolução, que, além de observância quanto aos aspectos de natureza estritamente financeira, exige que a União observe as seguintes condições prévias à prestação de garantias:

- 1) do oferecimento de garantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia; e
- 2) que o tomador não esteja inadimplente com a União ou com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

Depreende-se do Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional a inexistência de riscos que o garantido (BNDES) não cumpra as obrigações financeiras a serem garantidas pela União ou mesmo que não a

ressarça. Isso porque, segundo Pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional, anexos ao Processado, o BNDES apresenta sólida estrutura patrimonial e um perfil adequado em sua carteira de ativos, tendo em vista os Índices de Basiléia e de Imobilização de Capital. Possui, assim, boa situação econômico-financeira, considerada satisfatória pela STN e demonstrativa de sua capacidade de pagamento do empréstimo.

Ainda de acordo com informações contidas no referido parecer da STN, inexistem débitos em nome do BNDES junto à União e entidades da administração pública federal. Não há, também, registros de compromissos honrados pelo Tesouro Nacional em nome do BNDES em operações garantidas nos últimos dois anos.

Relativamente ao oferecimento de garantias da parte do BNDES, ainda de acordo com o referido Parecer STN/COREF/GERFI nº 212, de 2005, considerando tratar-se de empresa pública cujo capital pertence integralmente à União, não cabe vinculação de contragarantias nos termos do inciso I do § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 101/00.

Dessa forma, estariam sendo cumpridas e obedecidas as exigências definidas no § 9 do art. 3 da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal.

Relativamente das condições e exigências nº 96, de 1989, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) os limites de endividamento da União, estipulados nos arts. 2º, 3º e 4º da referida resolução são atendidos, conforme é informado no referido Parecer STN/COREF/GERFI;

b) o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF Nº 1041/2005, encaminhado ao Senado Federal, acerca das cláusulas da minuta contratual, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução 96/89, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos que os investimentos previstos no programa mencionado encontram-se amparados na Lei do Plano Plurianual para o quadriênio 2004-2007; é informado ainda que, considerando-se o cronograma de utilização dos recursos e as informações do Departamento de Coor-

denação e Controle das Empresas Estatais (DEST), a STN conclui que as dotações orçamentárias existentes serão suficientes para dar suporte ao início do programa no exercício corrente. – Não é demais enfatizar que essa operação de crédito foi credenciada pelo Banco Central do Brasil, conforme o expediente DECEC/DIOPE/SUAUT 2005/036, de 2 de maio de 2005.

Ressalte-se, por fim, que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar um custo efetivo equivalente a 5,6% ao ano, flutuante conforme a modalidade LIBOR do B1D. Essa estimativa de custo é considerada bastante favorável e aceitável por aquela Secretaria.

III – Voto

Somos, assim, pela autorização pleiteada pela Mensagem nº 199, de 2005, nos termos do seguinte Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 73, DE 2005

Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total equivalente a até US\$1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º E a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total equivalente a até US\$1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Parágrafo único. Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MULTISSETORIAL IV).

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

- I – **devedor:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- II – **credor:** Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- III – **valor total:** até US\$1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América);
- IV – **prazo:** 240 (duzentos e quarenta) meses;
- V – **carência:** 54 (cinquenta e quatro) meses;
- VI – **juros:** exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela **(a)** taxa de juros Libor trimestral para o dólar dos EUA, **(b)** mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade Libor, **(c)** mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da Libor e **(d)** mais a margem para empréstimos do capital ordinário;
- VII – **comissão de crédito:** exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato; o mutuário, a princípio, pagará Comissão de Crédito de 0,25% ao ano, podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo BID sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% ao ano.
- VIII – **recursos para inspeção e supervisão gerais:** durante o período de desembolsos, não serão reservados recursos do financiamento para atendimento de despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período; em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% sobre o valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos;
- IX – **prazo para desembolso:** até 4 (quatro) anos;
- X – **amortização:** parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira seis meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 20 anos após a assinatura do contrato.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida num prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 199, DE 2005
NÃO-TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/08/05. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *[Assinatura]* VICE-PRESIDENTE DO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

RELATOR(A): *[Assinatura]*

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) <i>[Assinatura]</i>	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL) <i>[Assinatura]</i>	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) <i>[Assinatura]</i>	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL) <i>[Assinatura]</i>	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
A EIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>[Assinatura]</i>	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) <i>[Assinatura]</i>
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET <i>[Assinatura]</i>	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO <i>[Assinatura]</i>	3-ANTÔNIO LEITE
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
C BERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP <i>[Assinatura]</i>	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT) <i>[Assinatura]</i>	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) <i>[Assinatura]</i>	2-AELTON FREITAS (PL) <i>[Assinatura]</i>
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>[Assinatura]</i>
EDUARDO SUPPLY (PT) <i>[Assinatura]</i>	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB) <i>[Assinatura]</i>	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRICIA SABOYA GOMES (PPS) <i>[Assinatura]</i>	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES
------------	--------------------

PARECER Nº 1.346, DE 2005**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 170, de 2005, (nº 16/2005, na origem), que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2005.**Relator: Senador **Delcídio Amaral**Relator **ad hoc**: Senador **Tamez Tebet****I – Relatório**

Com a Mensagem nº 170, de 2005 (Aviso nº 16, na origem), a Presidência da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2005, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 (Lei do Plano Real).

Os incisos I e II do **caput** do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, estabelecem que a programação monetária deverá conter: estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, de forma que sua evolução seja compatível com o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda; análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e; justificativa da programação monetária.

O documento intitulado “Programação Monetária”, de junho de 2005, redigido pelo Banco Central do Brasil (BACEN), inicia discorrendo sobre a evolução da economia brasileira no segundo trimestre deste ano. Nessa seção, o Bacen destaca a desaceleração da taxa de crescimento da economia, o recuo da inflação em maio, após o repique observado em abril, e o bom desempenho da política fiscal e do setor externo. As seções seguintes descrevem e justificam a atuação da política monetária ao longo deste ano e apresentam as perspectivas para a economia no terceiro trimestre.

A última seção da “Programação Monetária” apresenta as metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o terceiro trimestre e para 2005. O Bacen estima a evolução da base monetária restrita, composta do papel-moeda emitido e das reservas bancárias, da base monetária ampliada, constituída pela base monetária restrita e pelos títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, e dos agregados monetários M1, que engloba o papel-moeda em poder do público e os depósitos à vista, e M4, que, além do M1, inclui depósitos a prazo e títulos de alta liquidez. A variação em doze meses projetada para o terceiro trimestre deste ano situa-se entre 14,4%, para o M1, e 16,2%, para o M4. Para 2005, as projeções situam-se entre 15,6%, para o M4, e 17,0%, para a base restrita. Esses números foram projetados com base no cenário mais provável para o comportamento do PIB, da inflação, da taxa de juros e da taxa de câmbio, entre outros indicadores, e foram consistentes com a meta estabelecida para a inflação. Destaca-se que, neste documento, o Bacen não divulgou qual o cenário mais provável para a evolução da economia.

É possível, entretanto, que esse cenário seja o mesmo daquele apresentado no Capítulo 6 do Relatório de Inflação divulgado em 30 de junho de 2005, que, para 2005, projeta inflação de 5,8% e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,4%.

II – Análise

Já foi muito debatida nesta Comissão a caducidade do procedimento de aprovação de programação monetária pelo Senado Federal. Como resultado desse debate, o Senador Garibaldi Alves Filho apresentou, e a Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003, que revoga dispositivos da Lei do Real relacionados ao ritual de elaboração e aprovação da programação monetária. Esse projeto encontra-se pronto para entrar em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já contando com parecer favorável do Senador Ney Suassuna.

Uma vez que ainda não foi revogado o comando legal para apreciação da Programação Monetária pelo Senado Federal, cabe a esta Comissão votar o documento elaborado pelo Banco Central e enviado pela Presidência da República.

Como bem lembram os Senhores Senadores, em seu primeiro momento, o Plano Real tinha uma arquitetura baseada na taxa de câmbio fixa e no controle da expansão da base monetária e dos meios de pagamento, motivo pelo qual se tomava fundamental controlar e acompanhar a expansão dos agregados monetários. Todavia, com a crise cambial de janeiro de 1999, o Governo Federal viu-se obrigado a permitir a desvalorização da moeda. Isto forçou uma reformulação da política monetária. Agora, em vez de câmbio fixo e política monetária baseada em uma programação de expansão da oferta de moeda, temos câmbio flutuante e política monetária baseada em metas de inflação.

Uma política de metas de inflação consiste em utilizar a taxa de juros como ferramenta básica de política monetária, e não mais o controle de expansão da moeda. Estudos mostram que a correlação entre moeda e inflação é tênue no curto e no médio prazo. Daí porque os bancos centrais, em sua maioria, vêm abandonando o controle de agregados monetários como instrumento de política monetária, em favor da taxa de juros, instrumento mais efetivo para o cumprimento das metas de inflação.

Embora se tenha mudado a política monetária, não se mudou a lei. O que fazemos, portanto, ao analisar e votar a programação monetária é, basicamente, cumprir um rito legal que está descolado da realidade.

Sabidamente, a CAE já tomou providências para encontrar novos métodos de acompanhamento da política monetária. Prova disso são as constantes presenças do Presidente do Banco Central e do Ministro da Fazenda nesta sala, onde fazem longas exposições e são exaustivamente questionados a respeito da política econômica e, em especial, a respeito da política monetária. Todavia, acredito ser fundamental que o

Poder Executivo ou o Congresso proponham um novo mecanismo de prestação de contas do Banco Central do Brasil, que não se baseie apenas em depoimentos eventuais das altas autoridades da área econômica, viabilizando uma mais ampla supervisão das ações da Autoridade Monetária pelo Poder Legislativo. O Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003, proposto pelo Senador Garibaldi Alves, já deu o primeiro passo, sugerindo a revogação de legislação ultrapassada. Resta agora instituímos novos e eficazes mecanismos de monitoramento da ação do Banco Central.

O banco de dados do Senado nos informa que já tramitam, nesta Casa, projetos de lei que visam a regulamentar o art. 192 da Constituição, estabelecendo as atribuições e os mecanismos de controle sobre o Banco Central. Esperamos que, ao longo do ano de 2005, possamos aprovar uma proposta equilibrada, que atribua ao Legislativo o poder de opinar, aprovar e supervisionar as metas da política monetária.

Quanto ao mérito, cabe assinalar que a programação dos agregados monetários para o terceiro trimestre

de 2005 é consistente com o regime de metas para a inflação e, portanto, com o objetivo de se assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda.

III – Voto

Frente ao exposto, concluo pela aprovação da Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2005, nos termos do seguinte Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 390, DE 2005

Aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2005, nos termos da Mensagem nº 170, de 2005, da Presidência da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 170, DE 2005 NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 1 / 05. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

[Assinatura] VICE PRESIDENTE DO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA.

RELATOR(A):

[Assinatura] Senador RAMEZ TEBET

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
LEIDE LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3-ANTÔNIO LEITE
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
ROBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLYCY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRICIA SABOYA GOMES (PPS)	7-SERYS SLHESARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES
------------	--------------------

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Foram encaminhados à publicação os **Pareceres nºs 1.343, 1.344, 1.345 e 1.346, de 2005**, da Comissão de Assuntos Econômicos, lidos anteriormente, concluindo pela apresentação das seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução nº 71, de 2005** (MSF 146/2005), que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor total de trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro (Agrofuturo), cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);*
- **Projeto de Resolução nº 72, de 2005** (MSF 181/2005), que *autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), no valor de até oito milhões seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos;*
- **Projeto de Resolução nº 73, de 2005** (MSF 199/2005), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total equivalente a até um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2005** (MSF 170/2005), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2005.*

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Valmir Amaral, Teotônio Vilela Filho, Sérgio Guerra, Luiz Soares, Alvaro Dias, Almeida Lima e Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores;

O ex-poderoso que já caiu e quer continuar dando as cartas.

O momento mais crítico do ex-todo poderoso José Dirceu, em um quarto de século de vida do PT, que é este, em que é figurante-quase réu de CPI, parece nem existir.

Para ele, tudo segue como dantes. Ele nem mesmo leva em conta que o PT tem um novo Presidente, com uma tarefa impossível, a de levantar o partido.

É estranho e até meio curioso-patológico que José Dirceu imagine que ainda é ele quem dá as cartas. Antes, dava as cartas até para o Presidente Lula. Parece ter gostado. Fez que fez, aprontou e só aprontou e deu no que deu.

Não sou eu quem acha estranho. Os jornais também se espantam com a sem cerimônia do hoje Deputado José Dirceu. O novo dirigente petista, Tarso Genro, também começa a olhar meio de soslaio para o ex-grande chefe.

No noticiário de **O Estado de S. Paulo**, leio este título:

Dirceu ainda dá as cartas no partido.

O grave nessa anomalia, que é a sobrevida arrogante de José Dirceu, foi essa martelada com toda a força nas diretrizes com que Tarso sonhava reerguer um partido sem condições de reerguimento.

O PT – a gente percebe – em nada se parece com Hiroshima, que ressurgiu das cinzas porque seu povo é uno. Nada parecido em Hiroshima com o sacode-gatos petista.

Dirceu ainda está com as marcas do escalpelo que o fez sair correndo do Palácio do Governo. Do Governo, na denominação. Para ele, Dirceu, era seu pretense Palácio do Poder. Não contente com a escaldada, lá foi ele, no sábado, para a reunião do Tarso e seu esfrangalhado partido. Meteu-se a gato mestre e provou, diz **O Estadão**, que ainda controla decisões.

O resultado não podia ter sido outro. Na análise feita por Guilherme Evelin, naquele jornal, Tarso e plano de renovar PT saem enfraquecidos.

Se o pouco que restou do PT mal vinha conseguindo ficar em pé... imagine-se enfraquecidos até onde.

CASA DE VEREADOR DE MANICORÉ É ATINGIDA POR ATENTADO POLÍTICO TERRORISTA

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, oponho desta tribuna veemente repulsa ao ato terrorista intentado contra o ex-Presidente da Câmara Municipal de Manicoré, no Amazonas, Vereador Lúcio Flávio Silva. Com métodos que cheiram à pistolagem, terroristas covardes

atiraram uma bomba caseira na residência do Vereador, causando felizmente apenas danos materiais.

Denuncio o atentado ao Senado da República e ao Ministro da Justiça, pedindo providências para evitar que o terrorismo insano prospere em meu Estado.

O que houve em Manicoré é inaceitável e exige pronta ação das autoridades. Não é possível que a tradição de paz de Manicoré e do Amazonas fiquem à mercê da irresponsáveis.

Com a violência não pode haver condescendência. Já houve fatos semelhantes em Novo Airão, Apuí e Humaitá, todos municípios, como Manicoré, da região Sul do Estado do Amazonas.

O atentado contra o Vereador de Manicoré só não o atingiu e a sua família porque era madrugada e todos já dormiam em dependências localizadas na parte dos fundos da residência. A bomba, de fabricação caseira, provocou estragos na frente, derrubando paredes e uma parte do telhado.

É preciso um basta nesse estado de coisas, pelo que chamo a atenção do Governador do Estado e do Secretário de Segurança Pública do Amazonas.

E ainda:

MACAU QUER AMPLIAR RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS COM O BRASIL E O AMAZONAS

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos próximos dias, deverá vir a Brasília o embaixador Armando Sérgio Frazão, que é o Cônsul-Geral do Brasil em Hong Kong e em Macau. Em seguida, ele irá a Manaus, para dar continuidade a estudos que desenvolve acerca do que vislumbra como extraordinárias possibilidades de intercâmbio econômico-comercial entre o Brasil e Macau.

Essas oportunidades, segundo relato que me fez o Embaixador, são mais evidentes entre Macau e a Amazônia, daí o seu interesse em ir a Manaus.

Desde a devolução de Macau à China, em 1999, aquela província ingressou numa crise de governabilidade, com decadência urbana e o aumento do índice de criminalidade. Graças, porém, ao apoio do governo central da China, Macau, nesses seis anos, conseguiu reerguer sua economia, de que resultou a criação do Fórum de Macau, reunindo os países lusófonos.

No primeiro momento, Brasília e Lisboa mostraram-se arredias a essa iniciativa chinesa. Agora, porém, abrem-se perspectivas para uma aproximação com o Brasil, acrescenta o Embaixador Frazão.

Comunica-me, ademais, o diplomata que o Chefe-Executivo da Região Administrativa de Macau, Edmund Ho, esteve recentemente no Brasil e regressou entusiasmado com o que viu aqui.

Agora, aproveitando suas férias no Brasil, o Embaixador Frazão manifestou o desejo de ir a Manaus,

para um encontro com as autoridades do Governo e empresários locais.

Saúdo o diplomata e transmito ao Governador do Amazonas o empenho com que o Embaixador se dispõe a essa que me parece útil aproximação.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANEXOS

O Estado de S. Paulo/ Segunda-feira, 8 de Agosto de 2005

Luciana Nunes Leal

Homem forte do governo Luiz Inácio Lula da Silva durante dois anos e meio, o ex-chefe da Casa Civil José Dirceu vive seu pior momento em 25 anos de PT, mas continua a dar as cartas no partido. A influência do deputado, que voltou à Câmara depois das denúncias de corrupção feitas por Roberto Jefferson (PTB-RJ), manifestou-se no sábado, durante a reunião do Diretório Nacional. Dirceu não fez discurso, não se envolveu nos embates entre moderados e radicais. Mas atuou para que o Campo Majoritário, do qual faz parte, saísse vitorioso.

A esquerda petista chegou ao encontro apostando no enfraquecimento do Campo Majoritário, mas ao final reconheceu que o grupo ainda domina o PT. "O Campo Majoritário está vivo e o José Dirceu, trabalhando firme", resumiu ontem o deputado Chico Alencar (RJ), do Bloco de Esquerda Parlamentar. Segundo Alencar, José Dirceu manifestou-se contra a proposta que impede os parlamentares que renunciarem aos mandatos de concorrerem nas eleições do ano que vem pelo PT. Outro integrante do Campo Majoritário, Francisco Campos, tinha pedido verificação de **quorum** e o presidente do partido, Tarso Genro, não pôde pôr a proposta em votação. A idéia tinha sido defendida pelo próprio Tarso durante a semana, mas não foi oficializada pelo diretório.

Chico Alencar está certo de que José Dirceu, com outros integrantes do Campo Majoritário, também atuou na negociação que levou o ex-tesoureiro Delúbio Soares a pedir sua suspensão temporária, evitando o constrangimento de ser suspenso por decisão do diretório. "Quando a carta de Delúbio chegou, Dirceu disse que era matéria decidida", disse o deputado carioca.

Já na sexta-feira, durante reunião do Campo Majoritário, José Dirceu atuou decisivamente na elaboração do texto sobre o cenário político e econômico apresentado ao diretório que saiu vencedor, embora com margem pequena: teve 29 votos, enquanto as quatro

outras propostas somaram 27. Dirceu chegou à reunião logo depois da saída de Tarso Genro. O deputado insistiu em que não deveria haver endurecimento nas críticas à política econômica. Assim foi feito.

Segunda-feira, 8 de Agosto de 2005

TARSO E PLANO DE RENOVAR PT SAEM ENFRAQUECIDOS

Guilherme Evelin

O presidente do PT, Tarso Genro, e o seu projeto de renovação do partido saíram fragilizados da reunião do Diretório Nacional no sábado. O ex-ministro da Educação acumulou derrotas e foi atropelado pelo Campo Majoritário, o grupo petista dominante. A proposta de Tarso de obrigar os diretórios estaduais a abrir o caixa 2 das campanhas para uma futura regularização de contas foi ignorada pelo Campo. Igual destino teve o apelo de Tarso para que a tendência abandonasse a prática do rolo compressor de impor uma resolução aos demais grupos do PT.

A autocrítica branda aos métodos políticos da última gestão partidária também ficou muito aquém para quem aspira comandar uma “refundação do PT”, segundo dizem vozes independentes até do Campo Majoritário.

O texto da resolução do Diretório sobre os erros cometidos pelo partido foi uma “derrota de Tarso”, afirma o deputado Paulo Delgado (PT-MG). “Nós estamos respondendo burocraticamente aos problemas e sempre aquém das necessidades. Não adianta querer ser raso e superficial quando a questão central para a sociedade brasileira reside no fato de que o governo e o PT devem assumir seus erros.”

Outro revés de Tarso foi no trecho da resolução do Diretório referente à política econômica. Preocupado em demarcar uma maior autonomia do partido em relação ao governo Lula, o presidente do PT considerou “tímida” apenas a rejeição das teses de aumento do superávit primário para blindar a economia.

A sua tentativa de dar um tom mais contundente ao documento, no entanto, foi brecada pelo ex-ministro da Casa Civil e deputado José Dirceu (PT-SP). A interlocutores, Dirceu manifestou “estranheza” com o comportamento de Tarso de querer criticar a política econômica em um momento de crise política.

Ao avaliar com aliados os resultados do encontro do Diretório, Tarso reconheceu dificuldades na condução da reunião e as atribuiu, em parte, à disputa por causa das eleições internas. Apesar dos obstáculos, segundo esses interlocutores, está disposto a manter a candidatura à reeleição pelo próprio Campo Majoritário. Para driblar a influência do grupo de Dirceu, vai viajar pelos Estados e procurar o apoio de lideranças regionais.

Linha cruzada

SÓ HÁ UM CASO DE EMPRESA TELEFÔNICA QUE COMPROU PRODUTORA DE TV

Negócio com filho de Lula é raro no mercado mundial

Mario Cesar Carvalho
Da Reportagem Local

O investimento de R\$ 5 milhões que a Telemar injetou na Gamecorp, a empresa que tem entre seus sócios o filho do presidente Lula, é avis rara não só no Brasil, mas no mercado mundial. Só há um caso conhecido em que uma operadora de telefonia comprou uma produtora de TV: é a aquisição da Endemol, a produtora holandesa que criou o reality show “Big Brother”, pela Telefonica.

A diferença de escala entre os negócios só realça a raridade do investimento da Telemar. A Endemol criou o maior fenômeno da TV dos últimos anos e foi comprada por 5,5 bilhões em 2000 (R\$ 15,7 bilhões, pela cotação atual). A Gamecorp é uma empresa de nicho, cujos programas de TV sobre videogame atingem de 2 a 3 pontos de audiência, e recebeu um aporte de R\$ 5 milhões. Fábio Luis Lula da Silva, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é diretor de tecnologia e internet da Gamecorp.

A Telemar informa tratar-se de investimento estratégico porque a Gamecorp atua junto a um público que interessa à empresa, formado por adolescentes, e detém a exclusividade no Brasil do G4 TV, um canal americano que tem uma programação dedicada exclusivamente a videogames e novas tecnologias. O conteúdo dos programas será explorado pela Oi, subsidiária de telefonia celular da empresa, e pela Oi Internet, segundo a Telemar.

Setor aquecido

A razão mais forte para as empresas de telefonia não precisarem investir ou comprar empresas de conteúdo como a Gamecorp é o aquecimento desse mercado no Brasil.

Alguns números da Vivo, operadora que detém a maior fatia do mercado de celular do país, com 37,67% do mercado, ajudam a dimensionar o aquecimento. A empresa recebe por mês cerca de 50 ofertas de produtos novos para serem aplicados em celular, de jogos a “ringtones” (o som que o aparelho produz). Dos mais de 500 produtos que são oferecidos à Vivo por ano, não mais do que 15 são aceitos.

A conclusão óbvia, segundo cinco especialistas em mercado de celular consultados pela Folha, é que, com tanta oferta, a Telemar não precisaria fazer o investimento. Esse tipo de aporte é usual quando faltam fornecedores de um produto ou serviço.

Com a super-oferta, três modelos de negócios são os mais usuais entre as teles e produtoras de conteúdo: 1) a operadora divide a receita com a empresa que fornece o conteúdo; 2) a empresa de telefonia antecipa receita para capitalizar a produtora; ou 3) compra um projeto específico.

MERCADO FUTURO

Ninguém tem dúvidas de que a junção de games, TV, celular e internet é uma boa aposta no mercado futuro. A G4 TV nos EUA parece ser a ponta-de-lança desse novo mundo. Lançada em 2002 como uma TV a cabo, já tem 50 milhões de assinantes.

Ainda nos EUA, o mercado de jogos para celulares movimentou US\$345 milhões (R\$1 bilhão) no ano passado e deve alcançar US\$1,5 bilhão (R\$4,35 bilhões) em 2008, segundo pesquisa da empresa de consultoria IDC.

No Brasil, não há números claros sobre o porte desse mercado. As operadoras de telefonia não informam o quanto faturam com SMS (mensagens curtas), “ringtones” e games por celular, serviços que a Gamecorp pretende oferecer para a Telemar.

Há estimativas de que cerca de 5% do faturamento das operadoras de celular sejam obtidos com envio de mensagens, “ringtones” e imagens e jogos. Se a estimativa estiver certa, a Oi, que teve uma receita líquida de R\$685 milhões no segundo trimestre deste ano, pode ter faturado R\$3,4 milhões com os serviços adicionais de celular. A empresa, no entanto, não divulga números nem cifras por considerá-los “estratégicos”.

Levantamento feito pela Abragames (Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos Eletrônicos) concluiu que as empresas brasileiras que produzem games faturaram R\$18 milhões no ano passado. Marcelo Carvalho, presidente da entidade, estima que os jogos para celular devem responder por 15% do total. Caso a estimativa esteja certa, as empresas desse nicho faturaram R\$2,7 milhões no ano passado.

O investimento de R\$ 5 milhões da Telemar na Gamecorp supera aportes que foram feitos em outras empresas desse setor. A Meantime Mobile Games, empresa de Recife (PE) que criou jogos a partir de filmes animados como “O Espanta Tubarões” e “Madagascar” e é apontada como um dos negócios mais promissores na área, teria recebido investimentos de R\$3 milhões -número que não é confirmado pela empresa por conta de um acordo de sigilo assinado com os investidores na marca.

Esses números são só uma aproximação do que pode ser o mercado que será explorado pela Telemar-Gamecorp. A empresa do filho de Lula não faz jogos,

mas programas de TV sobre jogos. Um deles é o G4 Brasil, que é exibido pela TV Bandeirantes.

Texto

JEFFERSON CITA PISTAS QUE “PODERIAM” LEVAR A LULA

Londrina – O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) admitiu a possibilidade de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estar envolvido no escândalo do mensalão. Ao ser entrevistado pela TV Tarobá, de Cascavel (PR), Jefferson repetiu diversas vezes estar convencido de que Lula é inocente e garantiu que manterá esse julgamento “até que alguém aponte a nudez” de Lula, mas apontou duas linhas de investigação que poderão revelar o eventual envolvimento do presidente.

A primeira veio ao comentar a denúncia, feita por ele, de que o empresário Marcos Valério teria tentado obter dinheiro da Portugal Telecom para financiar o PT e o PTB. “Se as pistas forem investigadas com profundidade, poderão levar ao presidente”, afirmou, enfatizando o “poderão”. Para Jefferson, se Valério se apresentou à empresa portuguesa como “consultor” do presidente Lula foi porque “alguém deu essa credencial a ele”.

A teia de corrupção que está sendo desvendada pela CPI dos Correios está longe de chegar ao fim, alertou Jefferson, apontando para a outra linha de investigação que poderá comprometer o presidente: a extinta Secretaria de Comunicação, que era comandada por Luiz Gushiken. Quando os contratos de publicidade forem investigados, “será um grande escândalo”, disse, arrematando: “Vocês vão ver aonde vai chegar isso”. Ao presidente?, quis saber um repórter. Jefferson silenciou.

O Relator da CPI dos Correios, Osmar Serraglio (PMDB-PR), que acusou Jefferson de comandar o esquema de corrupção na estatal, é “boquirroto, falastrão e irresponsável”, classificou Jefferson, porque ele teria recuado da afirmação de que a corrupção atingiria o presidente Lula. Serraglio previu, no início dos trabalhos da CPI, a possibilidade – mais tarde ele explicaria tratar-se apenas de “uma hipótese” – de as investigações levarem ao **impeachment** de Lula.

O presidente licenciado do PTB isentou seu colega paranaense Alex Canziani, que disputou a Prefeitura de Londrina no ano passado, do uso de recursos ilegais para cobrir despesas de campanha. O PL pediu na semana passada ao Conselho de Ética a cassação de Canziani sob a justificativa de que ele seria um dos destinatários de parte dos R\$ 4 milhões que Jefferson afirma ter recebido do PT.

O Estado de S. Paulo

José Antonio Pedriali

O SR. VALMIR AMARAL (PP – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveitando que recentemente foi comemorado o do Dia Nacional do Selo, quero ocupar a tribuna para enaltecer e parabenizar os funcionários dos Correios. Sem dúvida alguma estão dando uma demonstração inequívoca de profissionalismo e competência. Refiro-me àqueles de carreira e da área operacional que mostram o descontentamento ao fazerem manifestações públicas de que não aceitam, e nunca aceitarão que pessoas mal intencionadas usem aquela instituição, uma das mais antigas do mundo na sua área, para obter vantagens pessoais. Como exemplo, recentemente lavaram a sede dos Correios. Estão, assim, realmente mostrando ao Brasil a boa face dos Correios, o lado humano e profissional, a brasilidade nas veias.

No ano passado, fiz um discurso sobre a filatelia, nesse eu dizia que nós deveríamos fazer uma reflexão e pedia que tentássemos conceber um sistema postal em que o destinatário é quem pagaria pelas correspondências que recebesse, e em que as tarifas, além de proibitivas, demandariam cálculos complicados, a depender da região para a qual se destinassem. Pedia, ainda que imaginássemos a incrível quantidade de cartas, que pelo alto custo, seriam recusadas pelos destinatários, resultando em contrapartida, o imenso prejuízo que isso representaria para o serviço de porte e remessa postal.

Fiz tal exercício de imaginação baseado nos correios como eram na Europa, bem como os de outros países, como o Brasil, até meados do século XIX.

Contudo, a evolução social da humanidade é feita com idéias simples, e nos idos 1840 o inglês Rowland Hill, inovou ao criar o selo postal adesivo, por meio do qual se tornou possível a cobrança, diretamente ao remetente, de uma tarifa única para o envio de cartas.

O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a usar tal sistema, lançando no dia 1º de agosto de 1843, a primeira série de selos emitida no Brasil. Eram os famosos “olhos-de-boi”, que ficaram assim conhecidos porque as linhas elegantes e sóbrias de sua figura de fundo, de fato, lembravam um olho bovino.

Em síntese é esse o motivo de se comemorar todo dia 1º de agosto como sendo o Dia Nacional do Selo.

Mas, selo é próprio dos Correios, e essa instituição secular está sendo alvo de uma CPI.

Não vou ocupar meu tempo, aqui na tribuna, falando da CPI. Todos falam dela, os jornais, a televisão, o rádio, os parlamentares, enfim todo mundo está falando. O objetivo de minha fala são os funcionários dos correios, aqueles que não participam de negociatas, nem decidem os rumos macros. Falo com os carteiros, com todas aquelas pessoas que trabalham com a “mão na

massa”, como se diz popularmente. Com o trabalhador real e não o virtual. Quero dizer a essas pessoas que haverá o momento em que as suas demonstrações de insatisfação com o que está acontecendo serão mais enaltecidas pela imprensa.

Percebam, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, apesar de tudo o que está acontecendo, não houve um momento sequer em que a produtividade e alta qualidade dos serviços oferecidos pelos Correios tenha mostrado uma queda, por mínima que fosse. Pelo contrário, os funcionários dos Correios continuam dando uma grande demonstração de que são cidadãos brasileiros dos mais dignos, merecendo o nosso mais profundo respeito. Sempre terei na lembrança estes dias pela garra com que os trabalhadores do Correio defendem essa secular instituição, dando uma demonstração inequívoca de amor e de respeito ao País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar dois textos publicados esta semana pela imprensa nacional: um deles intitulado “Ação entre velhos amigos”, foi publicado pela revista *Veja* do último dia 6 de julho. O outro, intitulado “O ‘case’ da Globalprev”, foi publicado pelo jornal **Folha de S. Paulo** de 7 de julho.

Os textos mostram que o ex-ministro da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, foi sócio da empresa Globalprev que, hoje, vive uma história de sucesso, mas chama a atenção por seus contratos com diversos fundos de pensão de estatais.

A matéria da revista **Veja** termina com a seguinte conclusão: “Angustiante é a constatação de que o PT, depois de passar anos na oposição combatendo essa prática, sucumbiu à praga do patrimonialismo que sufoca o Estado brasileiro”.

Já o editorial da **Folha de S. Paulo** comenta que “O que salta aos olhos nesse ‘case’ empresarial é a gritante correlação entre a escalada do faturamento da Globalprev e o ingresso de Luiz Gushiken no primeiro escalão do governo Luiz Inácio Lula da Silva”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que as matérias citadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

AÇÃO ENTRE VELHOS AMIGOS

Empresa que foi de Gushiken, hoje na mão de antigos colaboradores, cresceu trabalhando para fundos de pensão de estatais

Ronaldo França

No fim de 2002, no momento em que se preparava para assumir um cargo no ministério do recém-eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o hoje ministro da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, fez uma transição particular. Vendeu sua participação na empresa Gushiken e Associados, especializada em consultoria previdenciária, a dois antigos colaboradores, Wanderley José de Freitas e Augusto Tadeu Ferrar. A companhia mudou de nome e passou a se

chamar Globalprev Consultores Associados. A mudança foi concretizada em 6 de dezembro de 2002, conforme contrato arquivado na Junta Comercial de São Paulo. Era a reta final da troca de governo. A partir de então, a Globalprev começou a viver uma história de sucesso sem igual em sua história. Já em 2003, passou a fechar contratos com fundos de pensão de estatais, desbancando alguns

dos mais tradicionais concorrentes do mercado. A empresa aportou na Previ, na Petros, na Portus, na Capaf e no Cifrão. São, respectivamente, os fundos de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, da Petrobras, da extinta Portohrás, do Banco da Amazônia e da Casa da Moeda. Juntos, detêm um patrimônio de 96 bilhões de reais.

CURIOSA ESPECIALIZAÇÃO

No ofício em que pede a contratação do grupo integrado pela Globalprev, alegação de notória especialização para empresa que nunca realizou serviço desse tipo

PETROS

SECRETARIA GERAL
PROCESSO DE 131/2005

ANTICIPAÇÃO DE

SG-021/2005
Rio de Janeiro, 26 de abril de 2005.

Ac. Presidente da Petros

Assunto: Contrato de Prestação de Serviços de Gestão Previdenciária

1 - OBJETIVO

Propor à Diretoria Executiva a celebração de um contrato multilateral, para a prestação de serviços para a gestão previdenciária do passivo do plano misto de benefícios previdenciários dos trabalhadores da SANASA - Plano Misto SANASA, assim como para a administração da arrecadação das contribuições para o referido Plano.

Traz-se, em virtude, de

Tendo em vista a urgência em atender ao Convênio de Adesão, firmado entre a Petros e a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. - SANASA, e levando-se em consideração a notória especialização da peritoa formada pelas empresas ProvisãoHouseCoopers, Klaxon Solutions Ltda. e GlobusPrev nesse segmento, de acordo com o Edital de Contratação, a tomada de preço é dispensável.

Paralelamente

instrumento com

Atenciosamente,

Newton Damasceno da Cunha
Secretaria-Geral

A.D.E. favor distribuição 26/04/2005

Wanderley José de Freitas Presidente

"Não ocorreu vinculação minha com a nova empresa, nem com seus sócios, não se configurando nenhuma ação de qualquer natureza cuja lisura possa ser questionada."

Luiz Gushiken

Os contratos da Globalprev chamam atenção porque os fundos de pensão são justamente uma área sob forte influência do ministro Luiz Gushiken. Formado em administração de empresas, foi um deputado federal atuante no setor. Participou ativamente da CPI sobre o assunto e de todas as discussões sobre regulamentação dessa área nos últimos anos. Era, por assim dizer, o especialista do PT no assunto. Formado o governo, fez as indicações para os postos-chave. Esteve por trás da nomeação de alguns presidentes de fundos, como Wagner Pinheiro, na Petros, e Sérgio Rosa, na Previ. Gushiken também exercitou sua influência para nomear o titular da Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social, Adacir Reis, que foi assessor de seu gabinete no Congresso.

Apesar de sua influência no setor, quando ainda estava à frente da empresa, Gushiken não tinha tantos clientes quanto seus sucessores conquistaram. Os fundos de pensão para os quais trabalhava se limitavam ao do Banrisul,

o banco estadual do Rio Grande do Sul, onde, por sinal, o governo era petista, e ao da Coelba, companhia elétrica da Bahia. Seu mercado estava principalmente nos sindicatos e em prefeituras, por todo o Brasil. Seu cargo-chefe eram cursos com o objetivo de explicar aos trabalhadores a regulamentação e a estrutura dos fundos. A virada se deu no começo de 2003. A empresa foi contratada pela Petros, o fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, o segundo maior do país, com patrimônio de 25 bilhões de reais. O contrato de consultoria atuarial (investigação e aconselhamento em problemas relacionados com o cálculo do valor dos seguros) vigorou por dois anos e foi renovado neste ano, sem concorrência, o que é permitido pelo estatuto

da Petros. Além desse, a Globalprev conquistou outros dois negócios na Petros. Um deles está sendo arguido pelo Conselho Fiscal do fundo. Trata-se do contrato no qual a Globalprev figura como subcontratada da Trevisan Associados. O processo de contratação está sendo questionado porque, das três empresas que se qualificaram para concorrer, apenas uma, a Trevisan, aceitou realizar todos os cinco serviços solicitados. As outras duas ou não se interessaram por todos os serviços requeridos, ou não apresentaram proposta. Assim que venceu a concorrência, a Trevisan subcontratou a Globalprev. Há quase dois anos o Conselho Fiscal solicita os documentos para analisar o processo, o que só deverá ocorrer agora, neste mês.

Não foi só. Em parceria com as empresas PricewaterhouseCoopers e Kíman Solutions, a Globalprev foi contratada pela Petros para gestão do fundo de pensão dos funcionários da Sanasa, a companhia de saneamento do município de Campinas. Há indícios de favorecimento no ofício em que o secretário-geral da Petros, Newton Carneiro da Cunha, indicado por Gushiken, propõe a contratação do grupo de empresas integrado pela Globalprev. Ele defende a contratação sem tomada de preços em virtude de "notória especialização" da parceria formada pelas três companhias. "Notória especialização"? Essa é a primeira vez que a Globalprev participará da gestão de um plano como esses, segundo afirmou a VEJA o sócio fiduciário: "É um projeto piloto, é coisa pequena, mas que pode se transformar num bom produto para nós", diz.

Outras empresas do ramo, inclusive multinacionais, já prestam esse tipo de serviço, mas a Globalprev estará entrando agora no ramo. É difícil entender que uma companhia que nunca executou uma tarefa específica como gerir um fundo de pensão possa ter notória especialização. Na Previ, o maior fundo de

pensão do país, com patrimônio de 70 bilhões de reais, a empresa que foi de Gusniken ganhou terreno. Passou a ministrar cursos sobre o funcionamento de fundos de pensão aos funcionários.

Na semana passada, descobriu-se que, após a mudança de governo, a publicidade estatal nas revistas editadas pela firma do cunhado de Gushiken, Luís Leonel, mais que dobrou. O ministro afirma que nada tem a ver com o assunto. "Nunca recebi ou dei encaminhamento a nenhuma solicitação envolvendo os interesses da Editora Ponto de Vista", esclareceu, em nota à imprensa. Gushiken disse também que jamais intercedeu junto aos fundos de pensão em favor da Globalprev ou de seus sócios. Pode ser que o crescimento das

empresas de alguma forma ligadas ao ministro seja fruto da proximidade natural de seus parentes ou antigos colaboradores com os homens que hoje ocupam postos com poder de decisão sobre publicidade ou comandam grandes fundos de pensão. Afinal, eram próximos antes e frequentavam os mesmos ambientes. Além disso, é praxe no país que os grupos políticos que chegam ao poder sejam generosos com seus aliados, incluindo aí amigos e parentes. Angustiante é a constatação de que o PT, depois de passar anos na oposição combatendo essa prática, sucumbiu à praga do patrimonialismo que sufoca o Estado brasileiro. ■

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: LUÍS FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: LUÍS ALBERTO BAHIA, ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUÍS NASSIF, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETARIO)

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@ufol.com.br

O "CASE" DA GLOBALPREV

A GUSHIKEN & Associados, uma empresa que presta assessoria na área de previdência, faturou R\$ 151 mil em 2002. Em 2003, Luiz Gushiken, que pouco antes havia abandonado a sociedade, assumiu o cargo de ministro da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica, e o faturamento da companhia saltou para R\$ 1,051 milhão.

Outro acréscimo expressivo registrou-se em 2004, quando a companhia — que após a saída do ministro passou a se chamar Globalprev — faturou R\$ 1,966 milhão. Em 2005, o faturamento, até o mês de maio, já havia alcançado R\$ 969 mil.

Os recursos vieram, na maior parte, de serviços prestados a cinco fundos de pensão de estatais, entre os quais o Postalisa, dos Correios, e a Petros, da Petrobras. Esta última anunciou o rompimento do contrato na segunda-feira, logo depois da publicação de reportagens sobre a evolução financeira da empresa. Por meio de uma nota, a Globalprev afirmou que mantém atividade lícita, relações comerciais legais e está em dia

com todas as suas obrigações.

Não é improvável que o conteúdo da nota seja verdadeiro, mas o que está em questão não é se a referida companhia — cuja sede, aliás, é a casa onde o ex-sócio morava até o final de 2002 — cumpre seus compromissos e atende aos requisitos legais. O que salta aos olhos nesse "case" empresarial é a gritante correlação entre a escalada do faturamento da Globalprev e o ingresso de Luiz Gushiken no primeiro escalão do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Talvez o ministro seja um administrador tão sonvel que sua ausência tenha representado um verdadeiro "choque de gestão" na empresa, cujo resultado foi a notável prosperidade que posteriormente se verificou.

Quem conhece, porém, a maneira como, no Brasil, recursos públicos são capturados por interesses privados — e quanto a isso assistimos a mais um revelador e deprimente espetáculo — não pode deixar de ver com apreensão e desconfiança a metamorfose da Gushiken & Associados nestes anos de governo petista.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O Ibope mostra: Lula morreu”, de autoria de Diogo Mainardi, publicado na revista *Veja* de 27 de julho do corrente.

Lula foi eleito para acabar com a desigualdade. No entanto, é justamente essa desigualdade que o salva nas pesquisas de Ibope. Como o autor disse: “Lula acabou. Lula morreu. Ele ainda não sabe disso.

Ninguém o avisou. Faço questão de ser o primeiro a dar-lhe a notícia.”

Sr. Presidente, requeiro que o artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Ibope mostra: Lula morreu

O brasileiro é idiota?

Foi o que muita gente se perguntou depois de ler a última pesquisa do Ibope, publicada na terça-feira. A impressão que se tem é que o eleitorado não liga para a roubalheira lulista. Delúbio Soares pode distribuir propina aos parlamentares. Silvío Pereira pode ganhar Land Rovers de fornecedores da Petrobras. Henrique Pizzofato pode receber pacotes de dinheiro no Banco Rural. Marcelo Sereno pode comprar apartamentos de 700 000 reais. João Paulo Cunha pode sacar das contas de Marcos Valério. O filho de Lula, Fábio Luís, pode vender produtoras de fundo de quintal a concessionárias públicas, por preços exorbitantes. Não importa. Por mais descarada que seja a roubalheira lulista, a popularidade do presidente não parece ser afetada. Nas simulações de voto, ele ganha com folga de todos os adversários. A maioria absoluta da população confia nele. O dado mais importante numa campanha para a reeleição é a taxa de aprovação do presidente em exercício. A diferença entre os que aprovam e desaprovam o desempenho de Lula, segundo o Ibope, continua surpreendentemente alta.

Aprovam: 54%

Desaprovam: 38%

Márcia Cavallari me ajudou a interpretar os fatos. Ela é diretora do Ibope. Pedi-lhe que cruzasse alguns números. O resultado é o contrário do que se imagina. Para avaliar o efeito da roubalheira sobre a popularidade de Lula, é fundamental dividir o eleitorado em dois grupos: os que conhecem e os que não conhecem as denúncias de corrupção. Do total de entrevistados pelo Ibope, 28% simplesmente não tomaram conhecimento das acusações contra o governo. Entre eles, a taxa de

aprovação de Lula é a seguinte:

Aprovam: 61%

Desaprovam: 27%

Entre os 72%

que estão informados sobre os casos de corrupção lulista, mesmo que de maneira superficial, a taxa de aprovação do presidente é dramaticamente menor:

Aprovam: 51%

Desaprovam: 43%

A diferença entre um grupo e outro é de 26 pontos percentuais. Esses dados desmontam a tese governista — aceita pela oposição e pela imprensa — de que Lula está blindado contra a crise. Não há blindagem. Quando o eleitor toma conhecimento da corrupção no governo, rejeita Lula. Quanto mais informação ele tem, maior é a rejeição. A popularidade de Lula não resistiria a uma campanha eleitoral, em que a roubalheira seria lembrada o tempo todo.

O pior para Lula é o perfil daqueles 28% que ainda não ouviram falar em corrupção no governo, e continuam a apoiá-lo maciçamente. 56% estudaram até a 4ª série. Outros 25% abandonaram a escola entre a 5ª e a 8ª série. 74% moram no interior do país. Lula foi eleito com a promessa de combater a desigualdade. O que o salva agora é justamente a desigualdade educacional e territorial do Brasil. A informação pode levar mais tempo para chegar a essa gente. Só que, mais dia, menos dia, ela chega.

Lula acabou. Lula morreu. Ele ainda não sabe disso. Ninguém o avisou. Faço questão de ser o primeiro a dar-lhe a notícia. Má notícia é comigo mesmo.

“Lula foi eleito com a promessa de combater a desigualdade. O que o salva agora é justamente a desigualdade educacional e territorial do Brasil”

O SR. LUIZ SOARES (S/Partido – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 3 de agosto de 2005, intitulada “Lista da SMPB derruba assessor de Ciro”.

Após a entrega da lista de saques das contas das agências publicitárias SMPB e DNA, feita pelo próprio Marcos Valério e por sua Diretora-Financeira Simone Vasconcelos, houve uma grande baixa no governo. Agora chegou a vez do secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional, Márcio

Lacerda, que pediu demissão após ser citado como um dos sacadores.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ SOARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lista da SMPB derruba assessor de Ciro

Ministro ‘presume inocência’, mas aceita demissão do secretário-executivo Márcio Lacerda, que teria sacado ou recebido R\$ 457 mil

CRISE NO GOVERNO LULA

Marcelo de Moraes
BRASÍLIA

A lista de pessoas que sacaram recursos das contas bancárias das agências publicitárias SMPB e DNA, entregue segunda-feira pelo empresário Marcos Valério Fernandes de Souza e pela diretora-financeira da SMPB, Simone Vasconcelos, fez ontem pesada baixa no governo. Citado como sacador ou destinatário de saques de R\$ 457 mil,

o secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional, Márcio Lacerda, pediu ontem demissão do cargo. O ministro Ciro Gomes aceitou o pedido.

Segundo na hierarquia do ministério comandado por Ciro Gomes, Lacerda deu suas explicações ontem por nota oficial, assinada pela assessoria de imprensa da pasta. A assessoria diz que Lacerda teria “ter recebido qualquer recurso financeiro” dessas contas.

Apesar de rechaçar a informação de que tenha feito sa-

ques, Lacerda decidiu mesmo assim entregar o cargo para evitar prejuízos à imagem política de Ciro. A nota afirma que Lacerda saiu “para assegurar a normalidade da missão institucional do Ministério da Integração Nacional, e compreendendo que estaria em marcha uma tentativa de envolver esta pasta e seu titular no ambiente de escândalo por que passa o País, o sr. Márcio Lacerda solicitou seu afastamento do cargo de secretário-executivo, uma vez que não deseja que essa suspei-

ção infundada, contra ele assada, prejudique a instituição”.

A assessoria do ministério conclui a nota dizendo que “o ministro Ciro Gomes aceitou o pedido, presume a inocência do secretário executivo e ajudará para que todos esses fatos sejam totalmente esclarecidos no mais breve espaço de tempo possível”. Apesar das negativas de Lacerda, a lista entregue por Valério e Simone aponta dois saques que supostamente teriam o ex-secretário executivo como destinatário.

Dias outras pessoas seriam responsáveis por esses saques, segundo Valério e Simone. Seriam Francisco Bórges Cavalcanti e uma outra pessoa identificada apenas como Terezinha. O primeiro saque foi feito em 16 de abril de 2003, no valor de R\$ 300 mil. O segundo, no dia 17 de julho do mesmo ano.

A agenda da ex-secretária de Marcos Valério, Karina Fernanda Somaggio, registra encontro do empresário com Lacerda, em 9 de junho de 2003, data muito próxima de quando

foi feito o segundo saque. Também registra no mesmo dia um encontro de Valério com outra pessoa que supostamente teria feito saques. Dessa vez, a referência é a Zilmair Silveira, sócia da agência de publicidade Duda Mendonça. Pela lista entregue, Zilmair ou outros representantes da Duda teriam sido responsáveis por saques no orden de R\$ 16,5 milhões. Um desses saques aconteceu no dia 11 de junho de 2003, apenas dois dias depois do encontro com Valério registrado na agenda. ■

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Agora é Lula”, de autoria de Fernando Rodrigues, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 25 de julho do corrente.

Depois de todos os indícios da existência de um verdadeiro esquema de pagamento de propina aos parlamentares, o que se procura, agora, são provas que possam demonstrar a participação do Presidente Lula. O cidadão tem todo o direito de saber se o Presidente sabia do chamado “mensalão” e mentiu ou

realmente não sabia e se manteve inerte perante a crise. Agora é Lula.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Agora é Lula

BRASÍLIA - Como diria o marqueteiro maluco-petista Duda Mendonça, “agora é Lula”. Assim como na campanha eleitoral de 2002 houve um “momentum” a favor do candidato do PT, na conjuntura atual o cenário é totalmente invertido.

Todos os esforços de quem investiga o caso do “mensalão” são para comprovar de uma vez aquilo que o cidadão comum tem o direito de saber: há ou não envolvimento do presidente da República? Ou se houve, no mínimo, desídia e inépcia por parte do principal mandatário do país.

As reportagens na mídia impressa do fim de semana, as declarações de congressistas ao longo dos últimos dias e as atitudes do Palácio do Planalto demonstram a formação de um caldo de cultura da pior espécie para Lula. O presidente, é certo, segue com sua popularidade em um patamar para lá de razoável, como mostrou o Datafolha. Ocorre que esse patrimônio virá abaixo no minuto seguinte ao aparecimento de alguma evidência material contra Lula.

Por enquanto, há indícios. O espe-

táculo do crescimento econômico do filho Lulinha. A operação de empréstimo do PT para Lula que o Palácio do Planalto se recusa a explicar. As faturas de cartões de crédito ainda sumidas da vista do público.

Esse caso do empréstimo do partido a Lula é grave e emblemático.

O presidente recebeu R\$ 29,4 mil de empréstimo do PT. A Folha passou uma semana perguntando ao Palácio do Planalto como se dera a operação. Até porque aparece um pagamento de parte desse empréstimo por meio de um “depósito online” sem especificar a origem do dinheiro.

Eis o que responde o governo: “A Presidência da República não tem conhecimento dessas informações, que devem ser buscadas junto ao Partido dos Trabalhadores”.

Esse escárnio com a opinião pública certamente tem razão de ser. Algo está sendo ocultado. Ou somos todos obrigados a acreditar que o presidente da República desconhece quem paga suas contas pessoais.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Empresa que reforma Alvorada é investigada”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 28 de julho do corrente.

A Alusa, empresa de engenharia que está doando dinheiro para a reforma do Palácio da Alvorada, residência oficial do Presidente Lula, está sendo investigada por suposto favorecimento em processo de licitação de R\$510 milhões. Além disso, a Polícia Federal está vinculando a empresa ao Sr. Adalberto Vieira da Silva, aquele que foi flagrado no aeroporto de Congonhas com R\$209 mil em uma pasta e US\$100 mil na

cueca. Porém, segundo o Senador Heráclito Fortes, no Nordeste, a Alusa é conhecida como empresa de Delúbio Soares.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Empresa que reforma Alvorada é investigada

Fausto Macedo
BRÁSILIA

O Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente Lula, está mudando de cara – com dinheiro doado pela Alusa, empresa de engenharia supostamente favorecida em processo de licitação de R\$ 510 milhões e que a Polícia Federal vincula ao petista José Adalberto Vieira da Silva, capturado em flagrante no Aeroporto de Congonhas com R\$ 209 mil numa pasta e US\$ 100 mil na cueca. A Alusa integra o consórcio escolhido para construir um linha de transmissão de energia elétrica entre Teresina e Fortaleza.

Patrimônio histórico da humanidade, o Alvorada passa por obras de restauração orçadas em R\$ 16 milhões. O responsável pelo projeto é a Associação para a Restauração do Palácio da Alvorada, composta pela Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base e pela Fundação Ricardo Franco, que fiscaliza os trabalhos.

Consórcio formado pelas construtoras Tensore e Concrejato venceu o processo de licitação. As obras foram iniciadas em

dezembro de 2004 e devem terminar em agosto. O projeto conta com a doação de recursos, em cotas iguais, de 22 empresas, entre elas 5 grandes empreiteiras e a Alusa.

Em outubro, Lula ofereceu jantar, na Granja do Torto, a empresários que financiam a reforma. José Dirceu e Luiz Gushiken, então ministros da Casa Civil e da Secretaria de Comunicação do Governo, participaram do evento com empreiteiros, banqueiros e a Alusa, representada pelo executivo José Luiz de Godoy Pereira. “A Alusa é conhecida no Nordeste como a empresa de Delúbio (Soares, ex-tesoureiro do PT)”, diz o senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

A Alusa repeliu enfaticamente a versão de que teria ligações com Delúbio. Com mais de 50 anos no mercado, é reconhecida por diversos outros trabalhos de restauração de edifícios e patrimônios históricos. A empresa destacou que o consórcio STN ganhou o contrato da linha de transmissão em licitação na Bolsa de Valores de São Paulo porque apresentou preço com 39% de deságio. ●

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Rouba, mas lhe dá um bocadinho”, de autoria do jornalista e escritor, José Nêumane, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 27 de julho do corrente.

Na posse do novo presidente da Petrobras no recinto fechado da Refinaria Duque de Caxias, o Presidente Lula disse aos sindicalistas que “está para nascer alguém que venha discutir ética comigo”. É fácil discursar para os seus (os sindicalistas), princi-

palmente quando os manifestantes indesejáveis não podem chegar perto para discordar.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

'Rouba, mas lhe dá um bocadinho'

José Nêumanne

"Está para nascer alguém que venha discutir ética comigo", disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na posse do novo presidente da Petrobrás, em recinto fechado - a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) -, a prudente distância de manifestantes indesejáveis que dele pudessem discordar.

Mas pode ser que haja alguém. Infelizmente para o presidente e para a Nação, que torce para que ele não tenha sido informado sobre os passos da camarilha que, ao tomar o poder, virou uma quadrilha, segundo o professor Demétrio Magnoli e a ex-juíza e deputada Denise Frossard (PSB-RJ), mas que, pelo menos, reconheça o mal que ex-companheiros de jornada fizeram a ele, ao PT e ao Brasil. O ex-guerrilheiro Paulo de Tarso Venâncio, que em 1995 denunciou um esquema de assalto aos cofres públicos das prefeituras petistas para engordar o "caixa 2" do PT, sob o comando de Roberto Teixeira, advogado, compadre e generoso senhorio

muito solidário do presidente. Talvez seu senso ético seja aguçado. Já o de justiça...

Com emoção idêntica à exibida em várias ocasiões por outros protagonistas do escândalo de que se pretende distanciar, Lula também lembrou: "Sou filho de pai e mãe analfabetos, minha mãe não era capaz de fazer o 'o' com o copo. E o único legado que deixaram, não apenas para mim, para a família, era que andar de cabeça erguida é a coisa mais importante que pode acontecer com um homem e com uma mulher." Com a frase o presidente demonstrou que, embora conte com o benefício da dúvida quanto à ética, tem a memória comprometida. Afinal, a imagem de seu pai que ele próprio transmitiu ao público efetor foi a de um irresponsável que abandonou a família ao deus-dará. Seria injusto confundir-la com um legado, pois ninguém nega ser o presidente um bom pai. Haja vista sua frase ao saber que a Telemar andou injetando um dinheirinho na empresa do filho Fábio Luiz: "Não sei dos negócios de meu filho, mas ele jamais me colocaria numa fria."

"Conquistei o direito de andar de cabeça erguida com muito sacrifício, e não vai ser a elite brasileira que vai fazer eu (sic) abaixar minha cabeça" - esta foi outra frase forte do discurso na Reduc. Forte, sim, mas não exata! A elite o poupou o quanto pode, embora por razões que talvez digam respeito menos à admiração que tenha por ele do que ao temor de a política econômica passar para as mãos do vice José Alencar ou para o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, caso se concretize a improvável hipótese do impeachment.

Para tanto essa elite, oposição tucana incluída, corre o risco de vê-lo mais quatro anos no poder, já que as pesquisas continuam a considerá-lo favorito à reeleição. Para se manter no posto, conforme mostraram o citado discurso e outro, feito no sábado no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que presidia, ele parece estar seguindo conselhos do marquês Duda Mendonça para se comunicar diretamente com a grande massa pobre e desinformada. A tática pode ser fadada ao êxito, mas original não é. Muitos políticos de direita se locupletaram de um certo descaço ético de parte do eleitorado, deixando circular à boca pequena o célebre lema "rouba, mas faz". A estratégia de usar o esqualido "mensalinho" do assistencialismo desabrido para evitar a condenação das massas miseráveis ao robusto "mensalão" dos políticos mescrepulosos também tem dado certo. E poderá lembrar uma

paródia incômoda da frase que José Dirceu usava no tempo em que era o comissário-chefe do aparelhamento do Estado pelo PT: "Este governo não rouba nem deixa roubar." Pelo visto, há quem no PT e no governo tenha ficado roubado. E até agora tem ficado impune, contando com a tática aliança com o lúmpen em troca das migalhas do banquete.

Na volta ao sindicato, berço político dele, de Silvinho Pereira, de Luiz Gushiken e de outros, entre eles o companheiro-problema Delúbio Soares, Lula não encontrará a virgindade moral perdida pelo PT. Afinal, o sindicalismo - aqui como em qualquer país - não é propriamente uma versão proletária do Paraíso da Ética sem mácula. Ele precisa de mais que isso para evitar que se fixe a ideia de que o "rouba, mas lhe dá um bocadinho" possa ser a versão de certa esquerda cínica para o "rouba, mas faz" da banda podre da direita. ■

OS SINDICATOS NÃO SÃO PROPRIAMENTE O PARAÍSO PROLETÁRIO DA ÉTICA SEM MÁCULA

(não cobrava aluguel do apartamento onde ele morava nem do sítio onde passava os fins de semana), tem o direito de achar que Lula, então presidente do partido, não fora muito ético ao não lhe dar ouvidos. Afinal, ele foi demitido pela então prefeita de São José dos Campos, Angela Guadagnin, hoje na tropa de choque do "abafa" na CPI. E, um ano depois, expulso do partido, após ter tornado pública a denúncia, em entrevista a Luiz Maklouf de Carvalho, do *Jornal da Tarde*. O esquema que ele denunciou voltá ao noticiário, tendo como protagonista não mais Teixeira, mas o solicitado companheiro que lhe passava cigarrilhas holandesas acesas sob a mesa, Delúbio Soares, conforme demonstra flagrante reproduzido neste jornal, domingo.

A viúva do ex-prefeito de Campinas Toninho do PP, Rosciana Garcia, também se pode achar no direito de lhe dar lições de ética. De fato, Lula não tem obrigação de crer nas dúvidas que ela nutre de que o marido tenha mesmo sido executado pelo seqüestrador Andinho, como acham o PT e a polícia de Alekmin, nem que seu amigo Jacó Bittar, ex-prefeito de Campinas cuja gestão Toninho investigava, tenha algo que ver com isso. Mas não receber dela o abaixo-assinado pedindo a reabertura das investigações não foi um gesto

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 248, de 2005, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.*

Pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado André de Paula (PFL-PE), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, parcialmente, às Emendas nºs 4 a 15, nos termos de Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2005, que oferece, e pela rejeição das demais emendas. A Câmara dos Deputados, ao apreciar a matéria, rejeitou o Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2005, aprovando a medida provisória; e

Nº 1.342, de 2005, de Plenário, Relator revisor: Senador Ney Suassuna, favorável à Medida Provisória.

Prazo final: 19-8-2005

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 250, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relatora revisora: Senadora Ana Júlia Carepa

Prazo final: 16-9-2005

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 390, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.346, de 2005, Relator *ad hoc*: Senador Ramez Tebet), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2005.*

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 599, de 2005 – art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84/1999, na Casa de origem), que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências.* (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial).

Parecer favorável, sob nº 1.059, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

Pendente de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável

vel, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2002
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das*

Disposições Constitucionais. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2004
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2004

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.*

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001 (nº 3.786/97, na Casa de origem), que *dispõe sobre inscrições em Braille nos medicamentos.*

Parecer sob nº 1.080, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns,

favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2001 (nº 2.646/2000, na Casa de origem), que *altera a redação do § 1º do art. 285 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro* (permite ao condutor ou proprietário de veículos coletivos interpor recurso com efeito suspensivo de multa aplicada por aparelho eletrônico).

Parecer sob nº 476, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Sibá Machado.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (nº 3.464/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.*

Parecer favorável, sob nº 1.023, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986/2000, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975* (dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos).

Parecer sob nº 94, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta, com voto em separado do Senador Flávio Arns.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004 (nº 1.103/99, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 891, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3 –CMA, que apresenta.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341/2000, na Casa de origem), que *altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências* (exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos)

Parecer sob nº 253, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2004 (nº 1.638/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco” a rodovia BR-392, desde o município de Pelotas até o de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Parecer favorável, sob nº 254, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valdir Raupp.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa

do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005 (nº 1.652/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências*.

Parecer sob nº 1.021, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2005 (nº 1.747/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Combate à Pobreza*.

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador César Borges.

21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 26, de 2005, Relator: Senador Ney Suassuna), que *autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais*.

Parecer favorável, sob nº 475, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Hélio Costa.

23

REQUERIMENTO Nº 579, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 579, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, de sua autoria.

24

REQUERIMENTO Nº 598, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 598, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

25

REQUERIMENTO Nº 709, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 709, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 17, de 2004, e 176, de 2000, que já se encontra apensado aos de nºs 263 e 295, de 2003, por regularem a mesma matéria.

26

REQUERIMENTO Nº 711, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 711, de 2005, do Senador Sibá Macha-

do, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 40 minutos.)

(OS Nº 15188/05)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 08 DE AGOSTO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de tudo, antes de entrar no escopo do fundamento deste pronunciamento, associo-me às homenagens que a Casa fez – até encaminhei pessoalmente um voto de pesar – pelo falecimento do empresário alagoano, José Aprígio Vilela, filho do grande Menestrel das Alagoas, Teotônio Vilela e, de certa forma, meu irmão, por ser irmão de um dos melhores amigos que tenho no Congresso e fora dele: o Senador Teotônio Vilela Filho. Portanto, depois de muito sofrimento, quando José Aprígio descança – sabedor que sou do quanto está sentida a sua família –, deixo um abraço muito afetuoso a todos na pessoa do Senador Teotônio Vilela Filho.

Passo ao segundo ponto. Se o Governo se dispõe a votar uma minimíssima reforma política, o PSDB se põe de acordo, e se põe de acordo precisamente propondo algo bem simples: candidato, câmara e sociedade, sem efeitos especiais, sem Spielberg; nada mais disso. Haverá os *spots*? Ótimo. Creio que os *spots* são muito bons como instrumentos de campanha, mas candidato, câmara. Candidato falando sempre. Nada de ficarmos elegendo incapacidades, dourando a pílula com maquiagens. Nada de candidato atravessando a rua com uma velhinha, carregando uma criancinha no colo. Nada disso.

Mais ainda, entendo que os gastos de campanha devem ser colocados na internet, mas com um aspecto legal que sugerirei ao longo dessa luta pela mini reforma política. Alguém que recebesse contribuição de campanha de uma empresa em 30 de junho, por exemplo, teria até 5 de julho para expor na internet aquela declaração, sob pena de a não-declaração já inviabilizar a sua diplomação e a sua posse. Então ficaria tudo bem claro e nítido na Internet.

Mas vamos discutir. São poucos pontos e, agora, entro no assunto que, para mim, é o fundamental deste discurso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, todo o País reconhece que seu comportamento foi fundamental. Mas eu gostaria de colaborar, como eu o tenho aceitado em quase todos os momentos como Líder, mesmo não sendo de seu Partido, porque está representando a luta pela pureza democrática com muitas dificuldades.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É uma honra muito grande para mim ter a sua companhia sempre.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quanto a esse negócio de administrar, o Lula não lê, mas vai aqui um pensamento – e o Senador Antonio Carlos Magalhães estava falando. Há um livro de Átila, o Rei dos Hunos, chamado **Segredos de Liderança de Átila, o Huno**, no qual o autor diz que é fácil administrar. É o seguinte: Premiar os bons e punir os maus. Então, vamos punir os maus. É cassar já. Não havia Diretas Já? É Cassar Já. Se ficarmos misturados com essa gente que está aí, o que estaremos representando? Então, a grande reforma é agora. É Cassar Já e separar aqui o joio do trigo no Parlamento Brasileiro. É premiar os bons e punir os maus.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tem toda razão V. Ex^a. E eu me associo a esse raciocínio, que é objetivo e corresponde ao sentimento da Nação.

Mas, Senador Mão Santa, Senador Antonio Carlos, eu gostaria de expor aqui o raciocínio dividido em duas partes, para vermos se algo de muito estranho não está acontecendo no País, algo de profundamente estranho.

O Partido dos Trabalhadores tem 25 anos de história, uma história bonita. Esses 25 anos foram rasgados de repente. E eles dizem que a culpa é de Delúbio e de Sílvio Pereira, e de mais ninguém. Essa é a tese oficial. Os outros são todos vítimas. Delúbio e Sílvio Pereira seriam os dois grandes vilões.

O Governo Lula é um governo sociologicamente findo. Acabou. Sociologicamente, acabou. Não pode tentar vôo ousado nenhum, não pode propor agenda legislativa qualquer, é aquilo que, na política americana se chama *lame duck*, pato manco. Isso, lá, é tolerável. Acontece na transição. Quando é eleito um e ainda não foi empossado o outro, aquele que é mas já vai deixar de ser, por poucos meses, vira um pato manco – um pato manco por um ano e seis meses é muita coisa.

Mas eu avanço no raciocínio. O Presidente Lula teve o seu governo amputado sociologicamente. Sua história

está arranhada, está maculada. O futuro político de muitas pessoas, inclusive decentes – a maioria das pessoas do PT é gente decente, e essa maioria se reflete no Congresso, se reflete na militância –, está comprometido. Muitas dessas pessoas pagarão sem ter dívida no cartório. Pagarão porque haverá uma onda contra o PT.

E jogam a culpa de tudo, Senador Antonio Carlos, em Delúbio e em Sílvio Pereira. Levando em conta que o PT é um Partido agressivo, levando em conta que o PT, quando fazia oposição, fazia uma oposição virulenta, levando em conta que o PT, até quando está no chão como agora, procura ser virulento, agressivo, pergunto: por que não conseguem demonstrar nenhuma ira contra Delúbio e contra Sílvio Pereira? Por quê?

A Senadora Heloísa Helena foi vítima de um processo de expulsão; muito bem, o Sr. Sílvio Pereira, não! O Sr. Delúbio sai do Partido porque quer por um tempo. Até fizeram agradecimentos a ele na hora da tal despedida e terminaram com o tradicional “saudações petistas”! Ouvi desculpas esfarrapadas de que a Senadora Heloísa Helena e seus companheiros queriam fundar um novo partido e, por isso, mereciam a expulsão. Mas não merecia a expulsão o Sr. Delúbio Soares? Não mereceria a ira do Partido, se, por hipótese, fosse um dos dois únicos culpados o Sr. Sílvio Pereira ou o Sr. Delúbio Soares? Eu estranho, Senadora Heloísa Helena – e já lhe concedo o aparte –, eu estranho eles não demonstrarem nenhuma ira em relação a essas pessoas!

Agora, o pior é que saí de casa ontem convencido de que, quando chegasse aqui em Brasília, teria notícias de que não iam expulsar Delúbio coisa alguma. Parece-me algo parecido com aquela figura do Direito, das culpas concorrentes: aquela história de que fulano não denuncia beltrano, porque, senão, beltrano denuncia fulano. Algo parecido com isso – é uma figura do Direito!

Uma outra coisa me causa profunda espécie: é o Presidente Lula não ter ainda, até o presente, até o momento presente, como dar uma explicação à Nação.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permita interrompê-lo. É só para prorrogar a sessão por cinco minutos, de forma que V. Ex^a possa atender a Senadora Heloísa Helena.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O primeiro aspecto é este: eu estranhar que eles sejam tão virulentos com V. Ex^a – e o são conosco, de um Partido de Oposição, como é o PSDB – e tão doces, tão dóceis até em relação ao Roberto Jefferson. São doces e dóceis em relação ao Sílvio Pereira e são doces e dóceis em relação ao Delúbio Soares. Há algo de muito esquisito aí, muito estranho.

E o Presidente Lula, mesmo percebendo que chega perto dele – eu já não tenho nem mais uma dúvida

de dinheiro de caixa dois, “valeriano”, na campanha do Presidente Lula. O Sr. Delúbio mentiu de novo quando disse que todas as campanhas do PT tinham caixa dois, menos a de Lula. Estou convencido de que a de Lula tinha caixa dois também. Isso está mais do que provado. Nomeiam um novo Presidente. E fizeram todo aquele escarcéu com o Eduardo Azeredo. Aí fomos ver e o nosso Presidente Tarso Genro já está lá com dinheiro “valeriano” recentíssimo na conta, enfim. Algo me parece que está caindo mais do que de maduro, está caindo de podre. E o Presidente Lula, apesar de tudo, apesar de toda a aproximação da crise na sua direção, sai por aí nos discursos mais aberrantes, inventando uma elite, que não quer derrubá-lo, juntando platéias onde supostamente ele não seria vaiado – ele não faria nada parecido com um comício na Praça da Sé, na Cinelândia ou na Presidente Vargas, no Rio de Janeiro. Não faria comício em nenhuma cidade neste País, nenhuma cidade ou capital, neste País, sob pena do vexame. Tudo aquilo que o deixa deprimido sentiria desta vez.

Estou estranhando muito porque eu queria só proporcionalidade. São tão agressivos com a oposição e tão dóceis com Roberto Jefferson, tão dóceis com Delúbio, quando deveriam estar com raiva do Delúbio, sentindo ira contra Sílvio Pereira, porque, afinal de contas, são só eles os dois culpados, ninguém mais fez nada. Só eles são os culpados. Então, deveriam estar com muita raiva deles, porque rasgaram todas as carreiras políticas, colocaram todos os mandatos do PT de 2004 e 2002 sob suspeição, mas não: “companheiro prestou grande serviço ao partido”. “Saudações petistas”. O outro pediu para sair.

Quando saí de casa – e isso que me dá tristeza – eu tinha certeza de que eles não teriam coragem de expulsar de maneira incisiva o Sr. Delúbio Soares. Eles têm medo que o Sr. Delúbio Soares fale. Se ele falar, a coisa engrossa. Se ele falar, a coisa fica feia. Se ele falar, muita reputação vai rolar por água abaixo nesse quadro de verdadeiro dominó, que estamos vendo por aí.

Ouçõ V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-Sol – AL) – Senador Arthur Virgílio, não tive a oportunidade de acompanhar todo o pronunciamento de V. Ex^a, porque estava fora tentando encontrar alguns documentos para auxiliar o procedimento investigatório da CPI. Entretanto, fui chegando, e vou até me desculpar com V. Ex^a para aproveitar o seu pronunciamento para dar uma resposta muito rápida, sem nenhum rancor, sem nenhuma vingança em relação ao que foi dito que nós saímos do PT porque estávamos tentando construir um partido dentro do outro partido. Primeiro que isso não é verdade. Se fosse, era até um debate ideologi-

zado, programático, legítimo de disputar os rumos do partido que ajudamos a construir. O problema é que isso não é verdade; é uma mentira. Fico impressionada como sequer, Senador Mão Santa, a humildade de reconhecer o que poderia até ter sido um erro do nosso processo de expulsão essas pessoas não têm. Então, nem a Deputada Luciana Genro, nem o Deputado Babá, nem o Deputado João Fontes, nem nenhum outro militante do PT que se sentiu expulso conosco, passamos por açoites, por humilhações, éramos considerados os radicalóides enlouquecidos por aí afora, porque estávamos a condenar o balcão de negócios sujos, a política de articulação com os gigolôs do Fundo Monetário Internacional e com o capital financeiro, estávamos a condenar o balcão de negócios sujos que o Governo Lula montou aqui, no Congresso Nacional, distribuindo cargo, prestígio e liberação de emenda e poder, nem isso eles têm capacidade de identificar com humildade. Então, é só para ser sincero. Não tem nenhum problema. Agora, a sinceridade, às vezes, tem um pouco de validade. E, em relação ao resto, não tenho dúvida: realmente a elite política e econômica deste País está segurando o Presidente Lula, porque senão cairia ele e a metade do Congresso Nacional. Agora, como o capital financeiro, a nata do capital financeiro nunca ganhou tanto – não é à toa que ontem o Bradesco publicou que ganhou 150% a mais do que ganhou no ano passado –, então realmente a elite política e econômica do País carcomida, cínica, corrupta mantém o Presidente Lula e a metade do Congresso Nacional. Espero que a sociedade seja vigilante. Desculpe-me alongar, Senador Arthur Virgílio. Espero que o povo brasileiro seja vigilante porque senão vai dar pizza mesmo, operação-abafa mesmo, porque, se o procedimento investigatório for até o fim, eles rasgaram o Código Eleitoral, o Código Penal e a Constituição. Diz a Constituição que é crime de responsabilidade impedir o livre exercício do Poder Legislativo, além da improbidade administrativa, o desrespeito à legislação do País. Então, espero que a sociedade esteja vigilante para impedir qualquer operação abafa no Congresso Nacional, que está sendo gestada de forma cínica e dissimulada. Desculpe-me prolongar, mas é porque, infelizmente, nem a humildade essa gentalha tem. Mesmo mergulhada na lama da corrupção, não tem sequer a humildade de reconhecer os açoites e as humilhações que passamos porque estávamos a defender o programa do Partido, estávamos a defender a tradição do Partido, estávamos a defender todos os valores que, ao longo das nossas história, pensávamos que estávamos aprendendo dentro do Partido. Descobrimos agora que nem todos que lá estavam, de fato, defendiam isso. E mais uma vez, para deixar claro, porque, às vezes, V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, fica dizendo que é “chavização”, que é não sei o quê. Não tem nada disso...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – ...Não tem nada disso. Apenas para deixar claro, não tem nada disso, não tem nada de sofisticado. Não adianta introduzir nenhum elemento filosófico, sociológico, leninista, gramsciano, bolchevique. Por favor, vamos respeitar a memória desses que tanto produziram de convicções ideológicas e programáticas. Não tem nada disso. Não tem nada de sofisticação. É o tipo da política da ganância, de querer roubar de qualquer jeito para se locupletar. Então, não tem nada de “chavização”, não tem nada de fazer um outro projeto, não tem nada disso, até porque, infelizmente, o Governo Lula fez tudo – tudo – para viabilizar o projeto do Fernando Henrique, para aprofundar o projeto neoliberal. Acabou montando um esquema de corrupção, então não queiram dizer que era um esquema de corrupção para demolir as instituições burguesas, coisíssima nenhuma, não queiram dar nenhum ar de sofisticação ideológica a essa podridão que está aí, é mentira.

Não adianta o Presidente Tarso Genro dizer que é uma reivindicação do bolchevismo, mentira, não tem nada a ver, é uma farsa impor a transposição mecânica da História, de um período pré-revolucionário, revolucionário, isso é uma farsa. Portanto, ninguém queira dar nenhum ar de sofisticação ideológica a uma podridão que nada mais é do que a velha metodologia corrupta, cínica e decadente de se apropriar do espaço público como se fosse um negócio para agir em conluio com bandos, quadrilhas e outras coisas mais. Portanto, nada da esquerda, não tem nada a ver com “os fins justificam os meios”, não tem nada a ver com nenhuma sofisticação ideológica.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a alguns minutos para responder à Senadora Heloísa Helena e para completar meu pronunciamento.

Senadora Heloísa Helena, eu concordo em parte com V. Ex^a, em outra parte não. E faço logo de início uma distinção entre o período de oito anos governado pelo Presidente Fernando Henrique e esse que mal se arrasta até os dois anos e meio, e olhe que o PT queria derrubar o Presidente Fernando Henrique e ainda assim ele governou em paz oito anos e meio e passou para Lula um País administrativamente organizado. Este não tem ninguém querendo derrubá-lo e ele não se agüenta, ainda que sustentado por tantas forças que V. Ex^a aqui localizou com a sua verve, com a sua inteligência brilhante.

Quanto à outra parte, concordo com V. Ex^a em grande parte. Quando eu, por exemplo, falo em “chavização”, digo que ele recorre a métodos que, para mim, são populistas, para desviar do foco da corrupção. Estou convencido de que V. Ex^a tem razão. Não existe corrupção de esquerda, nem de direita; o que existe é corrupção. Existe roubo de dinheiro público, com clareza. Se é de direita, se é de esquerda, se é de centro, se é de rebola, se é de carambola, não tem a menor importância. Isso é a pura verdade. Nós temos é que breçar isso.

Agora, veja, Senadora Heloísa Helena, admiti uma vez, e estou convencido de que pode não ter sido nem isso, que talvez tenham eles justificado para si, no início desse processo de rapina, que estavam fazendo isso para desmoralizar o estado burguês. Mas o resultado é o mesmo. O resultado da corrupção é crianças nas ruas, é aumento de prostituição, é falta de empregos, o resultado é prático.

Portanto, gostaria de finalizar, Sr. Presidente, agradecendo a Senadora Heloísa Helena pelo aparte e dizendo que duas coisas me causam profunda espécie: primeiro, é o Presidente não assumir a responsabilidade que lhe cabe perante a Nação. Isso é indesculpável. Cada dia mais ele se mostra psicologicamente cúmplice do que está aí, senão ele iria logo rasgar a fantasia e rodar a baiana. Ele teria que estar com muita raiva de quem o jogou nesse fogo da desmoralização pública e não está. Ele prefere atacar as elites, prefere atacar as oposições, prefere colocar chapéu de cangaceiro em um dia e de vaqueiro no outro.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concluirei, Sr. Presidente.

Outra coisa que me causa espécie – e parece que um procedimento é primo-irmão do outro – é olhar esse partido, que inegavelmente é combativo, não importa que a causa hoje não seja boa, que é o PT, sempre tão disposto a defender as suas idéias, de repente, não conseguir ser duro em relação a Sílvio Pereira.

E como gosto de coerência, eu dizia: expulsaram V. Ex^a, o Deputado Babá, a Deputada Luciana e o Deputado João Fontes.

Digamos que e não tenha o direito de discutir se isso era certo ou não, até porque não sou do PT. Mas eu esperava que, se deram a V. Ex^a, digamos, o índice 100 da raiva deles, teriam de ter multiplicado isso por 1.000 para dar ao Sr. Delúbio e ao Sr. Silvinho, já que dizem que os dois são os únicos culpados.

Então estou começando a entender que talvez o Sr. Delúbio e o Sr. Silvinho Pereira sejam pessoas muito poderosas, que detêm segredos....

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Senador, um minuto para concluir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...capazes de abalar esta República. Ou seja, digamos que o Sr. Silvio e o Sr. Delúbio se reúnam um dia em um bar – vamos escolher o lugar, Santo André, São Bernardo ou onde for – e aí digam para os grandes dirigentes desta República hoje: olha, o Silvio e o Delúbio tomaram uma a mais e estão falando um monte de besteira ali na esquina. Vão chegar helicópteros, porta-aviões, tudo. E dirão: Tirem os homens dali porque eles não podem ficar falando besteira no boteco do Sr. João!

Em outras palavras, isso mostra a fragilidade do esquema de poder que está posto e a necessidade

de o Presidente, de uma vez por todas, mostrar a sua cara, dar a sua cara a bater, vir para a televisão e dizer claramente o que houve e qual é a sua participação e a sua responsabilidade, porque não está enganando mais ninguém. Ao contrário, está gastando a paciência e seus últimos créditos em relação à parte limpa deste Congresso, em relação à Nação brasileira, que nunca deixará de ser limpa ela própria como um todo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Ata da 131ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana e Eduardo Siqueira Campos

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 10/8/2005 07:39:37 até 10/8/2005 21:35:05

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X	PMDB	AP	JOSE SARNEY	X	X
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X	PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
PMDB	RO	AMIR LANDO	X			MT	LUIZ SOARES	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X	Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X	PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PMDB	MA	MAURÓ FECURY	X	X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	X	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X	PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X		CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X	PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X	PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X	PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X	PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X	PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X	PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X	PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SHHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PFL	SC	JORGÉ BORNHAUSEN	X	X	PP	DF	VALMIR AMARAL	X	X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	X
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					

Compareceram: 74 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA

– Nº 7.034/2005, de 3 do corrente, encaminhando resposta aos Requerimentos nºs 358 a 392, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – As informações foram encaminhadas ao Requerente.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 838, DE 2005

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado do Banco Central, para que este providencie, no estrito termo do prazo constitucional e de suas responsabilidades, as seguintes informações, com os documentos comprobatórios:

O número de processos que o Banco Rural responde administrativamente nesta instituição, a data de início do processo e a sua atual situação.

O número de fiscalizações a que foi submetido o Banco Rural desde janeiro de 2003, bem como a data da fiscalização.

Justificação

A sociedade brasileira tem acompanhado estarrecida como o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza estabeleceu uma verdadeira rede de tráfico de influência dentro da Administração Pública Federal, defendendo os mais diversos interesses espúrios a fim de conseguir auferir vantagens para si e para o esquema que montou com o Sr. Delúbio Soares. Tal esquema com certeza também atingiu a área financeira conforme se pode depreender de suas nebulosas relações com o Banco Rural. Assim, torna-se fundamental que o presente requerimento seja aprovado por esta Casa e venhamos a ter conhecimento de como tem se comportado a autoridade responsável pela fiscalização das instituições

financeiras em relação ao Banco Rural. Destarte, o presente requerimento enquadra-se perfeitamente nas competências constitucionais do Senado Federal dentro de sua inalienável e indelegável obrigação de fiscalizar as ações do Poder Executivo Federal, a fim de resguardar os interesses nacionais. Portanto, é essencial que se obtenha, no tempo mais curto possível, a resposta às informações solicitadas, a fim de que não parem dúvidas sobre o bom uso dos recursos públicos.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senador **Álvaro Dias**.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 839, DE 2005

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, 1, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie junto à Caixa Econômica Federal, no estrito termo do prazo constitucional e de suas responsabilidades, as seguintes informações, com os documentos comprobatórios:

Quando a Caixa Econômica teria adquirido carteira de créditos do BMG;

Cópia integral do processo, com os pareceres jurídicos, da aquisição de créditos junto ao BMG;

Listagem de todas as negociações que a Caixa Econômica Federal tenha realizado com o BMG desde janeiro de 2003.

Justificação

A sociedade brasileira tem acompanhado estarrecida como o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza estabeleceu uma verdadeira rede de tráfico de influência dentro da Administração Pública federal, defendendo os mais diversos interesses espúrios a fim de conseguir auferir vantagens para si e para o esquema que montou com o Sr. Delúbio Soares. Tal esquema com certeza também atingiu a área financeira conforme se pode depreender de suas nebulosas relações tanto com o Banco Rural como com o – BMG. Causou espécie também aos parlamentares o empréstimo que o BMG fez ao Partido dos Trabalhadores, dadas às condições e a forma de pagamento. Além do mais, existem denúncias no Senado Federal de que a Caixa Econômica teria beneficiado o BMG durante a aquisição de determinada carteira de créditos. Assim, torna-se fundamental que o presente requerimento seja aprovado por esta Casa e venhamos a ter conhecimento de como tem se comportado as autoridades da Caixa Econômica Federal. Destarte, o

presente requerimento enquadra-se perfeitamente nas competências constitucionais do Senado Federal dentro de sua inalienável e indelegável obrigação de fiscalizar as ações do Poder Executivo Federal, a fim de resguardar os interesses nacionais. Portanto, é essencial que se obtenha, no tempo mais curto possível, a resposta às informações solicitadas, a fim de que não parem dúvidas sobre o bom uso dos recursos públicos.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senador **Álvaro Dias**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 840, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 216 do Regimento Interno sejam solicitadas informações ao Exm^o Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre o atual estágio do pretendido Acordo Trilateral entre o Brasil, a Índia e a África do Sul, aventado no Fórum de Diálogo “G-3/IBAS”, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, não só quanto aos denominados “acordos de preferência” de produtos dos referidos países, como também, quanto à formação de uma área de livre comércio entre o próprio Mercosul, a Índia e SACU (África do Sul, Namíbia, Botsuana, Suazilândia e Lesoto).

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1^o Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 841, DE 2005

Retirada de requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2^o, inciso I, do Regimento interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 768, de 2004.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência defere a retirada, em caráter definitivo, do requerimento que acaba de ser lido.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1^o Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 842, DE 2005

Solicita informações ao Ministro da Previdência Social, Sr. Nelson Machado, sobre procedimentos adotados pela Secretaria de Previdência complementar em relação a processos que envolvem a administração da Centrus.

Prezado Presidente,

Com base no Art. 50, § 2^o da Constituição Federal, e no Art. 216, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a V. Ex^a seja encaminhado ao Ministro da Previdência Social, Sr. Nelson Machado, pedido de informações sobre os procedimentos adotados pela Secretaria de Previdência Complementar em relação a processos e procedimentos investigativos, em andamento no Ministério Público Federal (MPF), no Tribunal de Contas da União (TCU) e na Justiça Federal da 1^a Região (J.FED), sobre possíveis irregularidades praticadas pela administração da Fundação Banco Central de Previdência Privada (CENTRUS).

A Fundação Banco Central de Previdência Privada (CENTRUS), fundo de pensão dos empregados do Banco Central, vem sendo, ao longo dos últimos dois anos, citada pela grande imprensa como uma instituição vinculada a diversos negócios mal sucedidos. Esses negócios, realizados pela administração da Centrus, são suspeitos de impor prejuízos aos cofres da entidade, sendo inclusive objeto de um auto de infração, lavrado pela Secretaria de Previdência Complementar, após fiscalização feita em 2004.

De acordo com diversas fontes, tomei conhecimento de vários processos e procedimentos administrativos em andamento no Ministério Público Federal, na Justiça Federal de Brasília e no Tribunal de Contas da União, conforme dados abaixo relacionados.

Nº do procedimento ou processo	Data	Órgão	Assunto
1.00.000.006622/2004-28	29/07/2004	MPF	Irregularidades em operações com opções de compra, comprovadas pela SPC.
1.16.000.001323/2004-37	24/08/2004	MPF	Irregularidades em operações com opções de compra, comprovadas pela SPC.

1.16.000.001639/2004-29	18/10/2004	MPF	Irregularidades em operações intermediadas pelo Banco Bradesco.
1.16.000.001980/2004-84	09/12/2004	MPF	Interferência dos diretores da CENTRUS em parecer técnico emitido por analistas de investimentos da Fundação.
1.16.000.001981/2004-29	09/12/2004	MPF	Irregularidades nas aplicações financeiras da CENTRUS. Prejuízos de mais de R\$ 500 milhões.
1.16.000.000014/2005-21	11/01/2005	MPF	Alteração de pareceres técnicos. Pedido de afastamento da Diretoria.
1.16.000.000156/2005-98	24/01/2005	MPF	Utilização indevida, pelo diretor-presidente, Pedro Alvim Júnior, dos advogados da CENTRUS.
08280.028054/2004-84	21/01/2005	MPF	Prática de gestão fraudulenta pela direção da CENTRUS.
1.16.000.000157/2005-32	24/01/2005	MPF	Omissão do patrocinador da CENTRUS, o Banco Central do Brasil.
1.16.000.000138/2005-14	24/01/2005	MPF	Pagamento de honorários advocatícios ao escritório Pinheiro Neto, mais de R\$ 12,3 milhões, em dez/2003.
1.16.000.000171/2005-36	26/01/2005	MPF	Omissão do Conselho Deliberativo e do Banco Central do Brasil sobre denúncias de irregularidades na CENTRUS, comprovadas pela SPC e pelo MPF.
1.16.000.000167/2005-78	26/01/2005	MPF	Irregularidades comprovadas no investimento em ações da Globo Cabo S.A. (atual NET Serviços de Comunicação).
1.16.000.000168/2005-12	26/01/2005	MPF	Irregularidade cometida pelo diretor de aplicações da CENTRUS, sr. Ricardo Monteiro de Castro Melo, com a extinção de documento técnico diário que respaldava as operações no mercado de renda variável.
1.16.000.000193/2005-04	28/01/2005	MPF	Irregularidades na aplicação de recursos no Fundo CVC/Opportunity. Prejuízo de mais de R\$ 22 milhões.
1.16.000.000224/2005-19	02/02/2005	MPF	Irregularidades na venda das ações da IVEN S.A. Prejuízo de mais de R\$ 220 milhões.
1.16.000.000231/2005-11	04/02/2005	MPF	Irregularidades na venda das ações de IVEN S.A.
009.649/2003-0	03/06/2003	TCU	Irregularidades na administração da CENTRUS.
019.048/2003-3	22/10/2003	TCU	Irregularidades na administração da CENTRUS.
010.840/2004-6	15/07/2004	TCU	Irregularidades na administração da CENTRUS.
2005.34.00.001570-5	21/01/2005	J. FED	10ª Vara Federal – Inquérito aberto pela Polícia Federal por suposto crime de gestão temerária e outros.
1.16.000.001102/2005-40	30.06.2005	MPF	Administração de plano de Benefícios sem autorização para funcionamento pela SPC.
1.16.000.000971/2005-57	02.06.2005	MPF	Gerenciamento de verbas públicas.
1.16.000.000328/2005-23	18.02.2005	MPF	Irregularidades de aplicações no Banco Santos.
1.16.000.000156/2005-98	24.01.2005	MPF	Improbidade administrativa no uso de advogados da EMRESA para interesses pessoais.
1.16.000.00014/2005-21	11.01.2005	MPF	Adendo a denúncias de modificação de Parecer Técnico

Diante de todos esses procedimentos investigativos, tendo em vista a responsabilidade do poder público na defesa dos interesses dos participantes, requeiro informações documentadas à Vossa Senhoria sobre todas as providências adotadas pela Secretaria de Previdência Complementar, diante das atribuições estabelecidas na legislação vigente, o disposto no Decreto Nº 4.942/2003 e nas leis complementares Nºs 108 e 109/01, especialmente quanto aos processos e procedimentos adotados pelo MPF, TCU e Justiça Federal.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senadora **Heloísa Helena** – PSOL/AL.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 843, DE 2005

Solicita informações ao Ministro da Previdência Social, – Sr. Nelson Machado, – sobre procedimentos adotados pela – Secretaria de Previdência Complementar – em relação a CENTRUS.

Prezado Presidente,

Com base no Art. 5º, § 2º da Constituição Federal, e no Art. 216, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Ministro da Previdência Social, Sr. Nelson Machado, pedido de informações sobre os procedimentos adotados pela Secretaria de Previdência Complementar em relação à fiscalização realizada por essa Secretaria no ano de 2004, na Fundação Banco Central de Previdência Privada (CENTRUS).

De acordo com nota de 6 de abril de 2005, publicada no **site** do Ministério Público Federal (www.pgr.mpf.gov.br), essa fiscalização culminou com a lavratura de auto de infração, aplicado ao Diretor Presidente da Centrus, Sr. Pedro Alvim Junior, e ao Diretor de Aplicações Sr. Ricardo Monteiro de castro Mello, em face de diversas irregularidades detectadas e comprovadas pelo Ministério Público Federal.

A Fundação Banco Central de Previdência Privada (CENTRUS) é uma importante instituição de previdência privada porque, entre outros fatores, administra hoje valores superiores a R\$7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais) dos quais mais de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) são de propriedade do Tesouro Nacional. Considerando a gravidade das irregularidades comprovadas pelo Ministério Público Federal, o disposto no Decreto 4942/2003 e nas leis complementares nºs 108 e 109/01, solicito informações documentadas a Vossa Senhoria quanto ao julgamento do referido auto de infração, considerando o enorme lapso de

tempo desde a autuação até o presente momento, assim como uma exposição de motivos que justifique a permanência dos autuados no comando daquela importante instituição de previdência.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senadora **Heloísa Helena** – PSOL/AL.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº844, de 2005

Requeiro, nos termos do nº 12, alínea c, inciso II, do art. 255, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 195, de 2004, que “inclui parágrafo único no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem incluir o seu preço sem o valor do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços dos demais tributos sobre eles incidentes”, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos, além da análise terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que o conteúdo do referido Projeto trata de matéria de análise típica daquela Comissão, onde melhor se debaterá a eficácia da proposta bem como a viabilidade de se estimar na apresentação do produto os tributos incidentes sobre o faturamento da empresa ou ainda o valor de contribuições sociais cujo cálculo é complicado, dificultando a sua colocação no rótulo ou no momento em que o produto é apresentado ou o serviço é prestado.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senadora **Fátima Cleide**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.347, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 756, de 2005, do Senador Arthur Virgílio

e Flexa Ribeiro que requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao povo britânico, diante do atentado terrorista em Londres, vitimando população ordeira e pacífica.

Relator: Senador **Pedro Simon**
Relator **ad hoc** Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Requerimento do Senador Arthur Virgílio, fundamentado no art. 222 do Regimento Interno desta Casa, propõe que “seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Solidariedade ao povo inglês, diante do brutal atentado terrorista que vitimou centenas de pessoas.” Solicita ainda que o voto de solidariedade do Senado Federal seja levado ao conhecimento do governo da Inglaterra por intermédio da Embaixada em Brasília

II – Análise

O autor recorda, na justificativa, que no dia 7 de julho “o mundo amanheceu sob o impacto de um brutal atentado terrorista, que matou dezenas de pessoas e feriu centenas de outras, todas no momento em que, de metrô ou de ônibus se deslocavam para o trabalho ou para a escola, em Londres.” Com igual ênfase, manifesta seu repúdio a ações terroristas que disseminam insanidade e tenor, atingindo pessoas inocentes, desprevenidas, indefesas, que exerciam o direito de ir e vir.

Conforme estabelece o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento de voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade, congratulações ou semelhante só será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional. A iniciativa em exame é meritória, oportuna e relevante e se enquadra nos critérios regimentais, pois se reporta a acontecimento de enorme significado internacional e nacional, pois o Brasil, além de repelir veementemente a prática de atos terroristas, e solidário às vítimas dessas práticas, em qualquer parte do mundo.

III – Voto

Desse modo, voto pela aprovação do Requerimento nº 756, de 2005.

Sala da Comissão, 4 de agosto de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente **Pedro Simon** – **Jefferson Péres** – **Aelton Freitas** – **Flexa Ribeiro**, Relator “ad hoc” – **Marco Maciel** – **Romeu Tuma** – **Gerson Camata** – **Mão Santa** – **Fernando Bezerra** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Marcelo Crivella**

PARECER Nº 1.348, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento no 757, de 2005, do Senador José Jorge, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao povo inglês, pelo atentado ocorrido em 7 de julho de 2005.

Relator: Senador **Arthur Virgílio**
Relator **ad hoc** Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Requerimento do Senador José Jorge, datado de 7 de julho de 2005 e fundamentado no art. 222 do Regimento Interno desta Casa, solicita aprovação de “voto de solidariedade ao povo inglês, vítima na manhã daquele dia de ataques terroristas, em Londres”.

II – Análise

Na justificativa, ainda sob o forte impacto da notícia do dia do atentado, o autor recorda que aqueles ataques “teriam causado a morte de mais de 40 pessoas e ferido 1500 outras, num gesto de violência que recebe a reprovação do Senado Federal e da sociedade brasileira”. Lembra ainda que gestos como esse não facilitam o diálogo nem buscam encontrar caminhos para a solução de problemas de qualquer espécie.

Conforme estabelece o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento de voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade, congratulações ou semelhante só será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional. A proposição em exame é meritória, oportuna e relevante e se enquadra nos critérios regimentais, pois se reporta a acontecimento de enorme significado internacional e nacional. Sobre rejeitar e condenar veementemente os atos terroristas, o Senado Federal é solidário às vítimas dessas práticas, em qualquer parte do mundo.

III – Voto

Desse modo, voto pela aprovação do Requerimento nº 757, de 2005.

Sala da Comissão, 4 de agosto de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Arthur Virgílio** – **Jefferson Péres** – **Aelton Freitas** – **Flexa Ribeiro**, Relator **Ad Hoc** – **Marco Maciel** – **Gerson Camata** – **Romeu Tuma** – **Mão Santa** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Fernando Bezerra** – **Marcelo Crivella**.

PARECER Nº 1349, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores E Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 758, de 2005, do Senador Aloízio Mercadante, que requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura e veemente repúdio contra os bárbaros atentados cometidos contra a população civil de Londres, capital do Reino Unido da Grã-Bretanha.

Relator: Senador **João Batista Motta**

Relator: **ad hoc** Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Face aos recentes acontecimentos na capital da Grã-Bretanha, no dia 7 de julho de 2005, cujo corolário mais dramático foi a execução à queima-roupa de um cidadão brasileiro inocente, após novos atentados, o ilustre Senador Aloízio Mercadante, com fulcro no art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentou o Requerimento em epígrafe para que o Senado Federal brasileiro expresse seu repúdio aos atentados terroristas praticados nos meios de transporte coletivo de Londres. O Requerimento foi apresentado em 7 de julho de 2005 e distribuído na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a este Relator no dia 12 de julho subsequente.

II – Análise

Os princípios constitucionais de nossas relações internacionais assentam-se, entre outros fundamentos, na prevalência dos direitos humanos, na defesa da paz, na solução pacífica dos conflitos e no repúdio ao terrorismo e ao racismo.

O Senado Federal, junto com a Câmara dos Deputados, casas matrizes da democracia e da representação do povo brasileiro, não poderia deixar de se manifestar nesse momento grave, de mais uma incursão do terrorismo com base em fundamentalismo religioso, e que pode significar o aprofundamento das atividades criminosas em recintos considerados berços das liberdades civis e dos valores humanísticos.

A manifestação imediata e veemente de repúdio ao tenor, além da solidariedade à população atingida, é a atitude mais adequada que as nações amigas, por suas instituições políticas, devem adotar. E a forma de expressar sem tergiversação a postura frontalmente contra o terrorismo, seja de que matiz ideológico ou religioso for.

É nesse sentido o Requerimento de voto de repúdio em análise, de autoria do eminente Senador Aloízio Mercadante, que assim o justifica:

Atentados terroristas cometidos contra população civil indefesa representam a forma mais abjeta de violência política. Além de fazerem vítimas inocentes, eles atingem também, por sua barbárie e insensatez, toda a humanidade.

Nada os justifica. Ademais da barbárie intrínseca do ato em si, o atentado terrorista não contribui para a solução dos eventuais conflitos políticos que os motivam. Pelo contrário, o terrorismo exacerba os conflitos e introduz elemento de irracionalidade que impede negociações e ações conseqüentes que leve à superação pacífica dos embates.

E após lembrar o fundamento constitucional de repúdio ao terrorismo anteriormente citado, o Senador Mercadante requer que o Senado Federal brasileiro manifeste irrestrita solidariedade ao governo, à população do Reino Unido da Grã-Bretanha, e particularmente às famílias das vítimas, nesta trágica hora de vergonha e sofrimento. Nesse momento, ao lado do justo pesar pelas famílias enlutadas e da apresentação de necessárias condolências ao povo britânico, cabe instar ademais para que os Governos de todos os países se apóiem mutuamente para a rigorosa apuração e punição dos responsáveis, na forma da lei, e para uma sempre firme atuação no combate ao terrorismo, no âmbito do direito internacional. Impõe-se a prevalência da racionalidade política e da sensatez. Decisões movidas pelo ódio e pela paixão podem conduzir a uma vereda de incertezas e trevas, o que é exatamente o objetivo do terror.

Por fim, ao expressar nossa concordância com a proposição, queremos aditar ao voto, com o mais sentido pesar, a lembrança do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes, executado pela polícia londrina nos momentos imediatos a uma segunda seqüência de atentados, no dia 22 de julho de 2005, como o exemplo pungente da cegueira da barbárie.

III – Voto

Em vista do exposto e da urgente e meritória conveniência da proposição, opino pela aprovação do Requerimento nº 758, de 2005, de autoria do Senador Aloízio Mercadante, solicitando que este voto seja encaminhado às autoridades da representação diplomática do Reino Unido no Brasil.

Sala da Comissão, 4 de agosto de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **João Batista Motta** – **Jefferson Péres** – **Aelton Freitas** – **Flexa Ribeiro**, Relator **ad hoc** – **Marco Maciel** – **Romeu Tuma** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Mão Santa** – **10. Fernando Bezerra** – **Marcelo Crivella** – **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com referência aos Pareceres nºs 1.347, 1.348 e 1.349, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que acabam de ser lidos, a Presidência informa que as matérias figurarão na Ordem do dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaná Paes.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 95/05

Brasília, 10 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição dos Senadores Antero Paes de Barros e Arthur Virgílio, pelos Senadores Reginaldo Duarte e Luiz Soares, como membros suplentes, nas vagas destinadas ao Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

Ofício nº 96/05

Brasília, 10 de agosto de 2005

Senhor Presidente, nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Leonel Pavan, pelo Senador Arthur Virgílio, como membro suplente, na vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

Ofício nº 97/05

Brasília, 10 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição dos Senadores Teotônio Vilela e Reginaldo Duarte, pelos Senadores Luiz Soares e Arthur Virgílio, como membro titular e suplente, respectivamente, nas vagas destinadas ao Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Mensalão.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

Ofício nº 139/05-GLPSDB

Brasília, de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, venho solicitar a substituição do Senador Reginaldo Duarte pelo Senador Tasso Jereissati para integrar como Titular e o Senador Álvaro Dias pelo Senador Arthur Virgílio, como Suplente, a Comissão Parlamentar de Inquérito, “destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Há oradores inscritos.

Antes, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata e ao Senador Aelton Freitas.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que me inscreva para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Aelton Freitas, V. Exª tem a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que me inscreva para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, V. Exª tem a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço que me inscreva para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Indago apenas ao Senador Mão Santa, se, por ser o primeiro inscrito, não faz a opção de falar da tribuna, por doze minutos em vez de cinco, para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Falarei por 12 minutos e também reivindico a V. Exª a oportunidade de falar para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Na prorrogação da Hora do Expediente, o Senador Gerson Camata e o Senador Aelton Freitas serão atendidos, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O Senador Mão Santa ganha o privilégio de falar por doze minutos, neste momento, como primeiro orador inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E, depois, para uma comunicação inadiável, não pelo Regimento, mas pela bondade do coração de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Está feito o registro de V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Senadoras e Senadores da Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, ontem entramos quase pela madrugada adentro tentando fazer com que este Governo aceitasse conceder R\$10,00 de aumento ao salário mínimo.

Senador Gerson Camata, dezenas de argumentações, de sugestões em prol de R\$10,00 para o salário mínimo, para o trabalho do trabalhador. Senador Aelton Freitas – que representa José Alencar, uma esperança neste Brasil –, R\$10,00! Atentai bem, Senador Gerson Camata, R\$10,00! Eu me recordo, e talvez tenha sido por isso que votei em Lula. Não votei na primeira vez, não votei na segunda, não votei na terceira, Senador Papaléo Paes, mas parece que o cão me tentou e votei na quarta. Vi o Lula na televisão e acredito na palavra. Esse negócio de mentira aprendi com meu pai. Ele pouco fala do pai dele; quando o fez, falou mal. Do meu, não, falo bem: ele está no céu.

Senador Papaléo, meu pai ensinava que quem mente rouba. Eu tenho medo de mentira. Senador Gerson Camata, pois quem mente rouba – esse era o ensinamento de meu pai a nós. Vi o Lula dizer que o trabalhador merecia, no fim de semana, Senador Tião Viana, tomar uma cervejinha. Ó Lula, sei que você gosta mesmo é da cachaça e tem preferência pela Mangueira, do Piauí – pelo menos, essa é uma ajuda que vai dar ao Piauí, porque até hoje não ajudou o Estado em nada. Lembro que ele dizia que o trabalhador tem direito de, no fim de semana, com a sua mulherzinha, com a Adalgizinha, tomar uma cervejinha. Achei aquilo bacana, bacana. Eu gosto, tomo umas. Senador Leonel Pavan, o Senador Papaléo Paes tem que ser levado a Camboriú; S. Ex^a não bebe, é dessa religião aí... Vi Cristo multiplicar o vinho, eu acho.

Pois estamos pedindo os R\$10,00, Senador Sérgio Guerra, aqueles com os quais Lula disse, de Pernambuco, que o trabalhador merecia, no fim de semana, tomar uma cervejinha; os R\$10,00 que ontem aqui discutimos, implorando e ajoelhando para os insensíveis do PT. Mas eles são sensíveis... Não estudaram...

Senador César Borges, disse aqui, no começo, que isso não ia dar certo. Senador Sérgio Guerra, um dos Senadores mais experientes, disse-me: Mão Santa, isso são os desempregados e famintos que estão aí. Vão acabar com o País, mas nós estamos aqui para salvá-lo.

Dos R\$10,00 não vamos abrir mão, porque o Lula disse que o trabalhador, o operário, merece, aos sábados, tomar uma cervejinha com a mulher, “uma gelada”. Pois é, Lula. Lula, aquela palavra, Lula! Quem mente rouba, Lula, assim ensinou meu pai.

Vossa Excelência tem de mandar o seu PT baixar a bola, para acabar hoje, logo cedo. Ontem ficamos até meia-noite aqui e não conseguimos os R\$10,00, da cervejinha que o Lula prometia. Os R\$10,00 têm de sair hoje e por quê? Porque esta Casa não é do PT, nunca foi.

O PT não tem nada a ver com a democracia. Esse Zé Maligno era metido a bravo, e eu aqui adverti: “Lula, acaba essa pelada e vamos trabalhar! Lembra-se, Senador Papaléo Paes? Os peladeiros estão é dando trabalho no campo da paz, que, ao invés de atenderem aos pobres, estão atendendo a eles aí. Acabe com esse negócio de núcleo duro. O que é duro na cabeça é o osso. Vocês não pensam; precisam é pensar, raciocinar. Há oxigênio na massa encefálica. Não é duro, não! É burro!

Eu dizia: “de verdade, em verdade, eu vou digo”. Isso é como doença. Eu sou médico, assim como os Senadores Papaléo Paes e Tião Viana. A doença está lá naquele livro de patologia, do William Boyd. Ela na pára. Ela vai para a cura ou para a morte. A corrupção é uma doença da sociedade. Ela também não parou; nasceu, em Santo André, alimentada pelo Zé Maligno e se expandiu em todo o País.

É, mas os R\$10,00 saem, da cervejinha. Não vamos deixar o nosso Presidente ficar como mentiroso, porque eu ouvi ele dizendo que queria a cervejinha do sábado. E quem mente rouba, Lula! Nós ainda o estamos blindando aqui, dizendo que é bonzinho, porque a nossa missão é entender as coisas. Somos pais da Pátria. Ó, Lula, Moisés estava aperreado, e Deus lhe disse para buscar os mais velhos e experimentados, que eles lhe ajudarão com o fardo. Daí nasceu a idéia de Senado, Lula. Obedeça logo e dê os R\$10,00. Você está dando muito pouco. E inspire-se no baiano, Rui Barbosa: “a primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador”. Ele vem antes, ele é quem faz a riqueza. O Lula deu primazia aos banqueiros.

Eu era menino e ouvia: Raul Brunini apresenta Carlos Lacerda. E ele trazia os documentos. Olha a

falta de vergonha, Lula! “Bradesco lucra R\$2,6 bilhões, 110% a mais que em 2004”. Por que você não dá, Vossa Excelência, Lulinha, paz, amor. Tenha juízo. Não é assim, paz e amor, Lula. Aprenda as coisas; está no Livro de Deus: primeiro, a justiça – ô, Camata, atentai bem, despertai! Da justiça é que vem a paz; da paz é que vem a alegria. Então, é isso: vamos fazer justiça. Os bancos ganham 110% de aumento, Papaléo, e como ao aposentado não pode dar R\$10,00? E a vergonha, Lula? Você não tem coragem nada! Você se agachou para o Poder Judiciário; estão ganhando R\$24.500,00. Aprenda a matemática elementar de Trajano, Lula, do Dr. Trajano.

Ô, Camata. Ontem, ouvi que, em uma sociedade organizada e civilizada, é dez vezes a diferença do maior para o menor salário. Se o maior que ele deu para os magistrados é R\$24.500,00, eu acho que essa gente toda está com medo de processo.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vai já.

Então, dez vezes menor, V. Ex^a, que é matemático e engenheiro – porque a matemática do Palocci é pequena, é de médico, igual à minha. Então, dez vezes menor o salário, deveria ser R\$2.450,00, para ter esse salário gigantesco do Poder Judiciário. Esse ele deu. Por que não dá R\$10,00 para o salário mínimo? Olha, o Figueiredo foi muito mais gente do que você, Lula. Foram perguntar: e o salário mínimo, se fosse você, o que você fazia? “Eu dou um tiro na cabeça.” Só fez dizer. Seria bom que o Lula desse mesmo.

Pois está aí. Esta é a história: R\$2,6 bilhões. E olhem a imoralidade: um banco ganhou R\$2,6 bilhões! Lula, remaneja; vai gastar no País todo R\$1,3 bilhão, em obras, em infra-estrutura, saneamento, estrada, fossa, esgoto, água – a metade do que ganhou um banco. Aprendi no Livro de Deus que ninguém pode servir a dois senhores. Ou a Deus ou o diabo. E ele não está servindo ao trabalho e ao trabalhador; está servindo ao banqueiro. Só se fala em FMI, em Bird, em BID. É. Mas é o banquinho daqui, não são nem esses grandões aí, não; é o Bradesco. Ganhou, num ano, R\$2,6 bilhões, 110%; depois, vem o Itaú. São só os bancos, só os bancos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, investimentos federais.

Sr. Presidente, ainda tenho tempo, né? Ninguém pode negar à Bahia.

Os jornais informam que o Presidente Lula está remanejando obras para ver se consegue investir R\$1,3 bilhão nesses meses que faltam para terminar o ano. O Plano Plurianual previu investimentos, em 2005, de R\$2,87 bilhões, mas isso não vai acontecer. A lentidão dos gastos é algo assustador.

Por outro lado, hoje, o Bradesco anunciou um lucro de R\$2,6 bilhões, só no primeiro semestre deste ano. Houve um crescimento de 110%. Esse é o maior resultado do sistema financeiro.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, vou conceder mais dois minutos a V. Ex^a. Nós temos 31 oradores inscritos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Está na Bíblia. É preciso dar um aparte à Bahia e homenagear Rui Barbosa. Pelo art. 14, o representante dele, que é o Senador da Bahia, merece.

Esse é o maior resultado do sistema financeiro na história dos períodos.

Vamos mudar o nome do PT, já que o Partido está nessa confusão, para PB, Partido dos Banqueiros. O mais ridículo é ouvir o Presidente Lula dizer que as elites estão contra o seu Governo. Só se estivessem doidos, o que não estão.

Concedo um aparte à Bahia, em homenagem a Rui Barbosa, que tanto ensinou, e o Lula não aprendeu.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Mão Santa, V. Ex^a, como diz bem, foi prefeitinho do interior e governador do seu Estado, e aprendeu a ter essa sensibilidade em relação à população. É preciso manter as contas ajustadas, contas de qualquer órgão, seja das prefeituras, dos Estados ou do Governo Federal. No entanto, é necessário que se elejam as prioridades. V. Ex^a, quando governador e prefeitinho do interior, na sua cidade de Parnaíba, soube escolher prioridades e atender à população que o elegeu. No entanto, Lula nunca passou por isso. Lula nunca foi isso; nunca foi prefeito, nunca foi governador, nunca administrou absolutamente nada. Nós nem sabemos como ele viveu, quem o sustentou durante esse período todo. Ele era presidente do PT a soldo, pago pelo seu Partido. Era funcionário do PT para sobreviver e não tem essa sensibilidade, sensibilidade social para dar um aumento de salário mínimo, como V. Ex^a está dizendo, que sequer daria mais do que a cervejinha; e nem assim ele quer fazer com o trabalhador brasi-

leiro. Parabenizo V. Ex^a pelo seu pronunciamento e pela sua sensibilidade.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Incorporo...

Sr. Presidente, espere aí, isso é como jogo de futebol: é preciso dar os descontos.

O intelectual da Casa é o Shakespeare; este livro é de 1846, aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Um minuto improrrogável, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Aí é a ordem.

Ainda tem esperança o PT. Está aí um homem bom... Nós queremos o PT forte, puro, honrado.

Mas diz o seguinte, aqui, queixando-se ao povo. Em 1846, já dizia: recebe dinheiro do banco, tem que passar quatro anos trabalhando. Então, nós estamos escravizados.

Mas, tenho ainda 30 segundos. Cristo fez o Pai Nosso em um minuto; Em 27 segundos, inspirado em Cristo e na CNBB; é o partido dos bispos, forte, igual ao PMDB... E o bispo disse assim: Lula, viaje menos, fale menos e trabalhe mais. E vamos juntos com Deus e o povo às novas eleições fazer alternância do poder...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) –...para termos prosperidade e felicidade ao povo do Brasil, mesmo sem som.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao nobre Senador Mão Santa.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, para fazer uma comunicação nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

V. Ex^a dispõe de até sete minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer algumas observações sobre as acusações que vêm sendo feitas ao Partido dos Trabalhadores, sobre tudo o que tem sido dito pela mídia, e aqui me reporto às palavras do Senador Wellington, que ouvi hoje de manhã pela Rádio Senado quando me dirigia a esta Casa: recém-chegado a esta Casa, S. Ex^a dizia que, em política, primeiro se julga, primeiro se culpa, e depois se procuram as provas.

Não sou das maiores defensoras do Partido dos Trabalhadores nesta tribuna, nesta Casa, porque a minha personalidade é a de uma pessoa discreta que

trabalha silenciosamente, mas devo dizer ao Brasil e a este Plenário que é um acinte as coisas que temos ouvido. Grande parte da população também já pede basta. Respeitem-nos, não nos julguem pelas matérias da imprensa, já que grande parte dela se dedica a atender os interesses dos que sempre estiveram mandando e manipulando as políticas públicas neste Brasil e não os interesses da classe trabalhadora.

Neste momento, diante de tantas injúrias e de tantas calúnias que têm sido feitas ao Partido dos Trabalhadores, venho aqui para dizer que me orgulho de ser petista. A maior parte, grande parte – eu ousaria até dizer que 99,9% dos filiados ao Partido dos Trabalhadores neste Brasil – não tem culpa nos erros cometidos, erros esses que, felizmente, estão sendo desvendados pelas várias Comissões Parlamentares de Inquérito que hoje funcionam neste Congresso Nacional e que demonstram que as práticas nas quais dirigentes do meu Partido incorreram são bem antigas.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a todos aqueles que hoje posam de vestais e de defensores da moral neste País – de última hora, é claro – que, antes de acusar, coloquem a mão na sua consciência e revejam principalmente o seu passado.

Sr. Presidente e Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje porque considero de importância inquestionável fazer o registro de trágica e recente história que colocou o meu Estado de Rondônia no cenário internacional, com repercussão até hoje nunca vista. Falo aqui do massacre de Corumbiara, que ontem, dia 9 de agosto, completou dez anos de acontecido. O episódio, semelhante a muitos outros que vitimam Brasil afora trabalhadores rurais que apenas querem terra para plantar e que muitas vezes não encontram respaldo para a sua luta aqui no Congresso Nacional, é cercado de dúvidas, de contradições e, até hoje, de impunidade.

É importante relembra-lo, para que a história não se repita. Foi um crime que vitimou barbaramente nove trabalhadores, entre eles a pequena Vanessa, de apenas sete anos de idade, atingida por um tiro nas costas enquanto corria de mãos dadas com a mãe de toda aquela violência. Além disso, morreram também dois policiais.

Mais do que um crime, uma verdadeira execução, foi um trágico erro. Foi um erro da ação governamental do Estado e da Justiça. Foi um erro na execução de uma forte operação de guerra, montada com mais de cento e oitenta policiais enviados de madrugada à

Fazenda Santa Elina, em obediência a uma reintegração de posse.

Foi um erro cometido por oficiais comandantes da operação, impunes até agora em todo o processo judicial, por oficiais que se omitiram, que passivamente assistiram comandados investirem contra trabalhadores dominados.

Os laudos oficiais das necropsias indicaram que quatro dos nove sem-terra mortos na fazenda (um outro foi encontrado morto boiando sobre as águas de um rio a 70 quilômetros de Santa Elina) foram sumariamente executados. Os médicos de Vilhena que acompanharam os exames testemunharam: os colonos foram atingidos por disparos a curta distância (menos de 30 centímetros) na nuca, nas costas e na cabeça, o que caracteriza a execução.

Todos os oficiais levados a julgamento foram absolvidos. Apenas dois trabalhadores sem-terra e três policiais foram condenados. A prisão dos policiais, especialmente de dois que estão em Vilhena, é um dois pontos obscuros na decisão judicial.

As famílias de Airton Ramos Moraes e de Daniel da Silva Furtado lutam para reverter sua condenação, a do primeiro a 18 anos de prisão e a do segundo a 16 anos.

Os dados do inquérito mostram que, em nenhuma das vítimas, foram encontrados projéteis disparados pela arma de Furtado, e Ramos não teria sequer disparado sua carabina e o revólver que portava.

Acompanhei na época o julgamento, que durou cerca de um mês, e a família de Ramos traduz o sentimento que vigorava então.

Fatores outros que não as provas do inquérito foram levados em conta na condenação. “Foi levado em conta o tempo que os policiais estavam na Corporação, sua patente, condição financeira e (pasmem!) raça”, diz a irmã de Ramos, Cristina Zulmira de Moraes Guimarães, em recente entrevista concedida ao jornal eletrônico **Portal Cone Sul**. Ramos e Furtado eram os que estavam a menos tempo na PM e são negros.

Faço aqui um apelo, um apelo em nome dos que se sentem injustiçados com tudo o que aconteceu em Corumbiara, episódio marcado para sempre na memória de todos que guardam no corpo a violência praticada por agentes da lei. É preciso rever o processo, é preciso que a Justiça promova o apaziguamento com os que dela se ressentem e promova a punição dos que de fato a merecem.

Esse é o caso da família de Ramos. Seu empenho em reverter a condenação precisa encontrar reciproci-

dade na Justiça, ela que, nos conflitos fundiários, não pode continuar agindo como se fosse ente superior, acima de responsabilidades com a manutenção de vidas. A Justiça não pode continuar demandando ordens judiciais sem se importar com o duelo diário travado no campo por pistoleiros a mando de latifundiários e sem-terra de alma aguerrida, alma que vicejava nas dezenas de camponeses de Corumbiara, para sempre na história de Rondônia um símbolo de resistência e fé na terra.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Fátima Cleide.

Pela Liderança do PMDB, concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna por sete minutos. Depois, falará o Senador Leonel Pavan.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os Parlamentares, bem como a sociedade civil, lembrem-se das dificuldades para a aprovação do texto consensual sobre a Lei de Biossegurança, principalmente devido ao fato de, por um erro de princípio, o anteprojeto agora transformado em lei reunir no mesmo instrumento normativo duas matérias tão dispares e polêmicas, como o são a pesquisa com células-tronco e organismos geneticamente modificados.

Reporto-me a essas dificuldades com conhecimento de causa, por ter sido Relator, nas Comissões de Assuntos Econômicos, Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Sociais, e ter podido contar com a participação de Senadores e Senadoras de todos os partidos da Casa (entre eles gostaria de ressaltar o trabalho incansável e competente dos Senadores Osmar Dias, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia e Tião Viana) no sentido de viabilizar uma redação moderna, ágil e que contemplasse, dentro dos padrões rigorosos de segurança, as necessidades de desenvolvimento e crescimento da economia brasileira.

Assim, a Lei de Biossegurança finalmente sancionada expressa as posições do conjunto da nossa sociedade e representou, Sr^{as} e Srs. Senadores, o amadurecimento dos operadores políticos que tiveram como marco referencial os interesses maiores do País, de modo a dotá-lo de uma legislação contemporânea e atenta às demandas dos setores produtivos, sem desprezar o mercado consumidor e a dinâmica

econômica, notadamente no que diz respeito às vantagens comparativas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quanto ao plantio com sementes genericamente modificadas, já tivemos uma lição bastante espinhosa na safra do ano passado, quando a demora na tramitação da Lei de Biossegurança quase inviabilizou o plantio.

Desse modo, cabe expressar a minha enorme preocupação com a eventual possibilidade de consulta pública para o Decreto de Biossegurança e o início dos trabalhos da CTNBio. É a primeira vez que vejo, Sr^{as} e Srs. Senadores, um decreto ter consulta pública.

Numa hipótese otimista, teríamos o seguinte cronograma:

- **até 10 de agosto** – Reunião do Conselho Nacional de Biossegurança para a colocação do decreto em consulta pública;
- **de 9 a 12 de agosto** – A Casa Civil prepararia o texto para consulta pública;
- **15 de agosto** – Publicação no **Diário Oficial** da União concedendo 20 dias para sugestões;
- **5 de setembro** – Fim do prazo para o recebimento de sugestões;
- **6 a 27 de setembro** – Três semanas para a Casa Civil organizar, analisar as sugestões, montar nova minuta do Decreto e agendar reuniões do CNBS – Conselho Nacional de Biossegurança – para a ratificação da minuta do Decreto.
- **Entre 3 e 7 de outubro** – Reunião do CNBS para ratificação do Decreto e publicação no **Diário Oficial**;
- **Entre 7 e 11 de novembro (um mês depois)** – Instalação da CTNBio e definição do cronograma dos trabalhos.
- **Entre 5 e 9 de dezembro (um mês depois)** – Reunião de trabalho da CTNBio para deliberações.

Como podemos ver, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é um cronograma, como afirmei, bastante otimista, porque temos que considerar a natureza morosa do processo decisório inerente à coisa pública, a lentidão dos procedimentos, típica da feitura de instrumentos normativos e, por último, mas não menos importante, que teremos quatro feriados para atrapalhar o andamento das coisas no período (07 de setembro, 12 de outubro, 02 e 15 de novembro).

Por outro lado, não podemos perder de vista que nesse contexto a consulta pública pode resultar num desserviço às necessidades dos produtores rurais (que lidam com o imponderável como as chuvas e demais

fatores climáticos na determinação rigorosa do calendário de plantio e safra).

A eles ficará a impressão de mais um mecanismo protelatório, aliás, creditado pelas classes produtoras às ONGs – que estão sempre querendo fazer o Brasil perder tempo –, numa manobra que poderá provocar a perda de mais uma safra neste ano, onde os rigores climáticos já causaram tantas perdas.

E isto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não serve a esta Casa, não serve ao Brasil e não podemos tolerar. Portanto, mais uma vez, peço a colaboração de todos os Líderes para que, a exemplo do que foi feito na época da votação da Lei de Biossegurança, possamos buscar um entendimento com o Poder Executivo, com vistas à agilização do processo decisório, mediante a dispensa dessa consulta pública, fazendo prevalecer o bom senso, de modo a que o campo possa continuar plantando riquezas e colaborando, decisivamente, para o progresso e a construção de um Brasil do tamanho do sonho dos brasileiros.

Era este o pedido: para que deixemos os agricultores e os produtores rurais trabalharem em paz. Não é possível que tenhamos que fazer consultas públicas sobre uma lei, da qual V. Ex^a participou tão bem da elaboração na área das células-tronco, depois de tudo que já passou nas duas Casas, depois de todo debate nacional. Isso só pode ter um objetivo: protelar e atrapalhar, mais uma vez, a área de plantio, isso sem considerar a área das células-tronco que, com certeza, também será atrapalhada.

Era essa a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco PT – AC.)
– Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

V. Ex^a dispõe de até 12 minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, alguns analistas dos tempos modernos têm dito que faltam hoje homens visionários, com objetivos à frente do seu tempo. Analisam eles, e com certa razão, que o excessivo pragmatismo dos tempos correntes coloque em cheque o nosso futuro.

Uma situação e um pensamento totalmente diverso dessa realidade, felizmente, há 50 anos, dava um importante passo para o aproveitamento econômico e social no Brasil, desta que está sendo considerada a maior indústria do momento: a chamada indústria do turismo.

E foi graças ao espírito visionário dos dirigentes da Confederação Nacional do Comércio, lá pelos idos de 1955, com a criação do seu Conselho de Turismo,

que o setor turístico brasileiro continua contando até hoje com importante fórum de trabalho, pesquisa e acompanhamento desse segmento como atividade econômica indispensável para o desenvolvimento nacional.

A cada ano e a cada década, o que se viu foi a ampliação gradativa do trabalho desse colegiado que, associado a um esforço de outras entidades e, mais recentemente, do Poder Legislativo, tem dado contribuição indispensável para a consolidação da atual política de turismo que o Brasil vem implantando e que culminou com a recente criação do Ministério do Turismo, iniciativa sempre defendida por todos nós.

E foi através do trabalho e do respeito conquistado entre o setor público e privado, que o Conselho de Turismo da Confederação sempre teve colaboração decisiva na formulação da atual política ao servir como fórum de estudos e análises dos problemas e soluções para o desenvolvimento do turismo nacional, sempre envolvendo as mais importantes lideranças setoriais nos rumos propostos.

Entre os 64 membros do Conselho de Turismo encontram-se empresários, acadêmicos, jornalistas, servidores públicos e Parlamentares, enfim, representantes de todos os setores da sociedade que, de alguma forma, estão envolvidos com a atividade turística. As reuniões ocorrem duas vezes por mês e contam com a participação, na condição de palestrantes, de especialistas oriundos da iniciativa privada e do setor público.

O Conselho de Turismo da Confederação tem tido importante papel e desempenho no desenvolvimento do turismo do nosso Brasil. Uma das contribuições recentes mais importantes dadas ao País, junto com a Câmara Empresarial de Turismo e as Comissões de Turismo do Senado e da Câmara Federal, foi no debate e na elaboração da nova Lei Geral do Turismo, que o Governo deve enviar ao Congresso Nacional este ano, para votação e que deve se constituir num marco definitivo para firmar o Ministério do Turismo e garantir a continuidade da atual política pública do setor, dando a ela bases legais e indispensável sustentação política.

Como homem de turismo, Prefeito por três vezes de Balneário Camboriú, o maior balneário do Sul, onde se vive e respira-se turismo os 365 dias do ano, sinto-me atualmente privilegiado em também dar minha modesta contribuição neste processo lento e gradativo, histórico até, mas absolutamente compensador. Ajudamos a criar a Comissão de Turismo na Câmara

dos Deputados, quando Deputado e, agora, como Senador, inicialmente uma Subcomissão Provisória de Turismo no Senado, que já passou a ser permanente, com a denominação de Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

A partir desse processo de interação entre o Poder Legislativo e os diversos atores sociais e econômicos que integram a chamada “cadeia produtiva do turismo”, acredito que podem ser agilizados ainda mais os necessários mecanismos que tornam o turismo um instrumento de crescimento econômico e de melhoria das condições de vida de milhares de cidadãos brasileiros. Ou seja, estamos finalmente saindo do discurso para a prática, e os resultados começam a aparecer de maneira mais palpável, embora ainda tenhamos um bom caminho a percorrer.

Por isso, não poderia deixar de registrar aqui, pessoalmente e de forma solene, mais tarde em plenário, o meu voto de aplauso e de congratulações com todos os integrantes do Conselho de Turismo e da diretoria da CNC pelo cinquentenário desse colegiado. Foi, de fato, uma iniciativa de homens visionários que se transformou, ao longo do tempo, numa vigorosa fonte de idéias e de saberes para todos aqueles que, como eu, acreditam no turismo como instrumento transformador da sociedade, de inclusão social e de interação com todos os setores de economia nacional, ou seja, um caminho para o futuro que deve ser prioridade permanente em todos os governos.

Sr. Presidente, deixo registrado, em nome de todo *trade* turístico do nosso Brasil, em nome de todos os Parlamentares que defendem a indústria do turismo, que começa a despertar e, certamente, no futuro, dará muitas glórias e muitos frutos, pois o Brasil poderá competir com qualquer outro País nesse setor, os parabéns à CNC, pelos seus cinquenta anos nessa atividade, e a seu Conselho, a todos os seus integrantes. Logo estaremos aprovando aqui, com toda a certeza, votos de aplauso pelos seus cinquenta anos.

Para finalizar, Sr. Presidente, já que ainda me restam quatro minutos, gostaria de fugir um pouco do foco do turismo, tão importante, para falar um pouco sobre o momento que estamos vivendo, que infelizmente empobrece a política nacional.

Tenho usado diversas vezes esta tribuna e dito ao Brasil e aos Parlamentares da Base do Governo: os Parlamentares integrantes do PT não podem jogar a culpa na Oposição de tudo aquilo que está acontecendo hoje no País. Não partiram da Oposição as denúncias. Agora, sim, a Oposição está participando na descoberta dos envolvidos, por meio de uma pes-

quisa aberta, democrática e do brilhante trabalho que as CPMLs vêm realizando. Essas pessoas não podem jogar toda esta lama em cima daqueles que não têm nada a ver.

O correto seria que aqueles que estão envolvidos no processo de corrupção e aqueles que estão no Partido e viram que existem pessoas culpadas viessem a esta tribuna e assumissem a responsabilidade ou admitissem que o seu Partido infelizmente frustrou a esperança dos brasileiros, que o PT, que assumiu um compromisso com a ética e com a verdade perante toda a Nação, não o cumpriu. Além de não cumprirem outras promessas importantes para o País, estão envergonhando o seu passado, a sua história, empobrecendo sua bandeira e denegrindo a classe política num todo.

O importante é que os Membros do PT – a minoria, é claro – viessem aqui e admitissem seu erro, seu envolvimento, e aqueles que não estão envolvidos não jogassem a responsabilidade em outros Partidos que não estão participando, não participaram e não aprovam esse processo de corrupção que está ocorrendo no atual Governo Federal.

Sabemos que o Presidente Lula tem um caminho a seguir, tem um compromisso com a Nação, mas Sua Excelência tem que admitir que o seu Partido, o PT, está empobrecendo a política nacional e, lamentavelmente, projetando nosso País em todos os jornais do mundo devido a um dos momentos mais tristes e de maior corrupção de nossa história.

Termino dizendo: não busquem coisas do passado, que também devem ser investigadas, para encobrir as falcaturas e a corrupção que estão sendo cometidas no atual Governo Federal. Se soubermos separar os problemas, se soubermos separar todo esse mar de lama que existe, colocando um pingão no “i” de cada setor, com certeza, chegaremos àquilo que queremos, que é punir todos os envolvidos.

Fica aqui o meu esclarecimento, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Maguito Vilela, e antes, pela ordem, a V. Ex^a, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para cumprir a missão honrosa de anunciar a presença do Governador Blairo Maggi, do Mato Grosso, nosso colega, porque foi Senador por algum tempo, com um brilhante desempenho, e, hoje, com o mesmo desempenho brilhante, é Governador do Mato Grosso e nos honra com a sua visita.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Osmar Dias, por registrar a honrosa presença do Governador do Estado do Mato Grosso neste plenário.

Tive a honra de ter exercido parte do meu mandato com V. Ex^a, Governador, e tenho certeza de que se sentem honrados todos os mato-grossenses por terem um governador como V. Ex^a, tão dinâmico e atuante. Para nós, Sr^{as} e Srs. Senadores, seus colegas, é uma honra a presença de V. Ex^a neste plenário.

Tem a palavra, por cinco minutos, o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, fazer coro com o Senador Osmar Dias, que acabou de registrar a presença honrosa do Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Maggi. Trata-se de um Governador inteligente, talentoso e empreendedor. Já tive oportunidade de ir a Mato Grosso, inclusive a convite de S. Ex^a, para inaugurar algumas obras. Podemos dizer que Blairo Maggi é um dos Governadores mais empreendedores deste País. Pertence a uma nova safra de políticos que honram e dignificam a nossa classe. S. Ex^a já foi Senador e é muito bem-vindo a esta Casa. Desejamos que continue com esse trabalho maravilhoso de realização de obras de infra-estrutura no Estado do Mato Grosso. S. Ex^a é realmente um dos grandes Governadores dessa nova safra de políticos comprometidos com o progresso, com o desenvolvimento, com o País e com o povo.

Sr. Presidente, volto a esta tribuna para, mais uma vez, tratar da grave crise que prejudica o setor rural. Aliás, o Governador Blairo Maggi também está vivendo esse problema em seu Estado, com a agricultura e com a pecuária. Apesar da movimentação feita em Brasília, com a realização do tratorado, não temos visto soluções, mas o aprofundamento dos problemas, da crise no setor da produção rural em nosso País. E se não bastassem os produtores de grãos, que amargam enormes perdas, a crise agora atinge também a pecuária.

A arroba do boi gordo atingiu, em junho, o preço mais baixo da história: R\$52,50. Nunca o preço do boi esteve tão aviltado. O preço mais baixo da arroba havia sido registrado em julho de 1996, ou seja, o preço de hoje voltou a ser o mesmo aplicado quase dez anos atrás.

O recorde negativo chega junto com outra notícia ruim. Estudo da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária – CNA mostra que, no primeiro semestre deste ano, o preço pago pelo boi gordo caiu 11,7%, enquanto os custos de produção subiram 5%. Na média, a mão-de-obra, que representa 23% desses custos, ficou 15% mais cara.

A política cambial, sem dúvida, agrava os problemas deste País. Embora as exportações de carne bovina continuem em expansão, os ganhos com a venda externa acabam diminuídos em função do dólar baixo.

O mesmo processo de prejuízos começa a atingir também o setor leiteiro. Os produtores já apontam forte baixa nos preços de leite **in natura** entregue às indústrias, especialmente em Goiás, onde está localizada a segunda maior bacia leiteira do País. A primeira é Minas Gerais.

Esse comportamento de queda constante nos preços se deve à contínua desvalorização do dólar. O dólar baixo estimula a importação do leite em pó. Com isso, os produtores brasileiros ficam prejudicados e recomeça o êxodo rural, o desemprego no campo, e a situação realmente vai se agravando.

O preço do litro de leite gira, hoje, em torno de R\$0,50, mas há produtores recebendo R\$0,42 pelo litro. Como ninguém esperava tamanha instabilidade este ano, os produtores multiplicaram investimentos em modernização e novas tecnologias e agora ficam em situação muito complicada.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Paralelamente, os problemas dos produtores de grãos continuam graves. Como se sabe, no ano passado uma série de fatores levou esses produtores a uma situação falimentar. A combinação de juros altos, dólar barato e quebra nos preços criou uma situação insustentável para a agricultura, está criando para a pecuária leiteira e para a pecuária de corte.

Foi o caso da soja, que teve a saca cotada pela metade do preço, se comparado ao valor comercializado em 2004. Mas não foi apenas a soja. Na maioria dos casos, os preços foram insuficientes para cobrir custos de produção. E ficou impossível saldar os com-

promissos de financiamento, comprometendo o plano deste ano.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Uma pesquisa da CNA mostrou que 51% dos produtores estão com a sua renda comprometida com dívidas. Endividada, a maioria não tem condições de investir para a próxima safra, o que compromete o desempenho da agricultura e da pecuária em 2006.

O competente Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, promete retomar nesta semana as negociações com a área econômica do Governo para ampliar o pacote de ajuda aos agricultores e pecuaristas. Com a seca, os prejuízos aumentaram, porque foram deixados de colher cerca de 20 milhões de toneladas de grãos. Isso significa uma perda de US\$10 bilhões neste ano. Isso aumenta...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – (...) a urgência das medidas anunciadas pelo Governo, mas até hoje não concretizadas.

Concluo, Sr. Presidente.

O Ministro Roberto Rodrigues – repito, o competente Ministro da Agricultura – vai tentar fazer valer os compromissos assumidos no mês passado. Uma das reivindicações mais urgentes é a negociação sobre o adiamento do prazo de pagamento das parcelas dos empréstimos da safra de 2004/2005. Essa negociação beneficia produtores de arroz, algodão, sorgo, milho, soja e trigo.

O pedido é para que as parcelas vencidas e a vencer de junho, julho e agosto sejam também pagas em 2006. Essa medida é essencial e urgente, já que muitos produtores estão esperando sua ratificação para comprar insumos para a próxima safra.

Apenas em Goiás, as dívidas dos produtores rurais ultrapassam R\$2,4 bilhões.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, como não quero naturalmente atrapalhar os trabalhos desta Casa, peço a V. Ex^a que seja dado como lido o restante do meu discurso, para que o Brasil dele tome conhecimento.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR MAGUITO VILELA.

Pronunciamento**Senador Maguito Vilela*****Aprofundamento da crise no campo*****Brasília, 10 de agosto de 2005**

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores.

Volto a esta tribuna para, mais uma vez, tratar da grave crise que prejudica o setor rural. Apesar da movimentação feita em Brasília, com a realização do tratoração, não temos visto soluções, mas o aprofundamento dos problemas. E se não bastassem os produtores de grãos, que amargam enormes perdas, a crise agora atinge a pecuária.

A arroba do boi gordo atingiu em junho o preço mais baixo da história: cinquenta e dois reais e cinquenta centavos. Nunca o preço do boi esteve tão aviltado. O preço mais baixo da arroba havia sido registrado em julho de 1996, ou seja, o preço de hoje voltou a ser o mesmo aplicado há quase dez anos.

O recorde negativo chega junto com outra notícia ruim. Estudo da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, a CNA, mostra que, no primeiro semestre deste ano, o preço pago pelo boi gordo caiu 11,7%, enquanto os custos de produção subiram 5%. Na média, a mão-de-obra, que representa 23% desses custos, ficou 15% mais cara.

A política cambial agrava os problemas. Embora as exportações de carne bovina continuem em expansão, os ganhos com a venda externa acabam diminuídos em função do dólar baixo.

O mesmo processo de prejuízos começa a atingir também o setor leiteiro. Os produtores já apontam forte baixa nos preços do leite *in natura* entregue às indústrias, especialmente em Goiás, onde está localizada a segunda maior bacia leiteira do país.

Esse comportamento de queda nos preços se deve à contínua desvalorização do dólar. O dólar baixo estimula a importação do leite em pó. Com isso, os produtores brasileiros ficam prejudicados.

O preço do litro do leite gira hoje em torno de cinquenta centavos, mas há produtores recebendo quarenta e dois centavos pelo litro. Como ninguém esperava tamanha instabilidade este ano, os produtores multiplicaram investimentos em modernização e novas tecnologias e agora ficam em situação muito complicada.

Paralelamente, os problemas dos produtores de grãos continuam graves. Como se sabe, no ano passado uma série de fatores levou esses produtores a uma situação falimentar. A combinação de juros altos, dólar barato e quebra nos preços criou uma situação insustentável.

Foi o caso da soja, que teve a saca cotada pela metade do preço, se comparado ao valor comercializado em 2004. Mas não foi apenas a soja. Na maioria dos casos, os preços foram insuficientes para cobrir custos de produção. E ficou impossível saldar os compromissos de financiamento, comprometendo o plantio deste ano.

Uma pesquisa da CNA mostrou que 51% dos produtores estão com sua renda comprometida com dívidas. Endividados, a maioria não tem condições de investir para a próxima safra, o que compromete o desempenho em 2006.

O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, promete retomar nesta semana as negociações com a área econômica do governo para ampliar o pacote de ajuda aos agricultores. Com a seca, os prejuízos aumentaram, porque foram deixados de colher cerca de 20 milhões de toneladas de grãos. Isso significa uma perda de 10 bilhões de dólares neste ano. Isso aumenta a urgência das medidas anunciadas pelo governo, mas até hoje não concretizadas.

O ministro Rodrigues vai tentar fazer valer os compromissos assumidos no mês passado. Uma das reivindicações mais urgentes é a negociação sobre o adiamento do prazo de pagamento das parcelas dos empréstimos da safra 2004/2005. Essa negociação beneficia produtores de arroz, algodão, sorgo, milho, soja e trigo.

O pedido é para que as parcelas vencidas e a vencer de junho, julho e agosto sejam pagas em 2006. Essa medida é essencial e urgente, já que muitos produtores estão esperando sua ratificação para comprar insumos para a próxima safra.

Apenas em Goiás, as dívidas dos produtores rurais ultrapassam 2,4 bilhões. Os números causam preocupação, porque estão em fase de vencimentos e já está na hora de começarem os investimentos para o novo ano agrícola 2005/2006.

A negociação dos débitos é apenas o pleito mais urgente. Existem outros, importantes para o futuro do setor. Um exemplo é reivindicação para se comprar, com prazo, insumos, máquinas e equipamentos. O governo se comprometeu a atuar junto aos fornecedores para que aderissem a negociação, mas isso não ocorreu.

Outro ponto é a correção dos limites de financiamento de custeio e de comercialização, considerando os aumentos nos custos de produção. E o remanejamento da verba para modernização de frota, de cerca de três bilhões de reais, já que o montante disponível não será todo utilizado.

Há também a questão do Seguro Rural. O governo federal precisa se conscientizar de que é fundamental fazer como fazem os países produtores que concorrem conosco no mercado internacional. Ou seja, alocar recursos suficientes para subvenção de pelo menos um terço do prêmio de seguro, além da criação do Fundo de Catástrofe, através de Medida Provisória autorizada pelo presidente Lula.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores.

Essas são medidas que se fazem urgentes. Se há poucas semanas falávamos em possíveis prejuízos futuros para a economia do país, hoje já falamos em prejuízos correntes.

A conjuntura adversa, que estava restrita aos produtores de grãos e agora afeta a pecuária leiteira e de corte, começa a provocar desemprego. O nível de dispensas no setor saltou de 7% em 2004 para 20% este ano.

Os reflexos negativos não vão parar por aí. O crescimento do setor será menor, o que irá segurar os níveis de crescimento do país como um todo. Além disso, com a diminuição da renda no campo, diminui também o consumo e aumenta a inadimplência não só no campo, como no comércio da cidade.

As arrecadações públicas, especialmente estaduais, estão sofrendo quedas, o que significa diminuição nos investimentos de infra-estrutura e investimentos sociais. Vai se formando uma cadeia negativa de reflexos extremamente preocupantes, que tende a piorar.

Não é possível que o atual governo repita o descaso pelo campo visto nos anos de FHC, quando se prometia muito, mas nada saía do papel. O ministro Roberto Rodrigues é um homem desta área e sabe da importância da agropecuária. O presidente Lula, por outro lado, tem demonstrado sensibilidade com o setor.

Mas é preciso que boa vontade, conhecimento e sensibilidade se transformem em ações concretas. Se isso não acontecer, teremos que chegar à conclusão de que, como no passado, o atual governo também só guarda palavras para o setor rural.

Faço um apelo ao governo do presidente Lula para que não deixe isso acontecer. Os prejuízos, enormes, já estão afetando não apenas os produtores, mas os trabalhadores do campo e a vida na cidade. Que os compromissos assumidos com o setor aqui em Brasília sejam cumpridos já. E, em médio prazo, que se formule uma política agrícola justa, que dê tranquilidade para que o setor possa fazer os investimentos necessários.

Era o que tinha a declarar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Maguito Vilela, V. Ex^a será atendido na forma do disposto no Regimento Interno desta Casa.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre 1^o Vice-Presidente desta Casa, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a grata satisfação de registrar a presença no plenário do Senado de um ex-colega nosso, o ex-senador Blairo Maggi, que conquistou a amizade e o respeito de todo o Senado em sua passagem por aqui e que, hoje, governa o Estado de Mato Grosso com grande responsabilidade.

Registro, ainda, a presença do Governador do meu Estado, Jorge Viana, sobre quem qualquer manifestação de minha parte estaria sob a suspeição dos meus colegas, que sabem muito bem o apreço que tenho por ele.

Antes de entrar propriamente no assunto objeto de meu pronunciamento de hoje, gostaria de externar

uma consideração em relação à proposta, apresentada ontem pelo eminente Senador Jorge Bornhausen, em seu nome próprio e de seu Partido, de reforma eleitoral. Foi o documento mais completo que eu já vi para corrigir distorções existentes entre Partidos, candidatos, sociedade e o momento da vida eleitoral brasileira. No meu entendimento, o eminente Senador Jorge Bornhausen, no dia de ontem, apresentou uma proposta que deve merecer a análise judiciosa de cada Senador, de cada Liderança e do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Fiquei muito contente também ao ver o Senador Renan Calheiros, digno Presidente do Senado Federal, reconhecendo a importância e o mérito da proposta apresentada no dia de ontem e acolhendo-a como proposta de entendimento dos Srs. Líderes. A minha expectativa é que, faltando menos de quarenta dias para que o Parlamento aprove uma matéria de tal relevância, nós possamos tratar como emergência absoluta, a Proposta apresentada pelo Senador Jorge

Bornhausen e possamos construir um entendimento junto à Câmara dos Deputados.

É uma matéria em relação à qual não há disputa, e, sim, convergência, pela necessidade de o Parlamento atender a exigência da sociedade brasileira.

A minha posição é de concordância com toda a Proposta apresentada pelo Senador Jorge Bornhausen, e acredito que a do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, também é nesse sentido, Senador Jorge Bornhausen.

Hoje, o que me traz ao plenário do Senado Federal, Sr. Presidente, é uma resposta que quero dar, por justiça e reconhecimento, mais uma vez, ao trabalho do eminente Ministro Humberto Costa, no que diz respeito ao problema do alcoolismo no Brasil.

S. Ex^a o então Ministro Humberto Costa foi designado pelo Presidente Lula para coordenar um grupo de trabalho interministerial cujo objetivo era estabelecer as diretrizes para o controle de propagandas, o uso e a prevenção do álcool no Brasil, uma droga lícita que traz gravíssimos danos à sociedade brasileira. No plano mundial, há dois bilhões de cidadãos que fazem uso rotineiramente do álcool, e 76 milhões de pessoas têm dependência direta ou indireta da bebida, sem contar os agravos de ordem econômico-social e os agravos psiquiátricos, que se originam do álcool, em todos os países do mundo, porque essa é uma bebida de consumo universal.

É sabido por todos que, no nosso País, não há uma medida disciplinar clara a esse respeito, nem sequer o conceito de álcool, no Brasil, é adequado, porque as bebidas consideradas **ice**, a cerveja e o vinho, são tidas como alimento, ou seja, trata-se de um produto que deve ser consumido pela sociedade.

Não está regularizado o uso do álcool no Brasil, não há controle nem prevenção efetiva da bebida e não há uma política de propaganda adequada. Foi essa a responsabilidade que teve o Sr. Ministro Humberto Costa ao coordenar um grupo de trabalho que envolveu 11 órgãos do Governo Lula, entre Ministérios e Secretarias Especiais, para que um grupo formado por 14 pessoas pudesse elaborar o trabalho. Em 2004, o grupo conseguiu concluí-lo. Estabeleceram 53 diretrizes que apontavam para o controle efetivo do uso do álcool no Brasil.

Essa matéria se confronta fortemente com a indústria de propaganda, com a grande mídia brasileira, e temos de chegar a um ponto de entendimento. Os 53 itens apontados como conclusivos pelo Ministério da Saúde, associado aos outros Ministérios, estabeleceram pontos definitivos de responsabilidade entre os Ministérios que têm vínculo com a matéria: o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Ministério da Educação, Ministério das Comunicações e outros afins.

Entre os 53 itens destacados, eu apontaria os seguintes:

8. O conceito vigente de bebida alcoólica (Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996) deve ser revisto e reformulado, para a necessária inclusão de cervejas, vinhos e bebidas tipo **ice**..

Em relação à propaganda, a matéria é a mais debatida e a mais criticada no Congresso Nacional, como se os Governos anteriores prescindissem de responsabilidade para estabelecer critérios para essa matéria, já que o Brasil avançou definitivamente e conseguiu se firmar positivamente em relação ao fumo e à propaganda de cigarros.

22. A propaganda de bebidas alcoólicas deve ser controlada e regulamentada, de modo a proteger segmentos populacionais vulneráveis à estimulação para o consumo de álcool. Deve também proteger o consumidor de associações indevidas entre o efeito decorrente do consumo de bebidas e estereótipos de sucesso e integração social que não correspondam à realidade destes usuários.

23. Deve haver o banimento da propaganda de bebidas alcoólicas em horários que alcancem a parcela populacional, que é mais vulnerável, com avanço progressivo relativo às restrições gerais.

24. Deve ser evitada a associação entre o consumo de bebidas alcoólicas e eventos esportivos, devendo ainda o patrocínio de eventos esportivos ser objeto de restrição e controle.

25. Deve haver a desvinculação, pelo Governo Federal, do apoio a qualquer tipo de evento em que haja a presença da indústria do álcool.

26. Devem ser enfaticamente desestimuladas mensagens que estimulem o consumo e que sejam baseadas em evidências científicas sobre possíveis efeitos protetores/medicamentosos de bebidas alcoólicas, uma vez que não são positivamente significativas para o estabelecimento de políticas voltadas para o álcool e encorajam o consumo, resultando provavelmente em mais prejuízo para a população em geral.

27. Ainda que na vigência de iniciativas oriundas da auto-regulamentação publicitária, de forma relativa à propaganda de bebidas alcoólicas, o Governo deve endossar a

necessidade de legislação específica sobre o assunto, face ao hiato existente entre as propostas para a auto-regulamentação e a realidade evidenciada no País. Esta aponta, de forma incontestada, para a necessidade de maior presença do Governo Federal na defesa do bem comum, em detrimento dos interesses da indústria de bebidas.

28. O acesso às bebidas alcoólicas deve sofrer restrição em sua venda e consumo, em contextos de maior vulnerabilidade a situações de violência e danos sociais.

Ainda há mais três itens que eu destacaria do documento apresentado pelo grupo interministerial:

30. A venda e o consumo também devem sofrer restrições na proximidade de escolas, estradas, postos de gasolina, hospitais, em transportes coletivos e em locais de grande concentração de pessoas;

31. A venda de bebidas alcoólicas em distribuidores, supermercados e atacadistas deve ser realizado em locais específicos e isolados, restringindo, assim, o acesso às mesmas;

40. Todos os ministérios do Governo devem estar implicados, intersetorialmente, nas iniciativas de educação, promoção de saúde e de hábitos saudáveis, reforço da mudança de padrões de consumo, ênfase na responsabilização e do autocuidado.

Sr. Presidente, ainda afirmo que esse documento está em consonância com as diretrizes e as deliberações emanadas da III Conferência Nacional de Saúde Mental, convocada pelo Conselho Nacional de Saúde, que é a instância máxima do controle social para a saúde pública no Brasil.

Trata-se de um documento claro, objetivo, feito pelo Ministério da Saúde, realizado por onze órgãos, entre Ministérios e Secretarias Especiais do Governo Lula, que julgo da maior responsabilidade, Senador Jefferson Péres. V. Ex^a discutiu essa matéria quando a tratamos aqui. Houve um debate duro, tenso entre as partes. Uns entendiam que deveria haver a proibição; outros, não. E o Governo respondeu com a conclusão de um trabalho que julgo sensato, muito bem estudado e absolutamente comprometido com os princípios fundamentais da saúde pública. Só espero que, agora, haja a execução de tal controle, de tal prevenção e que haja acompanhamento dessa matéria.

Sr. Presidente, sabe-se que pelo menos 12% das internações estão vinculadas ao Sistema Único de Saúde, em consequência do alcoolismo. Quem conhece a vida nos pronto-socorros, quem conhece a vida nos

hospitais de urgência e de emergência sabe o que significam as madrugadas e as internações de pacientes vítimas da utilização excessiva da bebida alcoólica.

Quem conhece a problemática das doenças psiquiátricas no Brasil sabe – e isto é fato concreto – que pelo menos 6% dos pacientes são completamente dependentes das bebidas alcoólicas. Quem conhece o drama da desagregação familiar no Brasil sabe da importância que tem a bebida alcoólica no desencadeamento dos desajustes e dos desequilíbrios familiares brasileiros.

Espero que, agora, cada Ministro, cioso de sua responsabilidade, execute a política de restrição e dialogue com as emissoras de comunicação, porque não tenho dúvida de que, eticamente, essas medidas estarão vinculadas à responsabilidade de não se permitir prejuízo de ordem econômica, mas darão proteção à sociedade brasileira. Temos o dever de encontrar resultados nessas medidas, e espero que o atual Ministro da Saúde, o substituto do Ministro Humberto Costa, seja o catalisador desses resultados.

A responsabilidade está evidenciada, o diagnóstico está feito, as soluções estão apresentadas. A minha expectativa é a de que possamos acompanhar essa questão, e, num prazo máximo de 90 dias, eu mesmo terei a responsabilidade de convidar o Sr. Ministro da Saúde para mostrar a S. Ex^a as consequências práticas dessas medidas, que foram muito bem construídas pelo então Ministro Humberto Costa e todo os 11 Ministérios e Secretarias Especiais que acompanharam tal medida.

Vale a pena deixar como conclusão de minha fala a demonstração da idéia do custo/benefício e do fator econômico, intermediando uma relação no que diz respeito ao alcoolismo no Brasil.

Os gastos e a movimentação com propagandas são responsáveis por 3,5% do Produto Interno Bruto. Os gastos com as consequências danosas do uso do álcool, com a dependência e com o alcoolismo no Brasil, em si, são responsáveis por uma despesa superior a 7% do Produto Interno Bruto. Só isso justificaria as razões éticas para que as medidas aqui implementadas fossem adotadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Agradeço a V. Ex^a.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



Sen. Luiz Cláudio

**GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL VOLTADO
PARA A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA
NACIONAL**

SOBRE BEBIDAS ALCOÓLICAS

(DECRETO PRESIDENCIAL DE 28 DE MAIO DE 2003)



MINISTÉRIO DA SAÚDE

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

MINISTÉRIO DAS CIDADES MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO MINISTÉRIO DA CULTURA

MINISTÉRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL MINISTÉRIO DA FAZENDA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO MINISTÉRIO DOS ESPORTES

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E PRODUTO FINAL**

MAIO DE 2004

(divulgação não-autorizada até 13 de maio de 2004)

RECOMENDAÇÕES DO GTI PARA A POLÍTICA NACIONAL, INTEGRAL E INTERSETORIAL DE REDUÇÃO DOS DANOS À SAÚDE E AO BEM ESTAR CAUSADOS PELAS BEBIDAS ALCOÓLICAS

No dia 28 de Maio de 2003, o Presidente Lula constituiu um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), sob a Coordenação do Senhor Ministro da Saúde. Este GTI é composto por 14 representações da esfera federal de governo e tem como objetivos revisar, propor e discutir a política do Governo Federal para a atenção a usuários de álcool, bem como a harmonização e o aperfeiçoamento da legislação que envolva o consumo e a propaganda de bebidas alcoólicas, em território nacional.

O trabalho do grupo foi prorrogado por 120 dias, conforme disposto no Decreto do dia 30 de Outubro de 2003, com o objetivo de continuar as discussões e aprofundar as propostas interministeriais.

No sentido de cumprir os seus objetivos, e como parte de seu produto final, o Grupo de Trabalho Interministerial apresenta ao Governo Federal as suas recomendações gerais, voltadas para a construção da POLÍTICA NACIONAL, INTEGRAL E INTERSETORIAL DE REDUÇÃO DOS DANOS À SAÚDE E AO BEM ESTAR CAUSADOS PELAS BEBIDAS ALCOÓLICAS.

1. As diretrizes para uma POLÍTICA NACIONAL, INTEGRAL E INTERSETORIAL DE REDUÇÃO DOS DANOS À SAÚDE E AO BEM ESTAR CAUSADOS PELAS BEBIDAS ALCOÓLICAS contêm princípios fundamentais à sustentação de estratégias para o enfrentamento coletivo dos problemas em questão, devendo ser consideradas como referência para as recomendações seguintes;
2. Da mesma forma, devem ser considerados os aspectos concernentes à mesma finalidade, e contidos em outros documentos produzidos e / ou utilizados pelo Grupo Técnico Interministerial em suas atividades;
3. Deve ser implantada uma política integral e intersetorial de redução dos danos causados pelo álcool, que contemple a atenção integral à saúde e à vida, buscando atenuar, minimizar e/ou eliminar os danos causados pelo uso de bebidas alcoólicas;
4. Esta política deve envolver governo e sociedade, em todos os seus segmentos: saúde pública e privada, áreas cultural e educacional, meios

- de comunicação, setor produtivo, comércio e serviços, organizações não-governamentais etc;
5. A política em questão deve prever a sua descentralização e autonomia de gestão e execução pelos níveis federal, estadual e municipal, com a devida definição dos papéis e competências de cada nível;
 6. Devem estar claramente definidos os mecanismos de captação, utilização e repasse de recursos financeiros pelos três níveis de governo, possibilitando a equalização dos gastos necessários. Tais mecanismos devem estar claramente normatizados, ampliando o seu controle e visibilidade social, de modo a assegurar sua utilização mais eficaz e adequada;
 7. As instâncias estaduais e municipais de controle da política de álcool e drogas devem ser reorientadas e recompostas, de forma a resgatar o seu papel de articular o protagonismo dos diversos segmentos envolvidos, não se constituindo em executoras paralelas de ações;
 8. O conceito vigente de bebida alcoólica (Lei 9.294 de 15 de julho de 1996) deve ser revisto e reformulado, para a necessária inclusão de cervejas e vinhos, e bebidas tipo "ice";
 9. Os segmentos populacionais de maior vulnerabilidade (crianças e adolescentes – incluindo os que vivem em um contexto de violência doméstica: gestantes, indígenas, portadores de comorbidades psiquiátricas, e outros) devem ser protegidos em relação aos danos causados pelo consumo de álcool;
 10. A política em questão deve ainda utilizar a lógica ampliada de redução de danos como referencial para as ações políticas, educativas, terapêuticas e preventivas relativas ao uso de álcool, em todos os seus níveis;
 11. As ações mencionadas acima devem estar disponíveis a todos, consumidores ou não de bebidas alcoólicas, devendo ser considerados, para efeito de seu planejamento, o nível de consumo de álcool, o grau de acometimento e as características de cada subpopulação específica que venha a ser alvo das mesmas;
 12. Para tanto, a redução de danos deve ser considerada como um conjunto estratégico de medidas de saúde pública, voltadas para minimizar os riscos à saúde e à vida, decorrentes do consumo de álcool. Tem como princípio fundamental o respeito à escolha do usuário, o que tem como consequência inequívoca a maior aceitação de propostas relativas a projetos terapêuticos e de vida. Permite e potencializa o trabalho articulado via rede de atenção integral, possibilitando aos usuários a reconstrução de identidades individuais, a reinclusão social, o protagonismo, a produção de autonomia e o resgate de cidadania;

13. Devem ser implantadas / implementadas redes locais de atenção integral às pessoas que apresentam problemas decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas. Estas redes locais, na ambiência do Sistema Único de Saúde, devem ser compostas por unidades extra-hospitalares especializadas (Centros de Atenção Psicossocial para Usuários de Álcool e Outras Drogas – os CAPSad, e ambulatórios especializados), as quais devem funcionar de forma articulada aos demais dispositivos componentes da rede de cuidados em Saúde Mental, aos dispositivos assistenciais componentes da rede básica de saúde (unidades básicas, ambulatórios, Programa de Saúde da Família, Programa de Agentes Comunitários de Saúde), à rede de cuidados em DST/AIDS, à rede hospitalar não-psiquiátrica (somente quando os recursos extra-hospitalares se esgotarem), bem como às redes locais de suporte social;
14. Devem ser enfaticamente estimuladas a participação / aceitação comunitárias em relação à política proposta, na condição de pré-requisito para o sucesso de sua aplicação;
15. A rede local de cuidados deve ter inserção e atuação comunitárias, devendo ser multicêntrica, comunicável e acessível aos usuários, devendo contemplar, em seu planejamento e funcionamento, as lógicas de território e de redução de danos;
16. Os trabalhadores de saúde que atuam (ou irão atuar) na rede de atenção integral a usuários de álcool e outras drogas do SUS devem ser alvo de programa de formação específica, em seus níveis de atuação profissional;
17. A formação de profissionais potencialmente componentes de equipes de cuidados a usuários de álcool deve sofrer alteração em sua grade curricular, para a inclusão de conteúdos sobre o álcool – com ênfase na questão social, diagnóstico precoce e perspectiva preventiva, devendo também ser contemplada a lógica da redução de danos;
18. A formação de técnicos para a atuação em unidades de cuidados que não sejam componentes da rede SUS deve ser objeto de regulamentação específica;
19. Devem ser promovidas ações voltadas para a comunicação e informação relativas às conseqüências do uso de álcool, na condição de direito inconteste da população, a qual também deve ser informada sobre as possibilidades de modificação em padrões de consumo, sempre tendo em vista a responsabilização e a autonomia da pessoa, bem como a modificação do atual imaginário social relativo ao consumo de álcool;
20. Os recursos educacionais e de comunicação devem ser utilizados, em benefício da melhor informação e conhecimento sobre os danos associados ao consumo de álcool. Desta forma, as campanhas de mídia

devem abordar a temática de forma criativa e pragmática, mencionando a disponibilidade de tratamento, ações comunitárias voltadas para a atenção aos usuários de álcool, na perspectiva de redução de danos, e outras ações;

21. A população deve ter acesso a alternativas culturais e de lazer, que possam constituir escolhas naturais e alternativas para a composição de projetos de vida que não considerem o consumo de álcool;
22. A propaganda de bebidas alcoólicas deve ser controlada e regulamentada, de modo a proteger segmentos populacionais vulneráveis à estimulação para o consumo de álcool. Deve também proteger o consumidor de associações indevidas entre o efeito decorrente do consumo de bebidas e estereótipos de sucesso e integração social que não correspondam à realidade destes usuários;
23. Deve haver o banimento da propaganda de bebidas alcoólicas em horários que alcancem a parcela populacional que é mais vulnerável, com avanço progressivo relativo às restrições gerais;
24. Deve ser evitada a associação entre o consumo de bebidas alcoólicas e eventos esportivos, devendo ainda o patrocínio de eventos esportivos ser objeto de restrição e controle;
25. Deve haver a desvinculação pelo Governo Federal do apoio a qualquer tipo de evento onde haja a presença da indústria do álcool;
26. Devem ser enfaticamente desestimuladas mensagens que estimulem o consumo, e que sejam baseadas em evidências científicas sobre possíveis efeitos protetores / medicamentosos de bebidas alcoólicas, uma vez que não são positivamente significativas para o estabelecimento de políticas voltadas para o álcool, e encorajam o consumo, resultando provavelmente em mais prejuízo para a população em geral;
27. Ainda que na vigência de iniciativas oriundas da auto-regulamentação publicitária, de forma relativa à propaganda de bebidas alcoólicas, o governo deve endossar a necessidade de legislação específica sobre o assunto, face ao hiato existente entre as propostas para a auto-regulamentação e a realidade evidenciada no país. Esta aponta, de forma incontestável, para a necessidade de maior presença do Governo Federal na defesa do bem comum, em detrimento dos interesses da indústria de bebidas;
28. O acesso às bebidas alcoólicas deve sofrer restrição em sua venda e consumo, em contextos de maior vulnerabilidade a situações de violência e danos sociais;
29. Devem ser induzidas posturas municipais e outras medidas que restrinjam, espacial e temporalmente, os pontos de venda e consumo de

bebidas alcoólicas, e que estabeleçam formas de licenciamento municipal para a comercialização e distribuição destes produtos, na condição de importante medida sanitária;

30. A venda e o consumo também devem sofrer restrições na proximidade de escolas, estradas, postos de gasolina, hospitais, em transportes coletivos e em locais de grande concentração de pessoas;
31. A venda de bebidas alcoólicas em distribuidores, supermercados e atacadistas deve ser realizada em locais específicos e isolados, restringindo assim o acesso às mesmas;
32. Devem ser estimuladas, de forma imperativa e sistemática, as medidas previstas em lei e que visam coibir a associação entre o consumo de álcool e o ato de dirigir. Tais medidas podem prevenir acidentes e salvar vidas;
33. Da mesma forma, devem ser estimuladas medidas para o controle da venda de bebidas a pessoas reconhecidamente embriagadas;
34. Deve ser adotada política fiscal específica e relativa às bebidas alcoólicas, buscando desestimular o seu consumo. Tal providência deve ser fundamentada em estudos específicos visando à realização do aumento de taxas e preços finais, de forma escalonada;
35. O Governo Federal não deve conceder qualquer forma de subsídio aos produtores de bebidas alcoólicas;
36. A taxaçoão de bebidas alcoólicas deve ser fortemente considerada como um instrumento de política social, e deve ser um reflexo da seriedade com que o Governo encara a prevençoão das conseqüências diretas e indiretas do consumo de bebidas alcoólicas. Deve ser acompanhada de estudos relativos à sua viabilidade tributária;
37. Deve ser considerada, por todos os ministérios envolvidos direta ou indiretamente com aspectos relativos à taxaçoão, a presença dos interesses da saúde pública nacional, que devem ser levados em consideraçoão por todos;
38. A taxaçoão do álcool deve ser aplicada para afastar o sofrimento relacionado ao seu uso, salvando vidas;
39. Dentro de um essencial contexto preventivo, devem ser estimuladas, em todo o País, práticas educativas relativas ao uso de álcool, que estimulem a percepçoão, a reflexão e a articulaçoão das pessoas frente à temática em questão, de forma pragmática e responsável;
40. Todos os ministérios do governo devem estar implicados intersetorialmente nas iniciativas de educaçoão, promoçoão de saúde e de

hábitos saudáveis, reforço da mudança de padrões de consumo, ênfase na responsabilização e no autocuidado;

41. As escolas, sejam de natureza pública ou privada, devem ser consideradas como espaços privilegiados para iniciativas de prevenção ao consumo de bebidas alcoólicas, devidamente inseridas em um contexto mais amplo de ação comunitária. Deve ser estimulada a inclusão de ações de prevenção ao uso de bebidas alcoólicas nos projetos pedagógicos das escolas de educação básica;
42. Os ambientes de trabalho também devem ser considerados espaços privilegiados para iniciativas de prevenção ao uso prejudicial de bebidas alcoólicas;
43. Governo, sociedade, empregadores e empregados devem ser chamados a desenvolver e participar de políticas integrais de prevenção e tratamento dos danos à saúde e à vida, causados pelas bebidas alcoólicas. Devem aqui ser contemplados imperativamente o respeito aos direitos individuais, à privacidade e à cidadania dos trabalhadores;
44. Devem ser propostos mecanismos que permitam a avaliação do impacto das ações propostas, implantadas e implementadas pelos executores das ações que compõem a política específica em questão;
45. Deve haver a interação sistemática entre instituições formadoras (nível superior e técnico) e centros de pesquisa e serviços de saúde / sociais / de educação, na constituição de sistemas locais para o desenvolvimento de tecnologia e evidências científicas relacionadas aos danos sociais e à saúde decorrentes do consumo de álcool, gerando conhecimento fundamentado na realidade nacional;
46. O investimento no desenvolvimento de produção de conhecimento e tecnologia assistencial específica deve ter como meta a busca de soluções para melhorar, em médio prazo, a condição de vida das pessoas que apresentam conseqüências decorrentes do uso de álcool, trazendo, em longo prazo, respostas potentes e relativas ao tratamento, reabilitação e prevenção de tais agravos;
47. As diversas instituições governamentais envolvidas na formulação e execução da política que é alvo destas recomendações devem promover, em seus respectivos campos de atuação, estudos e pesquisas potencialmente colaborativos para a consolidação nacional desta mesma política;
48. Considerando a realidade mundial da utilização cada vez mais freqüente de múltiplas substâncias psicoativas, e que tais associações invariavelmente contemplam o consumo conjugado de álcool e outras drogas, devem ser desconsideradas e não-recomendadas quaisquer práticas de caráter punitivo aos usuários destas substâncias, isoladamente ou de forma associada;

49. Considerando o impacto global das conseqüências do consumo de álcool sobre a saúde e a vida das pessoas, o GTI recomenda enfaticamente que os aspectos propostos para a **POLÍTICA NACIONAL, INTEGRAL E INTERSETORIAL DE REDUÇÃO DOS DANOS À SAÚDE E AO BEM ESTAR CAUSADOS PELAS BEBIDAS ALCOÓLICAS**, e relativos ao controle das propagandas de bebidas alcoólicas, bem como do acesso e taxaço das mesmas, sejam objeto de Lei Federal específica;
50. As recomendações constantes deste documento devem se traduzir pelo **PLANO DE AÇÃO PARA A REDUÇÃO DOS DANOS SOCIAIS E À SAÚDE CAUSADOS PELO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS**, o qual deverá conter a sua indispensável contextualização, objetivos, metas, atribuição de competências (inerentes a cada ministério, ou em caráter intersetorial) e demais parcerias possíveis, incluindo entidades internacionais ligadas à saúde pública;
51. Para o devido acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades de cada ministério envolvido, pela necessidade de revisão permanente, e pela dimensão da problemática em questão, o Plano de Ação em questão demanda por acompanhamento em caráter interministerial, a qual deverá ser realizada pelo Grupo de Trabalho Interministerial que gerou as recomendações acima;
52. Pela dimensão social das conseqüências diretas e indiretas do uso de álcool, pela perenidade histórica e mundial dos problemas relacionados a este consumo, e pela necessidade contínua de reorientação (orientada por demanda) das ações propostas, o GTI deve assumir um caráter permanente, consolidando a integração interministerial evidente e necessária à política em questão;
53. As ações acima propostas estão em consonância com as diretrizes e deliberações emanadas da III Conferência Nacional de Saúde Mental, convocada pelo Conselho Nacional de Saúde, instancia máxima de controle social para a saúde pública.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência comunica ao Plenário que defere os **Requerimentos nºs 813 e 827, de 2005**, relativos à licença pleiteada pelo nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem a palavra, pela ordem, V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Presidente.

Esta Casa representa os Estados brasileiros. Portanto, eu não poderia deixar de, neste momento, registrar o meu protesto com relação à matéria publicada hoje, na primeira página do jornal **O Globo**, intitulada: “Obra do Rio deixa de ser prioritária para Lula”.

Sr. Presidente, o arco rodoviário, que é uma obra que este Governo se comprometeu a fazer, que é uma obra vital para a economia do meu Estado e para o Brasil, deixa de ser prioridade para o Governo Federal.

Sr. Presidente, são 31 meses de Governo do Presidente Lula, e, até hoje, Sua Excelência não cortou uma fita sequer no meu Estado, e até a obra que o Governo declarou prioritária não será realizada.

Retomarei esse assunto mais tarde. No entanto, não poderia deixar de me manifestar neste momento, tendo em vista esse absurdo, essa falta de consideração do Governo Federal para com o Estado do Rio de Janeiro. Vimos o BNDES criando problemas absolutamente injustos para a continuação do metrô, e, agora, há a desistência da obra do arco rodoviário, de responsabilidade do Ministério do Planejamento. O quer o Presidente Lula, que, até hoje – volto a dizer –, não cortou uma fita sequer no meu Estado?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nobre Senador Jefferson Péres, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por

cessão do Líder Osmar Dias, peço que V. Ex^a me inscreva para falar pela Liderança do PDT antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência dará a palavra a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Comunico à Casa que se encontra presente o Sr. Gilberto Flávio Goellner, Primeiro Suplente do Senador Jonas Pinheiro, da Representação do Estado do Mato Grosso, convocado em virtude da licença para tratamento de saúde do nobre Titular.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o original do diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por Lei.

É o seguinte o diploma encaminhado:

– 2ª VIA –



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

D i p l o m a

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso, de acordo com o disposto no Art. 215 da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965, outorga o presente Diploma a

GILBERTO GOELLNER

eleito 1º Suplente do Senador Jonas Pinheiro da Silva pela Coligação **MATO GROSSO MAIS FORTE** (PPB, PTN, PSC, FPS, PFL, PAN, PSDC, PRTB, PSD, PV, PRP, PT do B), com 612.965 votos preferenciais do total de 2.217.629 votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições Gerais de 2002.

Cuiabá, 3 de agosto de 2005.


Desembargador Paulo Inácio Dias Lessa
Presidente

Eleições Gerais de 2002

Cargo: Senador

Eleitores aptos a votar:	1.730.022
Total de votos apurados:	2.693.292
Votos brancos:	153.007
Votos nulos:	322.656
Abstenções:	383.370
Quitação Serviço Militar:	

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Designo comissão formada pelos Srs. Senadores José Agripino, nobre Líder; Jefferson Péres, nobre Líder do PDT; e Aelton Freitas, para conduzir S. Ex^a ao Plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

(O Sr. Gilberto Flávio Goellner é conduzido ao plenário e presta, junto à Mesa, o compromisso.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência solicita que todos os presentes permaneçam de pé para o compromisso de posse.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Senador Gilberto Goellner, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Mato Grosso, em substituição ao Senador Jonas Pinheiro, adotarei o nome abaixo, consignado e integrarei a bancada do Partido PFL

Nome Parlamentar: Gilberto Goellner

Sala das Sessões, 10 de agosto 2005. – **Gilberto Goellner.**

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A comunicação que acaba de ser lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência, que já destacou a presença do Ex^m Governador Blairo Maggi neste plenário, registra ainda a presença do Prefeito de Rondonópolis, Adilton Sachetti; do Prefeito de Alto Garças, Júnior Pitucha; do Deputado Estadual Humberto Bo-

zaipo; dos ex-Governadores Jairo Campos e Rogério Sales; do ex-Ministro Pratini de Moraes e também do sempre Senador Louremberg Nunes, em nome dos quais cumprimenta todos os presentes neste ato de posse do nobre Senador Gilberto Goellner.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para falar como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência concede a V. Ex^a a palavra, na condição de Líder, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que ceda o espaço que me é destinado à palavra inicial do Senador recém-empossado, Gilberto Goellner.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – De acordo com o Regimento desta Casa, a Presidência concede, portanto, a palavra, para uma comunicação de interesse partidário, ao Senador Gilberto Goellner, que acaba de ser empossado, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muito senso de responsabilidade e com grande satisfação que assumo hoje esta Cadeira no Senado da República.

Sei que os empresários e os produtores rurais de Mato Grosso, como, em geral, todas as pessoas que lá sobrevivem da atividade agropecuária, estão depositando em mim uma grande confiança, na esperança de que eu, daqui, concorra para a solução mais imediata dos problemas do setor rural. Isso porque esperam que o meu espírito empreendedor e determinado, pelo qual sempre pautei a minha vida, possa ser agora simplesmente transferido para a minha vida pública, ao me aderir, no Congresso Nacional, ao trabalho e ao esforço dos Deputados Federais e dos Senadores em defesa do desenvolvimento nacional e, particularmente, da agropecuária e de Mato Grosso.

Também sei que não será tarefa fácil substituir o Senador Jonas Pinheiro. Ao aceitar a candidatura como Suplente, em 2002, meu objetivo não foi o de um dia assumir essa nobre função. Minha intenção era somar esforços junto àqueles que conheciam a necessidade de manter dentro desta Casa um representante tão qualificado e experiente quanto o Senador Jonas Pi-

neiro, um homem público e defensor incansável da agricultura brasileira e de Mato Grosso.

Entretanto, Sr. Presidente, mesmo estando aqui por um curto período de tempo, quero defender com dedicação e com entusiasmo os interesses da agropecuária, do homem rural brasileiro e do Estado de Mato Grosso.

Para exercer esta função, usarei minha experiência profissional de produtor rural e de empresário, bem como de participante de diversas entidades de classe e de militante ativo na defesa do agronegócio brasileiro.

Por saber do elevado espírito democrático que paira sobre o Senado e do respeito e da solidariedade que existem entre os seus Pares, sei que poderei contar com a compreensão e com a colaboração de todos os Senadores que aqui se engajam na luta pela superação da atual crise da nossa agropecuária e pela valorização crescente desse importante setor da economia nacional.

Tenho pleno conhecimento de todas as dificuldades inerentes a este cargo e das graves limitações impostas pelo turbulento momento político do País. Entretanto, eu o assumo com grande expectativa e com elevada e salutar confiança.

Como filiado do Partido da Frente Liberal – PFL, mantereí uma postura de vigilância e oposição construtiva ao Governo e estarei sempre alinhado com as orientações das Lideranças do meu Partido.

Pretendo, assim, dar minha contribuição, seja na atividade legislativa, seja na articulação direta com o Governo Federal.

Essa é minha vontade e esse é o compromisso que firmo.

Quero ainda deixar registrada a admiração e a deferência que tenho pelo Senador Jonas Pinheiro e agradecer a S. Ex^a a amizade, a consideração e a confiança em mim depositadas. Também a S. Ex^a meus votos de pleno e completo restabelecimento da saúde, para que, muito em breve, possa voltar e reassumir seu posto nesta Casa, depois desse período em que, compulsoriamente, se dedicará a si próprio.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero agradecer o apoio de primeira hora que tive de meus familiares e dividir minha alegria com meus colaboradores, meus amigos e meus companheiros de jornada, que vieram me prestigiar neste dia, e agradecer também àqueles que não puderam estar presentes neste momento, mas dos quais conheço a lealdade e o firme companheirismo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa cumprimenta V. Ex^a, Senador

Gilberto Goellner, todas as demais autoridades do Estado do Mato Grosso e, como um todo, o povo daquele Estado pela presença de V. Ex^a neste mandato.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, concedo a palavra ao Líder inscrito, Senador Jefferson Péres.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento de grave crise que vive o País, melhor do que os discursos de políticos nem sempre sinceros que freqüentemente os proferem de maneira contundente, mas abusam dos maus exemplos, às vezes, melhor do que esses discursos, são os textos dos homens e das mulheres de letras. Eles, com sensibilidade e à distância, traduzem melhor do que nós, políticos, o sentimento nacional.

Vou ler para o Senado, e peço a inserção nos Anais, Sr. Presidente, do artigo publicado pela escritora Lya Luft, na revista **Veja** desta semana, intitulado “A República do rabo preso”:

Senhores, andamos falando demais, e mal. Usamos frivolamente termos perigosos e abusamos das palavras de respeito. Exageramos nos clichês e nos rótulos, geralmente burros e pobres, embora às vezes necessários – como tantas coisas pobres e burras que é preciso suportar neste mundo.

Usar o termo “elites” requer muito cuidado. É temerário empregá-lo como se falássemos de uma entidade abstrata, bicho-papão para assustar – não criancinhas, mas os tolos. Usamos a palavra sem sequer a definir direito. O conceito “elite” significa “o melhor, os melhores”, o que não envolve necessariamente dinheiro nem sede de poder, muito menos arrogância, mas decência, por exemplo. Honradez, pudor e consciência, por exemplo. Boa educação e cortesia também, não vamos esquecer. Nada disso é privilégio de ricos e poderosos.

O que deve nos assustar é o predomínio de um tipo de ralé: a da hipocrisia, da ambição e do cinismo, o que passa por cima do cadáver – não da mãe, mas do povo e da pátria. Nós, a gente brasileira, não somos mais tão bobos assim. Um populismo tardio e a velha demagogia barata ainda tentam seduzir o povo, fingindo que o protegem para melhor o explorar. Porém, acho que falas delirantes, acusações falsas e auto-elogios pueris enganarão cada vez menos os mais pobres e menos cultos, que merecem algo bem melhor. Talvez ainda

os contaminem alguns conceitos superados, fazendo-os pensar que estão sendo ajudados, quando apenas os manipulam. Mas esta crise deve nos tornar mais lúcidos. Esperemos que sim.

Paira no ar uma – espero que passageira – sensação de que tudo poderá se resolver nos velhos moldes do grande PIP, o Partido do Interesse Próprio. Fala-se em tentar estabelecer pactos dos quais nós, comuns mortais, em outros tempos nada saberíamos. Mas hoje em dia, com políticos honrados, jornalistas íntegros e pessoas conhecidas ou anônimas avisando, ninguém mais vai poder dizer “Eu não sabia”. Por isso tenho esperança de que os atuais boatos de acordos e arranjos para que todo mundo se acomode e continue se locupletando em paz sejam apenas boatos.

Cautela, senhores: não se pode enganar muita gente por longo tempo com tamanha desfaçatez. Somos um país pouco desenvolvido, com muita gente ainda desinformada e por isso facilmente manobrada, mas somos um povo honrado. E os honrados podem se manifestar e agir na indignação da integridade – privilégio de poucos.

“Blindar” um tumor não ajuda na cura do corpo, ao contrário: é preciso refletir bem nisso. Que a dolorosa crise propicie uma grande mudança, servindo para crescimento e esclarecimento, novas tomadas de posição, e um recomeço positivo. Depende de cada um de nós. E, à medida que os crimes forem comprovados, que sejam varridos os elementos maus de todos os partidos, e eliminados de seus cargos os corruptos, os incompetentes e os omissos – que são seus cúmplices.

Caso o que deveria ser rigorosíssima investigação de dinheiros mal ganhos e mal aplicados (portanto de corrupção) acabe numa ciranda geral, em que os enganadores dançam segurando o rabo do vizinho, senhores, afundaremos todos juntos num mar morno e de odor suspeito. De lá não se retorna fácil.

Se a verdade não for perseguida e as conseqüências honestamente tiradas, vamos naufragar, sim: cúmplices do cinismo que vai recobrir esta boa terra – enquanto o povo trabalha com salários indecentes mas paga impostos, acredita em promessas mas morre nas filas, e nossos jovens deixam um país que não lhes dá estímulo, para eventualmente morrer de forma miserável em terra estrangeira. Não

é hora de falar de esquerda, direita, centro, elite ou povão, termos caducos e mofados. Falemos da grande faxina moral, judicial e institucional que deve estar começando, sem a qual seremos meros sobreviventes. Todos nós, os enganados e os enganadores, seremos os humilhados habitantes da República dos Rabos Presos.

Se isso acontecer, condolências, senhores.

Espero que a classe política brasileira, a parte saudável, tenha a perfeita consciência do que está acontecendo neste País.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jefferson, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PMDB – ES) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A figura de V. Ex^a, um amante do Direito e da justiça, faz-me lembrar outro da democracia, Abraham Lincoln, que ela quis citar nesse grandioso trabalho. Dizia ele: “Poucos podem ser enganados por muito tempo, muitos podem ser enganados por pouco tempo, mas ninguém consegue enganar a todos o tempo todo”. Acabou a enganação. Agora é a hora da verdade. E V. Ex^a representa essa verdade. O próprio Cristo disse: eu sou o caminho, a verdade e a vida.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Com o pronunciamento do representante do Piauí, encerro minha presença nesta tribuna, Senador Tião Viana.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Péres, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno, por até sete minutos.

A seguir, falará o Senador José Agripino, pela Liderança do PFL, e os Senadores inscritos para comunicações inadiáveis.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho pelo Senador Delcídio Amaral profunda estima, mas as Oposições colocam algumas ponderações, algumas reclamações a respeito de sua atuação.

Por exemplo, é para ficar claro que não abrimos mão da quebra do sigilo dos fundos de pensão, inicialmente no que tange às aplicações nos bancos BMG, Santos e Rural, por razões mais do que óbvias. Da mesma maneira, é consenso entre os membros das Oposições, na CPMI dos Correios, que tenha havido procrastinação habilidosa na aprovação de documentos nevrálgicos. E, quando o documento é aprovado, a outra história, as calendas gregas, é o que fica reservado para as oitavas propriamente ditas.

Às Oposições interessa, sim, que os nomes devidamente implicados nesse emaranhado de denúncia de corrupção sejam remetidos diretamente para o Conselho de Ética, onde haverá direito de defesa pleno. Senador José Agripino, não queriam antes a CPMI, era no Conselho de Ética que isso ia resolver-se: por que não ser resolvida a situação, portanto, já agora, diretamente naquele Conselho?

Segundo – o assunto já não tem nada a ver com a direção da CPMI –, denuncia, de novo, não sei se pela última vez – se Deus quiser, pela última vez –, essa farsa de Minas Gerais, ou seja, a tentativa de fingirem que é tudo igual, para atingir a honra de um companheiro honrado, como o Senador Eduardo Azeredo. Se S. Ex^a era obrigado a saber de tudo, como podem alguns ter o cinismo de dizer que Lula não sabia de nada sobre tudo que acontecia no seu Governo e às suas barbas? Não aceitamos essa tentativa de se misturar desiguais. Não aceitamos. Essa farsa de Minas nos remete a fazer com que se tragam às barras da CPMI o Sr. Tarso Genro, Presidente do PT, e a direção do PT no Rio de Janeiro, em Pernambuco, em Minas Gerais, em Santa Catarina, no Ceará – famoso hoje pelos dólares pouco limpos, duas vezes, porque são dólares de corrupção e porque são dólares de cuecão, essa é a absoluta verdade –, no Pará, no Distrito Federal, no Maranhão, em São Paulo, examinando-se a riquíssima e – felizmente, para o povo paulistano – malograda campanha da Sr^a Marta Suplicy.

Não gostaríamos de discutir, neste momento, até para não desviarmos a atenção da corrupção, porque esta, sim, é que tem que ser desvendada, essa coisa de campanhas eleitorais, muito menos de 1998 ou de 2002 ou de 1989 ou de 1889. Queremos discutir corrupção. Corrupção é fundo de pensão; corrupção é Petrobras; corrupção é IRB; corrupção é Correios, corrupção é Banco do Brasil. Corrupção é Banco do Brasil, repito com muita ênfase, com muita crença, com muita certeza.

Queremos deixar bem claro que estamos dispostos a apurar os fatos. As Oposições exigem a quebra dos sigilos da Sr^a Zilmar Fernandes, sócia do Sr. Duda Mendonça. E alguns dizem: “Ah, então vamos ter que

quebrar o sigilo de quem fez a campanha do Sr. José Serra”. Quebrem o sigilo da tia do José Serra, se quiserem, ou da tia-avó do José Serra; agora, quebrem o sigilo da Sr^a Zilmar, que recebeu R\$15 milhões do dinheiro corrupto do Sr. Marcos Valério. Nada de troca-troca e nada de barganha. Quebrem de quem quiserem, mas nós queremos saber o que há por trás dessa dinheirama toda.

Queremos desvendar o caso Okamoto. O Sr. Paulo Okamoto, tesoureiro do PT, diz que pagou as contas do Presidente Lula. O Presidente Lula pediu dinheiro emprestado ao PT. Eu não sabia que o PT era banco. Gostaria que não fossem bancos o BMG e esse Banco Rural, complicado, mas agora estou sabendo que o PT é banco, empresta dinheiro também.

Queria saber, primeiro, por que o Presidente Lula pediu dinheiro emprestado lá; segundo, como pagou; terceiro, por que o Sr. Okamoto pagou por ele; quarto, se está no Imposto de Renda do Sr. Okamoto o pagamento dos empréstimos do Presidente Lula ou se ele está inadimplente com a Receita Federal; quinto, que lógica e que ética tem o Presidente Lula, ao nomear para o Sebrae o Sr. Okamoto, que, como bom militante do PT, certamente paga o dízimo ao PT. E esse dízimo serve para quê? Para emprestar dinheiro ao Presidente Lula? Que relação é essa em que um pede e o outro paga, e a fonte pagadora é o povo brasileiro, o erário? Não é preciso dizer “erário público”, porque erário é sempre público, neste País de tanta mistura entre o público e o privado.

E mais, Senador José Agripino, está na hora da verdade. Se queremos evitar essa história de fingir que desiguais são iguais, temos de trabalhar mesmo é a Kroll. A empresa Kroll deve ser contratada, Senador Jefferson Péres, pela CPMI dos Correios, para rastrear lavagem de dinheiro, para rastrear dinheiro porco, dinheiro imundo, dinheiro nojento, dinheiro sujo no exterior. A Kroll deve ser posta a funcionar imediatamente. Se ficarmos nessa história de misturar continha de campanha para cá e para acolá, quem de fato é ladrão neste País vai ficar impune. Não podemos aceitar que isso seja perpetrado à vista da consciência desta Nação.

Portanto, trouxe aqui uma proposta muito concreta e completa do que vai fazer a Oposição na CPI dos Correios. No mais, Senador José Agripino, é dar aos meus companheiros uma notícia, algo que certamente teria de fazer. Não gosto de me autoneostrar, mas me autoneostratei membro das três CPIs. Terei agora participação mais direta nelas e entendo que dessa forma vou colaborar bastante, dentro das minhas possibilidades modestas, para que a verdade aflore, com muito orgulho dos companheiros que estão participando dessa CPI.

Está aqui o Senador Sérgio Guerra, do meu Partido. Vamos fazer um trabalho muito mais sistêmico, muito mais forte, com o entrosamento que estamos obtendo com as demais bancadas da Oposição.

Mas, Sr. Presidente, ontem, li aqui 53 tipos de pizza que existem em um restaurante de Brasília. Há de todo tipo. São 53, que dão para todo tipo: para quem quer emagrecer, engordar, ficar mais ou menos. Não pactuaremos com nada que pareça com isso. Encerro, dizendo que hoje presenciei – e isso tira completamente as ilusões minhas a respeito do que possa ser a intenção do PT a nosso respeito – uma cena chocante, deprimente. O Deputado Paulo Pimenta, Vice-Presidente da Comissão do tal mensalão...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... membro do PT – peço a V. Ex^a um segundo para concluir –, teria estado com o Sr. Marcos Valério dentro do carro dele, para receber instruções, para trocar informações. Qualquer coisa, jamais coisa legal! O Senador Sérgio Guerra fez uma belíssima intervenção. Anuncio que estamos requisitando as fitas da garagem do Senado. Entendo que isso é motivo bastante para processo por cassação de mandato por absoluta falta de decoro, porque alguém que dirige uma Comissão Parlamentar de Inquérito tem que ter a isenção suficiente, a isenção máxima, para portar-se com distância desses fatos e não como parte, não facciosamente, não ao lado de alguém – e, para mim, é um delinqüente, o Sr. Marcos Valério –, num carro, tramando para obter versões que misturem a realidade dos fatos.

Mais ainda: ontem, eu vi, mais uma vez, que o Sr. Valério, que se mostrou sócio do PT, foi leal ao PT, sim, porque, ontem, ele veio aqui como parceiro político do PT; veio para sustentar as versões mentirosas do PT; veio aqui para fazer o que interessava ao Governo; veio para entregar às feras o Sr. José Dirceu; veio para tentar artificializar esse quadro de Minas Gerais; e veio, sobretudo, para mostrar que a parceria financeira e econômica que construiu com o PT não estava no esquecimento dele, no olvido, porque, ontem, ele disse, com todas as letras e indiretas, que era leal ao PT. Até se declarou eleitor, mas leal ao PT, sim, porque agiu ontem como alguém que quer também transformar tudo isso aí numa grande farsa, numa grande fraude.

Senador Antonio Carlos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – É lamentável que ninguém tenha dito a verdade ao Sr. Marcos Valério: que ele é um ladrão do dinheiro público a serviço do Governo e do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador.

Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Arthur, participamos hoje de um episódio extremamente comprometedor. Numa reunião conjunta das duas Comissões, a dos Correios e a do Mensalão, o Vice-Presidente da Comissão do Mensalão, Deputado do PT, afirmou que tinha recebido uma determinada relação, que comprometia tucanos e seus aliados; que queria dar conhecimento dessa relação; e que a tinha recebido do Sr. Marcos Valério. Na verdade, ontem à noite, ele se reuniu com o Sr. Marcos Valério no carro deste, com ele conversou sobre assuntos que – imagino – tenham a ver com essa tal relação. Rigorosamente, a relação a que se refere é uma fraude, já publicada em jornal de Minas Gerais há cerca de 10 ou 15 dias, já desmentida, apócrifa. Deixamos muito claro que nós, da Oposição, não subscrevemos documentos apócrifos; não levamos em consideração as dezenas de relações que recebemos e não aceitamos que o Vice-Presidente da Comissão se preste – quebrando rigorosamente os compromissos regimentais e as regras da boa conduta parlamentar – a se misturar com o Sr. Marcos Valério para produzir versões fraudulentas nesse episódio. Outra coisa: não vamos discutir o episódio de Minas Gerais apenas; vamos discutir todas as eleições nas quais entrou dinheiro do Sr. Delúbio Soares, cuja origem é suja, conforme todos reconhecem – as eleições de São Paulo, do Recife, de Salvador, de Fortaleza e outras tantas, e até mesmo de Belo Horizonte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Do Rio Grande do Sul, do Presidente do PT, Tarso Genro.

Sr. Presidente, encerro dizendo que, para mim, o Sr. Paulo Pimenta deve, a essa altura, já ter renunciado à vice-presidência que ocupa na Comissão. Seu comportamento não foi o melhor; ao contrário, foi o pior. Por esse aspecto micro e pelo macro das definições do Sr. Valério, ficou patente que havia uma parceria e uma sociedade – esta já está provada – muito clara entre o PT, este Governo e o Sr. Marcos Valério. Mais do que nunca, ele mostrou lealdade a esse esquema, aquela lealdade mafiosa, aquela lealdade da *omertà*, aquela lealdade da lei do silêncio, aquela lealdade do tipo “me proteja depois, porque ficarei com você enfrentando até a lei”. É um pouco esse o espírito do que eu vi, mas não deixaremos isso passar barato.

Peço ao meu Partido que providencie já, hoje, todos os procedimentos para que o Sr. Paulo Pimenta seja processado com vistas a uma possível e eventual cassação do mandato que ele não honrou ao se reunir num carro com o Sr. Marcos Valério. Reunir-se com o

Sr. Marcos Valério no Maracanã já é complicado, imaginem dentro de um carro!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador José Agripino pela Liderança da Minoria, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno, por até sete minutos.

Peço a atenção em relação ao uso do tempo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Se o Senador Agripino falará pela Oposição, solicito a V. Ex^a autorização do Senador Agripino para falar pelo PFL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Arthur Virgílio, Senador Jefferson Péres, vejam como são as coisas:

o Sr. Marcos Valério, ontem, à meia-noite, Senador Antonio Carlos Magalhães, declarou-se petista. No seu depoimento, declarou-se petista. O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, não há nenhuma dúvida de que foi fundador e presidente do PT, tem a mais íntima vinculação com o Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Marcos Valério, o PT e o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva têm um traço de união claríssimo: concessão de empréstimos. Senador Ney Suassuna, gostaria de ler para V. Ex^{as} uma notícia que a mim causou espécie. Aliás, muita coisa tem me causado espécie ultimamente. Uma notícia que li na Internet, da Agência Estado, às 11 horas e 41 minutos da manhã de hoje e que diz:

O Ministro da Coordenação Política, Jacques Wagner, garantiu hoje que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não obteve empréstimo do PT. Na terça-feira, a CPI dos Correios exigiu do Banco do Brasil informações sobre a origem do pagamento de uma dívida de R\$29 mil do presidente Lula. “O que tenho a dizer é o que ouvi do presidente”, disse Wagner. “Ele não tomou empréstimo do PT, não reconhece empréstimo do PT e não pagou empréstimo do PT”.

Vou repetir: “Ele não tomou empréstimo do PT, não reconhece empréstimo do PT e não pagou empréstimo ao PT”. Isso foi às 11 horas e 41 minutos da manhã de hoje, Agência Estado.

O jornal **Folha de S.Paulo** de hoje, na primeira página, diz: “Presidente do Sebrae afirma que pagou dívida de Lula. Tesoureiro da campanha eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva em 1989, Paulo Okamoto, atual Presidente do Sebrae, afirmou ter pago dívida pessoal do Presidente com o PT. O débito, diz, era de R\$29.436,26”.

A versão de Okamoto contradiz planilha escrita do Banco do Brasil que indica Lula como responsável pelos pagamentos. Eu já vi um fac-símile da planilha; fala das parcelas de R\$12 mil e de R\$4 mil. Fonte pagadora: Luiz I. da S. Luiz Inácio L. da Silva, a que se refere a matéria. A versão de Okamoto contradiz planilha do Banco do Brasil que indica Lula como responsável pelo pagamento. A CPI dos Correios investiga se o dinheiro do caixa dois do PT foi usado para pagar a dívida do Presidente.

Vejam, Senador Sérgio Guerra e Senador Ney Suassuna, eu não pretendia abordar esse assunto. É da **Folha de S.Paulo** de hoje e do **Estadão** de hoje, ambas matérias de hoje. É um assunto que diz respeito diretamente ao Presidente da República e que, talvez, crie um certo constrangimento, mas não vou mais conviver com esse tipo de constrangimento, porque está demais! É a mentira explícita! Qual é? Qual é? O Ministro disse que o Presidente não tem empréstimo, não pagou empréstimo, não reconhece empréstimo. A **Folha de S.Paulo**, baseada em um fac-símile de extrato do Banco do Brasil, disse que quem pagou foi Luiz Inácio Lula da Silva. O Sr. Okamoto disse que foi ele quem pagou as contas. E aí, quem foi que pagou? A conta existe ou não existe? O Banco do Brasil está certo ou está errado? Qual é? E aí? E aí? Aí o quê? Vai ser Boris Casoy quem tem razão, que, depois de ler as notícias, diz que “está tudo dominado”? Não. Não está, não. Não está dominado, não. Quem vai dominar serão os fatos. A dureza dos fatos vai comandar a investigação de tudo neste País, dê onde der. Se der no quarto andar do Palácio do Planalto, a crise vai se instalar no quarto andar do Palácio do Planalto.

Ouçõ com muito prazer o Senador Jorge Bornhausen.

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – Senador José Agripino, desta tribuna, na segunda-feira, fizemos esse questionamento ao Presidente da República. Sua Excelência deve uma informação e uma resposta correta ao Congresso e à sociedade brasileira. Em primeiro lugar, somente instituições financeiras podem operar com empréstimos, isso é da lei. Em segundo lugar, os partidos políticos recebem o Fundo Partidário, dinheiro público que vem do Orçamento e que tem suas finalidades determinadas em lei. Portanto, nem pode haver um empréstimo por parte de um partido

político nem pode ser utilizado o Fundo Partidário, que é dinheiro público, para esse empréstimo. V. Ex^a fala muito bem sobre duas versões que aparecem hoje: uma versão do...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Uma do Ministro de Estado e outra do Presidente da Sebrae.

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – Exatamente. O Ministro de Estado diz que não houve empréstimo e não houve pagamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – E o Presidente diz isso, ele fala pelo Presidente.

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – O outro relata que, como procurador legal, efetivou, com recursos seus, o pagamento em nome do Presidente. Ocorre que, no balanço que está no Superior Tribunal Eleitoral, está consignado esse empréstimo ao Presidente da República. Portanto, ele existe, e, na contabilidade, estão registrados os pagamentos. Segundo levantamentos feitos pela CPI, esses pagamentos foram feitos em agências do Banco do Brasil em São Paulo, em datas diferentes, com recursos que são do Presidente ou do Sr. Paulo Okamoto. Então, é necessário que se complete o exame, a verificação e a investigação disso. E só há uma maneira: quebrando o sigilo fiscal do Sr. Paulo Okamoto para ver quem é que está falando a verdade, se é o Presidente, por intermédio do seu Ministro, ou se é o procurador do Presidente, por meio das suas declarações. É preciso também verificar a origem fiscal desses recursos. V. Ex^a traz a este Plenário um assunto da mais alta responsabilidade, e nós esperamos, queremos e estamos aguardando uma resposta pública do Presidente da República sobre assunto tão grave como o colocado por V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Jorge Bornhausen, há mais uma terceira componente importante que V. Ex^a não mencionou, que é o extrato do Banco do Brasil. No extrato, está lá, eu já vi: parcela paga, R\$12 mil; fonte pagadora, Luiz I. L. da Silva – é como se ele tivesse pago. Se esse assunto apenas tivesse sido mencionado e não houvesse a declaração do Ministro, não houvesse a manifestação do Sr. Paulo, amigo pessoal do Presidente, dizendo que pagou, a notícia podia passar impune, mas é muita justificativa junta que se contradiz produzindo uma grande mentira, mentira que tem de ser esclarecida.

Daí a minha denúncia. Estou denunciando com todas as letras, da tribuna do Senado, a farsa desse empréstimo, que, por si só, já é uma fraude, Senador Antonio Carlos Magalhães. Em nosso PFL, nunca vi haver empréstimo a filiado algum. Nunca vi, nunca. Aquilo é dinheiro público, Fundo Partidário. Impõe-se, portanto, uma explicação.

Agora, enquanto isso, o Sr. Marcos Valério vai – ontem – à CPMI e, lá pelas tantas, diz que o Partido lhe deve, hoje, 100 milhões, dinheiro que, afirmou, pretende reaver, mesmo que seja na Justiça. O PT deve a ele 100 milhões. E o PT, segundo o Presidente diz, não emprestou nada ao Presidente Lula. Quero ver é o PT processar o Presidente Lula, porque Marcos Valério vai processar o PT para reaver os 100 milhões. Quero ver o PT processar o Presidente Lula atrás dos R\$29 mil. É uma confusão só, Senador Antonio Carlos Magalhães, e, em meio a essa confusão, está a perplexidade do cidadão brasileiro. E nós estamos aqui para passar a limpo essa perplexidade.

Sr. Presidente, queria a tolerância de mais um minuto. Há uma coisa que não pode deixar de ser esclarecida. No pronunciamento de ontem do Sr. Marcos Valério, ele fez acusações, não poupou o Sr. José Dirceu. Falou dos 100 milhões que são objeto de vários empréstimos – 55 milhões de reais que, com juros, chegam a 100 milhões. Disse que ele teria tomado emprestado esse dinheiro e, segundo a versão que apresentou, o aval moral era do Sr. José Dirceu, que tirou o time ou o corpo e o deixou pendurado no pincel.

Qual é a minha suposição como brasileiro que não é bobo? Não sou bobo, ninguém empresta 55 milhões se não tiver um calço forte. Presidente Tião Viana, o calço forte era o aval do todo-poderoso Chefe da Casa Civil, a quem o Sr. Marcos Valério não poupa – ele acreditava que, com benesses, pudesse produzir dinheiro para subsidiar o pagamento desse empréstimo que ele não iria pagar com recursos dele, iria produzir dinheiro extra. Dinheiro extra vindo de onde? De outras fontes, fontes que, supõe-se, vinham, dentre outros lugares, dos fundos de pensão.

E aonde vai a minha colocação? Tenho o maior respeito pelo Senador Delcídio Amaral, meu dileto amigo. Agora, S. Ex^a vai ser posto à prova com relação a sua isenção na condução dos trabalhos desta CPI. Já há queixas acumuladas, grandes. E, antes que seja tarde, o Senador Delcídio Amaral precisa mostrar ao Brasil, não a nós, que é isento.

Ontem foram aprovados requerimentos que implicarão no comparecimento do Sr. Luiz Gushiken e Marcus Flora, Secretário e Secretário-Executivo da Secom respectivamente. Supõe-se e fala-se da preeminência de S. Ex^{as} sobre os fundos de pensão; do Sr. Henrique Pizzolato, ex-diretor do Banco do Brasil e eminência parda sobre a Previ; do Sr. Ivan Guimarães, ex-Presidente do Banco Popular, do Sr. Marcelo Sereno, sobre quem se diz ter enorme ascendência sobre o fundo de pensão Nucleos e da Sr^a Katia Rabelo...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a que conclua, Sr. Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ... da Sr^a Katia Rabelo, ex-Presidente do Banco Rural. Essas pessoas todas, Senador Antonio Carlos Magalhães, serão convocadas em atendimento aos requerimentos aprovados. Essas pessoas têm que vir logo para esclarecer não para aonde o dinheiro foi – é muito fácil chegar a conclusões quanto ao destino do dinheiro –, o queremos saber é de onde o dinheiro surgiu, que manobras foram feitas para que aqueles empréstimos que foram feitos e que não vão ser pagos, a fonte de dinheiro, pudessem atravessar portas travessas. Que portas são essas? O Brasil quer saber. E essas pessoas têm as respostas. Vou saber se o Senador Delcídio Amaral é isento ou não à medida que S. Ex^a ordene com prioridade absoluta a convocação para que essas pessoas venham depor e esclarecer ao Brasil de onde vem o dinheiro do mensalão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães pela Liderança do PFL. S. Ex^a dispõe de sete minutos. A seguir, falará o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, já há mais de 30 dias cobro, sobretudo do Partido dos Trabalhadores, explicações sobre três fatos ligados ao Presidente da República.

Primeiro, sobre o empréstimo pessoal que ele teria feito ao PT, assunto que o Senador Agripino, com muita propriedade, acaba de tratar e sobre o qual vou dar alguns detalhes. Segundo, se ele sabia ou não do mensalão, assunto claro, porque o Governador Marconi Perillo deu assinado que ele disse; o Ministro Miro Teixeira, da mesma forma, e o Deputado Roberto Jefferson já o fez de público várias vezes.

Na transição para o Sebrae, só houve um pedido pessoal ao Presidente Fernando Henrique para que fosse Presidente do Sebrae o Sr. Okamoto. O Presidente Fernando Henrique transigiu dizendo que a Presidência não dava, porque ia ser o Dr. Silvano. Mas o Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, que nunca quis ser doutor – o que lamento –, disse que então desse o cargo de Tesoureiro para o Sr. Okamoto. Vaga agora o Sebrae, e o Sr. Okamoto vai para a Presidência do Sebrae.

Aqui está – e já se referiu a isso, com muita propriedade, o Senador Agripino:

O PT, em nota assinada pelo tesoureiro José Pimentel e pelo Secretário-Geral Ricardo Bersoini, informou que os pagamentos referem-se a uma dívida que Lula teria deixado pendente em dezembro de 2002, quando

rescindiou o contrato de funcionário e dirigente partidário do partido. (...)

A palavra “rescindiou” não está apropriada.

(...) A dívida de R\$29 mil seria referente a “despesas de viagem de Lula, uma passagem de Marisa Leticia e adiantamento ao funcionário”, segundo a nota.

O partido afirma que o então procurador de Lula, Paulo Okamoto, atual presidente do Sebrae, não teria reconhecido a dívida no momento da rescisão do contrato. Em dezembro de 2003, entretanto, Okamoto teria proposto ao PT quitar a dívida em quatro parcelas.

Hoje, o Sr. Okamoto já diz que pagou, e o Senador Agripino já demonstrou isso claramente por meio da **Folha de S.Paulo** e dos outros jornais do dia de hoje.

Veio, então, o Sr. Jaques Wagner, que declara que Lula nunca tomou dinheiro emprestado do PT.

O Ministro repetiu que ouviu do próprio Presidente as seguintes afirmações: “Não vou inventar história [quer dizer, não quero mentir]. Não tomei dinheiro emprestado, não reconheço dívida do PT. Portanto, não mandei nem paguei dívida que não existia”.

Então, o que aqui diziam do PT – se não me enganou, foi o Senador Sibá Machado – é falso! Mas como arranjaram esses recibos do Banco do Brasil para dar essa quitação?

Por isso, temos de entrar no Banco do Brasil; por isso, temos de saber as várias coisas do Banco do Brasil; por isso, temos de entrar nos Fundos: Petrus, Previ e muitos outros.

A situação é grave, e quem diz isso é o Presidente do PT de hoje, Tarso Genro. O PT é praticamente um ministério sem pasta. V. Ex^a sabia, Sr. Presidente, que o PT era um ministério sem pasta? O Presidente do PT está dizendo isso, e o estou informando a V. Ex^a, que é um Líder do PT.

Ao sair do Palácio do Planalto depois de encontro com o Ministro da Coordenação Política, Jaques Wagner, o Presente Nacional do PT, Tarso Genro, disse que é preciso uma modificação nas relações do PT com o Governo e avisou que a partir de agora o Partido vai se dirigir ao Governo apenas através de “instâncias delegadas”. Segundo ele, qualquer relação com o Governo será feita por essas instâncias.

Segundo Tarso, a crise política atual se deve muito a relações promíscuas entre o Partido e o Governo.

Não sou eu que estou dizendo isso, mas sim o Presidente do PT, o seu Presidente, Sr. Presidente.

Tarso disse que transmitiu a Wagner a opinião do PT em relação à crise, afirmou que é importante que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteja se dirigindo às bases, mas observou que é preciso ir além disso, tomando providências. (...)

Logo, até agora não as tomou, senão não ia dizer isso ontem. Além disso, Tarso aproveitou para discutir com Jaques Wagner a proposta da OAB de convocar o Conselho da República para discutir soluções para a crise.

Assim, Lula não respondeu as três coisas importantes que lhe foram perguntadas. É provável que o Líder Aloizio Mercadante, com a sua inteligência, com a sua capacidade sempre demonstrada aqui, esteja inscrito para explicar se Lula sabia ou não dessa situação, desmentindo Marconi Perillo, Miro Teixeira e Roberto Jefferson.

Se quem pagou os R\$29 mil foi Okamoto, aliás, sempre companheiro de viagens do Presidente para os seus segredos – é uma pena que não ouça V. Ex^a, Senador Tião Viana, e muito menos até o Senador Mercadante e fique ouvindo Okamoto para dirigir o Brasil –, conseqüentemente, essa situação não pode perdurar.

O Presidente Lula também tem de responder se sabia ou não do mensalão, se não sabia da Telemar, que deu R\$5 milhões para a empresa do seu filho – isso nunca foi explicado. A **Folha de S. Paulo** de ontem publica uma página sobre esse assunto, mas a Liderança do Governo aqui e, muito menos, o Presidente, no Palácio do Planalto, ou o seu coordenador político não explicaram coisa alguma sobre esses fatos.

São três coisas graves que, certamente, hoje, o Líder do Governo vai explicar e deve explicar bem, porque inteligência só não basta; os fatos, as circunstâncias são maiores até do que a grande inteligência do Sr. Mercadante. Daí por que, Sr. Presidente, volto a pedir que o Palácio do Planalto dê uma nota oficial sobre esses três assuntos; do contrário, o Presidente da República fica sem autoridade para dirigir este País.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo no Senado, por até sete minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero apresentar à Mesa um requerimento solicitando congratulações desta Casa ao professor economista Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, que recebeu o Prêmio Intelectual do Ano 2004 (Troféu Juca Pato), em concurso promovido pela União Brasileira de Escritores. Pediria, então, que o requerimento fosse depois encaminhado.

E quero, evidentemente, responder com bastante transparência as questões que foram aqui abordadas. Vejo que a Oposição, nesta tarde, menos do que discutiu o aprofundamento das investigações e as responsabilidades, tenta transformar o Presidente Lula num alvo prioritário de seus ataques políticos. Considero isso impropriedade e injusto e espero que não prossigamos nessa trajetória.

Mas, de qualquer forma, a transparência é sempre o melhor da vida pública, e faço questão de esclarecer tudo aquilo que eu possa dizer sobre esses episódios, primeiro o mais simples: o suposto mensalão. Resta ainda à CPI da Compra dos Votos provar se de fato isso aconteceu, como, onde e de que forma isso se deu, se havia periodicidade, quais eram os Parlamentares envolvidos. Diria que isso não está comprovado. Há indícios e fatos que demonstram que Parlamentares receberam recursos do Sr. Marcos Valério e de suas empresas, mas não propriamente a natureza, o objetivo, a razão de ser e se isso faz parte de campanha eleitoral. Parlamentares de quase todos os médios e grandes Partidos estão envolvidos nesse processo. Portanto, não é uma denúncia tão fácil nem tão rápida de ser apurada.

É evidente que o Presidente não sabia. Nós só tivemos informação sobre o suposto mensalão numa matéria do **Jornal do Brasil**, pela qual todos aqui tiveram conhecimento. Não conheço nenhum que tenha tomado providência! E o Sr. Governador Marconi Perillo, se tinha uma denúncia a ser formalizada, por que não encaminhou às instâncias competentes, ao Ministério Público ou quando foi aberto um procedimento da Procuradoria da Câmara para investigar esse episódio? Nenhum Parlamentar foi à Procuradoria e disse: “É verdade”. Nenhum! Nem Senador nem Deputado. E o Presidente, quando soube do caso, naquela manchete, pediu providências ao Líder da Câmara e ao Ministro articulador político para verificar se a notícia tinha fundamento.

O Senador Antonio Carlos Magalhães menciona o Deputado Miro Teixeira, então Ministro. Eu liguei, no mesmo dia, para o Deputado Miro Teixeira e perguntei: “Tem alguma procedência nessa denúncia que o coloca como fonte?” Ele disse: “Não, não há. Estou soltando

uma nota e desmentindo essa matéria que saiu no **JB**". E a nota foi publicada no outro dia no jornal. Aquilo que ele informou a mim foi o que ele informou ao Presidente e informou às pessoas da sociedade.

Então, não houve, naquela oportunidade, nenhuma providência porque não houve a formalização de uma denúncia.

A segunda questão é o suposto empréstimo do Presidente. E peço a atenção dos Parlamentares da Oposição. Primeiro, no meu ponto de vista, é fácil explicar esta questão porque eu, preliminarmente, fui colocado nas mesmas condições. Vim a esta tribuna e expliquei.

Em 25 anos que me dediquei ao Partidos dos Trabalhadores, sempre recusei receber qualquer forma de remuneração. Mesmo no período que eu não tinha mandato, era da Executiva Nacional do Partido, Secretário de Relações Internacionais, nunca aceitei receber. Sempre trabalhei voluntariamente, e no dia em que perdi meu mandato, em 1994, porque fui candidato, com muita honra, a Vice-Presidente da República, no dia seguinte, voltei a comer pó de giz e dar aula, porque dali que eu sai antes de ter o mandato. Não sou Senador, como não era Deputado, estou Senador como estive Deputado. No PT, sempre contribuí voluntariamente.

Como Secretário de Relações Internacionais, fiz várias viagens pelo PT. No entanto, no período de 27 de setembro de 2001 a 9 de outubro de 2001, acompanhei o Presidente Lula em vários países da Europa, numa viagem largamente divulgada pela imprensa. Estivemos com o Primeiro-Ministro e o Presidente de Portugal, com o Primeiro-Ministro Jospin, da França, estivemos na Espanha, na Itália, numa viagem extremamente rica politicamente. Nessa viagem, o PT adiantou-me, como diária, R\$2.750,00, que dava em torno de US\$100 ao dia e R\$1 mil para pagar a passagem. Parte da viagem eu já paguei do meu próprio bolso, porque aquela diária sequer reembolsava as despesas que tivemos. Entre outras coisas, tive o prazer de pagar do meu bolso um almoço para os núcleos na Europa, que tínhamos em vários países, que se reuniram comigo, como Secretário de Relações Internacionais. Paguei o almoço do meu bolso.

Quando voltei, um ano após, fui informado de que aquilo não era uma diária, que deveria ter sido feita a prestação de contas. Eu disse: "Prestei contas tanto da passagem quanto das diárias, mas, de qualquer forma, faço questão de pagar". Emiti dois cheques e paguei a viagem do meu bolso.

Então, vejam o que estamos discutindo. Fui a serviço do Partido, era Secretário de Relações Internacionais, trabalhei a minha vida inteira voluntariamente,

nunca deixei um mês na minha vida de contribuir para o PT e tenho de explicar que aquilo que deveria ter sido uma diária – como é no Senado Federal, porque recebemos uma diária para pagar as despesas quando viajamos – não era uma diária. Ainda assim, fiz questão de pagar o Partido. Tirei do meu bolso a viagem que fiz, dei a minha contribuição ao PT, mas achei que estava errado o posicionamento do Partido, porque aquela diária sequer pagava um dia na Europa, todo mundo sabe disso.

A mesma coisa aconteceu com o Presidente Lula. Ele foi à China, viajou comigo nessa viagem à Europa, esteve em vários países da América Latina, e, um ano depois, disseram para ele: "Aquilo não é uma diária, você tem uma dívida com o Partido das despesas oficiais que você fez em nome do PT". O valor era maior. Como é homem probo, como é homem honesto, como é homem íntegro, é homem que não tem posses, porque todo mundo conhece a história dele, eu pergunto: em que país se questiona a um Presidente a dívida de um Partido que ele construiu a vida inteira? Vinte e oito mil reais, como se isso fosse um crime! É sério? Está correto esse caminho? Eu pergunto a vocês: está correto esse caminho?

Ouçam a minha explicação e me digam em que partido a pessoa tira do bolso a viagem, além de pagar mensalmente – porque pago 20% do meu salário –, e tem de explicar isso publicamente, como se isso tivesse alguma suspeição! Ajuda esse diálogo? É justo que discutamos essas coisas dessa forma? Não acho. Sinceramente, companheiros, não é justo. Não é justo com o Presidente, não é justo com quem quer que seja.

Não há uma transferência indevida de recursos. Ele estava em missão oficial do Partido. O Partido deveria ter transformado aquilo numa diária, como deveria ter feito comigo. Eu me recusei na hora e falei: "Faço questão de pagar, porque sempre contribuí para o PT".

E o PT, que tenho orgulho, é esse que eu tirava do meu bolso para construir, que a militância construía. O Partido que não reconheço é esse que está com Marcos Valério. Mas o Presidente Lula faz parte do Partido que nós construímos.

Esta discussão é mais um exemplo claro da honestidade, da integridade, da seriedade, da correção da sua história. Por isso, peço, sinceramente, vamos apurar todo esse episódio, vamos a fundo nessa discussão, mas vamos manter a estatura política do debate, a responsabilidade pública que sempre tivemos nesta Casa.

Não está correta essa forma de colocar esse tipo problema. Não há qualquer desvio de função. Não

houve um benefício indevido. Ele estava a serviço do Partido nas viagens que fez, como eu estava. Tirei do meu salário, fiz questão de doar. O Lula, seguramente, com os filhos que tem, com a história que tem, com o salário que sempre recebeu na vida dele, não teria as mesmas condições. Não teria as condições de tirar do bolso dele para poder pagar as viagens que fez para China, toda a América Latina e Europa. Por isso, que o Partido pagou por ele.

O Partido deveria ter transformado isso numa diária e resolvido da forma mais simples, mas até nisso a Tesouraria do Partido foi incompetente. Foi irresponsável da forma como tratou as finanças e absolutamente incompetente para que uma coisa tão elementar tenha que ser discutida dessa forma, colocando o Presidente numa situação que absolutamente ele não merece.

Por tudo isso, peço aos Senadores da Oposição, que coloquemos no centro da discussão aquilo que realmente merece estar ali: o interesse público, a atitude do Partido, o problema dos Parlamentares que receberam recursos, das irregularidades que podem acontecer.

É mais uma questão que estou esclarecendo aqui, porque eu fui vítima desse equívoco do Partido. Estão aqui os cheques que dei, nominados, datados. Dei do meu bolso uma viagem de 11 dias que fiz a serviço do Partido. Pergunto: em que instituição as pessoas têm esse tipo de comportamento? Temos no PT, porque acreditamos nesse projeto.

Por isso, peço a V. Ex^{as} que considerem essas explicações porque, realmente, é a verdade, é o que aconteceu comigo, é o que aconteceu com o Presidente Lula.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para replicar a Liderança do Governo, após o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, nos termos do art. 14, VI, do Regimento Interno, para uma explicação pessoal.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A seguir, os Senadores Arthur Virgílio e José Agripino.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Aloizio Mercadante, mais uma vez, vai à tribuna, com a inteligência de sempre, tratar de um assunto de que ninguém tratou, ninguém cuidou de problema de dívida do Senador Aloizio Mercadante, até porque o conhecemos.

Falei, mostrando o documento, três coisas. Primeiro, o empréstimo. Quem pagou? Foi o Partido?

Foi o Paulo Okamoto? Quem foi? Porque as dúvidas estão aqui. É o Ministro Jacques Wagner que diz, é o Okamoto que diz que pagou, e o Ministro Jacques Wagner disse que o Presidente mandou que ele dissesse que não foi o PT. Um.

Dois. Diz que qualquer um de nós poderia ter dito ao Ministério Público ou feito uma reclamação. Ora, há coisa melhor do que se dizer ao próprio Presidente da República o que se passa no seu Governo e ele não tomar providências?

O Governador Marconi Perillo fez carta, confirmando. Ainda há pouco, o Deputado Miro Teixeira, aqui na porta, repetia-me, porque eu disse inclusive que ia tratar desse assunto.

E, em terceiro lugar, com a inteligência que lhe é própria, porque ele não sofre de amnésia, ele não tratou dos cinco milhões da Telemar para a empresa do filho do Presidente. Um assunto de inteligência, que ele agora vai procurar, mais uma vez, dar o raciocínio da sua competência, tentando explicar o que, mesmo estando na tribuna tanto tempo, não explicou.

Explicar empréstimo dele não precisa, porque sabemos da sua honestidade. Estamos falando é do Governo, e quem fala do Governo é o Presidente do Partido dele. Ele não disse nada sobre o que eu falei da declaração de Tarso Genro de que o Partido agia como um Ministério sem pasta, e que isso ia acabar, porque ele não ia aceitar. Tarso Genro disse isso. Isso ele esqueceu também. Certamente agora vai explicar Telemar, Tarso Genro e outras questões mais que surgirão ainda no dia de hoje e que irão, certamente, dar tratos à inteligência desse nosso ilustre colega.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a pede a palavra para uma explicação pessoal, nos termos do art. 14? Então tem precedência. A seguir, falará o Senador Arthur Virgílio para uma réplica.

V. Ex^a tem cinco minutos, Senador Aloizio Mercadante. E não haverá mais acesso à explicação pessoal, porque são apenas duas explicações pessoais por sessão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, por mais que eu me esforce, não tenho a vivência política, a experiência e a sabedoria de V. Ex^a, mas tento aqui, com empenho e porque realmente é o que acredito, explicar o que aconteceu.

Se V. Ex^a pegar aquilo que eram adiantamentos de despesas de viagem e que deveriam ser diárias de viagem, V. Ex^a vai perceber que, do dia 9 de maio a 29 de junho, o Presidente Lula foi à China acompanhado de sua esposa. Nessa viagem, houve um adiantamento de despesas, sobretudo para pagamento de passa-

gem da sua esposa e para a presença dele na China. Depois, retornaram.

Na viagem que fizemos a Europa – na qual eu estava junto –, do dia 29 de setembro a 9 de outubro de 2001, ele recebeu R\$3.750,00, o mesmo que eu recebi. Recebeu R\$1 mil para passagem e R\$2.750,00 para despesas. Vou repetir: US\$100.00 por dia não pagam uma estada na Europa, sobretudo numa missão presidencial, em que temos deslocamento. Recebemos R\$1 mil para a passagem.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA. Fora do microfone) – Mas V. Ex^a completou.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Lógico que completei do meu bolso, como ele teve que completar. Lógico que completei do meu bolso.

Não sei exatamente os valores em relação às passagens, não os tenho aqui, mas é razoável pensar que R\$ 3.750,00 não pagam as despesas. Então, parte da viagem eu paguei do meu bolso e alguns eventos que tivemos. Eu era Secretário de Relações Internacionais, e os núcleos do PT em Portugal e na Espanha, ali na Península Ibérica, pediram uma reunião comigo. Eu fiz a reunião com os companheiros e paguei o almoço do meu bolso. Não havia os recursos necessários.

O PT nós sempre construímos assim. Somos de um tempo em que fazíamos bandeira em casa, porque não havia bandeirinha de plástico para carregar na rua.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA. Fora do microfone) – Depois do Marcos Valério, não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – A saudade que eu tenho do PT é essa. É esse PT que quero voltar a construir, esse PT que tinha integridade, história e, infelizmente, alguns dirigentes abandonaram essa trajetória e comprometeram a construção do Partido.

O que o Presidente disse: “Eu não fiz empréstimo”. Ele não fez empréstimo. É um adiantamento de despesa de viagem. Ele falou: “Não reconheço como dívida, porque fiz uma viagem – e ele fez várias outras viagens –, e isso era para pagar as despesas de viagem”. Ele disse: “Não reconheço. E está errado o Partido.” Eu particularmente também acho que o Partido estava errado, mas fiz o cheque e paguei.

Seguramente, o nosso companheiro Paulo Okamoto tenha pensado: “Deixa eu pagar isso e liquidar essa questão, porque não tem sentido essa discussão”. Mas o que o Presidente está dizendo é que se trata de um adiantamento de uma viagem oficial que ele fez pelo PT, como eu fiz.

Agora, vejam o que estamos discutindo: vou a serviço do Partido – e podem pegar as matérias publicadas na imprensa da época que comprovam que

foi uma viagem oficial –, não fui para passear, não tive tempo para nada, tinha uma agenda extremamente sobrecarregada. Fizemos a viagem exatamente com esse objetivo. Então, o caso do Presidente é o mesmo. Por favor, vamos colocar as coisas no seu devido lugar.

Não é possível tratarmos uma questão como essa da forma como está sendo tratada. É só o ambiente em que a gente vive, nessa cultura de desconfiança, que permite que as coisas sejam equacionadas dessa forma.

Para concluir, porque gosto de deixar todas as coisas claras, quero dizer que fiz uma pergunta a uma pessoa de quem eu gosto muito, e V. Ex^a também, e que me parece ser um empresário bastante sério. Assim que saiu a notícia sobre o Fábio, filho do Presidente Lula, fui perguntar ao Di Gênio: “O programa da televisão é feito por essa mesma empresa?” Ele falou: “São quatro horas por dia.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Esses garotos fazem o programa. Eu estou aumentando a audiência e é da maior competência o serviço deles. Nessa questão de jogos juvenis de computador, é o melhor trabalho que nós temos no País”. Eu perguntei: “Tem algum patrocínio público?” Ele respondeu: “Nenhum. Estou absolutamente admirado, porque a nossa audiência está melhorando, a participação em interatividade é muito boa e esses meninos são realmente de ponta.”

O que aconteceu? Uma outra empresa já quis comprar a participação acionária na empresa dos rapazes. Não consegui. A Telemar comprou. É um negócio entre duas empresas privadas. É um negócio entre empresas privadas; não há nenhuma participação do setor público nesse evento; nenhuma participação.

Eu me lembro quantas vezes nós tivemos... se formos também criminalizar esse tipo de relação, vamos entrar por um caminho descabido. O filho do Presidente...

(Interrupção no som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. Fazendo soar a campanha.) – Concederei a V. Ex^a mais um minuto improrrogável, Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vou concluir, Sr. Presidente. Pedem explicações, mas são três falando, fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Precisamos dar início à Ordem do Dia, com a votação do salário mínimo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Está certo. Vou encerrar.

Nessa área da nova economia, da economia eletrônica, os negócios perdem ou ganham muito valor exatamente em função da criatividade e da competência. Empresas se consolidaram exatamente pela capacidade de produzir *softwares* inteligentes, que têm um valor, que têm um significado. Nesse segmento da juventude, todas as informações que eu tenho é que é uma empresa eficiente, competente, criativa e disputada. Portanto, foi feito um aporte de recursos.

Essa nova economia, alguns anos atrás, era um setor de grandes investimentos. Aquela bolha perdeu a importância. E vejo que é um negócio entre empresas privadas. Se houver alguma irregularidade, seguramente, o Presidente tomará providências. Se houver alguma coisa feita de forma ilícita, descabida, seguramente, o Presidente tomará providências. Mas, até o momento, eu não vi...

(Interrupção de som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Vou concluir. Até o momento, não vi qualquer tipo de irregularidade mencionada nesse fato.

Portanto, estou fazendo os esclarecimentos que posso, com as informações de que disponho. Se houver, evidentemente, algum fato que eu desconheço, seguramente, me apresentem que eu encaminharei ao Presidente. Tenho certeza de que, pela história dele, pela biografia, pela seriedade – e essa discussão aqui só demonstra isso –, ele tomará as providências cabíveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio para uma réplica, a quem peço a atenção com o tempo em razão de estarmos a poucos momentos da Ordem do Dia, quando votaremos o salário mínimo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Com revisão do orador.) – Pois não, Sr. Presidente.

O Líder do Governo parece que não observou uma máxima do Marechal Eurico Gaspar Dutra. Ele dizia que, no Governo, não se deve comprar nada nem vender nada. Esse já é o primeiro equívoco nesse episódio.

Segundo, e eu não quero me deter nesses assuntos, trinta e uma empresas faturaram, nesse setor que é incipiente, R\$18 milhões brutos. Eu não considero razoável que alguém invista R\$5 milhões numa delas, uma das menores. Não considero razoável.

Sobre o Senador Aloizio Mercadante, ninguém colocou nenhuma dúvida sobre S. Ex^a, que explicou como pagou o que não teria sido um empréstimo do PT. Mas S. Ex^a não explica o do Presidente Lula. Quem

pagou o do Lula foi o Sr. Okamoto. Só isso aí absolve o Senador Mercadante e condena o Presidente Lula com muita clareza.

Terceiro, não somos nós que devemos ser repitados a cuidar de nível qualquer aqui. Estamos vendo uma CPI de encontros em garagens. Volto a dizer que se encontrar com o Sr. Valério no Maracanã cheio já é comprometedor; encontrar com o Sr. Valério numa garagem, dentro de um carro, é para lá de comprometedor, é indesculpável. E, mais ainda: como querem que haja uma relação de confiança entre nós, Senador Sérgio Guerra – e V. Ex^a é testemunha disso –, se há sinais claros de impressão digital da assessoria do PT na divulgação dessa lista espúria que fizeram circular, que fizeram vazar?

Portanto, quem falou em cultura de desconfiança foi precisamente o partido que a implantou, o partido que condenava todos e que, depois, no medo, absolveu Eduardo Jorge, que não aceitou as desculpas esfarrapadas e pouco sinceras que determinado ex-Ministro, na tentativa de se salvar, e não salvará, tentou lançar ao ar.

Nós aqui dizemos que há hipocrisia no ar. Se querem discutir campanhas eleitorais – e nós não aceitamos discutir campanhas eleitorais sem discutir algo diferente, que é o assalto sistêmico, organizado, aos cofres públicos, que é invenção deste Governo –, nós vamos discutir campanhas eleitorais no Rio Grande do Sul, onde o presidente-tampão, Tarso Genro, teria de explicar R\$150 mil que foram para as mãos dos seus companheiros ou dele por via do Sr. Marcos Valério.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Um milhão e duzentos para o Diretório.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Um milhão e duzentos para o Diretório.

Goias. A Deputada estadual Neide Aparecida teria mesmo recebido recursos procedentes de São Paulo?

Ceará. E os recursos do famoso “cucção de ouro”?

Santa Catarina. Quinhentos e cinqüenta mil reais para o Diretório do PT em Santa Catarina via “valerioduto”.

Distrito Federal. Agora, milagrosamente, Senador Tasso Jereissati, mais um é demitido desse tal Banco Popular. Parece uma casa mal assombrada, lá não pára ninguém. O Sr Magela, que foi para lá porque não era candidato, está saindo dizendo que é candidato. Para mim, ele não está saindo porque é candidato coisa alguma; é porque tem alguma coisa de muito negativo do ponto de vista ético nesse tal Banco Popular.

Pará. O ex-Líder do PT na Câmara, Paulo Rocha, teria explicação convincente para quase R\$1 milhão sacados do Banco Real via valerioduto?

Rio de Janeiro. Como se explica o excessivo volume de recursos encaminhados à campanha, no Rio de Janeiro, do Sr Jorge Bittar?

Pernambuco. E o Sr Humberto Costa? Como explicaria ele os recursos direcionados ao PT de Pernambuco?

Minas Gerais. O Prefeito reeleito de Belo Horizonte, que está sumido. É impressionante! Mineiro costuma ser discreto, mas o prefeito Pimentel está mergulhado em águas profundas. Virou um daqueles tubarões que mergulham lá embaixo. Não se ouve falar mais do prefeito Pimentel. Quando vejo alguém sumir muito – e aprendi isso com o PT –, logo me ponho com a orelha em pé. Teria recebido ou não o Prefeito Pimentel recursos da SMP&B?

Maranhão. E as irregularidades do Diretório do PT no Maranhão?

São Paulo. E a riquíssima campanha de D. Martha Suplicy? Reprovadas as suas contas no Tribunal Eleitoral.

Muito bem. O que proponho, com clareza, como pacto nosso diante da Nação e da imprensa? Discutimos ou não campanha? Se discutimos, fazemos uma CPI própria ou fazemos uma sub-relatoria para discutir campanha. Aí vamos discutir a fundo a campanha do Sr. Eduardo Azeredo. Fora disso, não querer discutir o que eu aqui arrolei e tentar colocar uma pessoa honrada como o Sr. Eduardo Azeredo no meio dessa corja, dessa trupe, dessa camarilha, que está assaltando, com apoio oficial, a República, nós não aceitamos. O que queremos mesmo é saber o que se passou no IRB. Queremos saber o que se passa no Banco do Brasil, o que se passa na Petrobras, o que se passa nos Correios, sem colocarmos a mão na cabeça de quem quer que seja.

Agora, fazem um cavalo-de-batalha incrível em cima de um fato e ao mesmo tempo fingem não ver as ligações tipo caixa dois com toda essa turma boa. E ninguém venha me dizer que isso aqui é caixa dois socialista, que isso aqui é caixa dois ético, que isso aqui é caixa dois pelo bem do Brasil, que isso aqui é caixa dois para salvar os pobres, que isso aqui é caixa dois bolsa-família, que isso aqui é caixa dois de quem nasceu pobre e a mãe era analfabeta. Isso é caixa dois, pura e simplesmente. E precisa ser examinado no momento próprio, sem obscurecermos o fato de que há um quadro de corrupção fora de campanha, durante a campanha, depois da campanha, um verdadeiro vício!

Eu quero saber se nós somos ou não capazes de ir a fundo, inclusive com a autocrítica do Governo. O Presidente da República precisa ir à televisão e dizer que errou e perdeu o controle do seu Governo. Errou! Perdeu o controle do seu Governo! Não fique agora tentando dividir culpas com pessoas não culpadas, tentando fazer aquele espetáculo de um soldadinho após o outro, como ontem, tentarem reavivar...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a conclua, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente.

Tentarem, cada soldadinho indo ali, tarefeiramente, dizendo: e o caso do Sr. Eduardo Azeredo? E o caso de Minas Gerais? E o caso...

Que conversa fiada de boca mole! Vamos falar com a boca dura, dizer que há corrupção no País. Vamos examinar caixa dois do PT, do PSDB, de quem quer que seja! Vamos examinar roubo de dinheiro público, porque essa é a satisfação que o povo está a exigir de nós.

Era, por enquanto, Sr. Presidente, exatamente o que eu tinha a dizer.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para a réplica. É um direito regimental e absolutamente indispensável a este debate.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pelo acordo das Lideranças, Senador Aloizio Mercadante, a réplica já foi concedida ao Senador Arthur Virgílio.

Entendemos, ainda, que havia necessidade de o Líder do PFL falar, pois teria o amparo da contradita. Todavia, se houver o entendimento dos Srs. Líderes no sentido de transformarem a sessão em sessão de debate, a Mesa vai acolhê-lo. Regimentalmente não há o amparo nem para explicação pessoal, como pediu o Senador Sérgio Guerra – e eu neguei. O Senador Tasso Jereissati pediu a palavra também para um aparte e também neguei – e S. Ex^a colaborou. Assim, também não poderia usar da palavra V. Ex^a, mas, se esse for o entendimento dos Srs. Líderes, concederei cinco minutos a cada Partido para o debate.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas ponderar que a réplica e a contradita não podem ser entre PFL e o PSDB, mas entre o Bloco do Governo e a Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a havia feito o debate.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, fiz o pronunciamento na condição de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O debate gerou explicação pessoal, gerou o direito à réplica ou à contradita, que foi dividida entre os dois.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, pondero que a réplica foi feita pelo Senador Arthur Virgílio. A contradita é pela Base do Governo. Tem sido sempre assim. Eu utilizei o art. 14, porque fui citado pessoalmente. É outro instrumento regimental. Considero indispensável esclarecer o que está sendo posto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os termos do acordo dizem respeito à réplica ou contradita. A Mesa vai colaborar, pela importância do tema, e dar cinco minutos a cada Senador para o debate e adiar o início da Ordem do Dia. V. Ex^a poderá fazer uso da palavra, após o Senador José Agripino.

Antes de conceder a palavra a S. Ex^a, a Mesa esclarece que cada Senador que quiser se inscrever terá direito a cinco minutos por partido.

A Mesa pede a colaboração dos Srs. Senadores porque teremos hoje votação do salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Tem a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero abordar essa questão com toda a parcimônia em tom absolutamente brando, referindo-me ao que disse o Senador Aloizio Mercadante, olhando para mim quando se manifestou a propósito do meu pronunciamento, fazendo em tom emocionado a defesa que lhe cabe do Presidente Lula, com relação ao empréstimo que teria tomado, ou não, a um partido que ajudou a fundar, como aquilo fosse um crime que não poderia nunca ser considerado e fazendo um apelo para que esse tipo de assunto, que entendeu como de somenos importância, ou menor, não fosse abordado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador César Borges, eu gostaria de deixar claro que eu abordei esse assunto, Senadora Patrícia Saboya, porque hoje houve uma coincidência de colocações cuja incongruência é absolutamente inaceitável. A não ser que nós fossemos concordar em colocar a sujeira embaixo do tapete. Quem foi que inventou essa história do empréstimo do Presidente Lula, Senador Aloizio Mercadante? Foi o PFL? O PFL nunca falou neste assunto. Quem inventou, quem criou, quem divulgou isso foi a imprensa, que descobriu nos extratos do Banco do Brasil que o empréstimo tomado pelo Presidente Lula no PT – e isso deve ser da contabilidade do PT – havia sido pago. Há um extrato do Banco do Brasil que diz que foi pago em parcelas. Quem pagou? Luiz I. L. da Silva. Esse fato, portanto, foi tornado público não pelo PFL. Não fomos nós que trouxemos esse assunto à

apreciação nacional. Foi a imprensa que denunciou, que colocou para que ele fosse esclarecido. Colocou em termos, evidentemente, de estupefação, em termos de necessidade de esclarecimento, que, *mea culpa, mea culpa*, nós, por tantas denúncias, não demos prioridade nenhuma a esse assunto, por respeito, por constrangimento de abordar uma questão que é pessoal com o Presidente.

Mas, vamos e venhamos. A primeira versão foi a que o Banco do Brasil exibiu, o extrato do Banco do Brasil. O pagamento foi feito pelo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Empréstimo tomado ao Partido dos Trabalhadores, ilegal. Eu não conheço na história da relação do PFL com os seus filiados uma única oportunidade em que o PFL tenha emprestado R\$1,00 a um filiado seu. Pelo contrário, recebe contribuições. Um, um só.

Hoje, acontece a segunda versão do fato. Qual é a segunda versão? Está dita. O Ministro de Estado diz que “ele não tomou empréstimo do PT, não reconhece empréstimo do PT e não pagou empréstimo do PT.” O Banco do Brasil exibe um boleto em que diz que o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva pagou empréstimo. O Ministro fala pelo Presidente e diz que ele não tomou empréstimo nenhum, não pagou empréstimo nenhum, não existe empréstimo. No mesmo dia, a **Folha de S. Paulo** traz a terceira versão. O Sr. Paulo Okamoto diz que ele pagou. Ele foi o procurador legal do Presidente e pagou o empréstimo. É a terceira versão.

Agora surge, Senador Sérgio Guerra, a quarta versão. A quarta versão, Senador Tasso, é a que o Senador Aloizio Mercadante nos trouxe de viagens. São quatro versões de um fato só. Quatro!

A sociedade, evidentemente, Senador Arthur Virgílio, não haveria de dar muita importância ou tanta importância a um empréstimo de R\$29 mil, mas foi empréstimo concedido por um partido político que tem fundo partidário de origem de recurso público, que não pode emprestar. E um empréstimo de R\$29 mil, que é objeto de quatro versões. Quatro! Qual é a verdadeira?

Senadora Patrícia, em jogo o que está neste momento não são os R\$29 mil, não é nem ao menos o empréstimo do PT; é a palavra do Presidente. Onde é que está? Com quem está a verdade? Esse empréstimo aconteceu. Quem pagou? Não aconteceu? Não foi pago? O Presidente está mentindo? Está falando a verdade? Qual é? É isso que nos incomoda e que incomoda a sociedade. Foi por isso que abordamos essa questão com toda a cruza.

Nós estamos aqui, Senador Tasso Jereissati, vendo a quarta versão de um fato que, por si só, talvez não merecesse tanta importância, mas que pelas explicações de ser um empréstimo de um partido

político, de ser um empréstimo para o qual existem quatro versões, impõe-se, neste momento, como uma questão fundamental: ou ele é esclarecido ou em jogo está a palavra de Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, por cinco minutos, e, em seguida, ao Senador Tasso Jereissati, pelo PSDB.

Posteriormente, entraremos na Ordem do Dia. Peço a colaboração dos Srs. Senadores para votarmos a matéria do salário mínimo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Senador José Agripino, não é possível repetir os argumentos sem ouvir as explicações com disposição de entendimento. Eu acabei de dizer: a primeira coisa, não há empréstimo, nem para mim, por favor. Não há empréstimo. Contabilmente, pode-se caracterizar na prestação de contas como dívida pendente, prestação de conta inconclusa, o que quer que for, mas não houve empréstimo.

Eu recebi R\$3.750,00 para fazer uma viagem de dez dias – em torno de US\$100.00 por dia mais o custo da passagem. Não pagava nem a passagem nem a diária. É só comparar com a diária de um Senador, que, seguramente está acima de US\$350/dia. E aqui não há contraprestação da viagem – não, desculpe, está US\$460/dia a diária de um Senador para viajar. Quando um Senador viaja, não precisa prestar contas do que gastou, aquilo é incluído como diária.

No PT, a incompetência da Tesouraria dava como antecipação de despesas de viagem, que tinha que ser paga com contrapartida de recibo na volta. Eu vou ainda esclarecer mais: eu voltei e dei as prestações de contas. Eles não sabem onde foi parar. Um ano depois, me avisam de que daquela viagem, entre tantas que eu fiz, não havia prestação de contas. Eu vou lá, dou dois cheques e pago do meu bolso. Imagina se isso acontecesse no Senado!

Se V. Ex^a viajasse em missão oficial do Senado, com uma diária de US\$460/dia, voltasse e um ano depois o Senado chegasse e dissesse que V. Ex^a tem um empréstimo feito com o Senado? Mas que empréstimo? Eu não fiz empréstimo – diria.

O que o Presidente disse é a mais pura verdade: ele não pediu emprestado ao PT, não houve empréstimo. Ele disse mais: “Não reconheço essa dívida, porque não é dívida; essas são despesas de viagem que fui como pré-candidato a Presidente da República para a China, para a Europa e para a América Latina”.

Os valores que ele recebeu no trecho da viagem que fez comigo são os mesmos. Eu voltei e paguei do meu bolso. Se eu soubesse que o Lula tinha essa

dívida e ele não tivesse condições de pagar, eu pagaria com muita satisfação do meu bolso, porque ele é um homem público íntegro, sério, honesto, e esse episódio só reforça o meu sentimento pela seriedade dele. Um sujeito que carregou esse Partido nas costas – porque sempre foi muito maior do que o Partido – vai viajar o mundo para defender o País, o Partido e as idéias renovadoras que ele expressa e, quando volta, o Partido, depois, diz assim: “Você tem uma dívida”. E nós estamos discutindo isso no Plenário do Senado Federal como um tema nacional relevante? Por favor! Eu peço à Oposição que discutamos os temas fundamentais. Se há desvio de dinheiro público, isso, sim, é relevante. Vamos apurar.

E se o Paulo Okamoto pagou essas despesas por ele para eliminar essa discussão, porque o Presidente Lula não reconhecia essa dívida – e com razão não reconhecia essa dívida – porque a incompetência da Tesouraria, que está aí expressa publicamente, é que pode transformar em dívida o que era uma despesa de viagem e que deveria ser uma diária que sequer paga essas despesas. O Paulo Okamoto foi lá e liquidou para encerrar o assunto. Foi só isso que aconteceu. Nem mais nem menos. E todos a quem V. Ex^a perguntar darão a mesma explicação.

Por que vale a minha e a do Presidente? É a mesma situação. Se os valores são menores, é porque eu viajei menos. A única viagem que teve problema foi essa. Dei os dois cheques, tirei do meu bolso com muito orgulho, porque eu imaginava, até ocorrerem esses episódios do PT, para o qual eu contribuía, que era o PT em que eu acreditava e que ajudei a construir, sempre com muita austeridade. Podem pegar todo o fundo partidário do PT e nunca encontrarão uma única remuneração em toda a minha história de PT. Só tive mandato durante dez anos. Nos outros quinze, eu trabalhei de graça. Eu doei dinheiro, porque acreditava nesse projeto.

Quanto às despesas do PFL, vamos abrir o fundo partidário de todos os partidos na CPI para ajudar na transparência. Vamos ver quanto é a diária do PFL e quanto ele paga por viagem, se há a contraprestação e como funciona. Tudo isso é esclarecedor e elucidativo. Eu acho que é muito positivo esse debate.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – PE) – Topo tranquilamente, Senador Aloizio Mercadante. Topo tranquilamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – É evidente, tenho certeza. Lembro-me de que, na última vez, o Senador Antonio Carlos Magalhães pediu isso aqui com toda a agressividade. É muito melhor que todos os partidos façam sua exposição e discutamos essa questão para ver, inclusive, os padrões.

Agora, objetivamente, só espero que os argumentos que estou apresentando – e V. Ex^a conhece a minha palavra e a minha história – sejam reconhecidos. Trata-se de antecipação de despesas de viagem.

Tiramos do bolso e damos para o Partido e ainda temos que explicar, como se tivéssemos feito algo de errado? Nós deveríamos ser elogiados por essa atitude. Eu duvido que, na maioria das instituições, as pessoas – como os jornalistas, diplomatas ou quem quer que seja – viajem para uma missão no exterior e não recebam indenização. Isso mostra a natureza e a força que o Partido...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Como as intervenções são díspares, concluo dizendo ao Líder Arthur Virgílio que, primeiro, seja quem for na CPMI que divulgue lista imputando responsabilidades a quem quer que seja, é inaceitável. A única intervenção que ouvi hoje foi a da Senadora Ideli Salvatti, e senti que ela colocou as coisas no seu devido termo. Eu me lembro que, quando começou a CPMI, um Deputado do PFL apresentou uma lista de dez Deputados do PT que teriam supostamente recebido recursos do Banco Rural.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não é só lista! Há a garagem também. Vai para a garagem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Vou chegar lá.

Entre os nomes, estava o Deputado Sigmarin-ga Seixas, que, imediatamente explicou, indignado, a colocação do nome dele numa lista que não tinha qualquer tipo de comprovação.

Diante desse açodamento, da tribuna, peço a todos os Parlamentares, Senadores e Deputados, cuidado, rigor, seriedade. Que a CPMI se pronuncie formalmente sobre os episódios, porque listas e documentos...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Vou concluir, Sr. Presidente.

É preciso que sejamos muito cuidadosos nessas questões.

Ontem, subi nesta tribuna, antes desse episódio, exatamente pedindo cuidado, pedindo equilíbrio, pedindo procedimentos, falando do direito de defesa de cada um, dizendo que as pessoas não podem ser condenadas, que existe uma longa tradição no Direito que estabelece que, sem o devido processo legal, sem o contraditório e sem o direito de defesa, não há justiça, não há Estado de direito. E algumas pessoas, inclusive parte da imprensa, entendem que esse tipo de preocupação poderia significar abafamento ou adia-

mento das investigações. Não! As investigações têm de ser feitas com agilidade, os envolvidos têm de ser severamente punidos. Muitos Parlamentares perderão seguramente os seus mandatos, porque é incompatível com o decoro parlamentar o que aconteceu. Mas tudo isso só pode acontecer com o direito de defesa.

Portanto, não procede qualquer tipo de denúncia que não seja fundamentada, documentada, e os Parlamentares têm de ter muita responsabilidade com o açodamento na relação do dia-a-dia com a imprensa, com a preocupação de poder aparecer no processo, para não cometer nenhum tipo de imprudência.

Portanto, não conheço essa lista, nunca a vi. Seguramente, se tivesse sido comunicado, eu pediria essa cautela e esse procedimento, porque, sem isso, cometemos pequenas e grandes injustiças, ferindo pessoas, atingindo mandatos, de forma absolutamente indevida.

Quanto ao financiamento de campanha, considero esse um grande tema da democracia. Espero, amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, iniciarmos o debate sobre uma urgente reforma eleitoral, sem a qual não superaremos a prática viciada que questiona a legitimidade dos mandatos em todos os Partidos e em todas as campanhas. Por isso, creio que também devemos tomar providências urgentes em relação a essa questão.

Gostaria de aprofundar o debate, mas respeitarei o tempo e o Plenário. A reforma política é a melhor resposta para esse tipo de procedimento, cortando gastos e dando transparência total ao financiamento de campanha.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati. A seguir, iniciaremos a Ordem do Dia.

Senador Tasso Jereissati, peço a colaboração de V. Ex^a quanto ao tempo na tribuna.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria muito de poder acreditar nos conceitos aqui proferidos pelo Líder do Governo neste momento e em outros momentos. Trata-se de conceitos em que se pede a cada um de nós, Senadores, que, antes de fazermos qualquer ofensa, qualquer acusação, nós nos asseguremos de que a denúncia seja fundada, bem fundamentada, e tenha alguma relação direta com a realidade.

Outro conceito que tem sido aqui com frequência emitido pelo Líder do Governo é o de que sejam descobertos os culpados, que sejam dados a conhecer à sociedade brasileira e sejam punidos todos os culpados, se estes existem, e o de que, se houve corrupção,

sejam punidos aqueles que fizeram a corrupção e que sejam levadas até o fim as investigações.

Infelizmente, temos visto ultimamente que esses conceitos nada têm a ver com a realidade das ações das Lideranças do Partido Trabalhista, do Partido dos Trabalhadores, neste Senado Federal e nas CPIs.

O que temos visto?

É feito o pedido de serenidade dos ânimos e de que nenhuma acusação seja feita sem que seja bem fundamentada – fora as várias acusações que acontecem diariamente, praticamente todos os momentos, vindas de todos os lados de Lideranças do PT –, mas assistimos hoje a um espetáculo verdadeiramente desavergonhado feito pelo Vice-Presidente da CPI do Mensalão. O homem que tem a responsabilidade de ser o condutor das discussões que levem à verdade dos fatos e mostrem a este País que ainda existem nestas duas Casas, Câmara e Senado, homens sérios e capazes de revelar a realidade ao País, esse homem se reúne com um dos mais notórios – talvez o mais notório – meliantes dessa contenda toda, às escuras, à noite, na garagem do Senado Federal. Pega provas apócrifas, listas já desmoralizadas várias vezes, de dentro de um veículo escondido na garagem, como costuma fazer *gangster* de filme americano, e traz à Comissão.

Vejam bem: o Vice-Presidente da Comissão, Deputado do PT, para desviar todo o foco da discussão que se planejava e se planeja – o País todo a pede – para conhecer a verdade, para deslindar esse imenso lamaçal de corrupção que vem do Governo Federal, que tem origem e operação no Governo Federal e em mais lugar nenhum, joga isso de uma maneira completamente despudorada, com o fim de enlamear pessoas inocentes que nada têm a ver com esse enorme lamaçal que está por aí.

É lamentável, profundamente lamentável! E mais lamentável ainda é vermos neste momento o Líder do Governo vir a esta tribuna pedindo o contrário, fazendo o papel que tem feito a maioria dos petistas e o próprio Presidente da República. Diz que não tem nada a ver com isso, que não tem nada a ver com o que o Líder do PT fez hoje de manhã, que não tem nada a ver com o que fez o Sr. Delúbio – esse já é acusado de ser incompetente e de malversar os recursos do PT.

Ora, Senador José Agripino, V. Ex^a se lembra de quando tive a infelicidade, alguns meses atrás, de numa conversa acusar a PPP de estar sendo montada, quando tive a infelicidade de levantar a hipótese de que a PPP poderia servir ao Sr. Delúbio Soares para que ele a usasse para fins indevidos. E fui objeto de vários discursos indignados dessas mesmas Lideranças que estão acusando aqui hoje o Sr. Delúbio. E,

ainda mais, fui objeto de processo, quando naquela época era ele quem reinava dentro do Partido, distribuindo benesses e recursos do dinheiro público para militantes e partidários do PT Brasil afora, por todo o Brasil, como estamos vendo hoje acontecer por aí comprovadamente.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, permita-me finalizar. É preciso, das duas uma, ou fazer um discurso para ser verdadeiro, ou esconder e fazer virar isso tudo num grande problema de financiamento de campanha nos Estados brasileiros. Ou podem dizer que vão, sim, enfrentar e, ao falar, fazer. Mas fazer o Partido como um todo. Não é um falar que não tem nada a ver com o que o outro fez.

Há uma enorme desordem dentro desse Partido, dentro desse Governo, que estabeleceu uma relação promíscua entre Partido, estatais, Governo e Parlamento e que confundiu imensamente até onde ia um e onde terminava outro. Isso precisa ser esclarecido de fato. Só de discurso não aceitamos mais. Discurso que venha acompanhado de ação coerente com as palavras. Agora, discursos soltados aqui no ar e, do outro lado da rua, as coisas acontecendo diferente, não dá mais!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Antes de darmos início às votações da Medida Provisória, solicito aos Srs. Senadores que estejam presidindo qualquer comissão neste momento que suspendam as atividades e venham ao plenário.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 33, DE 2005-CN
MENSAGEM Nº 92, DE 2005-CN
(Nº 521/2005, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Sociais da União, em favor dos Ministérios da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$26.867.385,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100 de 25 de janeiro de 2005), em favor dos Ministérios da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$26.867.385,00 (vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – excesso de arrecadação de recursos próprios não-financeiros, no valor de R\$122.081,00 (cento e vinte e dois mil, oitenta e um reais); e

II – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$26.745.304,00 (vinte e seis milhões,

setecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e quatro reais), conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI									6.600.000
OPERACOES ESPECIAIS									
12 364	1073 0A12	CONCESSAO DE BOLSA DE PERMANENCIA NO ENSINO SUPERIOR							6.600.000
12 364	1073 0A12 0001	CONCESSAO DE BOLSA DE PERMANENCIA NO ENSINO SUPERIOR - NACIONAL							6.600.000
		BOLSA CONCEDIDA (UNIDADE) 3654	F	3	2	90	0	100	1.100.000
			F	3	2	90	0	112	5.500.000
TOTAL - FISCAL									6.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.600.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26217 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE QUIMICA DE NILOPOLIS

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									268.800
ATIVIDADES									
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							268.800
12 301	0750 2004 0033	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							268.800
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 1210	S	3	2	90	0	100	268.800
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									268.800
TOTAL - GERAL									268.800

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26239 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI									114.489
ATIVIDADES									
12 364	1073 4002	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUACAO							114.489
12 364	1073 4002 0015	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUACAO - NO ESTADO DO PARA							114.489
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 36821	F	3	2	90	0	250	114.489
TOTAL - FISCAL									114.489
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									114.489

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26290 - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA

ANEXO I CREDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESE	DZC	PR	DOM	I	F	VALOR
		1067 GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO							1.206.304
		ATIVIDADES							
12 131	1067 4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA							1.206.304
12 131	1067 4641 0001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL	F	3	2	90	0	112	1.206.304
		TOTAL - FISCAL							1.206.304
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							1.206.304

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO I CREDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	DZC	PR	MOD	I	F	VALOR
		1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							14.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 363	1062 0A13	CONCESSAO DE BOLSA-AUXILIO PARA PRE-FORMACAO PROFISSIONAL - ESCOLA DE FABRICA							14.000.000
12 363	1062 0A13 0001	CONCESSAO DE BOLSA-AUXILIO PARA PRE-FORMACAO PROFISSIONAL - ESCOLA DE FABRICA - NACIONAL	F	3	2	90	0	112	14.000.000
		TOTAL - FISCAL							14.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							14.000.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26326 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SALINAS CLEMENTE MEDRADO - MG

ANEXO I CREDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESE	DZC	PR	DOM	I	F	VALOR
		0750 APOIO ADMINISTRATIVO							7.592
		ATIVIDADES							
12 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							7.592
12 301	0750 2004 0031	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	3	2	90	0	250	7.592
		TOTAL - FISCAL							7.592
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							7.592

ORGAO : 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE
 UNIDADE : 51101 - MINISTERIO DO ESPORTE

ANEXO I CREDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESE	DZC	PR	DOM	I	F	VALOR
		1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE							4.670.200
		ATIVIDADES							
27 812	1250 2667	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER							50.000
27 812	1250 2667 0031	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	3	2	50	0	100	50.000
		PROJETOS							
27 812	1250 3073	MODERNIZACAO DE NUCLEOS DE ESPORTE E DE LAZER							4.470.200
27 812	1250 3073 0031	MODERNIZACAO DE NUCLEOS DE ESPORTE E DE LAZER - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	3	2	40	0	100	230.000
27 812	1250 3073 0311	ESPAÇO ESPORTIVO MODERNIZADO (UNIDADE) 1	F	3	2	40	0	100	80.000
27 812	1250 3073 0311	MODERNIZACAO DE NUCLEOS DE ESPORTE E DE LAZER - NO ESTADO DO PIAUI	F	3	2	40	0	100	150.000
27 812	1250 3073 0311	ESPAÇO ESPORTIVO MODERNIZADO (UNIDADE) 60	F	4	2	40	0	100	4.240.200
27 812	1250 5450	IMPLANTACAO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER							150.000
27 812	1250 5450 4001	IMPLANTACAO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NO MUNICIPIO DE ALTO GARCAS - MT	F	4	2	40	0	100	150.000
		TOTAL - FISCAL							4.670.200
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							4.670.200

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1062		DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA							14.000.000
PROJETOS									
12 363	1062 7109	IMPLANTACAO E RECUPERACAO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCACAO PROFISSIONAL - PROEP							14.000.000
12 363	1062 7109 0001	IMPLANTACAO E RECUPERACAO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCACAO PROFISSIONAL - PROEP - NACIONAL	F	4	2	30	2	112	14.000.000
1073		UNIVERSIDADE DO SEculo XXI							6.600.000
PROJETOS									
12 364	1073 12EL	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC							3.500.000
12 364	1073 12EL 0035	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - NO ESTADO DE SAO PAULO	F	3	2	90	0	112	2.000.000
			F	4	2	90	0	112	1.500.000
12 364	1073 12EM	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS							2.000.000
12 364	1073 12EM 0054	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	F	3	2	90	0	112	2.000.000
			F	4	2	90	0	112	1.000.000
			F	4	2	90	0	112	1.000.000
ATIVIDADES									
12 364	1073 4005	FUNCCIONAMENTO DA RESIDENCIA MEDICA							1.100.000
12 364	1073 4005 0001	FUNCCIONAMENTO DA RESIDENCIA MEDICA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	1.100.000
			F	3	2	90	0	100	1.100.000
TOTAL - FISCAL								20.600.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								20.600.000	

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26217 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE QUIMICA DE NILOPOLIS

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750		APOIO ADMINISTRATIVO							268.800
ATIVIDADES									
12 331	0750 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							268.800
12 331	0750 2011 0033	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	1	90	0	100	268.800
TOTAL - FISCAL								268.800	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								268.800	

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1376		DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL							1.206.304
ATIVIDADES									
12 361	1376 4046	DISTRIBUICAO DE LIVROS DIDATICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL							1.206.304
12 361	1376 4046 0001	DISTRIBUICAO DE LIVROS DIDATICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	112	1.206.304
TOTAL - FISCAL								1.206.304	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								1.206.304	

ORÇAO : 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE
UNIDADE : 51101 - MINISTERIO DO ESPORTE

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	VALOR
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE									4.670.200
PROJETOS									
27 812	1250 5450	IMPLANTACAO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER							4.670.200
27 812	1250 5450 3444	IMPLANTACAO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - IMPLANTACAO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - ESTADO DE MNAS GERAIS							280.000
27 812	1250 5450 3806	ESPACO ESPORTIVO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	F	3	2	99	0	100	280.000
		IMPLANTACAO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - ESTADO DO PIAUI							4.240.200
		ESPACO ESPORTIVO IMPLANTADO (UNIDADE) 32	F	3	2	99	0	100	1.848.040
27 812	1250 5450 3846	IMPLANTACAO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - CONSTRUCAO DE ESTADIO - ALTO GARCAS - MT	F	4	2	99	0	100	2.392.160
		ESPACO ESPORTIVO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	F	4	2	40	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									4.670.200
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.670.200

EM Nº 151/2005-MP

Brasília, 29 de julho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a V. Ex^a para apresentar projeto de lei que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), crédito especial no valor global de R\$26.867.385,00

(vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais), em favor dos Ministérios da Educação e do Esporte.

2. A solicitação visa à inclusão de categorias de programação na Lei Orçamentária Anual para adequar os orçamentos vigentes daqueles ministérios às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

Discriminação	R\$ 1,00	
	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Educação	22.197.185	22.075.104
Ministério da Educação - Administração direta	6.600.000	20.600.000
Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis	268.800	268.800
Universidade Federal do Pará	114.489	-
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	1.206.304	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	14.000.000	1.206.304
Escola Agrotécnica Federal de Salinas Clemente Medrado - MG	7.592	-
Ministério do Esporte	4.670.200	4.670.200
Ministério do Esporte - Administração direta	4.670.200	4.670.200
Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros	-	122.081
Total	26.867.385	26.867.385

3. Os recursos para o Ministério da Educação objetivam viabilizar a concessão da Bolsa-Auxílio para a Pré-Formação Profissional, no âmbito do “Projeto Escola de Fábrica”, e da Bolsa Permanência no Ensino Superior a estudante beneficiário de bolsa integral do “Programa Universidade para Todos -PROUNI”; a divulgação publicitária para a Avaliação do Desempenho dos Estudantes dos Cursos de Graduação – ENADE; a assistência médica e odontológica para os servidores do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas Clemente Medrado – MG; e o funcionamento do Restaurante Universitário da Universidade Federal do Pará.

4. No tocante ao Ministério do Esporte, o crédito visa ao atendimento da população em situação de risco social, mediante implantação, modernização, ampliação e funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer, a fim de permitir a promoção de ações voltadas para o desenvolvimento do esporte participativo, democratizando o acesso ao desporto e ao lazer.

5. O remanejamento de dotações proposto pelos Ministérios da Educação e do Esporte não trará, segundo esses Órgãos, prejuízo à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

6. Em atendimento ao disposto no § 9º do art. 65 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005 (LDO – 2005), a atualização da estimativa da receita envolvida no presente crédito é demonstrada no quadro anexo.

7. Ressalta-se, a propósito do que determina o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 2004 (LDO – 2005), que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$26.745.304,00 (vinte e seis milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e quatro reais) são provenientes de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para a priorização das programações suplementadas;

b) R\$122.081,00 (cento e vinte e dois mil, oitenta e um reais) tratam-se de suplementação de despesas primárias à conta de incorporação de excesso de arrecadação de recursos próprios não-financeiros; e

c) o art. 14 do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido decreto.

8. Cabe esclarecer, finalmente, com relação ao Plano Plurianual 2004/2007, aprovado pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que:

a) parte do crédito trata-se de inclusão de subtítulos de ações já constantes desse Plano; e

b) a inclusão de novas ações orçamentárias efetuadas por intermédio deste crédito está amparada no art. 5º § 13, da referida lei.

9. O pleito viabilizar-se-á mediante projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, por se tratar de inclusão de categorias de programação não contempladas na Lei Orçamentária Anual, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

10. Nessas condições, submeto à deliberação de V. Exª o anexo projeto de lei, que visa à abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 65, § 9º, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004)

Fonte: 50		2005		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO
NATUREZA		LEI	REESTIMADO	EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO
13110000	Aluguéis	178.511	272.287	93.776
14100000	Receita da Produção Vegetal	23.520	33.285	9.765
14200000	Receita da Produção Animal e Derivados	117.350	140.126	22.776
14900000	Outras Receitas Agropecuárias	2.896	2.984	88
15202600	Receita da Indústria de Produtos Alimentares	50.349	64.129	13.780
15202700	Receita da Indústria de Bebidas e Destilados	46.175	70.713	24.538
15202900	Receita da Indústria Editorial e Gráfica	54.887	108.488	53.601
16000301	Serviços de Transporte Rodoviário	14.133	4.370	-9.763
16000400	Serviços de Comunicação	9.181	12.517	3.336
16001300	Serviços Administrativos	1.089.500	1.306.842	217.342
16001600	Serviços Educacionais	1.935.061	1.667.088	-267.973
16002100	Serviços de Hospedagem e Alimentação	2.036	32.572	30.536
16002500	Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas	0	0	0
19192700	Multas e Juros Previstos em Contratos	0	4.562	4.562
19909900	Outras Receitas	276	0	-276
22190000	Alienação de Outros Bens Móveis	0	0	0
Subtotal		3.523.875	3.719.963	196.088

Obs:

Unidades envolvidas:

28239 – Universidade Federal do Pará

26326 – Escola Agrotécnica Federal de Salinas Clemente Medrado - MG

MENSAGEM Nº 521

Senhores Membros do Congresso Nacional, nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$26.867.385,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 5 de agosto de agosto de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

PROJETO DE LEI Nº 34, DE 2005-CN**MENSAGEM Nº 93, DE 2005-CN**

(Nº 522/2005, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$600.300.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor do Ministério da Defesa e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$600.300.000,00 (seiscentos milhões e trezentos mil reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei. – Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004, no valor de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);

II – excesso de arrecadação, no valor de R\$330.300.000,00 (trezentos e trinta milhões e trezentos mil reais) de Recursos Ordinários; e

III – ingresso de operações de crédito externas, no valor de R\$245.000.000,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões de reais).

Art. 3º Fica cancelada a programação constante do Anexo II desta Lei em atendimento ao disposto no art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52101 - MINISTERIO DA DEFESA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	R	M	J	F	VALOR
0496 INFORMACOES INTEGRADAS PARA PROTECAO DA AMAZONIA										70.000.000
PROJETOS										
05 126	0496 1391	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS EM SITIOS OPERACIONAIS DO SISTEMA DE VIGILANCIA DA AMAZONIA - SIVAM								70.000.000
05 126	0496 1391 0001	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS EM SITIOS OPERACIONAIS DO SISTEMA DE VIGILANCIA DA AMAZONIA - SIVAM - NACIONAL								70.000.000
			F	4	2	90	0	149		70.000.000
TOTAL - FISCAL										70.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										70.000.000

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52101 - MINISTERIO DA DEFESA

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0496 INFORMACOES INTEGRADAS PARA PROTECAO DA AMAZONIA 70.000.000									
PROJETOS									
05 126	0496 1391	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS EM SITIOS OPERACIONAIS DO SISTEMA DE VIGILANCIA DA AMAZONIA - SVAM							70.000.000
05 126	0496 1391 0001	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS EM SITIOS OPERACIONAIS DO SISTEMA DE VIGILANCIA DA AMAZONIA - SVAM - NACIONAL	F	4	2	90	0	149	70.000.000
TOTAL - FISCAL 70.000.000									
TOTAL - SEGURIDADE 0									
TOTAL - GERAL 70.000.000									

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0621 ADESTRAMENTO E OPERACOES MILITARES DA AERONAUTICA 97.000.000									
ATIVIDADES									
05 151	0621 2868	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES							97.000.000
05 151	0621 2868 0001	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	97.000.000
0627 TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL 11.530.733									
PROJETOS									
05 572	0627 3122	DESENVOLVIMENTO DO AM-X							11.530.733
05 572	0627 3122 0001	DESENVOLVIMENTO DO AM-X - NACIONAL	F	4	2	90	0	149	11.530.733
TOTAL - FISCAL 11.530.733									
TOTAL - SEGURIDADE 0									
TOTAL - GERAL 11.530.733									
0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FORCA AEREA BRASILEIRA 209.469.267									
PROJETOS									
05 151	0632 3113	AQUISICAO DE AERONAVES							209.469.267
05 151	0632 3113 0001	AQUISICAO DE AERONAVES - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	209.469.267
			F	4	2	90	0	148	21.000.000
			F	4	2	90	0	149	48.384.065
			F	4	2	90	0	300	115.085.202
			F	4	2	90	0	300	25.000.000
TOTAL - FISCAL 318.000.000									
TOTAL - SEGURIDADE 0									
TOTAL - GERAL 318.000.000									

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52131 - COMANDO DA MARINHA

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA MARINHA DO BRASIL 142.300.000									
PROJETOS									
05 152	0626 1949	OBTENCAO DE SISTEMAS OPERATIVOS							142.300.000
05 152	0626 1949 0001	OBTENCAO DE SISTEMAS OPERATIVOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	142.300.000
			F	4	2	90	0	100	128.100.000
			F	4	2	90	0	100	14.200.000
TOTAL - FISCAL 142.300.000									
TOTAL - SEGURIDADE 0									
TOTAL - GERAL 142.300.000									

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									70.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							70.000.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	0	99	0	100	70.000.000
TOTAL - FISCAL									70.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									70.000.000

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0412 DESENVOLVIMENTO DO COMERCIO EXTERIOR									200.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
23 846	0412 0267	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE JUROS PARA PROMOCAO DAS EXPORTACOES - PROEX (LEI N° 10.184, DE 2001)							200.000.000
23 846	0412 0267 0001	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE JUROS PARA PROMOCAO DAS EXPORTACOES - PROEX (LEI N° 10.184, DE 2001) - NACIONAL	F	3	1	90	0	144	200.000.000
TOTAL - FISCAL									200.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000.000

EM Nº 156/2005 – MP

Brasília, 2 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
1. Dirijo-me a V. Exª para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de

25 de janeiro de 2005), em favor do Ministério da Defesa e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$600.300.00040 (seiscentos milhões e trezentos mil reais), conforme discriminação a seguir:

Orgão/Unidade	Suplementação	R\$ 1,00 Origem dos Recursos
MINISTÉRIO DA DEFESA	530.300.000	
- Ministério da Defesa (Administração direta)	70.000.000	
- Comando da Aeronáutica	318.000.000	
- Comando da Marinha	142.300.000	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	70.000.000	
- Reserva de Contingência - Fiscal	70.000.000	
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004		25.000.000
Excesso de arrecadação de Recursos Ordinários		330.300.000
Ingresso de Operações de Crédito Externas		245.000.000
Total	600.300.000	600.300.000

2. O crédito objetiva, segundo o Ministério da Defesa, complementar as dotações orçamentárias destinadas ao Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM; ao Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – PFCEAB, para manutenção do estoque de combustíveis e lubrificantes e dar prosseguimento ao cronograma de aquisição e modernização de aeronaves militares para a Força Aérea Brasileira – FAB, que permitirá a manutenção de sua capacidade operacional, viabilizando o cumprimento de sua missão institucional; e ao Reaparelhamento da Marinha, para a obtenção e instalação de novo sistema de torpedos, conforme discriminado a seguir:

– continuidade da implementação do Projeto Sivam, no valor de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), destinados à conclusão da instalação dos Radares Transportáveis, dos serviços de integração dos Sistemas Ambientais, do treinamento para os operadores dos Sistemas, da operação assistida do sistema Radar Transportável e da operação assistida da plataforma de manutenção dos Radares Fixos e Transportáveis;

– AL-X – etapas vincendas em 2005, relacionadas à aquisição de 73 (setenta e três) aeronaves, no valor de R\$58.754.682,00 (cinquenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e dois reais);

– CL-X – **down-payment**, referente ao contrato de aquisição de 12 (doze) aeronaves, no valor de R\$45.959.902,00 (quarenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e dois reais);

– F-5 E/F – **down-payment**, referente à aquisição de aeronaves usadas, oriundas de Força Aérea de nação amiga, com quantidade inicialmente estimada em 8 (oito) unidades, sujeita a alteração, em função do preço, no valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

H-X – **down-payment**, referente à aquisição de helicópteros com quantidade inicialmente estimada em 10 (dez) unidades, sujeita a alteração, em função do preço, no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); –

– Mirage 2000 – primeira parcela referente ao Memorando de Entendimentos para cessão onerosa de 12 (doze) aeronaves modelo Mirage 2000 da Força Aérea Francesa, no valor R\$21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais);

F-5 BR – etapas vincendas, relacionadas à modernização de 47 (quarenta e sete) aeronaves, no valor de R\$ 58.754.683,00 (cinquenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e três reais);

– EFIBANCA – etapas de contratação de bens e serviços de origem italiana, relaciona-

das à modernização das aeronaves AM-X e seu suporte logístico, no valor de R\$11.530.733,00 (onze milhões, quinhentos e trinta mil, setecentos e trinta e três reais);

– manutenção e suprimento de combustíveis e lubrificantes da Força Aérea, no valor de R\$97.000.000,00 (noventa e sete milhões de reais); e

– obtenção e instalação de novo sistema de torpedos para o Comando da Marinha, no valor de R\$142.300.000,00 (cento e quarenta e dois milhões e trezentos mil reais).

3. A abertura do presente crédito viabilizar-se-á com recursos oriundos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004, de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários. de ingresso de operações de crédito externas, e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 – LDO-2005), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$330.300.000,00 (trezentos e trinta milhões e trezentos mil reais) referem-se à suplementação de programações à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias;

b) R\$ 270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais) referem-se à suplementação de despesas primárias com recursos de origem financeira, sendo compensados:

b.1 – pelo cancelamento de despesas primárias, constantes do Anexo II do Projeto de Lei ora encaminhado, no valor de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e

b.2 – pela suplementação da Reserva de Contingência, considerada no item **a**, de forma a manter inalterada a meta fiscal estabelecida, no valor de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais); e

c) o art. 14 do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido decreto.

5. É demonstrado no quadro anexo à presente exposição de motivos, em atendimento ao disposto no Art 65, § 9º, da LDO-2005, o excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, utilizado parcialmente neste crédito.

6. Nessas condições, submeto à consideração de V. Ex^a o anexo projeto de lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

MENSAGEM Nº 522

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da

União, em favor do Ministério da Defesa e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$600.300.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 5 de agosto de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 65, § 9º, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004)

Fonte: 00 – Recursos do Tesouro

NATUREZA	2005		EXCESSO / FRUSTRAÇÃO
	LEI (A)	REESTIMADO (B)	C = (B-A)
11100000 Impostos	71.085.038.693	72.373.888.200	1.288.849.507
11200000 Taxas	96.234.190	44.122.317	-52.111.873
12100000 Contribuições Sociais	32.112.893.606	31.783.796.290	-329.097.316
12200000 Contribuições Econômicas	2.364.329.396	2.216.322.902	-148.006.494
13100000 Receitas Imobiliárias	146.628.070	222.003.626	75.375.556
13900000 Outras Receitas Patrimoniais	28.070.993	30.135.188	2.064.195
17200000 Transferências Intergovernamentais	313.956	12.954	-301.002
17300000 Transferências de Instituições Privadas	904.491	5.777	-898.714
17400000 Transferências do Exterior	17.973	134.775	116.802
17500000 Transferências de Pessoas	182.889	0	-182.889
19100000 Multas e Juros de Mora	1.429.517.556	1.056.384.562	-373.132.994
19200000 Indenizações e Restituições	265.118.190	535.290.443	270.172.253
19300000 Receita da Dívida Ativa	220.984.888	239.893.807	18.908.919
19900000 Receitas Diversas	678.117.045	689.289.879	11.172.834
22100000 Alienação de Bens Móveis	577.816	707.249	129.433
22200000 Alienação de Bens Imóveis	270.000.000	0	-270.000.000
25900000 Outras Receitas	2.169.652	4.997.416	2.827.764
Subtotal (D)	108.701.099.404	109.196.985.385	495.885.981
Modificações orçamentárias efetivadas (E)	-4.873.130.352	-	4.873.130.352
Posição Atualizada F = (D+E)	103.827.969.052	109.196.985.385	5.369.016.333 (*)
Créditos publicados à conta da utilização do Excesso de Arrecadação (G)			568.909.226
Abertura de Créditos Extraordinários			111.298.749
Abertura de Créditos Suplementares e Especiais			457.610.477
Excesso de arrecadação disponível H = (F-G)			4.800.107.107

(*) Excesso de arrecadação compatível com o disposto no § 4º do art. 64 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO de 2005), acrescentado pela Lei nº 11.086, de 31 de dezembro de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001–CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Até 15-8 – Publicação e distribuição de avulsos;

Até 23-8 – Prazo final para apresentação de emendas;

Até 28-8 – Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 7-9 – Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2005

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o crime de fraude em concurso público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor acrescido do seguinte artigo:

Fraude em concurso público

Art. 311-A. Empregar qualquer meio fraudulento com o fim de obter ou facilitar aprovação, para si ou para outrem, em concurso público, ou vender, comprar ou transacionar gabarito de prova de concurso público ou publicação de nome em lista de aprovação em cargo para o qual há concurso público em andamento.

Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto de lei em tela procura atualizar a nossa lei penal, para que seja possível a subsunção de novas formas delitivas identificadas no seio da sociedade. Em tributo ao princípio da legalidade estrita, mister se faz a tipificação da conduta de fraude em concurso público, a qual vem ocupando cada vez mais espaço nos meios de comunicação, e contra a qual a sociedade tem se colocado de forma veemente.

O projeto de lei em apreço busca por uma descrição típica que seja a mais completa possível, punindo tanto aquele que oferece a vantagem ilícita quanto aquele que busca obtê-la, em prejuízo alheio. Por constituir crime contra a fé pública, optamos por incluí-lo no Capítulo IV do Título X do Código Penal.

Estamos certos que, com essa inovação, contribuímos para o aperfeiçoamento de nossa legislação penal.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – **Osmar Dias**, Senador.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

Art. 311. Adulterar ou remarcar número de chassi ou qualquer sinal identificador de veículo automotor, de seu componente ou equipamento: (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

Pena – reclusão, de três a seis anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996).

§ 1º Se o agente comete o crime no exercício da função pública ou em razão dela, a pena é aumentada de um terço. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996).

§ 2º Incorre nas mesmas penas o funcionário público que contribui para o licenciamento ou registro do veículo remarcado ou adulterado, fornecendo indevidamente material ou informação oficial.” (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 2005

Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar por sessenta dias a duração da licença-maternidade prevista no art. 7º, XVIII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A prorrogação será garantida à empregada da pessoa jurídica que aderir ao Programa, desde que a empregada a requeira até o final do primeiro mês após o parto, e concedida imediatamente após a fruição da licença-maternidade de que trata o art. 7º, XVIII, da Constituição Federal.

Art. 2º Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a empregada terá direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 3º No período de prorrogação da licença-maternidade de que trata esta lei, a empregada não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento do disposto no **caput** deste artigo, a empregada perderá o direito à prorrogação.

Art. 4º A pessoa jurídica que voluntariamente aderir ao Programa Empresa Cidadã terá direito, enquanto perdurar a adesão, à dedução integral, no cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica, do valor correspondente à remuneração integral da empregada nos sessenta dias de prorrogação de sua licença-maternidade;

Art. 5º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto da lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que for implementado o disposto no artigo anterior.

Justificação

Um dos avanços sociais de maior significado para a evolução da sociedade humana no século XX é a formulação dos direitos básicos da criança e do adolescente, que exsurge como reconhecimento da complexa especificidade do ser humano no período de vida marcado pelos fenômenos de crescimento e desenvolvimento. Essa nova visão, fundada na evidência

científica acumulada em todos os ramos de conhecimento pertinentes, permitiu a elaboração da doutrina jurídica que confere à criança o estatuto de cidadão.

Na esteira dessa grandiosa conquista, o Estado brasileiro tomou-se signatário das decisões oriundas da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (ECA), acolhendo, como consequência, no art. 1º do ECA, o princípio da Proteção Integral, do qual decorre a elevação de crianças e adolescentes brasileiros à condição de sujeitos de direitos. Vale dizer que as políticas públicas, medidas legais e atos legislativos que tenham a ver com o estrato populacional infanto-juvenil terão como marco referencial os interesses primordiais advindos da sua condição especial de pessoas em desenvolvimento.

O êxito do crescimento e desenvolvimento da criança, desde a vida intra-uterina, depende de numerosos fatores do meio ambiente em que se passa sua existência, mas, fundamentalmente, da criação de vínculo afetivo adequado com a mãe, o pai e demais membros do grupo social da família que a acolhe. Por outro lado, os laços fortes desse apego mãe-filho, filho-mãe, mãe-filho-pai-família construído no primeiro ano de vida, e particularmente nos seis primeiros meses, são indispensáveis ao surgimento da criança sadia, do adolescente saudável e do adulto solidário – emocionalmente equilibrados –, alicerces seguros de uma sociedade pacífica, justa e produtiva.

A licença-maternidade de 120 dias assegurada à trabalhadora brasileira no art. 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal, foi um passo vigoroso na garantia do direito da criança às condições mínimas para o estabelecimento do vínculo afetivo que a normalidade de seu crescimento e desenvolvimento requer.

Ora, o processo biológico natural, ideal, embora não único, para a construção dessa ligação afetiva intensa que se faz no primeiro ano de vida é o aleitamento materno. A amamentação não se presta apenas a prover nutrição ao lactente. Permite o contato físico com a mãe, a identificação recíproca entre mãe e filho, bem como o despertar de respostas a estímulos sensoriais e emocionais, compartilhadas num **continuum** bio-psicológico, que se configura como unidade afetiva incomparável. Por isso, e por proposta brasileira, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o aleitamento materno exclusivo durante os seis primeiros meses de vida. É a forma natural de propiciar a plenitude do vínculo afetivo original que, na espécie humana, se faz, de maneira insubstituível, nesse período. O princípio vale, inclusive, para mães trabalhadoras que não conseguem, por qualquer razão, amamentar seus filhos. Mesmo não lhes podendo alimentar com

leite humano, podem garantir-lhes, com igual plenitude, todos os demais estímulos essenciais ao estabelecimento do vínculo afetivo, desde que estejam disponíveis para cuidarem dos filhos. Por isso, a Constituição, sabiamente, não restringe a licença maternidade às mulheres que estejam amamentando.

Ao defender o aleitamento materno, exclusivo durante os seis primeiros meses de vida, o Brasil revelou sensibilidade diante de uma exigência crucial para a alimentação saudável no primeiro ano de vida. Contribuiu, também, para reforçar a definição da duração mínima desejável da licença-maternidade capaz de assegurar a excelência dos fenômenos decisivos que se passam no primeiro ano, dos quais depende a saúde do cidadão e, como consequência, o bem-estar de toda a sociedade.

É, pois, inadiável, a formulação de mecanismo jurídico que torne possível a prorrogação, por dois meses, da licença-maternidade de quatro meses determinada constitucionalmente, sem prejuízo de direitos adquiridos e sem custos adicionais para as empresas. Só assim será possível corrigir, em consonância com o que outros países já fizeram, o desencontro entre o que a Constituição Federal preceitua, o que a evidência científica recomenda e o Poder Público tem procurado implementar com a adoção de estratégias que visam estimular o aleitamento materno exclusivo por seis meses.

O Poder Público tem se valido do caminho do incentivo fiscal para atrair empresas a um nível elevado de compromissos sociais. Trata-se de solução justa e defensável numa economia de mercado e numa sociedade democrática, cuja lógica deve ser a do convencimento e não a da imposição.

Em vista dessas considerações, o intuito do presente projeto de lei é a criação do Programa Empresa Cidadã, destinado a estimular a prorrogação da licença-maternidade estabelecida na Constituição Federal, por período de sessenta dias, mediante a concessão de incentivo fiscal que demonstre o verdadeiro compromisso do Estado com a evolução social da Nação.

A adesão ao programa é voluntária e, desde que realizada, confere à empresa o direito de deduzir, do imposto de renda devido, o valor correspondente à remuneração da empregada referente aos sessenta dias que perdurar a prorrogação da licença-maternidade.

Projeções indicam que a renúncia fiscal decorrente da proposição é palatável. Corresponde a cerca de R\$500 milhões, referente à dedução, do imposto de renda devido, da remuneração da empregada afastada.

Constata-se, pois, que, em vista dos imensos ganhos sociais da iniciativa, a relação custo-benefício da

proposta é claramente positiva, razão pela qual solicito o apoio dos nobres parlamentares.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
 Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

.....
 XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....
 Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

.....
 II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ao benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso. § 3º o disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

.....
 (À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1946*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º,

do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2005** (nº 973/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão a Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina*.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Educação, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2005

Dá nova redação ao § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art.37.**

.....

 § 1º A publicidade dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta limitar-se-á à divulgação de atos oficiais, avisos e campanhas de utilidade pública, e promoção de produtos e serviços ofertados por empresas públicas e sociedades de economia mista, vedada, em qualquer caso, a veiculação de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

.....
 (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Foi pioneira a Constituição Federal de 1988 ao disciplinar a publicidade dos órgãos e entidades da administração pública brasileira. Estabelece a Lei Maior, em seu art. 37, § 1º, que a divulgação dos atos, programas, obras, serviços e campanhas do poder público deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social. No mesmo diapasão, proíbe a veiculação de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. É evidente a intenção moralizadora do constituinte originário, por certo motivada pelo constante uso abusivo da publicidade para a glorificação de governantes.

Não obstante, o regramento constitucional parece ter sido insuficiente para deter o uso indevido da publicidade oficial. A criatividade de dirigentes mal intencionados encontrou formas de contornar a vedação imposta pela Lei Maior. Ainda que não se faça a promoção pessoal explícita, é inegável o uso da propaganda para enaltecer as virtudes de determinados governos; o que se reflete, ainda que indiretamente, em seus titulares. São exemplos as marcas, logotipos e mesmo *slogans* criados por diversas administrações que, ao longo do tempo, acabam associados ao governante ou ao partido a que ele pertence.

Não deixa de ser revoltante a utilização de escassos recursos públicos em tal finalidade, em um país com tantas carências. A cada ano, aumenta o volume financeiro aplicado em ações de propaganda para divulgar as ações tomadas por diversas administrações, supostamente em favor da sociedade. Por certo, maior benefício social seria auferido se tais somas fossem diretamente aplicadas em serviços públicos essenciais como justiça, segurança, saúde e educação. Pior do que isso, todavia, é ver, como demonstram os escândalos recentes, que os contratos de publicidade são instrumentos utilizados para transferir benesses indevidas aos protegidos dos poderosos de plantão, para acobertar as transações – as mais escusas – entre agentes públicos e privados, drenando recursos públicos escassos que poderiam ter uso mais nobre.

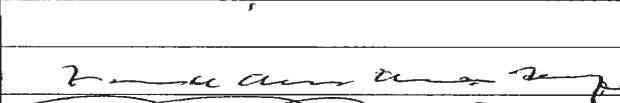


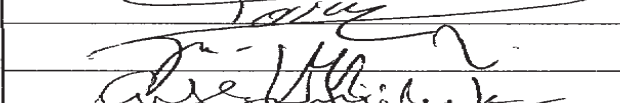
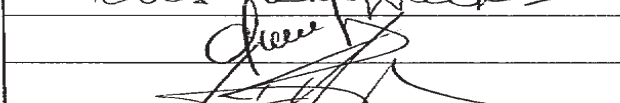
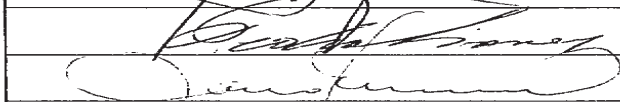
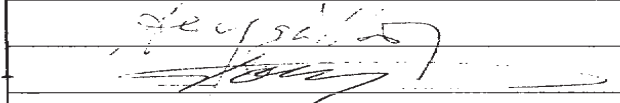
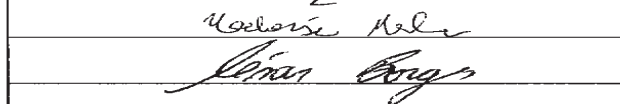
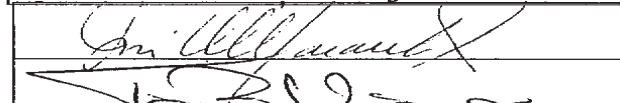
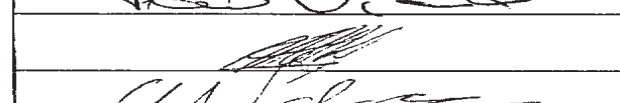
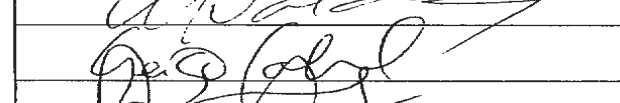
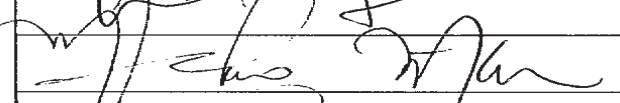

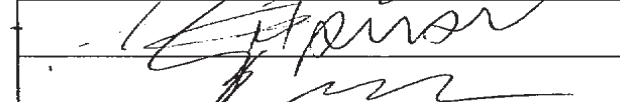
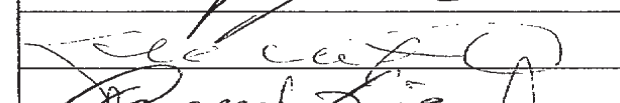
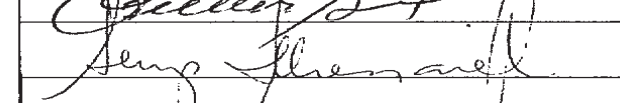
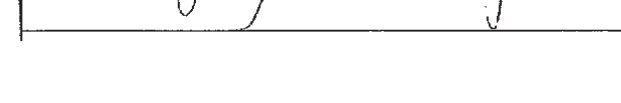
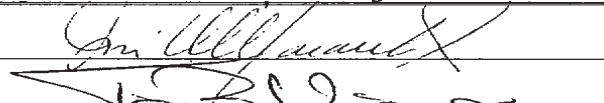
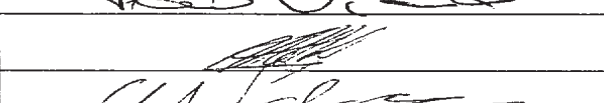

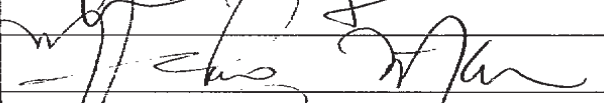
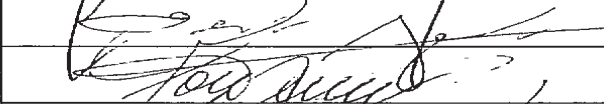
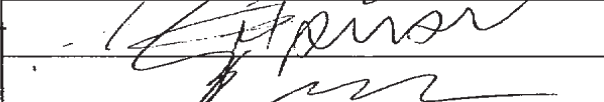
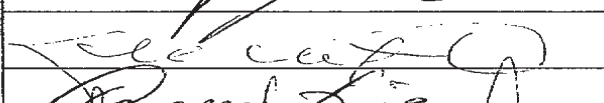
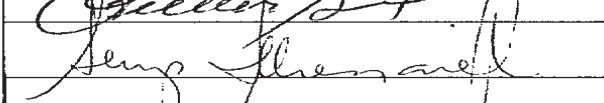


Tais motivos nos levam a propor uma disciplina mais restritiva em relação às ações de publicidade do poder público. Entendemos que a divulgação de supostos feitos governamentais serve mais ao interesse do governante do que ao da sociedade. Nesse sentido, parece-nos pertinente limitar os gastos em publicidade da administração pública à divulgação de atos oficiais (a chamada publicidade legal), avisos ou campanhas de utilidade pública (como as campanhas de saúde, de alistamento militar ou de recadastramento eleitoral, por exemplo), e promoção de produtos ou serviços ofertados por empresas públicas ou sociedades de economia mista. Na nova redação que propomos, fizemos ainda questão de manter a expressa vedação à promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. Com a medida, pretendemos avançar no sentido apontado pelo constituinte originário, com o intuito de conferir à publicidade estatal regramento condizente com o interesse público e as exigências de nossa sociedade.

Diante do exposto, submetemos a presente proposta de emenda ao texto constitucional à apreciação de nossos nobres pares, certos de sua aprovação e possível aperfeiçoamento.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005


Senador EFRAIM MORAIS

Continuação das assinaturas:

	Mário Santa
	Suplta Bogtha
	Leonel Pavan
	Rego
	MOACIR DO
	Paulo R. Paiva
	João José
	Arthur Siqueira
	Luiz Otávio
	Jose' Aquino
	Pedro Simon
	TASSO JEREISSATI
	A. L. M.
	Paulo R. Paiva
	Uelaine Kelen
	Linor Borges
	Linor Borges
	Isse Maranhão
	Tiã Viana
	MAGUI TO VILELA
	A C VAKADARES
	SERGIO CABRAL
	MARCELO CRIVELLA
	Magnus Malta
	EDUARDO APORICADO
	Rodney T. M. d.
	LEONEL PAVAN
	JUVÊNCIO DA FONSECA
	GAKI BALCI A. FILHO
	OSMAR DIAS
	SERY S. SILHESARENKO

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição da República Federativa do Brasil

Capítulo VII

Da Administração Pública

Seção I

Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

.....

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

.....

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Brasília, 9 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª. seja reiterado o pedido de informações feito ao Advogado-

Geral da União por meio do Requerimento nº 1.126, de 2004.

Cordialmente, – Senador **Edison Lobão**.

Brasília, 9 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª. seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário por meio do Requerimento nº 310, de 2004.

Cordialmente, – senador **Augusto Botelho**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência reiterará as solicitações aos Srs. Ministros de Estado, nos termos dos ofícios que acabam de ser lidos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248, de 2005**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 248, de 2005, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.*

Pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado André de Paula (PFL-PE), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, parcialmente, às Emendas nºs 4 a 15, nos termos de Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2005, que oferece, e pela rejeição das demais emendas. A Câmara dos Deputados, ao apreciar a matéria, rejeitou o Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2005, aprovando a medida provisória; e

Nº 1.342, de 2005, de Plenário, Relator revisor: Senador Ney Suassuna, favorável à Medida Provisória.

Prazo final: 19.8.2005

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve a sua discussão encerrada e a votação transferida para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 845, DE 2005

Nos termos do art. 311 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro preferência para a votação do Projeto de Lei de Conversão, apresentado no Parecer Oral do Deputado André de Paula, sobre a Medida Provisória nº 248, de 2005.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Peço a atenção do Plenário para a leitura do requerimento.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Este Secretário repete, Sr. Presidente, para melhor conhecimento do Plenário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 845, DE 2005

Nos termos do art. 311 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro preferência para a votação do Projeto de Lei de Conversão, apresentado no Parecer Oral do Deputado André de Paula, sobre a Medida Provisória nº 248, de 2005.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação o requerimento.

Chamo a atenção dos Srs. Líderes, Senador Aloizio Mercadante, Senador Antonio Carlos Magalhães, para encaminhar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Vou encaminhar o meu destaque.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Após a votação, V. Exª terá oportunidade de encaminhar o destaque.

Mais uma vez, a Mesa encarece a atenção dos Srs. Líderes, Senador José Agripino, Senador Arthur Virgílio, Senador Aloizio Mercadante. Estamos votando o requerimento da Ordem do Dia sobre a matéria que diz respeito ao salário mínimo.

Não havendo dúvida... Estamos ainda no encaminhamento do requerimento assinado por V. Exª, Senador José Agripino, para a votação da matéria.

Em votação o requerimento.

Indaguei duas vezes ao Plenário e aos Líderes se havia manifestação a fazer.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– É o requerimento que dá prioridade ao projeto de conversão?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Peço, mais uma vez, atenção do Plenário ao que está sendo lido. Vou pedir a releitura do requerimento.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB

– TO) – Pela terceira vez, Sr. Presidente, o Secretário cumpre a determinação de V. Exª, procedendo à leitura do requerimento que há sobre a mesa, que requer, nos termos do art. 311 do Regimento Interno do Senado Federal, a preferência para a votação do projeto de lei de conversão apresentado no parecer oral do Deputado André de Paula sobre a Medida Provisória nº 248, de 2005.

Assinam o nobre Líder José Agripino, o Senador Arthur Virgílio e o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço aos Srs. Líderes que orientem suas Bancadas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O PMDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O PMDB vota “não”.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, evidentemente nós votamos “sim”, por todas as razões que expusemos no dia de ontem. Essa é uma causa do Partido, e nós pedimos o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, pelo PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, signatário que fui, em segundo lugar, junto com o Senador Eduardo Siqueira Campos, que assinou comigo o requerimento de autoria do Sr. Senador José Agripino, evidentemente que com ele me ponho de acordo e recomendo à Bancada do PSDB que vote “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Sibá Machado, pelo Partido dos Trabalhadores.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E pelo Bloco, Sr. Presidente, que recomenda “não”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Bloco recomenda “não”.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, pela Liderança do Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O Governo encaminha o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Após a manifestação da maioria, as Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a pede verificação. Tem apoio de três Senadores? (Pausa.) Senadores Arthur Virgílio, José Agripino, Mão Santa e Reginaldo Duarte. Tem apoio.

A Mesa prepara o painel para a votação nominal do requerimento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedimos a todos os Senadores do PMDB que se encontram em seus gabinetes que, por gentileza, queiram vir até o plenário para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Determino às Comissões a suspensão imediata dos trabalhos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só uma correção: o requerimento foi rejeitado...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento foi aprovado e houve pedido de verificação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o requerimento foi rejeitado. Nós levantamos a mão contra e, pelo visual, o requerimento foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Houve pedido de verificação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Está certo, só quero corrigir que foi rejeitado e está havendo verificação.

Pela votação simbólica das lideranças o requerimento foi rejeitado e está havendo verificação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mercadante, a Mesa aguarda o resultado da votação em painel que esclarecerá a manifestação de V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sim, mas o Bloco, o Governo e o PMDB levantaram a mão para votar não.

Por isso, pela leitura simbólica, o voto é “não”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, a Bancada do PSDB votará, unanimemente, a favor desse requerimento até para chamar a atenção para o fato de que existe um Governo que se instalou no poder prometendo mundos e fundos a militares, a servidores civis e aos trabalhadores que ganham salário mínimo e não cumpriu absolutamente nada. Então, votamos “sim”. Peço a presença de todos os Senadores do PSDB para votarmos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em votação a Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores podem votar e qualquer dúvida será retirada pelo painel do Senado Federal.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nós pediríamos que as CPIs fossem suspensas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Já determinei a imediata suspensão dos trabalhos das comissões, nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu lembraria, Sr. Presidente, que, como temos duas CPIs na Câmara, temos que dar um tempo para que os Senadores cheguem nesta Casa.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – SP)
– Senador Eduardo Suplicy, o painel aguarda a votação de V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB vota “não” e pede aos Srs Parlamentares que estão nos Gabinetes que venham com urgência ao Plenário para a votação nominal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, enquanto transcorre a votação, eu gostaria de fazer uma explicação. O ex-Senador Márcio Lacerda me telefona pedindo que se esclarecesse que não é a ele que se refere o noticiário quando se fala de alguém que teria sacado no Banco Rural. É o Dr. Márcio Lacerda, ex-Secretário Executivo do Ministério do Interior, por sinal também um homem de bem – os dois o são.

Um, a meu ver, se explicou muito convenientemente, o Sr. Márcio Lacerda, executivo. O ex-Parlamentar registra apenas que é uma homonímia. Eu já expliquei a ele que não pesa nada contra eles dois, a meu ver, a juízo do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Reitero aos Srs. Senadores que venham ao plenário votar. Estamos em votação nominal. Os Srs. Senadores que estejam em comissões devem suspender imediatamente os trabalhos. O quórum está baixo até o momento.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– A Liderança do Governo recomenda o voto “não”. Pede aos Senadores que votem “não”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB, as Oposições e quem tem a sensibilidade para com o trabalhador brasileiro votam “sim”, Sr. Presidente.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Reitero aos Srs. Presidentes de Comissões que foi determinada a imediata suspensão dos trabalhos de todas as comissões nas dependências do Senado

Federal, inclusive CPIs, para que os Parlamentares possam vir ao plenário votar.

O Senador Osmar Dias tem a palavra pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, o PDT, até para ajudar que o Presidente Lula cumpra o seu compromisso de dobrar o salário mínimo durante o seu mandato, vota “sim” por um salário mínimo pelo menos um pouco melhor.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O PDT vota “sim”.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Senador Antonio Carlos Magalhães, a CPI dos Correios, infelizmente, estava reunida, mas foi determinada a imediata suspensão dos trabalhos. É apenas o tempo de cinco minutos para os Srs. Senadores chegarem e registrarem o voto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, quando o Governo tiver maioria, V. Ex^a me avise.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Aguardarei mais cinco minutos, Senador Antonio Carlos Magalhães.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

O Senador Ramez Tebet pede mais um minuto.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, V. Ex^a não vota?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Como estou presidindo a sessão, não posso ter lado neste momento, Senador Sibá Machado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Sr. Presidente, solicito aos Senadores que estão nas CPIs que venham ao plenário imediatamente para votar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Isso já foi determinado, e a Secretaria já informou que suspendeu todos os trabalhos das CPIs.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Se todos os Srs. Senadores já votaram, a Mesa vai encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

REQUERIMENTO Nº 845, DE 2005

SOLICITA PREFERÊNCIA PARA VOTAÇÃO DO PLV Nº 19, DE 2005 (MP 248/2005)

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 10/8/2005

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 10/8/2005 17:07:23
Encerramento: 10/8/2005 17:18:56

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	NÃO
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	NÃO
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	NÃO
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	NÃO
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	NÃO
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	NÃO
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	NÃO
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	NÃO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	NÃO
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PFL	PA	LUIZ OTÁVIO	NÃO
-	MT	LUIZ SOARES	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	ABST.
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PMDB	MA	MAURO FECURY	NÃO
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
-	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	NÃO
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	NÃO
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	NÃO
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	NÃO
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	NÃO
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	NÃO

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 27
Votos NÃO : 28
Votos ABST. : 01

Total : 56



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 27 Srs. Senadores; e NÃO 28.

Houve uma abstenção.

Total: 56 votos.

Rejeitada a matéria.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 846, DE 2005

Destaque de disposição para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Destaque de disposição para votação em separado da emenda. O autor é o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Em votação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, o Relator não proferiu o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sr^{as} e Srs. Senadores, a Mesa esclarece que, neste momento, estamos votando apenas os requerimentos e não estamos apreciando o mérito.

A Mesa indaga às Lideranças qual é a orientação para a votação.

Senador Arthur Virgílio, qual é o voto do PSDB?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, vamos querer discutir e encaminhar a matéria, o Senador Antonio Carlos e eu.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Ainda estamos votando o requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A favor

do requerimento, Sr. Presidente. O PSDB, mais uma vez, unanimemente, votará a favor do requerimento de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O PSDB vota “sim” ao destaque para votação em separado.

Senador José Agripino, do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O PFL

repete o voto entusiasticamente: “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O PFL vota “sim”.

Senador Sibá Machado, pelo PT e pelo Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Votamos “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O PT e o Bloco de Apoio ao Governo votam “não”.

Senadora Heloísa Helena, do P-SOL.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Desculpe, Sr. Presidente. Temos que ser onipresentes, e, como eu estava lá na CPI na Câmara, fica difícil. Estamos votando o requerimento de destaque para a votação em separado do valor maior?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Exatamente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O

P-SOL vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O P-SOL vota “sim”.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Pre-

sidente, uma questão de ordem. Estamos votando o requerimento para fazer o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– De votação em separado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito

bem. O PMDB votará “sim” ao requerimento.

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O PMDB vota “sim” ao requerimento, que não envolve o mérito.

Como vota o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, vamos encaminhar o voto “sim” para permitir o debate de mérito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Como vota o Senador Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – O

PTB vota “sim” ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O PTB vota “sim” ao requerimento.

Senador Osmar Dias, como vota o PDT?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O PDT vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O PDT vota “sim”.

Como vota o Senador Valmir Amaral? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Não havendo mais quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está, portanto, aprovado o requerimento.

A matéria destacada será votada oportunamente.

Em votação a Medida Provisória, sem prejuízo das emendas e da matéria destacada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A que horas se completa o prazo a partir do qual poderemos pedir votação nominal outra vez, visto que essa é nossa intenção clara?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, se a pergunta de V. Ex^a for no sentido de saber qual é a hora a partir da qual V. Ex^a ou qualquer Líder poderá pedir verificação nominal...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A que horas posso pedir verificação nominal outra vez?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Gostaria de responder: a partir de 18 horas e 18 minutos exatamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy por até cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no momento presente, o valor de R\$300,00 para o salário mínimo não é aquele que gostaríamos. Contudo, responsabilmente, tendo em conta as repercussões no Orçamento, sobretudo da Previdência, considerando que há aproximadamente 15 a 16 milhões de pessoas que recebem o salário mínimo pelo sistema de Previdência – além dos diversos benefícios hoje pagos no Brasil – e que há mais de 31 milhões de brasileiros que, no mercado de trabalho formal, recebem o salário mínimo, embora não seja ainda o valor desejável, é aquilo que as autoridades econômicas, o Ministro Palocci e o Presidente Lula entenderam possível na sua meta de dobrar o valor real do salário mínimo até o fim de seu mandato.

Por outro lado, reitero, sempre mais, sobretudo quando passarmos do estágio do Programa Bolsa Família à Renda Básica de Cidadania, que será necessário, nos anos vindouros, cada vez mais, na hora de definir o valor do salário mínimo, considerarmos dois valores: o do salário mínimo e o da Renda Básica de Cidadania, objeto da lei aprovada pelo Congresso

Nacional e sancionada pelo Presidente, que será instituída gradualmente.

Quando houver a Renda Básica de Cidadania, ela poderá ser considerada um elemento importante para o direito de todos os brasileiros de partilharem da riqueza da Nação. E aquilo que for objeto de remuneração do trabalho será em acréscimo ao que todos terão, em cada família, todos os membros, como parte do direito de todos de serem sócios da Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, para encaminhar a votação.

Antes de fazer uso da palavra o Senador Heráclito Fortes, gostaria de comunicar a V. Ex^{as} que os Líderes partidários resolveram, hoje, aprovar um calendário especial para aprovação de uma nova versão da reforma política, em função do projeto do Senador Jorge Bornhausen, que objetiva mudar a legislação, garantir a ética, a transparência, reduzir custos. Até o dia 23, concluiremos esse calendário de votações aqui no Senado Federal.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, que dispõe de até cinco minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senador Delcídio Amaral, talvez uma das maiores revelações políticas que o Brasil vê nestes últimos tempos, homem de palavra, cumpridor dos seus deveres e Líder do Governo, imagino o constrangimento de V. Ex^a por estar aqui nesta votação. V. Ex^a subiu aos palanques de Mato Grosso e do Brasil inteiro emprestando apoio à candidatura do Presidente Lula, prometendo dobrar o salário do brasileiro em quatro anos. Estamos chegando ao final do terceiro ano, e o salário não é nada daquilo que o povo brasileiro esperou.

Tenho certeza de que, se dependesse de V. Ex^a, Senador Delcídio, teríamos avançado muito nessa matéria. Essa, Sr. Líder, é apenas uma amostra das contradições do atual Governo, do que prometeu em praça pública e do que realiza; do que prometia, quando era estilingue, e do que cumpre agora, que é vidraça.

Sr. Presidente, a questão do salário mínimo não é um fato isolado. Se examinarmos também o programa das desigualdades sociais, o Governo prometia, até o final de 2006, dar pelo menos três alimentações diárias ao brasileiro. Criou-se o Fome Zero, com as expectativas, as promessas mirabolantes, e, nessa questão, o que houve, na realidade, foi um retrocesso.

O ex-Senador e hoje Deputado Roberto Freire, ontem entrevistado no “Programa do Jô”, mostrou muito bem o perigo que corremos com a prática desses programas sociais paternalistas e que, acima de tudo,

viciam o brasileiro. Os programas sociais do atual Governo, Senador Tasso Jereissati, estão simbolizados pela compra de um avião por R\$168 milhões. Não sou contra, quero ser franco, a que o Estado brasileiro tenha uma aeronave condigna para transportar a autoridade maior do País. Mas o estranho, Senador Sibá, é que esse avião tenha sido comprado e pago antecipadamente. Não existe isso, nem xeique árabe compra avião pagando à vista. Faz-se **leasing**, financiamento de longo prazo. O Brasil, não, dinheiro sobrando, inaugurou essa modalidade de compra de aeronave.

Senador José Agripino, o Governo do Presidente Lula, que anunciou e comemorou o rompimento com o Fundo Monetário Internacional, há cerca de um mês antecipou R\$8 bilhões do montante da dívida. Ora, não há governo que consiga cumprir promessa de pagar salário mínimo e de atender às reclamações das populações mais carentes, invertendo as prioridades da sua política.

O social, Senador Arthur Virgílio, tenho a impressão de que guardaram para aquele hipotético segundo mandato, em que o povo brasileiro não acredita mais.

Senador Sibá Machado, o que a Nação brasileira espera hoje é o resgate das promessas cumpridas. O que a Nação brasileira espera hoje é a recuperação da credibilidade do governo no que diz respeito a banir dos seus quadros essa corrupção desenfreada, de cujo fim não se sabe.

Estamos aqui para votar de acordo com o que pensa o povo brasileiro, para defender um salário justo para o funcionalismo público do País e para fazer um apelo ao governo para que acorde, desça do palanque, procure se reencontrar com os programas sociais que defendeu ao longo do tempo, procure cumprir as promessas de campanha e realizar todos os desejos da população brasileira, que de boa fé acreditou na pregação e levou um trabalhador à Presidência da República, achando que a esperança pregada ao longo dos anos finalmente estava por chegar. Hoje amarga uma tremenda frustração e, acima de tudo, uma decepção com os rumos não só da economia brasileira, mas da própria administração do atual governo.

Portanto, Sr. Presidente, marcamos a nossa posição em nome de um salário mais justo para o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência procede à inscrição de V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Demóstenes Torres, e, em seguida, ao Senador Mão Santa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil vive um momento difícil, um momento **sui generis**, um momento de desencanto. O Brasil está prenhe de desencanto. Isso é péssimo, porque temos ainda um ano e meio de governo, um governo que queremos que acabe, no bom sentido, que vá até o fim, pois foi eleito para isso. O eleitor depositou confiança maciça no homem e no partido que acreditava seria a redenção.

Era o partido da moralidade; era o partido que vinha para redimir o Brasil de todas as práticas espúrias e para conjurar, de uma vez por todas, a imoralidade e a indecência que grassavam neste País. Era o partido e o presidente que vinham para resolver o problema da segurança pública, da criminalidade, do tráfico de drogas, mas acabaram gastando, Sr. Presidente, sete centavos, este ano, por cada brasileiro em segurança pública. Foi o partido que se apresentou para resolver o problema da saúde pública, para fazer com que as filas desaparecessem dos hospitais, para, de uma vez por todas, acabar com as endemias e as epidemias no Brasil.

Mas o que conseguiu foi verdadeiramente produzir o escândalo dos vampiros, desaparelhar toda a Administração Pública, acabar com a rede de excelência, Senador Mão Santa, na saúde pública como a que havia, por exemplo, no Instituto Nacional do Câncer.

Foi o partido, enfim, que apareceu junto com um presidente que fazia os discursos mais tocantes ao coração do brasileiro, que levava esperança. Acreditávamos que o Brasil fosse mudar.

Qual o quê!

O que foi que apareceu? Apareceram escândalo e mais escândalo. Os escândalos que surgiram levaram à crença de que o presidente estava mais interessado em perseguir a liberdade de imprensa, em fazer com que aqueles que trabalharam para o governo viessem receber os seus benefícios, e se criou a figura do mensalão.

Apareceu o Sr. Valério, Senador Wellington, um homem capaz das mais diversas indulgências e que, em vez do programa Fome Zero, acabou criando o programa “cama zero”. Foi algo extraordinário.

O governo acabou ladeira abaixo, e hoje estamos vendo algo que nem no nosso mais remoto imaginário

poderíamos pensar: a luta do Governo do Partido dos Trabalhadores, do Governo do Senador Paulo Paim – homem que está lutando, há muito tempo, para que o salário mínimo possa ser dobrado, duplicado –, para que o trabalhador não tenha aumento do salário mínimo.

Quando é que poderíamos imaginar que isso ia acontecer, que o discurso seria derrotado pela prática, Senador Pedro Simon? Este governo acabou dando um exemplo terrível. Acabou com as esperanças do brasileiro e hoje tenta, desesperadamente, se sustentar numa CPI em que seus dirigentes se engalfinham cada vez mais para tentar abafar a verdadeira causa e o verdadeiro espírito deste governo, que é um governo desavergonhado, que surgiu e apareceu, simplesmente, para que seus membros enriquecessem.

O Senador Antonio Carlos Magalhães, há muito tempo, vem denunciando-o e acredita, como eu, que muitos dos dirigentes, em vez de estarem nos ministérios ou dirigindo os partidos, principalmente o PT, deveriam estar mesmo atrás das grades, onde devem ter sido gerados e de onde nunca deveriam ter saído.

Hoje estamos brigando, sim, sabendo, não demagogicamente, que o governo pode aumentar o salário mínimo, mas ele quer fazer o superávit fiscal. Esse superávit tem apenas uma finalidade: fazer com que a banca internacional, com que os bancos recebam o seu, porque os Parlamentares, especialmente os da Câmara, aliás, os da Câmara, e mais muitas autoridades, esses já receberam através das indulgências “valerianas” e de outras conexões que certamente vão aparecer.

Por incrível que pareça, hoje quem está aqui, defendendo o aumento do salário mínimo, e com coerência, porque nunca fugiu da coerência...

(Interrupção do som.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – ... somos nós, o Partido da Frente Liberal, e o Partido da Social Democracia Brasileira, aliados com gente do primeiro time, como a Senadora Heloisa Helena, com gente do PMDB, também de primeiro escalão e de altíssimo coturno, como Pedro Simon e companhia. Nós queremos, e estamos demonstrando que o Governo precisa ser derrotado a bem do trabalhador.

Triste figura a do Partido dos Trabalhadores, um Partido que, hoje, merece o desencanto das ruas e que simplesmente nós vamos derrotar ano que vem nas urnas, mostrando todas as suas incongruências e mostrando que, simplesmente, é um partido da enxada. O PT é o partido da trapaça.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para registrar que na votação anterior eu sigo a orientação do meu Partido, porque eu estava ausente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Ata registrará a posição de V. Ex^a.

A Mesa convoca o próximo orador inscrito, o nome Senador Mão Santa. V. Ex^a tem a palavra, Senador Mão Santa, para alegria do Plenário e do Brasil.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senador Eduardo Siqueira Campos, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros, aqui presentes e os que nos assistem pelos sistemas de comunicação.

O Senador Magno Malta, filho da santa Dan Dan, me deu um símbolo para usar na lapela. Não é um tucano não, Papaléo. É uma águia. E eu aceitei, e é oportuno, porque me fez lembrar do Águia de Haia.

Presidente Lula, aprenda: O trabalho e o trabalhador vêm antes. A primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador. Somente depois, vem o capital, a riqueza e os banqueiros.

Aí o Lula inverteu e o deus dele é o dinheiro, os bancos, o FMI, o BID, o Bird, o Brasdesco, o Itaú.

Senador Sibá, V. Ex^a nasceu no Piauí. Eu vi o Lula tempos atrás na televisão. O operário tem que tomar aos sábados, Senador Siqueira Campos, uma cervejinha. Todo operário tem que tomar uma cervejinha aos sábados. É muito justo. O salário tem que dar para uma cervejinha. E não só ele, a mulher dele, a Adalgisinha dele lá. Está bom.

Não votei na primeira vez, na segunda não votei, na terceira não votei, na quarta, Senador Antonio Carlos Magalhães, o Cão atentou e eu votei no Lula. Mas porque fiquei naquela imagem de que o trabalhador merecia aos sábados tomar uma cervejinha com a mulher dele. Mas, com esse salário, Lula, não dá. Não dá nem para a cachacinha. Não dá! Então, temos de buscar um salário melhor.

A vergonha, esta não pode ser a Casa da vergonha. Oh, Geraldo Mesquita, eu vi aqui o Presidente se acocorar ao Poder Judiciário. São R\$24.500,00, e já estão aprovados.

Senador César Borges, V. Ex^a, que é engenheiro e sabe matemática, que o Palocci não sabe, nos países civilizados a diferença entre o maior e o menor

salário é de dez vezes. Então o salário mínimo deveria ser, considerando os R\$24.500,00 dos magistrados, de R\$2.450,00.

E mais. A vergonha maior que eu senti – e estou morto de vergonha –, na Alemanha o Suplicy disse que a diferença é sete vezes do menor para o maior. Mas a maior vergonha desse gênio, o melhor, o bom caráter, um grande Líder... Ele disse ali que a maior diária de um Senador é 460 dólares. Ué, ué, ué! Foi o extraordinário Mercadante, a estrela do PT, que brilha pelo seu saber. Quatrocentos dólares!

Olha, vamos para o inferno se deixarmos um salário desse, Senador Tasso Jereissati. Quatrocentos e cinquenta a diária de um Senador. Disse ele ali. E o pobre... Está ali o Líder da Comunicação do PMDB autêntico! Já tem um PMDB autêntico: Presidente de Honra, Senador Ramez Tebet; Presidente Executivo, Senador Pedro Simon. O nosso amigo Senador Sérgio Cabral é o Diretor de Comunicação. O nosso do Rio Grande do Norte, Senador Garibaldi, é o Vice-Presidente. E aquele que tiraram do INPS, do Acre, o nosso extraordinário Senador, é o Diretor de Ética.

Então, em nome desse PMDB autêntico que lutou pela redemocratização e pela anistia, lutamos por um salário digno, pela primazia do trabalho e do trabalhador. Nós viemos aqui pedir.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, tenho direito a cinco minutos mais dois.

Nós viemos pedir, então, à sensibilidade do PT. Dê um salário maior. Esse não dá, Senador Sibá!

O Senador Delcídio, que é Líder, olha, o Presidente João Batista Figueiredo foi homem demais. Senador Antonio Carlos, um estudante, uma criança perguntou ao Presidente João Batista Figueiredo o que ele faria se ganhasse o salário mínimo. E ele, na autenticidade, disse: “Daria um tiro na cabeça”. Ele disse que daria. Ah, se o Lula desse, porque esse salário é vergonhoso! Então, poderia nascer a esperança. Essa é a verdade.

Então, Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, vamos resgatar a justiça. O Livro de Deus diz: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Um minuto é bom, é o suficiente. Cristo, em um único minuto, fez o Pai-Nosso, que apresenta 56 palavras. Quando balbuciamos, transportamo-nos da terra aos céus. Então, que estas palavras cheguem ao Lula, que disse que o

trabalhador merecia uma cervejinha com a mulherzinha dele no fim de semana. Então, esse salário não dá! O Lula, portanto, com tanta suspeita e acusação, não pode ficar como mentiroso. Senador Tasso Jereissati, meu pai, nascido no Maranhão, disse que quem mente rouba. Então, aquilo era uma mentira do Lula. Ele tem que permitir que seja resgatado um salário justo e digno para o trabalhador brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa vai convocar o próximo orador, Sérgio Cabral, mas apenas esclarece ao Senador Mão Santa que o Regimento diz claramente que, na discussão da matéria, são dez minutos e, no encaminhamento, cinco minutos. Os dois minutos adicionais se aplicam sempre às comunicações inadiáveis e partidárias. Não é o caso de encaminhamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Fora do microfone.) – Só uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Ora, Sr. Presidente, não me baseei no Regimento, não. Baseei-me na sensibilidade de V. Ex^a porque eu aprendi no livro de Deus que “a árvore boa dá bons frutos”. E V. Ex^a é filho de Siqueira Campos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a teve os dois minutos, Senador Mão Santa, que pediu à Mesa.

Senador Sérgio Cabral, V. Ex^a é o próximo orador inscrito pelo prazo de cinco minutos, acrescidos da sensibilidade que esta Presidência tem para com todos os integrantes desta Casa.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu me lembro que quando foi aprovada, no Congresso Nacional, a lei que permitia o salário mínimo regional, nós do Rio de Janeiro saímos na frente e aprovamos o nosso salário mínimo regional que, no início, teve forte reação de setores produtivos rurais, alguns setores da indústria e do comércio que diziam que isso quebraria a economia do Estado. Basta entrar na Internet e buscar o que se falava na época, no Estado do Rio de Janeiro, quando nós aprovamos lá o salário mínimo regional. O Governador, o Garotinho, e eu, Presidente da Assembleia Legislativa. Pois bem, esta política continua – e isso ocorreu em 2000; já se passaram cinco anos, quando fizemos os reajustes, o que só fez aumentar o poder aquisitivo do trabalhador do Estado do Rio de

Janeiro. A empregada doméstica do nosso Estado tem um piso salarial de R\$350,00, bem como o trabalhador rural. Não houve debandada, não houve desemprego. Pelo contrário, a economia se fortaleceu.

Aqui no Senado Federal, há dois anos e meio, discutíamos e votávamos a reforma da Previdência. E o Governo do PT defendendo que a solvência do Estado passava pela cobrança de taxas aos aposentados e pensionistas. Gerou solvência à Previdência Social a cobrança a aposentados e pensionistas? (Pausa.)

Sr. Presidente, solicito um esclarecimento: é a primeira emenda que estamos discutindo, dos R\$10,00, ou a dos trezentos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Estamos votando a medida provisória.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – E depois vamos votar os...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Depois, a única votação em que foi solicitado o destaque, o DVS do Senador Antonio Carlos Magalhães, foi em cima da emenda do Sr. Deputado Eduardo Paes, que eleva para R\$384,00.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Ela foi a única solicitada?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – É o único DVS apresentado.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – O PT então, de lá para cá, em 2003, em 2004 e agora em 2005, se posiciona em uma política conservadora, falando em solvência do Estado, em solvência da Previdência, e diz que quebra a Previdência Social se dermos um reajuste maior. Ora, francamente, isso é um deboche com a própria política anterior do PT, como hoje é um deboche tudo o que estamos vivendo no Brasil.

O PT, que votou contra a Constituição brasileira de 1988, expulsou os Deputados que votaram em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, expulsou Erundina porque participou do Governo de Itamar Franco; o PT, que sempre buscou uma limpeza ética que, a meu ver, sempre teve um teor questionável por ser absolutamente fronteiro, com posições fascistas, discricionárias; o PT, que nunca quis se misturar em todo o processo que nós do PMDB alavancamos no Brasil, desde a luta pelas Diretas Já, no processo do Colégio Eleitoral, misturando sim e buscando o senso comum; esse PT, que a cada votação do salário mínimo criticava os Governos que por aqui passaram: de José Sarney, de Itamar Franco e de Fernando Henrique, vem agora defender um salário mínimo de R\$300,00. Ora, faça-me um favor! Isso é um deboche, é mais uma contradição deste Governo.

Há contradições morais, éticas, com três CPIs instaladas no Congresso Nacional; há contradições econômicas, pagando-se bilhões de reais em juros todos os anos aos banqueiros e não se abre para uma negociação de aumento do salário mínimo!? A pergunta não é que País é este, mas sim que PT é esse?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos discutindo o aumento para R\$384,00, mas ontem nós discutimos uma solicitação de R\$10,00 a mais que o PT já não aceitava. Graças a Deus, nos somamos ao esforço do Senador Antonio Carlos Magalhães de elevarmos para R\$384,00. A Bahia também aplicou um piso regional.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma frustração, não para mim porque nunca acreditei naqueles que não se misturam. Quando se misturaram deu no que deu; naqueles que não aceitam a pluralidade. Agora, certamente para os eleitores do PT e do Presidente Lula vê-lo editar uma medida provisória de R\$300,00 de salário mínimo... Francamente!

O que me decepciona é ver companheiros do meu Partido, o PMDB, nesse governismo barato, nesse governismo menor, nessa visão fisiológica atrasada. Aliás, amanhã estaremos lançando um programa nacional coordenado pelo Professor Carlos Lessa, do PMDB que nós queremos, o PMDB independente, o PMDB que não aceita ser cooptado num momento como este, em que estamos votando um salário mínimo de R\$300,00. O mínimo que este Governo deveria fazer era rever essa questão, repactuar o salário mínimo no Brasil!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a seja bem-vindo! Estava fazendo falta a esta Casa.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Na questão de encaminhamento da votação, V. Ex^a pode ter a inscrição para falar. Já fica devidamente inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência, para melhor esclarecimento do Plenário, lerá a lista dos Senadores inscri-

tos para o encaminhamento da votação pelo prazo de cinco minutos.

O próximo orador é o Senador Marcelo Crivella. Em seguida, o Senador Cristovam Buarque; Senador Marco Maciel; Senador Tião Viana; Senador Luiz Otávio; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Osmar Dias; Senadora Heloísa Helena; Senador Geraldo Mesquita Júnior; Senador Sérgio Guerra; Senador Antonio Carlos Magalhães; Senador Sibá Machado; Senador César Borges; Senador Flexa Ribeiro; Senador Efraim Morais, e Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, para encaminhar a matéria. (Pausa.)

Como S. Ex^a não se encontra em plenário, concederei a palavra, por permuta, ao Senador Cristovam Buarque por cinco minutos. O Senador Marcelo Crivella fica reinscrito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ao longo das últimas semanas, creio que o povo brasileiro inteiro e cada um de nós estamos esperando, com ansiedade, sair da discussão de mensalões, de contribuições, para discutir assuntos que afetem diretamente a população brasileira.

Assisti, constrangido, a todos os últimos debates que dizem respeito ao meu próprio Partido e à vida pública brasileira. Quero dizer, Sr. Presidente, que hoje estou tão constrangido ao discutir o salário mínimo quanto eu estava ao debater o mensalão. Pergunto-me o que está o povo brasileiro pensando do fato de estarmos aqui discutindo se vamos acrescentar ou não R\$10,00 ao salário mensal de um trabalhador.

Tive vontade de trazer aqui, Sr. Presidente – mas não sou dado a esses gestos teatrais –, um pão. É o que significa esse aumento, um pão por dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Cristovam Buarque, permita que a Mesa faça um esclarecimento a V. Ex^a até para que sirva para o ordenamento dos trabalhos e para os demais Senadores.

Tendo o Plenário rejeitado o pedido de análise do projeto de lei de conversão, que preconizava R\$310,00, passamos a analisar a medida provisória e estamos analisando o mérito dela.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Portanto, o Plenário terá apenas duas possibilidades: aprovar os R\$300,00 da medida

provisória ou os R\$384,00 da matéria destacada – e não mais R\$310,00

Então, estamos agora, neste exato momento, discutindo a medida provisória, que fixa em R\$300,00 o salário mínimo ou o DVS, que fixa em R\$384,00.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Manifestarei o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Foi apenas para esclarecimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Uma das propostas, portanto, é de um pão a mais por dia. A outra significa oito pães. Estamos aqui gastando um dia inteiro no Senado Federal para votar essa matéria. Se fizermos a conta de quanto custa para a sociedade brasileira o nosso trabalho de um dia e compararmos essa quantia com a diferença do salário mínimo, tenho absoluta certeza que o constrangimento será geral.

Há o constrangimento, por um lado, de o meu governo e o meu partido não terem sido capazes de conseguir a diferença necessária para pagar o salário mínimo, seja de R\$310,00, seja de R\$384,00. E o constrangimento de ver também que alguns de nós consideram um grande salto na vida dos trabalhadores ter um pão a mais por dia.

Eu me pergunto se esse debate é em alguma coisa mais engrandecedor do que o debate das últimas semanas sobre quem pagou a quem, sobre para quem foram os recursos e se houve ou não mensalão.

Sr. Presidente, há um ano, ao votar o salário mínimo, eu disse que votaria com a proposta do Governo, de R\$260,00, se o Governo se comprometesse com um choque social, porque, esse sim, melhoraria as condições de vida dos trabalhadores. Não com um pão a mais por dia, mas com escola boa para os filhos; não com dois, ou três, ou quatro pães a mais por dia, mas sim com água e esgoto nas suas casas. E isso é possível. E os recursos existem se quisermos definir corretamente as prioridades.

Foi aprovada a minha proposta do choque social, e o Presidente da República, depois de um acordo feito por intermédio do Ministro Palocci, vetou a proposta do choque social, Senador Mão Santa. Naquele dia, vim aqui, pedi desculpas ao povo e disse que todos nós temos direito a enganar-se uma vez, duas vezes é estupidez.

Não posso me conformar com o fato de que não estejamos aqui discutindo coisas mais profundas, como a revolução que pode ser feita na realidade social do Brasil, mediante um choque social. Em vez disso, queremos considerar como suficiente o salário mínimo de

R\$300,00 ou que será um grande salto se o salário mínimo for de alguns centavos a mais por dia.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^{as} Senadoras, eu me nego a votar qualquer dessas duas propostas. Não quero ficar comprometido com o baixo salário que se propõe nem quero enganar o povo, dando a impressão de que haverá um grande salto com aquele aumento que está sendo proposto. Eu me nego a votar essas alternativas.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa agradece a V. Ex^a Senador Cristovam Buarque, e convoca novamente o Senador Marcelo Crivella. (Pausa.)

Por permuta, portanto, a Mesa convoca o próximo orador inscrito, Senador Marco Maciel. (Pausa.)

S. Ex^a declina!

O próximo orador inscrito é o Senador Tião Viana.

A Mesa posterga a inscrição de S. Ex^a para convocar o Senador Luiz Otávio.

Senador Luiz Otávio, a Presidência interrompe o diálogo de V. Ex^a para dizer que V. Ex^a é o próximo orador inscrito.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Vou permutar com o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Está permutado! V. Ex^a é o próximo orador inscrito, Senador Luiz Otávio; depois, o Senador Osmar Dias, a Senadora Heloísa Helena, os Senadores Geraldo Mesquita, Sérgio Guerra, Antônio Carlos Magalhães, Sibá Machado, César Borges, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Efraim Morais e Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Desculpe-me, Senador Juvêncio.

Sr. Presidente, não ouvi o meu nome. Ele está na relação?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Magno Malta, V. Ex^a está inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desculpe-me, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PDT – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu Partido, o PDT, já se manifestou sobre o novo projeto que trata do salário mínimo velho por intermédio de seu Líder, Senador Osmar Dias. Disse categoricamente nosso Líder que orientava a Bancada no sentido de votar pelos R\$310, no mínimo, para ajudar nosso Presidente a dobrar o salário mínimo até o final do seu Governo.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a é um grande advogado dos trabalhadores deste País e também um grande petista. É um petista autêntico, legítimo, que o povo brasileiro aplaude. Imagino que V. Ex^a está passando por um constrangimento muito grande, porque essa proposta de salário mínimo, inclusive recusando uma majoração de dez reais, chega a ser ridícula. Digo a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que essa conduta do Governo é costumeira, não muda. Na verdade, parece que o trabalhador é, na verdade, o alvo negativo da administração que temos hoje.

Veja o que aconteceu com os aposentados. V. Ex^a batalhou aqui, empenhou seu prestígio, seu nome e até sua honra política, apostando no Governo na PEC paralela, e chegamos onde chegamos com referência aos aposentados.

Existe proposta de uma reforma sindical que neutraliza os sindicatos, que desvaloriza o trabalhador. Assim o Governo, de projeto em projeto, traz o desprestígio, o enfraquecimento não só do trabalhador, do seu salário, da sua renda, como também das instituições representativas.

Imagine V. Ex^a um projeto de lei em que o Governo concede ao servidor público federal 0,1%. Senador Mão Santa, V. Ex^a aqui já tratou desse assunto importantíssimo que foi o aumento de 0,1% para o servidor público federal. Estamos na República da vergonha, na República do constrangimento.

Srs. Senadores, meus ilustres Pares desta Casa, que dificuldade estamos tendo de transitar entre o povo, de passear nas avenidas, de ir a uma solenidade, de manter contato com a população em razão desses momentos difíceis que estamos vivendo.

No entanto, a cada momento que passa, sentimos que nada de novo acontece. Vejo agora a questão mais clara que está exigindo neste País, a ação política, a ação administrativa, o objetivo do Governo é, antes de tudo, favorecer os banqueiros, o mercado financeiro internacional. Um banco brasileiro, competente, muito competente, teve um lucro de mais de 100% nesse primeiro semestre, um lucro de R\$3.600 bilhões, um banco só, apenas um banco. E continua-

mos insistindo que o salário mínimo para o trabalhador brasileiro que é essa miséria que está aí; não se pode sequer discutir um aumento acima de R\$10,00 por mês. Isso é triste!

Estou usando a palavra aqui hoje para dar uma satisfação à população do meu Estado, que, às vezes, não nos vê aqui na tribuna, todo dia, debatendo as questões nacionais, debatendo a questão do mensalão, desta corrupção que está desgraçando o País. Mas era preciso, num momento como este, que trouxéssemos uma palavra lenitiva, pelo menos para o trabalhador brasileiro, e dizer: olha, nós estamos aqui recuperando, mesmo que parcialmente, o seu salário. Mas nem isso, Senador Paulo Paim, acontece nesta República.

Indignadamente, faço aqui meu pronunciamento. Ao mesmo tempo, só mesmo rezando a Deus para que as forças do alto possam salvar o Brasil, porque nós homens estamos numa vala difícil, comandada por um Presidente sem nenhuma vocação para governar este País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência convoca o próximo orador inscrito, por permuta, o Senador Luiz Otávio, do PMDB do Estado do Pará, por até cinco minutos. O próximo orador inscrito é o Senador Osmar Dias.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, novamente, discutimos no Plenário do Senado Federal a aprovação desta Medida Provisória que confirma o reajuste dizendo, do salário mínimo de R\$300,00.

Ficamos aqui a discutir desde ontem, sabendo das dificuldades. Para quem paga é muito e para quem recebe é muito pouco.

Todos nós somos conscientes e sabemos da dificuldade que as Prefeituras municipais dos mais de 5,5 mil Municípios brasileiros têm para pagar a folha de pessoal, os seus funcionários. Isso, independentemente de região, de Estado; é uma questão nacional. Todos os governantes, em todos os níveis, desde o Presidente da República, os Governadores de Estado e os Prefeitos municipais têm com certeza, em suas metas de trabalho, o ajuste, o reajuste, a adaptação do salário mínimo, principalmente, que é base, é referencial de pagamento para todos os funcionários públicos.

Mesmo a iniciativa privada, as empresas particulares, as donas-de-casa se preocupam e, além de se preocuparem, tomam decisões de restrição, de redução de pessoal todo ano, quando se reajusta o salário mínimo. Até porque, como já disse, é muito

pouco para quem ganha e para quem paga é difícil acompanhar o aumento de custo de mão-de-obra e não poder repassar, dentro de seus custos, dentro de suas planilhas, dentro dos seus orçamentos, esse aumento, independentemente de quem seja e a que atividade da economia pertença.

Com certeza, isso traz a necessidade de gerarmos mais empregos e também mais renda.

Ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, discutimos e votamos um empréstimo externo do BID para o BNDES, US\$1 bilhão para as micro, pequenas e médias empresas. Discutiu-se muito essa mensagem vinda do Governo Federal, do Presidente da República, e questionava-se: como serão as taxas? Quais serão as garantias? Como esse empréstimo será colocado dentro das micro, pequenas e médias empresas e como elas pagarão esse financiamento?

Vimos, em todos os momentos, todos os dias, a necessidade de investimento na criação e geração de emprego. Vimos por meio dos pequenos negócios, dos próprios trabalhadores que não têm carteira assinada, do próprio ambulante que precisa de um recurso qualquer, como se tem por meio dos bancos populares e, agora, até das redes de bancos oficiais, como o caso do Banco do Brasil e Caixa Econômica. Além de tomar os recursos, também tem que se ter o compromisso de pagar. E, muitas vezes, é difícil compatibilizar a receita com a despesa.

E aí nos encontramos como hoje: podendo manter e votar, com certeza, o reajuste que foi dado em maio. Nós já estamos em agosto. Esse reajuste, esse ajuste já está até superado, mas a manutenção da folha de pagamento dos funcionários públicos ou privados em todo o País ainda está difícil.

(Interrupção do som.)

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, existem ainda muitas Prefeituras com dificuldades de pagamento, não podendo cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Há inclusive Prefeitos afastados porque não cumpriram com o pagamento do pessoal. Existem empresas que são obrigadas pelo Tribunal Regional do Trabalho, pelas Delegacias Regionais do Trabalho, a pagarem o pessoal em dia. Todo mês é essa novela, em todos os Estados da Federação, em todo o Brasil. Até mesmo as donas-de-casa se encontram em dificuldade para pagar as suas secretárias, as suas domésticas, as pessoas que trabalham e ajudam na criação dos seus filhos, dos seus netos, porque precisam trabalhar.

Vê-se também todo dia, principalmente nas cidades modernas, como é o caso de Brasília, o serviço de transporte alternativo cheio de pessoas que vão trabalhar, e a maioria não tem nem carteira assinada.

Portanto, Sr. Presidente, temos de procurar cada vez mais reajustar, ajustar a nossa receita – isso em geral –, mas nós temos que ter a consciência e a certeza de que nem sempre tudo se pode fazer. E deve-se fazer aquilo que é capaz e que é legal.

Exige-se de todos os governantes, em todos os níveis, o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e de seus orçamentos, para que possam dormir tranquilos por conseguirem pagar os seus funcionários. Isso tanto no serviço público como no serviço privado.

Com certeza, Sr. Presidente, no ano que vem, teremos nova discussão, votaremos um novo patamar e estaremos aqui novamente para aprovar aquilo que foi referendado no dia 1º de maio. Já há até uma proposta de antecipar para janeiro o salário mínimo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, a nobre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu já tive a oportunidade, ontem, de tratar deste tema, de alguma forma até discutindo com a sociedade e com esta Casa o momento extremamente difícil por que estamos passando. Claro que era essencial que este debate tivesse sido motivado nas comissões da Casa, que houvesse audiências públicas, em que pudesse haver a participação dos mais diversos setores da sociedade, que pudéssemos discutir a importância de um projeto que pode significar o aumento do salário mínimo. Não esse faz-de-conta, não essa farsa que da Medida Provisória encaminhada pelo Governo de um aumento do salário mínimo, que, de fato, não representa nada, nem mesmo melhoria do poder de compra das pessoas.

O ideal seria que pudéssemos votar um dos muitos projetos importantes que existem tramitando na Casa: ou o Projeto do Senador Paulo Paim, ou o projeto da Deputada Luciana Genro, ou o projeto da minha autoria, que significa uma recomposição permanente do poder de compra do salário mínimo. A gente sabe o quanto isso é importante. O aumento do salário mínimo significa a dinamização da economia local, a geração de emprego, a geração de renda, o aumento da capacidade de consumo. Portanto, é a empresa, é o comércio e é a indústria que, pelo aumento da ca-

pacidade de consumo, podem vender mais, podem produzir mais.

Então, é essencial para a dignidade das pessoas, é essencial para milhares de trabalhadores brasileiros, é essencial para a melhoria da vida cotidiana das pessoas, para que essas pessoas possam ter acesso ao alimento de dignidade, para que essas pessoas possam não vivenciar o desespero de viver pendurado nas bodegas, nas padarias, precisando de um aumento maior.

Algumas pessoas podem desprezar dez reais a mais. Mas eu desafio que uma pobre mãe de família despreze dez reais. Esse valor, para ser desprezado pelo Senador ou pela Senadora, é fácil. Está sendo proposto pelo Governo o salário mínimo de R\$300,00, mas nós poderemos chegar a R\$80,00 a mais como é a proposta do Deputado Eduardo Paes, destacada pelo Senador Antonio Carlos é muito importante na vida de uma pessoa! É muito importante! É essencial! É muito fácil para um Senador desprezar três, dez, vinte pães a mais. Mas, para quem está passando fome, isso é algo muito importante e essencial. É por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que nós teremos de votar esse aumento. É evidente que, infelizmente, vamos ter que votar favoravelmente à medida provisória, para que possamos emendar, com uma emenda destacada, para chegarmos a R\$380,00. Isso é muito importante.

Eu não agüento quando as pessoas vêm para cá com essa cantilena mentirosa. A tropa de choque do Presidente Fernando Henrique usava, e a do Presidente Lula, sem nenhuma criatividade, usa. É a história de que vai quebrar o setor produtivo e as prefeituras. O que quebra as prefeituras e os Estados brasileiros é a política sórdida da agiotagem! É o Governo Lula ceder, aprofundar o projeto infame iniciado pelo Governo Fernando Henrique! É aprofundar o projeto neoliberal! É jogar mais de 60% da riqueza nacional na lama da especulação! É garantir a alegria dos banqueiros, do capital financeiro, de gente que não dá um prego numa broa num dia de serviço, que não dinamiza a economia local, que somente a suga, pela forma sórdida como o capital financeiro atua.

Essa é a política de juros que quebra as prefeituras. Se aumenta o juro, aumenta o montante da dívida. Quando aumenta o montante da dívida, isso significa que as prefeituras e os Estados têm que comprometer mais ainda a receita líquida real, para pagar os juros e os serviços da dívida e financiar essa política de agiotagem. Não é possível!

Agora, o que é infame é que ninguém apresente o argumento técnico. Nós precisamos que sejam apresentados os argumentos técnicos: onde é que quebra o setor produtivo, onde é que quebra a prefeitura, onde é que quebra o Estado.

Temos que fazer o comparativo do impacto desse aumento do salário mínimo na folha de pessoal das prefeituras e dos Estados e confrontar com o montante disponibilizado para pagar o serviço de juros da dívida.

Então, não adianta dizer isso, porque aqui há centenas de projetos que vão desde o atual Vice-Presidente, José Alencar, até matérias de minha autoria e de vários outros Senadores que tratam do tema.

Criou-se uma comissão na Casa, Senador Ney Suassuna, para avaliar o impacto nas finanças dos Municípios e dos Estados desse tipo de política econômica. Não vai nada à frente! Então, só sobra para o lado mais fraco. Só sobra para quem não pode fazer *lobby* aqui. Só sobra para as mães e pais de famílias pobres, que não conhecem Senador, que não conhecem Deputado, que não podem fazer uma caravana aqui para exigir o aumento do salário mínimo.

Não! Não podemos ceder a essa cantilena enfadonha e mentirosa! Não podemos acovardar-nos diante dela! E é por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, enquanto não se vota um aumento maior; enquanto não se cumpre o que manda a Constituição que são os R\$1.250,00 do Dieese, que o PT reivindicou ao longo da história; enquanto não se vota o projeto do Senador Paulo Paim, da Deputada Luciana Genro, da Heloísa ou de qualquer outro Parlamentar na Casa; enquanto não se vota nada disso ou não chega a proposta religiosa do Senador Mão Santa, não temos o direito de dizer “não” à proposta, especialmente neste momento em que os delinquentes de luxo, as gangues partidárias e os saques aos cofres públicos são impressionantes! Então, nem o direito têm de negar a proposta, nem a autoridade moral de delegar a pobreza e a miséria aos desempregados e aos sofridos. Não têm a autoridade de dizer “não” à proposta que foi apresentada na Câmara e destacada aqui no Senado para que nós possamos votar.

Assim sendo, Sr. Presidente, encerrando, nós vamos votar favoravelmente à medida provisória, só para que ela possa ser emendada, porque é essencial. Se derrubarmos a medida provisória, não podemos emendar o nada, o vazio, e acaba-se voltando para o salário anterior.

Então, que nós possamos votar a emenda aqui destacada para que possamos auxiliar na construção

de novos e melhores dias, novos e melhores caminhos. Votar essa medida provisória e esse salário mínimo, isso é irresponsabilidade administrativa. Agora, gangue partidária lambuzando-se no banquete farto do Poder, que é parte do propinóquio de qualquer base de bajulação, aí é muito fácil dizer que o País não tem dinheiro para viabilizar esse aumento do salário mínimo. Agora, argumento técnico não têm! O único argumento técnico é manter o superávit e deixar que chafurde, com alegria e desenvoltura, na lama da especulação, o capital financeiro.

Portanto, se não existe argumento técnico, se a disputa é política, que possamos fazê-la de cabeça erguida e viabilizar o aumento para R\$386,00, que não é nem o que manda a Constituição, mas que possibilita minimizar a dor, a pobreza e o sofrimento de milhões de pessoas do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB TO. Fazendo soar a campanha.) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, Senador José Jorge, pela ordem, a Presidência esclarece que estão inscritos ainda o Senador Osmar Dias, que, não estando em plenário, tem a sua inscrição preservada pela Presidência – já se encontra em plenário –, o Senador Geraldo Mesquita, o Senador Sérgio Guerra, o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador Sibá Machado, o Senador César Borges, o Senador Magno Malta, o Senador Efraim Moraes, o Senador Leonel Pavan, o Senador Paulo Paim, o Senador Arthur Virgílio e o Senador Maguito Vilela, até o presente momento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL PE) – Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB TO) – A Presidência esclarece que, conforme indagou da Mesa o Senador Arthur Virgílio, às 18h18min, encerrou-se o prazo mínimo para que se pudesse pedir uma nova verificação.

Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é sobre esse mesmo tema. Na realidade, nós todos da Oposição estávamos inscritos exatamente para obter uma nova verificação. Então, como agora já existe essa possibilidade de uma nova verificação, eu faria um apelo a todos os inscritos para que eles, na medida do possível, desistissem das suas inscrições ou fizessem o seu pronunciamento em um tempo menor, porque assim nós poderíamos, o mais rapidamente possível, votar a medida provisória, a emenda e então encerraríamos definitivamente esta votação.

Assim, o meu apelo é exatamente para que todos os inscritos da Oposição, na medida do possível, retirem sua inscrição ou diminuam seu tempo de fala, para que possamos rapidamente encerrar esta votação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Diante da indagação e do apelo feito, a Presidência vai ouvir o Senador Arthur Virgílio e os Senadores que estão inscritos, porque, afinal de contas, a Mesa procedeu às inscrições e somente com a própria vontade dos Senadores inscritos é que a Presidência pode retirar as inscrições.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se o entendimento for coletivo, eu também retiro a minha inscrição. Também faço o apelo para que possamos partir para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Arthur Virgílio, concedo a palavra a V. Ex^ª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prefiro discutir no mérito. Retiro, portanto, minha assinatura, peço aos Senadores do PSDB ainda restantes que façam o mesmo e opino que não devemos pedir verificação de **quorum** nesta matéria, porque a aprovação dela é pacífica. Pode ser que, na outra, se for o caso e certamente vai ser, nós então façamos esse teste.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Geraldo Mesquita, o Senador Arthur Virgílio solicitou aos demais Senadores do PSDB a suspensão das inscrições. A Mesa assim procederá e concederá a palavra a V. Ex^ª pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, atendendo ao apelo do Líder José Jorge, também retiro a minha inscrição e reservo a minha manifestação para outra oportunidade.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^ª pela compreensão.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes

de pedir a retirada da minha inscrição para usar da tribuna para defender um salário mais justo e digno para o povo brasileiro, quero dizer que, na hora da votação do requerimento para R\$310,00, as comissões não estavam paralisadas. A Comissão dos Bingos estava em andamento e, lamentavelmente, a ausência de alguns Senadores impediu que fosse aprovado o requerimento para R\$310,00, porque a diferença foi de apenas um voto.

Quero registrar, não sei se é possível, que a CPI dos Bingos estava funcionando enquanto aqui estava havendo votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

Não sei se a Senadora Heloísa Helena deseja falar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu já falei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ªs Senadoras e Srs. Senadores, eu não retirei a minha inscrição porque esta discussão é fundamental para o País. Se eu digo sempre desta tribuna que a definição do novo salário mínimo interessa a 100 milhões de brasileiros, conseqüentemente, o Senado da República deve aprofundar o debate para que possamos aqui, mediante todos os argumentos colocados, votar o que seja o melhor para toda a nossa gente.

Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, no Rio Grande do Sul, como dizíamos ontem, o piso mínimo, que acaba sendo o salário mínimo regional, fica em torno de R\$400,00. Isso começou no Governo de Olívio Dutra e foi mantido pelo Governo que o sucedeu, o Governo Germano Rigotto.

Que fique muito claro a todos que o debate do salário mínimo não é uma questão simplesmente eleitoral como alguns assim imaginam, mas sim de distribuição de renda neste País. Eu dizia ontem e quero reafirmar hoje que lamento que no debate do salário mínimo tenham sido excluídos milhões e milhões de aposentados e pensionistas que receberam, nos últimos cinco ou seis anos, praticamente a metade do aumento concedido ao salário mínimo.

A continuar essa política, no máximo em dez anos – digo dez anos exagerando –, não haverá um aposentado neste País recebendo mais de um salário mínimo. Isso é preocupante. Por isso, Senador Geraldo Mesquita, eu dizia que, muito mais importante do que discutirmos um número, para mim é fundamental uma política salarial definitiva de reajuste do salário mínimo.

Apresentei à Casa um projeto, cujo Relator é o Senador Eduardo Suplicy, estabelecendo que o salário mínimo deveria ser reajustado, no mínimo, conforme a inflação mais o dobro do PIB, partindo, num primeiro momento, de uma base que julgássemos decente. Infelizmente, esse projeto, até o momento, não foi aprovado. E por que o dobro do PIB? Sr^{as} e Srs. Senadores, se o País ficou mais rico, se houve um crescimento de 5%, 6%, por que não concedemos um aumento real para os mais pobres, ou seja, o dobro da riqueza assegurada ao conjunto da economia deste País?

Sr. Presidente, tenho certeza de que, se essa proposta tivesse sido votada no ano passado, não estaríamos discutindo um salário mínimo um pouco mais ou um pouco menos de R\$350,00. Estaríamos discutindo, sim, um salário mínimo que já teria chegado a aproximadamente R\$400,00. E a base, para o próximo ano, seria, na certeza, muito mais do que o número ora em debate.

Por isso, Sr. Presidente, votaremos aqui na medida provisória, como foi exposto por diversos Senadores e Senadoras, sem prejuízo de fazermos o debate sobre os destaques apresentados para construirmos um salário mínimo que corresponda – em parte, porque não totalmente – à expectativa do povo brasileiro.

Concluo, Sr. Presidente, reafirmando a nossa disposição de que, efetivamente, o Congresso Nacional instale uma Comissão Mista, mediante um projeto por mim apresentado e já aprovado, para discutir uma política salarial definitiva de reajuste do mínimo sem a exclusão dos 22 milhões de aposentados e pensionistas, que não serão contemplados com o resultado desta votação, independentemente da medida provisória e do destaque aprovado. Os aposentados que ganham pouco mais do que o mínimo não receberão esse reajuste.

Por isso, ficam os meus protestos em defesa dos aposentados e pensionistas, na perspectiva de que seja instalada a Comissão e façamos uma política que realmente contemple quem recebe o salário mínimo e, naturalmente, os milhões de aposentados e pensionistas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, o Senador Osmar Dias, Líder do PDT, para encaminhar a votação.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de reunir a Bancada do

PDT e já havíamos conversado sobre este assunto do salário mínimo, em outras ocasiões.

Votamos no destaque que faz a proposta de elevar o salário mínimo para R\$310,00. Contra, portanto, a proposta do Governo, que o eleva para R\$300,00. No encaminhamento, interpretei o pensamento dos Senadores do PDT dizendo que estamos tentando colaborar com o Presidente Lula, que, na campanha eleitoral, prometeu dobrar o salário mínimo até o final do seu mandato. E estamos com o mesmo espírito de colaboração com o Presidente Lula, para que ele cumpra a promessa de dobrar o salário mínimo durante o seu mandato.

Ouvi argumentos que dizem que se elevarmos o salário mínimo para R\$380,00, para R\$384,00, que é a proposta deste destaque, vamos colocar uma despesa anual a mais de 15 bilhões no orçamento da União.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – De 10 bilhões.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O Senador Valadares me corrige aqui dizendo que é de 10 bilhões.

Ontem os jornais publicaram que só de juros da dívida o Governo pagou este ano, corrijam-me se eu estiver errado, em torno de US\$60 bilhões. E deve chegar próximo de US\$100 bilhões até o final do ano. São os juros da dívida. Então, não adianta dizer que não há dinheiro para pagar o salário mínimo enquanto ficarmos pagando juros da dívida, como se essa fosse a prioridade de um Governo que, durante a campanha eleitoral, dizia: primeiro os trabalhadores, depois os banqueiros.

E, por falar em banqueiro, também nesta semana, os jornais do País divulgaram o lucro dos bancos. Bradesco, R\$2,65 bilhões no primeiro semestre. Num trimestre, R\$1,4 bilhão! O Itaú, que, aliás, comprou o Banestado, o banco oficial do meu Estado, teve um lucro de R\$2,45 bilhões. Se tomarmos o lucro desses dois bancos e dividirmos pelo salário de R\$300,00, que é a proposta do Governo, chegaremos a 17,5 milhões de salários mínimos. É o lucro dos dois bancos.

O Governo não se preocupa com esse lucro e continua cobrando da sociedade brasileira um juro escorchante, que não permite os investimentos necessários à geração de empregos. Quando o Governo fecha os olhos para uma realidade que sempre combateu quando era Oposição, que era o lucro dos bancos, não permite que o dinheiro que circula neste País seja aplicado para gerar empregos, para criar oportunidades de trabalho, porque, nos bancos, esses lucros não se transformam em empregos, transformam-se, sim, no enriquecimento de poucas pessoas.

Por isso, o PDT não pode trair os seus princípios, não pode trair o seu programa. O PDT é um partido trabalhista na sua essência. Lembro-me de quando era vivo o nosso Líder Leonel Brizola, que me ligou no dia em que votávamos aqui o salário mínimo. Tivemos um problema muito sério na votação do ano passado e votamos com o maior salário proposto. Ele me ligou para dizer: “Olha, tenho orgulho da Bancada que me representa no Senado Federal.”

Então, em nome desse orgulho que sentia o Brizola, que sempre defendeu o povo trabalhador deste País, em nome dos 48 milhões de brasileiros que recebem o salário mínimo, sejam aposentados ou trabalhadores da ativa, em nome daqueles que desejam um emprego, que estão no desemprego hoje,...

(Interrupção do som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – ...o PDT vai cumprir aqui o seu compromisso histórico, vai cumprir a sua missão e vai votar, mais uma vez, com os trabalhadores brasileiros.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu apenas gostaria de registrar...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL. Fazendo soar a campanha.) – Senador Eduardo Suplicy, infelizmente V. Ex^a não pode apartear. A generosidade do Senador Osmar, como sempre, é enorme, mas o Regimento não permite.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Se o Regimento não permite, vou concluir, Sr. Presidente, lamentando não poder ouvir o Senador Suplicy, que, tenho certeza, apoiará a posição do PDT, que é votar pela proposta do salário maior para o salário mínimo, que votaremos neste momento, neste destaque.

Portanto, o PDT vota “sim”, para respeitar seus princípios e seu programa.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma homenagem ao PDT, ao registrar a presença, que certamente honra o PDT e o meio acadêmico brasileiro, do Professor Roberto Mangabeira Unger, da Universidade de Harvard, que está visitan-

do o plenário do Senado. O Professor tem dado uma contribuição muito significativa ao pensamento econômico-social brasileiro.

Seja bem-vindo, Professor Roberto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O Senado igualmente se sente honrado e muito feliz com a presença do Professor Mangabeira Unger.

Concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares para encaminhar a votação, por até cinco minutos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, a nossa Constituição...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sem pretender interromper V. Ex^a, quero, de ofício, prorrogar a sessão para que possamos concluir o processo de votação. Hoje temos outra medida provisória além desta, e há com relação a ela um óbvio consenso. Temos em seguida também uma matéria que é fundamental aprovarmos. Trata-se de um projeto de decreto legislativo que aprova programação monetária para o terceiro trimestre de 2005, que é muito importante para que tenhamos normalidade no País.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, estamos diante de uma situação que considero delicada, mas que exige não apenas uma solução do Congresso, mas também a participação do Poder Executivo. Os prefeitos anunciam que não poderão agüentar essa despesa adicional com o aumento do salário mínimo de R\$300,00, agora, segundo uma proposta, para R\$384,00. Os governos estaduais também anunciam que a arrecadação dos seus Estados não é suficiente para cobrir essa despesa.

Entretanto, Sr. Presidente, fica difícil participarmos de uma discussão como essa quando os dados divulgados pelos Bancos, conforme aqui falou o Senador Osmar Dias, demonstram que eles tiveram nesse semestre o maior lucro da história, jamais acontecido na vida econômica do nosso País. O Itaú, por exemplo, teve um lucro bancário que foi o maior do Brasil até agora já constatado nos anais da vida econômica do Brasil: R\$2,5 bilhões de lucro num semestre. Enquanto que o Bradesco foi de aproximadamente R\$2,6 bilhões.

Fica difícil, então, Sr. Presidente, dizermos aos trabalhadores que eles não podem receber um salário de R\$384,00 ou de R\$300,00 por mês, enquanto aqueles que são tão ricos, como os proprietários de

bancos, a cada ano aumentam a exorbitância dessa riqueza até o limite da estratosfera, por causa de uma política econômica que infelizmente vem atendendo, neste momento, ao desejo daqueles que querem o lucro a qualquer custo na sua vida privada e também até na sua vida pública.

Por esta razão, Sr. Presidente, neste instante, sabemos que o Dieese afirma, segundo cálculos feitos de acordo com a nossa Constituição, que o salário mínimo necessário para uma família de quatro pessoas – marido, mulher e dois filhos – seria, em julho passado, no mínimo, R\$1.538,00.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela interrupção que V. Ex^a fez, aliás com muita justeza, gostaria que me concedesse mais dois minutos. Agradeço a V. Ex^a.

Então, seria de R\$ 1.538,00 o salário para atender às necessidades básicas de uma família. Quais são as necessidades básicas? Moradia, um aluguel menor. Não se encontra nem o aluguel de um barraco em uma favela por menos de R\$ 300,00. Alimentação. Como se pode dar alimentação a uma família se a cesta básica custa perto de R\$160,00 por mês. Além disso, tudo o que está previsto na nossa Constituição: remédio, saúde, educação, transporte, lazer, vestuário. Trabalhador não anda nu; familiares não andam nus. Filhos têm que ter vestimentas para irem à escola condignamente, apresentarem-se com certa dignidade perante seus vizinhos, nas festas, etc.

Sr. Presidente, neste momento, fica difícil para um Partido como o nosso, o Partido Socialista Brasileiro, que sempre reivindicou aumento salarial para os trabalhadores, não conceder um aumento razoável ao trabalhador brasileiro, muito embora saibamos das dificuldades vivenciadas pelos Prefeitos Municipais.

Sr. Presidente, oportunidade tivemos hoje de ficar com duas propostas: R\$310,00 ou R\$300,00. A Liderança do Governo preferiu que ficássemos entre outras duas propostas: R\$300,00 e R\$384,00. Assim, a responsabilidade não recai sobre as nossas costas, porque uma alternativa houve, mais plausível, a fim de não se deixar...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já estou terminando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua com a palavra V. Ex^a, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A fim de não se deixar a base aliada na dificuldade que estamos vivendo neste instante, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Continua o encaminhamento de votação. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro o encaminhamento.

Em votação a Medida Provisória, sem prejuízo das emendas e do destaque.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, sem prejuízo das emendas e do destaque, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Consulto o Senador Aloizio Mercadante sobre se pedirá verificação de quórum. (Pausa.)

Se houver um pedido de verificação não realizaremos a votação nominal em uma hora, e, na forma do art. 300 do Regimento Interno, votaremos simbolicamente o destaque.

Não havendo compreensão do Plenário, não há nada a fazer senão colocar a matéria em votação.

Passamos à votação do destaque.

Em votação a Emenda nº 6, destacada.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, autor do requerimento de destaque, nos termos do art. 300 do Regimento Interno, para encaminhar a matéria destacada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço um apelo nesta hora a todos os Senadores, independentemente de coloração partidária ou até de motivos ideológicos. É um apelo humanitário, um apelo de alguém que vê a pobreza grassando neste País e o Congresso ouvindo figuras que até são repelentes, porque participaram e participam de vários escândalos. No momento em que um banco tem, em um semestre, 2,6 bilhões de lucro, vamos ter a coragem de votar um salário mínimo de R\$300,00?

Ainda há pouco o assistente da Mesa dizia a um Parlamentar que a diária de um Parlamentar quando viaja é de US\$460,00. E nós não queremos dar, por mês, R\$384,00 ao trabalhador brasileiro?

Por isso fiz esse destaque, Sr. Presidente, pedindo a compreensão dos Deputados de todos os Partidos. A situação desses trabalhadores é da maior gravidade, é uma situação de fome. Os programas sociais, sejam de

Governos Estaduais ou Federal, não são suficientes para minorar a fome do trabalhador brasileiro. Estamos em uma situação de dificuldade em relação aos nossos irmãos.

Qualquer Município brasileiro pode, com algum esforço, diminuindo despesas, pagar ao seu funcionalismo; que dirá a União. À União basta cortar determinados gastos desnecessários que surgem diariamente e que provocam alguns problemas nacionais, exigindo Comissões Parlamentares de Inquérito. A União pode muito bem arcar com este salário de R\$384,00.

O que estou fazendo nesta hora não é sequer um apelo ao Presidente da República. O que quero é cumprir parte da promessa do Presidente da República ao povo brasileiro. O Presidente prometeu muito mais. Vamos cumprir pelo menos uma parte do que ele prometeu. Vamos, Sr. Presidente, olhar o trabalhador brasileiro e olhar a verdade nesta Casa e no Judiciário, onde ninguém ganha R\$300,00. Essa é a pura verdade. Nem mesmo os terceirizados, aqui no Senado ou na Câmara dos Deputados, percebem esse salário.

Falo com a consciência tranqüila, porque não pago a empregado doméstico meu menos de três salários mínimos. Conseqüentemente, falo com a autoridade de quem cumpre rigorosamente os seus deveres com aqueles que são mais pobres.

Sr. Presidente, sei que, se dependesse de V. Ex^a, faria um apelo ao seu Partido. Mas temo que o seu Partido esteja extremamente atrelado ao Governo, porque o próprio Presidente da República não pode ser favorável a esse salário. Ele não pode ser favorável!

Tenho a impressão de que estão sendo mais realistas do que o rei. Creio que chegou o momento de o Presidente dizer à sua Bancada: atenda esse destaque! Um salário de R\$384,00 é o mínimo que um trabalhador pode ter, não para sobreviver bem, mas para não andar maltrapilho ou cair de fome nas ruas do nosso País.

Dirijo-me a todos os Parlamentares, principalmente aos da Base do Governo, para pedir que tenham consciência. Vejam quanto percebem nesta Casa e façam pelo menos um favor, uma caridade, aprovando um salário mais decente para o trabalhador brasileiro.

Encerrarei, Sr. Presidente. Não desejo infringir o Regimento, porque quero, inclusive, conquistar os votos de todos nossos companheiros, sem uma única exceção, para uma causa que não é minha, mas do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, Relator da matéria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fizemos o relatório desta matéria e informamos a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores que, por muitos anos, a nossa aspiração foi um salário de US\$100. Estamos com quase US\$140.

A teoria dos grandes números mostra que percebem o salário mínimo 47 milhões de pessoas, das quais 14,6 milhões de aposentados e 1,1 milhão de desempregados, causando um desencaixe da ordem de R\$5 bilhões no que se refere à Previdência, mas, no total, são mais de R\$8 bilhões.

Se sairmos dos R\$300,00, para cada real a mais, serão R\$170 milhões. Em economia e administração, não há brinquedo, não há milagre. Em economia e administração, as coisas têm que ser sérias.

Na hora em que estamos para votar esta matéria, lembro que a Federação dos Municípios Brasileiros mostrou que qualquer aumento a mais quebra dois terços das Prefeituras e joga todas elas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Três mil quatrocentas e sessenta prefeituras passam a ter que demitir pessoas – peço a atenção da Senadora Heloísa Helena, que está me olhando –, para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Se passarmos para R\$364,00 – o valor de uma das propostas –, serão R\$12 bilhões a mais. É todo o investimento do Brasil. A Oposição tem todo o direito de fazer a sua proposição, tem todo o direito, mas, na ponta do lápis, em economia e administração, temos que ter a responsabilidade de saber que, em economia e administração, não há milagres.

Sr. Presidente, como Relator, peço aos Srs. Senadores que se lembrem das prefeituras dos seus Estados, que se lembrem de que este é um assunto muito sério. Qual Governo não gostaria de dar um salário mínimo maior? Qual Governo não gostaria de, num lance de mágica, dizer um abracadabra e dobrar o salário? Isso seria muito bom do ponto de vista político. Mas não comporta a nossa economia.

É por essa razão que, ao encerrar o relato, peço aos Srs. Senadores que não façam um jogo de cena, que pensem na realidade da economia nacional, que se lembrem do INSS, que se lembrem da Lei de Responsabilidade Fiscal, que se lembrem de que – falo pela terceira vez –, em economia e administração, não há milagres nem brincadeiras.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço a atenção da Casa.

Em votação a emenda destacada, de acordo com o requerimento do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O parecer do Relator é contrário.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Peço verificação de quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Defiro o pedido de verificação nominal. Peço apenas o apoio de três Senadores. (Pausa.)

São eles: Senadores Mão Santa, Antonio Carlos Magalhães, José Agripino e Efraim Morais.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pedimos a todos os Senadores do PMDB que se encontram em seus gabinetes que, por gentileza, se dirijam ao plenário para votação nominal.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Por todos os argumentos apresentados hoje em favor do trabalhador brasileiro pelo Senador Antonio Carlos, que são coincidentes com os que utilizei no meu pronunciamento de ontem, para não me fazer repetitivo e cansativo, o PFL recomenda, mantendo a sua linha de coerência e de luta por conquistas no salário mínimo, o voto “sim” à emenda destacada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PFL recomenda o voto “sim”.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, como Líder, gostaria de encaminhar o voto “sim” a esta emenda do Senador Antonio Carlos. Infelizmente, o Governo derrotou a emenda de R\$310, que era aquela em que votaríamos. Na realidade, não podemos deixar de votar esta emenda, principalmente num momento de tanto lucro das grandes empresas, dos bancos, dos mensalões etc. É muito importante a sua aprovação. Votamos “sim”.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria, primeiro, que os Senadores observassem o que estamos votando. Estamos votando uma emenda que aumenta para R\$364,00 o valor do

salário mínimo. Quero reivindicar que esse projeto de R\$300,00 que já aprovamos teve o apoio das centrais sindicais. É o melhor reajuste e o melhor valor em dólar desde 1986. Houve um aumento real de 8,7% no valor do salário mínimo. O aumento de R\$64,00 causará um impacto da ordem de R\$11 bilhões no orçamento da Seguridade Social.

Não há condições de disponibilizarmos todos os recursos destinados ao investimento para pagar esse aumento, primeiro porque o País precisa de investimentos; segundo, porque o Orçamento que aprovamos não designou recursos que possam cobrir essa demanda que estamos agora buscando apresentar.

A recuperação do salário mínimo tem que ser progressiva e sustentável. A situação das finanças públicas é grave; a dívida pública, a taxa de juros são expressões dessa fragilidade das finanças públicas do País.

Portanto, pondero a cada Senador não apenas pela situação das pequenas prefeituras, que não programaram isso no seu orçamento, mas pela própria situação do Orçamento federal. Não podemos absorver o reajuste de R\$64,00 sem previsão orçamentária alguma, sabendo que o País hoje não tem os investimentos mínimos indispensáveis para infra-estrutura, logística e políticas públicas.

Por tudo isso, precisamos manter o reajuste de R\$300,00, que já foi dado aos trabalhadores, que vai injetar R\$13 bilhões na economia ao longo do ano – é um esforço brutal que as finanças públicas do País estão fazendo. É pouco, mas é um processo de recuperação importante que está sendo prosseguido. Tanto em relação ao IPCA quanto a qualquer outro indexador, há um crescimento real, consistente e substantivo.

Por último, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como é inviável esse reajuste nas finanças públicas, se o Governo vetar, vamos voltar para R\$260,00. A quem estaremos beneficiando no País? Não há condições de absorver esse reajuste. Não há previsão orçamentária. O Congresso, com todo esforço de receita, de corte, de austeridade, não ofereceu recursos para absorver um reajuste de R\$64,00. Não há receita, não há previsão de despesa, não há como absorver o impacto disso do ponto de vista do Orçamento da União.

Por tudo isso, peço a responsabilidade pública, que sempre prevaleceu nas decisões importante deste Plenário. Peço que mantenhamos, portanto, o reajuste que foi dado, que é o esforço. Há muito a ser feito, o importante é que o salário mínimo continue crescendo, em termos reais, progressivamente, sustentadamente. Não há como absorver esse reajuste nesta oportunidade.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr^{as} e Srs. Senadores, o PMDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para encaminhar, talvez fosse importante concedermos a palavra aos Líderes, para que pudessem fazer isso de maneira mais sucinta e para que as Bancadas tenham uma diretriz.

Como vota o PMDB, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, como vota o PSDB?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, antes de mais nada, um esclarecimento sucinto. Não é verdade que, do ponto de vista da aquisição de cestas básicas pelo salário mínimo, tenha havido qualquer acréscimo. No último ano do Governo passado, o salário mínimo comprava 1,57 cestas básicas. Com essa proposta de R\$300,00, ele passa a comprar 1,59 cestas básicas. Sendo assim, derrubemos, primeiramente, essa falácia de que haveria algum ganho real naquilo que mais interessa ao trabalhador de baixa renda: a sua própria subsistência, a alimentação de sua família.

Além disso, Sr. Presidente, é falacioso o argumento de que o Presidente não pode vetar. É claro que ele pode vetar. Ele pode vetar até os R\$300,00, se quiser. Ele pode vetar qualquer coisa. Porém, negaram-nos a oportunidade de aprovarmos os R\$310,00 palatáveis, razoáveis.

Sr. Presidente, comunico à Casa que o Presidente Lula não é capa mais apenas nas revistas brasileiras; ele também é capa na **Newsweek**, que noticia a crise de corrupção que abala o seu Governo. Na revista, há um diagnóstico de que a culpa dos escândalos está no próprio Governo, no Governo dele mesmo. Registro algo interessante que servirá talvez de ilustração. Procurei, mas não há nenhuma menção ao Senador Eduardo Azeredo. Há menção ao Roberto Jefferson, ao José Dirceu, ao Marcos Valério e muita menção ao Presidente Lula, mas nenhuma ao Senador Eduardo Azeredo. Portanto, é hora de pararem de enganar a eles mesmos, de cessarem com a leviandade e procurarem enfrentar uma questão que eles criaram, um problema que é deles e que agora se reflete, inclusive, nas votações no plenário.

Portanto, Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto “sim” ao destaque apresentado pelo ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PSDB recomenda o voto “sim”.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC.) – Sr. Presidente, o Bloco, o PT e os Partidos do Bloco orientam o voto “não” ao destaque apresentado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pelo PL.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Marcelo Crivella, como vota o PL?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – O PL sempre vota com muita coerência, Sr. Presidente. V. Ex^a sabe que meu Partido tem defendido uma mudança na política econômica do Governo.

Infelizmente, em razão dessa Lei de Responsabilidade Fiscal, votada pelo PFL – um dos autores, uma das âncoras dessa Lei –, não há condições no Orçamento de aprovarmos este salário mínimo, que seria um sonho para os brasileiros: R\$364,00.

Agora mesmo, recebi a ligação do Presidente da Confederação dos Municípios do Brasil, Dr. Paulo Ziulkoski, do Rio Grande do Sul, que disse que mais de mil Municípios, sobretudo do Nordeste, que gastam 55% com folha de pagamento já com salário mínimo de R\$300,00, ferirão – muitos deles – a Lei de Responsabilidade Fiscal e ficarão sem receber recursos. E há um detalhe: esses Municípios sobrevivem com o Fundo de Participação dos Municípios. Haverá, desse modo, desemprego no Nordeste e no sertão.

Não podemos, por isso, votar favoravelmente, mas enalteço o trabalho heróico do Relator, do proponente dessa matéria, que clama no deserto. E gostaríamos de contar com o apoio do Senador Antonio Carlos Magalhães e de todo o PFL para mudarmos a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, poderemos aprovar um salário mínimo com esse valor, que seria o sonho de todos os brasileiros.

O PL, infelizmente, Sr. Presidente, neste caso, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Como vota o P-SOL, Senadora Heloísa Helena?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no entendimento do P-SOL responsabilidade fiscal não pode ser encher a pança dos banqueiros e esvaziar o prato, o emprego e a dignidade do povo brasileiro. Defendo a responsabilidade fiscal; e é uma irresponsabilidade fiscal jogar mais da metade do orçamento público para a pocilga do capital e esvaziar a infra-estrutura, as políticas públicas, as políticas sociais.

O pessoal vota favoravelmente por responsabilidade social. Até porque é inadmissível, volto a repetir, essa cantilena enfadonha, mentirosa, que nada de explicação técnica tem. Porque todas as vezes que sacam os argumentos técnicos para dizer que as Prefeituras quebrarão, esquecem de dizer o comprometimento da receita líquida real dos Estados e Municípios para financiar essa política econômica neoliberal feita para atender os gigolôs, Senador Ney Suassuna, do Fundo Monetário Internacional e da nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o planeta Terra.

Portanto, falo em nome da responsabilidade fiscal, que não é o servilismo ao capital financeiro; em nome da responsabilidade social, que significa sensibilidade com os pobres, os oprimidos, os filhos da pobreza, que não conseguem passar aqui nos tapetinhos azuis do Senado, nem nos verdinhos da Câmara, que não conseguem fazer **lobby**, porque se fizessem, se houvesse organização de *lobbies*, com certeza se aprovaria aqui.

Então, Senador Ney Suassuna, ao tempo em que solicito a V. Ex^a que devolva o que desapropriou da minha mesa, eu digo a V. Ex^a que, com responsabilidade fiscal, responsabilidade social, não é jogo de cena. Jogo de cena é ser base de Governo, bajulatória do Governo. Jogo de cena é aprovar o que o Governo manda, sem ouvir a dor, o sofrimento e a angústia da grande maioria da classe trabalhadora brasileira.

Assim sendo, votamos “sim”, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra de acordo com o art. 14, para uma explicação pessoal, pois fui citado por expropriação.

Mandei uns sequilhos para a Senadora, mas, como S. Ex^a não pára em seu lugar, comeram os sequilhos dela; e, agora, está pedindo que os devolva. Não tenho como fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa que, por favor, compareçam ao plenário, porque estamos em processo de votação nominal.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, como homem do Nordeste e profundo, profundo mesmo, conhecedor do Nordeste e daquele sertão, gostaria de dizer que não procede, de maneira alguma, o argumento de que um maior salário

mínimo vá causar desemprego e problemas naquela região. Pelo contrário. No sertão do Nordeste, não vai causar desemprego, não, nem vai causar problemas. Pode-se argumentar até que, para o Governo Federal, para a União, pode trazer graves problemas fiscais em relação à Previdência Social. Esse argumento é verdadeiro e pode ser discutido.

Não posso ficar calado para o uso de falsos argumentos e de falsas verdades, o que é demagógico também, de que isso traria qualquer tipo de problema ao sertão nordestino, ao emprego do nordestino. Pelo contrário.

Gostaria de pedir que, quando o sertão nordestino fosse citado, não o fosse em vão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

Mais uma vez, peço aos Srs. Senadores que compareçam ao plenário, porque, se todos já votaram, vou encerrar a votação.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, há alguns Senadores ainda na CPMI que estão se dirigindo ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não há Senadores na CPMI, porque é determinação desta Presidência não permitir funcionamento de CPMI durante processo de votação, durante a Ordem do Dia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E V. Ex^a disse que ia encerrar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma correção. A orientação do Bloco é “não”.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E dos trabalhadores é “sim”.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, apenas para ratificar que a orientação do Bloco é “não”, porque havia uma dúvida.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Senador Sibá acaba de destituir o Senador Mercadante. É o grande líder da Casa. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

EMENDA Nº 6, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248, DE 2005

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 10/8/2005

Num. Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 10/8/2005 19:05:55
Encerramento: 10/8/2005 19:19:58

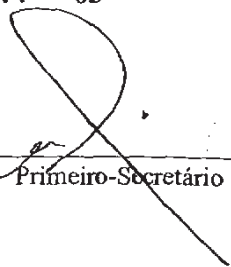
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	NÃO
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	ABST.
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	NÃO
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	NÃO
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	NÃO
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PMDB	PA	LUÍZ OTÁVIO	NÃO
-	MT	LUÍZ SOARES	SIM
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	NÃO
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	NÃO
PMDB	MA	MAURO FECURY	NÃO
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
-	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	NÃO
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	ABST.
PMDB	RS	PEDRO SIMON	ABST.
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	NÃO
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PMDB	MA	RIBAMAR FIGUENE	NÃO
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	NÃO
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	ABST.
Bloco-PT	MT	SERYS SILHESSARENKO	NÃO
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	NÃO
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	ABST.

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO
PP	DF	VALMIR AMARAL	NÃO
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	NÃO

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 30
Votos NÃO : 27
Votos ABST. : 05

Total : 62


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 30 Srs. Senadores; e NÃO, 27. Houve 5 abstenções.

Total: 62 votos.

Está, portanto, aprovada a Emenda nº 6. (Palmas.)

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2005, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

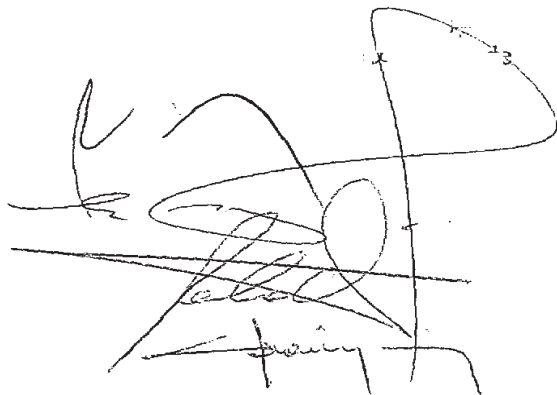
É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.350, DE 2005
(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2005 (Medida Provisória nº 248, de 2005).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2005 (Medida Provisória nº 248, de 2005) que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005.*

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de agosto de 2005.



ANEXO AO PARECER Nº 1.350, DE 2005

Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2005 (Medida Provisória nº 248, de 2005).

Dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir de 1º de maio de 2005, após a aplicação dos percentuais de 6,355% (seis inteiros e trezentos e cinquenta e cinco milésimos por cento) a

título de reajuste, e de 39% (trinta e nove por cento), a título de aumento real, sobre o valor de R\$260,00 (duzentos e sessenta reais), o salário mínimo será de R\$384,29 (trezentos e oitenta e quatro reais e vinte e nove centavos).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$12,81 (doze reais e oitenta e um centavos) e o seu valor horário a R\$1,74 (um real e setenta e quatro centavos).

Art. 2º A partir de 1º de maio de 2006, o salário mínimo será reajustado em 39,09% (trinta e nove inteiros e nove centésimos por cento), a título de aumento real, acrescido do índice de inflação verificado no período.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão a redação final.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, discursarei favoravelmente ao voto “sim”, votei “sim”, mas algo saiu errado, pois o meu voto constou como abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Ata registrará o voto de V. Ex^a.

Tem a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (S/Partido – CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que, por gentileza, conceda-nos votar o projeto sobre a operação de crédito do Estado do Ceará, que foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e para o qual foi pedido urgência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo objeção do Plenário, podemos fazer a votação hoje.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (S/Partido – CE) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se quarta-feira, dia 17 do corrente, às 10 horas,

no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE(Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 2:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 250, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a não deliberação do item 1 da pauta.

À Medida Provisória foram apresentadas 9 emendas perante a Comissão Mista.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, e pela rejeição das Emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 2 de junho, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 6 de julho;
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por mais sessenta dias pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 27, de 2005, e se esgotará no dia 16 de setembro.
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 12 de julho.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa, Relatora revisora da matéria.

PARECER Nº 1.351, DE 2005–PLEN

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, esta Medida Provisória nº 250, de 19 de maio de 2005, abre um crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional no valor de R\$30 milhões.

Passo à leitura do relatório, a fim de que todos possamos saber o que estamos votando.

Relatório

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 301, de 19 de maio de 2005, a Medida Provisória que “abre, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para os fins que especifica”.

Conforme a Exposição de Motivos nº 00085/2005/MP, que acompanha a referida Mensagem Presidencial, o crédito tem por finalidade o atendimento às populações vítimas da forte estiagem ocorrida principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, mediante a concessão do Auxílio Emergencial Financeiro, instituído pela Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004. Referida lei trata do socorro e da assistência às famílias com renda mensal média de até dois salários mínimos, atingidas por desastres, nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, reconhecidos pelo Governo Federal.

Ressalta-se que, segundo o Ministério da Integração Nacional, os recursos serão liberados de acordo com os critérios e procedimentos para a concessão do benefício, cujo valor não poderá exceder R\$300,00 por família, a serem fixados pelo Comitê Gestor Interministerial do Auxílio Emergencial Financeiro, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional.

A Exposição de Motivos também esclarece que as famílias beneficiadas não são contempladas por financiamentos do Programas Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e, por isso, não se beneficiam das vantagens do sistema de seguro da agricultura familiar.

Os recursos para viabilização desse crédito são provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2004, no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Conforme consta do processo de tramitação desta matéria na Câmara dos Deputados, as nove emendas apresentadas à presente MP foram retiradas mediante acordo entre líderes e parlamentares.

Consoante o art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, o parecer quanto à análise de créditos extraordinários abertos por medida provisória deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e

urgência, de adequação financeira e orçamentária, de mérito, e sobre o cumprimento da exigência prevista no §1º, art. 2º, daquele diploma legal.

Do exame do Crédito Extraordinário, verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes à relevância e urgência, haja vista a natureza da matéria.

Além disso, a medida provisória, ao garantir que o montante do benefício não ultrapassará R\$300,00 por família, está também em conformidade com a Lei nº 10.954, de 2004, que criou aquele auxílio.

Os recursos oferecidos como fonte de financiamento do crédito em pauta advêm do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004, no total de R\$30.000.000,00. Vale lembrar que tal rubrica se encontra classificada, do ponto de vista orçamentário, como receita financeira, para fins de composição do resultado primário.

Dessa forma, quanto à adequação orçamentária e financeira, sua utilização em despesas primárias implica a diminuição do resultado primário, previsto no art. 16 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005. Todavia, como determina o art. 65, § 11, da mesma lei, não consta das peças que acompanham a medida provisória o pertinente demonstrativo com as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

Não obstante esse fato, é de se considerar que, recentemente, o Banco Central do Brasil divulgou nota na qual esclarece que, até o mês de março do corrente ano, o superávit primário acumulado alcançou R\$27,7 bilhões (6,2% do PIB), comparativamente a R\$20,5 bilhões (5,2% do PIB) no mesmo período do ano anterior.

Esta medida provisória não acarretará nenhum tipo de desequilíbrio para obtenção dessa meta fiscal, mesmo que eu discorde dela.

No mérito, a imprevisibilidade e a urgência da abertura do crédito sob apreciação justificam-se em razão de circunstâncias adversas resultantes de acidentes naturais que causaram graves transtornos às populações atingidas, para as quais será concedido o auxílio emergencial financeiro.

Portanto, nosso parecer é favorável à aprovação da medida provisória, que vai atender, principalmente, os Estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, acometidos por forte estiagem. São R\$30 milhões, e a proposta, tenho certeza, vai contar com o apoio de todos os Senadores.

Sr. Presidente, só quero dizer que, nesse caso, não sei se isso aqui está adaptado ao salário mínimo, mas já vai aumentar, se for isso.

Quero torcer para que todos os prefeitos do meu Estado e o próprio Governo do Estado consi-

gam pagar esse salário mínimo, que eu acho que é até pouco, Senador. É pequeno o salário mínimo. Ou R\$300,00, ou R\$380,00 ou R\$400,00, no fundo, é pequeno. O problema não está tanto na União, mas principalmente nos Estados das Regiões Norte e Nordeste, onde, infelizmente, grande parte das prefeituras terão grandes dificuldades. Mas essa já é uma matéria passada.

Espero que nós votemos favoravelmente à medida provisória, que abre um crédito de R\$30 milhões para atender essa forte estiagem dos Estados.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2005 – CN

Do Plenário do Senado Federal, sobre a Medida Provisória nº 250, de 19 de maio de 2005, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$30.000.000,00, para os fins que especifica”.

I – Relatório

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 301, de 19 de maio de 2005, a Medida Provisória nº 250, de 19 de maio de 2005, que “Abre, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para os fins que especifica”.

Conforme a Exposição de Motivos nº 00085/2005/MP, que acompanha a referida Mensagem Presidencial, o crédito tem por finalidade o atendimento às populações vítimas da forte estiagem ocorrida nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, mediante a concessão do Auxílio Emergencial Financeiro, instituído pela Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004. Referida lei trata do socorro e da assistência às famílias com renda mensal média de até dois salários mínimos, atingidas por desastres, nos municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, reconhecidos pelo Governo Federal.

Ressalta-se que, segundo o Ministério da Integração Nacional, os recursos serão liberados de acordo com os critérios e procedimentos para a concessão do benefício, cujo valor não poderá exceder R\$300,00 por família, a serem fixados pelo Comitê Gestor Interministerial do Auxílio Emergencial Financeiro, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional.

A exposição de motivos também esclarece que as famílias beneficiadas não são contempladas por fi-

nanciamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e, por isso, não se beneficiam das vantagens do sistema de seguro da agricultura familiar.

Os recursos para viabilização desse crédito são provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2004, no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Conforme consta do processo de tramitação desta matéria na Câmara de Deputados, as nove emendas apresentadas à presente MP foram retiradas mediante acordo entre líderes e parlamentares.

Consoante o art. 5º da Resolução nº. 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, o Parecer quanto à análise de créditos extraordinários abertos por medida provisória deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de adequação financeira e orçamentária, de mérito, e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º, art. 2º, daquele diploma legal.

Do exame do Crédito Extraordinário, verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes a relevância e urgência, haja vista a natureza da matéria.

Além disso, a MP, ao garantir que o montante do benefício não ultrapassará R\$300,00 por família, está também em conformidade com a Lei nº 10.954/2004, que criou aquele auxílio.

Os recursos oferecidos como fonte de financiamento do crédito em pauta advêm do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004, no total de R\$30.000.000,00. Vale lembrar que tal rubrica se encontra classificada, do ponto de vista orçamentário, como receita financeira para fins de composição do resultado primário.

Dessa forma, quanto à adequação orçamentária e financeira, sua utilização em despesas primárias implica a diminuição do resultado primário, previsto no art. 16 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 (LDO/2005). Todavia, como determina o art. 65, § 11, da mesma lei, não consta das peças que acompanham a MP o pertinente demonstrativo com as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

Não obstante esse fato, é de se considerar que, recentemente, o Banco Central do Brasil divulgou nota na qual esclarece que, até o mês de março do corrente ano, o superávit primário acumulado alcançou R\$27,7 bilhões (6,2% do PIB), comparativamente a

R\$20,5 bilhões (5,2% do PIB) no mesmo período do ano anterior.

Portanto, considerando que o superávit primário estipulado para o ano de 2005 corresponde a 4,25% do PIB, é lícito inferir que, em tese, a utilização do mencionado montante do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004 para financiar o crédito em análise não acarretará desequilíbrio para obtenção dessa meta fiscal.

No mérito, a imprevisibilidade e a urgência da abertura do crédito sob apreciação justificam-se em razão de circunstâncias adversas resultantes de acidentes naturais que causaram graves transtornos às populações atingidas, para as quais será concedido auxílio emergencial financeiro.

Finalmente, a Exposição de Motivos nº 00085/2005/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º, do art. 2º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Diante do exposto, e considerando que o crédito em pauta atende aos preceitos constitucionais e legais que versam sobre orçamento público federal, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 250, de 2005, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Relatora **Ana Júlia Carepa**.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Marcos Valério faz milagres, Excelência. Isso é bobagem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer da Relatora é favorável.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária que receberam parecer favorável da Relatora Revisora, Senadora Ana Júlia Carepa.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam os pressupostos constitucionais queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito.

Em discussão a Medida Provisória e as emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação, em globo, das emendas de parecer contrário da Comissão Mista.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250, DE 2005

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para o fim que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO		CREDITO EXTRAORDINARIO							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N P F	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
	1029	RESPOSTA AOS DESASTRES							30.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
08 244	1029 0A01	AUXILIO EMERGENCIAL FINANCEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							30.000.000
08 244	1029 0A01 0001	AUXILIO EMERGENCIAL FINANCEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL							30.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									30.000.000
TOTAL - GERAL									30.000.000

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, depois de tanta coisa, V. Ex^a poderia encerrar a sessão, transferindo as demais matérias para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Houve um acordo na reunião de líderes para que pudéssemos avançar na pauta, que é consensual.

Há pouco, a Senadora Patrícia Saboya fez um pedido para que colocássemos em votação, e a Mesa o recebeu muito bem, um crédito do Estado do Ceará.

Nós vamos colocá-lo em votação, se for o desejo da Casa, se houver aquiescência do Plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu sei que V. Ex^a votou com o coração em nosso salário mínimo, de maneira que vou aceitar que prossiga a sessão, sem pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Apenas para fazer um apelo a V. Ex^a. Há duas matérias que dizem respeito à dispensa do uso de passaporte nas áreas de fronteiras envolvendo Brasil e Bolívia e Brasil e Peru. Essas matérias já foram votadas nos Congressos desses países e na Câmara dos Deputados e, se forem votadas aqui, trarão grande contribuição ao processo de integração sul-americana. Como não há divergência, eu pediria a V. Ex^a que as colocasse em votação ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se houver aquiescência do Plenário, não terei nenhuma dificuldade em colocá-las em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que V. Ex^a combinou com os líderes, podemos aceitar, mas matéria nova, a ser incluída agora, mesmo sendo pedido do Senador Tião Viana, é impossível. V. Ex^a deixe para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem razão. Nós só avançaremos na pauta se houver convergência do Plenário para isso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem) – Senador Antonio Carlos Magalhães, essa matéria estava presa por todas as razões do processo legislativo

na Câmara dos Deputados. Por isso, faço um apelo a V. Ex^a para que a votemos hoje.

Há um esforço grande nas áreas de fronteira da Amazônia brasileira com a Amazônia peruana e a boliviana para que possa haver integração. Trata-se de matéria que não tem qualquer divergência. É apenas a dispensa do uso de passaporte de peruanos, bolivianos e brasileiros.

O Congresso peruano e o boliviano já votaram.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Apenas vinte e quatro horas.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem) – Aguardemos. Se for o entendimento de V. Ex^a no sentido de aguardar 24 horas, tudo bem. Mas o que peço é que a matéria, no tempo mais oportuno, seja votada, porque é de interesse sul-americano.

Se V. Ex^a puder aceitar hoje, será um gesto de generosidade para a América andina.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, se V. Ex^a estiver de acordo, eu também estarei.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de justificar o meu voto na última votação, de que não participei porque me encontrava na Comissão. Meu voto seria “sim” se aqui estivesse.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Heráclito Fortes justifica seu voto.

Eu aproveito a oportunidade para comunicar que as demais emendas da MP nº 248 foram todas rejeitadas.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço uso da palavra não para justificar a votação da emenda do Senador Antonio Carlos Magalhães, porque nessa eu votei “sim”, mas na anterior. Eu me encontrava ausente porque estava presidindo a CPMI dos Bingos. Comunico a V. Ex^a que acompanho o voto do meu Partido. Votaria “sim” se aqui estivesse.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará o voto de V. Ex^a, Senador Efraim Morais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 3:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 390, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.346, de 2005, Relator *ad hoc*: Senador Ramez Tebet), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2005*.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos, agora, à votação.

Em votação o projeto.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O P-SOL vota “não”, contra a ortodoxia monetária do Sr. Meirelles e companhia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado, contra o voto da Senadora Heloísa Helena.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2005, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.352, DE 2005

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2005.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2005, que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2005.

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de agosto de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, relator – **Tião Viana** – **Efraim Morais**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.352, DE 2005

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2005.

Aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2005, nos termos da Mensagem nº 170, de 2005 (nº 414/05, na origem).

Art. 2º Este entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passamos ao último item da pauta.

Vamos votar as urgências; inclusive, Senador Tasso Jereissati, o crédito do Estado do Ceará.

Item 4:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 89, DE 2003**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 599, de 2005 – art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84/1999, na Casa de origem), que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências*. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial).

Parecer favorável, sob o nº 1.059, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a não deliberação do item 1 da pauta.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2005

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero tenham tramitação em conjunto os seguintes projetos:

Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003
e Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2000
– Delitos de Informática.

Sala das Sessões, 10 de agosto 2005. – Senador
Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB
– AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O PLC nº 89, de 2003, passa a tramitar em conjunto com o PLS nº 76, de 2000, que já se encontra apensado ao PLS nº 137, de 2000.

Em virtude da aprovação do requerimento, os Projetos de Lei do Senado perdem o caráter terminativo nas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB
– AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 848, DE 2005

Nos termos do art. 352, inciso II, do Regimento Interno, requeremos a extinção da urgência concedida para o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84/1999, na Casa de origem), que “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres	1. Roseana Sarney
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. César Borges
Maria do Carmo Alves	4. José Agripino
Edison Lobão	5. Marco Maciel
Marcelo Crivella	6. Romeu Tuma
Teotonio Vilela Filho	7. Eduardo Azeredo
Geraldo Mesquita Júnior	8. Sérgio Guerra
Leonel Pavan	9. Lúcia Vânia
Reginaldo Duarte	10. Tasso Jereissati
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. (vago)
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, (4), PL)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatt	5. Antônio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Magno Malta
Mozarildo Cavalcanti	7. Patrícia Saboya Gomes
Sérgio Zambiasi	8. Nezinho Alencar
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento de extinção de urgência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Extinta a urgência, as matérias retornam à Comissão de Educação e, em seguida, vão à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

É importante esclarecer ao Plenário o que houve, para que não haja absolutamente nenhuma dúvida. Não há no Brasil uma lei que discipline os chamados crimes do computador. Existem algumas matérias tramitando nesta Casa, inclusive da época em que circunstancialmente eu era Ministro da Justiça. É importante suprir essa lacuna da nossa legislação. Tramitava em regime de urgência urgentíssima o projeto de lei da Câmara dos Deputados que tratava pontualmente deste assunto.

Portanto, é importante que nós façamos tramitar conjuntamente todas as matérias para que possamos ter no Brasil, a exemplo do que ocorre em praticamente todos os países da América Latina, uma legislação que trate dos crimes do computador.

Hoje a repressão a esses crimes acontece com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa é uma omissão imperdoável e é importante repará-la urgentemente.

Peço vênua ao Senador Eduardo Azeredo para que possamos votar conjuntamente tudo isso.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas manifestar a minha concordância. Há expectativa de muita celeridade na análise desse projeto, porque essa é uma questão que realmente afeta muito o Brasil hoje. Clonagem de telefone celular, cartão de crédito, uso indevido da Internet, pornografia por meios eletrônicos, isso tudo precisa ter uma definição mais clara do ponto de vista penal, para que possamos ter o uso realmente proibido e penalizado.

E, como fui o Relator do Projeto em uma das Comissões, quero apenas manifestar a minha concordância, para que possamos aprimorar rapidamente este Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sem dúvida, Senador Eduardo Azeredo. V. Ex^a tem absoluta razão.

Extinta a urgência, as matérias retornam à Comissão de Educação e, em seguida, vão à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Senadora Heloísa Helena, concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, já que a urgência foi retirada pelos Líderes, quero apenas registrar que nós vamos inclusive solicitar que eles explicitem quais os argumentos técnicos utilizados para a retirada da urgência. É somente para informar que vamos encaminhar essa solicitação, o Senador Geraldo Mesquita e eu.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esta Presidência acabou de explicitar quais são os argumentos que ensejaram o pedido e a retirada de urgência.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, mas os argumentos que foram apresentados por V. Ex^a, alguns Líderes tinham dito outros argumentos diferentes, e nós entendíamos que deveria ser votado logo. Se existe a necessidade de rediscussão da matéria, é um direito regimental de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Infelizmente, a intervenção de V. Ex^a é intempestiva. Ela ocorre depois da decisão do Plenário do Senado Federal.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não há nada de intempestividade, Senador Renan, Excelentíssimo Presidentíssimo do Senado e do Congresso Nacional. Não há nada disso. Eu só fiz uma manifestação, após discutir com o Senador Eduardo Azeredo, somente para registrar em ata. É só isso, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estou registrando que depois da votação. Se V. Ex^a tivesse feito isso nos momentos que antecederam a votação, talvez orientasse melhor o Plenário.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas não vou interferir na votação, porque eu entendo que é legítimo rediscutir qualquer matéria. Não estou querendo interferir na votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse é um assunto em que V. Ex^a tem razão. Não estou discordando da Senadora e nem do Senador, que fez um esforço tremendo para aprovação, mas, realmente, verificamos algumas dificuldades na aprovação deste projeto e nos comprometemos a fazer um outro para corrigir algumas coisas, sem prejuízo da aprovação dele. Conversando com o Carreiro, já existem três ou quatro projetos, um praticamente corrigindo o outro. A discussão uniformizaria num projeto só para que pudéssemos chegar a alguma coisa bem saudável, que pode ser a relatoria do próprio Senador Eduardo Azeredo, porque nele S. Ex^a se aprofundou, e realmente há algumas divergências. Consultei promotores, juízes, alguns delegados. Havia dificuldade na aplicação de alguns itens. Expliquei isso ao Senador, concordei com S. Ex^a. porque há um vazio muito grande nesse setor.

V. Ex^a cumpre a sua obrigação de Presidente para que se busque alguma coisa mais perfeita que, realmente, venha atender as aflições daqueles que sofrem com esse tipo de crime. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Mais uma vez, agradeço a compreensão de V. Ex^a.

A partir de agora, peço ao 1º Secretário que faça a leitura dos requerimentos de urgência, para que pos-

samos avançar na pauta, de acordo com a convergência que verificamos no Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 849, de 2005

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Ristf, requeremos urgência para a Mensagem

do Senado Federal nº 146, de 2005, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contração de operação de crédito externo, no valor total de US\$33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro – AGROFUTURO, cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA”.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2005.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 146, DE 2005
NÃO TERMINATIVA**

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 09/08/05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
FOMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ALMEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3-ANTÔNIO LEITE
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)
PDT	
OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)
Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) – Passamos à apreciação da matéria.

Item extrapauta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 71, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 849, de 2005 – art. 336, “II”)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 71, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.343, de 2005, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor total de trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o futuro (Agrofuturo), cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 71, de 2005, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita.

É lido o seguinte

PARECER Nº 1.353, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 71, de 2005.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 71, de 2005, que “autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor

total de US\$33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares norte-americanos) entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro – Agrofuturo, cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária”.

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de agosto de 2005.

Relator

Senador Geraldo Mesquita

ANEXO AO PARECER Nº 1.353, DE 2005

Redação final do Projeto de Resolução nº 71, de 2005.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do Art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2005

Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares norte-americanos) entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro – Agrofuturo, cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares norte-americanos), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação a que se refere o **caput** destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindus-

trial para o Futuro – Agrofuturo, cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º desta Resolução contém as seguintes características e condições básicas:

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – executor: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;

IV – valor do empréstimo: US\$33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares norte-americanos);

V – valor da contrapartida: US\$27,000,000.00 (vinte e sete milhões de dólares norte-americanos);

VI – modalidade: Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros ajustável;

VII – prazo de desembolso: 5 (cinco) anos;

VIII – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira 6 (seis) meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 20 (vinte) anos após a assinatura do contrato, com datas de pagamento em 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano;

IX – juros: exigidos semestralmente, calculados com base no custo de captação do Banco para empréstimos unimonetários qualificados, apurados durante os 6 (seis) meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de uma margem razoável, expressa em termos de uma porcentagem anual, para cobertura de despesas administrativas;

X – comissão de crédito: exigida semestralmente nas mesmas datas do pagamento dos juros e calculada com base na taxa de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, sendo que o mutuário, a princípio, pagará uma Comissão de Crédito de 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano), podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo Banco, sem que, em caso algum, possa exceda o percentual previsto de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

XI – recursos para inspeção e supervisão gerais: durante o período de desembolsos, não serão reservados recursos do financiamento para atendimento de despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período,

sendo que, em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de desembolsos, de pagamentos do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

Art. 3º A realização da contratação da operação de crédito a que se refere esta resolução fica condicionada à prévia comprovação, mediante manifestação do BID, do cumprimento das condicionalidades constantes da Cláusula 3.02 da minuta do Contrato de Empréstimo.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 850, DE 2005

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PRS Nº 72, de 2005, advindo da MSF nº 181, de 2005, que “Propõe ao Senado Federal seja autorizado a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 8.691.961,98 (oito milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal, entre o Estado do Ceará e a Agência oficial alemã KfW, destinado a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico – Ceará II”.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
 MENSAGEM (SF) Nº 181, DE 2005
 NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 09/10/05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
LEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES-FILHO	3-ANTÔNIO LEITE
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
ROBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUP LICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES
------------	--------------------

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento de urgência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 72, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 850, de 2005 – art. 336, "II")

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 72, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.344, de 2005, Relator: Senador Flexa Ribeiro), que *autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a agência oficial alemã KfW, no valor de até oito milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos.*

A Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a boa vontade de V. Ex^a, do Senador Geraldo Mesquita Júnior e de toda esta Casa em relação a esse importante empréstimo ao Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (S/Partido – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (S/Partido – CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, da mesma forma, quero agradecer a V. Ex^a, a toda a Casa e a Comissão que aprovará esse projeto de fundamental importância para o Estado do Ceará e para o saneamento de uma região muito pobre e sofrida.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final para o Projeto de Resolução nº 72, de 2005, que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.354, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 72, de 2005.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 72, de 2005, que “autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW no valor de até 8.691.961,98 (oito milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal”.

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de agosto de 2005.

The image shows two handwritten signatures. The top signature is in blue ink and includes the word 'RELATOR' written next to it. The bottom signature is in black ink and appears to be the signature of the President of the Commission.

ANEXO AO PARECER Nº 1.354, DE 2005

Redação final do Projeto de Resolução nº 72, de 2005.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2005

Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a agência oficial alemã Kredi-

anstalt für Wiederaufbau – KfW, no valor de até 8.691.961,98 (oito milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Ceará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, no valor de até 8.691.961,98 (oito milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Básico – Ceará II.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – mutuário: Estado do Ceará;

II – mutuante: Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW;

III – garantidor: República Federativa do Brasil, tendo como contragarantias, como definido no texto da Lei Estadual nº 13.136, de 12 de julho de 2001, que autoriza a contratação da operação de crédito pretendida, as cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, complementadas pelas receitas próprias do Estado;

IV – valor: 8.691.961,98 (oito milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal;

V – prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2009;

VI – amortização: 30 (trinta) parcelas semestrais e consecutivas de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira até 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses após a assinatura do contrato e a última o mais tardar 20 (vinte) anos após a assinatura do contrato;

VII – juros: 4,5% a.a. (quatro inteiros e cinco décimos por cento ao ano), exigidos semestralmente, vencíveis em 30 de junho e 30 de dezembro, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo;

VIII – juros de mora: 3% a.a. (três por cento ao ano);

IX – comissão de compromisso: exigida semestralmente nas mesmas datas do pagamento dos juros e calculada com base na taxa de até 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 3 (três) meses após a assinatura do contrato.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Ceará na operação de crédito externo referida no art. 1º desta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** é condicionada a que o Estado do Ceará vincule, como contragarantias à União, as transferências constitucionais de receitas tributária a que faz jus, complementadas por suas receitas próprias, mediante formalização de contato de contragarantia, podendo o Governo Federal reter importâncias necessárias diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, a contar da sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação, com os parabéns ao Estado do Ceará e à sua Bancada no Senado Federal, aos Senadores Tasso Jereissati, Reginaldo Duarte e a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 851, DE 2005

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Risf, requeremos urgência para o PRS nº 73, de 2005, advindo da MSF nº 199, de 2005, que “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US\$1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BJD, destinada a financiar, parcialmente, o Programa BNDES de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Multissetorial IV, inserido no Convênio de Linha de Crédito Condicional – CCLIP”.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM (SF) Nº 199, DE 2005
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 09/08/05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ALMEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3-ANTÔNIO LEITE
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES
------------	--------------------

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 73, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 851, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 73, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.345, de 2005, Relator: Senador Osmar Dias), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total equivalente a até um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).*

A Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 73, de 2005, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.355, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 73, de 2005.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 73, de 2005, que “autoriza a República Federativa do Brasil a conceder ga-

rantia e operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até US\$1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID”.

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de 2005.

The image shows three handwritten signatures in black ink. The top signature is the most prominent, followed by two others below it, all appearing to be official signatures of the President of the Senate and members of the Commission.

ANEXO AO PARECER Nº 1.355, DE 2005

Redação final do Projeto Resolução nº 73, de 2005.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO de Nº , DE 2005

Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até US\$1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até US\$1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Parágrafo único. Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (Multissetorial IV).

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – devedor: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – valor total: até US\$1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos);

IV – prazo: 240 (duzentos e quarenta) meses;

V – carência: 54 (cinquenta e quatro) meses;

VI – juros: exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela:

a) taxa de juros **Libor** trimestral para dólar norte-americano;

b) mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade **Libor**;

c) mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da **Libor**; e

d) mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

VII – comissão de crédito: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato; o mutuário, a princípio, pagará Comissão de Crédito de 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano), podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo BID sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

VIII – recursos para inspeção e supervisão gerais: durante o período de desembolsos, não serão reservados recursos do financiamento para atendimento de despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período; em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos;

IX – prazo para desembolso: até 4 (quatro) anos;

X – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira 6 (seis) meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 20 (vinte) anos após a assinatura do contrato.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Discussão da redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há, sobre a mesa, outro requerimento...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, com a aquiescência do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para solicitar a V. Ex^a ainda um gesto. Há um projeto da Deputada Luíza Erundina, com uma homenagem a Luiz Gonzaga e à cultura musical nordestina. Se V. Ex^a, por generosidade, puder colocá-la em votação, é uma matéria que atenderá a um pleito da Deputada e de seu Partido, na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nós consideramos justíssimo e vamos submeter ao Plenário a urgência desse projeto, assim como também peço a compreensão da Casa para que nós possamos votar um projeto de interesse do Estado de Minas Gerais, de interesse pessoal e político do Senador Eduardo Azeredo.

No que depender de mim, vamos fazer o possível para que possamos, Senador Azeredo, priorizar essa votação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 852, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2005 (nº 1.394/2004, na Câmara dos Deputados), que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais

em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004”.

Sala das Sessões, em 10 agosto de 2005. – **José Agripino – Sibá Machado – Mozarildo Cavalcanti – Arthur Virgílio – Ney Suassuna.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação da matéria.

Item extrapauta:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 346, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 852, de 2005 – art.336, II)

Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2005 (nº 1.394/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004.*

Designo o nobre Senador Tião Viana para proferir parecer sobre a matéria, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

PARECER Nº 1.356, DE 2005–PLEN

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente Renan Calheiros, agradeço a V. Ex^a, o Acre inteiro também, neste momento, e seguramente os irmãos peruanos!

É uma matéria que fala de um processo intencionalmente decidido pelo Presidente Lula e pelo Presidente Alejandro Toledo de integração entre os irmãos brasileiros e peruanos. E essa integração se dá, além do campo institucional, das relações diplomáticas, na convivência, na parte física das relações entre os povos. Temos uma fronteira extensa entre peruanos e brasileiros, e a dificuldade nas relações diplomáticas e a burocracia impõem barreiras de convivência e de relações humanas entre os povos.

Então, esta matéria vem apenas permitir o que é tradição em toda a Europa hoje, nos países europeus e em vários países do mundo: que países vizinhos que têm relações cordiais, diplomáticas, saudáveis e que cumprem uma função ética nas responsabilidades de Estado possam ter o trânsito de pessoas facilitado, não só em relações comerciais, mas em relações humanas.

A dispensa da exigência do passaporte nas áreas de fronteira entre Brasil e Peru já foi aprovada pelo Congresso peruano. Há um apelo e uma decisão política do Presidente Lula, do Presidente Toledo de integração. Estamos viabilizando a rodovia Bio-Oceânica, demos um avanço fantástico nessa relação; o Governador Jorge Viana se apresenta no comando desse processo de aproximação entre as partes.

É uma matéria de mérito inquestionável e tenho certeza de que o Plenário aprovará por unanimidade.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2005

De Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o PDS nº 346, de 2005 (PDC nº 1.394, de 2004, na origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, concorrente com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 23 de junho de 2004, por intermédio da Mensagem nº 301, de 2004, tendo sido analisado e aprovado pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Cidadania e pelo Plenário, e, subseqüentemente, remetido ao Senado Federal.

Registramos que o projeto deixou de ser distribuído à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul para que fosse elaborado relatório, como determina a Resolução nº 1, de 1996, art. 2º, inciso I, do Congresso Nacional. A Resolução estabelece à Representação a incumbência de apresentar relatório sobre todas as matérias de interesse do Mercosul, caso em que se enquadra este projeto, uma vez que o Peru é Estado associado ao Mercosul.

Acompanha a Proposição além da mensagem do Poder Executivo ao Congresso, mensagem do Senhor Ministro das Relações Exteriores, na qual é ressaltado que:

A assinatura do Acordo em apreço reflete o atual estágio adiantado em que se desenvolve o relacionamento bilateral entre Brasil e Peru, preenchendo uma lacuna que se fazia perceber no que diz respeito

à isenção de vistos para viagens com fins de turismo ou negócios.

Visa o Acordo o estímulo ao turismo e aos negócios pactuados entre nacionais de ambos os países. Por força do diploma legal, ratificado, os nacionais de cada uma das partes contratantes poderão ingressar, transitar e sair do território da outra parte tão-somente mediante a apresentação de seu documento nacional de identificação e o cartão imigratório correspondente, sem necessidade de visto, cumpridas as normas sanitárias internas de cada Estado, por até noventa dias, prorrogáveis por igual período.

Para efeitos do Acordo, são considerados documentos nacionais de identificação, para a República Federativa do Brasil, a cédula de identidade emitida por cada estado da Federação, com validade nacional, e, para a República do Peru, o Documento Nacional de Identidade.

O documento nacional de identificação deverá ser reconhecido pelas autoridades de cada uma das partes para todos os efeitos migratórios, civis e administrativos.

O Acordo não garante aos nacionais dos Estados-Parte no território da outra parte contratante o direito de ingresso e permanência, uma vez que esse direito continua a ser regido pelas respectivas legislações nacionais.

O diploma internacional poderá ter sua execução suspensa, total ou parcialmente, por motivos de segurança nacional, ordem ou saúde públicas.

II – Análise

O Acordo materializa as intenções expressas pelos Governos de ambos os países na Declaração Conjunta, assinada em Lima, em 24 de agosto de 2004.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, as relações entre o Brasil e o Peru caracterizam-se pela cordialidade. A diretriz de política externa do Governo Lula, de vertente latino-americanista e africanista, coloca as relações bilaterais brasileiro-peruano como uma das prioridades na agenda diplomática, sobretudo em razão do fato de que os países são detentores da primeira e da segunda maior área amazônica, o que torna a cooperação fronteiriça de grande importância, em termos políticos, econômicos e de segurança.

Em razão do que, há crescente interesse dos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia e dos Departamentos peruanos de Loreto, Madre de Dios e Ucayali no intercâmbio comercial e nas iniciativas de integração. Neste contexto, a integração física e a maior interação entre as populações residentes nas zonas limítrofes ganha relevância. Já se encontra em andamento a Iniciativa para a Integração da Infra-

Estrutura Regional da América do Sul (IIRSA), cujos órgãos regionais financiadores envolvidos são o Banco Mundial, a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo de Financiamento para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA).

Há muito que a facilitação do trânsito dos nacionais de ambos os países tem sido objeto de preocupação, sobretudo do Conselho Empresarial, com o Grupo de Trabalho sobre Promoção Econômico-Comercial. O Acordo em tela visa atender a essa finalidade.

Acreditamos evidentes a oportunidade e a conveniência do Acordo.

III – Voto

Por tudo quanto explicitado, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo.

Sala da Comissão, Relator

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem absoluta razão. O ideal, Senador Tião Viana, era que pudéssemos flexibilizar o máximo a exigência de passaporte no Brasil. Isso tem prejudicado terrivelmente o turismo no nosso País e tem retirado competitividade do Brasil, dificultando a vinda para o nosso País de estrangeiros. Há poucos dias, recebíamos uma delegação muito representativa que nos pedia isso. De modo que seria muito bom se pudéssemos flexibilizar essa exigência. E o primeiro passo estamos dando com relação às nossas fronteiras.

Parabéns a V. Ex^a.

O parecer do Relator é favorável.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão.

Discussão do projeto, em turno único.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Ex^a a palavra, Senador Eduardo Suplicy, para discutir.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, achei muito positiva a apreciação do Senador Tião Viana relativamente a caminharmos na direção de os brasileiros e peruanos que vivem na zona da fronteira poderem circular com maior liberdade, inclusive do ponto de vista da documentação.

Gostaria de ressaltar, Senador Tião Viana, que, sobretudo no âmbito do Mercosul, precisamos caminhar celeremente na direção da liberdade de movimento de seres humanos, inclusive com a perspectiva, num prazo não muito distante, de termos a liberdade de movimento de seres humanos nas Américas.

Registro que precisamos dizer ao Governo dos Estados Unidos quão importante é que termine com

aquele muro ao longo da fronteira entre os Estados Unidos e o México, muro talvez para toda a América Latina. Não é admissível, contraria o bom senso, contraria o *common sense*, de Thomas Paine; logo os Estados Unidos que tanto aplaudiram a queda do Muro de Berlim, que, ainda no ano passado, sugeriram ao Governo de Israel que não construísse o Muro da Cisjordânia. Digamos aos norte-americanos que, se for para um dia haver uma área de integração para valer, seja não apenas para bens e serviços, para o capital, mas que seja para os seres humanos.

Então, o acordo que ora estamos aprovando é um passo importante, mas ainda tímido na direção do que realmente precisamos ter.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. Continua a discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 346, DE 2005**

(Nº 1.394/04, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, 10 de fevereiro de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, 10 de fevereiro de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do Acordo encontra-se publicado no **DSF** de 22-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento de urgência que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 853, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2005 (nº 1.559/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004.

Sala das Sessões, 10 de agosto 2005. _ **José Agripino – Sibá Machado – Mozarildo Cavalcanti – Artur Virgílio – Ney Suassuna.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação da matéria.

Item extrapauta:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 347, DE 2005**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 853, de 2005 – art. 336, II)

Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2005 (nº 1.559/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz de La Sierra, em 8 de julho de 2004.

Designo o nobre Senador Tião Viana para proferir parecer sobre a matéria, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

PARECER Nº 1.357, DE 2005

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a matéria tem o mesmo sentido, formato e conteúdo do espírito de integração da tese que o Presidente Lula tem defendido tão bem, com tanta grandeza, de uma comunidade sul-americana de nações, onde possamos estar, de fato, convivendo como irmãos fraternos

e construindo o desenvolvimento integrado da nossa América do Sul.

E entendo que o momento em que ele esteve em Santa Cruz de La Sierra, ao lado do Presidente da Bolívia, do Peru, o Governador Jorge Viana também buscando intensamente essa aproximação confirma agora, numa decisão política que já foi aprovada na Bolívia.

Na Câmara dos Deputados, é justo também ressaltar o grande empenho que teve o Deputado Federal Zico Bronzeado na aprovação dessa matéria naquela Casa, com toda a bancada de deputados federais, e agora encontrará, seguramente, o mesmo sentimento do que foi posto pelo Senador Suplicy e por V. Ex^a.

Precisamos de um mundo sem fronteiras, de um mundo de fraternidade. Se nas nossas fronteiras, filhos de um lado do rio casam com os filhos do outro lado do rio, por que não podemos desburocratizar a exigência do ir e vir dos irmãos sul-americanos?

A razão é de absoluto mérito e seguramente uma homenagem aos que constroem a vida nacional nas área de fronteiras.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2005

De Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo no 347, de 2005 (nº 1.559, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

Esta Casa é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2005 (nº 1.559, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Sena, em 8 de julho de 2004.

O ato internacional em apreço foi encaminhado ao Congresso Nacional para aprovação, consoante o que dispõe o art. 49, inciso I, da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 653, de 2004, do Poder Executivo.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, passando ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Foi aprovada pelo Plenário em 7 de julho de 2005.

Vindo ao Senado Federal, a matéria em pauta foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Informa a exposição de motivos encaminhada ao Presidente da República pelo Ministério das Relações Exteriores, que o referido diploma internacional traduz os estreitos vínculos de que se revestem as relações bilaterais entre Brasil e Bolívia, ao promover a expansão da isenção de vistos para viagens com finalidade oficial, de turismo ou de negócios.

O Artigo 2 dispõe, efetivamente, que os nacionais das Partes poderão ingressar, transitar e sair do território da outra Parte mediante a apresentação de seu documento nacional de identificação vigente e o cartão imigratório correspondente, sem necessidade de Visto. Aos nacionais, acima referidos, será permitido permanecer no território da outra Parte para realizar atividades oficiais, de turismo ou negócios, por um período de até noventa dias, prorrogáveis por outros noventa dias no período de um ano.

O Artigo 3 define os documentos de identificação a que se refere o artigo anterior. Para a República Federativa do Brasil, trata-se de cédula de identidade expedida por cada Estado da Federação, com validade nacional; enquanto que para a República da Bolívia será a cédula de identidade vigente. As Partes se comprometeram a intercambiar modelos dos documentos mencionados quando da assinatura do Acordo em pauta, e a manter-se mutuamente informadas sobre qualquer modificação.

O Artigo 7 especifica, entretanto, que o Acordo não autoriza os nacionais de um Estado Parte a exercer atividade, profissão ou ocupação remunerada ou com fins lucrativos, fixar residência ou trocar de status migratório no território da outra Parte. O Artigo 10 determina que as autoridades competentes das Partes podem denegar o ingresso e repatriar os que não cumpram os requisitos da lei.

II – Análise

O Acordo internacional em tela é consentâneo com a atual política externa brasileira, que confere prioridade à aproximação do Brasil com os países da América do Sul e do continente africano.

Formaliza condições privilegiadas para o desenvolvimento do processo de integração regional, ao estender à Bolívia o tratamento bilateral que o Brasil já firmou com os países do Cone Sul e com o Peru. Contribui, também, para facilitar a intensificação do fluxo turístico e das viagens de agentes de negócios, com vistas ao fortalecimento do comércio bilateral.

Registre-se, entretanto, que o projeto em apreço deveria ter sido distribuído à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul para emissão de relatório, conforme prevê o disposto no inciso I do art. 2º da Resolução nº 1, de 1996-CN, que

determina o exame preliminar, por aquela Representação, de toda matéria de interesse do Mercosul que venha a tramitar no Congresso Nacional. Cabe lembrar que a República da Bolívia é Estado Associado ao Mercosul desde 1996.

III – Voto

Por todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2005, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Sena, em 8 de julho de 2004.

Sala da Comissão, – **Tiã Viana**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do Senador Tiã Viana é favorável.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 347, DE 2005

(Nº 1.559/05, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 9 de julho de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me fazer um elogio a V. Ex^a, a esta Casa, ao Senador, aos esforços empregados, porque essa matéria é muito importante para o Brasil, porém muito mais para nós que vivemos naquela região. A relação do Brasil é uma dívida social com aquela gente, com aquelas nações, e é muito importante que, na Bacia Amazônica, tenhamos esse tipo e intercâmbio.

Portanto aqui só me resta agradecer esse entendimento de V. Ex^a por estarmos votando essa matéria tão significativa para todos nós daquela humilde região.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os méritos são de V. Ex^{as}. Parabéns.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador César Borges, pela ordem.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar o seu obséquio de, se for possível, votar hoje o Projeto de Lei da Câmara nº 8, é o Item 18 da pauta. É um projeto de origem do Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência colocará em votação com muita satisfação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 854, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso II do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2005.

Sala das Sessões 1º de agosto de 2005. – Senador **Eduardo Azeredo**.

(*) O texto do Acordo encontra-se publicado no **DSF** de 22-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do

Requerimento nº 854, de 2005 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2005 (4.300/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, e dá outras providências.*

Tendo parecer favorável da CCJ.

Designo o Senador Eduardo Azeredo Relator da matéria, em substituição à Comissão de Educação.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo.

PARECER Nº 1.358, DE 2005–PLEN

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este projeto tem um grande alcance social. Trata-se de transformar a Faculdade de Diamantina, que foi criada ainda na época do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, em uma universidade dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, que são sabidamente as duas regiões mais deprimidas do Estado de Minas Gerais, duas regiões que mais precisam de investimentos.

Portanto, transformarmos essa faculdade numa universidade federal para uma região onde as pessoas realmente precisam que o ensino superior seja gratuito é da maior importância. Esse relatório, portanto, é favorável. Peço a todos que votem favoravelmente à criação da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, no Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do nobre Senador Eduardo Azeredo é favorável. Portanto, pela aprovação da matéria.

Passa-se à discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam a matéria queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2005

(nº 4.300/2004, na Casa de Origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales de, Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e dá outras providências – O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, com natureza jurídica de autarquia, por transformação das Faculdades Federais Integradas de Diamantina – FAFEID, com sede e foro no município de Diamantina, Minas Gerais, e Unidade Acadêmica no município de Teófilo Otoni, vinculada ao Ministério da Educação.

Art. 2º A UFVJM terá por objetivo ministrar ensino superior de graduação e pós-graduação, promover atividades de extensão e desenvolver a pesquisa.

Art. 3º A UFVJM, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, organizará sua estrutura e forma de funcionamento nos termos da lei, de seu Estatuto, de seu Regimento Geral e das normas legais pertinentes.

Parágrafo único. Enquanto não forem aprovados seu Estatuto e Regimento Geral, a UFVJM será regida pelo estatuto e regimento das FAFEID, no que couber, e pela legislação federal de ensino.

Art. 4º Passam a integrar a UFVJM, sem solução de continuidade, independentemente de qualquer formalidade, as unidades e respectivos cursos, de todos os níveis, atualmente ministrados pelas FAFEID.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passarão imediatamente a integrar o corpo discente da UFVJM, independentemente de adaptação ou qualquer outra exigência formal.

Art. 5º Ficam redistribuídos para a UFVJM todos os cargos, ocupados e vagos, pertencentes ao Quadro de Pessoal das FAFEID.

Art. 6º Para compor a estrutura regimental da UFVJM:

I – fica criado o cargo de Reitor, código CD-1;

II – fica criado o cargo de Vice-Reitor, código CD-2, por transformação do cargo CD – 2 remanejado das FAFEID;

III – ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, 15 (quinze) Cargos de Direção – CD, sendo 4 (quatro) CD – 3 e 11 (onze) CD – 4, e 62 (sessenta

e duas) Funções Gratificadas – FG, sendo 7 (sete) FG – 1, 14 (quatorze) FG – 2, 13 (treze) FG – 3, 16 (dezesesseis) FG – 4 e 12 (doze) FG – 5; e

IV – são remanejados para a UFVJM os Cargos de Direção – CD e as Funções Gratificadas – FG que, na data da publicação desta lei, estiverem alocados às FAFEID.

Parágrafo único. Os cargos de direção e funções gratificadas ficam alocados na UFVJM de acordo com o Anexo desta lei.

Art. 7º A administração superior da UFVJM será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no Estatuto e no Regimento Geral.

§ 1º A Presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas ausências ou impedimentos legais e regulamentares.

§ 3º O Estatuto e o Regimento Geral da UFVJM disporão sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 8º O patrimônio da UFVJM será constituído:

I – pelos bens e direitos que integrara o patrimônio das FAFEID, os quais ficam automaticamente transferidos, se reservas ou condições, à UFVJM;

II – pelos bens e direitos que a Universidade vier a adquirir;

III – pelas doações ou legados que receber;

IV – por incorporações que resulta de serviços realizados pela Universidade.

Parágrafo único. Os bens e direitos da UFVJM serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos a lei.

Art. 9º Os recursos financeiros da UFVJM serão provenientes da:

I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais adicionais e transferências e repasses que lhe fora conferidos;

II – auxílios e subvenção, que lhe venham a ser feitos ou concedido, pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades, públicas ou privadas;

III – recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades e organismos nacionais e internacionais;

IV – resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V – receitas eventuais a título de retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros; e

VI – saldo de exercícios anteriores, observado o disposto na legislação específica.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir saldos orçamentários das FAFEID para a UFVJM, observadas as mesmas atividades, projetos, operações especiais, com as respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária, nos exercícios em que esta não tenha sido incluída como unidade orçamentária naquele instrumento legal;

II – praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto nesta lei.

Art. 11. As dotações orçamentárias necessárias ao atendimento dos encargos decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta do orçamento aprovado para as FAFEID, neste exercício.

Art. 12. Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da Universidade, na forma de seu Estatuto e do seu Regimento Geral, os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos **pro tempore**, conforme dispuser o Ministério da Educação.

Art. 13. O Ministério da Educação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta lei, adotará as providências necessárias à elaboração do Estatuto da UFVJM, a ser aprovado pela instância própria, na forma da legislação pertinente.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

CARGO	REMANEJADOS DAS FAFEID	NOVOS	TOTAL
CD-1	0	1	1
CD-2	1	0	1
CD-3	1	4	5
CD-4	6	11	17
Subtotal	8	16	24
FG-1	8	7	15
FG-2	0	14	14
FG-3	0	13	13
FG-4	11	16	27
FG-5	0	12	12
Subtotal	19	62	81
TOTAL	27	78	105

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2004, que *institui o dia 13 de dezembro como o “Dia Nacional do Forró”*. Parecer favorável, sob o nº 552, de 2004, da Comissão de Educação.

O Relator é o nobre Senador Reginaldo Duarte. No prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2004

(Nº 4.265/2001, na Casa de origem)

Institui o dia 13 de dezembro como o “Dia Nacional do Forró”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 13 de dezembro como o “Dia Nacional do Forró”, em homenagem à data natalícia do músico Luiz Gonzaga do Nascimento, o “Rei do Baião”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na sessão do dia 19 de julho passado, o Senador Paulo Octávio, Relator do Projeto de Lei da Câmara nº 54, aprovado nesta Casa no último dia 7, encaminhou à Mesa solicitação, nos termos do inciso III do art. 325 do Regimento Interno, para que seja retificada a Lei nº 11.134, de 11 de julho de 2005, sendo a seguinte a retificação: onde se lê “mineralogia e engenharia”, leia-se “mineralogia ou engenharia”, constante do § 2º do art. 5º da Lei nº 9.264, de 1996, com nova redação dada pela Lei nº 11.134, de 2005.

Em votação a retificação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência determina a retificação da Lei nº 11.134, de 2005.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República e à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a retificação aprovada:

RETIFICAÇÃO

LEI Nº 11.134, DE 15 DE JULHO DE 2005

No art. 25 da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, que deu nova redação ao § 2º do art. 5º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, **in fire**, publicado no **DOU** de 18 de julho de 2005, Seção I, página 3,

Onde lê:

“... Mineralogia e Engenharia.”

Leia-se

“... Mineralogia ou Engenharia.”

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 10.**

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 855, DE 2005

Preferência para apreciação de matéria antes de outras da Ordem do Dia.

Nos termos do art. 311, inciso I, do Regimento Interno, requero preferência para o item 10, a fim de ser apreciado antes da matéria constante do item nº 5 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a quer discutir o mérito da matéria?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Então vamos votar o requerimento e, na discussão da matéria, darei a palavra com muita honra a V. Ex^a.

Em votação o requerimento do Senador Arthur Virgílio.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Passa-se à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 10:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2004

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada tendo em vista a não deliberação do item 1 da pauta.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Discussão da proposta e da emenda, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao primeiro signatário da Proposta de Emenda à Constituição, Senador Arthur Virgílio, para discutir a matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta proposta de emenda constitucional obteve ampla aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e recebeu duas emendas significativas, uma delas do Senador por Sergipe, Antonio Carlos Valadares, que, de maneira muito sensível, muito inteligente, reforçou, até porque o que abunda não prejudica, os incentivos a que tem feito jus o pólo industrial de Manaus.

A outra emenda, de autoria do Relator da matéria na CCJ, Senador Alvaro Dias, meu dileto companheiro e querido amigo, alterou. Eu pensei no início em Pólo Industrial da Amazônia Ocidental, algo assim. O Senador Alvaro Dias, em uma compreensão nacional do problema entendeu que deveria se chamar Pólo Industrial da Amazônia Brasileira, para dar a característica de pólo do País, não de uma região.

Do mesmo modo, a minha intenção essencial era, em primeiro lugar, caracterizar que não se tratava ali de comércio de importados, há muito tempo que não

é assim. Não se tratava com prisco da época em que a economia brasileira era fechada, ou seja, pré-economia do governo Collor, quando começou – temos de reconhecer – a abertura da economia brasileira, que ainda hoje não se fez de maneira ideal. Tem que abrir mais e mais. País aberto é país com chance de ser próspero; país fechado é país com chance de se perder nas oportunidades perdidas por ele próprio. Pensei em caracterizar primeiro isso.

Em segundo lugar, deixar bem evidente para o País que reivindicamos outro nome e, mais do que isso, o novo **status**. O reconhecimento do Brasil, e o Senado e a Câmara haverão de dar esse reconhecimento, de que ali se trata de um pólo industrial da mais alta definição, um pólo industrial com enorme capacidade de agregação de valores econômico, tecnológico, industrial, com o grosso do que se agrega sendo produzido lá mesmo, no Estado, com investimento forte e significativo em tecnologia, com institutos que trabalham o desenvolvimento tecnológico instalados e sediados lá mesmo, na Amazônia, com importação de boa qualidade para melhorar o processo produtivo do Pólo Industrial de Manaus, com uma mão-de-obra treinada e especializada que é, talvez, o maior patrimônio da antiga Zona Franca de Manaus, que eu prefiro chamar de Pólo Industrial de Manaus e agora chamaríamos de Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. É uma mão-de-obra extremamente treinada.

Tudo isso sob a regência de uma Superintendência da Zona Franca de Manaus hoje muito bem dirigida pelo economista Flávia Grosso. Foi uma bela atitude do Governo Federal nomear uma figura desse porte para dirigir a Suframa, cercada de uma equipe de técnicos do melhor nível, da melhor qualidade e da maior seriedade.

Desde o Governo passado – e faça-se justiça –, quando José Serra era Ministro do Planejamento e o superintendente era Mauro Ricardo Costa, hoje Secretário Municipal de Finanças e Economia em São Paulo, a Suframa investe em infra-estruturação, visando ao desenvolvimento de todos os Municípios adimplentes naquela região amazônica ocidental, mais o Amapá. São recursos que vêm dos preços públicos que a própria Suframa recolhe. Dinheiro, portanto, produzido ali. E dinheiro que nos dói muito quando é contingenciado pela ação do Ministério da Fazenda, o que não é de agora, pois acontecia no Governo do qual eu fui Líder e Ministro e continua acontecendo no Governo do Ministro Palocci, por quem tenho tanta estima e por quem tenho mantido tanta consideração. Mas o fato é que virou uma agência de desenvolvimento da região amazônica ocidental inteira, mais o Amapá.

Enquanto chamássemos de Zona Franca de Manaus, estaríamos obscurecendo o fato de que ela serve à região como um todo. Enquanto chamássemos de Zona Franca de Manaus, estaríamos passando para investidores e para brasileiros menos avisados a idéia da troca, do escambo, do mero comércio de importados, e não é essa a verdade, Senador Sibá Machado. Não é isso que consulta a realidade. Trata-se de um pólo de alta definição tecnológica, como eu já havia aqui relatado, e que merece ser tratado como pólo industrial.

Dou a V. Ex^a alguns exemplos. Ao discutirmos aqui, no Senado, a Reforma Tributária, os interesses de São Paulo, quando eram feridos grosso modo, significava que os interesses do Amazonas também estavam sendo feridos grosso modo, porque o meu Estado assumiu características de Estado industrial.

Muitas vezes, há uma certa concorrência, por exemplo, entre São Paulo e o Amazonas, prova de que lá se desenvolve uma economia pujante. Sob quaisquer critérios, não é menos do que o 3º pólo industrial mais importante do País, o que faz da minha cidade de Manaus a 3ª ou 4ª renda **per capita** do País.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Quarta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quarta. O Senador Sibá Machado me lembra com muita atenção. Quarta renda **per capita** do País. O Amazonas é um dos principais arrecadadores **per capita** de ICMS. Tudo isso com resultado de um pujante pólo industrial que lá está.

Por exemplo, vejo como resultados fundamentais o fato de que estamos avançando nas exportações. Neste ano, exportaremos US\$1,3 bilhão. Alguns anos atrás, as exportações somavam apenas US\$100 milhões. O déficit, portanto, entre a importação necessária e as exportações está para ser coberto em mais dois ou três anos. Vamos chegar ao equilíbrio. Vamos chegar, dentro de cinco anos, se Deus quiser, ao superávit. Isso joga por terra de uma vez por todas a tese do incentivo fiscal.

Mas alguém diz que não justifica incentivo fiscal para lá. Meu Deus do céu, 2% no máximo ou até menos que isso de cobertura florestal devastada; a segurança nacional preservada; o interior financiado. É muito importante o que se faz ali. E o incentivo fiscal não foi uma invenção do Amazonas. Praticaram-se incentivos fiscais em várias regiões do País, em várias regiões do mundo, quando se quis desenvolver de maneira estratégica alguma região, e aquilo só deu certo.

Senador Romeu Tuma, V. Ex^a é um admirador e um conhecedor da Zona Franca de Manaus, que eu quero chamar de Pólo Industrial da Amazônia Brasi-

leira. V. Ex^a sabe que foi o modelo de desenvolvimento de maior êxito do País dentre todos. Regenerado no Governo passado, moralizado no Governo passado, ele passou ao largo de todos aqueles escândalos que envolveram a Sudene e a Sudam, passou ao largo de tudo. Ninguém hoje fala mais em corrupção na Suframa nem em favoritismo. Aqueles tempos selvagens estão superados. Hoje há credibilidade e há algo assim: se eu quero produzir televisão e V. Ex^a também, V. Ex^a se credencia aos incentivos e eu também; se V. Ex^a produzir uma televisão ruim e eu produzir uma televisão boa, V. Ex^a vai à falência, e eu não. Então, há a perspectiva capitalista da concorrência, do choque de ofertas, do choque de produtos, tudo isso acontece.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já lhe concederei um aparte, Senador Romeu Tuma.

Portanto, digo da minha enorme alegria de estar hoje podendo ver transcorrer aqui o primeiro dia de tramitação dessa PEC.

Já estou sabendo pela Assessoria da Suframa e pela minha Assessoria que nós aperfeiçoaremos mais isso ainda por uma emenda com a qual poderemos contemplar, eu espero, o conjunto do Congresso, do Senado. Mas é bom para nós termos o reconhecimento dos Estados brasileiros, representados pelos Senadores do País inteiro, de que aquilo não é mais uma zona de livre comércio. Aquilo é um pólo industrial, que não tem mais incentivos do que tantos Estados oferecem a quem invista neles, nas suas economias.

Ouçõ com muita honra e com muita alegria o Senador Romeu Tuma. Em seguida, ouço o meu prezado amigo Senador Sibá Machado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, eu sou paulista, mas me considero um amazonense pela paixão que tenho por aquela terra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E o Amazonas o considera um amazonense dos mais diletos também, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sempre que tenho oportunidade, estou presente naquela região tão importante do País e a conheço profundamente. Por todos os fatos que V. Ex^a citou aqui, sabemos que se trata de um passado esquecido pelo vigor e pela força do povo do Amazonas. Até no aspecto social, o pólo amazônico industrial desempenhou um valor inestimável para aquela população sofrida, que desconhecia até as maneiras de conviver em sociedade, uma boa parte dela, e as indústrias que para lá foram levaram o conhecimento, o desenvolvimento, a cultura. Ultimamente, eu me surpreendi com a direção da Suframa. Tenho muito respeito pela Dr^a Flávia Grosso,

sua amiga. Ela desenvolve um trabalho de investimentos e de favorecimentos aos Municípios mais sofridos de toda aquela região. Então, V. Ex^a traz aqui não apenas a mudança do nome, mas a possibilidade de que a Nação brasileira saiba o que representa para a economia, para a sociedade, no aspecto social, o seu Estado. Esse é o ensinamento que ele traz para todos os que pretendem desenvolver economicamente seus Municípios e seus Estados. Parabens-o e solidarizo-me com V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Romeu Tuma. Antes de conceder o aparte ao Senador Sibá, digo que V. Ex^a é de fato conhecedor da região, e considero importante, ainda assim, Senador Tuma, a mudança do nome, porque ela afugenta aquele fantasma. Não é mais zona franca! E digo, com bom humor, que não é nem franca, porque lá se recolhem os 62% dos tributos federais da região Norte, incluindo esse Estado de economia tão promissora que é o Pará, nem é zona, porque funciona tudo de maneira muito organizada, de maneira muito boa. Lá há fábricas que encantam quaisquer visitantes.

Entendo que, de uma vez por todas, vamos dizer que estamos tratando de um pólo industrial de sofisticada definição tecnológica e deve ser tratado como tal. Aquilo é uma etapa superada, que corresponde a uma outra época da economia brasileira, e o nome ficou.

Sou a favor de se manter a Suframa como órgão diretivo, até porque é um órgão bom, que tem uma imagem muito boa. Então, fica a Suframa. Não precisa mais corresponder à Superintendência da Zona Franca de Manaus. Fica Pólo Industrial da Amazônia Brasileira, sediado na Suframa, dirigido pela Suframa. A Dir^a Flávia continua sendo superintendente da Zona Franca de Manaus, mas ela passa a gerenciar administrativamente o Pólo Industrial de Manaus e seus efeitos na direção de outros Estados, entre os quais o Estado do Acre, dos meus amigos Senadores Tião Viana, Geraldo Mesquita e Sibá Machado, a quem concedo um aparte, com muita alegria.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, eu queria acrescentar que a média de crescimento da indústria brasileira neste ano foi de 5%. E a média do crescimento industrial do Amazonas foi de 20,2%, ou seja, quatro vezes mais do que a média nacional. A preocupação de V. Ex^a entendo perfeitamente, porque a proposta vem modernizar algo que já existe na prática. Num primeiro momento, olhava-se para a Zona Franca de Manaus como uma espécie de dívida do Governo Federal, que precisava descentralizar uma atividade naquela grande região. Agora, aquela situação cresceu por si só, tem vida própria e avança. Então, nada melhor do que condicionar essa

nova realidade. Em um primeiro momento, fiquei preocupado, cogitando se tiraríamos esse outro viés da atividade da Suframa, que é o atendimento a outros Estados e a Municípios principalmente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De jeito algum.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas, como muito bem dito por V. Ex^a, neste caso, acredito que está perfeita essa idéia. Penso que todos temos a obrigação de abraçá-la, porque hoje Manaus, repito, pelos dados do IBGE, é o quarto Município em importância no PIB municipal brasileiro. O instituto faz até uma comparação, demonstrando que nove Municípios brasileiros fecharam o ano de 2002 com 25% do PIB nacional e que, desses nove Municípios, o quarto é o de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Portanto, creio que se irradia por toda a região esse desafio, que interessa basicamente ao Estado do Acre. Assim, parabens-o V. Ex^a pela idéia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Sibá Machado, agradeço a V. Ex^a o aparte, que vem de um homem da região que estaria disposto a defender, até o fim, como faz sempre nesta Casa, as suas idéias e o seu compromisso com o Estado do Acre, que não será prejudicado em nada. Ao contrário, receberá também o influxo positivo dessa mudança.

São dados inquestionáveis. V. Ex^a cita os números da renda **per capita** e do PIB; nós mencionamos os prováveis US\$15 bilhões de faturamento bruto do Pólo Industrial de Manaus e os dados das exportações, que estão crescendo de maneira avassaladora, de maneira significativa. E recebemos uma notícia fantástica para nós: de fevereiro para cá, a Argentina suspendeu as tarifas que estavam sendo postas como embargo, como dificuldade para a entrada de televisores brasileiros, todos fabricados no Pólo Industrial de Manaus.

E essa economia tem uma característica estranha – já concederei um aparte ao Senador Eduardo Azeredo – e compreensível, claro. Ela sofre duas vezes quando está tudo mal no País; quando a economia está bem no País, ela ganha muito, porque esses bens eletroeletrônicos, as motocicletas, esses artigos são vendidos de maneira muito farta quando há mais afluência na sociedade brasileira, que não vive um mau momento econômico. Ao mesmo tempo, quando há retração ou algo próximo de recessão, por sermos uma Unidade da Federação, sofremos a recessão brasileira, e soma-se o fato de que os nossos clientes do centro-sul não estão comprando. Resta, portanto, hoje, como válvula de escape, lutarmos para exportar cada vez mais, mas a exportação ainda é incipiente em relação às nossas necessidades.

Tranqüilizo V. Ex^a, Senador Sibá Machado, com base em um compromisso que também tenho com o Estado do Acre, tão bravo e lutador, que tem escrito suas epopéias. Eu nunca proporia algo que não fosse em comum acordo com V. Ex^a, com o Senador Geraldo Mesquita Júnior e com o Senador Tião Viana, amigos tão queridos; nada que significasse a divisão de uma Região que precisa estar unida para obtermos os melhores caminhos para nós, para os nossos povos e para a nossa gente.

Portanto, agradeço a V. Ex^a, de maneira penhorada, pelo fraterno aparte.

Ouçó o Senador Eduardo Azeredo antes de concluir meu pronunciamento.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, caro Líder, na primeira vez que fui a Manaus para visitar a Zona Franca, fiquei realmente muito bem impressionado. Era a época, ainda, da fabricação dos disquetes. Lembro-me de que trouxe de lá um videocassete, pois esses aparelhos estavam sendo lançados. E o avanço que pudemos ver em Manaus é de fato surpreendente, o que demonstra que esse tipo de instrumento de desenvolvimento regional deve realmente ser utilizado. No Brasil, foi muito importante esse incentivo para a Zona Franca de Manaus, que se desenvolveu. No primeiro momento, evidentemente, era só uma montagem, mas, depois, agregou-se valor e um trabalho já mais sofisticado. Hoje, vemos que, de fato, Manaus é uma grande cidade. Nós que estamos no sul, em Minas Gerais, sentimos muita satisfação. Sempre defendi que é preciso haver um Brasil mais justo exatamente para o desenvolvimento de todas as suas regiões. O País não pode ter uma região rica e todo o resto andando a reboque. Pelo contrário, precisamos buscar sempre instrumentos como o da Zona Franca, que é muito bom seja agora o Pólo Industrial de Manaus.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Eduardo Azeredo. V. Ex^a tem sido um baluarte ao meu lado nas lutas que travo aqui pelo Amazonas, por sua economia, com os Senadores Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho, que são companheiros diletos e que participam, de maneira muito responsável, desse processo todo.

V. Ex^a compreende, como ninguém, a realidade brasileira. E isso é muito da índole afável, compreensiva e aberta do mineiro, sendo V. Ex^a o Governador que foi e o Senador de escol que é.

Tenho absoluta convicção de que temos algumas verdades a obter da sociedade brasileira. Considero que alguns passos já foram dados e vou repetir o que já disse em outras ocasiões. Eu, quando Deputado, fazia um pronunciamento sobre o Pólo Industrial de

Manaus, e parecia algo paroquial, algo que não era tema a merecer a alta tribuna da Câmara dos Deputados. E eu insisti muito nisso. Eu sempre dizia: os estrangeiros se interessam tanto, eles conhecem tanto sobre a Amazônia, e nós, aqui, não conseguimos sair de uma coisa que, para mim, é cafona, é pequena, é até mesquinha, medíocre, que é fingirmos que não reconhecemos a importância da Amazônia.

Então, o brasileiro bem informado tem que saber sobre a Amazônia, porque é importante mesmo. Isso se aplica ao catarinense, ao mato-grossense-do-sul, ao gaúcho, ao paranaense, ao mineiro. Ou seja, ou valorizamos um patrimônio que é nosso e que é a grande saída estratégica do País, a Amazônia, essa grande fronteira de desenvolvimento a ser ainda maximizada, sem se matar a “galinha dos ovos de ouro”, sem se agredir a ecologia, ou vamos construir um País que não será capaz de ter o crescimento mais brilhante, o desenvolvimento econômico mais brilhante e mais consistente de todos. Este só virá com o entendimento da Amazônia, que é cobiçada por uns e admirada por outros no estrangeiro, mas é conhecida por muito pouca gente no Brasil.

Sonho, Senador Eduardo Azeredo, com uma campanha de Deputado Federal, por exemplo, ou de Senador sendo decidida no Rio de Janeiro a partir da idéia de quem gosta da Amazônia ou não, de quem entende da Amazônia ou não. Um Senador se elegendo ou perdendo a eleição no seu Estado, porque um entende e o outro, não, de Amazônia. Um Deputado Federal se elegendo fortemente, com muito voto, tendo isso como carro-chefe, lá em Santa Catarina – terra do Senador Leonel Pavan, que tem sido outro amigo do meu Estado, outra figura de extrema lealdade, que nunca faltou às lutas pelo pólo de Manaus aqui, pela solidariedade que teve para com este colega dele, companheiro de Partido que é. Gostaria de ver um dia, daqui a alguns anos, alguém se elegendo em Santa Catarina sob o seguinte comentário: “Fulano se elegeu, porque demonstrou a importância para Santa Catarina da Amazônia”. Ou seja, alguém com uma visão global de Brasil, uma visão ousada e nova de Brasil.

Isso me dá muita alienação, mas fico feliz de saber que estamos sendo levados a sério e que alguns passos estão sendo dados; que, em alguns momentos, o Senado foi solidário, pela sua maioria, com este Senador e com seus colegas de Bancada, quando se dizia: “Haverá uma atropelada do Governo”. E dizíamos: “Não vai haver, então, é votação”. E V. Ex^a, Senador Renan Calheiros, fez isso algumas vezes, ao meu lado, como Líder do PMDB que era.

Para encerrar, gostaria de fazer alguns registros. O primeiro é que a Ditadura Militar, que tanto combati,

foi responsável pelo nascimento desse modelo econômico vitorioso. Portanto, quero louvar a lucidez que teve o Presidente Castelo Branco, a partir da lucidez genial do imortal brasileiro – e hoje digo mesmo, imortal brasileiro –, de quem já fui adversário ideológico, o Embaixador, Ministro, Senador, Deputado Roberto Campos.

Digo mais: cada governo fez o que pôde. Reporto-me aos últimos. O Presidente Fernando Henrique fez o processo de limpeza, de moralização da Suframa. No seu governo, investiu-se na Amazônia Ocidental como nunca antes – e espero que menos do que depois. Quero o melhor para a minha região. Naquele governo, encaminhava-se a discussão numa comissão que era presidida pelo Deputado Francisco Garcia, visando à prorrogação da Zona Franca de Manaus. Estava indo bem a luta. Eu imaginava que fosse algo para amadurecer, para maturar e para se realizar neste governo.

Aqui, Senador Sibá, devo reconhecer com muita justeza: se aqui combato o que me parece ser os erros do Presidente Lula em relação à forma de gerir a coisa pública, em relação à forma não controlada de tocar o seu governo, devo dizer que o Presidente Lula não se mostrou, em nenhum momento, preconceituoso em relação ao Pólo de Manaus. Devo ser honesto. É obrigação sermos honestos. Se critico, às vezes errando, às vezes acertando, mas, se eu critico, devo reconhecer, com honestidade, os seus méritos. Em relação à minha região, o Presidente Lula não obstaculizou a prorrogação dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus. Aqui forçamos, a Câmara forçou, pedimos, exigimos, dissemos que estava maduro, mas o fato é que ele não revelou, de jeito algum, preconceito. Isso deve ser dito, deve ser consignado por alguém que tem sido, às vezes, um feroz adversário dele. Mas é momento para reconhecer os méritos – eu que passo o tempo inteiro mostrando os equívocos.

Estou feliz, portanto, porque haverá mais quatro sessões de discussão. Vamos fazer a emenda que, a meu ver, será aquela que levará ao consenso definitivo.

Agradecendo ao Presidente Renan Calheiros a tolerância de ter estendido o tempo por todos esses minutos, digo que é um dia de importância significativa para o meu Estado, porque vamos obter, se Deus quiser, o reconhecimento do País, do Brasil, da Nação brasileira da existência de um pólo industrial expressivo, sofisticado, vitorioso e que merece ter um nome real. Quando era Zona Franca, e fez muito pelo País, era Zona Franca. Hoje não é mais, é um pólo industrial, incentivado como tantos outros, incentivado como nunca deixou de ser a indústria automobilística

brasileira. Ninguém a chama de zona franca do automóvel, mas de indústria automobilística brasileira, da qual tenho muito orgulho, mesmo estando sediada fora do meu Estado – só podia ser sediada fora da minha região, pelas dificuldades locais apresentadas, pela distancia dos centros consumidores mais importantes, só podia ser localizada no Sudeste e até em alguns Estados do Sul, como o Paraná, o Rio Grande do Sul; podia estar muito bem na Bahia, como está a Ford, mas se encontra basicamente em São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Tenho orgulho dessa indústria, tenho orgulho das exportações que conseguem efetuar, tenho orgulho do avanço tecnológico que, a cada dia, nos oferece carros mais seguros e melhores.

Peço que, em reciprocidade, o resto do Brasil passe a conhecer e a ter orgulho de uma coisa milagrosa que se fez no coração da Amazônia Ocidental, que é um pólo industrial de altíssima definição tecnológica. Alguém que sobrevoa vê mato em volta, vê a beleza daquele rio, vê aquela coisa fantásticamente bonita, vê aquela lua, vê aquele Sol. Alguém que sobrevoa vê aquilo, mas vê também o milagre do desenvolvimento econômico ali posto.

Só peço que aquilo seja analisado sem preconceitos. Este Senado não tem mais preconceitos contra o pólo de Manaus. Há quem ainda o tenha no Brasil, uns, sinceramente, talvez até por ignorarem os fatos positivos que ali se registram; outros, por indústria. São concorrentes, gostariam de ver aquilo extinto, não têm sensibilidade de Brasil, não têm visão de conjunto de Brasil. Esses são, digamos assim, ignorantes por interesse próprio, interesse egoísta. Eu não perderia tempo investindo para que eles aprendessem. Esses eu quero derrotar; esses eu quero enfrentar e derrotar, no voto, na discussão ou em qualquer foro que se apresente.

Quando vejo o Senado se abrindo para a convicção de que aquilo é uma região nobre do País – a sua, Senador Sibá Machado, e a minha – e de que o pólo de Manaus pertence ao País, fico muito orgulhoso e tenho muita confiança de que o julgamento dos meus pares será favorável à aprovação da mudança desse nome, com todo o significado psicológico, econômico, político que daí possa advir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

– 5 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000**

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 6 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2002**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 7 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável,

nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 8 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 9 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 11 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001 (nº 3.786/97, na Casa de origem), que *dispõe sobre inscrições em Braille nos medicamentos.*

Parecer sob nº 1.080, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

– 12 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2001 (nº 2.646/2000, na Casa de origem), que *altera a redação do § 1º do art. 285 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito*

Brasileiro (permite ao condutor ou proprietário de veículos coletivos interpor recurso com efeito suspensivo de multa aplicada por aparelho eletrônico).

Parecer sob nº 476, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Sibá Machado.

– 13 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (nº 3.464/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.*

Parecer favorável, sob nº 1.023, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho.

– 14 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986/2000, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975* (dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos).

Parecer sob nº 94, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta, com voto em separado do Senador Flávio Arns.

– 15 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004 (nº 1.103/99, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 891, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3 – CMA, que apresenta.

– 16 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341/2000, na Casa de origem), que *altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências* (exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos)

Parecer sob nº 253, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

– 17 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2004 (nº 1.638/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco” a rodovia BR-392, desde o município de Pelotas até o de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Parecer favorável, sob nº 254, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valdir Raupp.

– 18 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

– 19 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005 (nº 1.652/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.021, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

– 20 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2005 (nº 1.747/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Combate à Pobreza*.

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador César Borges.

– 21 –

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

– 22 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 26, de 2005, Relator: Senador Ney Suassuna), que *autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais*.

Parecer favorável, sob nº 475, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Hélio Costa.

– 23 –

REQUERIMENTO Nº 579, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 579, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, de sua autoria.

– 24 –

REQUERIMENTO Nº 598, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 598, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti,

solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

– 25 –

REQUERIMENTO Nº 709, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 709, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 17, de 2004, e 176, de 2000, que já se encontra apensado aos de nºs 263 e 295, de 2003, por regularem a mesma matéria.

– 26 –

REQUERIMENTO Nº 711, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 711, de 2005, do Senador Sibá Machado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na sessão do dia 16 de junho passado, foi lido o Requerimento nº 643, de 2005, de iniciativa da Comissão Especial, criada pelo Requerimento nº 91, de 2005, destinada a apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal, solicitando a prorrogação, por mais sessenta dias, do prazo para a conclusão dos trabalhos daquele Colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica prorrogado por mais 60 dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão.

Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 856, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, sejam apresentadas congratulações desta Casa ao professor e economista Luiz Gonzaga Belluzzo, pelo recebimento do prêmio Juca Pato “Intelectual do Ano”, promovido pela União Brasileira de Escritores (UBE).

Justificação

A importância da obra do ilustre professor Luiz Gonzaga Belluzzo para a formação do pensamento econômico contemporâneo brasileiro, latino-americano e mundial pode ser resumida no seguinte fato: ele é considerado pelo Biographical Dictionary of Dissenting Economists, junto com outros cinco economistas latino-americanos (Raul Prebisch, Aníbal Pinto, Carlos Diaz-Alejandro, Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado), um dos 100 economistas não-ortodoxos mais importantes do século XX.

Com efeito, de sólida formação marxista e keynesiana clássica e fortemente influenciado pela escola cepalina, Belluzzo sempre participou do debate econômico brasileiro e latino-americano fazendo o contraponto lúcido e extremamente erudito ao pensamento monetarista e ortodoxo.

Já em sua brilhante tese de doutorado “Valor e Capitalismo: Um Ensaio sobre a Crítica da Economia Política” (1975), Belluzzo discutiu, com profundidade, o conceito de valor e suas implicações para a análise da acumulação do capital e sua expansão à escala mundial.

Na década de 70, a sua reflexão centrou-se no desenvolvimento capitalista e industrialização da periferia. Datam dessa época dois artigos basilares para o debate da industrialização brasileira: “Desenvolvimento Capitalista no Pós-guerra e a Industrialização da Periferia”, juntamente com o professor Luciano Coutinho, que procurava mostrar os efeitos do desarranjo do chamado “consenso keynesiano” sobre as nações em desenvolvimento, e “A Experiência Recente de Industrialização no Brasil”, em parceria com Maria da Conceição Tavares.

Na década de 80, Belluzzo participou ativamente e com rara competência das discussões sobre os programas de ajustes econômicos ortodoxos promovidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A sua introdução ao livro “FMI x Brasil: a Armadilha da Recessão” (1983) ainda contém importantes ensinamentos sobre as armadilhas e os limites das teorias monetaristas ortodoxas e suas implicações práticas para as economias periféricas. Em 1984, publicou uma grande obra sobre esses assuntos: “O Senhor e o Unicórnio”. Este livro, um clássico da economia brasileira, aprofunda, em vários ensaios, a reflexão crítica sobre a crise econômica provocada pelas políticas ortodoxas de “ajustamento”.

Também datam da década de 80 os seus pensamentos críticos referentes às teorias inflacionárias conservadoras. Em 1984, escreveu, em parceria com Maria da Conceição Tavares, “Reflexões sobre a Inflação Contemporânea”. Em 1989, retomou o tema da

inflação e das transformações financeiras e monetárias em a “Crise Monetária no Brasil”, ensaio redigido em conjunto com Júlio Sérgio Almeida. Saliente-se que as argutas reflexões de Belluzzo sobre dinheiro e a diferenciação das formas de acumulação da riqueza continuaram na década de 90 no trabalho “O Dinheiro e as Transfigurações da Riqueza”, de 1997 e no artigo “Financeirização da Riqueza, Inflação de Ativos e Decisões de Gasto em Economias Abertas”, elaborado em colaboração com Luciano Coutinho.

Em tempos recentes, Belluzzo tem se dedicado à análise crítica da globalização, particularmente no que tange aos seus aspectos financeiros e às consequências negativas que as formas recentes da acumulação capitalista em nível mundial produzem nas economias em desenvolvimento. O seu último livro publicado “Ensaio sobre o capitalismo no século XX” (2004) é um excelente exemplo do pensamento crítico sobre economia em sua melhor forma, tendo motivado o prêmio Juca Pato.

Mas o mais importante a ser destacado é que a obra de Belluzzo se distinguiu, em todas as suas fases, por sua erudição, competência, originalidade e, acima de tudo, por sua independência crítica em relação aos centros dominantes do pensamento econômico mundial. De fato, é essa recusa lúcida em aceitar como dogmas os ditames das teorias econômicas conservadoras, como o fazem muitos economistas brasileiros contemporâneos, que distingue o pensamento de Belluzzo e embasa o seu papel de economista independente que reflete sobre o seu país de forma autônoma e criativa.

Entretanto, o papel de Belluzzo não se resumiu à teoria econômica, embora a produção intelectual seja a sua principal marca. Assim como Celso Furtado, Belluzzo também deu a sua contribuição prática e política à Nação, tendo desempenhado papel fundamental como formulador de política econômica na gestão do ministro Dílson Funaro.

O escritor Marcos Rey, que propôs utilizar o nome do personagem de Belmonte para o prêmio da UBE, assim justificou a sua escolha:

“O Juca Pato, a grande vítima dos tubarões, pisado pelos homens da lei e pelos poderosos, e que nunca teve um amigo, o terá agora na pessoa do intelectual.”

Temos certeza que, agora, o Juca Pato, símbolo máximo dos excluídos e dos perdedores, conquistou um novo e dileto amigo.

Saladas Sessões, 10 de agosto de 2005. – Senador **Aloizio Mercadante**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará as congratulações solicitadas.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Prorrogo a sessão por mais três minutos, para que V. Ex^a possa usar da palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, passo a ler uma nota nacional do PSDB:

O Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB repudia e denuncia, veementemente, o conluio montado, no âmbito da CPMI, por parte de representantes do Partido dos Trabalhadores, com o objetivo de forjar provas e fraudar documentos junto a esta Comissão, instituída no Congresso Nacional para investigar as graves denúncias de pagamento ilegal a parlamentares da base do Governo Federal e o uso indevido de recursos públicos por parte de integrantes do PT.

O artifício visa claramente à criação de factóide para tentar desviar o foco das investigações e merece o desagravo de toda a sociedade, por constituir um atentado contra a seriedade e a legitimidade dos trabalhos da CPMI, ainda mais quando seu protagonista é justamente o Vice-Presidente da CPMI do Mensalão, Deputado Paulo Pimenta.

O parlamentar petista tentou dar legitimidade a uma lista apócrifa, sem origem e sem qualquer lastro de prova documental, após um encontro clandestino, na madrugada de hoje, na garagem do Senado Federal, com o Sr. Marcos Valério, ao fim do depoimento do acusado, com quem inclusive pegou carona.

A alegação de que teria recebido a lista apócrifa do advogado do acusado, Sr. Paulo Sérgio, desmoronou no exato momento em que o próprio advogado negou terminantemente ter repassado ao parlamentar qualquer documento. Desmoronou, mais uma vez, quando não se confirmou a segunda versão, de que a lista apócrifa tinha como origem processo no Supremo Tribunal Federal.

Na verdade, a montagem grosseira já vinha circulando pelas redações dos veículos de imprensa de todo o País, sem qualquer crédito, por se tratar claramente de um documento sem qualquer credibilidade.

Diante de tão grave tentativa de fraude, o PSDB exige da direção da CPMI rigorosas medidas punitivas aos que, por conveniência ou desconforto político gerado pela confirmação de graves denúncias, perderam a compostura e se esqueceram dos mais elementares compromissos que deveriam ter com o País.

Assina Leonel Pavan, Vice-Presidente Nacional do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, embora esse fato da ponta do *iceberg* seja de deputado e V. Ex^a seja um digno representante do Congresso Nacional, temos esta questão: é uma CPMI – portanto, mista –, e o Deputado está lá. Está aqui o Presidente da CPMI dos Correios, o Senador Delcídio Amaral.

O PSDB se recusa a ser presidido, em qualquer momento da reunião, por esse rapaz. Não queremos mais ser presididos por ele. Nós, ao contrário, pensamos em medidas disciplinares rígidas que podem levar à cassação do seu mandato por absoluta falta de decoro. Uma pessoa séria não tem nada que se reunir em carro nenhum, com quem quer que seja que esteja sendo acusado nesta CPMI. Acaba a impessoalidade, acaba a figura da seriedade, acaba a figura da isenção.

O Senador Delcídio Amaral, que está fazendo o seu trabalho com boa vontade, não é lá o Senador do PT procura ser o Senador da Comissão. O Deputado Pimenta teria que ter aprendido a ser o Vice-Presidente da Comissão como um todo, e não alguém de uma facção, alguém pequeno, minúsculo, de uma facção. Portanto, percebemos que aquele ditado das nossas avós está mais atual do que nunca: “a mentira tem pernas mais curtas do que as pernas do coxo.”

Desde o começo eu tenho dito, Sr. Presidente, eu tenho dito a todos, eu tenho dito aos Líderes do Governo, eu tenho dito aos meus companheiros de um Partido que é composto por pessoas, na sua maioria esmagadora, sérias, infelizmente, infelicidade este País por uma minoria que lhe estragou a história, eu tenho dito: defendam-se. Defendam-se com garra, procurem punir os culpados, não obstaculizem as investigações, defendam-se com coragem, defendam-se com garra, mas não se defendam com esse expediente que eu considero tolo, estúpido, de inventar coisas de outros ou de tentar nivelar desiguais porque isso não vai dar

certo, isso não é comprado pela imprensa, isso não é vendável para a opinião pública, isso não é justo.

Eu sou testemunha da angústia por que tem passado o Senador Eduardo Azeredo. Engraçado, não há ninguém neste País que diga que o Senador Eduardo Azeredo não é uma pessoa séria, ninguém. No entanto, no Governo poucos se têm negado a fazer o papel de algozes do Senador Eduardo Azeredo. Poucos. A maioria tem feito papel de algoz, um atrás do outro. Uma lengalenga, um “nhem-nhem-nhem”, uma historinha. Todos, um atrás do outro. Algumas pessoas assumiam feições até alvares, aquele olhar perdido, aquela boca meio esquisita, sem saber bem o que está dizendo, cumprindo uma tarefa. Tarefa de onde? Que Governo é esse que dá como tarefa para os seus tarefeiros fazer esse tipo de papel e não consegue reunir voto para aprovar uma matéria do seu interesse? E levou uma surra na questão do salário mínimo aqui.

Que Governo é esse que tem tempo para fazer mal à honra dos outros e não consegue defender a sua própria honra, não consegue explicar com clareza o que deve de explicações à Nação, a começar pelo Presidente da República que já deveria ter feito isso muito antes de anteontem, traz anteontem e depois do traz anteontem?

Descobrimos agora, Senador Renan Calheiros, que a mentira tem pernas curtas. Então o rapaz vai encontrar com o Sr. Valério para quê? Para montar esse Plano Cohen, para montar essa conspiração, esse plano fraudulento de tentar dizer: “Olha, já que está havendo a maior podridão à minha volta, eu vou mostrar que no PSDB teria também. E tendo também a gente divide o noticiário da imprensa.” Está enganado o Sr. Pimenta. Está enganando quem pensar assim. Isso ganha uma nesguinha do espaço, uma nesguinha da imprensa e da televisão. Isso não tem importância nenhuma.

Importante mesmo é desvendarmos os caminhos da corrupção sistêmica que tomou conta deste País. É isso que pode ser a salvação do Presidente Lula. É essa que pode ser a solução para o seu Governo, é ele se justificar, pedir desculpas à Nação e se dispor a conosco investigar tudo até o final, sem passar a mão na cabeça de ninguém, sem ficar com essa história de dizer que quer apuração, de fazer o discurso da apuração, mas, na prática, vemos os senhores Pimentas fazendo essas histórias todas, procurando não deixar a investigação avançar.

Que lição, Sr. Presidente! Que lição dura, que lição necessária, que lição exigente e rápida! Como esta sociedade evoluiu! Como a democracia brasileira cresceu! A democracia brasileira hoje não dá nem mais 24 horas a quem mente, a quem fraudava, a quem inventa falsas verdades.

Como tem sido bom esse conhecimento que tenho tido deste Brasil, que efetivamente mudou muito nos últimos dez anos. Um Brasil de economia organizada, um Brasil de sociedade democrática sólida, um Brasil de instituições que funcionam. Portanto, considero, Senador Eduardo Azeredo, que este foi um resgate de V. Ex^a. Considero mais: que temos mesmo de tomar atitudes.

Outro dia – e já encerro, não quero me alongar – eu fui lá. Estava presidente o Senador Amir Lando, esse homem de bem, que acabou de disser isso que eu disse agora. Esse homem do bem e de bem que é o Senador Amir Lando. Eu estava lá, tinha direito a 10 minutos segundo convencionaram que os Líderes teriam no final da sessão, em uma das poucas vezes em que falei em CPI – daqui para a frente vou falar muito – e aí o Deputado Pimenta interrompe: “V. Ex^a está falando a mais de 10 minutos”. E eu disse: E quem é V. Ex^a para dizer quanto tempo eu falo? V. Ex^a é presidente de que aqui? Está aqui presidindo a reunião o Senador Amir Lando. V. Ex^a é a terceira pessoa depois de ninguém. Não está representando absolutamente nada. Quem diz quando eu falo e quando eu não falo aqui é o Senador Amir Lando, dentro do Regimento e respeitando os meus direitos. V. Ex^a não está gostando é do que eu estou dizendo, não está gostando do que estou aqui afirmando, não está gostando do que estou aqui propondo, não está gostando do que estou aqui denunciando. Está para nascer quem vai castrar o meu direito de dizer... Ao lado de homens como V. Ex^a, Senador Renan Calheiros, se enfrentou nas ruas foi o General Médici, foi General Fulano de Tal, aquela Junta Militar escabrosa, que infelicitou o País com aquele famigerado AI-5, que cassou meu pai, que cassou Mário Covas e que cassou tantas pessoas de bem para acobertarem esquema que levava a assassinatos nos porões da ditadura.

Depois enfrentamos juntos Geisel, enfrentamos Figueiredo, lutamos por anistia, lutamos por Constituinte, lutamos por democracia, lutamos por diretas já. Imagine a essa altura da vida, vir o seu Pimenta para dizer quanto tempo eu tenho para falar. O seu Pimenta! Seu “Pimenta malagueta”, seu “Pimenta do reino”, seu “Pimenta de Cheiro”! O seu Pimenta vai dizer se eu vou falar?!

Presidente Renan Calheiros, onde é que nós estamos? Que autoridade tinha o seu Pimenta para vir falar, porque está sendo desmentido e desmontado moralmente pelo Presidente Amir Lando, aprendendo que se deve dar ao rei tudo, menos a honra. Como dizia Djalma Maranhão – negando apoio à cassação do Deputado Márcio Moreira Alves, quando esta lhe foi solicitada pelo Presidente Costa e Silva: “Ao meu rei

tudo eu concedo, menos a honra.” E votou contra a cassação do Deputado Márcio Moreira Alves. Depois, o Brasil entrou num período de treva ditatorial no qual iria entrar mesmo, porque estava na hora do choque entre a democracia que nascia e a ditadura que não queria entregar os pontos.

Muito bem. Era para ter dito: eu não faço isso! Era para ter feito funcionar o seu bom caráter, se tem. O que ganha um cidadão desses estabelecendo falsas verdades? Que lucro teria este Governo se porventura conseguisse algo parecido com a desmoralização, por alguns anos, martirizando o Senador Eduardo Azeredo? Que lucro teria um Governo desses? Isso diminuiria a desconfiança do País, da imprensa e da sociedade com relação ao que acontece hoje nos bastidores do Governo Lula? Não! Não resolveria em nada a vida deles.

Eu tenho dito ao Líder do Governo e a todos: caiam na real e na verdade! Procurem culpas verdadeiras. Limpem o que tem de sujo neste Governo de V. Ex^{as}. Eu confio na limpeza pessoal de V. Ex^{as}. Limpem o que tem de sujo neste Governo.

Agora, não. A preocupação era: temos que afundar, mas levaremos alguém do PSDB junto. Uma obsessão quase sexual, Sr. Presidente. Algo grave, que choca! Quase sexual! E olhe lá! Eu digo isso porque sou tucano, casado muito bem pela primeira e pela segunda vez. Comigo não adianta, não tem. Não adianta evoluir por aí, porque eu sou de outro ramo mesmo. É algo definido na minha vida, enfim. Mas é quase sexual essa obsessão. Quase sexual! É doentia, enferma.

Sabe por que atacaram tanto o PSDB? Eu não entendia por quê. Porque não tinham preocupação com governabilidade. Eles viam as pesquisas e diziam assim: “Depois da gente, vem o PSDB. Então, se aceitarmos a boa-vontade que nos lançam, vamos ter governabilidade agora, mas podem-nos ganhar a eleição depois. Temos que bater neles que é para perderem a eleição”.

Portanto, não queriam governabilidade nenhuma. Queriam era a reeleição. E, quando não querem governabilidade, só querem a reeleição, perdem a eleição, porque perdem as condições de reelegibilidade, até por falta de legitimidade. Governo que recorre a fraude pretende governar o meu Partido mais quatro anos?!

Presidente Lula, eu estava ao seu lado quando V. Ex^a foi processado por Lei de Segurança Nacional, no Estado do Amazonas, em face de um discurso que fez durante o período militar. Eu estava ao seu lado nas duas sessões, o tempo todo.

Presidente Lula, sei do seu passado e posso lhe pedir, em tom de cobrança ainda fraterna: dê uma guinada nisso, não recorra a esses expedientes, limpe o

seu governo. Procure mostrar a sua lisura. Não passe como cúmplice de tantos crimes, porque, quando V. Ex^a tergiversa, os brasileiros começam a pensar que Vossa Excelência é cúmplice. Não passe! Mostre a capacidade de voltar a se encontrar com a verdade, Presidente. Volte a ser aquele Lula que foi tão altivo quando respondia a processo na Auditoria Militar de Manaus, por Lei de Segurança Nacional. Volte a sê-lo, Presidente! Volta a sê-lo!

Digo a isso, Sr. Presidente, porque estamos estupefatos. Hoje houve a votação do salário mínimo. Se alguém me perguntar: “Era o que você queria?” Não era o que eu desejava. Vou falar com toda a sinceridade. Era o melhor para o País? Não foi o melhor para o País. Consultei meus companheiros e vou confessar algo aqui. Eu disse: “Companheiros, alguns dos senhores podem sair de plenário. A gente dá um jeito de esse negócio não ser aprovado”. Nenhum companheiro meu quis sair do plenário; no PFL, pouquíssimos quiseram ou alguns não estavam aqui. Todos estão profundamente magoados com o rumo dessas coisas, todos estão profundamente feridos com o rumo dessas coisas, todos estão profundamente solidários com o Senador Eduardo Azeredo. Diziam para nós: “Ah, o Eduardo Azeredo não vai renunciar?” Renunciar a quê? Querem “delubizar” o Eduardo, querem “silvizar” o Eduardo, querem fazer o quê com o Eduardo? Querem então que coloquemos o Eduardo na cronologia da crise sem ter merecimento, sem ter feito nada de mais? Hoje li uma lista de pessoas que se beneficiaram de caixa dois do PT a começar do Presidente do PT, Sr. Tarso Genro! Li o nome de gregos e troianos ali do PT. Eles não querem discutir isso. Mas queriam pegar como contraponto para fazer verdadeira a versão falsa, mentirosa, de que era tudo igual, de que era uma coisa inventada no Governo do Eduardo Azeredo e que, portanto, foi apenas aumentada no Governo do Lula. Não é verdade que seja igual. Lá havia nada; talvez o oportunismo do Sr. Valério, que conheceu o Sr. Clésio, que não tinha nada a ver com o Sr. Eduardo Azeredo, e tinha a responsabilidade do Sr. Cláudio Mourão. Isso é uma coisa localizada, nada a ver com o PSDB nacional. Eu estou falando de sistema, eu estou falando de ataque sistemático aos cofres públicos, eu estou falando de ataque organizado aos cofres públicos, eu estou falando de algo que ameaça a democracia brasileira se esse tumor não for removido de maneira drástica, de maneira categórica, de maneira firme, por pessoas de vontade do Governo e da Oposição que estão representando a Nação brasileira.

Portanto, se eu lamento o jovem Deputado ter caído nessa esparrela, lamento por ele, que vai pagar um preço alto, um preço caro; não sei se está lá; se

estiver, não está de cabeça erguida; não sei se está lá; se estiver, não está bem, deve estar sentado. Se tiver vontade de fazer “pipi”, não se levantará porque está com vergonha de levantar. Só vai ser o último a sair da CPI, se estiver lá.

Eduardo Azeredo, levante a sua cabeça; levante a sua porque o Brasil não pode mais confundir respostas efetivas ao drama maligno da corrupção com tentativas de impedir investigações efetivas sobre a corrupção, causando danos à imagem de pessoas sérias, das quais suas famílias só podem se orgulhar – como é o caso da família Azeredo – e das quais o Senado, a que ele pertence, só pode se orgulhar.

Portanto, Sr. Presidente, nós não vamos deixar isso barato. Temos muita pena do destino que o Deputado está traçando para ele próprio, mas o PSDB não vai deixar isso barato. O PSDB não vai tolerar que façam uma fraude em uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tanto custou. E temos de encontrar verdades ali. E não teve mentira maior do que encontro dentro de carro com aquele que é visto hoje em dia como o maior parceiro da corrupção que foi montada pela direção do PT e por setores relevantes do Governo Lula. Eu me refiro ao Sr. Marcos Valério. O Sr. Marcos Valério não poderia se encontrar comigo nem com ninguém nem no Maracanã, no Maracanã cheio, num Fla x Flu. Eu não quero me encontrar com ele. O Deputado se encontrou com ele em um carro. Isso é terrível. Ele precisa meditar porque jovem como é, precisa meditar e voltar, se puder, ao bom caminho que certamente o levou para a política. Esse era o de causar mal a algumas pessoas intencionalmente. Causar mal. E causou mal a si próprio porque causou mal ao decoro que ele jurou respeitar, quando se elegeu Deputado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falarei pela Liderança do PFL.

Sr. Presidente, se não houver bom senso – e é bom que esteja V. Ex^a ao lado do Presidente da CPI dos Correios, que tem tido um comportamento perfeito e admirável pela população brasileira –, se não houver bom senso nessa questão de CPs em série não sei onde vamos parar.

Lembro-me que, ao final da Segunda Guerra, fez-se um filme que foi sucesso no mundo inteiro, que era “A noite dos desesperados”, em que se mostrava exatamente que algumas pessoas lutavam pela sobrevivência e para isso eram capazes de tudo; para conseguir esse objetivo se submetiam a qualquer das tarefas, principalmente a de se exibir em público.

O que nós vimos hoje e ontem, Senador Arthur Virgílio, é alguma coisa parecida. Estão perdendo a cerimônia e a ética. Digo isso, Sr. Presidente, com autoridade de quem está aqui há mais de duas décadas e não saberia nem se sobreviveria sem este Parlamento funcionando plenamente. Se há uma coisa com que tenho afinidade desde que me entendo por gente é com a política e, há mais de duas décadas, com este Parlamento. Às vezes me enoja, me envergonha quando se tenta usar de estratégias pouco éticas, de estratégias que envergonham qualquer cidadão, quando não se respeita a dignidade do companheiro.

Essa tentativa de massacre que se procura fazer contra Eduardo Azeredo é uma das provas do que estou dizendo. Tenta-se confundir, potencializa-se um fato isolado que, pela legislação – e nós somos a Casa das leis – já estaria prescrito, se crime tivesse; não houve. Mas tenta-se jogar no lugar comum, como se tivesse acontecido nos dias de hoje e fosse fato recente. A não ser que o PT, àquela época, já tivesse acertos que nós não sabemos com o Sr. Marcos Valério. A aparição desse senhor é mais recente. Mas aí eu abro aspas. O Governo procura focar o Sr. Marcos Valério para que a Nação não vá atrás dos verdadeiros culpados por esse roubo.

Senador Arthur Virgílio, Marcos Valério é um laranja, é o que vai pagar o maior preço por todos esses fatos; é o que está exposto na mídia; é o que, se tiver dinheiro estocado no exterior, vai ter dificuldade de reinterná-lo no Brasil, tal a sua exposição. Os verdadeiros responsáveis por esses desmandos que estarrecem a Nação estão protegidos.

Senador Mão Santa, agredir Eduardo Azeredo é agredir a história de Minas Gerais. Acusar Eduardo Azeredo é acusar uma tradição que foi começada pelo seu pai, Sr. Renato, que foi professor e orientador de várias gerações nesta Casa pelo seu comportamento ético e, acima de tudo, por sua habilidade política. Pontificou nesta Casa durante muitos anos, sendo amigo de todos, independentemente de partido ou de ideologia. Nos momentos mais difíceis da República, sempre foi um conselheiro. Não há notícia, na sua biografia, de nenhuma ofensa, de nenhuma acusação, de nenhuma leviandade aqui praticada por Renato.

Eduardo Azeredo é exatamente o seguidor dos caminhos do pai. Foi Prefeito de Belo Horizonte, Governador de Minas Gerais. É um homem testado e aprovado que Minas conhece demais. De repente, talvez, pelo seu próprio estilo, resolveram escolhê-lo como alvo fácil para contrapor a fatos verídicos que a Nação toda conhece.

Senador Eduardo Azeredo, há pouco, o nosso companheiro Arthur Virgílio lhe pediu que levantasse

a cabeça. Vou lhe dizer de maneira diferente: continue com ela erguida. Nada disso irá abatê-lo. O Brasil conhece a sua história e conhece a transparência de seus atos. Espero que o Rio Grande do Sul esteja hoje com o mesmo sentimento com relação ao seu Deputado que participou desse engodo na madrugada de ontem como Minas Gerais está com V. Ex^a.

Lamento, Sr. Presidente, que esses fatos tenham ocorrido no território geográfico do Senado Federal, na garagem do Senado da República. Queria recomendar, se fosse o caso – perdoe-me a ousadia, Presidente Renan Callheiros –, que V. Ex^a tome uma providência: mande requisitar a fita, que deve ficar sob a custódia de V. Ex^a ou do Corregedor, Senador Romeu Tuma. A referida fita mostra o embarque do Parlamentar com o Sr. Marcos Valério.

Nada importaria se, em tempos outros, os dois saíssem de carro a passear por Brasília, já que são amigos íntimos e participaram de eleições. O que não é possível é o vice-presidente da Comissão sair, após um depoimento polêmico e cheio de dúvidas, com um depoente suspeito de ter participado de um esquema que beneficiou exatamente o seu Partido. O que não é possível eticamente é a circunstância em que aconteceu esse fato.

A peça mais importante, Senador Romeu Tuma, que conhece esse processo, é exatamente essa fita que mostra o embarque e não deixa nenhuma dúvida de que entraram naquele carro sabendo o que queriam e para onde iam. Não há convite, não há dúvida, não há rejeição.

Acompanhei o secretário da Casa hoje pela manhã quando o fato foi noticiado e fomos até as dependências da Segurança para verificar, já que as partes negavam. E é transparente e cristalino o embarque do Parlamentar com o depoente. É um fato grave, mais grave ainda porque três versões sobre o episódio foram apresentadas na CPI. O mais grave ainda é uma lista apócrifa, em que se envolvem mais nomes, se retiram nomes ligados ao Partido dos Trabalhadores e se faz uma montagem usando documentos do Supremo Tribunal Federal.

É preciso que se apure. Não quero acusar o Deputado Pimenta de antemão, mas acho que ele está sob suspeita, infelizmente está sob suspeita. E o mais prudente seria o seu afastamento da vice-presidência da Comissão, até que esses fatos fossem esclarecidos e clareados. Lamento, pode tudo ter sido um equívoco, o pneu do seu carro furado, ou seja lá o que for, seja uma inocente carona. Mas até que tudo isso seja provado, somando-se ao que vimos hoje, no ambiente da CPI, é preciso que se apure. E quem deve ser o mais interessado na apuração desses fatos é exatamente o Partido dos Trabalhadores.

Sr. Senador Delcídio Amaral, vai aqui para V. Ex^a um pedido e um apelo. Não permita nunca mais que as comissões atuem conjuntamente. Foi a experiência mais desastrosa que vi em termos de CPI. Porque uma guerra de vaidades. Uma disputa por *spot-light* e por espaço em televisão foi o que se verificou. Não sei o que aconteceu com a base do governo. Chegou lá tensa, nervosa, colocando os agitadores de plantão, que sabem muito bem fazer isso, e o fizeram, pois têm uma longa história, quando foram oposição, para tumultuar o início dos trabalhos. Procurei por V. Ex^a, Senador Delcídio, pelo apreço que lhe tenho, e fiquei feliz quando me disseram que V. Ex^a já tinha saído, não estava ali. Não faria bem para a sua biografia e para o respeito que a Nação lhe dedica, pelo seu comportamento na CPMI dos Correios, estar ali a presidir! Lamentei que um companheiro como Amir Lando, por dever de ofício, estivesse na Presidência naquele momento. Tudo isso é muito lamentável! Tudo isso é muito triste! É preciso que o Partido dos Trabalhadores acabe com esta história de, quando recebe lama, querer jogar lama nos outros.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma, com o maior prazer!

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Só para comunicar a V. Ex^a e ao Sr. Presidente que já requisitei a fita, inclusive os agentes de segurança que acompanharam o Marcos Valério até o seu embarque como testemunhas de todos os fatos.

E gostaria de lembrar que, ontem, durante o depoimento, na CPI do Mensalão, anterior à minha vez, o Deputado Paulo Pimenta pegou a lista e só perguntou ao Marcos Valério sobre o PSDB, insistindo que ele fizesse qualquer tipo de acusação ao Senador Eduardo Azeredo. Para mim, foi constrangedora a forma com que ele interpelou, durante todo o seu tempo o Marcos Valério, já me parecendo qualquer coisa combinada. Desculpe a intervenção, mas é para dizer a V. Ex^a e ao Presidente que já requisitei a fita e também os agentes que acompanharam Marcos Valério até o embarque, para testemunhar que o rapaz estava junto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Romeu Tuma, a interferência de V. Ex^a nessa hora é fundamental, pela sua experiência, pela sua isenção e pela sua autoridade.

Este é um fato novo, de que estou tomando conhecimento agora, mas que corrobora tudo o que eu disse, Sr. Presidente. E quero dar uma sugestão a V. Ex^a, Senador Delcídio. Sei que é duro, é um companheiro de partido, mas V. Ex^a nesse momento é Presidente de uma comissão, está sob a responsabilidade

de V. Ex^a a Presidência, repito, e V. Ex^a está também com a responsabilidade de mostrar os destinos do Brasil. Esta CPMI é fundamental para o destino, para o futuro deste País. Inspirado no que disse o Senador Romeu Tuma e Senador, Arthur Virgílio, vou dar uma sugestão: que requisite a fita de chegada do Sr. Marcos Valério no hotel onde está hospedado ou se hospedou na noite de ontem, para saber se ele chegou só ou acompanhado; e, se ele chegou acompanhado, de quem; se o acompanhante o deixou na porta ou demorou-se no hotel. É fundamental que se apure isso, até mesmo para que, no caso de o Sr. Pimenta ser inocente, acabe-se com essa dúvida sobre o Parlamentar – jovem, pode ter cometido um arroubo, uma levianidade, uma imprudência e não pode ser crucificado, mas, enquanto esses fatos não forem esclarecidos, é suspeito. O melhor caminho seria o afastamento dele da presidência da Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço V. Ex^a. Antes de conceder a palavra ao Senador Flávio Arns...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – ... ao Senador Sibá Machado e ao Senador Mão Santa e encerrar a sessão, gostaria de dizer que realmente é inadmissível comportamento como esse do vice-presidente dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. É incompatível com o Congresso Nacional, é incompatível com a seriedade da investigação que se faz e é incompatível com a história do nosso amigo e Senador Eduardo Azeredo.

De modo que não concordamos absolutamente com essa prática absurda de publicação de listas apócrifas, oportunistas, que objetiva colocar o nome de pessoas que absolutamente não têm nada a ver com o que está sendo investigado.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente dirijo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, por quem temos amizade, respeito, solidariedade e uma atenção muito especial, como eu dizia ontem a ele, em termos de sua trajetória de vida, sempre uma trajetória educada, de respeito, de construção de cidadania, de dignidade. Essa não é opinião minha unicamente, é opinião da maioria dos Senadores que, outro dia, já se manifestaram a esse respeito, inclusive a maioria da Bancada do PT aqui no Senado. Várias pessoas, verbalmente, externaram essa posi-

ção. Eu inclusive disse que é uma honra para o Brasil, uma honra para Minas Gerais, tê-lo como Senador da República, porque S. Ex^a tem muito a contribuir, não apenas para Minas Gerais, mas para o Brasil.

Lamentamos que esses fatos tenham ocorrido, mas espero que eles nos levem a produzir instrumentos que, no futuro, impeçam que se repitam. Muitas vezes, pessoas com uma história realmente positiva para o País podem estar envolvidas em situações em relação a quais não têm responsabilidade desse envolvimento.

Senador Heráclito Fortes e Senador Arthur Virgílio, em função do que ocorreu na CPI e do que foi mencionado sobre a atitude de um Deputado petista, deixo bastante clara, novamente, a posição da Bancada de Senadores do PT, que é de completa investigação e transparência. Já manifestamos isso por meio de um documento escrito. Não é só a Bancada de Senadores do PT que deseja isso. Temos um milhão de militantes do Partido dos Trabalhadores no Brasil, e todos desejam que a bandeira da ética, a bandeira da transparência, da participação e dos direitos sociais, que são bandeiras do PT – sempre foram –, sejam resgatadas na sua inteireza. E existe apenas um caminho para isso: investigar, punir e criar mecanismos para que fatos semelhantes não se repitam.

Então, atitude. Tudo tem que ser investigado. E quanto à atitude do Deputado, como foi dito, se queremos transparência, ela também tem que ser investigada. Não há dúvidas nesse sentido.

Mas faço um apelo ao mesmo tempo. Sr. Presidente, uma das maiores necessidades do Brasil é que haja uma vida democrática que permita que as instituições continuem funcionando durante uma crise. Esse seria o maior sinal de maturidade que poderíamos dar, mostrando que estamos realmente com a vida democrática consolidada. Pode vir a crise que vier que as instituições continuarão funcionando.

O alerta que o Senador Arthur Virgílio agora há pouco fez, eu também faço, porque também fui, durante 12 anos, do PSDB. Fui eleito três vezes Deputado federal pelo PSDB. Então, conheço todas as pessoas do Partido da época em que era membro. Depois, passei para o PT e fui eleito Senador.

O Líder do PSDB manifestou seu sentimento agora há pouco, dizendo-se insatisfeito com a votação do salário mínimo, realizada hoje. De fato, temos que fazer um esforço, particularmente no Senado, discutir mais, encontrarmo-nos mais, ver melhor as votações para mostrar à sociedade que podemos votar, discutir, fazer encaminhamentos e, ao mesmo tempo, ter a certeza de que as investigações estão acontecendo.

Então, sobre a votação de hoje, todos sabemos que o salário mínimo precisa melhorar. Já me manifes-

tei ontem a esse respeito. Não concordo com os juros extraordinários que estão sendo pagos em função da dívida pública do Brasil: R\$150 bilhões.

Estamos aí discutindo o salário mínimo, mas temos que tomar decisões com muita discussão e diálogo para não colocarmos o Brasil numa situação de dificuldades, em função dos debates do que tem que ser investigado.

É o apelo que faço, tendo em vista a conversa de hoje, para que isso nos remeta a um entendimento maior, Sr. Presidente.

Também aproveitando a ocasião para enaltecer o trabalho de V. Ex^a e parabenizá-lo.

V. Ex^a, Sr. Presidente, tem se mostrado um árbitro ponderado, equilibrado. O esforço de V. Ex^a em todos esses episódios merece o reconhecimento não apenas de nós, mas do País inteiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou membro titular das duas Comissões, a CPMI dos Correios e a CPMI da Compra de Votos – do Mensalão – e posso testemunhar que a montagem dessas duas Comissões foi marcada por uma forte tensão.

Num primeiro momento, dizia-se – e dizia-se com justeza, desconfiança – que a eleição do Senador Delcídio Amaral para Presidente, do Senador Maguito Vilela para Vice-Presidente e a indicação do Relator, Deputado Osmar Serraglio, seriam a marca de uma CPI “chapa branca”. Revelou-se exatamente o contrário, e hoje acredito que é unanimidade nesta Casa a opinião sobre o trabalho que está sendo conduzido com muita seriedade. O Brasil inteiro tem acompanhado de perto, tanto é que até a audiência da TV Senado subiu bastante diante da expectativa de ver o resultado dessa situação.

Sr. Presidente, sou membro do PT e sinto que nós temos dois problemas muito fortes para resolver. Um deles é dar essa contribuição ao Brasil, da elucidação dos fatos, e a outra é o desgosto de sentir na pele o que está acontecendo.

A montagem da segunda CPI também recrudescer essas animosidades, e eu queria reproduzir algumas. Tão logo foi escolhido o Deputado Ibrahim Abi-Ackel para Relator, de imediato apareceu o nome do Deputado como um dos beneficiários de Marcos Valério. Eu não sei de onde partiu a idéia, mas estava lá, como se fosse um recado para S. Ex^a.

Em seguida, tivemos o problema dos documentos que chegam até a CPMI dos Correios, os documentos do Banco Rural, que qualquer leigo no assunto – e eu

tive oportunidade de ver os documentos – podia perceber claramente que estavam sendo alterados, que tinham chegado à Comissão de forma alterada. Dava para observar que os documentos tinham sido desgrampeados e que alguns papéis tinham sido trocados e outros, quem sabe, até sumido. Parece-me que estão sendo periciados, agora, pela Polícia Federal, que, provavelmente, deve comprovar isso. Solicito que esta CPI forme uma comissão para ir ao Banco Rural para tirar a limpo essa situação.

Sr. Presidente, o Deputado, Líder do PFL na Câmara, divulgou para a imprensa uma versão da lista de nomes que depois não se configurou, o que criou uma animosidade muito forte. E não houve de nossa parte nenhum tipo de crucificação para cima do Deputado, até porque, pessoalmente, nós acreditamos na sua segunda versão, quando explicou por que aquilo aconteceu.

Sr. Presidente, há um outro problema. Quero dizer que, se no afã de prestar um serviço, o Deputado Paulo Pimenta tivesse apresentado uma lista, mesmo que apócrifa, naquele momento, diriam que era uma troca de tiros entre uma pessoa muito animada da Oposição e uma pessoa muito animada do lado do PT.

Mas é realmente muito ruim estarmos tratando aqui do fato de o Deputado ter entrado no carro do Marcos Valério. A CPMI durou ontem, se não me engano, 14 horas, ouvindo o Marcos Valério e, reiteradas vezes, perguntou-se a ele se havia uma segunda lista. E ele, reiteradas vezes, disse que não a possuía, que imaginava que havia outros nomes, mas que não podia citá-los porque não tinha nenhuma comprovação. E aí houve o encontro na garagem. Sobre esse gesto é que eu acho que a penalização, o descrédito do Deputado foi muito forte, deixando todos nós...

Mas o que eu preciso assegurar nesta Casa, a todos os Parlamentares, é que a orientação não houve, Sr. Presidente. Não se pode imputar isso a nós. Do contrário, eu seria obrigado a acreditar que o Deputado Rodrigo Maia estaria orientado pelo PFL para tomar aquela atitude, o que eu não acredito.

Nesse sentido, acho que a minha Bancada, o meu Partido deve, sim, uma satisfação sobre o fato. E acredito que a Comissão e a própria Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados vai tomar a posição cabível neste momento para que se elucidem os fatos.

Mas, de nossa parte, quero garantir que a investigação siga em frente, Sr. Presidente, sem nenhum prejuízo, porque é isso o que a sociedade quer, e é isso o que o Congresso deve a toda a sociedade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para esclarecer, pois a Nação toda está nos ouvindo.

O Senador Sibá Machado sabe do grande respeito que nutro por ele. Agora, mais uma vez, o PT confunde as coisas. Traçaram um paralelo entre o episódio da lista do Deputado Rodrigo Maia e o de ontem, mas, entre esses casos, vai uma diferença bem grande.

O Deputado Rodrigo Maia recebeu uma lista de pessoas que subiram até o Banco Rural. Ninguém negou que tenha subido até o banco. Justificaram o que foram fazer lá. Todos os nomes listados e apontados foram ao banco. Claro que ele cometeu algumas injustiças, porque, na relação, havia um secretário de parlamentares do PT que não tinham nada a ver com o processo. Posteriormente, houve um pedido de desculpas, houve justificativas e inclusive ameaças de processo contra o Deputado Rodrigo Maia. Mas S. Ex^a trabalhou em cima de uma lista existente, diferentemente do caso em tela. V. Ex^a haverá de compreender, com a lucidez de que é possuidor, que são duas questões completamente distintas.

Senador Sibá, eu não quero nem evoluir para o que traz aqui uma publicação veiculada no *site* Primeira Leitura, de que o Deputado Pimenta saiu daqui e foi se reunir com o ex-Ministro José Dirceu em sua residência. Não quero nem chegar a esse fato, que, se verdadeiro for, a questão se torna muito mais grave.

Eu estou apenas...

O Sr. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, permita-me aqui somente esclarecer o que eu quis comparar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Eu quis comparar o gesto dele. Se ele tivesse recebido o papel...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, somente um instante.

Se ele tivesse recebido o papel de quem quer que seja, em algum momento, e tivesse apresentado lá, eu iria fazer uma observação apenas sobre o excesso de zelo que ele teve. Eu iria considerar isso. Agora, eu estou concordando com o fato de que o gesto de ir à garagem receber o papel daquela pessoa e fazer isso não dá a ele nenhum direito de ter tomado a atitude que tomou hoje.

Eu estou concordando com V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Claro! Eu entendi V. Ex^a, que se tem destacado nesta Casa pelo equilíbrio com que se comporta em ocasiões como esta. Mas eu apenas queria fazer um reparo, porque o Deputado Rodrigo Maia, Líder do meu Partido na Câmara, errou, pediu desculpas.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, e eu concordei!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Errou e pediu desculpas, entendeu? Errou, pediu desculpas, mas fez uma denúncia baseada em fontes, em dados existentes.

O que apareceu hoje e se está atribuindo ao parlamentar gaúcho é uma montagem na qual se misturam informações do Supremo com relação, com notícias. E o que é pior: notas e matérias tentando desgastar a imagem do Partido da Social Democracia Brasileira.

Então, creio que o melhor, até para poupar um companheiro Parlamentar, no caso o Deputado Pimenta, é que apuremos esses fatos. Enquanto isso, V. Ex^a há de convir que S. Ex^a está sob suspeita.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E até imagino que a própria Bancada deveria tomar essa providência de imediato. É isso que estou sugerindo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É evidente. Concordo com V. Ex^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, confesso minha crença. Eu creio em Deus. Senador Renan Calheiros, entendo que Deus não vai abandonar o Brasil. Ele nunca abandona. A Sagrada Escritura diz que Ele foi buscar Davi, Moisés. Talvez Ele tenha-lhe buscado para este momento difícil.

Quis Deus que eu lesse **O Povo**, de Jules Michelet. Esse livro foi escrito em 1846. Ele levou mais de dez anos escrevendo-o, Senador Arthur Virgílio. Quer dizer, vai fazer 160 anos. Atentai bem para o que ele diz sobre o que é o povo: “Acreditamos que são os povos que fazem a força e a fraqueza dos regimes, a paz e a guerra, a força e a fraqueza, a doença e a saúde dos regimes. Não há povo, com efeito, sem pátria”.

E todos nós sabemos que foi o povo, insatisfeito, que foi às ruas e gritou: “Liberdade, igualdade, fraternidade”. E traduz-se esse regime como o Governo Abraham Lincoln diz: “Um Governo do povo, pelo povo e para o povo”.

Agora, Presidente Renan Calheiros, atentai bem. V. Ex^a é muito jovem – o Delcídio Amaral, mais jovem ainda; o povo não vai nem assistir **América**, a novela, porque ele está um galã aqui da TV Senado. É muito jovem.

Então, permita-me dizer o que pensa o povo do Brasil. Na Ditadura, na Revolução, bem jovem, o Arthur Virgílio teve o sofrimento em casa. Mas, Senador Renan Calheiros, eu estava no Maracanã, o coração deste País, no futebol. Senador Arthur Virgílio, eu fazia meu pós-graduado de cirurgia nos anos 60, quando eu vi uma explosão do povo no Maracanã. Havia um sistema de som que

a gente chamava, na época, “A Boca do Mundo”. E ele falou lá. Euforia! Entusiasmo! E eu imaginei, Senador Heráclito Fortes: deve ter sido um gol do Pelé, do Coutinho, do São Paulo, e deu aí. Não, Carreiro. A Boca do Mundo no Maracanã tinha dito: “O Governo revolucionário acaba de fechar o Congresso Nacional”.

Entusiasmo! Euforia! Um absurdo. Mas é porque ele estava desgastado. Tinha corrupção. Deputados e Senadores levavam as verbas, e elas desapareciam.

Então, é esse povo. Isso é o que eu quero que não aconteça. E tenho certeza de que Deus botou aí V. Ex^a, Renan Calheiros, para estar atento e para que não haja no Brasil, nunca mais, a aclamação de fechar o Congresso, que é a Casa do povo, a sua ressonância. País sem Parlamento é país escravo.

Mas nem tudo foram trevas. Eu estava, em outra vez, no Maracanãzinho, quando vi um jovem pegar um violão e dizer: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Aí renasceu o entusiasmo com esse cântico, como se fosse um salmo da nossa geração para redemocratizarmos este País.

E V. Ex^a está aí. É o tripé. Mas nenhum dos três está gozando hoje, neste País, de uma esperança e de uma expectativa como a que ela está lançando em V. Ex^a. E eu tenho certeza de que Deus vai continuar protegendo V. Ex^a, como tem protegido nas dificuldades que V. Ex^a passou na vida política. E V. Ex^a soube atravessar o Mar Vermelho. Apenas uso esta palavra para V. Ex^a estar atento à missão que Deus lhe deu. V. Ex^a não vai falhar, como Davi e Moisés não falharam.

Então, apenas para lembrar que é muito sério. E é o povo. Estou aqui e represento o MDB, que disse – o Encantado do Fundo do Mar nos chega: “Ouça a voz rouca das ruas”. E a voz rouca da rua está preocupada. Da mesma maneira que Deus colocou Davi e Moisés, ele colocou ali Rui Barbosa, para que esta Casa ainda mereça a confiança, pois a desconfiança vem da justiça que poderá trazer a paz e a alegria que o povo do Brasil merece sob o seu comando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a intervenção de V. Ex^a, Senador Mão Santa. Todos os dias, peço a Deus para estar à altura das circunstâncias que o nosso País vive hoje, sobretudo do papel deste Congresso Nacional.

De modo que tenho procurado, em todos os momentos, me conduzir com isenção, equilíbrio, ponderação e moderação, para que eu possa cumprir esse papel e estar à altura da expectativa que o País tem e da circunstância que vivo como Presidente do Senado Federal.

Muito obrigado por tudo.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, quero inicialmente agradecer as palavras de V. Ex^a e dizer que o Senado e o Brasil esperam de V. Ex^a essa mesma posição firme que hoje aqui externou e que sempre tem externado.

Quero agradecer ao meu Líder, Senador Arthur Virgílio, ao Senador Heráclito Fortes, ao Senador Flávio Arns, ao Senador Romeu Tuma e ao Senador Leonel Pavan, que aqui leu uma nota do partido, e ao próprio Senador Sibá Machado pelas palavras proferidas.

Sr. Presidente, tenho procurado me antecipar e estive na tribuna, voluntariamente fui à CPI, não fiz só declarações, mas entreguei documentos. As calúnias, as injustiças, tenho procurado superar, mas manobras sórdidas, fraudes, é demais!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Teotônio Vilela Filho, Almeida Lima, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Luiz Soares, Reginaldo Duarte, Leonel Pavan e Papaléo Paes enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no turbilhão da crise política em curso um fato passou despercebido e que julgo mereceria ser destacado desta tribuna. Como é do conhecimento dos Srs. Senadores, a Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas da União solicitou a medida cautelar para suspender o acordo firmado entre a Previ, Petros e Funcef e o Citigroup, na Brasil Telecom. O contrato, segundo o Procurador Lucas Furtado, pode ser lesivo ao patrimônio dos Fundos de Pensão.

Os Srs. Senadores devem se recordar que o acordo foi assinado em março deste ano, depois da destituição do grupo Opportunity do comando da Brasil Telecom, e prevê que, se até 2007 a empresa não for vendida, as ações serão compradas pelos Fundos de Pensão por até 300% acima do preço de mercado.

Vale ressaltar que, em ofício de três de agosto, o conselheiro da Previ, Valmir Camilo, desfechou críticas ao acordo. Na correspondência mencionada ele afirmava que a decisão foi tomada às pressas – o contrato teria circulado formalmente na Previ em um único dia – quando o normal, segundo ele, seriam dez dias úteis, no mínimo, para as questões de natureza financeira.

Sr. Presidente, considere da maior gravidade o teor do documento enviado pelo Conselheiro Valmir Camilo no qual afirmava textualmente que a decisão de assinar o acordo foi tomada apenas pelo presidente da

Previ, o senhor Sérgio Rosa e que nem o Conselho Deliberativo nem a Diretoria Executiva foram ouvidos.

Na minha avaliação, Sr. Presidente, um contrato que envolve cifras da ordem de R\$1,3 bilhão jamais poderia prescindir do Conselho da Previ como instância de consulta.

Nesse contexto, Srs. Senadores, estou convencido de que existem razões mais que suficientes para que as investigações em curso na CPMI dos "Correios" destine atenção especial às denúncias de supostas malfeitorias na gestão petista dos Fundos de Pensão ligados a empresas estatais.

O poder desses fundos é incalculável! Detentores de um patrimônio superior a R\$100 bilhões, a cobiça em torno dessas fundações é algo inimaginável. A convocação do ex-ministro Luiz Gushiken, ex-ministro da Secretaria de Comunicação do Governo, para depor perante o plenário da CPMI dos Correios será uma oportunidade única para esclarecer as suspeitas de interferência do ex-titular da Secom nos Fundos de Pensão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria também, neste momento, de fazer um outro registro a

respeito do artigo intitulado "Lula agüenta?", de autoria de Rogério Gentile, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 25 de julho do corrente.

O autor questiona com muita lucidez se o Presidente Lula tem condições para enfrentar a grave crise e continuar seu governo. Até quando agüentará? As denúncias são intermináveis e o comprometimento do governo é evidente. Impressiona que o Presidente, ainda assim, insista apenas em declarações vazias, que nada explicam.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ROGÉRIO GENTILE

Lula agüenta?

SÃO PAULO. - Até quando Luiz Inácio Lula da Silva agüentará? Em apenas 49 dias de crise, desde que Roberto Jefferson resolveu falar, o PT esfacelou-se e a "República da Companhia" entrou em colapso.

A avalanche é impressionante. Somente na entourage lulista já foram alvejados ou desmoralizados José Dirceu, Luiz Gushiken, José Genoíno, Delúbio Soares, Sílvio Pereira e João Paulo Cunha. E, pelas contas da CPI, só 15% dos papéis vazaram até agora. Muita coisa ainda vai aparecer.

Lula está abatido, teve de engolir ministros dos outros e tenta se salvar culpando "as elites" — as mesmas que, pelo jeito da coisa, financiaram grande parte do "mensalão". Para virar desespero de causa, falta apenas dizer que tem "aquilo roxo".

Em mais um de seus arroubos de grandeza, disse que, neste Brasil de 180 milhões, pode haver alguém com tanta ética quanto ele, mas está para nascer quem possa lhe dar lição de honestidade. Acredito. Realmente, que culpa tem Lula se o seu filho é um

profissional suficientemente hábil e competente para conseguir desinteressados R\$ 5 milhões de uma empresa de telefonia para a sua produtora?

Lula fala muito, mas pouco esclarece. Na posse, prometeu combater a corrupção e acabar com a impunidade. Depois, contou que mandou um companheiro se calar sobre supostos casos de corrupção na gestão FHC.

Agora, descobrimos que ele, no mínimo, deu pouca importância ao relato feito por Jefferson de que Delúbio distribuía inimos no PL e no PP em troca de apoio ao governo. Coincidência? Uma investigação séria teria descoberto que o então tesoureiro do PL recebeu ao menos R\$ 1,35 milhão. E o então chefe de gabinete do líder do PP na Câmara, R\$ 1,15 milhão.

O fato é que, por muito menos do que já vimos, o petista Tarso Genro pediu, em 99, a renúncia e, depois, o impeachment de FHC. Afirmava que ele não tinha mais condições morais para governar o Brasil. A pergunta é inevitável: Lula tem, companheiro?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Quero derrubar Lula”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista **Veja** em sua edição de 3 de agosto do corrente.

O autor afirma que quer derrubar o Presidente Lula. Ninguém quer o impeachment porque temem que José Alencar em seu curto mandato faça tantas melhorias que se torne um candidato imbatível para as próximas eleições. Contudo, é imperial que se faça uma reforma política para melhorar a situação do país, e, essa reforma está sendo obstaculizada pelo Presidente. Como

Lula está sempre imobilizando e atrasando as reformas que seriam benéficas para o seu país, faz-se necessário que ele saia para que o Brasil possa crescer.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIOGO MAINARDI

Quero derrubar Lula

Eu quero derrubar Lula. Muita gente teme o que pode vir depois dele. Nos últimos dias, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, se encontrou com políticos de todos os partidos. Ele teme que o impeachment de Lula acabe gerando um longo período de conflito social, porque a popularidade do presidente continua alta. Se um presidente conta com o apoio popular, segundo Jobim, ele está autorizado até mesmo a corromper os membros do Congresso Nacional. Não é exatamente o tipo de consideração plebiscitária que poderíamos esperar da maior autoridade judicial do país.

Muita gente teme também um golpe militar. É um temor alimentado pelo PT. O PT alardeia que um impeachment de Lula pode resultar num golpe de Estado. É mais uma empulhação petista. Em 1993, quando a eleição de Lula era tida como certa, José Dirceu e José Genoíno procuraram o general Linha-dura Murillo Tavares da Silva. Na época, o general Murillo garantiu que, se Lula fosse eleito, não ocorreria um golpe militar. Nesta semana, ele voltou ao tema, num artigo para o site *Termina*, que reúne alguns nostálgicos da Revolução de 1964. No artigo, o general Murillo afirmou que Lula é um “inepto”, um “nescio”, um “apedeuta”, “pródigo em dizer bobagens”. Afirmou igualmente que Lula é “de uma covardia ímpar”, tendo descarregado sobre seus subalternos toda a responsabilidade pela corrupção no governo, cujo maior beneficiário sempre foi ele próprio. Com um certo desalento, porém, o general Murillo foi obrigado a repetir aquilo que, em 1993, disse a José Dirceu e José Genoíno: não há o menor risco de que o impeachment de Lula de-

sencadeie um golpe militar, porque o único desejo de nossos “temerários legionários”, hoje em dia, é conseguir “algumas migalhas dos línguas-presas”.

O grande temor da oposição, em caso de impeachment de Lula, é José Alencar. Aparentemente, a oposição teme que, em seu curto mandato como presidente, José Alencar reduza os juros, impulse a economia, crie 10 milhões de empregos, abaixe os impostos e, ainda por cima, mantenha a inflação sob controle, tornando-se um candidato imbatível em 2006. Na verdade, José Alencar não é um candidato imbatível nem mesmo para vereador em Montes Claros. O grande temor da oposição é outro: o de que ele só seja capaz de ganhar a próxima eleição se concorrer sozinho.

Até agora nenhum parlamentar defendeu abertamente o impeachment de Lula. Alguns chegaram perto: “Não se pode descartar o impeachment”, “As pessoas já perguntam se o impeachment não seria a melhor solução para a crise”, “É delírio ou uma possibilidade falar em impeachment?”, “Não estou pedindo o impeachment, mas, se a legalidade exigir, ele deve sair”. Todo mundo sabe que a melhor receita para o país é uma ampla reforma política. Lula é o maior obstáculo para que ela aconteça. Se ele for derrubado, tem reforma. Se não for, não tem. Lula, como sempre, é um fator de imobilismo e atraso. Seus partidários chantageiam o eleitorado com a ameaça de que sua queda trará a “colombianização” ou a “venezuelização” da sociedade. Mentira. Não há o que temer. Pior do que está não pode ficar.

“Todo mundo sabe que a melhor receita para o país é uma ampla reforma política. Lula é o maior obstáculo para que ela aconteça. Se ele for derrubado, tem reforma. Se não for, não tem. Lula, como sempre, é um fator de imobilismo e atraso”

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em 3 de agosto do corrente, sob o título “Agência de Duda sacou em ano não eleitoral”.

A matéria mostra que a sócia do publicitário Duda Mendonça, “marqueteiro” do PT, recebeu R\$15,5 milhões pelo esquema de caixa dois do empresário Marcos Valério; é de se estranhar que as datas dos repasses são todas de 2003, um ano não eleitoral.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESCANDALO DO MENSALÃO/A LISTA DE VALÉRIO

Repasses à sócia de publicitário somam R\$ 15,5 mi, todos em 2003; segundo funcionária da SMPB, saques eram realizados por dois policiais civis de MG

Agência de Duda sacou em ano não-eleitoral

DA SUCCUSAL DE BRÁSILIA

O total de recursos do suposto esquema de caixa dois transferido pelo empresário Marcos Valério para a publicitária Zilmar Fernandes da Silveira, sócia de Duda Mendonça, representa 150% do valor declarado ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) como pagamentos aos marqueteiros por serviços prestados na campanha eleitoral de 2002.

O objetivo dessas transferências do caixa dois, que totalizaram R\$ 15,5 milhões, não foi esclarecido pela gerente administrativa da SMPB, Simone Reis Vasconcelos, em seu depoimento de antemão à Polícia Federal.

As datas dos repasses são todas de um ano não eleitoral, 2003. Mais da metade dos pagamentos se deu entre fevereiro e abril daquele ano (R\$ 10 milhões), um ano e três meses antes da disputa eleitoral de 2004.

Duda Mendonça, que hoje divide com outras duas agências o contrato de publicidade da Presidência, atuou na campanha de Lula por meio da empresa CEP (Comunicação e Estratégia Política), da qual Zilmar é sócia.

De acordo com a prestação de contas enviada ao TSE, a CEP atuou em cinco campanhas eleitorais em 2002. Os valores declarados ao TSE foram os seguintes: Lula a presidente, com R\$ 8,9 milhões; José Geninho (PT), ao governo de São Paulo, R\$ 150 mil; Benedita da Silva (PT), ao governo do Rio, R\$ 1,2 milhão; Alóizio Mercadante (PT), ao Senado por São Paulo, R\$ 50 mil; e Adhemar

de Barros Filho (PP), a deputado federal por São Paulo, R\$ 65 mil.

Os valores agora revelados por Valério colocam em xeque uma nota pública divulgada por Zilmar no último dia 21, quando a CPI dos Correios divulgou o primeiro repasse à publicitária, no valor de R\$ 250 mil. Em nota, Zilmar disse que sua empresa receberá apenas R\$ 500 mil por suposto trabalho realizado para o diretório nacional do PT.

De acordo com o depoimento prestado anteriormente à Polícia Federal, em Brasília, pela diretora financeira de Valério, Simone Vasconcelos, os saques destinados à sócia de Duda eram realizados por dois policiais civis de Minas Gerais, David Rodrigues Alves e Luiz Costa Lara.

No depoimento que prestou à Polícia Federal de Minas Gerais, David Alves disse que entregava o dinheiro a Cristiano Paz, sócio de Marcos Valério. O policial Lara afirmou que o dinheiro que sacou ficou sob responsabilidade de um taxista que morreu meses depois.

Entre os supostos responsáveis por receber os repasses, além de Zilmar, do próprio Duda e dos policiais, aparece na planilha de Valério o nome de Antônio Kalil Cury, que é diretor financeiro da Duda Mendonça Associados.

Além das campanhas eleitorais de 2002, o marqueteiro Duda Mendonça também organizou a festa da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. O PT divulgou, à época, que a festa custou cerca de R\$ 1,5 milhão.

Em depoimento prestado à Procuradoria Geral da República, o ex-tesoureiro nacional do PT e ex-tesoureiro da campanha eleitoral de Lula, Delúbio Soares, afirmou que dois empréstimos avaliados pelo publicitário Marcos Valério, no valor de R\$ 5,4 milhões, foram tomados pelo partido para custear gastos com a transição de governo e com a festa da posse. Assim, esses gastos não estariam incluídos no suposto caixa dois.

PTB

A planilha entregue à Polícia Federal pela funcionária de Marcos Valério, Simone Reis Vasconcelos, atribui R\$ 3,8 milhões a pessoas ligadas ao PTB. Em entrevistas à Folha, o ex-presidente nacional do PTB Roberto Jefferson (RJ) havia dito que a sigla recebera R\$ 4 milhões do PT, como parte de um acordo para apoio mútuo nas eleições de 2004.

De acordo com a planilha, receberam recursos o tesoureiro informal do PTB, Emerson Palmieri (R\$ 2,46 milhões), ex-diretor da Embratur, Jair dos Santos (R\$ 1 milhão), ex-motorista do ex-presidente nacional da sigla, José Carlos Martinez, morto num acidente aéreo, e o deputado federal de Minas Gerais Romeu Queiroz (R\$ 350 mil).

Publicitários não comentam saques da SMPB

DA LUZ DA S. PAULO

Os publicitários Duda Mendonça e Zilmair Fernandes da Silveira, procurados pela Folha desde o início da tarde do ontem, não foram localizados. Zilmair não foi encontrado nos escritórios das empresas

da Duda Mendonça. Assombrados em Brasília, São Paulo e Salvador (BA), mas não houve retorno a um pedido de esclarecimentos sobre os R\$ 15,5 milhões que teriam sido transferidos aos publicitários por meio de um esquema de caixa dois operado pelo publicitário mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza.

No último dia 21, a empresa Zilmair divulgou uma nota para comentar a primeira divulgação feita por parlamentares da CPI dos Correios, de que houve um

repasse de R\$ 250 mil para a empresa.

Segundo a nota da publicitária, o valor era relacionado a um serviço prestado ao PT. Ad todos de acordo com o comunicado, os repasses somariam apenas R\$ 500 mil.

De acordo com a nota da empresa, os recursos recebidos teriam sido declarados no Imposto de Renda e devidamente contabilizados nas finanças da empresa Duda Mendonça Associados.

(RVEMS)

(Original ilegível fornecido pelo autor.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Crise política e desconfiância das instituições”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** do último dia 5 de agosto do corrente.

O artigo mostra que o governo continua ignorando a atual crise, considerada como a mais grave crise política e moral enfrentada pelo país nos últimos 20 anos e que pode, rapidamente, se transformar em uma crise institucional.

Ainda segundo o artigo, de autoria do cientista político José Álvaro Moisés, “em vez de enfrentar o problema, Lula e o PT estão agravando isso”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, incisol e § 2º, do Regimento Interno.)

Crise política e desconfiância das instituições

JOSÉ ÁLVARO MOISÉS

A democracia perde força quando é muito grande a proporção dos que se sentem fraudados pela conduta dos políticos

relativamente consolidada, como reconhece boa parte dos especialistas, ela enfrenta contudo um paradoxo: além dos próprios políticos, as instituições democráticas são objeto de ampla e continuada desconfiância dos cidadãos.

Pesquisas de opinião mostram que, apesar de seu apoio ao regime democrático per se, mais de dois terços dos brasileiros não confiam nos Parlatamentos, nos partidos, nos Executivos, no Judiciário e em serviços de saúde, educação e segurança.

Em vez de enfrentar o problema, Lula e o PT estão agravando isso, e é estranho que avalistas do governo como os sociólogos Alain Touraine e Candido Mendes nada tenham a dizer sobre as implicações desse fenômeno para um regime democrático que não pode correr o risco de comprometer a sua consolidação.

Na democracia, as instituições são importantes porque é por meio delas que as aspirações dos cidadãos se transformam em políticas públicas. Fator decisivo para isso é a confiança dos cidadãos em normas, mecanismos e procedimentos institucionais que asseguram que a igualdade de todos perante a lei e os direitos daí decorrentes possam converter interesses e demandas em políticas. A confiança é importante em virtude das inúmeras incertezas e imprevisibilidades que decorrem da complexificação da vida nas sociedades contemporâneas desiguais e globalizadas. Ela resulta, dentre outras coisas, de arranjos

por meio dos quais direitos e deveres democráticos são respeitados por governos, partidos e burocracias de Estado, assegurando as tarefas de coordenação e cooperação social indispensáveis à realização de projetos coletivos por meio dos quais as sociedades enfrentam os seus dilemas.

A desconfiância das instituições, pelo contrário, é a forma de os cidadãos reagirem ao desmando ético e de vida pública. Se alguma desconfiância é desejável para assegurar a autonomia dos cidadãos diante de estruturas de poder, a democracia se enfraquece quando é muito grande a proporção dos que se sentem fraudados pelo comportamento anti-republicano dos políticos e quando os cidadãos percebem as instituições como algo alheio à sua finalidade. Neste caso, a indiferença e a ineficiência das instituições democráticas diante da corrupção, fraude e desrespeito à direitos assegurados por lei geram suspeição e descrédito, porta aberta para anomia, descompromisso social e aumento da criminalidade.

Nessa situação, o sentido da cidadania desaparece, só os mais protegidos econômica e socialmente conseguem defender os seus interesses, os mais pobres perdem sua autonomia. O projeto de poder do PT desprezou essas implicações: A gestão das relações entre governo, partidos políticos e Congresso Nacional mostrou que, contra a crença na democracia, prevaleceu uma concepção que condena a possibilidade dos diferentes grupos sociais usarem as instituições para realizar suas aspirações. Os partidos políticos, especialmente, foram fraudados em sua função de intermediação, comprometendo sua função na democracia.

José Álvaro Moisés, 50, professor titular de ciência política, é coordenador do curso de gestão de política pública da USP e autor, entre outras obras, de “Os Brasileiros e a Democracia” (Atica, 1995). Foi secretário de Audiovisual do Ministério de Cultura (1995-2002).

Folha S. Paulo

05/10/05

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto mais uma vez a esta Tribuna para tratar do escândalo do “mensalão” e seus últimos desmembramentos. As coincidências entre as principais vitórias do governo Lula no Congresso Nacional e os maiores saques das contas do publicitário Marcos Valério só reforçam, ainda mais, a prática do atual governo de pagar “mesadas” a parlamentares em troca de apoio em votações na Câmara.

Sr. Presidente, é no contexto dessa seqüência de denúncias de corrupção que solicito, para que conste dos Anais do Senado, que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIFERENÇA DE R\$ 21 MI

MARCOS VALÉRIO

MARCOS VALÉRIO

MARCOS VALÉRIO

O publicitário Marcos Valério Fernandes da Souza cobrou um papel 148 remessas de dinheiro a políticos e assessores do Interior do Partido nos 14 Estados. Transferências que variam de R\$ 20 mil a cedados por um assessor do deputado federal Professor Luizinho (PT-SP) de R\$ 9 milhões atribuídos a Zilmair Fernandes da Silva, a sócio do publicitário Duda Mendonça. A comparação dos dados da Nota com as informações bancárias reunidas pela CPI dos Correios, porém, revela diferença de cerca de R\$ 21 milhões, o que significa saques realizados em instituições bancárias e não informados ao Sistema de Controle das Atividades das Finanças (Sicafin).

No total, o homem acusado de ser o operador do mensalão afirma ter repassado R\$ 58 milhões ao PT e partidos aliados, mas 40% de todo esse movimento bancário são desconhecido pela CPI dos Correios. Na avaliação de integrantes da comissão, essa constatação revela a fragilidade dos controles sobre o sistema financeiro. Não existem dados sobre determinadas transferências feitas pelas empresas de Marcos Valério. Um exemplo foi o dinheiro que teria sido destinado ao tesoureiro informal do PTB Emerson Palmieri. As datas e valores da retirada dos R\$ 2,4 milhões atribuídos ao político não conferem com os dados apresentados pelo Banco Rural e pelo Coaf.

O mesmo ocorre com o dinheiro repassado ao deputado Vadão Gomes (P-SP). O parlamentar recebeu a soma de R\$ 9,7 milhões do esquema em duas parcelas em 5 de junho e 16 de agosto de 2004. Os dados da CPI até agora não documentaram essa transação. A lista de publicitários ligados a Lula desde a entrada por ele mesmo, o de março, não seriam de 148 nomes, a banca de despesa de campanha eleitoral. No total, são 148 operações de transferência. A maioria delas está concentrada em 2004.

Duvida: como o dinheiro não foi registrado em nome de ninguém, apenas informações por Marcos Valério ao Ministério Público.

MARCOS VALÉRIO

R\$ 157.000,00

Zilmair Fernandes da Silva	04/24/2004	R\$ 5.000.000,00
03/17/2005	R\$ 5.000.000,00	
03/17/2005	R\$ 15.000.000,00	
03/17/2005	R\$ 5.000.000,00	
03/17/2005	R\$ 5.000.000,00	
03/17/2005	R\$ 5.000.000,00	
Total		R\$ 157.000,00

Zilmair Fernandes da Silva
Sócio de Duda Mendonça publicitário ligado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que fez sua campanha à Presidência em 2002. Ligado a ele, aparecem os nomes do próprio Duda, de Antônio Kalki Cary, diretor financeiro da Duda Propaganda, e dos políticos Luis Inácio Lula da Silva, Rodrigues Alves e Luiz Carlos Costa Lima.

Marcio Araujo Lacerda
Ex-secretário executivo do ministro da Integração, Ciro Gomes (PSB). Pediu afastamento do cargo em fevereiro, depois que seu nome apareceu na lista de Marcos Valério. Segundo comunicado do ministério, Marcio Lacerda negou estar envolvido no caso. Lacerda fez o pedido de afastamento para evitar que o ministério seja envolvido nos escândalos por que passa o país. Na relação aparecem Francisco Borges Cavalcante, possivelmente ligado ao PS (ex-partido de Ciro Gomes), e Terézinha, por intermédio de quem fez feito o contato com Marcio Lacerda.

16/9/2003	R\$ 500.000,00
17/6/2003	R\$ 157.000,00
Total	R\$ 657.000,00

João Ferreira dos Santos
Aparece o nome da Ideal Gráfica e Editora, de Brasília, vinculado ao nome dele. O dinheiro, segundo Marcos Valério, foi repassado em Belo Horizonte.

6/6/2003	R\$ 260.000,00
----------	----------------

Manoel Severino
O presidente da Casa da Moeda aparece na lista de Marcos Valério vinculado a ele está o diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pazoles, com indicação de que segue no valor de R\$ 325.650. Outro nome que aparece é Luiz provavelmente o mensageiro Luiz Ednardo Ferreira da Silva, que recebeu o dinheiro para Pazoles. As transferências feitas pelo três, segundo Marcos Valério, destinam-se ao pagamento de campanha eleitoral do PT do Rio de Janeiro.

09/6/2003	R\$ 300.000,00
03/12/2003	R\$ 225.650,00
02/12/2003	R\$ 250.000,00
03/12/2003	R\$ 1.000.000,00
03/12/2003	R\$ 676.300,00
Total	R\$ 2.152.000,00

Repete-se nos nomes de corretores Bonifácio Barcelo Participações Ltda.

Roberto Costa Pinho
Ex-assessor do ministro da Cultura, Gilberto Gil. Foi coordenador de campanha do senador Delcídio do Amaral (PT-MS) em 2002.

15/9/2003	R\$ 500.000,00
12/10/2003	R\$ 500.000,00
27/10/2003	R\$ 500.000,00
27/10/2003	R\$ 500.000,00
27/10/2003	R\$ 500.000,00
27/10/2003	R\$ 500.000,00
27/10/2003	R\$ 500.000,00
Total	R\$ 3.500.000,00

Mauro Santos
Aparecem vinculadas a ele a empresa Bandeirantes Outdoor, de Recife, e Ernesto Felton, ambas ligadas ao ex-ministro da Saúde Humberto Costa. Atual secretário de Comunicação Social do PT Nacional, Humberto Costa divulgou nota sobre o assunto. Informou que a Bandeirantes Outdoor prestou serviços à campanha dele no valor total de R\$ 44.240,00, quantia saldada, segundo ele, antes dos supostos débitos das empresas do publicitário Marcos Valério.

17/7/2003	R\$ 100.000,00
25/8/2003	R\$ 800.000,00
22/9/2003	R\$ 125.000,00
Total	R\$ 1.000.000,00

(Original ilegível fornecido pelo autor.)

A LISTA DE BENEFICIADOS, SEGUNDO MARCOS VALÉRIO

 PT Total referencial R\$ 410.211.467,14	
<p>Deputado João Magno (MG) Na lista, aparece o nome de Paulo Vieira Albrigo vinculado ao do parlamentar. Albrigo seria a pessoa responsável pelos saques e entrega do dinheiro ao deputado.</p>	<p>Marcelino Pies Aparece na lista como tesoureiro do PT do Rio Grande do Sul vinculado a ele estão os nomes de Jorge e Paulo Antonio Bastoso, que, segundo o depoimento de Marcos Valério à Procuradoria-Geral da República, recebiam o dinheiro em Belo...</p>
<p>19/8/2003 R\$ 50.000,00 31/12/2003 R\$ 50.000,00 17/12/2003 R\$ 250.000,00 Total R\$ 350.000,00</p>	<p>9/6/18/7/2003 R\$ 300.000,00 22/9/24/10/2003 R\$ 500.000,00 Total R\$ 1.700.000,00</p>
<p>Deputado João Paulo Cunha (SP) O saque é atribuído à mulher do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Márcia Regina Cunha</p>	<p>Paulão - PT Abaixo do nome dele aparece uma única referencial Nordeste. Seria o presidente do PT de Alagoas, deputado estadual Paulo Fernando dos Santos (AL), conhecido como Paulão, que foi pré-candidato a Prefeitura de Macelo em 2003</p>
<p>4/9/2003 R\$ 50.000,00</p>	<p>26/7/2003 R\$ 160.000,00</p>
<p>Deputado Josias Gomes (BA) Os saques são atribuídos ao próprio deputado, ex-presidente do PT baiano.</p>	<p>Rodrigo Barroso Fernandes Ex-secretário de Planejamento do prefeito de Belo Horizonte, Fernando Ferrellet. Na lista, aparece vinculado ao deputado Carlos Magno da Mifas Gerais</p>
<p>11/12/2004 R\$ 50.000,00 16/8/2004 R\$ 50.000,00 Total R\$ 100.000,00</p>	<p>31/08/2004 R\$ 150.000,00 20/5/2004 R\$ 50.000,00 26/15/2004 R\$ 50.000,00 27/8/2004 R\$ 50.000,00 23/6/2004 R\$ 80.000,00 21/8/2004 R\$ 20.000,00 Total R\$ 320.000,00</p>
<p>Deputado Paulo Rocha (PA) Os saques são atribuídos a Anita Leocádia, assessora do ex-líder da bancada do PT na Câmara</p>	<p>Raimundo Ferreira da Silva Júnior Dirigente do PT do distrito Federal e ex-assessor do deputado federal Paulo Delgado (PT-MG)</p>
<p>7/4/2003 R\$ 50.000,00 3/7/2003 R\$ 50.000,00 2/7/2003 R\$ 150.000,00 17/7/2003 R\$ 50.000,00 6/5/2003 R\$ 100.000,00 17/5/2003 R\$ 300.000,00 18/12/2003 R\$ 120.000,00 3/7/2004 R\$ 900.000,00 Total R\$ 920.000,00</p>	<p>29/3/2004 R\$ 300.000,00 26/4/2004 R\$ 120.000,00 4/5/2004 R\$ 150.000,00 1/6/2004 R\$ 970.000,00 Total R\$ 1.540.000,00</p>

<p>Deputado Professor Luizinho (SP) O saque é atribuído a José Nilson dos Santos, assessor do parlamentar</p>	<p>Deputado José Nobre Guimarães (CE) Irmão do ex-presidente nacional do PT, José Genônio. Ex-patrão de José Adalberto Vieira da Silva, flagrado com R\$ 200 mil numa maleta e US\$ 100 mil na cueca, no Aeroporto de Congonhas, à véspera da reunião do Diretório Nacional do partido, quando Genônio se afastou da presidência do PT</p>
<p>18/12/2003 R\$ 200.000,00</p>	<p>7/7/2003 R\$ 250.000,00</p>
<p>José Adelar Nunes Ex-tesoureiro do PT de Santa Catarina. Víctima de infarto, morreu em junho de 2004. Trabalhou como coordenador de campanha da deputada federal Luci Choinacki (SC)</p>	<p>Carlos Cortegoso Aparece na lista de Marcos Valério com o apelido de Carlão e a referência Ponto Focal. Segundo Valério, os repasses destinados a ele se referiam ao pagamento de camisetas para o PT</p>
<p>26/4/2004 R\$ 50.000,00</p>	<p>10/12/2003 R\$ 100.000,00 17/12/2003 R\$ 100.000,00 23/12/2003 R\$ 100.000,00 30/12/2003 R\$ 100.000,00 Total R\$ 400.000,00</p>
<p>Carlos Aparece apenas como referência Goiânia. Segundo Marcos Valério, trabalha para o PT</p>	<p>Carlos Cortegoso Aparece na lista de Marcos Valério com o apelido de Carlão e a referência Ponto Focal. Segundo Valério, os repasses destinados a ele se referiam ao pagamento de camisetas para o PT</p>
<p>3/8/2004 R\$ 50.000,00 30/9/2004 R\$ 200.000,00 Total R\$ 250.000,00</p>	<p>28/5/2003 R\$ 350.000,00 29/9/2003 R\$ 50.000,00 25/11/2003 R\$ 50.000,00 28/10/2003 R\$ 180.000,00 26/3/2004 R\$ 100.000,00 29/3/2004 R\$ 100.000,00 26/4/2004 R\$ 545.000,00 28/4/2004 R\$ 970.000,00 31/5/2004 R\$ 200.000,00 11/7/2004 R\$ 77.887,20 3/7/2004 R\$ 300.000,00 3/8/2004 R\$ 500.000,00 16/3/2004 R\$ 86.070,00 11/3/2004 R\$ 17.644,03 26/4/2004 R\$ 124.125,91 5/7/2004 R\$ 556.940,00 3/8/2004 R\$ 400.000,00 16/8/2004 R\$ 90.000,00 17/8/2004 R\$ 200.000,00 Total R\$ 4.932.467,14</p>

<p>Vilmar Lacerda Presidente regional do PT-DF. Aparece vinculado a Lacerda o nome de Sival Monteiro de Melo</p>	<p>PT Nacional Aparecem na lista os nomes do ex-secretário de Finanças Delóbio Soares do ex-secretário Geral Sívio Pereira, Marcelo Sereno, Solange Pereira Oliveira, Lucas Bizato, dos advogados Aristides Junqueira e Pedro Fonseca, na versão de Marcos Valério apresentada à Procuradoria Geral da República os dois últimos receberiam a título de honorários R\$ 185.000,00. Há ainda menção a companhia de São Bernardo/Osasco</p>
<p>28/5/2003 R\$ 350.000,00 29/9/2003 R\$ 50.000,00 25/11/2003 R\$ 50.000,00 28/10/2003 R\$ 180.000,00 26/3/2004 R\$ 100.000,00 29/3/2004 R\$ 100.000,00 26/4/2004 R\$ 545.000,00 28/4/2004 R\$ 970.000,00 31/5/2004 R\$ 200.000,00 11/7/2004 R\$ 77.887,20 3/7/2004 R\$ 300.000,00 3/8/2004 R\$ 500.000,00 16/3/2004 R\$ 86.070,00 11/3/2004 R\$ 17.644,03 26/4/2004 R\$ 124.125,91 5/7/2004 R\$ 556.940,00 3/8/2004 R\$ 400.000,00 16/8/2004 R\$ 90.000,00 17/8/2004 R\$ 200.000,00 Total R\$ 4.932.467,14</p>	<p>** Repasse feito por intermédio da corretora Bonus Bananal Participações Ltda.</p>

OS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO DE JEFFERSON A CPI DO MENSALÃO

"O útero, a matriz da corrupção, não está aqui. Está do outro lado da rua"

● **CAIXA 2, VERSÃO 1:** "Não transfiri nenhum recurso aos meus companheiros desse dinheiro de caixa 2 que recebi do PT."

● **CAIXA 2, VERSÃO 2:** "Assumi integralmente os R\$ 4 milhões, mas não vou dizer para quem dei, para não prejudicar gente inocente que acreditou em mim."

● **MATRIZ:** "O útero, a matriz da corrupção não está aqui (no Congresso). Está do outro lado da rua (no Planalto)."

● **EMBAIXADOR:** "Marcos Valério é o novo embaixador do Brasil em Portugal, para assuntos de telecomunicações. O embaixador Marcos Valério, o carequinha."

● **COSTA NETO:** "Bastou Simone (Vasconcelos, diretora financeira da SMPB), dizer que ele recebeu R\$ 10 milhões, que ele botou R\$ 10 num veado e correu. Ele é fraco, blefou no jogo e correu. E galó tu já, galó mutuca, como dizemos no Rio."

● **PERSEGUIÇÃO:** "Depois que pude falar (do mensalão) com o presidente, o PT passou por perseguição e surgiu a denúncia do Maurício Marinho (ex-diretor dos Correios)."

● **VIAGEM:** "Na primeira quinzena de janeiro, Dirceu me pediu que indicasse uma pessoa do PTB para viajar com um interlocutor do PT e se encontrar com a direção da Portugal Telecom. Era para eu acertar com o Delúbio. Eu acertei e mandei o Emerson Palmieri (tesoureiro do PTB). O Rogério Tolentino (sócio de Valério) foi junto."

● **PORTUGAL TELECOM:** "No avião, Marcos Valério contou para o Palmieri que a operação renderia €8 milhões, R\$ 12 milhões para o PT e R\$ 12 milhões para o PTB."

● **REAÇÃO:** "Esse cara fala em dinheiro como se fosse do céu, como se brotasse do chão como capim, falei com o Palmieri. Isso é 171 (artigo do estelionato no Código Penal). Fique longe dele. Liguei

para o Genoino. Ouvi ele dizer: 'Confié nele'."

● **VARIG:** "A solução para a dívida (de PT e PTB) passava pela compra da Varig pela TAP."

● **SURPRESA:** "Guardei essa revelação da Portugal Telecom para o depoimento de Dirceu. Peguei-o de tal forma que ele afilou a voz."

● **MENTIRA:** "O chefe da quadrilha é Dirceu e Gushiken, o aliado. Genoino não fazia nada sem Dirceu. Dirceu não é leal aos amigos e mente. É professor da escola da mentira, por onde passaram Delúbio, Silvínio, Valério e Genoino."

● **LULA:** "O presidente não sabia de nada. A reação dele, quando relatei o que ocorria, foi de uma pessoa que se sente traída."

● **TAMANHO DO ESQUEMA:** "Jamais imaginei que chegasse aos R\$ 2 bilhões, como já confirmou a CPI. Achava que seriam R\$ 70 milhões, no máximo."

Operação Portugal

Gastos de campanha
Em 2003, o deputado Roberto Jefferson negocia com o PT uma ajuda de R\$ 20 milhões para gastos eleitorais do PTB em vários Estados. O partido recebe R\$ 4 milhões e nada mais.

A fonte secca
Cobrado pelos candidatos, Jefferson cobra Dirceu: "Ze, estou perdendo autoridade". A resposta: "A PF prendeu 62 dofeiros. A turma que ajuda não está podendo interior dinheiro".

Operação Espírito Santo
No final de 2004, Dirceu descobre a saída: convencer o IRB a transferir parte de US\$ 600 milhões por ele aplicados em bancos europeus para o Banco Espírito Santo, em Lisboa.

Gorda comissão

O Espírito Santo é o principal acionista da Portugal Telecom. A operação renderia uma generosa comissão de R\$ 24 milhões para os intermediários e os dirigentes do PTB do PTB.

Rumo a Lisboa
Segundo Jefferson, Dirceu pediu pra indicar alguém do PTB que iria com alguém do PT até Lisboa, acertar a operação. Ele indicou o tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri.

Uma tarde no Planalto
Dia 11 de janeiro passado, às 17 horas, Valério esteve por meia hora com José Dirceu na Casa Civil. Levou consigo Ricardo do Espírito Santo Salgado, um alto diretor do Banco Espírito Santo.

O acordo geral

Valério promete ao PTB: se o IRB investir US\$ 600 milhões no Espírito Santo, este aplica R\$ 3 bilhões, ou mais, nas linhas de transmissão da Eletronorte. A comissão dá R\$ 90 milhões.

A viagem
Em 24 de janeiro Valério e Palmieri são recebidos em Lisboa pelo presidente da Portugal Telecom, Miguel Horta, e pelo ex-ministro de Obras português, António Mexia.

O IRB diz não
A 22 de abril, o IRB recebe a proposta da Portugal Telecom e decide rejeitá-la, entendendo que ela não se enquadra em sua estratégia de investimentos. A operação fracassa.

FOLHA DE S. PAULO

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/A LISTA DE VALÉRIO

Cruzamento aponta que maiores retiradas das contas do publicitário em 2003 ocorreram em época de aprovação de reformas

Votações coincidem com dias de saques

MARCELO SALINAS
DA REDAÇÃO

O cruzamento entre os maiores saques das contas do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza divulgados até agora e as principais vitórias do governo Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso revela uma coincidência que pode indicar a existência do "mensalão", o pagamento de me-

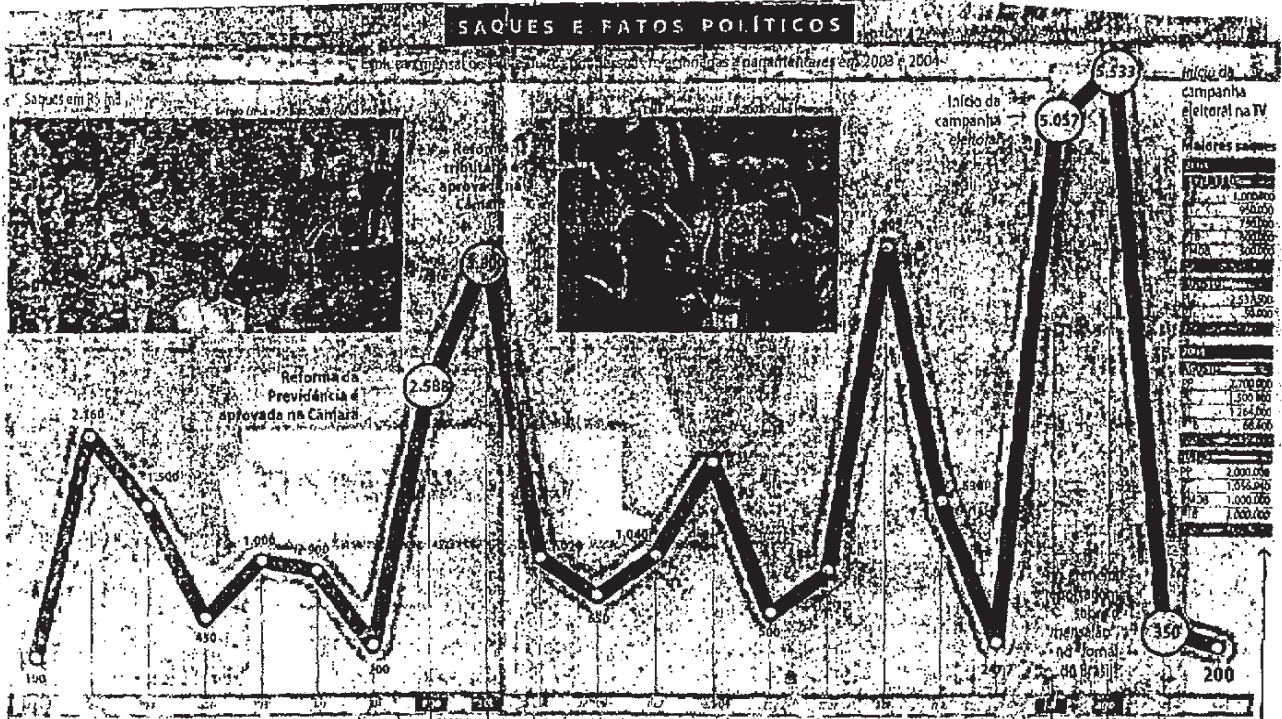
sada a parlamentares em troca de apoio em votações na Câmara.

A aprovação das reformas tributária e da Previdência, que interessavam diretamente ao governo, ocorreram nos meses com maior volume de saques das contas das empresas das quais Marcos Valério é sócio em 2003.

O levantamento foi feito pela Folha com base na lista de retiradas identificadas até agora. Pela

CPI dos Correios e na conexão partidária dos sacadores. Os dados foram cruzados com os principais fatos políticos que aconteceram no governo Lula de 14 de janeiro de 2003, data da primeira retirada, até a data da última, em 1º de outubro de 2004.

A reforma tributária foi aprovada em dois turnos na Câmara, em 17 e 24 de setembro, por 340 a 92, 38 votos a mais do que o necessá-



(Original ilegível fornecido pelo autor.)

rio. Nesse mês, o volume dos saques foi o maior do ano: R\$ 3,8 milhões. No dia da primeira votação, João Cláudio Genu, assessor do líder do PP na Câmara, José Jannene (PR), começou uma série de saques que totalizaram R\$ 11 milhão em 28 dias. De 49 pepistas, só três votaram contra a reforma.

Outros saques chamam a atenção. O deputado José Bórba (PMDB-PR), então vice-líder do partido na Câmara, sacou R\$ 500 mil em duas parcelas: um dia antes da votação no primeiro turno e um dia depois da aprovação em segundo turno, no dia 25.

Dos 77 peemedebistas, apenas três não apoiaram o governo.

Pelo PTB, houve saques um dia depois da votação de cada turno. Jairo dos Santos, ligado ao então presidente do PTB, José Carlos Martínez, morto em outubro de 2003, sacou R\$ 200 mil no dia 18, R\$ 100 mil no dia 25 e R\$ 300 mil

no dia 29, total de R\$ 600 mil.

No partido, 46 deputados de 50 presentes apoiaram a reforma.

No PL, nenhum dos deputados votou contra os saques atribuídos a membros da legenda foram de R\$ 750 mil naquele mês.

As medidas aprovadas na reforma tributária mantiveram os "pontos-chave" para o governo, que conseguiu prorrogar até 2007 a cobrança da CPMF, que rende cerca de R\$ 24 bilhões por ano, e a DRU (Desvinculação das Receitas da União), mecanismo que permite ao governo aplicar com mais liberdade 20% das receitas dos principais tributos. Ambas eram tidas como impopulares, mas importantes para o ajuste fiscal.

Previdência

A votação e aprovação da reforma da Previdência, em 17 e 27 de agosto daquele ano, coincide com

saques de R\$ 2,58 milhões das contas de Marcos Valério.

Desse valor, R\$ 2,53 milhões foram retirados pelo ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas. Todos os deputados do partido, que é aliado de primeira hora do governo, votaram a favor da reforma. O governo venceu por 357 votos a 123, 49 a mais do que o necessário.

A reforma previdenciária estabeleceu a contribuição de servidores inativos e pensionistas (aumento de arrecadação estimado em R\$ 1 bilhão por ano) e tornou mais duras as regras para a aposentadoria do funcionalismo.

Em 2004, os maiores saques mensais foram em agosto (R\$ 5.532.600) e julho (R\$ 5.056.940). O período coincide com o início da campanha eleitoral e com a justificativa mais ouvida pelos beneficiados dos saques — de que o dinheiro foi usado para saldar dívidas ou gastos de campanha.

Conheça a cronologia da era Lula, até o momento

JOSIAS DE SOUZA

COLUNISTA DA FOLHA

2002:

Uma novidade agita o universo da política. Fermentando o fôssil de uma vaca sagrada da esquerda em reagentes publicitários, Duda Meidãoça cria o candidato perfeito à Presidência. Chama-o pelo nome antigo, Lula. Mas troca-lhe os velhos dogmas por um par de asas.

Especialistas recebem a notícia com um pé atrás. Empregada anteriormente em âmbito municipal, alquimia semelhante redundará em fiasco. Metamorfoseado em benfeitor público, Maluf voltará a malufar depois de eleito.

A despeito das desconfianças, Duda exibe o candidato ideal no tubo catódico da televisão. O Lula de videoclipe vira para o outro lado da fronteira ideológica. Alacandido o que defendia e detende tudo o que atacava.

Promete mudar a economia. Mas não é suficiente para que a plu-

tocracia não perca o controle da situação. Apesar com a reforma dos costumes políticos. Mas só é bastante para que a fisiologia não fique sem os cargos e as verbas a que se habitua. In Anse.

O Lula, sim, não se vê. Vel, nós primeiros testes simulados. Obtém bom desempenho nas pesquisas de opinião. Os ternos caros, a barba aparada, o pé-de-arroz, os efeitos da luz, tudo parece emprestar-lhe inegável sex appeal. Seduz 31 milhões de brasileiros.

2003:

A Cobala de Duda chega à Brasília acompanhada dos esquilos que a elegeram. Surgem os primeiros sinais de que pode ter havido um grande erro. A volta, com as pompas do poder, o Lula de gerações oportunistas, troceta nas circunstâncias. Embora mais fotogênico, parece do por dentro. Balbucia metáforas desconexas.

O Lula dos sonhos compõe um ministério da beleza. Bruxa

lérica de Neve. Lobo. Mata os porquinhos e aparece abraçado na Esplanada. Impossível distinguir inocências de vilões. O novo governo é tão maravilhoso quanto qualquer outro conto da carochinha.

Descobre-se que a fermentação da campanha não apagará a inexperiência administrativa do presidente perfeito. Ao se dar conta de que o Brasil não é um sindicato de metalúrgicos, e se declara apaixonado pelo caos. E corresponde.

Gerente político-administrativo do governo ideal, Dirceu se comporta como um jockey cego montando uma mula-sem-cabeça. Manadas de elefantes cruzam-lhe o caminho sem que ele os veja. Gestor econômico, Palocci conserva o conservadorismo. Vende a ilusão de que as coisas podem mudar não mudando.

2004:

Um elefante é flagrado com a tromba de fora em pleno Gabinete

Civil, a poucos metros da sala do presidente-robô. Chama-se Waldemiro Diniz. Instado a dar explicações, o gerente Dirceu diz, olhando em volta: "Elefante, que elefante?"

De erro em erro, a patologia da campanha desanda. Não há mais dúvidas: o presidente ideal não passará de ilusão espasmódica. Mais um logro a serviço de interesses espúrios. O que parecia antídoto e, na verdade, microbio. Bactérias do petismo percorrem as veias da burocracia estatal, procura de engrenagem. Delúbrio, o bacilo-coletor, tem a coragem das perversões alheias. Despacha com empresários até no Palácio do Planalto. Protagoniza a rendição da pseudovirtude aos cifrões.

Enquanto o governo do presidente perfeito penetra o insondável, eleitores, menos desavisados, confabulam com os seus botões: "Isso não vai acabar bem".

2005:

Sob o presidente perfeito, o go-

remo reinde no mais capital de todos os pecados: o pecado do capital propriamente dito. Disseminar-se a suspeita de que, além de duplicar os mesmos elementos que usará na falsa conversão de Maluf, Duda pode ter reaproveitado no experimento de 2002 restos de um meio viscoso que sororara na proveta que dera origem a Collor.

A desenvoltura do bacilo Delu-

bio deixou claro que é possível reconhecer um PC. Farias mesmo num petista. Descobre-se que o PT era a ideologia esperando pela melhor oportunidade para cair na vida. Como qualquer outra legenda, abriga em seus quadros um certo número de políticos com o cérebro menor do que o bolso.

No momento, a situação está assim:

Duda Mendonça busca explica-

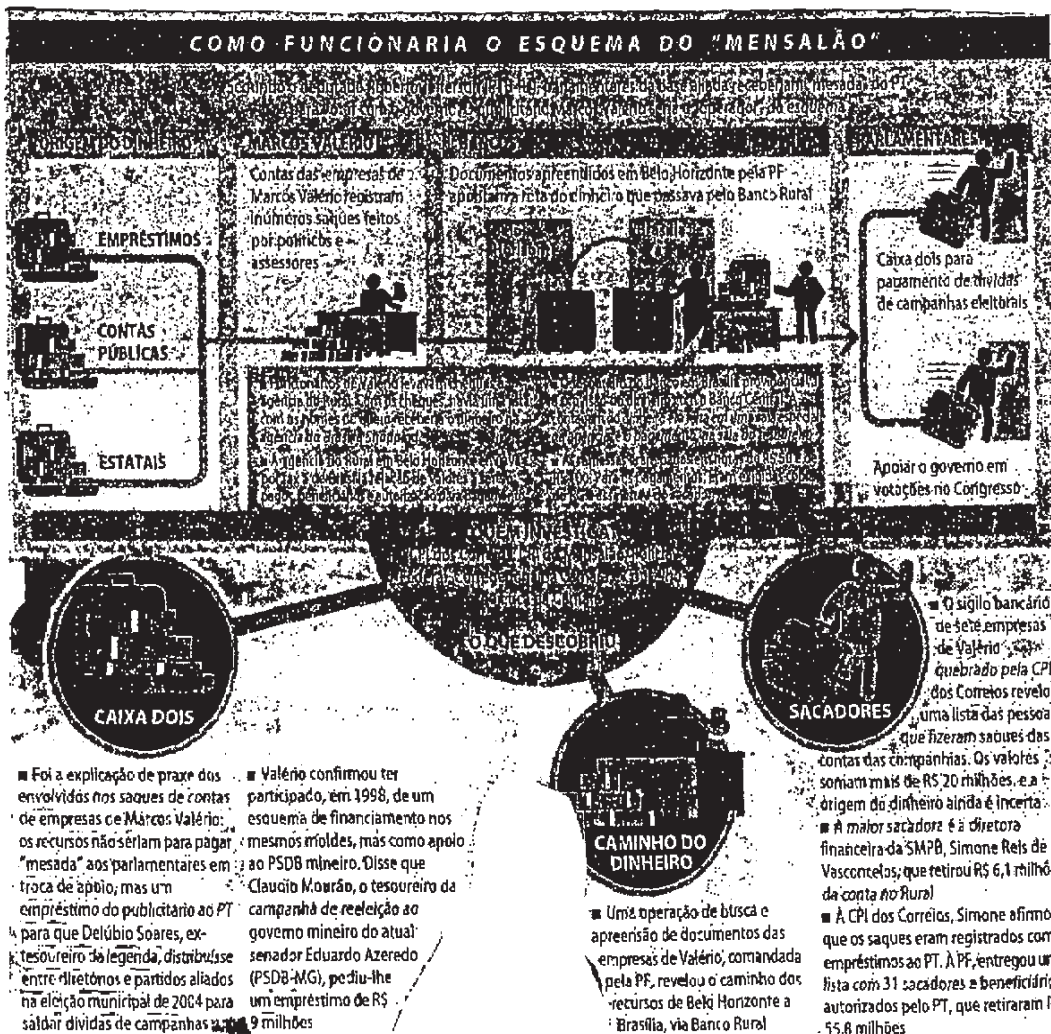
ções para o fato de o candidato perfeito ter resultado num presidente temperário. Antes, tenta justificar os R\$ 15,5 milhões que sua agência teria recebido das arcas podres do petismo.

Disceu, depois de enfiar o dedo na fava de mel do poder, fugia das abelhas no instante em que foi esmagado pela pata de outro elefante que passeou pelo Gabinete Civil sem ser notado. Marcos Valério,

que Valério, dizia na terça-feira, em depoimento na Comissão de Ética da Câmara.

Na luta para salvar o que resta de sua biografia, o Lula perfeito já admite perder tudo, menos os seus valores éticos. Continua procurando talvez passe a história como o mais culpado dos inocentes. Ou o mais inocente dos culpados.

Conheça os personagens e a extensão da crise



(Original ilegível fornecido pelo autor.)

Seqüência de denúncias de corrupção envolve desde integrantes da cúpula do governo, do PT e de legendas aliadas a estatais, fundos e empresas privadas



(Original ilegível fornecido pelo autor.)

FUNDOS DE PENSÃO

Henrique Pizzolatto que se afastou do cargo de diretor de marketing do

Banco do Brasil, acusa Luiz Gushiken de influenciar fundos de pensão.

■ Já o ex-secretário de Comunicação do PT, Marcelo Sereão, manipularia o fundo de pensão Nucleos (dos empregados das estatais de energia nuclear) e usaria a entidade para angariar dinheiro para campanhas.

■ Há um terceiro foco de investigações em fundos de pensão: segundo o líder da PFL na Câmara, Rodrigo Maia (RJ), as aplicações de 11 fundos de pensão (Petrobrás, Provi, entre outros) no BMG e no Banco Rural em títulos pós-fixados poderiam ter um controle de preço para um possível benefício de um intermediário.

■ A CPI dos Cargos quer investigar se a operação existe que seria o destinatário dos recursos. Há suspeitas de que diferença entre o valor pago e o valor do mercado seria para a operação montada por Valério.

ESTATAIS



FURNAS

■ Roberto Jefferson, em seu relatório, afirmou que desviaria R\$ 3 milhões por mês da estatal. O dinheiro beneficiaria PT e o partido. Quem investiga: Ministério Público Federal e Polícia Federal. A estatal abriu uma sindicância interna que conduziu à sua supermatutamento, com o sobra de pagamento na empresa.

■ IRB Instituto de Resseguros do Brasil

■ Roberto Jefferson medita mesagem de R\$ 400 milhões para o presidente do IRB, Lidio Duarte, indicado pelo PTB.

■ Quem investiga: Comissão de Sindicância do IRB apurou que Lidio Duarte e o ex-diretor Comercial Luiz Eduardo Lucena favoreceram as corretoras

Acordia/Assure, Cooper Gay e Alexander Forbes. O relatório foi enviado ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro, para

ELETRONUCLEAR

■ A direção da Eletronnuclear enviou carta à seguradora da empresa recomendando a contratação da corretora Assure.

■ O valor do contrato é de US\$ 3,6 milhões. A Assure levou ao menos US\$ 360 mil. Quem assinou a carta foi o diretor financeiro Carlos Padilha, do PT, segundo quem o IRB fez a indicação da Assure. Quem investiga: Polícia Federal

CPI DOS BINGOS

O QUE INVESTIGA
Teoricamente, a utilização de casas de bingo para a prática de crimes de lavagem de dinheiro. Na prática, vai apurar o caso **Waldomiro Diniz**. Funciona só com membros do Senado.

A ACUSAÇÃO

Waldomiro foi exonerado em 13 de fevereiro de 2004 do cargo de subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil (então subordinado a José Dirceu) após divulgação de fita de 2002 em que aparece negociando propina com o empresário do jogo Carinhos Cachoeira

CONEXÃO PORTUGAL

FOLHA DE S. PAULO



DÍVIDA DE CAMPANHA
■ A Folha Roberto Jefferson revela que o PT fez acordo em 2004 com o PTB, para o qual destinaria R\$ 20 milhões para campanhas. Segundo Jefferson, o PTB recebeu só R\$ 4 milhões

■ Conselho de Ética
durante depoimento de José Roberto Jefferson revela que os cargos de PT e PTB foram a Portugal para a transferência que rendeu US\$ 100 milhões

VIAGENS

■ Em 11 de janeiro, o então ministro José Dirceu recebe, na Casa Civil, Marcos Valério e Ricardo Espírito Santo, representante no Brasil do banco português Espírito Santo, o segundo maior acionista da Portugal Telecom. Em 24 de janeiro, Valério vai a

Portugal com Emerson Palmieri, responsável informal do PTB.

COMO FUNCIONARIA

Os milhões da operação surgiriam de transferência de US\$ 600 milhões de reservas internacionais do IRB de um banco inglês para o banco português Espírito Santo

AS VERSÕES

MARCOS VALÉRIO

■ Confirma viagem a Portugal em conjunto com Palmieri, mas nega qualquer contato publicitário da Portugal Telecom, que estava interessada em adquirir a Telemig. Diz que Palmieri o acompanhava porque estava "estressado".

TELEMIG

■ Diz que só Valério pode falar sobre a própria agenda. O Opportunity, que controla indiretamente a telefônica, nega que Valério tenha viajado a Portugal a pedido da Telemig

JOSÉ DIRCEU

■ Confirma que recebeu um diretor do Banco Espírito Santo, mas nega operação para arrecadar fundos

PORTUGAL TELECOM

■ Nega ter tido "reuniões ou qualquer tipo de contato" com Valério e Palmieri entre os dias 24 e 26 de janeiro, em Lisboa, mas confirma ter conversado com ele sobre interesse na aquisição da Telemig

ANTÔNIO MEXIA

■ Ex-ministro de Obras Públicas em Portugal e ex-administrador do Banco Espírito Santo Investimentos, Mexia diz ter recebido Valério na condição de consultor do presidente Lúglia e a pedido do presidente da Portugal Telecom, Miguel Horta e Costa

■ Mexia disse ao embaixador do Brasil em Lisboa que Valério não se apresentou como representante do governo brasileiro e que o publicitário foi levado pelo presidente da Portugal Telecom

PLANALTO

■ Nega que tenha autorizado Valério a se apresentar ao governo português como emissário do Planalto

IRB

■ Diz que recebeu oferta em abril deste ano para aplicar US\$ 130 milhões de suas reservas internacionais no Banco Espírito Santo, e afirma que rejeitou a proposta por não se enquadrar na sua política de investimentos

O SR. LUIZ SOARES (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de intitulado “A primeira renúncia”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 03 de julho do corrente.

Mesmo com essa quantidade de renúncias, tanto da diretoria do PT quanto de parlamentares aliados ao governo, em razão da crise que o país está vivendo, o Presidente Lula ainda acha que nada vai atingir o seu governo, ou melhor, ele mesmo. Este é o discurso que ele continua fazendo para a “base da pirâmide social”. Porém, as pesquisas já provam que o Presidente já não

está tão imune a toda essa crise e o definhamento da figura presidencial é uma mau presságio.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LUIZ SOARES EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Conselho de Administração:
PRESIDENTE
Roberto C. Mesquita
MEMBROS
Fernão Lira Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Julio César Mesquita
Maria Cecília V. C. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)

Julio de Mesquita Filho (1927-1969)

Francisco Mesquita (1927-1969)

Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)

José Vieira de Carvalho Mesquita

(1959-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

(1959-1997)

Américo de Campos (1875-1884)

Nestor Ranquel Postana (1927-1933)

Plínio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO

Av. Eng. Celso Alves, 55 - CEP 02598-900

São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP

Tel. 3856-2122 (PARX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

A primeira renúncia

A renúncia do deputado Valdeimar Costa Neto, presidente do PL, antecipando-se aos parlamentares que têm idênticos motivos para fazer o mesmo, a fim de fugir da cassação que os impediria de disputar o próximo pleito, acaba de vez com a empulhadora confusão que o PT quis criar entre mensalão e caixa 2. A distinção, no fundo, é bizantina: o essencial é que o partido do presidente Lula comprava políticos por atacado para que fizessem o que conviesse ao Planalto. O destino que os subornados deram ao dinheiro – pagar dívidas de campanha, guardá-lo para financiar a seguinte, depositá-lo em paraísos fiscais ou usá-lo para acender charutos – é absolutamente irrelevante.

No mínimo R\$ 10,8 milhões foram parar nas mãos do chefe da legenda cujo presidente de honra é o vice José Alencar. Costa Neto teve a gentileza de avisá-lo no sábado da decisão da renúncia. Ao que se diz, Alencar ficou perplexo. Diz-se também que ele comentou com amigos: “A coisa está ruim. Está tudo esquisito. Até a vaca está estranhando o bezerro.” A rigor, apenas a primeira das três afirmações é incontestável. A situação não é esquisi-

ta nem estranha: é acachapante. O esquema de corrupção organizado pela cúpula do PT excede qualquer coisa do gênero já vista na história nacional.

Com uma agravante: do PI, e partidos do gênero não se esperava outra coisa; do PT esperava-se que, no governo, acacharia “com tudo isso que está aí”. Hoje vemos que em matéria de corrupção o que “estava aí” era um bando de amadores perto do PT. Não só pela dinheiro envolvida – que membros da CPI dos Correios asseguram estar longe de se limitar aos R\$ 55,8 milhões declarados pela funcionária Simone Vasconcelos, da SMPB de Marcos Valério, à Polícia Federal. Nem só pela soberba com que se comportaram os condutores da megamaracutaia, incapazes de imaginar, por exemplo, que o flagrante de um jabaculé de meros R\$ 3 mil a um funcionário de terceiro escalão de uma estatal poderia implodir o seu negócio.

O que distingue o PT daqueles a quem superou é o despudor de sustentar até a 25ª hora a farsa da sua imagem immaculada, enquanto o seu líder máximo quer fazer crer que nenhum

brasileiro é mais honesto do que ele. Além disso, e com a provável anuência de Lula, a tropa de choque do partido no Congresso ainda insiste no que a cada dia mais se parece com uma tentativa de conseguir a quadratura do círculo: impedir que as investigações da CPI dos Correios cheguem às últimas conseqüências. Essas manobras contrastam com a convicção

dos principais responsáveis pelo inquérito de que não há a menor condição de travar o seu percurso antes do ponto final.

O presidente, pelo menos antes do depoimento do ex-ministro José Dirceu ao Conselho de Ética da Câmara, continuava a pisar nas palavras, distraído. Pouco depois da renúncia do político com quem Dirceu e o então tesoureiro petista Delúbio

Soares negociaram a adesão do PL a sua candidatura, Lula disse que não irá “negociar com o capeta” pela reeleição. Numa audiência a aposentados, declarou – aparentemente sem se dar conta do tamanho da autocritica – que não será candidato em 2006, se for para fazer “um governo igual ou pior” do que este. Praticamente reduziu as malféitorias da recém-remo-

wida direção petista a um problema contábil, ao comentar que “Delúbio enterrou o PT”, por fazê-lo assumir dívidas de R\$ 65 milhões. E tornou a falar mal do ex-presidente Fernando Henrique – uma obsessão mercedora de uma psicoterapia.

Lula está claramente confiante em que, aconteça o que acontecer com os seus companheiros – a renúncia de cinco dos quais era dada ontem como iminente – e com os deputados da base aliada, onde se esperam renúncias e cassações em números inéditos, nada o atingirá. “Podem vasculhar que não chegam ao meu governo”, afirmou aos aposentados, para completar, mais preciso, “não chegam a mim”. É de desejar que, nesse ponto ao menos, ele saiba o que está dizendo. No entanto, o que aparentemente ele não consegue assimilar é a questão das limitações da tática que adotou de confrontar a crise não se concentrando em fazer um governo melhor, mas falando sem parar.

A sua oratória ainda ressoa na base da pirâmide social, mas a sua autoridade se esfuma. Para quem não era tido como líder pelos políticos não-petistas nem no auge de sua popularidade, o definhamento da figura presidencial é um mau presságio.



O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Sem cerimônia”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 5 de agosto do corrente.

O artigo mostra como o Partido dos Trabalhadores está se beneficiando do atual poder para “tomar conta do Estado”. Segundo a jornalista, “Só sei que o Planalto escancarou as portas ao PT, e o comando do PT não se fez de rogado. Entrou e assumiu o controle do Estado”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANECANTANHÊDE

Sem cerimônia

BRASÍLIA - Marcos Valério foi a Dirceu no Planalto com um diretor de banco português, 13 dias depois embarcou para Lisboa com o tesoureiro do PTB e foi recebido como “consultor do presidente do Brasil” por um ministro do país amigo, que agora nega. É um bom escândalo, para ninguém botar defeito.

A estada de Valério e do petebista Emerson Palmieri em Lisboa, em janeiro, durou menos de 48 horas. E o que foram fazer lá? Você decide:

1 - Valério diz que foi sondar as contas de publicidade da Portugal Telecom, interessada na Telemig Celular. E Palmieri? Bem, é amigo de Valério, andava cansado e precisava de uma viagemzinha para espairer.

2 - A Presidência informa que não sabia de nada. E a audiência de Valério com o banqueiro na Casa Civil? Bem, era coisa do Dirceu, ninguém tem nada com isso.

3 - Dirceu explica que recebe todos os banqueiros que aparecem. E por que Valério estava junto, 13 dias antes de ir a Portugal? Bem, perguntem ao próprio Valério e ao próprio ban-

queiro. Eles devem saber.

4 - Segundo Jefferson Valério e Palmieri foram a Lisboa com um propósito bem definido: arranjar grana com o banco e a Portugal Telecom para quitar dívidas de campanha do PT e do PTB.

5 - Tudo não passa de mais uma invenção da imprensa, em conluio com forças conservadoras internacionais que querem derrubar Lula

Se você quer minha opinião, não tem nada demais mesmo. Valério levava banqueiros e grandes empresários ao Planalto, assim como Delúbio Soares introduzia empreiteiros e participava com Sílvio Pereira de reuniões da Petrobras. Tudo muito transparente, muito hospitaleiro.

O que o tesoureiro do PT faz em reunião de empreiteiro no Planalto? Sei lá! E com o presidente da Usiminas? Eu que sei?

Só sei que o Planalto escancarou as portas ao PT, e o comando do PT não se fez de rogado. Entrou e assumiu o controle do Estado.

@ → elianec@uol.com.br

Folha S. Paulo

05/08/05

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo intitulado “Caracas é lá”, de autoria da articulista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 07 de agosto do corrente.

O Presidente Lula anda achando que o Brasil é a Venezuela. Porém, está muito enganado porque são países totalmente diferentes. Lula governa um país que apesar de ter corrupção tem um povo que reage, tem uma planta industrial bem sofisticada, compra, vende e tem parcerias pelo mundo inteiro. Por isso, o

Presidente deveria prestar mais atenção no Brasil e lutar por seu país ao invés de ficar preocupado com a Venezuela.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHÊDE

Caracas é lá

BRASÍLIA - *Alguém precisa explicar ao presidente Lula e ao novo “núcleo duro” do Palácio do Planalto que o Brasil não é exatamente a Venezuela. Muito pelo contrário.*

Por aqui, vai ser meio difícil partir o país ao meio, como Hugo Chávez fez no país vizinho, e governar apenas com os pobres e com setores muito específicos.

A Venezuela é um samba de uma nota só na economia: petróleo, petróleo, petróleo. E petróleo estatal, da PDVSA (a Petrobras de lá). Governar o país significa gerenciar o setor e administrar bem as vacas gordas do mercado internacional do produto.

O Brasil, ao contrário, tem uma planta industrial bem mais sofisticada. Produz, compra e vende em setores diversificados e tem parcerias no mundo inteiro.

Quando Chávez tomou posse, encontrando instituições deterioradas, uma moral pública arrasada e os capitais privados voltados para Miami, ele tinha todas as condições para assumir com mão de ferro e fazer prosperar o mito entre pobres.

Lula vive num país muito diferente, onde há, sim, corrupção endêmica, mas a população reage, a iniciativa privada prospera, a imprensa é plural, a inserção internacional é evidente. Ele foi eleito com os votos de miseráveis, da classe média, do funcionalismo, do capital e até das igrejas. E com eles precisa governar.

Chávez rachou seu país ao meio, e sobrevive, entre outros motivos, por falta de adversários e de uma oposição consistente e unida. Após os escândalos, Lula enveredou pelo discurso fácil e populista e corre o risco de naufragar, entre outros motivos, porque o grande capital tem opções mais confiáveis, a classe média não se sente mais representada e o voto dos excluídos não sustenta presidentes no Brasil de 2005, bem diferente do Brasil de Getúlio Vargas ou da Venezuela de Chávez.

Em vez de se mirar na Venezuela, Lula deveria mirar o Brasil. Ver onde errou, por que errou e com quem errou. Para tentar, enfim, acertar. Se é que não é tarde demais.

@ → elianec@uol.com.br

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a movimentação internacional de mercadorias conheceu, ao longo das últimas duas décadas, um índice de crescimento jamais observado anteriormente.

Mais que em qualquer outra época da história da humanidade, navios a serviço dos mercadores internacionais cruzam os mares e oceanos da Terra.

Em decorrência, essa movimentação mobiliza a maior frota de embarcações mercantes jamais vista. Mais e maiores navios se deslocam entre os continentes, transportando uma quantidade gigantesca de matérias-primas e produtos manufaturados.

Todos conhecemos os benefícios decorrentes desse incremento. Estamos todos cientes, também, da existência dos males relacionados ao aumento do fluxo internacional de mercadorias.

Os malefícios relacionados à criminalidade organizada, como a pirataria, o contrabando internacional de bens e o tráfico de drogas, animais e pessoas são, há muito, problemas reconhecidos pela comunidade internacional, objeto de inúmeras convenções internacionais.

Também os riscos inerentes ao transporte de petróleo e seus derivados são conhecidos. Inúmeros desastres de magnitude espantosa geraram uma preocupação internacional acerca do tema, que se refletiu na elevação dos padrões internacionais de construção naval e na adoção de controles mais rígidos na movimentação do óleo cru.

Há, no entanto, outros problemas relacionados ao transporte marítimo que, não obstante sua gravidade, têm atraído menor atenção da opinião pública.

Refiro-me ao problema do lixo produzido pelos navios mercantes, o qual, lançado ao mar pelas tripulações, vem acostar em nosso litoral, afetando suas condições ambientais.

No isolamento do alto-mar, fora da vigilância das autoridades, navios de todo o mundo soem lançar, amurada afora, os detritos quotidianamente produzidos pela tripulação.

Particularmente, embalagens de plástico, vidro e metal são freqüentemente alijadas pelos tripulantes, uma vez que, em geral, não podem ser adequadamente incinerados a bordo. Essas embalagens, por não serem biodegradáveis, transformam-se em uma fonte permanente de problemas.

Além do dano estético evidente, o lixo espalhado em nossas costas constitui, igualmente, uma ameaça à vida marinha. Por exemplo, o exame das entranhas de tartarugas encontradas mortas em nosso litoral indica

que 60 por cento delas possuem, em seus estômagos, resíduos de plástico transparente.

As tartarugas consomem o plástico, tomando-as pelas águas vivas que compõem sua dieta normal. Ainda que não seja possível vincular cabalmente sua morte a isso, é bastante provável a ocorrência de algum tipo de dano à saúde daqueles répteis marinhos causado pela ingestão da matéria que compõe sacos e garrafas.

Também a atividade econômica é fortemente atingida pelo despejo de detritos sólidos no mar. Praias poluídas não atraem turistas. O desgosto de encontrar a costa juncada por lixo é uma das mais desagradáveis surpresas que podem ocorrer àqueles que se dirigem ao litoral em busca de um maior contato com a natureza.

Sem dúvida a maior parte do lixo encontrado em nossas praias é originária da própria área litorânea, sendo por vezes deixado pelos próprios turistas. No entanto, uma parcela não desprezível do lixo encontrado em solo possui origem internacional, sendo possível sua vinculação a navios de diversas bandeiras que navegam pelo Atlântico Sul.

A Lei 9.966, de 28 de abril de 2000, incorporou à legislação brasileira diversos preceitos contidos no Anexo V da MARPOL, a convenção internacional para prevenção da poluição marinha. Esse anexo, que se tornou cogente em 31 de dezembro de 1988, trata exatamente do lançamento de lixo dos navios e determina, entre outras coisas, que as embarcações são responsáveis pela manutenção dos resíduos que não puderem ser incinerados e pelo seu encaminhamento, em terra, às autoridades sanitárias, que deles disporão de maneira adequada.

Ainda que tenha incorporado disposições legais acerca do tratamento do lixo naval, o Brasil não dispõe, Senhor Presidente, de um sistema nacional para sua implementação.

A maioria dos portos brasileiros, mas não sua totalidade, oferece serviços particulares de coleta de lixo das embarcações. Aqueles que os oferecem, por sua vez, não apresentam uniformidade, quer da natureza, quer do preço cobrado pelo serviço.

Ainda, as autoridades sanitárias, portuárias e aduaneiras apresentam entendimentos distintos acerca da definição legal do que seriam “detritos sólidos” e de sua disposição adequada.

Igualmente, não existe integração, na maioria das vezes, entre os entes portuários e os organismos sanitários municipais, impedindo a utilização, pelos portos, da estrutura de coleta de lixo urbano mantida pelas cidades portuárias, o que permitiria a assimilação da maior parte do lixo produzido pelos navios.

A própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em relatório de sua Gerência Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras, reconhece que a falta de integração entre as instâncias administrativas e a desinformação são as duas principais dificuldades no que diz respeito à gestão de resíduos sólidos em áreas portuárias.

Sr^{as} e Srs. Senadores, seria ingênuo atribuir o problema do lixo dos navios unicamente à falta de vigilância. Nossos 8.500 quilômetros de costa tornam impossível o patrulhamento ininterrupto de todos os navios que cruzam nossas águas territoriais.

A principal falha do Brasil não é a de não vigiar o cumprimento de suas leis, mas o de não oferecer aos possíveis infratores as condições para seu cumprimento.

Não é crível que, em um futuro próximo, seja possível vigiar a totalidade dos navios. A criação de um sistema integrado de recolhimento do lixo proveniente de navios, no entanto, permitiria que seu despejo fosse reduzido a níveis manejáveis, liberando recursos para a persecução de eventuais infratores e reduzindo, a médio prazo, a poluição por eles causada.

Antes de exigirmos rigor no cumprimento de nossas leis, devemos combater as causas estruturais de sua inobservância. Não devemos dar ao faltoso um pretexto para suas falhas. A ausência de um sistema eficiente de coleta de lixo naval constitui exatamente um pretexto desse tipo.

Se não combatermos esse problema, os poluidores continuarão a se sentir livres para degradar nosso patrimônio natural e paisagístico. E não podemos dar ao inimigo uma justificativa para que ele nos ataque.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 5 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2004
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, *que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 6 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2004**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 7 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001 (nº 3.786/97, na Casa de origem), que *dispõe sobre inscrições em Braille nos medicamentos*.

Parecer sob nº 1.080, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

– 8 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2001 (nº 2.646/2000, na Casa de origem), que *altera a redação do § 1º do art. 285 da Lei nº 9.503, de 23 de setem-*

bro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (permite ao condutor ou proprietário de veículos coletivos interpor recurso com efeito suspensivo de multa aplicada por aparelho eletrônico).

Parecer sob nº 476, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, acolhendo na íntegra o voto em separado do Senador Sibá Machado.

– 9 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (nº 3.464/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda*.

Parecer favorável, sob nº 1.023, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho.

– 10 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986/2000, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975* (dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos).

Parecer sob nº 94, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta, com voto em separado do Senador Flávio Arns.

– 11 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004 (nº 1.103/99, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências*.

Parecer sob nº 891, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3 –CMA, que apresenta.

– 12 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341/2000, na Casa de origem), que *altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências* (exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos)

Parecer sob nº 253, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

– 13 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2004 (nº 1.638/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco” a rodovia BR-392, desde o município de Pelotas até o de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Parecer favorável, sob nº 254, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valdir Raupp.

– 14 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

– 15 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005 (nº 1.652/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.021, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

– 16 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2005 (nº 1.747/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Combate à Pobreza.*

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador César Borges.

– 17 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

– 18 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 26, de 2005, Relator: Senador Ney Suassuna), que *autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Parecer favorável, sob nº 475, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Hélio Costa.

– 19 –

REQUERIMENTO Nº 579, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 579, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, de sua autoria.

– 20 –

REQUERIMENTO Nº 598, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 598, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti.

ti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

– 21 –

REQUERIMENTO Nº 709, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 709, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 17, de 2004, e 176, de 2000, que já se encontra apensado aos de nºs 263 e 295, de 2003, por regularem a mesma matéria.

– 22 –

REQUERIMENTO Nº 711, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 711, de 2005, do Senador Sibá Machado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

– 23 –

REQUERIMENTO Nº 756, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 756, de 2005, dos Senadores Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro, requerem voto de solidariedade ao povo inglês, diante do atentado terrorista, que vitimou centenas de pessoas.

Parecer favorável, sob nº 1.347, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

– 24 –

REQUERIMENTO Nº 757, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 757, de 2005, do Senador José Jorge, solicitando, voto de solidariedade ao povo inglês, vítima na manhã do dia 7 de julho de 2005 de ataques terroristas, em Londres.

Parecer favorável, sob nº 1.348, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

– 25 –

REQUERIMENTO Nº 758, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 758, de 2005, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de censura e veemente repúdio contra os bárbaros atentados cometidos contra a população civil de Londres, capital do Reino Unido da Grã-Bretanha.

Parecer favorável, sob nº 1.349, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

– 26 –

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2000 (nº 405/95, na Casa de origem), que *estabelece precedência aos usuários que especifica, no atendimento em órgãos da administração direta da União e de suas entidades da administração indireta.*

Parecer sob nº 1.079, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Reginaldo Duarte, pela prejudicialidade.

– 27 –

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2003, do Senador Hélio Costa, que *autoriza a criação da TV Brasil Internacional.*

Parecer sob nº 798, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho, pela prejudicialidade.

– 28 –

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Requerimento nº 186, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre os valores dispendidos pelo Banco Popular do Brasil com diárias, passagens aéreas e cartões corporativos, nos anos de 2003 a 2005.

Parecer sob nº 466, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, pela prejudicialidade.

– 29 –

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Requerimento nº 187, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, que requer sejam solicitadas, ao Ministro de Estado da Fazenda,

informações sobre as atividades do Banco Popular do Brasil, a fim de instruir a Medida Provisória nº 226, de 2004, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

Parecer sob nº 467, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 32 minutos.)

Ata da 132ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 11 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária DA 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Paulo Octávio, Papaléo Paes,
Gerson Camata, Flexa Ribeiro e Mão Santa

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 11/8/2005 07:40:49 até 11/8/2005 19:52:04

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	GO	MAGUITO VILÉLA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X		PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X		PMDB	MA	MAURO FECURY	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X		PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		-	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X		Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X		PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X		PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X		PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X		PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X		Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X		PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATT	X		PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
POT	AM	JEFFERSON PERES	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X						
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
-	MT	LUIZ SOARES	X						
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X						

Compareceram: 71 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 207, DE 2005

– Nº 207 de 2005, (nº 523/2005, na origem), de 5 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2004 (nº 7,351/2002, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Assistência Social, sancionado e transformado na Lei nº 11,162, de 5 de agosto de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 28, de 2005** (nº 296/2005, na origem), do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos da Resolução nº 64, de 1999, do Senado Federal, o quinto relatório de progresso do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros, relativo ao segundo semestre de 2004.

O expediente anexado ao processado da referida resolução vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 284/2005

Brasília, 11 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Romero Jucá, como membro suplente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em substituição ao Senador Gerson Camata.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 285/2005

Brasília, 11 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a minha indicação, como membro suplente, na Comissão de Educação, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência designa o Sr. Senador Ney Suassuna como suplente para compor a Comissão de Educação, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OF/GAB/Nº 308-PDT

Brasília, 11 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado João Fontes, em substituição ao Deputado Álvaro Dias, para integrar na condição de Suplente, a CPMI dos Correios.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Severiano Alves**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. nº CE/32/2005.

Brasília, 20 de abril de 2005.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada 5 de abril p.p., os Projetos de Decretos Legislativos de nºs: 850 de 2003, 887, 897, 936, 977, 1.066, 1.275, 1.358, 1.360, 1.367, 1.371, 1.376, 1.377, 1.379, 1.407, 1.425, 1.449, 1.470, 1.476, 1.488, 1.492 de 2004, 4, 17, 26, 72 e 86 de 2005.

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PARECERES NºS 1.359 E 1360, DE 2005

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.

PARECER Nº 1359, DE 2005

(Da Comissão de Educação)

1º Pronunciamento

Relator: Senador **João Capiberibe**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 406, de 27 de julho de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e In-

formática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto recebeu substitutivo que corrige o prazo da autorização de três para dez anos, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

II – Análise

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 850, de 2003, contudo, evidencia violação dos princípios estabelecidos na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária. Observa-se que, de acordo com os documentos de fls. 15 e 16, a entidade possui apenas quatro sócios. Dois deles são irmãos e residem no mesmo endereço, conforme se observa às fls. 15, 19 e 20. São esses mesmos sócios que ocupam os quatro cargos da diretoria da associação (fl. 15).

Essa constatação ganha relevo quando se identifica, no estatuto da entidade, disposição que determina que a associação terá número limitado de sócios, cujo ingresso é condicionado à aprovação da diretoria (fl. 9). Tal disposição lança dúvidas quanto ao verdadeiro caráter comunitário da entidade, uma vez que concede aos atuais sócios o poder de impedir a entrada de novos membros.

A esse respeito, é pertinente ressaltar que, neste ano, foi criado, no âmbito do Ministério das Comunicações, Grupo de Trabalho, em caráter emergencial e extraordinário, com a finalidade de análise, instrução e saneamento de requerimentos para a prestação do serviço de radiodifusão comunitária. Para o cumprimento de sua missão, o Grupo de Trabalho, que contou com a participação de representantes do Senado Federal e da Câmara dos

Deputados, definiu critérios para nortear a análise dos processos submetidos à sua apreciação. Entre os conceitos adotados, encontra-se o de “entidade comunitária” habilitada a prestar o serviço ora considerado, conforme consta do documento “Procedimentos para Análise de Processos de Radiodifusão Comunitária”, aprovado pelo mencionado Grupo de Trabalho, nos seguintes termos:

uma entidade, sem fins lucrativos e sem fins econômicos e mantida com recursos privados; sem vínculo de subordinação com qualquer outra entidade e sem caráter de proselitismo; especificamente voltada para a execução do serviço de radiodifusão comunitária ou incluir a execução do serviço como uma das suas finalidades específicas, caso seja entidade também dedicada a outros fins, observando os princípios da Lei 9.612/98; que assegure o ingresso, como associado de todo e qualquer interessado domiciliado na área de prestação do serviço, bem como de outras entidades sem fins lucrativos sediadas nesta área e que faculta a todos os seus associados, sem qualquer discriminação o direito de votar e ser votado, para todos os cargos de direção, identificada, portanto com um projeto de construção coletiva da unidade na diversidade.

Essas observações conduzem à conclusão de que a entidade pretendente não se configura como propriamente comunitária. Ao contrário da definição ora transcrita, não assegura o livre ingresso de qualquer interessado da comunidade em seus quadros, uma vez que submete o acolhimento de novos sócios a decisão de diretoria, sem que se definam critérios objetivos para tanto. Constata-se, portanto, que os atuais membros da associação, em número de quatro, dois deles irmãos, poderão permanecer indefinidamente no comando da entidade, sem que seja permitida a participação dos demais membros da comunidade a que deveria, em princípio, servir. É inegável que, em tais circunstâncias, compromete-se o atendimento do objetivo preconizado no inciso V do art. 3º da Lei nº 9.612, de 1998, qual seja, *permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível*.

As rádios comunitárias devem constituir elemento de democratização do direito à livre expressão e à informação nas localidades que atendem. Nesse sentido, devem incorporar a expressão dos valores e da cultura de toda a comunidade e de todos os grupos que a compõem. Por essa razão, a lei veda sua subordinação a qualquer outra entidade, seja por liames financeiros, religiosos, familiares, político-partidários ou comerciais. Não devem, portanto, servir apenas à difusão dos ideais de um ou outro grupo da comunidade, como se observa no caso presente.

O exame do caráter verdadeiramente comunitário da entidade agraciada com uma autorização para exploração de serviço de radiodifusão nos termos da Lei nº 9.612, de 1998, é, portanto, ponto essencial que não pode ser menosprezado na análise dos atos de outorga que chegam para apreciação por esta Comissão. Para tanto, o conceito de entidade comunitária anteriormente exposto constitui critério objetivo, que permite identificar aquelas situações que, como no caso em tela, configuram violação aos princípios e às finalidades do serviço de radiodifusão comunitária.

É necessário, portanto, que os exames realizados nesta Comissão não se limitem à verificação da regularidade formal da documentação apresentada e avancem na perquirição da verdadeira natureza da entidade. Tal procedimento se impõe ante a possibilidade de que se frustrate a concretização dos nobres objetivos preconizados na lei de radiodifusão comunitária.

Dessa forma, no caso presente, ainda que a documentação anexa ao ato de outorga esteja formalmente regular, deve-se reconhecer, a partir dos fatos ora narrados, que a entidade pretendente não se configura como apta a executar serviço de radiodifusão comunitária em sintonia com os preceitos albergados na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Diante do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003, relativo ao ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.

Sala da Comissão, 17 de fevereiro de 2004.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO


ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 850/03 NA REUNIÃO DE 17/10/04
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	<i>Cassiano</i>	<i>Sen. Osmar Dias</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)		
FÁTIMA CLEIDE	<i>Fátima</i>	1- TIÃO VIANA
FLÁVIO ARNS	<i>Flávio</i>	2- ROBERTO SATURNINO
IDELI SALVATTI		3- (VAGO)
JOÃO CAPIBERIBE RELATOR	<i>João</i>	4- (VAGO)
DUCIOMAR COSTA		5- (VAGO)
AELTON FREITAS		6- (VAGO)
CRISTOVAM BUARQUE	<i>Crish</i>	7- (VAGO)
VALMIR AMARAL		8- (VAGO)
PMDB		
HÉLIO COSTA		1- MÃO SANTA
MAGUITO VILELA	<i>Maguito</i>	2- GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi</i>
VALDIR RAUPP	<i>Valdir</i>	3- PAPALÉO PAES <i>Papaléo</i>
GERSON CAMATA		4- LUIZ OTÁVIO
SÉRGIO CABRAL		5- ROMERO JUCÁ
JOSÉ MARANHÃO		6- (VAGO)
PFL		
DEMÓSTENES TORRES		1- EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN		2- JONAS PINHEIRO <i>Jonas</i>
JOSÉ JORGE		3- JOSÉ AGRIPINO <i>Agripino</i>
EFRAIM MORAIS		4- MARCO MACIEL <i>Marco</i>
MARIA DO CARMO ALVES		5- PAULO OCTÁVIO
ROSEANA SARNEY		6- JOÃO RIBEIRO
PSDB		
SÉRGIO GUERRA		1- ARTHUR VIRGÍLIO
LEONEL PAVAN		2- EDUARDO AZEREDO
REGINALDO DUARTE		3- JOÃO TENÓRIO
ANTERO PAES DE BARROS	<i>Antero</i>	4- LÚCIA VÂNIA <i>Lucia</i>
PDT		
OSMAR DIAS		1- JEFFERSON PÉRES
ALMEIDA LIMA	<i>Almeida</i>	2- JUVÊNCIO DA FONSECA
PPS		
MOZARILDO CAVALCANTI	<i>Mozarildo</i>	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 850/03

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE		X			TÍAO VIANA				
FLÁVIO ARNS		X			ROBERTO SATURNINO				
IDELEI SALVATTI					VAGO				
JOÃO CAPIBERIBE		X			VAGO				
DUCIOMAR COSTA					VAGO				
ABELTON FREITAS					VAGO				
CRISTOVAM BUARQUE		X			VAGO				
VALMIR AMARAL					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELJO COSTA					MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA		X			GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP		X			PAPALÉO PAES	X			
GERSON CAMATA					LUIZ OTÁVIO				
SERGIO CABRAL					ROMERO JUCA				
JOSÉ MARANHÃO					VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE					JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS					MARCO MACIEL	X			
MARIA DO CARMO ALVES					PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO				
REGINALDO DUARTE		X			JOÃO TENÓRIO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA		X			JUVÊNCIO DA FONSECA				
TITULARES - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI		X			PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM; 14 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 01


 SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 17/02/2004

Of. Nº CE/4/2004.

Brasília, 17 de fevereiro 2004

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia de hoje, o Projeto de Decreto Legislativo de nº 850 de 2003.

Atenciosamente, Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão de Educação

REQUERIMENTO Nº 361, DE 2005

(Da Comissão de Educação)

Requeiro nos termos dos artigos 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado

com o artigo 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, que o Ministério das Comunicações preste informações disponíveis referentes à rádio comunitária “Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico” da cidade de Buritama, Estado de São Paulo, que se encontra sob forma de Decreto Legislativo, tramitando na Comissão de Educação do Senado Federal.

Sala das Comissões, 9 de março de 2004. – Senador **Osmar Dias**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO AO PDS Nº 850/03 NA REUNIÃO DE 09/03/04, OS SENHORES SENADORES:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

FÁTIMA CLEIDE	1-TIÃO VIANA
FLÁVIO ARNS	2-ROBERTO SATURNINO
IDELI SALVATTI	3-(VAGO)
JOÃO CAPIBERIBE	4-(VAGO)
DUCIOMAR COSTA	5-(VAGO)
AELTON FREITAS	6-(VAGO)
CRISTOVAM BUARQUE	7-(VAGO)
VALMIR AMARAL	8-(VAGO)

PMDB

HÉLIO COSTA	1-MÃO SANTA
MAGUITO VILELA	2-GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- PAPALÉO PAES
GERSON CAMATA	4-LUIZ OTÁVIO
SÉRGIO CABRAL	5-ROMERO JUCA
JOSÉ MARANHÃO	6-(VAGO)

PEL

DEMÓSTENES TORRES	1-EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	2-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3-JOSÉ AGRIPINO
EFRAIM MORAIS	4-MARCO MACIEL
MARIA DO CARMO ALVES	5-PAULO OCTÁVIO
JOSEANA SARNEY	6-JOÃO RIBEIRO

PSDB

SÉRGIO GUERRA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
LEONEL PAVAN	2-EDUARDO AZEREDO
REGINALDO DUARTE	3- JOÃO TENÓRIO
ANTERO PAES DE BARROS	4-LÚCIA VÂNIA

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
ALMEIDA LIMA	2- JUVÊNCIO DA FONSECA

PPS

MOZARILDO CAVALCANTI	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES
----------------------	-------------------------

Aviso nº 116 2004/MC

Brasília, 28 de maio de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro – Secretário do Senado Federal
Senado Federal
70165-900 Brasília – DF
Assunto: Requerimento Informação nº 361, de 2004

Senhor Primeiro Secretário,

1. Reporto-me ao Ofício nº 616 (SF), de 05 de maio de 2004, dessa procedência, por meio do qual foi encaminhada a este Ministério cópia do Requerimento De Informação nº 361, de 2004, de autoria da Comissão de Educação do Senado Federal.

2. A respeito do assunto, transmito a Vossa Excelência cópia anexa do Memorando nº 137/2004/DOS/SSECE/MC, de 13 de maio de 2004, em que o Secretário de Serviços de Radiodifusão, deste Ministério, presta as informações objeto do Requerimento em apreço.

Atenciosamente, **Eunício Oliveira**, Ministro de Estado das Comunicações

MEMORANDO Nº 137/2004 – DOS/SSECE/MC

Brasília, 13 de maio de 2004

Ao Senhor Chefe de Gabinete do Ministro
Assunto : Memo nº 125/SSCE-MC

Prezado Senhor,

Em atendimento ao Requerimento de Informação nº 361, de 2004, de autoria da Comissão de Educação do Senado Federal, encaminho as informações da Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social e Artístico A entidade da Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social e Artístico demonstrou interesse para prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Buritama, no Estado de São Paulo, mediante requerimento devidamente protocolizado em 1998, dando início ao Processo Administrativo nº 53830.002053/98.

A referida localidade foi objeto do Aviso de Habilitação publicado no **DOU** em 18-3-99, que estabeleceu o prazo de 30 dias, contados da data de sua publicação, para que as entidades apresentassem as documentações solicitadas para posterior análise pelo Ministério das Comunicações. Respondeu a este Aviso apenas a entidade em questão, a Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social e Artístico.

A entidade foi autorizada a funcionar pelo Ministério das Comunicações por meio da Portaria nº 406, de 27 de julho de 2001, e em decorrência da MP nº 2216-37, de 31 de agosto de 2001, publicado no **DOU** em 1º de setembro de 2001, expediu uma Licença Provisória com validade até a homologação da autorização pelo Congresso Nacional.

O processo está tramitando no Congresso Nacional. Neste ínterim, a entidade requereu mudança de endereço e de coordenadas, tendo o Ministério das Comunicações sobrestado o pedido, pois, em conformidade com a lei, só poderá analisá-lo depois que houver a manifestação do Poder Legislativo.

Assim, nos colocamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente, **Elias Chaves Gurgel do Amaral**, Secretário de Serviços de Radiodifusão.

MEMORANDO Nº 125/SSCE-MC

Em 4 de maio de 2004

Ao Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Assunto: Requerimento de Informação

Encaminho o Memorando nº 455/2004/GM-MC, de 3-5-2004, do Sr. Chefe do Gabinete do Ministro, que trata do Requerimento de Informação nº 361/2004. Solicito que as informações requeridas sejam encaminhadas até o dia 14 de maio de 2004.

Atenciosamente, – **Elifas Chaves Gurgel Amaral**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

MEMORANDO Nº 455 /2004/GM-MC

Em 3 de maio de 2004

Ao Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

Assunto: Requerimento de Informação nº 361/2004.

1. Encaminho a Vossa Senhoria, para antecipadas providências, cópia anexa do Requerimento de Informação nº 361, de 2004, de autoria da Comissão de Educação do Senado Federal, em que solicita ao Ministério das Comunicações informações referentes à rádio comunitária “Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social e Artístico”, da cidade de Buritama, Estado de São Paulo.

2. Solicito que, após o exame do assunto, sejam remetidas a este Gabinete as informações para subsidiar resposta à Primeira-Secretaria do Senado Federal.

Atenciosamente, – **Jorge da Motta e Silva**, Chefe de Gabinete.

REQUERIMENTO Nº 361, DE 2004

Requeiro nos termos dos artigos 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 § 2º da Constituição Federal que o Ministério das Comunicações preste informações disponíveis referentes à rádio comunitária "Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social Cultural e Artístico" da cidade de Buritama Estado de São Paulo que se encontra sob forma de Decreto Legislativo tramitando na Comissão de Educação do Senado Federal.

Sala das Sessões, 25 de março de 2004. – Senador **Osmar Dias – Flavio Arns – Ideli Salvatti – Duciomar Costa – Cristovam Buarque – Hélio Costa – Garibaldi Alvas Filho – Valdir Raupp – Luiz Otávio – Demóstenes Torres – Leonel Pavan – Eduardo Azeredo – Reginaldo Duarte – Osmar Dias – Juvêncio da Fonseca – Mozarildo Cavalcanti.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

PORTARIA Nº 406 DE 27 DE JULHO DE 2001

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo 11.053830.002053/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico, com sede na Rua João Faleiros, nº 899, Gleba 12, na cidade de Buritama, Estado de São Paulo, a executar o serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21º04'25"S e longitude em 50º08'31"W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

**SECRETARIA DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA**


**LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO EM CARÁTER PROVISÓRIO DE ESTAÇÃO DE
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

1. SERVIÇO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA		PROCESSO 53830.002053/98	
2. DENOMINAÇÃO SOCIAL ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO DOMINGOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO		3. CGC 02.087.676/0001-90	
4. DENOMINAÇÃO DE FANTASIA			
5. MUNICÍPIO BURITAMA		6. DISTRITO	
7. UF SP			
8. CANAL 285	9. FREQUÊNCIA (MHz) 104,9	10. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO 05:00 hs às 24:00 hs	

LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE			
11. LOGRADOURO RUA JOÃO FALEIROS, 899		12. BAIRRO GLEBA 12	
13. MUNICÍPIO BURITAMA		14. DISTRITO	
15. UF SP			
16. LATITUDE 21° 04' 25" S	17. LONGITUDE 50° 08' 31" W	18. RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO (km) 1,0	

TRANSMISSOR			
19. FABRICANTE MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA		20. MODELO MTFM 98	
21. POTÊNCIA (W) 25,0		22. CERTIFICAÇÃO 461/00	

SISTEMA IRRADIANTE					
23. FABRICANTE MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA		24. MODELO MTDIP 100/1		25. H _{cc} (m) 30,0	
26. TIPO DÍPOLO DE 1 ELEMENTO		27. POLARIZAÇÃO VERTICAL		28. GANHO (dB) 0,0	

29. DATA DA EMISSÃO 03/06/2002		30. VALIDADE ATÉ DELIBERAÇÃO PELO CONGRESSO		31. ASSINATURA E CARIMBO  ANTONIO CARLOS TARDELE Secretário dos Serviços de Radiodifusão	
-----------------------------------	--	---	--	---	--

OBS.: As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária, operarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de Telecomunicações e Radiodifusão regularmente instaladas.

Ofício nº 3.443/02/DOSR/SSR-MC

Brasília, 12 de junho 2002

Prezado Senhor,

Conforme solicitado através da correspondência datada de 22-5-2002 estamos encaminhando, em anexo, a 2ª via da Licença para Funcionamento em Caráter

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL

AT/ do Serviço de Radiodifusão Comunitária – RAD/COM

SÃO PAULO – SP

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO DOMINGOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO DE BURITAMA/SP, por seu responsável legal, C.N.P.J. nº 02.087.676/0001-90, com o número de sua estação comunitária (RAD/COM) 631.432.213, solicita anotação de mudança de seu endereço.

Endereço Anterior:

RUA JOÃO FALEIROS, 899, GLEBA 12

Lat. 21° 04' 25"- S

Long. 50° 08' 31"- W

Para Endereço Atual:

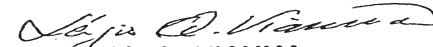
RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 1.531


Lat. 21° 04' 02,1"- S

Long. 50° 08' 21,2"- W

BURITAMA/SP, 18 DE JULHO DE 2003.

VISTO:


SERGIO A VIANNA
Eng.º Eletricista e Eletrônico
CREA 1556/D V-SP 1835
ANATEL/COM 370/66


OSMAIR JOSÉ DOMINGOS
Responsável Legal
C.P.F.: 111.530.668-58
R.G.: 16.822-085

AO


MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL

AT/ do Serviço de Radiodifusão Comunitária – RAD/COM

SÃO PAULO/SP.

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO DOMINGOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO DE BURITAMA/SP, com sua estação nº 631.432.213, por seu responsável Legal, solicita a mudança de nome fantasia de: RÁDIO METRÓPOLIS FM, para: RÁDIO CIDADE FM.

BURITAMA/SP, 18 DE JULHO DE 2003.


OSMAIR JOSÉ DOMINGOS
Responsável Legal
C.P.F.: 111.530.668-58
R.G.: 16.822-085

Ofício nº 10.306/2003/DOS/SSCE-MC

Brasília, 29 de outubro de 2003

Ao Senhor

Osmair José Domingos

Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Buritama/SP

Rua João Faleiros, 899 – Gleba 12

15290-000 Buritama/SP

Processo nº 53830.002053/98

Assunto: Alteração de Endereço

Prezado Senhor,

1. Em atenção à correspondência sob protocolo nº 200390143424, por meio do qual a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Buritama/SP, entidade Autorizada para o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Buritama, Estado de São Paulo, solicita alteração de endereço e conseqüentemente de coordenadas geográficas, do Serviço de Radiodifusão Comunitária, informamos a V. Sa. o Arquivamento da mesmo, cm razão de que somente após a deliberação pelo Congresso Nacional, poderemos analisar a solicitação, e se for o caso aprovar.

2. Outrossim, solicitamos que tão logo seja deliberado, a Associação protocolize novamente o pedido.

Atenciosamente, – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

RELATÓRIO

Relator: Senador João Capiberibe

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para reexame, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 850, de 2003 (nº 2.334, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.

A matéria já foi submetida ao exame deste Colegiado que, em reunião de 17 de fevereiro do corrente ano, aprovou parecer pela rejeição do projeto.

Não obstante, a tramitação deste PDS foi sobrestada em função da aprovação do Requerimento nº 361, de 2004, de autoria do Senador Osmar Dias, que teve por objetivo solicitar ao Ministério das Co-

municações informações referentes à entidade que ora pleiteia autorização para execução de serviço de radiodifusão comunitária.

Mediante o Aviso nº 116, de 2004, o titular daquela Pasta encaminha as informações solicitadas, que são juntadas a estes autos.

Por fim, retorna o processado a esta Comissão a fim de que se pronuncie sobre o Projeto e a resposta ao mencionado Requerimento.

II – Análise

Em exame anterior, a Comissão de Educação acatou parecer de nossa autoria pela rejeição da presente proposição. Na ocasião, o exame da documentação anexa ao processado revelou evidências de violação dos princípios fixados na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Resumidamente, verificou-se que a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico não se configura como propriamente comunitária, visto que não garante a livre entrada de interessados residentes em sua área de atuação. De fato, a associação é formada por apenas quatro sócios, dois deles irmãos, residentes no mesmo endereço. Além disso, o estatuto da entidade submete ao crivo dessas pessoas a admissão de novos sócios. Tal situação encontra-se em franca oposição aos preceitos albergados na Lei nº 9.612, de 1998, que dispõe, em seu art. 3º, inciso V, ser objetivo do serviço de radiodifusão comunitária permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Não obstante, mediante o Requerimento nº 361, de 2004, solicitaram-se informações complementares sobre a mencionada entidade. Constante dos autos, a documentação remetida pelo Ministério das Comunicações, contudo, não elide os fundamentos da decisão anteriormente tomada por esta Comissão. De fato, é mister reconhecer que as informações prestadas prendem-se a questões meramente formais, atinentes à tramitação do processo que resultou na outorga da autorização ora sob exame. A questão do verdadeiro caráter comunitário da entidade pretendente, ponto central dos questionamentos aqui levantados por ocasião da rejeição do projeto, não foi objeto de exame por parte da autoridade requerida.

Dessa forma, não vemos razão para reformar a decisão já tomada por esta Comissão, de rejeitar o PDS nº 850, de 2003.

III – Voto

Diante do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.

Sala da Comissão,



PARECER Nº 1.360, DE 2005

(Da Comissão de Educação)

2º pronunciamento

Relator: Senador **Gerson Camata**

Relator **ad hoc**: Senador **Marco Maciel**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334, de 2002, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato constante da Portaria nº 406, de 27 de julho de 2001, que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que ver-

sem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 850, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, tendo ocorrido, na Câmara dos Deputados, o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”.

III – Voto


Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 850, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de abril, de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 850/03 NA REUNIÃO DE 05 / 08 / 2005
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:



Senador Paulo Roberto Costa

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
ROSEANA SARNEY	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- LEONEL PAVAN
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
EDUARDO AZEREDO	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- JOÃO BATISTA MOTTA
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
RELATOR:	
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- FRANCISCO PEREIRA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- ANA JÚLIA CAREPA

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 350 / 03

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL, P, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL, P, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO				
ROSEANA SARNEY					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					LEONEL PAVAN				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
EDUARDO AZEREDO					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					JOÃO BATISTA MOTTA				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
WIRLANDE DA LUZ					VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELÍDIO AMARAL				
IDELI SALVAITI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					FRANCISCO PEREIRA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				ANA JÚLIA CAREPA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0

SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 08 / 2005

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPITULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 9.612. DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-02)

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002.

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Com referência ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003**, cujo parecer foi lido anteriormente, que *autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de S.Paulo*, foi relatado, inicialmente, pelo Senador João Capiberibe, na 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, realizada em 17 de fevereiro de 2004, cujo parecer concluiu pela rejeição do projeto.

Submetido a votos, o projeto foi dado como rejeitado.

Em sua 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de março de 2004, a Comissão de Educação aprovou requerimento de informação apresentado pelo seu então Presidente, Senador Osmar Dias, solicitando, ao Ministério das Comunicações, informações sobre a rádio comunitária em questão.

Vindo à Mesa, o Requerimento nº 361, de 2004, foi aprovado, conforme anunciado na Sessão do Senado Federal de 3 de maio de 2004.

O recebimento das informações prestadas pelo Ministério das Comunicações foi comunicado na Sessão de 4 de junho de 2004, e as informações foram enviadas à Comissão de Educação.

Na Comissão, as informações foram encaminhadas ao Relator, Senador João Capiberibe, que, na 34ª Reunião Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2004, manteve o seu parecer pela rejeição. Nessa mesma reunião, pediu vista o Senador Hélio Costa, que, de acordo com o Boletim de Ação Legislativa nº 22, devolveu o processado do projeto em 22 de dezembro de 2004, sem manifestação.

Em 24 de fevereiro de 2005, o Boletim de Ação Legislativa nº 24 registra a redistribuição da matéria ao Senador Gerson Camata, uma vez que o Senador João Capiberibe não pertencia mais à Comissão.

O Senador Gerson Camata devolveu o projeto com relatório pela sua aprovação, em 16 de março de 2005, conforme registrado no Boletim de Ação Legislativa nº 25.

Por último, na 9ª Reunião Extraordinária da Comissão, realizada em 5 de abril de 2005, anunciada a matéria, o Presidente da Comissão, Senador Hélio Costa, designou o Senador Marco Maciel Relator *ad hoc* do projeto.

S. Exª leu o relatório elaborado pelo Senador Gerson Camata, concluindo pela aprovação do projeto. Submetida a votos, a matéria foi aprovada.

Examinando-se os atos da Comissão e demais registros nos Boletins de Ação Legislativa referentes ao Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003, conclui-se que, antes de remeter, à Mesa, o Ofício CE nº 4, de 2004 (de fls. 117), e o Parecer de fls. 111/114, para os atos previstos nos §§2º e 3º do art. 91, do Regimento Interno, a Comissão, em sua autonomia, reviu sua própria decisão.

Nessas condições, com referência ao **Ofício CE nº 32, de 2005**, da Comissão de Educação, que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em

25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003, aprovado pela Comissão de Educação, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 857, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao economista Luiz Gonzaga Belluzzo, vencedor do Troféu Juca Pato.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao economista Luiz Gonzaga Belluzzo, vencedor do Prêmio Intelectual do Ano de 2004, com o Troféu Juca Pato, promovido pelo jornal **Folha de S.Paula**

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à direção da **Folha de S.Paulo**.

Justificação

O voto ora requerido justifica-se pela merecida outorga do Troféu Juca Pato ao economista Luiz Gonzaga Belluzzo, que concorreu ao prêmio com seu livro *Ensaios sobre o Capitalismo no Século*

XX. O vencedor é economista renomado e autor de diversas obras sobre economia, abordando as faces do desenvolvimento e do capitalismo.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 858, DE 2005

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, solicito sejam requeridas ao Senhor Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, as seguintes informações:

1 – Se foi enviado a Controladoria-Geral da União, ofício solicitando auditoria nos fundos de pensão das seguintes empresas estatais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobras e Furnas;

2 – Se foram constatadas irregularidades, que seja enviado um relatório ao Senado Federal.

Justificação

Segundo matéria publicada no jornal **O Globo**, no dia 8 de agosto de 2005, o Secretário de Previdência Complementar – SPC, Adacir Reis, em resposta às inúmeras denúncias de ingerência política nos fundos de pensão e má gestão dos recursos dos trabalhadores, afirma que o Estado brasileiro tem de ser mais rígido na fiscalização e que a SPC não tem autoridade sobre as empresas patrocinadoras dos planos de benefícios. Afirma ainda ter recorrido a Controladoria-Geral da União para exigir que as estatais acima mencionadas realizem auditorias em seus fundos.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2005. – Senador **Heráclito Fortes**.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 859, DE 2005

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, solicito sejam requeridas ao Senhor Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, as seguintes informações:

1 – Se foi recebido por esse Ministério, ofício do Ministério da Previdência Social, enviado através da Secretaria de Previdência Complementar, solicitando auditoria nos fundos de pensão das seguintes empresas estatais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobras e Furnas;

2 – Se recebido, quais as providências tomadas para apuração dos fatos;

3 – Se constatadas irregularidades, que seja enviado um relatório ao Senado Federal.

Justificação

Segundo matéria publicada no jornal **O Globo**, no dia 8 de agosto de 2005, o Secretário de Previdência Complementar – SPC, Adacir Reis, em resposta às inúmeras denúncias de ingerência política nos fundos de pensão e má gestão dos recursos dos trabalhadores, afirma que o Estado brasileiro tem de ser mais rígido na fiscalização, e que a SPC não tem autoridade

de sobre as empresas patrocinadoras dos planos de benefícios. Afirma ter recorrido à Controladoria-Geral da União para exigir que as estatais acima mencionadas realizem auditorias em seus fundos.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2005. – Senador **Heráclito Fortes**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, DE 2005

Dispõe sobre as ações de publicidade da administração pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As ações de publicidade dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta regem-se pelo disposto nesta lei.

Art. 2º Para os fins desta lei, entendem-se como ações de publicidade a criação e a veiculação, em mídia impressa ou eletrônica, de mensagens, anúncios, peças, avisos ou campanhas publicitárias.

Art. 3º As ações de publicidade da administração pública direta e indireta terão caráter educativo, informativo ou de orientação social.

Art. 4º As ações de publicidade da administração pública direta e indireta limitar-se-ão à divulgação obrigatória de atos oficiais e à veiculação de avisos e campanhas educacionais ou de utilidade pública.

Parágrafo único. As ações de publicidade das entidades a que se refere o § 1º do art. 37 da Constituição Federal limitar-se-ão à promoção dos bens e serviços por elas comercializados.

Art. 5º É vedada a veiculação de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de agentes públicos, partidos políticos ou entidades da sociedade civil.

Art. 6º É vedada a criação e utilização de marcas, logotipos, slogans ou temas musicais para identificação de órgãos ou entidades públicos.

§ 1º Serão admitidos como elementos de identificação dos órgãos ou entidades da administração pública os respectivos nome e símbolo oficial.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às entidades a que se refere o § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 7º Ressalvadas as hipóteses de dispensa de licitação, previstas em legislação específica, a contratação de serviços de publicidade será sempre precedida de procedimento licitatório.

Art. 8º Nas mensagens publicitárias de que trata esta lei deverão constar informações sobre o custo total e detalhamento dos respectivos custos de desenvolvimento, veiculação e taxas de administração.

Art. 9º A não-observância do disposto nesta lei configura ato de improbidade administrativa e sujeita o infrator às penas previstas no inciso III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A publicidade dos órgãos e entidades da administração pública, de acordo com o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, deveria ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, vedada a promoção pessoal de agentes públicos. Lamentavelmente, tais preceitos são largamente ignorados pelos governantes, que se aproveitam das falhas de nosso sistema jurídico para fazerem uso da publicidade como meio de glorificação de seus atos.

Apesar da expressa proibição constitucional, o que se vê em grande parte das administrações públicas do País, nas três esferas de poder, é o uso, ainda que dissimulado, da propaganda oficial para promover governantes, seus partidos, e as obras desenvolvidas, caracterizando-se como uma promoção ou propaganda pessoal dissimulada. A fim de não ferir diretamente o comando da Carta Magna, tais ações são disfarçadas por meio da veiculação de marcas ou **slogans**, que, ainda que não expressamente, destinam-se a estabelecer vínculo com a figura do governante ou de seu partido.

O uso indevido da propaganda custeada pelo contribuinte é ainda mais grave quando se considera a carência de recursos em setores essenciais como saúde, educação, etc. Os tão alardeados programas sociais certamente seriam mais eficazes se a verba destinada à sua divulgação fosse aplicada na melhoria ou expansão desses mesmos programas.

É mister também ressaltar o uso indevido de contratos de publicidade para acobertar acertos escusos entre agentes públicos e privados. Atualmente, o País assiste a grave crise política que tem, em seu epicentro, a utilização de contratos de publicidade com órgãos públicos como instrumento de desvio de recursos.

Em face de tais fatos, estamos convictos da necessidade de regulamentar o comando constante da Constituição Federal. Nesse sentido, além de reafirmar os princípios contemplados pelo constituinte originário, propomos o estabelecimento de disciplina complementar, que torne o uso da publicidade estatal mais consentâneo com o interesse público e com as exigências da sociedade. Dessa forma, propomos que a propaganda custeada com recursos públicos seja limitada a três hipóteses: a divulgação de atos oficiais, as campanhas educacionais ou de utilidade pública e a publicidade dos bens e serviços comercializados pelas empresas estatais que exploram atividade econômica.

Tivemos, porém, o cuidado de ressaltar as empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, por entendermos que devem dispor dos mesmos recursos de **marketing** das empresas privadas com as quais competem.

Também defendemos que seja vedada a utilização de marcas, logotipos, **slogans** ou **jingles** como elementos de identificação de órgãos e entidades públicos, pois tais instrumentos podem ser utilizados para associar ações de governo com a figura do respectivo titular ou do partido a que pertence. A simples veiculação do nome do órgão ou entidade, ao lado de seu símbolo oficial, já é plenamente suficiente para identificá-lo.

Em consonância com o disposto no art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ressaltamos que a contratação de serviços de publicidade deve ser precedida de licitação, exceto nas hipóteses de dispensa, previstas na legislação específica. Com o propósito de tornar mais transparentes os gastos de publicidade da administração pública, consignamos, no art. 80 do projeto, a inclusão, em cada peça publicitária, de informação relativa aos respectivos custos de desenvolvimento e veiculação.

Por fim, entendemos que o descumprimento das disposições constantes do projeto deva ser tratado como ato de improbidade administrativa. Nesse sentido, vimos por bem sujeitar os infratores às penas do art. 12, inciso III, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Desejo ao apresentar este projeto de lei, tendo em vista a complexidade da matéria, contar com a contribuição dos ilustres pares no sentido de seu aperfeiçoamento.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2005. – Senador **Marco Maciel**.

*LEGISLAÇÃO CITADA*CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VI – é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

XII – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

XV – o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

XXII – as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específi-

ca, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações:

.....
 III na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
 Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

.....
 II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações:

.....
 III na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

.....
(Às Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania cabendo à última a decisão.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2005

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir a prestação de contas em tempo real, pelos partidos durante a campanha eleitoral.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O art. 28 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigor acrescido do § 4º, com a seguinte redação:

Art. 28.....

.....

.....

§ 4º A prestação de contas de cada candidato, no que diz respeito as receitas e despesas, será atualizada e divulgada diariamente pelos partidos por intermédio da rede mundial de computadores, cabendo ao Tribunal Superior Eleitoral e aos Tribunais Regionais Eleitorais, conforme seja a eleição nacional ou local, divulgar semanalmente, em páginas eletrônicas oficiais, os dados consolidados nesse período. (NR)

Art. 2º O art. 25 Da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único.

Art. 25

.....

Parágrafo único. O candidato que não cumprir o disposto no § 4º do artigo 28 desta lei terá seu registro cassado. (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993.

Justificação

A rede mundial de computadores constitui instrumento tecnológico que produziu grande revolução na comunicação de massa e que também propiciou ao cidadão exercer vigilância sobre os atos dos administradores públicos.

Falta, no entanto, estender ao processo eleitoral a divulgação dos fatos relativos às campanhas eleitorais, dentre os quais a prestação de contas dos candidatos que denota grande motivo de preocupação para a legitimidade da representação política.

Em 2002, o deputado Chico Alencar, PT-RJ, numa reunião do Diretório Nacional, sugeriu que o partido colocasse na internet, em tempo real, as receitas e despesas feitas por todos os candidatos. Infelizmente a direção do PT não concordou, pois entendeu que esse procedimento só seria eficaz se valesse para todos os partidos políticos.

Sendo assim, pretendo por meio deste projeto promover a alteração da Lei Eleitoral para prever o uso da rede mundial de computadores para divulgar, em tempo real, a prestação de contas dos candidatos durante a campanha eleitoral.

Caso este projeto seja aprovado, o eleitor poderá acompanhar, diariamente, em tempo real, por intermédio da rede mundial de computadores, a prestação de contas da campanha eleitoral de cada candidato, seja do dispêndio realizado ou da captação de recursos financeiros e outras formas de contribuição material.

O conhecimento dessas informações propiciará ao eleitor avaliar a compatibilidade dos recursos financeiros que recebem os candidatos e os gastos que realizam durante a campanha eleitoral com o objetivo de divulgar e promover a sua candidatura. Desse modo, pode o cidadão ter os esclarecimentos quanto ao comportamento de cada candidato em termos de compromisso com a verdade e a dimensão da influência do poder econômico em sua candidatura.

Trata-se, portanto, de atender o disposto na norma constitucional introdutória – art. 1º, inciso II – da Carta Magna de 1988 que inclui a cidadania entre os cinco princípios fundamentais do Estado brasileiro, cujo regime democrático pressupõe que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, conforme impõe o parágrafo único do mesmo art. 1º do mencionado texto constitucional.

Ademais, o projeto vai ao encontro do que dispõe a Constituição Federal ao tratar dos direitos políticos, cujo art. 14, § 9º, ressalta a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta como exigências que devem ser observadas pelo legislador ordinário na elaboração da norma eleitoral.

Cabe também ressaltar que o projeto pretende punir com a perda do registro eleitoral o candidato que não tiver suas contas disponibilizadas na rede mundial em tempo real. Creio ser esta a única forma de conseguir que esse tipo de prestação de contas seja efetivamente realizado.

Diante do exposto, esperamos que o projeto tenha boa acolhida entre os Pares, tendo em vista que é de interesse de todos os brasileiros o fortalecimento da cidadania mediante o aperfeiçoamento do nosso processo eleitoral, especialmente quanto à ampla publicidade da origem e aplicação de recursos financeiros pelos candidatos durante as campanhas eleitorais.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2005. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

O Vice-Presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 25. O partido que descumprir as normas referentes à arrecadação e aplicação de recursos fixadas nesta Lei perderá o direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário do ano seguinte, sem prejuízo de responderem os candidatos beneficiados por abuso do poder econômico.

Art. 28. A prestação de contas será feita:

I – no caso dos candidatos às eleições majoritárias, na forma disciplinada pela Justiça Eleitoral;

II – no caso dos candidatos às eleições proporcionais, de acordo com os modelos constantes do Anexo desta Lei.

§ 1º As prestações de contas dos candidatos às eleições majoritárias serão feitas por intermédio do comitê financeiro, devendo ser acompanhadas dos extratos das contas bancárias referentes à movimentação dos recursos financeiros usados na campanha e da relação dos cheques recebidos, com a indicação dos respectivos números, valores e emitentes.

§ 2º As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais serão feitas pelo comitê financeiro ou pelo próprio candidato.

§ 3º As contribuições, doações e as receitas de que trata esta Lei serão convertidas em UFIR, pelo valor desta no mês em que ocorrerem.

.....
(À Comissão de Constituição Justiça e Cidadania em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Pela ordem, concedo a palavra aos Senadores Roberto Saturnino, Gerson Camata e Flexa Ribeiro.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ.

Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para, na prorrogação da Hora do Expediente, fazer uma comunicação urgente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Tem a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PMDB – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^{as} serão atendidos, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Concedo de imediato a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, por cinco minutos, e, em seguida, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a imprensa noticiou ontem que o Governo Federal, por meio do Ministério do Planejamento, havia retirado a prioridade para execução da obra rodoviária chamada Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, a ligação rodoviária que interliga todas as rodovias federais do Estado com o porto de Sepetiba, a obra mais importante, mais prioritária para a economia e para o quadro social do Rio de Janeiro.

O cancelamento dessa obra ou o seu protelamento, para nós, do Rio, é uma decisão inaceitável, que choca a população do Estado. Todas as forças políticas e representativas da sociedade repelem frontalmente essa decisão de adiamento.

Hoje, a imprensa noticia que houve um certo recuo, na medida em que o Ministro do Planejamento declarou que uma pequena parte dessa obra, a ligação de Sepetiba a Santa Cruz, seria iniciada ainda este ano. Mas, Sr. Presidente, esse pequeno trecho não faz parte do chamado Arco Rodoviário. É um trecho muito pequeno que absolutamente não esvazia o clamor da população do Estado do Rio contra essa decisão de todas as formas, como eu disse, inaceitável. Aliás, o tratamento do Governo Federal em relação ao Rio de Janeiro tem sido lamentável, sob todos os pontos de vista.

É claro que o Governo alega que fez investimentos vultosos, maiores que nos anos anteriores no Estado do Rio, mas sabemos que são investimentos da Petrobras, que não refletem nenhuma vontade política do Governo, são decisões resultantes da economia da empresa e do fato de Deus ter colocado, no Estado do Rio e um pouquinho no Espírito Santo, o petróleo brasileiro. De forma que não se pode atribuir a vontade política, a decisão política do Governo Federal a esses investimentos.

O investimento primordial que o Estado do Rio esperava e ainda espera do Governo Federal é precisamente a ligação de todas as rodovias federais com o porto de Sepetiba, o chamado Arco Rodoviário do Rio de Janeiro. Por exemplo: o estado lamentável, a situação de calamidade em que se encontra a maior universidade federal do País, a UFRJ, é algo que deixa os cariocas e os fluminenses efetivamente revoltados, porque revela uma insensibilidade para com a situação crítica, a situação social de grande tensão que ronda a cidade do Rio de Janeiro e o próprio Estado.

De forma, Sr. Presidente, que há uma dívida antiga do Governo Federal em relação ao Estado que, desde

a mudança da Capital e desde a realização da fusão, até hoje não foi cumprida. Nós, cariocas e fluminenses, não estamos cobrando essa antiga dívida; estamos cobrando os compromissos recentemente assumidos pelo próprio Governo do Presidente Lula, cujo item principal é a realização do chamado Arco Rodoviário.

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, a Firjan, junto com todo Sistema chamado Firjan, emitiu ontem uma nota, que não lerei em sua totalidade, porque não tenho tempo, mas peço ao Sr. Presidente que seja transcrita na íntegra. Lerei dois ou três parágrafos que retratam bem o sentimento de indignação que tomou conta da sociedade do Rio de Janeiro como um todo.

Diz a nota:

A Diretoria do Sistema FIRJAN vem a público para manifestar sua posição de que considera inacreditável e inaceitável a ação do Ministério do Planejamento de remanejar as verbas do orçamento federal referentes às obras do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro.

[...]

No campo econômico, o Arco Rodoviário está previsto pelos planejadores há mais de um quarto de século. Com o desenvolvimento do porto de Sepetiba, o Arco amplificou seus benefícios, tornando-se vital na logística do País. [Não apenas do Estado do Rio, mas do próprio País].

No campo social, o Arco Rodoviário, ao cruzar toda a região da Baixada Fluminense, tornou-se chave na expectativa de melhoria social de milhões de brasileiros.

[...]

Por fim, essa ação do Ministério do Planejamento contraria expressa decisão do Presidente da República que, em janeiro de 2004, determinou a priorização dessa obra.

O Sistema Firjan tem confiança de que esta lamentável e equivocada ação será revertida e a decisão presidencial mantida.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente, renovando o pedido de que a transcrição da nota da Firjan seja feita na íntegra, no corpo do meu pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

		Nº de páginas / Number of pages: 02
Para / To: Sen. Roberto Saturnino		Telefax: (61) 3311 2896
Aos cuidados de / Care of: Mauro		
De / From: Drª Maria Helena Piquet Carneiro Assessora Legislativa		Data / Date: 10/08/2005

Se a mensagem estiver ilegível, favor informar-nos. / If the message is illegible, please call us.

A pedido do Drº Eduardo Gouvêa Vieira, Presidente da FIRJAN, em nota de hoje sobre o remanejamento das verbas referentes às obras do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, RJ.

Tel : (61) 3328 6373

Atenciosamente,

Maria Helena Piquet Carneiro
Assessora Legislativa

Imprensa refirou retirada da prividade do arco rodov. Ri.
É inaceitável p/ o Rio
Hoje aparece um document (sepetiba - Cruz) que faz a
tratament do Gov. Fed. as RT é lamentável
o Petrolões nos se deve a vontade política usar
a localizaçã do petroleões!

Em termos de vontade política e o lamentável
Há a divide antiga UFRJ e um escândalo DM-004

NOTA OFICIAL

A Diretoria do Sistema FIRJAN, vem a público para manifestar sua posição de que considera inacreditável e inaceitável a ação do Ministério do Planejamento de remanejar as verbas do orçamento federal referentes às obras do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro.

Tal remanejamento contraria o bom senso e a lógica econômica, social e política, que tomaram esta obra consensual.

No campo econômico, o Arco Rodoviário está previsto pelos planejadores há mais de um quarto de século. Com o desenvolvimento do Porto de Sepetiba, o Arco amplificou seus benefícios tomando-se vital na logística do país.

No campo social, o Arco Rodoviário, ao cruzar toda a região da Baixada Fluminense, tomou-se chave na expectativa de melhoria social de milhões de brasileiros.

Já no campo político, esta obra alcançou situação ímpar por gerar consenso entre todas as forças políticas e organizações empresariais.

Adicionalmente, esta ação do Ministério do Planejamento contraria acordo público de entendimento entre os governos federal e estadual, firmado no dia 5 de setembro de 2003, na sede do Sistema FIRJAN, e cuja parte de responsabilidade do Governo do Estado, efetivamente vem sendo cumprida, através da elaboração do Projeto Básico com estudo de viabilidade e modelagem (já concluído), o estudo de impacto ambiental (em finalização), e o projeto executivo (já contratado), referentes ao trecho central (RJ 109).

Por fim, esta ação do Ministério do Planejamento contraria expressa decisão do Presidente da República, que em janeiro de 2004 determinou a priorização desta obra.

O Sistema FIRJAN tem confiança de que esta lamentável e equivocada ação será revertida e a decisão presidencial mantida.

A Diretoria
10/8/2005

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável. Se possível, agora.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a é o quarto inscrito, ou seja, é o primeiro suplente. Se houver alguma desistência, V. Ex^a terá a palavra na prorrogação da Hora do Expediente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, como orador inscrito, por cessão do Senador José Jorge.

S. Ex^a terá dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, confesso que este é o momento da maior melancolia que jamais vivi em toda minha trajetória de Parlamentar.

Chego da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos no limiar de uma crise política sem precedentes. É inevitável, a partir do dia do dia de hoje, discutirmos a palavra *impeachment*. Não há como evitar, Sr. Presidente, depois das revelações de fatos deploráveis, ironicamente pela voz daquele que se tornou o grande responsável pela construção da imagem do Governo e, sobretudo, do Presidente Lula.

É exatamente Duda Mendonça, reconhecida um dos marqueteiros mais competentes deste País, que, com o seu depoimento na Polícia Federal e, agora, na CPMI dos Correios, destrói, de forma definitiva, a imagem que construiu, com muita competência, habilidade e eficiência.

Sr. Presidente, confesso que não refleti sobre as palavras que pronunciaria aqui. Não tive tempo para isso. Estou sob o impacto de revelações que me estarreceram, mas devo, com absoluta sinceridade, dizer que é inevitável essa discussão a partir de hoje.

O dever nos impõe discutir a lamentável hipótese de *impeachment* do Presidente da República, porque estamos diante de um visível estelionato eleitoral que

se praticou. E, mais do que isso – é triste ter de afirmar –, eu não sei quantos artigos do Código Penal serão necessários para tipificar todos os crimes praticados em nome da conquista do Poder e do seu exercício.

Vou ler alguns trechos do depoimento do Sr. Duda Mendonça à Polícia Federal, depoimento repetido agora na CPMI dos Correios:

QUE, em 2002, prestou serviço de *marketing* político somente ao PT; QUE o valor do pacote global de serviços foi convencionado em torno de R\$25 milhões; QUE, ainda no ano de 2002, foi pago um valor por volta de R\$14 milhões, restando um crédito remanescente; QUE esse valor foi pago diretamente pelo Diretório Nacional do PT e/ou comitês financeiros da campanha; QUE o Sr. Delúbio Soares era responsável pelo pagamento em questão; QUE todos os pagamentos foram originados por cheques emitidos diretamente pelo PT na condição do Diretório Nacional ou comitê de campanha, conforme o caso; QUE esse pagamento foi integralmente pago pelo Sr. Delúbio Soares; QUE remanesceu um crédito em torno de R\$11 milhões; QUE, no ano de 2003, foi firmado um contrato de serviços de *marketing* político referente a um pacote global de produtos, totalizando um valor aproximado de R\$7 milhões; QUE, no início de 2003, o Sr. Delúbio Soares entrou em contato com a empresa do depoente, após inúmeras cobranças, revelando que o débito de R\$11 milhões seria pago pelo Sr. Marcos Valério, até então desconhecido do depoente; QUE a Sr^a Zilmar entrou em contato com o Sr. Valério, segundo a orientação de Delúbio.

E aqui ele relata que ela recebeu R\$300 mil na agência do Banco Rural em São Paulo.

Mas o que é mais grave vem a seguir:

QUE a Sr^a Zilmar foi procurada pelo Sr. Marcos Valério, que lhe revelou a necessidade da abertura de uma conta no exterior como condição do recebimento do débito existente; QUE não sabe as razões que levaram Marcos Valério a proceder o referido condicionamento; QUE, orientado pelo Banco Boston Internacional, foi orientado a abrir uma empresa no exterior, nas Bahamas; QUE procedeu à abertura de uma empresa *off-shore* denominada Dusseldorf; QUE, em favor dessa empresa, foi depositado um valor em torno de R\$10 milhões; QUE esse valor não foi movimentado pelo depoente; QUE esse valor encontra-se à

disposição de um **truest** vinculado ao Banco de Boston nas Bahamas; QUE não sabe informar os diretores da empresa.

Aí informa que os depósitos eram provenientes do Florida Bank, do Banco Rural Europa S/A, uma empresa chamada Trade Link; que pode comprovar a origem da maioria das remessas feitas pelo Sr. Marcos Valério por meio do recebimento de vários fax. Informa que está fornecendo à CPMI neste momento esses fax que foram encaminhados a essa empresa pela SMP&B.

Continua:

QUE, ainda existindo débito no valor de R\$3,8 milhões, esse valor foi pago diretamente pelo Sr. Delúbio Soares em diversas parcelas(...); QUE não recorda se, no final do ano de 2003, todos os débitos do PT foram quitados.

E passa a informar sobre um novo contrato, no valor de R\$24 milhões e fração, para realizar as campanhas eleitorais para as prefeituras de São Paulo, Goiânia, Curitiba, Belo Horizonte e Recife e que teria recebido, provavelmente, um valor em torno de R\$10 milhões desses R\$24 milhões. Portanto, restam R\$14 milhões.

Sr. Presidente, o Sr. Marcos Valério pagava as contas do PT, as contas da campanha do Presidente Lula e não o fazia certamente por generosidade. É evidente que nós temos o dever, para não sermos ingênuos, de considerar que esses recursos tenham origem nos cofres públicos e que o Sr. Marcos Valério era o operador financeiro de um fantástico esquema de corrupção instaurado no Governo da República.

É lamentável ter que fazer essa afirmativa. Temos, neste momento, de considerar que esse foi o depoimento mais verdadeiro entre todos os depoimentos até agora feitos à Polícia Federal ou à CPMI dos Correios. Desvenda um mistério.

Vínhamos destacando a importância de se investigar a movimentação financeira do Sr. Marcos Valério no exterior. Ele vinha peremptoriamente negando possuir contas no exterior. E, agora, há a confirmação da existência dessas contas e do pagamento da campanha do Presidente Lula e de outros serviços prestados por Duda Mendonça ao Partido dos Trabalhadores.

Como ignorar agora esses fatos? Como minimizar a importância deles? Como não considerar a gravidade desse momento que vive o País? Como ignorar, nesta hora, o *impeachment*? Lamentamos, sobretudo, porque um Presidente popular está envolvido por um

esquema de corrupção, que é, sem dúvida, o maior da história do Brasil.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte, extraordinário Senador?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com prazer, Senador Mão Santa. Antes, porém, quero afirmar, Senador Arthur Virgílio, que já se identificou esse rede sistêmica e organizada de corrupção; que, pelos indícios, já há possibilidade de identificar os principais artífices desse deplorável modelo instalado no Governo da República, a pretexto de se manter no poder um grupo político por muito tempo.

É evidente que muitos dos que se envolveram não roubaram para si, mas permitiram, admitiram, executaram uma proposta de corrupção em nome de um projeto de poder de longo prazo. E se tornou inevitável que outros agentes da corrupção se aproveitassem disso, escancarando portas em direção à corrupção para buscar o seu enriquecimento ilícito.

Não há como não discutir esse procedimento. Ele faz parte do processo democrático e acaba se transformando em exigência da sociedade.

Antes de concluir, Sr. Presidente, concedo um aparte, com satisfação, ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a tem em seu nome a palavra “Dias” – dias melhores hão de vir para o Brasil! Lembro-me, Senador Arthur Virgílio, quando reli **Hamlet**, de Shakespeare, de algo assim: “Há algo de pobre no reino da Dinamarca”. É melhor ser um mendigo em Nápoles do que rei na Dinamarca. O que diria Shakespeare descrevendo o reino de Lula, do PT?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, todos testemunham o esforço da Oposição em evitar sequer pronunciar a palavra *impeachment*. O nosso desejo nunca foi esse e não é esse. Porém, Sr. Presidente, muitas vezes, somos obrigados, em função do exercício do mandato que exercemos, a assumir uma postura de responsabilidade diante do dever imposto pela lei e pelas exigências da sociedade. Nenhum processo de *impeachment* pode ser iniciado sem que haja um consenso popular que assegure um processo normal de tranqüilidade absoluta sem grandes traumas. E sempre reconhecemos, sobretudo o Senador Arthur Virgílio, que o Presidente Lula ainda é detentor de altos índices de popularidade. Hoje, certamente, não os mesmos de ontem, mas índices de popularidade que ainda lhe permitem transitar por algumas regiões do País, sobretudo pelas mais pobres.

Não há necessidade de ser adivinho para se prever que a popularidade também um dia acaba, diante dos estardalados fatos que são revelados.

Dessa forma, Sr. Presidente, não podemos deixar de discutir a hipótese que muitos já aventaram. Temos, sim, de discutir o tema com seriedade, porque a palavra *impeachment* começa a ecoar agora com mais força sob os céus do Brasil, infelizmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, peça a palavra pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio pela Liderança do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Lula da Silva acabou. Acabou!

Eu me preparava, hoje, para abordar o caso Okamoto, sobre esse empréstimo, com mentiras por todos os lados, que teria sido feito pelo PT ao Presidente da República e pago pelo Sr. Okamoto. Trinta mil reais. O Sr. Okamoto nem sequer teria avisado ao Presidente sobre o empréstimo, como se R\$30 mil nada significassem!

É a primeira vez que vejo um bajulador implícito, porque o bajulador geralmente é explícito. Ele bajula e quer que o alvo da bajulação fique feliz e agradecido. Esse seria um caso de bajulação implícita.

A essa altura, não dá mais para falar em Okamoto. Vi, ainda há pouco, Senador Luiz Soares, um grupo de bem-intencionados e ingênuos Parlamentares petistas na Comissão dos Correios – para a qual me dirigirei daqui a pouco – discutindo inocentemente questões do tipo: “Arthur, o Duda Mendonça quer se apresentar também para falar, juntamente com a Zilmar. O que você acha”? Eu disse: “Acho ótimo! Acho que deve falar. Ele não está se apresentando? Não temos por que terminar cedo reunião nenhuma. Deixe-o falar! Fala a Zilmar, fala o Duda e, depois, interpelamos o Duda e a Zilmar juntos”. “Está bem!”

Mal sabiam eles que o Sr. Duda Mendonça vinha disposto a contar tudo o que sabe sobre o PT, sobre este Governo, sobre o esquema de corrupção que foi montado em sociedade com o Sr. Marcos Valério, que sordidamente veio aqui outro dia mostrar que é sócio mesmo, tentando artificializar aquele caso de Minas, tentando jogar às feras o Sr. José Dirceu e, ao mesmo tempo, inocentar completamente o Presidente Lula, o Governo.

O Sr. Duda Mendonça está contando, Sr. Presidente, que não é verdade que este Governo tenha meramente praticado caixa dois. Ele praticou corrupção – e da grossa –, é o que diz o Sr. Duda Mendonça;

evasão de divisas; abertura de conta ilegal no exterior e sonegação fiscal – isso é dito por alguém que aceitou essa regra do jogo. O Sr. Valério disse a Duda: “Abra a conta para receber o seu dinheiro no exterior”. E Duda teria aberto a conta nas Bahamas.

Repito: sonegação fiscal, evasão de divisas, abertura ilegal de conta no exterior; e não apenas o que eles queriam fazer aparentar: um mero deslize de caixa dois de campanha.

Alguém me pergunta: “Senador, é pouco caixa dois de campanha”? Eu digo: “Não. É muito!” “É grave?” “É grave, é gravíssimo!”

Este Governo chegou a tal ponto de desmoralização, que ele agora já se defende dizendo: “Não cometi tal crime e tal crime”. Ele fala que só cometeu esse crimezinho! Alguém que é acusado de ter matado, estuprado, roubado, feito e acontecido diz: “Não, não. Só roubei o carro e o bati na esquina!” É mais ou menos isso. Ele não consegue se defender e nega que tenha praticado qualquer delito.

O Presidente perdeu a autoridade moral para comandar a Nação, perdeu a autoridade moral para comandar o País, perdeu a autoridade moral para continuar mentindo.

O Presidente Lula deve ir hoje à televisão e interromper o ciclo de mentiras do qual ele também tem participado e dizer à Nação, com clareza, onde começa e onde termina a sua responsabilidade sobre esse episódio, se é que ele ainda tem alguma credibilidade e se é que ainda tem alguma fé na sua própria honra. Deve dizer com clareza à Nação onde errou e por que errou.

Responsabilidade ele tem muita. Se tiver responsabilidade direta, pagará por ela, mas ele já está pagando o preço da sua responsabilidade indireta. Ele tem de admiti-la aos olhos da Nação com clareza, e não com essa conversa fiada de que está viajando para inaugurar obras, de que o Governo dele foi o que mais investigou.

Pare de mentir, Presidente Lula! Pare de mentir! Pare, de uma vez por todas, com as mentiras! A mentira está fazendo o País não acreditar mais na vida pública. A mentira está fazendo com que ninguém mais acredite em Vossa Excelência! A mentira não vai levá-lo a bom termo. A mentira não levará o seu Governo a bom termo. A mentira é desmentida a cada depoimento, até por pessoas, Senhor Presidente, que o senhor julgava seus amigos, como o Duda Mendonça, que está dizendo que o seu Governo propiciou a ele, por meio de Marcos Valério, sonegação fiscal, evasão de divisas, crime de abertura ilegal de conta no exterior. Tudo isso com dinheiro que não foi de empresa coisa alguma! Foi dinheiro público, dinheiro do povo brasileiro,

dinheiro do nosso povo. Não foi dinheiro de empresa coisa alguma, foi dinheiro do Erário!

Tentam mascarar os fatos, mas não conseguem mais.

A essa altura, Senador Alvaro Dias, não sei o que podemos perguntar aos depoentes na Comissão. Sinto que temos de nos dirigir mais ao Presidente Lula.

Presidente Lula, pare de mentir de uma vez por todas! Pare com a mentira, porque essa enlameia a sua biografia; essa enodoa e emporcalha a vida pública do País. Pare de mentir e, de uma vez por todas, assumo a parte que lhe cabe nesse latifúndio de irresponsabilidades e de imoralidades que tem assolado a vida brasileira.

Dito isso, Sr. Presidente, esqueço o Okamoto. Senador Alvaro Dias, é tão grave o que eu ia falar, que ficou brincadeira, ficou brincadeira de criança falar do Sr. Okamoto. Falar o quê? Que emprestou R\$30 mil para o Presidente? O Presidente diz que não é bem assim. O Presidente não se lembra que recebeu empréstimo de R\$30 mil, o PT diz que não sabe, perderam lá. O Líder, aqui, diz que o Delúbio é irresponsável. Não é irresponsável: aquilo é muito mais que irresponsável! E não é o único no PT que é muito mais do que irresponsável não! Não é o único!

Agora, estamos lá com o “Seu Duda”, o mago, o homem que ajeita a gravata do Presidente, que criou o “Lulinha paz e amor” para enganar o País, que criou o “Lulinha paz e amor” para ilaquear a boa-fé da opinião pública! Um candidato despreparado e incapaz de conduzir os destinos da Nação se elegeu Presidente, porque inventaram um personagem que não existia, inventaram um personagem que ele não é. E aí está o Sr. Lula rei nu, e ali está quem o inventou, ali na CPMI, dizendo tudo que, às barbas do “Lulinha paz e amor”, se praticou contra o dinheiro do povo brasileiro.

Pobre deste País, Sr. Presidente! Ainda bem que o Brasil tem um grande povo, porque esse grande povo resiste a tudo. Tenho fé no País, porque tenho fé nesse grande povo.

A farsa se desmonta completamente. E a farsa terá como resultado – espero – um País mais afinado com a democracia, um País mais exigente para com os padrões éticos dos seus homens públicos e um País que não permita mais um Presidente que mente, mente, mente, mente o tempo todo e que é desmentido até por quem o inventou. Lula não existe! Quem o inventou foi Duda Mendonça. E Duda Mendonça está, agora, tirando o que restava da roupa do “Lulinha paz e amor”. O “Lulinha paz e amor” criou uma campanha que permitiu a Duda praticar sonegação fiscal e evasão de divisas, abrindo conta ilegal no exterior.

Esse é o recado, em desabafo, que a Liderança do PSDB leva à Nação no dia de hoje, estarrecida, porque a gente sempre pensa que a imoralidade denunciada ontem é a última, mas aprendemos que sempre é a penúltima, que sempre vem uma outra. E essa de hoje é insuportável aos olhos de uma Nação que é composta por homens e mulheres honrados e que não aceita que qualifiquem seus homens públicos nesse nível tão baixo.

O PT dizia que todo mundo era igual, e ele se achava melhor. Agora está dizendo que todo mundo é igual, quando ele se acha pior. Não era melhor antes e nem é igual agora!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

S. Exª terá cinco minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, freqüentemente tenho reclamado da maneira como o nosso Ministério das Relações Exteriores cuida e trata de brasileiros no exterior. Também tenho feito comparações de como outros países zelam por seus cidadãos, tanto dentro quanto fora do seu território. Recentemente, o Espírito Santo entrou nessa relação.

Pronunciei-me por ocasião da explosão de uma bomba em Jerusalém, que matou um cidadão brasileiro e feriu outros dois, bomba detonada pelo grupo Jihad palestino. Exatamente naquela noite, o Itamaraty homenageava um representante do povo palestino aqui no Brasil. Sr. Presidente, a homenagem deveria ter sido cancelada! Que aquele país nos explicasse o porquê de um brasileiro haver sido morto como um cão, por bombas detonadas, se o Brasil não está nesse jogo, nessa guerra!

O Brasil não respeita seus cidadãos nesse ponto de vista. Há poucos dias, dois ou três brasileiros morreram na divisa do México, como se tivessem matado cães. Sr. Presidente, o Governo brasileiro ignora os brasileiros e as brasileiras que estão no exterior e que são assassinados; mulheres são estupradas, e não se registra sequer uma chamada ao Embaixador brasileiro que representa o País para que a polícia daquele país tome as providências necessárias.

Recentemente, foi sepultado em Minas o brasileiro Jean Charles de Menezes, um jovem de vinte e poucos anos, assassinado em Londres. As autoridades inglesas, que cometeram esse desatino, tiveram

mais atenção com a família dele do que as brasileiras. O Embaixador da Inglaterra visitou a família do rapaz, que reside em Minas. O chefe de polícia de Londres foi a Minas pedir desculpas à família; o responsável pelas verbas da polícia inglesa foi lá, para dizer que vão dar 1 milhão de euros à família a título de indenização. No entanto, ninguém do Brasil foi lá. A exemplo de tantos outros brasileiros que hoje vivem na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, Jean Charles tentava realizar, no exterior, o sonho de uma vida melhor. Oito tiros destruíram definitivamente o seu sonho.

Esses compatriotas que se tornam cidadãos de segunda classe em outros países enfrentam enormes dificuldades em seus novos lares, quando não têm sua vida brutalmente interrompida. Esse foi o caso de outra brasileira, a capixaba Edilaine Trez Vieria de Souza, de 23 anos, tão jovem quanto Jean Charles, assassinada, no mês de junho, em Loulé, na região do Algarve, em Portugal.

Nascida em São Gabriel da Palha, na região cafeeira do norte do Espírito Santo, Edilaine morava em Portugal, desde novembro do ano passado, com o marido, Marcelo, com quem se casara havia pouco tempo. Os dois conseguiram emprego: ele como motorista, ela como garçonete de um restaurante. Tinham planos de juntar dinheiro e um dia voltar para o Brasil. Mas, na manhã de 13 de junho, Edilaine desapareceu quando fazia, a pé, o trajeto entre sua casa e o restaurante em que trabalhava.

Ao saber que ela sumira, o marido procurou a polícia, mas conta que não deram importância. Aí ele ligou para mim, e eu liguei para o chefe da polícia de Loulé, em Portugal, pedindo providências. Liguei também para o Embaixador do Brasil em Portugal, pedindo-lhe que desse assistência ao brasileiro. Liguei para o Cônsul do Brasil em Lisboa e pedi-lhe que me telefonasse, pelo menos. Ninguém fez nada!

Desesperado, Marcelo, o marido de Edilaine, ainda peregrinou pelos órgãos de comunicação da região, mas obteve pouco auxílio. Liguei para a televisão de Loulé para dar cobertura também. Passaram-se 20 dias até que o corpo de Edilaine fosse descoberto pelos empregados de uma empresa de construção, dentro de uma casa desocupada, situada a 800 metros do restaurante em que ela trabalhava. A jovem estava nua, caída no chão, com as roupas colocadas ao lado do seu corpo. Tudo indicava tratar-se de um crime sexual. E o marido, ao ser informado, lembrou-se imediatamente de que Edilaine se queixara de ter sido assediada por um homem que lhe propusera, em várias ocasiões, ir trabalhar na Espanha. A polícia, entretanto, deu pouca importância às suspeitas de Marcelo – e eu disse isso também ao chefe da polícia judiciária de Loulé, no

Algarve –, assim como tinha ignorado, logo depois do desaparecimento, a sua crença de que Edilaine fora vítima de criminosos.

Na ocasião, Sr. Presidente, o chefe de polícia de Loulé, em Portugal, disse-me, pelo telefone, que se tratava de um desaparecimento e não de um seqüestro e que a polícia estava esperando que ela voltasse. Mas ela já estava morta.

O suplício da família de Edilaine estava longe de terminar, após a descoberta do corpo. Diante da exigência das autoridades portuguesas de que fosse colhido material para um exame de DNA que permitisse a identificação do corpo, embora o marido já o tivesse reconhecido, o pai dela viajou para Portugal e lá ficou durante 12 dias, gastando um dinheiro que não tinha. O material foi colhido, mas ele, o pai, voltou ao Brasil sem saber o resultado.

Edilaine está até hoje em um necrotério, enquanto os parentes se indagam quem a matou, quando receberão os resultados do exame de DNA e da autópsia e quando poderão sepultar o corpo em sua terra natal. Eles não recebem informações objetivas da polícia e das autoridades portuguesas, e, o que é pior, a Embaixada brasileira parece não ter demonstrado o menor empenho em proporcionar-lhes qualquer assistência.

Sr. Presidente, é dever primário da autoridade consular brasileira prestar auxílio a cidadãos em dificuldade no exterior. Essa ajuda esteve presente, como pudemos ver pelo noticiário, no caso do brasileiro em Londres, mas não no caso da capixaba Edilaine. Ela teve uma vida difícil. De família pobre, perdeu a mãe na infância. Seus sonhos, como os de Jean Charles, foram encerrados por um trágico final, graças ao aparente descaso das autoridades portuguesas, somado à indiferença da diplomacia brasileira.

Sr. Presidente, quando da discussão do Orçamento, vou elaborar uma emenda solicitando verbas para o Ministério das Relações Exteriores. Que façam menos coquetéis, menos festas e recepções com menos pompa, pois o fundamental para uma autoridade consular é cuidar dos cidadãos brasileiros que estão no exterior – e a cada dia em maior número.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a mais 30 segundos. Quando eu era Governador do Espírito Santo, um norte-americano foi atropelado, e o seu carro fora abalroado ao norte do Espírito Santo. Mas, antes de o dia amanhecer, o cônsul americano, do Rio de Janeiro, já estava me ligando, pedindo providências do Governo do Estado para localizar os atropeladores – o corpo havia sido saqueado. Contrataram detetives brasileiros para darem assistência, para recuperarem os objetos daquele cidadão. Fiquei impressionado ao ver como o governo dos Estados Unidos cuida dos direitos de

cidadania de um cidadão norte-americano fora do seu território! O Brasil precisa aprender um pouco mais, porque há mais brasileiros no exterior do que americanos no exterior, tirando os soldados que estão no Iraque e em outros lugares.

Há necessidade de que aprendamos fazer com que as representações diplomáticas brasileiras cuidem dos brasileiros que estão no exterior. Vamos colocar verba no Orçamento, tirar um pouquinho das verbas de coquetel, de representação, de pompa e colocar um pouquinho mais de verba de assistência social.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

Como orador inscrito, concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro, sem prejuízo da ordem de inscrição, e, ao mesmo tempo, convido o Senador Gerson Camata a assumir a Presidência dos trabalhos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil inteiro se mobiliza na questão da defesa das micro e pequenas empresas, segmento da economia nacional de fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento do País. Essa importância pode ser medida em números e percentuais incontestáveis e que não podem ficar em segundo plano quando se fala na recuperação da dignidade do povo brasileiro pela via do trabalho honesto e enobrecedor.

As micro e pequenas empresas representam 99% das empresas formalmente estabelecidas no Brasil, cerca de 20% do Produto Interno Bruto (PIB), gerando 60% dos empregos formais.

Em relação a novos postos de trabalho nos pequenos negócios, o crescimento, no período de 1995 a 2000, Senador Luiz Soares, foi de 25,9%, correspondendo a 1,4 milhão de novos empregos, enquanto nas grandes empresas o incremento foi de apenas 0,3%, não atingindo 30 mil novas contratações. Existem ainda mais de 10 milhões de negócios na informalidade, sendo que a maioria não tem movimento econômico suficiente para suportar o peso da carga tributária e o custo burocrático da sua formalização.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é imperativo, neste momento, lutar contra os males que assolam o povo brasileiro – o desemprego, a pobreza e as profundas desigualdades sociais. Contudo, jamais conseguiremos o desenvolvimento se continuarmos a repassar para o setor produtivo deste País o absurdo ônus da estrutura burocrática do setor público.

E não é através de políticas paternalistas, assistencialistas e demagógicas que conseguiremos.

O que o povo brasileiro exige é o que de direito lhe é assegurado pela Constituição brasileira – é emprego, que significa dignidade.

O quadro atual, Senador Pedro Simon, pode ser reordenado se unirmos forças pela aprovação da Lei Geral dos Micro e Pequenas Empresas. A proposta, elaborada pelo Sebrae após ouvir cerca de 6 mil empresários brasileiros, está sendo analisada pelo Governo Federal, que recebeu o estudo das mãos de representantes da Frente Empresarial, no dia 8 de junho passado, em evento nacional que reuniu mais de quatro mil pessoas em Brasília. A Frente Empresarial reivindica a remessa do anteprojeto ao Congresso Nacional, para aprovação ainda este ano.

Os Presidentes da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti, e do Senado, Senador Renan Calheiros, também receberam o estudo no dia 8 de junho passado.

Não é admissível, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a informalidade tenha mais força do que a nossa luta pela cidadania empresarial. Podemos reverter essa situação apontada pela Pesquisa Economia Informal Urbana, referente ao ano de 2003, feita pelo IBGE em parceria com o Sebrae, que nos revela estar preocupantes os níveis de informalidade no País.

A média salarial mensal de quem trabalha por conta própria é de R\$1,2 mil. Já o valor médio da receita dos empregadores, em outubro de 2003, ficou em torno de R\$4,7 mil.

O mercado informal cresceu a um ritmo duas vezes maior que o da economia formal no Brasil. Enquanto a população total ocupada, Sr. Presidente, aumentou em 4%, de 1997 a 2003, a quantidade de trabalhadores de empresas informais cresceu 8%, passando de 12,9 milhões para 13,9 milhões. Grande parte, 31% desse total acrescido, alega ter sido empurrada à informalidade pela falta de vagas no mercado formal e a maioria não regulariza hoje o negócio por causa do alto custo dos impostos e da burocracia.

A realidade atual é muito perversa: custo elevado, impostos altos e uma burocracia absurda para a legalização.

Conseguimos avanços com a Constituição de 1988 ao preconizar tratamento diferenciado e simplificado aos pequenos negócios. Como conseqüência, tivemos a Lei nº 9.317, de 1996, que ficou conhecida como Lei do Simples Federal, e a Lei nº 9.841, de 1999, o conhecido Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Todo esse aparato legal não trouxe para os pequenos negócios o gosto do sucesso para todos. A reforma tributária e a Lei Geral podem dar um novo fôlego a esse segmento que é tratado de forma excludente.

É imperativa, Senador Leonel Pavan, a adoção do novo sistema de arrecadação simplificada.

Por meio do único documento, eles passarão a pagar todos os tributos e a cumprir as obrigações acessórias, de forma simplificada, dispensando-se as apurações mais complexas e onerosas.

Nobres Senadoras e Senadores, o País enfrenta uma crise política sem precedentes, provocada por quem recebeu do povo brasileiro legitimidade para promover o desenvolvimento nacional e, contrariamente, instalou o caos.

Dirijo um apelo para que o Presidente Lula encaminhe ao Congresso Nacional, com urgência, o anteprojeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, reivindicação da Frente Empresarial e do segmento que reúne. Sua aprovação representará uma mudança radical na vida de milhões de homens e mulheres que desafiam o imponderável mundo dos pequenos negócios, geram emprego e renda e produzem riqueza e desenvolvimento neste imenso Brasil.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com muita honra.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a, desde o dia em que assumiu aqui no Senado, tem prestado um grande serviço ao nosso País, não apenas aos pequenos e microempresários do Estado do Pará, mas a todo o Brasil. Seus projetos, suas idéias, seus pronunciamentos sempre têm servido para que nós, Parlamentares, Senadores, possamos nos espelhar e seguir esse seu bom exemplo. Mas tem servido muito mais para alertar o Governo Federal, o Governo do Lula, o Governo do PT, que é um Partido dos Trabalhadores, que é um Partido que se dizia dos pequenos e que deveria, neste curto governo – o governo praticamente não iniciou ou está terminando – ter feito alguns projetos, algumas propostas concretas, claras, que viessem trazer segurança àqueles que geram milhares e milhares de empregos, para, no futuro, poderem gerar ainda mais empregos – no caso, as micro e pequenas empresas. Este Governo, que prometeu e não cumpriu, que se mostra insensível às reivindicações do pequeno e que está prestes a terminar, frustrou as expectativas dos pequenos empresários, dos microempresários, as expectativas dos Parlamentares, as expectativas até de grande parte do PT, militantes que nele acreditavam. Frustrou porque, além de não executar projetos para aqueles que geram empregos, está envolvido num mar de lama jamais visto na História deste País. Há pouco, Duda Mendonça, que foi o responsável pela construção da imagem do Lula, acabou definitivamente com

ela: confirmou, com documentos, que retirou dinheiro no exterior, depositado por Marcos Valério, com orientação do PT. Além de não ter feito nada em benefício daqueles que esperavam atenção e uma resposta positiva, o Governo ainda se envolveu num processo de corrupção jamais visto na história deste País. Mas encerro este aparte, cumprimentando o Senador Flexa Ribeiro pelo trabalho que exerce neste Senado, por sua importância para o Brasil, para o povo brasileiro e não apenas para os paraenses, que admiramos muito. Certamente, eles se orgulham do seu trabalho. Parabéns, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a dispõe ainda de dois minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço o aparte a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan. Incorporo-o ao meu pronunciamento, lamentando a informação catastrófica já exposta pelos Senadores Alvaro Dias e Senador Arthur Virgílio e, agora, por V. Ex^a.

É lamentável! Como disse o Senador Arthur Virgílio, o Governo do Presidente Lula acabou.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quero aproveitar os dois minutos que a generosidade de V. Ex^a me concede, para fazer um apelo ao Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, ao Ministro dos Transportes, Alfredo do Nascimento, e ao Presidente Lula, Sr. Presidente Gerson Camata. Da mesma forma que o Senador Roberto Saturnino mencionou aqui a indignação do povo carioca pelo corte de recursos feito para o Porto de Sepetipa, também trago a indignação do povo paraense pelo corte de verbas, que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão está ameaçando fazer ou já fez, para a conclusão das eclusas de Tucuruí.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essas eclusas são obras reivindicadas há mais de 20 anos pelos paraenses, que tiveram a navegação do Rio Tocantins impedida...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa; só concluo meu raciocínio.

Os paraenses tiveram a navegação do Rio Tocantins impedida pela barragem de Tucuruí. Naquela altura, quando foi construída Tucuruí, deveria ter sido feita também a eclusa, para que a navegação não fosse impedida. Há 20 anos, clamamos por essa obra.

Com a promessa de campanha do Presidente, tínhamos a expectativa de que ela seria concluída até o final do seu Governo, em 2006, mas anteontem tivemos a notícia de que, mais uma vez, no orçamento deste ano, essas dotações estavam sendo retiradas.

Conclamo a Bancada do Pará, para que falemos diariamente sobre os recursos para as eclusas e para que regimentalmente façamos obstrução nas duas Casas...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Peço a V. Ex^a que encerre.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... a fim de que haja o encaminhamento desses recursos para o povo do Pará.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Mão Santa, tenho a honra de ouvir seu aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu só estava lembrando, Senador Gerson Camata, que 11 de agosto é o Dia do Estudante. Ontem, o estudante brasileiro, em Tocantins, deu seu cântico ao Presidente da República: “Não tem dinheiro para a educação, mas tem para o mensalão”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Obrigdo, Senador Mão Santa, pelo seu sempre oportuno aparte.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigdo a V. Ex^a.

Com a palavra o ilustre Senador João Batista Motta, representante do Estado do Espírito Santo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não sei se ainda há tempo de inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Já se esgotou. Quatro Senadores estão inscritos. V. Ex^a poderia entrar como segundo suplente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Posso ceder minha inscrição ao Senador Leonel Pavan?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Já estava inscrito o Senador Mão Santa, que assumiu a posição de V. Ex^a, infelizmente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra, o Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como pode observar, quem manda, neste momento aqui, é o Espírito Santo: V. Ex^a, na Presidência, eu, na tribuna. V. Ex^a foi o melhor Governador que o Espírito Santo já teve, só sendo desbancado, talvez, pela atual administração do Governador Paulo Hartung, pelas condições em que S. Ex^a encontrou o Estado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, comunico a esta Casa que o requerimento que fiz, para que fossem abertas as contas de todos nós, Parlamentares, assim como dos funcionários de nossos gabinetes, ou seja, para que fosse quebrado nosso sigilo bancário e fiscal, a fim de que mostrássemos ao Brasil a transparência daquilo que representamos nesta Casa, infelizmente foi rejeitado. A maioria na CPMI não atendeu, portanto o sigilo não será quebrado.

Em segundo lugar, eu, que queria falar em reforma política, um assunto de grande importância e que tanto interessa ao País hoje, terei de deixar para outro dia e tratarei de justificar meu voto de ontem, neste plenário. Eu e o Senador Papaléo Paes praticamente definimos o *score* e demos a este País um salário mínimo de R\$384,00 em vez dos R\$300,00 que os trabalhadores estão recebendo.

Setores da imprensa estão hoje comentando que o rombo na contas públicas chega a R\$12 bilhões, Presidente Gerson Camata. E sabemos disso. Sabemos também do rombo da Previdência Social do nosso País. Agora, quero deixar bem claro que um erro não pode justificar outro. O Governo não se sensibiliza, não nos ouve; seus Ministros não nos recebem. Nós temos uma proposta, que é retirar a receita da Previdência da folha de pagamento dos trabalhadores e colocá-la com base no faturamento das empresas. Vamos indexar o faturamento da Previdência com a produção nacional; isso não nos custa nada. Vamos cobrar um percentual com base nos orçamentos das Prefeituras e dos Estados, descontando-o do Fundo de Participação, e acabar com o déficit da Previdência. Vamos fazer com que este País possa praticar um salário mínimo digno.

Quem reclama por isso, Presidente, não é somente a população pobre, a que vive de salário mínimo. Não, quem também quer salário melhor neste País é o rico, o empresário que precisa vender seus produtos, aqueles que fabricam e vendem produtos manufaturados. Todos querem salários dignos, Presidente Gerson Camata. Isso só não é possível – vou

repetir –, porque o Governo não ousa, não quer fazer uma reforma profunda.

Na reforma da Previdência, esperávamos que fosse feito algo que pudesse acabar com o déficit, mas somente se cuidou aqui de aumentar a quota de participação do velhinho, do pobre coitado do trabalhador. Ninguém se preocupou em acabar com o problema na sua íntegra, que não é novidade. Existem livros escritos nesse sentido, mas o Governo não se interessa.

Governador Gerson Camata, nós dois, eu e V. Ex^a, já protestamos nesta Casa contra o entreguismo existente no País. Nossas riquezas estão todas indo embora para o resto do mundo. Nosso granito, nossas rochas ornamentais estão saindo em navios chineses, que as serram durante a viagem, jogam os detritos nos mares e depois vão vender nosso produto por valores significativos em toda parte do Planeta. E nós ficamos sem as nossas rochas, sem as nossas riquezas, não faturamos imposto, não agregamos valor àquelas rochas que estão saindo hoje do Estado do Espírito Santo. O mesmo acontece com o ouro, com a prata, com o alumínio e com todos os nossos minerais.

Denunciamos aqui que três milhões de toneladas de ferro beneficiado saíram por R\$2 bilhões; nove milhões de toneladas saíram por R\$4 bilhões; que as máquinas exportadas por este País deram ao Brasil R\$16 bilhões de receita. Enquanto isso, a Vale do Rio Doce faz um grande movimento nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Pará – em Carajás – e Maranhão, com estradas de ferro, trabalhando dia e noite – vagões carregando 100 toneladas, caminhões com 50 toneladas e navios com 250 mil toneladas. Exportaram 218 milhões de toneladas de minério, e isso só rendeu para o Brasil R\$4 bilhões, quase o mesmo que a madeira produziu: R\$3 bilhões.

Os governos passados fizeram isso, inclusive por meio da Lei Kandir, que isentou totalmente de qualquer tributo aqueles produtos. E este Governo, por ser considerado nacionalista, que tem na sua Presidência um trabalhador, que disse que viria consertar as mazelas existentes, absolutamente nada fez nesse sentido.

Apresentamos projeto que será relatado pelo Senador Demóstenes Torres. Durante dois anos, solicitamos uma audiência com o Ministro José Dirceu – e não fomos recebidos – para discutir um assunto dessa magnitude. E avisamos que a audiência não era para pedir emprego ou cargo, mas para resolver problema que interessa ao nosso País, inclusive, colocando mais dinheiro nos cofres do Governo. Nem mesmo assim fomos recebidos. Estamos fazendo um apelo, agora, à Ministra Dilma Rousseff, que nos receba, que nos ajude. Este Governo não pode passar para a História como um daqueles que mais lutaram

para entregar as nossas riquezas para os estrangeiros. Não podemos deixar perpetuar um crime desses contra o nosso País.

Por isso, Senador Gerson Camata, venho aqui e estou sempre me referindo a este assunto. E foi com muito orgulho, muita determinação que votei pelo salário mínimo de R\$384,00. Faço um apelo aqui para que a Câmara dos Deputados o mantenha, para que o Presidente Lula não crie obstáculos para sua implantação, porque sabemos o que é viver com R\$300,00 por mês. Nós sabemos o sofrimento que o pobre do trabalhador tem, no seu dia-a-dia, para ter de conviver com um salário de R\$300,00.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES. *Fazendo soar a campanha.*) – V. Ex^a dispõe, ainda, de dois minutos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Continuando, eu queria dizer que nossos trabalhadores não têm condições, aqueles que vivem de salário mínimo, de viver com R\$300,00. Primeiro, o cidadão, que está desempregado, tem a esperança de, em determinado momento, encontrar um emprego – sai para a rua, vai a pé, passa necessidades. Agora, no dia em que está empregado, chega o final do mês e ele recebe R\$300,00 reais! Aí, ele fica desesperado. Acabam-se todas as suas esperanças, pois ele sabe que, dali para a frente, não há mais solução, não tem mais jeito: o salário não dá, seu filho vai ser miserável, seu filho não vai para a escola, não terá mais remédio para os mais velhos; enfim, está condenado, sentenciado a viver como miserável.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e que Deus nos ajude e faça...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – (...) com que o Presidente Lula sancione esse salário mínimo de R\$384,00. Além disso, que mande para cá uma proposta, para que possamos acabar com o déficit da Previdência e que possamos ter um salário ainda bem melhor.

Meus parabéns ao Senador Antonio Carlos Magalhães pela idéia! Meus parabéns, porque só de uma cabeça iluminada como a de S. Ex^a, poderíamos ter sucesso nesse novo salário mínimo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa concede a palavra ao Sr. Senador Pedro Simon, representante do Rio Grande do Sul.

Em seguida, falarão os Srs. Senadores Valdir Raupp e Rodolpho Tourinho.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, primeiro, faço questão de salientar a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal, que não aceitou a solicitação do Procurador-Geral da República de abrir o sigilo bancário do Ministro Meirelles, Presidente do Banco Central. O Procurador denunciou o Sr. Meirelles por crimes de sonegação, formação de quadrilha e, para comprovar suas denúncias, pediu fosse aberto seu sigilo bancário. O Supremo Tribunal Federal negou.

Eu até não me surpreendo com a negação do Supremo Tribunal Federal. Imaginávamos – e cobrei muito isso desta tribuna – que o Presidente Lula demitiria o Presidente do Banco Central, o Sr. Meirelles. Se estava sendo denunciado pelo Procurador-Geral da República, que solicitou a abertura do sigilo de suas contas bancárias no Supremo Tribunal Federal, como esse cidadão poderia estar à frente do Banco Central? Pelo menos deveria ser afastado, quando não enquanto durasse a apuração. Como o Presidente Lula o manteve, deu-lhe firmeza. O Presidente mudou seu ministério, demitiu pessoas de sua intimidade, como o Sr. Olívio Dutra, mas deixou lá, como Ministro e como Presidente do Banco Central, o Sr. Meirelles, denunciado por corrupção pelo Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal Federal abrir as contas do Ministro Presidente do Banco Central seria uma crise do tamanho do mundo. O que aconteceria se, ao invés de uma manchete de que se manteve o sigilo, ela fosse: “aberta ao público as contas do Sr. Ministro do Banco Central”? Como ele ficou na presidência do Banco Central, ficou usando a instituição que tem mais força no País no sentido de garantir que seu sigilo não fosse quebrado.

O Supremo Tribunal levou tempo, porque o pedido de quebra de sigilo foi feito ainda pelo Procurador anterior. Dois meses foi o tempo que o Tribunal esperou para ver se caía o Presidente do Banco Central. Como não caiu, o Supremo Tribunal houve por bem não abrir as contas do Sr. Presidente.

No entanto, não tenho a menor dúvida de que são fatos como esse que fazem com que a crise com o Senhor Presidente da República cresça a cada dia.

Hoje é um dia muito grave. Está convidada para depor na CPMI a sócia do Sr. Duda Mendonça. O Sr. Duda Mendonça, espontaneamente, por conta própria, fez um apelo no sentido de que fosse ouvido – e foi ouvido. E, de uma forma emocionante, nervos à flor da pele, olhos lacrimejando, S. S^a falou. Contou a sua história, contou a sua biografia e contou a sua

situação com relação aos momentos que nós estamos vivendo.

Disse S. S^a que fez a campanha eleitoral do Presidente Lula e várias outras campanhas do PT pelo Brasil e que as dívidas que o Partido tinha com ele foram negociadas pelo Sr. Valério, que exigiu, diz ele, que ele abrisse uma conta no exterior – conta essa que o Sr. Duda coloca à disposição da CPMI para que sejam verificadas todas as remessas e quem remeteu do País para o exterior. E diz ele que, por conta de todas as contas que ele recebeu, o Sr. Valério e o PT não admitiam recibo, não admitiam nota, tinha que ser absolutamente sem nota. Essa é uma afirmativa realmente muito séria.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Eu não assisti a esse pronunciamento e por isso estou fazendo esta indagação a V. Ex^a: ele falou daqui pra lá ou falou de qualquer canto pra lá? Eu não entendi e por isso estou perguntando a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu entendi de vários lugares do Brasil pra lá. Várias vezes, várias remessas foram feitas do Brasil pra conta do exterior.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Foi claro?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Foi claro, sim.

Eu não sei, sinceramente eu não sei o que falará o Governo e o que falará o PT. Sou daqueles que desde o início tenho dito que devemos levar as nossas investigações na CPMI com a maior responsabilidade. Sou daqueles que tenho dito – e ainda ontem vim a esta tribuna para dizer – que não vamos nos limitar ao que já fizemos. Já fizemos, mas essa parte que já fizemos é a mais fácil. Ainda que signifique cortar na própria carne, apontar Deputado e Senador que colocou a mão no dinheiro – coisa de que o povo gosta – é a coisa mais simples. Pobre do Deputado que é tão ingênuo a ponto de não entender que ir lá num banco, num hotel, e pegar dinheiro numa mala termina aparecendo! Isso já está esclarecido. O que temos que descobrir é de onde vem o dinheiro, de vem o dinheiro público. A CPMI tem que autorizar a fiscalização nas contas dos fundos de pensão. Temos que saber de onde vem esse dinheiro.

Estávamos preparados para isso, exigindo que isso acontecesse. Tenho dito à imprensa que não somos daqueles que estão cobrando, colocando o Presidente Lula contra a parede. Pelo contrário, estamos torcendo para que essa situação chegue ao final e, se possível, que o Presidente vá até o final. Mas a verdade

é que hoje os fatos apresentados foram muito sérios, porque hoje o Sr. Duda Mendonça ... E é a primeira vez que alguém vai à CPMI e se vê que ele está dizendo a verdade, porque ele não deixa o próprio lado de fora, ele está se incriminando – foi o PT ou foi o Sr. Valério que exigiu que ele abrisse uma conta lá fora, mas ele abriu; ele sabe disso, ele é responsável, ele é responsável por dinheiro que foi depositado na conta dele. Ele não escondeu, ele foi franco, aberto, contou o que tinha com relação a ele e o que tinha com relação ao geral. E o que ele tinha com relação ao geral é realmente muito sério.

Em primeiro lugar, o Sr. Valério não é responsável apenas pelo mensalão dos Parlamentares, mas por contas gerais e amplas ligadas ao próprio Governo. Em segundo lugar, essa de se exigir uma conta no exterior, de se remeter para essa conta do exterior o dinheiro e não se exigir, não aceitar nota nem dar recibo...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Pedro Simon, a sua experiência tem servido como exemplo para todos nós, Senadores, e certamente para governantes. Quero só deixar registrado o seguinte: logo no início do Governo Lula, bem no início, três ou quatro meses depois de ter assumido o cargo de Presidente, quando nós estávamos nos tratando no hospital Sarah Kubitschek...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Na piscina de hidromassagem do hospital...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – ... na piscina de hidromassagem do Sarah, V. Ex^a nos colocava com muita seriedade, com muita tranquilidade: “Estou vislumbrando coisas ruins para o futuro. O Lula não iniciou bem, não iniciou comandando. O Lula está viajando, está deixando a coisa correr muito solta. Eu estou preocupado com o futuro do Lula”. V. Ex^a colocava com muita experiência aquelas palavras, e hoje que quero apenas lembrá-las. Se V. Ex^a tivesse sido ouvido, talvez hoje o Lula estivesse caminhando com mais firmeza e segurança.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado pela generosidade, Sr. Presidente.

Obrigado a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

Talvez hoje as coisas fossem diferentes se o Presidente Lula tivesse ouvido companheiros como Frei Beto, que está ao lado dele, companheiros que permanentemente falaram e saíram porque não foram ouvidos. Companheiros de primeira ordem, de primeira grandeza, que foram a origem do PT e estavam do lado dele e aos poucos foram se afastando.

Eu não sei, mas eu digo com toda sinceridade: esse depoimento do Duda Mendonça... O Governo vai fazer uma reunião amanhã com todo o Ministério. Está marcada uma reunião do Presidente Lula com seu Ministério para amanhã durante todo o dia. Será que não é hora de fazer a reflexão? Será que não é hora de falar de forma transparente? Será que não é hora de fazer a mudança? Será que não é hora de o Presidente Lula assumir a responsabilidade pelo erro e caminhar daqui para frente, marcar um rumo para o seu destino? Eu acho que sim, Sr. Presidente. Quisera Deus, queira Deus que isso aconteça!

O depoimento do Sr. Duda Mendonça mudou tudo. Se o Sr. Roberto Jefferson começou denunciando, e as coisas que ele disse foram se confirmando, uma após outra, agora é a vez do todo-poderoso Sr. Duda Mendonça, indiscutivelmente o mais competente homem de campanha neste País. S. S^a, com muita seriedade e muita responsabilidade, nos contou mínimos detalhes. O Senhor Lula deve responder. A hora é agora. A hora é agora com a reunião dos Ministros. Que o Senhor Lula fale à Nação – e está previsto que ele vai falar à Nação, Sr. Presidente –, mas fale à Nação, pelo amor de Deus, falando a verdade.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Gerson Camata, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu recebi uma solicitação do Senador Eduardo Azeredo para ceder a minha inscrição e permitir que S. Ex^a possa usar da palavra. Eu atendi o apelo do Senador Eduardo Azeredo, mas peço a minha inscrição para falar como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB-PA) – Está registrada a solicitação de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ultimamente, Sr. Presidente, ocupar esta tribuna para falar alguma coisa que não esteja dentro do contexto das CPIs, dos suces-

sivos escândalos que afloram a cada dia, está ficando difícil. Quase todos os oradores, nos últimos tempos, têm usado a tribuna para falar da crise nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queremos que realmente tudo seja apurado, que as CPIs sigam para o seu desfecho final, que possam apontar os culpados, sejam eles do Congresso Nacional, sejam eles do Governo Federal, dos Governos estaduais, da iniciativa privada ou das empresas que contribuíram para que o nosso País hoje se sentisse envergonhado. Nosso povo hoje está de farol baixo, essa é a grande verdade.

Falou muito bem o Senador Pedro Simon, que faz um discurso nacional, o que não é o meu caso, que sempre tenho vindo à tribuna brigar pelas reivindicações do meu Estado, da minha região, da Amazônia, que é a sua região, Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro.

Assim, mais uma vez, ocupo esta tribuna para falar das reivindicações do Estado de Rondônia. Durante dois anos e meio, tenho subido a esta tribuna, tenho falado nas Comissões sobre os projetos que relato, os projetos que apresento, os pleitos do meu Estado que não são deste Governo, mas que já vêm de outros Governos e ainda não foram atendidos.

Criei uma expectativa, assim como a minha Bancada, a Bancada de Rondônia – os oito Deputados Federais e os três Senadores, os nossos prefeitos, o Governo do Estado –, no sentido de que grandes obras pudessem ser realizadas no meu Estado, tendo em vista que os projetos estão prontos.

Tenho brigado pelas nossas BRs, pelas nossas rodovias federais. No entanto, ainda não tive o prazer, durante esses dois anos e meio, de transitar por uma rodovia dessas que não estivesse esburacada. Tenho viajado todos os fins de semana ao meu Estado, tenho percorrido quinhentos, oitocentos e, muitas vezes, até mil quilômetros em um fim de semana, às vezes à noite, vendo acidentes, carros tombados, ônibus batidos, com muitas vítimas fatais, o que é lamentável. É um prejuízo para o transporte de grãos, porque uma carreta, quando a BR era boa, fazia duas ou três viagens por semana, mas depois passou a fazer uma.

Mas uma luz surge no final do túnel. A BR está sendo recuperada, não 100% ainda, infelizmente. E temo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que termine mais um verão – faltam dois meses apenas, no máximo três, se trabalharmos o mês de novembro, antes das chuvas – e que essas nossas BRs não estejam ainda recuperadas. E, mesmo recuperadas, se forem mal recuperadas, apenas com os chamados tapa-buracos, elas se deteriorarão novamente quando vierem as chuvas. Isso tem acontecido todos os anos.

Então, o que temos pedido é um trabalho mais consistente, um trabalho de restauração, principalmente na BR-364, que é a que vai do Mato Grosso até o Estado do Acre e que leva 80% dos produtos para a Zona Franca de Manaus, o maior pólo industrial da Amazônia, comparado quase ao pólo de São Paulo. Todos esses produtos passam pela BR-364, sem falar na safra de grãos do Mato Grosso e de Rondônia, que já passa também pela BR-364, sentido ao porto graneleiro de Porto Velho – ou aos portos, porque já são dois, um da Maggie e outro da Cargill –, e sem falar no porto de carga seca também, que é usado em Porto Velho.

Essa BR é a espinha dorsal do meu Estado, sendo responsável pela economia do nosso Estado, porque transporta praticamente todos os nossos produtos, no sentido sul ou no sentido norte, ou para os portos do Atlântico ou para o porto do Madeira – que vai cair também em Belém, lá na sua terra – e, futuramente, quem sabe, para a rodovia do Pacífico, para os portos do Pacífico, no Peru e no Chile.

Faço aqui este apelo, mais uma vez, para que a nossa BR-364 seja bem restaurada, bem recuperada este ano, para que não venha a sofrer, nas próximas águas, a mesma danificação que tem sofrido todos os anos.

Há também as outras BRs: a 425, que vai para Guajará-Mirim; a 429, que vai de Presidente Médici a Costa Marques, passando por Alvorada, São Miguel, Seringueiras, São Francisco, chegando à divisa da Bolívia, no rio Guaporé, e que é uma BR muito importante principalmente para aquele povo que vive meio isolado naquela região; a 174, que vai de Vilhena a Juína, no Estado do Mato Grosso. Parece-me que está saindo um convênio agora para a Prefeitura de Vilhena recuperar essa última rodovia. Então, sobre as BRs, Sr. Presidente, era isso o que eu queria dizer.

Mas falo agora das nossas maiores obras que estão sendo acalentadas já há algum tempo: as usinas do Madeira, a usina de Girau e Santo Antônio. São duas usinas que vão gerar 7,3 mil megawatts de energia. Essa energia não irá só para Rondônia, nem somente para Amazônia, mas para o Brasil. A partir de 2010, de 2012, vai haver racionamento sério – essas são palavras da ex-Ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, e também do atual Ministro, Dr. Silas. Se não construirmos as usinas do Madeira e a usina de Belo Monte, no Pará, fatalmente haverá apagão em 2010, em 2011 e em 2012. Então, é necessário que o Ministério das Minas e Energia se preocupe com o início imediato da construção das usinas do Madeira e da usina de Belo Monte, que vão gerar emprego e

renda na nossa região e, acima de tudo, energia para sustentar o crescimento econômico do Brasil.

Por último, quero falar da obra mais esperada, já projetada há muito tempo, mas que, lamentavelmente, não sai do papel: o gasoduto Urucu-Porto Velho. Eu tinha a certeza de que essa obra iria sair. Por várias vezes, eu me dirigi ao Presidente Nacional do Ibama, Dr. Marcos Barros. Ainda no primeiro ano do meu mandato, ele dizia que iria sair a licença, que acabou não sendo liberada.

No início do ano passado, o Presidente me disse que o Ibama iria expedir a licença até o mês de maio de 2004, pois estava tudo pronto, tudo certo. Chegou o mês de maio, e o Presidente me disse que havia surgido um problema, pois o Ministério Público da Amazônia havia entrado com uma ação na Justiça e ganhado uma liminar que proibia o Ibama de conceder a licença, porque ainda faltavam algumas adaptações nos projetos. Foi trabalhado mais um ano, e os problemas foram resolvidos. Todos os obstáculos foram transpostos, e o Ibama, novamente, estava pronto para conceder a licença, já neste ano.

Há duas semanas, eu conversava, na sede do Ibama, com o Diretor Nacional de Licenciamento, Dr. Luís Felipe Kunz, que disse que, dentro de duas semanas, a licença ambiental do Ibama seria expedida e que o gasoduto Urucu-Porto Velho poderia ser construído. Lamentavelmente, mais uma vez, surge um obstáculo, talvez maior do que o primeiro, infelizmente – e, talvez, não seja culpa do Governo.

Dá-se a entender, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que está havendo uma orquestração, porque, toda vez em que o Ibama se prepara para emitir a licença ambiental, vem um óbice, vem um problema, para impedir que isso aconteça. Agora, infelizmente, o Supremo Tribunal Federal acata um pedido de liminar do Ministério Público Federal, mais uma vez proibindo que qualquer licença ambiental, para qualquer obra no Brasil, seja expedida, desde que impacte as áreas de conservação. E área de conservação, na Amazônia, tem por todo lado. Não é reserva indígena, não é área biológica, não é parque nacional, apenas área de conservação. Esse gasoduto – e já estava tudo pronto para sair a licença por duas vezes – não está impactando área indígena, não está impactando reserva biológica, nem parque nacional, mas, é claro, passa por uma ou mais áreas de conservação.

Assim, o Supremo Tribunal Federal concede a liminar para o Ministério Público Federal, e, mais uma vez, o Ibama nos fala: “Infelizmente, não vamos ter condições de emitir a licença ambiental”.

Senador Rodolpho Tourinho, este País está vivendo uma brincadeira. Sinceramente, eu falava, já há

algum tempo, que estava perdendo a paciência quando o Dnit não resolvia o problema das nossas BRs. Hoje, estou perdendo a paciência e perdendo as esperanças. Além de perder a paciência, estamos perdendo a última coisa que nos restava, que era a esperança de sair uma obra importante no nosso Estado.

Há quanto tempo o Governo Federal não realiza uma obra de vulto? Desde a usina de Samue, que começou há mais de 25 anos e demorou 14 anos para ser construída, passando por vários governos, três ou quatro Presidentes da República. Agora, há estas obras: a usina do Madeira, o gasoduto Urucu-Porto Velho, a recuperação das nossas BRs. Acho que nós merecemos, o povo de Rondônia...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – ... na época chamavam o povo do Sul do País e de outros Estados brasileiros: “Vamos ocupar a Amazônia”.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador Valdir Raupp, solicito a V. Ex^a que conclua. Dei-lhe um minuto e concedo-lhe mais um.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com certeza. Obrigada, Sr. Presidente.

“Vamos ocupar a Amazônia, vamos integrar a Amazônia para não entregá-la”. Esse era o lema dos governos militares, pedindo para o povo de todos os Estados da Federação, menos da Amazônia, que se dirigisse à Amazônia, que lá estava o novo Eldorado.

Rondônia foi ocupada por mais de 1,5 milhão de brasileiros, e agora muitos deles querem voltar. Será que compensa sair de Rondônia para outro Estado, sendo que o desemprego está em todos os Estados? Acho que não. Precisamos das nossas conquistas, das nossas obras e de que o nosso povo seja respeitado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra, por cinco minutos, pela Liderança do PDT, ao nobre Senador Osmar Dias. Em seguida, ao nobre Senador Rodolpho Tourinho, pela ordem de inscrição.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos momentos de crise parece que surgem algumas verdades muito duras e outras que nos dão um pouco de perspectiva de esperança.

A verdade dura que surgiu hoje é a de que, no depoimento do Sr. Duda Mendonça e da diretora da sua empresa, ficou muito claro que houve, na campanha de 2002, o uso de recursos do caixa dois – portanto, na eleição para a Presidência da República.

Isso praticamente foi feito em forma de confissão: o dinheiro foi depositado numa conta nas Bahamas, para pagamento de parte da conta da publicidade da campanha de 2002. Assim também ocorreu em 2004, nas eleições municipais. Inclusive, como paranaense, fiquei estarelecido com a citação da capital do Estado, Curitiba, entre as cidades onde pode ter ocorrido essa prática.

Então, é claro que o projeto do Senador Jorge Bornhausen é mais do que oportuno. Não adianta ficarmos aqui apenas discutindo a crise. Temos de discutir o futuro.

O Senador Jorge Bornhausen, Presidente do PFL, dá uma demonstração de que está preocupado não apenas em investigar, por meio das CPIs, e punir os responsáveis, mas em criar um novo ambiente político no País, por meio de uma nova lei eleitoral que ofereça mais segurança, sobretudo à população, de que essas práticas clandestinas e desonestas, que alimentam a corrupção na política, poderão ser combatidas por uma legislação rigorosa.

Particpei da reunião dos Líderes ontem. Fiquei muito animado quando o Senador Jorge Bornhausen fez a apresentação do seu projeto. Traçamos um calendário, porque queremos que o projeto seja votado na próxima quinta-feira.

Com as alterações propostas pelo Senador Bornhausen, que endosso, teríamos uma economia extraordinária nas campanhas eleitorais. As sugestões são as seguintes: primeiro, redução, de 45 para 35 dias, dos programas de rádio e de televisão. Segundo, dos programas de rádio e televisão, participará apenas o candidato, que aparecerá com o seu número e o nome do Partido. Não haverá a fabricação de candidato com produções milionárias, ricas, que evidentemente exigem muito dinheiro.

A economia resultaria na exigência de que o candidato se apresentasse de uma forma mais consistente. O Deputado Abelardo Lupion, que preside com competência o PFL, do Paraná, e está aqui acompanhando este debate, sabe que, quando o candidato é colocado na frente do vídeo, ele tem que ter o que falar. No caso, ele não poderá ser substituído por filmes milionários e a beleza da produção; ele terá que ter proposta.

E, sobretudo, acabará uma coisa que sempre considerei exagero na campanha eleitoral. Fui candidato ao Senado por duas vezes, em 1994 e em 2002, e nunca contratei um artista para participar de um “showmício”. Nunca fiz um “showmício”. E a proibição da participação de artistas e de cantores vai baratear e tornar mais real uma campanha eleitoral: menos espetáculo, mais proposta.

Outra coisa importante é restringir os contribuintes, limitando a contribuição da pessoa física e da pessoa jurídica, como é a proposta.

Mas eu quero mais. Eu quero, Sr. Presidente, que, além dessas propostas – e vou apresentar emendas ao projeto do Senador Jorge Bornhausen –, também seja proibido divulgar pesquisas, pelo menos, dez dias antes do pleito. As pesquisas também podem ser compradas com dinheiro sujo e podem induzir o voto em candidatos naqueles eleitores que querem praticar o voto útil: votar em quem vai ganhar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador Osmar Dias, V. Ex^a dispõe de mais dois minutos de prorrogação.

O SR. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Vou falar apenas de mais uma emenda e concederei o aparte ao Senador Sibá Machado. Mas eu gostaria, Sr. Presidente, já que estamos numa tarde onde o plenário não está tão cheio, que V. Ex^a me desse mais um minuto devido ao aparte.

Falarei sobre mais uma emenda. Não ficará transparente a contribuição da pessoa física e jurídica, se não for dada a ela o direito de deduzir do Imposto de Renda pelo menos 50% da contribuição que fizer. Vamos supor que alguém contribua com R\$100 mil, para uma campanha de um Senador ou de um Deputado ou de um Governador. Se dermos a essa pessoa física ou jurídica o direito de deduzir 50% do Imposto de renda, ela irá declarar no Imposto de Renda, não será um dinheiro por fora, caixa dois, dinheiro sujo. Ela irá declarar. E aí haverá transparência.

Quero apresentar estas duas emendas: proibir pesquisa 10 dias antes e estimular a contribuição oficial na campanha.

Ouçó o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Osmar Dias, eu estava exatamente com essa preocupação para a qual V. Ex^a chama atenção. Se o recurso será público, é claro que a empresa, ao contribuir, irá deduzir do Imposto de Renda, e as pessoas não precisarão ficar preocupadas. O que realmente não pode mais acontecer é essa promiscuidade. Então, V. Ex^a pode contar com o meu apoio, porque minhas preocupações ficam contempladas nas duas sugestões apresentadas por V. Ex^a ao texto do Senador Jorge Bornhausen. Parabéns pela sua contribuição ao projeto.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Sibá Machado.

Todos sabem que, nessa crise, tenho me comportado com muita cautela. Acho que temos responsabilida-

de diante do País. Há aqueles que me criticam, porque estou sendo prudente e responsável, muito responsável, ao acompanhar, passo a passo, as investigações, para me pronunciar depois que as provas estiverem sobre a mesa. Fazer discursos e acusações, antes que elas sejam concretas, não é do meu feitio. Aqueles que olham para dentro do Congresso Nacional e dizem: “É preciso que o Senador Osmar Dias se exponha mais, participe da CPI, das investigações”, respondo que tenho participado como Líder, tenho declarado minhas posições claras aqui, quero que se investigue profunda e rigorosamente, mas não serei responsável de ficar condenando por antecipação ninguém. Entendo que todos têm direito de se defender e não sou de fazer espetáculo também diante da crise. Precisamos estar muito preocupados com o País: depois de tudo o que está acontecendo, que País encontraremos? Principalmente os setores produtivos, que já começam a sofrer as conseqüências da crise política!

É bom que se investigue logo, é bom que se puna logo, que se casse quem tem que ser cassado, para que possamos dar a este País as condições para que ele continue trabalhando e produzindo.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. Ex^a pelas sugestões que apresenta para a legislação eleitoral e acredito que será muito oportuno aproveitarmos toda essa crise que atinge o meu Partido, o Governo do Presidente Lula e o Congresso Nacional para superarmos e corrigirmos os erros. Avalio que a postura de Duda Mendonça e da Sr^a Zilmar hoje constitui um marco, porque resolveram ser sinceros e expor a verdade tal como eles a conheceram.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Osmar Dias, pediria que concluísse, porque há vários inscritos e a Ordem do Dia terá início às 16 horas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E gostaria que todos aqueles que estejam depondo nas Comissões de Inquérito e no Conselho de Ética tivessem a mesma postura de revelar a verdade toda; porque só assim conseguiremos corrigir todos os problemas. Com respeito às sugestões de V. Ex^a, queria comentar algo que me pareceu consistente com a sua observação e que foi expresso pelo Sr. Duda Mendonça. Ele disse que uma das sugestões para que as campanhas fiquem muito mais baratas seria a obrigatoriedade, sobretudo para os candidatos ao Executivo mas também para o Legislativo, de debates em que estariam os candidatos...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... com a sua palavra, o seu jeito, junto aos outros. Eu estou de acordo com ele. Sempre avaliei que a realização de debates obrigatórios, em maior freqüência, pode substituir com vantagem o enorme dispêndio que se faz na produção das campanhas políticas. Finalmente, eu gostaria de registrar que, na direção do que V. Ex^a está dizendo e levando em consideração inclusive a proposição do Deputado Chico Alencar que tramita na Câmara, talvez de maneira um pouco diferente da dele, estou também dando entrada hoje em um projeto de lei para que a prestação de contas de cada candidato e Partido seja disponibilizada em tempo real, diariamente, para a Justiça Eleitoral, por meio dos modernos sistemas que estão à nossa disposição.

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Osmar Dias, estão esgotados os cinco minutos de prorrogação.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, concluo o meu pronunciamento, dizendo que fica uma lição: não existe monopólio da ética e ninguém pode posar mais de herói neste País, porque aqueles que se colocam como donos da verdade e heróis, querendo impor as suas verdades, estão sendo aos poucos desmistificados e vamos vendo que todo mundo tem condição de ser um político. Mas, para ser um político diferente, um político que honre realmente o seu mandato, tem que ser um político que levante de manhã cedo e renove os seus compromissos de honestidade e de seriedade de falar a verdade à população todos os dias de manhã.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Osmar Dias e concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho, por dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero retomar um tema que foi apresentado há poucos instantes pelo Senador Valdir Raupp, ainda que seja muito difícil tratar desses assuntos tão importantes para o País, como infra-estrutura, crise energética, reforma tributária e tantos outros que precisariam ser tratados, em um momento muito difícil para o País, diante da crise moral que vive, com todas essas denúncias de corrupção, de dinheiro no exterior.

Mas creio que nós temos de alguma forma, Sr. Presidente Flexa Ribeiro, tentar continuar o nosso dia-a-

dia, para que este País possa crescer, se desenvolver e reduzir efetivamente a pobreza que afeta tantas áreas, sobretudo a minha terra, a Bahia, e o Nordeste.

Entendo que, mesmo nessa hora, eu diria, de grande comoção diante desses assuntos que estão sendo tratados diariamente nas comissões de investigação, tristes para o País, devemos retomar alguns temas do dia-a-dia que precisam ser tocados, como bem apontou aqui o Senador Valdir Raupp.

Concordo com S. Ex^a em gênero, número e grau, só não concordo em relação ao tempo quando fala da importância das usinas do Madeira e de Belo Monte para resolver um problema de uma crise de energia que seria a partir de 2010. Simplesmente não há mais tempo para que essas usinas sejam feitas. Precisa-se em média de 6 a 7 anos para construir usinas hidrelétricas. E essas usinas, tão importantes para o futuro do País, não atenderiam ao problema que enfrentamos hoje. Dessa forma, elas ficariam para uma terceira crise que viesse lá na frente.

Da mesma forma, Senador Valdir Raupp, quando V. Ex^a se refere ao gasoduto Urucu–Porto Velho, esse gasoduto já devia ter sido feito há muito tempo. São milhões e milhões de litros de óleo diesel que são queimados diariamente numa diferença de preço tremenda entre o óleo combustível e o gás natural. Eu diria que, pelo que tenho conhecimento, a área a ser atingida em todo esse gasoduto entre Urucu e Porto Velho seria de cerca de mil hectares, o que, dentro das proporções deste País, das proporções da Amazônia, aliás de qualquer proporção, mesmo do seu Estado de Rondônia, é uma área muito pequena para que se alegue qualquer tipo de problema na área ambiental.

Na verdade, hoje, as questões ambientais têm uma preponderância sobre quaisquer outras questões. Não duvido da importância do tema ambiental, participo e compartilho de todas as preocupações dos ambientalistas, mas é preciso ter um meio-termo, porque não adianta se ter um ambiente absolutamente sadio e um País sem energia, um País com gargalos tremendos nessa área.

E venho falar, hoje, mais uma vez, exatamente da questão do gás e tive a felicidade de ouvir esses dois temas trazidos pelo Senador Valdir Raupp. Dentro disso tudo, temos uma semelhança muito grande, Senador Flexa Ribeiro, entre a crise de 1999 e 2000, quando seriam necessários implantar no País cerca de 11 mil megawatts de potência em quatro a cinco anos – o que é muita coisa, era uma Itaipu –, e a de agora, quando vai-se ter um leilão de energia nova, em dezembro, para entregar em 2010, mais ou menos quatro anos. Nos dois casos, elas só podem ser atendidas pelo prazo – e a semelhança é no prazo da

solução – através de usinas termoeletricas; não há como se fazer usina hidrelétrica.

E não temos uma regulação sobre isso. A regulação específica sobre isso até hoje não existe. O gás sempre foi tratado pela Petrobras como um subproduto, e depois tratado com uma *commodity*, que não é. Acabamos fazendo um contrato com a Bolívia, que teve aspectos vantajosos e desvantajosos, mas, na verdade, o que acontece hoje é que a regulação do gás está dentro da Lei do Petróleo. Isso facilita que a Petrobras mantenha o seu monopólio em relação à produção, à exploração, ao transporte e não à distribuição, porque esta é constitucionalmente dos Estados. A distribuição do gás canalizado é monopólio dos Estados.

Então, decidi que, dentro desse quadro em que o gás será necessário outra vez – e que a solução é unicamente a termoeletrica –, é preciso apressar uma legislação para o gás.

Assim, apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2005, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ao longo desse tempo, desde que o apresentei, há cerca de um mês, tenho feito um verdadeiro périplo por todas as áreas cujos membros podem opinar sobre essa questão.

Tenho hoje – e o digo a V. Ex^a – o apoio de 100% dos Estados, por intermédio do Fórum de Secretários de Estado para Assuntos de Energia, a esse projeto; tenho o apoio explícito e muito interessado do Governo do Estado de São Paulo, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e, especificamente do Governo do Estado da Bahia, que já vive, neste momento, uma crise de racionamento de gás. A Bahia foi o primeiro Estado a usar o gás de forma industrial, e, hoje, vive uma crise de racionamento.

O apoio dos Estados é explícito. Eles vão apresentar algumas emendas, segundo o estudo que estão fazendo, que acrescentarei ao projeto. Esse acordo já foi feito.

Temos discutido amplamente esse projeto com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás, que também apresentará emendas, as quais analisaremos, evidentemente. Caberá ao Relator aceitá-las ou não, mas quero também participar da análise inicial do projeto, que está sendo feita.

Já temos, eu diria, um apoio praticamente explícito da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, com a qual vamos discutir esse assunto na próxima semana.

Ontem, houve uma longa e proveitosa reunião, que contou com a participação de mais de 500 pessoas, envolvidas no encontro do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, cujo apoio, eu diria, também já é bastante explícito, assim como o apoio do Centro

Brasileiro de Infra-estrutura, o CBIE, que, em artigo publicado, já manifestou apoio a esse projeto de lei; o da Câmara paulista de gás natural e o do IBC.

Enfim, hoje, eu diria que já recebemos um grande apoio a esse Projeto, que considero muito importante. Como teremos de votar, na medida em que esse apoio se tornar mais explícito, ele será importante.

O Governo ainda não apresentou um projeto de lei, mas apontou alguns aspectos que considera relevantes. E eu, desta tribuna, gostaria de fazer alguns reparos.

A preocupação do Governo é absolutamente coerente até com o meu pensamento, que, de alguma forma, é proteger, nessa legislação, o gás natural para fins de uso em termoelectricidade, visto que é absolutamente óbvio que a energia necessária para 2010 só poderá ser viabilizada por intermédio de termoeletricas.

Então, entendo a preocupação do Governo em proteger, em querer dar um viés para o seu Projeto de Lei, que é o da termoeletrica, objetivo com o qual concordo. Todavia, não posso concordar com os meios utilizados pelo Governo, ainda que não sejam oficiais – nós não temos um documento –, que é o de se criar um mercado secundário para o gás natural por meio de decreto.

Sr. Presidente, não se cria mercado por meio de decreto. Depois de constatada a existência de um mercado secundário é que se vai regulamentar aquelas diferenças ou necessidades que se mostrarem importantes. Esse é o primeiro aspecto.

O outro aspecto que me preocupa, em relação a um eventual projeto do Governo, é o seguinte: quando se fala em mercado secundário, o Governo acaba mexendo na distribuição do gás canalizado, que, como dissemos antes, essa é uma atribuição exclusiva dos Estados, desde que protegidos pela Constituição, uma vez que há na Lei Maior um artigo que determina que a distribuição de gás canalizado é monopólio de cada Estado.

É preocupante que, até este momento, não tenhamos sido procurados para a construção de um projeto que está avançando, até para discuti-lo. Entendo que a discussão é importante. A minha experiência no Senado mostra que todos os projetos que aqui entraram e de que participei saíram melhores. Não necessariamente por aquilo que fiz, mas pela colaboração que tive de todos os companheiros desta Casa.

Entendo que este Projeto de Lei, que é muito importante hoje para se assegurar a tranqüilidade do País em relação à energia, precisa passar. O ideal é que ele seja aprovado antes da sétima rodada da Agência Nacional de Petróleo, que colocará campos de gás para

exploração. Evidentemente que já estamos pensando no futuro, depois de 2010...

(O Sr. Presidente fez soar a campainha.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu pediria um minuto mais, Sr. Presidente, para terminar, até pela importância do assunto e para concluí-lo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PB) – O tempo será prorrogado por dois minutos, Senador.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Então, que fosse feito, pela Agência Nacional do Petróleo, o que ela fez com muito acerto. Aqui, eu me dirigiria diretamente ao Presidente em exercício da ANP, o ex-deputado Haroldo Lima, em primeiro lugar, para parabenizá-lo pelo que fez em relação às áreas chamadas marginais, que estão colocadas na sétima rodada. Ele baixou os *royalties* de 10% para 5%.

Sugeriria ao Presidente da ANP que fizesse a mesma coisa em relação a essas áreas de gás que estão sendo leiloadas ou que serão leiloadas: que também baixasse de 10% para 5%, no sentido de incentivar mais pessoas a se interessarem por todo esse processo.

(O Sr. Presidente fez soar a campainha.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Essa, a sugestão final que deixo.

Entendo que esse problema é extremamente sério e está intimamente ligado à crise elétrica em 2010. Pretendo, amanhã ou na próxima semana, mostrar a este Plenário as semelhanças que existem entre o problema que houve em 1999/2000 e essa energia nova, que precisa ser entregue em 2010. A rigor, naquela época, um programa de termoelectricidade deveria ter sido feito uns dois anos antes.

Creio que não podemos mais correr nenhum risco. Havia um problema estrutural e conjuntural naquela época; hoje, há um problema estrutural. Por isso, corremos o risco de ter algum tipo de problema, com condições hidrológicas ou de chuvas desfavoráveis, como ocorreu naquela época.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço-lhe, nobre Senador Rodolpho Tourinho.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, por cessão do Senador Osmar Dias, por dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, abordo aqui um tema social de grande relevância, que é a questão das pessoas com necessidades especiais.

Estamos comemorando a Semana do Excepcional, que foi criada em 24 de agosto de 1964 – há

41 anos, portanto. Temos a certeza de que, entre os países da América Latina, o Brasil é um dos países que mais avançou na conquista e no reconhecimento dos direitos das pessoas com necessidades especiais, denominação adotada a partir da década de 90, em substituição ao termo excepcional.

O arcabouço legal, conquistado a partir da Constituição de 1988, em relação às pessoas portadoras de deficiência, condutas típicas e altas habilidades, é amplo e abrange principalmente as áreas de educação, saúde, assistência social, trabalho e renda, esporte e lazer.

Destaca-se entre essas garantias o tripé composto pela Lei Federal nº 7.853, de 89, regulamentada pelo Decreto nº 3.239, de 99, que define a política nacional para as pessoas portadoras de deficiência; a Lei Orgânica de Assistência Social, Loas, e, mais recentemente, as Leis nºs 10.048 e 10.098, de 2000, regulamentadas pelo Decreto Federal nº 5.296, de 2004.

Essas leis tratam, especificamente, da sensibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, que respondem a uma demanda histórica dos movimentos sociais nos principais aspectos para a garantia da vida digna, com ampla inclusão social e equiparação de oportunidades.

Para cumprimento dessa legislação, o Governo Federal, os Estados e Municípios vêm contando com a parceria sistemática de diversas organizações não-governamentais em todo o Brasil. Destacam-se entre elas as inúmeras associações de pessoas com deficiência física, as associações de deficientes auditivos, as associações de deficientes visuais, as de pessoas com deficiência intelectual e mental, a família *down* e, principalmente, as associações de pais e amigos dos excepcionais, que prestam serviços a mais de 200 mil pessoas portadoras de deficiência e às suas famílias.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao comemorar essa data nesta semana, deixo aqui os meus cumprimentos a todos os grupos organizados deste País que lutam sistematicamente para encontrar em cada Município, em cada comunidade urbana ou rural o lado concreto das garantias legais.

Espero também que essas instituições, no exercício do controle social, busquem que o direito conquistado se torne realidade em cada Município, com investimento sistemático do Poder Público.

Como Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, subordinada à Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo Senador Antonio Carlos Valadares, eu não poderia deixar de destacar o grave problema da falta de adaptação dos transportes escolares. Em muitos lugares,

esse é um dos principais fatores de impedimento ao acesso à escola, com freqüência regular, das pessoas com deficiência acentuada de mobilidade. Essa situação se torna mais séria ainda quando a falta do transporte escolar gratuito é o impeditivo do não-acesso à escola ou a serviços de saúde.

Tenho recebido alguns pronunciamentos de cidadãos relatando as graves situações de impossibilidade de acesso de crianças e adolescentes em idade obrigatória de oferta da educação, que acabam ficando sem freqüentar a escola e sem terem acesso aos cuidados de saúde por falta ou inexistência de transporte escolar adaptado e/ou gratuito.

Faço, neste momento, um apelo ao Ministério da Educação, para que preste uma orientação mais sistemática aos Municípios no sentido de como poderão utilizar recursos existentes do Fundef para a garantia do transporte escolar aos alunos que dele necessitarem. São recursos que o Fundef tem e que podem ser utilizados na compra e na adaptação de vans, ônibus, enfim, de um transporte escolar adaptado.

Ao Ministério dos Transportes solicito que seja redobrada a atenção na expedição das carteiras de habilitação/autorização de passe gratuito interestadual, que se encontra em atraso, impedindo famílias carentes de darem continuidade aos tratamentos especializados iniciados. Explico: há uma lei que dá às pessoas com necessidades especiais o direito do transporte gratuito em ônibus interestaduais. Mas, para tanto, evidentemente, tem-se que haver um cadastramento, cadastramento esse que está atrasado. Além disso, existe um prazo bastante extenso para que as pessoas consigam a expedição da referida carteira.

Sr. Presidente, que nesta semana do excepcional a reflexão sobre a aplicação dos direitos conquistados resulte em sua concretização, em sociedades cada vez mais inclusivas, e que essa causa seja de todos.

Antes de encerrar esse pronunciamento, não poderia deixar de citar o Senador Flávio Arns, do Paraná, que tem sido um Parlamentar batalhador para a efetivação dessas conquistas em prol das pessoas portadoras de necessidades especiais. S. Ex^a é um Parlamentar muito atento, eficiente e dedicado. A sua luta tem sido a de milhares e milhares de voluntários em todo o Brasil, pessoas que se dedicam à tarefa de ajudar aqueles que precisam de ajuda, e nós, aqui no Senado Federal, temos o dever de não nos afastarmos dessa visão social tão importante, qual seja, nossa atenção para com as pessoas portadoras de necessidades especiais.

O Senado Federal, felizmente, tem dado exemplo. Esta Casa tem tratado com atenção essas questões, pois tem adaptado as suas instalações ao trânsito de

peessoas portadoras de deficiências físicas que usam cadeiras de rodas; também tem disponibilizado informações em braile para pessoas com deficiência auditiva, dando-lhes a atenção devida. Felizmente, o Senado está dando um bom exemplo. Meus aplausos àqueles que participam desse esforço e também o meu incentivo para que continuemos assim. Que o exemplo desta Casa seja seguido por todas as demais Casas Legislativas brasileiras. Dessa maneira, estaremos contribuindo, e muito, para expor e disseminar os cuidados necessários para as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Era o que eu queria trazer hoje nesta data: minha grande homenagem a todos que se dedicam a essas pessoas.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

Na prorrogação da Hora do Expediente, concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, que a terá assegurada por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, prorrogável por mais dois minutos. Em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia.

Faço um apelo aos nobres Senadores que se encontram na Casa e em seus gabinetes, ou em outras dependências dela, para que venham ao plenário, a fim de darmos início à Ordem do Dia.

Com a palavra o nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Flexa Ribeiro, que preside esta sessão, Senadoras e Senadores aqui presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, hoje, apesar dos pesares, é um grande dia no calendário universal. Comemoramos o Dia do Estudante e o Dia do Advogado.

Ninguém homenageou mais os estudantes, Senador Rodolpho Tourinho, do que o baiano Rui Barbosa. No final de sua vida, convidado a ser paraninfo, ele escreveu um discurso: “Oração aos Moços”. Como não pôde lê-lo, impedido que estava, pediu que o mesmo fosse lido por um outro professor. Sem dúvida alguma, essa cartilha, Senador Sibá Machado, tem orientado a mocidade estudiosa de nosso País: o amor à Pátria, a crença no valor do estudo. Como disse Sócrates, só há uma grande virtude: o saber; só há um grande mal: a ignorância.

Os estudantes, ontem, no Tocantins, Senador Sibá Machado, na grandeza histórica e na pureza da mocidade estudiosa, começaram a cantar: “Presidente Lula não tem dinheiro para a educação, mas tem para

o mensalão”. Esse verso atua mais do que os caras-pintadas no *impeachment* de Collor.

Mas, Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, eu ficaria no 11 de agosto: Dia do Advogado. Sei que V. Exª homenageia a comunicação com o seu telefone neste momento, mas atentai bem, meditai! Rui Barbosa disse que só há uma salvação: a lei e a justiça. É esse advogado que é responsável. Aí está o Carreiro, advogado, disciplinado, por obediência à lei.

Senador Wellington Salgado, não bastasse Deus chamar ao Monte Sinai Moisés e entregar-lhe as tábuas das leis! É uma mensagem ao mundo de que é preciso obedecer a leis, de que se tem de entrar na filosofia de Rui, de que só há uma salvação: a lei e a justiça.

Senador Salgado, atentai bem! O que está acontecendo no Brasil foi a falta do entendimento, do curvar-se às leis, primeiro às leis de Deus. Senador Flexa Ribeiro, está lá a quarta lei de Deus, o quarto mandamento: “Não roubarás!” E foi isto que faltou: obediência neste País cristão.

Atentai bem! E eu buscaria um advogado lá do meu Piauí, Evandro Lins e Silva, que disse: “O advogado é, antes de tudo, um cidadão”. Na época mais difícil...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Exª terá mais dois minutos para concluir o seu pronunciamento, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Terei dois minutos, pelo Regimento; pela grandeza de V. Exª, mais dois minutos; pela grandeza do Estado que V. Exª representa, mais dois minutos, num total de nove minutos. E se completam dez, que é a nota que devemos dar ao comportamento do Senado da República, que é uma esperança da confiança do povo brasileiro.

Ao longo da vida, Sr. Presidente, são muitos os tormentos: Senador Capiberibe, que foi afastado, por atestado médico de insanidade mental; Presidente que se encaminhou ao suicídio; Presidente afastado pelos canhões; Presidente que renunciou, depois de uns uísques – Lula, cuidado com a cachaça! –; Presidente afastado, aqui, por *impeachment*.

Mas quero fazer a nossa homenagem aos advogados, na esperança de que este País saiba obedecer à Constituição. Tudo que está aqui se deu por desobediência e inobservância à Constituição brasileira e ao quarto mandamento da Lei de Deus: “Não roubarás!”

As medidas provisórias, que desrespeito! A divisão de um bolo do dinheiro! Senador Sibá, a Constituição é clara: para o Governo, para o Executivo, 54%;...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador Mão Santa, mais uma vez, prorrogo o tempo de V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...para os Estados, 22,5%; para os Municípios, 21,5%. Essa soma até o Palocci sabe fazer, porque ele é médico como eu. Essa foi uma enganação. Ele sabe tirar a pressão: 12 por 8. A taxa glicêmica deu mais de 120, e já não sabe mais.

Aí é que está a verdade: os 2% que faltam para os fundos constitucionais. De repente, há a gula do Governo. A União, o Presidente Lula, come mais de 60% dos impostos, tirando dos Governadores e dos Prefeitos, e o cidadão brasileiro não mora no Alvorada, ele mora nos Municípios.

Então, é esse testemunho que queremos aqui dar, homenageando e valorizando o advogado.

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – Senador Mão Santa, permita-me um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concedo-lhe o aparte, Senador Sérgio Cabral, brilhante jornalista, advogado. É do PMDB autêntico, que estamos criando.

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – Faço este aparte no encerramento de seu brilhante discurso, por ser V. Ex^a um membro do Partido entusiasmado com o projeto nacional do PMDB. Hoje, o professor Carlos Lessa fez uma grande exposição para a Executiva nacional e para os Governadores. Quero dizer a V. Ex^a que acabo de sair de uma reunião com os Governadores Roberto Requião, Rosinha Garotinho e Germano Rigotto e com os ex-Governadores Anthony Garotinho e Orestes Quércia, em que o Partido definiu que haverá prévias, que, até o dia 1º de dezembro, os que desejam disputar a Presidência da República se inscreverão. E mais: na primeira quinzena de março, faremos as prévias no PMDB. Trago a V. Ex^a, em homenagem à sua coerência, essa decisão tomada, há pouco, na residência do Governador Joaquim Roriz.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Tião Viana, quero comunicar a V. Ex^a que o Senador Sérgio Cabral é o diretor de comunicação da frente autêntica do PMDB.

Quero lembrar a este País o que disse Ulysses Guimarães – bastaria Lula ter aprendido isto: a moral política está em não roubar, não deixar roubar e botar na cadeia quem roubou. Foi ainda Ulysses que disse: a corrupção é o cupim da democracia. Vamos acabar com esse cupim e alçar a bandeira com a esperança do verde e com ordem e progresso neste País!

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Flexa Ribeiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, antes de iniciarmos a Ordem do Dia, ao nobre Senador César Borges.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de chegar de uma reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Lá tomamos conhecimento do depoimento, nesta madrugada, da Sr^a Zilmar Fernandes da Silveira e do Sr. Duda Mendonça. Lendo o depoimento deles antes do início da reunião da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, fiquei estupefato, Sr. Presidente, com o que estava ali declarado. Logo em seguida – porque esse depoimento chegou às nossas mãos por volta das 11 horas da manhã, 11h15min –, quando iniciou a reunião, ouvimos a Sr^a Zilmar, que pouco disse, apenas se apresentou, e depois tivemos a oportunidade de ouvir o Sr. Duda Mendonça, que, apesar de não estar convocado, disponibilizou-se a vir prestar o depoimento.

Foi um depoimento emocionado, Sr. Presidente, em que esse publicitário baiano, um homem de renome nacional, eu diria até internacional, declarou que estava ali para dizer a verdade, que ele não tinha como enfrentar a sua família, os seus filhos e a sua esposa se não abrisse o coração e dissesse toda a verdade. Essa verdade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já estava expressa no depoimento feito pela Sr^a Zilmar e pelo Duda à Polícia Federal. Ele não trouxe novidades em relação a esse depoimento. Ele está agora no processo de oitiva, em que as perguntas se sucedem pelos Srs. Senadores e Deputados.

Mas vejam bem o que ele revelou! Revelou, Sr. Presidente, um acordo com o Partido dos Trabalhadores para o financiamento da campanha publicitária que foi feita para o Partido e para as campanhas eleitorais do Partido no ano de 2002 e também no de 2004. E o que se observa, nesses depoimentos, é que, em 2001, o contrato dele com o Partido dos Trabalhadores era de R\$595 mil, Sr. Presidente! Em 2002, para a campanha do Presidente, o orçamento fechado, o contrato feito entre a empresa do Sr. Duda Mendonça e o Partido dos Trabalhadores alcançou o volume de R\$25 milhões. Foram gastos R\$25 milhões em 2004! Esse pacote incluía as seguintes campanhas políticas: do Presidente Lula, do Senador Aloizio Mercadante, do ex-Presidente José Genoíno a Governador de São Paulo e da Benedita da Silva ao Governo do Rio de Janeiro.

O contrato seguinte aconteceu em 2003. Foram R\$7,3 milhões, em um ano que não era eleitoral, correspondentes a serviços prestados pela empresa política do Sr. Duda Mendonça ao PT. Em 2004, Srs. Senado-

res, novamente um pacote de R\$24,7 milhões. Vejam os volumes envolvidos; chega-se a aproximadamente R\$60 milhões, de 2002 até 2004.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2001 eram R\$595 mil, que foram integralmente pagos pelo PT, com faturas e cheques emitidos pelo Partido. Em 2002, do pacote de R\$25 milhões só foram pagos R\$13,5 milhões; ficou o débito de R\$11,5 milhões, cujo pagamento o Sr. Duda Mendonça e a Sr^a Zilmar reiteradas vezes cobraram do PT. Esses recursos foram gastos em quê? Foram gastos, de forma clara e insofismável, nas campanhas que faziam parte do pacote, essencialmente na campanha presidencial – que é a grande campanha, em que são montados estúdios, ilhas de edição, em que se prepara toda a equipe. É claro que as outras campanhas – do Senador Aloizio Mercadante, de José Genoíno ao Governo do Estado e da Benedita da Silva – entraram nesse pacote de forma subsidiária e que, essencialmente, os recursos estavam investidos na campanha do Presidente.

Ficou o débito de R\$11,5 milhões do segundo contrato. Como foram pagos esses recursos? Hoje está o País todo estupefato: foram pagos por meio do esquema Marcos Valério. Esse pagamento se deu, inicialmente, com saques de R\$900 mil em três parcelas de R\$300 mil. Dizem o Sr. Duda e a Sr^a Zilmar que receberam constrangidos esse dinheiro e que não era comum sua empresa fazer isso, mas o Sr. Delúbio indicou o Sr. Marcos Valério, que começou a pagar. Como o Sr. Duda não tinha mais força no PT, porque estava eleito o Presidente Lula, a única maneira que tinha era aceitar essa fórmula – que não é usual, nem correta –, senão não receberia, para pagar seus fornecedores, seus compromissos.

E as coisas foram piorando, Sr^{as} e Srs. Senadores. O pior, Sr. Presidente, foi depois o pagamento de R\$10,5 milhões, que restavam dos R\$11,5, por meio de depósito no exterior. Solicitaram ao Sr. Duda Mendonça, segundo seu depoimento, que abrisse uma conta no exterior. Ele, como cliente do BankBoston, solicitou assessoria ao banco, que o indicou, abriu uma conta no exterior e montou a operação, que ele desconhecia. Foi criada, por meio do BankBoston, uma *offshore* de nome Düsseldorf, lá nas Bahamas. E, por intermédio de quatro bancos internacionais pequenos, os recursos de R\$10,5 milhões chegaram das contas do Düsseldorf, criadas pelo Sr. Duda Mendonça.

Vejam bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, a gravidade desse fato. E de nada disso tínhamos conhecimento. Toda essa história começou com R\$3 mil. E desejavam o PT e o Presidente que ficasse por aí; não desejavam que fosse aberta qualquer CPI. Quantas coisas estão sendo reveladas a este País! A quanto o País está

assistindo estupefato, preocupado, angustiado com a pergunta “aonde vamos chegar?”.

Mas não paramos aí. Sabem como foi pago o contrato do ano de 2003, de R\$7,3 milhões? Foram sacados R\$500 mil das empresas de Marcos Valério, no Banco Rural, e pagos R\$3,6 milhões em dinheiro pelo PT. Não sabe o Sr. Duda Mendonça se esses R\$3,6 milhões pagos em dinheiro vivo vieram do PT ou do Sr. Marcos Valério. Disse o Sr. Marcos Valério que vieram dos seus recursos. Se somarmos esses valores, chegaremos a R\$15,5 milhões, o que bate e dá credibilidade, lamentavelmente, neste caso, ao Sr. Marcos Valério. Estão explicados os R\$15,5 milhões.

E no ano de 2004? Foram R\$24,7 milhões, dos quais o PT, um pouco mais rico, pagou R\$10 milhões, mas continua devendo...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O PT continua devendo ao Sr. Duda Mendonça R\$14,7 milhões.

Vejam o volume de recursos envolvidos. Como um Partido político pode fazer pagamentos no exterior, por uma campanha presidencial? Com certeza, nada disso é legal. Não há faturas de prestação de serviços, nem emissão de cheques. Nada bate. Tudo é ilegal. E a nossa lei eleitoral é muito clara, quando preceitua que qualquer Partido político que usar, em campanha, recursos provenientes de contas no exterior perderá seu registro.

Veja onde o PT foi meter-se, Sr. Presidente. Veja a que tipo de Partido e de ações estamos condenados. Não se pode é imaginar que vai ser o Sr. Delúbio Soares o único responsável por todo esse esquema e que ninguém mais sabia desse esquema. O Presidente do Partido, José Genoíno, não sabia; o Senador Aloizio Mercadante já disse que desconhecia inteiramente; o Presidente Lula também desconhecia; acredito que o Senador Sibá Machado também não conhecia e deve dizer isso com clareza aqui. Então, ninguém sabia. Basta que o Sr. Delúbio Soares assuma a culpa, e está tudo resolvido. Tudo foi uma operação montada pelo gênio financeiro-político, pelo Rasputim* da República, Delúbio Soares. E Delúbio Soares estava lá, como tesoureiro, indicado por quem?

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só para encerrar, Sr. Presidente, ele era íntimo amigo de quem? Sequer Delúbio era responsabilidade do Sr. José Dirceu. Ponha-se toda a culpa em José Dirceu, mas não a de que tenha escolhido o Sr. Delúbio Soares. Foi uma escolha pessoal do Presidente Lula. Portanto, para uma inteligência mediana ou até para os poucos inteligentes, é muito difícil acreditar que o Presidente não sabia de nada, Senadores, de nada; que tudo isso foi uma obra maquiavélica das elites brasileiras, comandadas

pelo Sr. Delúbio Soares, para colocar o Presidente da República nessa situação vexatória.

Espero que possamos chegar aos verdadeiros culpados, para que tenhamos a oportunidade de limpar a Nação dessa nódoa, inocentando os que não têm culpa, culpando os que merecem ser culpados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convido o Senador Paulo Otávio para secretariar a Mesa.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Octávio.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 860, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 70 e do art. 71, IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no SEBRAE, no período de 2003 até a presente data.

Justificação

As investigações atualmente em curso nas Comissões Parlamentares de Inquérito no Congresso Nacional evidenciaram que o Partido dos Trabalhadores emprestou cerca de R\$30.000,00 (trinta mil reais) ao Presidente da República de maneira irregular. A imprensa registrou que tal dívida foi paga pelo atual Presidente do SEBRAE, Sr. Paulo Okamoto, sem, contudo, demonstrar a origem dos recursos. Assim, dado o comportamento deste importante dirigente do SEBRAE, faz-se necessário que o Tribunal de Contas da União investigue a gestão do Sr. Paulo Okamoto, a fim de averiguar se o mesmo não se utilizou de seu cargo para beneficiar empresas e interesses contrários ao bem público.

Assim, faz-se necessário que a auditoria por mim solicitada seja realizada o mais rapidamente possível, a fim de que possamos avaliar a veracidade ou não dos fatos em discussão.

Esta Casa, responsável última pelo Controle Externo e pela moralidade na Administração Pública, não pode se omitir quando do surgimento de denúncias de tais fatos. Dentro deste contexto, é fundamental que o Tribunal de Contas da União preste, com urgência, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2005. – Senador **Álvaro Dias**.

REQUERIMENTO Nº 861, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 70 e do art. 71, IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Casa da Moeda do Brasil, no período de 2003 até a presente data.

Justificação

As investigações atualmente em curso nas Comissões Parlamentares de Inquérito no Congresso Nacional tornaram evidente que até bem pouco tempo o Presidente da Casa da Moeda do Brasil, nomeado pelo Presidente Lula, participava de um esquema de obtenção de recursos irregulares para financiamento de campanha. Ora, já ficou demonstrado que o Sr. Manoel Severino dos Santos, ex-presidente daquela instituição, inclusive recebia pagamentos diretos de recursos irregulares e, até mesmo, promovia reuniões com empresários para negociar recursos para o Partido dos Trabalhadores. Assim, dado o comportamento deste importante ex-dirigente da Casa da Moeda, faz-se necessário que o Tribunal de Contas da União investigue a gestão do Sr. Manoel Severino dos Santos, a fim de averiguar se o mesmo não se utilizou de seu cargo para beneficiar empresas e interesses contrários ao bem público.

Assim, faz-se necessário que a auditoria por mim solicitada seja realizada o mais rapidamente possível, a fim de que possamos avaliar a veracidade ou não dos fatos em discussão.

Esta Casa, responsável última pelo Controle Externo e pela moralidade na Administração Pública, não pode se omitir quando do surgimento de denúncias de tais fatos. Dentro deste contexto, é fundamental que o Tribunal de Contas da União preste, com urgência, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2005. – Senador **Álvaro Dias**.

O SR PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos lidos serão apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Octávio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 862, DE 2005

Sr. Presidente, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja enviado à Ordem dos Advogados do Brasil, voto de congratulação pelo transcurso, em 11 de agosto, do Dia do Advogado.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2005. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**.

O SR PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de congratulações solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Octávio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 863, DE 2005

Senhor Primeiro Vice-Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, a necessária autorização para participar da Décima Conferência Mundial de Presidentes de Parlamientos, que se realizará em Nova Iorque, Estados Unidos da América, de 7 a 9 de setembro de 2005.

Comunico que estarei ausente do País no período de 6 a 11 de setembro.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

O SR PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Octávio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 864, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 310 de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “Altera dispositivos da Lei nº 9.112, de 10 de outubro de 1995, que dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados, e dá outras providências”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2005. – Senador **Gerson Camata**.

O SR PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Octávio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 865, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, seja consignado Voto de Aplauso ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Antonio Busato, pelo transcurso do Dia do Advogado, que se comemora nesta data em todo o País. Com isso pretendo que esta Casa presta justa homenagem a todos aqueles que, ao

abraçar a carreira jurídica, contribuem para a formação do estado democrático de direito no Brasil.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2005. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças. Havendo uma solicitação do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, para que não realizemos a Ordem do Dia, em função da ausência dos Líderes e da óbvia falta de **quorum**, nós vamos deixar a apreciação da Ordem do Dia para a próxima terça-feira da próxima semana.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 87, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável,

nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2004

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.*

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001 (nº 3.786/97, na Casa de origem), que *dispõe sobre inscrições em Braille nos medicamentos.*

Parecer sob nº 1.080, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2001 (nº 2.646/2000, na Casa de origem), que *altera a redação do § 1º do art. 285 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro* (permite ao condutor ou proprietário de veículos coletivos interpor recurso com efeito suspensivo de multa aplicada por aparelho eletrônico).

Parecer sob nº 476, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, acolhendo na íntegra o voto em separado do Senador Sibá Machado.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (nº 3.464/2000,

na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.*

Parecer favorável, sob nº 1.023, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986/2000, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975* (dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos).

Parecer sob nº 94, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta, com voto em separado do Senador Flávio Arns.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004 (nº 1.103/99, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 891, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3 –CMA, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341/2000, na Casa de origem), que *altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências* (exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos)

Parecer sob nº 253, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador

Augusto Botelho, favorável, com Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2004 (nº 1.638/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco” a rodovia BR-392, desde o município de Pelotas até o de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Parecer favorável, sob nº 254, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valdir Raupp.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005 (nº 1.652/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.021, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2005 (nº 1.747/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Combate à Pobreza.*

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador César Borges.

17

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162,
DE 2004-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *discute sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Aloizio Mercadante, e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 26, de 2005, Relator: Senador Ney Suassuna), que *autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Parecer favorável, sob nº 475, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Hélio Costa.

19

REQUERIMENTO Nº 579, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 579, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, de sua autoria.

20

REQUERIMENTO Nº 598, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 598, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

21

REQUERIMENTO Nº 709, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 709, de 2005, da Senadora Ana Júlia

Carepa, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 17, de 2004, e 176, de 2000, que já se encontra apensado aos de nºs 263 e 295, de 2003, por regularem a mesma matéria.

22

REQUERIMENTO Nº 711, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 711, de 2005, do Senador Sibá Machado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

23

REQUERIMENTO Nº 756, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 756, de 2005, dos Senadores Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro, requerem voto de solidariedade ao povo inglês, diante do atentado terrorista, que vitimou centenas de pessoas.

Parecer favorável, sob nº 1.347, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

24

REQUERIMENTO Nº 757, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 757, de 2005, do Senador José Jorge, solicitando, voto de solidariedade ao povo inglês, vítima na manhã do dia 7 de julho de 2005 de ataques terroristas, em Londres.

Parecer favorável, sob nº 1.348, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

25

REQUERIMENTO Nº 758, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 758, de 2005, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de censura e veemente repúdio contra os bárbaros atentados cometidos contra a população civil de Londres, capital do Reino Unido da Grã-Bretanha.

Parecer favorável, sob nº 1.349, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

26

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2000 (nº 405/95, na Casa de origem), que *estabelece precedência aos usuários que especifica, no atendimento em órgãos da administração direta da União e de suas entidades da administração indireta.*

Parecer sob nº 1.079, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Reginaldo Duarte, pela prejudicialidade.

27

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2003, do Senador Hélio Costa, que *autoriza a criação da TV Brasil Internacional.*

Parecer sob nº 798, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho, pela prejudicialidade.

28

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Requerimento nº 186, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre os valores dispendidos pelo Banco Popular do Brasil com diárias, passagens aéreas e cartões corporativos, nos anos de 2003 a 2005.

Parecer sob nº 466, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, pela prejudicialidade.

29

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Requerimento nº 187, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, que requer sejam solicitadas, ao Ministro de Estado da Fazenda, informações sobre as atividades do Banco Popular do Brasil, a fim de instruir a Medida Provisória nº 226, de 2004, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

Parecer sob nº 467, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, pela prejudicialidade.

O SR PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito.

Com a palavra, o Senador Sibá Machado. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque. (Pausa)

Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves.

O SR. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos maiores desafios deste século será a eliminação das barreiras que criam as desigualdades sociais e acentuam a pobreza. Em 1991, quando foi produzido o segundo Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, concluiu-se que a ausência de compromisso político – e não de recursos financeiros era a grande – responsável pela situação de pobreza do mundo.

Em 1997, o mesmo relatório, em sua nova edição, vaticinou o fracasso indesculpável das políticas econômicas, concluindo que a erradicação da pobreza absoluta, nos primeiros decênios do século XXI, seria economicamente factível, além de um imperativo moral.

Embora já existissem sinais claros de que tais políticas estavam levando a um aumento da pobreza, somente no início do ano 2000, com o crescente reconhecimento oficial do problema, o Banco Mundial assumiu publicamente que dezenas de milhões de pessoas não estavam em melhor situação que a geração anterior e que a globalização econômica tornou-as ainda mais marginalizadas.

Um ano depois, o então Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, declarou na Assembléia de Governadores do Fundo que a pobreza era uma ameaça sistêmica e propôs uma ofensiva para erradicá-la e humanizar a globalização. Mas foram os dados, contundentes e reveladores, alertando quanto às conseqüências da inquietação social no mundo e quanto ao risco real de desestabilização dos países desenvolvidos, que trouxeram à reflexão o atual problema da pobreza.

Faço esses comentários, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para trazer a este Plenário que, no último final de semana, no meu Estado, tive oportunidade de participar da comemoração de dois anos de criação do Banco do Povo de Sergipe, uma experiência vitoriosa do Governo do Estado e que hoje

é uma referência nacional na instrumentalização do microcrédito orientado como política pública de desenvolvimento.

Parte primordial desse sucesso no Estado de Sergipe deve-se à parceria da Secretaria Estadual de Combate à Pobreza, da assistência social e do trabalho, com o Banco do Estado de Sergipe, o Banese, que promove a integração do Banco do Povo às ações do combate à pobreza já desenvolvidas pelo Governo do Estado de Sergipe.

Cabe lembrar, Sr. Presidente, que o Banese é o único Banco Estatal da Região Nordeste e um dos poucos que restaram no Brasil após as privatizações das instituições financeiras. Por isso mesmo foi possível redesenhá-lo e fazer retomar a sua posição estratégica. Além de orgulho de todos os sergipanos, o Banese hoje se destaca no cenário nacional, tendo recebido em junho passado, ao lado do Banco do Brasil, da Light e da Cemig, o prêmio Mário Henrique Simonsen de Excelência em Balanço Social.

Mas não só isso, porque foi também o Banese, a primeira instituição financeira a quebrar paradigmas até então enraizados nas instituições de microfinanças do meio acadêmico, de redução dos juros aos beneficiário final, de concessão de crédito sem garantia e para clientes sem atividades ou com atividades.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o setor de microcrédito no Brasil não desperta interesses e tem baixa participação de instituições financeiras porque possui elevado custo operacional, alto risco em função da fragilidade financeira do cliente, e porque há desconhecimento dessas instituições quanto à dinâmica do mercado informal, que é o maior beneficiário do programa.

Pois o Banco do Estado de Sergipe vem cobrando a menor taxa de juros entre as instituições financeiras do País, de 1.8%, concede créditos sem garantias e, no entanto, comemora o aumento do volume de suas aplicações, tendo no Banco do Povo um índice de inadimplência de cerca de 1%, minimizado em função do crédito orientado. Em dois anos de implantação e graças à capacidade do Banese, o Banco do Povo de Sergipe está presente nos 75 municípios sergipanos, cobrindo portanto, 100% do nosso território, através de agências, de postos e de pontos que já eram operacionais.

O alcance do programa é de suma importância para a descentralização e distribuição do desenvolvimento humano em todo o Estado. Mas, ainda fomos mais além com a criação da Caravana do Povo, uma unidade móvel itinerante que se desloca até os rincões

sergipanos, levando crédito aos pequenos empreendedores num trabalho de corpo-a-corpo.

A integração com os programas sociais do Governo do Estado asseguram essa diferença, porque estabelecem o foco de suas ações no benefício da família e não apenas do cliente tomador do empréstimo, gerando renda através do crédito produtivo orientado, inserindo essa família em outros programas do Governo de Estado, programas da secretaria da pobreza, programas da educação e de tantas outras secretarias.

Merece destaque, Sr. Presidente, mencionar que 70% da carteira do programa está aplicada com mulheres e, não à toa, porque sabemos que a pobreza no Brasil é feminina e que não há formas de efetuar mudanças sociais concretas se nos distanciarmos da questão da mulher, também sabedores que nela está o principal instrumento de integração e desenvolvimento da família.

Cabe mencionar também a ação do Banco do Povo de Sergipe na viabilidade de programas de socialização mantidos pela Secretaria de Justiça nos presídios, como o “Caminhando para a Liberdade”, através da concessão de crédito individual para detentos e ex-detentos, com assistência às famílias e criação de associação em bairros para escoamento da produção gerada pelo crédito produtivo.

É preciso ressaltar que o uso do microcrédito como instrumento...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Maria do Carmo, gostaria de participar dando testemunho de que o Governador do Sergipe é talvez o mais competente brasileiro. Eu, para governar o Estado do Piauí, aprendi muito, porque ele tem a melhor obra editada sobre o desenvolvimento do Nordeste. Isso daí é uma grande inspiração. Eu adverti o Senador Eduardo Suplicy no começo do nosso mandato. Suplicy, olhe para cá; olhe para a verdade aqui. Eu disse que a salvação era aí o que o João Alves fez. E, quando governei o Piauí, eu fiz. A inspiração é do Professor Yunus, em Bangladesh, do Grameen Bank. É tão verdadeira que Hillary Clinton, sabendo que ele tinha esse programa e que seu esposo Bill Clinton estava combatendo a pobreza, de chofre, conseguiu para ele uma audiência com Bill Clinton, que chamou todos os secretários para adotar o que João Alves está fazendo e eu fiz. Não o PT, que, através do Banco do Brasil, trouxe a maior corrupção, que foi um banco popular com R\$25 milhões gastou em publicidade – isso está vindo à tona – e de R\$2 milhões era o crédito servido ao necessitado. De parabéns o João Alves, um nome extraordinário e uma esperança, ainda, na política do Brasil.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Agradeço, Senador Mão Santa, o aparte de V. Ex^a e eu o incorporo ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, é importante ressaltar que o uso do microcrédito como instrumento de desenvolvimento é possível, viável e eficiente. Não há cabimento, Sr. Presidente, que haja a ‘bancarização’ desse serviço, com objetivos exclusivos de inserção popular aos produtos e serviços bancários, como se verifica nas iniciativas federais e em outras em funcionamento no Brasil.

Essas iniciativas, desassociadas de ações sociais de inclusão e do acompanhamento do crédito orientado para a produção, são verdadeiras armadilhas que levarão, a médio prazo, os supostos beneficiários a um maior endividamento pessoal.

Em dois anos de atividades do Banco do Povo de Sergipe foram criados 900 novos empreendimentos no Estado, que geraram 8.300 novos postos de trabalho para os sergipanos, com recursos aplicados de mais de R\$6 milhões no atendimento de 17.450 clientes, número que o Governo do Estado espera dobrar até o final de 2006, efetuando 35 mil operações de microcréditos.

São ações reais e eficientes quanto ao seu objetivo de desenvolvimento humano, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que nós sergipanos temos orgulho de apresentar hoje, como estou fazendo, porque temos sido referência em diversas atuações sociais.

Dou os parabéns a todos que fazem o Banese, por se envolverem e por acreditarem no programa, auxiliando-nos, portanto, a obter os atuais resultados.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a conceder-me, em nome do meu Partido, a utilização do tempo para fazer uma comunicação, visto que eu já estava na lista.

V. Ex^a pode retornar a minha inscrição ou conceder-me a comunicação?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan e, em seguida, darei a palavra a V. Ex^a, Senador Magno Malta, como orador inscrito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra pela ordem a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, reivindico também a inscrição pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a, Senador Leonel Pavan, e o Senador Sibá Machado falarão em ordem invertida, intercalando as suas falas com as dos oradores inscritos, conforme acordo e o Regimento Interno.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Deixe-me fazer uma consideração, Sr. Presidente. Sou o sexto inscrito de hoje e estava preocupado com que, até chegar a minha oportunidade, poderia ficar tarde demais. Por isso, apresentei o requerimento para falar pela Liderança.

O que eu gostaria de garantir junto a V. Ex^a é que pretendo utilizar a inscrição que vier em primeiro lugar, seja pela Liderança, seja como orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu darei a palavra, como disse, ao Senador Magno Malta, na forma do Regimento Interno. Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a, Senador Sibá Machado, como anunciado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, serei o seguinte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela Liderança do Bloco/PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero cumprimentar também os cidadãos e cidadãs que estão conosco, nas galerias desta Casa, gente do povo, bem como o povo que nos assiste em casa.

Eu havia reservado alguns dados para trazer hoje sobre o meu Estado, o Espírito Santo, onde, sob a benção de Deus, a cada dia, aparece um novo poço de petróleo. É um Estado cuja costa tem o complexo portuário que tem. Com o trabalho que está sendo feito na dragagem do porto de Vitória, com a capacidade que tem, certamente, é um dos Estados mais promissores deste País. Mas eu o farei, com os dados, numa próxima oportunidade, visto que este momento, Sr. Presidente, urge. E na sociedade brasileira, de todos os rincões, dos cidadãos mais simples, dos mais pobres aos mais abastados, dos neófitos aos doutores, nas esquinas e nos palácios, a conversa é a mesma. E o cidadão do táxi, de igual modo o garçom, o professor de Direito, a professora, o médico, todos comentam a

crise brasileira com o mesmo nível de conhecimento, com o mesmo índice de conhecimento e com a mesma profundidade.

Senador Cristovam Buarque, o Parlamento brasileiro tem uma oportunidade ímpar de se passar a limpo, Senador Sibá, neste momento em que os olhos da sociedade, Sr. Presidente, estão sobre nós, esperando uma resposta, até porque os homens de bem foram todos levados para a vala comum, como que sepultados por uma lama de indignidade que parece que tomou as ruas do Brasil. E andamos nas ruas como se houvesse uma nuvem escura pairando sobre esta Nação, como se todas as pessoas fossem suspeitas.

É preciso reagir a isso e julgar com justiça. Tratar a justiça com justiça, sem indignidade, não dá para fazer proteções num momento como este, para não pagar o preço de o Parlamento ser deteriorado ou pisado em praça pública, sem a mínima chance, Senador Mão Santa, de poder redimir-se.

Senador Mão Santa, andamos nas ruas do Brasil! Senador Pavan, na cidade mais humilde, do cidadão mais letrado ao iletrado, fazem a mesma cobrança! E há uma coisa ocorrendo na sociedade brasileira em que é preciso prestar atenção: o caso é tão grave e é preciso ser tratado com tanta seriedade que as pessoas estão cobrando sem ironia, sem deboche, desde o mais simples àquele que se julga conhecedor, estão requerendo, Senador Paulo Octávio, Presidente em exercício, que reajamos.

Ontem, ouvimos dois advogados na CPI dos Bingos, CPI esta da qual tive o prazer de ser seu proponente, e pagamos um preço muito alto por isso. Houve uma luta nesta Casa, e a CPI está instalada e, depois dela, vieram as outras CPIs. O Senador Pavan estava lá e os inquiriu: o Marcelo e o Wagner. Senador Mão Santa, se realmente o diabo é o pai da mentira, a mãe são aqueles dois advogados. Eles não sabem de nada, amnésia profunda. Aliás, parece que esta é uma desgraça que se abate em todo mundo que se sinta em cadeira de CPI: o cara vira verdadeiro, honesto.

No período de dois anos, Senador Paulo Octávio, essa Consultoria MM, de Belo Horizonte, prestou um serviço à Gtech, que é uma multinacional do jogo. Tantas bancas importantes em Brasília, uma banca de um advogado desconhecido de Minas Gerais! E de 2003 até agora, esse cidadão recebeu quinze milhões. Perguntado, ele não sabe onde o dinheiro está, não depositou para a família, e respondeu o seguinte: “Sou um homem muito extravagante, diferente dos outros, viajo muito, gasto muito em cartão de crédito, tomo muito vinho caro”. Se esse artista estivesse

vivendo na Europa com quinze milhões durante dois anos, tomando vinho caro, comendo hambúrguer, onde quisesse, ainda não ia conseguir gastar esse montante de dinheiro.

Agora resta a CPI, porque ninguém tem que ter a ilusão de que o sujeito senta-se em uma CPI e que irá dizer “eu fiz, sou eu, eu assumo”. Não. Mas tínhamos dados. Em 2001, o sócio Marcelo, que constatamos no final que levou um a zero do sócio, que é o seu primo, declarou inativa a sua empresa em 2001/2002. O sócio, sabendo que estava inativa, em 2001/2002, movimentou seis milhões. Esse documento está na minha mão, Senador Paulo Octávio, chegou da Receita. Mentiu à CPI. E saí dali com sentimento de revolta, porque aquele rapaz deveria sair dali preso, algemado. E eu solicitei a sua prisão. Por quê? Há tanto pobre que roubou tocafitas, que está preso, nem advogado tem. O sujeito rouba, o sujeito movimenta, o sujeito desmoraliza a sociedade brasileira, e vai embora rindo da cara do Parlamento!

Ah, mas o Ministério Público e a Polícia Federal estão investigando. Então, se for somente Ministério Público e Polícia Federal, para que CPI? A prisão desse tipo de gente é pedagógica para a sociedade. A sociedade não agüenta ver o sujeito debochando, com dinheiro no banco, numa sociedade de 54 milhões de miseráveis. Contratos superfaturados, jogadas, lavagem de dinheiro... A sociedade não agüenta. E ele foi embora impune.

E hoje estamos ouvindo o Sr. Waldomiro Diniz. É um homem mais santo do que mãe, Sr. Presidente! Mais santo do que minha mãe! E cego, e surdo, nem viu nem ouviu. É mais santo do que minha mãe.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Magno Malta, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, José Francisco, que responde com o apelido que o povo do Piauí lhe deu: Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Magno Malta, gostaria de dar o testemunho de que a esperança que o povo tem nessa CPI muito se deve ao comportamento de V. Ex^a. No País, tivemos uma fase pior do que essa, era o sindicato do crime organizado, que existia no Brasil, no Piauí, e foi, sem dúvida nenhuma, V. Ex^a o ícone daquela moralização. O do Piauí, que era o Coronel Correia Lima, quero comunicar-lhe que recentemente ninguém ousaria, todo mundo tinha medo. Eu que dei a ordem de prisão. O poder de polícia do Governador é de 30 dias, mas V. Ex^a que garantiu uma CPI do Crime Organizado, ele acabou de pegar 20 anos de cadeia. E não foi

só Piauí, não; no Maranhão, no Acre, no Brasil todo. Então, os Presidentes das CPIs que estão aí devem buscar a sua coragem e experiência, que tanto serviço prestaram ao Brasil.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, dói muito no meu peito. Meu coração se angustia e sou homem que tenho pouca razão, mas tenho muita emoção. Senador Mão Santa, lembro que minha mãe, D^a Dadá, morreu com 57 anos, com um tumor no cérebro, ganhando meio salário mínimo, e meu pai, um pobre relojoeiro do interior da Bahia, morreu ganhando um salário mínimo. Se Deus não tivesse dado me dado graça, meu pai não teria direito nem a remédio na sua velhice. E vejo esses facínoras, um monte de caras-de-pau, ladrões do dinheiro público, um monte de malandros sem-vergonhas e que mentem descaradamente.

A sociedade brasileira está enojada, mas a mão dela é a nossa mão; a voz dela é a nossa voz; a boca da sociedade brasileira é a nossa boca; a ação dela é a nossa ação. E se falharmos na nossa ação, estamos falhando com homens e mulheres que a esta hora estão na frente da televisão, os escritórios estão ligados na Internet, as pessoas estão trabalhando, ouvindo, estarecidos, depoimentos descarados, deslavados de quem não tem compromisso com a vida alheia. E esses homens e mulheres que estão assistindo à televisão, que estão ligados, que estão olhando para cá, estão com o peito cheio de esperança de que não nequemos, não tiremos a visão dos propósitos que nos levaram às ruas, não nos esqueçamos de quem conosco caminhou, de quem em nós acreditou e nos sufragou para que aqui viéssemos representá-los, para que aqui viéssemos reagir em seus nomes. Homens e mulheres, Senador Leonel Pavan, lesados, assistindo pasmos e esperando uma reação do Parlamento.

Não podemos permitir que nos levem para a vala comum e nos sepultem juntos. Não podemos permitir isso.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Magno Malta, V. Ex^a faz um brilhante pronunciamento, como sempre tem feito e não apenas aqui no Senado. V. Ex^a, como artista que é, faz inúmeros *shows* Brasil a fora, sempre levando uma mensagem de otimismo e de esperança para os que o ouvem. Aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para lamentar um fato: houve um convite feito pelo Ipea para assistirmos hoje a um debate, com transmissão nacional, sobre matéria fiscal. Todos iríamos assistir, porque temos

interesse. O evento foi cancelado repentinamente. Era um debate em que teríamos a presença de Senadores, a exemplo do Senador Tasso Jereissati, do Senador Rodolpho Tourinho e do Deputado Federal Delfim Neto, ou seja, um debate importante. De repente, Senador Magno Malta, ele foi cancelado, adiado. Sabe por quê? O debate foi prejudicado, responsabilizando-se os Senadores. Disseram que, em razão de nós termos aprovado um salário mínimo maior para a população brasileira, somos irresponsáveis. Quem são essas pessoas, o Governo, o PT, para dizer que nós somos irresponsáveis, quando estamos brigando, juntamente com V. Ex^a, para buscarmos um salário mais digno, justo para os trabalhadores? Acusar os Senadores de irresponsáveis, quando nós aqui estamos apenas sendo elo de reivindicação com as camadas sociais mais sofridas? Eles cancelaram sabe por quê? Porque não queriam concorrer com a CPI dos Bingos de hoje, com o depoimento do Waldomiro Diniz. Ficaram com medo das declarações de Waldomiro Diniz. Eles estavam com medo pelo que ia ser dito nesse encontro hoje, na CPI dos Bingos. Lamento profundamente a falta de planejamento, de sensibilidade pública por parte do Ipea, ao cancelar um evento tão importante para o País, porque seria um debate sobre matéria fiscal, com a participação de brilhantes Senadores, a exemplo do Senador Tasso Jereissati. Aproveitei o seu pronunciamento porque chamar o Senado de irresponsável é uma ignorância deste Governo que está envolvido num lamaçal enorme, em corrupção.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

Sr. Presidente, não há um só desinformado na sociedade brasileira sobre esta matéria. Não é possível fazer conta para os pobres do Brasil que estão assistindo a tudo. Eles não sabem fazer essa conta de quanto dinheiro jorrou pelo ralo de forma indecente e descabida. Eles apenas se questionam: Por que o meu salário não melhora? E concluem: Meu salário não melhora por isso.

Quem é que vai fazer conta? Quem é que vai pegar a linguagem de um economista para debater com um pobre sacrificado de salário mínimo? Não serei eu. Não me peçam isso. A minha questão com o salário é de foro íntimo, é uma questão pessoal de quem passou fome, de quem viveu adversidade, com uma mãe e um pai extremamente pobres. Não me peça para cometer injustiça contra aqueles que necessitam de mais dignidade neste País.

(Interrupção do som.)

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF) – Senador Magno Malta concedo a V. Ex^a mais dois minutos para terminar o seu pronunciamento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Encerro, Sr. Presidente, dizendo que, de fato, no final de semana próximo passado, eu estive em Foz do Iguaçu. Eu só havia estado lá anteriormente pela CPI do Narcotráfico, quando fomos ver aqueles artistas que lá agiam praticando crimes. E pudemos prestar um serviço àquela cidade tão linda.

Estive lá no final de semana e fiquei surpreso com o amor do povo daquela cidade pelo Senador Osmar Dias.

No meio da minha apresentação, Sr. Presidente, fui fazer uma brincadeira dizendo que estava ali e que tinha pedido ordens ao Senador Osmar Dias. E o povo teve uma das reações mais belas que já vi. Foz do Iguaçu poderia ter no turismo a sua grande indústria e ainda não tem. O Governo Federal precisa ter olhos para aquilo lá não somente para fazer repressão, que é necessária, mas para ajudar o Governo municipal a tratar bem aquela princesa brasileira.

A exemplo de sábado retrasado, quando eu estive em Salvador, na Marcha para Jesus, uma marcha para a vida. Havia um milhão de pessoas na rua, proclamando e conclamando a vida, sem brigas, sem tráfico de drogas, sem ocorrência policial.

Então, encerro, parabenizando o povo da Bahia, Estado que me pariu. Parabenizo o apoio do Governador e do Prefeito para aquele grande evento.

Parabenizo também o povo de Foz do Iguaçu, que foi às ruas, um povo amável e descente.

Fiz um evento em um bairro extremamente carente, de pessoas drogadas. No final daquele evento, vi centenas de jovens que...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Já encerro, Sr. Presidente.

No final daquele evento, vi centenas de jovens atendendo à manifestação do baiano Popó, que contou o que Deus havia feito em sua vida e que havia saída para qualquer jovem que estivesse metido na criminalidade ou ensaiando para ela.

Foi uma apoteose em Foz do Iguaçu. Parabéns a Selene, que promoveu o evento, e a Maria. Parabéns aos líderes religiosos, aos políticos, aos meios de comunicação que deram todo apoio àquele evento.

Obrigado, Sr. Presidente, pela complacência.

Que Deus tenha misericórdia de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Com a palavra o Senador Leonel Pavan, pela Liderança do PSDB.

Em seguida, o Senador Antonio Carlos Magalhães, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Octávio, tenho recebido nestes dias inúmeras visitas de Prefeitos, Vereadores de Santa Catarina, e todas essas autoridades públicas do meu Estado estão em busca de recursos para seus Municípios, pobres e carentes, que têm cidadãos que trabalham com muita dignidade, com muita honra para poder sustentar suas famílias.

Hoje, recebi inúmeros Prefeitos comandados pelo nosso Presidente da Associação dos Prefeitos de Santa Catarina, nosso Prefeito de Imbituba, Beto Martins, e também pelo Prefeito Tomé, de São Lourenço do Oeste, que é o Secretário dos Prefeitos do PSDB de Santa Catarina. Esses dois Prefeitos, aqui representando inúmeros outros, estão em busca de resultados positivos para os Municípios de Santa Catarina, independentemente de cores partidárias. Mas principalmente por aqueles mais esquecidos, que têm sido os Prefeitos do PSDB, lamentavelmente. Governo que é Governo não governa para Partido, mas para a sua gente, para o seu povo, para os brasileiros. E o que venho denunciando sempre nesta Casa é justamente isto: o atual Governo Federal destinou recursos, emendas, atenção para os Prefeitos ligados, partidariamente ou de alguma forma, ao PT, ao Presidente Lula. E esses dois Prefeitos – Sr. Tomé Francisco Etges, de São Lourenço do Oeste, e Sr. Beto Martins, de Imbituba – representam aqui o aclamo, as reivindicações dos Prefeitos do PSDB do meu Estado de Santa Catarina.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para novamente tentar alertar o Governo Federal e o Ministério da Educação sobre investimentos em universidades públicas. Tenho aprovado recursos para serem investidos em novas universidades públicas, recursos para o Governo distribuir e investir nesse setor em todo o Brasil. Além disso, tenho empenhado esforços para a aprovação de um projeto de criação de uma universidade federal no interior de Santa Catarina, no oeste do Estado.

O País está, a cada dia, mais perplexo com a gravidade das denúncias de corrupção na máquina governamental, e todos nos perguntamos, atônitos: até onde essa crise vai chegar? Qual será o fim de tudo isso?

Todavia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos deixar que essa onda de “mensalão” paralise o Governo e o Congresso, pois são enormes os problemas que temos a resolver, para os quais a sociedade exige uma atenção mais do que urgente.

Por isso, venho a esta tribuna para trazer ao conhecimento do Senado um assunto que tem afligido a população do meu Estado de Santa Catarina e que deve merecer, no meu entendimento, a maior atenção desta Casa. Refiro-me à luta pela federalização da Universidade Regional de Blumenau.

A cidade de Blumenau, localizada a apenas 150 quilômetros de nossa capital, Florianópolis, é um dos principais pólos industriais e turísticos do Estado, com especial ênfase para o setor têxtil, o alimentício e o metalúrgico. Ela representa o terceiro maior PIB de Santa Catarina e conta, hoje, com 262 mil habitantes. São pessoas muito ordeiras e trabalhadoras, mas que, talvez justamente por suas virtudes e excelências, vêm sendo discriminadas pelo Poder Público nas últimas décadas. Como resultado das políticas governamentais, Blumenau não possui nenhuma universidade gratuita, ao contrário de outros Municípios de menor porte econômico.

A Universidade Regional de Blumenau (Furb), criada em 1964, apesar de ser uma fundação pública municipal e que, portanto, deveria ser gratuita, possui apenas 70% de suas receitas provenientes das mensalidades, porque o crescimento das atividades acadêmicas, tanto em quantidade de alunos, quanto em infra-estrutura, esgotou a capacidade de financiamento pelo Município.

Para V. Ex^{as} terem uma idéia do que a Furb significa, ela possui hoje cerca de 16 mil alunos matriculados, nos 36 cursos de graduação, dezenas de especializações e seis mestrados que oferece. Além disso, 60% de seus docentes possuem o título de mestre ou doutor.

Sr. Presidente, por isso é cada vez maior o número de entidades e de pessoas, entre as quais me incluo, que apóiam a federalização da Furb como única forma de aquela instituição continuar oferecendo um ensino de qualidade, com graduação diversificada, pesquisa e extensão, e, ao mesmo tempo, poder atuar como

agente de transformação da realidade social, inserindo-se no setor produtivo.

A importância da federalização da Furb está igualmente relacionada ao fato de ser Blumenau uma região metropolitana, que agrega muitos estudantes de cidades vizinhas de menor peso econômico, que não possuem condições de abrigar uma instituição pública de ensino superior.

O Estado de Santa Catarina tem sido um dos mais injustiçados pelo Governo Federal quando o assunto é educação. Apesar de sua importância econômica, possui apenas uma universidade federal, fundada em 1960. Enquanto isso, outros Estados são bem mais favorecidos: o Rio de Janeiro, por exemplo, conta com quatro universidades federais, e já estão a caminho mais duas, a serem localizadas, respectivamente – certamente temos conhecimento disso –, na Baixada Fluminense e em Volta Redonda; em maio último, o Presidente Lula autorizou a criação de uma universidade pública no ABC paulista, berço de sua trajetória política; o nosso querido Rio Grande do Sul possui cinco federais e está instalando mais uma; temos ainda o caso de Minas Gerais, que possui 12 instituições federais de ensino superior.

Entendo que todos os Estados merecem não apenas as que já estão instaladas, mas outras, novas universidades. Mas Santa Catarina, meu caro Prefeito Beto Martins, só tem uma universidade federal. Não é possível que Santa Catarina, que é o quinto Estado em exportação e o sétimo em arrecadação, um Estado de grande importância para o nosso País, tenha apenas uma universidade federal. Espero que o Governo Federal, que o Presidente Lula atenda os catarinenses, atenda os blumenalenses e toda a região de Blumenau.

As entidades públicas e privadas daquele Município da região assinaram um documento pedindo a atenção das autoridades estaduais para alertar o Governo Federal, o Ministério da Educação e a nós, para que atendamos com urgência aquela comunidade, no sentido de federalizar definitivamente uma das maiores faculdades do nosso País, a Furb, pois que não há mais condições de mantê-la apenas com recursos municipais. São mais de 16 mil alunos, e eles pedem socorro até para que possamos dizer um dia que Santa Catarina e Blumenau, cidade tão rica, forte, potente, com trabalhadores que orgulham o nosso Estado e nosso País, foram atendidos pelo Governo Federal.

Repito que, mesmo sendo um Senador da Oposição, já encaminhei, na Comissão de Educação, da qual sou titular, emendas para o Ministério da Educação, para o Governo Federal, para que sejam investidos recursos em universidades em todos os Estados do Brasil. Mas tem que sobrar um pouco desses recursos para Santa Catarina.

Tenho um projeto, que ainda está para ser votado, com parecer pronto do Senador Arthur Virgílio – deverá ser votado na próxima semana –, para instalação de uma universidade federal no oeste de Santa Catarina. Mas poderíamos investir no oeste; no Alto Vale, na região de Blumenau; em Florianópolis, onde já existe uma universidade; e no sul do Estado. Merecemos, no mínimo, quatro universidades, pela importância de Santa Catarina.

O meu pronunciamento é extenso, e nele menciono todas as entidades, todas as qualificações necessárias e os pedidos de várias entidades. As pessoas nos procuraram, e já existem mais de 50 mil assinaturas de moradores de Blumenau e da região.

Peço que o restante deste pronunciamento seja publicado nos Anais desta Casa e encaminhado aos setores responsáveis. Já encaminhei pedido, fiz ofícios, projetos, emendas e agora faço um apelo da tribuna para tentar sensibilizar este Governo, que, até agora, tem sido insensível aos apelos dos catarinenses. Não estamos pedindo socorro apenas para as universidades, para a educação.

Está presente neste plenário o ex-Deputado Serafim Venzon, que veio trazer sua solidariedade ao povo de Blumenau. Apelo ao Governo para que invista também em sinalização, em infra-estrutura, em saneamento, em rodovia, e atenda aos municípios, aos senhores vereadores, às nossas comunidades, já que o Governo se orgulha de dizer e bate no peito: “Recorde em superávit”, “recorde em arrecadação”. No entanto, em contrapartida, estamos batendo inúmeros recordes no não atendimento aos anseios, aos projetos e às necessidades do nosso povo. Nunca Santa Catarina esteve tão esquecida como no atual Governo.

Para aproveitar o tempo que me resta, esclareço que sempre tenho participado dos debates, ouvindo com muita atenção os pronunciamentos do Senador Mão Santa, que, desde o início do Governo Lula, tem feito um apelo – assim como nós – para que o Governo tome um rumo, um caminho seguro que traga resultados positivos para tudo aquilo que prometeu, a fim

de que a esperança do povo brasileiro não se frustrasse e seja atendida.

Hoje, lamentavelmente, estamos vendo que o Governo Federal – o Presidente Lula – precisa dar uma explicação ao País. Não pode mais jogar a responsabilidade para a Oposição nem dizer que não sabe, que não sabia, que condena isso ou aquilo. É preciso agir, partir para a prática, tomando a posição de governante, de comandante, de Presidente da República, que é um direito que tem o Presidente Lula. Deve começar a agir, porque faltam poucos meses para o Governo terminar, e, em abril do ano que vem, já não se poderá mais licitar nada, uma vez que as eleições estarão próximas. É necessário que o Presidente Lula, antes que seja tarde, tome uma posição enérgica, dura e eficaz, para trazer resultados positivos para o Brasil, para não frustrar ainda mais a esperança do povo.

Sou da Oposição, mas estou sentindo na minha alma, no meu coração. Quando soube hoje o que o Duda Mendonça declarou na CPMI dos Correios, fiquei muito triste. Apesar de tudo isso que está ocorrendo no País, sabendo das coisas que estão acontecendo, jamais pensei que o homem que construiu a imagem do Lula pudesse destruí-la numa manhã, em apenas um pronunciamento. O Duda foi mais sincero em poucos minutos, em poucas horas, do que este Governo em quase três anos de mandato. Pelo menos aparentemente, até agora, aquilo que ele disse é grave, muito grave.

(Interrupção do som.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Finalizando, Sr. Presidente, quero dizer aos nobres Srs. Senadores que ontem votaram a emenda do Senador Antonio Carlos Magalhães, que passou o salário mínimo para R\$384,00, que não me sinto irresponsável por dizer que esse salário vai prejudicar o País, mas, sim responsável por resgatar a dignidade do povo brasileiro, do trabalhador. Fizemos as contas ontem nos baseando nos cálculos que o PT fez ao longo de 20 anos. Se considerarmos as contas do PT, o salário deveria ser de R\$600,00, de R\$700,00, de R\$800,00. Aquilo que aprovamos, certamente, é um pouco do resgate da dignidade dos trabalhadores.

Agora, Lula, cumpra com a sua obrigação, porque é a oportunidade de cumprir com seus compromissos e de atender aos anseios dos trabalhadores.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR LEONEL PAVAN.

DO SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB – SC)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

O País está, a cada dia, mais perplexo com a gravidade das denúncias de corrupção na máquina governamental, e todos nos perguntamos, atônitos: até onde esta crise vai chegar? Qual será o fim de tudo isso?

Mas, Senhor Presidente, não podemos deixar que essa onda de *mensalão* paralise o Governo e o Congresso, pois são enormes os problemas que temos a resolver, para os quais a sociedade exige uma atenção mais do que urgente.

Por isso, venho a esta tribuna para trazer ao conhecimento do Senado um assunto que tem afligido a população do meu Estado de Santa Catarina e que deve merecer, no meu entendimento, a maior atenção desta Casa. Refiro-me à luta pela federalização da Universidade Regional de Blumenau.

A cidade de Blumenau, localizada a apenas 150 quilômetros de nossa capital, Florianópolis, é um dos principais pólos industriais e turísticos do Estado, com especial ênfase para o setor têxtil, o alimentício e o metalúrgico. Ela representa o terceiro maior PIB de Santa Catarina e conta, hoje, com cerca de 262 mil habitantes. São pessoas muito ordeiras e trabalhadoras, mas que, talvez justamente por suas virtudes e excelências, vêm sendo discriminadas pelo Poder Público nas últimas décadas. Como resultado das políticas governamentais, Blumenau não possui nenhuma universidade gratuita, ao contrário de outros municípios de menor porte econômico.

A Universidade Regional de Blumenau FURB, criada em 1964, apesar de ser uma fundação pública municipal, e que, portanto, deveria ser gratuita, possui quase 70% de suas receitas provenientes das mensalidades, porque o crescimento das atividades acadêmicas, tanto em quantidade de alunos, quanto em infra-estrutura, esgotou a capacidade de financiamento pelo município.

Para ter uma idéia do que a FURB significa, Senhor Presidente, ela possui matriculados hoje cerca de 16 mil alunos, nos 36 cursos de graduação, dezenas de especializações e seis mestrados que oferece; além disso, 60% de seus docentes possuem o título de Mestre ou Doutor. Evidentemente, para manter um nível de ensino, pesquisa e extensão compatível com essa estrutura, são necessários volumosos recursos

financeiros, o que não pode mais ser suportado pelo financiamento privado, sem comprometer a qualidade dos serviços prestados por aquela Instituição.

Por isso, é cada vez maior o número de entidades e de pessoas, entre as quais me incluo, que apoiam a federalização da FURB, como única forma de aquela Instituição poder continuar oferecendo um ensino de qualidade, com graduação diversificada, pesquisa e extensão, e, ao mesmo tempo, poder atuar como uma agente de transformação da realidade social, inserindo-se no setor produtivo. Além disso, ao se tornar uma universidade federal, a FURB permitirá que os estudantes da rede pública, aqueles que hoje podem apenas sonhar com uma carreira profissional digna, tenham efetivamente a possibilidade de obter seu diploma superior e de melhorar suas vidas e as de seus familiares. Talvez resida aí, Senhor Presidente, o maior mérito da federalização que pleiteamos!

A importância da federalização da FURB está, igualmente, relacionada ao fato de ser Blumenau uma Região Metropolitana, que agrega muitos estudantes de cidades vizinhas, de menor peso econômico, que não possuem condições de abrigar uma instituição pública de ensino superior.

O Estado de Santa Catarina, Senhoras e Senhores Senadores, tem sido um dos mais injustiçados pelo Governo Federal quando o assunto é educação. Apesar de sua importância econômica, possui apenas uma universidade federal, fundada em 1960. Enquanto isso, outros Estados são bem mais favorecidos: o Rio de Janeiro, por exemplo, conta com quatro universidades federais, e já estão a caminho mais duas, a serem localizadas, respectivamente, na Baixada Fluminense e em Volta Redonda; em maio último, o Presidente Lula autorizou a criação de uma universidade pública no ABC paulista, berço de sua trajetória política; o Rio Grande do Sul possui cinco federais; temos ainda o caso de Minas Gerais, que possui 12 instituições federais de ensino superior.

Por que, então, Senhor Presidente, essa discriminação com Santa Catarina? Por que, Presidente Lula? Será que nós, catarinenses, não merecemos a consideração e o empenho do Governo de Vossa Excelência?

Quero, neste momento, solidarizar-me com todos aqueles que lutam por esta causa, em especial o

Comitê Pró-Federalização da FURB, composto por diversas entidades que representam as aspirações daquela região, como o Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau, a Câmara Municipal dos Vereadores, a União Blumenauense das Associações de Moradores, o Sindicato dos Bancários de Blumenau e o Rotary Clube Blumenau Norte.

Desde 2002, esse Comitê vem, com muita determinação, organizando ações sistemáticas que viabilizem seu objetivo maior, buscando o apoio de diversos segmentos, e dos colegas Senadores Eduardo Suplicy e Ideli Salvati, tendo ainda encaminhado moções ao Vice-Presidente da República, José de Alencar, quando de sua visita a Blumenau.

É relevante destacar aqui que todos os esforços em prol da federalização da FURB se realizam em um contexto de grandes dificuldades regionais. Blumenau, apesar de ser o terceiro PIB do Estado, não acompanhou o desenvolvimento de cidades como Joinvile e Florianópolis, que, coincidentemente, possuem universidades públicas. Ao contrário, após as enchentes dos anos de 1983 e 1984, Blumenau tem enfrentado uma grande crise econômica, que prejudicou sobretudo as famílias que para lá se dirigiram em busca de uma vida melhor para seus filhos; estes, por sua vez, não conseguem acesso ao ensino superior por absoluta falta de condições de pagar as mensalidades.

Já está na hora de o Brasil adotar uma política séria para o setor educacional, que contemple os reais anseios do povo, em especial no que se refere ao acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade. Não podemos mais continuar convivendo com esse quadro de desigualdades e de privilégios, em que alguns são favorecidos por políticas e recursos públicos, em detrimento de outros. Iniciamos o século XX criando as primeiras instituições de ensino superior do País, e precisamos adentrar o século XXI com a modernização de nosso sistema de ensino, que permita ao jovem inserir-se no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, compatibilize as necessidades regionais com um projeto nacional de progresso e de desenvolvimento.

Como não há progresso nem desenvolvimento sem educação, faço, nesta oportunidade, um apelo sincero ao Governo Federal e, em especial, ao Presidente Lula: Presidente, olhe com

atenção para Santa Catarina e ajude seu povo nesta luta; federalize a Universidade Regional de Blumenau para que o sonho de um povo, por uma educação pública e de qualidade, deixe de ser apenas letras frias no papel, e se torne a expressão mais vibrante de suas vidas. Santa Catarina e o Brasil, com certeza, agradecerão a Vossa Excelência por esse gesto de grandeza e sabedoria.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF)

– V. Ex^ª, Senador Leonel Pavan, será atendido na forma regimental, e o seu pronunciamento será encaminhado à publicação.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, apresentei uma moção de congratulações à Ordem dos Advogados pelo transcurso, hoje, do Dia do Advogado.

Mais do que nunca, devemos exaltar os advogados do Brasil, principalmente o PT, que vai precisar muito de advogado. O PT, no dia de hoje, deveria render as maiores homenagens aos advogados, que poderão tirá-lo da lama em que se encontra, levando, infelizmente, o Brasil para esta situação caótica.

Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, dia 11 de agosto, hoje, é o Dia do Advogado. Foi pela Lei de 11 de agosto de 1827, assinada pelo Visconde de São Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro, que se criaram os cursos jurídicos no Brasil.

Vale consignar que a Bahia foi cogitada como o Estado onde se deveria implantar a primeira universidade de Direito, por proposta de Francisco de Montezuma, tendo em conta que, àquela época, na Bahia se concentrava o maior número de intelectuais brasileiros, como indicam os debates que se travaram em torno da implantação dos cursos jurídicos no Estado.

Montezuma, na indicação da Bahia como sede da primeira universidade, na sessão da Assembléia Constituinte de 27 de outubro de 1823, assim se pronunciou: “Não quero senão lembrar que, quando estive na Universidade de Coimbra, havia lá 120 estudantes brasileiros, dos quais sessenta e tantos eram baianos; e o que sucedia, então, sucedeu sempre”; a Bahia sempre na vanguarda.

A Bahia foi sempre a que teve mais elementos de instrução pública, é a que tem mais relações com o estrangeiro, por causa do seu grande comércio e, é, por isso mesmo, mais culta do Império.... a Província da Bahia, não contente com os sessenta e tantos estudantes que havia na Universidade de Coimbra, tinha quase igual número em outras universidades estrangeiras, o que prova que o número dos seus filhos que procuravam as letras era igual ao número de todas as outras províncias (cf. Anais do Parlamento Brasileiro, sessão de 27 de outubro de 1823).

Mas por aí se vê que o Estado da Bahia está intimamente ligado à história da advocacia do País, e é exemplo disso o desempenho notável de um dos maiores advogados e não menos brilhante jurista que a Bahia já teve, que foi o nosso sempre reverenciado Rui Barbosa.

E, por falar em cursos jurídicos, tem deixado a desejar a formação de nossos advogados, infelizmente, pelas faculdades brasileiras.

O Congresso Nacional tem acompanhado com preocupação os altos índices de reprovação observados nos exames da Ordem para inscrição nos quadros de advogados das seccionais da Ordem nos Estados.

Outro ponto que se tem que levantar é o do perfeito equilíbrio que tem de existir entre o livre exercício da profissão e a garantia constitucional de ampla defesa, com o dever inafastável do Estado de apurar e punir as ações criminosas praticadas pelos agentes infratores. E, agora, o exemplo é muito claro dos infratores do Partido Trabalhista Brasileiro e do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

É por isso que se deve repudiar, de um lado, as arbitrariedades dos órgãos estatais, como a polícia e o Ministério Público e, de outro, a conduta nada ética de profissionais que induzam ou até mesmo auxiliem seus representantes na prática de ações condenáveis.

Cabe ao Poder Judiciário ser o instrumento da ponderação nesse campo delicado da atuação profissional, assim como cabe ao Congresso Nacional a vigilância na fiscalização e denúncia dos excessos eventualmente praticados pelos interessados na obtenção da justiça e que não a obtém.

O advogado tem que ter em mente a posição elevada que nossa Constituição lhe outorgou: de alguém indispensável à administração da Justiça, com a inviolabilidade dos seus atos e das manifestações vinculadas ao exercício da profissão. Mas nos limites da Lei (art. 133, da Constituição Federal).

Aqui as homenagens à classe dos advogados no dia de hoje, com votos de congratulações que apresentei na pessoa do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Roberto Busato, que tem diligentemente conduzido a entidade na consecução de seus elevados objetivos.

Quero salientar que, já nesses três últimos exercícios, tivemos presidentes e advogados da Ordem dos Advogados do Brasil como Reginaldo Castro, Rubens Approbato, e agora o Sr. Busato. São homens que estão à altura do momento em que o Brasil vive; são homens que estão à altura inclusive de condenar essa ação nefasta do Governo brasileiro, que se confunde com o Partido dos Trabalhadores, na qual não se sabe o limite do partido com o limite do Governo, porque ambos estão praticando as mais terríveis arbitrariedades no País.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

É apenas para me solidarizar com a homenagem que V. Ex^a presta aos advogados no Brasil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a o apoio do seu Partido e de sua Liderança aos advogados brasileiros.

Sem dúvida os advogados merecem, mais do que nunca, o apoio do Senado, porque estamos vivendo tempos realmente difíceis da convivência da moralidade com a Administração Pública.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com prazer.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Eu gostaria, Senador, com sua aquiescência, de me juntar as suas palavras ao homenagear o Dia do Advogado brasileiro. Advogado que, cada vez mais, tem se destacado por contribuir para ser verdadeiro guardião das instituições brasileiras, da liberdade da população, dos direitos dos mais desvalidos. E que hoje, sem dúvida nenhuma, mais uma vez nesse quadro de insegurança nacional, de falta de perspectiva, se torna elemento

preponderante para que a população, mesmo diante de tantas irregularidades apontadas, fique tranqüila porque o Direito brasileiro, os advogados e todo o corpo jurídico brasileiro são capazes de fazer com que todas essas tormentas sejam superadas com tranqüilidade e dentro da ordem e da lei. Parabéns a V. Ex^a, mais uma vez, pela oportunidade do pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Muito grato, Senador Tasso Jereissati. A palavra de V. Ex^a é tão importante que eleva o meu pronunciamento a uma situação de destaque, que, sei, vai agradar bastante à Ordem dos Advogados do Brasil, na pessoa do seu Presidente e dos seus dirigentes. Essas pessoas estão agora, realmente, cuidando de fazer um grande congresso internacional, com as figuras mais importantes das letras jurídicas no mundo.

Sr. Presidente, infelizmente, o PT perdeu a bússola e, conseqüentemente, nem mais advogados ele está apresentando para defender os seus correligionários. Mas, seja como for, a lei será cumprida. E para cumprir a lei, os advogados estarão atentos, mas, mesmo que não estejam, a Magistratura estará.

Era o que tinha a dizer, pedindo a V. Ex^a que incorpore essas palavras à minha moção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, pela Liderança do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito rápido.

O PMDB, o maior Partido no Senado e um dos grandes da Câmara dos Deputados – portanto, no somatório, o maior Partido no Congresso –, decidiu ontem a sua Liderança. Dos 87 Deputados, 51 apoiaram o nome do Deputado Wilson Santiago. Com isso, definiu-se a Liderança naquela Casa – 32 votos foram contrários e os outros foram de abstenção.

Faço esse anúncio aqui, Sr. Presidente, com muita alegria porque o Deputado Wilson Santiago também é paraibano como eu. Para nós é um enorme regozijo ter uma Liderança da Paraíba, no Senado e também na Câmara, no nosso Partido, PMDB, o que me deixa com muita satisfação.

Era essa a consideração que eu queria fazer, saudando o Deputado Wilson Santiago e tendo certeza de que, agora unificados, nós vamos lutar pela homogeneidade do PMDB e vamos lutar pela sua vitória, se Deus quiser, nas próximas eleições, com candidatura própria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Como serei o próximo orador inscrito, eu convido o Senador Mão Santa para presidir os trabalhos enquanto farei meu pronunciamento.

O Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedemos a palavra ao Senador Paulo Octávio, do PFL do Distrito Federal.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Mão Santa.

Sr^{as.} e Srs. Senadores, depois de tramitar no Senado por mais de um ano, a criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que vai substituir o Departamento de Aviação Civil (DAC) no controle do setor, deu o primeiro passo para sair do papel. Começou de fato e já é vitoriosa a tramitação do PLS 62/2004.

Quero louvar aqui o trabalho do Relator do projeto, Senador Delcídio Amaral, inclusive pela forma adotada para dar celeridade ao andamento da matéria e garantir a sua aprovação na Comissão de Infra-Estrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo, na quinta-feira da semana passada.

O Relator da proposta, Senador Delcídio Amaral, do PT do Mato Grosso do Sul, inteligentemente preferiu não alterar o texto que veio da Câmara dos Deputados para evitar a necessidade de novo exame pelos Deputados, o que atrasaria ainda mais a sua tramitação.

A criação da Anac é importantíssima para o desenvolvimento econômico do País, pela geração de divisas, pelo incremento dos negócios e pela inclusão socioeconômica dos pequenos empresários brasileiros e dos consumidores brasileiros. Em segundo lugar, estará abrindo precedente para uma reformulação no marco regulatório do setor de aviação, que sempre esteve ligado a área militar.

Como uma autarquia vinculada ao Ministério da Defesa, a Anac será a responsável pela outorga e renovação das concessões às empresas aéreas e pelo controle das tarifas.

A Aeronáutica continua responsável pela segurança e prevenção de acidentes.

Depois de criada, a Anac será composta pelos quadros do DAC, que devem ser substituídos por funcionários civis no período de cinco anos. Os militares serão aproveitados pelo Ministério da Defesa e a idéia é criar-se uma carreira de aviação civil no País.

O que se quer é que os novos parâmetros de regulação do setor venham permitir o aumento das

rotas aéreas e das empresas que trabalham com vôos fretados, os *charters*, que praticam preços inferiores aos das grandes companhias.

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) vai continuar com a natureza atual, mas deve trabalhar em articulação com a Anac.

Sou autor de duas emendas que considero oportunas ao projeto de criação da Anac, tendo em vista a crise estrutural que vive a aviação civil brasileira. Mas estou conformado pelo fato de que o relator da matéria preferiu não examinar nenhuma das diversas emendas dos colegas apresentadas ao projeto de lei para que a sua tramitação não demore, diante da urgência que é criar a Agência inicialmente e deixar para uma nova etapa de discussões a legislação sobre o marco regulatório do setor, que é o Código Brasileiro de Aeronáutica, instituído pela Lei nº 7.565, de 1986. Aliás, neste particular, o projeto poderia ser aperfeiçoado com vistas à harmonização de seu conteúdo com duas leis supervenientes a sua elaboração, a Lei nº 9.986, de junho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras, e a Lei nº 10.871, de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras.

Uma das minhas emendas autoriza até dezembro de 2015, mediante prévia aprovação da Anac e independente do exame por qualquer outro órgão público, atos de concentração ou de cooperação entre as empresas aéreas. O objetivo é assegurar, em face da grave crise econômico-financeira que atinge as empresas brasileiras concessionárias de transporte aéreo regular de passageiros, carga e mala postal, mediante prévia aprovação da Anac, a reestruturação empresarial, mediante atos que impliquem em fusão, cisão ou incorporação de empresas, transferências ou alteração de controle societário e constituição de sociedade para exercer o controle de empresa ou de qualquer forma de agrupamento societário, bem como da prestação dos correspondentes serviços aéreos, que podem ser prestados em regime de consórcio, aliança, **pool**, conexão, consolidação e fusão de serviços ou interesses, independentemente de exame ou manifestação de qualquer outra entidade ou órgão sobre a sua posição no mercado relevante ou nível de faturamento bruto anual.

Tudo isso, sem prejuízo das medidas de reestruturação pelas quais a Anac estabelecerá normas para impedir a competição ruinosa, assegurará melhor o rendimento econômico dos serviços aéreos à adequada prestação de serviços aos usuários e a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos de concessão.

Uma segunda emenda de minha autoria institui a concessão de uso de áreas de aeroportos utilizadas por empresas aéreas.

Sr. Presidente, é oportuno lembrar que, quando criamos a Subcomissão de Turismo desta Casa, em 2003, e promovemos vários debates e audiências públicas, envolvendo a Frente Parlamentar do Turismo, a própria Comissão co-irmã da Câmara dos Deputados, também por mim fundada quando Deputado Federal, e a grande parceira do Congresso para a área do turismo, que é a Confederação Nacional do Comércio, promovemos também vídeo-conferências pelo Interlegis com Secretários de Estado de Turismo de várias unidades da federação e Parlamentares Estaduais das Comissões de Turismo das Assembléias Legislativas e, em todas as discussões, pontificou o problema considerado nevrálgico por todos os segmentos: o transporte aéreo em sua situação estrutural, crítica para os dias atuais, e a sua crise conjuntural inadmissível. Crises que hoje estão estampadas publicamente, já diagnosticadas à exaustão e que clamavam, mais do que nunca, por uma solução que estaria na criação de uma agência reguladora para o setor.

Promovemos uma audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado na qual todos os agentes do setor foram ouvidos, envolvendo empresas aéreas, operadoras de turismo, entidades representativas, órgãos governamentais e identificamos que o assunto transporte aéreo era o mais grave obstáculo ao desenvolvimento do turismo no nosso País.

E foi no V Cbratur, Congresso do Turismo Brasileiro, que é anual, que o tema posto em debate identificou em detalhes a importância do sistema aéreo comercial brasileiro para o desenvolvimento nacional como um todo, não apenas para a indústria do turismo.

Hoje sabemos que o crescimento esperado no número de visitantes estrangeiros e de brasileiros viajando dentro do País somente ocorrerá se o transporte aéreo estiver sintonizado com o programa traçado para o turismo.

Veja que a América do Sul detém hoje pequena parcela do tráfego mundial de passageiros por via aérea que não chega a 5% do total, e o Brasil está aí incluído, obviamente, enquanto a América do Norte possui 40%, a Europa, 26% e a Ásia, 24%.

Para melhor ilustrar a condição brasileira e a nossa perspectiva nesta área, gostaria de citar um exemplo concreto da nossa grande potencialidade turística. Trata-se do relato feito pelo economista e jornalista George Vidor, editorialista de **O Globo**, no qual ele revela que, nos diversos encontros de negócios que antecederam a viagem do Presidente Lula à China, o turismo foi incluído na agenda, e seguidamente o embaixador chi-

nês chamava a atenção para a potencialidade de seu país como mercado emissor, mas sempre destacando que o alto custo das passagens em vôos domésticos no Brasil era um dos impeditivos para a vinda de seus compatriotas conhecerem o nosso País.

Imaginem, Sr^{as} e Srs. Senadores, se tivermos capacidade de atrair turistas da classe média chinesa, conforme recomendou o embaixador, segundo o relato do jornalista George Vidor, estouraríamos todas as nossas previsões mais otimistas para o negócio do turismo no Brasil, a considerar-se a população chinesa.

Para finalizar, lembro ainda, em face do início efetivo da tramitação vitoriosa do projeto de criação da Agência Nacional de Aviação Civil, que o Brasil tem um ambicioso plano para a área de turismo que prevê, até 2007, receber mais de 9 milhões de visitantes estrangeiros por ano, gerando uma receita anual da ordem de US\$8 bilhões, o que poderá proporcionar a criação de 1,2 milhão de empregos. Para isso, é necessário que o Brasil invista firmemente na infra-estrutura que serve ao turismo, desde os aeroportos, portos e estradas de rodagem, até a rede hoteleira, levando-se em conta que o segmento engloba pelo menos outras 50 diferentes atividades econômicas.

Mas há ainda outro argumento convincente para que a criação da Anac ande depressa que é a inclusão socioeconômica. Hoje vivemos a realidade de que apenas 11% dos brasileiros viajam de avião em função das tarifas proibitivas. E aí, é preciso que se considere que milhares de pequenos e médios executivos, homens de negócios, proprietários de empresas não usam o transporte aéreo exatamente pelo seu alto custo. E conseqüentemente os seus negócios não ganham velocidade, maior dinamismo e não têm o crescimento e os rendimentos que poderiam ter, porque os pequenos homens de negócios do Brasil não podem pagar as tarifas aéreas domésticas praticadas pelas empresas. Ainda viajam de carro próprio ou de ônibus.

Por fim, Sr. Presidente, quero deixar aqui o meu apelo a todos aqueles colegas Senadores que pediram vista ao projeto de lei, após a sua aprovação na Comissão de Infra-estrutura, para que tenham presente a necessidade urgente da criação da Anac, mesmo na forma concebida pelo Relator, o Senador Delcídio Amaral, que de propósito não acatou aquelas emendas para evitar que a matéria tenha que voltar à Câmara dos Deputados; que assim também o entendam, e que façamos posteriormente um trabalho legislativo minucioso e enriquecedor, afinando, então, a sua estruturação e funcionamento mais qualitativo em legislação complementar, após a sua criação, até porque precisamos de um próximo passo legislativo importante para que a Anac tenha atuação efetiva

como reguladora da aviação civil brasileira que será a reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, que hoje regula o setor.

E, permita-me, Sr. Presidente, lembrar que é mister que se fixe a nova sede da nova agência reguladora em Brasília, a exemplo das demais, evitando-se distorcer o princípio da consolidação da Capital.

Era o que a tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com satisfação, depois de o País ouvir as palavras do Senador Paulo Octávio, cujo perfil traduz o que está na bandeira do Brasil: “Progresso”, ouviremos a palavra do Senador Ribamar Fiquene, do PMDB do Estado do Maranhão.

O SR. RIBAMAR FIQUENE (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a manifestação de brasilidade que atende à inspiração maior da Pátria brasileira se evidencia com a verdadeira proclamação daquilo que se tem guardado com o maior anseio e com o melhor respeito.

Ouvi de V. Ex^a, Senador Mão Santa, como também do Senador Antonio Carlos Magalhães, os traços característicos da história brasileira, com duas faces marcantes, que é a do estudante e a do advogado.

O estudante é o primado eloqüente da Pátria e o advogado o defensor das glórias do Direito, efetivando a satisfação que todos têm na grandeza e no respeito, na efetividade, na consubstanciação de tudo que se possa evidenciar desse primado.

O estudante é um dos titulares da educação, porque a educação não poderá existir sem que o estudante exista. O outro titular é o professor. E não há como deixar de caminhar nas ruas do progresso se as condições de agilidade, de intenção e de vontade se aplicam aos pendores da educação. É da educação que provém o desenvolvimento, correndo na esteira da sabedoria e destacando-se a prioridade ingente de sustentar o ordenamento do equilíbrio social. A trajetória de outros países – é bom que se diga isso no Dia do Estudante, que é verdadeiramente o maior alicerce da inteligência brasileira – exemplifica as medidas fortes no campo educacional.

Destaca-se a Coréia do Sul. Em 1960, ela era um país miserável e arrebatado por uma guerra civil que deixou um saldo de 1 milhão de mortos e a economia destruída. A renda **per capita** coreana não passava de US\$900.00 por ano – a metade da renda brasileira daquele tempo. O analfabetismo era 33% entre a população com mais de 15 anos de idade. De então para cá, no período de 40 anos, a Coréia transmutou-se em “Tigre Asiático”. A economia fervilha e a população

usufrui de invejáveis bons indicadores da qualidade de vida. A renda **per capita** é mais que o dobro da renda dos brasileiros naquela época.

Segundo os analistas, é um exemplo de como o investimento maciço na educação pode ser a força motriz para o crescimento de um país. Seu sistema público de ensino básico projeta-se como um dos melhores do mundo e oferece oportunidades iguais a pobres e ricos.

O Brasil, nas últimas décadas, tem discutido muito sobre a questão da educação de todos os níveis. No âmbito do ensino fundamental, Presidente Mão Santa, há grandes avanços. No entanto, ainda perduram graves entraves no que se refere à qualidade do ensino e à qualificação e valorização dos professores.

A universalização do ensino fundamental, a demanda pelo ensino médio e o despertar da consciência da cidadania acordaram o enorme contingente de jovens brasileiros.

Nada melhor do que perceber que a destinação educacional transcende na proporcionalidade de sentimentos patrióticos.

A vivacidade de empreendimento traduz a verdadeira feição da solidariedade no campo educativo.

A visão permanente da causa educacional faz identificar que o sonho da juventude apressa a vontade da produção intelectual.

É melhor saber que os fatores prioritários acumulam a observância e a dedicação.

Faça-se o bem com a educação, e outras vertentes da grandeza nacional aparecem para desenvolver.

As concepções conservadoras são desprezadas diante de uma juventude que vê as coisas de outro modo. Os jovens se desenvolvem com suas próprias idéias, fazem suas opções e procuram os meios do triunfo.

Daí, com a efetiva tradução dos meios grandiosos, surge a causa para consubstanciar os interesses nacionais. Em todos os recantos da Pátria, há uma verdadeira ufanía para que o povo brasileiro se intelectualize e faça dessa intelectualização o maior anseio, a maior agilidade e a grandeza absoluta para que, assim, se venha, embora um pouco de longe, imitar aquela antiga, perdida e hoje gloriosa Coréia do Sul.

O ProUni, sem dúvida, começou a desobstruir os canais de acesso dos estudantes de baixa renda à universidade. Desse modo, o ensino no Brasil evoluirá em abrangência e substância.

No meu Estado, o Maranhão, todas as faculdades privadas aderiram ao ProUni. Vislumbro nisso um despertar atencioso e solidário.

Só haverá o soerguimento idealizado quando a educação estiver colocada na evidência imprescindível do desenvolvimento nacional. O estudante vive no coração do Brasil e o advogado é o porta-voz da defesa nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com os nossos aplausos ao Senador do Maranhão Ribamar Fiquene pelo seu pronunciamento sobre educação, verdadeira peça de inspiração para os governantes brasileiros, concedemos a palavra à Senadora do PT do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa.

Eu apelaria para a bondade de V. Ex^a e pediria que dividisse o tempo com o seu companheiro Eduardo Suplicy.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sim, Sr. Presidente. É para dividir os dez minutos? (Pausa.)

Não tem problema. Eu agradeço.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, demais pessoas que nos ouvem, apesar da tristeza, eu tinha de vir a este plenário. O registro que farei não é um registro de felicidade, mas é de esperança.

Há seis meses, numa estrada de terra, num ramal – que é como se chama – no meio da floresta, no Município de Anapu, colocaram fim à luta e à vida da Irmã Dorothy. Há mais de trinta anos, ela trabalhava com pequenas comunidades no Maranhão e no Estado do Pará e lutava com essas comunidades por educação, pelo direito à terra e por um modelo de desenvolvimento que garantisse a exploração, de forma sustentável, das riquezas da Amazônia.

Seis tiros à queima-roupa mataram a Irmã Dorothy. Esta semana faz seis meses que o assassinato aconteceu, e, infelizmente, apesar de toda a repercussão, apesar de todo o esforço que foi feito, ainda não está livre de integrar a lista dos crimes que ficaram impunes no Estado do Pará. Isso porque, se depender dos advogados de defesa, os supostos mandantes e intermediário poderão ser julgados somente no próximo ano, ou até mais tarde, e podem ainda ser soltos antes do julgamento.

Eu sempre digo: não basta prender e condenar os que apertam o gatilho; é preciso atingir também os que estão por trás, financiando, inclusive, a violência naquela região.

Os dois pistoleiros, os colonos Rayfran das Neves e Clodoaldo Batista, que mataram covardemente a nossa guerreira querida, Irmã Dorothy, continuam aguardando julgamento. Nos Estados Unidos, eles já foram indiciados pelo crime, segundo foi anunciado pelo Departamento de Justiça americano, e, se caírem

nas mãos da Justiça daquele país, os dois pistoleiros, assim como os mandantes do crime, poderão enfrentar até a pena de morte.

No Brasil, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a situação é bem diferente. Os advogados de defesa dos acusados de serem os mandantes do cruel assassinato disseram que vão recorrer perante o STJ e, se for preciso, vão até o Supremo Tribunal Federal, instância máxima da Justiça brasileira, contra a sentença de pronúncia que considerou o fazendeiro Bida o mandante e Tato o intermediário do crime. Também recorrerão contra uma possível mudança do julgamento de Pacajá para Belém.

Não tenho dúvidas de que os defensores têm a nítida intenção de atrasar esse julgamento, o máximo possível. Como sabemos, esses recursos levam vários meses para serem julgados em cada Corte em que forem apresentados. Tais medidas protelatórias representam uma afronta a toda uma sociedade que clama por justiça. Embora se configurem como instrumento para que injustiças não sejam cometidas, seu uso indevido e abusivo promove, como agora vemos, o contrário, a injustiça.

Quero dizer que, infelizmente, talvez a não-federalização do processo e a lentidão da Justiça estejam ajudando os mandantes do crime. O Governo Federal, apesar das dificuldades – apesar inclusive do sucateamento, por parte dos Governos anteriores, de órgãos como o Incra, principalmente, e o Ibama –, tem lutado para mudar definitivamente a situação fundiária no Estado do Pará, com o objetivo de garantir a ordem pública. Para isso, inclusive, o Presidente Lula assinou seis decretos, uma medida provisória e um projeto de lei, que visam à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia. Todas essas medidas, que já vinham sendo estudadas, foram antecipadas em função dos brutais crimes ocorridos no Pará no início deste ano.

A principal medida, entretanto, que estimula a conservação ambiental e promove o desenvolvimento é o projeto de lei de gestão de floresta, sobre o qual já tive oportunidade de falar nesta tribuna.

Todos sabem que a legislação atual proíbe a exploração de qualquer produto florestal em terras públicas, como, por exemplo, a exploração madeireira. O projeto de gestão florestal permitirá que isso seja feito de forma legal e com ganhos para o cidadão. Essa iniciativa é fundamental, porque regulamentará, de forma clara, a atividade florestal. Se não for feita, estaremos fadados a reproduzir esse uso predatório, irracional de nossos recursos naturais.

Vi ontem, com tristeza, muitos focos de queimadas. Porém, quero aqui fazer justiça: o maior foco

de queimada do Estado do Pará não foi causado por madeireiros; é um fazendeiro que queimou milhares de hectares de terra.

Então, muitas vezes, tenta-se criminalizar a atividade madeireira, mas faço questão de dizer que temos que separar o joio do trigo, porque, assim como há grileiros e madeireiros maus, empresários que, na verdade, nem sequer são empresários, há também pessoas sérias, ocupantes, há vinte anos, de uma área pública e que não têm culpa da situação. São ocupantes de boa-fé. E o Incra e o Ibama ficaram inertes durante muitos anos, vinte anos, até o ano de 2002, sem fazer regularização fundiária. Então, precisamos separar o joio do trigo, porque, assim como há os sérios, infelizmente há também os que envergonham a categoria dos madeireiros.

Neste momento, já se iniciou o Plano Pará, proposto pelo Governo Federal, em que órgãos federais farão um levantamento completo de toda a situação fundiária do Estado do Pará. O referido Plano já se iniciou pela região de Santarém, vai demarcar definitivamente as terras da União no Estado e estará, exatamente agora, na região de Anapu e Altamira, consideradas áreas estratégicas por causa dos conflitos fundiários.

Esse levantamento, que vai permitir a existência de uma base confiável sobre a situação das áreas públicas no Pará, determinará exatamente quais são essas áreas, onde elas estão, quem as ocupa, e, a partir desses dados geográficos, será possível fazer um acompanhamento, inclusive por imagens de satélites, para saber se está havendo ou não novas ocupações.

A partir dessas informações, haverá condições de se identificar a situação das pessoas que vivem nas terras públicas e que eventualmente possam regularizar suas atividades.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a violência no Pará tem aumentado, em parte pela reação a essa ação do Governo de tentar legalizar, de tentar levar a presença do Estado onde havia vazios institucionais. A partir desse momento, agentes da violência, da ilegalidade, perceberam a presença do Estado e a ausência de espaço para suas ações, porque agora há um Estado atuante e capaz de defender as garantias individuais e coletivas. Este é um momento de esperança e tenho fé de que veremos amanhecer um tempo de paz e prosperidade no nosso Estado.

Lembro, com tristeza, ao se completarem seis meses da morte da minha querida Irmã Dorothy – que era um pouquinho de todos –, da sua luta, da sua missão, que não morreu. Sua luta por uma sociedade mais jus-

ta, mais igualitária, mais solidária está em curso, sim, e é uma boa luta, que haveremos de vencer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora, fique tranqüila e use o tempo que quiser, porque V. Ex^a merece o respeito, a admiração, o tempo que quiser usar da palavra, porque neste tumulto da política brasileira e do Partido de V. Ex^a, a vida de V. Ex^a tem a nossa admiração, como mulher, como mãe, como profissional bancária e como política. Perdeu recentemente uma eleição, mas não perdeu a vergonha e a dignidade de que a política brasileira precisa.

Querendo continuar, V. Ex^a tem o tempo que quiser.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Ana Júlia Carepa, permite-me um aparte?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora, permite-me um aparte?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Ana Júlia Carepa, quero manifestar a minha solidariedade a V. Ex^a ao expressar seus sentimentos de preocupação e tristeza com respeito, de um lado, à memória da irmã Dorothy Stang, que se tornou um símbolo para todos nós da luta pelos direitos à cidadania e pelos direitos dos trabalhadores sem-terra, sobretudo por ter vivido no Estado de V. Ex^a, no interior do Pará, desde 1969, tornando-se ali uma verdadeira brasileira e um exemplo de dedicação aos trabalhadores rurais sem-terra, sempre, no seu dia-a-dia, apoiando-os em todas as atividades, inclusive de assentamento, de maneira que pudesse, ao mesmo tempo, proteger as florestas, as águas, os animais e a riqueza necessária para a sobrevivência, com desenvolvimento equilibrado, de toda a região amazônica, mas voltada para o interesse maior do trabalhador. E também por sua preocupação com respeito aos eventos que estão nos preocupando a todos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu estive com V. Ex^a hoje...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, nós vamos ter ainda o aparte do Senador Romeu Tuma. V. Ex^a está inscrito, será o último orador, e a nossa Senadora quer fazer as conclusões.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Está bem, estou terminando. O meu abraço à Senadora Ana Júlia, minha solidariedade, inclusive pelo sentimento de preocupação com o que ocorre com o nosso PT e com o Governo do Presidente Lula.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy, muito obrigada. Senador Romeu Tuma, por favor.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Ana Júlia, o nosso Presidente Mão Santa provocou a reação de emoção que todos nós estávamos sentindo durante o seu depoimento. É claro que tudo isso V. Ex^a traduz em lágrimas. Quem sabe essas lágrimas poderão irrigar aquelas terras e fazê-las produzir para que aqueles que têm direito a elas possam comer. Eu sou testemunha, Senadora, de tudo que aconteceu durante um longo período no Estado do Pará e comentei com V. Ex^a que eu gostaria de reunir os cartórios e de exigir que todos procurassem e mostrassem a legalidade do registro das suas terras porque, por algumas investigações que eu fiz, Senador Mão Santa, a superposição de vendas diárias de terra é uma coisa assustadora no Pará, e lá se resolve com o cano do revólver. A morte da Irmã Dorothy não é inusitada, Senadora. Historicamente, outras ocorreram. Precisamos nos irmanar para que não se repitam esses fatos. Então, com a intervenção forte e séria de Governo nessa parte de regularização das terras, aqueles antigos capitães que acham que o poder está na extensão de terras que possuem têm que acabar. O Brasil mudou. Não estou dizendo para darem terra de graça para ninguém. Não estou discutindo isso, estou discutindo a dignidade das pessoas, que precisam trabalhar e que, quando têm uma reação, são assassinadas friamente e covardemente; o assassinato, pelas costas, de uma pessoa que não tem nem como reagir, não dá para aceitar. Eu acredito que a vanguarda que a senhora representa aqui, na luta pelo Estado do Pará, tem que ser aplaudida e ter mais oitenta soldados, que aqui se encontram, seguindo o seu caminho.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Muito obrigada, Senador.

Quero agradecer as palavras do Senador Suplicy e do Senador Romeu Tuma e também a solidariedade e as palavras tão gentis do Senador Mão Santa.

É realmente difícil este momento. Além da emoção desta data, porque faz seis meses do assassinato da Irmã Dorothy, vivemos uma emoção de preocupação, de tristeza, com o que está acontecendo com o País, como falou o Senador Eduardo Suplicy, e com o nosso Partido. Estamos a cada momento sendo surpreendidos por notícias, o que nos deixa chocados e indignados.

Estamos aqui estarecidos, sim. Nós somos do PT e queremos ter a coragem de refundar este Partido, por isso eu apóio o Raul Pont, para ter coragem de mudar.

Agradeço muito, Senador Mão Santa, pelas suas palavras. A minha preocupação é que trabalhos como este que está sendo feito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário neste Governo não sejam em vão, que as coisas que estão acontecendo não permitam que o Governo tome outros caminhos. Este trabalho precisa continuar sendo feito. Este trabalho, de que sou testemunha, que o Ministro Miguel Rossetto vem fazendo a favor dos mais pobres e dos excluídos, os pequenos agricultores, que nunca tiveram direito a crédito e hoje estão tendo.

Quero deixar esse registro, que é de emoção e também de esperança. De toda essa dificuldade queremos ter esperança, sim, de que este País seja um País melhor.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Ana Júlia Carepa, foi em momento assim que um poeta, Fernando Pessoa, disse: “navegar é preciso, viver não é preciso”. Olhou o mar e disse: esse mar é salgado por lágrimas de viúvas, de noivas que perderam os noivos, de crianças órfãs. E disse: valeu a pena. Só não vale a pena quando a alma é pequena.

A alma de V. Ex^a é bela e grandiosa.

Com a palavra o Senador do PT, Eduardo Suplicy, último orador, pelo tempo que resta para o final da sessão.

V. Ex^a vai ter uma inspiração, como sempre, um espírito sintético, como Cristo fez o Pai Nosso em um minuto.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs. Senadores, estou dando entrada hoje a um projeto de lei que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir a prestação de contas em tempo real pelos Partidos durante a campanha eleitoral. Trata-se de um projeto de lei que poderá, portanto, ser examinado neste tempo em que iremos discutir, debater a reforma eleitoral.

Trata-se de um projeto simples, que diz:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 28 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigor acrescido do § 4º, com a seguinte redação:

Art. 28.....
(.....)

§ 4º A prestação de contas de cada candidato, no que diz respeito às receitas e às despesas, será atualizada e divulgada diariamente pela Rede Mundial de Computadores, cabendo ao Tribunal Superior Eleitoral e aos Tribunais Regionais Eleitorais, conforme seja

a eleição nacional ou local, divulgar semanalmente, em páginas eletrônicas oficiais, os atos consolidados nesse período.

Art. 2º O art. 25 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único.

Art. 25.....
(.....)

Parágrafo único. O candidato que não cumprir o disposto no § 4º do artigo 28 desta lei terá seu registro cassado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constituição nº 4, de 1993.

A rede mundial de computadores constitui instrumento tecnológico que produziu grande revolução na comunicação de massa e que também propiciou ao cidadão exercer vigilância sobre os atos dos administradores públicos.

Falta, no entanto, estender ao processo eleitoral a divulgação dos fatos relativos às campanhas eleitorais, dentre os quais a prestação de contas dos candidatos que denota grande motivo de preocupação para a legitimidade da representação política.

Em 2002, o Deputado Chico Alencar, PTRJ, numa reunião do Diretório Nacional, sugeriu que o Partido colocasse na internet, em tempo real, as receitas e despesas feitas por todos os candidatos. Infelizmente a direção do PT não concordou, pois entendeu que esse procedimento só seria eficaz se valesse para todos os Partidos políticos.

Quem sabe, Sr. Presidente, se tivéssemos já aceito aquela proposição, não estaríamos hoje vivendo o drama dos depoimentos das CPIs, que estão preocupando a todos nós, do PT, do Congresso Nacional, de todos os Partidos, ao Palácio do Planalto e a toda a nação brasileira.

Pretendo, por meio deste projeto, promover a alteração da Lei Eleitoral para prever o uso da rede mundial de computadores para divulgar, em tempo real, a prestação de contas dos candidatos durante a campanha eleitoral.

Caso este projeto seja aprovado, o eleitor poderá acompanhar diariamente, em tempo real, por intermédio da rede mundial de computadores, a prestação de contas da campanha eleitoral de cada candidato, seja do dispêndio realizado ou da captação de recursos financeiros e outras formas de contribuição material.

Note, Sr. Presidente, que, caso haja apenas o financiamento público, também aí teremos o registro de quanto entra para o Partido do candidato e quais

as suas despesas e de que natureza são. Se for financiamento público e mais contribuição de pessoa física ou de pessoa jurídica, também aí será importante o registro das informações.

O conhecimento dessas informações propiciará ao eleitor avaliar a compatibilidade dos recursos financeiros que recebem os candidatos e os gastos que realizam durante a campanha eleitoral com o objetivo de divulgar e promover a sua candidatura.

Desse modo pode o cidadão ter os esclarecimentos quanto ao comportamento de cada candidato em termos de compromisso com a verdade e a dimensão da influência do poder econômico em sua candidatura.

Trata-se, portanto, de atender ao disposto na norma constitucional introdutória, art. 1º, II, a Carta Magna de 1988, que inclui a cidadania entre os cinco princípios fundamentais do Estado brasileiro, cujo regime democrático pressupõe que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos conforme impõe o parágrafo único do mesmo art. 1º, do mencionado texto constitucional.

O projeto vai ao encontro do que dispõe a Constituição Federal ao tratar dos Direitos Políticos, cujo art. 14, § 9º, ressalta a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, a normalidade e a legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso de exercício de função cargo ou emprego, na administração direta ou indireta, como exigências que devem ser observadas pelo legislador ordinário, na elaboração da norma eleitoral.

Ressalto que o projeto pretende punir com a perda do registro eleitoral quem não tiver suas contas disponibilizadas na rede mundial em tempo real. Essa é a forma de conseguir que esse tipo de prestação de contas seja efetivamente realizado.

Assim esperamos que o Projeto tenha boa acolhida entre os Congressistas, tendo em vista que é de interesse de todos os brasileiros o fortalecimento da cidadania, mediante o aperfeiçoamento do nosso processo eleitoral, especialmente quanto à ampla publicidade da origem e aplicação dos recursos financeiros pelos candidatos durante as campanhas eleitorais.

Sr. Presidente, meus colegas Cristovam Buarque e Ana Júlia, ainda hoje estivemos juntos em um diálogo tão importante, felizmente o nosso Presidente Tarso Genro demonstrou a disposição de ter um diálogo com inúmeros Deputados e Senadores, que estão muito preocupados com o destino do nosso Partido. E ali pudemos expor cada um o quão importante será que estejamos juntos às nossas raízes, nas batalhas que sempre caracterizaram o Partido que ajudamos a construir; as batalhas por ética na política, por de-

mocracia e pela realização de justiça. Acredito que foi positiva a disposição de Tarso Genro em dialogar com os candidatos à Presidência do Partido, para o processo de eleição direta que culminará em 18 de setembro com um processo muito importante de renovação do nosso partido.

Sugeri a ele, por exemplo, que dialogue com Raul Ponte, Plínio de Arruda Sampaio, com os demais candidatos para chegarmos a um entendimento na linha do que tem sido o nosso propósito.

Nessa ocasião, transmiti aos companheiros ali reunidos algumas de minhas preocupações e sugestões ao Presidente Lula, diante inclusive daquilo que hoje foi exposto por Duda Mendonça. Acho que é preciso que o Presidente Lula, o quanto antes, se disponha a não apenas fazer um pronunciamento, como possivelmente ontem o fez por ocasião da reunião ministerial, mas que tenha disposição de dar uma entrevista, respondendo a toda e qualquer pergunta efetuada por aqueles que percebem a angústia do povo brasileiro.

Senador Marcelo Crivella, informo que saiu ontem na **Folha** que os Estados Unidos, em seu consulado em São Paulo, negaram visto a uma atleta brasileira

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sr. Senador Eduardo Suplicy, vamos prorrogar a sessão por mais vinte minutos para atender aos Senadores Garibaldi Alves, Heráclito Fortes e Marcelo Crivella, contando com a sua tradição sintética, o contribuirá com os trabalhos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas como o Senador Marcelo Crivella tem estado muito preocupado com a questão de brasileiros que às vezes têm dificuldade de ingressar nos Estados Unidos, informo a S. Ex^a que, nesta segunda-feira, a atleta Maíra Marques Cotrim, que é campeã de canoagem *slalom* e que estava inscrita para participar dos Jogos Pan-americanos em Kern, na Califórnia, no dia 26, teve negado o seu visto. Imagine! Ela é estudante do quarto ano da Faculdade de Ciências Biológicas da USP de Piracicaba.

Vendo essa notícia, telefonei para o Consulado norte-americano em São Paulo e pedi a reconsideração dessa decisão, porque ela, inclusive, levou os seus documentos relativos a seu pai e a ela própria, mas não fizeram a entrevista adequadamente. Espero que o Consulado Americano garanta o direito da nossa campeã de participar dos Jogos Pan-americanos. Desejo a ela muito boa sorte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador Garibaldi Alves e, em seguida, aos Senadores Marcelo Crivella e Heráclito Fortes.

O Senador Garibaldi Alves é do PMDB do Rio Grande do Norte, do bloco dos autênticos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Venho a esta tribuna porque o Rio Grande do Norte deu hoje uma demonstração de unidade, de absoluta coesão em torno de uma reivindicação maior que é o pleito para sediar no Estado uma refinaria.

Sabemos que esse pleito poderá não se concretizar e temos, inclusive, o temor de estarmos hoje diante de uma decisão que favorecerá o Estado de Pernambuco, porque o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, encontra-se no Brasil e, hoje à noite, num jantar com o Presidente Lula, deverá dizer ao Presidente da República que a PDVSA, empresa venezuelana de petróleo, sediará a refinaria com a Petrobras em Recife, Pernambuco, no Estado do Senador e ex-Vice-Presidente, Marco Maciel.

Sr. Presidente, são quatro os Estados que pleiteiam a refinaria: Pernambuco, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte. A princípio, dizia-se que essa refinaria estaria destinada ao Rio de Janeiro e seria sediada naquele Estado do Sudeste. No entanto, o Nordeste se uniu, e finalmente o Governo deu o seu beneplácito no sentido de que a refinaria ficaria no Nordeste, seria sediada em nossa região, até para que o Governo desse uma demonstração de que não desequilibraria o crescimento do País, pelo contrário, ele faria com que a Região Nordeste pudesse ter uma refinaria do porte daquela futura, já que a Petrobras, até 2010, precisa fazer frente ao desafio do refino.

São quatro Estados do Nordeste, cada um apresentando as suas potencialidades e as suas vantagens. Mas acredito, Sr. Presidente, que o Governo tem faltado com transparência nesse processo e levado todos os Estados a permanecerem numa atitude de expectativa, perguntando-se: por que não o Estado de Pernambuco, o Ceará, o Maranhão, o Rio Grande do Norte?

Ora, se o Governo Federal estivesse sendo mais transparente, essa decisão poderia estar sendo mais bem absorvida. Trata-se de decisão que, inclusive, tem que levar em conta aspectos de profundidade técnica. Não se faz uma refinaria sem que determinados princípios de logística, de produção de petróleo e da qualidade da produção de petróleo possam ser atendidos.

Eu venho aqui, portanto, não apenas em nome do Rio Grande do Norte, mas até mesmo em nome dos outros Estados que estavam pleiteando, reclamar contra essa falta de transparência. E, ao mesmo tempo, em nome do Rio Grande do Norte, reclamar, porque um Estado que produz 110 mil barris de petróleo, um Estado que tem a terceira maior produção de gás do Brasil, um Estado que tem um porto específico para transporte de petróleo e derivados de petróleo, um Estado como o nosso está hoje na situação de se ver sem a refinaria e sem nenhuma explicação por que não sediar a refinaria de petróleo.

A Ministra Dilma Rousseff, diante da presença, hoje, pela manhã, no seu gabinete, da Governadora Vilma de Faria, dos três Senadores, José Agripino, Fernando Bezerra e eu, dos Deputados Federais do Estado, de todos eles, e da presença dos líderes empresariais, não teve como deixar de dizer que a situação não estava ainda definida, que iria fazer ponderações perante o Presidente Lula, que iria fazer ponderações perante o Presidente da Petrobras, para que a decisão não deixasse de ter um caráter de justiça.

E para fazer justiça, Sr. Presidente, para que realmente nessa questão prevaleça a questão técnica e possa prevalecer o fator justiça, que se diga que o Rio Grande do Norte é o que tem melhores condições de sediar essa refinaria. E que se diga, aqui, como se disse hoje à Ministra Dilma Rousseff, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que o Rio Grande do Norte está protestando, não está aceitando a forma como está sendo decidida essa questão, com a Venezuela dizendo ao Brasil que terá 50% da responsabilidade do investimento e, portanto, a decisão que prevalecerá será inspirada por aquele país. Não podemos aceitar. Sabemos do peso que terá a PDVSA, mas não podemos aceitar que uma decisão eminentemente nacional, em consequência dos interesses nacionais, da segurança nacional, da produção estratégica, como é a produção de petróleo, fique à mercê da Venezuela.

Hoje, um barril de petróleo está custando US\$60.00, Sr. Presidente. O Rio Grande do Norte não pode perder essa chance, não pode perder essa oportunidade! Configuraram-se várias potencialidades para proporcionar ao Rio Grande do Norte esse direito de, no Palácio do Planalto, aqui na tribuna desta Casa, em qualquer lugar, em qualquer circunstância, em qualquer situação, em qualquer momento, dizer que ele é que tem as condições apropriadas para sediar essa refinaria de petróleo.

(Interrupção do som.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Sr. Presidente, peço a V. Ex^a um minuto de tolerância para dizer que o Rio Grande do Norte está unido e espera ainda que o Governo Federal tenha sensibilidade, que o Presidente tenha sensibilidade e possa “dar a César o que é de César” – como está no Evangelho –, dar ao Rio Grande do Norte o que é do Rio Grande do Norte: a sua refinaria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedemos a palavra ao Senador do Rio de Janeiro, do PL, Marcelo Crivella. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

Depois, o Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí, disporá de cinco minutos, e encerramos a sessão às 19 horas.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, se V. Ex^a pretende encerrar às 19 horas, então, há 10 minutos para mim e 10 minutos para o Senador do PFL, porque são 18 horas e 40 minutos. Como faltam 20 minutos, há 10 para cada um.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A sessão, segundo o Regimento, não pode ser prorrogada para discursos, mas estamos – inspirados em Montesquieu – seguindo o espírito da lei.

V. Ex^a tem o uso da palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, em um momento político estarrecedor, de denúncias que surgem a cada momento, quero trazer uma notícia boa para o meu Estado.

Foi noticiado esta semana que a duplicação da BR-101, no trecho sul, estaria sendo suspensa pelo Governo Federal. Estive há pouco em uma reunião no Ministério dos Transportes, onde negaram essa informação. Na verdade, a obra terá um custo de R\$124 milhões, e para este ano mais de R\$80 milhões já estão previstos no Orçamento e garantidos.

Essa obra, Sr. Presidente, traz repercussões importantes para o nosso Estado. Será duplicada a BR-101, no trecho sul, desde aquela área de Santa Cruz até o trevo de Mangaratiba, na região de Itacuruçá. Ali haverá um viaduto, de vão expressivo, onde trafegarão muitas carretas. Esse viaduto levará ao chamado “rabicho”, um trecho de aproximadamente três quilômetros que liga a BR-101 ao Porto de Sepetiba. Esse porto tem adquirido uma importância extraordinária, não só porque tem um calado maior do que o porto do Rio de Janeiro, como também pela facilidade de acesso, sobretudo às siderúrgicas de Barra Mansa e Volta Redonda.

Sr. Presidente, ontem, aqui no Senado Federal, tivemos a oportunidade de votar o salário mínimo. Talvez exista nesta Casa alguém que deseje um salário mínimo maior para o povo brasileiro tanto quanto eu, não mais, pela proximidade que tenho com as pessoas carentes – milhões delas são membros de minha igreja. E nosso desejo é que o salário mínimo seja decente.

No entanto, eu havia recebido comunicado do Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, sobre a dificuldade para as Prefeituras, sobretudo as dos Municípios mais pobres, onde o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é mais baixo – e por questões históricas de desigualdade regional, muitas delas estão no Norte e no Nordeste –, que o impacto de um aumento de R\$300,00 já traria.

Sr. Presidente, lerei rapidamente o relatório que ele me enviou, que diz o seguinte:

Todos os municípios brasileiros, a exemplo do que tem ocorrido nos últimos dois anos, receberão o impacto em suas contas em função do reajuste do salário mínimo previsto para maio, sendo que algumas centenas estarão na contingência de terem que descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ele faz aqui um estudo para o salário mínimo, considerando o reajuste de R\$260,00 para R\$283,00 ou para R\$300,00, cujo aumento corresponde a 8,84% e a 15,38% respectivamente.

E continua:

De um lado temos a Constituição Federal, que determina, em seu art. 7º, inciso IV, que é direito de todos os trabalhadores receberem salário mínimo.

De outro, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF limita os gastos com pessoal (...) a 54% da Receita Corrente Líquida do município.

O relatório traz um estudo profundo, Sr. Presidente, e não terei tempo de lê-lo todo, mas peço a V. Exª que me conceda apenas alguns poucos minutos a mais para que eu possa terminar. É um estudo muito bem feito, muito profundo, e ele conclui que, se o aumento elevar o salário para R\$300,00 – que foi o que o Presidente previu ou se propôs a fazer –, “as administrações municipais enfrentarão, sem dúvida, um desafio adicional”.

Diz, ainda:

Em resumo, os prefeitos, além de terem que demitir pessoal, piorando ainda mais a prestação de serviços à comunidade (limpeza pública, saúde, educação, etc.), deixarão de receber recursos na forma de transferências voluntárias, caso não consigam reduzir a sua despesa no prazo fixado, que é de oito meses.

Ou seja, nos dois quadrimestres seguintes a romperem com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sr. Presidente, creio que nós, no Congresso Nacional, devemos dar uma resposta a isso.

Esse estudo que me enviou o Sr. Paulo Ziulkoski – estava pronto – se baseia em aumento de R\$300,00, com um impacto de mais R\$290 milhões na conta de folha de pagamento dos Municípios. Como aumentamos para R\$384,00, esse aumento será de R\$1 bilhão. Assim, dos 5.571 Municípios, poucos não ultrapassarão a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considero que ontem houve uma conquista: o valor de R\$384,00 para o salário mínimo. Não acredito que os Deputados queiram derrubar esse aumento nem acredito, Sr. Presidente, que, na situação política, no cenário político que vivemos hoje, esse veto do Presidente permanecerá.

Portanto, acredito que precisamos começar a construir caminhos para que esses recursos cheguem aos Municípios. E só há um caminho, Sr. Presidente: diminuirmos em pelo menos 1%, aliás, em 0,5%, o nosso superávit fiscal, porque o impacto será de R\$1 bilhão – em vez de fazermos 4,25%, teremos que fazer 3,75%. A redução de 0,5% em nosso superávit primário seguramente fará um fundo para que as Prefeituras que explodiram com a Lei de Responsabilidade Fiscal possam ter condições de pagar a folha e, assim, continuar recebendo os repasses voluntários e não demitir.

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Para concluir, agradecendo a V. Exª este minuto derradeiro...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Um minuto é o suficiente. Cristo fez o Pai-nosso em um minuto, com 56 palavras.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Não me posso comparar a Ele, Sr. Presidente. É até covardia V. Exª fazer essa comparação. Ele precisou de um minuto, eu preciso da vida inteira.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pelo contrário, Ele deve ser a inspiração, e V. Ex^a deve buscar essa inspiração cada segundo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– O minuto dEle é a vida inteira para mim.

Sr. Presidente, para concluir, esse 0,5% não só atende aos Municípios, como atende também o déficit que vamos gerar na Previdência Social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Estado do Piauí.

V. Ex^a dispõe ainda de 11 minutos, mas, com sua inteligência, certamente usará apenas 10.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Senador Cristovam Buarque, imagino se um fenômeno permitisse a volta à terra de Ulysses, de Tancredo, do velho Alckmin – pensem, fiquem à vontade para pensar nesses homens públicos que pontilharam a história do Brasil e que honraram esta Casa do Congresso –, para que presenciassem o que está ocorrendo hoje.

Estou nesta Casa há mais de duas décadas, Senador Cristovam Buarque, e não lhe digo que estou com depressão, porque não sei o que é isso, mas estou triste. Estou triste com o rumo que as coisas estão tomando. O descontrole, a falta de comando, de autoridade e, acima de tudo, de respeito estão fazendo com que se deteriore, de maneira muito rápida, toda uma estrutura de poder montada, fundamentada em sólidas bases parlamentares e populares, acima de tudo.

O que estamos vendo hoje, Senador Mão Santa, é triste e é grave. O depoimento de uma publicitária, D. Zilmar, foi marcado com antecedência. No horário previsto, vêm a publicitária e o seu sócio, publicitário de renome nacional, Duda Mendonça, que não estava convocado nem convidado para depoimento. Oferece a sua participação para depor. Ato contínuo, em caráter emergencial, o Sr. Marcos Valério se oferece para depor na outra CPMI, a do Mensalão o mesmo publicitário Marcos Valério que já esteve, por duas ou três vezes, no Congresso Nacional para prestar esclarecimentos sobre os fatos recentes.

O mais grave, Senador José Maranhão, é que o Sr. Marcos Valério está pedindo acareação com o Sr. Duda Mendonça. Do jeito que as coisas estão acontecendo, o meu temor é de que isso ocorra e que os Presidentes das duas Comissões, numa demonstração

de perda de controle da crise, não imponham a sua autoridade, porque quem faz a pauta do Congresso é Congressista.

Seria uma precipitação, no dia de hoje, cairmos na armadilha da acareação, porque estamos diante de fatos já conhecidos e de fatos novos, hoje mostrados e relatados pelo Sr. Duda Mendonça.

Aceitar essa acareação é correr o risco de ouvir, sem base alguma, o que os dois estão dizendo. É preciso, Senador Marcelo Crivella, que investiguemos e apuremos as afirmações prestadas pelo Sr. Duda Mendonça, que são graves. A gravidade para mim é maior quando se percebe que elas são sinceras e partem de um homem que prestou serviços para que o Partido dos Trabalhadores chegasse à vitória e que não suportou mais a pressão que recebeu nos últimos dias. O que me parece, pelo seu semblante, é que, movido pela solidão, pelo abandono, resolveu, como dizia o Gonzaguinha, não agüentando mais, “deixar explodir o coração”.

Mas é preciso que reflitamos sobre o que foi dito pelo Sr. Duda Mendonça. E há um fato, Senador Cristovam Buarque, que é muito grave. Quando ele confessa à Comissão do Senado e à Nação brasileira que recebeu dinheiro de caixa dois, não seria novidade. Mas disse que, para recebê-lo, teve de abrir contas em paraíso fiscal. E o grave, ele diz: “Meditei muito esses últimos dias, virei noites sem dormir. Consultei meus advogados, calculei os riscos que estou correndo. Mas vi que não dava mais para agüentar e estou aqui para prestar contas à Nação brasileira”.

Portanto, não é um ato emocional, irrefletido e impensado. Muito pelo contrário, é um ato praticado por um homem que conhece bem a legislação brasileira e, se não a conhece, foi orientado pelos seus advogados. Preferiu correr o risco a se ver submetido à execração popular. Disse que fez isso para poder olhar de frente para os seus sete filhos e porque sentiu que o prestígio e o nome que ele criou durante tantos anos, prestígio reconhecido nacional e internacionalmente, começavam a ser arranhados pelos fatos que vêm a público há mais de dois meses.

Senador José Maranhão, os fatos estão agravando-se em velocidade supersônica, tornando qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito incapaz de ter controle sobre eles. Não podemos entrar nessa jogada de permitir que o depoente, a seu bel-prazer, venha aqui quando quiser, diga se quiser ou se cale porque está protegido. No fundo, trata-se de uma disputa de agência de publicidade movida e marcada por inveja ou por ciúme. Não podemos permitir que a CPMI dê

guardada a disputas dessa natureza. Temos que ter um objetivo, e, a cada dia que permitimos que esses fatos aconteçam, os verdadeiros culpados pelos desvios de recursos estão protegidos.

O Sr. Duda Mendonça foi beneficiado, o Sr. Valério foi arrecadador ou laranja ou seja lá o que quiser, mas é preciso que a Nação saiba – é isso que ela quer – quem deu ordem, claramente quem mandou, quem tinha o prestígio e a força para alavancar dinheiro.

Agora sabemos que está justificado o pânico de alguns setores do Governo para que a D. Zilmar não fosse ouvida. Senador José Maranhão, já se sabe qual é o pânico dessa gente em não querer que se apure o caso envolvendo os fundos de pensão: já se sabe, até mesmo por analogia, que isso vai bater num lodaçal, num lamaçal sem limite.

É muito grave o que estamos vivendo.

Millôr Fernandes disse, Senador Marcelo Crivella, carioca como V. Ex^a – a frase original é do Neném Prancha, aquele filósofo do futebol carioca –, que, em política, fundo de poço tem mola. O diabo dessa crise é que ninguém chega ao fundo desse poço. Cada dia, novos casos. Cada dia, novos fatos. Cada dia, mais decepção para o brasileiro.

Imagino qual não seja hoje o clima nos corredores do Palácio do Planalto.

Louvada a hora, Senador Cristovam Buarque, em que V. Ex^a, de Lisboa, foi dispensado do Governo, ficando livre de passar pela história vergonhosa que vive hoje este Governo, que não tem apego a amigos, que não tem apego a compromissos. Governo de corriola. Governo de corriola, em que as virtudes são postas de lado por interesses que a Nação brasileira não sabe ainda claramente quais são, mas quer saber.

É preocupante. Como parlamentar da oposição, venho carregando ao longo desses dois anos e meio, quase três, Senador Marcelo Crivella, a frustração de não termos nós, oposicionistas, gerado nenhuma crise para o governo. O governo criou todas. Essa crise de Duda com Marcos Valério, de quem quer que seja, é uma briga genuinamente do governo. A oposição apenas assiste. Amanhã, a história haverá de julgar. Será que fomos prudentes ou incompetentes? Porque nada contribuimos para isso.

Quero finalizar este pronunciamento – com a compreensão do Senador Mão Santa –, elogiando o apresentador Jô Soares, que, aproveitando o momento político com sua inteligência, levou para a noite brasileira a repercussão da crise vivida pelo País, entrevis-

tando políticos, senadores, deputados, e propiciando debates envolvendo jornalistas que fazem a cobertura política do País.

Ontem, Senador Cristovam, ele encerrou o programa lendo uma carta do Sr. Eduardo Jorge Caldas. E o fez de tal maneira que emocionou qualquer um que viveu os episódios. Na carta feita ao Brasil, o Sr. Eduardo Jorge Caldas dizia que não aceitava o pedido de desculpas feito pelo Deputado José Dirceu e se justificava. E o Jô Soares leu a carta na íntegra, fazendo um reparo, não definitivo, mas pelo menos um reparo, ao que o Eduardo Jorge sofreu nas mãos do PT. O Partido o acusou, criou-lhe problemas, até que ele, não suportando mais, deixou o governo espontaneamente. E hoje, fora de tempo, fazem a ele um pedido de desculpa, que ele, com muita razão, não aceita.

Parabenizo Jô Soares pela coragem de ter lido a carta de um homem que hoje está apeado do poder e traz marcas e feridas no corpo e no coração pelas calúnias e denúncias sofridas ao longo da vida.

Mas o meu caro Carreiro, que acompanha a história do Brasil nos bastidores, sabe que ele não está isolado nessas calúnias. Um dos homens públicos mais decentes deste País, que conhecemos e com quem convivemos, Paulo Affonso Martins de Oliveira, morreu há poucos dias e não conseguiu se livrar de uma denúncia que lhe fez o PT em 1993. O processo correu nos tribunais e está no Supremo, hoje sem mais objeto. Inocente, limpo como foi a vida inteira – e esse relato me foi feito por um filho dele esta semana –, Paulo Affonso morreu com essa dor e essa tristeza.

Portanto, o que alguns petistas estão sofrendo hoje é nada mais nada menos o que plantaram ao longo da vida. Senador Marcelo Crivella, jogaram um cesto de pedras para cima e se esqueceram de sair de baixo. Elas estão caindo, uma a uma, na cabeça dos responsáveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, proroguei o tempo de V. Ex^a e prorrogaria mais sobretudo porque a mãe do homem público Eduardo Jorge é parnaibana, que merece o nosso apoio e a nossa solidariedade, e tão bem V. Ex^a traduziu em suas palavras o sentimento de admiração a Eduardo Jorge e a sua mãe, parnaibana.

Para encerrar esta sessão de 11 de agosto de 2005, Dia do Advogado, faço uma homenagem a três advogados, sendo dois do Piauí. Evandro Lins e Sil-

va, que chegou à Presidência do Supremo Tribunal Federal. Feliz do Supremo que não precisa buscar outros exemplos por tê-los no advogado do Piauí, Evandro Lins e Silva. Feliz desta Casa por ter o advogado Petrônio Portella, que, por duas vezes, dirigiu com muita dignidade o Senado. Por último, o advogado Abrahan Lincoln, que disse que a democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo. Deixou o seguinte ensinamento e uma mensagem que faço levar ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva: “Caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no Direito”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Em votação o Requerimento nº 863, de 2005, lido no expediente da presente sessão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 2005

Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para disciplinar o financiamento das eleições.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 31.

II – Autoridade ou órgãos públicos, ressaltados as dotações referidas no art. 38 e os recursos públicos para o financiamento das campanhas eleitorais previstos no art. 17 da Lei nº 9.504/97;

V – pessoa jurídica e pessoa física, salvo de seus filiados limitada a R\$ 700,00 (setecentos reais), por filiado, por mês. (NR)”

“Art. 39. O partido político pode receber doações de seus filiados limitadas a R\$700,00 (setecentos reais), por filiado, por mês para a constituição de seus fundos, sendo veda-

do usá-los no financiamento de campanhas eleitorais.

..... (NR)”

“Art. 44.

II – na propaganda doutrinária e política, exceto no segundo semestre dos anos em que houver eleição;

III – no alistamento;

§ 4º É vedada a aplicação de recursos do Fundo Partidário em campanhas eleitorais. (NR)”

Art. 2º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 17. As despesas da campanha eleitoral serão realizadas sob a responsabilidade dos partidos e coligações, e financiadas na forma desta Lei.

§ 1º Em ano eleitoral, a lei orçamentária respectiva e sena créditos adicionais incluirão dotação, em rubrica própria, destinada ao financiamento de campanhas eleitorais, de valor equivalente ao número de eleitores do País, multiplicado por R\$7,00 (sete reais), tomando-se por referência o eleitorado existente em 31 de dezembro do ano anterior à elaboração da lei orçamentária.

§ 2º A dotação de que trata este artigo deverá ser consignada ao Tribunal Superior Eleitoral, no anexo da lei orçamentária correspondente ao Poder Judiciário.

§ 3º O Tesouro Nacional depositará os recursos no Banco do Brasil, em conta especial à disposição do Tribunal Superior Eleitoral, até o dia 1º de maio do ano do pleito, sob pena de responsabilidade da autoridade que deixar de efetuar o repasse.

§ 4º O Tribunal Superior Eleitoral fará a distribuição dos recursos aos órgãos de direção nacional dos partidos políticos, dentro de dez dias, contados da data do depósito a que se refere o § 3º, obedecidos os seguintes critérios:

I – um por cento, dividido igualmente entre todos os partidos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral;

II – quatorze por cento, divididos igualmente entre os partidos com representação na Câmara dos Deputados;

III – oitenta e cinco por cento, divididos entre os partidos, proporcionalmente ao número de representantes que elegeram, na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

§ 5º Os recursos destinados a cada partido deverão aplicar-se de acordo com os seguintes critérios:

I – nas eleições presidenciais, federais e estaduais, quando o partido tiver candidato próprio a Presidente da República, os diretórios nacionais dos partidos políticos reservarão trinta por cento dos recursos para sua administração direta;

II – se o partido não tiver candidato próprio a Presidente da República, mesmo concorrendo em coligação, os respectivos diretórios nacionais reservarão vinte por cento dos recursos para sua administração direta;

III – nas hipóteses dos incisos I e II, os diretórios nacionais dos partidos distribuirão os recursos restantes aos diretórios regionais, sendo:

a) metade na proporção do número de eleitores de cada Estado, do Distrito Federal e de cada Território; e

b) metade na proporção das bancadas dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, que o partido elegeu para a Câmara dos Deputados.

II – nas eleições municipais, os diretórios nacionais dos partidos políticos reservarão dez por cento dos recursos para sua administração direta e distribuirão os noventa por cento restantes aos diretórios regionais, conforme critérios estabelecidos nas alíneas **a** e **b**, do inciso I.

III – dos recursos recebidos pelos diretórios regionais, dez por cento serão reservados para a sua administração direta e os noventa por cento restantes serão distribuídos aos diretórios municipais, sendo:

a) metade na proporção do número de eleitores do município; e

b) metade na proporção do número de vereadores eleitos pelo partido político, no município, em relação ao total de vereado-

res eleitos pelo partido político no Estado. (NR)

Art. 18. Os partidos políticos e as coligações não poderão gastar mais dos que os seguintes valores para cada campanha eleitoral de:

I – Senador: R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

II – Deputado Federal: R\$70.000,00 (setenta mil reais);

III – Deputado Estadual e Distrital: R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

IV – Vereador: R\$15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 19. Até dez dias após a escolha de seus candidatos em convenção, o partido ou coligação constituirá comitês financeiros, com a finalidade de administrar os recursos de que trata o art. 17. (NR)

Art. 20. O partido ou coligação fará a administração financeira de cada campanha, usando unicamente os recursos orçamentários previstos nesta Lei, e fará a prestação de contas ao Tribunal Superior Eleitoral, aos Tribunais Regionais Eleitorais ou aos Juizes Eleitorais, conforme a circunscrição do pleito.

§ 1º Fica vedado, em campanhas eleitorais, o uso de recursos em dinheiro, ou estimáveis em dinheiro, provenientes dos partidos e federações partidárias e de pessoas físicas e jurídicas.

§ 2º Os partidos políticos e as coligações partidárias deverão apresentar:

I – quarenta e cinco dias anteriores à data da eleição, a primeira prestação de contas dos recursos usados na campanha até o momento da declaração; e

II – até dez dias após a data de realização do pleito, a prestação de contas complementar, relativa aos recursos despendidos posteriormente à primeira declaração até o fim da campanha. (NR)

Art. 21. (REVOGADO)

Art. 22. É obrigatório para o partido e coligação abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro das campanhas.

§ 1º Os bancos são obrigados a aceitar o pedido de abertura de conta destinada à movi-

mentação financeira de campanha, sendo-lhes vedado condicioná-lo a depósito mínimo.

..... (NR)
Art. 23. (REVOGADO)

Art. 24. É vedado a partido, coligação ou candidato receber, direta ou indiretamente, recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, além dos previstos nesta Lei.

§ 1º A doação de pessoa física para campanhas eleitorais sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de dez a vinte vezes a quantia doada.

§ 2º A pessoa jurídica que descumprir o disposto neste artigo estará sujeita ao pagamento de multa no valor de vinte a cinquenta vezes, a quantia doada e à proibição de participar de licitações públicas e de celebrar contratos com o Poder Público pelo período de cinco anos, por determinação da Justiça Eleitoral, em processo no qual seja assegurada ampla defesa.

§ 3º O partido que infringir o disposto neste artigo estará sujeito a multa no valor de dez vezes o valor recebido em doação.

§ 4º O candidato que infringir o disposto neste artigo estará sujeito à cassação do registro ou do diploma, se este já houver sido expedido.

§ 5º Nas eleições proporcionais, observar-se-á o seguinte:

I – comprovada a responsabilidade do candidato, aplicar-se-lho-ão as mesmas punições previstas no § 4º deste artigo, sem prejuízo de sua responsabilização por abuso de poder econômico, conforme as penas cominadas no art. 23, inciso III, da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994;

II – comprovada a responsabilidade do partido ou coligação, independentemente da aplicação da multa prevista no § 3º, serão cassados o registro dos candidatos ou os respectivos diplomas, se já expedidos.

§ 6º Na hipótese de cassação de registro, os votos que foram atribuídos aos candidatos serão nulos, devendo a Justiça Eleitoral proceder a novo cálculo dos quocientes eleitoral e partidário. (NR)

Art. 25. O partido que descumprir as normas referentes à arrecadação e aplicação de

recursos fixadas nesta Lei perderá o direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário do ano seguinte, sem prejuízo de responderem os candidatos beneficiários por abuso do poder econômico. (NR)

Art. 25-A. A fiscalização de abuso do poder econômico, no curso da campanha, será exercida por uma comissão instituída pela Justiça Eleitoral, em cada circunscrição.

§ 1º A composição, atribuições e funcionamento da comissão serão disciplinados pelo Tribunal Superior Eleitoral.

§ 2º Entre os membros da comissão constarão os representantes dos partidos, coligações e outros que a Justiça Eleitoral considerar necessários.

§ 3º Por solicitação da comissão, o órgão competente da Justiça Eleitoral poderá, liminarmente, determinar a suspensão da campanha do candidato, nas hipóteses previstas nos §§ 4º e 5º do art. 24, pelo prazo máximo de cinco dias, assegurada ampla defesa.”

“Art. 27 (REVOGADO)”

“Art. 54. Dos programas de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita, bem como das inserções de que trata o art. 51, somente será permitida a participação dos candidatos ou a apresentação de debates entre eles, quando será permitida a participação de um mediador. (NR)”

Art. 3º A Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º

.....

11 – perceber vantagem econômica para apoiar candidato a Deputado, Senador, Governador, Prefeito ou Vereador (NR)”

Art. 4º O Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

.....

XI – perceber vantagem econômica para apoiar candidato a Deputado, Senador, Governador ou Presidente da República (NR)”

“Art. 7º

.....

IV – perceber vantagem econômica para apoiar candidato a Deputado, Senador, Governador ou Presidente da República (NR)”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, não se aplicando às eleições que ocorrerem até um ano da data de sua vigência.

Justificação

A atual crise política oferece à sociedade brasileira a oportunidade para debater e deliberar sobre uma reforma política que busque reduzir ou, se possível, eliminar os problemas do atual modelo político-eleitoral por nós praticado.

Cabe a nós colaborar com a discussão, mediante a apresentação do presente projeto de lei, essencialmente para disciplinar aspectos relativos ao financiamento das eleições, visando à moralidade do sistema político-eleitoral.

Não há ineditismo em boa parte das sugestões por nós oferecidas, já tendo em vista serem objetos de continuados debates e polêmicas no Congresso Nacional e na sociedade.

Assim, propomos, aqui, a adoção do financiamento público e exclusivo de campanhas eleitorais em todos os níveis, que é proposta em torno de cuja necessidade existe um consenso quase absoluto.

Adotamos, aqui, em linhas gerais, o projeto aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, destinada a estudar a reforma política que, por sua vez, foi inspirada em proposta originada de Comissão similar desta Casa.

Buscamos aperfeiçoar alguns aspectos da proposta, prevendo limites para o gasto com cada campanha eleitoral destinada a cargos legislativos, com o objetivo de tomar as eleições menos dispendiosas.

Ademais, proíbe-se aos partidos políticos receber doação de pessoas físicas e jurídicas. Somente abre-se exceção para os filiados ao partido, até setecentos reais, por mês. Trata-se de impedir que as empresas contornem a vedação à doação de recursos para as eleições, fazendo-o para os partidos fora do período eleitoral.

Finalmente, também buscando a moralização dos pleitos, tipifica-se como crime de responsabilidade de Prefeitos e Vereadores, sancionável com a perda do mandato, a percepção de vantagem econômica para apoiar candidato a Deputado, Senador, Governador ou Presidente da República.

Temos a certeza de que o projeto que ora submetemos à apreciação do Senado Federal terá o apoio para sua aprovação e, como resultado, acreditamos que constituirá um importante avanço na consolidação

de nosso regime político e, em decorrência, da democracia em nosso País.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2005. – Senador Cristovam Buarque.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O projeto de lei do Senado que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Leonel Pavan, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Reginaldo Duarte, Sérgio Guerra, Almeida Lima e Luiz Soares enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula admitiu ontem, em carta enviada à presidência da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – ter “plena noção da gravidade” da crise política pela qual passa o País, motivada por uma série de acusações de corrupção que atingem o governo e parte de sua base de apoio.

Os termos da carta enviada ao presidente da CNBB, Cardeal Geraldo Majella Agnelo, é uma tentativa de amortecer as possíveis críticas ao governo, ao longo da 43ª Assembléia Geral da CNBB, que reúne cerca de 300 bispos desde a manhã de ontem em Indaiatuba, São Paulo.

É inacreditável que, mesmo ao se dirigir ao órgão colegiado máximo da Igreja, Sua Excelência cometa heresias. Numa demonstração de que subestima a capacidade dos Bispos e Cardeais brasileiros, o Presidente Lula lançou mão de uma afirmação falaciosa afirmando:

“Tenho envidado todos os esforços para que a crise política não paralise nosso governo e nosso país. O que tem sido interpretado, muitas vezes maldosamente, como antecipação de campanha eleitoral é justamente um empenho do governo.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nem a santa Madre Tereza de Calcutá, se aqui estivesse, seria capaz de considerar crível esse trecho da carta presidencial.

O Presidente Lula conclui a carta com uma crítica ao governo do ex-presidente Fernando Henrique

Cardoso, sem citá-lo nominalmente, afirmando ter criado 13 vezes mais postos de trabalho do que “no governo passado”.

Em nome da verdade, na “república da mentira”, título do oportuno artigo da competente colunista Eliane Cantanhêde na edição de hoje da Folha de São Paulo, ou na “república do rabo preso”, segundo a grande escritora Lya Luft, é preciso mostrar o que o governo do presidente Lula promove no mercado de trabalho do País.

É mais do que justo reafirmar que o estelionato eleitoral sem precedentes na história republicana se consubstanciou quando os pilares éticos e as promessas de campanha e compromissos históricos da legenda petista se desmoronaram por completo, na eclosão dos escândalos que exibiram a verdadeira face do governo Lula.

Vejamos os números do mercado de trabalho: em 2003, o ano do espetáculo do crescimento (taxa negativa de - 0,2%), ocorreu um recorde da taxa de desemprego, cuja média ficou em 12,3%, acompanhada de uma queda da renda média dos brasileiros de 12,9%. Em 2002, por exemplo, a média de desemprego foi de 10,5%.

O resultado desastroso foi ancorado na adoção de políticas altamente restritivas nas áreas fiscal e monetária, principalmente na radicalização do ajuste fiscal, elevando a meta de superávit primário de 3,75% para 4,25% do Produto Interno Bruto e superando, no fim de 2003, a meta fixada, qual seja, 4,32%.

O Presidente Lula e o seu Governo não primam pela verdade ao apresentarem seus “feitos e glórias”. Recordo-me que no primeiro semestre (início de maio) foi divulgado um balanço dos valores gastos no setor social, entre os anos de 2001 e 2004, comparando os dois primeiros anos de Lula com os dois últimos do governo Fernando Henrique Cardoso, para demonstrar a superioridade dos investimentos atuais. O referido “balanço”, além de computar os investimentos de quatro anos atrás sem correção, listava despesas que não tinham efetiva relação com a área social.

A pretensa “multiplicação dos postos de trabalho” oculta uma faceta cruel revelada por um estudo da Universidade de Campinas, ao qual já me referi desta tribuna no primeiro semestre.

O trabalho da Unicamp mostrou que o que está havendo é uma rotatividade de emprego: os trabalhadores demitidos são readmitidos com salários inferiores.

De acordo com os dados da Unicamp, o salário médio dos demitidos foi da ordem de R\$2.443,00 e o salário médio dos contratados gira em torno de R\$388,00.

Se o ritmo da rotatividade for mantido até dezembro, teremos uma taxa anual de quase 48% de rotatividade, o que equivale a dizer que um em cada dois brasileiros com carteira assinada vai trocar de emprego em 2005.

A missiva do presidente Lula à CNBB pode ser censurada pelo plenário da 43ª Assembléia Geral da CNBB. A gestão Lula conseguiu imprimir feições de Sodoma e Gomorra à Brasília sonhada por Dom Bosco.

O atual presidente, que em passado recente anunciava que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso estava no poder somente para satisfazer os desejos dos bancos e órgãos como o Fundo Monetário Internacional, presencia o Bradesco anunciar o maior lucro bancário da história, mais que o dobro do ano anterior, e abriga no seio de sua equipe um “Fundo Monetário Doméstico”, bem mais ortodoxo que a matriz.

Era o que eu tinha dizer.

Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para solicitar que seja feito o registro do editorial da **Folha de S.Paulo** do dia 9 de agosto do corrente intitulado “Caos e complacência”.

O editorial mostra como a última reunião do Diretório Nacional do PT sintetiza a situação de caos e paralisia que toma conta do partido. “A legenda perdeu mais uma chance de apresentar explicações convincentes ao país”.

O editorial mostra, ainda, que “A desorientação do PT reflete o caráter hesitante das atitudes do primeiro mandatário, que oscilam entre o discurso de campanha e a tentativa de minimizar problemas. Continuar com evasivas é ignorar uma demanda legítima da população e fugir às suas responsabilidades como chefe de Estado e de governo”.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo passe a integrar este pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e 2º, do Regimento Interno.)

Decisão e franqueza

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Sociólogo, foi presidente da República

Autores clássicos do comportamento político colocaram ênfase na necessidade de “dissimular” e de “omitir”. Se nunca chegaram a propor a mentira como instrumento válido da ação política, passaram perto. E não me refiro apenas a Maquiavel, que terçou armas no terreno escorregadio dos fins que justificam os meios — sem jamais ter escrito isso — e das artimanhas necessárias para manter e expandir o poder. Todos aqueles clássicos, se vissem nos dias de hoje, na era da comunicação instantânea e do cruzamento de informações em tempo real, chamariam a atenção para o mote “a mentira tem pernas curtas”. E talvez, maquiavelicamente, diriam que, em nossos tempos, vale mais a pena exagerar na denúncia e proclamar, mesmo contra todas as evidências, o comportamento ético.

A exaltação da virtude não implica descuidar do que Weber chamou de ética da responsabilidade. O político precisa sempre medir as consequências de seus atos e mesmo dos atos praticados por terceiros graças a suas ações e omissões. Mas a franqueza e a capacidade de decidir no momento oportuno valem hoje mais do que tudo, assim como a acusação ou o reconhecimento do erro devem ser feitos na hora politicamente certa, em função de suas consequências.

Nós, do PSDB, erramos no timing em episódio recente. Embora as denúncias de doações irregulares para as campanhas de alguns tucanos mineiros sejam de natureza muito distinta da “farra do boi” de Brasília, demoramos a dar o sinal de que “não somos iguais”. Isso sem prejuízo de todas as merecidas considerações pessoais e das diferenças de situação. Se o senador Azeredo tivesse mostrado no primeiro instante, como mostrou na CPI, de onde partiram as ordens para a captação de recursos em 1998, teria evitado muita incompreensão.

Quem dera as atribuições do presidente Lula neste momento fossem tão simples de evitar. Ele também diz ignorar o que se passa

à sua volta. Com uma diferença essencial: o partido do presidente e seu governo estão envoltos em um tsunami de suspeitas de corrupção. Em Minas não estamos lidando com armadores de quadrilha, ninguém suspeita de uso de dinheiro para compra de deputados, nem houve o aval de empréstimos pelo governo ou seu partido. Mesmo assim estamos cheios de cuidados para não atribuir ao presidente culpas específicas em função de suas responsabilidades gerais.

No artigo que escrevi neste espaço há quatro semanas, insisti em não jogar pedras no presidente antes da hora, torcendo para que a hora não chegasse. Apelei para sua principal responsabilidade: a de propor um caminho para o Brasil sair da crise política. Cheguei mesmo a sugerir, na revista *Exame*, que ele proclamasse não ser candidato à reeleição para ganhar força moral na condução do processo político. Que falasse francamente ao país reconhecendo os erros e pedisse o apoio de todos. Parecia-me que, se agisse com grandeza, teria condições para, no futuro próximo, resgatar-se de seu momento atual e voltar a se ocupar de eventual (e cada vez mais remota) reeleição, sem recorrer a pequenas espertezas para se pôr a salvo.

Não parece ter sido esse, até o momento, o caminho por ele escolhido. Assumiu postura autista, passou a declarar abstratamente que luta contra a corrupção, sem se referir ao que vai à sua volta, continuou jogando os próprios erros à conta da herança que recebeu, e continuou a tratar a oposição (aí incluindo “as elites” que a ele nunca se opuseram) como bode expiatório. Despreocupou-se da opinião pública, tornou-se palanqueiro fazendo de grandezas que nunca existiram em seu governo, com o propósito óbvio de manter popularidade na massa menos informada de eleitores. Ilusão: não estamos em campanha eleitoral. O momento é para o presidente assumir responsabilidades, não largar o leme e fazer o que o país espera: governar. Parece, entretanto, que esse é o ofício que menos o atrai.

O presidente Lula, pelo caminho que escolheu, afastou convergências em nome de uma agenda de salvação nacional. Mesmo porque

a solidez das instituições, da economia e do mercado dispensam esforços salvacionistas. Diante disso, é preciso dizer claramente que passou a hora de apelos à grandeza de espírito de quem não a tem. Por outro lado, os erros do governo e dos partidos que o apóiam estão à vista: o sol brilha neles sem peneira. Não existe a mais remota possibilidade de qualquer acordo em busca de soluções negociadas nas CPIs. Que se apure tudo o que ocorreu, agora ou no passado, sem perder de vista que nunca houve na história do Brasil seqüência de desvios de conduta tão deprimentemente como a que foi montada no país sob os auspícios de um partido, o PT, que se arrogava o monopólio da ética e que, sob essa escusa, estava construindo estrutura de poder gigantesca baseada na arrogância e na corrupção.

Não acusemos pessoas antes da hora, não confundamos o joio com o trigo, nem as diferentes espécies de joio, dentro e fora do PT e dos demais partidos. Deixemos que a democracia se afirme com o prosseguimento das investigações. Feitas as apurações, que as responsabilidades recaiam sobre cada indivíduo na proporção dos erros cometidos. Seja qual for o resultado das investigações, o importante é que, em seguida, haja as punições de acordo com as leis.

Nesse processo, entretanto, ruma-se contra o tempo. O país perderá se deixarmos passar a hora. A hora é já: a soma de falcatruas, de falsidades, de negações do óbvio diante das câmeras do Congresso é de tal magnitude que não dá mais para fazer de conta que ninguém sabe de nada, que o Brasil vem sendo governado por um bando de gente irresponsável. Não é verdade: são sim responsáveis, e a oposição deve cobrar deles os erros que vêm cometendo. O próprio presidente, com seus discursos diários cheios de fanfarronice, gabola e desafiante, deveria meditar, pelo menos uma vez na vida, sobre por que foi eleito e o que está deixando como marca na História. E, se crime de responsabilidade houver ou quebra de decoro parlamentar, sigam-se as regras estabelecidas na Constituição, com todas as consequências. Não tergiveremos nem inventemos alternativas descabidas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Decisão e franqueza”, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição do último dia 7 de agosto do corrente.

Segundo o ex-Presidente, todo político precisa medir as conseqüências dos seus atos e dos atos praticados por terceiros graças as suas omissões e ações. Isso porque a franqueza, a capacidade de decidir no momento certo e de reconhecer o erro, vale mais que tudo para evitar conseqüências desastrosas. Não parece que o Presidente Lula escolheu agir dessa maneira, pois, assumiu uma postura estática de declarar sua luta contra a corrupção de forma abstrata e continua jogando a culpa na herança do governo passado.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de dizer também que coube ao Amazonas, o meu Estado, a liderança no desempenho da produção industrial brasileira, no primeiro trimestre.

São números eloqüentes. A produção industrial no Pólo Industrial de Manaus mais do que dobrou, situando-se acima do índice da média nacional. No Amazonas, o crescimento, no trimestre, foi de 20,9%, enquanto a média nacional é de 5%.

Os bons resultados não decorrem em nada da política do Governo Federal nem do Governo do Estado. É resultante, isso sim, de um processo da história econômica que transformou o Pólo Industrial de Manaus nessa brilhante realidade que o Brasil deve aprender a admirar.

Iniciada em 20 de julho, a paralisação já afeta a produção das indústrias da Zona Franca de Manaus. Só uma empresa, a Semp-Toshiba tem 40 contêineres no porto de Manaus, aguardando liberação. São componentes eletrônicos indispensáveis para a linha de produção da empresa.

É o caso de falar bem claro ao Governo, por enquanto a título de apelo, para que sejam retomadas as negociações com os técnicos em greve.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é dia 11 de agosto, dia especial, propício mesmo, para cobrar do algumas penduras de um malfadado Governo, hoje cheio de penduras.

Vamos às coisas penduradas, mal penduradas e muito mal explicadas. E que exigem desse mau Governo imediatas e bem traçadas explicações:

Pendura 1

O caso Okamoto e essa fajutóide história da vida do Presidente Lula com o PT, de R\$29 mil.

Okamoto pode até rimar com aquele antigo fortificante Vakamoto, mas as explicações nem de longe convencem a oposição e o País.

Primeiro, ele diz que isso é uma *questão de contabilidade*. Ainda bem que não é uma questão culinária.

Se é um problema contábil, as contas devem *bater*, livro-caixa, contas redondas e por aí afora.

Depois, diz Okamoto vem com a história de erro do PT. Lançou errado e depois consertou a contabilidade.

Apagou-se o erro com borracha. E vem Okamoto com mais um acréscimo, que só complica as coisas: teria sido ele o responsável pela quitação do débito de Lula.

Bonzinho esse Okamoto!

Paga a conta do outro e nada informa ao devedor, que não é uma pessoa qualquer, é o Presidente do Brasil.

Ele disse ter quitado o débito presidencial com dinheiro dele. Mas não explicou direito como o dinheiro foi repassado para São Paulo, onde os depósitos teriam sido feitos em quatro agências do Banco do Brasil

Bonzinho esse Okamoto!

Na CPI dos Correios, suspeita-se que a quitação tenha sido feita com dinheiro do publicitário Marcos Valério.

Bonzinho esse Okamoto!

Pagou a pendura de Lula disse não ter qualquer recibo do PT para comprovar o pagamento.

Desorganizado esse Okamoto!

O Sebrae que se cuide; daqui a pouco se desorganiza todo!

Para a Nação ignorada, o que ficam são versões, todas criadas pelo próprio Governo. Já se denomina essa *pendura* de *suposto empréstimo de R\$29.436,26*. É um número exato, não é um valor estimado.

Uma das versões diz, nebulosamente, que parte do dinheiro serviu para pagar uma passagem de Dna. Maria Leticia à China. Ela acompanhou Lula nesse périplo, quando ele era dirigente do PT.

Hoje, a CPI dos Correios deve votar requerimento pedindo explicações do Presidente e um outro para quebrar o sigilo bancário de Okamoto.

A CPI age acertadamente. Ela e a Nação precisam saber, e logo, quem fez os depósitos em conta do Fundo Partidário do PT no Banco do Brasil, para quitar a dívida do Presidente.

Terceira versão: o Líder Aloizio Mercadante diz que o pagamento da dívida de Lula.

Não é bem uma explicação. Essa, sim, é mais uma trapalhada. E por que jogar a culpa de tudo sobre os ombros de Delúbio?

Não é uma dívida?

Foi empréstimo?

Erro contábil?

Que venham as explicações. Por enquanto, só há contradições. E contradições não ajudam a desanuviar as nuvens, que começam a rondar em torno do Presidente Lula.

O que menos convém são essas fantasiosas versões.

Ainda hoje, no **Correio Braziliense**, leio essa manchete:

Planalto transfere a culpa para o partido.

Foi o que fez ontem o Ministro de Relações Institucionais do Governo Lula.

Daqui a pouco vão transferi-la para a Velhinha de Taubaté...

Termino, com algumas observações da colunista Miriam Leitão, de **O Globo**. Em seu artigo de hoje, ela lembra que toda semana há alguma notícia do Banco do Brasil que não se sustenta. Nesta semana, o BB afirma que o Presidente Lula pagou uma dívida pessoal de R\$29 mil ao Fundo Partidário do PT, que diz desconhecer e que Okamoto garante ter pago na qualidade de procurador pessoal do Presidente.

Lembra a colunista de **O Globo** que Lula, há algum tempo, fizera pouco da denúncia de uma empresa sobre repasses que era obrigada a fazer ao esquema de corrupção em Santo André. Ele disse: R\$40 mil é troco.

Numa entrevista recente concedida há algum tempo pelo Presidente à mesma Miriam Leitão, ela

quis saber se corrupção se mede pelo tamanho da propina. A resposta de Lula:

Errei ao dizer isso. Para mim, R\$1,00 e R\$ 1 milhão são a mesma coisa quando se trata de corrupção.

A colunista conclui, na edição de hoje:

Com base nisso, creio que o Presidente deve explicar melhor esse episódio do empréstimo, para que não fique a impressão de que toma dinheiro do partido, esquece-se e a conta é paga por um amigo, que foi muito bem aquinhado com um cargo público. O do Presidente do Sebrae.

Não é só Miriam Leitão quem acha que o Presidente precisa explicar as coisas. A Nação toda pensa assim.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e II, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

CAOS E COMPLACÊNCIA

A REUNIÃO do Diretório Nacional do PT, realizada no último sábado em São Paulo sintetiza a situação de caos e paralisia que toma conta do partido. A legenda perdeu mais uma chance de apresentar explicações convincentes ao país e de reequilibrar o jogo de forças entre as tendências que a compõem.

Apesar das previsões de que sairia enfraquecido, o Campo Majoritário, tendência a que pertence o presidente Lula, continua a exercer papel hegemônico. Ainda que por margem estreita, a resolução defendida pelo grupo foi aprovada, e são claros os indícios de que seu principal orquestrador continua a ser o ex-ministro José Dirceu. O documento volta a insistir nas famosas teses de que o PT é vítima por "estratégias da direita" e por um "processo difamatório" e faz uma autocrítica no mínimo complacente dos "graves equívocos que a legenda cometeu".

O partido mostrou-se igualmente condescendente com o ex-tesoureiro Delúbio Soares. Ao aceitar pedido de afastamento poucas horas antes da reunião que decidiria sua suspensão, o PT contribui para adensar as suspeitas de que protegê-lo equivale a

uma assunção de culpa, visto que o ex-tesoureiro poderia agravar a crise caso decidisse falar o que sabe.

Piora a situação o fato de que as decisões deslegitimam o novo presidente do partido. Tarsus Genro, empossado instavelmente para resurtir a credibilidade da administração da legenda no campo Majoritário, renovou sua proposta de obnervar os diretórios estaduais a abrir o caixa das campanhas. Ficou igualmente no limbo sua elogiável iniciativa de tomar inelegíveis deputados que renunciasssem a seus mandatos.

Nesse cenário, torna-se indispensável que o presidente Lula abandone a estratégia de se dissociar do partido e de desabatagem com renovo e no-putista diante das audiências que lhe convém. É preciso traçar uma linha mais consistente de prestação de contas à sociedade.

A desorientação do PT reflete o caráter hesitante das atitudes do primeiro mandatário, que oscilam entre o discurso de campanha e a tentativa de minimizar os problemas. Continuar com evasivas e ignorar uma demanda legítima da população e fugir às suas responsabilidades como chefe de Estado e de governo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Brincadeira de mau gosto”, de autoria de Carlos Heitor Cony, publicado pelo jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 7 de agosto de 2005.

O discurso que o Presidente Lula fez em Garanhuns é que foi uma brincadeira de mau gosto. Ele disse para terras e céus, que vão ter que engoli-lo e que a crise política que traumatiza a Nação é uma “brincadeira de mau gosto”. Talvez ele ainda não tenha percebido que a única brincadeira de mau gosto que

existe é a dele mesmo, que até agora não caiu na real e não vê a lama em que seu governo está enterrado. A verdadeira brincadeira é esse jogo de não sei de nada e não tenho culpa de nada para tentar se reeleger.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal. Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e 2º, do Regimento Interno.)

Brincadeira de mau gosto

RIO DE JANEIRO - *Comentei ontem o discurso exaltado e eleitoreiro do presidente Lula em Garanhuns, ameaçando céus e terras, dizendo que terão de engoli-lo, mas sem especificar quem saciará a fome à custa de suas viandas. No mesmo discurso, ele se refere à crise política que traumatiza a nação como “brincadeira de mau gosto”.*

Que é de mau gosto, concordo com ele. Os entendidos em TV reclamam do mau gosto da maioria dos programas exibidos na telinha. E as sessões nas CPLs não ficam atrás, em momentos de pique superam os pastéis mais escrachados, não pela forma com que se apresentam (são até corretos e legítimos), mas pelo conteúdo.

Quanto à brincadeira a que o presidente Lula se refere, só pode ser brincadeira dele mesmo, que até agora não caiu na real e se recusa a ver a lama que o rodeou durante dois anos e meio de mandato e agora ameaça tragá-lo de forma irrecuperável.

Brincadeira a dele, sim, indo a comícios eleitorais antecipados e passando para o povo a balela de que tudo vai bem, com o governo trabalhando para dar dignidade e serviços a todos, principalmente aos pobres. A realidade é que no Brasil nunca houve um canteiro de obras paralisadas tão monstruosamente grande.

Brincadeira também a de se investir candidato à reeleição e iniciar a campanha não mais com dinheiro de Valério e Delúbio, mas com dinheiro público, que lhe paga viagens, refeições, caminhões para arrebanhar platéia, faixas e carros de som. Tudo isso custa caro, tão caro que o PT ficou na lona, apesar das contribuições que Valério descolou até em Portugal.

Quem está bancando esse início de campanha eleitoral, sem concorrente ainda à vista, é a burra da nação. E, ao usar o nome arcaico de “burra” como sinônimo de cofre, banco, patrimônio, sem querer estou usando uma palavra lamentavelmente adequada.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Não é inimputável”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 5 de agosto do corrente.

O jornalista mostra que “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comporta-se como se fosse inimputável”. “Presidente da República, mais que qualquer outro, deve explicações ao público”. “Não dá para se considerar inimputável quando a qua-

se totalidade dos envolvidos com a dinheirama de Marcos Valério é do PT e da base aliada de seu governo”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

Não é inimputável

SÃO PAULO- O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comporta-se como se fosse inimputável. Não é. Sua história de vida, sua origem pobre, a educação que diz ter recebido dos pais, o cargo que ocupa — nada disso o faz melhor do que qualquer outro cidadão brasileiro.

Por isso, teria que dar o exemplo quando fala de pedir desculpas a quem é injustamente acusado. Lula, para ficar só no mais folclórico dos exemplos, disse que havia “300 pica-retas” no Congresso Nacional, sem oferecer a mais leve prova. Pediu desculpas? Não. Ao chegar ao governo, juntou-se a eles, o que, aliás, é uma das origens de seus problemas atuais.

Presidente da República, mais que qualquer outro, deve explicações ao público. Deve, por exemplo, explicar a estranha associação entre seu filho e a Telemar, até para que fique claro que soube dar aos filhos a educação que diz ter recebido dos pais.

Deve, por exemplo, enfrentar sua responsabilidade na “tragédia” de seu partido, o PT (“tragédia” é ex-

pressão de José Dirceu, que se considera emblemático do partido).

Lula foi um dos criadores do partido, foi seu presidente (“por apenas três anos”, fuge agora), é seu símbolo, foi seu único candidato presidencial em todas as quatro eleições havidas desde a fundação do PT. Não pode, portanto, se considerar inimputável pelos “erros” cometidos por seus dirigentes (expressão também dele próprio, de Dirceu e do novo presidente petista, Tarso Genro).

Não dá para se considerar inimputável quando a quase totalidade dos envolvidos com a dinheirama de Marcos Valério é do PT e da base aliada de seu governo.

Por fim, cabe lembrar que o “vão ter que me engolir”, além de muito abaixo da dignidade do cargo, é de mau agouro. Quem o inventou foi o técnico Zagallo, em 1997. Acabou engolido em 1998 (por Zidane e cia.) e por Felipão na Copa seguinte.

@ → crossi@uol.com.br

Folha S. Paulo 05/08/05

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ex-Ministro José Dirceu, ao que parece, ainda continua dando as cartas no Partido dos Trabalhadores. Mesmo atolado “até o pescoço” em denúncias, o deputado ainda controla as decisões no Partido. Isso não é uma demonstração de força, mas sim uma prova de que não há, no PT, a menor intenção de assumir suas culpas pelos delitos cometidos.

Esse comportamento só reforça a tese de que o PT quer deixar confortável e quieto o Sr. Delú-

bio Soares, parceiro de falcatruas do Sr. Marcos Valério.

Sr. Presidente, é nesse contexto que requeiro que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, Inciso I e 2º, do Regimento Interno.)

Pizza no diretório do PT

Tiveram vida breve as promessas de moralização do Partido dos Trabalhadores (PT), repetidas pelo seu novo presidente, Tarso Genro. A “refundação” do partido, de que ele falava, ou ficou para as calendas ou se fará, como tudo indica, sobre as mesmas bases apodrecidas de onde emanou o maior escândalo de corrupção de que se tem notícia no País. O que aconteceu e deixou de acontecer na reunião do diretório nacional do partido, no último fim de semana, mostra que a força hegemônica na agremiação, o Campo Majoritário, não tem a mais remota intenção de assumir as suas culpas pelos delitos cometidos, inequivocamente sob inspiração e proteção superior, pelo então tesoureiro Delúbio Soares. Nem tampouco pretende punir os 15 companheiros - entre eles, 7 deputados federais - já identificados como envolvidos no esquema operado pelo publicitário Marcos Valério.

Representando a maioria do partido, daí o seu nome e o seu poder, o campo que controla o diretório e a executiva petista abriu a sua pizzaria, acendeu seu forno e passou a servir as criações do pizzaiolo José Dirceu. A cúpula

do PT não decidiu nada à sua revelia, muito menos contra a sua vontade. A rigor, ninguém influiu mais do que ele para que as decisões saíssem como saíram. Tarso Genro ou foi abertamente batido pelo ex-ministro ou concordou com ele. Disso resultou uma coleção de enormidades, a começar da resolução aprovada por 29 em 56 votos que se empenha muito mais em louvar as “realizações importantes” do governo Lula e em denunciar supostas “estratégias oportunistas da direita para abreviar o mandato popular, legal e legítimo, do presidente” do que em esmiuçar os malfeitos petistas. O máximo a que chegou foi admitir que “o PT não pode deixar de assumir seus erros”.

Um exemplo irrefutável da supremacia de Dirceu, cuja cassação estava para ser pedida pela presidência do Conselho de Ética da Câmara, foi o esfarinhamento da anunciada intenção de Tarso de levar o partido a negar legenda para as próximas eleições aos seus parlamentares que renunciassem aos mandatos, como seria o caso do ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha, a fim de

não serem cassados, conservando assim o direito de pleitear o voto popular no ano que vem - uma ignomínia que a Justiça Eleitoral já pensa em erradicar. Quando um deputado da ala esquerda do PT, que se opõe ao Campo Majoritário, argumentou que a proposta de punir as renúncias se inspirara na declaração do próprio Dirceu de que em hipótese alguma desistiria do seu mandato, ele retrucou, cínicamente: “Então eu tenho autoridade moral para ser contra.”

Em dupla com o senador Aloizio Mercadante, Dirceu também trabalhou para evitar que os petistas suspiem de se beneficiar das operações valerianas fossem julgados desdote logo pela executiva nacional, sem passar pelas executivas estaduais, embora o estatuto do partido previnisse esse procedimento quando a repercussão ou a gravidade do fato atingir o interesse partidário - circunstância invocada para expulsar sem delongas a senadora Heloisa Helena e três deputados dissidentes. Mas a pizza gigante saída sábado dos fornos supervisionados por Dirceu foi o acordo com o ex-tesoureiro Delúbio. Em vez de ter a sua filiação suspensa

por tempo indeterminado pelo diretório nacional, a instância permitiu que ele tomasse a iniciativa de se afastar enquanto estiver sob julgamento da comissão interna de ética. Com isso ele deixou de depor, como previsto, e preservou os seus direitos partidários.

O Campo Majoritário, em geral, e Dirceu, em especial, querem deixar confortável - e quieto - o parceiro de falcatruas de Valério. Quanto menos fatos, nomes e números novos aparecerem, melhor para todo o Centrao petista, parece ser o persuasivo argumento do ex-ministro. A nova direção do PT não tem nem quer ter a chave da caixa-preta dos negócios escabrosos que o professor Delúbio em hipótese alguma faria por sua conta e risco. “Não será o PT que buscará a sujeira sob o tapete”, disse ao *Globo* um dirigente que pediu anonimato. “Ninguém é louco de peitar Dirceu.” A esta altura, as correntes de esquerda que, à parte tudo mais, encarnam o último reduto da ética no partido decerto já se convenceram da própria impotência diante do rolo compressor dos majoritários. Para serem coerentes, só lhes resta migrar para o PSOL da senadora Heloisa Helena, que os espera “de braços abertos”.

Esquerda acusa cúpula do PT de blindar Delúbio e acobertar suspeitos

Deputados dizem que ex-tesoureiro sabe de muita coisa e
como está acuado, poderia "liquidar" figuras do partido se falasse

CRISE NO GOVERNO LULA

Luciana Nunes Leal

No dia seguinte à reunião do Diretório Nacional do PT, em que prevaleceu a posição da tendência moderada Campo Majoritário, a esquerda do partido denunciou ontem uma "operação blindagem" em torno do ex-tesoureiro Delúbio Soares, que confessou ter montado um esquema de caixa 2, com dinheiro obtido pelo empresário Marcos Valério. Fernandes de Souza. Também protestou contra o "acobertamento" de deputados e dirigentes que receberam dinheiro das contas de Valério. Na reunião, a proposta para que os envolvidos fossem submetidos à Comissão de Ética nem chegou a ser votada.

Na tarde de sábado, quando seria votada proposta de sua suspensão, Delúbio, com aprovação de integrantes do Campo Majoritário, enviou uma carta

"Não é só Lula que está fora da realidade. O

núcleo que controla o PT também está"

antecipando-se à medida e pedindo afastamento. O pedido foi aceito e ele está afastado até o fim do processo ético disciplinar a que responde. O depoimento na Comissão de Ética do PT foi adiado.

"Delúbio sabe muita coisa. Ele não faria operações milionárias de moto próprio e por isso tem que ter blindagem, proteção. O partido não quer ser melindrado. Nos deixa reféns, numa situação dramática", disse Chico Alencar (RJ), integrante do Bloco de Esquerda Parlamentar do PT, formado por 22 deputados federais. "Existe um receio de que Delúbio conte o que sabe, só pode ser isso. Delúbio é uma pessoa acuada, sujeita a cometer impropérios. Tornou-se perigoso do ponto de vista de que pode liquidar figuras do nosso partido e do nosso governo. Imagino o esforço para que não abra o verbo", reforçou o deputado Mauro Passos (SC).

A saída menos traumática para Delúbio irritou a esquerda, para quem o partido protegeu os envolvidos em vez de isolá-los. "Há uma diferença entre o Diretório Nacional afastar o Delúbio e acatar uma carta enviada por ele. A simbologia é que Delúbio teve um gesto generoso de sair, quando o diretório é que tinha que ter tomado esta atitude", afirmou o deputado Ivan Valente (SP).

DESCREDITO

No sábado, a esquerda levou a proposta de que "dirigentes e parlamentares acusados de práticas ofensivas à moralidade e aos interesses públicos" fossem investigados internamente e se afastassem do PT até o fim da apuração. O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, integrante do Campo Majoritário, porém, recorreu ao Estatuto do partido e conseguiu impedir a votação do tema, com o argumento de que investigação contra deputados

federais tem que partir dos diretórios estaduais e, no primeiro momento, não cabe a instância nacional.

"Alegaram questões burocráticas para mais uma medida protelatória para ganhar tempo", disse Valente. Passos vai mais longe: "Se passarmos a ideia de que estamos querendo encobrir, o descrédito será nosso." Ele é contra a tática de minimizar a pior crise da história do PT, que também atinge o governo. "Não é só o presidente Lula que está fora da realidade. O núcleo que controla o PT também está."

A deputada Maninha (DF) chamou a atenção para o documento "muito ruim" aprovado pelo diretório sobre o cenário político e econômico. Venceu o texto apresentado pelo Campo Majoritário, que faz uma referência sutil à crise, defende o governo e condena o aumento do superávit primário como forma de preservar a economia. "Trata-se de reduzir o superávit, não de evitar o aumento", reclama Ivan Valente. ●

Dirceu ainda dá as cartas no partido

Ex-ministro vive momento difícil mas mostrou, no sábado, que ainda controla decisões

Homem forte do governo Luiz Inácio Lula da Silva durante dois anos e meio, o ex-chefe da Casa Civil José Dirceu vive seu pior momento em 25 anos de PT. Mas continua a dar as cartas no partido. A influência do deputado, que voltou à Câmara depois das denúncias de corrupção feitas por Roberto Jefferson (PTB-RJ), manifestou-se no sábado, durante a reunião do Diretório Nacional. Dirceu não fez discurso, não se envolveu nos embates entre moderados e radicais. Mas atuou para que o Campo Majoritário, do qual faz parte, saísse vitorioso.

A Esquerda petista chegou ao encontro apostando no enfraquecimento do Campo Majoritário, mas ao final reconheceu que o grupo ainda domina o PT. "O Campo Majoritário está vivo e José Dirceu, trabalhando firme", resumiu ontem o deputado Chico Alencar (RJ), do Bloco de Esquerda Parlamentar. Segundo Alencar, José Dirceu manifestou-se contra a proposta que impede os parlamentares que renunciarem aos mandatos de concorrerem nas eleições do ano que vem pelo PT. Outro integrante do Campo Majoritário, Francisco Campos, tinha pedi-

do verificação de quórum e o presidente do partido. Tarso Genro, não pôde pôr a proposta em votação. A ideia tinha sido defendida pelo próprio Tarso durante a semana, mas não foi oficializada pelo diretório.

Chico Alencar está certo de que José Dirceu, com outros integrantes do Campo Majoritário, também atuou na negociação que levou o ex-tesoureiro Delúbio Soares a pedir sua suspensão temporária, evitando o constrangimento de ser suspenso por decisão do diretório. "Quando a carta de Delúbio chegou, Dirceu disse que era maté-

ria decidida", disse o deputado carioca.

Já na sexta-feira, durante reunião do Campo Majoritário, José Dirceu atuou decisivamente na elaboração do texto sobre o cenário político e econômico apresentado ao diretório que saiu vencedor, embora com margem pequena: teve 29 votos, enquanto as quatro outras propostas somaram 27. Dirceu chegou à reunião logo depois da saída de Tarso Genro. O deputado insistiu em que não deveria haver endurecimento nas críticas à política econômica. Assim foi feito. ■ L.N.L.

Estatuto permite punição mais rápida

Partido adota interpretação branda para julgar Delúbio e outros petistas sob suspeita

Wilson Tosta

O Diretório Nacional do PT está adotando uma interpretação mais branda do Estatuto do partido para julgar o caso do seu ex-tesoureiro Delúbio Soares e de seus deputados acusados de receber dinheiro do publicitário Marcos Valério de Souza, desprezando dispositivos que permitem processos mais rápidos. O conjunto de regras dá, por exemplo, à Comissão Executiva Nacional o poder de avocar investigações disciplinares estaduais, que não têm que ser feitas, necessariamente, nos diretórios locais. As punições incluem suspensão da filiação e até punição sem processo em Comissão de Ética e Disciplina, desde que se trate de questão que provoque "repercussão prejudicial" à legenda.

"Por repercussão prejudicial entende-se a veiculação de notícias em nível estadual ou nacional envolvendo o nome do filiado acompanhado da legenda do partido que digam respeito à percepção de vantagens indevidas, favorecimentos, conluio, corrupção, desvio de verbas, voto remunerado ou outras situações que possam configurar improbidade", diz o parágrafo único do artigo 228. O mesmo artigo, no Capítulo V - "Da medida cautelar", diz que, nesses casos, a Comissão Executiva pode determinar por 3/4 de votos a suspensão do denunciado por até 60 dias, no qual deverá ser concluído o processo.

ESTATUTO NÃO FOI SEGUIDO

Executiva pode avocar processo e julgamento

● **ARTIGO 209** - Constituem infrações éticas e disciplinares:

● **III** - a improbidade no exercício de mandato parlamentar ou executivo, bem como no exercício de mandato de órgão partidário ou de função administrativa;

● **ARTIGO 214** - A representação deverá ser feita por filiado, em petição escrita, motivada e circunstanciada, acompanhada das provas em que se fundar e da indicação do rol de testemunhas, até o limite máximo de 8 (oito), devendo ser dirigida:

● **II** - à Comissão Executiva Estadual se o denunciado for membro do Diretório Estadual, governador ou vice-governador, deputado esta-

dual ou federal, senador, secretário de Estado ou equivalente; Parágrafo único: A Comissão Executiva de nível superior poderá avocar para si o processo, bem como seu julgamento, de representação formulada perante instância inferior quando a repercussão do fato ou a gravidade da infração atingir sua jurisdição ou seu interesse.

● **ARTIGO 216**

a) No caso de flagrante desrespeito às deliberações e diretrizes (...), sem necessidade de instrução (...), a Comissão Executiva notificará imediatamente o denunciado para apresentação de defesa no prazo de 10 (dez) dias, após o que encaminhará o procedimento ao diretório correspondente para decisão; (...)

O mesmo Estatuto foi usado, em 2003, para expulsar a senadora Heloisa Helena (AL) e os deputados federais João Babá (PA), Luciana Genro (RS) e João Fontes (SE), por indisciplina. "Eles estavam fundando um outro partido dentro do PT", disse o líder do Governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (SP), na reunião no sábado. "Esse foi o principal motivo da expulsão."

O líder do Governo no Senado, Aloizio Mercadante (SP), defendeu que Delúbio seja ouvido pela Comissão de Ética e Disci-

plina antes de qualquer punição e disse que, pelo Estatuto, cada deputado acusado deve, antes, ser julgado no Diretório Estadual. Mas o artigo 214 do Capítulo IV - "Das medidas disciplinares" fixa, no parágrafo único: "A Comissão Executiva de nível superior poderá avocar para si o processo, bem como seu julgamento, de representação formulada perante instância inferior quando a repercussão do fato ou a gravidade da infração atingir sua jurisdição ou seu interesse."

O mesmo capítulo estabelece, no artigo 216, que "no caso de flagrante desrespeito às deliberações e diretrizes", sem instrução, a Executiva "notificará imediatamente o denunciado para apresentação de defesa no prazo de 10 dias, após o que encaminhará o procedimento ao diretório correspondente para decisão". Ou seja, a Comissão de Ética e Disciplina é dispensada.

O Capítulo II - "Da disciplina e da fidelidade partidárias", em seu artigo 209, III, inclui, entre as infrações éticas e disciplinares, "a improbidade no exercício de mandato parlamentar ou executivo, bem como no exercício de mandato de órgão partidário ou de função administrativa". O recebimento do dinheiro clandestino de Valério poderia se enquadrar nesse caso. Já o Capítulo III - "Das penalidades" arrola, no artigo 210, VII, entre as medidas disciplinares, a "negativa de legenda para disputa de cargo eletivo" - exigida pela esquerda para os deputados que renunciarem para escapar à cassação.

"A pena de negativa de legenda para disputa de cargo eletivo será aplicada ao filiado que praticar qualquer das infrações definidas no artigo 209, podendo, no caso de dirigente, ser cumulativa com a do parágrafo anterior", diz o parágrafo sétimo. ■

Tarso e plano de renovar PT saem enfraquecidos

Guilherme Evelin

O presidente do PT, Tarso Genro, e o seu projeto de renovação do partido saíram fragilizados da reunião do Diretório Nacional no sábado. O ex-ministro da Educação acumulou derrotas e foi atropelado pelo Campo Majoritário, o grupo petista dominante. A proposta de Tarso de obrigar os diretórios estaduais a abrir o caixa das campanhas para uma futura regularização de contas foi ignorada pelo Campo. Igual destino teve o apelo de Tarso para que a tendência abandonasse a prática do rolo compressor de impor uma resolução aos demais grupos do PT.

A autocritica branda aos métodos políticos da última gestão partidária também ficou muito aquém para quem aspira comandar uma "refundação do PT", segundo dizem vozes independentes até do Campo Majoritário.

O texto da resolução do Diretório sobre os erros cometidos pelo partido foi uma "derrota de Tarso", afirma o deputado Paulo Delgado (PT-MG). "Nós estamos respondendo burocraticamente aos problemas e sempre a quem das necessidades. Não adianta querer ser raso e superficial quando a questão central para a sociedade brasileira reside no fato de que o governo e o PT devem assumir seus erros."

Outro revés de Tarso foi no trecho da resolução do Diretório referente à política econômica. Preocupado em demarcar uma maior autonomia do partido em relação ao governo Lula, o presidente do PT considerou "tímida" apenas a rejeição das teses de aumento do superávit primário para blindar a economia.

A sua tentativa de dar um tom mais contundente ao documento, no entanto, foi breçada pelo ex-ministro da Casa Civil e deputado José Dirceu (PT-SP). A interlocutores, Dirceu manifestou "estranheza" com o comportamento de Tarso de querer criticar a política econômica em um momento de crise política.

Ao avaliar com aliados os resultados do encontro do Diretório, Tarso reconheceu dificuldades na condução da reunião e as atribuiu, em parte, à disputa por causa das eleições internas. Apesar dos obstáculos, segundo esses interlocutores, está disposto a manter a candidatura a reeleição pelo próprio Campo Majoritário. Para driblar a influência do grupo de Dirceu, vai viajar pelos Estados e procurar o apoio de lideranças regionais. ●

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado "Por quem chora José Dirceu?", de autoria do jornalista e escritor José Nêumanne, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 10 de agosto do corrente.

O artigo, ao tratar da contribuição do deputado e ex-ministro José Dirceu para a democratização no Brasil, mostra que "o passado de glórias do deputado do PT não o torna inimputável".

Mostra, ainda, que "O verdadeiro herói da pátria nunca será quem for capaz de se sacrificar durante

um determinado período de sua vida para, depois, se sentir autorizado a se locupletar, errando e insistindo no erro, como se quisesse cobrar da sociedade uma espécie de pagamento".

Assim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e 2º, do Regimento Interno.)

É dada como se fossem favas contadas a contribuição histórica do deputado José Dirceu (PT-SP) para a democratização do Brasil. E essa contribuição, tida como líquida e certa por aliados e nunca negada pelos adversários dentro e fora do PT e do governo; tem sido usada por ele como uma espécie de álibi para eventuais erros que possa ter cometido na chefia da Casa Civil do governo Lula e na condução dos interesses do partido que fundou e ajudou a construir.

Para começo de conversa, será útil esclarecer que a eventual participação em feitos históricos, por mais altos valores que estes tenham, não pode servir de anistia prévia para ninguém. O verdadeiro herói da pátria nunca será quem for capaz de se sacrificar durante um determinado período de sua vida para, depois, se sentir autorizado a se locupletar, errando e insistindo no erro, como se quisesse cobrar da sociedade uma espécie de pagamento. Ao contrário: cada vez que

O 'PASSADO DE GLÓRIAS' DO DEPUTADO DO PT NÃO O TORNA INIMPUTÁVEL

Sua Excelência recorre ao argumento de seus feitos históricos, usando aqui uma linguagem de fácil entendimento para quem andou recorrendo aos serviços de Delúbio Soares e Marcos Valério Fernandes de Souza, faz um saque na conta do tal "passado de glórias" sem depositar o equivalente para compensar eventuais rombos imprevistos no saldo da credibilidade perdida.

É também passível de controvérsia a versão de que o passado do ex-poderosíssimo comissário do governo petista seja tão glorioso assim. A luta armada contra a ditadura, denunciada como oportunismo pequeno-burguês pelos velhos comunistas, pode ter sido empreendida por jovens idealistas contra uma ditadura cruel e antipopular (embora nem sempre impopular), como pretendem os historiadores simpáticos à esquerda. Mas não eram apenas ideais igualitários que acionavam o gatilho das metralhadoras dos militantes que se opuseram à tirania: havia entre eles desde criminosos vocacionais até meros oportunistas políticos. José Dirceu tornou-se um líder estudantil importante depois que arrastou uma massa em protesto empunhando a camisa ensanguentada de um colega assassinado pela repressão. E andou passando informações a uma colega infiltrada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury,

a célebre Maçã Dourada, em troca de um flerte cuja relevância estratégica para a revolução é bastante duvidosa.

De fato, frequentou os brutais porões da ditadura, coincidentemente na época em que historiadores insuspeitos situam o embrião de organizações do crime organizado, caso do Comando Vermelho no Rio de Janeiro, mercê da estupidéz dos carcereiros que misturaram delinquentes comuns com prisioneiros políticos. Deles saiu com glória, trocado pelo embaixador Charles Elbrick, e se abrigou em Cuba, onde, conforme ele próprio não faz segredo, teve aulas de inteligência, ou seja, espionagem. Ainda que os espíes cubanos não tenham propriamente a reputação dos membros de organizações como Odessa ou Mossad, é meio difícil vislumbrar que contribuição significativa poderiam esse aprendizado e a prática das lições dar para a construção da democracia brasileira depois da queda da ditadura militar. Colaboração menos duvidosa deram a resistência civil de partidos políticos aceitos pela ditadura, como o MDB, e líderes operários que enfrentaram a lei autoritária da greve, caso do então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio da Silva, o Lula. Em seu favor ainda, é hábito dos cronistas esquecerem com facilidade a evidência de que a esquerda armada não se propunha a substituir o regime autoritário tecnocrático-militar de direita então vigente por uma democracia dita liberal burguesa, mas sim pela "ditadura do proletariado", aleijão teórico apensado por Vladimir Ilitch Lenine Ulianov ao socialismo científico de Karl Marx.

Enquanto durou o período de clandestinidade pós-Cuba, Dirceu viveu pacatamente no interior do Paraná, onde constituiu família e treinou seu sangue frio escondendo da mulher com quem compartilhava o tálamo e de cuja família geria um estabelecimento comercial, e do filho resultante da união, sua verdadeira identidade. Quando esta foi, afinal, revelada por telejornais no horário nobre, recuperou a velha identidade e retomou a carreira pública, dedicando-se à costura política da antiga esquerda armada no PT. Por mais méritos que tenham os petistas da era "pré-delúbiana" na construção da democracia, estes não chegam a caracterizar um heroísmo assim tão óbvio. A não ser que se considere heróica a capacidade de resistir à exposição dos fatos, contrargumentando apenas com frases incisivas, por ele demonstrada no enfrentamento das denúncias contra sua ativida-

de no governo feitas pelo ex-aliado Roberto Jefferson. Para quem não revelou a própria identidade a mulher e ao filho ao longo de nove anos, contudo, talvez esta não tenha sido uma prova tão notória de estoicismo e valor pessoal.

O José Dirceu que tenta salvar o mandato (e a face para seu meio milhão de eleitores) atrás das artimanhas de correligionários que comprometem a própria reputação para evitar que deponha nas CPIs do Congresso e dos argumentos falaciosos do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), para não ser processado no Conselho de Ética, só se emociona para valer quando é abraçado pelo idolo de sempre. E este não é o tusco retirante que foi há pouco seu chefe, ao qual faz juras de amor, mas o tiranefebozcal e cruel que aterroriza uma pequena ilha falida no Caribe, a cujos afagos corresponde com emocionado e copioso pranto sobre a lapela do dóima.

José Neumann, jornalista e escritor e editoralista do Jornal da Tarde

O SR. LUIZ SOARES (S/Partido – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial da **Folha de S.Paulo** intitulado “A blindagem de Lula”, publicado no último dia 7 de agosto do corrente.

Apesar de ainda não existir nada de contundente contra o Presidente Lula, isso não significa que ele não saiba da crise. É difícil imaginar que ele tenha ficado inteiramente alheio às coisas que estão acontecendo no seu partido e também com seus amigos e companheiros. Isso sem mencionar a declaração do ex-Ministro da Casa Civil, Jose Dirceu, que afirmou que não fazia nada que não fosse de comum acordo

com o Presidente. O que parece é que estão tentando fazer uma blindagem no Presidente Lula, para que ele fique à margem das investigações.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ SOARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e 2º, do Regimento Interno.)

A “BLINDAGEM” DE LULA

E NQUANTO procura apresentar-se diante de audiências populares como vítima das elites e da imprensa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai contando com a imensa boa vontade de setores do establishment e da oposição no que tange às suas relações com os fatos que vieram a público, envolvendo seu partido e membros do governo.

É verdade que nada de contundente surgiu contra Lula e não há razão para duvidar de seu desconhecimento dos detalhes do esquema montado pela cúpula do PT em associação com o operador Marcos Valério.

Isso, porém, não significa que o presidente deva ser considerado como alguém inteiramente alheio às situações que estão sendo reveladas à nação. Afinal, trata-se de algo patrocinado por seu próprio partido e colaboradores próximos, pessoas com as quais Lula conviveu intimamente ao longo de sua trajetória política.

Não se deve esquecer que sua primeira reação às denúncias foi a de tentar impedir a instalação de uma CPI. Uma grande operação “abafa” foi mobilizada para deter o inquérito parlamentar. O governo queria que as investigações ficassem a cargo da Polícia Federal e circunscritas aos Correios e ao Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

Vendo seus esforços ruírem diante da mobilização oposicionista e do surgimento de denúncias ainda mais graves, o presidente percebeu que só lhe restava “apoiar” a comissão — e o faz como se pouco antes não tivesse tentado barrá-la a todo custo.

As evidências de que o então ministro da Casa Civil José Dirceu teria muitos esclarecimentos a prestar, Lula reagiu com intrigante morosidade, ele que já o havia poupado no escândalo envolvendo o assessor parlamentar Waldomiro Diniz. Foi só quando o deputado Roberto Jefferson alertou para a perspectiva de a

manutenção de Dirceu “fazer réu um homem inocente” que veio a decisão de o enviar de volta à “planície”. Sintomaticamente, apenas três dias antes de deixar a Casa Civil, o ex-ministro afirmou que nada fazia que não fosse “de comum acordo e determinado pelo presidente” — frase interpretada por muitos como uma espécie de “recado” do ex-ministro.

Desde então, duas revelações deixaram Lula em situação desconfortável. A primeira delas foi a compra pela Telemar de uma empresa recém-criada por um de seus filhos. Embora trate-se de uma companhia privada, a Telemar é uma concessionária de serviços públicos cuja dependência de decisões do Estado é evidente. Além disso, as características da aquisição causaram estranheza entre especialistas, configurando uma situação no mínimo constrangedora.

A segunda revelação foi o empréstimo de R\$ 29.436,26 concedido ao presidente pelo PT — quitado em quatro parcelas mensais, pagas entre dezembro de 2003 e março de 2004.

Questionada a respeito, a Presidência limitou-se a uma nota na qual afirmava não ter conhecimento “dessas informações”, que deveriam ser “buscadas junto ao PT”. A falta de esclarecimentos deixou no ar a dúvida lançada por um parlamentar: teria a dívida sido liquidada com recursos de caixa dois operados por Valério?

Parece haver um entendimento tácito de que é mais conveniente deixar o presidente “blindado”, à margem dos inquéritos. Mas não se justifica o abandono de investigações em razão dos embaraços que possam criar para o primeiro mandatário. Como observou nesta **Folha** o colunista Clóvis Rossi, Lula parece querer ser tratado como se fosse inimputável — uma condição que a Constituição brasileira não lhe confere.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 6

minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Shlessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Shlessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Shessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Shhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1º Eleição Geral: 19.04.1995

2º Eleição Geral: 30.06.1999

3º Eleição Geral: 27.06.2001

4º Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALMEIDA LIMA			
Registro do artigo intitulado “‘Erros’, fatos e palavras”, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 29 de julho.	101	Encaminha à Mesa Requerimento de congratulações a Luiz Gonzaga Belluzo.	292
Análise de matéria intitulada “Empresa que reforma Alvorada é investigada”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , de 28 de julho de 2005.	240	Resposta ao pronunciamento do Senador José Agripino.	299
Considerações sobre a matéria publicada no jornal Folha de S.Paulo , em 3 de agosto de 2005, sob o título “Agência de Duda sacou em ano não eleitoral”.....	389	Encaminha à votação o Requerimento N° 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda n° 6, à MPV 248, de 2005.	339
Registro do artigo “Por quem chora José Dirceu?”, de autoria do jornalista e escritor José Nêumanne, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , de 10 de agosto de 2005.	498	Requerimento N° 856, de 2005, que requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, congratulações ao professor e economista Luiz Gonzaga Belluzzo, pelo recebimento do prêmio Juca Pato “Intelectual do Ano”, promovido pela União Brasileira de Escritores (UBE).	376
ALOIZIO MERCADANTE			
Desacordo com a anunciada decisão das CPMLs no sentido de elaborar lista com nomes de parlamentares solicitando a cassação de seus mandatos.....	63	ALVARO DIAS	
Resposta ao Senador Heráclito Fortes a respeito de pronunciamentos do Presidente Lula.	63	Comentários a declarações do Presidente Lula.	24
Proposta de criação de uma comissão mista para tratar emergencialmente da reforma política.	63	Críticas à política econômica do Governo, assim como à sua administração.	24
Tréplica ao discurso do Senador Heráclito Fortes.....	66	Avanços nas atividades das comissões parlamentares de inquérito e expectativa de que os trabalhos resultem na punição dos operadores do esquema de corrupção.....	115
Comemoração dos oitenta anos do jornal O Globo	124	Projeto de Resolução N° 73, de 2005, que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total equivalente a até US\$1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).	226
Necessidade de se garantir o direito de defesa aos parlamentares acusados por Comissões Parlamentares de Inquérito.	168	Registra o artigo intitulado “Agora é Lula”, de autoria de Fernando Rodrigues, publicado no jornal Folha de São Paulo , em sua edição de 25 de julho de 2005.....	239
Considerações a respeito do dia a ser votada a matéria em discussão.....	204	Requerimento N° 838, de 2005, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que o presente	
Presta esclarecimentos sobre os questionamentos feitos pelo Senador Antonio Carlos Magalhães em seu pronunciamento.....	292		

	Pág.		Pág.
requerimento seja encaminhado ao Ministro de Estado do Banco Central, para que este providencie, no estrito termo do prazo constitucional e de suas responsabilidades, informações, com os documentos comprobatórios sobre o número de processo que Banco Rural responde administrativamente naquela instituição, a data de início do processo e a sua atual situação.	252	solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Casa da Moeda do Brasil, no período de 2003 até a presente data.	455
Requerimento Nº 839, de 2005, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que o presente requerimento seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie no estrito termo do prazo constitucional e de suas responsabilidades, informações sobre as negociações que a Caixa Econômica Federal tenha realizado com o BMG, desde janeiro de 2003.	252	Críticas sobre o teor da carta enviada pelo presidente da República ao Cardeal Geraldo Majella Agnelo, presidente da CNBB.	488
Requerimento Nº 851, de 2005, que, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, no Risf, requer urgência para o PRS nº 73, de 2005, advindo da MSF nº 199, de 2005, que “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US\$1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Multissetorial IV, inserido no Convênio de Linha de Crédito Condicional – CCLIP”.	357	ANA JÚLIA CAREPA	
Comentários ao artigo intitulado “Lula agüenta?” de autoria de Rogério Gentile, publicado no jornal Folha de S.Paulo em sua edição de 25 de julho de 2005.	386	Parecer Nº 1.351, de 2005, de Plenário do Senado Federal, sobre a Medida Provisória nº 250, de 19 de maio de 2005, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$30.000.000,00, para os fins que especifica”.	344
Defesa da investigação de denúncias de supostas malfetorias na gestão petista dos Fundos de Pensão ligados a empresas estatais.	386	Profere Parecer de Plenário do Senado Federal, sobre a Medida Provisória nº 250, de 19 de maio de 2005, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no Valor de R\$30.000.000,00, para os fins que especifica”. ..	344
Leitura de trechos do depoimento de Duda Mendonça na CPMI dos Correios.....	434	Crimes ocorridos no Pará: necessidade de apuração e punição dos culpados.	476
O limiar da crise política sem precedentes e a inevitabilidade de ser discutida a palavra “impeachment”.	434	Impunidade dos envolvidos no assassinato da Irmã Dorothy.	476
Requerimento Nº 860, de 2005, que requer, nos termos do art. 70 e do art. 71, IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no SEBRAE, no período de 2003 até a presente data.....	455	Questão ambiental e fundiária do Estado do Pará.	476
Requerimento Nº 861, de 2005, que requer, nos termos do art. 70 e do art. 71, IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja		ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	
		Discordância da política externa adotada pelo Presidente Lula, que tem resultado em gastos e em derrotas nos foros internacionais.	68
		Defesa do reajuste dos soldos dos militares, tendo em vista a situação crítica em que vivem. ..	68
		Comemoração dos oitenta anos do jornal O Globo	121
		Comenta Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.	187
		Debate o valor do salário mínimo para todas as classes. Aparte ao Senador Paulo Paim.	194
		Crítica o Sr. Marcos Valério pelos escândalos de roubos do dinheiro público.	204
		Ressalva que o embaixador Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur é um homem íntegro. ...	205
		Registra acusação ao Sr. Marcos Valério. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	288
		Cobrança de explicações do Partido dos Trabalhadores sobre fatos atribuídos ao Presidente da República: o empréstimo pessoal que teria recebido	

Pág.	Pág.
do PT e se o Presidente sabia ou não do Mensalão.	291
Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005.	323
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005.	337
Pede para adiar votação de matéria referente a créditos para a sessão do dia seguinte.	348
Requerimento Nº 862, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja enviado à Ordem dos Advogados do Brasil, voto de congratulação pelo Transcurso, em 11 de agosto, do Dia do Advogado.	455
Justificação à moção de congratulações que apresentou à OAB pelo transcurso do Dia do Advogado.	471
 ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.....	205
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005.	336
 ARTHUR VIRGÍLIO	
Registro do artigo intitulado “O Nobel da distração”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 3 de agosto.	106
Voto de solidariedade ao jornalista Anselmo Góis, que está sendo processado por reportagem que veiculou.....	144
Requerimento Nº 822, de 2005, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso in memoriam ao ex-Ministro do Tribunal de Contas da União e ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados, Dr. Paulo Affonso Martins de Oliveira, pelo lançamento de seu livro, concluído pouco antes de falecer, intitulado “O Congresso em Meio Século”, e que seja levado ao conhecimento da viúva Dona Ana Vitória, aos filhos do homenageado e ao Jornalista Tarcísio Holanda, a quem Paulo Affonso prestou o depoimento que resultou na edição do livro.	160
Requerimento Nº 823, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de consternação pela tragédia, ocorrida há 60 anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.	160
Requerimento Nº 824, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Monsenhor Ivo Calliari, Pároco Emérito da Catedral de São Sebastião, do Rio de Janeiro, ocorrido no dia 02 de agosto de 2005, e que seja levado ao conhecimento da Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro.	161
Requerimento Nº 825, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Francisco Medeiros, ocorrido no Rio de Janeiro no dia 02 de agosto de 2005, e que seja levado ao conhecimento da viúva Sra. Iracema e aos seus filhos.	161
Requerimento Nº 826, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de solidariedade ao Jornalista Ancelmo Gois, que está sendo processado por haver publicado, em sua coluna, no jornal O Globo , notícia sobre disputa judicial entre dois magistrados.	161
Críticas à última reunião do PT, oportunidade em que a Executiva não expulsou Delúbio Soares e Sílvio Pereira.	162
Apreciação dos fatos que vêm ocorrendo no âmbito das CPMI's, que vêm encontrando dificuldades em encaminhar punições, e as ações empreendidas pelo presidente da Câmara dos Deputados, que não deu andamento a processo envolvendo o Deputado José Dirceu.	162
Resposta ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante.	172
Requerimento Nº 833, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento, no dia 08 de agosto de 2005, do Sr. José Aprígio Brandão Vilela, irmão do Senador Teotônio Vilela Filho.	178
Cobra resposta dos Ministros de Estado aos requerimentos de informações encaminhados.	182
Crítica a posição do Governo Lula de prometer o reajuste do salário mínimo e não cumprir. ...	195
Comentários acerca da influência que o Deputado José Dirceu ainda exerce no PT.	230
Atentado sofrido pelo ex-presidente da Câmara Municipal de Manicoré, no Amazonas.	230

	Pág.		Pág.
Intenção do governo de Macau de ampliar relações econômico-comerciais com o Brasil e o Amazonas.....	230	Transcrição nos anais de documentos que se referem às denúncias de corrupção contra o Governo.	391
Transcrição nos anais de documentos publicados no Estado de São Paulo no dia 8 de Agosto de 2005.....	230	Requerimento Nº 857, de 2005, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao economista Luiz Gonzaga Belluzzo, vencedor do Prêmio Intelectual do Ano de 2004, com o Troféu Juca Pato, promovido pelo jornal Folha de S. Paulo	425
Fala associativa à homenagem prestada pelo falecimento do empresário alagoano José Aprígio Vilela, filho de Teotônio Vilela.	247	Comentários sobre a oitiva de Duda Mendonça na CPMI dos Correios e a situação do Governo Lula da Silva: sonegação fiscal, evasão de divisas e abertura ilegal de contas no exterior.	436
Apoio a uma proposta de reforma política a ser apreciada pelo Congresso Nacional.	247	Dia 11 de agosto, data para cobrança de penduras de um mau governo.....	491
Procedimentos adotados pelo PT em relação aos Srs. Delúbio Soares e Sérgio Pereira, em contraponto com o que foi feito com a Senadora Heloísa Helena e outros integrantes do PT.	248	Comentários ao artigo intitulado “Decisão e franqueza”, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal Correio Brasileiro , na edição do dia 7 de agosto de 2005. ..	491
Parecer Nº 1.348, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento no 757, de 2005, do Senador José Jorge, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao povo inglês, pelo atentado ocorrido em 7 de julho de 2005.	256	Liderança do Amazonas na produção industrial brasileira.	491
Denúncia a “farsa de Minas Gerais”, a respeito das acusações contra o Senador Eduardo Azeredo.	286	Transcrição de documento intitulado “Caos e Complacência”, de autoria de Miriam Leitão, publicado na Folha de São Paulo nos Anais da casa.	492
Comentários a diversos pontos da atuação do Senador Delcídio Amaral, na Presidência da CPMI dos Correios.	286	AUGUSTO BOTELHO	
Réplica ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante.	296	Comenta acerca do saneamento básico e da saúde pública. Aparte ao Senador Tião Viana.	28
Registra preocupação com o caso de Minas Gerais e salienta a corrupção no país.	296	Demarcação da área indígena Raposa/Serra do Sol, defendida por alguns, mas da qual discordam os índios e colonos que vivem naquela região.	51
Esclarece a respeito de mal-entendido referente ao Sr. Márcio Lacerda e um suposto saque de dinheiro no Banco Rural.	321	CÉSAR BORGES	
Comentários a matérias veiculadas na imprensa sobre denúncias de corrupção.	340	Críticas à desatenção do Presidente Lula com o Nordeste, em particular, com a ameaça de interrupção no fornecimento de gás à região, e com o atraso da apreciação do projeto de recriação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.....	144
Requerimento Nº 855, de 2005, que dá preferência para apreciação de matéria antes de outras da Ordem do Dia.	368	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.	201
Discute Requerimento Nº 855, de 2005, que dá preferência para apreciação de matéria antes de outras da Ordem do Dia, a respeito do pólo industrial de Manaus.	369	Crítica a falta de sensibilidade do Governo Lula pela falta de experiência do presidente. Aparte ao Senador Mão Santa.	260
Repúdio ao deputado Paulo Pimenta, vice-presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Mensalão, que disse ter recebido uma nova lista de Marcos Valério, acusado de operar o esquema do mensalão.	378	Estupefação ante os depoimentos de Duda Mendonça e Zilmar Fernandes da Silveira na CPMI dos Correios.	453
Defesa do Senador Eduardo Azeredo.	378		

	Pág.	V	Pág.
CRISTOVAM BUARQUE			
Comenta sobre os desvios de verbas por parte do Governo acerca da questão do saneamento básico. Aparte ao Senador Tião Viana.	29	A questão social e as garantias legais das pessoas portadoras de necessidades especiais. As comemorações da “Semana do Excepcional”..	450
Análise sobre os motivos e erros do Partido dos Trabalhadores e do Governo, que desencadearam a crise política atualmente vivida no País. ...	53	Defesa da necessidade de adaptação do transporte escolar para os excepcionais.	450
Solidariza com o Senador Ney Suassuna quanto à preocupação de defesa de acusações. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.	170	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005.	329	Rompimento com o Governador de Tocantins, Sr. Marcelo Miranda, por conta das ações governamentais que implicaram problemas para o Estado do Tocantins.	66
Projeto de Lei do Senado Nº 284, de 2005, que altera as Leis nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995, nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, nº 1.079, de 10 de abril de 1950 e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para disciplinar o financiamento das eleições.	485	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.	191
DELCÍDIO AMARAL			
Parecer Nº 1.346, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 170, de 2005, (nº 16/2005, na origem), que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2005.	228	Apresenta Requerimento Nº 845, de 2005, que requer, nos termos do art. 311 do Regimento Interno do Senado Federal, preferência para a votação do Projeto de Lei de Conversão, apresentado no Parecer Oral do Deputado André de Paula, sobre a Medida Provisória nº 248, de 2005.....	319
DEMÓSTENES TORRES			
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005.	325	Parecer Nº 1.350, de 2005, que dá redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2005 (Medida Provisória nº 248, de 2005).	343
EDUARDO AZEREDO			
Presta considerações a respeito do Requerimento 848, de 2005, que refere-se à questão dos avanços tecnológicos.	351	Parecer Nº 1.352, de 2005, que dá redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2005.	349
Requerimento Nº 854, de 2005, que requer nos termos do inciso II do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2005..	365	Parecer Nº 1.353, de 2005, que dá redação final do Projeto de Resolução nº 71, de 2005.	353
Parecer Nº 1.358, de 2005, de Plenário, ao Projeto de Lei da Câmara Nº 58, de 2005, de iniciativa do presidente da República, que transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, e dá outras providências.....	366	Parecer Nº 1.354, de 2005, que dá redação final do Projeto de Resolução nº 72, de 2005.	356
Incentiva o desenvolvimento da Zona Franca de Manaus. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	372	Parecer Nº 1.355, de 2005, que dá redação final do Projeto de Resolução nº 73, de 2005.	359
EDUARDO SUPPLY			
		Esclarece que o embaixador do Brasil em Washington era Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur.	204
		Transcrição nos anais do documento “Cidadania e Solidariedade” que se refere o Sr. Senador Eduardo Suplicy em seu pronunciamento.	206
		Discute Parecer Nº 1.356, de 2005, de Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o PDS nº 346, de 2005 (PDC nº 1.394, de 2004, na origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004.	362

	Pág.		Pág.
Trata de projeto de lei que debate a reforma eleitoral.	478	bre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.....	209
Negativa dos EUA de visto para a atleta de canoagem Maíra Marques Cotrim, integrante da equipe brasileira que participará dos Jogos Pan-Americanos.	478	Elogios à trajetória de vida do Senador Eduardo Azeredo.	383
EFRAIM MORAIS		FLEXA RIBEIRO	
Requerimento Nº 821, de 2005, que requer, com fulcro no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores pedido de informações sobre possíveis acordos entre países sulamericanos, principalmente com a República do Paraguai, prevendo o estacionamento de tropas norte-americanas, de forma permanente, na fronteira.	20	Registro da matéria intitulada “Presidente da Casa da Moeda levou R\$ 2,6 milhões, revela lista de Valério”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 3 de agosto.	102
Relato sobre as declarações do Sr. César Benjamin a respeito do Partido dos Trabalhadores.	56	Bons resultados econômicos alcançados pelo Estado do Pará na atual administração, apesar de estar precisando da contrapartida da União, pois sofre com os efeitos da “Lei Kandir”.	163
Críticas aos comentários do Presidente da República sobre a atual crise política.	56	Parecer Nº 1.344, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 181, de 2005 (nº 510/2005, na origem), que encaminha ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até EUR 8.691.961,98 (oito milhões seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal, entre o Estado do Ceará e a agência oficial alemã KfW, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico – Ceará II.	220
Proposta de Emenda à Constituição Nº 38, de 2005, que dá nova redação ao § 1º do art. 37 da Constituição Federal.	315	Projeto de Resolução Nº 72, de 2005, que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), no valor de até EUR 8.691.961,98 (oito milhões seiscentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal.	222
FÁTIMA CLEIDE		Requerimento Nº 850, de 2005, que requer, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, urgência para o PRS Nº 72, de 2005, advindo da MSF nº 181, de 2005, que “Propõe ao Senado Federal seja autorizado a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 8.691.961,98 (oito milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal, entre o Estado do Ceará e a Agência oficial alemã KfW, destinado a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico – Ceará II”.	354
Requerimento Nº 844, de 2005, que solicita que o Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.	255	Registro do artigo intitulado “Crise Política e desconfiança das instituições”, publicado no jornal Folha de S.Paulo do dia 5 de agosto de 2005.	390
Registro dos 10 anos do massacre de Curumbiara.	261	A mobilização em defesa das micro e pequenas empresas, segmento da indústria nacional	
Repúdio aos comentários que vêm sendo feitos pela imprensa a respeito do Partido dos Trabalhadores.	261		
FERNANDO BEZERRA			
Comemoração dos oitenta anos do jornal O Globo	123		
Sugestão de medidas que objetivam combater, em médio prazo, a corrupção na administração pública do país.	165		
FLÁVIO ARNS			
Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe so-			

Pág.		Pág.
	responsável pelo progresso do setor produtivo no país.....	439
	A necessidade de se reunir forças para a aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, elaborada pelo SEBRAE.....	439
	Indignação do povo paraense com o corte, pelo Ministério do Planejamento, dos recursos para a conclusão das eclusas do Tucuruí.	439
	Observações acerca do artigo “Brincadeira de mau gosto”, de autoria de Carlos Heitor Cony, publicado no jornal Folha de S.Paulo , em 7 de agosto de 2005.....	493
GARIBALDI ALVES FILHO		
	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.	190
	Apoio dado pelo Rio Grande do Norte à instalação de uma refinaria de petróleo no Estado, expondo todas as condições favoráveis para que esse pleito se concretize, prevalecendo a questão técnica na decisão.	480
GERALDO MESQUITA JÚNIOR		
	Registra denúncia acerca da violência no Estado do Pará. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. ..	165
	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.	188
	Salienta a necessidade de reajustar, também, a base do salário mínimo. Aparte ao Senador Paulo.Paim.....	193
GERSON CAMATA		
	Parecer Nº 1.360, de 2005, da Comissão de Educação sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.	412
	Restrições à forma como o Ministério das Relações Exteriores trata os cidadãos brasileiros no exterior.....	437
	O recente assassinato do jovem Jean Charles de Menezes em Londres e a falta de empenho da diplomacia brasileira.	437
	Requerimento Nº 864, de 2005, que solicita sobre o Projeto de Lei do Senado nº 310, de 1995, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.	456
	GILBERTO GOELLNER	
	Defesa do Setor Agropecuário de Mato Grosso.....	284
	HELOÍSA HELENA	
	Requerimento Nº 819, de 2005, que requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento de José Aprígio Vilela, ocorrido dia 07 de agosto de 2005, em São Paulo.	20
	Requerimento Nº 829, de 2005, que requer nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do requerimento nº 642, de 2005.	177
	Requerimento Nº 830, de 2005, que requer, com fulcro no art. 50 § 2º da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Saúde informações sobre os trabalhos da comissão destinada a analisar a dimensão de saúde pública, tributária e de comunicação social das bebidas alcoólicas.	177
	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.	199
	Questiona se os encaminhamentos de votação da matéria discutida ficam preservados.	204
	Registra revolta contra a camada corrupta do Governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. .	248
	Requerimento Nº 842, de 2005, que requer, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Previdência Social, Nelson Machado, informações sobre procedimentos adotados pela Secretaria de Previdência Complementar em relação a processos e procedimentos investigativos, em andamento no Ministério Público Federal (MPF), no Tribunal de Contas da União (TCU), na Justiça Federal da 1ª Região (J.FED) e sobre possíveis irregularidades praticadas pela administração da Fundação Banco Central de Previdência Privada (CENTRUS).....	253

	Pág.		Pág.
Requerimento Nº 843, de 2005, que requer, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Previdência Social, Nelson Machado, informações sobre procedimentos adotados pela Secretaria de Previdência Complementar em relação à fiscalização realizada por aquela Secretaria no ano de 2004, na Fundação Banco Central de Previdência Privada (CENTRUS).	255	informações, se foi recebido por aquele Ministério, ofício do Ministério da Previdência Social, enviado através da Secretária de Previdência Complementar, solicitando auditoria nos fundos de pensão de empresas estatais.	426
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005..	332	Análise do desenrolar dos acontecimentos após o depoimento do publicitário Duda Mendonça e de sua sócia, D. Zilmar.	483
Considerações a respeito do seu voto a favor do Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005.....	340	IDELI SALVATTI	
Reclama esclarecimentos para a retirada da urgência no encaminhamento do Requerimento. .	351	Comentários à fala do Presidente Lula no programa “Café com o Presidente”.....	7
HERÁCLITO FORTES		JEFFERSON PÉRES	
Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. José Aprígio Vilela.	21	Requerimento Nº 820, de 2005, que requer, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 93, de 2005.	20
Recusa do Presidente Lula em aceitar que o Governo e o seu Partido são os geradores dos problemas desencadeadores da atual crise.	61	Comentários ao artigo de autoria da escritora Lya Luft, publicado na revista <i>Veja</i> , intitulado “A República do Rabo Preso”.	285
Réplica ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante.	65	JOÃO BATISTA MOTTA	
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005..	324	Parecer Nº 1.349, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 758, de 2005, do Senador Aloizio Mercadante, que requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura e veemente repúdio contra os bárbaros atentados cometidos contra a população civil de Londres, capital do Reino Unido da Grã-Bretanha.	257
Condena a atitude do deputado Paulo Pimenta, Vice-Presidente da CPMI do Mensalão, pela divulgação de lista apócrifa com nome de deputados que teriam recebido o mensalão incluindo a tentativa de incriminar o Senador Eduardo Azeredo.	381	Lamento pela rejeição de requerimento de sua autoria que pedia a abertura do sigilo bancário e fiscal de todos os parlamentares.....	441
Esclarece a respeito do caso do Deputado Rodrigo Maia.	384	Justificação de seu voto para a Medida Provisória 248/05, que dispõe sobre o valor do salário mínimo.....	441
Requerimento Nº 858, de 2005, que requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam requeridas ao Ministro da Previdência e Assistência Social, informações sobre apuração de irregularidades nos fundos de pensão de empresas estatais.	425	JOÃO CAPIBERIBE	
Requerimento Nº 859, de 2005, que requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União,		Alerta a respeito da corrupção e as possibilidades de desvios no orçamento público do País. Aparte ao Senador Fernando Bezerra.	167
		Agradecimento pelo recebimento da Medalha Tiradentes, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.	175
		Parecer Nº 1.359, de 2005, da Comissão de Educação sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Depu-	

	Pág.	IX	Pág.
tados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.	412		
JONAS PINHEIRO			
Comentários ao currículo do primeiro suplente de S.Exa., Gilberto Flávio Goellner.	175		
Justificativa a licença de S.Exa. que se afastará dos trabalhos do Senado Federal.	175		
Requerimento Nº 827, de 2005, que requer nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, a necessária autorização para tratamento de saúde no período de 10-8-2005 a 8-12-2005.	176		
Parecer Nº 1.343, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 146, de 2005 (nº 325/2005, na origem), que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de US\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro - AGROFUTURO, cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.	216		
Projeto de Resolução Nº 71, de 2005, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro (Agrofuturo), cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).	218		
Requerimento Nº 849, de 2005, que requer, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Risf, urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 146, de 2005, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de US\$33.000.000,00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro – AGROFUTURO, cuja execução			
		caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA”.	352
		JORGE BORNHAUSEN	
		Considerações sobre os trabalhos das CPIs em funcionamento no Congresso Nacional.	13
		Comentários sobre projeto de lei versando sobre normas que deverão reger as próximas eleições.	133
		Projeto de Lei do Senado Nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições....	146
		Requer verificação da origem fiscal dos recursos públicos. Aparte ao Senador José Agripino.	289
		JOSÉ AGRIPINO	
		Comentários à resposta a requerimento de informações de autoria de S.Exa., sobre o uso de um avião e de uma lancha da União por amigos do filho do Presidente da República.	14
		Defesa da instalação de uma refinaria de petróleo no Rio Grande do Norte.	15
		Receio de que a reforma política não atenda todas as cláusulas desejáveis. Aparte ao Senador Fernando Bezerra.	167
		Registra preocupação a respeito de mais esclarecimentos nos depoimentos nas CPIs. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.	170
		Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.	185
		Contradições das declarações do Ministro Jacques Wagner negando a obtenção de empréstimo pelo Presidente Lula.	289
		Considerações sobre o empréstimo concedido ao Presidente Lula pelo PT.	290
		Considerações sobre o empréstimo concedido ao Presidente Lula pelo PT.	298
		Requerimento Nº 845, de 2005, que requer, nos termos do art. 311 do Regimento Interno do Senado Federal, preferência para a votação do Projeto de Lei de Conversão, apresentado no Parecer Oral do Deputado André de Paula, sobre a Medida Provisória nº 248, de 2005.	319
		Encaminha à votação o Requerimento Nº 845, de 2005, que requer, nos termos do art. 311 do Regimento Interno do Senado Federal, preferência para a votação do Projeto de Lei de Conversão, apresen-	

	Pág.		Pág.
tado no Parecer Oral do Deputado André de Paula, sobre a Medida Provisória nº 248, de 2005.	320	LEOMAR QUINTANILHA	
Requerimento Nº 852, de 2005, que requer urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2005 (nº 1.394/2004, na Câmara dos Deputados), que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004.”	360	Considerações a respeito do atendimento em hospitais públicos referentes à questão da precária condição da saúde no País. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	132
Requerimento Nº 853, de 2005, que requer urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2005 (nº 1.559/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004.	363	Comenta a respeito das propagandas eleitorais. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen.	135
JOSÉ JORGE		Dificuldades para o desenvolvimento dos trabalhos de algumas Comissões da Casa em virtude do funcionamento das CPMLs.	136
Comentários aos itens da agenda mínima para o desenvolvimento econômico do país.	11	Responsabilidade dos Senadores diante das desigualdades regionais.	136
Apela à Mesa para que vote os requerimentos de informações a fim de desvendar os segredos dos cartões de créditos. Aparte ao Senador José Agripino.	15	LEONEL PAVAN	
Elevada importância do Complexo Industrial e Portuário de Suape, que, no entanto, não vem recebendo o devido apoio do Governo Federal. ...	140	Registro do artigo intitulado “Lula é o responsável”, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 18 de julho.	100
Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.	185	Requerimento Nº 836, de 2005, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas congratulações à Confederação Nacional do Comércio pelos 50 anos de criação do Conselho Consultivo de Turismo, como órgão de sua estrutura.	181
Considerações sobre o período da votação da emenda em questão.	333	Requerimento Nº 837, de 2005, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso à Marubeni Brasil S/A, pelo transcurso de seus 50 anos no Brasil e igualmente, pela importante decisão de expandir-se no território nacional instalando-se em Santa Catarina.	181
Requerimento Nº 848, de 2005, que requer, nos termos do art. 352, inciso II, do Regimento Interno, a extinção da urgência concedida para o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84/1999, na casa de origem), que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências.	350	Critica o Governo Lula por prometer o reajuste do salário mínimo e não cumprir sua promessa de imediato. Aparte ao Senador Paulo Paim.	194
JUVÊNCIO DA FONSECA		Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.	202
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005..	330	Registro do artigo “Rouba, mas lhe dá um bocadinho”, de autoria do jornalista e escritor José Nêumanne, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , na edição de 27 de julho de 2005.	241
		Comemoração dos 50 anos de criação do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio.	263
		Registra que a CPI dos Bingos estava funcionando enquanto havia votação de matéria no Plenário.	334
		Leitura de Nota do PSDB repudiando a atitude do vice-Presidente da CPI do Mensalão, Deputado Paulo Pimenta, que recebeu uma lista apócrifa de deputados que diz terem recebido mensalão.	378

	Pág.		Pág.
			XI
Comentários ao artigo intitulado “Caracas é lá”, de autoria da articulista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal Folha de S.Paulo do último dia 7 de agosto.	403	MAGNO MALTA	
Registra preocupação com as micro e pequenas empresas em conseqüência do descuido do Governo. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	440	A lama de indignidade que tomou as ruas do Brasil ante as denúncias das CPMLs.	462
Elogia o Senador Pedro Simon e lembra a falta de firmeza e segurança do Governo Lula. Aparte ao Senador Pedro Simon.....	444	Parabeniza o povo de Foz do Iguaçu e de Salvador quando se refere à Marcha para Jesus..	464
Registra acusações à base governamental pela falta de empenho na aprovação da medida do salário mínimo e pela corrupção que está envolvido. Aparte ao Senador Magno Malta.....	464	Comenta a respeito do reajuste salarial.	464
Alerta ao Governo e ao Ministério da Educação sobre a necessidade de investimentos em universidades públicas.	465	MAGUITO VILELA	
Assunto que vem afligindo a população do Estado de Santa Catarina: a luta pela federalização da Universidade Regional de Blumenau, um dos principais pólos de turismo do Estado.	465	Comemoração dos oitenta anos do jornal O Globo	125
Considerações a respeito do reajuste salarial.....	467	Crise no setor agropecuário brasileiro.	265
Registro do editorial da Folha de S.Paulo , do dia 9 de agosto, intitulado “Caos e complacência”.	489	Saudações ao governador de Mato Grosso Blairo Maggi presente no Plenário do Senado Federal.	266
LUIZ OTÁVIO		MÃO SANTA	
Esclarecimentos à reportagem do programa “Fantástico”, da TV Globo, sobre atividades militares na Serra do Cachimbo/PA.	17	Considerações sobre o processo eleitoral. Aparte ao Senador Ney Suassuna.	3
Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. José Aprígio Vilela, irmão do Senador Teotônio Vilela.	20	Ações realizadas por S.Exa. quando ocupou o Governo do Estado do Piauí.	5
Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005.	331	Considerações sobre os problemas do Estado do Piauí. Aparte ao Senador José Jorge	12
LUIZ SOARES		Critica a atuação na área da economia do Governo Lula. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	25
Registro da matéria intitulada “Os desfechos da crise”, publicada na revista IstoÉ , edição de 13 de julho.	103	Considerações sobre os gastos do Governo Federal. Aparte ao Senador Tião Viana.	27
Comenta matéria veiculada no jornal O Estado de S.Paulo , de 03 de agosto, intitulada “Lista da SMPB derruba assessor de Ciro”.	239	Registra indignação pelo marketing que o Governo do PT utiliza do povo nordestino. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	69
Registro do artigo publicado no jornal O Estado de S.Paulo , de 3 de julho de 2005, intitulado “A primeira renúncia”.	401	Apóia o Governo e faz citações para justificar seus erros. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.	171
Registro do editorial da Folha de S.Paulo, intitulado “A blindagem de Lula”, publicado no dia 7 de agosto de 2005.	500	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.	198
		Considerações a respeito da legitimidade da administração do Governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	247
		Considerações sobre a Medida Provisória que trata do salário mínimo.	259
		Considerações a respeito da conduta ética e moral dos políticos no poder referente ao pronunciamento do Senador Jefferson Peres. Aparte ao Senador Jefferson Péres.	286
		Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005.	326

	Pág.		Pág.
Papel do Congresso Nacional para superar a crise política.	385	Projeto de Lei do Senado N° 282, de 2005, que dispõe sobre as ações de publicidade da administração pública.	426
Registra indignação com o Governo do PT. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	435	MARIA DO CARMO ALVES	
Elogia o estudante no Dia do Estudante. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	441	O uso do microcrédito como instrumento para o desenvolvimento e o desestímulo à sua “banca-lização”.	460
As comemorações pela passagem do “Dia do Estudante” e do “Dia do Advogado”.	452	A eliminação das barreiras que criam as desigualdades sociais e estimulam a pobreza.	460
Homenagem pelo Dia do Advogado.	452	NEY SUASSUNA	
Considerações a respeito do combate da pobreza nos Estados do país a exemplo de grandes nomes. Aparte à Senadora Maria do Carmo Alves. .	461	Considerações sobre a burocracia no processo eleitoral.	3
Comenta acerca do crime organizado e da apuração das CPIs quanto a isto. Aparte ao Senador Magno Malta.....	463	Considerações a respeito das solenidades dos pronunciamentos no Plenário.	119
MARCELO CRIVELLA		Reivindica direito de defesa no processo dos inquiridos das CPIs. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.....	170
Relato sobre os brasileiros repatriados dos Estados Unidos.	145	Parecer N° 1.342, de 2005, de Plenário, à Medida Provisória n° 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1° de maio de 2005, e dá outras providências.	183
Crise social brasileira que obriga cidadãos a saírem do País porque não conseguem trabalho. .	145	Profere Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória n° 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1° de maio de 2005, e dá outras providências.	183
Voto ao aplauso ao jornalista Luís Gonzaga Beluzo.	145	Preocupação com a morosidade do procedimento de consulta pública para a formulação do decreto da biossegurança.	262
Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória n° 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1° de maio de 2005, e dá outras providências.....	212	Encaminha à votação o Requerimento N° 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda n° 6, à MPV 248, de 2005.	338
Requerimento N° 840, de 2005, que requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Relações Exteriores informações sobre o atual estágio do pretendido Acordo Trilateral entre o Brasil, a Índia e a África do Sul, aventado no Fórum de Diálogo “G-3/IBAS”, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro.	253	A definição da Liderança do PMDB na Câmara, com a indicação do Deputado Wilson Santiago.	472
Requerimento N° 841, de 2005, que requer, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento n° 768, de 2004.	253	OSMAR DIAS	
Encaminha à votação o Requerimento N° 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda n° 6, à MPV 248, de 2005.	340	Requerimento N° 828, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de regozijo ao Governo da Federação da Rússia, por intermédio do seu Embaixador acreditado junto ao Governo brasileiro, Sr. Vladimir Lvovich Tyurdenev, pelo sucesso da operação de resgate dos sete tripulantes do minissubmarino russo AS-28, encalhado desde a noite do dia 4 de agosto de 2005, no Oceano Pacífico, e pelo seu retorno, são e salvos, ao convívio familiar, para alívio dos povos do mundo inteiro.	177
Recursos garantidos no Orçamento para a duplicação da BR-101, trecho sul.....	481		
Considerações sobre a votação, no plenário do Senado Federal, do novo valor do salário mínimo. .	481		
MARCO MACIEL			
Reclama melhoria da ética no campo político-eleitoral. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. ..	135		

	Pág.		Pág.
Parecer Nº 1.347, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 756, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro que requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao povo britânico, diante do atentado terrorista em Londres, vitimando população ordeira e pacífica.	255	O transcurso do “Dia do Estudante” e do “Dia do Advogado”, na data de hoje.	475
Reflexões sobre o depoimento do publicitário Duda Mendonça na reunião de hoje da CPMI dos Correios.	443	ROBERTO SATURNINO	
RAMEZ TEBET		Decisão inaceitável do Governo, de retirar a prioridade, através do Ministério do Planejamento, para a obra do Arco Rodoviário que interliga todas as rodovias federais do Rio de Janeiro ao porto de Sepetiba.	432
Considera o cumprimento das leis uma saída para a crise.	138	RODOLPHO TOURINHO	
Importância de uma reforma política para sanar os problemas da crise atual.	138	Elogia o Senador Cristovam Buarque quanto à exposição da questão da crise política do Governo do PT. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	55
REGINALDO DUARTE		Projeto de Lei do Senado Nº 276, de 2005, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para suprimir a exigência de curso de direção defensiva e de primeiros socorros por ocasião da renovação da Carteira Nacional de Habilitação.	153
Registro de matérias publicadas na imprensa a respeito da crise política.	70	Projeto de Lei do Senado Nº 277, de 2005, que altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, que determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação dos recursos federais para os respectivos Municípios e dá outras providências.	154
Comentários ao artigo intitulado “Sem cerimônia”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal Folha de S.Paulo em sua edição de 5 de agosto de 2005.	402	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.	197
Análise do artigo “Não é inimputável”, do jornalista Clóvis Rossi, veiculado na edição do dia 5 de agosto de 2005 da Folha de S.Paulo	494	Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Valdir Raupp.	448
RENAN CALHEIROS		Comentários a respeito do projeto de sua autoria sobre a distribuição do gás canalizado.....	448
Requerimento Nº 847, de 2005, que requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, tenha tramitação em conjunto os seguintes projetos: Projetos de Lei da Câmara nº 89, de 2003 e Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2000 – Delitos de Informática.	349	ROMEU TUMA	
Requerimento Nº 863, de 2005, que requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar da Décima Conferência Mundial de Presidentes de Parlamntos, que se realizará em Nova Iorque, Estados Unidos da América, de 07 a 09 de setembro de 2005, comunica ainda que estará ausente do País no período de 6 a 11 de setembro de 2005. ..	456	Requerimento Nº 831, de 2005, que solicita que o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.	178
RIBAMAR FIQUENE		Requerimento Nº 832, de 2005, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, “a”, e 216, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, e os arts. 1º e 6º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, também do Senado Federal, seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda pedido de informações sobre a arrecadação e repasses das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal, incluindo os	
Manifestação sobre as palavras dos Senadores Mão Santa e Antonio Carlos Magalhães.	475		

Pág.		Pág.
	destinados ao prêmio e à Caixa a título de custeio e administração, por loteria.....	178
	Presta considerações quanto à aprovação do projeto que uniformizaria a questão a respeito do Requerimento em votação.	351
	Considerações a respeito do aspecto social e industrial do pólo amazônico. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	370
	Registra que tem a fita que condena Marcos Valério. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	382
	Requerimento Nº 865, de 2005, que requer, nos termos regimentais, seja consignado Voto de Aplauso ao presidente da Ordem dos advogados do Brasil, Roberto Antonio Busato, pelo transcurso do Dia do Advogado, que se comemora nesta data em todo o País.	456
	Registra homenagem à Senadora Ana Júlia Carepa na luta por justiça contra o crime no Estado do Pará. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.	478
SÉRGIO CABRAL		
	Comemoração dos oitenta anos do jornal O Globo	119
	Discute Parecer de Plenário a respeito da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.....	208
	Registra protesto com relação à matéria publicada na primeira página do jornal O Globo , intitulada “Obra do Rio deixa de ser prioritária para Lula”.....	282
	Encaminha à votação o Requerimento Nº 846, de 2005, que requer destaque, para votação em separado, da emenda nº 6, à MPV 248, de 2005.	327
	Registra encontro com governadores de diversos estados do país. Aparte ao Senador Mão Santa.	453
SÉRGIO GUERRA		
	Registro do artigo intitulado “De crenças e credices”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 26 de julho.	109
	Registra artigo de autoria de Diogo Mainardi, publicado na revista <i>Veja</i> , de 27 de julho, intitulado “O ibope mostra: Lula morreu”.	238
	Acusações aos mensaleiros, que comprometem o PT e a oposição, e ainda discute o episódio de Minas Gerais. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	288
	Atitude do ex-ministro José Dirceu em continuar “dando as cartas” no Partido dos Trabalhadores, neste contexto requer que o documento “Pizza no diretório do PT” seja incluído nos Anais do Senado Federal.	495
SIBÁ MACHADO		
	Considerações sobre a campanha eleitoral. Aparte ao Senador Ney Suassuna.	5
	Perspectivas para a produção de biodiesel no Acre.	9
	Comenta acerca das investigações em processo na Comissão de Ética. Aparte ao Senador José Jorge.	12
	Considerações a respeito do envolvimento de Marcos Valério com o Governo de Portugal. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	116
	Comenta a respeito das investigações que denigrem a imagem do PT. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	116
	Considerações a respeito do Parecer Nº 1.357, de 2005, de Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo no 347, de 2005 (nº 1.559, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004.	365
	Considerações a respeito do desprestígio da Zona Franca de Manaus. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	371
	Análise dos acontecimentos nas CPIs dos Correios e Mensalão.....	384
	Considerações a respeito do caso do Deputado Rodrigo Maia. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	385
	Elogia a contribuição do Senador Osmar Dias quanto ao projeto apresentado pelo Senador Jorge Bornhausen. Aparte ao Senador Osmar Dias.	447
TASSO JEREISSATI		
	Comemoração dos oitenta anos do jornal O Globo	120
	Refere-se às palavras do Senador Aloízio Mercadante e anseia que sejam levadas as investigações até o fim.	300
	Repudia o incidente provocado pelo Vice-Presidente da CPI do Mensalão, que recebeu das mãos do empresário Marcos Valério, na garagem do Senado, lista de nomes que não havia sido entregue à Comissão.	300

	Pág.		Pág.
Pede atenção ao sertão Nordestino quanto à questão do salário mínimo.....	341	Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004.	361
Parabeniza o advogado num elogio ao Senador Antonio Carlos Magalhães, no Dia do Advogado. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	472	Profere Parecer Nº 1.356, de 2005, de Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o PDS nº 346, de 2005 (PDC nº 1.394, de 2004, na origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004. .	361
TEOTÔNIO VILELA FILHO			
Registro do artigo intitulado “A agenda mínima do PSDB”, de autoria do jornalista Ribamar Oliveira, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição de primeiro de agosto.	107	Profere Parecer Nº 1.357, de 2005, de Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2005 (nº 1.559, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004.	363
Comentário sobre dois artigos veiculados pela imprensa: “Ação entre velhos amigos”, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 06 de julho do corrente ano; e “O ‘case’ da Globalprev”, publicado no jornal Folha de S.Paulo	234	Parecer Nº 1.357, de 2005, de Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2005 (nº 1.559, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004.	364
Registro do artigo intitulado “Quero Derrubar Lula”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista Veja em sua edição de 3 de agosto de 2005.	388	VALDIR RAUPP	
TIÃO VIANA			
Projeto de Lei do Senado Nº 274, de 2005 (Complementar), que altera a Lei Complementar nº 64, de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.	21	Comentários sobre a CPMI dos Correios.	444
Considerações sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico, matéria enviada ao Congresso Nacional e que aguarda votação.	26	As usinas do Madeira: Jirau e Santo Antônio, cujo retardo nas obras poderá gerar grande “apagão” na região.....	444
Defesa de uma agenda mínima para o Congresso Nacional.	26	A obra mais esperada: o Gasoduto Urutu-Porto Velho, que ainda não obteve a licença ambiental do Ibama.	444
Designação, pelo Presidente Lula, do Ministro Humberto Costa para coordenar um grupo trabalho com o objetivo de estudar formas para controlar o uso do álcool no Brasil.	272	Reivindicações de Rondônia para a recuperação das rodovias estaduais, especialmente a BR-364.	444
Elogios ao projeto do Senador Jorge Bornhausen, que estabelece normas para as eleições.	272	VALMIR AMARAL	
Pede para apressar a votação de matérias sobre o processo de integração sul-americana.	348	Votos de congratulações aos funcionários dos Correios pelos serviços de qualidade que executam, na ocasião do Dia Nacional do Selo.....	
Manifesta homenagem a Luiz Gonzaga e à cultura musical nordestina.	360	234	
Parecer Nº 1.356, de 2005, de Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o PDS nº 346, de 2005 (PDC nº 1.394, de 2004, na origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do			